

CLUBE MARITIMO AFRICANO
DESPORTO • RECREIO • CULTURA

**Itinerário do MPLA
através de documentos e anotações de
Lúcio Lara**

Morada
Papelão Esc.

BOLETIM do
MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
M. P. L. A.

O GRANDE MASSACRE DE
TICULO E BERGO
Internacional assinado
alibino a prisão pelos
impunidos de suas

UNION NATIONALE DES TRAVAILLEURS ANGLOAIS
" U. N. T. A. "

Recibo 6/1/61

**um amplo
movimento...**

Porém, o colonialismo português não cedeu sem
este modo, só há um caminho para o povo
angolano se libertar: o da luta armada. Este
fronte de luta armada, que se encontra na
de Angola, sem ligação com o imperialismo
social de Portugal, é o movimento de libertação
de Angola. Este movimento, através do
MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA.
Este movimento, através do
Movimento de Libertação de Angola, através do
MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA.

Be grateful if you could contribute for our struggle
be honoured, soon, if in your area, we express
By the MOVIMENTO ANTI COLONIALISTA
Yours Politically
Lúcio Lara
LUCIO LARA
(from the MPLA's Foreign Relations)

Temas de História
Será esta lista para a revista das Actas do
Clube Geral do Clube Marítimo Africano
e outros artigos folheto, total
e organizado por mim (1961)
Pelo Comité Organizador
Lúcio Lara

**Vol. I (até Fev. 1961)
3ª edição revista e aumentada**

FRENTE REVOLUCIONARIA AFRICANA PARA A INDEPENDENCIA NACIONAL
DAS COLONIAS PORTUGUESAS
(F. R. A. I. N.)
AFRICAN REVOLUTIONARY NATIONAL

Um amplo movimento...

Itinerário do MPLA
através de documentos e anotações
de
Lúcio Lara

Um amplo movimento...

Itinerário do MPLA
através de documentos e anotações
de
Lúcio Lara

FICHA TÉCNICA

Título

Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara - Vol. I (até Fev. 1961)

Edição

Associação Tchiweka de Documentação (ATD)

© *Copyright*

Associação Tchiweka de Documentação

Execução Gráfica

DAMER Gráficas, S. A.

Design/Layout

Julia Andor Mussi

Capa

Fernando Hugo Fernandes

Depósito legal n.º 7838/2017

Tiragem: 1.000 exemplares

3.^a edição: 2017 (1.^a edição: 1997)

ISBN: 978-989-98968-1-9

Vol. I

(até Fev. 1961)

3.^a edição revista e aumentada

ÍNDICE

AO LEITOR (sobre a 3ª edição do Volume I)	i
PORQUÊ ESTE LIVRO?	iii
<i>Intróito</i>	1
Plano de trabalho de Mário de Alcântara Monteiro (Luanda, 03.1951)	19
Documento sem título, que viria a ser o Manifesto do MPLA [Luanda, 1956]	23
Mensagem de Senghor pelo aniversário da Conferência de Bandung (Lisboa, 24.04.1956)	39
Carta de Lúcio Lara a Marcelino dos Santos (Frankfurt, 15.04.1959)	48
Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Paris, 18.04.1959)	49
Carta de Lúcio Lara a Marcelino dos Santos (Frankfurt, 23.04.1959)	50
Carta de Viriato da Cruz a Holden Roberto (Frankfurt, 29.04.1959)	51
Carta da secção do MAC de Lisboa a Lúcio Lara (Lisboa, 07.05.1959)	52
Carta de Lúcio Lara a Hugo de Menezes (Frankfurt, 11.05.1959)	53
Carta de Hugo de Menezes a Lúcio Lara (Londres, 14.05.1959)	53
Carta de Lúcio Lara a Hugo de Menezes (Frankfurt, 20.05.1959)	54
Carta de Hugo de Menezes a Lúcio Lara (Londres, 26.05.1959)	57
Carta de Hugo de Menezes a Lúcio Lara (Londres, 28.05.1959)	58
Carta de Lúcio Lara à secção do MAC de Lisboa (Frankfurt, 31.05.1959)	59
Carta de Marcelino dos Santos a Lúcio Lara (Paris, 05.1959)	60
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim?, 03.06.1959)	61
Carta de Lúcio Lara a Hugo de Menezes (Frankfurt, 03.06.1959)	62
Carta de Amílcar Cabral para Lúcio Lara (Lisboa, 06.06.1959)	65
Carta de Castro Soromenho a Lúcio Lara (Paris, 07.06.1959)	66
Carta de Hugo de Menezes a Lúcio Lara (Paris, 16.06.1959)	67
Carta de Hugo de Menezes a Lúcio Lara (Paris, 18.06.1959)	69
Carta de Hugo de Menezes a Lúcio Lara (Paris, 23.06.1959)	69
Carta de Hugo de Menezes a Lúcio Lara (Paris, 10.07.1959)	72
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Petzow, 14.07.1959)	74
Acta da reunião da secção do MAC de Paris (Paris, 14.07.1959)	76
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Petzow, 27.07.1959)	77
Carta de Amílcar Cabral a Ruth Lara (Kano, 07.08.1959)	79
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim?, 10.08.1959)	79
Carta do MAC a Kwame Nkrumah (Frankfurt, 15.08.1959)	80
Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Paris, 24.08.1959)	81
Carta de Mário de Andrade a Viriato da Cruz (Paris, 26.08.1959)	81
Carta de Lúcio Lara a Mário de Andrade (Frankfurt, 26.08.1959)	83
Carta de Lúcio Lara a Marcelino dos Santos (Frankfurt, 26.08.1959)	85

Resposta de Lúcio Lara e Viriato da Cruz à Acta enviada de Paris (Berlim, 18.08.1959)	85	Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 12.11.1959)	166
Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Paris, 28.08.1959)	88	Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 12.11.1959)	
Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Paris, 29.08.1959)	89	com telegrama para Dag Hammarskjöld	167
Carta de Fernando Mourão a Lúcio Lara (Lisboa, 31.08.1959)	90	Carta de Lúcio Lara a Mário de Andrade (Frankfurt, 14.11.1959)	168
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim?, 01.09.1959)	91	Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Paris, 16.11.1959)	172
Projecto de Relatório para a secção do MAC de Lisboa	93	Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Frankfurt, 16.11.1959)	173
Carta do MAC à Conferência Panafricana (Frankfurt, 08.09.1959)	96	Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 22.11.1959)	175
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim?, 06.09.1959)	97	Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Frankfurt, 22.11.1959)	180
Carta de Guilherme Espírito Santo a Lúcio Lara (Paris, 20.09.1959)	100	Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Frankfurt, 26.11.1959)	183
Carta de Lúcio Lara a Mário de Andrade (Frankfurt, 09.09.1959)	101	Relatório à secção do MAC de Lisboa	188
Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Frankfurt, 09.09.1959)	102	Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Paris, 27.11.1959)	193
Relatório de Amílcar Cabral (África, 09.1959)	105	Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 29.11.1959)	193
Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Frankfurt, 19.09.1959)	107	Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Paris, 30.11.1959)	
Carta de Guilherme Espírito Santo a Lúcio Lara (Paris?, 21.09.1959)	111	com lista de presos angolanos, nas cadeias da PIDE	198
Carta de A. K. Barden a Lúcio Lara (Accra, 22.09.1959)	111	Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 30.11.1959)	200
Carta de Amílcar Cabral a Lúcio Lara (Lisboa?, 24.09.1959)	112	Carta de Lúcio Lara a Deolinda Rodrigues (Frankfurt, 30.11.1959)	204
Carta de Lúcio Lara a Mário de Andrade (Frankfurt, 24.09.1959)	113	Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Frankfurt, 02.12.1959)	205
Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Frankfurt, 26.09.1959)	114	Lista das pessoas a quem se enviou o Telegrama do MAC à ONU (Sem data)	208
Carta de Amílcar Cabral a Lúcio Lara (Lisboa, 28.09.1959)	115	Credencial de Lúcio Lara para a Tunísia (06.12.1959)	209
Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Paris, 01.10.1959)	116	Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 06.12.1959)	211
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim?, 04.10.1959)	119	Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Frankfurt, 08.12.1959)	215
Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Paris, 05.10.1959)		Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 09.12.1959)	218
e cópia da Carta da secção do MAC de Paris a Hugo de Menezes	121	Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Paris, 09.12.1959)	220
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 08.10.1959)	122	Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Frankfurt, 10.12.1959)	221
Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Frankfurt, 10.10.1959)	125	Carta de Deolinda Rodrigues a Lúcio Lara (Santo Amaro, 13.12.1959)	223
Carta de Lúcio Lara a Mário de Andrade (Frankfurt, 12.10.1959)	129	Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Nápoles, 14.12.1959)	225
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 13.10.1959)	131	Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Túnis, 22.12.1959)	226
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 14.10.1959)	141	Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Túnis, 26.12.1959)	228
Carta de Marcelino dos Santos a Lúcio Lara (Paris, 17.10.1959)	142	Memorando ao Neo-Destour (Túnis, 26.12.1959)	230
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 19.10.1959)	143	Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (excerto) (Berlim, 30.12.1959)	233
Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Paris, 23.10.1959)	145	Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (excerto) (Túnis, 31.12.1959)	235
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 24.10.1959)	147	Carta de Lúcio Lara à secção do MAC de Lisboa (Túnis, 04.01.1960)	236
Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Frankfurt, 26.10.1959)	149	Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (excerto) (Túnis, 04.01.1960)	237
Carta de A. K. Barden a Lúcio Lara (Accra, 27.10.1959)	153	Carta de Lúcio Lara a Deolinda Rodrigues (Túnis, 05.01.1960)	239
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 29.10.1959)	154	Carta de Lúcio Lara a Hugo de Menezes (Túnis, 05.01.1960)	242
Carta do MAC ao Conselho de Solidariedade		Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 06.01.1960)	243
dos Povos Afro-Asiáticos (excerto) (Frankfurt, 04.11.1959)	163	Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Berlim, 10.01.1960)	244
Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz (Fürstenwalde, 08.11.1959)	164	Carta de Deolinda Rodrigues a Lúcio Lara (Brasil, 12.01.1960)	247

Carta de Hugo de Menezes a Lúcio Lara (Conakry, 13.01.1960)	248	Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Düren, 16.03.1960)	335
Carta de José Carlos Horta a Lúcio Lara (Liège, 17.01.1960)	248	Carta de Viriato da Cruz a L. Lara e A. Cabral (Conakry, 17.03.1960)	337
Carta de Lúcio Lara a Mário de Andrade (Túnis, 21.01.1960)	249	Carta de Hugo de Menezes a L. Lara, M. de Andrade e A. Cabral (Conakry, 17.03.1960)	341
Memorando de Amílcar Cabral e Mário de Andrade (Paris, 01.60)	250	Carta de Lúcio Lara a V. da Cruz e A. Cabral (excerto) (Casablanca, 18.03.1960)	342
<i>A Conferência de Túnis</i>	255	Carta de Viriato da Cruz a Mário de Andrade (Conakry, 18.03.1960)	344
Relatório do MAC (excerto) (Túnis, 25-29.01.1960)	259	Carta de Viriato da Cruz a L. Lara e A. Cabral (Conakry, 18.03.1960)	346
Resolução da 2ª Conferência Panafricana de Túnis (Túnis, 01.1960)	264	Carta de Deolinda Rodrigues a Lúcio Lara (Brasil, 21.03.1960)	350
Apelo do MAC (Túnis, 01.1960)	265	Carta de Viriato da Cruz a L. Lara e A. Cabral (Conakry, 23.03.1960)	350
Memorando da FRAIN (Túnis, sem data)	267	Carta de Lúcio Lara a Ernesto Lara Filho (Casablanca, 24.03.1960)	351
Carta da FRAIN (Túnis, sem data)	268	Carta de Lúcio Lara a V. da Cruz e A. Cabral (excerto) (Casablanca, 27.03.1960)	361
Declaração Conjunta assinada em Túnis (Túnis, 31.01.1960)	270	Carta de Lúcio Lara a Ernesto Lara Filho (Casablanca, 28.03.1960)	362
Credencial da FRAIN passada por A. Cabral a L. Lara (Túnis, 05.02.1960)	272	Carta de Hugo de Menezes a L. Lara e A. Cabral (Conakry, 29.03.1960)	365
Carta de Lúcio Lara a José Carlos Horta (Túnis, 06.02.1960)	272	Carta de Lúcio Lara a V. da Cruz e H. de Menezes (excerto) (Casablanca, 30.03.1960)	366
Carta de L. Lara a M. de Andrade e A. Cabral (excerto) (Marseille, 12.02.1960)	274	Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Londres, 31.03.1960)	367
Carta de Amílcar Cabral a Lúcio Lara (Paris, 17.02.1960)	275	Intervenção de Viriato da Cruz na 2.ª Conferência de Solidariedade Afro-Asiática (Conakry, 04.1960)	367
Carta de Lúcio Lara a Amílcar Cabral (Casablanca, 21.02.1960)	276	Projecto de Resolução sobre Angola (Conakry, 11-15.04.1960)	369
Carta de L. Lara a V. da Cruz e H. de Menezes (excerto) (Casablanca, 21.02.1960)	278	<i>Encontro em Brazzaville com enviado de Neto (Manuel Pedro Pacavira)</i>	370
Carta de Lúcio Lara a Aquino de Bragança (Casablanca, 22.02.1960)	279	Sumário das conversas tidas em Brazzaville entre L. Lara e Manuel P. Pacavira (04.1960)	375
Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Paris, 24.02.1960)	280	Relatório do Comando Militar de Angola (Luanda, 21.02.61)	378
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Conakry, 24.02.1960)	281	Carta do Comité Director da FRAIN a Holden Roberto (Conakry, 12.05.1960)	380
Carta de Marcelino dos Santos a Lúcio Lara (excerto) (? , 25.02.1960)	281	Carta de Castro Soromenho a Lúcio Lara (Paris, 09.06.1960)	380
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Conakry, 27.02.1960)	283	Primeiro Apelo à Unidade (África, Maio 1960)	382
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Conakry, 28.02.1960)	285	Carta de Lúcio Lara a Deolinda Rodrigues (excerto) (Conakry, 04?06.1960)	386
Carta de M. dos Santos e José C. Horta a L. Lara (Liège?, ?03.60)	289	Carta de Deolinda Rodrigues a Lúcio Lara (Brasil, 11.06.1960)	388
Comunicado da FRAIN (03.03.1960)	289	Carta de Deolinda Rodrigues a Lúcio Lara (Brasil, 18.06.1960)	390
Apelo do MINA (Luanda, 03.03.1960)	293	Declaração do MPLA ao Governo Português (Conakry, 13.06.1960)	391
Carta de Viriato da Cruz a L. Lara e A. Cabral (Conakry, 04.03.1960)	301	Mensagem do MPLA ao Povo Português (África, 30.06.1960)	392
Carta de Amílcar Cabral a Lúcio Lara e Viriato da Cruz (? , 05.03.1960)	310	<i>Estadia em Accra</i>	397
Carta de Viriato da Cruz a L. Lara e A. Cabral (excerto) (Conakry, 07.03.1960)	312	Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Conakry, 01.07.1960)	398
Carta de Mário de Andrade a Lúcio Lara (Monschau, 07.03.1960)	313	Carta de Lúcio Lara aos camaradas em Conakry (Accra, 02.07.1960)	400
Carta de Lúcio Lara a A. Cabral e V. da Cruz (excerto) (Casablanca, 07.03.1960)	315	Carta de Matias Miguéis a Lúcio Lara (Ponta Negra, 05.07.1960)	402
Carta de Lúcio Lara a Deolinda Rodrigues (excerto) (Casablanca, 08.03.1960)	320	Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Conakry, 11.07.1960)	403
Carta de Viriato da Cruz a L. Lara e A. Cabral (Conakry, 08.03.1960)	321	Primeiro Comité Director do MPLA (Conakry, Julho 1960)	405
Carta de Lúcio Lara a V. da Cruz e A. Cabral (excerto) (Casablanca, 10.03.1960)	323	Carta de Lúcio Lara aos camaradas em Conakry (excerto) (Accra, 11.07.1960)	406
Carta de Lúcio Lara a M. dos Santos e J. C. Horta (excerto) (Casablanca, 13.03.1960)	326	Carta de Lúcio Lara aos camaradas em Conakry (excerto) (Accra, 23.07.1960)	408
Carta de Amílcar Cabral a Lúcio Lara e Viriato da Cruz (? , 14.03.1960)	328	Carta de Lúcio Lara aos camaradas em Conakry (excerto) (Accra, 28.07.1960)	409
Carta de Viriato da Cruz a L. Lara e A. Cabral (Conakry, 14.03.1960)	332	Carta de Lúcio Lara aos camaradas em Conakry (Accra, 01.08.1960)	409
Carta de Aquino de Bragança a Lúcio Lara (Settat?, 16.03.1960)	334		

<i>A independência do Congo (Belga)</i>	410	Comunicado do MPLA sobre o Santa Maria (Conakry, 29.01.1961)	476
Relato da conversa entre Franz Fanon e Lumumba (sem data)	412	Comunicado do MPLA sobre o 4 de Fevereiro (Conakry, 05.02.1961)	477
Comunicado do MPLA (Conakry, 12.07.1960)	414	Comunicado do MPLA em Londres (Londres, sem data)	479
<i>Instalação do MPLA em Conakry</i>	416	ANEXOS	481
<i>Visita de Viriato da Cruz à China</i>	419	ANEXO 1 - Artigo 73º da Carta das Nações Unidas	483
Carta de Ernesto Lara Filho a Lúcio Lara (Combra, 17.08.1960)	420	ANEXO 2 - Mapas de África (1955 e 1961)	484
Carta de Lúcio Lara a Ernesto Lara Filho (Conakry?, 06.09.1960)	421	ANEXO 3 - Carta de Higinio Aires a Agostinho Neto (Set. 51)	486
Apelo do MPLA aos Estados membros da ONU (Conakry, 13.09.1960)	424	e comentário de A. Neto à carta de H. Aires (sem data)	493
Carta do MPLA à ALIAZO (Conakry, 17.10.1960)	429	e Carta de António Jacinto a Agostinho Neto (Dez. 51)	494
Declaração do MPLA (Conakry, 25.10.1960)	430	ANEXO 4 - Extractos da Carta-relatório de Henrique Galvão (22.01.47)	500
<i>Visita de Viriato da Cruz à Checoslováquia e à RDA</i>	432	ANEXO 5 - Carta de Alda Espírito Santo sobre os Massacres de São Tomé (1953)	504
Carta de B. Dombele e P. Luvualu a Viriato da Cruz (Leipzig, 10.10.1960)	433	ANEXO 6 - Manifesto do Comité Secreto da Independência (Angola, Março 1957)	508
Carta de Pascal Luvualu a Viriato da Cruz (Leipzig, 20.10.1960)	434	ANEXO 7 - Manifesto do Movimento da Independência de Angola (Luanda, 1959?)	510
Carta de Pascal Luvualu a Diallo Seydou (Leipzig, 20.10.1960)	435	ANEXO 8 - Panfleto do Movimento de Libertação Nacional (Luanda, 1959)	512
Carta de Viriato da Cruz a B. Dombele e P. Luvualu (Conakry, 21.10.1960)	436	ANEXO 9 - Manifesto do Movimento de Libertação Nacional	
Carta de Pascal Luvualu a Viriato da Cruz (Leipzig, 30.10.1960)	437	de Angola (Luanda, Abril? 1959)	514
Carta de B. Dombele e P. Luvualu a Viriato da Cruz (Leipzig, 30.10.1960)	438	ANEXO 10 - Panfleto do Movimento de Libertação Nacional de Angola (Luanda, sem data)	518
Carta de Viriato da Cruz a B. Dombele e P. Luvualu (Conakry, 12.11.1960)	440	ANEXO 11 - Artigo de Mário de Andrade em “La Gauche” (Set.? ou Dez.? 1959)	521
Carta de Viriato da Cruz a Pascal Luvualu (Conakry, 12.11.1960)	440	ANEXO 12 - Manifesto do MAC (Janeiro 1960)	526
Carta de B. Dombele e P. Luvualu a Viriato da Cruz (Bernau, 19.12.1960)	441	ANEXO 13 - Informação sobre os Processos (Lisboa, sem data)	552
<i>Sobre a Frente Comum dos Partidos Políticos de Angola</i>	442	ANEXO 14 - Estatutos da UDEAN	553
Carta da Frente Comum à ONU (Léopoldville, 31.10.1960)	443	ANEXO 15 - Documento distribuído em Luanda em 1959, aquando da	
Carta da Frente Comum à ONU (excerto) (Léopoldville, 13.12.1960)	445	Conferência da OIT	556
Relatório das actividades de Luiz Azevedo Júnior em Léopoldville (Dakar, 31.12.1960)	447	ANEXO 16 - Memorando da FRAIN ao Governo da Guiné (Conakry, Março 1960)	562
Segundo Apelo à Unidade (Conakry, 05.11.1960)	453	ANEXO 17 - Introdução à Brochura do Processo dos 50	563
<i>A Conferência de Londres</i>	457	ANEXO 18 - Documento do Comando Militar de Angola (Luanda, 21.02.61)	566
Conferência na Câmara dos Comuns em Londres (Londres, 06.12.1960)	457	ANEXO 19 - Boletim de Informações do Comando Chefe das Forças	
Carta de Jonas Savimbi ao MPLA (Fribourg, 12.12.1960)	461	Armadas de Angola (Luanda, Fev. 1961)	568
Carta do MPLA a Jonas Savimbi (Conakry, 28.12.1960)	462	ANEXO 20 - Editorial do Diário da Manhã: “O que eles não entendem” (19.06.1960)	579
Carta do MPLA a Jonas Savimbi (Conakry, 11.01.1961)	463	ANEXO 21 - Artigo no Diário da Manhã: “Quem são eles?” (Lisboa, 02.09.1960)	581
Carta de Jonas Savimbi à UPA (Suíça, 09.02.1961)	464	ANEXO 22 - Estatutos, Programa e Regulamento interno do MPLA	583
Carta de Jonas Savimbi ao MPLA (Suíça, 10.02.61)	466	ANEXO 23 - Declaração das Nações Unidas sobre a Outorga da Independência aos países	
Carta do MPLA a Jonas Savimbi (Conakry, 22.02.61)	467	e aos povos coloniais (Extraído de um jornal português de 29.11.1960)	600
Carta do MPLA a Jonas Savimbi (Conakry, 02.03.1961)	470	ANEXO 24 - Fac-simile do Certificado do Colégio Moderno a Lúcio Lara	602
Carta de Jonas Savimbi ao MPLA (Suíça, 03.03.1961)	471	ANEXO 25 - Fac-simile dos Estatutos do Partido Comunista de Angola	603
Carta de Holden Roberto a Jonas Savimbi (New York, 24.04.1961)	474	ÍNDICE REMISSIVO	605
Carta do MPLA a Jonas Savimbi (Conakry, 27.04.1961)	475		
<i>O caso do “Santa Maria”</i>	475		

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS E FAC-SIMILES

Mário Pinto de Andrade com W. Du Bois, na Conf. dos Escritores Afro-Asiáticos (1958)	4
Intérpretes do Ngola Ritmos	13
Alguns dos membros do Orfeão Académico de Coimbra	16
Recibo de quotas do Clube Marítimo Africano	17
Primeira página do Registo das Actas do Clube Marítimo	18
Primeira página do boletim Meridiano	35
Primeira página de Poesia Negra de Expressão Portuguesa	37
Cartão-de-visita e foto de Aristides Van-Dúnem	44
2ª Conferência dos Escritores e Artistas Negros (Roma, 04.1959)	46
2ª Conferência dos Escritores e Artistas Negros (Roma, 04.1959)	47
Recorte de jornal “There is mass slavery in Angola” (21.02.59)	51
Mário de Andrade e Lúcio Lara diante da Universidade Humboldt em Berlim	84
Fac-simile de parte de um código	92
Panfleto com fotos do massacre de S. Tomé em 1953 (1960)	245
Lúcio Lara na Conferência Panafricana (Túnis, 1960)	257
H. de Menezes, L. Lara e V. da Cruz na Conferência Panafricana (Túnis, 1960)	258
Resolução sobre as colónias portuguesas (Túnis, 1960)	309
Cartão da FRAIN	310
Presos do «Processo dos 50»	314
Carta do Ministro do Interior do Ghana a Lúcio Lara (Accra, 17.02.60)	319
Capa da brochura “The facts about Portugal’s African Colonies”	332
Na loja de Eduardo Gualdino em Ponta Negra (Congo)	371
Convocatória da AOECA para uma reunião do Comité Director (Ponta Negra, 04.1960)	372
Capa da brochura do «Processo dos 50»	389
Credencial de Lúcio Lara para Fouad Galal (Conakry, 22.06.60)	397
No African Affairs Center, em Accra, com camaradas da UPC	399
Deposição de uma coroa de flores, no dia 3 de Agosto de 1960, em Conakry	416
A. Cabral, V. da Cruz, H. de Menezes e L. Lara (1960)	417
Com um enviado de Lumumba (Conakry, 04.1960)	417
Primeira página do Boletim de Informação do MPLA nº 1	418
Visita do MPLA e do PAI à China	419
Postal “A bas le colonialisme portugais”	472
Savimbi	474
Recorte de uma foto tirada em Luanda em Fevereiro de 1961	478

AO LEITOR

(sobre a 3ª edição do volume I)

Em 1997 foi publicado por Ruth e Lúcio Lara, *Um Amplo Movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara – (até Fev. 1961)*, o primeiro volume de um conjunto de vários que se previa editar, com base em documentos guardados por Lúcio Lara ao longo dos anos da luta pela independência de Angola. O livro, que na época foi um esforço quase inédito, na sua organização e conteúdo, teve duas edições em Angola e uma edição em Portugal. Em 2007, foram publicados os volumes II e III, já sem anotações de Lúcio Lara mas ainda reflectindo, no geral, a organização dos documentos levada a cabo por Ruth Lara, entretanto falecida.

Passaram praticamente vinte anos desde a publicação daquele primeiro volume, que se encontra esgotado há mais de dez anos. Por esta razão e respondendo a múltiplos pedidos, a Associação Tchiveka de Documentação (ATD) decidiu reeditar este livro. Foi mantida a estrutura original mas alargou-se ou completou-se o texto de algumas cartas, de que antes apenas se publicaram extractos mais curtos, e acrescentaram-se quatro cartas de uma correspondência entre Lúcio Lara e seu primo Ernesto Lara Filho.

Um dos documentos agora integrado na sua versão original foi o “manifesto” conhecido habitualmente como “manifesto do MPLA”. Este documento constava das primeiras edições, transcrito a partir de duas cópias dactilografadas, por se julgar extraviado o original que Lúcio Lara tivera em sua posse. Mas já depois do falecimento de Ruth Lara, e enquanto se trabalhava no segundo e terceiro volumes, foi reencontrado o documento original, manuscrito a esferográfica por Viriato da Cruz e é este que está transcrito na presente edição, na íntegra. Note-se que dele existe uma cópia a papel químico no espólio de Mário de Andrade (Arquivo da Fundação Mário Soares, Lisboa) com pequenos apontamentos acrescentados na grafia facilmente reconhecível de Mário de Andrade, nomeadamente o título no início e a data no final do documento.

O contexto em que este livro se publica é bem diferente do da sua primeira edição. Há actualmente muito mais obras sobre o que foi a luta de libertação de Angola e das colónias portuguesas em geral, sejam ensaios académicos ou livros de memórias,

edições de documentos, sites na internet, entrevistas de protagonistas em programas de rádio e de televisão, documentários etc. Em Angola, a ATD tem estado também empenhada nessa actividade de resgate e preservação da memória daquela luta, com destaque para o Projecto “Angola – Nos Trilhos da Independência” (2010-2015) que recolheu cerca de mil horas de gravações de entrevistas e registo de locais históricos. O importante arquivo audiovisual daí resultante estará, depois de devidamente tratado, aberto ao público interessado.

Apesar de toda a produção escrita e audiovisual dos últimos anos, o conjunto de documentos reunidos neste primeiro volume de *Um amplo movimento...*, pelas suas características, continua a ser de grande valor para a compreensão do ambiente político da época, através das ideias e acções de protagonistas de primeiro plano na luta contra o domínio colonial em Angola.

Esta nova edição manteve-se fiel à primeira, com pequenas alterações. Por exemplo, por razões estéticas decidiu-se utilizar o mesmo tipo de letra tanto para as cartas como para outros documentos. O Índice Remissivo manteve a ideia inicial de Ruth Lara, com mais algumas entradas. Retirou-se a listagem dos “documentos não publicados”, que aparecia no final do livro, porque esta lista, já mais completa, está na página da ATD na internet, onde também se pode ter acesso às listas de documentos já inventariados (até 1972). (<https://sites.google.com/site/tchiweka/Home/documentos-catalogados>)

Tal como nas edições anteriores, as fotografias e os fac-símiles de documentos incluídos no livro são do espólio de Lúcio Lara. Algumas fotos estão desfocadas ou manchadas, mas achámos importante publicá-las mesmo assim, pelo valor documental que têm. Os documentos originais em Francês ou Inglês foram traduzidos para facilitar a leitura, mas cópias dos originais estarão ao dispor de quem os solicitar.

Em Fevereiro de 2016, o falecimento de Lúcio Lara privou-nos definitivamente da sua presença física. Essa ausência não poderá ser preenchida, mas parte da sua herança política e intelectual, assim como a de tantos camaradas seus, continuará viva através dos documentos que nos legou. Assumindo o compromisso de possibilitar o acesso do público a esse legado, seguimos o caminho aberto naquele distante ano de 1997, quando pela primeira vez se editou o livro que agora entregamos aos leitores.

Luanda, Abril 2017

Wanda Lara

PORQUÊ ESTE LIVRO?

Desde que o conheço que o Lúcio tem o hábito - a mania, dizia eu - de guardar todos os papéis: cartas, convites e, claro está, documentos. Assim, durante o nosso périplo de Frankfurt para Conakry, passando por Túnis e Casablanca e mais tarde por Brazzaville, os “papéis” foram-se acumulando, numa arrumação que só ele conhecia e onde só ele encontrava, sempre, o documento de que precisava.

Com a chegada a Luanda, detentores de muito mais espaço na grande casa que nos foi atribuída, os documentos tiveram de ser classificados e eu pude ter-lhes acesso. Foi assim que comecei a arrumá-los, por assuntos, por datas, em pastas, até ter cerca de oitenta pastas cheias de cartas, manuscritos, comunicados, discursos..., alguns inéditos. Infelizmente, as malas do Lúcio que vinham da Terceira Região (Moxico) perderam-se no caminho e com elas a documentação referente à época do Congresso e da Conferência Interregional.

Quando da tentativa de golpe de estado de 1977 demo-nos conta que os documentos guardados em casa corriam o risco de se perder e começámos a pensar no que fazer com eles. Primeiro fotocopiámos os mais importantes (numa fotocopiadora que os meus pais nos ofereceram) e pusemos as fotocópias em lugar seguro no estrangeiro. Mas, quando foram assinados os Acordos de Bicesse, aumentou a nossa inquietação e decidimos levar os originais para fora do país, começando a trazer fotocópias de quase todo o material em cada viagem que fazíamos.

À medida que os “processos de paz” iam avançando, que o nosso MPLA ia deixando de ser “o nosso”, que a juventude angolana ia tendo cada vez menos referências sobre o que afinal se tinha pretendido com essa gloriosa luta de libertação, foi-se tornando evidente que os documentos tinham de ser publicados. O Lúcio não tinha nem a disponibilidade nem a saúde para poder escrever (ou ditar, como nos foi sugerido) as suas memórias, justamente porque essa memória ficara enfraquecida depois dos acidentes cardiovasculares [vasculares cerebrais] que sofreu após 1985. Foi por isso que se optou simplesmente pela publicação dos documentos, acompanhados de algumas anotações suas.

Mas a quem se destinariam estes documentos? Aos historiadores? À juventude angolana? A nosso ver, antes de mais aos leitores angolanos, e é por essa razão que fizemos um certo número de opções, a saber:

- Optámos pela publicação das traduções dos documentos, em vez de publicar os seus originais. Ainda pensámos em publicar os originais em anexo, mas a partir da chegada do MPLA a Brazzaville, praticamente toda a documentação está em francês e os volumes ficariam espessos demais. Assim, os eventuais historiadores interessados em citar os documentos originais poderão consultá-los em nossa casa ou pedir fotocópia deles; o resto dos leitores não precisará saber francês para os ler..

- Optámos por actualizar a grafia, não escrevendo “êste” mas “este”, por exemplo, e emendando os erros ortográficos mais chocantes, como “exito” em vez de “hesito”...

- Optámos por não publicar todas as cartas, nem todas por completo, sempre que considerámos que pormenores da vida corrente sem interesse de maior tornariam, a nosso ver, a leitura fastidiosa e o livro longo demais. Mas creio não ter sido amputada em nada a compreensão dos sonhos, das opiniões e do próprio carácter dos autores destas cartas. Aliás, todas as escolhas são subjectivas, e foi por não podermos publicar tudo que

- Optámos por incluir uma lista dos documentos em nossa posse que, mal as condições para tal estejam reunidas (onde teremos nós ouvido esta frase antes?) estarão à disposição dos historiadores, para consulta.

- Decidimos também incluir um índice geral com a indicação das datas - já que nem toda a documentação podia ser apresentada por ordem cronológica - assim como um índice remissivo.

- Pode-se achar que os comentários do Lúcio são pouco precisos. Também isso foi uma opção: dada a sua actual falta de memória para datas e nomes, preferiu-se deixar esses dados no vago, para não incorrer em erros ou ferir susceptibilidades de camaradas que não se vissem citados.

- E a última opção foi que esta obra seria publicada em primeira mão em Angola e não em Portugal, como parece estar a tornar-se hábito, porque se destina em primeiro lugar aos Angolanos, na esperança de que através dos documentos publicados eles ou se recordem ou venham a saber o que pretendiam aqueles que deram as suas vidas pela Independência de Angola.

Queremos agradecer a todos os que nos apoiaram neste empreendimento e em particular os que contribuíram para o seu financiamento, sem o qual esta obra nunca poderia ser terminada e muito em especial ao camarada Barradas, que se empenhou em conseguir essa verba. Também não podem ficar esquecidos a São Neto e o Paulo [Lara], cujas opiniões muito úteis nos foram.

Esperemos que consigamos publicar também os outros volumes que faltam, que o livro atinja o objectivo para que foi concebido e venha a incitar mais camaradas a publicar o material que possuem.

Ruth Lara

Nota editorial: No corpo do texto distinguem-se as cartas dos demais documentos pelo tipo de letra [Na presente edição, não foi seguido este critério]. As anotações de Lúcio Lara estão em itálico, tanto no texto principal como nas notas.

*Um pensamento e homenagem especial a
Agostinho Neto
Amílcar Cabral
Deolinda Rodrigues
Dilolwa
Mário de Andrade
Viriato da Cruz
pelo impulso dado ao amplo movimento*

À Ruth

*companheira de todos os momentos, por vezes difíceis,
mãe do Paulo em Lisboa, da Wanda em Conakry e do Bruno em Brazzaville,
e que, apesar das minhas frequentes ausências, os soube preencher
com a educação que os identificou com a luta do nosso povo
vindo a justificar todo o esforço para tornar possível esta obra a que nos propomos,
nossa homenagem aos mortos e aos vivos que lutaram pelos nossos objectivos,
para que disso saibam a juventude e os estudiosos.*

INTRÓITO

A primeira e a segunda guerras mundiais, que envolveram as potências coloniais, exerceram profundas influências no continente africano, com a sua exploração dos países colonizados. Mais do que nunca, as potências coloniais iam ao continente africano buscar as matérias-primas e os produtos agrícolas de que necessitavam, para melhorar a sua economia. Cinicamente, o Ministro das Colónias britânico prometeu e promulgou em 1940 uma «lei sobre o desenvolvimento dos recursos e o bem-estar das populações das colónias» e, em 14 de Agosto de 1941, os chefes de governo da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América publicaram a Carta do Atlântico que proclamou «o direito de todos de escolher as formas de governo sob o qual queriam viver».

A Carta do Atlântico teve uma profunda repercussão em África onde muitos líderes africanos que contestavam o poder colonial e outros que no estrangeiro procuravam as melhores vias para organizar a luta contra o colonialismo, acreditavam que a aplicação dos princípios fixados pela Carta iria facilitar os caminhos para a independência das colónias africanas. Winston Churchill, Primeiro-Ministro britânico, apressou-se a declarar que o princípio de autodeterminação dizia respeito aos povos ainda sujeitos ao fascismo e que o império britânico seria mantido. Tais declarações indignaram os líderes africanos e alguns intelectuais como William Burghardt Du Bois,¹ Nzamdi Azikiwe,² que foram apoiados pelo Presidente Roosevelt e outros dirigentes americanos e pelo próprio General De Gaulle. Como é sabido, os 26 Estados então em guerra contra as potências do Eixo subscreveram em Washington, em 1 de Janeiro de 1942, a Declaração das Nações Unidas que, finalmente, em Junho de 1945, reuniu 50 Estados na Conferência de São Francisco, onde adoptaram a «Carta de São Francisco».

Curiosamente, o «império colonial português» resultante da Conferência de Berlim e das campanhas de ocupação subseqüentes, conseguiu atravessar incólume as duas grandes guerras

- 1. William Burghardt Du Bois (1868-1963), americano, professor de Sociologia, também conhecido como o «pai do panafricanismo», foi o principal artesão dos congressos panafricanistas de que se tornou um verdadeiro apóstolo. Acabou por se fixar no Ghana e consagrou os últimos 10 anos da sua vida a preparar a Enciclopédia Africana, que não chegou a ver a luz por falta de apoio, após a morte de Nkrumah.*
- 2. Nzamdi Azikiwe, assassinado em 1966, nasceu em 1904 no norte da Nigéria. Participou com Nkrumah e Kenyatta no Congresso Panafricano de Manchester, onde se encontraram os três futuros presidentes do Ghana, Kénia e Nigéria. Teve vários cargos na Nigéria e no próprio Biafra, de que chegou a ser Primeiro-Ministro.*

a despeito dos apetites permanentes da Inglaterra, da França, da Bélgica e da Alemanha. Pequenos arranjos fronteiriços e a derrota da Alemanha nas duas guerras permitiram que o império colonial português se mantivesse sem grandes alterações. Aliás, as autoridades portuguesas estavam mais interessadas em transformar as colónias num escoadouro para as suas produções industriais e para absorver a mão-de-obra portuguesa, chegando a esboçar e a desenvolver uma política de colonatos, que chegou à independência.

Não deixa de ser curioso assinalar que no início deste século, em 1912, Portugal, para ocupar efectivamente o território de Angola, admitiu a «colonização israelita do planalto de Benguela». À frente desse «negócio» estavam poderosas organizações israelitas como a «Yudish Territorial Organisation» de Londres, que organizaram mesmo um Congresso em Viena sobre este assunto. Isto foi discutido na Câmara dos Deputados em Lisboa, chegando a aprovar as resoluções discutidas. A verdade é que a questão não foi além de discussões na Câmara dos Deputados.

Entre a primeira e a segunda guerras mundiais tinham-se realizado já quatro congressos panafricanos. O primeiro Congresso Panafricano, organizado por W. B. Du Bois em 1919, teve lugar em Paris, sob os auspícios do senegalês Blaise Diagne e aí, de entre as várias correntes, surge a da formação de um Governo Mundial Negro, de Marcus Garvey. As conclusões deste Congresso contribuíram para que as colónias africanas da Alemanha fossem remetidas ao mandato da Sociedade das Nações, que as entregou aos países que as ocupavam.¹ De notar que mais de 100.000 negros americanos tinham atravessado o Atlântico para combater na Europa contra a Alemanha, o que desenvolveu no seu seio um novo tipo de consciência sobre a desigualdade da sua posição relativamente aos soldados brancos, muitas vezes com capacidades inferiores às dos soldados negros.

Também as tropas francesas e britânicas incluíram soldados negros das suas colónias. O colonialismo francês e o britânico, ao absorverem essa massa de antigos combatentes e tendo em conta fundamentalmente os seus interesses económicos, foram obrigados a encontrar os métodos que diminuíssem a resistência dos povos nas suas colónias, sobretudo através de leis que acalmassem as reivindicações espontaneamente surgidas. Assim aboliram o indigenato e o trabalho forçado, onde estes existiam, instituíram os tribunais (franceses), reconheceram o direito de associação e a liberdade sindical, fomentaram o ensino (geralmente pelas missões), instituíram órgãos de decisão colectiva eleitos e foram mais liberais na permissão da formação de partidos.

A guerra da Etiópia (Abissínia), invadida pela Itália em 1936, foi um catalisador do ressentimento africano contra os colonos britânicos, franceses e italianos.

1. É assim que os Camarões foram divididos, uma parte para a França e outra para a Inglaterra; o Uganda ficou com a Inglaterra; o Sudoeste Africano ficou com a África do Sul e o Tanganica foi entregue à Inglaterra.

Em 1921 realiza-se o 2º Congresso Panafricano, em várias sessões, uma em Londres, outra em Paris. Queria terminar em Bruxelas, onde se encontrava a Sociedade das Nações, mas não foi autorizado, por suspeita de «ser influenciado pelos bolcheviques», pois já reivindicava a igualdade de direitos entre negros e brancos.

O 3º Congresso Panafricano tem lugar em 1923, com uma primeira sessão em Londres e a segunda em Lisboa. A esta sessão assistem representantes angolanos em nome da Liga Africana (formada em Lisboa por Angolanos e outros africanos das colónias portuguesas). Na sessão de Lisboa foi particularmente estudado o problema do trabalho forçado em Angola e S. Tomé.¹

Inspirado na Carta do Atlântico, um grupo activo de afro-americanos, com Du Bois e Padmore,² lançam em Março de 1944 a «Carta dos Povos de Cor», que insiste sobre os sacrifícios dos africanos durante a guerra. Este movimento iria criar a «National Association for the Advancement of Coloured People» (NAACP) que chega a reunir 500.000 membros e de que Agostinho Neto ainda foi correspondente, recebendo a revista *Crisis*.

Em Setembro de 1945, Nkrumah chega a Londres depois de 10 anos nos Estados Unidos e com Padmore prepara o 5º Congresso Panafricano de Outubro de 1945, em Manchester. Este 5º Congresso, ainda animado pelos afro-americanos, adopta posições mais realistas e abraça uma nova geração africana mais combativa, ciente da derrota do fascismo e que exige a aplicação da Carta do Atlântico às colónias de todos os países imperialistas. Entre os 90 delegados há ainda 33 antilheses, mas há desta vez 20 delegados da África Ocidental, seis vindos directamente da África inglesa. Não havia representantes da África francesa nem dos três países negros independentes (Libéria, Etiópia e África do Sul). Estavam presentes Kwame Nkrumah (Gold Coast), Jomo Kenyata (Kénia), o sul-africano Peter Abrahams, Obafemi Awolowo (Nigéria), Wallace Johnson (Serra Leoa), Hastings Banda (Niassalândia) e também o teórico do panafricanismo, colaborador de Nkrumah no Ghana independente, William Du Bois, entre muitos outros.

1. Num relatório administrativo sobre «Os acontecimentos de Catete», de 1922, que inculpa como responsável da agitação António de Assis Júnior, há referências ao Congresso Panafricano de Nova Iorque, deduzindo-se que Manuel Van Dúnem e Custódio Bento de Azevedo estavam ligados ao Movimento Panafricano. São também elucidativas as conclusões que a este respeito faz o escritor Eugénio Monteiro Ferreira no seu livro *As ideias de Kimamuenho, Luanda, UEA 1989*, sobre o «aparecimento da Comissão de Propaganda das ideias do Pan-africanismo», p. 35.
2. Georges Padmore (1902-1959), de seu verdadeiro nome Malcolm Nurse, nasceu na Trinidad: estudos médicos, históricos e ciências políticas nas Universidades de Fisk e de Howard. Colaborou no jornal *The Negro Worker*. Em 1934 rompeu com os comunistas e fixou-se em Londres. Colaborou na Câmara dos Comuns em Londres. Colaborou com Du Bois nos primeiros congressos panafricanos, particularmente no 5º Congresso de Manchester, onde participou Nkrumah, de quem se tornou assessor. Publicou em 1955 o livro *Panafricanismo ou Comunismo*. Já em Accra, fundou o *International African Science Bureau*. Quando morreu, em 1959, ocupava-se do dossier Angola...



Mário Pinto de Andrade com W. Du Bois,
na Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos de Tashkent, em 1958

A segunda grande guerra, precedida da Guerra da Abissínia, com a invasão da Etiópia pela Itália, influenciou nos desígnios das potências colonizadoras que puderam aumentar a exploração e a pilhagem das matérias-primas e produtos alimentares e, inclusivamente, a sua produção industrial e agrícola e, conseqüentemente, provocaram uma revolução nos transportes e comunicações entre as colónias e as «metrópoles» e reforçaram o seu valor estratégico, aumentando as suas bases militares. No decurso da guerra, milhares de soldados africanos tinham sido enviados para as diferentes frentes em que se combatia o fascismo, sofrendo as mesmas condições que os europeus.

Os colonos e latifundiários europeus reforçaram-se em todos os países africanos, sobretudo os colonos do Kénia e os latifundiários boers na África do Sul, que tinham grande influência nas Rodésias e no Sudoeste Africano. A exploração colonial neste período intensificou-se e aperfeiçoou-se sem ter em conta as aspirações de libertação e autonomia dos povos africanos, anunciadas pela Carta do Atlântico. A Etiópia reconquistou a independência, face à queda do fascismo italiano. A Libéria manteve a sua independência.

O final apocalíptico da II Guerra, com as bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki e a conseqüente derrota das forças do Eixo, representou uma viragem decisiva na História e em particular na História de África, com as centenas de milhares de soldados africanos que regressavam dos diferentes teatros de operações (Líbia, Itália, Normandia, Alemanha, Médio Oriente, Indochina, etc.). Estas centenas de milhares de negros tinham visto destruir-se o mito da supremacia branca e encontravam em África condições muito dumas para os povos africanos,

agravadas pela guerra e, à medida que aumentava a prosperidade económica dos colonos, viam intensificar-se a exploração e a fome dos povos colonizados e piorar a situação política com a introdução de medidas de repressão policial.

A Europa saía da guerra despedaçada moral e materialmente e muito dividida entre as forças que derrotaram o nazismo e as que o apoiaram. Só graças ao Plano Marshal se levantará economicamente a Europa Ocidental, já endividada com a África e também com os Estados Unidos.

Quando Churchill, Roosevelt e Stalin se reúnem em Outubro de 1943, a delegação americana, que se escudava numa «tradição não colonial», já que não possuía nunca colónias em África, propôs que se «restituisse a independência aos países que a haviam perdido por causa de uma agressão e se visse a possibilidade prática de se tornarem independentes os povos que a tal aspirassem». Essa proposta, que foi bem acolhida pela URSS, ficou adiada por causa da Grã-Bretanha, o que provocou grandes controvérsias nos meios anticolonialistas. No entanto, as teses britânicas ganharam corpo na base de que os Estados Unidos também mantinham uma acção colonial relativamente a Cuba, Hawai, Porto Rico e o canal do Panamá.

Assim, quando em Maio de 1945, na Conferência de S. Francisco, se pensou criar a Organização das Nações Unidas e se abordou o regime de tutela internacional (trusteeship) decidiu-se para os territórios submetidos a esse regime «favorecer igualmente a sua evolução progressiva para a capacidade de se administrarem a si mesmos, ou para a independência, tendo em conta as condições particulares de cada território».¹ Visaria isto assegurar a igualdade de tratamento no campo económico, social e comercial a todos os membros da futura Organização e aos seus cidadãos.

Com a criação da Organização das Nações Unidas, resultante da Carta de S. Francisco, passa a existir uma tribuna mundial para os povos colonizados. Logo no Artigo Primeiro da Carta se estabelece «desenvolver relações amigáveis baseadas no princípio de igualdade de direitos dos povos e do direito de disporem de si próprios». Na base desses princípios, os porta-vozes dos povos colonizados e os naturais dos países sob tutela passam a utilizar a Comissão de Tutela da ONU para denunciarem à opinião pública do mundo inteiro as arbitrariedades dos países colonizadores e sobretudo dos incumpridores dos princípios da Carta, em particular os consignados no seu Artigo 73º.²

Portugal, na previsão de ser admitido nas Nações Unidas, promulga em 1953 a Lei Orgânica do Ultramar Português (substituindo a «Carta Orgânica do Império Colonial» de 1935) e passa a chamar às «colónias» «províncias do ultramar», abolindo também a terminologia de Império Colonial. Em 1955 publica o Estatuto da «Província» de Angola

1. Alínea b) do Artigo 76º da Carta das Nações Unidas. Importante notar que nos textos da Sociedade das Nações não se ousava empregar a palavra «independência» que já faz parte deste artigo 76º da Carta das Nações Unidas.
2. Ver Anexo nº 1.

e consegue ser admitido na ONU. Com esta transformação de fachada preparava-se Portugal para justificar o seu não cumprimento das obrigações que lhe seriam impostas pelo art. 73º da Carta das Nações Unidas, com o pretexto ridículo que Portugal não possuía «colónias» mas «províncias ultramarinas».

A solidariedade entre os povos de África e da Ásia desenvolvia-se com grande intensidade.

A derrota do Japão tinha levado à libertação da ocupação nipónica, por vezes sangrenta, da Birmânia e da Indochina, que voltam ao controlo francês. Os povos da Indochina, e em particular o povo do Vietname, passam a combater o colonialismo francês.

A vitória dos vietnamitas em Dien Bien Phu (1954) teve profundas repercussões em África, até porque milhares de negros ali tinham lutado sob a bandeira francesa e vivido a derrocada do colonialismo francês na Ásia.

Os dois gigantes da Ásia, a China e a Índia, com um terço da população da humanidade, vão exercer uma importante influência em África, mostrando a incapacidade de se manterem os impérios coloniais, face à nova determinação dos povos colonizados.

A China de Mao-Tse-Tung obriga as tropas de Chang-Kai-Chek (Kuomintang) a refugiar-se na ilha Formosa (Taiwan). É proclamada a República Popular da China.

Na Índia, a personalidade do Mahatma Gandhi faz frente ao Império Britânico,¹ popularizando uma política de não-violência e de desobediência civil que levou à retirada britânica, deixando a península indostânica dividida em União Indiana e Paquistão.

Na Indonésia, Ahmed Sukarno põe fim à dominação holandesa.

No Egipto, em 1953, é proclamada a República e Gamal Abdel Nasser assume a chefia do Estado e define uma linha anticolonialista e anti-imperialista.

A 1 de Novembro de 1954 irrompe a insurreição argelina, que dá origem à guerra da Argélia.

Já em Abril de 1954 reúnem-se, na Conferência de Colombo, a Birmânia, o Ceilão, a Índia, o Paquistão e a Indonésia que tomam a decisão de convocar a Conferência de Bandung para 18 a 24 de Abril de 1955, para a qual convidam 24 Estados independentes de África e da Ásia. De África participaram nesta Conferência Afro-Asiática de Bandung o Egipto, a Etiópia, a Líbia, a Libéria, o Sudão e a Costa do Ouro (Ghana), cuja independência estava iminente. Como observadores participaram ainda a Argélia, a Tunísia e o Marrocos. Recorde-se que o sultão do Marrocos tinha sido deposto pelos franceses e transferido para Madagáscar. Bandung foi uma reunião de 29 países, representando 1350 milhões de habitantes, que até aí haviam sido meros objectos dos interesses dos imperialistas, e que se reúnem para decidir muito simplesmente «levantarem-se de novo e voltarem a desempenhar um papel nas actividades da Humanidade».

Pela primeira vez na História, homens de raças e de tendências diversas, discriminados pelo homem branco, unidos no ódio à opressão colonial, no desejo de liquidar a exploração e serem donos dos seus destinos e no amor pela paz e pela dignidade, proclamaram a sua

1. A acção de Gandhi também se notabilizou na então União Sul-Africana.

vontade de combater a tirania e de defenderem a independência dos seus povos contra todos os apetites estrangeiros. De certo modo inspirados nas doutrinas de Monroe, de Gandhi e de Lenine, que já tinham feito o seu caminho, inauguraram uma era nova para os países dependentes que, daí em diante, encontrarão o apoio das novas nações da Ásia e da África, que tinham já conhecido ou ainda sofriam a opressão do colonialismo. Sob a liderança de Chu En Lai, Nehru e Nasser, aprovam os dez princípios da coexistência pacífica, que ficaram conhecidos como os princípios de Bandung.¹

É inegável que, com a reunião de Bandung, se acelerou o desmoronamento do sistema colonial na África e na Ásia, acabando, como disse Léopold Sédar Senghor, «o complexo de inferioridade dos povos colonizados e iniciando-se o período da inevitável descolonização».

Praticamente, em 1954, os ingleses são obrigados a abandonar o Egipto, que ocupavam desde o século XIX e, em Dezembro de 1956, sofrem com os franceses o vexame do Canal de Suez, em que os soviéticos e americanos tomaram o partido do Egipto.

Os conceitos de «neutralismo» e «terceiro mundo» começaram a impor-se e aparece a posição de «Não-Alinhamento», que é assinada por Nasser, Nehru e Tito.²

O pós-guerra das colónias britânicas da África central constitui também um vergonhoso capítulo da história do império colonial inglês. Em Fevereiro de 1949, os dirigentes das três colónias (Huggins, Welensky e outros – Rodésia do Norte, Rodésia do Sul e Niassalândia) reuniram-se na Conferência de Victoria Falls e elaboraram um projecto para a unificação das três colónias, numa federação. Huggins queria mesmo a fusão. Rejeitaram categoricamente não só a fusão, mas também a «federação». Deve ter-se presente que se estava perante uma coligação de trusts em que os brancos sediados na África do Sul não queriam fazer a mínima concessão aos negros, certos de que ali se jogava o seu futuro na África do Sul. Nas duas Rodésias iniciava-se a construção de fortes sindicatos. Na Niassalândia admitiu-se a constituição de

1. Os dez princípios de Bandung: 1 – Respeito pelos direitos fundamentais, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas; 2 – Respeito pela soberania e integridade territorial de todas as Nações; 3 – Reconhecimento de todas as raças e de todas as nações, grandes e pequenas; 4 – Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outros países; 5 – Respeito pelo direito de cada Nação a defender-se individual e colectivamente, de acordo com a Carta das Nações Unidas; 6 – Recusa na participação dos preparativos de defesa colectiva das grandes potências; 7 – Abstenção de todo o acto ou ameaça de agressão ou de emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de outro país; 8 – Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos, tais como negociações, conciliações, arbitragens e acordos perante tribunais ou meios pacíficos com base na Carta das Nações Unidas; 9 – Estímulo dos interesses mútuos e da cooperação; 10 – Respeito pela justiça e obrigações internacionais.

2. Em Abril de 1961 os 3 convocam a Primeira Conferência dos Países Não-Alinhados que se realizou em Belgrado (Set. 61), com a participação de 25 membros de pleno direito e 3 países sul-americanos como observadores.

um «conselho legislativo» para o qual foram eleitos alguns membros. Os cinco africanos eleitos para o Conselho legislativo desenvolveram uma assinalável actividade, fundam um partido, o Nyasaland African Congress, publicam um jornal com referências aos «resistentes» de antes de 1914, exigem «self-government», o sufrágio universal e recrutam milhares de aderentes. O seu líder Chipembere, diplomado pelo colégio universitário de Fort-Hare, pede a Hastings Banda (que exercia medicina em Londres) para regressar e liderar o NAC, o que Banda faz depois de ter participado na Conferência de Accra (1958) com Lumumba, Kaunda, Nasser, Holden e outros. Banda exige ao governador colonial mudanças constitucionais. A partir de Janeiro de 1959 rebentam incidentes em toda a Niassalândia que levam à morte da Federação e à ideia de que a independência para os três países seria inevitável, tanto mais que já acontecera a independência do Congo-Brazzaville.¹

Na Zâmbia, onde impera a Copperbelt Technical Foundation, e também a força já provada dos sindicatos, Roy Welensky muda a constituição, proíbe o partido Zambia African National Congress e manda prender os seus dirigentes. Novos partidos se formam, o UNIP de Kaunda, o ANC de Nkumbula e o United Federal Party, dos brancos.

Na Rodésia do Sul, os colonos, com o seu voto massivo que permitiu mais tarde a formação da Rodésia de Ian Smith, provaram que recusavam qualquer veleidade aos negros. Aliás, quando se tratou realmente da independência da Zâmbia, o mundo foi testemunha de uma desavergonhada cabala da British South Africa Company que impôs o resgate dos «direitos mineiros que condicionavam o arranque orçamental da Zâmbia», acabando por se assinar um acordo que permitiu à B.S.A. extorquir do Governo zambiano, com a aquiescência do Governo britânico, uma indemnização (!) pelo abandono desses direitos, forjando a criação de novas sociedades pretensamente zambianas mas, naturalmente, ligadas à British South Africa Company, em boa verdade à poderosa Anglo American Corporation. Essas companhias «forjadas» passaram a denominar-se «Zambian Anglo-American» e «Roan Selection Trust».²

A ausência dos negros francófonos no Congresso Panafricano de Manchester não significava a sua inactividade. Pelo contrário, estavam muito activos, destacando-se a fundação em Paris, por Marc Kodjo Hoénou, da Liga Nacional para a Defesa da Raça Negra, que participa em Bruxelas no Congresso da Liga contra o Imperialismo, onde participaram Albert Einstein, Madame Sun Yat-Sen, Henri Barbusse, Paul Henri Spaak, Jawaharlal Nehru, George Padmore, com o seu jornal The Negro Worker e Ho Chi Minh com a União Intercolonial e o seu jornal Le Paria. Estavam também ligados aos norte-africanos e aos haitianos em Paris através de Timeko Kouyaté, sudanês do

Mali. São os animadores do movimento «Negro Renaissance» (Renascimento negro), movimento nascido em Harlem, a que pertenceu Langston Hughes e em que colaboraram Jean Price Mars, Léopold Sédar Senghor e europeus como Léo (etnólogo alemão que tratou das civilizações africanas) e Maurice Delafosse (que estudou a história dos reinos sudaneses). Jean Price Mars inculcava nos seus discípulos o «orgulho da herança africana» e publicou, em 1928, Ainsi parla l'oncle, ensaio de etnografia.

É das relações com os haitianos em Paris que Kouyaté é apontado como precursor da «négritude».

A palavra «négritude» foi utilizada pela primeira vez em 1939 por Aimé Césaire no seu Cahier d'un retour au pays natal e, mais concretamente, no boletim dos estudantes negros L'Etudiant Noir. Nesse mesmo ano, Léopold Sédar Senghor desenvolve e amplia esse conceito que já aparecia timidamente nos anos 1920 com o movimento «indigéniste» no Haiti, que chegou a publicar uma obra colectiva L'homme de couleur, que toca em vários temas que levam à abordagem do conceito que entrou em voga com Césaire, Senghor e Léon Damas. A «négritude» serviu durante muito tempo de bandeira de muitas das posições tomadas pela intelectualidade negra de expressão francesa. Muitas críticas foram feitas sobre a utilização do conceito, não podendo esquecer-se as de Franz Fanon, tanto em Peau Noire, Masques Blancs (Paris, 1952) como nos Les Damnés de la Terre (Paris, 1961) e René Ménéil que fazia a distinção entre «sentimento racial» e «négritude».¹

-
1. Eis o que disse Césaire quando empregou pela primeira vez no L'Etudiant Noir esse conceito: «Como nas Antilhas se sentia vergonha de ser negro, buscavam-se todo o tipo de perifrases para designar um negro. Empregava-se a palavra **noir** em vez de **nègre**... tomemos pois a palavra **nègre** como uma palavra correcta. Era um nome de desafio... Como havia vergonha da palavra **nègre**, retomámos a palavra **nègre**. Quando fundámos o L'Etudiant Noir eu queria na realidade chamar-lhe L'Etudiant Nègre, mas houve grande resistência... Alguns pensavam que a palavra **nègre** era demasiado ofensiva e agressiva. Foi então que tomei a liberdade de falar de **négritude**. Havia uma vontade de desafio...» Césaire foi rectificando a sua posição de então, dizendo: «A negritude estava carregada de perigos e tendeu a tornar-se escola, igreja, teoria, ideologia. Sou pela negritude no ponto de vista literário e como ideia pessoal, mas estou contra uma ideologia fundada na negritude. Não creio em absoluto que a «négritude» resolva tudo; em particular estou de acordo, nesse ponto de vista, com aqueles que criticam a negritude quanto a certos usos que se podem fazer da mesma, quando a teoria literária se põe ao serviço de uma política, porque creio efectivamente que existe luta de classes, que há outros elementos filosóficos... que devem determinar-nos. Sou contra uma espécie de pan-negrismo idílico à força de confusão, tremo de pensar que eu poderia ser confundido com o nome da negritude». (Estas referências encontram-se em Buenos días y adios a la negritude, de René Depestre, Casa de las Américas, 1986, p. 104).

1. Ver em Anexo nº 2 os mapas de África, com os países independentes, respectivamente em 1955 e 1961.

2. Estes elementos foram obtidos a partir da História da África Contemporânea de Marianne Cornevin, Edições Sociais, Lisboa, 1979, vol. I.

Para a intelectualidade angolana, no Caderno de poesia negra de expressão portuguesa (Lisboa, 1953)¹ ficaram as palavras de Mário Pinto de Andrade e de Henrique Tenreiro, que são citadas na página 38.

Um novo grupo literário formou-se em Paris em redor de Alioune Diop, acabando por fundar a revista *Présence Africaine*, que congregou inúmeros intelectuais do mundo negro de África, das Antilhas e de Madagáscar.

Présence Africaine revelou as obras e alguns dos autores mais marcantes do mundo negro como Edouard Glissant, Joseph Kizerbo, Jacques Rabemananjara e muitos outros, dos quais sobressaiu o historiador Cheik Anta Diop, que viria a publicar mais de uma dezena de obras. Destacar-se-ia *Nations Nègres et Culture*, publicado em 1954, que provocou com as suas teorias sobre a origem africana da Humanidade e a origem negro-africana da civilização egípcia, hoje acolhidas como verdades científicas, reservas de grande parte dos historiadores do ocidente e mesmo de alguns intelectuais africanos.

A Conferência de Bandung não podia deixar de dar os seus frutos. Em Dezembro de 1957 uma nova Conferência Afro-Asiática, reunindo povos e não governos, tem lugar no Cairo. 49 países (em vez dos 29 de Bandung) ali se fizeram representar e analisaram os problemas da solidariedade política e económica entre os povos subdesenvolvidos, tendo em vista o seu desenvolvimento.

Portugal, que se notabilizava pela grande taxa de analfabetismo do seu próprio povo, por maioria de razão desenvolveu uma política de manter na maior ignorância os povos africanos, não fossem eles despertar para ambições inconvenientes. Como de resto em toda a África, o ensino dos africanos foi sobretudo desenvolvido pelas missões católicas e protestantes. Pela sua própria natureza, o colonialismo português desconfiava dos missionários protestantes e, quando não o pôde evitar, entregou o ensino para os indígenas às missões católicas, chegando a assinar com o Vaticano uma Concordata em 1940 e, em 1941, um Acordo Missionário, que entregava às missões católicas o «ensino rudimentar» que obrigava a três anos de ensino dito de adaptação, antes do ensino primário.

De acordo com as vocações e o aproveitamento, alguns estudantes do ensino católico podiam ser encaminhados para os seminários, beneficiando assim de um ensino secundário, na maior parte das vezes interrompido antes de seguirem uma carreira eclesiástica.

Os jovens alunos protestantes, beneficiando do colégio do Késsua ou do Instituto técnico do Dondi, ou mesmo da emigração para o Congo, viram abrir-se-lhes outras oportunidades para a Europa, para o Brasil ou para a América do Norte.

De qualquer modo, em 1948, nos dois liceus existentes em Luanda e no Lubango, não se encontravam mais de cinco estudantes negros matriculados.

1. Ver página 37.

Isso não impedia que essa juventude encontrasse nas cidades possibilidades de se matricular em escolas ou colégios particulares e comungasse das inquietações causadas pela cada vez mais requintadamente racista dominação colonial, se manifestasse de várias formas, inclusive através de clubes desportivos ou grupos culturais.

Muitos jovens das regiões fronteiriças do norte emigraram para o Congo Belga, ali se desenvolvendo politicamente e muitas vezes participando nos fenómenos políticos que aí tinham lugar.

É de salientar que sendo essa população fundamentalmente originária do então chamado Congo português, eram sensíveis aos problemas postos em Angola com a sucessão do reino do Congo, que era preocupação não só das autoridades coloniais portuguesas, de grupos nacionalistas, de protestantes e católicos. Algumas organizações nacionalistas, sobretudo as radicadas no Congo Belga, preocupavam-se no princípio com tal questão, conforme eram originárias de Mbanza Congo (São Salvador), de Santo António do Zaire (Soyo) ou de Maquela do Zombo.

A Sociedade Baptista Missionária (SBM), que não deixou de se intrometer nesta delicada questão, jogava no seio destas populações um activo papel na formação de quadros, alguns dos quais iam criando associações de assistência mútua. Tal foi o caso da Assomizo (*Association Mutuelle des Ressortissants de Zombo*) à qual se seguiu a Alliazio (*Alliance des Ressortissants de Zombo*). Há mesmo elementos que permitem supor que o nacionalista e «profeta» Simão Gonçalves Toco teria sido fundador da Assomizo. O nome de Simão Toco¹ está inscrito entre os iniciadores do nacionalismo moderno como mobilizador da juventude dos anos cinquenta, sobretudo da juventude do Zombo, que teve um interessante papel cultural através de coros e outras acções políticas.

No Planalto Central, a acção da juventude acompanhava com ansiedade os fenómenos políticos que iam tendo lugar sobretudo nos centros citadinos do país e algumas opiniões e mesmo tal ou tal tomada de posições reflectiam sempre o grupo social a que pertenciam os participantes nos fenómenos. Nessa altura era praticamente nula a convivência entre negros e brancos. Na população africana pesava muito a condição de «assimilado» e de «indígena», estes completamente marginalizados. Ainda assim os jovens crentes, dentro das missões, alinhavam mais ou menos pela orientação dada pelas missões, onde é preciso distinguir que o papel dos missionários católicos foi quase sempre, salvo raríssimas excepções, de defesa intransigente da política colonial portuguesa. O mesmo não acontecia com os jovens cristãos provenientes do Késsua e do Dondi, destinados às escolas das missões protestantes do sul de Angola. Distinguiu-se no entanto o núcleo de jovens católicos do Seminário do Cristo Rei do Huambo, onde chegam a criar uma Organização Cultural de Angola, cujo presidente Júlio Afonso desapareceu preso pela

1. Simão Gonçalves Toco (1918-1984) nasceu no distrito de Maquela do Zombo. Frequentou a escola da SBM em Kibokolo e o 1º ciclo em Luanda, tendo sido professor até 1943, data em que segue para o Congo Belga. A 25/07/49 funda o Tocoísmo que, entre outras coisas, apregoa a libertação nacional e denuncia a ocupação estrangeira. Expulso em 1949 do Congo, é preso com os seus discípulos pelos portugueses que os isolam primeiro no Vale do Loje e depois o desterram para o Farol de Ponta Albina, no deserto do Namibe. Regressou a Angola em Agosto de 1974, após um desterro nos Açores.

polícia política. Também eles se procuram organizar em grupos clandestinos (o grupo Ohio, por exemplo) no Bié, Huambo, Bela Vista (Kachiungo), Balombo e Lubango.

De registar que já em 1939, no Huambo e Bié, um grupo de jovens mestiços e brancos ligados ao Colégio Alexandre Herculano, liderados por Constantino Augusto, professor de Matemática do mesmo colégio, fundam a Associação Académica do Huambo para tentarem organizar uma Organização Socialista de Angola, que conseguiu distribuir panfletos para os liceus de Luanda e Lubango, provocando uma certa agitação entre a juventude estudantil, que levou a Polícia a prender cerca de 80 jovens que mais tarde foram libertados pelo Governador-Geral, que mandou para Lisboa apenas alguns jornalistas e o professor e, curiosamente, o Vigário Geral de Angola, Monsenhor Alves da Cunha.

Em Luanda, centro de toda a política colonial relativamente a Angola, foi-se criando ao longo dos tempos uma atitude de resistência sob a forma de organizações, por vezes até com o apoio dos colonialistas (Norton de Matos no caso da Liga Angolana). Sistemáticamente concorrente aparecia o Grémio Africano.¹ O dinamismo dessas associações preocupa sempre o poder colonial, que procurava aprofundar as divisões, quer entre as associações, quer mesmo no seio dos seus elementos. No seu segundo mandato e na sequência da «revolta de Catete» (1922), Norton de Matos ilegaliza tanto a Liga como o Grémio, que renascerão nos anos 30, já sob o fascismo, como «Liga Nacional Africana» e «Associação Regional dos Naturais de Angola – Anangola».

Os intelectuais angolanos agiam no seio das massas mais oprimidas desenvolvendo variadas actividades culturais (alfabetização nos bairros populares, palestras e mesmo recitais de poesia ou de canções tradicionais, que despertavam a consciência da opressão que os colonos estavam exercendo e a consciência nacional).

A acção da Liga Nacional Africana e da Associação dos Naturais de Angola dentro do sistema colonial fascista é extremamente rica na busca dos caminhos para a luta pelos direitos dos Angolanos e não ficou isenta de qualificativos que atribuíam à Liga maior número de elementos negros e à Associação uma maioria de elementos mestiços.

As autoridades coloniais não deixavam de explorar todas as contradições impondo, sempre que oportuno, comissões administrativas com gente da sua confiança.²

1. Ver a este respeito as notas de Eugénio Monteiro Ferreira, As ideias de Kimamuenho, p. 109 e segs.

2. Apenas para ajudar uma melhor caracterização dessa época, publicam-se duas importantes cartas a Agostinho Neto, uma de Higinio Aires e outra de António Jacinto. Higinio Aires convidava Neto para fazer parte de uma delegação da Liga em Lisboa, que originou os comentários que se reproduzem em fac-símile e que marcam uma posição de princípio comum a alguns estudantes em Lisboa nessa altura. Estas cartas foram-nos gentilmente cedidas por Carlos Veiga Pereira, e podem ser lidas em Anexo nº 3, assim como o comentário de Agostinho Neto.

A Sociedade Cultural de Angola, fundada em 1942, é mais um elemento de luta contra o ambiente de desinformação em que as autoridades coloniais pretendem limitar a acção das duas associações africanas, acabando por lhes impor direcções por si escolhidas.

De qualquer modo, uma intensa actividade de tomada de consciência nacional e de denúncia era levada a cabo através de actividades culturais e de grupos clandestinos, por todos os meios ao alcance, sobretudo através do jornalismo, da poesia ou outra literatura, e da música.

Em 21 de Janeiro de 1946 o jornal O Farolim publicou um artigo de António Agostinho Neto, chamando a atenção da juventude para os problemas da terra e das suas gentes, criticando a tendência para o «eurotropicalismo». As revistas Mensagem¹ (órgão da Anangola) e Cultura (órgão da Sociedade Cultural de Angola) e numerosas músicas divulgadas em línguas nacionais pelo grupo Ngola Ritmos, tornam-se importantes instrumentos do desenvolvimento da consciência nacional.

Em 1929, Portugal publica o «Estatuto Civil, Político e Criminal dos Indígenas da Guiné, Angola e Moçambique», muito criticado por outros países coloniais, pela utilização que se fazia do trabalho forçado dos indígenas. Assim evoluiu para outra legislação, em que admitia a possibilidade de «indígenas» poderem passar a «assimilados».



Intérpretes do Ngola Ritmos

1. A Mensagem surge em Junho de 1951 como sendo «A voz dos naturais de Angola», editada pelo Departamento Cultural da Associação. Publicou 4 números, os três últimos num só caderno. Colaboraram jovens poetas da altura, entre os quais Agostinho Neto, António Jacinto, Mário de Andrade e Viriato da Cruz.

Publica então, em 1954, o «Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias de Guiné, Angola e Moçambique». Mantém a Concordata e o Acordo Missionário de 1940 e o Estatuto Missionário de 1941, que atribuía à Igreja católica a educação dos indígenas, que dificulta ainda mais o acesso de «negros e seus descendentes» à cidadania portuguesa.

A carta-relatório sobre a situação dos nativos, de Henrique Galvão,¹ como Inspector superior colonial, ao Ministro das Colónias e que foi difundida na Assembleia Nacional Portuguesa, em Janeiro de 1947, denuncia casos escandalosos que explicavam a emigração para os países limítrofes, torna-se motivo de agitação no seio dos Angolanos.

O regime fascista agia por todos os meios também na Universidade, proibindo Professores como Bento Jesus Caraça, Rui Luiz Gomes e muitos outros de leccionar em Portugal, alguns emigrando para França ou Brasil.

A movimentação política dos estudantes africanos em Portugal, em sintonia com o que se passava nas suas terras, ia ganhando corpo para responder às inquietações causadas pela situação internacional africana e às solicitações crescentes que através dos marítimos,² sobretudo angolanos, lhes chegavam. Muitos dos estudantes angolanos mais activos (e na falta de movimentos africanos) participavam nas diferentes manifestações das associações de estudantes das respectivas Faculdades, normalmente através de movimentos de esquerda em que se destacava o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD Juvenil), em cuja acção se pressentia uma influência do Partido Comunista Português.

1. Nessa carta-relatório, que circulou na Assembleia Nacional Portuguesa, Galvão denuncia as razões que tinham levado à fuga de mais de um milhão de habitantes das três colónias onde vigorava o trabalho forçado para os países limítrofes. Entre estas razões «que tornam espinhoso o problema do trabalho», enumerou: 1º – A existência de uma política de salários de miséria; 2º – Maus tratos infligidos aos trabalhadores e não asseguramento de vestuário, alimentação e assistência médica: o indígena é considerado como um animal de carga, sem quaisquer cuidados, mesmo na morte; 3º – Utilização inconsciente de uma mão-de-obra escassa e em diminuição; 4º – Personalidade e carácter negativos dos agentes de recrutamento; 5º – Deslocações de trabalhadores para regiões impróprias; 6º – Extorsões praticadas pelos comerciantes sobre os trabalhadores; 7º – Indiferença pelas condições de alojamento, em geral impróprias; 8º – Vestígios do espírito de extermínio que reinava no final do século.

Ver extractos deste relatório em Anexo nº 4.

2. As nossas ligações com as colónias africanas e mesmo com os outros continentes eram feitas quase sempre por portador, por barco. Portugal possuía duas companhias marítimas que tinham o monopólio das viagens. Uma grande parte dos embarcações, empregados em certos serviços (lavandaria, camarotes, cozinha...) eram africanos e a sua maioria angolanos. Durante este período neles se concentrava a escolha para as ligações com os patriotas angolanos, tendo-se chegado a criar o Clube Marítimo Africano.

Além de procurarem cumprir as suas obrigações de estudantes, alguns davam aulas a outros angolanos, marítimos ou não, que aproveitavam assim conquistar mais um diploma para o seu currículo.

O agrupamento de gente vinda das colónias estudando, trabalhando ou vivendo em Portugal enfrentava grandes dificuldades para a sua sobrevivência e, para isso, procurava agrupar-se. Primeiro foram criadas as Casas de Angola e de Moçambique. Em 1943, um grupo de estudantes de Angola cria em Lisboa a Casa dos Estudantes de Angola. O então Ministro das Colónias de Salazar, Vieira Machado e o Professor Marcelo Caetano, então Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, não só apadrinham a ideia como recomendam a fusão de todas as casas de estudantes das outras colónias que se foram formando e, em 1944, funda-se então a Casa dos Estudantes do Império (CEI), em que Marcelo Caetano tentava, ingloriamente, inculcar os princípios da Mocidade Portuguesa.¹ Os membros da Casa mantiveram sempre uma posição antifascista, a esmagadora maioria dos seus elementos e dos seus corpos directivos, em Lisboa e em Coimbra, subscreviam listas da oposição e, por exemplo, recusavam-se a assinar declarações de repúdio a Nehru pelas suas afirmações sobre a política portuguesa na Índia (nos seus relatórios, a PIDE considerava a CEI um «alfobre de elementos anti-situacionistas e anti-portugueses»). Nas Faculdades de Lisboa e Coimbra alinhavam as suas posições políticas pelas da oposição portuguesa. A CEI em Lisboa teve uma intensa actividade editorial, que se traduziu na publicação de vários poetas, na edição de antologias, debates e palestras.

Depois dos tempos da sua fundação, ainda nos anos 40 e nos anos 50, a CEI atingiu um grande nível de actividade, em que se tinha de dar relevo aos aspectos literários para travar as interferências permanentes da PIDE. Por ali passaram Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade,² Amil-

1. A Mocidade Portuguesa era a organização juvenil fascista do Governo de Salazar que com ela chegou a substituir todas as organizações infantis e juvenis, tornando-a obrigatória nas escolas e liceus. Possuía uma orgânica de tipo para-militar.

2. Mário Pinto de Andrade (1928-1990) nasceu no Golungo Alto. Concluiu o curso dos liceus em Luanda, foi para Lisboa como bolseiro e frequentou na Faculdade de Letras o curso de Filologia Românica. Membro da Casa dos Estudantes do Império, onde preparou palestras, e animador com Francisco Tenreiro do Centro de Estudos [Africanos], com Agostinho Neto e outros. Recebiam colaboração dos intelectuais de Luanda, nomeadamente da Cruz, António Jacinto e Luandino Vieira. Publicou o Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa e traduziu peças de teatro africano. Parte para Paris em 1956, onde trabalha na Présence Africaine com Alioune Diop. Ali publica a primeira Antologia de Poesia Negra de Expressão Portuguesa. Participa na 1ª e 2ª Conferências dos Escritores e Artistas Negros em 1957 e 1959, e na dos Escritores de Tachkent em 1958. Foi Presidente do MPLA de 1960 a 1962.

car Cabral,¹ Marcelino dos Santos,² Noémia de Sousa, Vasco Cabral, Alda Lara, Carlos Ervedosa, Fernando Mourão, Costa Andrade, Arménio Ferreira, Carlos Veiga Pereira, Alfredo Margarido e tantos outros. Em Coimbra, Orlando de Albuquerque e Vítor Evaristo esforçam-se por trazer



No seio do Orfeão Académico de Coimbra, alguns dos seus membros, entre os quais o conhecido Zeca Afonso, fundaram um Orfeão Clássico aqui representado

1. Amílcar Cabral nasceu em Bafatá (Guiné) em 1924, filho de pais caboverdeanos. Fez o liceu em Mindelo, concluindo em 1944. Em 1945 obteve uma bolsa de estudos para o Instituto Superior de Agronomia, onde foi o primeiro negro a estudar. Frequentou a CEI e, em 50/51, foi presidente da Secção de Cabo Verde. Também participou no Centro de Estudos Africanos, na casa da Tia Andreza Espírito Santo. Agrónomo destacado pelos seus professores, fez investigações no Gabinete de Estudos Agronómicos e arranjou emprego no Departamento de Estudos da Sociedade Agrícola do Cassequel, que lhe facilitou várias visitas a Angola. Sua primeira esposa chega a ser professora do liceu de Luanda. Amílcar tem sempre contactos com os patriotas angolanos, desde Viriato da Cruz, que albergou em sua casa em Lisboa. Chegou a fazer reuniões com alguns patriotas entre os quais Deolinda [Rodrigues] e Mendes de Carvalho (Henda). Considerava-se militante da causa angolana como da causa guineense, que abraça em exclusivo ao chegar a Conakry em 1960.
2. Marcelino dos Santos (nome poético: Kalungano) nasceu em Lumbo (Moçambique) em 1929. De Lisboa foi estudar para Paris, na Sorbonne. Participou em várias reuniões internacionais de estudantes e, com Mário de Andrade e Guilherme Espírito Santo, constituíram o núcleo do MAC em Paris. Fundador da FRELIMO.

a literatura de Moçambique ao conhecimento da CEI. Em Lisboa publica-se o Boletim Mensagem e em Coimbra o Boletim Meridiano. Também para desorientar a acção da PIDE, alguns estudantes integraram o Clube Marítimo Africano e pertenceram ao Centro de Estudos Africanos, que funcionava quase clandestinamente. Depois de várias ofensivas da PIDE e da nomeação de algumas comissões administrativas, sócios presos e iniciativas culturais proibidas, suspensão de subsídios, a CEI acabou por ser extinta em Setembro de 1965, quando praticamente já não havia o grande fluxo de estudantes universitários, por terem sido criados, em 1963, os Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique.

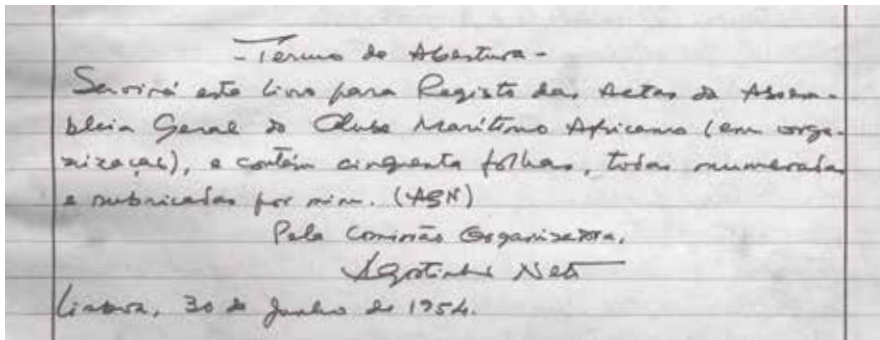
Ano após ano crescia o número de estudantes negros em Portugal, o que não deixava de ser visível no conjunto dos membros da Casa dos Estudantes do Império, em larga maioria originários de Angola. Tal grupo de estudantes das «colónias» era objecto de uma permanente preocupação por parte da polícia política. Alguns desses estudantes sentiam necessidade de debater em grupo relativamente restrito os problemas que preocupavam as suas populações no momento e para isso criaram, em 1951, um Centro de Estudos Africanos que, aos domingos e a pretexto de um funji, debatia os problemas políticos actuais, por vezes com base em trabalhos vindos de Angola ou de S. Tomé, ou elaborados por pessoas com autoridade, como Francisco Tenreiro, Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Luandino Vieira, Agostinho Neto. Evitava-se

CLUBE MARITIMO AFRICANO	
DESPORTO • RECREIO • CULTURA	
Sócio N.º 12	
Ex.º Sr. <i>Agostinho Neto</i>	
Morada <i>Lisboa</i>	
Pagou Esc. 20 \$00 relativo ao Ano de 195-9	
<input type="checkbox"/> Presidente	<input type="checkbox"/> Tesoureiro
<i>Agostinho Neto</i>	
C. M. A.	C. M. A.
Sócio N.º 12	Sócio N.º 12
DEZEMBRO	NOVEMBRO
<input type="checkbox"/> Tesoureiro	<input type="checkbox"/> Tesoureiro
<i>Agostinho Neto</i>	
C. M. A.	C. M. A.
Sócio N.º 12	Sócio N.º 12
OUTUBRO	SETEMBRO
<input type="checkbox"/> Tesoureiro	<input type="checkbox"/> Tesoureiro
<i>Agostinho Neto</i>	
C. M. A.	C. M. A.
Sócio N.º 12	Sócio N.º 12
AGOSTO	JULHO
<input type="checkbox"/> Tesoureiro	<input type="checkbox"/> Tesoureiro
<i>Agostinho Neto</i>	
C. M. A.	C. M. A.
Sócio N.º 12	Sócio N.º 12
JUNHO	MAIO
<input type="checkbox"/> Tesoureiro	<input type="checkbox"/> Tesoureiro
<i>Agostinho Neto</i>	
C. M. A.	C. M. A.
Sócio N.º 12	Sócio N.º 12
ABRIL	MARÇO
<input type="checkbox"/> Tesoureiro	<input type="checkbox"/> Tesoureiro
<i>Agostinho Neto</i>	
C. M. A.	C. M. A.
Sócio N.º 12	Sócio N.º 12
FEVEREIRO	JANEIRO
<input type="checkbox"/> Tesoureiro	<input type="checkbox"/> Tesoureiro
<i>Agostinho Neto</i>	

Recibo de quotas do CMA

a todo o custo dar aos debates um carácter que facilmente pudesse ser ligado à questão da independência, para salvaguardar os objectivos das reuniões e permitir que sobre eles se fálasse, mesmo se houvesse uma intervenção policial.

Por isso se alargou o carácter dos encontros e se decidiu, juntamente com os marítimos, constituir um clube desportivo, cultural e recreativo que englobasse os marítimos e os estudantes interessados. Conseguiu-se desse modo um novo espaço de convívio e desmortejar a PIDE, que concentrava as suas atenções sobre a Casa dos Estudantes do Império e não compreendia a presença de estudantes no corpo directivo do Marítimo, enviando mesmo contra-fés aos estudantes nestas condições, para os intimidar. Para maior segurança conseguimos fazer sair no Boletim Oficial os Estatutos do Clube Marítimo Africano, a 12 de Dezembro de 1954.



Primeira página do Registo das Actas do Clube Marítimo¹

O espaço aberto pela colaboração com os marítimos intensificou a troca de documentação e panfletos de Angola para Portugal e reciprocamente.

É assim que os estudantes denunciam, em Fevereiro de 1953, o massacre de São Tomé, apesar do silêncio que Portugal pretendeu guardar a todo o custo. O relato e as fotografias que nos chegaram às mãos foram enviados pela escritora Alda do Espírito Santo,² pelas mãos de um ilustre advogado português, João da Palma Carlos, que se tinha deslocado a São Tomé para garantir que o histerismo do governador Gorgulho não procurasse justificar os seus crimes com acusações descabidas sobre cidadãos de São Tomé.

Algumas dessas fotos foram publicadas na Conferência de Túnis, em Janeiro de 1960.³

Em 1950, aproveitando umas férias escolares, sou incumbido por Mário de Andrade de estabelecer uma ligação com outros angolanos que desenvolviam em Luanda actividades de carácter patriótico e conspirativo. São-me dados três nomes para contactar em Luanda, de

1. Estes documentos foram-me entregues recentemente por Zito Van Dúnem, que os guardara.
2. Ver Anexo nº 5.
3. Ver páginas 257 e 258.

peças que eu não conhecia: Mário de Alcântara Monteiro,¹ Costa Campos e Viriato da Cruz.²

Esse contacto é estabelecido apenas com os dois primeiros, pois Viriato da Cruz tinha sido transferido para a Secretaria do Liceu Diogo Cão no Lubango. No Huambo, todas as tentativas para combinar um encontro com Viriato da Cruz no Lubango ficaram sem resposta. Também o contacto com a Associação Africana do Sul de Angola não se realizou pois fui informado que o seu director do Huambo, António Burity da Silva, tinha estreitas ligações com a União Nacional e os colonialistas. Só me foi possível um contacto com a Rádio Clube do Huambo, através dos locutores Curado Ribeiro, Joana Campino e Sebastião Coelho que, entre outros, estavam fazendo um trabalho meritório de recolha de canções tradicionais em umbundo (cuja gravação utilizámos em Portugal e, bastante mais tarde, depois de passada de fita para disco, em Brazzaville nas emissões do «Angola Combatente»). Já o contacto de Luanda foi bastante positivo, ficando Alcântara Monteiro de mandar para Lisboa uma informação sobre as actividades em curso, garantindo-nos que a organização dos patriotas estava em marcha.

Plano de trabalho de Mário de Alcântara Monteiro

[dactilografado]

[Acrescentado à mão, no canto superior esquerdo:]

Lúcio,

Vão aí os alicerces da nossa Obra. O exemplo da nossa vitória, construirá ou ajudará a construir o dia radioso do nosso futuro.

Teu camarada A.

1. Mário de Alcântara Monteiro nasceu em 1929 no Kuito-Bié. Foi Despachante oficial e, mais tarde, Director das Alfândegas. Na altura em que se editou a revista Mensagem era director do Departamento de Cultura da ANANGOLA.
2. Viriato Francisco Clemente da Cruz, nascido em Porto Amboim em 1928. Fez os seus estudos no Colégio D. João II, em Luanda, onde completou o sexto ano dos liceus, após o que se empregou na Secretaria da Escola Industrial de Luanda, de onde foi transferido para a Secretaria do Liceu do Lubango, que abandonaria por motivos de saúde. Em Luanda desenvolveu as suas actividades patrióticas e literárias, tornando-se um poeta muito apreciado. Desenvolveu os seus estudos políticos em contacto com a intelectualidade da época e com o Brasil. Com um núcleo de patriotas, entre os quais Ilídio Machado, Mário António de Oliveira e António Jacinto, criaram o Partido Comunista de Angola, que tiveram dificuldades em alargar. Decidiram criar o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola, para o qual elaboram um Manifesto, com uma visão mais larga, para desenvolver a luta num amplo movimento de libertação de Angola [página 28]. Com Ilídio Machado e um grupo reduzido de elementos decidem trabalhar nesta linha a partir de 1956. A acção da PIDE intensificou-se e impediu a expansão desta nova orientação. Sentindo-se muito vigiado pela polícia, os camaradas aconselham-no a deixar Angola, o que faz em Setembro de 1957 sem se despedir do emprego. Vai para Lisboa onde se refugia em casa de Amílcar Cabral e dali vai para Paris, Frankfurt, Berlim (a convite da Associação dos Escritores da RDA). Em 1960 participa na Conferência Panafricana de Túnis, segue daí para Conakry onde é Secretário-Geral do primeiro Comité Director do MPLA.

PLANO DE TRABALHO

Prezados colegas,
Senhores

Se bem estão lembrados, uma das primeiras necessidades que apontei, logo após tomar os primeiros contactos convosco, foi a básica, fundamental, premente, de se estabelecer um «plano de trabalhos».

É que, senhores, impõe-se pôr de parte improvisações sempre defeituosas e que a responsabilidade e grandeza da nossa missão, – se a quisermos cumprir integralmente, cumprindo o nosso dever –, já não comportam.

Há absoluta necessidade de se determinar uma linha de rumo e uma vez esta determinada, fazermos convergir os nossos esforços para a consecução do objectivo comum.

Não importam dificuldades, obstrucionismos, incompreensões; urge estabelecer um programa e procurarmos cumpri-lo, mesmo à custa de pesados sacrifícios. Que os nossos lugares, – aqui, no campo de honra da luta pelo progresso e por uma Angola melhor, integrada numa Humanidade melhor, mais justa e mais feliz, – são de trabalho árduo e de sacrifício, não de cartaz.

E quando nos sentirmos impotentes para nos realizarmos, tenhamos, ao menos, a lealdade de confessarmos a nossa incapacidade e a fraqueza, – que é nobreza –, de cedermos-los a quem, mais apto, possa resolver os nossos problemas.

Mas que haja, também a coragem de encararmos de frente os nossos problemas; de auscultarmos o nosso Povo, nos seus anseios e aspirações e, ao batermo-nos por eles, procurarmos resolver uns e satisfazer outros.

Essa, a nossa missão.

À sugestão que cada um de vós apresentará, juntarei a minha, e, assim, o nosso programa, será, necessariamente, um trabalho colectivo e a síntese dos nossos programas.

Passo a apresentar, em esquema, o mais esquematicamente possível, o que, para mim, penso deva ser o nosso programa.

Prestarei, aos colegas todos os esclarecimentos que quiserem pedir.

Assim, destringo duas espécies, nos nossos problemas:

A) – **PROBLEMAS BÁSICOS**, que são os quatro, a saber:

1.– **ALFABETIZAÇÃO DAS MASSAS INDÍGENAS**, sem dúvida o nosso problema nº 1:
– (edição profusa de cartilhas do método LAUBACH, que tão animadores resultados conseguiu na Indochina e no Haiti).

2.– **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Cooperativas:

– alimentares;

– de construção. – (tentativa de emprego das casas pré-fabricadas na edificação de bairros indígenas higiénicos e modernos);

– criação de uma delegação na área suburbana da cidade;

– criação de estâncias de repouso para os convalescentes e colónias de férias para os trabalhadores e suas famílias, nas regiões planálticas da colónia;

– construção de parques infantis, ginásios e campos de jogos.

3.– **SANEAMENTO** das áreas suburbanas das povoações:

Insistir com as instâncias oficiais, se e enquanto não for possível à associação realizar tais obras, para a instalação, nas áreas suburbanas de:

– chafarizes,

– balneários,

– mictórios e retretes,

– remoção do lixo e detritos e

– desinfecção periódica dos aldeamentos indígenas.

4. – **ASSISTÊNCIA MÉDICA**

– ampliação do Dispensário Creche Dr. Carlos Tavares e sua transformação num hospital para indígenas;

– criação de maternidades, lactários e creches em toda a colónia, como arma de combate à mortalidade infantil;

– criação de sanatórios;

– criação de brigadas móveis de socorros médicos;

– vacinação obrigatória de todos os indivíduos especialmente crianças:

– anti-tuberculosa,

– anti-tífica,

– anti-diférica,

– anti-poliomielítica,

– anti-variólica e

– anti-amarilica.

e B). – **PROBLEMAS SUBSIDIÁRIOS**

(Do programa do Departamento Cultural):

1. – **Instrução e Cultura:**

– criação de escolas primárias, médias, técnicas, profissionais de artes e ofícios;

– criação de escolas de artes plásticas;

– criação de bibliotecas, bibliotecas móveis e salas de leitura;

– realização bienal de Jogos Florais;

– publicação periódica da Revista «Mensagem»;

– exposições de Artes Plásticas e Arte Indígena, com Salões Permanentes de Artistas Angolanos e início da organização de um Museu de Arte Indígena;

– criação de cursos livres de divulgação artística, literária e científica;

– realização de conferências, palestras, saraus, e recitais artístico-literários e culturais;

– edição popular de obras técnicas e organização de manuais profissionais;

– criação de bolsas de estudo;

– edição de quaisquer trabalhos de autores angolanos, que mereçam ser divulgados.

2. – **DIVERSOS**

– emissão de uma grande rifa popular, anual; e

– organização de feiras populares onde se poderá promover a exibição de

– grupos folclóricos e ainda a realização de concursos de

– música africana.

Luanda, Março de 1951

ass.) ilegível

Mário de Alcântara Monteiro

Entretanto, a economia de Angola continuou a florescer para Portugal e para os colonos. A partir de 1946, o valor da exportação do café ultrapassa o da exportação de diamantes. Houve uma «corrida» para o café, que se reflectiu, por um lado, na extorsão de terras aos nativos para delimitar grandes fazendas de café dos colonos e, por outro lado, na busca, em terras do centro sul, de trabalhadores forçados. O trabalho forçado assumiu cada vez mais o carácter de um sistema escravagista disfarçado e deu origem a uma «classe» criminosa de colonos: os «angariadores». Angariador era um colono que até recebia um alvará que lhe permitia recrutar trabalhadores indígenas, corrompendo autoridades administrativas ou tradicionais, estabelecendo com o indígena uma espécie de contrato que tinha o aval das autoridades administrativas. Os indivíduos recrutados eram entregues às empresas necessitadas de força de trabalho, cobrando o angariador uma soma especulativa por cada cabeça. É evidente que esse processo envolvia um rol de colonos implicados na operação. Os escandalosos lucros dos angariadores por vezes ultrapassavam os dos próprios fazendeiros de café ou dos fazendeiros agropecuários. A citada Carta-Relatório de Henrique Galvão e o livro *The African Awakening* de Basil Davidson são ricos de elementos acusatórios, que já tinham sido objecto de um inquérito internacional, «A missão Ross»,² que condenara a acção de Portugal.

Os diferentes grupos de patriotas movidos pela evolução externa dos acontecimentos em África conseguem, em 1952, recolher mais de 500 assinaturas para um protesto enviado às Nações Unidas, queixando-se dos maus tratos à população indígena e pedindo às Nações Unidas para tomar medidas que pusessem fim ao domínio português (documento que foi apreciado pela subcomissão que a Assembleia Geral nomeou na sua 16ª Sessão para estudar a situação em Angola).³ Nessa altura ainda Portugal não tinha sido aceite como membro das Nações Unidas.

A clandestinidade imposta aos diferentes grupos de patriotas dificultava a coordenação dos seus esforços e a ligação entre os jovens que se afirmavam em Luanda e em Portugal. As ligações entre patriotas eram feitas, entre outros, pelos marítimos, como já foi dito.

Entretanto, os recados que os marítimos traziam de Angola revelavam uma agitação crescente na juventude, que queria organizar-se.

Realmente, em princípios de 1957 são-nos enviados dois documentos de Luanda com o recado de maior sigilo até que alguém viesse de Luanda explicar o seu alcance. Trata-se por um lado dos Estatutos do Partido Comunista Angolano, que teria sido criado em Novembro de 1955 e, por outro lado, de um Manifesto que, ao caracterizar as duas classes antagónicas em confronto em Angola – o colonizador e o colonizado – lança algumas palavras de ordem:

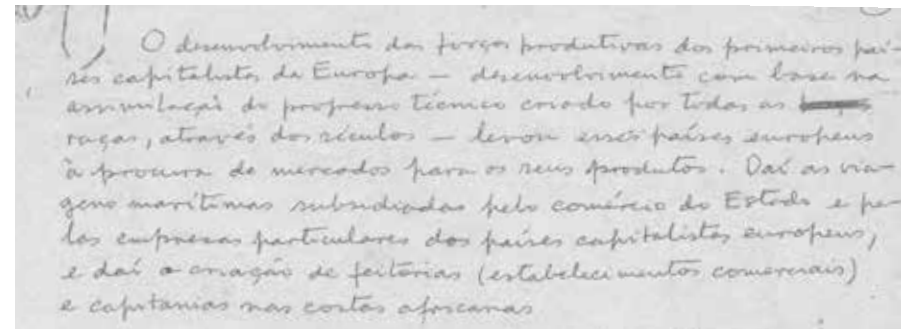
1. O professor E. A. Ross, da Universidade de Wisconsin (EUA) tinha efectuado em 1924 uma visita ao centro de Angola. Um ano após essa visita elaborou-se um relatório sobre «O emprego do trabalho indígena na África Portuguesa» que foi apresentado à «Temporary Slavery Commission» da Sociedade das Nações. Esse relatório, publicado pelo Manchester Guardian, causou um grande escândalo, o que pôs em perigo algumas personalidades protestantes que acompanharam durante a sua visita.
2. Ver *The Angolan Revolution* de John Marcum, Vol.I, 1969, p. 26.

«Lutar em todas as frentes e em todas as condições»;
 «O colonialismo português não cairá sem luta»;
 «A luta só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola»;
 «O povo angolano deve organizar-se através de milhares e milhares de organizações espalhadas por toda a Angola»;
 «Lutar para organizar e organizar para lutar»;
 «Nunca se deve ceder à impaciência»...

Recebidos da mão do marítimo António Rodrigues,¹ os dois documentos não apresentavam uma perfeita ligação entre si e assim ficámos a aguardar melhores esclarecimentos de Luanda.

Documento sem título, que viria a ser o Manifesto do MPLA²

[manuscrito por Viriato da Cruz]³



[Sublinhados e maiúsculas conforme o original]:

O desenvolvimento das forças produtivas dos primeiros países capitalistas da Europa - desenvolvimento com base na assimilação do progresso técnico criado por

1. Além de António Rodrigues, os marítimos que tinham a missão de levar e trazer documentos eram António Octávio Van Dúnem (Zito Van Dúnem) e Manuel Soares Gomes.
2. Podem-se ler em Anexos nº 6, 7 e 9 os manifestos do Comité Secreto da Independência, do MIA e do MLNA, respectivamente, assim como um panfleto do MLN em Anexo nº 8 e outro do MLNA em Anexo nº 10. Na página 293 encontra-se um apelo do MINA.
3. Existem várias cópias dactilografadas deste “manifesto”. Nas duas primeiras edições foi publicada uma versão com base em cópias dactilografadas. Entretanto foi encontrado, no acervo de Lúcio Lara, o original de uma versão manuscrita por Viriato da Cruz que aqui publicamos. Esta versão manuscrita, que não tem título nem data, contém algumas palavras rasuradas que não assinalamos aqui. (nota da 3ª edição)

todas as raças, através dos séculos - levou esses países europeus à procura de mercados para os seus produtos. Daí as viagens marítimas subsidiadas pelo comércio do Estado e pelas empresas particulares dos países capitalistas europeus, e daí a criação de feitorias (estabelecimentos comerciais) e capitanias nas costas africanas.

O contínuo progresso das forças produtivas, a maior necessidade de mercados e a garantia da posse dos mercados, e o aumento da concorrência entre os países capitalistas europeus na procura de mercados, levaram esses países ao aniquilamento dos Estados africanos, à conquista dos territórios africanos e à subjugação dos povos africanos. Deste modo, os capitalistas europeus transformaram toda a África em colónias e países dependentes.

Mais tarde, a exportação maciça de capitais para as colónias e países dependentes com o fim de maior exploração das fontes de matérias primas, o alargamento das “esferas de influência” e dos domínios coloniais até abarcar todo o mundo, a transformação do capitalismo em imperialismo, isto é, a transformação do capitalismo num sistema mundial de opressão colonial e de escravização financeira da imensa maioria da população do mundo por países imperialistas, estes factos, dividiram o mundo em dois campos: o pequeno campo dos poucos países imperialistas, exploradores e opressores, e o imenso campo das colónias e dos países dependentes que [se] vêem obrigados a lutar para se libertarem do jugo imperialista. Diante dos países imperialistas - países estes que visam, por meio de acordos, tratados, pactos de defesa mútua e manobras conjuntas de toda a espécie, perpetuar a opressão das colónias e dos países dependentes - diante desta frente imperialista mundial, as colónias e os países dependentes viram-se obrigados a criar a frente mundial contra o imperialismo. Isto quer dizer que só com a luta solidária e unida de todas as colónias e países dependentes se pode derrubar o imperialismo em cada país oprimido e em todo o mundo. A luta solidária dos povos asiáticos, dos povos africanos do norte do nosso continente, e a histórica e frutuosa conferência afro-asiática de Bandoeng - eis algumas das realidades da frente mundial contra o imperialismo.

Em face das realidades incontestáveis e dos exemplos das lutas vitoriosas da frente mundial contra o imperialismo, impõe-se, pois, a união firme e inabalável e a luta unida, não só de todos os indivíduos africanos, mas também de todos os povos africanos. Nenhum africano deve ficar indiferente perante a luta contra o imperialismo que se trava em qualquer ponto do nosso continente por uma África para os africanos.

Angola é um país com imensos recursos. Há, nele, diamantes, petróleo, manganês, cobre, urânio, ferro; terras para o cultivo de muitos produtos agrícolas; campinas e climas favoráveis a uma pecuária próspera; variadas matérias primas para uma indústria poderosa; mares propícios a uma indústria piscatória florescente e adiantada.

Não obstante isso, gerações e gerações do povo angolano vêm arrastando uma vida triste, na miséria, na ignorância, na perseguição, no trabalho forçado, na exploração

desumana do seu trabalho, desagregando-lhes as famílias, morrendo prematuramente, sem assistência médica e farmacêutica. Num país rico e com três habitantes por quilómetro quadrado, a população indígena cresce, segundo as suspeitas estatísticas oficiais, num ritmo lento, a natalidade infantil indígena é baixa e a mortalidade das crianças e dos trabalhadores indígenas é altíssima.

A causa dessa revoltante injustiça e dessa aniquiladora desgraça está na dominação imperialista, ou particularizando melhor: na opressão colonialista portuguesa que pesa, há séculos, sobre o nosso povo.

As minas de Angola estão nas mãos de portugueses, de belgas, de americanos, de ingleses. O território angolano pertence ao Estado português, as terras férteis nas regiões de melhor clima são distribuídas aos colonos portugueses, milhões de indígenas não são considerados cidadãos pelo governo colonialista português, não têm direito à posse individual da terra angolana. Os criadores de gado são explorados e controlados directamente por organismos económicos portugueses. O comércio interno é dificultado ao indígena e facilitado ao colono português ou de outra nacionalidade estrangeira. O comércio externo é controlado pelo Estado colonialista português e exercido por colonos portugueses. Não há Bancos de indígenas nem meios de transporte de indígenas.

O objectivo mínimo da exploração e da opressão do imperialismo sobre o povo angolano, tem sido, continua e continuará a ser sempre a obtenção de lucros máximos. Parte destes lucros são exportados para fora de Angola e a parte restante é aplicada em Angola em obras que visam sempre, directa ou indirectamente, o benefício do colonialismo, o reforçamento do Estado colonialista, o desenvolvimento das empresas estrangeiras (portuguesas ou de outras nacionalidades).

Toda a administração de Angola está nas mãos do Estado colonialista. Toda a vida social indígena foi desorganizada. A cultura indígena é desprezada, silenciada e aniquilada. Fazem silêncio sobre a história dos povos indígenas, ou a deturpam e difamam. Desconsideram as línguas indígenas e impedem o cultivo delas. Falseiam grosseiramente os factos referentes à tradição histórica e cultural dos africanos. Interpretam-nos mal, e fazem tudo por diminuir ao mínimo a estima do africano por si mesmo. Reduzem a zero a contribuição do homem negro para o desenvolvimento da cultura humana, esquecendo de propósito ter sido negra a primeira grande civilização que se conhece, a civilização egípcia. A imprensa, a rádio, o cinema, a arte, a literatura, servem apenas e são obrigados a servir os interesses do colonialismo.

O colonialismo português domina inteiramente - e de maneira cínica, desumana, cruel e brutal - a nossa vida económica, social, política, cultural e privada. Somos humilhados como indivíduo [*sic*] e como povo.

Sabe-se - pela demonstração incontestável dos factos e até por confissões de colonialistas portugueses - que a exploração desumana e brutal das massas indígenas, a falta da necessária assistência médica e sanitária, a desorganização da família indígena, o encurtamento da duração da vida do homem indígena, a baixa natalidade e a altíssima

mortalidade infantil, a rejeição do indígena ao trabalho físico, a manutenção das massas indígenas na ignorância, a política de aumentar, estimular e reforçar o parasitismo do colono sobre o esforço do indígena, tudo isso tem em vista liquidar a população indígena e fazer de Angola uma terra de brancos. O cinismo colonialista afirma não pretender liquidar os negros com a rapidez e a crueldade com que foram eliminados, por exemplo, os peles vermelhas no continente americano. É verdade: porque o que os colonialistas portugueses vêm realizando e pretendem continuar a realizar é liquidar o negro angolano, obrigando-o a um trabalho aniquilador cuja execução diminua lentamente o número e as forças dos negros, um trabalho para dotar Angola de todas as condições básicas indispensáveis à vida dos brancos em Angola. Não há dúvidas: é essa a maneira mais inteligente e proveitosa de assassinar povos. Essa não é já, de facto, uma política de discriminação racial; é pior: é uma política de assassinato do povo negro de Angola.

Actualmente, a opressão colonialista portuguesa tem sido agravada pela entrada em Angola, pela mão dos colonialistas portugueses, da dominação do capital financeiro, dos monopólios e dos trustes europeus e norte-americanos. Portugal assina acordos e pactos consentindo a penetração política e económica dos imperialistas e monopolistas norte-americanos em nossa terra, acordos e pactos “cujas cláusulas são extensivas às colónias”, acordos e pactos que vêm comprometendo o nosso povo numa política de preparativos para a guerra, guerra em que os nossos filhos, irmãos, maridos e noivos morrerão para enriquecer os nossos opressores, para tentar subjugar povos livres ou para ajudar a manter subjugados povos oprimidos como o nosso, mas que lutem, justa e heroicamente, pela sua liberdade.

Actualmente, parte considerável da nossa renda é aplicada na militarização de Portugal e das colónias portuguesas, o que agrava a nossa já dura vida de povo colonial.

O nível de vida dos trabalhadores está abaixo da linha de miséria. Os salários são de fome. Baixa continuamente o poder de compra das massas trabalhadoras. Estas não têm assistência médica e farmacêutica necessárias. Não têm direito a organizarem-se para a defesa dos seus interesses de classe. Habitam palhotas e cubatas mal construídas, em bairros infectos e desordenados, sem abastecimento de água, sem esgotos, sem luz, sem mercados, sem escolas, sem jardins, sem praças, sem sanitários, sem higiene. Os filhos dos trabalhadores, grande parte dos quais morre na infância, não têm direito à instrução primária e profissional e dificultam-lhes, por todos os meios, o acesso às escolas primárias e secundárias.

Os trabalhadores do campo, formando mais de um quinto dos homens válidos de Angola, obrigados pelo infame “contrato” ao trabalho forçado, vivem sem o gozo dos mais elementares direitos humanos. São durissimamente explorados. Dispõem deles como se fossem gado. Impossibilitam-nos de constituir família e, quando a têm, obrigam-nos a viver longe dela durante anos. Mal alimentados, têm um tempo de vida útil muito pequeno, morrem novos.

Entre os trabalhadores abundam as doenças profissionais e as doenças por má alimentação. No quadro geral os trabalhadores, os trabalhadores indígenas são os mais explorados.

Os camponeses trabalham com instrumentos de lavoura rudimentares, em terras cuja posse individual não lhes é reconhecida. Obrigam-nos a cultivar os géneros agrícolas que lhes indicam. São explorados pelos parasitas intermediários que lhes compram os géneros. Vivem na miséria, longe de todos os recursos.

As camadas médias vivem mal. Os seus vencimentos como funcionários públicos, como empregados do comércio, dos escritórios, não acompanham o aumento constante da carestia da vida. Os indivíduos desejosos de se instruírem e de se dedicarem à cultura, às artes, à literatura, às ciências, às técnicas, não encontram em Angola meios que lhes possibilitem os justos desejos.

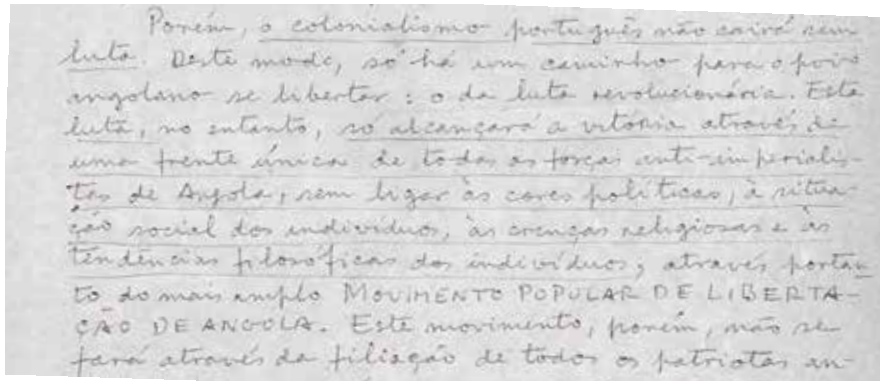
O custo da instrução aumenta constantemente, não existe o ensino universitário, não há faculdades; o ensino máximo na colónia é o ensino secundário, mas do qual é afastado, por processos indirectos ou descarados, a população indígena. Não existem as liberdades de pensamento, de consciência, de opinião, de associação, de reunião, o que freia o desenvolvimento de toda a actividade intelectual, criadora, profissional.

Os pequenos comerciantes e industriais, na maioria colonos, pois os naturais falham inexoravelmente, vivem em dificuldades crescentes provocadas pela falta de crédito, pelo fraco poder de compra das massas trabalhadoras, pelos impostos pesados, pela subida dos preços das matérias primas, pela exploração dos grandes armazenistas.

As leis do condicionamento industrial e as pautas aduaneiras favorecem os industriais de Portugal, freando a actividade dos industriais de Angola. Existe um controle absoluto em toda a indústria e em todo o comércio de Angola, visando, fundamentalmente, manter Angola em situação de perpétua dependência económica em relação a Portugal e às potências imperialistas.

O colonialismo inoculou, pois, em todo o organismo de Angola, o micróbio da ruína, do ódio, do atraso, da miséria, do obscurantismo, da reacção. O caminho em que nos vêm obrigando a seguir é, portanto, absolutamente contrário aos supremos interesses do povo angolano: aos da nossa sobrevivência, da nossa liberdade, do rápido e livre progresso económico, da nossa felicidade, de pão, terra, paz e cultura para todos.

As mais elementares necessidades inadiáveis do nosso povo - como a necessidade sagrada e imperiosa de impedir que Angola se esvazie da sua população negra, como sucedeu, por exemplo, com a população nativa do continente americano, para no lugar dela viverem numericamente grandes e poderosas populações de origem europeia - exigem a mobilização e a luta - luta em todas as frentes e em todas as condições - do povo angolano para o aniquilamento do imperialismo, do colonialismo português, para tornar Angola um Estado independente, para a instauração de um governo angolano democrático e popular. Um governo de ampla coalizão de todas as forças que tenham lutado implacável e intransigentemente, até ao fim, contra o colonialismo português. Um governo de todas as forças anti-imperialistas, e à frente do qual esteja a classe trabalhadora. Um governo que estabelecerá as indispensáveis relações do nosso povo com todos os povos, incluindo o povo português, mas na base do livre consentimento, da confiança mútua, da igualdade de direitos, de mútuos benefícios e da colaboração pacífica.



Porém, o colonialismo português não cairá sem luta. Deste modo, só há um caminho para o povo angolano se libertar: o da luta revolucionária. Esta luta, no entanto, só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, às crenças religiosas e às tendências filosóficas dos indivíduos, através portanto do mais amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA. Este movimento, porém, não se fará através da filiação de todos os patriotas an-

O inimigo é o colonialismo; ou definindo concretamente: o inimigo são todos os organismos e todos os indivíduos interessados na manutenção do actual estado de coisas em Angola, e são todos quantos colaborem, de qualquer modo, consciente ou inconscientemente, clara ou veladamente, com os primeiros. São nossos aliados todos quantos lutem ao nosso lado, todos quantos nos dêem qualquer ajuda, temporária ou duradoura, condicional ou incondicional - ou todos quantos mantenham, pelo menos, uma atitude de neutralidade favorável à luta do povo angolano. Devemos, portanto, realizar uma política de conquistar todos os aliados possíveis, devemos tirar proveito de todos os conflitos, desinteligências ou discordâncias entre o colonialismo e quaisquer grupos de interesses. Todos os grupos de interesses concordantes, de qualquer modo, com a libertação de Angola ou mesmo de África do jugo do imperialismo não devem ser mantidos isolados ou separados por motivo de ideias ou tendências que porventura os distingam, mas deve-se sim estabelecer a união desses grupos na base do interesse ou dos interesses que os aproximem, em que estejam de acordo. O que

nos une e o que nos falta deve estar sempre acima daquilo que nos separa. O essencial, em toda a nossa luta, é isolar o inimigo, tornar o mais pequena possível a sua base de apoio, estreitar o seu campo de acção, reduzir as suas possibilidades, deixar o inimigo só, fraco, sem aliados. Com esta tática a nossa vitória será mais fácil.

O nosso Movimento irá desde as mais pequenas às mais amplas e profundas lutas. Desde a luta que cada indivíduo deve travar em si mesmo para tomar consciência do perigo de morte que vem correndo a existência da população negra, para combater o desespero e a descrença nas possibilidades de êxito da luta popular, para combater o isolamento individual, para criar e desenvolver qualidades de vigilância, de auto-defesa, de disciplina e de organização, para despertar e elevar a consciência de todos os africanos honrados nas suas relações (no ambiente familiar, no local de trabalho, de recreio, na área de residência, etc.), para criar organizações, até às lutas de organizações particulares e distintas, às lutas unidas de duas ou mais organizações aliadas, às lutas unidas de todas as organizações de uma sanzala, de uma aldeia, vila ou região, às lutas unidas de todas as organizações de Angola, às lutas unidas de solidariedade do nosso povo para ajudar a luta dos povos irmãos de África.

É essencial compreender que a luta só pode ter êxito através da participação nela das grandes massas populares, que se organizarão através de organizações de família, de bairro, de local de trabalho ou residência, de estudo, de cultura, de recreio, de desporto, etc. Nem a luta individual, nem mesmo a luta de apenas alguns homens decididos e corajosos alcançará os nossos objectivos.

Os indivíduos devem organizar-se, e devem começar a organizar-se, em torno dos seus interesses mais sentidos, imediatos e do dia-a-dia. Todas as organizações devem esforçar-se por criar uma base material para a realização das suas tarefas, base essa formada por contribuições e cotizações periódicas, por donativos, etc.

É indispensável, portanto, lutar para organizar e organizar para lutar.

Devemos fazer tudo por lutar sempre organizados, ainda que se criem para isso organizações temporárias, de curta duração.

Apesar da situação miserável, aflitiva e desesperante em que tem sido obrigado a viver desde séculos, o nosso povo tem sabido, porém, manter uma notável dignidade e honradez. Isto deve constituir motivo de orgulho e de honra para todo o angolano, e constitui, sem dúvida, base sólida para a segurança das actividades conspirativas de todo o movimento popular de libertação de Angola. Em todo o caso, existiram e existem alguns traidores dos sagrados interesses. É absolutamente indispensável que cada angolano honrado e cada organização se defendam desses vis traidores a quem um dia o nosso povo fará justiça. Na nossa luta sem quartel, necessariamente ampla, de frente popular geral, da qual participarão todas as forças, correntes e tendências contrárias ao imperialismo e na qual se realizarão todas as alianças possíveis contra o imperialismo, desde as alianças no seio de cada família até às que abarcarão todo o continente africano, será indispensável que cada africano dê garantias mínimas, e por factos, de que nunca usará da sua língua e da sua mão para denunciar ou maltratar

qualquer outro africano honrado. É indispensável, portanto, ter sempre presente que bom africano é, pelo menos, aquele cuja palavra e cuja mão nenhum outro africano honrado pode temer.

É indispensável que cada africano evite sempre, quer provocar os agentes de repressão e de investigação dos organismos colonialistas, quer de responder - por palavras ou por actos - às provocações desses mesmos agentes. Nunca se deve ceder à impaciência, ainda que ela seja legítima. É absolutamente indispensável criar uma indestrutível barreira de segredo e de vigilância entre todas as organizações patrióticas de um lado, e o inimigo e os seus agentes do outro lado. Mantenha-se sempre o mais sagrado e rigoroso segredo das actividades das nossas organizações. Cada membro de qualquer organização só deve saber, em matéria de luta patriótica, o que for estritamente necessário ao cumprimento das suas tarefas. É indispensável estar sempre vigilante contra os espíões, contra os que tentem dividir-nos, contra os espalhadores de ideias derrotistas, contra os provocadores que tudo fazem para nos revelarmos ao inimigo por palavras ou por actos inúteis e imprudentes. A vida e a actividade das nossas organizações devem interessar unicamente aos seus membros, devem estar unicamente voltadas para o nosso povo, e devem dedicar-se totalmente a dar consciência, despertar, mobilizar, organizar e levar à luta as massas populares angolanas. É preciso não manter a mínima ilusão de supor que os colonialistas estão dispostos a trocar o conhecimento das nossas actividades por quaisquer benefícios que favoreçam o nosso objectivo essencial: a independência da nossa pátria. As possíveis reformas que o inimigo venha a fazer deverão sempre ser consideradas como manobras para enfraquecer a nossa luta ou para nos dividir. Pelo contrário: devemos aproveitar sempre as reformas para reforçar a situação e as posições da nossa luta.

O colonialismo não deixará de oprimir o nosso povo sem ser obrigado a isso somente pela nossa luta; não poderemos lutar sem nos organizarmos; e nenhuma organização sobreviverá se ela for conhecida pelo inimigo. Eis três verdades evidentes, as quais não devemos vender por preço algum. Em todas as organizações deve reinar, portanto, a maior disciplina e as mais rigorosas normas de organização e trabalho. E como lutamos contra um inimigo cuja inclemência e crueldade sobejamente se provam pelos crimes e pelos maus tratos que durante séculos - com medo da união do nosso povo e com medo que se transforme em acção o profundo e nunca abafado ódio patriótico do nosso povo - vem causando ao nosso povo, é indispensável que nas nossas organizações se pratique a mais pronta solidariedade para com os patriotas ou a família dos patriotas vítimas do inimigo pelas suas actividades patrióticas. Já temos uma base sólida para a prática e o desenvolvimento dessa solidariedade: é a tradicional fraternidade africana.

Já se sabe que os colonialistas, através dos seus agentes e por todos os meios, procurarão espalhar ideias erradas e derrotistas no seio do nosso povo. Dirão, por

exemplo, que não podemos criar um Estado independente e um governo angolano, sem quadros culturais e administrativos preparados, capazes de realizar a administração de Angola. Dirão que devemos, primeiro, criar esses quadros sob as condições actuais, e lutar então, depois, pela conquista do Estado independente. Essa ideia é falsa. Porque enquanto o imperialismo imperar em Angola nunca ele consentirá que se formem tais quadros, pois ele sabe que tais quadros o levarão à morte. Isso mesmo tem sido declarado pelos colonialistas em todas as suas reuniões internacionais e nacionais, nas quais eles combinam os seus sinistros planos; em todos os seus congressos, e ainda recentemente no congresso de economistas realizado em Luanda.¹ E os seus actos têm provado sobejamente as suas palavras. Não tenhamos ilusões: o colonialismo nunca se suicidará. Portanto, devemos, antes de tudo, lutar por tornar Angola um Estado independente. Conseguido isto, estarão automaticamente criadas as principais condições favoráveis ao desenvolvimento do nosso povo, e avançaremos, com passos de gigante, livres de peias, com a ajuda fraternal de outros povos tecnicamente mais avançados, para a elevação do nível cultural do nosso povo e para a preparação de numerosos quadros dirigentes e administrativos extraídos do seio do povo angolano. Lutemos, primeiro, por uma Angola para os Angolanos.

As actividades de todas as nossas organizações devem procurar sempre tornar presentes e levantar os interesses justos dos seus membros, tanto os da sua vida particular e diária, como os da sua região, da sua raça, da sua pátria; devem procurar sempre fazer ressaltar a justiça de uma “África para os Africanos”, como existe justamente uma Europa para os Europeus; devem procurar sempre levar os indivíduos a conhecer, a praticar e a amar a cultura do nosso povo e as dos outros povos africanos (a história, as línguas, etc.), pois a Cultura [de] um povo constitui um dos alicerces da sua existência e garantia da sua sobrevivência. Portanto, é preciso lutar sempre pela instrução, pela cultura, pelo desporto, por todos os justos interesses dos homens enfim, mas devem-se pôr, sempre, essas actividades ao serviço da nossa luta. Dar a tudo um carácter político, ligar tudo aos interesses do nosso povo, à luta do nosso povo. Nunca se deve impor a ninguém os princípios, os objectivos e as razões da nossa sagrada luta. As pessoas devem ser pacientemente convencidas. Deve-se partir sempre dos problemas que preocupam a vida particular de cada indivíduo. Não há dúvidas de que, na base dos problemas de cada um, está - como causa principal do fracasso, da dificuldade, da injustiça, da desgraça - a opressão colonialista, a qual é responsável pelas más condições gerais que impedem uma vida melhor para toda a gente. Só haverá solução para os problemas de todos os indivíduos, se forem resolvidos os principais problemas da comunidade angolana. Façamos os possíveis por sermos compreendidos por todos os homens do povo, analfabetos ou alfabetizados. Usemos a simplicidade popular, falemos com clareza a sua linguagem.

1. Trata-se do 1º Congresso dos Economistas Portugueses realizado em Luanda de 6 a 12 de Setembro de 1955, amplamente noticiado nestas datas.

É indispensável compreender de uma vez por todas que o nosso povo não tem taras. Existem, de facto, defeitos espalhados no seio do povo angolano. Mas tais defeitos não podem ser combatidos e eliminados através, unicamente, de uma actuação sobre os indivíduos. Tal combate contra os defeitos deve ser, sempre e antes de tudo, acompanhado pelo combate à opressão dos exploradores e dominadores sobre o povo. É no caso de Angola, os defeitos do povo são causados e alimentados pela opressão colonialista portuguesa. Liquidar, portanto, a opressão colonialista é arrancar as raízes de muitos desses defeitos.

Com fé na profunda justeza das nossas razões e da nossa causa, com fé na vitória da luta das amplas massas populares de Angola, confiantes na poderosa e irreprimível força da solidariedade de todos os povos africanos, contando com o apoio da invencível frente dos povos africanos e asiáticos contra o imperialismo, da qual participa mais de 80% da população do mundo, certos de que, no actual momento histórico da humanidade, é invencível todo o povo que lute, com unidade e coragem, pela sua liberdade e independência, marchemos para o caminho do trabalho para nos organizarmos e do combate pela libertação de Angola!

Os europeus residentes em África que queiram continuar a viver neste continente, vendo respeitados os seus direitos justos, terão de manter, pelo menos, uma atitude de neutralidade favorável à luta dos povos africanos pela sua liberdade.

Os trabalhadores europeus residentes em África devem lembrar-se de que os opressores das colónias formam, nas metrópoles, as classes que os exploram. Devem lembrar-se que é com os enormes lucros arrancados da exploração dos povos coloniais que os exploradores vêm tentando adiar e sustentar a sua luta contra eles. Com esses lucros enormes, as classes exploradoras metropolitanas não só criam e reforçam os meios de repressão e de investigação, como corrompem os dirigentes das massas, dividem as massas metropolitanas e fomentam o oportunismo entre os trabalhadores.

Os povos coloniais oprimidos e as massas trabalhadoras exploradas das metrópoles são aliadas *[sic]* naturais na luta comum contra os exploradores de ambos. Levante-se a bandeira da solidariedade internacional dos trabalhadores de todos os países! Seja vivificada e fortalecida a nossa justa e indestrutível frente mundial contra os exploradores das metrópoles e das colónias, nossos inimigos comuns. Lutemos pela coexistência e pela colaboração pacífica entre os povos!

Povo angolano! Luta [pela] tua sagrada liberdade!

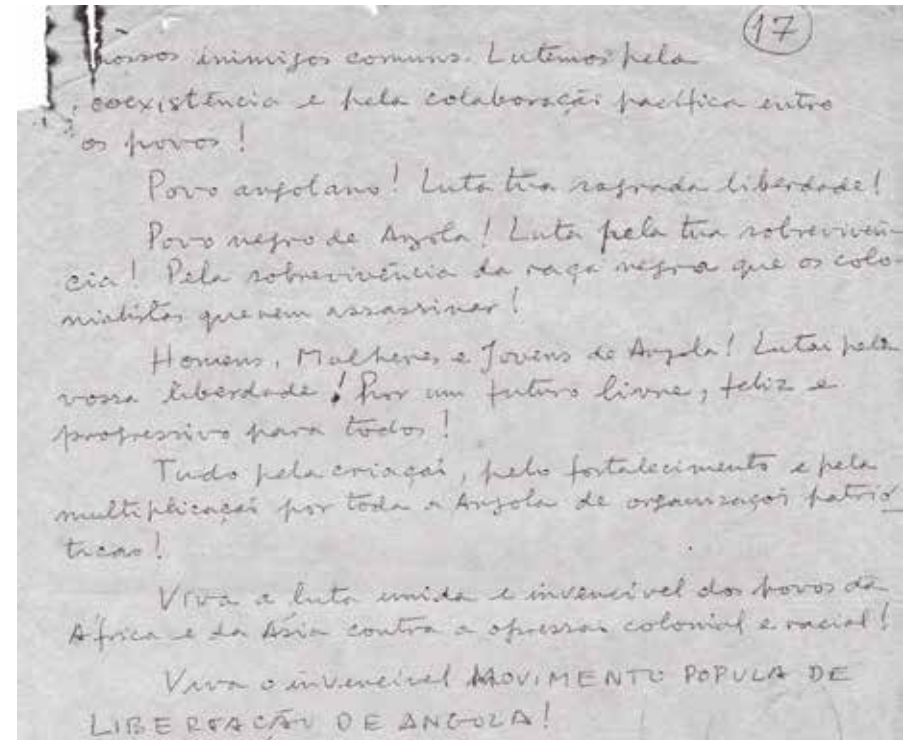
Povo negro de Angola! Luta pela tua sobrevivência! Pela sobrevivência da raça negra que os colonialistas querem assassinar!

Homens, Mulheres e Jovens de Angola! Lutai pela vossa liberdade! Por um futuro livre, feliz e progressivo para todos!

Tudo pela criação, pelo fortalecimento e pela multiplicação por toda a Angola de organizações patrióticas!

Viva a luta unida e invencível dos povos da África e da Ásia contra a opressão colonial e racial!

Viva o invencível MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA!



O grupo que criou o Partido Comunista Angolano em Luanda, em Novembro de 1955, era constituído por Viriato da Cruz (Mon'á Mundu), Ilídio Machado¹ (Paulo Costa), António Jacinto (Carlos Duarte) e Mário António de Oliveira. Logo se apercebeu das dificuldades do seu crescimento nos diferentes contactos que fez, o que o levou quase imediatamente a criar outros partidos mais atraentes, dentro aliás da palavra de ordem do Manifesto de criar «milhares de organizações espalhadas por toda a Angola».

É assim que, no início de 1956, segundo me informaria mais tarde Humberto Machado, criam o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) com o qual

1. Ilídio Machado, nascido em Luanda em 1924. Funcionário dos Correios muito respeitado, participando através da Liga Nacional Africana e da Associação dos Naturais de Angola na consciencialização patriótica da juventude para a libertação de Angola. Com Viriato da Cruz, António Jacinto e Mário António de Oliveira funda o Partido Comunista de Angola e depois o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola. Colabora, com Viriato da Cruz, na elaboração do Manifesto para o PLUAA que tem uma visão mais alargada da luta e concorda com Viriato no alargamento para um amplo movimento de libertação, em Dezembro de 1956. Além das tentativas feitas em Luanda, tentam atrair os estudantes e marítimos em Portugal, pelo que lhes enviam os documentos nos inícios de 1957, na ideia de também os engajar naquele movimento. Ilídio não chegou a pôr em marcha o Movimento popular de libertação de Angola por se terem agravado as condições policiais. Só em 1959 Ilídio consegue partir para Lisboa onde acaba por ser preso em 27 de Junho e transferido para Luanda.

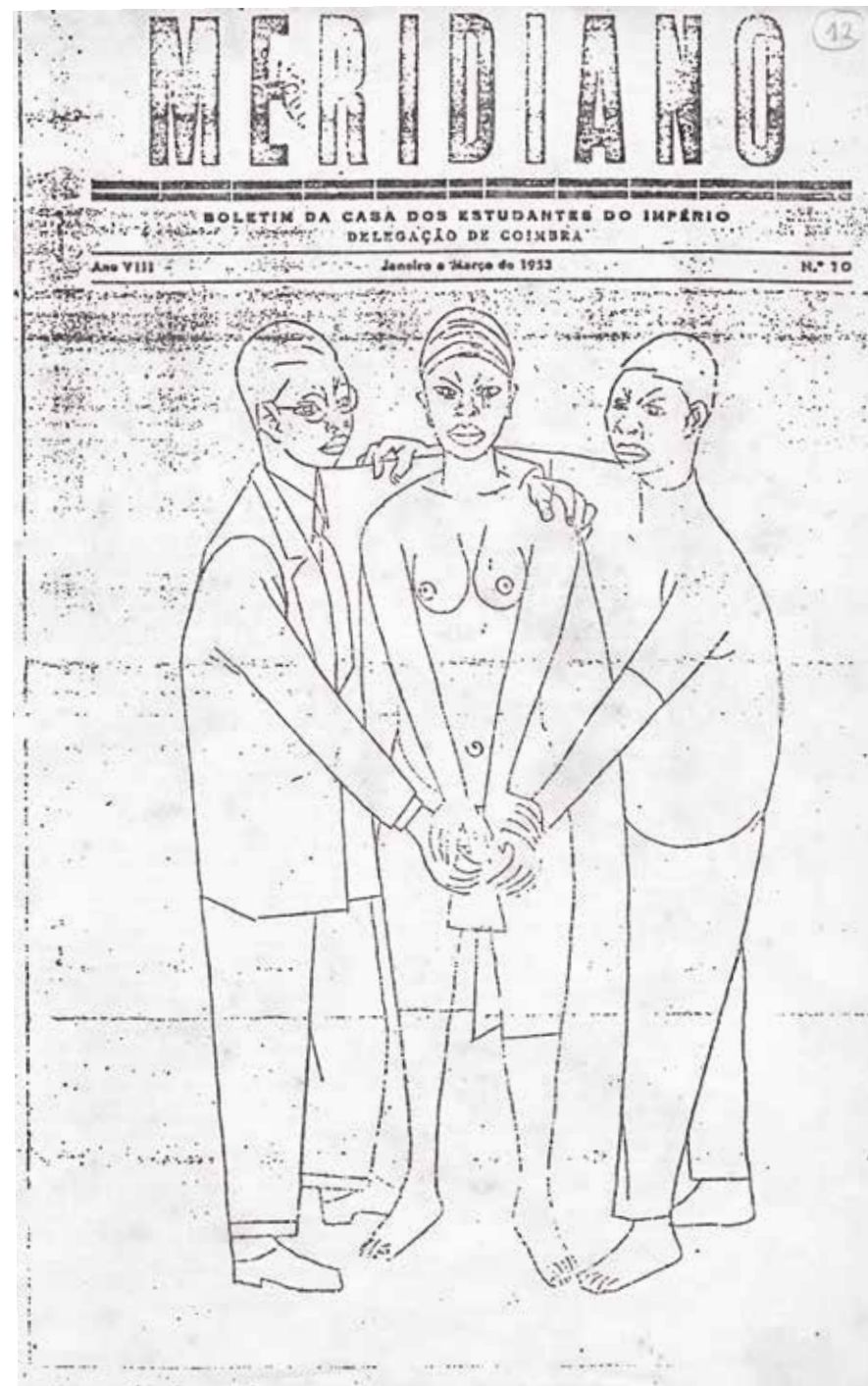
conseguem mais aderentes, entre os quais Germano Gomes e, pouco depois, sempre na ânsia de aumentar o número de militantes, o núcleo anterior cria, com Higinio Aires, Matias Miguéis,¹ André Franco de Sousa, Aristides Van Dúnem e outros, o Movimento para a Independência de Angola (MIA). Tinha assim sido encontrada a via para o crescimento do movimento de libertação. São os próprios jovens e outros patriotas a criar novos movimentos (Movimento para a Independência Nacional de Angola – MINA; Comité Secreto da Independência, etc.).²

Note-se que o núcleo fundador do Partido Comunista Angolano não o dissolveu, apesar de Mário António de Oliveira ter pedido para se afastar, por tencionar casar e não se querer comprometer com segredos de que não poderia fazer participar a sua noiva. Viriato da Cruz dir-me-ia mais tarde, já em Frankfurt, ter-se instituído uma inesperada crise com esse abandono. Viriato foi sempre muito reservado sobre as questões do interior e eu nunca fiz muitas perguntas.

Já em Março de 1952 Agostinho Neto tinha sido preso pela PIDE com alguns companheiros do MUD Juvenil, quando recolhia assinaturas a favor de um tratado de paz entre as grandes potências.³ Passados três meses foi libertado. Nos anos 50, alguns angolanos (entre os quais Agostinho Neto, Costa Campos, Lúcio Lara, Forte Faria e Balsemão – que animou um grupo de hóquei em patins da CEI que chegou a ser campeão de Coimbra, em 1952) matriculavam-se na Universidade de Coimbra, onde também havia uma delegação da Casa dos Estudantes do Império. O grupo de angolanos em Coimbra, sendo maioritário, resolvera candidatar-se à Direcção da CEI, tendo sido eleito, substituindo a anterior direcção, maioritariamente de estudantes de Moçambique. A direcção da CEI em Coimbra foi constituída por Agostinho Neto, Costa Campos, Lúcio Lara. Puderam então desenvolver um programa de acordo com os seus objectivos sociais, culturais e mesmo desportivos. Pelas suas posições de esquerda participam em muitas actividades políticas das Associações de Coimbra e conseguem a amizade dos livreiros de Coimbra que lhes obtêm livros de Jorge Amado, Franz Fanon, bem como de literatura em língua inglesa. A nível da CEI procurou-se dar vida ao boletim Meridiano.

Tentou-se ainda editar (Orlando Albuquerque, Agostinho Neto e Lúcio Lara) uma revista de artes e letras, Momento, que não passou de dois números por dificuldades financeiras.

1. Matias Miguéis nasceu em 1917, em Novo Redondo (actual Sumbe). Desde jovem revelou um espírito patriótico que se traduzia em congregar os jovens em diferentes grupos de carácter político, cultural e desportivo. Cedo estabeleceu contacto com Viriato da Cruz e Ilídio Machado. Trabalhava como contabilista da MAMPEZA, empresa que o transfere para Ponta Negra, onde Matias Miguéis mantém correspondência com os patriotas de Luanda e mesmo com algumas personalidades brasileiras ligadas à revista Cruzeiro (que circulava em Angola), David Nasser e Raquel Queiroz. Quando, em Abril de 1960, Neto envia Pacavira para coordenar a acção com os que se encontravam em Conakry, é Matias Miguéis que serve de elo de ligação.
2. Ver nota nº 2 da página 23.
3. Estados Unidos, Inglaterra, China, França e União Soviética.



A Associação Académica de Coimbra incluiu mesmo, em 1950, dois estudantes angolanos na lista dos candidatos de esquerda, Eduardo dos Santos¹ (estudante de Medicina e desportista) e Lúcio Lara (estudante de Ciências). Esta lista não foi eleita.

A situação colonial não deixava de se agudizar e alguns estudantes angolanos de Coimbra transferiram-se para a Universidade de Lisboa.

O volume das actividades que tinham lugar em Lisboa e a necessidade de as coordenar e orientar, levaram Agostinho Neto a criar o Movimento Democrático das Colónias Portuguesas, em 1954, que funcionou com as mais absolutas regras conspirativas, reunindo em princípio aos domingos de manhã, sempre em sítios diferentes. Além de Neto participavam nessas reuniões Mário Pinto de Andrade, Zito Van Dúnem, Humberto Machado,² Lúcio Lara, tendo aparecido em algumas reuniões o pintor António Domingues, suspeitando eu que ele estava ligado a qualquer organização clandestina portuguesa.

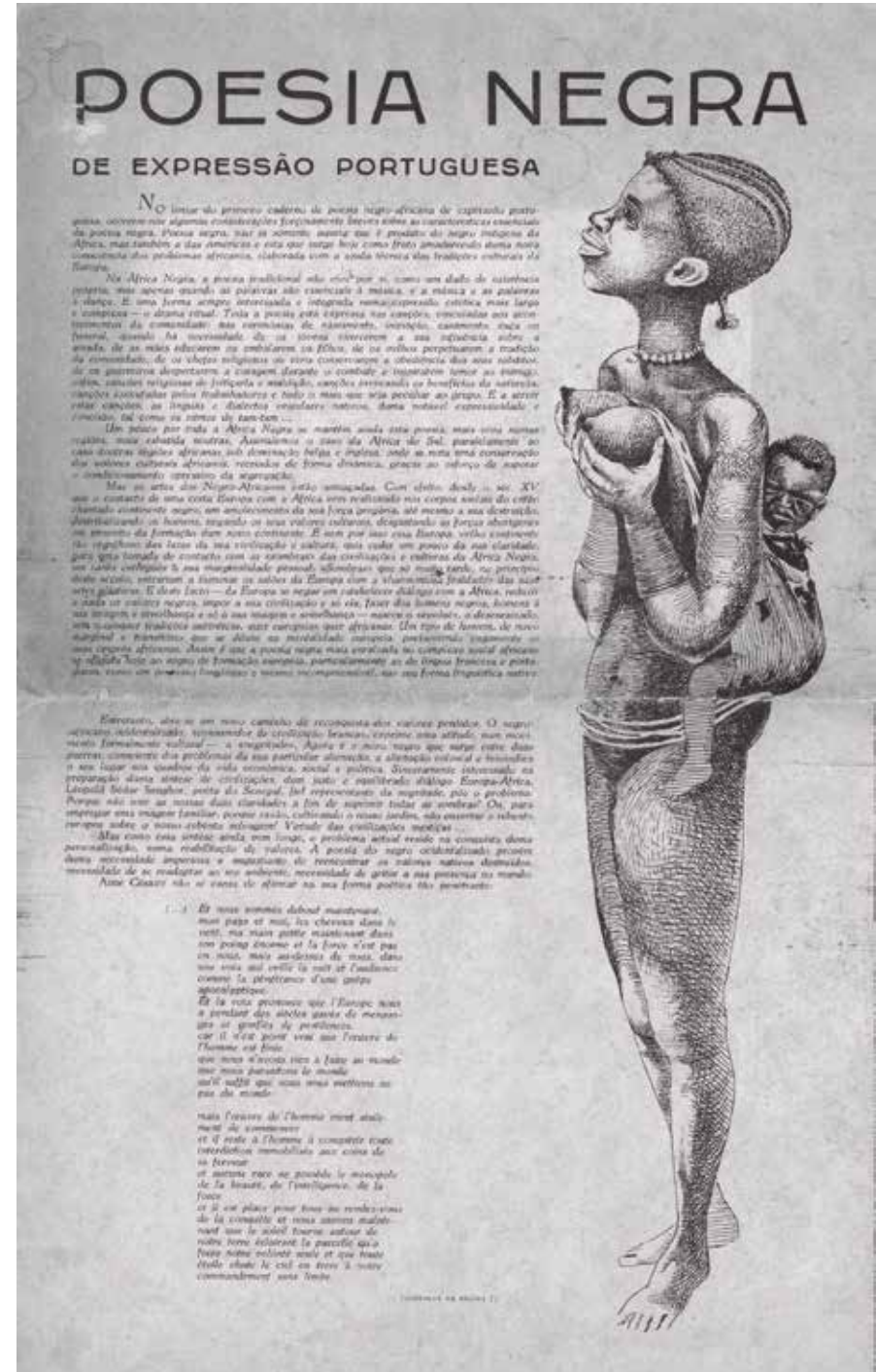
De qualquer modo sempre houve um princípio sagrado entre nós em Lisboa, de que a direcção do movimento nacionalista eram aqueles que estavam em Angola. Nunca soubemos exactamente quem eram os seus membros, mas sempre considerámos que os seus expoentes eram Viriato da Cruz e Ilídio Machado, irmão de Humberto Machado, que era o mais conhecido entre o nosso grupo de Lisboa.

Numa conferência internacional tinha-se adoptado o dia 21 de Fevereiro como o dia da luta contra o colonialismo.

Assim, já no dia 21 de Fevereiro de 1954 se organizara uma jornada anti-colonialista que se celebrou num «Centro Republicano» no bairro da Graça em Lisboa, com uma sala cheia e em que além de «prudentes» discursos anti-colonialistas foi possível apresentar a peça de Keita Fodeba (escritor da Guiné Conakry) «O Mestre Escola», sob o caloroso entusiasmo da assistência, sempre com receio do aparecimento da PIDE. Essa pequena peça foi traduzida e ensaiada por Mário de Andrade.

Ainda se vivia o entusiasmo da publicação da brochura Poesia Negra de Expressão Portuguesa (Abril de 1953).

1. Dr. Eduardo Macedo dos Santos, nascido em Malanje em 1925. Estudante de Medicina em Coimbra. Jogou futebol na Académica de Coimbra (com Diógenes Boavida). Pertenceu à Casa dos Estudantes do Império de Coimbra, de que foi vice-presidente e, como estudante, participou em importantes manifestações da esquerda na Academia. Acabado o curso, transfere-se para Lisboa onde foi interno no Hospital de Santa Marta e juntou-se à actividade política com o Dr. António Agostinho Neto, Arménio Ferreira e Ivo Loio, entre outros. Integrou o grupo que depois do Movimento Democrático das Colónias Portuguesas acabou por fundar o MAC, com Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Lúcio Lara, Noémia de Sousa e Humberto Machado, sendo escolhido para o seu Directório. Manteve contactos com Mário de Andrade e Marcelino dos Santos em Paris e com o Dr. Arménio Ferreira. Depois da instalação do MPLA em Conakry, foi dos primeiros a ir juntar-se ao grupo que lá tinha aberto um Bureau.
2. Humberto do Carmo Alves Machado, militante da primeira hora do MAC e do MPLA, nasceu em Luanda em Novembro de 1917. De profissão Engenheiro silvicultor, trabalhou na estrutura do MPLA numa biografia do Presidente Agostinho Neto que não conseguiu terminar, por ter falecido antes.



Esta brochura, organizada por Mário de Andrade e Francisco José Tenreiro, foi dedicada a Nicolas Guillén, «a voz mais alta da negritude de expressão hispano-americana» e continha poemas de Alda Espírito Santo (São Tomé), Agostinho Neto, António Jacinto e Viriato da Cruz (Angola), Francisco José Tenreiro (São Tomé), Noémia de Sousa (Moçambique). A gravura e o arranjo gráfico foram de António Domingues. O caderno foi entusiasticamente acolhido, esgotou-se a edição e, com as devidas cautelas, puderam-se enviar pelos marítimos alguns exemplares para Angola.

A nota introdutória de Mário de Andrade terminava: «Eis, concluindo, os pequenos dados para a interpretação das diferentes características da Poesia Negra. Este caderno é, em última análise, a expressão duma ansiedade; possam todos compreendê-la e amá-la. Não se destina pois aos que, em matéria de poesia apenas sabem esquadriñar os exercícios formais ou àqueles que, para iludir os seus preconceitos e o seu racismo, nos acusam de racismo. Destina-se fundamentalmente aos que sabem encontrar-se reflectidos nesta poesia e aos que, compreendendo a hora presente de formação dum novo humanismo à escala universal, entendem que os negros exercitam também os seus timbres particulares para cantar na grande sinfonia humana».

E na «Nota Final» de Francisco Tenreiro: «É assim que por todo o caderno pairam as vozes dos poetas mais altos e experimentados do mundo negro: Guillén, Césaire, Langston Hughes, Senghor, etc. Porque assim é de facto, se inclui neste volume um poema de Nicolas Guillén, uma das vozes mais puras e significativas da negritude.

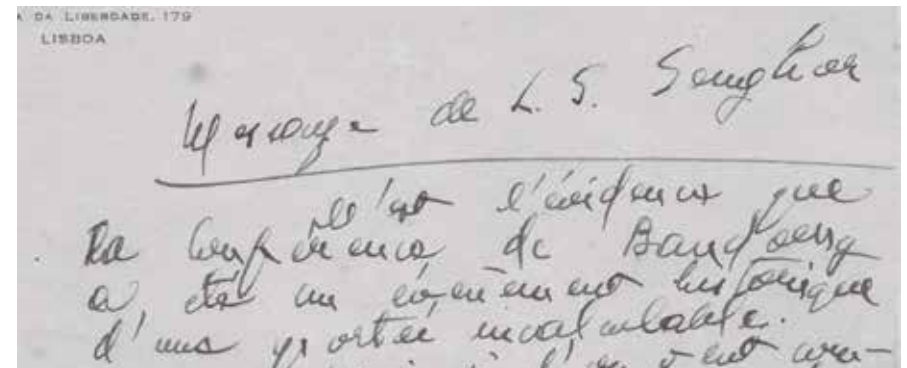
«Poder-se-á estranhar a ausência de poetas de Cabo Verde: tal sucede por, em nossa opinião, a poesia das ilhas crioulas, com raríssimas excepções, não traduzir o sentimento da negritude que é a razão-base da poesia negra. De menos interesse por isso? Menos válida para a compreensão global do mundo negro? De forma alguma. Trata-se porém de uma poesia de características regionais bem vincadas, fruto da aculturação do Negro no Arquipélago e como tal merecedora de um estudo muito particularizado».

Seguia-se com extrema atenção tudo o que se estava passando nas colónias francesas, em que se discutia a chamada Lei Quadro,¹ preparatória das independências e nas colónias inglesas e belgas, onde o colonialismo preparava as estratégias que lhe pareciam mais aconselháveis para fazer face ao movimento independentista que cada dia se afirmava com mais força e que Paris e Londres, como capitais de impérios em declínio, reflectiam com muita ansiedade. Em Fevereiro de 1955 é publicado um ridículo «Plano de trinta anos para a emancipação política da África Belga», da autoria de um professor do Instituto Universitário dos Territórios do Ultramar, que logo foi sendo ultrapassado.

1. «A Lei Quadro não é uma criação nascida da generosidade de uma potência colonizadora de princípios humanitários; inscreve-se no conjunto dos acontecimentos ligados uns aos outros dos quais é cómodo fazer coincidir a origem recente com a última guerra mundial e cujas características convergem para a emancipação de mais de um bilião e meio de seres humanos até agora submetidos: seguindo-se ou confundindo-se, segundo os casos, libertação política, económica ou social. É esta luta gigantesca, ora política ora armada, que constitui o pano de fundo da lei Quadro» (em «Fondements historiques de la Loi-cadre», por Louis Sènanon Béhanzin – *Présence Africaine*, fev-mar 1958, p. 69).

Resolvemos comemorar em Lisboa o aniversário da Conferência de Bandung. Com cautela, organizou-se um jantar num restaurante do Campo Grande, com um recital de poemas e intervenções apropriadas. Como Léopold Sédar Senghor estava em Lisboa, a convite do Governo português, fui convidá-lo a estar presente. Embora tenha recusado compreensivelmente, Senghor escreveu uma mensagem que foi lida e bastante aplaudida na comemoração.

Mensagem de Senghor pelo aniversário da Conferência de Bandung [manuscrita – original em francês]



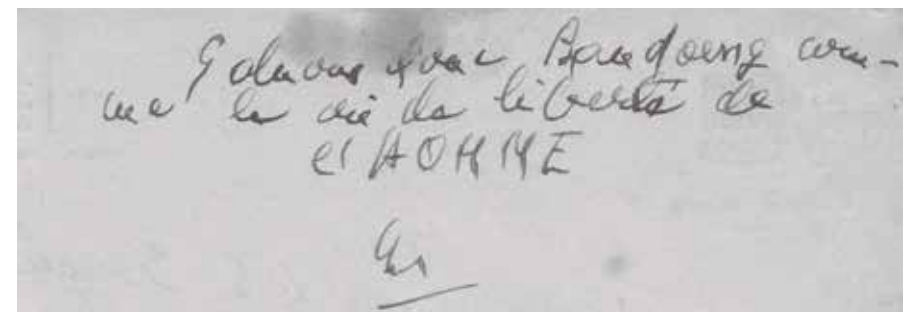
Mensagem de L. S. Senghor

É evidente que a Conferência de Bandung foi um acontecimento histórico, de um alcance incalculável.

Mas se quisermos compreender o espírito de Bandung é preciso procurar para além dos discursos oficiais e do ressentimento que começou por ser apenas uma negação, aliás necessária.

Bandung é essencialmente a afirmação de um espírito de cultura, a afirmação da eminente dignidade dos pobres. Pela primeira vez os povos de cor tomam colectivamente consciência da sua personalidade como homens e decidem afirmá-la com todas as consequências que daí decorram.

Saudemos Bandung como o dia da liberta [sic] do HOMEM.



Em Setembro de 1956 realiza-se em Paris o 1º Congresso dos Escritores e Artistas Negros, preparado por um numeroso grupo de intelectuais reunidos à volta da revista *Présence Africaine*. Neste Congresso estiveram presentes os angolanos Mário Pinto de Andrade, estudante, seu irmão, o padre Joaquim Pinto de Andrade e o estudante Manuel Lima. O Congresso foi uma afirmação dos valores culturais negros do mundo inteiro, numa reafirmação da «négritude», objecto de uma certa controvérsia e foi sobretudo a afirmação da personalidade, da universalidade e da dignidade da cultura negro-africana.

A imprensa de então da Europa e da América não deixou de exprimir, como era seu hábito, as suas reticências negativas às conclusões do Congresso.

De qualquer modo, as reacções do mundo progressista, africano ou não, puseram em relevo a importância histórica do Congresso, adoptando uma fórmula para o caracterizar: «Bandung da Cultura Negra».

O problema das colónias sob a responsabilidade de Portugal punha cada vez mais a nu o criminoso atraso provocado pelo sistema colonial vigente, incapaz de travar o ímpeto com que as populações dos respectivos territórios rompiam as barreiras criadas pelo muro de silêncio que as envolvia.

Os fenómenos que se passavam em África e na Ásia repercutiam-se nas colónias portuguesas.

As reformas introduzidas por Portugal para se defender das condenações da opinião internacional e das Nações Unidas não davam qualquer resultado.

Basil Davidson, o conhecido escritor e historiador britânico, fez uma demorada visita a Angola colonial e escreveu um livro que terá sido, nos nossos tempos, a primeira grande denúncia internacional do colonialismo português: *The African Awakening*, cuja tradução francesa pela *Présence Africaine* («*Le réveil de l'Afrique*», 1957) foi devorada por todos os que se queriam documentar sobre a verdadeira natureza do colonialismo português, em que os depoimentos das próprias administrações e responsáveis portugueses desmascaram o funcionamento e o pensamento de um sistema colonial que ainda usava métodos herdados da escravatura, então apresentada como trabalho forçado.

Numa tentativa desesperada para tornar aceitável aos olhos da opinião internacional o seu sistema colonial retrógrado, o governo fascista e colonialista ia publicando diplomas como a *Lei Orgânica do Ultramar* (Junho de 1953), o *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias de Guiné, Angola e Moçambique* (1954), mas quer o espírito quer a natureza das leis concebidas pelos atrasados teóricos do colonialismo português não estavam à altura da avalanche anti-colonialista que tinha invadido todo o mundo.

Os patriotas angolanos procuraram várias formas de organização e encontraram um grande apoio em alguns intelectuais que se movimentavam em vários pontos de Angola e a partir de Luanda. Várias tentativas de organização iam aparecendo em diferentes círculos de interesse, nomeadamente na juventude.

Em Fevereiro de 1955, Agostinho Neto é novamente preso em Portugal, desta vez sob o pretexto de ter participado na 5ª Assembleia de delegados do MUD Juvenil, onde fora eleito para o seu Comité Central. Acaba por ser julgado em 1957 e condenado à perda de direitos políticos por 5 anos.

Entretanto várias manifestações anti-colonialistas vão tendo sucessivamente lugar (recitais, palestras). O antigo Centro de Estudos Africanos já com a partida de Mário de Andrade para Paris se tornara mais um centro de preparação de acções clandestinas que procurava coordenar as suas movimentações com os estudantes da CEI e com o grupo dos marítimos, legalizado no Clube Marítimo Africano. Organizavam-se semanalmente festas para justificar os encontros de troca de documentos e de informações, entre marítimos e estudantes.

No princípio de 1957, como já foi dito, os marítimos Zito Van Diñem, Manuel Gomes e António Rodrigues Costa entregam-nos dois documentos enviados pelo grupo activo de Luanda: os Estatutos do Partido Comunista Angolano e um Manifesto. Trazem-nos dois recados daqueles que nós chamávamos no nosso meio «a malta de Luanda», que não conhecíamos individualmente mas que considerávamos «a Direcção»: o primeiro é que o grupo de Luanda enviaria alguém para explicar a natureza dos documentos enviados;¹ o segundo recado, com carácter de urgência, era que era preciso criar desde já um organismo com os patriotas africanos residentes na Europa que pudesse desencadear uma vigorosa denúncia da natureza e do carácter do sistema colonial português, dos seus crimes e do seu incumprimento total das exigências mínimas da Carta das Nações Unidas, nomeadamente o desrespeito ao Artigo 73º,² que se tomou num cavalo de batalha contra o colonialismo português.

Como vimos, o aumento das actividades em Lisboa levou Agostinho Neto, em 1954, à criação de um Movimento Democrático das Colónias Portuguesas. A mesma necessidade leva à criação, pelo grupo de Paris, de um outro Movimento Democrático, com os mesmos objectivos.³

Entretanto fervilham as ideias resultantes da Conferência de Bandung, do 1º Congresso dos Escritores e Artistas Negros, dos dois documentos e recados vindos de Luanda e de diversos encontros internacionais.

Depois de uma reunião de consulta e estudo em Paris, com a presença de Amílcar Cabral e Eduardo dos Santos, uma delegação do Movimento Democrático das Colónias Portuguesas de Paris desloca-se no primeiro trimestre de 1957 a Lisboa, na pessoa de Marcelino dos Santos, a convite dos nacionalistas africanos residentes em Portugal e das conclusões dessa reunião resulta a criação do Movimento Anti-Colonialista (MAC). Participam nessa reunião Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos, Humberto Machado, Eduardo dos Santos, Noémia de Sousa e Lúcio Lara, e ali se adoptaram os princípios norteadores do MAC, que foram divulgados pela juventude das colónias portuguesas na Europa. Apenas um grupo de estudantes angolanos, através de Iko Carreira, Gentil Viana e outros, manifestou a sua preferência pela criação de um movimento só angolano e não de todas as colónias portuguesas,

1. Essa explicação nunca chegou a efectivar-se, supondo-se ter sido Ilídio Machado quem recebeu esse encargo. Mais tarde veio a saber-se que o Manifesto, que apelava à criação de um amplo movimento popular de libertação de Angola, fora distribuído a alguns membros do PLUAA que, face às condições de repressão, não o tinham divulgado amplamente.
2. Ver Anexo nº 1.
3. Deste Movimento Democrático das Colónias Portuguesas de Paris faziam parte Mário Pinto de Andrade, já a trabalhar na *Présence Africaine* como secretário de Alioune Diop e fazendo algumas cadeiras de Ciências Sociais na Sorbonne, o moçambicano Marcelino dos Santos, também estudante na Sorbonne, e o são-tomense Guilherme Espírito Santo, que tinha tentado Agronomia em Portugal e que em Paris acabou por se tornar agente técnico de Electrónica.

mas aceitou o argumento de que, justamente a pedido dos patriotas de Angola, o interesse fundamental no estrangeiro era a denúncia do carácter e dos métodos do colonialismo português e que, dada a situação facilmente localizável dos residentes em Portugal, seria mais fácil baralhar a PIDE não atraindo a sua atenção só para os angolanos.

O MAC constituiu um Directório de que faziam parte, em Lisboa, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Eduardo dos Santos, Lúcio Lara e Noémia de Sousa. Ficou assente que a acção no estrangeiro estava subordinada às direcções dentro dos nossos países.

Definiram-se as tarefas imediatas e responsabilizaram-se os membros do Directório, cada um por tarefas concretas a executar.

Em Outubro de 1957 dá-se em Lisboa um acontecimento inesperado. Um dia alguém me comunicou que vira em Lisboa Viriato da Cruz, que eu não conhecia fisicamente, perto da casa de Amílcar Cabral. Fui encontrar o Amílcar e disse-lhe que alguém me comunicara ter visto Viriato da Cruz perto de sua casa e que eu nem acreditara porque não era possível que um dos que nós considerávamos dirigentes do interior tivesse vindo a Portugal sem nos dar qualquer sinal ou sem nos procurar. Fiquei espantado quando Amílcar, algo hesitante, me confirma que o Viriato estava realmente em sua casa mas que, por razões conspirativas, lhe pedira total segredo... Fiz ver ao Amílcar a situação dúbia em que ele próprio se colocava como membro do Directório que tínhamos criado e convenci-o a falar com o Viriato para que se desfizesse a estranheza daquela situação, propondo-lhe um encontro pelo menos com alguns membros do Directório. Amílcar Cabral saiu-se bem dessa tarefa e o encontro com Viriato teve lugar em minha casa, com a presença de Neto e Amílcar.

Nesse encontro Viriato tentou quebrar a frieza que o incidente causara e procurou justificar-se, alegando que os camaradas de Luanda lhe tinham dado instruções rigorosas para evitar ser apanhado pela PIDE em Portugal. Este incidente terá marcado a atitude de reserva que alguns de nós sentiram relativamente a Viriato da Cruz. Viriato deixou uma palavra de ordem dos camaradas do interior que era importante fazer o impossível para evitar ser preso pela PIDE, mesmo que isso implicasse uma fuga para o estrangeiro, que era aliás o que ele estava a fazer, porque um quadro nacionalista preso prejudicaria a sua actividade e naturalmente a da causa.

Discutiu-se a situação em Angola e informámo-lo do que se passava em relação ao MAC, anunciando-lhe que, em Dezembro de 1957, Lara se deslocaria a Paris para coordenar o trabalho previsto em Portugal com o trabalho que estavam a preparar os três camaradas de Paris.

A saída de Viriato para França decorreu sem qualquer incidente e em breve ele começava a trabalhar com os membros de Paris, sobretudo Mário de Andrade que pôs Viriato da Cruz em contacto com a Présence Africaine.

Pudemos esclarecer, com certa dificuldade, o resto dos camaradas do Directório do encontro com Viriato, pois também nada nos explicou sobre os Estatutos do PCA e o Manifesto, ficando nós com a ideia que outra pessoa viria esclarecer. E já concluíamos que seria Ilídio Machado.

Ia-se realizar nesse mesmo mês de Outubro de 1957 o V Congresso do Partido Comunista Português, que nos convidou a enviarmos lá um observador do nosso grupo das colónias (ainda não tínhamos revelado aos antifascistas portugueses a existência do MAC). O Directório decidiu enviar Noémia de Sousa, mas nos encontros preparatórios dessa missão ela manifestou a sua impossibilidade pelo que eu fui indicado para o fazer. Tal congresso foi realizado algures

na linha do Estoril. Os cuidados conspirativos, inclusive o trajecto feito num carro de luxo deitados no chão do carro e a entrada na vivenda em que teve lugar o Congresso, através de uma abertura serrada no soalho da sala que dava directamente para a garagem, a guarda armada que fazia o controlo das viaturas que entravam com os congressistas, tudo isso me impressionou bastante. Além da novidade que o Congresso constituiu para mim, o que me pareceu mais importante foi ter sido aprovada uma declaração do V Congresso do PCP sobre «o problema das colónias portuguesas» em que pela primeira vez se reclamava «Liberdade e independência para os povos das colónias portuguesas». Nessa declaração sobre o problema das colónias portuguesas afirma-se: «o V Congresso do PCP proclama o reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias de África dominada por Portugal à imediata e completa independência. A causa dos povos coloniais identifica-se com a nossa própria causa. Não pode ser livre um povo que oprime outro povo!».

Nas impressões que nessa altura troquei com alguns dirigentes do PCP acerca dos Estatutos do PCA que lhes mostrei, foi-me dada a informação de que aquele texto parecia inspirado nos Estatutos do PC brasileiro.

Como prevíamos, em Dezembro de 1957 fui a Paris para coordenar o nosso trabalho do MAC em Portugal com o do grupo de Paris e desfazer definitivamente a sua ideia de autonomizar a acção do grupo de Paris. Das conversações havidas, algumas com a presença do Viriato, chegámos a acordo de prosseguir com o MAC a tarefa fundamental de denunciar por todos os meios o colonialismo português e arranjar apoios para as lutas dos povos das colónias portuguesas. Essa missão ia sendo cumprida com relativo sucesso, ficando Mário de Andrade de ir publicando artigos em jornais e revistas estrangeiras de esquerda, como a Démocratie Nouvelle (francesa), La Gauche (belga)...

Nas conversações que tive em Paris a sós com Viriato da Cruz procurava compreender o que significavam os Estatutos do PCA e o Manifesto recebidos. Transmiti a Viriato as minhas apreensões quanto à eficácia de um partido comunista, não só pelos temores que o próprio nome podia criar às pessoas, mas também pelo facto de não nos parecer que nessa altura a classe operária angolana já estivesse «madura» para integrar um partido comunista.

Viriato disse-me que já tinham pensado nisso e que havia de vir um alto responsável falar connosco quer sobre o PCA como sobre as organizações de massas que entenderam dever criar imediatamente. Fiquei com a ideia que havia mais um Partido e uma organização sindical.

Apesar de todas as cautelas de Viriato, percebi que esse camarada seria Ilídio Machado, vindo mais tarde a aclarar-se que, constatadas as dificuldades encontradas na ampliação do Partido Comunista, os fundadores tinham entregue as tarefas subsequentes a Viriato e Ilídio. Nada destas questões fora abordado por Viriato, que apenas me disse ter sido encarregue de me cooptar para o PCA se eu estivesse de acordo, depois de se ter certificado que nós não éramos membros do PCP!¹ Tendo eu respondido afirmativamente à proposta de cooptação

1. *O nosso contacto com o PCP fazia-se através de um matemático, o Professor Gaspar Teixeira, que nos ia dando os pontos de vista do PCP acerca dos problemas que nós entendíamos pôr-lhe, tendo chegado a arranjar-nos um cópiógrafo que os camaradas nos tinham pedido através dos marítimos e que, pela mesma via (através de Manuel Gomes) conseguimos fazer chegar, primeiro ao Lobito, depois a Luanda.*

para o PCA, Viriato instruiu-me que se um dia tivesse de ir a Luanda e quisesse fazer um contacto, deveria fazê-lo por meio das credenciais que me entregou: um cartão de visita cortado ao meio e uma fotografia de Aristides Van-Dúnem, que deduzi ser já membro do PCA. Como entretanto nunca voltei a Luanda, tal contacto não chegou a ser estabelecido.¹



A foto de Aristides Van-Dúnem e o seu cartão-de-visita cortado em dois, que são dados por Viriato da Cruz a Lúcio Lara quando o coopta para o PCA, para o caso de vir a Luanda e contactar Aristides Van-Dúnem.

1. Já após a independência vim a saber de outros militantes do PCA, pouco depois da fundação: os camaradas Jorge Antunes Ferreira Júnior, tipógrafo (já falecido, eleito para o Comité Central do MPLA nos 2º e 3º Congressos), Noé Saúde e muito de passagem o camarada Manuel dos Santos (Capicua), que chegou a abraçar o marxismo-leninismo exigido pelo PCA mas acabou por abandonar, limitando-se a ficar no PLUAA.

A conversa tida em Paris com Viriato só muito mais tarde se viria a esclarecer...

Realmente, após a minha fuga de Lisboa em Março de 1959¹ chegou ali Ilídio Machado para me contactar e já não me encontrou. Foi preso mesmo em Lisboa pela PIDE. Seria ele o portador do esclarecimento daquela questão que nos atrapalhava acerca dos Estatutos e do Manifesto. Efectivamente, e soube-o posteriormente, os que fundaram o PCA também viram que, como tal, o Partido não iria obter grandes adesões e decidiram fundar o PLUAA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola) ao qual se destinava o Manifesto que nos tinha sido enviado. Suponho que Viriato da Cruz teria querido ir mais além com o Manifesto e teria combinado a sua difusão e distribuição com Ilídio Machado, mantendo os dois um cuidadoso secretismo, à espera de melhor oportunidade para o fazer, e talvez confiando os seus propósitos a um reduzido número de camaradas. Pressionado por nós e particularmente pelo Mário, que tinha de escrever sobre as organizações que existiam em Angola, Viriato acaba por recorrer à frase que vinha no Manifesto: «É preciso criar um amplo movimento popular de libertação de Angola» e com as iniciais se formou a sigla MPLA. Entretanto, no interior de Angola, sem dúvida alguma que as ideias expressas no Manifesto já estavam mobilizando os patriotas angolanos que criavam os pequenos grupos e difundiam a necessidade de aproveitar todos os métodos para impregnar o povo das ideias nacionalistas e é assim que grupos culturais e desportivos – Ngola Ritmos, Ngongo, Botafogo – e grupos políticos – Comité Secreto da Independência de Angola, Movimento da Independência de Angola, um «Exército de Libertação de Angola» e mesmo certos grupos que se intitulavam UPA, entre outros, vão afinal estar na origem do Movimento Popular de Libertação de Angola. Porém, nas condições de absoluta repressão vividas em Angola, sobretudo em 1959 com a vaga de prisões, teve de ser no exterior que se viria a organizar a estrutura de direcção do MPLA, quando em Conakry pudemos juntar-nos um certo número de camaradas.

Na minha passagem por Paris a caminho da Alemanha, encontrei Mário de Andrade e combinámos que procuraríamos continuar o trabalho do MAC a partir de Frankfurt, onde ainda se encontrava Viriato da Cruz.

Como já estava em preparação o 2º Congresso dos Escritores e Artistas Negros, em Roma, decidimos forçar a nossa participação a partir de Frankfurt. Como Mário de Andrade e Marcelino dos Santos estavam convidados a partir de Paris, com alguma coisa que nos sobrava do dinheiro «emprestado» pelos meus sogros, Viriato e eu partimos para Roma, na esperança que os contactos ali nos facilitassem o objectivo de ir para África.

1. Em Março de 1959, pouco depois da participação no Congresso do PCP, tive informações sobre a detenção de um membro do Partido Comunista Português que estaria a denunciar todos os participantes presentes no V Congresso. Havendo sinais de que a PIDE estaria a preparar a minha detenção, o que se notava por uma vigilância a minha casa, fui pôr a questão a Agostinho Neto e Amílcar Cabral e, no quadro das orientações que tínhamos recebido do interior para evitar ir para a cadeia, procurando de preferência fugir para o estrangeiro, decidiu-se a minha fuga para a Alemanha, o que foi feito com a ajuda dos meus sogros. Assim abandonei Portugal em 11 de Março de 1959, com mulher e filho de 2 anos.

Este 2º Congresso de Escritores e Artistas Negros, na sequência do 1º Congresso que se realizara em Paris, representava uma continuidade e uma exigência ditadas pela situação existente com os problemas criados em consequência de Bandung e das diferentes reivindicações já em curso em África e nas Américas. Eminentíssimas personalidades, desde o Dr. Jean Price Mars, que presidiu ao Congresso, Alioune Diop, Cheik Anta Diop, Léopold Senghor, Jacques Rabemananjara, René Depestre, Hampaté Ba, Aimé Césaire, e muitos outros, entre os quais brasileiros, angolanos e moçambicanos apresentaram importantes trabalhos. O Dr. Franz Fanon apresentou por exemplo um trabalho sobre «Fundamento recíproco da cultura nacional e das lutas de libertação» e o grupo das colónias portuguesas apresentou uma crítica ao Acordo Missionário celebrado entre o Vaticano e Portugal e às suas repercussões nos «indígenas» das colónias portuguesas. Um grupo de marxistas apresentou a sua posição relativamente às guerras coloniais. Consolidou-se a Sociedade Africana de Cultura, de cujo Conselho Executivo fazia também parte o Padre Joaquim Pinto de Andrade (ausente) e de cujo Comité Executivo fez parte Marcelino dos Santos. Inúmeras mensagens de várias partes do mundo e de intelectuais foram recebidas. Entre essas mensagens destacavam-se as de Patrice Lumumba, de Kwame Nkrumah e de Sékou Touré. O Papa João XXIII recebeu todos os congressistas, tendo o Dr. Price Mars feito o discurso de saudação.



2º Congresso dos Escritores e Artistas Negros, Roma, Abril 1959 (da esquerda para a direita: Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara, Viriato da Cruz e o brasileiro Geraldo Campos de Oliveira, presidente da Associação Cultural do Negro de São Paulo)



Viriato da Cruz e Sembène Ousmane, durante o Congresso de Roma (3º e 4º a contar da esquerda, respectivamente)

No decurso do Congresso, os angolanos foram procurados por Franz Fanon, que andava a ser seguido pelos terroristas franceses da OAS, por causa do FLN argelino (de quem Fanon era elemento destacado). Assim marcámos um encontro numa cave de um pequeno café de Roma, onde Fanon, em nome do GPRA (Governo Provisório Revolucionário da Argélia) nos propôs a possibilidade de treinar onze jovens angolanos em táctica de guerrilha, devendo nós fazê-los chegar a Marrocos ou à Tunísia. Aceitámos tal oferta e quando voltámos para Frankfurt fizemos vir de Lisboa Amílcar Cabral a quem transmitimos a missão de ir a Angola para combinar o envio desses jovens. A primeira ideia que tivemos foi que fosse a Noémia de Sousa cumprir tal missão, mas depois do regresso de Cabral para Portugal e vistas as dificuldades postas por Noémia, Cabral resolveu ir pessoalmente transmitir a missão, mas quando chegou a Angola praticamente todos os dirigentes que ele devia contactar já estavam presos pela PIDE e a pessoa que ele conseguiu contactar recomendou-lhe que se fosse embora porque era impossível cumprir aquela missão. Isto terá sido em Setembro de 1959.

Espalhados pela Europa, com a sede em Lisboa, em Paris, em Frankfurt e em Berlim, os nossos contactos tinham de ser feitos por correspondência, que traduzia as preocupações desses tempos, como as próprias cartas a seguir mostram.

Carta a Marcelino dos Santos[dactilografada]¹

Frankfurt, 15 de Abril [de 1959]

Caro Marcel

Há muito que espero notícias tuas, pois tínhamos combinado que vocês veriam aí o que seria conveniente mencionar no memorandum para a Guiné.

Afinal, nada veio e o memorandum teve que ser enviado à pressa sem a vossa colaboração, pois tinha que estar aí hoje.

Escrevi ontem ao Mário sugerindo-lhe que viesse até cá aproveitando a boleia do Amílcar que aí deve estar a passar se é que já não passou. Aliás estamos a estranhar que ele ainda cá não tenha aparecido, pois escreveu-nos a 3/4 de Espanha a anunciar que vinha a caminho e até hoje nada. Esperemos que o Franco² lhe não tenha deitado a mão. Se souberes qualquer coisa dele, diz.

Com base na conversa apressada que tivemos no último dia romano, estou a traduzir o tal Relatório de Accra que te enviarei logo que esteja pronto. Enviar-te-ei também o esquema elaborado pela Comissão das Nações Unidas, sobre as informações que os países coloniais devem enviar anualmente e a que Portugal sempre se tem safado. Uma ideia que me ocorreu também com base na nossa conversa, foi tentarmos nós arranjar o maior nº de elementos possíveis ali mencionados e enviarmos através de qualquer país, membro das N.U., o relatório que Portugal se recusa sistematicamente a enviar, aliás utilizando um subterfúgio difícil de rebater à luz do Direito.

O tal esquema segue hoje, e peço-te que depois de o veres o mostres ao Mário. Tenho a impressão que é bastante interessante tratarmos disso e estou já a colher alguns elementos. Uns são totalmente impossíveis de obter, mas acho que todos devemos tentar obter o maior nº de elementos.

Agradeço-te que me digas se tens possibilidade de mandar vir de Moçambique no mais curto espaço de tempo os livros seguintes:

- 1) HORÁ DECISIVA DE MOÇAMBIQUE, pelo Bispo da Beira
- 2) ORDEM ANTI COMUNISTA, pelo mesmo Bispo da Beira
- 3) COMPILAÇÃO DAS ORDENS E INSTRUÇÕES DE CARÁCTER PERMANENTE, Imprensa Nacional de Moç. 1953

Creio que são todos edição da Imprensa Nacional de Moç. O 1º é de 1954. O Bispo da Beira chama-se Sebastião Soares de Rezende. O 2º é de 1950.

Diz-me qualquer coisa sobre este assunto pois interessam-me bastante os livros referidos.

O 3º é uma compilação de inúmeras circulares dos anos 1951/52/53.

Como está a André? Dá-lhe saudades nossas. A Ruth gostou muito do conjunto que ela escolheu.

1. Lúcio Lara escreveu todas as cartas deste período com uma cópia. Assim as cartas dele que possuímos são sempre segundas vias das cartas originais.
2. Francisco Franco, o ditador fascista espanhol.

Bem, fico por aqui, pois vou ao Correio e aproveito já deitar esta.

Abraços meus e da Ruth para ambos. Se estiveres com o Mário dá-lhe cumprimentos. Aliás escrevi-lhe ontem. Mais um abraço.

L. LARA
Camillo Sitteweg 71
Frankfurt/Main 24

Carta de Mário de Andrade

[manuscrita]

Paris, le 18 avril [de 1959]

Meu caro Lúcio,

Recebo a tua carta, de regresso de Roma. Fiquei efectivamente inquieto, esperando por vocês no hotel. Entreguei uma série de documentos ao Rajo, inclusive um extracto da mensagem e registámos ao magnetophone uma conversação sobre os nossos problemas. Aqui tens a sua morada pessoal, se lhe quiseres enviar o artigo a que te referes:

VIA OZANAM, 75

Tomei contacto com alguns editores romanos que se dispõem a publicar livros nossos. Para já, devo fornecer uma bibliografia e começarei por dirigir uma colecção literária. É importante reunir documentos, livros, enfim obras de actualidade sobre a nossa situação. Razão por que insisto que se esgote o plano sobre a colonização portuguesa de que tens conhecimento.

Estive na quinta-feira na Prefeitura de Polícia. Deram-me a entender que a Embaixada Portuguesa faz pressões, insiste numa vigilância apertada à minha pessoa e aos meus compatriotas... Prevejo uma expulsão. Cautela na correspondência a mim dirigida!

Claro que será necessário pôr em prática uma série de projectos. Não exageres a importância das minhas observações sobre o perigo de reduzir o nosso movimento a uma espécie de «complot». Tudo o que desejo é uma livre confrontação dos nossos problemas e especialmente uma confiança mútua. Sempre pretendi nas minhas actividades dar uma contribuição honesta à solução do nosso caso. Gostava, por isso, estar mais assiduamente ao corrente das actividades dos que, como eu (na medida das minhas possibilidades) fazem qualquer coisa. A questão é simples. Manda-me pois os últimos elementos que possuas sobre Angola. Interessa-me particularmente obter dados concretos sobre os colonatos e a emigração branca.

A questão é simples. Manda-me pois os últimos elementos que possuas sobre Angola. Interessa-me particularmente obter dados concretos sobre os colonatos e a emigração branca.

Indica a Ruth e ao Mário
Um abraço a ti
Mário

Saudades à Ruth e ao Viriato.
Um abraço do teu
Mário

P.S. A Sarah vai melhor.
Espero que possas entregar o curriculum vitae junto ao Amílcar.
Já enviei os livros aos assinantes de Lisboa. Lembra ao Amílcar que tenho
urgência na expedição dos livros para Luanda.

Carta a Marcelino dos Santos

[dactilografada]

Ffm [Frankfurt/Main], 23 abril 1959

Caro Marcel

Aqui me tens mais uma vez para te enviar cópia do Memorandum. Claro que lhe cortei tudo que possa indicar o destinatário. Será bom que vocês arranjem um endereço seguro para se mandarem coisas desse género. Recebeste aquela coisa da ONU? O Mário falou de umas coisas chatas; tu também foste chateado?

Esteve cá o Engenheiro [Amílcar Cabral] com quem conversámos largamente nas poucas horas que dispusemos, pois só cá esteve dia e meio. Discutimos aquilo que enviaste que serviu apenas como base. Achamos que é preciso definirem-se coisas mais concretas, pois de contrário corremos o risco de nos atrasarmos irremediavelmente. Em breve teremos proposições mais concretas que ora estão sendo iniciadas. É difícil falar destas coisas por carta, pelo que logo que haja necessidade estabeleceremos um contacto efectivo.

Agradeço as providências que tomaste em relação ao que te pedi. Tenho cá um bom anuário de Moçambique que me tem sido útil, mas faltam-nos outros elementos.

Agradeço que com a maior urgência te informes e me informes do seguinte:
LISTA DAS PASTAS (EX. MINISTÉRIO DE PROPAGANDA, ETC.)
QUE COMPÕEM O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CONGO (ex-Congo francês). LISTA DOS NOMES DOS TITULARES ACTUAIS DESSAS PASTAS.
DESIGNAÇÃO ACTUAL DE RADIO BRAZZAVILLE.

Isto é de facto urgente. Pelas razões que sabes não te explico agora os motivos deste pedido. Desde já agradeço que ponhas o que tens de conhecimentos a responder a estas questões. Seria bom que ainda esta semana ou no princípio da próxima já cá estivesse a resposta.

Hoje fico por aqui. Ainda não é desta que vai aquela coisa de Accra. A Ruth está a traduzir, mas aquilo é muito chato de traduzir e ela ainda só vai na 4ª página. São 8.

Saudades da Ruth para vocês ambos. Um abraço para a Andrée e outro para ti. Até à próxima

ass.) L.

P.S. É verdade, e a camisa?...



Recorte de um artigo de Rui Ventura (Holden Roberto)
no *Ghana Times*, de 21/2/1959

Carta de Viriato da Cruz a Holden Roberto

[dactilografada]

Frankfurt/Main, 29 de Abril de 1959

Meu caro Amigo,

Recebi o número do «Ghana Times» e li o bilhete que lhe vinha apenso, datado de 28 de Fevereiro último.

Entretanto, tomo a liberdade de desejar estabelecer as melhores relações consigo e vou permitir-me, a título particular, tratar de alguns problemas que – estou convencido – são do nosso interesse comum.

Somos africanos de Angola; somos angolanos, portanto. Libertar a nossa terra da ocupação e do domínio estrangeiros é certamente, para todos nós, a tarefa mais desejada e mais elevada.

Existem algumas organizações, formadas e dirigidas por angolanos, que visam precisamente esse objectivo comum.

Não será indispensável unificar a nossa acção combativa? Não será indispensável que nós, filhos da mesma terra, que vimos sofrendo a mesma longa escravidão, nos unamos, tão cedo quanto possível, e construamos uma fraternidade concreta e confiante tão comum pela liberdade por todos nós desejada?

Não será desejável – e mais do que desejável: indispensável mesmo – que construamos uma Frente única de luta anti-colonial em Angola?

Eu e outros compatriotas estamos prontos a trabalhar o máximo possível para a realização dessa tarefa indispensável e urgente.

O que pensa você sobre esta questão? O que pensam os outros nossos compatriotas do seu conhecimento? O que pode você fazer, concretamente, para esse objectivo?

Lamento que não nos conheçamos pessoalmente. Mas suponho, por outro lado, que isto não deve constituir um grande obstáculo.

Cameron Duodu, que fará o favor de lhe entregar esta carta, conhece-me pessoalmente.

Seja o que for, confesso-me contente de entrar em contacto com um compatriota.

Certo de que você me responderá tão urgentemente quanto for o seu interesse pelo conteúdo desta carta, peço-lhe aceitar as minhas saudações fraternais.

V. Cruz
14, Cretzschmarstrasse
Frankfurt/Main
West Germany

Carta da secção do MAC de Lisboa

Lx. 7/III/59

Rui

Realiza-se em meados de Maio
em Londres um bate-papo a
que tu deves assistir, sem
dispendio para a tua bolsa.
Escreve com urgência p/
Hugo Menezes - 20, Accl Road
W, Hampstead, NW 6 - London, England.
Pois foi ele que nos convidou.
Utiliza a mesma via para nos
certificarmos do ~~teu~~ tua resolução.
~~de~~ Escreve para ele com alta urgência.
Recebi a tua carta e já sequestram
os livros. Seguem outros amanhã
ou depois.
Todos bons.
Abraços
' Tóze'

Carta a Hugo de Menezes¹

[dactilografada]

Frankfurt/Main, 11 de Maio 959

Caro Hugo,

Por carta de Lisboa fui informado que vai haver brevemente em Londres quaisquer conversações sobre assuntos africanos. Fui indigitado como representante da malta de Lisboa e por isso pedia-lhe para me informar com urgência para

Ruth Rosenberg
Camillo Sitteweg 69
Frankfurt/Main 24
Deutschland

qual a data, as condições económicas e o assunto sobre que versam as conversações. Insisto que essas informações venham o mais detalhadas e claras possíveis. Agradeço desde já. Cumprimentos

[Acrescentado à mão:]

P.S. 1) A informação foi de...

2) Agradeço que diga as possibilidades de irmos 2 angolanos.

Carta de Hugo de Menezes

[dactilografada]²

Londres, 14/5/59

Caro Lúcio Lara,

Lamento só hoje poder responder à sua carta ontem recebida. Aguardava, porém, que se efectuasse a reunião dos membros do «Committee of African Organisations», que

1. *Dr. Hugo de Menezes, nasceu em São Tomé a 02/02/1928, filho de Aires do Sacramento Menezes e de Aida Ramos Azancot de Menezes. Como seu pai foi desterrado para Angola, é ali que passa a sua infância. Como os seus irmãos médico e agrónomo, Hugo partiu para Lisboa onde participou na Casa dos Estudantes do Império. Depois de se formar em Medicina, partiu para Londres onde desenvolve notável actividade nacionalista, relacionando-se com africanos das colónias inglesas e francesas e estabelecendo boas relações com o Committee of African Organisations e seus dirigentes. É por essa altura que se liga ao MAC e decide partir para a Guiné Conakry, onde chega em Agosto de 1959 e onde serviu de suporte aos primeiros camaradas que procuravam ir para a África livre, intercedendo junto do Partido Democrático da Guiné de Sékou Touré. Em Conakry mobilizou os patriotas da Guiné e Cabo Verde que ali viviam refugiados e chegou a organizar um efêmero movimento, em nome do qual foi à Conferência Panafricana de Túnis, onde se juntou aos camaradas do MAC que lá encontrou, passando mais tarde Amílcar Cabral a coordenar o trabalho com os imigrados guineenses. O seu apoio em Conakry aos militantes do MPLA e do PAI, não só pela situação estável que conseguiu como médico, mas pelo seu relacionamento com os líderes locais e outros nacionalistas africanos, foi decisivo para o segundo arranque do MPLA. É dos primeiros membros do MPLA a partir para Léopoldville no fim de 1961.*
2. Todos os sublinhados são de Lúcio Lara.

deliberou adiar as Conversações para Julho próximo. Se for do seu agrado o contacto directo, poderá escrever para o referido Committee, 200, Gower Street, London NW1. Constituído há poucos meses, engloba todas as Associações Académicas de Africanos aqui existentes (entre 15 a 20 mil estudantes). Os seus fins são na realidade políticos, e tem fortes conexões com os Movimentos Políticos Africanos. O cérebro desta organização, Dennis Phombea, é fortemente progressista.

Através do Committee temos abertas as portas de certos sectores da imprensa. Estou a preparar um modesto trabalho em que tenho a pretensão de dar uma ideia da situação dos africanos em Angola e Moçambique, em especial no que se refere a «indígenas». Contudo, faltam-me o vosso apoio e certos dados concretos, como sejam o Orçamento de Angola e Moçambique, verba votada para a Educação dos «indígenas» (através das Missões), salário médio do trabalhador, número de assimilados, número de mestiços, etc. Poderá você fornecê-los? Quando completo, enviar-lhe-ei uma prova e aguardarei o seu parecer sobre o mesmo, para posterior publicação em Português (e Brasileiro...), Francês, Inglês e Swaili, em separata. A ignorância dos mais esclarecidos africanos aqui existentes é grande (sobre os nossos problemas). Terá utilidade um trabalho desta natureza? Que pensa você sobre a eficácia ou contribuição (desinteressada, do ponto de vista pessoal) do trabalho exterior, na resolução dos problemas das nossas terras? Temos possibilidade de agitar o problema da mão de obra (em especial) no Parlamento Britânico e nas Nações Unidas, por intermédio de um deputado Bevanista, que para tal se ofereceu.

Gostaria de conhecer o seu ponto de vista a propósito de todas estas questões; entendo que os nossos actos devem ser harmónicos e concorrentes. Tem notícias frescas de Portugal? Soube, há dias, pelos jornais, da prisão de um líder «liberal» de Moçambique, António de Figueiredo, e soube também que alguns outros, de Moçambique e Angola, procuraram asilo na Alemanha. É pois natural que os correios, em Portugal, dediquem uma atenção muito especial à correspondência que vai ou vem daí. Eu comunico com Lisboa por código, que tem todo o aspecto de um passatempo ou charada amorosa.

Aceite os meus cumprimentos.

ass.) HM

P.S. Espero que o seu futuro contacto com o Committee ou indirectamente comigo o esclarecerá quanto às questões por si postas na carta, referentes às Conversações. Brevemente deixarei Londres, pois quero ir para a Guiné (independente), talvez dentro de um ou dois meses.

Carta a Hugo de Menezes

[dactilografada]

Ffm. [Frankfurt/Main], 20 maio 1959

Meu caro Hugo

Gostei de receber a sua carta que é um sinal evidente de que a nossa gente está acordada para a luta. Congratulemo-nos pois.

Pelo que você expõe e por notícias que a seu respeito tive de outras fontes tenho a impressão que você não quer voltar a Portugal, pelo que está portanto em condições de na medida do seu possível se poder integrar na luta que um grupo de africanos sob dominação portuguesa trava na Europa, com vistas à próxima libertação dos nossos povos. Eu também não volto a Portugal, que abandonei em Março, mesmo sem o curso concluído, fazendo agora todo o meu possível para que a luta que os nossos irmãos travam nas nossas terras encontre cá fora o eco que merece, uma vez que os portugueses têm sabido através dos tempos manter no mais obscuro segredo o estado de miséria a que a sua gananciosa exploração reduziu os nossos povos. Para já não interessa adiantar muito sobre o estado da nossa luta na Europa, mas interessa que você fique desde já a saber que um dos objectivos é a internacionalização do problema das colónias portuguesas. Não deixa de ser interessante o facto de você estar relacionado com o referido deputado Bevanista. Pa já agradeço-lhe que se informe junto dele qual o processo de que se serviria para agitar o problema nas Nações Unidas, já que essa é uma das nossas finalidades, estando nós a preparar uma súmula de rapport para as N.U. que ainda não sabemos como poderá lá chegar, mas que em última análise preferiríamos que fosse por intermédio de uma das delegações africanas. Se você se puder informar da procédure desses negócios diga logo que possa alguma coisa. Aliás interessava também saber quando se trará a próxima discussão com Portugal nas N.U.. Veja lá se pode saber alguma coisa a este respeito.

Quanto ao trabalho que você pretende aí fazer é de facto importante. Sobre o que pede há uma coisa que não lhe posso dizer por não ter cá dados: é a questão dos Salários. Lembro-me que há tempo em Lisboa, consultando uns dados estatísticos sobre Angola verifiquei que o Patronato gastava em média com os trabalhadores indígenas 117\$00 mensais com tudo incluído. Mas este dado é citado de memória e carece por isso de valor. Mas não anda muito longe da verdade. Quanto aos outros aí vão alguns extraídos do Anuário Estatístico do Ultramar para 1957:

ORÇAMENTOS

	ANGOLA		MOÇAMBIQUE	
Receita ordinária	1 697 056	contos	2 986 438	contos
“ extraordin.	475 338	“	144 629	“
“ TOTAL	2 172 394	“	3 131 067	“

Destas receitas as mais importantes são a dos «Direitos de importação e exportação» (570 651 contos p^a Ang. e 467 672 c. p^a Moç.) e a do IMPOSTO INDÍGENA (115 097 c. p^a Ang. e 140 058 c. p^a Moç.)

Despesa ordinária	1 480 854	contos	2 796 292	contos
“ extraordin.	766 956	“	380 248	“
“ TOTAL	2 247 810	“	3 176 540	“

Destas despesas couberam: às Missões Católicas 31 697 c. p^a Ang. e 35 948 c. p^a Moç.; à Instrução pública geral (civilizados!) 43 959 c. p^a Ang. e 54 080 c. p^a Moç.; à Polícia, Exército e Marinha 162 868 c. p^a Ang. e 224 434 c. p^a Moç..

POPULAÇÃO (censo de 1950)

Negros	4 036 687	5 651 306
Mestiços	29 648	25 149
Branços	78 826	48 213
Outros	103	14 243
TOTAL	4 145 266	5 738 911

Aliás, segundo estatísticas mais recentes, mas ainda não oficiais, pois tirei-as de um Boletim Geral do Ultramar a população de Angola em 1955 seria de 4 362 264 com 4 222 117 negros, 30 453 mestiços, 109 568 brancos e 126 diversos. Esta estimativa é digna de crédito. Hoje o nº de brancos é muito superior, mas ainda não tenho dados concretos.

Infelizmente ainda não temos o que se chama um Bureau estatístico montado, mas sempre que quiser saber coisas pergunte que responderemos na medida do possível.

Agora outro problema: Você pensa ir breve p^a a Guiné: podemos saber se já arranhou trabalho, se vai trabalhar para si ou se está também interessado em trabalhar pela libertação dos nossos povos? Nós já entrámos em contacto com entidades oficiais da Guiné sobre a possibilidade de gente das colónias portuguesas lá poder trabalhar em todos os sentidos, mas ainda não tivemos resposta. O mesmo acontece em relação ao Ghana. Você tem algum programa para levar a efeito na Guiné?

Bem, meu caro, por hoje basta. Aliás durante algum tempo não lhe poderei escrever. Responda sempre para o nome de minha mulher.

Outra coisa, podemos deixar o tom demasiado cerimonioso do você, não acha?

Até à próxima e... bom trabalho.

ass.) L. Lara

P.S. Tem razão quanto ao facto de haver possibilidade que a correspondência da Alemanha esteja vigiada. Por isso peço-lhe que escreva uma das suas cartas inocentes ao Edmundo [*E. Rocha*] em que lhe dirá mais ou menos isto: Recebi notícias do Rui que recebeu os livros e pede mais. Dado o adiamento do bate-papo ele só cá deverá vir em Julho. Está empenhado em oficializar a sociedade, para poder ter negócios com África. Deu já os primeiros passos. Talvez te escreva em breve.

Esta comunicação tem certa urgência. Não lhes escrevo por não considerar o momento oportuno dada a notícia do OBSERVER de 10 do corrente...

Abraços do

Carta de Hugo de Menezes

[*dactilografada*]¹

Londres, 26/5/59

Caro amigo Lúcio

Plenamente de acordo quanto à abolição do protocolo entre nós.

Recebi, pois, a tua carta, cheia de úteis informações. Consegui encontrar, na biblioteca da Universidade, estatísticas de 1957, referentes a África «portuguesa», numa publicação da O.M.S. Números bastante eloquentes lá encontrei. Assim, 84% dos óbitos verificados em Angola, nesse ano, foram atribuídos a «senilidade ou causas mal conhecidas ou desconhecidas». Portuguesmente falando, tal significa que a mesma percentagem de angolanos não teve assistência médica. Julgo, contudo, que os números reais sejam maiores do que aqueles, pois que muitos dos óbitos ocorridos em Angola não chegam ao conhecimento das «Autoridades».

Por outro lado, em S. Tomé se registou, há alguns anos, a mais elevada taxa de mortalidade que me foi dado encontrar nas estatísticas de todo o Mundo, nestes últimos vinte anos: 42 por mil habitantes. A curva caiu um pouco, mas ainda é das mais elevadas.

Perguntas-me quais os meus planos. Não poderei chamar-lhes planos; são, antes, uma série de interrogações e ideias. Contudo, estou absolutamente disposto a tentar realizá-las, se, para tal, encontrar o apoio que julgo ser indispensável.

Abandonei Portugal e todas as promessas materiais com que a medicina me acenava em África, na disposição de desviar o meu caminho para a luta de reivindicação de direitos em que está empenhado o nosso Povo. Estou certo de que cada vez mais se acentuará a já existente incompatibilidade entre uma séria e eficiente preparação e actividade médica (ou qualquer outra), e a preparação e actividade política de um africano dos nossos dias. Creio que o dilema se põe, e não terei qualquer dúvida em optar por esta segunda possibilidade. Perigosa, exaustiva, absorvente, mas absolutamente necessária. Não tenho ambições materiais e não pretendo posições políticas cómodas.

As minhas ideias, ou, vá lá, planos, são os seguintes:

1) Constituir uma Organização da malta, extra-fronteiras, que trabalhasse em íntima ligação com as Organizações das nossas terras. Tal Organização trabalharia discretamente, e procuraria as melhores vias de acesso para estas, para a introdução de pessoas e coisas.

2) Procurar obter, por parte de todas as Organizações privadas e oficiosas, apoio económico e político (Organizações Africanas e não Africanas). Conseguidos estes, entraria em luta mais ou menos aberta contra o Colonialismo Português, enquadrada no conceito um pouco ambíguo do Pan-Africanismo.

Tenho encontrado, por parte de muitas individualidades trabalhistas britânicas, que conheço através do C.A.O. [*Committee of African Organisations*], o maior interesse em debater o problema das colónias portuguesas, especificamente Angola.

1. Todos os sublinhados são de Lúcio Lara.

Contudo, a minha situação é pouco segura, pois que, como estrangeiro, está-me vedada a possibilidade de fazer política, para mais anticolonialista, num país reaccionário como este. De um momento para outro os tipos podem recambiar-me. Não receria isto se a minha situação financeira me permitisse certa liberdade de movimentos. Enquanto as possibilidades de ir para a Guiné não passarem de possibilidades, os meus gastos metabólicos precisam de ser compensados. Aqui é difícil encontrar um emprego, por mais modesto que seja; ou antes, por lei, não posso ter qualquer emprego, pago ou não. Pretendo viver à custa do meu trabalho, e, por tal razão, alimento, desde há algum tempo, a esperança de ir para qualquer outro país europeu, antes de poder ir para a Guiné ou Ghana. Poderia eu encontrar aí qualquer coisa que me permitisse viver? Poderias dar-me uma resposta neste sentido? É claro que me refiro a uma ocupação não médica.

A tua mensagem seguiu já.

Quando me escreveres, deverás fazê-lo para:

BENSON O. TONWE
367 CAMDEN ROAD
LONDON, N7

E por hoje, nada mais do que um abraço do

ass.) Hugo M

Carta de Hugo de Menezes

[*dactilografada*]

Londres, 28/5/59

Caro amigo Lúcio

A impossibilidade por ti anunciada de me escreveres, faz-me pressupor igual impossibilidade de recepção. Espero, contudo, que tais ou «tal» ausência não seja muito prolongada, e que em breve eu possa receber notícias tuas.

Envio-te um recorte do *Manchester Guardian* [*sublinhado por L. Lara, seguido de: ?*]. Que pensas dum contacto com os portugueses no Brasil? Deveremos esquecê-los completamente? Qual a nossa posição em relação à chamada «Oposição»? Os nossos problemas são, de certo modo (isto é, os problemas imediatos), um pouco diferentes. Contudo, qual a atitude da Oposição em relação aos nossos Povos? Qual o seu programa?

E qual o nosso programa? Se este ainda não está estabelecido, penso que a sua elaboração deverá ser das mais urgentes a serem por nós tomadas.

Por intermédio de alguém da Embaixada Brasileira, a quem tocam de perto os problemas Africanos, o contacto, a fazer-se, seria muito facilitado. Ser-lhe-ia apresentado hoje.

Ainda não tive oportunidade de encontrar as informações que pretendes sobre a O.N.U.

Estou ansioso por conhecer a tua reacção ante os meus «sonhos», dada a possibilidade de, como tal, virem a ser tomados, por ti, ou por vós.

Aceita um abraço do

ass.) Hugo M.

Quero acentuar que todas as minhas (até aqui pequenas) demarches serão automaticamente suspensas se não encontrar por parte do resto da malta o mesmo interesse que ponho na nossa Organização e União. Por outras palavras, quero saber em que medida estas minhas aspirações vão ao encontro das aspirações da malta. Estarás tu em condições de me responder?

ass.) HM

Carta à secção do MAC de Lisboa

[*original manuscrito em francês*]¹

[*Acrescentado à mão: Copie, MAC*]

31/5/59

Meu caro amigo,

Peço-lhe desculpa por o importunar uma vez mais, mas a sua gentileza durante as minhas férias em Lisboa deu-me a coragem para o voltar a fazer.

Antes do mais obrigado pela bela prenda que me enviou. Eis o que pretendo:

– Ficar-lhe-ei muito grato se lhe for possível comprar-me as coisas seguintes:

1) Anuário Estatístico d'Angola (1954 ou 1955)

2) Anuário Comercial de Angola (disseram-me que está à venda na Agência Geral do Ultramar)

3) Estatuto da Província d'Angola (Imprensa Nacional)

4) História Geral das Guerras Angolanas, Anais de Angola, Arquivos de Angola.

Tenho uma grande urgência nestes livros pois devo partir de férias dentro de duas semanas e preciso de terminar os meus trabalhos antes da minha partida.

Depois da minha partida de Lisboa não passei pela Inglaterra pois o curso de férias que aí deveria ter lugar foi adiado para o mês de Julho.

Quanto à sociedade sobre que lhe falei e à qual pertenço, ela tem agora encontros com África, para expandir os seus negócios; os responsáveis disseram-me que tinham uma grande necessidade de pessoal africano, que é demasiado raro aqui na Alemanha e lhes faz muita falta.

Desejava precisamente saber e também antes das minhas férias, se o seu amigo médico Zé Maria estaria interessado num longo estágio aqui, talvez com uma bolsa e com a possibilidade de trazer a esposa. Parece ser muito simples, mas antes do mais é preciso saber se ele está realmente interessado. A duração dos estágios é muito longa e talvez não lhe interesse. Penso em todo o caso que ele deve pensar no assunto. Não se esqueça de me dar uma resposta urgente, se possível ainda esta semana.

1. *Este tipo de cartas dirigidas ao MAC eram redigidas em francês e com um conteúdo aparentemente anódino, que não despertasse a atenção da censura policial. Nesta altura quem as recebia passava-as a Agostinho Neto e Amílcar Cabral.*

Uma vez mais lhe agradeço por todas as suas atenções.
Queira aceitar a expressão dos meus melhores sentimentos.

[Acrescentado no fim: resposta em 6/6]

Carta de Marcelino dos Santos

[manuscrita]

Sábado

[Maio de 1959]

Caro Lúcio

De acordo com o que combinámos em Roma, conversámos aqui em Paris, ontem, sem o Mário – porque ainda em Itália – mas com o Amílcar que recebeu o bilhete do Viriato e dentro em breve estará convosco.

Mais uma vez, como frisámos em Roma, sentimos a necessidade de apresentarmos reivindicações cada vez mais concretas. [Sublinhado por V. Cruz com comentário à margem: Até quando?]

Em efeito após Accra¹ – e da intervenção da U.P. de Angola – urge que nos apresentemos nas Instâncias Internacionais com um programa de reivindicações o mais perto possível da realidade, e sobretudo sem contradizer as organizações responsáveis nos nossos países. [Comentário de V. Cruz, à margem: Emulação. E por que não União e luta unida?]

Foi pensando assim, que conversámos sobre as reivindicações a apresentar.

O nosso objectivo é a Independência Nacional. Mas para isso, podemos:

- Reivindicar a Independência imediata
- Ou propor etapas tais que a tutela das Nações Unidas, ou simplesmente a reivindicação de uma série de direitos democráticos e o envio de observadores da O.N.U. como garantia. [Comentário de V. Cruz, à margem: Insegurança]

Procurando ver claro, consideramos que:

- a situação colonial hoje é absurda
- a independência é a condição necessária do progresso dos nossos países
- é necessário impor o Respeito da Carta dos Direitos do Homo [sic]
- o envio de colonos para os nossos países tem o fim de manter o colonialismo
- nos nossos países já independentes os estrangeiros poderão viver à condição de respeitarem as leis em vigor

e propomos as reivindicações seguintes:

- Reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas a disporem de si mesmos, incluindo o direito à independência [Comentário de V. Cruz, à margem: Isso não se reivindica. Esse direito é o efeito de uma luta concreta]

- Abolição do estatuto do indígena [Comentário de V. Cruz, à margem: Por requerimento?]
- Direito de voto para todos sem discriminação
- Criação de assembleias próprias para cada país com representantes africanos eleitos pelo sufrágio universal
- Acesso dos africanos aos cargos de administração e de direcção dos interesses do país
- Liberdade de criação de organizações políticas, liberdade de reunião, liberdade de imprensa
- Révision des lois qui ont permis l'installation abusive de colonats européens sur les meilleures terres.¹
- Cessação do envio de colonos para os nossos países

e afirmamos como o fez a Conferência de Accra que:

«Qualquer povo é capaz de se governar seja qual for o seu estado [sic] de evolução política e social».

Eis o que temos a dizer-vos. Como vêem talvez nada de novo haja, a não ser a necessidade de uma aproximação maior com as organizações dos nossos países que permita determinar – e discutir com elas se possível – o programa de reivindicações concretas.

O Amílcar falará convosco, e embora saibamos que ele chegará após o envio da exposição para a Guiné, será bom discutir estes pontos com ele sobretudo para precisar os pontos.

Devemos notar que reivindicações de ordem social e cultural, tais como estão enumeradas no nº da Démocratie Nouvelle, são boas.

Espero que já tenham recebido o nº do Osservatore Romano.

Saudades para todos vós. Beijos à Ruth e ao Miúdo, da André e de mim. Um chocho ao Viriato.

Abraços do

Marcel²

Carta de Viriato da Cruz

[manuscrita]

3.6.59

Meu Caro,

Como vai a família? Estimo que bem, em especial o Paulinho.

Eu, óptimo.

-
1. Tradução: Revisão das leis que permitiram a instalação abusiva de colonatos europeus nas melhores terras.
 2. Como se depreende, esta é a primeira carta que trocámos após o regresso do Congresso de Escritores e Artistas Negros, de Roma, em Abril.

1. Primeira Conferência Panafricana de Accra, Dezembro de 1958.

1 – Quero lembrar-te que é de toda a conveniência insistir com a malta em Portugal que nos enviem, com a prontidão possível, todo o material de interesse para nós. Em especial, relatórios estatísticos, oficiais, bancários ou de companhias importantes.

2 – Se escreveres ao Marcelino, agradeço lhe lembres que me envie, directamente para aqui, os 3 relatórios do Banco de Angola que estão em casa dele, bem assim como os «Diários do Governo» que lhe deste quando ele esteve em Lx^a.

3 – Recomendo-te muito cuidado com os amigos daí. Em especial, sobre o nosso futuro.

4 – Quando vieres, escreve-me com antecedência para te esperar na gare e para te ajudar a desembaraçar-te das bagagens.

5 – Instrui à Ruth sobre o seu melhor comportamento político, aí, quando ela ficar só.¹

Beijos ao Paulinho, abraços à Ruth, tias e primos.

O m/ abraço amigo
ass.) V.

Carta a Hugo de Menezes

[*dactilografada*]

Frankfurt, 3 junho 1959

Meu caro Hugo

Presentes duas cartas tuas, uma de 28 e outra de 26 de Maio. Gostei bastante de te ler, pois pões problemas interessantes a que passarei a responder, na medida do possível.

Em primeiro lugar deixa-me enviar-te um abraço pela decisão que tomaste de abandonar tudo o que poderias esperar da Medicina para te dedicares à luta do nosso povo. Deixa-me porém dizer-te que Medicina e Luta não são incompatíveis: a Luta pode assumir aspectos e seria bom que não tardasse a assumi-los, em que os médicos são imprescindíveis. Estás a perceber, meu caro o que quero dizer. É bom que encaremos a dura realidade: Portugal jamais cederá a bem os seus hipotéticos direitos sobre o nosso País. Se tens estado a par dos acontecimentos portugueses, terás notado a pressa e o alarme com que eles estão a reforçar o dispositivo militar em Angola. Agora há bem pouco tempo fizeram lá um «festival» de aeronáutica com lançamento de paraquedistas, para inaugurarem as actividades da aviação militar em Angola. Estão projectados novos quartéis, a Marinha de Guerra passou agora a fazer visitas periódicas às colónias, inauguraram-se carreiras de tiro em que o Governador Geral de Angola falou dos perigos iminentes que os ameaçavam e da necessidade de cada civil estar preparado p^a pegar em armas, etc. etc. Tudo isto passa a ser claro: os nossos povos, se quiserem a sua independência, terão de lutar por ela com o maior dos espíritos de sacrifício. Chegamos ao ponto em que se

verificou que temos absolutamente de deixar de contar com qualquer ajuda exterior, enquanto não provarmos que a nossa Luta é uma REALIDADE. É certo que temos o apoio moral dos povos de Bandung e da Conferência de Accra; mas todos esses povos estão também embrenhados na difícil solução dos seus próprios problemas. Olha para o valente povo argelino. Quem lhe acode? Se não fora o decidido espírito do povo de alcançar a independência ninguém lhes daria nem venderia nada. Hoje não lhes faltam armas, mas no princípio da Luta, até mostrarem que estavam absolutamente decididos a dar a sua vida pela liberdade do seu País, tudo lhes faltou. Os dados do problema estão pois, julgo eu, postos em evidência. Uma pergunta surge: QUE FAZER?

Os teus projectos têm o seu sentido. É de facto necessária uma Organização extra-fronteiras. Essa organização existe. Chama-se MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA (MAC). Precisa de adquirir cada vez mais força, e precisava sobretudo que muita malta estivesse resolvida a abandonar Portugal para vir cá para fora trabalhar. Somos poucos e a tarefa é de GIGANTES. Tantos problemas a resolver e nós sem dinheiro e sem gente que trate de tudo. Mas tenho a certeza que a coisa melhorará. O MAC tem exactamente a finalidade de agitar à escala internacional os problemas das nossas terras, ligando-se sempre que possível aos interesses dos Movimentos que lá existam, porque como deves saber lá luta-se já. Em Lisboa li bastantes panfletos que circulavam em Angola, com o nome de MANIFESTO AFRICANO. Deves ter também ouvido falar na UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA que se fez representar em Accra por um Delegado.¹ A comunicação desse delegado mando-ta por correio normal (o original era inglês e a tradução que fizemos aqui muito à pressa não está grande coisa, mas é só p^a veres). Se tiveres qualquer possibilidade de fazer chegar isso a Portugal manda. Ora estas organizações têm certos aspectos da Luta limitados e nós podemos precisamente encarar a sua resolução, mas estamos dispostos a fazê-lo sempre com o espírito de que a Luta deve ser dirigida pelos nossos irmãos que estão em Angola. O MAC não diz só respeito a Angola. É um movimento interessado em todas as Colónias Portuguesas de África. Portanto, em suma, quanto ao teu desejo de constituir uma Organização, ela existe e receber-te-á de braços abertos. Tal Organização tenta (como tu também referes) o impossível p^a trabalhar em íntima ligação com as existentes nas nossas terras.

Quanto ao APOIO ECONÓMICO de outras organizações creio ser mais difícil. Não é no entanto impossível. Devemos porém ressaltar a nossa posição. Todos os países, mesmo os de África sob dominação francesa ou inglesa, estão habituados a encarar-nos como os «irmãos pobres», não acreditando mesmo nas nossas possibilidades. Precisamos de demonstrar a todos eles que somos tão capazes numa luta, quanto o soube ser o nosso povo até 1920, data em que a Ocupação portuguesa se tornou efectiva, o que desmente a tal posse de 500 anos. Por outro lado os nossos países são economicamente ricos; Angola é mesmo das mais ricas parcelas de África,

1. *Depois da minha partida para a RDA.*

1. Holden Roberto.

e isso deve estar sempre bem presente no nosso espírito. Aquela terra é nossa e quando chegar o momento de negociarmos auxílios, devemos fazê-lo com a cabeça levantada, na certeza de que poderemos depois pagar as nossas dívidas. Isto não é quimérico, o que é preciso é que nos convençamos do nosso real valor e tenhamos fé nas possibilidades do nosso povo. Claro que quanto a apoio político todo ele é de desejar, e para isso temos de aproveitar em primeiro lugar os povos de Bandung e os povos de Accra que TOMARAM O COMPROMISSO SOLENE DE AJUDAR TODOS OS POVOS QUE LUTEM CONTRA O COLONIALISMO. E essa ajuda é dada no próprio interesse dos países já independentes, pois eles próprios só poderão sentir-se seguros na medida em que os baluartes do Colonialismo tenham abandonado África. O presidente Nkrumah ainda há bem pouco tempo o referiu, e também o Comité executivo da Conferência de Accra reunido extraordinariamente há pouco. Também te envio pelo correio a tradução destas últimas resoluções. Quanto ao apoio dos trabalhistas britânicos ou de quaisquer outras agremiações sindicais ou políticas, será sempre bem-vindo e tudo o que pudeses conseguir que se diga no Parlamento de S. Majestade ou em jornais daí ajuda a enterrar cada vez mais os colonialistas portugueses, já tão aflitos, com tão pequena maré.

Agora vamos a outro aspecto: o das relações com a Oposição portuguesa no Brasil e em Portugal.

A chamada Oposição Portuguesa é como tu sabes tão colonialista quanto o fascista Salazar. Apenas o Partido Comunista Português, bem recentemente (1957 fins) num comunicado saído do V Congresso se pronunciou pelo direito que as colónias tinham à ascensão imediata à independência. Portanto, apoio verdadeiro em Portugal, só do Partido Comunista, mas como deves saber, a ilegalidade em que o Partido Comunista vive em Portugal torna esse apoio pouco efectivo e bastante deficiente, tanto mais que o próprio problema nacional português deve ocupar a maior parte dos interesses imediatos da sua luta. Quanto à outra Oposição, não tenhamos grandes ilusões; pelo contrário necessitamos da maior cautela. Se eles hoje colaboram connosco, é apenas com o fim de deitar o Salazar abaixo. Uma vez que isso aconteça, eles procurarão tratar-nos da saúde. Olha para a França e os seus Progressistas... É evidente que nós devemos procurar servir-nos deles sem nos comprometermos nem aos nossos movimentos. Quanto a mim tenho contactos com Oposicionistas Portugueses, jovens, que me têm prestado grande ajuda. Nada lhes revelei porém dos nossos movimentos. Sabem apenas que saí de Portugal por estar iminente o risco de eu ser preso... Não sei se me expliquei bem quanto a este ponto: colaboração sem compromisso ou sem comprometimentos. Com os Brasileiros, desde que eles sejam anti-colonialistas, há toda a vantagem numa colaboração íntima e na divulgação na sua imprensa dos nossos problemas. Se estiveres em condições de o fazer, não hesites. Cautela, apenas.

Não recebi o recorte do Manchester Guardian. Sobre que era?

Quanto à tua vinda p^a aqui, acho que é pior ainda. Aqui só os colonialistas se interessam pelos problemas de África, e de que maneira...

As chances de emprego também não são grande coisa. Eu p^a o conseguir vou pedi-lo à Alemanha de Leste, pois aí tenho a certeza que consigo qualquer coisa,¹ enquanto não for p^a África. Claro que isso não tem nada que ver com política. O nosso princípio orientador é de que entre africanos as ideologias só têm razão de ser quando formos livres. Agora somos todos AFRICANOS e temos tanto interesse num País do Ocidente que nos apoie, como num País de Leste. P^a nós não há blocos: há colonialistas e não colonialistas. E fico por aqui hoje. Escreve logo que possas. Não percebi as tuas dúvidas quanto ao Pan-Africanismo. Explica isso melhor.

Adeus, meu caro. Um grande abraço. Vai dizendo o que pensas e o que fazes.

[Acrescentado à mão:]

Seguiu: Message

Anexo II sobre ONU

Decl. do Comité Ex. de Accra

U.P.A.

Fundamentos jurídicos da guerra argelina

Carta de Amílcar Cabral

[manuscrita – original em francês]

Lisboa – 6/6/59

Meu caro amigo

Agradeço-lhe muito a sua carta. Infelizmente chegou numa altura muito má porque estou muito absorvido pelo meu trabalho. De qualquer modo tentei encontrar os livros indicados na sua carta e envio-lhe o 1 e talvez o 2, mas estou convencido da impossibilidade de ter o 3º. Tentarei obter os outros quando tiver um pouco mais de tempo. O seu convite reteve a atenção do nosso amigo comum, Dr. José Maria Neves mas, de momento, ele não o pode aceitar por já estar comprometido com uma clínica muito importante em África; mas, se por acaso este negócio não evoluir bem, é bem possível que aceite fazer esse estágio e para tal gostaria de ter mais informações (Duração, condições de trabalho, diplomas a obter, etc.).

Durante as suas férias aqui você deixou algumas coisas, sobretudo livros sobre a vida dos Inca e dos Maya, em casa do seu amigo Silva; infelizmente não sei como o alcançar. Será possível tê-los? Gostaria muito de os ler e saber um pouco mais sobre estes maravilhosos povos.

As revistas e periódicos portugueses de especialidade falam muitas vezes dos negócios dessa grande casa industrial em que trabalha e da sua vontade de conquistar

1. *A realidade seria bem diferente: dois meses em Fürstenwalde e finalmente a minha desistência e retorno a Frankfurt.*

o mercado comercial em África. Creio ser preciso trabalhar muito, investindo toda a sua inteligência, persistência e saber para o conseguir, porque há outras casas (portuguesas, fran. e inglesas) muito interessadas. Creio também que o primeiro passo deveria ser contactar uma boa casa comercial em África, enviar-lhes os seus produtos e em seguida pedir lá pessoal para ser convenientemente treinado sobre a complexidade das suas máquinas, na sua própria fábrica. Seria muito interessante se desse esta ideia aos seus directores.

Pronto, é tudo. Muito obrigado e até breve, meu amigo
José Maria Magalhães¹

Carta de Castro Soromenho

[manuscrita]

Paris, 7 junho 59

Meu caro Lara

Pelo Waldemar e por nós, seus pais, mil agradecimentos pela sua lembrança.

Estou fora de Portugal há mais de um mês, mas a Mercedes chegou cerca de uma semana e deu-me a triste notícia da crise psíquica do António Sérgio. Ele tentou suicidar-se, não quer ver ninguém, e diz que tudo quanto escreveu é inútil por errado! Que esta demência seja curável, não se sabe, dada a idade que tem, grande cansaço do trabalho intelectual e longa luta política contra o fascismo clerical que tudo abafa sob o manto de Nossa Senhora de Fátima...

Quando soube que V. tinha abalado, felicitei-o mentalmente bem do fundo do coração. A luta dos africanos não pode ser feita sobre o terreno português. Com uma oposição salazarista que é no fundo, face ao problema colonial, tão «nacionalista» como os salazarentos, nada há a fazer. Um pequeno sector da Oposição, onde me coloco, vem tentando, como sabe, fazer um esclarecimento da situação colonial com vista a uma tomada de consciência. Mas todos nós sentimos que, no fundo da consciência dos mais esclarecidos, a mentalidade colonial, desperta quando menos se espera... Esta é a condição de cinco séculos de colonialismo...

1. Trata-se de um nome falso, como aliás o do Dr. José Maria Neves, antes citado. A letra da carta é de Amílcar Cabral.

Será, portanto, de África, dos seus novos países, que terá de ser conduzida a campanha de propaganda que apoiará os movimentos nacionalistas de zonas portuguesas por seu domínio colonial-fascista, que é a mais odiada ocupação da terra e gentes de uma grande parte de África.

Espero viver o tempo necessário para poder ir a Angola independente e agradecer ao seu povo por ter quebrado as algemas e grilhetas de cinco séculos de escravidão. Agradecer-lhe em nome do que há de mais sagrado no homem – a dignidade humana. Melhor do que ninguém, o homem branco nascido em África, sabe o que tem sido, e é, o calvário do homem negro. Que ele tenha a consciência desse crime e saiba levantar a sua voz para condenar o colonialismo, é a sua única missão. Tudo o mais pertence aos africanos – ao homem negro que terá de moldar o grande e verdadeiro destino de África.

Dê, por mim, um abraço ao Viriato. Cumprimentos meus e da Mercedes para sua Esposa. Recomendações da minha mulher para V. e um grande abraço para si do amigo e camarada.

Castro Soromenho

Carta de Hugo de Menezes

[manuscrita]

Paris, 16/6/59

Meu caro

Eis-me em Paris, etapa do meu caminho para África. Não sei quantos dias aqui ficarei ainda. Caso queiras comunicar comigo, enquanto cá estiver, agradeço-te que te sirvas de dois envelopes, devendo o externo ser endereçado para: Ba Abdul, 47, Boulevard Jourdan, F.O.M., Paris 14e. Estou ao teu dispor para o que precisares. Certamente, escrever-te-ei da Guiné.

Agradeço-te as informações enviadas na carta datada de 3 de Junho. Quando tiveres oportunidade diz-me mais alguma coisa sobre os dois movimentos a que te referes, não esquecendo os seus pontos comuns e não comuns.

Quanto ao facto de sermos todos africanos... e relegarmos para mais tarde as questões doutrinárias... Como questão táctica acho teoricamente possível... Contudo parece-me difícil e artificial esta dissociação entre «africanidade» e condição humana...

Sabes se está a ser feito algum trabalho de preparação das populações de Angola e Moçambique que vivem nos territórios vizinhos, mas fronteiriços? Tais populações são numerosas; fisicamente, as mais válidas; são as mais esclarecidas; menos sujeitas a vigilância e controle; economicamente, menos fracas; constituem uma corrente imensa e permanente, nos dois sentidos. Convém acentuar que a vigilância das fronteiras se tornaria extraordinariamente onerosa para ter alguma eficácia, sempre limitada pela enorme dispersão das forças fascistas, pelo grande afastamento das bases, pelo desconhecimento do terreno quase virgem. Além das outras vantagens que, pelo menos em teoria, uma futura actuação aí nos poderia proporcionar, estaria aqui, em parte, uma origem de fundos, através de um imposto ou melhor (cuidado com as analogias) uma contribuição que estas populações nos poderiam dar. Não conheço o reverso da medalha, que, naturalmente, existe. Outras vantagens que, aparentemente, eu julgo entrever, seriam a nossa actividade em territórios mais livres que os nossos (uma maior liberdade de acção), etc. Estas populações, depois de preparadas, seriam de um valor extraordinário, não menos importante do que os que vivem do outro lado.

Outro processo de se arranjam fundos: eu penso que a guerra em que nos vamos empenhar é uma guerra total, sem perdão e sem escrúpulos, porque é para nós uma questão de vida ou de morte, mais do que para qualquer outra colónia. Penso que não seria de todo, impossível, a introdução e difusão de notas «Fora de série» no sistema colonialista das nossas terras. Creio que uma emissão e difusão em massa, simultaneamente em Angola, Moçambique, Guiné e São Tomé, dar-nos-ia uma grande chance financeira, contribuiria para abalar o sistema e as estruturas inimigas, e, por outro lado, após a descoberta da fraude, que fatalmente ocorreria, criaria um certo ambiente de pânico financeiro e insegurança, útil sob todos os aspectos. Para o bom êxito desta «aventura», seria indispensável, ou, pelo menos, utilíssima, a conviência de alguns funcionários de fazenda e repartições públicas. Fácil igualmente seria a difusão de tais divisas entre as populações africanas pouco conhecedoras, inicialmente, das subtis diferenças porventura existentes entre as notas «verdadeiras» e «não verdadeiras». Os aspectos negativos que esta questão encerra (como o moral e os prejuízos materiais que estas populações sofreriam após a descoberta da «fraude» pelos fascistas) serão largamente cobertos pelos aspectos positivos da mesma.

Uma vez mais, perdoa todas estas minhas digressões fantásticas, e diz-me francamente o que pensas acerca da sua utilidade e possibilidade de realização.

Encontro-me, quase diariamente, com o Andrade [*Mário de A.*]. Temos abordado muitas questões, e pu-lo a par das minhas pretensões de querer trabalhar em conjunto, ou antes, no conjunto.

Vais a Viena?

A encomenda que me enviaste deve estar em Londres, nas mãos de um tipo absolutamente fixe. Ele a enviará para cá, imediatamente.

Aceita um abraço do

Hugo Menezes

Penso que deveríamos contactar muito seriamente com os movimentos do Congo Belga, Congo Francês, Rodésias, Tanganica e África do Sul; porque, na hipótese de aquelas minhas sugestões terem qualquer cabimento, é a partir daqueles movimentos

que nós conseguiremos fazer o nosso. Inclusivamente, para irmos estudar o terreno, «in loco», nada temos, inclusivamente dinheiro para viagens. Se não contamos com a solidariedade de muitos, que de facto existe e se manifesta por algo mais do que um aperto de mão ou um abraço, penso que melhor seria «go home». Temos que encontrar fundos também na colónia guineense e cabo verdiana que vive na África Oc. Francesa, e temos que interessá-la pelo movimento. Esta colónia é numerosa, e o seu nível económico muito bom. Isto são coisas positivas.

Eu procurarei encontrar africanos das nossas terras, que poderão ajudar-nos com uns contos. Mas precisamos de transformar estas contribuições e dádivas num movimento sério, geral, para que a Invasão de Angola e Moçambique seja uma realidade...

Carta de Hugo de Menezes

[*manuscrita*]

Paris, 18/6/59

Caro Lara

Para minha futura orientação, gostaria que me esclarecesses nos seguintes pontos:

1 – Qual a Organização (ou Organizações) para a qual trabalharemos; seus objectivos essenciais, mediatos e imediatos.

2 – Extensão do movimento; com participação das «diferentes» pseudo «classes» ou «camadas» africanas; zonas de acção.

3 – Meios de acção actuais e previstos.

4 – Existência de outros movimentos; suas relações; seus objectivos.

5 – Breve referência sobre a personalidade e tendências dos líderes dos vários movimentos.

6 – Relações com movimentos ou partidos «estrangeiros», africanos ou não.

7 – Pelo facto de agirmos como «africanos», todos os portugueses, e, de uma maneira geral, todos os «não africanos», seriam automaticamente excluídos... Em que medida, pois, está prevista a colaboração com os mesmos.

Um abraço do

H.

Carta de Hugo de Menezes

[*manuscrita*]

Paris, 23/6/59

[*Escrito à margem:* Recebi as encomendas. Tenho um portador, mas não é seguro, ou antes, é um tipo de Angola, o Fernão Carvalho. Prefiro esperar outro mais fixe.]

Meu caro

Espero que tenhas recebido duas cartas minhas, a última das quais por mão própria. Recebi, há momentos, uma carta que me foi escrita e enviada por Kanyama

Chiume, Secretário do Nyasaland National Congress. Com esta, uma cópia de uma outra carta que lhe foi dirigida por (enviada por...) George M. Houser, membro do American Committee on Africa, com sede em Nova York. Segue-se a tradução da mesma, que foi escrita em Inglês:

«American Committee on África
N. York

..... Junho, 17/959
Dear Kanyama Chiume

Esta é apenas uma breve nota, uma informação específica.

Eu tive oportunidade de falar com Tom Mboya e este disse-me que uma pessoa de Angola está agora em Londres. Mboya não sabia o nome completo desta, quando falei com ele, mas disse-me que parte do seu nome era Dr. Hugo. Como nós estamos a fazer um trabalho sobre a questão portuguesa ante as Nações Unidas, eu gostaria de contactar com este angolano. Poderia você enviar-me o seu nome completo e endereço [sic]?

.....
.....
Sinceramente
G. M. Houser»

Envio-te também a cópia da carta ou antes, a resposta de Chiume ao mesmo George Houser:

London. 21/6/59

..... «Dear Mr. Houser

Muito obrigado pela sua carta datada de 17 de Junho 1959.

O nosso amigo de Angola a respeito de quem Tom Mboya falou consigo quando do vosso encontro na América, é Hugo Menezes, de Angola, e nós enviámo-lo (? não sei bem a tradução, mas é este o sentido) para um país africano independente, onde ele poderá exprimir-se mais livremente. O seu presente endereço é London, 200, Gower St., e nós ficar-lhe-emos muito gratos se você lhe der toda a assistência possível. Estamos particularmente satisfeitos por notarmos que vós estais actuando duramente para levar a questão portuguesa ante as Nações Unidas. Dr. Hugo será muito útil a este respeito, e estou certo de que você não hesitará em escrever-lhe.

Sinceramente
Kanyama Chiume»

Naturalmente, não quero armar em cavaleiro andante ou mascarar-me de porta-voz dos angolanos. Isto significa que não tomarei qualquer iniciativa sem que previamente vocês me aconselhem ou sem o vosso parecer, muito especialmente nesta

questão, de âmbito real bem mais transcendente do que a «simples» questão das colónias portuguesas na ONU. Ela talvez envolva possíveis posições ou compromissos que não sei se estão de acordo com a vossa linha de conduta.

Seja como for, aguardo o vosso urgente parecer – e cre que estou ao vosso dispor, e ao dispor da nossa causa.

Um abraço do
H.

P.S. – Sinto uma necessidade extraordinária de conversar, discutir, conhecer, concertar – sobre os nossos problemas, as soluções encaradas, as vias que às mesmas conduzem, etc. Preciso de ter uma visão conjunta da nossa situação. Não procuro desvendar segredos. Mas se certas «démarches» me forem solicitadas, eu terei absoluta necessidade de dispor de dados fundamentais que não possuo. Há naturalmente problemas que têm de ser estudados a sério antes que sejam ventilados ou levantados – como a questão na ONU. Há contactos a tomar com organizações que os têm solicitado. Por exemplo, a FEANF [*Fédération des Etudiants d'Afrique Noire en France*]. Esta é dirigida por tipos de categoria, todos eles de formação 100% marxista. O mesmo sucede com o C.A.O. [*Committee of African Organisations*], de Londres, que «conhece» Angola através do que eu lhes disse... Contactos a ter com os Congressos da Niassalândia e Rodésias, e U.S. Africana. Achem vocês que isto é inútil?

Por outro lado, penso que a nós cabe explorar possíveis oportunidades que se oferecem a estudantes, como bolsas de estudo que são oferecidas pelos vários governos africanos, nas Universidades de Ibadan, Dakar, etc; Facilidades de alojamento no pavilhão da África negra, em Paris, e nas residências africanas em Londres. De tudo isto e outras coisas talvez pudessem aproveitar os nossos irmãos que em Angola ficam «aguardando» uma bolsa de estudo... Já não falo nas ofertas feitas pelos países socialistas ou naquelas que outros governos, inclusivamente o americano, fariam, se nós nos mexêssemos para isso. Esta questão deve ser encarada seriamente, dada a urgente necessidade que teremos, quando chegar a ocasião, de se preencherem os quadros.

Temos que encontrar fundos, e estou certo que isto não será de todo impossível. Por exemplo, eu (e mais alguém, com certeza) penso que somos nós que devemos ir apresentar o caso à ONU, não terceiros ou procuradores. Para isso, precisamos de fundos. O contacto com estas associações, e outras mais, certamente nos daria algumas chances.

Bem, meu caro. Esta já vai longa.

Aguardando a tua resposta, aceita um abraço do
H.

BA ABDUL
47, Boul. Jourdan, FOM, Paris 14

Informações vindas de Lisboa fizeram-me saber que tem havido numerosas prisões entre gente que chega a Lisboa, vinda de África, e que a Polícia anda com os olhos postos sobre a malta da C.E.I. [*Casa dos Estudantes do Império*]. Ignoro pormenores sobre esta questão, inclusivamente nomes. Também não sei até que ponto esta vigilância sobre a

C.E.I. se acentuou, para merecer reparos. Contudo, a pessoa que me dá tais notícias não é muito versada nestas questões, e não sei até que ponto as suas informações são exactas.

H.

24/6/59

Por estarem os correios já fechados, foi-me impossível enviar-te a carta, pelo que só hoje o farei. Aproveito a oportunidade para enviar-te alguns esclarecimentos sobre a FEANF. Perdoa-me, na hipótese de já serem do teu conhecimento, ou mesmo se pensares que não tem interesse. Eu tenho convivido muito com os membros da direcção, tipos porreiros, todos eles de formação e ideias absolutamente progressistas. Refiro-me, evidentemente, à actual direcção. Há cerca de um ano, eles constituíram um partido (Partido Africano de Independência), com núcleos nas várias regiões da África Negra Francesa, e com um jornal que se publica em Dakar, – a Luta. Não sei na verdade qual a extensão ou profundidade do mesmo em África. Mas dada a extraordinária projecção e aceitação da FEANF em toda a França e especialmente em África; dada a categoria dos seus dirigentes; e a seriedade dos mesmos – poderemos concluir que este partido progredirá num caminho sério, feito em terreno propício. O último congresso desta (da Feanf) foi integralmente financiado por Sékou Touré, com meio milhão de francos. O mesmo tem uma consideração muito especial pela direcção, que, segundo creio, o censura por não fazer ou tomar uma posição nitidamente socialista. Por outro lado, é formidável a posição que a FEANF toma na questão Argelina. Cá para nós, parece-me que é ela que sustenta a luta dos estudantes e militantes argelinos aqui, a maioria dos quais está exilada ou presa ou sob uma vigilância tremenda. Careço de informação concreta. Os nossos compatriotas residentes aqui, e com quem falei, parecem um pouco afastados desta organização tão poderosa e séria – e que faz a sementeira dos valores intelectuais na África negra de cultura francesa.

H.

Carta de Hugo de Menezes

[manuscrita]

Paris, 10/7/59

Caro amigo

Recebi ontem a tua carta datada de 3/7. Obrigado pelos esclarecimentos enviados. Igualmente te agradeço (e aceito) as tuas críticas. Peço-te que nunca hesites em fazê-las, se com elas pretendes colaborar, construir e limar arestas. Contudo, não penses que estou «entusiasmado», como dizes na carta. Na verdade, estou, mas este meu entusiasmo, (até aqui mais ou menos contemplativo), este meu ideal pela emancipação do nosso povo, acompanha-me desde os bancos da escola. Quanto à minha experiência política, ou formação política, eu reconheço que, infelizmente, é igual a zero. Assim, da minha colaboração convosco, pelo menos por enquanto, vocês pouco mais poderão receber do que o meu entusiasmo por um ideal – que eu penso estar muito perto do vosso – e a minha honestidade.

Recebi hoje via Londres a carta cuja tradução te envio. Não achas que podes escrever directamente? Eu escreverei ao Mr. Houser, se vires nisto uma vantagem, dizendo-lhe que alguém mais representativo do que eu entrará em contacto com ele. Poderei também escrever ao Chiume, no sentido de reforçar a tua posição e pretensão junto do mesmo fulano. Não sei se deva citar o teu nome ou não. Diz-me em termos concisos, e com a urgência que julgares necessária, aquilo que devo fazer. Se tiveres oportunidade de contactar com o Chiume, que eu conheço bem, não abras muito o jogo. É verdade que é um «Nacionalista» africano; mas, tal como Tom Mboya, «made in England». Quanto ao American Com. [*American Committee on Africa*], só o conheço através de um pequeno relatório que o mesmo publicou sobre Moçambique, (coisa séria, por sinal), e através de alguns nomes que figuram entre os seus membros, como Eleanor Roosevelt, e os «velhos» líderes negros americanos, Philip Randolph e Clayton Powell.

Peço-te que me digas em que medida o Andrade [*Mário de A.*] pode conhecer os assuntos por nós versados.

Eu nunca tive qualquer contacto com Haldane Roberto [*Holden Roberto*], e nem sei mesmo quem é. Espero que me digas algo sobre os contactos com o tipo. Penso que, antes de mais nada, convinha saber quem é. Não achas?

Continuo a «aguardar», e já me começa a chatear toda esta história dos gajos da Guiné.

Se eu tivesse umas massas, ia até Viena,¹ e depois daria umas voltas pelos países socialistas, como vão fazer dezenas de tipos da FEANF. Assim, limitar-me-ei a vê-los partir.

Vais a Túnis?

Um abraço do

H.

AMERICAN COMMITTEE ON AFRICA
FOUR WEST FORTIETH STREET, NEW YORK 18, N.Y. – U.S.A.

George M. Houser
Executive Director
25 de Junho de 1959

Caro...

Ouvi pela primeira vez falar de si, através de Tom Mboya, e de novo, através de uma carta de K. Chiume. Fiquei muito satisfeito ao saber da sua estadia em Londres. O nosso Comité tem estado muito interessado no problema da África Portuguesa, desde há muito tempo, e nós estamos tratando do assunto junto das Nações Unidas. Consequentemente, eu gostaria muito de contactar consigo, e, se possível, corresponder-me consigo. Estou interessado em saber em que medida você está representando algum grupo de Angola ou falando individualmente.

Por outro lado, pergunto-lhe se conhece Haldane Roberto [*Holden R.*], de Angola, que está vivendo em Léopoldville. Ele tem estado em Accra, há já alguns meses, e creio que ele virá aos Estados Unidos na altura das Nações Unidas, ainda que detalhes

1. *Ao Festival da Juventude.*

sobre isto ainda não tenham sido precisados. Se você não está em contacto com ele, eu penso que seria uma boa coisa se ambos contactassem mutuamente. Eu apreciaria se você me fizesse saber se está agora em contacto com ele.

... (umas coisas que eu não percebo, mas pouco importantes)... e nós tentaremos dar-lhe toda a assistência que pudermos no seu caso.

Sinceramente

George M. Houser

GMH/cr

(Se lhe escreveres directamente, convém que te refiras à «referência» acima escrita.)

Carta de Viriato da Cruz

[*dactilografada*]

Petzow, 14 de Julho de 1959

Meu caro Lara,

Já devias ter recebido a minha carta de há dias. Estou, porém, sem resposta tua. Convém estarmos amiudadas vezes em contacto, ao menos por escrito.¹

Haverá possibilidade de comunicarmos à Noémia [*N. de Sousa*] e irmã a resposta de Ghana? Penso que será igualmente importante, ou necessário, obtermos delas os seus respectivos curriculum vitae. A não ser que tu tenhas a possibilidade de os fazer.

Não recebi mais nenhuma carta de Paris. E tu?

O meu trabalho marcha; mas com dificuldades por vezes um pouco desanimadoras. Mas é preciso fazer alguma coisa. Faltam-me sobretudo fontes documentais. Até este momento, não consegui encontrar uma história de Angola. Como suponho que ainda não recebeste os teus livros, não vejo como sair, tão brevemente quanto possível, deste impasse. No caso de recobrades os teus livros, agradeço não te esqueceres de me enviar (se até lá não nos virmos pessoalmente) os que te pedi, bem como as histórias de Angola de Ralph Delgado e de Alberto Lemos.

Julgo que amanhã ou depois deva receber parte do «subsídio» referente a este mês. E então tratarei de te ver imediatamente. Por favor, não vejas na minha ausência pessoal nenhum gesto reprovável, conscientemente ou voluntariamente praticado por mim.

Recebi hoje carta da Bouvier [*Irmgard B.*].¹ Carta cordial e amistosa. Depois que estive contigo da última vez, escrevi-lhes, a ela, à filha e ao filho. A estes dois mandei-lhes bonitos cartões de Iraque. Ficaram radiantes.

Informa-me a Bouvier que no dia 3 foi lido o meu escrito sobre literatura. A Ruth [*R. Lara*] ouviu. Desconfio, porém, pelo tom com que a Bouvier fala, que houve cortes. Natural esta gente, que tem a mania de «impingir» as suas ideias mesmo sobre coisas que mal conhecem.

Como tenho a receber ainda quarenta «mangussos», vou renovar, junto da Bouvier, o meu pedido de entregar essa massa à Ruth. Sobre isto, penso escrever toda esta semana.

Talvez seja conveniente escrever-me, [acrescentado à mão: sempre que possível], por carta fechada e não por cartão postal.

Estou agora a ler os 3 volumes com os «Documentos sobre a expansão portuguesa», de Vitorino Magalhães Godinho. O livro é útil; mas como o próprio autor informa, ainda não foi feita e ainda é quase impossível construir uma teoria sobre a expansão portuguesa, porque muita documentação está por publicar. Evidentemente que esse não é o meu propósito. Como sabes, quero tentar uma interpretação de alguns aspectos da colonização portuguesa, principalmente dos que ainda actuam no nosso país. Quero escrever algo de polémico, de político, de interessado – o que não quer dizer parcial e «habilitoso».

Ainda não recebi resposta do Vietnam.

Tens mantido contacto com o Meneses [*Hugo de M.*]? Temo que este amigo comece a agir por conta própria, num hábito da malta. Pode ser que ele tenha boas intenções. Mas só isto não basta, pois incide-se na acção individual e descursa-se de dar corpo a uma personalidade colectiva. E como sabemos, esta é que mais conta para a projecção dos nossos desejos e dos nossos actos no plano internacional. Por favor, não te esqueças de lhe frisar isto, e da melhor maneira que puderes.

Informaram-me hoje de Moscovo (uma amiga)¹ que está para sair, brevemente, ali, uma antologia da poesia africana. Gostava que saísse algo do Mário António. Tens aí o livro dele? Se escreveres ao Mário de Andrade, agradeço lhe digas a conveniência de se enviar a Moscovo, aos encarregados da feitura da antologia, do livro do M. António. E isto com a urgência a que a malta de Paris não está muito habituada.

Tens aí aquela brochura com os poemas do Neto? O que achas se eu ou tu enviarmos daqui uma cópia desses poemas a Moscovo?

Mais do que nunca estou longe do dia a dia em África. Nada do «Le Monde». Oiço aqui às vezes Paris. Mas são notícias oficiais, curtas e mentirosas. Pouco adiantam. Oiço às 17h15 e às 18h15. Hoje vou tentar ouvir, pela primeira vez, Lisboa, às 20h. [*Acrescentado à mão: (Não ouvi Lx^a)*]

Já recebeste «O Comércio» e o «ABC», digo, os recortes destes jornais?

Quando escreveres à Ruth, dá-lhe, por favor, os meus cumprimentos; e lembra-me ao Paulinho.

Penso ver-te dentro de dias. Logo que possa agirei rapidamente nesse sentido.

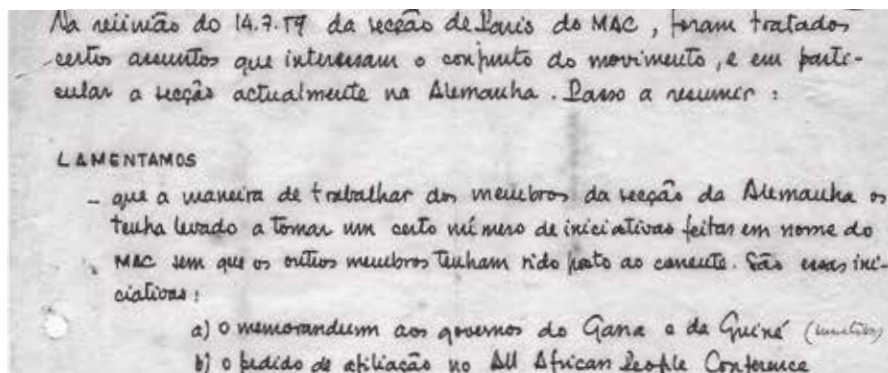
O meu melhor abraço

ass.) V.

P.S. – O que precisas? Queres alguma coisa de Berlim?

1. Encontro-me nesta altura em Fürstenwalde, na RDA.

1. Em Frankfurt/Main houve duas famílias alemãs que Viriato conheceu quando foi para aquela cidade e que se tornaram amigas dos angolanos que foram conhecendo: as famílias Bouvier e de Bary. A sua amizade fazia-se através das Madames Irmgard Bouvier (da Biblioteca de Frankfurt) e da Mme de Bary, que por vezes cedia um quarto aos angolanos.

Acta da reunião da secção do MAC de Paris*[manuscrito por Guilherme Espírito Santo]*

Na reunião de 14.7.59 da secção de Paris do MAC, foram tratados certos assuntos que interessam o conjunto do movimento, e em particular a secção actualmente na Alemanha. Passo a resumir:

LAMENTAMOS

- que a maneira de trabalhar dos membros da secção da Alemanha os tenha levado a tomar um certo número de iniciativas feitas em nome do MAC sem que os outros membros tenham sido postos ao corrente. São essas iniciativas:

- a) o memorandum aos governos do Gana e da Guiné
- b) o pedido de afiliação no All African People Conference. Fazemos e havíamos já feito reservas quanto ao conteúdo do memorandum e em particular ao conteúdo da sua 2ª parte. Fazemos e havíamos já feito reservas quanto aos processos utilizados (em particular no caso da Guiné) para a transmissão do memorandum. Lastimamos pois que as iniciativas tomadas em nome do MAC não tenham sido comunicadas aos outros membros, mesmo depois que os resultados das mesmas tenham sido conhecidos. Fazemos notar aos membros da secção do MAC na Alemanha a necessidade de coordenação de iniciativas e de um real trabalho de equipa entre todas as secções, ditados pelos objectivos colectivos que nos propusemos atingir. Felicitamos-vos pelos resultados e iniciativas tomadas, pelo vosso trabalho, sem todavia deixar de fazer as reservas que nos parecem mais do que justificáveis.

- Para evitar se possível a renovação de tais práticas e a fim de dar maior solidez e vida ao movimento, propomos:

a) que toda a iniciativa feita em nome do MAC tenha sido previamente sancionada pelos seus membros de todas as organizações locais, na medida em que isso é tecnicamente possível

b) que só por delegação de poder se pode utilizar carimbo ou nome do MAC. Que essa delegação não pode ser nem definitiva nem geral. Que essa delegação de poder possa ser retirada em todo o momento.

Isso a fim de assegurar o respeito e a iniciativa de todos os membros e não dar azo a que eventuais porta-vozes do movimento esqueçam que um movimento é, primeiro e sobretudo os membros aderentes.

FOCAMOS PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO

- a questão da cotização não foi debatida

- foi posta em relevo a necessidade de reforçar a organização. Reforçar o contacto entre as organizações locais. A divulgação no interior de cada secção das proposições interessando o conjunto dos membros. Deixar e abrir à iniciativa local os processos julgados melhores para a agitação e organização. Pensamos no entanto:

- a) ser úteis reuniões mais frequentes para controle e proposições de tarefas
- b) dar importância primordial à execução de tarefas de carácter prático.

PROPOMOS TAMBÉM

- que seja comunicada para Lisboa a resposta do governo do Gana e que essa publicidade saia do âmbito dos membros do MAC para que todos os africanos as conheçam

- que desde já seja estudada a possibilidade de vir em ajuda aos estudantes africanos em Lisboa e em África. Que essa questão seja desde já uma tarefa prática a ser ventilada no quadro da nossa organização.

Estavam presentes à reunião os membros de Paris:

ANDRADE, M. [*Mário de Andrade*]
 ESPIRITO-SANTO, G. [*Guilherme E. S.*]
 SANTOS, M. [*Marcelino dos S.*]

Foi admitido o novo membro, que participou à reunião:

AZANCOT, H. [*Hugo A. de Menezes*]

Pedimos-vos que vocês nos digam algo sobre as observações feitas e que vejam nelas o desejo de salvaguardar a união e de dar maior força às nossas vontades comuns.

Carta de Viriato da Cruz*[manuscrita]*

Petzow, 27/7/59

Caro Lara,

Saúde!

Disseram-me que ontem me telefonaste. Não estava aqui nesse momento, mas

1. Trata-se de Lydia Nekrassova, amiga de Marcelino dos Santos, e que publicou em Moscovo poemas dele e esboçou uma antologia de poesia das colónias portuguesas. Repare-se no interesse por Mário António, de quem ainda desconhecíamos a «portugalização».

sim num acampamento de jovens e crianças. Convidaram-me para assistir a uma pequena manifestação ligada à abertura do Festival da juventude em Viena.

Hoje, às 18.15h, tentei telefonar-te. Pedi que ligassem para a Ausländer Aufnahmehaus. Até agora estou à espera dessa ligação; e já são 20.45h.

Até hoje não voltei a receber notícias de Paris, salvo as cartas do Béhanzin e do Mário, que já te enviei há muitos dias.

Mais uma vez, aqueles amigos de Paris deixam-me a impressão que sempre tive deles: só se interessam a sério pelas coisas ligadas ao seu próprio interesse. Fora disso são uns pesos mortos, mais obstáculos que facilidades. Oxalá esteja eu enganado.

Não sei se te tens servido da via do Horta, em Liège. Ele está neste momento ausente, em Viena. Se quiseres enviar algo por intermédio de Liège, deves remeter a correspondência para: Dicran Mouradian – Place St. Michel, 10 – Liège (Belgique). – Basta que envies o envelope para o destinatário, devidamente sobrescritado, (e pode já ir fechado; como aliás faço sempre).

Não creio que a Ruth [*R. Lara*] seja capaz de levantar os livros que estão em Frankfurt, porque ela terá (como sucedeu sempre comigo) de mostrar o passaporte. É na verdade uma pena, pois penso que os livros serão reenviados aos expedidores. Não sei, porém, se uma carta-procuração nossa poderá remediar o caso. Talvez fosse conveniente que perguntasses à Ruth se isso é viável.

O que farei eu quando terminarem os 3 meses? Ainda não sei. A única porta aberta que vejo neste momento é, mais uma vez, partir para Liège. Daqui (Liège) deverei partir imediatamente para África, pois a validade do meu passaporte termina em 18 de Outubro. Massa para a viagem não a tenho. Solução? Preciso que a malta de Lisboa me empreste 5 mil escudos. Talvez me possas ser útil, mais uma vez, em escrevendo à malta de Lisboa para eles transferirem para o Dicran, até 20 de Setembro, a quantia correspondente a 10.000 francos belgas.

O meu trabalho marcha com muitas dificuldades. Não posso ir a Berlim por falta de massa; e em Berlim não encontro todo o material mínimo para que o trabalho obtenha a forma que quero. Acho que os três meses acabarão sem que eu tenha feito a décima parte do que pretendia. – Fiz um vasto trabalho de ficheiro; mas, como podes calcular nem todas as notas que se tiram vêm a ser utilizadas.

E o teu caso? Não fizeste nenhuma «démarche», ao menos para que te dêem os livros? E as tuas malas estão ainda na «consigne» da gare?

Espero (com uma paciência de corno) que dêem massa no fim deste mês. A ser isso um facto (como acredito), tratarei de te procurar aí em Fürstenwalde. Estou convencido de que me darão autorização para esse fim.

Que pensas tu que devemos responder a Accra? Devemos fazê-lo já ou devemos esperar resposta dos outros? Por mim, tanto faz. O meu único problema é ter massa, antes de Outubro, para voltar para África. Lá tratarei, in loco, do resto.

Tens recebido jornais? Eu estou absolutamente a zero, pois até o rádio cá da casa não funciona. Esta gente só quer saber de: banhos no lago, banhos de sol, comer, dormir e televisão. Numa palavra: vida vegetativa.

O meu melhor abraço
ass.) V.

Carta de Amílcar Cabral a Ruth Lara

[manuscrita]

Kano, 7/8/59

Ruth

Saúde ao Paulinho e a todos. Cá estou eu armado em caixeiro viajante. Certamente de óleo de palma, dirá. Sim, de óleo de palma também.

Vou ver a terra e conto regressar a Lisboa em Setembro.

A saúde não vai nada bem, na família. Mas há-de melhorar.

O amigo do Mona [*Viriato da Cruz*], o Ilídio [*I. Machado*], veio a férias e foi engaiolado. O mesmo aconteceu com um patrício, Belo,¹ do Banco de Angola. Só em Luanda estão presas mais de 120 pessoas. Vamos a ver o que se passa por lá. Na Guiné houve há dias 7 mortos e 5 feridos.

A coisa está difícil mas vai.

Saudades imensas.

Abraço para o L. [*Lúcio Lara*] e todos do muito amigo

Amílcar

Carta de Viriato da Cruz

[dactilografada]

10.8.59

Caro Lara,

Junto te remeto uma carta para o ministro do Interior de Ghana e outra para o Nkrumah.

Como verás, na carta para o Nkrumah dizemos que lhe enviamos também uma cópia da carta que, nesta data, escrevemos ao referido ministro. Sendo assim, devemos assinar também o duplicado destinado ao Nkrumah.

Não esqueças de carimbar as cartas com a «marca» MAC.

Depois que estive aí, não voltei a Berlim, pois tenho estado muito ocupado a acabar de tirar notas de livros que tenho de volver à Biblioteca hoje.

Que resposta obtiveste do teu «primo», no sábado?

Tenho aqui cópias das cartas que estamos enviando a Ghana.

Se te for possível, envia-me a História de Angola.

Cumprimentos. O meu melhor abraço.

ass.) V.

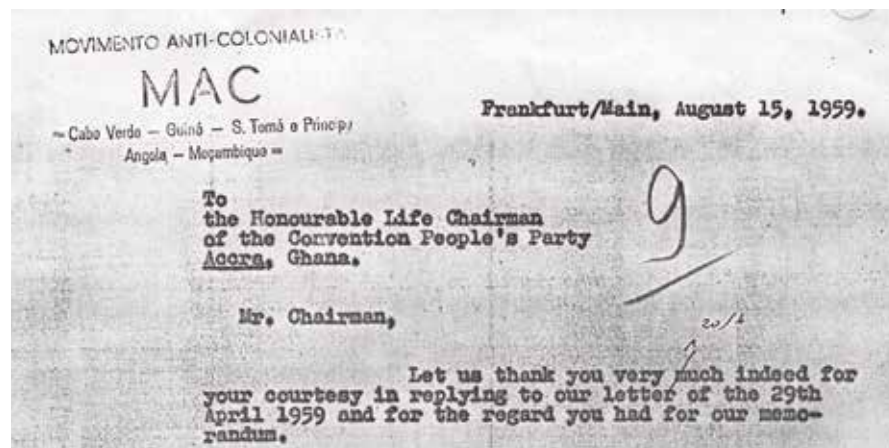
[Acréscitado à mão:]

Devolve-me as cartas com o teu curriculum. Não te esqueças de:

1. Belo Catuto Fernandes.

- 1 – Indicar o endereço, nacionalidade e o N° do passaporte.
 - 2 – Fazer uma breve nota sobre a tua carreira (o «curriculum»)
 - 3 – Informar sobre quaisquer qualificações técnicas ou profissionais que possuas.
 - 4 – Informar se conheces alguém em Ghana. Nomes dessas pessoas e seus endereços.
- V.

Carta do MAC a Kwame Nkrumah
[dactilografada – original em inglês]



Frankfurt/Main, 15 de Agosto de 1959

Ao
Honourable Presidente Vitalício
 do Convention People's Party
 Accra, Ghana.

Senhor Presidente,

Deixe-nos agradecer-lhe muito pela sua amabilidade em responder à nossa carta de 19 de Abril de 1959 e pela atenção prestada ao nosso memorando.

Pedimos desculpa pelo atraso que leva esta resposta que se deveu ao facto de esperarmos pelas opiniões dos nossos camaradas que vivem noutros países.

Queira encontrar junto as fotografias pedidas assim como uma cópia da carta que hoje enviámos ao Ministro do Interior do Ghana.

Com os nossos renovados agradecimentos por toda a sua gentileza,

ass.) V. da Cruz
 L. Lara

Carta de Mário de Andrade
[dactilografada]

Paris, le 24 août 1959

Meu caro Lúcio,

Estranho grandemente o vosso silêncio.

Acabas de receber certamente uma carta manuscrita, enviada pelo E. S. [*Guilherme Espírito Santo*],¹ na qual se fazem reparos à actuação do vosso sector. Ora, eu tinha dirigido a esse camarada uma página dactilografada, dando a minha opinião sobre o texto que ele se propunha comunicar-vos. Dizia eu, em substância, que nada adiantava voltar a questões já resolvidas e a mim próprio explicadas, na altura da minha estadia em Berlim.

O E. S. resolveu não tomar em conta as minhas objecções, por pessoais, segundo me disse verbalmente.

Acredita que me sinto penalizado, pelo modo «cavalier» com que me tratam. Nem sequer sei exactamente o que ele escreveu na última redacção do seu comunicado...

O Hugo partiu para Conakry, há algumas semanas, mas ainda não me escreveu. Tens notícias dele? Pedi-lhe instantaneamente que contactasse convosco.

O exemplar do «Ilundo» que tenho comigo pertence à S.A.C. [*Société Africaine de Culture*] e foi emprestado ao Marcelo [*Marcelino dos Santos*]. Tens absoluta necessidade desse livro? Escrevi ao Óscar Ribas a pedir um exemplar.

Estou a trabalhar nas fábulas para o Cardoso Pires que promete fazer uma separata da parte africana.

Comunica isto ao Viriato: que manifestei à redacção da «Neue Deutsche Literatur»,² o meu espanto diante da recusa formal de publicarem um artigo que me haviam solicitado («Le problème du développement de la culture des peuples noirs»), pelo simples facto de já possuírem um texto do Viriato sobre a «literatura angolana».

Enfim, espero notícias. Um abraço do teu
 ass.) Mário

Carta de Mário de Andrade a Viriato da Cruz
[dactilografada]

Paris, le 26 Août 1959

Meu caro Viriato,

Acabo de receber há alguns minutos a tua carta de 19.

Evidentemente que me proponho cumprir o meu dever de patriota angolano. Permite-me, entretanto, que proceda duma maneira um tanto diferente da que sugeres.

1. Trata-se da acta da reunião da secção de Paris, página 76.
2. Revista da República Democrática Alemã, Berlim.

Na base dos elementos que me forneces, vou agitar a opinião internacional em jornais que podem publicar um comunicado urgente, tais como a «Gauche», «Avant-Garde»,¹ jornais de Londres e de África. Suponho que o texto deve ser redigido como se ele emanasse de um «correspondente africano», pouco importando que ele seja datado de Angola.

Como estarei de passagem por Bruxelas na próxima quarta-feira, remeterei pessoalmente ao E. Glinne² [*Acrescentado à mão, na margem: a quem já escrevi fixando encontro e a pô-lo ao corrente da situação*] esse texto e verei com ele a possibilidade de enviar cópias a vários jornais.

A experiência do caso do Neto [*Agostinho Neto*] leva-me a crer que a S.A.C. [*Société Africaine de Culture*] é impotente e cobarde, nestas questões. O presidente invoca a sua qualidade de diplomata que não pode interferir em assuntos de «política interior» e o Diop [*Alioune D.*] – o verdadeiro «soba» – ilude o problema, pela via «cultural». Não estou a fugir às minhas responsabilidades. Aliás, é impossível contactar neste momento com o Diop que está ausente de Paris.

Proponho, pois, que na posse das notícias publicadas, abordemos a questão dos telegramas, junto da FEANF e mesmo da SAC. Logo te direi os resultados.

Mas creio que seria útil saber que jornais e que organismos vocês já contactaram ou contam contactar.

Manda-me todas as informações complementares para a seguinte direcção (onde estarei de 3 a 7 de Setembro):

Hôtel Miramar – 19, avenue de la Sirène
(4ème Biennale Internationale de Poésie) KNOKKE-LE-ZOUTE
(Belgique)

[*Acrescentado à mão, no verso:*]

Tendo enviado alguns poemas da Antologia ao «Journal des Poètes», convidaram-me a participar à 4ª Bienal de Poesia. Espero que consigas maneira de contactar mais rapidamente comigo. (Tua carta de 19 chegou-me às mãos apenas hoje, 26). Envia-me também artigos já feitos sobre este assunto de que farei a tradução. Não faltam jornais onde publicar.

A Noémia [*N. de Sousa*] comunica-me que irá à Alemanha, no princípio de Setembro.

Toma nota também da direcção pessoal do Glinne:

44 A, Rue Gachard – Bruxelles 5

Um abraço do teu

Mário

Carta a Mário de Andrade

[*dactilografada*]

Frankfurt, 26/8/59

Caro Mário

Depois de um longo silêncio de 2 meses aqui me tens a tentar esclarecer-te das causas do mesmo. Como sabes depois que nos separámos fui p^a o tal campo, onde (só depois o soube) me devia submeter a um inquérito promovido por uma comissão especial p^a estrangeiros ou al[emães] refugiados. Todo aquele tempo se passou sem que os senhores decidissem a sério qualquer coisa. Tenho a impressão que lhes criei um problema de 7 cabeças. Um dia comunicaram-me que me tinham acordado 6 meses de permanência numa cidade de grande interesse químico, mas nada me disseram, fingiram mesmo esquecer, como poderia eu levar a cabo aquilo a que nos tínhamos proposto. Portanto recusei e como a nova solução demorasse muito tempo, só vi como remédio o vir-me embora, que mesmo assim ainda custou. Enfim, trapalhadas que um dia se tiver interesse te narrarei de viva voz. Não foi totalmente perdido o tempo que lá estive, porquanto trabalhei numa fábrica e tive oportunidade de estudar in loco a aplicação de uma série de teorias. Do nosso ponto de vista pode dizer-se que foi tempo perdido, pois só a mim serviu a experiência destes dois meses, embora de certo modo essa experiência possa vir a reflectir-se no Movimento. No campo em que eu vivia não tinha grandes condições para escrever, sobretudo p^a o estrangeiro.

Há pouco tempo a Ruth transmitiu-me p^a lá as decisões da reunião que vocês aí tiveram, que não pudemos deixar de considerar infelizes. Peço que digam com urgência se acham que vale a pena eu ir até aí antes de partir p^a o Gh. [*Ghana*] p^a estabelecermos normas e bases de uma acção eficaz no futuro. Impõe-se que passemos decisivamente para o tipo de luta que as circunstâncias actuais exigem. Como deves saber, em Angola a sangria começou, mas o mais consolador é que duas cartas que nos davam a notícia acrescentavam que A LUTA CONTINUA. Creio que se nos impõe fazer um exame honesto das nossas actividades e ver até que ponto é que elas têm correspondido ao que se espera de nós.

Escrevemos p^a o Gh; enviando as fotos e curriculum do V. [*Viriato da Cruz*], t/, da R. [*Ruth*] e meu, e quanto a nós pedíamos p^a entrar nas próximas 6 semanas. Vamos a ver a resposta. Seria de TODA A CONVENIÊNCIA que tu ou quem aí conhece o Padmore lhe escrevesse prontamente pedindo que interfira no problema, para que ele se resolva com toda a urgência. Se vocês não estiverem dispostos ou em condições de o fazer, manda-me na volta do correio o endereço dele, para daqui lhe escrever.

O V. continua lá até meados de Setembro tencionando aguardar em Liège o visa; o pass dele termina em 18 de Out. pelo que nessa data deve estar embarcado.

Dizes ter-me enviado uma carta através da Bélgica. Não a recebi. Será que te querias referir à que enviaste ao V. contendo a carta do B.?

Diz o que pretendes de cá com respeito a dados bibliográficos.

Interrompi esta p^a o almoço e entretanto recebi notícias do [*rasurado*] que me pôe ao corrente da carta que te escreveu. Se houvesse a mínima possibilidade de o Monde dar a notícia das prisões, seria já muito bom, porque é um jornal de grande repercussão em Portugal. Há também a hipótese de fazeres uma nota p^a o New Statesman através

1. Mário de Andrade ia cumprindo a sua missão...

2. Ernest Glinne, do Partido Socialista Belga, era o director de La Gauche, jornal onde pela primeira vez e ainda de um modo difuso, falámos, em Novembro, no Movimento de Libertação de Angola.

do teu amigo. Convinha dar ao caso a maior repercussão, não só p^a que o nosso povo se sinta apoiado na luta, mas para que o meio político internacional comece a acreditar que realmente existe uma luta tanto em Angola como nas outras colónias portuguesas. O facto de até hoje toda a gente desconhecer que essa luta existe só nos tem criado dificuldades de toda a ordem.

Está cá um moço que fez em Coimbra o 1^o ano de Medicina e que pretende ir para Leste estudar Ciências Políticas. É de Angola, chama-se Carlos Alberto da Rocha Oliveira;¹ tem 19 anos, vem recomendado pelo Neto [*Agostinho N.*]. Achas que é possível conseguir alguma coisa através da tal Associação p^a a amizade com os povos de África? E quanto tempo levaria a saber de todas essas coisas. Entretanto estou a pensar que ele pode tentar, como eu o fiz a Alem. de L., mas parece-me que eles têm certos preconceitos com respeito a menores.



Mário de Andrade e Lúcio Lara diante da
Universidade Humboldt em Berlim

1. Viria a chamar-se mais tarde Dilolwa.

Neste momento não me ocorre nada mais. Vai uma foto nossa em Berlim. O V. ficou c/ a outra. A diferença é que numa estou eu e na outra está ele. Quanto a ti, numa estás com a pasta do lado de fora, e na outra estás com ela do lado de dentro. Se em todo o caso estiveres interessado na outra, diz que ta mando.

Saudades à Sarah. Saudades da Ruth. 1 ABRAÇO DO T/
ass.) L

Carta a Marcelino dos Santos

[dactilografada]

Frankfurt, 26/8/[59]

Caro Marcel

Apenas umas linhas para te enviar esta carta, resposta à acta que nos foi enviada. Não o faço para a morada do E. S. [*Guilherme Espírito Santo*] porque a m/ mulher não tomou nota dela. Agradeço-te que com a urgência possível dês conhecimento a todos do seu conteúdo.

Que notícias há de Moçambique?

Peço-te que, se tiveres oportunidade, digas ao Menezes [*Hugo de M.*] que lhe escreverei em breve, talvez amanhã ou depois. Espero que ele ainda aí esteja.

Como vai a André? Dá-lhe muitas saudades nossas.

Eu estou a ver se dentro de um ou dois meses vamos p^a África.

AGRADEÇO-TE QUE COMUNIQUE À MALTA QUE RECEBEMOS UMA RESPOSTA DA SOLIDARITÉ DES PEUPLES AFRO-ASIATIQUES, EM QUE NOS DIZEM ESTAREM DISPOSTOS A COLABORAR CONNOSCO, ESPERANDO QUE SEMPRE QUE POSSÍVEL LHES ENVIEMOS INFORMAÇÕES. VOU-LHES ESCREVER A PROPÓSITO DAS MORTES NA GUINÉ E DAS PRISÕES EM ANGOLA.

Não te esqueças de informar disto a Malta, pois eu esqueci-me de acrescentar na carta. Como disse tencionamos enviar um relatório p^a Lisboa da nossa actividade. Quererao vocês dizer p^a lá algo de especial? Responde.

Saudades da R. [*Ruth*]. Um abraço do t/
ass.) L

Resposta de Lúcio Lara e Viriato da Cruz à acta enviada de Paris

[dactilografada]

Berlim, 18 de Agosto de 1959

Caros Amigos

Respondemos à acta da vossa reunião de 14 de Julho p.p.

Preferimos não começar por lamentar, inutilmente, uma ou outra das vossas críticas absolutamente injustas. Ao contrário, propomo-nos encarar séria e amigavelmente as

divergências que nos separam. O que pretendemos com esta carta é ultrapassar de uma vez para sempre a fase polemica, verbal, de um desejo colectivo de acção que, desde longa data, tem encontrado no nosso seio dificuldades de ordem técnica e pessoalista.

1 – Em vez de nos terem dito que todas as iniciativas tomadas em nome do MAC deveriam ser sancionadas por todas as secções, achamos que seria mais útil e construtivo que nos enumerassem concretamente as iniciativas por nós tomadas e que não foram levadas ao conhecimento das secções a fim de por elas serem sancionadas.

Admitindo ainda que, por «sancionar» quereríeis antes dizer «aprovar previamente», acharíamos mais útil e construtivo que nos indicásseis os meios práticos e seguros a utilizar para fazer chegar a todas as secções as «nossas» iniciativas.

Aliás quanto à questão do Ghana e da Guiné, não só ela vos foi comunicada através de dois membros presentes ao Congresso de Roma, como até se vos pediu um parecer escrito antes de efectivarmos a démarche. As razões por que esse parecer não chegou no prazo por nós estipulado nem sequer nos foram comunicadas.

2 – Será que nos podereis, por exemplo, confirmar que as cartas escritas em Dezembro ao Padmore foram autorizadas previamente e sancionadas por todas as secções? Mesmo posteriormente fizestes algum relatório dessas démarches a ser sancionado por elementos de outra ou outras secções?

3 – Um dos signatários¹ tem poderes, recebidos em Lisboa, para, no plano exterior, actuar em nome do MAC; até agora porém nunca tomou qualquer iniciativa isolado. Além disso, tudo quanto foi executado depois de Maio, foi decidido em reunião colectiva com um membro de L^a,² que aí teve discussões convosco. Estamos convencidos de que essa reunião de Maio em Frankfurt, teve um carácter mais colectivo (do ponto de vista de ideias e planos) do que a havida em qualquer outra parte, porque nela foram expressos os pontos de vista de L^a, Paris e Frankfurt.

4 – Questão do Carimbo: Registamos e aceitamos o vosso aviso de que o carimbo deve ser utilizado por delegação de poder que não é definitiva nem geral. Só há um carimbo, que está na posse do membro que foi encarregado por L^a das relações exteriores.

5 – Estamos de acordo que deve haver reuniões frequentes. Nós aqui estamos realmente em contacto frequente e costumamos tentar levar rapidamente à prática todas as decisões tomadas.

Podereis vós dizer o mesmo? O facto de só em julho nos virem falar de um problema (Béhanzin) que já estava no vosso conhecimento em princípios de Abril, em Roma, revela um tipo de frequência de reuniões algo inconveniente, com que francamente não estamos de acordo, dado que as vossas condições são bastante melhores que as de L^a, e de lá tenta-se reunir frequentemente.

6 – Não é construtivo nem elegante que se façam reservas aos Memorandos p^a a Gu. [*Guiné Conakry*] e Gh. [*Ghana*], sem ao mesmo tempo as explicitar. Queremos estudar essas «reservas» e corrigir qualquer erro, a fim de entrarmos em plena

concordância convosco e fazer andar para a frente o essencial que nos parece ser válido para todos nós. Agradecemos pois que nos comuniquem urgentemente o conteúdo exacto das vossas reservas, a fim de reiniciarmos sem demora todas as démarches.

7 – Amigos: Um bom trabalho de equipe, no presente e no futuro, deverá ser feito tendo-se em consideração o que já se conseguiu em matéria de unidade de propósitos, de organização de todos nós na Europa e de militância de alguns dos nossos membros. Isso que já foi feito – principalmente de há dois anos para cá – deve ser preservado e reforçado. A secção de Paris não pode infelizmente apresentar um palmarés de vanguarda nesse trabalho de unidade orgânica e acção. Talvez por isso mesmo tem levado tempo a sair de uma posição de crítica verbalista que, para a altura em que estamos, é mais embaraçante que construtiva.

8 – Questão das cotas: Não a tratámos na reunião de Frankfurt, infelizmente. E isso mais porque não nos lembrámos dela do que por outro qualquer motivo criticável, tanto mais que a Secção da Alemanha prefere dizer que não tem feito menos sacrifícios financeiros pelo MAC do que qualquer outra secção.

Sobre este assunto gostaríamos que nos dissessem como encararam ou tencionam encarar a transferência das cotas pagas à organização.

9 – A está desde há muito completamente entregue a uma militância activa pelos propósitos do MAC. Por consequência teremos muito interesse em trabalhar como até aqui, por actos, em prol de todas as iniciativas respeitantes ao Movimento, pelo qual vale realmente a pena trabalhar cada vez mais para servir os povos a que continuamos profundamente ligados apesar de uma emigração que não podemos considerar agradável, nem aceitável.

– CONGRATULAMO-NOS com a adesão do H. M. [*Hugo de Menezes*].

– Esta secção tenciona transferir-se para o Gh. dentro de 2 meses o mais tardar. Tem em curso, p^a o efeito, as démarches necessárias.

– Temos oportunidade de enviar p^a L^a um relatório circunstanciado de toda a nossa actividade, até ao presente.

– A nossa boa vontade leva-nos a perguntar se acham vantajoso que um de nós se desloque até aí na primeira quinzena de Setembro, para aprofundarmos todas as questões existentes e tomarmos resoluções p^a o futuro. RESPONDAM URGENTEMENTE.

Por via particular daremos outras informações respeitantes à nossa situação actual. Esperamos que elas cheguem sem demora ao conhecimento de todos vós.

TEMOS EM VISTA (E PARA ISSO INICIAMOS OS PRIMEIROS PASSOS) UMA CAMPANHA DE CARÁCTER INTERNACIONAL SOBRE AS SUBLEVAÇÕES NA GUINÉ E AS PRISÕES (ATÉ HÁ 2 MESES 120) EM ANGOLA. PENSEM NO ASSUNTO E ACTUEM. Nomes de alguns presos: Ilídio Machado (em Lisboa), Higinio Viana de Almeida, Carlos Aniceto Vieira Dias, Gabriel Leitão Pereira, Belo Catuto Fernandes (preso no Funchal sem culpa formada e levado p^a Lisboa), DOIS irmãos Benje, um dos quais está paralítico devido aos maus tratos da PIDE, Meireles (casado com uma Mira Godinho).

SAUDAÇÕES AMIGAS

ass.) V.C.

L.L.

1. Trata-se de Lúcio Lara.

2. Trata-se de Amílcar Cabral.

[Acrescentado à mão por Lúcio Lara: P.S. – A título de informação. O carimbo foi 5 vezes utilizado. All African Peoples Conf. (2), solidarité des Peuples Afro-Asie. (uma) Honour. Life Chairman of Convention Peoples Party (uma) e Ghana's Ministry of Interior (uma).]

[Noutra folha, manuscrito por Viriato da Cruz:]

28.8.59

Caros amigos,
Na impossibilidade de a subscrever, declaro estar de acordo com o conteúdo desta carta.
V.

Carta de Mário de Andrade

[dactilografada]

Paris, le 28 Août 1959

Meu caro Lúcio,

Respondo imediatamente aos pontos essenciais da tua carta de 26, recebida hoje: Comuniquei ao V. [Viriato da Cruz] há dois dias, uma carta para ti onde abordo principalmente o problema das decisões duma reunião que aqui tivemos. Por essa carta verás que o texto transmitido pelo E. S. [Guilherme Espírito Santo] não corresponde de modo algum aos meus pontos de vista. Considero isso um abuso de confiança, porquanto o E. S. permitiu-se não tomar em consideração a tal página dactilografada em que eu me insurgia contra o conteúdo e a forma do comunicado destinado ao vosso sector.

Em resumo, estou convencido por mim, que nada adianta esta ilusão de «secção de Paris». Um ponto me interessa esclarecer: urge ou não ter uma ligação orgânica com um dos movimentos angolanos? Por outras palavras, o que me interessa é dar a minha contribuição, no plano internacional e dentro das minhas aptidões, à luta que hoje se desenvolve pela independência de Angola. Claro que não abandono as ligações de ordem inter-africana, para os territórios sob dominação colonial portuguesa mas... basta de porcarias do tipo «lusitano» ou «luso tropical», como essa que acaba de acontecer. Espero recuperar o texto das minhas observações, para provar a minha sinceridade neste assunto. Sou dos primeiros a considerar essa merda como «decisões infelizes».

Interessaria que passasses por aqui, antes da tua partida. Ainda não consultei os outros, por falta de tempo: vejo raramente o E. S. (compreendes a dificuldade do diálogo) e o M. [Marcelino dos Santos] está em férias.

Estou a redigir uma nota sobre o terror policial que ora se desencadeia sobre nós, na base dos elementos que recebi; reconheço, porém, que tenho pouca coisa. E uma questão surge ao meu espírito: devo, sim ou não, fazer menção da existência de organizações políticas? E na afirmativa, em que termos?¹ Parto de Paris na próxima

quarta-feira, estarei nesse dia de passagem por Bruxelas, e de 3 a 7 de Setembro em Knokke-le Zoute. Escreve-me, durante esse período para:

Hôtel Miramar
19, Avenue de la Sirène. KNOCKE-LE ZOUTE (Belgique)
(4ème Biennale Internationale de Poésie)

Penso que tu deves escrever directamente, em nome do movimento, ao George Padmore, cuja direcção é simplesmente esta: Prime Minister's Office – Accra. Carta registada, com aviso de recepção.

Que posso fazer por ti em Bruxelas? Curiosa, essa burocracia do Leste!...

Não sei que deva aconselhar no caso do rapaz de que me falas na tua carta.

A mensagem através de Liège, continha de facto a carta do B. Como o Césaire vai a Conakry, por voltas de 15 de Setembro, vou encarregá-lo de interferir junto do S.T. [Sékou Touré] sobre as nossas questões. Ele já me deu o seu acordo. Prepara aí o que queres que lhe diga concretamente.

O V. já chegou a Liège? Recebi dessa cidade a última carta dele. Se assim for, ele poderá encontrar-se comigo, certamente.

Cumprimentos da Sarah e um abraço para a Ruth. Um abraço do teu
ass.) Mário

[Acrescentado à mão: Obrigado pela foto]

Carta de Mário de Andrade

[manuscrita]

Paris, le 29 Août [1959]

Meu caro Lúcio

Necessito de duas informações urgentes:

1) – Como se organizaram as últimas manobras militares em território angolano (exercícios ao napalm, etc.)

2) – a questão dos movimentos (v. minha carta anterior).

Vê se consegues enviar a tua carta para Bruxelas onde estarei quarta-feira e quinta de manhã.

Envelope fechado no interior duma carta dirigida a

ERNEST GLINNE
49 A, Rue Gachard
Bruxelles 5

Teu

Mário

1. Viriato da Cruz continuava a não se abrir... causando-nos sérias interrogações.

Carta de Fernando Mourão¹

[manuscrita]

Lisboa, 31-8-59

Meu caro Lara,

Recebi ontem tua carta, que passo a responder. Quanto ao pedido de cinco contos, de momento não tenho a mínima possibilidade de te ajudar. A minha situação financeira, de momento, é francamente má, pois têm-se reflectido as actuais relações com a família, pelo que estou a viver do meu ordenado da tropa. Dos papéis da minha mãe de momento estão na mão do meu avô, a garantir uma compra de uns terrenos, que ela fez a um irmão e presentemente tenho de lhe mandar todos os meses 40.000 F. para Paris, onde vive, do rendimento do prédio. Em meados do inverno próximo, lá para Novembro, é que espero receber uns dinheiros e voltar a ser depositário dos papéis de crédito da mãe, mas até lá a situação é francamente difícil. Além de tudo isto, tem havido por cá grande necessidade de dinheiro e o Mário [M. de Andrade] sabe porquê. O que te prometo é bater nas poucas portas amigas e ver se arranjo alguma coisa. Vou tentar junto do Almeida e daí, por intermédio do Mário, podias escrever ao Costa, que está milionário. Não sei se o conheces, é um tipo rico e que casou com a madrinha, esteve em Paris com o Mário e é de Moçâmedes. Ainda relativamente há pouco tempo, disse à Maria que o facto de ter casado com a madrinha, tinha sido útil aos amigos de Paris, pois assim ficava com a possibilidade de os ajudar!

Em último caso, se não se arranja nada, a única coisa que poderei fazer é pedir um empréstimo sobre o prédio, mas isso ainda leva tempo. Se tivesses cá alguém, que te fizesse um empréstimo, o mais que podia fazer agora era assinar uma letra, que seria garantida pelo prédio.

Podes crer que não tenho a mínima má vontade em ajudar, mas de momento a situação fica retardada [?].

Fui convidado para fazer a página de economia africana no Jornal de Comércio. É coisa para dar 2 contos por mês, mas só penso em trabalhar lá, em Dezembro. Temos também um convite para a Seara Nova. Os artigos são pagos, se quiserem colaborar, mandem artigos publicáveis, devem dar uns 250,00 por cada um. Manda dizer o que [...] e em que poderei ajudar a [...] o m.

Cumprimentos à tua mulher. Um abraço
Mourão

1. *Fernando Augusto de Albuquerque Mourão, hoje professor na Universidade de São Paulo, a quem eu tinha estado ligado nos tempos da CEI e que possuía algumas possibilidades financeiras da sua família. Por isso lhe teria escrito quando Viriato pediu que lhe arranjassemos, com os nossos de Lisboa, algum dinheiro.*

Carta de Viriato da Cruz

[manuscrita]

1.9.59

Meu caro Lara,

Saúde.

Junto remeto cartas que recebi ontem do Mário [M. de Andrade]. Uma delas é para ti.

Pelo que o Mário diz, a crítica de Paris foi ditada, como eu sustentava na conversa que tivemos em Fürsten[walde], pelo desejo não-constructivo de criar confusão. Continuo na minha que alguns dos amigos de Paris estão mais interessados em fazer valer os seus interesses do que contribuir, seriamente, para a solução dos nossos seriíssimos problemas.

Como o Mário informa, a Noémia [N. de Sousa] virá à Alemanha. Creio que ela estará contigo e que vocês tratarão de assuntos importantes.

Verás se vale a pena enviar pela tua sogra o nosso relatório. Acho que sim, pois não sabemos o que poderá acontecer à Noémia. Há, portanto, que tomar cautelas quanto ao futuro, sempre problemático.¹ Pensei que a chave para os pontos ou passagens do relatório poderá ser feita de maneira mais segura. Primeiro, no papel da chave deverás, talvez arrolar as passagens, que merecem segurança, não por rigorosa ordem alfabética ou numérica, mas de maneira salteada. Por exemplo:

A	ou	1
F		4
G		10
Z		3.

Além disso, convém que arroles tudo da seguinte maneira, por exemplo:

2	Roma
4	estivemos
3	tratamos
10	Alemanha
A	B

O contorno que tracei a **lápiz** são os contornos do papel em que farás a chave. Mas depois deverás cortar o papel da chave pela linha que, no modelo acima, tracei a **vermelho**.

Quer dizer: finalmente, haverá três papéis: um com o texto do relatório; outro com a simples enumeração (2, 4, 3, 10, etc) e outro com as frases do texto que foram postas em segurança. Os nossos amigos não terão mais que juntar a parte **A** e a parte **B** para verem a que frases correspondem os números (ou letras) do texto.

1. *O relatório seguiu pela minha sogra, Lotte Pflüger, muito bem disfarçado dentro de uma caixa de chocolates, sem que ela soubesse que além de chocolates levava um relatório do MAC.*

Se vires possível, pede à Mme Bouvief fotocópias dos nove contratos de Angola que vêm transcritos no livro «Anais de Angola» do Pe Ruela Pombo. Existe aí na biblioteca. O autor refere-se a esses contratos sobre o comércio de escravos à página 115 do citado livro. Mas ele transcreve-os quase no final do livro, num capítulo que, salvo erro, ele intitulou de NOTAS.

Julgo teres recebido duas cartas minhas. O Dicran [D. Mouradian] disse-me que t'as enviou, uma das quais registada, com carta para a A-APC [All-African People's Conference].

Amanhã ou depois enviar-te-ei carta destinada ao comité do Cairo. Escrevi particularmente a um amigo do Vietnam. Mas acho que devemos escrever oficialmente ao comité de solidariedade afro-asiático deste país.

Estou, como podes calcular, cheio de trabalho. Quero acabar a 1ª parte do meu trabalho aqui e fazer chegar à União¹ essa parte dactilografada. Compreendes que necessito de justificar o meu tempo aqui.

Visitei, na 4ª feira da semana passada, os Laub. Estive com o pai, mãe e a outra filha gorda que não conhecia. Simpáticos. Não sei quando lá voltarei, pois eles moram muito longe.

Escrevo-te à uma e meia da manhã. Cheio de sono.

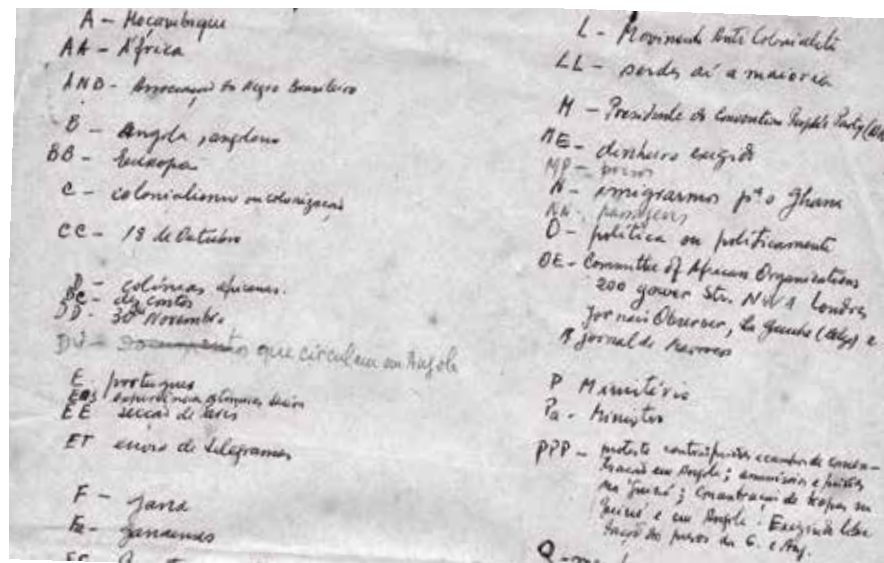
Responde ao Mário. Eu vou fazê-lo amanhã, pois quero apanhá-lo ainda em Bruxelas. Cumprimentos a todos os nossos amigos. Interpreta junto deles, por favor, todos os meus sentimentos para com eles.

Recomenda-me aos teus sogros, à Ruth e à tua restante família.

Beijos ao meu querido amigo Paulinho.

O meu melhor abraço para ti

V.

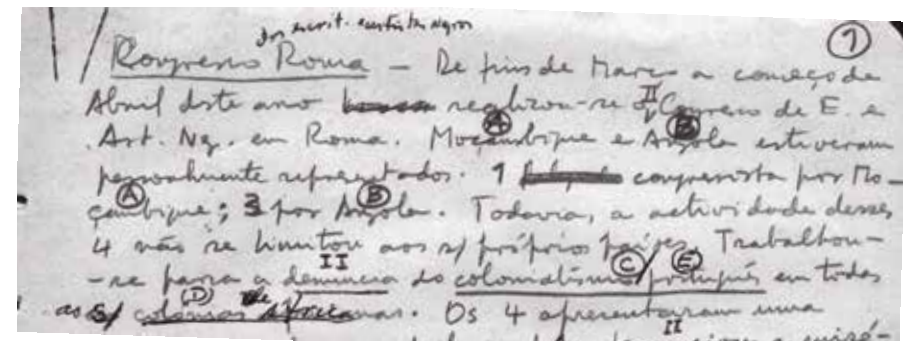


Parte do código

1. União dos Escritores da RDA.

Projecto de relatório para a secção do MAC de Lisboa

[manuscrito por Viriato da Cruz]¹



Congresso dos Escritores e Artistas Negros [de] Roma – De fins de Março a começo de Abril deste ano realizou-se o II Congresso de E. e Art. Ng. em Roma. Moçambique (A) e Angola (B) estiveram pessoalmente representados. 1 congressista por Moçambique (A); 3 por Angola (B). Todavia, a actividade desses 4 não se limitou aos s/ próprios países. Trabalhou-se para a denúncia (II) do colonialismo (C) português (E) em todas as s/ colónias (D) de África. Os 4 apresentaram uma mensagem pela qual se denunciou (II) a miséria da instrução nas colónias portuguesas (D) e a responsabilidade das missões religiosas cristãs (WW) nesse aspecto da colonização (C) portuguesa (E). Para esse efeito, apresentaram-se números estatísticos e transcreveu-se, por exemplo, parte de um despacho do subsecretário do governo de Angola (B) sob[re] o ensino das missões católicas e protestantes. A mensagem, contrariamente ao q. pedíamos, não foi lida na tribuna do Congresso, em virtude, principalmente, do facto de o grupo católico do Congresso ter tido a direcção do mesmo nas s/ mãos. As nossas delegações desempenharam papel de relevo, no sentido de que intervieram em quase todas as questões de importância levantadas no decurso do Congresso. Os jornais italianos referiram-se às n/ deleg. ao narrarem a luta longa e apaixonada havida em torno da necessidade de o Congresso aprovar uma moção contra o colonialismo (C) e as experiências atómicas do Sahara (EAS).

Estabeleceram-se contactos com congressistas de vários países, africanos e americanos. Os contactos c/ os ganaenses (F) e guinéus (H) foram depois aproveitados.

Participação na A-A.P.C.² (G) – Escrevemos em nome do MAC à direcção da Conferência (G) pedindo a nossa adesão à mesma. Até hoje não recebemos resposta.

1. No original, as letras para o código estão escritas por cima das palavras (aqui ficaram a seguir à palavra), e contém acrescentos e emendas de Lúcio Lara (que estarão aqui em itálico).
2. *All-African People's Conference (Conferência Panafricana). A nossa inexperiência na altura, fazia-nos pensar que era necessário pedir a adesão à Conferência. Já em Túnis, na preparação da 2ª Conferência é que constatámos que só a presença nos fazia membros da A-APC.*

Junto remetemos (YO) cópia da Carta enviada a Ghana (F) – Escrevemos em nome do MAC (L), ao Presidente do C.P.P.¹ (M), pedindo informações sobre a possibilidade de todos nós emigrarmos para o Ghana (N) e aí trabalharmos politicamente (O). O Presidente (M) deu andamento à nossa questão. Recebemos resposta dele e carta do Ministério (P) encarregado dessas questões. A essas cartas respondemos agora. *Cremos ser viável o n/ pedido; Ghana, porém, não se compromete c/ as passagens (NN).*

Guiné (H) – Escrevemos ao 1º Ministro (P) da Guiné (H). Este recebeu o nosso memorandum, redigido quase nos mesmos termos do enviado à Ghana (F). Ainda não recebemos resposta oficial. Mas fomos informados de que oportunamente receberíamos resposta.

Cairo (R) – Escrevemos, em nome do MAC (L) ao «Comité Permanente da Conf. Afro-Asiática do Cairo» (R), pedindo informações sobre uma Conferência q. se realizaria em Monróvia (J) e ao mesmo tempo contacto. Esse Comité respondeu manifestando desejo de estar em contacto connosco e pôs-se ao n/ dispor. *Também se escreveu em nome do MAC (L) uma mensagem recente à reunião da (S) p^a protestar contra a bomba no Sahara (EAS).*

Secção da Alemanha (Ta) – os membros do MAC (L) na Alemanha (T), de acordo com o resolvido em Maio c/ o Abel (U), foram à Rep. Democ. Alemã (K). Lá foi posto o problema de conseguirmos o que se assentara na discussão de Maio. As démarches (J) não deram porém o resultado *esperado*. Um dos membros, depois de uma estadia lá de 2 meses, já regressou à Al. Federal (V2); o outro ficou, devendo sair de lá dentro de semanas. *Continuamos tentando abrir portas de outros países p^a gente n/ que queira emigrar.*

África (AA) – Por questão de caducidade de passaportes (K); de acordo com o estabelecido nas discussões de Maio; e também porque não vemos mais utilidade de permanecermos na Europa (BB); um de nós necessita partir para África (AA) antes de 18/Oct. (CC), e outro antes de Dezembro (DD), *sendo pois de prever a transferência da (Ta).*

Secção de Paris (EE) – Esta secção tem estado em contacto connosco. Tem havido contacto recíproco mas pouco frequente. Na sua última carta, (EE) declara fazer reservas às nossas démarches (J) em Ghana (F) e Guiné (H). Não nos informou, porém, o conteúdo dessas reservas. Já respondemos à Paris (EE), solicitando uma crítica mais clara e construtiva.

Paris (EE) levantou um problema que convém ser resolvido definitivamente: o problema da delegação de poderes (W), da execução de resoluções (X) e da discussão

por todas as secções (Y) de todas as questões a tratar ou tratadas. – É nosso parecer que, dadas as condições do nosso trabalho, o MAC (L) precisa de tomar a prazo um pouco longo resoluções gerais e especiais. Precisa ainda de eleger um comité executivo (FF) com plenos poderes para, durante esse período, representar o MAC resolver praticamente e dar solução prática às resoluções tomadas pelo Movimento (L) e dentro da linha geral da nossa política (O). Quanto à discussão por todos os membros (Y) sobre todas as démarches efectuadas ou a efectuar, pensamos que o realismo e o bom-senso devem sobrepor-se às exigências teóricas de um método democrático puro (Za). Somos de parecer que, se quisermos realmente fazer avançar, com segurança (Ka), os n/ problemas, há e haverá questões que – pela sua delicadeza política (O) ou mesmo militar (HH) – não podem nem poderão chegar ao conhecimento de todos os membros (Q) do MAC (L). A nossa luta não pode dispensar, em certa medida, do segredo (Qa). Este caso põe, portanto, o problema das relações entre todos os membros (Q) do MAC (L) e o comité executivo (FF) eleito pelo MAC (L). Esse problema não será resolvido a contento se não houver uma delegação de poderes (W), uma confiança de todos no comité executivo (FF), e se este não puser todos os escrúpulos em agir sempre honestamente.

Seja qual for a vossa opinião, agradecemos que, urgentemente (UR), em virtude de serdes aí a maioria (LL), tomem resoluções minuciosas a esse respeito e as comuniquem à secção de Paris (EE) e a nós (Ta).

Um dos membros (Q) da Alemanha (Ta) vai agora a Paris (EE) tentar harmonizar a actuação comum. Se algo de importante houver, comunicar-se-á.

A propósito dos recentes acontecimentos na Guiné (JJ) e em Angola (B) escrevemos p^a a Associação do Negro Brasileiro (ANB), AII-African People's Conference (G), (S), Londres (OE), jornais Observer, inglês, belga (Gauche). A campanha continuará. As associações foi pedido o envio de telegrama (ET) ao Gov (I) Porto (E) e aos Governadores (Ia) de Ang. (B) e de (JJ), para (PPP) contra as prisões e os campos de concentração em Angola, contra o assassinio e o sistema repressivo na Guiné, exigindo a libertação de todos os prisioneiros políticos em Angola e Guiné, protestando contra a crescente concentração de tropas nos dois países.

1 angolano (B) que estava em Londres em contacto com a secção Alemanha (Ta) aderiu em Paris (EE) ao MAC (L) e foi p^a Konakri (KK).

Não possuindo os que tencionam deslocar-se p^a Gh. (F), o dinheiro exigido (ME), seria bom que enviassem p^a a Alemanha (V2) ou p^a a Bélgica (GB) até 30 de Setembro (TS) tudo o que for possível que se aproxime de 10 contos (DC). Os n/ sacrifícios financeiros (SF) têm sido enormes...

Futuro – Seria conveniente ter membros dispostos a sair logo que seja necessário. Nesta hora impõem-se grandes sacrifícios a todos os verdadeiramente interessados...

Comunicações – Continuam deficientes. Impõe-se RESOLVER este problema. São necessários mapas.

1. *Convention People's Party, do Ghana. Era o partido fundado por Nkrumah, de que ele era o Presidente. Foi pois a ele que escrevemos e de quem recebemos a resposta referida.*

Carta do MAC à Conferência Panafricana*[dactilografada – original em inglês]*

Frankfurt, 8 de Setembro de 1959

Ao Secretariado da
CONFERÊNCIA PANAFRICANA
C.P. 921 ACCRA

Caros amigos,

Devemos dizer-vos o quanto estamos surpreendidos com o vosso silêncio no respeitante às nossas cartas datadas de 8 de Maio, 15 de Maio e 1 de Junho, que vos enviámos ao cuidado do Sr. K. Botsio, pedindo, para além de outras informações, a filiação do MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA na ALL-AFRICAN PEOPLE'S CONFERENCE.

Apesar disso somos obrigados a escrever-vos uma vez mais a fim de vos pedir que desencadeiem uma acção, que cremos fazer parte das vossas obrigações.

Acabamos de ser informados que as autoridades coloniais portuguesas estão a intensificar cada vez mais a repressão policial contra o povo africano em Angola e na Guiné.

Em Junho e Julho, apenas em Luanda (capital de Angola) houve mais de 120 detenções. Os prisioneiros são acusados de lutar contra a soberania portuguesa. Muitos deles são essenciais para a nossa luta anti-colonial. As prisões estendem-se por toda Angola e é ainda difícil conhecer exactamente o seu número. Entre os prisioneiros encontram-se os conhecidos angolanos ILÍDIO MACHADO, VIANA DE ALMEIDA, VIEIRA DIAS, LEITÃO PEREIRA, irmãos BENGÉ, CATUTO FERNANDES, irmãos GUERRA, MINGAS, GRAÇA, Doutor BOAVIDA.

Como sabem, o regime nas colónias portuguesas é colonial-fascista. Em Angola muitos crimes e brutalidades desumanas são cometidos nas prisões e nos campos de concentração. Por exemplo, o angolano BENGÉ encontra-se paralisado e surdo, em consequência das torturas.

Por outro lado, segundo notícias vindas da colónia portuguesa da Guiné, soubemos que, em consequência de reivindicações salariais dos marítimos de Bissau, as autoridades portuguesas abriram fogo sobre a população. Houve muitos mortos e feridos (o jornal francês LE MONDE menciona 12 mortos). Os marítimos insistiram nas suas reivindicações e então as autoridades coloniais impuseram o recolher obrigatório, o que lhes permite empregar as medidas mais brutais para reprimir o descontentamento crescente do povo guineense.

Como sempre, o Governo português, receando a opinião internacional, esconde todos estes factos até dos portugueses na Metrópole, enquanto aumenta as suas forças militares nas duas colónias.

É absolutamente necessário que o Governo português saiba que, apesar do seu cinismo, os seus crimes transpiram para a exterior.

O que pretendem fazer?

Ficar-lhes-íamos gratos se o Secretariado da ALL-AFRICAN PEOPLE'S CONFERENCE adoptasse uma atitude adequada em relação a esta séria situação em Angola e na Guiné, cujos povos lutam pela liberdade no meio das maiores dificuldades.

Esperamos que, pelo menos, o Secretariado da ALL-AFRICAN PEOPLE'S CONFERENCE envie urgentemente telegramas para o Ministro do Ultramar – Lisboa, Governador Geral de Angola – Luanda e Governador Geral da Guiné – Bissau

– protestando contra as prisões massivas e as brutalidades desumanas cometidas contra o povo angolano nas prisões e nos campos de concentração;

– exigindo a libertação imediata de todos os prisioneiros políticos em Angola e na Guiné;

– protestando contra o assassinato de trabalhadores guineenses e denunciando o sistema repressivo utilizado contra o povo da Guiné;

– protestando contra a crescente e jamais vista concentração de tropas na Guiné e em Angola.

Agradecemos-vos de antemão.

Cordiais saudações

ass) L. Lara

P.S. Poderíamos pedir-vos que enviassem com urgência cópias dos vossos telegramas?

Por favor, respondam para

Lúcio Lara
Camillo Sitteweg 71
FRANKFURT/MAIN 24
Alemanha Ocidental

Cópias para: Sr. TAIEB SLIM¹
Sr. AHMED BOUMENDJEL²
Sr. L. BEAVOGUI³

Carta de Viriato da Cruz*[dactilografada]*

6.9.59

Caro Lara,

Respondo à tua carta de (suponho) 3 do corrente.

Estou de acordo em que tenhas acrescentado na carta para a AAPC [*All-African People's Conference*] o caso da Guiné e que tenhas frisado a necessidade de se exigir a libertação de todos. Ainda não recebi essa carta. Mas logo que a receba expedi-la-ei.

-
1. *Representante da Tunísia no Comité Director da A-APC e Secretário Geral da União Geral dos Trabalhadores Tunisinos.*
 2. *Representante do Governo Provisório Revolucionário Argelino no Comité Director da A-APC.*
 3. *Lansana Beavogui, representante da República da Guiné no Comité Director da A-APC.*

Enviei-te há dias uma carta, por avião e por exprès, destinada à conferência que terá lugar amanhã no Cairo. Julgo que a recebeste ontem, sábado, e que ontem mesmo a expediste.

Achei que não devíamos estar ausentes dessa conferência, ao menos por dois motivos: o problema tem um valor continental; e o nosso gesto ajuda a vincular mais as nossas relações com o comité do Cairo. [*Acrescentado à mão:*] O hábito de estar presente é uma vantagem.

Caso Bov. [*Bouvier*]: Acho que estás a sentimentalizar demasiado um problema que é afinal simples. Há aí uma questão de amizade e uma questão de política. À pergunta: qual delas é a mais importante, para mim, neste momento?, eu respondo: é a política. Sendo assim, as minhas relações de amizade são determinadas pelos meus interesses políticos. E estes, para mim, não são apenas os actuais mas também os futuros. Explico-me: Quando saí da terra, sabia que havia de deixar a m/ mãe desamparada; e além disso, eu não lhe disse que me ficaria por aqui, nem nunca lhe escrevi até hoje. Este meu comportamento talvez tenha parecido ser uma monstruosidade do ponto de vista de muita gente que não se importa de apreciar os factos tendo em conta a perspectiva futura de uma situação. Hoje, toda a gente sabe e vê o desenvolvimento que tomou, na nossa terra, a acção repressiva. Em face do que tu e eu sabemos do que se está passando lá, parece-me não constituir um exagero para ti se te disser que estou quase tão certo como dois e dois serem quatro que a Pide deve ter feito já interrogatórios e buscas a alguns membros da minha família, minha mãe inclusive, porque foi a pessoa com quem sempre habitei. O que teria sucedido à minha velha, se a Pide lhe surpreendesse com cartas minhas, facto este que não espantaria a ninguém dado o natural sentimentalismo de uma mãe? Por outro lado, como a minha velha não sabe mesmo nada a meu respeito, ela está naturalmente armada para responder sempre, em qualquer situação, que não sabe nada de mim.

A mim, que estou longe, a Pide não poderá fazer algum mal, mas aos meus familiares, que estão lá, ela poderá fazer o que lhe der na gana. Logo, o meu dever de amizade consiste em pôr de parte as corriqueiras expressões de amor filial, e velar pela segurança física dos que estão lá. Isto é o que tem mais valor.

Quer dizer: não escrevi à minha velha, porque, dada a minha situação política, isto lhe prejudicaria, num momento que podia ter chegado (se já não chegou) independentemente da minha vontade e da vontade dela.

Também não escrevi, nem escrevo, aos Bou [*Bouvier*] a dizer-lhes que me encontro em Berlim, porque, tendo em conta os meus futuros interesses políticos, isso me prejudicará.

Os Bou são suficientemente inteligentes para saber que eu não tenho pessoalmente possibilidades para permanecer aqui muito tempo nem vir aqui muitas vezes. Eles têm cabeça para concluir que no sector oeste não pode haver coisa de grande interesse para mim e que, por outro lado, a minha frequência de estadia nesta cidade acarretaria, naturalmente, uma aproximação com gentes do outro lado. Outras conclusões eles poderiam ainda tirar dessa minha declaração escrita sobre o meu domicílio. Evidentemente (dirás tu) que eles podiam já ter tirado há muito estas conclusões. É possível. Mas há uma distância imensa entre as conclusões que se tiram à base de

conjecturas pessoais e as conclusões tiradas com base em informações (vagas ou não), e em informações escritas, do sujeito em causa. As primeiras conclusões não têm prova, não têm fundamento, como se costuma dizer; as segundas já têm fundamento, por mais fraco e delgado que este seja.

Por outro lado, eu não compreendo que utilidade possa haver para os Bou e para mim o eles saberem onde eu me encontro. Isso é matéria de pura bisbilhoteira ou de conhecimento puro, sem qualquer utilidade. Em que é que o facto de lhes informar onde me encontro pode constituir uma prova de amizade para com eles? Porventura não sabem eles que eu estou politicamente engajado? Eles não podem compreender que um homem nas minhas condições pode ter missões que proibam que se comunique aos simples amigos ou familiares os passos que ele dá? Isto não é normal? Para que serviu aliás a experiência do marido dela, na última guerra? Estás tu convencido que eles, por seu lado, nos têm informado sobre a sua vida política? Por que é que, então, nós temos o dever de exprimir provas de amizade com atitudes prejudiciais e ingénuas?

Ghandi, que era um homem de bons sentimentos, dizia a propósito da língua inglesa: Gosto da língua inglesa «à sa place»; mas a ela me oponho, com toda a força, se ela tenta usurpar um lugar que não lhe pertence.

É também nestes termos que situo as minhas relações com os Bou e muitos outros amigos. Gosto deles, mas «à sa place»; e a eles não correspondo, se eles tentam entrar em sectores da minha vida, onde a amizade deles não dá direito de entrar. Isto é claro.

A atitude deles, se não é uma insistência velhaca, revela pelo menos falta de uma amadurecida consideração da minha vida e dos nossos problemas. E o nosso dever não é corresponder, por pena ou falso sentimentalismo, às atitudes imaturas dos outros, mas é sim de lhes fazer ver que cada coisa deve ocupar o seu lugar. Nos últimos tempos da minha estadia aí, estava a tentar a habituá-los à ideia que a nossa amizade não tem nada a ver com uma diarreia de informações a meu respeito e a respeito de assuntos que me transcendem.

Lembro-me que, um dia, estando tu presente, eu disse que, ao falarmos, deveríamos fazê-lo com um senso político. Tu próprio me disseste que esta frase te chocara. Mas eu posso hoje dizer-te que ela foi mais benéfica do que maléfica para o desenvolvimento de alguns aspectos das minhas relações com os Bou.

Além de tudo o mais, devo repetir-te que, pessoalmente, não tenho confiança, do ponto de vista político, no marido dela. Deste ponto eu não arredo pé, sem provas em contrário. Estou confiante de que o futuro trará factos que te convencerão que eu não estou a ser ingrato ou mal-educado, mas que, tendo em conta uma prudência necessária, estou a conciliar, o melhor possível, os meus deveres de amizade e os meus deveres políticos.

Vou escrever, sempre que puder, aos Bou. Não há no momento nenhuma inconveniência em que eu lhes escreva. Mas não (decididamente NÃO!) lhes escreverei a dizer-lhes que me encontro em Berlim. Poderei dizer-lhes, por escrito, que me encontro na Bel[gica] ou noutra país do ocidente; mas, por escrito, nunca lhes comunicarei que me encontro naquela cidade.

Julgo que te expliquei claramente a minha posição neste assunto. Fazendo confiança no teu realismo, espero que, não só me compreendas, mas que farás o teu melhor, se possível, para remeteres esta questão no seu justo lugar. Mas, por favor,

nada de sentimentalismos formais. Analisemos tudo com o coração quente mas também, e ao mesmo tempo, com a cabeça fria.

[*Acrecentado à mão na margem:*] Há uma saída para ti: Podes dizer, por exemplo, a essa gente que, por conveniência política estou temporariamente desligado de ti, e que não tens portanto notícias minhas, nem sabes onde estou. É possível que eles te perguntem para onde fui e o que fui fazer. Mas eu estou certo de que tu saberás concluir que uma pergunta destas transcende a ingenuidade e a pura bisbilhotice para se transformar numa flagrante falta de consideração pela seriedade da luta dos outros.

Cumprimentos à Ruth e beijos ao Paulinho

V.

[*Numa outra folha, escrito à mão:*]

P.S. – Acabo de saber que de Marseille (França) há carreira regular para Accra. O preço de uma viagem, desde aquela cidade a esta, é de 280 dollars.

Quanto ao facto de o Menezes [*Hugo de M.*] não ter ainda escrito, talvez seja por ele não ter chegado a Conakry. Também não é de desprezar a hipótese de ele ter ficado um «pouco» mal impressionado connosco depois das trocas de ideias com a malta de Paris. Acho que ele é parente do Espírito Santo, autor ou redactor da «Acta». Espero que não estejas longe de compreender que certos amigos de Paris só pretendem obstruir a n/ actividade e criar conflitos entre nós.

Cumprimentos.

V.

P.S. – Quem é o patrício de Novo Redondo que aí está? O que fazem os pais dele em Novo Redondo? Eu conheço esta vila, e, portanto, é provável que conheça, ao menos de nome, os pais dele.

Carta de Guilherme Espírito Santo

[*manuscrita*]

[Sem data]

ESPÍRITO SANTO
6, rue de Vieuville
PARIS (18e)

Lúcio,

Escrevo-te esperando poder ter uma resposta com certa rapidez, sobre um assunto pessoal.

Talvez me veja forçado a deixar a França porque encontro dificuldade a me empregar na minha especialidade: AGENTE TÉCNICO EM ELECTRÓNICA. O motivo não é a falta de trabalho, mas uma medida que suponho discriminatória em relação a mim,

ou simplesmente uma medida que é generalizada para todos os estrangeiros trabalhando em França nas indústrias que têm trabalho para a «Défense nationale», ou seja, para o Ministério da Guerra. Como é um caso generalizado na indústria electrónica de se trabalhar em material militar, estou vendo que me arrisco a ficar sem trabalho.

Fala-me pois das aberturas existentes: 1º na RDA; 2º no caso particular do Ghana.

Antes de terminar: ainda nada recebi quanto às observações que fui encarregado de enviar por delegação do MAC-Paris. Faço notar que o Mário manifestou desacordo quanto ao conteúdo, melhor, quanto à redacção. Não tenho em minha posse as suas observações, elas estão com o Marcelino; de toda a maneira elas não tocam no fundo do problema. Ele se limita a uma posição pessoal cujo teor te será comunicado mais tarde, quando o Marcelino chegar a Paris.

E por hoje é tudo.

Guilherme

Carta a Mário de Andrade

[*dactilografada*]

Frankfurt/M., 9.9.59

Caro Mário

Embora até agora só tenha recebido resposta tua quanto às vantagens de ir aí p^a termos uma discussão séria sobre os nossos problemas futuros resolvi ir mesmo, primeiro porque me parece ser ocasião oportuna p^a tentarmos encontrar alguns dos representantes africanos da Communauté que talvez ainda aí estejam na próxima 2^a feira e com quem poderíamos talvez trocar pontos de vista sobre o modo como eles estão dispostos a ajudar-nos (recorda o que pretendíamos do Governo de Brazzaville...) e em 2º lugar para alinharmos a nossa actuação futura de maneira a evitarmos o que se tem passado. Acresce que penso que a resposta dos outros ainda não veio pelo facto de se encontrarem em férias, pois eu, não o sabendo, mandei a carta em que respondíamos, p^a casa do Ma. [*Marcelino dos Santos*].

Recebi hoje uma carta particular do E.S. [*Guilherme Espírito Santo*], em que a propósito me fala de que a carta que tu escreveste sobre aquele caso está em poder do Ma mas frisa ser de facto uma posição pessoal e diz que nos será comunicado quando o M. chegar a Paris, que não faço a mínima ideia quando será.

Escrevo-lhe (ao ES) hoje p^a lhe dizer que estarei em Paris Domingo, e que se fosse possível poderíamos encontrar-nos pelas 4 horas, ou mais tarde. A ti proponho o seguinte: encontramo-nos às quatro horas no Tabac de la Sorbonne, que é o único sítio que me ocorre neste momento. Espero que não me faças esperar em vão. PORTANTO, DOMINGO 13, ÀS 4 H., no TABAC. Conto demorar-me o tempo estritamente necessário p^a assentarmos em alguma coisa, o que conto ser possível em dois dias...

Espero que o material enviado te tenha servido p^a alguma coisa e espero também que tenhas aproveitado em todos os sentidos a tua estadia na Bélgica.

Quanto à nossa amiga N. [Noémia de Sousa] cuja vinda anunciavas p^a princípios deste mês, nada sei. Será que ela teve dificuldades fronteiriças? Claro que se tiveres resposta a esta pergunta dar-ma-ás pessoalmente.

Será uma pena se aí não encontrar o M., mas a verdade é que tenho de aproveitar a ocasião. Seria ótimo se fosse possível eu instalar-me aí em qualquer sítio sem pagar, pois a massa é bastante escassa, e os hotéis aí são caros. Será que isso é possível? P^a uma ou duas noites qualquer coisa serve.

Seria bom que pudéssemos reunir mesmo no Domingo à tarde e à noite, pois assim já poderíamos estudar o que se poderia fazer no dia seguinte e aproveitar o tempo.

Escrevi ontem ao V. [Viriato da Cruz] com quem continuo em contacto mais ou menos permanente. Até agora tocou-se o Cairo, Gh. [Ghana], Brasil. Pena é perder-se a reunião do Partido democrático da Guiné que creio tem por estes dias, amanhã ou depois a sua reunião anual. Em todo o caso eles têm um jornal que poderá ser aproveitado. Veremos depois as possibilidades que há e as que tu já aproveitaste.

Por carta de Angola deram-me a perceber que o Boavida (médico) [Américo B.] também está dentro. Parece que a razia continua em grande escala.

A t/ tradutora espera que lhe faças o tal prefácio. Ela aproveitou agora a presença da m/ so. [sogra: Lotte Pflüger] p^a adiantar o trabalho que creio estar no fim. Ela aliás quer mandar-te por mim qualquer recado, que só hoje devo conhecer, pois vou lá à noite.

Bem, quero fazer seguir esta hoje, pelo que termino. Vê lá então se me arranja um sítio qualquer p^a me estender uma ou duas noites. Talvez em casa do Marcelo [Marcelino dos Santos]. Em todo o caso avisa-o, se ele aí estiver, da m/ chegada e da reunião. Põe-te também na medida do possível em contacto c/ o ES p^a combinarem o local da reunião.

Saudades da Ruth p^a ti e p^a a Sarah.

P^a vós um abraço meu.

ass.) L.

Carta a Viriato da Cruz

[dactilografada]

Frankfurt/Main, 9/9/59

Caro Viriato

Lamento que as tais circunstâncias de que te falei me tenham impedido de dar um andamento mais rápido aos assuntos que temos entre mãos. Vamos a ver se agora tudo se normaliza e se começo a dar o rendimento necessário p^a tentar deixar tudo alinhavado antes da nossa presumível partida p^a o Gh. [Ghana].

A este respeito, até hoje, nenhuma resposta veio. A propósito, antes que me esqueça, convém que as cartas que porventura envies p^a mim p^a serem reenviadas tragam, não a data em que tu as escreves, mas uma data com 5 dias de avanço, para

evitar que haja um desfazamento muito grande entre a data da carta e a dos correios. Isso aliás já fez suspeitar a Bo [Irmgard Bouvier] de que tu te não encontras na Bélgica, pois ela viu que havia alguma diferença entre as duas datas. Claro que ela não insistiu muito no pormenor, mas via-se que ela tinha de facto algumas suspeitas. Disseram-me há dias que tinham publicado o teu artigo da Geo numa outra revista que parece que vai pagar, mas claro que é melhor serem eles a comunicar-te quanto, logo que saibam algo a teu respeito. Eu aliás disse-lhes que tinha recebido uma carta tua a correr em que me pedias umas informações e em que me falavas na hipótese de teres de voltar a Berlim; disse o mesmo à de B. [Bary].¹

Acabo neste momento de receber uma carta de m/ irmã, que foi agora mãe de mais um Lúcio. A minha Mãe, nessa carta escreveu apenas esta frase: Dr. Boavida em Luanda, teu colega, é um rico médico. Isto sem vir nada a propósito faz-me pensar que o Boavida está preso, pois eu tinha dado a entender p^a lá que queria saber de mais nomes. Em todo o caso não tenho a certeza.

Esteve cá há dias de passagem p^a uma cidade perto de Köln, onde vai fazer estudos pedagógicos, o Medina (cego). Por ele soube que consta em Lx. que as prisões em Angola se devem ao facto de ter sido preso pelas autoridades portuguesas alguém que vinha do Congo belga com uma lista de tipos que devia contactar em Angola... Outro moço de 19 anos Rocha Oliveira, de Novo Redondo, que aqui está, recomendado pelo Agostinho [Neto], p^a ir estudar p^a aí ou ir p^a o Gh., diz que outro boato corre, que é contrário daquele 1º, pois «alguém sairia de Angola p^a o C.B. [Congo belga] c/ uma lista de pessoas». Afigura-se-me mais verosímil, a ter de admitir uma das hipóteses, o que conta o M., que lhe foi contado pelo Veiga [Carlos V. Pereira].

Apenas o Mário me respondeu afirmativamente à hipótese que lhes pus de ir lá tentar delinear em conjunto um programa de acção futura que nos permitisse uma vez em Gh. tomar atitudes certos da concordância de Paris, que com efeito, como o próprio Mário reconhece, não é fundamental, dada a posição de crítica meramente passiva em que aqueles amigos se têm colocado. Em todo o caso, dada a circunstância de actuarmos em nome do MAC, convirá sempre que procuremos trazê-los a participarem das nossas actividades, malgré tout. Acresce que, feitas bem as contas, só um dos elementos é verdadeiramente embaraçante, e, quanto a mim, convinha esclarecer a sua posição no meio disto tudo, numa conversa com ele próprio. Por essa razão, sinto-me inclinado a ir lá, mesmo por um ou dois dias, para tentar unificar o nosso trabalho futuro.

O Mário continua a pôr o problema de não se sentir verdadeiramente ligado a uma organização angolana, de estar farto daquilo a que ele chama «porcarias do tipo lusitano ou luso-tropical» em que integra a crítica que nos foi feita pela secção de Paris. Diz ele estar interessado em trabalhar pela independência de Angola, embora não menospreze a luta a travar no plano de todas as colónias portuguesas. Eu pensava que vocês tinham resolvido já este problema quando ele esteve em Berlim. Sinceramente penso também que ele terá certa razão. Infelizmente receio que a tua resposta a esta carta me não chegue a tempo, mas creio poderes escrever p^a Paris, onde espero chegar

1. Ver nota da página 75.

no próximo domingo, dia 14, esperando se possível regressar a 15 à noite, ou 16.

A Noémia [N. de Sousa] até hoje ainda não apareceu. Receio que haja qualquer complicação. Seria bom que ela viesse com intenção de não regressar, até porque me parece que os pides vão passar a dificultar a saída de africanos, após tudo o que se tem passado. O Neto tenciona ir p^a Angola em Novembro. Convinha-nos encontrarmos urgentemente condições p^a podermos passar a exigir da n/ malta que fizesse um esforço sério para deixar Portugal. Pedir-lhes p^a virem, sem termos no exterior um tipo de trabalho verdadeiramente organizado no sentido por todos desejado, parece-me ser, p^a já, de não aconselhar.

A mensagem p^a o Cairo já seguiu. P^a lá pode-se escrever em francês, pois foi como contactámos com eles pela primeira vez, e eles também nos responderam em francês.

Quanto ao pedido de intervenção p^a a A.A.P.C. [All-African People's Conference], chateia-me ter demorado tanto a coisa, mas a verdade é que a vinda do Med. [Medina], do Rocha, dum inglês que esteve comigo em Fürst. [Fürstenwalde] e uma série de pequenas coisas que me impediram de trabalhar nos outros momentos (desde que vim daí que ando com uma inflamação nos olhos que não me deixa trabalhar à noite) tudo isso fez com que só agora despachasse a carta, que como te disse vai modificada. Vai também uma carta a título particular, p^a o Padmore, pelo qual aproveito mandar os dados sobre o Rocha, para evitar termos de escrever novamente ao Minist. do Interior e ao 1º Ministro. [Acrescentado à mão:] Afinal esta envio directamente, pois falta-me o nº do passaporte do Rocha a quem só devo ver amanhã e creio não valer a pena perder tempo em enviar para aí. Envio-te depois a cópia. É aliás uma carta escrita ao Padmore, como Padmore, particular portanto. L.

As modificações que fiz e que vais ver, provêm como creio ter-te dito de que não me parece que devamos ignorar os acontecimentos da Guiné, uma vez que escrevemos em nome do MAC. Espero que estejas de acordo quanto a este ponto. Por outro lado pareceu-me não ser conveniente isolar o nome do Ilídio, pelo que modifiquei a frase em que se pediria a libertação dele, pedindo a libertação de todos os angolanos e guineenses, prision. políticos. Acrescentei ainda um protesto contra a concentração de tropas que ora se faz nestas duas colónias.

Segue a lista que pedes do Steering Committee da A-APC.

Aos Bou. ainda não falei no Ilídio, nem tenciono falar. Apenas lhes dei a conhecer que tem havido centenas de prisões em Angola. Eles arranjaram quarto p^a o Rocha em casa daquele tipo do Rundschau que ela nos apresentou. O Rocha trabalha por enquanto numa garagem, onde lhe dão 15 marcos por dia. Ele parece muito bom moço e com boa vontade. Escrevi ao H. Schaul a pedir-lhe que informe se é possível ele obter uma bolsa de estudo aí. Ele estudou medicina em Coimbra, mas quer deixar a Medicina p^a estudar economia. Em todo o caso ele preferia ir p^a África connosco, e tentar estudar no Gh.

A propósito da Campanha, gostava de saber a quem já escreveste. Eu propunha-me escrever ao Comité de Solidariedade do Cairo, e à Sub-Comissão dos Direitos do Homem, na Onu. Há também aqueles tipos do Committee of African Organisations de Londres, de quem julgo ter-te falado na última carta. Escreveste-lhes?

Quanto à Comissão dos Direitos do Homem, acho apenas que é de comunicar o facto e pedir a sua intervenção na medida das suas possibilidades, p^a se certificar das torturas a que são sujeitos os presos. Aguardo porém que me dês a tua opinião sobre o assunto. Infelizmente a Assembleia Geral da Onu começa agora, e graças a tanto tempo perdido ainda não é desta vez que se vai levantar o problema. Estás de acordo em que em Paris discuta a possibilidade de em nome do MAC escrevermos a duas ou três individualidades do bloco afro-asiático, p^a tentar ainda em última instância que se inscreva o nosso problema (das colónias portuguesas) na ordem de trabalhos desta sessão? De qualquer maneira a sessão da 4ª Comissão (que é a que trata destes casos) só tem lugar p^a os princípios do próximo ano, em data a fixar, mas é possível que seja necessário inscrever desde já o problema na ordem do dia. De qualquer modo vou falar aos tipos de Paris na questão. Devo escrever-lhes hoje, ou mais seguramente amanhã.

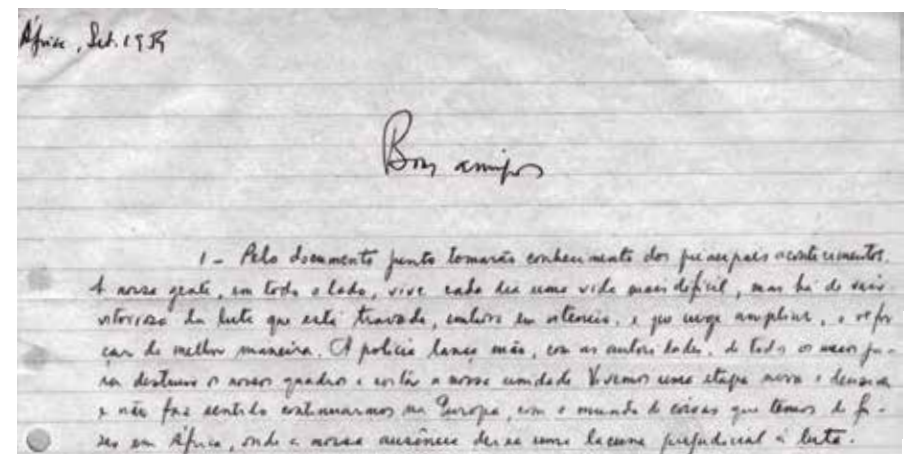
Há em Londres um British Committee for Algeria de que faz parte o Basil Davidson, é presidido por Anthony Wedgwood Benn – deputado à Câmara dos Comuns e de que fazem parte muitas personalidades, entre as quais alguns deputados. Creio ser interessante contactá-los sobre o problema das prisões, precisamente através do Basil Davidson. Diz algo sobre isto.

O Mário estava indeciso sobre se havia de falar, e em que medida, dos movimentos em Angola, nos seus artigos sobre as prisões. Chegaste a responder-lhe a esta questão?

Bem, de momento não me ocorre mais nada. Os meus sogros, família e a Ruth enviam-te saudades. O Paulinho continua a fazer de vez em quando viagens p^a o Viriato. Os nossos amigos B. e de B. (mesmo a mãe) pediram-me que quando te escrevesse os recomendasse. Adeus UM GRANDE ABRAÇO DO T/

Relatório de Amílcar Cabral

[manuscrito]



África, Set. 1959

Bons amigos

1 – Pelo documento junto tomarão conhecimento dos principais acontecimentos. A nossa gente, em todo o lado, vive cada dia uma vida mais difícil, mas há de sair vitoriosa da luta que está travada, embora em silêncio, e que urge ampliar, e reforçar da melhor maneira. A polícia lança mão, com as autoridades, de todos os meios para destruir os nossos quadros e evitar a nossa unidade. Vivemos uma etapa nova e decisiva e não faz sentido continuarmos na Europa, com o mundo de coisas que temos de fazer em África, onde a nossa ausência deixa uma lacuna prejudicial à luta.

2 – Vou tentar cumprir o programa que tracei. Depois de ir à m/ terra, vou tentar ir a Conakry, antes de regressar a casa.¹ Já medi os riscos que estou a correr, mas parece-me indispensável arrumar agora uns assuntos de que depende o futuro. Em Accra as coisas correram muito bem e só foi pena que não estivesse quem podia decidir mas tenho a certeza de que tudo vai marchar. Aguardo notícias. Vão estabelecer contacto convosco e o objectivo imediato é fazer vir um de vós, a tempo de poder estar presente na Ass. Geral da ONU. É fundamental. Vale a pena reunir os documentos e pôr o problema o melhor possível. Que nada consiga reter aí o que deve ir imediatamente para Accra. Temos de provar que lutamos e queremos lutar decididamente.

3 – O delegado da UPA em Accra está na América do Norte. Estou certo de que é um bandido. Cobarde, inconsciente, mulherengo, bebedor de cerveja, tem malbaratado todo o dinheiro que a nossa gente lhe manda – e não tem sido pouco. Em Accra deram-lhe tudo (casa, comida, gabinete de trabalho, etc.) e nunca fez nada. Por último, sob a razão de que vai representar-nos na ONU, foi para a América, comprando passagem com dinheiro que recebeu de Angola e do Congo. Todo o dinheiro do povo tem sido para ele – um traidor que o gasta com mulheres. Diz que se chama Roberto Haldane,² mas estou convencido de que é um nome falso (não será o Zuzarte de Mendonça?) e que visa servir-se da nossa causa, se não for um agente da polícia. É preciso substituí-lo e desmascará-lo perante os nossos. Mais uma razão – e forte!! – para a vinda imediata de um de vós, pelos menos, para Accra. Parece que pretende ficar na América para estudar. É preciso não deixá-lo representar-nos na ONU. É um traidor e bandido.

4 – Na vossa terra,³ as coisas estão muito tremidas por causa das prisões, ameaças e porque muitos se têm vendido, como acontece em qualquer país. Mas a luta continua e tive a certeza disso. Uma atitude nossa no campo internacional seria de grande efeito sobre a nossa gente e concorreria para reforçar-lhe o ânimo. Fiz o que pude nesse sentido. O documento junto cuja parte referente à identificação retirei, foi entregue ao Governo de Ghana. Se conseguir o que pretendo, entregarei outro ao da Guiné. Temos de agir em todos os campos para ajudar os nossos irmãos que lutam no interior enfrentando os maiores obstáculos. Precisam sentir-se apoiados.

5 – Ilídio foi preso em Lisboa depois de ter tomado conhecimento do que havia sido

1. Lisboa.
2. Trata-se de Holden Roberto.
3. Angola.

decidido em Frankfurt. Consta que se tem portado bem, cheio de coragem, embora tenha sido dos mais apertados pela polícia. Não consegui contactar Singapura. Mas contactei Cacuaco que está muito bom. Tive de pôr-lhe as questões fundamentais decididas: unidade, fundos, ligações por terra, envio de credenciais, etc. Além disso, preparação para possível saída de gente nossa, conforme os convites feitos. Vamos a ver os resultados, mas quanto a mim tudo correrá melhor se tivermos gente de confiança e de valor em Accra, Congo Belga, etc.

6 – Contactei congolezes que mostraram o melhor interesse pela nossa luta. Endereços que convém reter: MADIANA Paul – B.P 1244 – Léopoldville/Est. Congo Belge; outro: MPOLO Maurice – B.P 13 – INONGOLO – Lac Léopold II – Congo Belge. São respectivamente, Vice-Pres. e Secret. Perman. do Movimento Nacional Congolês. Em Ghana: A.K. Barden – PO. Box M. 24 – Accra (é o Secretário do Advisor for the African Affairs). Contactei Brazzaville (Rep. do Congo), para ver da possibilidade de trabalho para gente nossa de confiança. Vamos a ver. Não confio neles, mas sempre seria mais um ponto de apoio. Acho que as pontes de acesso estão lançadas. Há que avançar.

7 – Depois de contactar Conakry, se o conseguir, escreverei. De qualquer modo voltarei a dar notícias, certamente por intermédio de Paris e por portador. Neste momento a grande necessidade é a presença de alguém de confiança em Accra e na ONU e creio que um de vós é esse Alguém. Não fico, porque há compromissos e há ainda mais voltas a dar. Cada um tem [que] estar no seu posto – e venceremos.

8 – Digam alguma coisa se puderem, mas evitem coisas complicadas. Não sei até que ponto estou sendo vigiado. Tive de tomar algumas atitudes pouco prudentes, sem o que as coisas não andariam. Vamos a ver se consigo passar através de tudo. De qualquer modo há deveres cumpridos: é o que interessa. Digam, se precisam de dinheiro; mandarei algum, embora pouco. Podemos arranjar dinheiro em África: é necessária a nossa presença. Sem isso, nada. Para todos o melhor abraço.

Abel Silva

Carta a Viriato da Cruz

[dactilografada]

19.9.59

Caro Viriato

Regressei ontem de Paris,¹ onde me demorei mais do que tencionava, pois recebemos lá a notícia de que a Noé. [Noémia de Sousa] chegava no dia que eu tinha reservado p^a partir. Assim, resolvi adiar por um dia a vinda p^a contactar com ela, uma

1. Como previsto, fui a Paris em 13 de Setembro, tendo regressado a 18.

vez que soube que, devido ao facto de se ter demorado mais em Madrid do que contava, pôs de parte a sua vinda à Alemanha. O meu contacto c/ ela deixou-me algo desgostoso, pois constatei que desde que eu saí de lá ela não voltou a ter contactos; por outro lado achei-a muito desligada das nossas realidades, devido a ter compromissos com a família na educação do sobrinho que ela e a irmã fizeram vir de L.M. [Lourenço Marques]. Assim, a sua ida p^a Gh. [Ghana] tornou-se muito hipotética e de certo modo função de se lhe arranjar a ela e à irmã um emprego que lhes permita ocuparem-se da criança e delas próprias. Claro que isto não é de espantar, dado que a irmã não tem de facto nada a ver com as nossas coisas. Só é pena é que isso nos faça perder uma companheira de luta que seria sem dúvida da maior utilidade. Veremos o que se arranja. Em todo o caso ela ficou de dar os respectivos curriculum à malta de Paris.

Vou tentar dar-te uns apontamentos breves daquilo que foi tratado:

Discutimos a acta que nos foi enviada. Chegou-se à conclusão que eles não tinham recebido uma carta nossa em que lhes dávamos conta das nossas actividades e que lhes enviámos quando fomos os dois p^a Berlim. Essa carta aliás foi recebida, mas não foi «entendida» pelo Marc. [Marcelino dos Santos]. Concordaram no facto de terem reuniões pouco frequentes, devido a que cada um deles tem um tipo de vida diferente. O E.S. [Guilherme Espírito Santo] está desempregado, pois agora certos tipos não podem trabalhar em indústrias que forneçam a Defesa Nacional, o que era o seu caso. Deu-me o seu curriculum p^a ser enviado p^a o Gh.

Uma das reservas mais importantes que eles punham ao nosso Memorandum p^a a G. [Guiné Conakry] era o facto de lhes parecer que devíamos ter feito uma introdução expondo resumidamente a situação colonial portuguesa; por outro lado também o achavam imbuído de um certo pessoalismo, no que nos dizia respeito. Aceitei por boa a primeira observação, mas não concordei com a segunda e demonstrei por que razão não considerava o mem. pessoalista.

Recebeu-se um telegrama do Men. [Hugo de Menezes] actualmente na G. a comunicar que o MAC estava oficialmente representado no Congresso do PDG [Parti Démocratique de Guinée] que teve lugar esta semana. Embora não tenhamos conhecimento profundo de como poderá o HM interpretar os nossos votos cremos ser um passo em frente o facto de lá termos um representante oficialmente aceite. De qualquer modo será a primeira participação oficial do Mac, na vida política de África. Ele anunciou uma carta que não chegou enquanto eu lá estive.

O Már. [Mário de Andrade] recebeu uma carta do K. [Keita] Fodeba, que lhe diz muito simplesmente que os passaportes da G. só são concedidos a cidadãos g.enses. Claro que não é uma resposta de considerar, para já. Oficialmente ela pode ser válida, mas creio que só oficialmente. Basta notar o caso do poeta e professor que conhecemos em Roma, o David Diop.

O M. [Hugo de Menezes] aliás pede à malta que lhe trate de mandar ir a noiva que está em Lx., o que mostra que ele já encontrou condições p^a ela.

Fizemos um balanço das nossas actividades e a malta em geral concordou com elas. Frisou-se que cada secção terá liberdade de movimentos apenas devendo consultar os

outros em questões que estejam fora dos princípios do MAC. Discutiu-se a questão do carimbo e chegou-se à conclusão que seria conveniente eu deixar lá 50 folhas de papel carimbado, p^a qualquer eventualidade. Li-lhes o conteúdo do n/ relatório p^a Lx.

Quanto ao problema das prisões, o Má. ficou de contactar c/ o Basil Dav. [Davidson]. Ele é de opinião (e eu concordei) que esperemos pelo artigo que vai sair na Gauche esta semana,¹ p^a depois jogarmos com esse artigo face à outra imprensa e a certas entidades, uma vez que se faz mais fé num artigo de jornal. Pensa-se contactar a FEANF, a SAC, a Liga dos Direitos do Homem, os jornais do Congo Belga (Présence Cong.), o Committee for African Organisations, o British Committee for Algeria, a Solidariedade Afro-asiát., etc. Foram do parecer que para o Cairo e Londres podíamos fazer uma coisa do mesmo teor da que fizemos p^a a AAPC, cujo conteúdo lhes dei a conhecer, bem como de toda a correspondência por nós trocada.

Fizemos uma previsão da nossa actuação futura e chegámos à conclusão que ela só pode ser verdadeiramente esquisada quando estivermos em África, pois só aí conseguiremos ter uma visão de conjunto das possibilidades que se nos oferecerão, coisa que aqui na Europa é, como temos tido ocasião de apreciar, tarefa assaz complicada, se não impossível. Ainda sobre este assunto lembrei que poderíamos tentar contacto directo com os dirigentes dos países da Communauté que ainda lá estivessem depois da reunião do executivo da referida Communauté. Infelizmente nessa altura só lá estava o Modibo Keita, com quem chegámos a ter entrevista marcada mas que não teve lugar por ele ter de abreviar a sua partida p^a África. A malta de Paris ficou encarregada de sempre que se lhe oferecer oportunidade tentar encontrar os referidos dirigentes p^a com eles trocar impressões sobre os nossos problemas.

Tratámos também das oportunidades que procuramos encontrar para a nossa gente cá fora. Focou-se particularmente o problema dos estudantes, por ser o que de momento oferece mais possibilidades. Decidiu-se contactar a FEANF p^a o caso concreto do Rocha, como uma primeira tentativa de abrir portas. A FEANF interessou-se pelo problema e fez seguir a nossa petição em nome de estudantes das colónias portuguesas (temos necessidade de pensar numa organização estudantil) p^a a UIE [União Internacional dos Estudantes]. Vamos a ver o que resulta.

O problema dos fundos subsiste. A teu respeito, se disso houver absoluta necessidade por causa do teu embarque, e se outras receitas não aparecerem até essa altura, pode-se conseguir um empréstimo até Dezembro do Marc. Portanto pelo menos não será por falta de dinheiro que deixarás de ir; o problema é que a resposta ainda não veio e as passagens não são assim tão fáceis de arranjar. Aliás nem sei quando tencionas sair daí. Penso que será por estes próximos dias. Como creio ter-te dito, antes de partir p^a Paris escrevi ao Padmore; vou ver se encontro a cópia da carta para te enviar, pois fiz uma cópia p^a ti.

Quanto a contactos futuros pensou-se em escrever ao Goan League p^a estabelecer um primeiro contacto entre as duas organizações; também se frisou a necessidade de logo que estejamos em condições de o fazer exigirmos a nossa cadeira nos diversos

1. Trata-se muito provavelmente do artigo, sem data, que vem publicado em Anexo nº 11.

comités (Cairo, Accra, etc.); logo que se ofereça oportunidade contactarmos com as diversas organizações sindicais africanas, p^a as quais penso eu que devemos também fazer um apelo a favor dos nossos presos. O Má.[rio de Andrade] ficou de fazer um inventário de todos os organismos com quem nos devemos relacionar para consolidar a nossa presença, base de todas as nossas pretensões.

(O Césaire ficou de se informar junto do S.T. [Sékou Touré] se tinha recebido o n/ memorandum; isto não vem a propósito, mas lembrei-me agora).

Sobre esses organismos, acentuou-se quanto a nós de Angola a necessidade de desde já contactarmos os organismos políticos do Congo B[elga]. Podemos fazê-lo através do Lumumba e do Iléo Joseph que parece ser o que de momento nos oferece maior interesse. O seu endereço, do Iléo, é B.P. 164, Commune Dendale, Léopoldville. O Béhanzin está em Paris e parte no fim do mês. Não consegui falar com ele por ter ido para fora.

Quanto ao problema da ONU decidimos começar desde já a trabalhar numa exposição baseada naquele questionário, tendo distribuído algum trabalho p^a Lisboa. Claro que se acentuou a urgência de que o trabalho seja feito e pelo sim pelo não, convém estarmos preparados para o caso da gente de Lisboa não dar seguimento ao nosso pedido. O Má. ficou de escrever a um tipo que trabalha na ONU (deves saber quem é) para que ele entre em contacto com o tal Roberto Haldane [Holden Roberto] que segundo informações que o Má. tinha já está em Nova York. Simplesmente, a carta que acabo de receber do Abel [Amílcar Cabral] e cuja cópia integral te envio, bem como o documento que lhe vinha apenso e que penso ser parte de uma exposição sua a quem de direito, simplesmente, dizia eu, o tal conterrâneo deixa algo a desejar e confirma em absoluto as reservas que o Abel me fez quando eu ainda estava em Lx. Grande gaita. Vamos a ver se é possível e como impedi-lo de representar o nosso povo e desmascará-lo quanto antes. P^a já vou escrever ao Má. p^a que ele suspenda o contacto que tencionava fazer com esse tipo.

Deixei p^a o fim a carta do Abel. Ela foi p^a mim um balde de água fria nas suas referências ao Haldane. Esse nosso amigo está correndo riscos gravíssimos e na impossibilidade de encontrar alguém que se desempenhasse da missão foi ele mesmo. Pela Noé. mandámos-lhe dizer que estamos verdadeiramente preocupados com o seu futuro e que deve pôr-se a mexer. Ele aliás dá conta disso na sua carta. Ele é digno da nossa homenagem pela maneira inteligente e patriótica com que se desempenhou da sua missão.

Não seria conveniente que tu e eu estivéssemos juntos antes de embarcarmos para decidir do muito que há a fazer? Não te será possível vires por cá? Que há sobre a possibilidade de ires daí directamente p^a África?

O Ilídio foi sob prisão p^a África e na altura de desembarcar prenderam também um marítimo que lhe deu um recado da família. Isto foi a única notícia que a N. trouxe...

Por ora nada mais me recorda. Não sei se o Abel também esteve no Congresso do PDG. A carta dele permite supor que isso seria possível.

Escreve com urgência e diz-me concretamente a tua opinião sobre todos os pontos focados nesta carta.

Penso também ser de escrever ao Barden de que fala o Abel (e isso quanto antes), a dar-lhe conhecimento de todas as démarches e a pedir que intervenha. Como vês os problemas complicam-se e urge estarmos no nosso posto, que não é evidentemente aqui. Esta vai expresso p^a o MD [Mouradian Dicran]. É uma chatice este tempo que se perde com o détour, mas tem que ser.

A Ruth manda-te saudades. Abraços meus. O miúdo está óptimo.

Escreve depressa.

Teu

ass.) L.L.

Carta de Guilherme Espírito Santo

[manuscrita]

[Acrescentado por L. Lara: 21/9/59?]

Lúcio,

Acabam-me de informar na Prefeitura da Polícia de que devo deixar a França antes do 10 de Outubro. A medida sendo arbitrária e não vendo eu as razões, vou ver se arranjo as coisas no Ministério do Interior, embora sem esperanças.

Na expectativa da data limite e levando as minhas investigações até aos países limítrofes, peço-te que, de volta de correio, me sugiras o que poderei vir a encontrar na Alemanha caso vá para aí.

Desculpa-me o aborrecimento suplementar.

Guilherme

Carta de A. K. Barden

[dactilografada – original em inglês]

Gabinete do Primeiro Ministro

C. Postal M. 24

Accra – Ghana

22 de Setembro de 1959

Caro Sr. Lúcio Lara,

A sua carta de 11 de Setembro chegou durante a ausência do Sr. Padmore, em Londres. Ele regressa a Accra na quarta-feira 30 de Setembro de 1959 e a sua carta será imediatamente levada ao seu conhecimento.

Ficará certamente satisfeito por saber que a sua carta coincidiu com a chegada a Accra do Sr. Amílcar Lopes Cabral. Ele falou muito bem de si e do Sr. Viriato da Cruz e explicou-nos longamente as dificuldades pelas quais estão agora a passar.

Contudo, eu disse-lhe que, na ausência do Sr. Padmore, não poderia ser tomada qualquer decisão mas que ele seria informado do assunto no seu regresso. O Sr. Cabral também aproveitou a sua curta estadia aqui para preparar um breve documento sobre as atrocidades desumanas a que estão submetidos os cidadãos indígenas de Angola por parte do regime português. Este documento está sendo cuidadosamente estudado.

Não há qualquer objecção em que o Sr. Carlos Alberto da Rocha Oliveira venha para o Ghana, desde que possa pagar a sua passagem. Se esta sugestão for praticável, ele deveria telegrafar-nos o número do voo, a hora da partida e a hora estimada da sua chegada ao Ghana. Mal estivermos na posse desta informação daremos instruções às autoridades do aeroporto para que autorizem a sua entrada. Também se podem arranjar as coisas para que ele encontre no aeroporto um funcionário do nosso departamento.

Envio-lhe os meus melhores cumprimentos, esperando ouvir em breve algo da sua parte.

Respeitosamente

A.K. BARDEN
(SECRETÁRIO)

Carta de Amílcar Cabral

[manuscrita]

[Acrescentado à mão por L. Lara: Data do correio 24/9]
R: 28/9/59]

Caros amigos

Cá estou eu de novo e a marcha não pára, não pode parar. Temos de caminhar firmemente até à vitória final.

1. Estive na minha terra durante uns dias. Apesar de todas as opressões, de todas as manhas, a luta continua, cada vez mais conscientemente, cada dia mais reforçada. De tal maneira que eu próprio fico admirado de tanta vontade espontânea, de tanto desejo consciente de fazer alguma coisa de concreto e conseqüente em relação à terra. Dado que surgiram outros movimentos (organizações clandestinas) é objectivo fundamental do programa traçado, conseguir uma união sólida, a formação de uma só frente para lutar.

2. Afinal, a chacina feita pela polícia e civis portugueses teve este balanço: 24 mortos e 35 feridos, alguns muito graves. Chegaram a matar alguns africanos dentro da água, quando tentavam fugir à polícia e alcançar os barcos que estavam ancorados perto do cais de Pijiguiti (Bissau). Crime do mais hediondo que pagarão um dia, porque o nosso Povo, nós todos, jurámos em silêncio vingar os nossos mártires, os primeiros sacrificados pela libertação da nossa Pátria. Foi uma lição e importa tirar daí as maiores vantagens para a luta.

3. Aqui, contactei com muita gente e fiz bons conhecimentos. Creio que estabeleci as bases para uma eficaz colaboração dentro de pouco tempo. Mando um documento. Se quiserem qualquer coisa para aqui, escrevam para Mr. Henry Labery – B.P. 1661 – Dakar; ou para Mr. Jean Gomes – 615-H Cicap Baobab Grand-Dakar – Senegal. Qualquer endereço que eu tenha indicado antes, fica sem efeito (não me lembro se o fiz).

4. Não pude ir a Conakry, por causa do passaporte que ficaria marcado. Temos lá elementos. Vou escrever e mandar documentos tratando das nossas coisas.

5. Regresso amanhã a casa.¹ Vamos a ver se depois destas voltas todas não me chateiam. De qualquer modo, espero (tenho a certeza) de que continuarão a luta até o fim, até à vitória incondicional contra os nossos opressores.

A camaradagem, do vosso

Abel

[Acrescentado na margem:] Seria muito bom, se já estivessem em contacto com Accra. Ficou estabelecido que tentariam encontrar-vos aí, onde estais, para novas démarches e regresso a África. Desejo ardentemente o dia em que nos encontraremos aqui. Mais do que nunca estou certo da necessidade e vantagens da nossa presença aqui, entre os nossos irmãos.

Abel

Carta a Mário de Andrade

[dactilografada]

Ffm. [Frankfurt/Main], 24.9.59

Caro Mário

Votos de bem estar para vós ambos.

Após uma maçadora viagem cá cheguei. A Ruth gostou imenso das flores, foi mesmo do que mais gostou entre todas as prendas que toda a família e os amigos de cá lhe deram. Não há dúvida que a Sarah sabe compreender um determinado número de problemas que dizem respeito à mulher ausente, ou antes, distante.

Não quero deixar de vos agradecer toda a camaradagem com que me rodearam, sabendo embora que isso é apanágio da nossa malta.

Quando cá cheguei encontrei uma carta daquele nosso amigo que esteve entre nós em Maio.² Envio-te uma cópia integral de um documento que ele entregou ao Gov. de Gh. [Ghana], com quem teve conversações a respeito dos nossos problemas que decorreram bem. Ele tencionava fazer o mesmo na G. [Guiné Conakry], mas não sei se teve tempo.

Uma coisa chata que ele diz é que o nosso patrício que estava lá e que actualmente está em Nova York,³ não merece a mínima confiança, pois é «um bandido. Cobarde, inconsciente, mulhengo, bebedor de cerveja, tem malbaratado todo o dinheiro que a nossa gente lhe manda e não tem sido pouco». «É preciso substituí-lo e desmascará-lo perante os nossos. Mais uma razão e forte, p^a a vinda imediata de um de vós, pelo menos p^a... Parece que pretende ficar na América p^a estudar. É preciso não deixá-lo representar-nos na ONU. É um traidor e um bandido.»

1. Lisboa.

2. Amílcar Cabral.

3. Holden Roberto.

Como vês, nada mais triste... P^a já, se ainda não o fizeste, evita escrever p^a o tal amigo americano sobre o senhor. Temos que ver como o desmascarar e impedir que nos represente (aos angolanos).

O tal documento junto é uma parte de algo que ele redigiu apressadamente como introdução a conversações que teve depois.

Que me dizes do que se passa quanto ao E.S. [*Guilherme Espírito Santo*]. Será que vocês serão objecto das mesmas medidas, ou será pelo facto de ele já não ser estudante e... Aliás a coisa espantou-me tanto mais quanto ele não tinha sido chateado como vós. Sinceramente não percebo.

Chegaste a dar as últimas recomendações à nossa amiga?¹ Fiquei algo desgostoso pois me pareceu que ela já não está tão entusiasmada como antes. Na opinião do amigo que nos escreveu há urgente necessidade de fazer algo que tenha repercussão internacional, para reanimar a luta, um pouco abalada com os últimos acontecimentos.

Já tiveste notícias mais concretas do H.M. [*Hugo de Menezes*]? Admira-me que ele não tenha também escrito p^a cá.

Bem, por hoje nada mais. Já estive com os B. [*Bowier*] que te mandam cumpr. Estive ontem a ajudá-la nuns pormenores da tradução, e devo lá voltar sábado. Ontem ouvi cá uma interessante palestra de um jornalista que fez uma viagem por toda a África, menos a Portuguesa e Nigéria. Creio que fará p^a o ano que vem esta viagem. Ele conheceu todos os chefes de Governo e líderes dos povos africanos. Tem uma maneira de ver os problemas bastante interessante e nada deformada pela opinião que aqui se encontra geralmente. Vou conhecê-lo em breve mais intimamente e talvez se possa tirar qualquer vantagem desse facto.

Bem, adeus. Um grande abraço à Sarah.

Teu

ass.) L.

[*Acrescentado à mão:*] c/ uma cópia do documento entregue por A. no Gh.

Carta a Viriato da Cruz

[*dactilografada*]

Frankfurt/Main, 26 de Setembro 1959

Caro Viriato

Espero que estejas já de posse da m/ carta de 19.9 enviada DM [*Dicran Mouradian*]. Acabo de receber resposta à carta que escrevi ao Padmore; infelizmente ele está em Londres até 30.9 o que atrasa bastante a solução dos nossos problemas. É uma grande chatice, dado que o t/ passaporte se encontra em vias de caducar, e o meu também. Pela cópia que te envio terás ocasião de ver que eles dão solução favorável ao caso do Rocha, mas quanto a nós não se pronunciam. É certo que o n/ caso é mais melindroso, mas acontece ser bastante urgente. Além disso, quer as companhias

1. Noémia de Sousa.

marítimas, quer as companhias de aviação exigem o visto de Ghana p^a venderem o bilhete. Isto é mais uma dificuldade que eles próprios pelos vistos não conhecem, pois o Barden dá aquela sugestão p^a o caso do Rocha. Na carta que lhe estou a escrever, em que mais uma vez friso a n/ situação actual e na qual lhe mando também o curriculum do Espírito [*Guilherme E. Santo*] obrigado a abandonar a França até 10 de Outubro, falo-lhe exactamente na necessidade de possuímos os vistos antes do embarque. Vou sugerir que, se necessário, mandem autorização telegráfica, pois o tempo aperta.

Digo-lhe ainda que seria importante que ele ou o Padm. tomassem conhecimento da correspondência até hoje trocada com eles, e, ainda uma vez peço que digam claramente se podemos, em caso de necessidade, contar com qualquer auxílio deles, mesmo a título de empréstimo. Não te mando a cópia, pois quero fazer-te seguir esta hoje. A carta p^a lá segue amanhã expresso p^a eles, pois há amanhã um avião p^a lá que sai daqui à noite.

Por outro lado a ignorância do que pensas fazer, se ficas aí até à partida, se sempre arranjaste a massa p^a ir, se vais p^a a Bélgica, enfim, os teus projectos, essa ignorância, dizia eu, preocupa-me bastante.

Continuo a estudar o caso ONU que se apresenta com certas dificuldades. Por sugestão de Paris vou fazer um memorando p^a nós, destinado a que a malta possa apreciar as chances que temos. De qualquer modo pus-me em contacto particular com o George Houser do Amer. Com. on Afr. [*American Committee on Africa*], apenas p^a trocar pontos de vista com eles e saber o que é que eles realmente têm feito sobre a questão.

Escrevi também ao Makoso Gabriel fazendo-lhe uma súmula dos acontecimentos p^a que ele veja as possibilidades de fazer uma notícia ou um artigo sobre o assunto. Não escrevi a mais ninguém, pois aguardo as tuas notícias, para saber se já o fizeste. Parece haver possibilidade de levantar aqui a questão. Depois informo-te quando souber pormenores.

Esta carta vai mesmo directamente, pois não há tempo a perder e ela não diz nada de importante. Em todo o caso vai registada.

Cumprimentos da família. Um abraço

[*Acrescentado à mão:*]

PS Vai tb a cópia duma carta que eu tinha acabado de escrever quando cheguei a do Barden. Mando-a na mesma ao cuidado do Barden.

Incluso: Cópia da carta do Barden

« « p^a o H. Ch. [*Honorable Chairman*]

Carta de Amílcar Cabral

[*manuscrita*]

Lx-28/9/59

[*Apontamento de L. Lara: R.: 1.10*]

Meus Caros Amigos

Escrevo de Lisboa, onde cheguei no dia 25. Estou cheio de saudades, mas não vale a pena falar de saudades. Encontrei todos bem e todos preocupados com viagens.

Espero que tenham recebido as minhas notícias.

Venho dizer-vos que tenho meios para completar o necessário para o negócio do óleo de palma. Acho que é fundamental a exportação, quanto mais breve melhor, por causa dos concorrentes. [Sublinhado por L. Lara] Entro com a massa que falta – e para isso a tenho guardada – mas quero ter a certeza do seguinte: quando, como e para onde devo mandá-la. Isso de negócios tem de ser bem feito, porque: quem é que quer perder a massaroca!

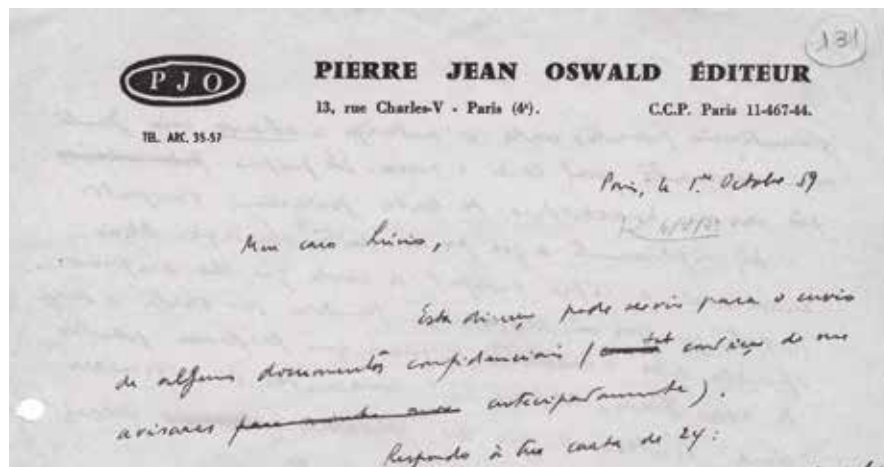
Espero notícias e desejo que tudo vos corra bem.

A melhor camaradagem e toda a confiança do

Abel

Carta de Mário de Andrade

[manuscrita]



Paris, le 1er Octobre 59

Meu caro Lúcio,

Esta direcção pode servir para o envio de alguns documentos confidenciais (sob condição de me avisares antecipadamente).

Respondo à tua carta de 24:

A malta encarregou-me de te pedir um esclarecimento sobre o memorandum: foi ele feito em nome do M? Por decisão tomada aí, no mês de Maio?

Ciente da informação sobre o Ventura [Holden Roberto]. A verdade é que já tinha escrito a New York, mas isso não tem importância.

Aí tens um extracto da carta do H.M. [Hugo de Menezes] e do memorandum por ele entregue ao Bureau Politique du P.D.G. [Parti Démocratique de Guinée].

Nós aqui pensamos (e vamos remeter uma carta ao B. nesse sentido) que a iniciativa de integrar os Guineenses no M.A.C. é prematura e precipitada. Isto, por razões de tática, segurança e tendo em conta as perspectivas da luta nacional guineense. O papel do H. [Hugo de Menezes], em nosso entender, além da representação dos nossos interesses na Guiné, deve limitar-se a encorajar a formação política dum movimento nacional de libertação da G. com os elementos de Conakry e a preparar um terreno de colaboração com o organismo do M.A.C. Parece-nos, pois, que nas circunstâncias presentes, nada o autoriza a absorver essa gente num movimento geral como o nosso. Ele próprio põe reservas à actividade de certos guineenses emigrados.

Diz rapidamente o que pensas destas observações. Aliás, enviar-te-ei a cópia integral da carta que lhe dirigimos. Importa que Vocês aí exprimam também por carta a vossa opinião sobre o assunto, a menos que prefiram partir do nosso texto, refazê-lo, acrescentar ou fornecer uma síntese do que nós pensamos (secções de P. [Paris] e de A. [Alemanha]) da iniciativa do H.

É uma chatice o que se passa com o E.S. [Guilherme Espírito Santo]. Creio que há influências do Embaixador Port. junto do Gov. Francês. Eu aguardo.

Recebi uma carta do Glinne que se desculpa por ainda não ter passado a nota que lhe entreguei. Esteve ausente, durante duas semanas. Entretanto, vou mandar um outro texto ao Davidson [Basil D.], mais completo. Segue uma cópia, no próximo correio, bem como outros detalhes da actividade do Hugo.

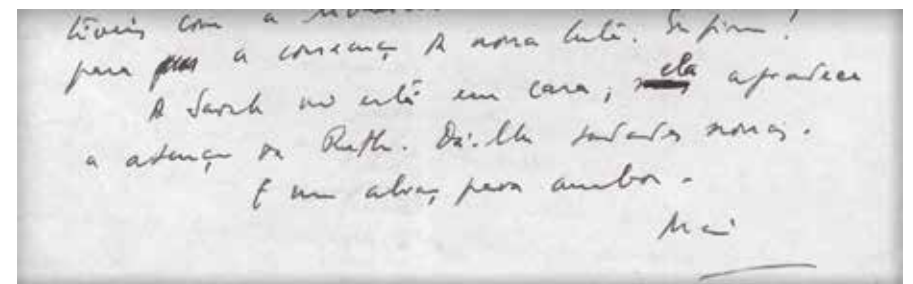
Não sei que pensar da nossa amiga N. [Noémia de Sousa] mas julgo que certos laços familiares são pouco compatíveis com a liberdade de movimentos, necessária para a consecução da nossa luta. Enfim!

A Sarah não está em casa, ela agradece a atenção da Ruth. Dá-lhe saudades nossas.

E um abraço para ambos

Mário

P.S. – Recebeste um exemplar de InterAfrique Presse?



CÓPIA DE PARTES DA CARTA DE HUGO DE MENEZES A PARIS

«Comecei, há tempos, a contactar com gentes da Guiné ocupada. Havia o esboço de uma pequenita organização de meia dúzia, com um presidente que não me inspirava

confiança. Por tal motivo, e porque mais alguns têm um comportamento suspeito, procurei desfazer o grupo, e fiz com que ingressassem no nosso movimento aqueles que deram provas de seriedade. Não sei se vos agrada esta minha resolução. Contudo, procedi assim por vários motivos, entre estes, a necessidade de ter alguém comigo, e, por outro lado, dado o interesse que a Guiné ocupada desperta aqui, muito maior do que todos os outros territórios, esta inclusão reforçaria a nossa posição. E antes que o Governo da Guiné resolvesse constituir uma organização anticolonialista com os exilados Guineenses – estava em vias de fazê-lo – eu resolvi antecipar-me. Eles estão organizados dentro do nosso Movimento.»

Do «memorandum»:

(...) «En saluant le Parti Démocratique Guinéen, le Mouvement Anti-Colonialiste s'adresse à son bureau politique, dans l'espoir de voir bien acceptées les propositions qui lui sont formulées:

- 1) Qu'il soit accordé au MAC la création d'un bureau dans la République de Guinée.
- 2) Qu'il soit accordé asile, dans la République de Guinée, aux membres du MAC qui en auront besoin.
- 3) Qu'il leur soit accordé le passeport Guinéen.
- 4) Qu'il soit permis au MAC l'utilisation de la Radio et de la Presse de la République de Guinée.
- 5) Qu'il soit accordé au MAC un prêt, remboursable après la libération.
- 6) Que soient contrôlées les activités, dans la République de Guinée, de ceux qui parviennent des territoires dominés par le Portugal.
- 7) Que des mesures urgentes soient prises dans le but de rendre le gouvernement portugais responsable du massacre de 30 Africains à Bissau et que soient immédiatement libérés les 250 A. arrêtés en Guinée dite portugaise.

Signé H.M.

Paulo Gomes pour le MAC»¹.

1. *Tradução:* «Saudando o Partido Democrático da Guiné, o MAC dirige-se ao seu bureau político, esperando que as propostas formuladas sejam bem aceites: 1) Que seja concedida ao MAC a criação de um bureau na Rep. da Guiné. 2) Que seja concedido asilo, na Rep. da Guiné, aos membros do MAC que dele necessitarem. 3) Que lhes seja concedido o passaporte guineense. 4) Que seja concedida ao MAC a utilização da rádio e da imprensa da Rep. da Guiné. 5) Que seja concedido ao MAC um empréstimo, a ser reembolsado após a libertação. 6) Que sejam controladas as actividades, na Rep. da Guiné, dos que vierem dos territórios dominados por Portugal. 7) Que sejam tomadas medidas urgentes a fim de responsabilizar o governo português pelo massacre de 30 africanos em Bissau e a fim de que sejam imediatamente libertados os 250 africanos presos na Guiné dita portuguesa. Assinado por H.M. e Paulo Gomes, pelo MAC.»

Carta de Viriato da Cruz

[manuscrita]

4. Outubro 1959

[Acréscitado à mão por L. Lara: R 7/X/59]

Caro Lara,

Recebi o teu telegrama, a que respondi ante-ontem. Recebi igualmente, na semana passada, a tua carta relatando o encontro de Paris.

Perguntas-me quando saio e por que via. Eu pergunto-me se devo sair. O m/ passaporte caduca dentro de 14 dias. Para onde irei? Fará sentido que eu vá para a Bélgica ou para aí? O que me garante uma solução satisfatória do meu caso? [Sublinhado por L. Lara]

É possível que saia, uma vez que assine contrato com a editora aqui, e uma vez que me adiantem o dinheiro suficiente para uma viagem directa, por barco, até África.

Também já não tenho lata para pedir aqui ajudas de viagem. Não peço.

Não te escrevi há muitos dias porque concentrei todos os meus esforços e todo o meu tempo no trabalho que tinha de acabar em 28 de Setembro. Era esta a data-limite para dar uma cópia do meu trabalho à união. E na verdade esse foi o meu compromisso e essa era a minha obrigação moral. Cumprir tudo. Dei-lhes uma cópia com 130 folhas do m/ trabalho.

A partir de ontem já não estou na casa de repouso. O pessoal entrou em férias e a casa está em reparações. Também já não estou a cargo da união.

Escrevo-te hoje de uma pensão, em Berlim. Amanhã de manhã tenho de deixar o quarto e procurar outro. Quase impossível encontrar um quarto para mais de uma noite. Há muitos forasteiros na cidade em virtude dos festejos do décimo aniversário da República.

Amanhã ou depois vou mandar-te um endereço para mim. Talvez do outro lado.

O m/ visa para aqui é válido até o dia 15. Depois desta data, não sei como sairei deste par de botas, pois já não estou sob a protecção da união. Possivelmente irei à Polónia: já fiz as primeiras diligências nesse sentido. Não sei se pegarão.

Até lá, vou viver aqui de escrever artigos.

2 – Outros assuntos: Do encontro de Paris não tenho nada de especial a dizer. Estabeleceram-se compromissos; afastaram-se as reservas pueris dos meninos de Paris. E agora? Agora, há que esperar que os factos provem que Paris está a colaborar com actos ou se se mantém na posição habitual de pedra dentro do sapato.

Não sei se vocês combinaram sobre as condições em que Paris utilizará os impressos com o carimbo do MAC. Quem assina? Sobre que assuntos estão autorizados a escrever? A redacção da correspondência deles está sujeita ao controle de quem?

Eu sou pela democracia; mas por uma democracia centralizada, com cabeça, tronco e membros.

Recebi uma carta, através da Bélgica, do Abel [Amílcar Cabral]. Vinha acompanhada de um relatório que ele deixou na Guiné. Essa carta foi enviada por ti ou pelo Abel? Não te mando cópia da mesma, porque a não tenho aqui comigo. [Na margem, por Lúcio

Lara: Essa carta ia incluída numa minha]. Todas as minhas coisas estão na «consigne» na estação. Eu só ando com escova de dentes e gillette no bolso.

Escrevi um artigo para um jornal de Berlim. Dei todas as fotos de S. Tomé. [Sublinhado por L. Lara, que acrescenta à mão: convém que regressem] Vamos a ver se o publicam.

Até a próxima quarta-feira, vou escrever outro artigo sobre Angola. Para o mesmo jornal.

O Rocha sempre parte? Quando?

Caso da Noémia: Chato. Mas lógico. Eis um exemplo vivo do que o Mário chama revolucionarismo luso-tropical. Estou de acordo c/ o Mário em que existe efectivamente esse fenómeno entre nós. É um revolucionarismo de atitudes, verbal, sentimental. Um revolucionarismo que muda com o vento dos sentimentos. Hoje é a educação do sobrinho (educação em que ambiente? Sob que condições?). Amanhã é o casamento, é o problema da dentição do menino, é o emprego, é a avó que teve um colapso cardíaco. Enfim, histórias vulgares. Tudo isso está muito impregnado da pequenez de pensar, de querer e de agir do Português. Lusismo nos trópicos.

As cartas do Mário, enviei-as aos destinatários.

Estou de acordo com as cartas que ultimamente escreveste ao Padmore, bem como as diligências tomadas acerca do caso do Espírito [Guilherme Espírito Santo]. A malta de Paris está a começar a sentir o duro da vida. É possível que essa nova fase lhes faça compreender o sentido dos esforços despendidos até hoje para nos organizarmos e agirmos dentro de uma organização. Afinal, eles verão que isso é útil até para eles. O Marcelino ainda recebe subsídios do papá; mas mais tarde ele despertará do mundo cor-de-rosa da juventude estudante.

3 – Se puderes, escreve ao Secretariado do Cairo, a pedir-lhes cópias, para nós, dos comunicados que eles publicam. Queremos receber, sempre que possível, esses comunicados.

Não escrevi a esse Secretariado sobre o caso das colónias, sobre os últimos acontecimentos. Vocês podem fazê-lo aí.

Não mudem o nome das organizações. O Secretário do Cairo bem como o de Accra, chamam-se secretariat e não secretaryship. Este último termo, como sabeis, é abstracto.

Também acho ser tempo de vencermos o nosso desconhecimento sobre questões protocolares. É fácil informarmo-nos a esse respeito. Basta ler os «livros brancos» dos Estados; livros sobre diplomacia; e correspondência trocada entre personalidades políticas. Nós estamos metidos nesses affaires; logo, temos de conhecê-los. O que não podemos é pedir sempre que nos desculpem as mesmas ignorâncias. Aliás, isto deixa má impressão a nosso respeito.

Escrevo-te sem ter presente nenhuma das tuas cartas. É possível que não te responda agora a muitas perguntas tuas. Vou agora procurar quarto. Se reunir as m/ malas, posso responder-te mais circunstanciadamente.

Cumprimentos à Ruth, ao Rocha, à tua família. Beijos ao Paulinho. Este deve estar um espertalhão!

V.

Carta de Mário de Andrade e cópia da carta da secção do MAC de Paris a Hugo de Menezes

[manuscrita]¹

Paris, le 5 Octobre 59

[Acrescentado à mão por L. Lara: R 7/IX/59]

Meu caro Lúcio,

Mais duas informações colhidas nas cartas do H.M. [Hugo de Menezes]: ele ficou encarregado pelo Ministro da Informação de dirigir semanalmente um programa radiofónico em português. Ou melhor: fará duas emissões por semana. Falará, na primeira emissão, dos recentes acontecimentos de Bissau.

Por outro lado, sugere que se escreva (em papel timbrado) ao K.F. [Keita Fodéba], Ministro do Interior, lembrando-lhe o memorandum que lhe foi entregue.

Aí tens a cópia da nossa **comunicação**.

Vai também a tal pag. 12 da Gauche que acaba de sair, bem como a cópia do texto que enviei ao B. Davidson. Recebeste 25 ex. do m/ número? Peço-te que me mandes 3 cópias dactilografadas dessas páginas – **Intimidation et vague d'arrestations**² – pois queria propor aqui a alguns jornalistas. Tenho dificuldades em passar à máquina.

Acuso recepção da tua carta de 2. Fiz a assinatura por 3 meses do I.A.P. [InterAfrique Presse].

O E.S. [Guilherme Espírito Santo] foi à Bélgica e deve ter regressado para falar com o Senghor que prometeu intervir no seu caso. Ainda não o vi.

Urgente que o Engenheiro [Amílcar Cabral] venha cá para fora. Não achas? (Av. Infante Santo. Lote Particular N° 2).

É bom tomar algumas precauções no envio de documentos. Aguarda indicação duma morada segura para essas coisas importantes. Eu não posso guardar comigo tais papéis. Utiliza, por enquanto, a morada do meu editor, com aviso prévio. Escreve-me apenas uma vez por semana (da **Ruth** para a **Sarah**). Como fazer chegar os números: **G.** [La Gauche] a Lisboa e Luanda?

Vou dar indicações a um amigo belga, que ele envie para Lisboa, mas para Angola...

Diz algo sobre isso. Um abraço do

Mário

CÓPIA DA RESPOSTA DA SECÇÃO DE PARIS

[dactilografada – possivelmente incompleta]

A secção de Paris do MAC, reunida em 22 de Setembro último, apreciou na sua ordem do dia o conteúdo político das tuas cartas de 6 e 10-IX-1959.

1. As partes sublinhadas correspondem aos sublinhados por Lúcio Lara; os sublinhados do autor da carta vêm em negrito.
2. Ver Anexo n° 11.

Dois pontos essenciais retiveram particularmente a nossa atenção:

I – Memorandum dirigido ao Bureau Politique du PDG [*Parti Démocratique de Guinée*].

II – Recrutamento dum grupo de Guineenses e sua inclusão no MAC.

Sobre o primeiro ponto, declaramos a nossa satisfação, louvamos o esforço empreendido e manifestamos o nosso acordo com as 7 proposições formuladas junto do PDG. Fazemos votos enfim por que a tua missão seja coroada de êxito. Agrada-nos constatar que procuras realizar seriamente os ideais do nosso movimento.

Mas quanto à iniciativa que acabas de tomar em relação aos Guineenses emigrados em Conakry, afigura-se-nos que ela comporta alguns riscos e minimiza um factor importante da luta anti-colonialista.

Comporta alguns riscos, já porque, segundo deixas entender na tua carta há elementos que não inspiram confiança, já porque a tua reduzida experiência em território guineense (condicionada pelo factor tempo) ainda não te permitiu avaliar das garantias políticas e das qualidades de trabalho dos indivíduos em questão. O recrutamento de novos elementos para um movimento não deve ser determinado pela simples necessidade imediata, ainda que legítima, de produzir um trabalho em comum. Princípio de estratégia e prudência. Isto, por um lado.

Por outro lado, a tua iniciativa minimiza um factor essencial: o tipo de acção política que cabe aos elementos em causa. Uma tarefa se impõe aos nossos olhos, aos emigrados duma colónia portuguesa em território africano independente que é sua vizinha e prolongamento natural: a formação duma organização anti-colonialista guineense cuja missão essencial é de contribuir para o reforçamento da actividade do interior.

Creemos que o Governo da Guiné independente estava justamente no bom caminho, ao encorajar a organização dos emigrados da Guiné «colonizada».

Carta de Viriato da Cruz

[manuscrita]

Berlin, 8.10.59

Caro Lara,

Volto a referir-me às tuas últimas cartas.

Ainda não sei quando poderei sair daqui. Ainda não foi resolvido o contrato que desejo assinar com a editorial e pelo qual espero receber algumas massas que possibilitem viajar. A fazer viagem, não me interessa ir para a Bélgica, pois o caso do meu passaporte não me assegura um séjour calmo na Bélgica. A minha situação actual aconselha-me a sair daqui apenas com o propósito resolvido de seguir directamente para a África. De outro modo, é embrenhar-me inutilmente em problemas chatos.

1 – Acho que os termos da resposta do K. Fodéba para o Mário não poderiam ser muito diferentes. Já sabemos o suficiente para acreditar que todas as questões tratadas com organismos oficiais ou com personalidades públicas (en tant que investidas nos seus cargos) revestem sempre um carácter cuidadosamente diplomático. Mesmo quando

esses organismos ou essas personalidades são africanas. É esse um fenómeno normal das relações oficiais e diplomáticas em todos os Estados. Foi precisamente por esse motivo que fui de opinião que contactássemos, desde o princípio, com o Hon. Presidente, não na sua qualidade de ministro, mas na sua qualidade de dirigente de partido político. Isto daria um carácter menos oficial e mais particular às suas relações connosco, e, portanto, poderia facilitar-lhe a solução dos problemas que lhe púnhamos.

2 – Quanto à questão de artigos sobre os acontecimentos na n/ terra e na Guiné, acho que isso deve depender mais da nossa iniciativa particular do que de um plano para a actividade de todos nós nesse sentido. Quer dizer: qualquer um de nós que tiver a possibilidade de publicar algo sobre tais acontecimentos deve fazê-lo imediatamente. O fundamental é que sejam alguns a trabalhar nesse sentido e não somente um ou dois. De outro modo, far-se-á pouco. Dizer que se deve esperar a publicação na «GAUCHE», para depois jogar com esse artigo junto de outras publicações ou de personalidades, é um facto, na verdade, com algum valor, mas não com um valor total; isto é, não nos pode satisfazer completamente. Nada nos garante que a outra imprensa se comova ou se convença a publicar também algo em face do artigo na «Gauche». Aliás a imprensa europeia, como sabemos, está mergulhada em ciúmes, em interesses particulares, e está dividida por preconceitos ou por justas razões políticas de umas em face das outras. Enfim, compreenderás certamente o que quero dizer.

3 – Como te disse, escrevi um pequeno artigo para um jornal de Berlim, o qual fiz acompanhar com 10 fotografias do caso de S. Tomé. – Ontem acabei de escrever outro artigo somente sobre Angola, ao qual junto duas fotos que o Soromenho dera ao Mário: jovens pescando e uma mulher cuanhama cozinhando com o filho às costas. Deves conhecê-las. Este último artigo deixei-o já, hoje, na redacção do mesmo jornal. Hoje também soube que o dito jornal não deseja publicar o meu primeiro artigo com a forma em que o escrevi. Querem um estilo leve, de reportagem. Não lhes disse que não faria como eles querem para não fechar para sempre uma porta que não convém, de algum modo, torná-la intransponível para nós só por causa de um caso, de um caso meu, pessoal. Mas, aqui para nós, essa condição pedida pelo jornal é chata porque se baseia apenas nos interesses do dito jornal sem ter em conta os nossos ou as minhas conveniências. Seja como for, é tempo e trabalho que perco.

Por este correio, envio-te cópias dos dois artigos. Autorizo-vos a utilizá-los; isto é: vocês, com base neles, podem introduzir nova matéria ou cortar algumas passagens deles. Depois disso, vocês podem publicar os trabalhos assim feitos na imprensa que vos oferecer oportunidade.

4 – Vou continuar a escrever mais artigos que irei enviando, com alterações aqui e ali, para diversos jornais de diversos países. Alguma coisa há de sair a público, ao fim e ao cabo da minha insistência.

5 – Vou enviar-te uma cópia do trabalho que escrevi até hoje, a fim de vocês apresentarem-me sugestões e críticas. Não t'ó envio hoje, porque não posso gastar, por precaução, o dinheiro do outro lado que me resta.

6 – Quanto às resoluções tomadas em Paris sobre os nossos contactos ou relações com outras organizações, isto quase não me impressiona. Porquê? Porque, por exemplo, o pensar em contactar o Goan League é um fenómeno velho. Há mais de um ano, o

Mário ofereceu-se para estabelecer esse contacto, se nós lhe ajudássemos nas passagens para a viagem a Londres, onde ele tinha, nesse momento, um certo interesse com uma senhora. Também por motivos igualmente pessoalistas, a mesma gente, que em Paris disse que sim a muitas sugestões, havia se oposto à sugestão de se criar uma secção juvenil ou estudantil da nossa organização e filia-la à União Internacional dos Estudantes, por exemplo. Essa sugestão nem sequer chegou a ser transmitida a Lisboa, como pedi na altura. Em face da minha experiência em Paris, eu desconfio da fácil realização do que foi ultimamente resolvido e receio que a liberdade de movimentos, que a secção de Paris pediu, possa trazer inconvenientes para a marcha geral dos nossos interesses. É evidentemente [sic] que a secção de Paris já devia ter tido oportunidade para se desarmar de certas presunções exageradas que ela alimentava. Ela teria já podido compreender que, nos nossos países, ninguém está à espera da sabedoria de Paris para resolver os nossos problemas. A própria maneira como eu contornei e ultrapassei as minhas dificuldades com que as gentes de Paris se solidarizavam de certo modo, isto também poderia ter-lhes feito compreender que se pode andar para a frente mesmo sem eles. Quer dizer: a posição dos amigos de Paris, em face de alguns factos concretos, pode ter-se modificado; e é possível, sim senhor, que entremos todos nós numa nova fase de trabalho mais produtivo e compreensivo. Mas nada de optimismos exagerados. Que estejamos vigilantes e que aguardemos os factos.

7 – Na lista da malta presa, há nomes de indivíduos que, no passado, trabalharam para os colonialistas. Refiro-me especialmente à: André Mingas e Mário da Silva. Este último foi um dos responsáveis da prisão, há dezenas de anos, de um grupo de angolanos que fora acusado de ter enviado um relatório à antiga Sociedade das Nações. Enfim, os homens mudam e costumam também, às vezes, aprender com a vida. É possível, portanto, que aqueles dois indivíduos tenham hoje posições honestas.

Digo-te isso para que tomeis as necessárias cautelas e para que possais compreender melhor as tácticas e ardis utilizados pela Pide.

8 – Aconselho-te, mais uma vez, a não enviar nada para o jornal ABC. Como te disse, o director desse jornal é um colonialista de 4 costados, ex-ladrão, e que tem contactos flagrantes com a Pide em Luanda. Não confundas a posição de uma ou 2 pessoas, que trabalham nesse jornal, com os dirigentes do mesmo.

9 – Receio que as nossas cartas para amigos do e no Congo Belga não venham a ser devassadas e controladas pela polícia belga. Não esqueçamos que há uma íntima colaboração entre as polícias de todos os países com colónias em África, e, em especial, entre a do Congo B. e Angola. Não sou contra a necessidade de, desde já, se contactar com amigos do Congo B. Sou de opinião, porém, que devemos encontrar e utilizar os meios que garantam segurança a esses contactos.

10 – Concorde convosco em que já é tempo de o Abel [Amílcar Cabral] vir definitivamente para fora. Não só pelos riscos que está a correr, mas pela falta evidente, que temos, de mais gente capaz e que trabalhe. Somos poucos e as nossas energias ainda não estão, infelizmente, ao nível das realizações que os acontecimentos exigem de nós. A propósito, e de passagem, devo dizer que me sinto particularmente doente; devo ter algo de anormal no meu sistema circulatório e no meu coração.

Bem, até à próxima. Brevemente.

Cumprimentos a todos. O m/ melhor abraço para ti.

V.

P.S. – Não te mando cópia do 1º artigo que escrevi, porque tenho-o infelizmente numa mala que deixei na «consigne» da gare de outra cidade.

Baseado no meu 2º artigo, vocês podem fazer outros que destinarão, por exemplo, à «L'UNITÀ».

Escreve-me, na volta do correio, para o seguinte endereço, dando-me notícias sobre o andamento da questão do visa e outras:

V. da Cruz

bei Loni P. Michelis

Berlin – Wilmersdorf

Laübenheimerstr. 15

Mas manda todas as cartas sob registo.

V.

Carta a Viriato da Cruz

[dactilografada]

Ffm. [Frankfurt/Main], 10.10.59

Meu caro

Apresso-me a escrever-te, agora que acabo de receber a tua carta expresso e que portanto sei pª onde o devo fazer. Antes de mais falemos da tua situação, que é o que neste momento mais me preocupa.

Não me parece despropositado que trates de auscultar as possibilidades de uma possível deslocação à Polónia ou a qualquer outro país, pois no caso de a resposta não vir a tempo do Gh. [Ghana], terias uma garantia contra qualquer interferência dos sócios dos Portugas nos affaires coloniais. Em todo o caso convém não partires pª nenhum desses países enquanto te for possível aguardar uma solução africana. Passo a expor-te o que há sobre isso.

Conforme o que te disse na carta de 26.9, escrevi ao Barden a carta cuja cópia só agora te envio, por só agora ter a certeza de que te encontro. Como verás, nessa carta eu insisto na n/ situação melindrosa e sugiro que em última análise nos concedam pª já um VISA de turistas, estudando-se depois in loco os problemas levantados pela n/ questão. Isto para abreviar uma solução que te permita entrar lá com o passaporte ainda válido.

Mal acabava de escrever essa carta, li no Monde a notícia da MORTE DO PADMORE¹ em Londres, e prevendo as complicações que daí adviriam para o nosso

1. *A notícia da morte de George Padmore abalou-nos porque as nossas esperanças de apoio de Accra e autorização de entrada no Ghana residiam nesse momento na sua pessoa, embora a demora de uma resposta positiva, mesmo com ele em vida, nos não desse grandes ilusões...*

caso, escrevi imediatamente uma 2ª carta, datada de 28, cuja cópia também aqui junto, em que mais ou menos lhes dava a entender que apesar das complicações que tal acontecimento acarretaria seria conveniente não esquecerem a n/ situação delicada e darem portanto uma solução mesmo que provisória, à nossa questão. Com essa carta seguiu uma carta pª o Hon. Chairman em que em nome do MAC exprimia o n/ pesar ao C.P.P. [*Convention Peoples Party*] e ao povo do Gh. No dia 7/X recebo finalmente notícias tuas e, vendo que daí também não seria de esperar uma solução, resolvi telegrafar ao Barden nestes termos CAN WE RECEIVE VISA BEFORE THIRTEENTH OCTOBER?, pretendendo com isto mostrar-lhe que continuávamos à espera de uma resposta pª decidirmos do nosso futuro. Até hoje, 10, nenhuma resposta veio a tal telegrama, sendo possível que alguma coisa esteja a caminho. Sinceramente não percebo bem esta demora. Enfim, temos muito que aprender; as burocracias estendem-se também a África. Não são só pecha europeia. Logo que alguma coisa receba do Gh. telegrafo-te se disso houver necessidade, pª a morada que me dás em Berlim.

Por um relatório que enviei para a Sede de acordo com o que aí combináramos, mandava pedir massa. Mas não pedi 5 contos como tu dizias; pedi 10, pois as nossas finanças estão em baixo e não é justo eu continuar só a sacrificar o pai da R. [*Ruth Lara*]. Esses 10 contos já estão em n/ poder. Simplesmente a passagem de avião custa cerca de 8.500\$00, por isso tudo o que te for possível arranjaras aí no caso de nos ser concedido o visto, é tentares. Não sei é como te seria possível arranjar dinheiro ocidental; a não ser que embarcasses num avião da Companhia desse lado, se é que eles não exigem visto pª vender o bilhete, como aqui acontece. Nessa ocasião telegrafarias ao Barden a dizer-lhe quando chegavas pª ele telefonar lá pª o Aeroporto a dar ordem às autoridades pª te deixarem entrar. Vê já as hipóteses que aí se põem sobre o assunto, não esquecendo que há vacinas a fazer e vai comunicando comigo sobre tudo o que fores resolvendo pª eu saber o que fazer. Há realmente viabilidade nesse contrato com a editorial? O Rocha, sem dinheiro nenhum também está numa situação de expectativa. Lava pratos no café da Opéra, para ao menos ter alguma massa. Está instalado à borla em casa do Lissner, aquele tipo do Rundschau com quem falámos uma vez... Foi coisa arranjada pelos B. [*Bouvier*]. Nós tínhamos pedido que arranjassem um quarto barato e eles disseram que conheciam um, e afinal era à borla.

NOTÍCIAS – Também tinha recebido esse memorandum para o PFA¹ do Senegal, não de Conakry, e tinha já uma cópia pª te mandar bem como uma carta do Abel [*Amilcar Cabral*]. Esta segue, aqui junto. O n/ amigo não teve possibilidade de ir a G. Não podemos deixar de frisar que o trabalho dele foi um EXCELENTE contributo pª a nossa luta. Ele já escreveu de Lx [*Lisboa*] e foi ele que ajudou a completar o que faltava pª os dez contos pedidos. Diz que «encontrou todos preocupados com viagens». Não sei se se refere às nossas ou à vontade que parece haver por lá de EMIGRAÇÃO.

1. *Partido da Federação Africana, da Confederação do Mali. Neste momento o Senegal e o Mali formavam uma Federação, que não durou muito tempo, tendo-se separado o Senegal com o Presidente Senghor e o Mali com o Presidente Modibo Keita.*

Ontem li no Monde que o Hon. Chairman fez um discurso no Bureau da Conferência dos povos africanos em que incitava os Congolezes a lutarem contra o colonialismo como estava acontecendo na Niassalândia e em Angola. Talvez isto seja um resultado dos nossos contactos, contando o que se passou em Angola, mas a que eles ainda não responderam. Já saiu o artigo da Gauche. Ocupa uma página inteira, com o título TERRREUR POLICIÈRE EN ANGOLA. Eu escrevi um pequeno artigo de jornal em que a propósito das colónias portuguesas na ONU falo nos acontecimentos de Angola e Guiné. A Ruth está a traduzi-lo e deve sair no Rundschau. Vamos a ver o que é possível fazer com o Artigo que me enviaste. Eu estou com outro artigo nas mãos, sobre o mesmo problema da ONU, mas bastante desenvolvido, para uma revista daqui.

MAC – O n/ Movimento está já a ter problemas que impõem uma séria concretização de princípios e talvez mesmo uma nova estruturação. Pelo extracto da carta do H.M. [*Hugo de Menezes*] enviada a Paris verás que ele tomou uma resolução algo precipitada que exigia ao menos a consulta de todos, sobre a inclusão de malta da colónia da G. no Mac, em desfavor de uma organização que se forjava com características Guineenses. A malta de Paris já se pronunciou e diz que nós nos pronunciaremos. Eu estou de acordo com a malta de Paris, i.é, com o memorandum que eles enviaram e cuja cópia aqui junto, embora esteja de acordo que o Mac deve compreender tipos de todos os Movimentos. Convém pois definirmos uma situação de compromisso que nos permita uma certa liberdade de movimentos enquanto a malta de Lisboa se não pronunciar sobre o assunto. Repara que o Abel no mem. para o PFA, assina «por delegação do Mac, groupant les organisations de lutte Anti col. dans les Pays Africains dominés par le Portugal»,¹ enquanto que o Mac agrupava «pessoas». Há pois necessidade de definir convenientemente os princípios do Movimento pª evitar um procedimento anárquico da malta que está trabalhando com a melhor das intenções.

Por outro lado recebi uma carta dum senhor Adriano Lima Araújo, de Conakry, que diz ter sabido da existência do n/ Movim/ (não cita o nome do movim. e a carta vem endereçada ao Sr. Camillo Sitteweg² 71) pelas «estâncias oficiais da G.» A carta é muito interessante, pois faz um resumo dos últimos acontecimentos na Col. da Guiné, e pede que o n/ movimento tenha em consideração «o pequeno núcleo da Guiné» que ali luta pelo mesmo alvo e pede «ajuda moral com instruções, directivas em vista de uma melhor orquestração da nossa campanha anti-portuguesa, dirigida especialmente pª a Guiné sob ocupação portuguesa através da Radio Cona. [*Conakry*] que amavelmente nos concede 15 a 20 minutos todos os domingos para emissão em nosso crioulo».

Por carta do Má. [*Mário de Andrade*] soube que o H.M. está agora a dirigir esses programas de rádio que parece serem agora bi-semanais. Ele sugere que se escreva em papel timbrado ao K.F. [*Keita Fodéba*], lembrando-lhe o memorandum. Eu sou de opinião que se deve escrever, estranhando não termos recebido resposta ao memor. que

1. *Tradução: «... agrupando as organizações de luta anti-colonialista nos países africanos dominados por Portugal».*
2. *Trata-se do nome da rua onde residíamos em Frankfurt.*

eles receberam com certeza por terem dado a indicação ao Araújo. Eu a este ainda não respondi, pois penso que devo fazê-lo através do Men. [Hugo de Menezes], uma vez que ele põe reservas a certos elementos do G.P. em Conakry. Temos aliás que ter certo cuidado com a actuação do Men. uma vez que ele não está habituado a trabalhar organizado e sendo portanto de duvidar legitimamente de que ele possa avaliar desde já quais são os elementos que inspiram ou não confiança.

Todos estes problemas impõem portanto um ESTABELECIMENTO DE PRINCÍPIOS que não cortando embora o espírito de iniciativa dos membros do Mac, lhes imponha limites de actuação. Isto é urgente e tem de ser feito por grupos sugerindo eu que nós façamos em conjunto, que Paris critique, envie p^a Lx., p^a de lá vir a feição definitiva. Dou a este trabalho a maior importância pelas repercussões que pode vir a ter, trabalhando com entidades da maior responsabilidade. O Senghor, que está em Paris, prometeu intervir no caso do ES [Guilherme Espírito Santo]. Não sei ainda o que se passa.

A malta de Paris pede p^a informar se o Abel actuou quanto ao memorandum de acordo com as nossas resoluções de Maio. Respondi que nas decisões aqui tomadas pareceu-nos ser de dar a maior liberdade de actuação, desde que ela estivesse de acordo com os n/ princípios e com as tarefas imediatas do nosso programa. E que o memorandum ao Gh. estava de acordo. Não me disseram porque queriam saber isso. Eu enviei p^a lá as cópias dos memorandos, não as das cartas do Abel.

Quando a este, na próxima comunicação que tentar com Lx., vou insistir p^a que ele saia. Estou convencido de que ele deve estar a tratar disso.

Disse-te que estava de acordo com o memorando de Paris, mas acho que se deve frisar que todas as resoluções que envolvam problemas de princípio só devem ser resolvidas por um grupo de elementos e não por um elemento. Se passares por cá, como é possível que aconteça, se tudo se resolver satisfatoriamente, poderemos tomar umas decisões finais, antes de dissolvermos ou por outra transferirmos a secção da A. [Alemanha].

Amigos de cá – Continuo a visitar os B. [Bouvier] todas as semanas, como antigamente. Naturalmente eles estranham o teu silêncio. Há tempos disse-lhes que também estava atrapalhado sem notícias tuas (estava mesmo) e que te ia telegrafar p^a a Bélgica. Eles e os de B. [de Bary] sabem que o t/ passap. caduca agora. Informei-os que me tinhas dito em telegrama que me escreverias logo que pudesses. Claro que eles continuam duvidando da Bélgica. Mas isso é um assunto de que falaremos depois.

Ambas as casas, destes amigos, me contaram de diligências da Embaixada de Port. em Bona, para saber o teu paradeiro. A IB [Irmgard Bouvier] foi questionada na Bib. [Biblioteca] e a de B. em sua própria casa por uma blondine que se diria tua «amiga». As histórias são interessantes. Não sei até que ponto deva acreditar na sinceridade destes amigos ou na bisbilhotice portuguesa...

As tuas cartas não me esclareceram sobre se recebeste todos os documentos e cartas enviadas em 19 e 26 a primeira via Bélg. a 2^a directamente.

Espero que não voltes a estar tão silencioso, pois sinceramente o teu silêncio numa altura em que precisamos de estar em contacto quase permanente, deixou-me algo atrapalhado.

O secretariado do Cairo mandou já os textos das mensagens. A n/ não vem

incluída... Talvez tenha chegado tarde. Estive também p^a escrever p^a a G. com o motivo do I aniversário da República, mas pensei que o nosso representante lá se manifestaria e não valia a pena haver sobreposições.

A família e Rocha recomendam-se. Um grande abraço.

ass.) Lara

INCLUSO:

1 cópia de extractos da carta do HM p^a Paris e do mem. por ele entregue ao P.D.G.

1 cópia da carta que Paris enviou ao H.M.

1 « do memorando de Dakar

1 « da 2^a carta do Abel

2 cópias das cartas p^a o Barden

Carta a Mário de Andrade

[dactilografada]

Ffm. [Frankfurt/Main], 12.10.59

Caro Mário

Como me pediste que não te escrevesse mais do que uma vez por semana, estive aguardando a ver se te podia dizer alguma coisa sobre a n/ possível viagem p^a Áf. Infelizmente, até hoje, apesar de ter telegrafado p^a lá em 7, pedindo que dessem qualquer resposta o mais tardar até treze não veio nada hoje e nada me permite supor que venha precisamente no último dia do prazo que marquei, por necessidade de ter de saber algo com antecedência p^a poder avisar a tempo o V. [Viriato da Cruz]. Tive notícias deste, que continua naqueles sítios, simplesmente sem a bolsa e esgotando os últimos níqueis que possui. Verdadeiramente não percebo esta pouca pressa de responderem às nossas cartas, tendo eu explicado que a demora de qualquer solução colocar-nos-ia numa situação algo melindrosa. Inclusivamente nas duas últimas cartas que lhes escrevi dizia-lhes que se vissem que uma situação definitiva levaria ainda tempo a solucionar, que nos concedessem ao menos vistos a título turístico, resolvendo nós depois em conjunto com eles os problemas que se levantassem. Bem sei que é possível que a morte do Padmore contribua p^a complicar ainda mais o caso, mas o certo é que me parece que a resposta pelo menos ao telegrama de 7 já cá devia estar. O telegrama era concebido nestes termos: CAN WE RECEIVE VISA BEFORE THIRTEENTH OCTOBER? Entretanto continuarei a aguardar...

As coisas que me enviaste não recebi, como dizias, o texto ao Davidson. Ou será que ainda não ias mandar?

Recebi hoje uma Gauche de 26 de Setembro, mas não é a que contém o artigo TERRREUR POLICIERE EN... Esses anunciados números até hoje ainda cá não chegaram. Ainda pensei escrever directamente ao Gl. [E. Glinne], mas acho que é mais conveniente seres tu a fazê-lo. Não sei é quanto tempo demorarão a vir os

jornais. Tentando ser ainda otimista, é possível que em breve me vá embora e não daria tempo de fazer a distribuição. Para África tenho aqui umas moradas a quem posso enviar, mas não são seguras.

Para Portugal, daqui é relativamente fácil enviar jornais. Posso lá fazer chegar uns quatro ou cinco, pelo menos os recortes.

Questão do HM [*Hugo de Menezes*] – Estou de acordo, pessoalmente, com as observações por vocês feitas; creio porém que é necessário frisar bem que decisões que possam envolver princípios de modo algum podem ser resolvidas individualmente. Comuniquei ao V. a m/ opinião e espero a dele p^a mandarmos dizer o que mais se nos oferecer sobre a questão. A propósito, convém-nos ter cá o endereço dele, não p^a escrever daqui (o que faremos por v/ intermédio), mas p^a comunicarmos quando lá estivermos.

Recebi uma carta de Conakry, de um Adriano Lima Araújo que diz ter sido informado pelas estâncias oficiais da R.G. o n/ endereço, que pertence a um «grupo de Guineenses de todas as cores que em épocas diversas foram compelidos a emigrar... Somos uns trinta ou quarenta, mas depois dos acontecimentos de Agosto o número cresce rapidamente...». «Adresso-me pois ao vosso movimento (não diz o nome e a carta é endereçada ao sr. Camillo Sitteweg 71) rogando-lhe de ter em consideração este pequeno núcleo em luta pelo mesmo alvo, e lhe peço de nos ajudar moralmente com as instruções e directivas em vista de uma melhor orquestração da n/ campanha anti-portuguesa, dirigida especialmente para a G. sob ocupação portuguesa através da RADIO Con. que amavelm/ nos concede 15 a 20 min. todos os Domingos p^a emissão em nosso crioulo. De nossa parte poderíamos fornecer-lhe as raras informações etc...». Depois conta o que se passou em 4 de Agosto, de um modo coincidente com aquilo que sabemos. A carta parece de um tipo honesto, mas postas as reservas do HM não lhe respondo directamente. Peço pois que vocês daí escrevam ao HM e lhe digam que averigüe quem é o senhor e no caso de ser de confiança lhe digam que recebemos a carta e que ele HM dará os primeiros passos p^a estabelecer o contacto, que eles próprios – guineenses, devem decidir qual a forma que tomará. Creio em todo o caso que nunca deve ser a de uma absorção, mas admito a de uma filiação. Aliás convém que comecemos já a discutir um estabelecimento de princípios que prevejam essas situações e que delimitem os poderes individuais dos Membros e os das Secções.

Antes que me esqueça a morada do Lima Araújo é B.P. 24, tel. 27-43, Kon.

Também estou de acordo que se deve voltar a escrever p^a a G. lembrando o memorando. Foi mesmo pena que o não tivéssemos já feito. Mas sendo a nossa situação aqui aparentemente provisória, convinha talvez ou que vocês aí o fizessem (estranhando a ausência de uma resposta até hoje) renovando os pedidos feitos, ou que nós o fizessemos uma vez que estivéssemos em Áf.

Dos meus arquivos estamos a extrair o nome das organizações africanas existentes e respectivos líderes. Logo que esteja devidamente ordenada e passada a limpo enviarei p^a confrontares com a que porventura tenhamos feito ou venhas a fazer, ficando assim mais completa. Deixa-me dizer-te que são bastantes.

Como ficou enfim resolvido o caso ES [*Guilherme Espírito Santo*]? O Senghor sempre deu a ajuda prometida? Porque não aproveitaram vocês falar com ele como ficara combinado a respeito dessas individualidades?

A propósito, convém que toda a correspondência por vocês encetada em nome do Movimento passe a ser referenciada, como é costume p^a as cartas oficiais. Uma simples sugestão, fariam preceder o n^o da carta de SP (secção de Paris).

Não sei se o HM transmitiu cumprimentos por motivo do I aniversário. Eu não o fiz p^a não haver sobreposições...

Parece-me que por hoje nada mais há a dizer.

Vê portanto as coisas da Gauche, do Lima Araújo, diz algo sobre o ES. Gostava também de saber se o Marc. [*Marcelino dos Santos*] se tem interessado pelo problema do Rocha. Escrevi-lhe há dias, há semanas aliás, pedindo que me desse uns esclarecimentos sobre a questão, e nada recebi... Talvez lhe escreva hoje se tiver tempo.

Ciente de que já fizeste a assinatura do Interfr. [*InterAfrique*]. Logo que recebas e que tenhas lido, manda. Manda-me também se possível o Monde Diplomatique pois cá é impossível encontrá-lo.

Seguem as cópias pedidas. Creio que vão 4.

Saudades nossas para vós ambos.

Um grande abraço

ass.) Lara

[*Acrescentado à mão:*] P.S. – Segue junto uma notícia dada pela agência Chinesa indicada, que tem um bureau na Tchecoslováquia. Vá lá a gente perceber alguma coisa...

Parte hoje para Paris o L. [*Lima*] de Freitas que esteve cá na Feira do Livro. Ele conhece as minhas intenções de ir p^a África. É difícil aqui esconder esse aspecto. Claro que aprova quaisquer questões partidárias.

Incluso – Cópia da notícia da ag. chinesa sobre o Ventura [*Holden Roberto*].

5 cópias do art^o do M.

Carta de Viriato da Cruz

[*dactilografada*]¹

B. [*Berlim*], 13.10.1959

Meu Caro,

Respondo à tua carta de 10 do corrente.

1 – A viagem por avião é cara. A não ser que, no momento haja necessidade absoluta de se viajar por aquele meio, sou de parecer que possamos todos viajar por barco. Por este meio é mais barato. Além disso, a deslocarmo-nos, devemos acompanhar-nos de todos os nossos necessários instrumentos de trabalho – livros, papéis, arquivos, etc. – a

1. As partes sublinhadas correspondem aos sublinhados por Lúcio Lara; os sublinhados do autor da carta vêm em negrito.

fim de que, logo que cheguemos a África, possamos começar a trabalhar. Este trabalho não vai ser imposto apenas pelas nossas necessidades particulares, mas também pelos nossos amigos ghanenses, segundo creio. E a única maneira de podermos cumprir, de maneira satisfatória, todas as obrigações ou compromissos que assumirmos à nossa chegada em África, é de trabalharmos com base nos elementos que temos vindo a coligir e a estruturar aqui. Em suma: precisamos de viajar sempre com os nossos arquivos e livros. Logo, viagem por barco oferece completamente esta possibilidade. Quanto tempo levará a viagem por barco? Máximo 15 dias, suponho. Não é muito se tivermos em conta as vantagens que ela oferece.

2 – Estive ontem na editorial. Eles aceitam assinar contrato comigo. Apresentei-lhes plano do livro que pretendo escrever, bem como um pequeno capítulo pelo qual eles poderão avaliar o estilo, etc. No que respeita à forma de pagamento, ainda nada está resolvido. Pediram-me que regressasse lá na próxima sexta-feira, dia 16. Este adiamento pode jogar a meu favor, na medida em que o meu visto de *séjour* aqui termina em 15 (depois de amanhã), e assim poderei pedir uma prolongação do mesmo, alegando a necessidade de tratar assuntos com a editorial. A prolongação do *séjour*, pedi-la-ei amanhã, dia 14. Acho que tudo será resolvido a meu favor.

3 – Sobre o discurso do Presidente [*Nkrumah*] no tal Bureau, acho que ele se baseia, sem dúvida, nas informações do Abel [*Amílcar Cabral*]. Tanto mais que numa das cartas, que eles enviaram, diziam que estavam estudando cuidadosamente o relatório do Abel. Além disso, o Presidente, em tant que presidente, não falaria do caso sem uma base de fonte angolana. Coisas da diplomacia. Lição a tirar: se quisermos, na verdade, um apoio da diplomacia internacional temos de actuar **junto** desta diplomacia, como fez o Abel. Claro que esta actuação não pode ser individual, mas tem de ser, necessariamente, em nome de uma organização que ofereça garantias de idoneidade e maturidade através da sua actuação.

4 – Ótimo que Cairo passa a ter relações connosco. É importante termos conhecimento imediato de todas as resoluções e comunicados do Conselho do Cairo. Isto orienta-nos sobre a política internacional, permite-nos colaborar com esse Conselho e não nos deixa isolados, o que convém para mantermos presença concreta na política africana.

A nossa mensagem para o Cairo foi registada? É importante registar tudo que parta daí com conteúdo político. Não esquecer que esse país, onde vocês estão, está profundamente engajado na política africana, ao lado dos colonialistas. A bomba do Sahara é produto da sociedade franco-alemã, tanto no plano técnico e financeiro, como nos interesses políticos. Isto foi bem denunciado por um jornal inglês. Além disso, sei que o Conselho do Cairo emitiu, há semanas, um comunicado denunciando essa colaboração. Sendo assim, não é de pôr de parte a ideia de que os organismos de controle desse país procurem controlar os contactos com Cairo, sobretudo, como é de certo modo legítimo, se esses contactos partem do seu próprio território. Não convém minimizar esta hipótese, que não tem nada de inédito ou de improvável. É melhor ser prudente.

5 – Ótimo que a «Gauche» já tenha publicado algo sobre os últimos acontecimentos. Convinha, agora, que se fizesse chegar à nossa terra, esse artigo. Como fazê-lo? Não

podemos fazê-lo por uma espécie de exportação, sem qualquer cuidado. Proponho que através da Bélgica (melhor ainda seria a Suíça, Áustria ou mesmo América do Norte) se enviassem **recortes** desse artigo, dentro de jornais reaccionários e bem conhecidos. Tudo de maneira discreta. Na América, o Castro Lopo poderá, talvez, encarregar-se disso. Mas ele que actue de acordo com as regras da mais rigorosa discrição. Acabemos de vez com a mania lusitana de procurar chocar-se contra a pide e irritá-la. Nós devemos procurar enganar sempre a pide e contorná-la o mais longe possível, contanto que atinjamos sempre os nossos objectivos, que são: servir os nossos irmãos de África e estabelecer contactos com eles, a fim de a acção africana avançar para frente com o mínimo de obstáculos e de vítimas. Toda a repressão policial ou militar é mais nociva que benéfica. Essa repressão emperra sempre um movimento. Ela semeia a desorientação, divide forças, abate a coragem de elementos instáveis (que infelizmente são sempre a maioria em qualquer movimento) elementos instáveis esses que, com o desenvolver de um movimento subterrâneo, poderiam adquirir melhor consciência e firmeza. Não devemos esquecer que o princípio número um de qualquer movimento como o nosso é: Vencer sempre. Esta vitória virá como um processus; e, na prática, esse processus deve significar progressos diários e crescentes para o reforçamento das nossas posições. Todo o nosso recuo, toda a ofensiva do adversário, é nociva para o moral dos nossos elementos.

Os tais jornais com recortes, a que me referi acima, poderiam **por exemplo**, ser enviados a: Dr. Eugénio Ferreira (presidente da Cultural), melhor seria para o seu endereço particular; Monsenhor Manuel das Neves, Paço Episcopal; Dr. Amílcar Barca, Benguela. Não mandem nem bilhete, nem nada de particular dentro desses jornais. Aquelas personagens, muito possivelmente, farão chegar a outras pessoas esses recortes. Eles lá saberão como o farão. Deixemo-lhes actuar da maneira que as circunstâncias concretas lhes aconselharão, à la place e no momento. Tudo isso eles o saberão melhor do que nós aqui no exterior.

6 – Estou de acordo com o conteúdo dos relatórios do Abel. Mas não posso aceitar como boa o ele ter escrito MAC, «organização que agrupa todos os movimentos, etc.»¹ Isto significou um gesto de fazer passar, precipitadamente, os nossos desejos por realidade. Salvo prova em contrário, penso que a realidade ainda não é essa. Na verdade, em Maio, acordámos que o MAC, no seu desenvolvimento concreto e futuro, deveria ou poderia converter-se numa espécie de Conselho de colaboração e de coordenação de todas as organizações africanas que lutem contra o inimigo comum: o colonialismo luso. Isto, em termos práticos, só seria possível,

1. – **se antes de tudo**, contactássemos todas as organizações importantes das colónias portuguesas;
2. – se essas organizações aceitassem, por acordo explícito, escrito, as formas e os limites por que actuaria esse Conselho;
3. – se esse Conselho incluísse, no seu seio, representantes autênticos de todas as ditas organizações.

1. Ver nota nº 1 da página 127.

Nós temos de ser realistas. Num movimento anticolonial é indispensável, na verdade, uma frente sólida de todas as forças anti-colonialistas. Mas isto não quer dizer que todas as correntes anti-colonialistas propõem-se atingir a mesma meta e têm os mesmos interesses, tanto em relação ao presente como ao futuro. Por exemplo: O que é a UPA? Sobre que classe das sociedades africanas baseia, tanto do ponto de vista material como ideológico, a UPA a sua acção? Como concebe a UPA o desenvolvimento político e económico do nosso país, logo imediatamente depois da libertação deste? – Eis alguns problemas actuais e sérios.

Todos sabemos que nenhum movimento se realiza sem o apoio material de uma classe social. Este apoio só é dado pela dita classe, na medida em [que] ela, a classe, vê e se convence que a organização X luta pela independência com o fim de, após a vitória, fazer valer os interesses dessa classe no quadro do país livre. Estes problemas de classe não serão postos apenas depois da vitória sobre o colonialismo. Pelo contrário: eles já estão postos e serão cada vez mais claros. O próprio colonialismo é o responsável mais directo e activo no levantar desses problemas. Com que fim? A fim de dividir as forças nacionais e opô-las umas às outras. O colonialismo fará tudo para convencer os trabalhadores e as diferentes classes não-trabalhadoras que as organizações X, Y ou Z propõem-se lesar, após a vitória, os interesses desta ou daquela classe. O colonialismo não jogará apenas com os interesses económicos das classes, mas jogará também com os interesses étnicos e culturais dos diferentes grupos humanos do país.

Em face de tudo isso, é indispensável estabelecer, previamente, um acordo de acção com todas as organizações válidas de cada colónia. Cada colónia deve construir uma concreta frente das organizações anticoloniais. Depois da constituição dessas frentes nacionais, estas deverão criar um Conselho de colaboração e coordenação (Conselho supra-nacional ou internacional, como se quiser), o qual actuará com base nos interesses comuns postos tanto pelo inimigo comum, como pela unidade africana, continental. Este Conselho, na sua fundação, encontraria já uma experiência importante e válida: a do MAC.

Nas actuais condições, acho que o MAC não deve, precipitadamente, arrogar-se papéis e missões sem base concreta e jurídica. Isto é importante para preservar a honestidade do MAC. O MAC deve, desde já, fazer ver que os interesses da luta em cada colónia, impõem que, em cada uma destas, as diversas classes ou grupos humanos se organizem e procurem, ao mesmo tempo, estabelecer uma frente comum nacional.

A garantia número um da vitória de um movimento nacional consiste em que ela se baseie nas massas populares do país em questão e de que ela tenha em conta as condições específicas do dito país. Assim sendo, cada organização, em cada colónia, organizará uma parte do povo. A frente nacional organizará todo o povo. Na prática, tudo costuma marchar por partes e por etapas.

A meu ver, são esses os princípios que o MAC pode, desde já aconselhar às diversas organizações africanas.

7 – No respeitante à necessidade de se estabelecer, mais uma vez, uma estrutura para o MAC, acho que o MAC deve propor-se, nos seus estatutos, transformar-se no tal Conselho a que me referi acima, logo que existirem as condições concretas para isso.

Evidentemente que o MAC não deve esperar que em todas [as] colónias portuguesas se criem as frentes nacionais a fim de, **só depois**, se transformar nesse Conselho. Uma vez que, por exemplo, em Angola e na Guiné, essas frentes nacionais sejam criadas, o MAC poderá já transformar-se no tal Conselho que incluiria, no seu seio, representantes de todas as organizações de Angola e da Guiné. Nessa altura, esta declaração corresponderia a uma verdade autêntica. Acho que compreendes o meu raciocínio. Os meus escrúpulos visam a agirmos com realismo e honestidade. Fora disto lançaremos todo o nosso trabalho em pura perdição e correremos o risco de nos queimarmos, se os nossos inimigos ou adversários pensarem em explorar os nossos pontos fracos. Títulos, é melhor merecê-los e não tê-los ainda do que tê-los e não merecê-los ainda.

Outro ponto da do MAC:

É preciso criar e definir comités executivos ou de trabalho. Esses comités devem obedecer a uma hierarquia e devem estar organicamente dependentes uns dos outros.

Acho que até hoje tem prevalecido uma ideia errada: a de se supor que cada Secção (Paris, Lx, etc) corresponde a um MAC e que cada secção deve possuir os seus próprios organismos dirigentes. Esta posição é falsa e mesmo perigosa. Isto gerará a anarquia, e desta à divisão só vai um pequeno passo. Não há unidade de movimento sem unidade de organização e de direcção. *[Escrito na margem por Lúcio Lara: Aqui está enganado]* É preciso estabelecer, de uma vez por todas, que cada secção é apenas uma categoria regional, imposta pelos diferentes domicílios dos membros do MAC. Não há interesses **especiais** da malta de Paris ou de Lxa. Só há interesses criados pela posição de todos nós em face do colonialismo português. O estarmos em Paris ou na China não cria interesses especiais e importantes que mereçam sobrepor-se aos nossos interesses comuns determinados pela nossa situação de colonizados do imperialismo português. Esta é a realidade mais importante; o resto é secundário e deve obedecê-la ou, pelo menos, harmonizar-se com ela.

Eu proponho, portanto, que:

a) se crie um Secretariado, composto por 5 membros – três de Lxa., um de Paris e um da A. [Alemanha].

b) Esse Secretariado deve eleger, no seu seio, entre os cinco membros, responsáveis para dirigirem os seguintes comités executivos: Comité de coordenação geral; comité das relações exteriores; comité de propaganda e publicidade; comité de finanças; comité de controle.

Cinco comités, portanto. Cada comité será dirigido por um membro do Secretariado. Este garante a unidade de acção de todos os comités.

Cada dirigente de comité escolherá dois colaboradores. Estes não são laicos nem funcionários. Os três componentes de cada comité serão solidariamente responsáveis por todo o trabalho do comité e terão uma igualdade de voz, de consulta e de respeito. O camarada «dirigente» do comité (melhor talvez «responsável» do comité) será apenas aquele que responderá, junto do Secretariado, do trabalho do comité a que está adstrito.

O «comité de coordenação geral» é a estância superior do Secretariado. Esse comité estuda, em colaboração com os restantes comités, todos os problemas: de doutrina, de actuação exterior, de polícia e controle, de finanças, etc. O «comité de coordenação

geral» é o representante insubstituível do MAC junto de todos os organismos ou entidades estranhos ao MAC. Evidentemente que o «comité de coordenação geral» poderá delegar, temporariamente e para missões bem definidas, poderes a este ou aquele membro do MAC para se desempenhar deste ou daquele trabalho, neste ou naquele país. Os delegados do MAC, nomeados pelo «comité de coordenação geral», não podem actuar independentemente, e estarão em contacto permanente, na medida do possível, com o referido «comité de coordenação geral». Deste emanarão as instruções gerais, em matéria de doutrina e de compromissos, para todos os seus delegados em missões bem especificadas.

Tendo em conta as realidades e possibilidades de acção, proponho que o comité de finanças seja composto por membros de Lx. Cá fora não há possibilidades de angariar fundos: além disso, temos de nos habituar a fazer nós mesmos, interessados na luta contra o colonialismo português, todos os sacrifícios exigidos por essa luta.

Por outro lado, se não é de pôr de parte a ideia das cotizações dos membros do MAC, acho que a ideia que deve prevalecer é a de o comité de finanças trabalhar por angariar, **por subscrições gerais** (dos membros do MAC **ou não**) todos os fundos que forem sendo exigidos por esta ou aquela tarefa. O comité de finanças não terá portanto uma tarefa de rotina (cobrar cotas e guardá-las), ele terá uma tarefa viva e que exigirá iniciativa para angariar **fundos**, onde for possível. Digo **fundos**, e não cotas. Fundos cujo quantitativo variará e cuja urgência será imposta pelas necessidades de cada momento.

O «comité das relações exteriores» actuará como tem actuado a secção da A. Como a sua acção se baseará sobretudo sobre questões de doutrina e de princípios, ele deverá estar em ligação íntima com o «comité de coordenação geral».

O «comité de controle» estará atento à actuação de cada membro do MAC, vigiará a idoneidade e maturidade dos membros inscritos ou a inscrever no MAC, avisará o MAC sobre todos os manejos dos colonialistas portugueses ou dos seus sócios, dará aviso, por iniciativa própria ou por solicitação do «comité de coordenação geral», das medidas de segurança a tomar para todas as missões ou trabalhos importantes a realizar.

O «comité de publicidade e propaganda» deverá fazer os possíveis por encontrar, na imprensa internacional, a possibilidade de exprimirmos os nossos interesses. Esse comité terá a iniciativa de escrever artigos ou comunicados. Sempre, porém, que esses artigos ou comunicados envolvam questões de doutrina ou de princípios fundamentais do MAC, o «comité de propaganda e publicidade» submeterá, previamente, os seus trabalhos ao «comité de coordenação geral». O «comité de propaganda e publicidade» encarregar-se-á, se for necessário, do trabalho de tradução de artigos importantes dos membros do MAC que mereçam publicação neste ou naquele órgão da imprensa internacional.

[Numa outra folha, acrescentado à mão: (P.S. e, dactilografado, todo o parágrafo seguinte: A propósito do comité de propaganda e publicidade há um problema que se levanta na minha consciência: o de incluirmos no MAC toda a malta que, como a Ruth e o Horta, por exemplo, mantêm a mesma posição que nós e são provavelmente capazes de um trabalho sério e útil para a causa geral. No caso da Ruth, pessoalmente não tenho nada a acrescentar. No caso do Horta, acho que ele é bem capaz de, por exemplo, fazer um bom trabalho, quer no terreno de propaganda

e publicidade, quer mesmo no de trabalhar com malta de colónias portuguesas que se encontrem estudando no país e na cidade onde ele está. O ano passado havia, além dele, mais dois jovens dessas colónias, naquela cidade. É possível que mais outros apareçam por lá. E dentre esses, um ou dois poderão ser aproveitáveis. Penso que o caso do Horta é digno de estudo e de consideração. Propõe isso a Paris. Prudência e cuidado não podem significar preconceitos. Em toda a parte, luta anticolonial não está rigorosamente condenada a limitar-se em fronteiras étnicas. Devemos estudar cada caso isoladamente, «independentemente» de raças e cores. Claro, o colonialismo é o único responsável pela consciência de solidariedade étnica que frequentemente se manifesta entre os colonos, e mesmo entre **africanos** filhos de colonos. Mas o homem, sabemos, é bem capaz de se deixar aprisionar pela ideologia colonialista ou de se libertar dela. Não analisemos esse problema com espírito de concessão, mas com espírito revolucionário e realista.)]

Parece-me que o «comité de coordenação geral», o «comité de relações exteriores» devem ser compostos por membros do MAC vivendo fora de Portugal. Fora deste país, estes comités poderão actuar com mais liberdade e com rapidez.

Os comités de propaganda e controle deverão ter membros em Portugal.

Aí estão algumas **sugestões** que tenho a fazer neste momento. Espero que sejam tomadas em consideração, quer para negá-las, quer para corrigi-las.

A preocupação principal ao propor estas sugestões baseia-se na necessidade de dar unidade orgânica ao MAC e de mantermos organismos que respondam às nossas necessidades actuais. Nada de organismos supérfluos; mas também nada de anarquia estéril.

Acho importante que a malta de Paris se pronuncie **claramente** e de maneira **definitiva** sobre a estrutura e responsabilidades que é preciso fixar urgentemente dentro do MAC. A malta de Paris deve ser avisada que estamos interessados em criar um clima de franca colaboração geral, amiga, flexível, atenta a cada **caso** e a cada **pessoa**, mas não nos podemos permitir o luxo de manter atitudes equívocas, de críticas estereis ou de anarquia para satisfazer a opinião que cada [um] faz de si mesmo. Nós todos formamos um batalhão (para utilizar uma imagem) e não é o batalhão que compete marchar ao passo do indivíduo-soldado (por maior que seja a graduação deste) – o indivíduo-soldado deverá marchar ao passo do batalhão, isto é, dos interesses gerais, expressos por todos nós.

Nós não podemos aceitar, dentro do MAC, um estilo de trabalho de democracia liberal. O MAC deve trabalhar democraticamente, sim senhor, mas ele deverá possuir cabeça, tronco e membros. Eu sou pela democracia metódica, organizada, e com órgãos de centro e de periferia, com funções hierarquizadas e bem definidas. O MAC deverá trabalhar como **um único** corpo humano e não como uma série de corpos individualizados e tomando direcções diferentes.

8 – O H.M. [Hugo de Menezes], dentro da nova estrutura do MAC, deveria ser considerado um **delegado**, com actuação bem definida e limitada. Ele deveria estar ligado ao «comité de coordenação geral». Ele não pode sentir-se responsável apenas diante da Secção de Paris. Uma secção, seja ela qual for, é apenas uma organização regional: não é ou não deverá ser um organismo de orientação do MAC.

Tem valor que ele tenha pedido um empréstimo «remboursable après la libération». Mas este empréstimo, nas suas condições, só poderá ser negociado pelo «comité de coordenação geral» em íntima colaboração com os membros do MAC. Além disso, os dirigentes do país ao qual ele fez essa proposição vão perguntar, seguramente: Libération de **quel** pays? Estamos a ver os problemas sérios que esta provável pergunta vai levantar. Isto prova, portanto, que não podemos fazer proposições levemente, ainda que as proposições sejam, como no caso, ditadas por necessidades incontestáveis.

Estou de acordo com a malta de Paris, quando eles insistem na necessidade de se criar e reforçar organismos de feição nacional, que actuem interiormente e sobre o terreno concreto de cada colónia. Cada organização deverá nascer do **chão** de cada região, de cada território, de cada colónia. É aí onde cada organização deverá ter bem fixas as suas raízes. O MAC deverá ser apenas um ponto de confluência de todas as correntes. A grande missão do MAC é o de combater pela unidade de acção e, se possível, de organização, de todas as organizações de cada colónia. O MAC, em boa verdade, não pode substituir, em eficácia, representatividade e conhecimento locais, as organizações de carácter nacional. Isto é claro.

9 – A carta do Adriano [A. Lima Araújo], interpreto-a de duas maneiras: ou teve iniciativa no grupo que ele representa ou é uma manobra de auscultação indirecta de responsáveis do país onde ele está. Acho que a proposta do Adriano deverá ser estudada pelo Abel. Este diz que há, na sua terra, a organização P.A.I. Sendo assim, tendo em conta os interesses da unidade do movimento da «G.-portuguesa», nós deveremos, mais acertadamente, pôr em contacto as organizações da «G.-portuguesa», a fim de elas procurarem um meio de colaboração íntima. O MAC poderá e deverá, nesta questão, agir como mediador, tendo sempre em vista a unidade do movimento combativo nesse país. Eis uma tarefa concreta que está bem dentro da missão do MAC.

Em face desta questão, surge, mais uma vez, a necessidade de o Abel estar fora. É claro: como não podemos oferecer-lhe garantias de viver facilmente aqui fora, ele deverá aceitar, por si mesmo, a responsabilidade das dificuldades que certamente encontrará aqui no exterior.

A saída da malta lá da serra da Estrela não deverá, penso, ser em massa, mas metódica.

10 – Podes continuar a escrever-me para o endereço que te enviei. Mas há uma alteração a fazer. **Não** escrevas o meu nome no envelope. No envelope põe apenas o nome da pessoa intermediária. A carta para mim deverá vir dentro do envelope exterior, e dentro de um outro envelope **fechado**. Houve dificuldade para os correios darem a carta **registada**. Os correios queriam que eu assinasse o talão de registo. Mas a pessoa amiga está do outro lado. Estás a ver a dificuldade.

Cumprimentos a todos. O meu melhor abraço
ass.) V.

11 – Quis deitar esta carta no correio, hoje, mas foi-me impossível. Estou a morar agora no bairro do Laub. A esta família não voltei a ver, depois da primeira e última vez que lá estive.

Vou aproveitar responder a outros pontos da tua carta.

12 – Falas da conveniência de frisar a Paris que as resoluções que envolvam problemas de princípios só devem ser resolvidas por um grupo de elementos e não por um elemento. Não sei o que queres dizer bem com isso. Se se dá o caso de que a resposta para o H.M. foi feita e assinada só por um elemento de Paris, não me parece haver dúvidas de que tal facto é, não só de rejeitar, mas também de solicitar que não seja repetido.

Na tua carta não dizes o que foi pormenorizadamente estabelecido com os nossos amigos, no respeitante à correspondência, quando estiveste, há pouco, naquela cidade. Receio que essa vossa resolução vá criar problemas e levantar melindres. Na expectativa de informações a este respeito, emito a opinião de que nenhuma resolução escrita de Paris deverá ser expedida daquela cidade, sem que ela tenha sido discutida pelos três únicos elementos que lá estão e sem que esses elementos tenham chegado a **unanimidade** sobre os pontos de qualquer resolução escrita.

Seja o que for, tenho a sensação de que tudo quanto se possa dizer agora para evitar isto ou aquilo, é o mesmo que tentar tirar com a concha da mão a água que invade um barco que se afunda. Para a anarquia a que chegaram as coisas, só me parece haver um remédio: nova estruturação e novo estabelecimento de responsabilidades e tarefas.

Salvo o erro, tu mesmo agiste desafortunadamente. Se foste incumbido das relações exteriores, só podes subestabelecer em outras pessoas poderes semelhantes aos teus com autorização prévia dos organismos que te deram a ti esses poderes. O teu gesto, salvo erro, pretendeu, praticamente, substituir a autoridade do organismo superior que criou o teu cargo e que te delegou poderes. Há que repensar nisto tudo e corrigir o que deve ser corrigido.

13 – Recebi os documentos que enviaste com as tuas cartas de 19 e 26 do mês passado.

14 – A fim de preenchermos, com eficácia, o programa da rádio Conakry, sou de parecer que se deva começar a organizar um ficheiro para os problemas actuais de Cabo Verde e Guiné: questões referentes às medidas legislativas do governo luso sobre administração, polícia, exército, exploração económica (de companhias privadas e do Estado), instrução, acordos entre Portugal e outros países referentes àquelas duas colónias, etc. O «comité de propaganda e publicidade» encarregar-se-ia de redigir programas periódicos para as emissões daquela rádio, com base, sobretudo, nos elementos fornecidos pelo ficheiro a que me referi.

15 – Agora uma questão pessoal: Dentro da nova estruturação do MAC, eu não gostaria de possuir nenhum cargo dentro de qualquer dos comités. Preferirei trabalhar como membro de base, e podeis ter a certeza de que me interessarei permanentemente por todos os problemas do MAC: apresentarei sugestões dentro dos direitos gerais de cada membro, e aceitarei, com prazer, desincumbir-me das tarefas temporárias que me forem marcadas. Essa minha posição será boa, não só tendo em conta a minha experiência passada, mas também porque é necessário que gente nova venha para a frente ganhar experiência e sentimento de responsabilidades.

16 – Nossos amigos daí: Na verdade, não é uma boa coisa que eu não escreva a ninguém. Preciso de escrever. Vou fazê-lo logo que possa. O preenchimento dos meus compromissos aqui e uma certa indisposição física não são suficientes para justificar o meu silêncio em relação a eles. Até aqui, estou de acordo.

Quanto às démarches (desta ou daquela origem, não importa) para tirar nabos de púcaros a meu respeito, convido-te a veres nisso a primeira prova do meu cuidado em não fornecer, a nenhum estranho aos nossos interesses, informações, da **minha lavra**, a meu respeito. Outras coisas, que mais espantarão, estão para vir.

Só vos peço, com toda a minha energia, que tomeis em relação a vós mesmos medidas semelhantes. Nada perdereis em ser prudentes. Actuai e falai tendo em conta a perspectiva futura dos acontecimentos. É para o futuro que devemos olhar sempre. O presente é falaz e está a desaparecer.

Num dos últimos números do «L'Unité» vem uma reportagem sobre Portugal. A França está a fornecer material de guerra àquele país. Nesse jornal vem uma fotografia de tanques desembarcados em Lisboa. Isso significa que os amigos de Paris, mais dia menos dia, sobretudo com o desenvolver da nossa actuação no terreno internacional, vão ser incomodados pelos sócios dos portugas. Isso não seria inédito. Eu mesmo já passei por experiência semelhante naquela cidade. Por consequência, é legítimo perguntar até que ponto é aconselhável que os nossos amigos de Paris tenham em casa documentos sobre o nosso movimento. Que medidas eles já tomaram para evitar que os sócios dos portugas cacem o que não convém que caia nas mãos deles?

Tu mesmo já pensaste na hipótese de as autoridades daí, sob qualquer pretexto, te passarem uma busca? Impossível? Não acredito. O actual presidente da república desse país, onde estás, quando esteve há tempos na União Sul-Africana, teve a coragem de afirmar que «o problema dos indígenas está aqui (na União Sul-Africana) em boas mãos». Li isto no número de Setembro, deste ano, da «Démocratie Nouvelle». Vou mandar-te este artigo, logo que possa.

Tudo isto está dentro das tarefas do «comité de controle» a que me referi atrás. Este comité, entre outras missões, estaria alerta sobre a **situação no terreno** em que os membros do MAC actuariam. Como vês, tarefas vivas e necessárias a nós, já no momento actual.

Mais uma vez, abraços a todos.

V.

[Acrescentado à mão: Beijos ao Paulinho. Este «gajo» deve ser agora um dos chefes da garotagem do jardim! Se tiveres uma foto dele, recente, manda-me.

V.]

Carta de Viriato da Cruz

[manuscrita]

14.10.59

Acabo de ler no Hinshua Press uma notícia sobre a conferência que decorreu entre 7-8 do mês corrente em Accra. Essa notícia diz que:

1 – O que houve, nesses 2 dias, foi uma conferência do Comité executivo (steering committee) da A.-A.P.C. [*All-African People's Conference*];

2 – Essa conferência analisou os acontecimentos africanos desde a 1ª conferência da A.A.P.C.

3 – Fixou que a próxima 2ª conferência da A.-A.P.C. teria lugar, em Dezembro, em Túnis. Em face dessas informações, permito-me interpretar de outro modo a situação dos nossos problemas em Accra.

A – Suponho que a nossa admissão na A.A.P.C. estava dependente dessa conferência do Comité Executivo.

B – A presença da UPA em Accra, e o apoio dado à UPA tanto por via oficial como pela A.A.P.C. – tudo isso não teria deixado de levantar problemas sobre a presença de 2 organizações de colónias portuguesas naquela cidade.

C – É possível que parte do nosso dossier tenha sido apresentado à conferência do Comité Executivo.

D – É possível que o problema da ajuda financeira, que pedimos, tenha sido transposto ao seio da Conferência.

-//-

II – A conferência foi secreta. Mas a notícia, a que me reporto diz que um comunicado oficial seria emitido no final da Conferência. Não sei se foi realmente emitido.

Por outro lado, o secretário-geral do Secretariado permanente da A.-A.P.C. é um tal Diallo [*Diallo Abdoulaye (Guiné Conakry)*]. (É possível que este nome esteja na lista em teu poder).

A notícia diz, ainda, que ao Diallo se tinha solicitado a convocação, tão cedo quanto possível, de uma conferência de todos os sindicatos africanos, com vista a organizar-se a unidade dos mesmos.

Vejo na Conferência havida a possibilidade de terem os nossos problemas andado para a frente, tanto para uma solução favorável como desfavorável.

V.

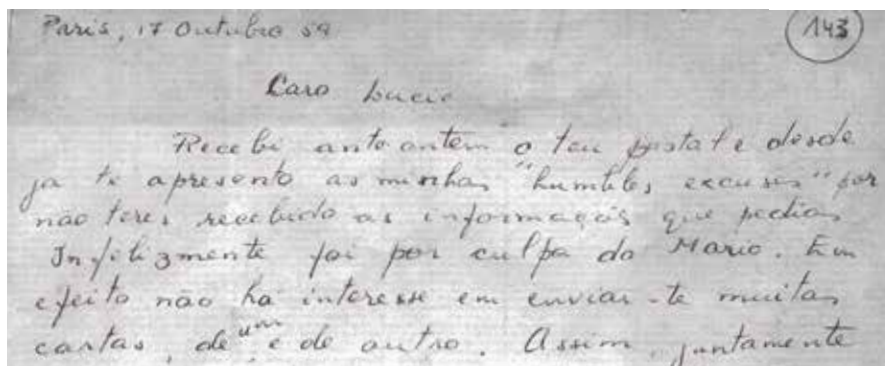
PS – Espero carta tua dentro de dois ou três dias. Atenção à maneira de sobrescritares. O m/ nome não virá no envelope exterior. No envelope interior, em vez do m/ nome oficial, escreve antes: «Für UIKI'Á».

V.

Acabo de conseguir prorrogação do m/ séjour até ao fim deste mês. Bom. Melhor aqui do que noutra sítio europeu.

Carta de Marcelino dos Santos

[manuscrita]



Paris, 17 Outubro 59

Caro Lúcio

Recebi anteontem o teu postal e desde já te apresento as minhas «humbles excuses» por não teres recebido as informações que pedias. Infelizmente foi por culpa do Mário. Em efeito não há interesse em enviar-te muitas cartas, de um e de outro. Assim, juntamente

– a démarche continua o seu caminho, espera-se resposta da UIE. O pedido do nosso amigo¹ seguiu juntamente com os pedidos da organização dos estudantes daqui, e eles também ainda não receberam resposta para os seus.

– Como porém não podemos ainda saber se a resposta será positiva e ainda porque ele tem bolsa, e creio, pode voltar ao jardim à beira mar plantado, sugerimos que se inscreva na Faculdade em Lisboa, para o caso de a resposta ser negativa. Pensamos que talvez assim se economizasse um ano (Isto evidentemente no caso de não se encontrar melhor solução).

– Por outro lado e para o caso de a resposta ser positiva, é útil que ele tenha consigo:

- Certidão de nascimento
- Certificado do 1º ano da Faculdade, e
- Certificado do 7º ano
- 2 ou 3 fotografias de bilhete de identidade

[Acrescentado na margem: Estes documentos não são para mandar, mas para que ele tenha consigo, já preparados]

Tudo o mais que for necessário, comunicarei.

Por descuido, estas informações não vos foram comunicadas – e eu estava convencido que já as possuías, pois decidíramos quando conversámos sobre o resto.

1. Carlos Rocha.

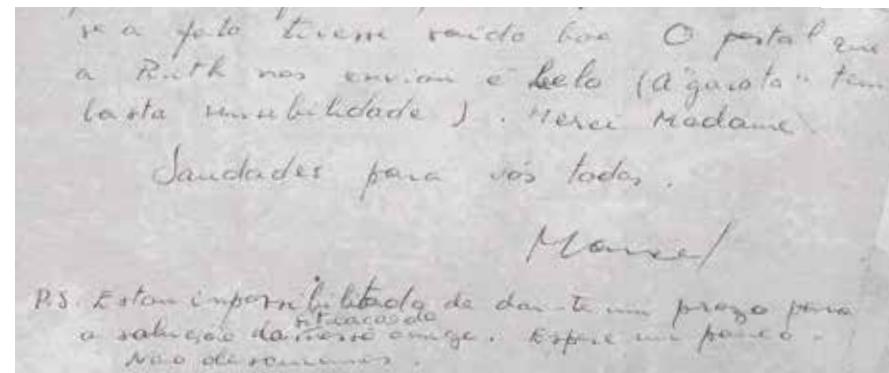
O ES [Guilherme Espírito Santo] após viagem de 4 a 5 dias a Bruxelas regressou, para ver se empreende certas démarches, esperando a ocasião de partir para Af.

Aproveito agora a oportunidade para te agradecer as fotos – a «nature morte» em particular ficou esplêndida, melhor do que se a foto tivesse saído boa. O postal que a Ruth nos enviou é belo (a «garota» tem basta sensibilidade). Merci Madame.

Saudades para vós todos

Marcel.

P.S. Estou impossibilitado de dar-te um prazo para a solução da situação do nosso amigo. Espera um pouco. Não descuramos.



Carta de Viriato da Cruz

[dactilografada]¹

19.10.59

Meu Caro,

Aqui estou, no início de mais uma experiência: viver com o pass caducado. Acordei, olhei o dia através da janela fechada. É verdade: dia sem sol e frio; mas não tanto como se fosse inverno. Afinal, no presente, centenas de milhares de homens e mulheres, e mesmo crianças, vivem como eu. Os que pretendem uma vida nova, mesmo apenas nos seus países, são obrigados, por lógica fatal, a cortar alguns laços que os prendiam à vida contra a qual se opõem. Em 23 de Maio deste ano, Salazar disse num discurso: «Nenhum dos estudos que pude compulsar analisa porém certo aspecto da vida ultramarina portuguesa ou lhe atribui qualquer significado. Esse aspecto é o seguinte: Nós não pensamos em negar o relativo atraso de algumas regiões e a deficiência de alguns serviços. É evidente faltarem estradas e pontes, faltarem hospitais, faltarem escolas, e faltarem até, senhores, elementos de polícia e forças de defesa. Porque diz o nativo de Angola ou Moçambique em qualquer país estrangeiro em que se encontre que é português?»

1. Todos os sublinhados são de Lúcio Lara.

Há um facto novo nas posições de Salazar: Pela primeira vez, ele foi compelido pelo desmascaramento da «campanha de descrédito», a que ele se referiu no mesmo discurso, a aceitar publicamente uma verdade, para, em seguida, impingir ao mundo uma mentira: a de que o nativo de Angola ou Moçambique se diz português em qualquer país estrangeiro em que se encontre. O certo também é que essa mentira ainda não pode ser claramente provada por muitos factos. Muitos, se não a maioria, dos nativos das colónias port., depois de se verem livres do fogo infernal das condições interiores dos seus países, continuam porém a aproveitarem-se das vantagens da nacionalidade portuguesa no terreno internacional. É verdade também que a política portuguesa, nesse aspecto, é inteligente: combatem impiedosamente o «rebelde» no interior do país, mas procuram mantê-lo, dentro da «família», se ele se encontra no exterior. É por isso que, pelo que sei, as embaixadas port. não dificultam muito as renovações de passes, etc. Mas podemos nós ajudar a manter esse jogo que só favorece aos nossos donos? Por mim, quero ser coerente com as minhas posições, apesar das dificuldades que possa encontrar. Eu não sou um português da «oposição»; eu nego mesmo a nacionalidade portuguesa que me foi imposta sem meu consentimento. Eis porque nem sequer ensaiei de renovar o meu pass junto de qualquer embaixada desse país. Este problema não tem lógica para mim.

Estou de acordo que deves começar a tratar de encontrar uma nova saída para o vosso embarque. Se concordardes comigo, acho que deves começar já a obter a possibilidade de embarcar para Conakry ou Túnis, por exemplo. O melhor e o mais fácil talvez é de, por intermédio dos amigos e das embaixadas desses países em Paris, obter visa de emigrante em exílio ou mesmo de turista. Outra possibilidade é de embarcardes para Rabat. Nesta cidade está o Bragança (Aquino), como professor de inglês, segundo creio. Há tempos, o Bragança pedira ao Mário para trabalhar em Rabat, onde ele está de boas relações com altas entidades governamentais. Julgo que o Bragança será capaz de ser um precioso auxiliar na solução do vosso problema nesse país. Tu poderás trabalhar, em qualquer sítio, como professor de matemática. A Ruth, como professora talvez de alemão. Vocês têm qualificação profissional com possibilidades de trabalhar em qualquer sítio.

Peço-te apenas encarecidamente que não te deixes tomar por qualquer atitude de desespero. Tu és um tanto inclinado ao desânimo e à impaciência. Isto não é bom nem útil. Nós necessitamos de muita coragem e de sensibilidade fria. Reconheço que a vossa situação, dentro da família em que estais, deve ser chata. Mas mais chata foi a minha durante muitos meses que passei aí em casa de gente amiga, é certo, mas sem quaisquer relações de parentesco. Eu senti, talvez mais do que vós, todos esses problemas.

Estou convencido que, para um séjourn temporário em Túnis ou Rabat, conseguireis visa depressa. Escreve já ao Mário e ao Marcello. O Mário que escreva urgentemente ao Bragança, a fim de este aconselhar sobre o melhor: se irdes para Túnis ou Rabat.

O Menezes, se ele quiser e puder, deveria constituir-se em intermediário directo de uma solução para Conakry,

As passagens para o Norte de África teriam a vantagem de ser mais baratas. Mesmo para Conakry creio serem mais baratas do que para Accra.

Vou averiguar, como pedes, sobre a possibilidade de embarque por este país. Mas não deixes de iniciar, imediatamente, as démarches a que aludo acima.

O dinheiro, que vocês têm aí, gastai só convosco. Eu sou só; mais facilmente me arranjo. Primeiro tu e a tua família. Além disso, vou fazer o impossível por encontrar uma solução financeira para o meu embarque, não junto de qualquer organismo oficial ou parecido, mas assinando contratos. Sem espírito de persistência e de luta nada resolverei. E tenho mesmo que resolver tudo.

Não vos preocupeis, portanto, comigo. Não creio que, na minha situação actual, esta gente aqui me expulse. Mas se tal for o caso, eu não vou cruzar os braços e, seguramente, farei tudo por encontrar uma saída urgente.

Põe de parte toda a ideia de eu embarcar fora deste país. Não tenho pass para entrar em nenhum país da Europa.

Ânimo, pois! No desânimo não resolveremos nada.

Cumprimentos a todos. O meu melhor abraço para ti.

P.S. Agradeço o retrato do Paulinho. O gajo está grande! E na foto, ele está com uma cara de «sabidão», uma espécie de enfant terrible! Certamente o verei em breve.

ass.) V.

Carta de Mário de Andrade

[manuscrita]

Paris, le 23-X-59

Meu caro Lúcio,

Espero que já tenhas preenchido o formulário que te mandei. Desde que recebi as tuas últimas cartas, tenho pensado no isolamento irritante criado à nossa volta pela burocracia panafricana. Creio que o raciocínio dos dirigentes políticos desses países se baseia numa estupenda incompreensão das nossas dificuldades interiores. Explico-me: pensam eles que uma ajuda exterior deve ser condicionada pela evolução da luta interna traduzida em factos evidentes – combate organizado, mortes, etc. Só a partir desse momento é que as coisas começam a ter importância. É bom ter em mente o conselho do n/ amigo Kimbanda,¹ formulado há tempos num café romano. Talvez possua uma visão pessimista ou uma concepção maquiavélica da política...

1. *Trata-se de Franz Fanon, médico e escritor da Martinica, que se tinha integrado na luta de libertação argelina, no FLN. Intelectual brilhante, participou no 1º e no 2º Congresso dos Escritores e Artistas Negros, em Paris 1956 e em Roma 1959. No Congresso de Roma provocou um encontro com a delegação angolana (Mário de Andrade, Viriato da Cruz e Lúcio Lara), na cave de um café modesto, em que em nome do GPRA e do FLN nos propôs o treino de 11 jovens angolanos em técnica e tática de guerrilha. Aceitámos a oferta, que se oferecia cheia de perspectivas, e tentámos o mais rapidamente possível informar Luanda.*

Amílcar Cabral, que veio ao nosso encontro a Frankfurt, foi quem se desempenhou dessa missão em Luanda. Quando chegou a Luanda, Amílcar Cabral teve dificuldade mesmo em transmitir a missão, por já encontrar todos os responsáveis presos, pelo que a transferência de jovens para esse treino não chegou a efectuar-se. Foi esta situação que expliquei a Fanon quando cheguei a Túnis. Fanon nunca aceitou bem esta realidade...

mas a verdade é que a solidariedade panafricana não tem agido suficientemente no nosso caso. Nas circunstâncias actuais, sou de opinião que urge antes de mais arranjar um fundo material importante para as nossas deslocações. Mas numa perspectiva menos longínqua, proponho-me escrever (se tu e o V. [Viriato da Cruz] estiverem de acordo) ao I.T. [Ismael Touré] irmão do Presidente, que conheci perfeitamente aqui, quando ele era apenas engenheiro e marido da S. Dir-lhe-ia em suma que nós estamos decepcionados e desencorajados pela atitude do governo da G. [Guiné] em relação às démarches empreendidas pelo n/ movimento. E pediria então uma solução imediata para o teu caso, em nome dos movimentos angolanos em luta (Resta saber quais). Por outro lado, farei esforços (e aqui surge mais uma vez a incapacidade em que me encontro na hora em que te escrevo de conseguir uns 20.000 fr.) para me deslocar a Londres, entre 9 e 15 de Novembro.

Numa carta que acabo de receber, o V. pede-me que tente algo junto de Rabat e Túnis. É certo que tenho um amigo em Rabat – o Bragança [Aquino de B.] – mas esse rapaz é um «lírico». A menos que te pareça viável, pois a passagem é menos dispendiosa.

Aguardo uma carta do HM [Hugo de Menezes]. Não vejo a necessidade de se reeditar um memorandum que já foi entregue ao Presidente. Cabe ao n/ representante de agir.

Quanto às notícias das prisões, o B.D. [Basil Davidson] prometeu-me escrever um artigo para o New Statesman e o M. [Marcelino dos Santos] entregou ao Diop uma cópia dos papéis que te enviei. Também redigimos o texto do telegrama que em princípio a S.A.C. deve dirigir às autoridades coloniais p [portuguesas].

Queres transcrever a parte da carta do Lima Araújo em que ele relata os acontecimentos da Guiné?

Acabo de saber, de fonte segura, que a Pide intentou um processo de difamação, nos tribunais ingleses, contra o New Statesman. A origem do processo? Um artigo dum correspondente publicado no nº de 6 de Junho/59, em que se lêem estas frases:

... «The Minister, Arnaldo Schultz, had a notorious record for brutality in the Spanish Civil War, and found no difficulty in recruiting three torture experts – Porto Duarte, Fernando Gouveia and Jose Gonçalves. Among others who have recently suffered at their hands are Oscar Reis and Francisco Pinto... Rogério de Carvalho... and Dr. Amadeu de Alcantara, who had his eyes burnt with cigarette ends and is now blind.»¹

Trata-se de provar que esses gajos torturam de facto. A coisa promete ser dura.

Tive aqui uma longa entrevista com um dirigente do «subterrâneo» lusitano² que me fez convocar. Falou-me sobretudo das dificuldades que eles encontram em Lisboa para contactar com gente nossa. Achas possível e conveniente comunicar o

1. Tradução: «O Ministro, Arnaldo Schultz, obteve um notável currículo de brutalidade durante a Guerra Civil de Espanha e não teve dificuldade em recrutar três peritos em tortura – Porto Duarte, Fernando Gouveia e José Gonçalves. Entre outros que recentemente sofreram às suas mãos encontram-se Oscar Reis e Francisco Pinto... Rogério de Carvalho... e o Dr. Amadeu de Alcântara cujos olhos foram queimados com cigarros e que agora está cego.»

2. Trata-se do Partido Comunista Português.

nome de alguém que mantivesse uma ligação com eles? Estão dispostos a dar uma ajuda «fraternal» sem intromissões: ajuda técnica, nomeadamente publicação de documentos destinados aos nossos países. Que pensas dessa abertura?

Um livro importante que estou a ler, indicado pelo D [B. Davidson]: «Portuguese Africa» – James Duffy. Cambridge. Massachusets. Harvard University Press ou em Londres: Oxford University Press.

É um estudo aprofundado e recentíssimo sobre a colonização portuguesa em Angola e Moçambique. Podes comunicar-me o que tens aí sobre a história de Angola?

Enfim, temos o Teatro em suspense, à espera de dinheiro. A adaptação marcha. Quanto a mim, gostaria de terminar definitivamente com os meus estudos na Sorbonne.

Como vai a Ruth e o vosso filho?

Um abraço a ti

Mário

P.S. Que número queres tu do «Monde Diplomatique»?

Carta de Viriato da Cruz

[manuscrita]

B. [Berlim] 24.10.59

Meu caro,

Escrevi ao Mário no mesmo dia em que te enviei a m/ última carta. Pedia-lhe que procurasse saber, em Paris, as possibilidades do v/ embarque (teu e da tua família) para Tunísia ou Marrocos. Pedia-lhe que buscasse o interesse [sic] do Bragança no sentido de se encontrar uma solução ao menos para Rabat. É evidente que essa minha démarche junto do Mário é anterior à tua confirmação ou negação sobre a sugestão de embarcardes para o Norte de África. Permitti-me escrever ao Mário imediatamente para poupar tempo. A última palavra é tua, evidentemente.

Recebi ontem uns números do boletim «Notícias de Portugal». Num dos números vinham transcrições da intervenção do delegado luso na ONU. Ghana e Guiné entrevistaram pelas colónias africanas de Port. O delegado luso, além de repetir as conhecidas teses de que Port. não tem colónias, ironiza com Ghana e Guiné. Falou de intervenção estrangeira em assuntos internos de Portugal. Krishna Menon, delegado da Índia, tornou a falar do caso das colónias portuguesas. Um dos membros da embaixada lusa, um tal Dr. Sócrates da Costa, respondeu a Menon repetindo as teses também muito conhecidas: não há colónias; fraternidade racial; os territórios de além-mar são independentes com a independência de Portugal, etc.

Pela colónia de Angola, esteve agregado à embaixada lusa à ONU o Américo Aleixo, da Associação Comercial de Benguela.

95 oficiais [sublinhado por L. Lara] do exército port. foram enviados para as colónias.

O chanceler do país onde estás aceitou convite para ir em visita a Portugal. O Ministro dos Negócios Estrangeiros deste país, um tal Marcello Matias (que fora

embaixador em Paris) esteve no país onde estás, há questão de meses. A Alemanha parece que vai investir nas colónias portuguesas.

O colonato da Ceta está a ser alargado de maneira fantástica. Agora estão quase prontas propriedades de mais de 100 hectares, destinadas aos agricultores lusos residentes em Angola. Os trabalhadores serão apenas europeus.

Enfim, os lusos mexem-se, realizam coisas, consolidam as suas posições – e nós?

Não há vitória sem luta e acção, mesmo quando as causas são justas.

A minha questão com a editorial está quase no ponto zero. Eles fazem agora novas exigências. Querem mais 50 páginas escritas para poderem assinar contrato neste momento... Como poderei eu escrever aqui sobre o m/ país, quase sem documentação? Impossível.

Vou mexer-me agora para trabalhar nas minas. Ganha-se bem nas minas; e assim poderei arranjar massa para embarque.

Não vos preocupeis comigo! Tratai de resolver, com energia e urgentemente, os vossos próprios problemas! Isto é mais fundamental e importante.

A única coisa que vos peço é que me informeis sobre a marcha das nossas questões gerais. O que se diz em Lisboa? E em Paris? O que se passa nas colónias? O que pensam vocês aí? O que se passa em África? [este sublinhado é de L. Lara].

Como sabes, estou quase impossibilitado de tomar conhecimento das questões implícitas nas interrogações que faço acima. Creio que sou o mais distante da possibilidade de acompanhar os nossos problemas. Informai-me sobre eles, por favor.

Não percais tempo a esperar uma solução de Ghana. Furai por outros caminhos. Põe-me ao corrente das vossas démarches.

Espero que também deis alguma atenção ao conteúdo da m/ antepenúltima carta (que tinha cerca de 10 páginas). Escrevi-a em resposta a questões levantadas por vocês. Espero, portanto, que o trabalho, que tive em escrevê-la, não seja de todo inútil.

Seja como for, gostaria de saber como resolvestes as questões que vocês próprios levantaram. Ou como as hão de resolver.

Não te deixes abater pelas dificuldades. Mexe-te e faz mexer os outros. Eu não te animo «porque estou bem». Não estou bem; já estive. Estou reduzido a uns vinténs no bolso; e há 4 dias que me alimento de chá, pão e flocos de aveia.

Mas é assim a vida. E a impaciência, o desânimo e a inacção não resolvem nada. Nada mesmo.

Não divulgues, pelos amigos aí, a m/ actual situação aqui. Isso não tem nenhum interesse positivo para eles.

Saúde e Acção!

Cumprimentos a todos. Ruth e Paulinho.

O m/ melhor abraço para ti

V.

P.S. – Seria interessante que os amigos de Lx^a não se convencessem que os 10 contos chegam para resolver todos os problemas aqui do exterior. Eles que continuem arranjando mais dinheiro.

Carta a Viriato da Cruz

[dactilografada]

[Acrescentado à mão, na margem: Enviei-te a Gauche com o tal artigo. Não sei as moradas dos tipos que indicaste em Angola]

Ffm. [Frankfurt/Main], 26.10.59 (10 horas da noite)

Meu caro

Respondo hoje às tuas últimas cartas de um modo mais concreto. Afinal a tua situação tal como eu receava não melhorou muito, antes pelo contrário. A tua penúltima carta deixou-me algo aborrecido por pensares que eu desesperava e que era capaz de tratar de me desenrascar sem continuar a fazer tudo o que me é possível p^a te englobar numa muito duvidosa solução dos nossos problemas. Se é certo que estou bastante preocupado, não é menos certo que tenho mantido a calma que permita raciocinar objectivamente no meio de todo este caos que é a nossa situação. E considero-a um caos porque a «solidariedade africana» que nós sabemos existir, não se organizou ainda a ponto de satisfazer a mais pequena das necessidades. Supõe por exemplo que havia mesmo uma urgente necessidade de termos uma resposta antes p^a pôr a andar uma série de pontos que careciam de solução imediata. Claro que teríamos falhado e só porque tínhamos acreditado que a «solidariedade» estava liberta de peias burocráticas. Por acaso as nossas tarefas embora urgentes, não o são a ponto de um ou dois meses fazerem qualquer diferença, isto é, os muitos problemas que temos entre mãos e que queremos aumentar não dependem de um mês, embora beneficiassem muito com uma solução rápida da nossa estúpida situação. De acordo que tu passaste horas difíceis, mas tinhas apenas que pensar em ti. Eu até agora ainda não passei quaisquer dificuldades materiais, mas sem dúvida que me «preocupo» com o futuro, pois ao tomar a decisão de abandonar Port. fi-lo com a m/ mulher e ambos aceitamos a responsabilidade que tomávamos. É pois pensando nela, no Paulo e em todos nós que eu me preocupo. Mas não vejas nisso uma atitude de desespero; não há ninguém desesperado. Estamos sim todos chateados e é natural pois respiramos o ambiente cá de casa, que, coitados, estão ansiosos por nos verem pelas costas, e eu não os recrimino por isso; mesmo não os recrimino pelo facto de agora já nem sequer esconderem essa ânsia. Quanto ao teu problema pessoal a tua carta de hoje também me não tranquilizou, pois a hipótese que pões de procurar trabalho nas minas não me diz nada. Será que já tens um problema de asilo ainda que temporário resolvido? Se assim é percebo que possas trabalhar nas minas; caso contrário não vejo lá muito bem. Fico às vezes a pensar se ao pedires asilo eles não espetarão contigo por uns tempos na terra onde eu estive ou coisa do género? Nessas condições não poderias trabalhar nas minas e portanto não estaria aí a solução financeira p^a o teu caso. Aliás, põe isto bem na ideia, o dinheiro que veio de Lisboa é p^a dividirmos a meias. Se por acaso tu resolvessees aí o problema financeiro eu estava destinando essa parte p^a ajudar

a passagem do Rocha. Repara que estão à espera da decisão 6 tipos, embora o Mário só pense ir, se for, mais tarde. Também nada sei do E.S. [*Guilherme Espírito Santo*] a não ser que ainda está em Paris; estás pois a ver que seríamos dignos de bastante mais atenção, pelo menos daquela de estilo comercial, em que se limitariam a acusar a recepção das cartas e dizer-nos que o assunto estava em estudo. Isso ter-nos-ia dado maior liberdade de movimentos, pois o silêncio deles só podia significar que o assunto estava sendo resolvido. Claro que estou agora a estudar novas soluções. O Mário já me mandou os papéis da Emb. da G. [*Guiné*] p^a preencher, mas os tipos só dão Visa com um bilhete de ida e volta... Tudo são dificuldades. Continuo a ter esperança que do Gh. [*Ghana*] venham os vistos, mas se assim não for até ao fim desta semana vou p^a Paris, p^a tratar das outras hipóteses. Entretanto escrevi ao Mário a pedir que se pusesse em contacto com o Aquino, mas estás a ver que tudo isso são hipóteses. Uma ideia que nos surgiu hoje foi esta: tirar bilhete p^a Luanda, via Accra. P^a isso não devem ser precisos vistos p^a nós. Como os passageiros em trânsito por 24 horas não precisam de visa, eu aproveitava descer em Accra e pedia asilo, tratando entretanto das outras coisas. Claro que isso envolve uma despesa de mais de 2500\$ o que é de considerar, mas com as poucas possibilidades que se nos apresentam é de guardar esta hipótese no Bolso, pois a nós que aqui estamos seria a única possibilidade de contactar DIRECTAMENTE com os deuses. Isto das cartas... são papéis. Há uma coisa que preciso que me digas: como te enviar dinheiro? Enquanto aí estiveres em Berlim não há problema, mas se fores p^a as minas é uma chatice...

Dentro desta carta vão p^a já 100 marcos. Creio que eles te poderão fazer arranjo. Não te mando os 5 contos com receio de que precisemos aqui de um momento p^a o outro de ter alguma massa, mas eles estão ao teu dispor e se por acaso vires que com eles te é possível embarcar daí diz que seguirão imediatamente. Estive p^a mandar estes 100 em vale do correio, mas pensei que era capaz de dar trapalhada, e como as cartas têm sido bem recebidas, arrisca-se. Mas se tiver que mandar maior quantia terá de ir ou pelo Banco ou por vale do correio. Diz qualquer coisa a este respeito. Quanto ao Rocha não sei como vai ser. Por um lado estamos a tratar da Bolsa através da UIE, mas a resposta creio que costuma ser demorada. Ele contudo preferia, se pudesse, ir connosco p^a África, sobretudo p^a o Gh. continuar os estudos. Está vagamente de pé a hipótese de ele voltar p^a Portugal, mas nem a ele nem a nós agrada tal hipótese. Seria bom que já que ele resolveu sair, pudesse ficar cá fora, onde não há dúvida somos poucos. Eu falei-lhe aos poucos na existência do Movimento, o que o entusiasmou. Com o teu acordo podemos cooptá-lo. Que dizes?

Após este preâmbulo em que praticamente se falou do nosso futuro individual, falemos agora das coisas mais importantes.

Estou de acordo com a estruturação prevista p^a o MAC, que é aliás quase idêntica à que existe, embora mais coordenada e sobretudo com um comité de responsabilidade cá fora, como o da «coordenação geral», p^a não falar no das «relações exteriores».

De acordo também que é melhor não se contar com uma comissão de fundos cá fora, embora não seja de pôr de parte a ideia de uma cobrança, mesmo que

simbólica, em épocas normais, e de uma contribuição mesmo exigindo um pouco de sacrifício, quando a organização o exigir. Quanto ao problema da Ruth e Horta eu estou pessoalmente de acordo. Acontece que em Lx, um tipo que desde sempre esteve disposto a trabalhar connosco, realmente interessado nos nossos problemas, que considerava também dele, a certa altura viu-se empurrado p^a os movimentos portugueses aos quais passou a dar o melhor da sua contribuição por «sentir» que a malta não o aceitava abertamente. Claro que sempre que lhe era pedida colaboração ele dava-a ou ainda a dá, mas a verdade é que se perdeu um tipo entusiasta. Estou de acordo em que deve haver a maior das cautelas, mas é preciso mostrarmos espírito revolucionário; com isso estou absolutamente de acordo. Mas é preciso que informemos disso Lx; e que eles nos enviem o seu parecer. Eu ainda não fiz o memorandum destas coisas todas p^a Lisboa, porque estava à espera de lhes dizer qual é afinal o nosso rumo. Informei a malta de Paris, não sei o que eles pensam, pois resolvemos escrever-nos apenas uma vez por semana. O correio vai p^a o editor do Mário, registado, seguindo ao mesmo tempo uma carta para ele a avisá-lo do facto. A propósito, toda a correspondência por nós trocada oficialmente tem ido registada, e a carta p^a o Cairo sobre a BA [?] foi registada, aéreo, express, simplesmente saiu daqui num sábado e a confer. começava 2^a feira.

Parece-me que além da necessidade de se dar uma forma estatutária ao MAC é também preciso dar-lhe um conteúdo, que indubitavelmente já adquiriu, mas que encontra certa dificuldade em se exprimir. Exprimindo melhor o que penso direi que me parece ser de adoptar como que um manifesto em que ficassem bem expressos os nossos desígnios. Isso existe, mas não está escrito, nem corresponde já à feição hoje tomada pelo Mac, que sem dúvida evoluiu. A coisa escrita teria a vantagem de melhor elucidar os interessados quer futuros membros, quer entidades com que contactássemos. Não estaríamos pois ao sabor da interpretação que cada um de nós pode dar ao Movimento. Isto independentemente da base estatutária, em que as obrigações dos membros e a orgânica estariam vinculados.

A criação do Secretariado, ou melhor a reorganização do Secretariado (este existe, embora com o nome de Direcção provisória) nos moldes que tu indicas é preferível, mas existe a dificuldade da sua concretização. Isso exigiria que alguém de Lisboa viesse cá fora com plenos poderes, para se fazer a eleição ou escolha dos dirigentes ou responsáveis dos Comités, após uma eleição prévia de três membros em Lisboa. Vamos a ver como eles resolverão esse problema; além disso impunha-se que dois ou três camaradas dos mais responsáveis de lá pensassem em se vir a juntar a nós... Aguardemos a discussão do assunto por eles e por Paris.

Quanto ao H.M. [*Hugo de Menezes*], segundo diz o Mário, deve ter acontecido por lá qualquer coisa, pois a Emb. da G. comunicou que não aceitam mais cartas do e p^a o HM, receando o Mário que ele tenha cometido qualquer bronca diplomática, como por ex., recusar-se a entregar as cartas abertas. Claro que ainda nada sabemos dessas razões. A ser assim – o ser devido a qualquer falta de tacto – seria chato na medida em que isso pode prejudicar o conceito do Mac. Ele trabalha num hospital

e a noiva está em Paris à espera de bilhete p^a seguir p^a lá. O Mário diz que pensa ir a Londres o mais breve possível «ou talvez na altura em que o S.T. [Sékou Touré] fizer a sua visita» que não sei quando é. Se fosse possível gostava de passar por lá p^a ver como correm lá as coisas e as possibilidades que há. Tenho a impressão que o HM se deixou arrastar pelo seu entusiasmo, esperando como todos nós esperávamos que o apoio é coisa assente e que portanto há que não olhar a diplomacias, dado que todos somos irmãos. Mas de concreto nada sei e afinal é idiota estar com conjecturas.

Como te disse pedi à malta de Paris que fizesse seguir a questão do Adriano [A. Lima Araújo] através do HM; houve porém a tal dificuldade do Correio e eles perguntaram p^a cá se não seria possível que o Correio ido daqui evitasse Paris, p^a se escrever daqui, e pelos vistos não é, pois todo o avião correio p^a Conak. vai via Paris. De forma que até à última carta do Mário ainda não se tinha tratado desta questão. O que eu pretendia era apenas preveni-lo que a carta foi recebida e que logo que possível ele teria uma resposta concreta.

A resposta ao Memorandum do Men. [H. de Menezes] foi resolvida por três tipos de Paris; não sei se os três assinaram, mas isso seria o menos, desde que realmente o resolveram em conjunto. Quando eu me referi a frisar a Paris da necessidade de não tomar resoluções importantes individualmente, queria dizer que eles deviam transmitir isso ao HM, que evidentemente fez mal.

Quanto à correspondência, evidentemente que ficou estabelecido que ela será feita com conhecimento dos três e até se possível com o nosso conhecimento, quando se tratar de casos mais sérios. Penso que não agi desacertadamente em deixar lá as folhas, pois temos que prever que só um tipo responsável por toda a correspondência pode empatar a solução de alguns problemas. Quanto ao pedir autorização p^a Lx; sabes bem como isso é difícil e um pouco idealista. Infelizmente as nossas comunicações não estão no ponto em que isso seja possível para uma questão que não envolve questão de princípios e pretende pelo contrário desembaraçar as vias de comunicação. Creio que nas condições em que o fiz e com as garantias pedidas não fui «adiante dos bois». De resto como em tudo o que faço, dei conhecimento a Lx. e informei-te a ti. Se viermos a constatar que procedi erradamente, mais não farei do que tomar nota da lição; seria uma das muitas que tenho tido de há uns tempos p^a cá.

Creio que os amigos de Paris já há uns tempos tomam disposições p^a não terem documentos comprometedores em casa. Informaram-me disso quando lá estive.

Outras notícias: Saiu um novo livro do Fanon. Creio que é possível arranjar. Eu continuo a tentar arranjar o máximo de documentação possível, p^a o que vou pedindo a uns amigos de Lx, extra-movimento. Há dias o Ernesto [E. Lara Filho] enviou-me uns 10 discursos do Salazar, traduzidos em francês. Acabei mais ou menos o art. p^a a revista, faltando-me apenas limar umas coisas. Esse art. sintetiza a situação do n/ problema na ONU de acordo com o que me tinha pedido a malta em Paris. Se tiver tempo de o passar à máquina, mando-to. Os B. [Bouvier] estão bem. Nada sei da de B. [Mme de Bary], tencionando telefonar-lhe amanhã. A Brd. [ou Erd.?] esteve cá uns dias tenho a impressão que na esperança de te ver passar, pois a velhota andava

com um pressentimento que tu ias aparecer de um momento p^a outro. De Angola só se ouve falar de instalações militares. Já está criado o Comando Naval de Angola e o Comando aéreo. Como sabes a costa é permanentemente patrulhada. Não sei se já te disse que consta em Lx que tencionam enviar os portugueses p^a Angola presos e importar os presos de Angola (angolanos e portugueses). Neste momento não me ocorre nada mais por já ser uma hora da noite, e a família tem estado a conversar o que por vezes me leva a parar p^a não incomodar...

Todos te mandam saudades. O Paulinho agora anda muito chato pois passa a vida a chorar. Deve passar-lhe. Se um dia vires a Haradetzky [?] dá-lhe cumprimentos. Não te esqueças de me informar claramente de como podemos continuar a contactar e do t/ futuro próximo... UM APERTADO ABRAÇO

ass.) L.

Carta de A. K. Barden

[dactilografada – original em inglês]

BUREAU OF AFRICAN AFFAIRS
P.O. BOX M.24
ACCRA

Ref. No. BAA/1.

27 de Outubro de 1959

Caro Lara.

Agradeço-lhe muito a sua carta de 26 de Setembro, assim como as de 7 e 20 de Outubro, respectivamente. Estou consciente das dificuldades que os nossos irmãos angolanos, actualmente residindo na Alemanha, estão experimentando e com que urgência lhes devemos prestar assistência. Deverá contudo ter em consideração os recuos temporários que o nosso bureau tem que enfrentar devido à súbita morte do nosso camarada George Padmore. No entanto, o seu antigo escritório foi agora reorganizado e recebeu o nome de Gabinete de Assuntos Africanos [*Bureau of African Affairs*] e continuará, melhor do que nunca, a assumir com toda a seriedade as tarefas que antes eram executadas pelo falecido George Padmore.

2. O Primeiro-Ministro [*Kwame Nkrumah*], na prossecução da sua declaração política segundo a qual a Independência do Ghana não tem sentido enquanto não estiver ligada à independência completa dos outros Estados africanos, actualmente sob domínio imperialista, é agora directamente responsável pela administração da organização. Assim o vosso apelo foi-lhe dirigido e ele pediu-me para lhe assegurar que está sendo considerado com simpatia e que a sua decisão vos será comunicada tão cedo quanto possível.

3. Entretanto, aproveito esta oportunidade para lhe enviar, em envelope separado, os Relatórios da Conferência dos Estados Independentes de África assim como da

Conferência Panafricana [*All-African People's Conference*]. Um estudo aprofundado destes relatórios dar-vos-á uma ideia clara do modo intenso e firme com que o Rt. Hon. Dr. Kwame Nkrumah chamou a si esta tarefa empenhada de emancipar o Continente Africano do jugo imperialista.

Com as minhas saudações fraternais
ass.) A. K. Barden

(A. K. BARDEN)
SECRETÁRIO DO BUREAU OF AFRICAN AFFAIRS

Carta de Viriato da Cruz
*[dactilografada]*¹

29.10.59

Meu Caro,

Respondo à tua carta de 26 do corrente.

1 – Interpretaste mal a parte da minha carta que te dizia respeito pessoalmente. Nunca me passou pela cabeça que serias capaz de te desenrascares e que não me incluísse numa solução dos nossos problemas. O que tenho a dizer a teu respeito, de um modo geral, foi o que já tive ocasião de manifestar: considero-te, desde o primeiro contacto pessoal, um homem sério, com um comportamento adulto e capaz de se dedicar, seriamente, com senso de responsabilidades, à causa que esposa. A tua presença activa neste combate, que se vem revelando, desde início, duro (como era de esperar) é necessária e indispensável, como de resto prova o que já foste capaz de fazer. Isto está fora de dúvidas. E peço-te que não levantes mais este problema de princípio.

O que exprimi toca apenas em questões secundárias, questões que não têm nada a ver com a tua fidelidade aos nossos companheiros, nem com a tua posição dentro do nosso movimento. Reccei que a tua particular situação neste momento te pudesse desanimar, te esfriasse o ânimo, enfim, te levasse a uma atitude de abatimento. Senti-me com o dever de te animar como pude, precisamente porque avalio com justeza a tua posição de chefe de família, isto é, de homem que tem sempre de pensar por três. Asseguro-te que a minha intenção foi apenas alimentada da vontade de te estimular, na hipótese em que estivesse um tanto abatido por razões concretas e bem compreensíveis. Certamente me desculparás, se na forma como o fiz não exprimi justamente essa minha intenção.

Dizes que ninguém está desesperado. Ótimo. E isto também me anima, pois de modo algum eu poderia ser indiferente às tuas dificuldades, incluindo às da tua família.

2 – A questão dos «subterrâneos»² merece um estudo cuidado. Na verdade, a organização da «esquerda» do nosso país era de parecer, há dois anos, que **objectivamente** existem

interesses comuns entre o proletariado luso e o nosso povo sob o jugo colonial luso. Esses interesses comuns tornam possível e até desejável uma colaboração na luta. Em todo o caso, nós compreendíamos que essa «luta» (no seu aspecto genérico) assumia, na prática, aspectos inconfundíveis. A nossa luta radica-se numa história africana, desenvolve-se num terreno africano, baseia-se fundamentalmente em massas populares africanas, com culturas africanas e não europeias; essa luta visa, no presente, liquidar o colonialismo **luso**. No futuro, tudo indica que o desenvolvimento dos nossos interesses económicos, políticos e culturais orientar-se-á cada vez mais para o continente africano e menos para Portugal.

Assim sendo, é importante que os subterrâneos lusos tomem conhecimento, estudem e se convençam das nossas teses justas e, ao mesmo tempo, assumam posições de princípio inequívocas diante da personalidade do combate do nosso povo.

É justo que os subterrâneos lusos tenham no passado e no presente assumido posições diante dos problemas das colónias lusas. O «direito» de assumirem essas posições baseia-se, no mínimo, na responsabilidade que todas as classes lusas (todo o povo luso) têm em face da opressão colonial de Portugal. Não é só a burguesia lusa que tem responsabilidades na opressão colonial desse País. Todas as classes portuguesas têm responsabilidades diante da história colonial do seu País. Mas se é certo que da burguesia lusa nós estamos muito longe de esperar um gesto de solidariedade e de excomunhão dessa opressão colonial, também é certo que as restantes classes da sociedade portuguesa não deverão assumir posições de solidariedade para com o nosso povo intoxicadas de alguns vestígios do raciocínio do colonialismo. Quer dizer: a subestimação do direito à autodeterminação e à independência do nosso povo, no presente, foi um facto dentro das antigas teses dos subterrâneos lusos. Essa subestimação baseou-se em conhecimentos vagos e errados sobre o nosso povo. Esse erro dos lusos levanta, concretamente, um problema de princípio: Os subterrâneos lusos não estão sempre à altura de poder avaliar justamente os nossos problemas, e eles não podem, portanto, arrogar-se, de qualquer forma, o direito de ditar ou decretar caminhos para nós.

Importa que os subterrâneos lusos se convençam, na prática, de uma vez para todas, que os destinos do nosso povo só podem ser decididos por este através dos seus mais legítimos representantes. Os subterrâneos lusos não podem assumir posições de orientadores da nossa luta. Os subterrâneos lusos só podem trabalhar connosco como aliados.

A contribuição prática dos subterrâneos para a nossa luta comum – uma luta de que resultará logicamente maiores possibilidades para a fruição da liberdade em Portugal e nos territórios coloniais e maiores possibilidades para o progresso dos povos daquele e destes – essa contribuição não pode ser aceite se ela vem intoxicada de qualquer sentimento de «paternalismo» ou de «fraternalismo». A nossa não-aceitação dessa contribuição, nessas condições, não se baseia em qualquer sentimento de orgulho ou de amor-próprio. A nossa rejeição seria apenas um convite aos subterrâneos lusos para que eles vencessem o indesejável sentimento paternal. É hoje claro que a luta dos povos coloniais não significa apenas um benefício para eles: essa luta beneficia também as forças democráticas das metrópoles. Todos os povos colhem benefícios da luta de todos os povos. Não há povos que fazem «favores» a outros sem esperança de um benefício, mesmo indirecto e longínquo.

1. As partes sublinhadas correspondem aos sublinhados de Lúcio Lara; os sublinhados do autor da carta estão em negrito.

2. Partido Comunista Português.

Também não há lutas «avançadas» e lutas «atrasadas». Se há povos que hoje ainda lutam por situações que outros já gozam desde há muito, a culpa não é dos primeiros. A culpa, ou grande parte da culpa, recai sobre os povos ditos «avançados» que, egoisticamente, evoluíram, durante longo tempo, não só aproveitando-se do trabalho e das riquezas dos povos coloniais, mas ainda esforçando-se, conscientemente, por impedir que esses últimos evoluíssem. Na verdade, os povos coloniais não estagnaram: eles retrogradaram, involuíram mesmo.

A luta dos povos coloniais pela libertação do colonialismo é tão «avançada» como a luta dos povos «metropolitanos» por sistemas sociais mais progressistas. Tudo depende da situação em que os povos se encontram. A situação melhor em que se encontram os povos ditos metropolitanos nem sempre foi adquirida por estes com um mérito e uma glória totais. Em face de tudo isto, achamos que não é justo que as organizações mais progressistas das «metrópoles» continuem estimando que a sua luta «avançada» lhes dá quaisquer direitos em face das lutas «atrasadas». Não lhes dá mesmo um direito de orientação.

Essas, algumas questões de princípio.

Sobre as questões práticas de uma colaboração, há que ver a forma de que se revestirão os gestos de solidariedade e de ajuda mútua.

Por exemplo: Será conveniente que documentos nossos apareçam impressos com os conhecidíssimos caracteres tipográficos dos subterrâneos lusos? A meu ver não há vantagem nisso. Pelo contrário. Os nossos inimigos comuns tudo farão para prejudicar a unidade dos povos coloniais e para prejudicar a unidade das camadas progressistas da «metrópole». Estas últimas camadas, na sua maioria, são anticomunistas e não aceitam, sem reservas, o movimento de libertação dos povos coloniais. Do seu lado, os povos coloniais têm interesse em conquistar, ao menos, a neutralidade de todas as camadas progressistas da «metrópole» diante da luta anticolonial. Seria um benefício para nós se todas as camadas progressistas da «metrópole» se comportassem neutralmente diante do conflito colonial, isto é, se elas não dessem uma ajuda concreta aos colonialistas. Mas sucede que, se essas camadas suspeitassem que os subterrâneos lusos estão connosco, grande parte delas seria facilmente presa da propaganda dos colonialistas e tomaria, no mínimo, uma atitude de indiferença **negativa** diante do conflito colonial.

Com este exemplo, pretendo fazer ver que a colaboração a que me referi atrás terá de ser realizada por formas previamente bem pensadas. Só assim ela poderá dar frutos positivos.

Um outro problema não menos importante seria o de os subterrâneos lusos limitarem o conhecimento dessa colaboração a um limitadíssimo círculo dos seus militantes. Estes teriam de ser dos mais seguros. Digo isto porque não será falso suspeitar-se de que dentro da organização dos subterrâneos possa haver elementos de mentalidade instável (para não me referir já a possíveis agentes do inimigo), elementos que compreendem bem a revolução social na «metrópole», mas que não compreendem bem a revolução colonial e que, em situação de aperto, possam chegar a denunciar (ou sabotar) a colaboração dos subterrâneos nessa última.

Falando particularmente do caso do encontro com o Mário, acho que nós também temos o direito de tomar medidas de segurança. Quero dizer, em encontros semelhantes, ser-nos-á necessário e legítimo pedir credenciais ao indivíduo que se apresenta como agente dos subterrâneos.

No respeitante ao caso da impressão de documentos, há problemas a levantar. Por exemplo: Como chegariam esses documentos aos nossos países? Por via marítima? Mas esta via ainda oferece as possibilidades que oferecia há tempos atrás?

Estou convencido que a melhor maneira, hoje, de fazer chegar documentos ao nosso país é por via terrestre. Os documentos que hipoteticamente poderíamos vir a imprimir em Port. destinar-se-iam à população lusa. Evidentemente que nesse País nós teremos algo a fazer junto do seu povo. Um trabalho de desmascaramento da propaganda colonialista no seio do povo luso não seria de todo inútil. [Nota de Lúcio Lara à margem: Seria mesmo bastante útil. Vide Argélia/ Igualmente seriam úteis trabalhos que levassem ao povo luso conhecimentos sobre as nossas posições diante dos casos que se desenrolam e se desenrolarão nos nossos países; bem assim como trabalhos de ofensiva psicológica contra os colonialistas e as camadas populares que os apoiam e os apoiarão. Em suma: a palavra escrita é também uma arma, e ela tem a vantagem de poder actuar em toda a parte, de uma maneira que não pode ser considerada violenta. Ela é uma arma que tanto pode servir para conquistar como para ferir.

Outro problema não sem importância é o da interpretação dos povos coloniais à ajuda que hipoteticamente receberíamos dos lusos (quer estes fossem mesmo os «subterrâneos»). Não há dúvidas de que, como já frisei, na realidade objectiva e teoricamente, há interesses comuns entre nós e eles que poderiam tornar possível uma inteligente colaboração de ambas as frentes. Mas sucede que a imensa maioria dos povos coloniais não conhece bem esses interesses comuns, e, por isso, tem tendência para desconfiar de qualquer ajuda lusa, seja esta qual for. E com razão. Assim sendo, põe-se, neste caso, um problema de princípio e de tática. O problema de princípio consiste em jamais nos afastarmos da compreensão das massas populares dos nossos países. Devemos marchar à frente do povo; mas somente um passo em frente, a fim de não nos desligarmos das massas. É com o nosso povo que, bem ou mal, devemos permanecer sempre. O nosso dever é o de ajudar a amadurecer-lhe a sagesse política.

O problema de tática consiste em nós, as vanguardas dos nossos povos, aproveitarmos os meios que já podem ser aproveitados em favor da nossa luta, mas sem que as massas populares tirem do conhecimento desse nosso aproveitamento conclusões desfavoráveis aos «compromissos» que nós estabelecêssemos com organismos estranhos aos nossos países. Este problema é particularmente difícil, porque teremos de preservar a nossa honestidade para com os nossos povos e teremos de evitar todos os compromissos que hipotequem a liberdade de movimento dos interesses dos nossos povos.

Finalmente há o problema das possíveis futuras negociações com os subterrâneos lusos. Quem entabulará essas negociações? A meu ver, essas negociações deveriam ser entabuladas por gente nossa que está **dentro** e por gente nossa que está **fora**. Esta

combinação de gente de dentro com gente de fora permitirá uma combinação de experiências. Nem os que estão dentro conhecem todas as nossas possibilidades em plano internacional, nem os que estão fora conhecem todas as razões políticas e de cautela dos que têm vivido até hoje lá dentro.

Em que sítio se entabulariam essas negociações? A meu ver, o melhor seria cá fora. Os «subterrâneos» lusos mandariam pessoa ou pessoas devidamente mandatadas para discutirem connosco problemas de princípios e problemas práticos referentes a uma possível colaboração. O melhor seria que nós sugeríssemos aos subterrâneos lusos uma agenda dos problemas que seriam discutidos nesse encontro. Ou então seriam eles a sugerir-nos essa agenda. De qualquer forma, é importante que ambas as partes apareçam ao encontro sabendo o que se irá e o que não se irá discutir nele. É preciso definir os limites dos assuntos a serem discutidos e é preciso, ao mesmo tempo, que ambas as partes se encontrem já preparadas previamente para a discussão. Assim evitar-se-ão perdas de tempo e divagações inúteis. O trabalho assim terá mais chances de ser frutífero e de chegar a conclusões bem pensadas, não improvisadas. Numa palavra: temos necessidade de entrarmos numa fase de trabalho adulto, maduro, ao nível dos nossos propósitos que são dos mais sérios.

3 – Apoio os teus argumentos sobre a necessidade, igualmente, de cobranças de «massa» entre nós, mesmo simbólicas, a fim de não perdermos o senso das nossas permanentes obrigações materiais para com os nossos problemas.

4 – Não te aconselho a realizares o plano de embarque para Luanda, aproveitando uma descida em Accra para falar aos mandões. Este plano é muito frágil. Imagina que, **por exemplo**, nessa altura, as autoridades sanitárias proibam os viajantes de descer do avião. O que farias? E se pelo caminho as autoridades dos outros países não te deixassem ficar nos seus respectivos países? Estavas obrigado a deixares-te levar para Luanda.

Não. Penso que, a admitir-se a hipótese de ires a Accra mesmo sem a autorização de séjourn longo, o melhor será então ires lá com um visa de turista, passado pela sua Embaixada em Paris. Com um visa de turista terás a certeza absoluta de que as autoridades do país te deixarão ficar lá pelo menos dentro do período de validade do visa. O que poderia dar-se, entretanto, durante o teu séjourn como turista, é que conseguisses depois um séjourn permanente, como exilado político ou não.

Por outro lado, sei que, há meses, um príncipe da Mauritânia francesa apareceu, de avião, em Accra. Pediu asilo. As autoridades não lho deram. E ele, parece, viu-se obrigado a regressar à terra onde possivelmente sofreu as consequências da sua aventura. Parece que, nesse caso, as autoridades ganaenses quiseram evitar complicações diplomáticas com as autoridades francesas. Fosse o que fosse, aí fica um exemplo.

Sou de opinião de que, a ter-se possibilidades para tanto, o melhor será que um de nós vá a Accra falar com os mandões, mesmo sob a condição de regressar depois de terminadas as démarches. Mas de qualquer modo o que é preciso é haver uma base de segurança nessa deslocação.

Acho que deves discutir esse problema com os amigos de Paris, pois eles estão perto das Embaixadas e poderão alicerçar os seus argumentos e conselhos com informações

seguras colhidas junto dessas embaixadas. Em todo o caso esse assunto deverá ser cautelosamente discutido e resolvido.

5 – Quanto ao programa, estou de acordo em que se deva redigir outro, mais dentro da actual situação dos nossos problemas. Vou fazer um rascunho aqui. Enviarei-te depois. Em todo o caso, pede a Paris que te envie cópias do programa que redigimos lá há dois anos e cópia do programa redigido em Angola¹ e que vinha com os estatutos que já conheces. O Mário deve ter cópia deste último programa, e o Marcelo [Marcelino dos Santos] deve ter cópia do primeiro.

6 – Não há dúvidas de que existe uma certa dificuldade de concretizar a estrutura do maque [sic] dentro, mais ou menos, dos moldes que sugeri. Isto quer dizer que esses moldes merecem ser melhor estudados. Mas isso quer dizer também que a nossa **falta** no exterior de mais gente tem de ser igualmente vencida. Estudo aprofundado e rápido da nova estrutura, e vinda para fora de gente capaz e indispensável – eis dois problemas que precisam de ser resolvidos. Somente a solução simultânea desses dois problemas pode fazer avançar o nosso trabalho e pô-lo ao nível das nossas actuais necessidades.

7 – Dinheiro. Ciente de que temos aí massa. Mas falando sinceramente, devo dizer-vos que o dinheiro está melhor aí. Eu aqui vivo, bem ou mal; isto é, tenho mais possibilidades de me desenrascar do que vocês aí. Um jornal acaba de me pagar trezentos manguços, por três artigos que escrevi, mas que acredito não serão publicados, ao menos por estes tempos. Não pago renda. Por outro lado, a união comunicou-me que, se tiver dificuldades materiais, eles estão prontos a ajudar-me. Claro que penso não lhes maçar mais. Mas se estiver apertado, ponho de parte todo o orgulho besta, e peço-lhes mesmo um mínimo de ajuda.

Se vires, portanto, que esse dinheiro pode ajudar-te a realizar o plano de uma viagem, ainda que temporária, a África, não hesites em utilizá-lo inteiramente. O que interessa é que essa massa seja gasta o melhor possível. Temos de pôr de parte toda a preocupação de «propriedade» no respeitante a fundos. Que estes sejam para resolver as necessidades da luta geral. Não poderão, de modo algum, ficar depositados à espera de necessidades individuais. É assim que, francamente, eu vejo essa questão de fundos.

Os cem manguços que me mandaste terão a sua utilidade: para a correspondência a enviar-vos. Para este efeito, os cem chegar-me-ão bem para mais de um mês.

Acredita definitivamente na minha posição no tocante a fundos. Para mim, o que interessa é que eles sejam utilizados o melhor possível na solução rápida dos nossos problemas gerais. Nada de proprietários individuais. Um por todos e todos por um; mas acima de tudo os interesses colectivos; melhor: a solução dos interesses colectivos.

8 – Enviei, há dias, ao Horta cópia de parte de um trabalho que estou a escrever. Já o conheces. O Horta leu-o já, e fez sobre ele críticas e sugestões. Agradeço que tu e a Ruth o leiam também e escrevam sobre ele, nos versos das folhas ou às margens, todas as críticas e sugestões que vos apetercer. Tenho interesse em que façais isso com rapidez, porque quero aproveitar ainda a minha estadia aqui para trabalhar dentro das sugestões que me apresentareis. Assim, espero que fareis a leitura do trabalho dentro

1. *Não me recordo deste programa de que fala Viriato. Será o Manifesto?...*

de 3 ou 4 dias depois de o receberdes do Horta. Este já vo-lo remeteu. Comunicou-me isso por carta que hoje recebi. Depois dessa vossa apreciação crítica, remetei-me o trabalho para aqui, pelo endereço do costume.

9 – Tenho interesse de ler o teu trabalho sobre a questão colonial na Onu. Conheço pouco sobre o assunto. Essa leitura possibilitar-me-á fazer uma ideia de um assunto que tem interesse para todos nós. Além disso, a partir dele poderei também iniciar pesquisas mais orientadas.

10 – Compreendi melhor a situação em que está a correspondência que Paris fará. De acordo com as medidas que tomaste a esse respeito.

11 – É possível que esta minha carta te encontre em Paris. Aconselho-te a aproveitares o teu tempo nessa cidade para resolver problemas junto de Embaixadas e fazer coisas com consequências concretas. Não te deixes arrastar pelas discussões longas e pouco consequentes de Paris. De outro modo, será tempo perdido; e não sei se tão cedo terás possibilidades de regressar a essa cidade. Julgo que a invalidade do teu pass impossibilitar-te-á isso.

12 – Não sei quem seja o Rocha. Se ele tem um passado limpo e se ele revela, claramente, possuir um carácter íntegro, justo, imparcial – acho que temos mesmo o dever revolucionário de lhe ajudar a chegar a uma posição digna em face da luta dos povos coloniais. Entre nós e os nossos inimigos, estende-se toda uma vasta massa popular sobre a qual os nossos inimigos despejam carradas de argumentos a fim de a conquistar, como aliada, na permanência da opressão colonial. Essa massa popular tem um peso enorme e, por vezes, decisivo na luta colonial. Sendo assim, nós temos todo o dever revolucionário de, no mínimo, levar uma parte importante dessa massa a posições de neutralidade **favorável** à nossa luta. No manifesto redigido há anos em Angola, sublinhávamos essa necessidade revolucionária. **No máximo**, se alguns elementos saídos do grupo colonizador se revelavam inequivocamente capaz[es] de abraçar a nossa causa, nós estabelecêramos que deveríamos assimilá-los às nossas fileiras. Há anos, a este respeito, nós tínhamos mesmo já passado da afirmação teórica para a realidade prática. Quero dizer: chegáramos ao ponto de consentir, com base realística, a presença de alguns desses elementos nas nossas fileiras, sem qualquer discriminação. (Por esta razão, digo entre parênteses, ríamo-nos dos que nos acusavam de fazer uma política com base no racismo). O certo porém é que não admitíamos nunca, fosse quem fosse, sem um cauteloso trabalho de preparação prévia. Esse trabalho visava a liquidar todas as dúvidas e preconceitos nocivos que existiam no mais recôndito do espírito dos que tínhamos em vista conquistar para o nosso combate. No caso particular dos indivíduos de origem colonizadora, eles têm dúvidas – secretas ou declaradas – sobre se a revolução anti-colonial visa ao ataque e ao prejuízo dos colonos e seus descendentes com base principalmente no facto racial. É o tal problema da «expulsão do branco de África», tão decantado pela propaganda colonialista. Não tínhamos também ilusões que, para convencer do contrário a esses indivíduos, bastaria afirmar «não!». Nós estabelecêramos que, com esses indivíduos, deveríamos descer à discussão, até aos mínimos detalhes, de todos os factos coloniais; deveríamos discutir com eles sobre as origens, os objectivos e os meios utilizados para a implantação do regime colonial e para a manutenção desse regime. Poderíamos discutir a génese do racismo dos colonos e do «racismo» indígena. Devíamos

demonstrar, com exemplos convincentes, históricos e actuais, que os povos coloniais não poderiam, na realidade, libertar-se se, após a libertação política de uma colónia, a economia da colónia continuasse nas mãos dos antigos colonos ou seus descendentes. Deveríamos demonstrar que, tanto para a liquidação de todas as sequelas do regime colonial como para o estabelecimento de uma verdadeira justiça social, nós pensávamos que os pontos-chave da economia da ex-colónia (os quais estão sempre nas mãos dos colonos) deveriam ser oportunamente socializados. Nós teríamos que demonstrar, enfim, que a revolução colonial era um processo (e não um gesto isolado, único) que visava humanizar as relações entre todos os homens que resolvessem viver e trabalhar na ex-colónia. A exploração, o roubo despudorado, a opressão política, a miséria, o racismo, os antagonismos étnicos, culturais e religiosos são factos vividos, desde longa data e de uma maneira particularmente violenta, na colónia. São factos maus. Precisam de ser liquidados de uma vez por todas. Eles não deveriam mais ter lugar na ex-colónia, fosse qual fosse o grupo humano ou a classe que os originasse no futuro. Evidentemente que esse processo de extirpação dos maus efeitos do colonialismo não se realizaria em um ano ou dois. Por isso, os elementos saídos do grupo colonizador teriam que fazer prova de compreensão em face das manifestações chatas dos indígenas diante do ex-grupo dominador. Essas manifestações dos indígenas são, na verdade, determinadas pelas violências longamente exercidas pelos colonizadores. A culpa desse possível comportamento indígena deve ser atribuída ainda ao colonialismo e não a qualquer fenómeno racial ou étnico dos povos indígenas.

A verdade, porém, é que as actuais lutas dos povos africanos têm-se revelado com uma clarividência e um equilíbrio políticos sem exemplo no longo comportamento histórico dos povos colonizadores. Ouve-se falar por exemplo de mortes de africanos na Niassalândia, no Congo e outras regiões de África; mas não se citam mortes de colonos. Os movimentos revolucionários africanos oferecem o direito de opção de nacionalidade aos ex-colonos e seus descendentes, em igualdade de direitos e deveres com os indígenas.

Enfim, o trabalho de conquista e assimilação à nossa luta de elementos saídos do grupo colonizador não pode ser superficial nem pode basear-se em compromissos. A aceitação de elementos saídos do grupo colonizador tem de ser precedida de uma autêntica lavagem de cérebro e de consciência. Esses elementos só poderão esposar autenticamente a nossa causa, quando eles não têm dúvidas sobre a justeza da sua opção. É mau que eles se associem a nós por sentimentalismo, por «porreirice», por espírito de «ajuda desinteressada», por moda ou mesmo por **tabela**, isto é, através das teses marxistas que dizem que o proletariado metropolitano é um aliado dos povos coloniais e vice-versa. Todas estas posições são, em verdade, frágeis. Na prática, não é raro que, diante de comportamentos inúteis e desequilibrados (mas compreensíveis) dos indígenas, os elementos saídos do grupo colonizador se «desiludem», afastam-se, de várias formas, da causa revolucionária, acusam os indígenas de mal-intencionados, de ingratos, de alimentarem desígnios e suspeitas exagerados. É que, quando isso se dá, tais elementos não têm ainda a consciência de patriotas africanos, nem têm ainda uma justa compreensão da podre herança colonial na consciência dos africanos. Se nenhum africano indígena tem o direito de combater pela liberdade da sua pátria com o fito de vir a ser sempre reconhecido, também nenhum descendente de colonos, que esposa a causa anti-colonial, tem o direito de exigir que, no

decurso da luta, ele venha somente a receber flores de toda a gente. Em todos os tempos e em muitos países, há exemplos de grandes patriotas que, no decurso da luta ou após esta, não recebem, injustamente, reconhecimento dos seus esforços e mesmo sacrifícios. Mas sempre que tais indivíduos tinham uma verdadeira consciência patriótica, eles nunca esconjuraram a sua pátria e todos os seus compatriotas. Eles continuavam, pelo resto da vida, sentindo-se ligados à sua pátria e ao povo do seu país, e prosseguiram um novo combate patriótico para expurgar da sua pátria as forças ou interesses que mantinham ainda injustiças no seio daquela. A luta patriótica tem sido sempre, antes de tudo, um dever. Ela, se é autêntica, não tem nada a ver com o espírito das transacções comerciais. Ela é uma luta imposta pelo amor do país e do povo, pela moral e pelo sentimento de justiça.

Fico-me aqui. Isto parece que já está a ter ares de discurso. Mas não é essa a minha intenção.

É isso que se me oferece dizer, neste momento, a propósito dessa questão.

13 – Li no «Huma»¹ que a segunda Conferência dos povos africanos, que terá lugar em Túnis, será em 25 de Janeiro do próximo ano.

14 – Penso que, se até um futuro próximo, não conseguirmos resolver as nossas démarches junto de Accra, Conakry ou outro território julgado conveniente para o nosso trabalho no solo africano, devemos começar já a pensar na possibilidade de assentarmos arraiais, ainda que temporariamente, no Cairo. Lá está o Conselho de solidariedade afro-asiática. Muitos movimentos africanos têm bureaux no Cairo. É certo que a situação interior do Egipto não é hoje risonha, do ponto de vista político. Mas nós, como os outros que lá estão, não temos nada a ver com isso. É essa uma questão interna. Desde que estabelecêssemos um acordo de trabalho que fosse aceite por nós e pelos donos do país, não seria inútil fazer lá e de lá algum trabalho em favor dos nossos interesses. Simplesmente, as nossas pretensões teriam de ser sagazmente expostas, a fim de não levantarmos suspeitas e a fim também de não sermos comidos. Nessa altura, a nossa experiência até hoje poderia ser-nos útil nessas démarches. Julgo que não é de pôr de parte essa possibilidade. Talvez teremos de recorrer mesmo a ela, num futuro próximo. Já temos contactos, e bons, com o Conselho de solidariedade; portanto, já temos porta aberta, pelo menos a porta do quintal. Além disso, a manter-se a resistência «incompreensível» de Accra e Conakry, se tivéssemos êxito junto do Cairo, isso seria um estímulo para nós, seria uma prova da nossa vontade indomável de vencer todas as dificuldades, e seria ainda uma bofetada que oportunamente fariamos sentir, rindo, àquelas capitais da África Negra.

15 – Recebi o exemplar da Gauche. Obrigado. Mas já cá tinha dois. Bom trabalho do Mário. Felicita-o por mim. Interessante o que me contas sobre o processo da pide contra o New Statesman. A meu ver esse aumento notável da actividade do governo luso no plano internacional, além de denunciar o nervosismo crescente em que ele se encontra, só terá conseqüências negativas para os lusos. Com efeito, são eles que, bem ou mal, estão hoje contribuindo também para furar a indiferença internacional diante dos problemas lusos. A não ser que o governo luso esteja seguro de ganhar a

causa contra o referido jornal, acho que essa questão das torturas é tão verdadeira, que o New Statesman tem muitas probabilidades de sair vencedor. Seria interessante que o New Statesman pedisse, durante o pleito, o depoimento dos presos de Angola, como, por exemplo, do Benge e outros.

Envia ao Mário cópia do artigo que te remeti há semanas. Pode ser que ele veja conveniência em respigar dele quaisquer elementos que seriam úteis ao B. Davidson.

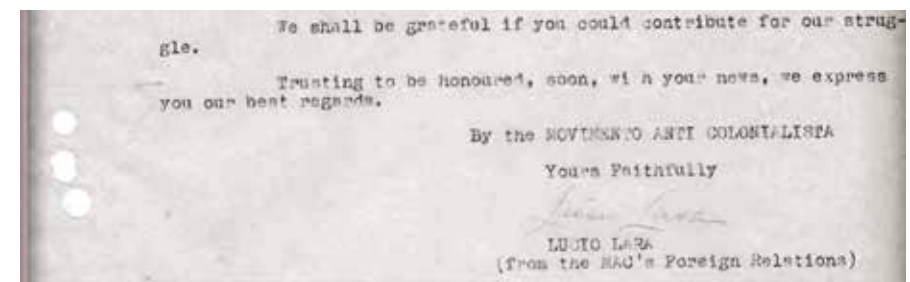
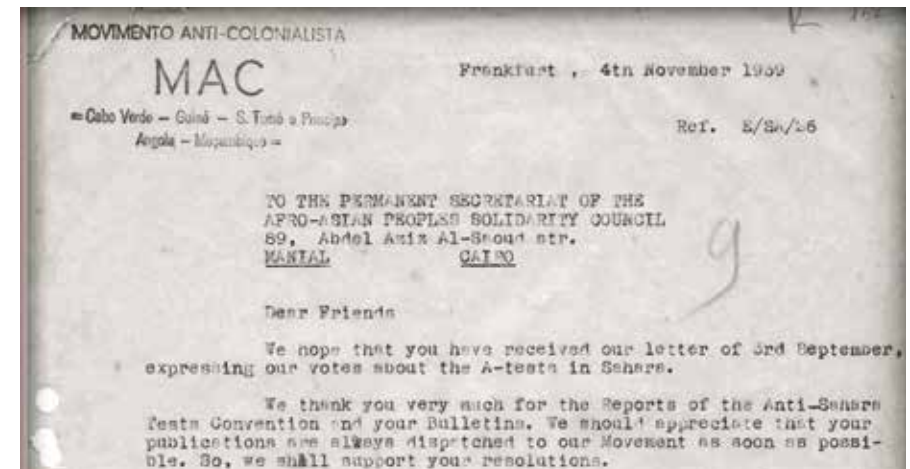
16 – Os meus atestados de vacina têm validade para um mínimo de três anos. Vacinei-me dias antes de sair da terra, isto é, há dois anos.

17 – Agradeço que me envies o documento argelino «L'Aspect juridique», bem assim como cópia exacta do despacho do secretário do governo sobre o ensino das missões católicas e protestantes.

Cumprimentos a todos. Beijos ao Paulinho.

ass.) V.

**Excerto da carta do MAC
ao Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos**
[dactilografada]



1. *L'Humanité*, jornal do Partido Comunista Francês.

Carta a Viriato da Cruz

[manuscrita]

8/XI/959

Meu caro

Afinal ainda não parti para Paris, nem sei bem quando parto. Entrevi a possibilidade de falar c/ o Embaixador de Ghana em Bonn, por outro lado chegou a carta do Barden cuja cópia envio e além disso o Mário escreveu-me que não fosse já pois o Embaixador da Guiné estava ausente e que eu não iria adiantar nada. Por tudo isso resolvi ainda ficar cá mais esta semana para ultimar ainda umas coisas.

Escrevi de novo ao Barden dizendo que acompanhávamos com entusiasmo todas as afirmações do Primeiro Ministro sobre as n/ terras, que agradecíamos o interesse deles pelo n/ assunto, mas que me via obrigado a procurar outra solução pelo menos provisoriamente se até ao dia 15 não tivesse qualquer resposta concreta deles, pois não queria estar em território Oeste Europeu c/ um pass caduco. Voltei a falar no teu caso e creio ter-lhe mostrado mais uma vez que a nossa situação não é mto agradável, e que embora saibamos que o P.M. está directamente interessado na n/ questão gostaríamos de saber algo de mais concreto.

Não sei se será possível falar c/ o Embaixador do Gh. [*Ghana*]. A entrevista foi pedida através do Conselheiro da Embaixada que está a tratar do cargo do Bou. [*Bouvier*] como Attaché de Presse do Gh. aqui em Frankfurt. Claro que pus o problema pessoal/ e mesmo ao Embaixador (se falar com ele...) porei o caso c/ os cuidados requeridos, tencionando embora falar em ti.

Por outro lado o Sékou Touré passa cá a 16 e estou a pensar se não seria melhor falar com ele do que c/ a Embaixada em Paris. Tudo depende da possibilidade de falar c/ o Emb. do Gh., pois se não conseguir é possível que parta para Paris ainda esta semana (talvez dia 11). Mas não decidi nada ainda, pois aguardo ao mesmo tempo carta do Mário que ficou de expor a situação ao Emb. da Guiné em Paris.

Junto vão os documentos pedidos. Ainda não vai o teu trabalho, pois com as imensas chatices que tenho tido e com a dificuldade que cá tem havido em casa para fazer qualquer coisa, tudo se me atrasou. Como tencionava (e tenciono) ir a Paris nada comuniquei para lá sobre a t/ opinião acerca dos subterrâneos, que aliás creio ser a opinião de todos nós. A Ruth está a passar o teu artigo p^a se enviar para Paris. Ela coitada, também não sabe para que lado se virar, pois o trabalho acumula-se e temos dias em que a família não permite que avancemos, pois conversam ou brincam, e como agora tudo fica em casa por causa do frio é impossível escrever-se à máquina a não ser depois de todos se deitarem. Aliás, ainda esta semana vamos procurar sair cá de casa, pois embora a família não diga nada nós notamos que estamos a mais. Também não admira, já são 8 meses! Eles aliás são simpáticos, mas de facto não conseguem esconder a vontade que têm de nos ver pelas costas, aliás bem compreensível. Ainda por cima agora temos dois enormes caixotes a atravancar-lhes a cozinha, pois tivemos que encaixotar as n/ coisas na perspectiva de sairmos para qualquer lado.

Passemos à tua carta.

1) Estamos esclarecidos quanto às más interpretações. É verdadeiramente de lamentar que estejamos separados. Isto de correio nestes assuntos é sempre uma chatice. Esperemos que seja por pouco tempo.

2) Quanto aos subterrâneos, estou de acordo c/ o que dizes, como aliás já tínhamos discutido parte dessas questões aqui. Põe-se um problema quanto a quem entabularia as relações ou antes as negociações. Concordo que se faça a coisa cá fora, mas sucede que, como já te disse, quando saí de Lx estava para se dar um encontro à escala de Direcção. Não sei se se efectuou e o que ficou decidido. Talvez para já convenha tratarmos desta questão.

Ainda nada enviei para Lx pois estava à espera de lhes dizer algo de concreto sobre a n/ abalada e não convém enviar mensagens (mesmo com toda a segurança) com frequência.

Creio que se poderia dizer ao Mário que lhes dissesse isto (que em Lx se estaria a tratar do assunto) e que ao mesmo tempo os fizesse sabedores de propostas concretas que nós fazíamos para a realização de um encontro fora do «jardim» [*Portugal*], condicionado evidentemente a uma troca de impressões n/ c/ Lx.

3) De facto o m/ plano «in extremis» para sair da Europa é um pouco arriscado, mas realmente as negociações diplomáticas por nós encetadas têm-se revelado algo morosas e eu ainda não sei a que lei ficarei sujeito c/ um pass fora de validade. Era aliás uma pergunta que eu gostava de pôr ao Embaixador.

4) Aguardo cópia do programa. Como fazê-lo chegar a Lx? Creio que só por portador. A verdade é que até aqui todas as n/ tentativas para arranjar uma base de comunicações eficiente ainda não resultaram.

A propósito pensei que podias enviar as cópias ou a notícia do Mário para a n/ terra através do amigo «Canário». Também se vai enviar p^a uma moça que está no Brasil (Deolinda R. de Almeida) para ver se ela consegue enviar de lá p^a a terra.

5) Quanto ao Rocha o moço é mesmo interessante e ousado. Apesar das dificuldades não quer voltar p^a o Jardim onde tem uma bolsa p^a estudar Medicina. Tem um bom fundo patriótico, e creio que com o tempo virá a ser um bom elemento.

6) Escrevi para o Cairo e para o Committee of African Organisations sobre as prisões. Seguem cópias. Embora devagar vamos estendendo os n/ contactos. O que não seria se tivéssemos um Bureau em condições...

A ideia do Cairo não é de pôr de lado. Porém creio que seria bom esgotarmos os recursos que nos permitam ficar mais perto dos nossos.

7) Entre as coisas que seguem vai uma carta da de B. [*de Bary*] filha. Elas desconfiam que eu vou ter contigo e não p^a Paris. A propósito. A Bou. SABE onde te encontras. Um dia em que estávamos sozinhos ela disse-me que não podia calar por mais tempo que estava sentida contigo pela falta de confiança que demonstravas para com eles. Que tinha lido algo escrito sobre ti que alguém daí lhe tinha enviado (penso que aquela entrevista que me mandaste; não aprofundei) e que fingia perante todos, mesmo perante o marido, ignorar onde te encontravas, mas que ninguém acreditava q. tu estivesses na Bélg.; a própria de B. lhe teria dito que não acreditava. Eu disse-lhe que eu sabia que tu estavas na Bélgica, e que se ela tinha outras informações eu nada podia fazer p^a a convencer ou desconvencer. Em todo o caso todas as minhas palavras soaram falso, e ficámos os dois

muito chateados por muitos sorrisos e mudanças de assunto que fizéssemos. Deixo-te o cuidado de pensares nesta questão. Eu aliás disse-lhe que a última vez que me tinhas escrito tinhas dito que liberto enfim de uma série de dificuldades ias escrever aos amigos.

O Rocha agora está na de B., pois a família Lissner está em férias. Eles continuam a ser bastante amáveis para todos nós.

Vai um artº (cópia) que o Ernesto escreveu e em que se refere a ti.

Bem, já é tardíssimo e a mulher já está a chatear para irmos pª a cama.

Podes continuar a escrever cá pª casa.

Dir-te-ei algo de concreto logo que saiba.

1 abraço de todos nós

t/ L.

Carta de Viriato da Cruz

[*dactilografada*]

12.11.59

Caro Lara,

Recebi a tua última carta, que passo a responder.

Os acontecimentos nas colónias portuguesas, nomeadamente em Angola, já tomaram proporções tais, que não podemos permitir, por mais um segundo, que o MAC prossiga a sua actividade dentro dos métodos tradicionais. O MAC precisa, urgentemente, de sair da jaula, de se alçar à altura da luta que se vem travando no interior dos nossos países. O MAC precisa, urgentemente, a todo o custo, de passar a uma luta aberta e em grande estilo, no terreno internacional, contra o colonialismo português que já saiu há muito tempo de uma atitude de pura e simples vigilância repressiva. O colonialismo português já passou à ofensiva aberta e sanguinária contra todos os nossos povos. O que falta ao colonialismo português é só passar à luta armada. Assim sendo, temos o dever patriótico de passarmos a uma luta aberta, furiosa, contra o referido colonialismo.

Proponho que enviemos – o MAC – telegramas ao secretário-geral da ONU e ao Secretariado permanente do Conselho de Solidariedade afro-asiática, denunciando os crimes dos colonialistas portugueses. Junto cópia desses telegramas. Estes poderão ser enviados daí ou de Paris, como vocês resolverem. Ofereço o meu nome para testa-de-ferro de toda a nossa actividade aberta em terreno internacional.

A prisão do António Jacinto e do Mário António e de mais outros, bem assim como a repressão contra os nossos organismos clandestinos de instrução popular são, na verdade, duros. Mas nada disso nos deverá desanimar. Há muito, quando ainda eu estava na terra, vínhamos trabalhando para passar os sectores mais importantes da nossa luta e das nossas organizações para as mãos de indígenas anónimos e para as regiões onde só vivam indígenas. Estou convencido que essas nossas decisões foram passadas imediatamente à prática, com a energia e a disciplina exemplares dos nossos companheiros de luta, das quais fui por longo tempo testemunha. Enfim, é uma pena

que os africanos residentes na Europa só agora comecem a ter uma ideia e a fazer confiança na seriedade da luta que, com espírito adulto e conseqüente, preparámos na nossa terra. Duzentas escolas clandestinas... O que representa isso de sacrifício? Quem nos pode dar, aqui na Europa, um exemplo de semelhante luta?

Em suma, é tempo de nós, africanos em exílio, nos colocarmos à altura do combate que se vem realizando nas nossas terras.

Voltarei, amanhã ou depois, a responder aos outros pontos da tua carta.

Cumprimentos a todos. Beijos ao Paulinho.

ass.) V.

[*Acrescentado à mão*: P.S. – Toma cuidado contigo aí. Sabes porquê.]

[*Acrescentado na margem, à mão*: P.S. Pensando melhor, acho que, em vez de enviarmos telegrama ao Cairo, devemos escrever, denunciando o prosseguimento das actividades repressivas em Angola, remetendo-lhes cópia do n/ telegrama ao Secretário-geral da ONU e pedindo-lhes apoio às nossas démarches e à luta dos povos das colónias portuguesas.

Amanhã vou tentar uma renovação do meu séjour.

V.]

Carta de Viriato da Cruz

[*dactilografada*]

[*Deve ser de 12.11.59*]

Caro Lara

Aí vai o meu projecto de telegrama para o Secretário da ONU. Vai em inglês. O nome do secretário geral, bem assim como o seu endereço estão bem. Tenho aqui cópias de telegramas que lhe foram enviados, por exemplo, pelo Conselho Afro-asiático do Cairo. Não falo de Moçambique e outras colónias portuguesas, porque não temos, efectivamente, provas de que os portugueses lá estejam a exercer as repressões de que falámos no telegrama. Um telegrama ao secretário geral não pode ser redigido no puro espírito de uma pura e simples solidariedade de colónias portuguesas. Temos, neste caso particular, de ser exactos e estar prontos para provarmos o que afirmamos. Ora, se houve mortos na Guiné e que há angolanos estropiados (caso Bengé, por exemplo) isso não se nos oferece dúvidas. Se dentro de dias ou semanas viermos a saber de casos análogos em Moçambique ou S. Tomé ou Cabo Verde, tais casos não farão mais do que reforçar a nossa acusação.

Em suma, agora só espero que decidais.

ass.) V.

[*Acrescentado à mão*: P.S. Acho que quanto mais cedo o telegrama for expedido, melhor sob todos os aspectos.

V.]

[Apenso noutra folha a *Tradução do Telegrama*]

DAG HAMMARSKJOELD
SECRETARY GENERAL
NAÇÕES UNIDAS
NOVA YORK

EM NOME DO MOVIMENTO ANTI COLONIALISTA ORGANIZAÇÃO
POLÍTICA DE NATIVOS TODOS PAÍSES AFRICANOS SOB REGÍME
COLONIAL PORTUGUÊS NÓS APELAMOS VOSSA INTERVENÇÃO
FIM SISTEMÁTICAS NEFANDAS ATROCIDADES COLONIAIS GUINÉ
E ANGOLA STOP PORTUGUESES USAM TORTURAS E ASSASSINATOS
CONTRA AFRICANOS STOP NÓS CONDENAMOS TAIS MEDIDAS
REPRESSIVAS POR PORTUGUESES COSIGNATÁRIOS CARTA NAÇÕES
UNIDAS STOP NÓS APELAMOS EXERÇAIS VOSSOS BONS OFÍCIOS
FAZENDO PRESSÃO SOBRE GOVERNO PORTUGUÊS IMEDIATA
LIBERTAÇÃO PRISIONEIROS POLÍTICOS CESSAÇÃO INCITAMENTO
PORTUGUESES EM PORTUGAL E COLÓNIAS CONTRA AFRICANOS
ESTABELECIMENTO IMEDIATO CLIMA SOCIAL ACORDO DIREITOS DO
HOMEM E CESSAÇÃO PREPARATIVOS MILITARES REPRESSÃO ARMADA

Carta a Mário de Andrade
[dactilografada]

Frankfurt, 14.XI.59

Caro Mário

Há muito que estou p^a vos escrever uma grande carta; a hipótese porém de ter de ir aí levou-me sempre a reservar p^a outra ocasião o transmitir-vos de viva voz o que desejávamos.

Como creio já ter referido os últimos acontecimentos em que o mac tem tomado parte activa, mostraram que a sua estrutura actual não permite uma solução satisfatória dos imensos problemas que lhe estão a aparecer e que se espera venham a aparecer. Por exemplo uma das questões mais salientes é a falta de contacto que existe entre nós e a sede o que dificulta uma actuação colectiva e concordante. Já em tempos fizemos uma sugestão para a sede que se elegeisse um executivo a fim de podermos actuar com maior liberdade de movimentos. Até hoje infelizmente não obtivemos resposta. Por outro lado impõe-se o estabelecimento de normas que regulamentem o comportamento dos Membros e especifiquem tarefas e obrigações de comissões, assim como é necessário apresentar uma declaração de princípios, um programa, que sirva p^a fazer compreender a quem quer que seja os nossos objectivos. Trocámos aqui impressões a esse respeito. Já nas conversações de Maio encarámos a hipótese de o mac vir a ser logo que possível como que um Conselho de colaboração das frentes que se

viesses a constituir nos diferentes países. Deve provir daí a utilização algo precipitada pelo engenheiro [*Amílcar Cabral*] da designação com que «assinou» o memorando entregue a Dakar.¹ Dado que essas frentes ainda não existem, ou pelo menos não são do n/ conhecimento, o mac continua a ser uma organização de indivíduos de todas as colónias portuguesas, como até aqui. Impõe-se porém que reconheçamos a necessidade da nova estruturação de modo a não demorar muito as démarches p^a tal efeito. Sem dúvida uma das coisas que é necessária é que haja cá fora gente suficiente com poderes p^a deliberar sem a preocupação de estar à espera da opinião da sede. Como fazer isso? Ou bem a malta de lá elege entre os que estão cá fora dois ou três membros que pertençam à Direcção (provisória ou definitiva) a título por exemplo de Delegados com poderes especiais, ou então a malta empenha-se a sério em mandar mais gente cá para fora. O certo é que tem de haver fora de muros mais gente com poderes executivos, p^a bom andamento das questões em que nos empenhamos. Por outro lado é necessário estabelecer códigos e processos eficientes e rápidos de comunicação com a sede e com os países, coisa por que em vão temos lutado de há muito p^a cá. Seria bom que vocês na medida em que as vossas preocupações actuais o permitam, pensem nisto e sugiram os vossos pontos de vista, p^a depois podermos fazer em bloco uma exposição à sede. Tenciono aliás, se se oferecer oportunidade, insistir no que já p^a lá lhes disse sobre a necessidade de um executivo «exterior» em condições.

O V. [*Viriato da Cruz*] pôs há tempos o problema de serem incorporados no mac tipos como a Ruth e o Horta, numa secção especial de propaganda e informação. Eu estou de acordo com esta medida que não vai muito contra o que ficou decidido a este respeito na sede (a malta não africana seria incorporada com a maior das cautelas, depois de prestadas provas suficientes de interesse e honestidade, embora em princípio estivesse excluída a hipótese de se lhes confiarem cargos de direcção). Digam o que se vos oferecer a este respeito.

Quanto aos subterrâneos lusos, achamos que não é de rejeitar uma cuidadosa colaboração que não envolva questões de compromisso ideológico da n/ parte; rejeitamos qualquer sentimento paternalista, desejando que eles compreendam que nos cabe como africanos a direcção da n/ luta que é tão «avançada» como a deles, embora a situação dos povos seja diferente.

Põem-se porém vários problemas:

Será conveniente que as n/ coisas apareçam com os caracteres de imprensa tão conhecidos dos subterrâneos? Creio que não e o V. também. Teremos que ter presente que o n/ povo não encarará com simpatia uma colaboração íntima com os lusos (progressistas ou não). Haveria pois que pensar como se realizaria essa colaboração, se o aproveitamento da imprensa não se deveria antes limitar a um esclarecimento luso-local das questões coloniais e da posição dos nossos povos perante as questões lusas. O V. põe dois problemas ainda: um de princípio e um de tática, com os quais não creio que algum de nós esteja em desacordo: são eles: como princípio não devemos nunca afastar-nos das massas populares dos nossos países, tentando sim marchar à

1. Ver nota nº 1 da página 127.

frente delas, mas não muito distanciados, tentando na medida das n/ possibilidades contribuir p^a o amadurecimento da «sua sagesse política». Como táctica, nós, capacitados de sermos as vanguardas dos n/ povos, aproveitarmos os meios que se nos oferecem desde já p^a o alargamento da n/ luta «sem que as massas populares tirem do conhecimento desse n/ aproveitamento conclusões desfavoráveis aos n/ países. Este problema é particularmente difícil porque teremos de preservar a n/ honestidade p^a com os n/ povos e evitar todos os compromissos que hipotequem a liberdade de movimento dos interesses dos n/ povos».

Põe-se depois a questão das futuras negociações. Quem as entabulará? Quando saí do «jardim» [Portugal] estava marcado um encontro de direcções de que não conheço o resultado, não sabendo mesmo se por virtude das condições difíceis que então se punham teria sido adiado (já o fora uma vez)... Será que o representante aí conhece alguma coisa a este respeito? Porque razão procuram fazer cá fora algo que já se tentou fazer lá dentro sem terem a certeza sequer de tu seres pessoa organizada? Isto não percebo e creio que só depois de bem esclarecido seria de tentar alguma coisa. O V. entende que de facto é melhor estabelecer os contactos cá fora: eles «mandariam pessoa ou pessoas devidamente mandatadas p^a discutirem connosco problemas de princípio e problemas práticos referentes a uma possível colaboração», e o V. continua «O melhor seria que nós sugeríssemos uma agenda dos problemas que seriam discutidos nesse encontro ou então seriam eles a sugerir essa agenda, sendo de desejar que ambas as partes estivessem preparadas p^a esta discussão». Eu estou de acordo, apenas com a reserva que temos de comunicar com a sede antes de darmos qualquer passo definitivo, dado o que já disse de ser possível que eles lá tenham já tratado de alguma coisa e não ser conveniente nós tomarmos deliberações que possam por acaso ser contrárias ou pelo menos não concordantes com o que se teria lá decidido. Vou tentar comunicar com a sede p^a ver se mandam por alturas do Natal ou já se for possível alguém da direcção com instruções sobre todos estes assuntos.

Outra questão interessante posta agora pelo V. é enviarmos um telegrama à ONU a propósito dos acontecimentos de Ang. e Gu. O projecto de telegrama que ele me enviou é do seguinte teor: EM NOME DO MOVIMENTO ANTI COLONIALISTA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE NATIVOS TODOS OS PAÍSES AFRICANOS SOB REGIME COLONIAL PORTUGUÊS APELAMOS VOSSA INTERVENÇÃO FIM SISTEMÁTICAS NEFANDAS ATROCIDADES COLONIAIS GUINÉ E ANGOLA STOP PORTUGUESES USAM TORTURAS E ASSASSINATOS CONTRA AFRICANOS STOP NÓS CONDENAMOS TAIS MEDIDAS REPRESSIVAS POR PORTUGUESES COSIGNATÁRIOS CARTA NAÇÕES UNIDAS STOP NÓS APELAMOS EXERÇAIS VOSSOS BONS OFÍCIOS FAZENDO PRESSÃO SOBRE GOVERNO PORTUGUÊS IMEDIATA LIBERTAÇÃO PRISIONEIRO POLÍTIOS CESSAÇÃO INCITAMENTO PORTUGUESES EM PORTUGAL E COLÓNIAS CONTRA AFRICANOS ESTABELECIMENTO IMEDIATO CLIMA SOCIAL ACORDO DIREITOS DO HOMEM E CESSAÇÃO PREPARATIVOS MILITARES REPRESSÃO ARMADA assinaríamos os dois [acrescentado à mão: e vocês se quisessem, claro...]

Eu estou de acordo que se deva mandar o telegrama embora por questões processuais proponha umas modificações que teriam em vista uma maior audiência do telegrama e até mesmo a s/ discussão. Eis pois as modificações que proponho

EM NOME etc até ao primeiro «apelamos» APELAMOS VOSSOS BONS OFÍCIOS JUNTO GOVERNO PORTUGUÊS FIM SISTEMÁTICAS ATROCIDADES E NEFANDOS ASSASSINATOS CONTRA POVO AFRICANO GUINÉ E ANGOLA LIBERTAÇÃO PRISIONEIRO POLÍTIOS SUSPENSÃO PREPARATIVOS REPRESSÃO ARMADA STOP AGRADECEMOS TRANSMITIR ISTO QUARTA COMISSÃO E NOSSO PROTESTO CONTRA POSIÇÃO PORTUGUESA ONU CONTRÁRIA ESPÍRITO CARTA E DECLARAÇÃO UNIVERSAL DIREITOS HOMEM

Não me parece ser de pedir ao Sec. Geral que faça pressão porque isso lhe é interdito. Quanto à parte que se refere à opinião pública portuguesa, estando de acordo com ela, parece-me porém ser de substituir pela parte referente à 4^a Comissão, pelos problemas que pode levantar e pela utilidade que uma questão destas levantada por nós teria p^a os países que têm defendido os n/ interesses.

Estudem vocês a questão e mandem URGENTEMENTE a vossa decisão a este respeito, p^a se fazer imediatamente. Um problema se levanta que é o do local donde deve ser mandado o telegrama. Se a minha situação fosse legal aqui eu não me importaria de o fazer dando até a m/ morada, mas dentro de breves dias a m/ situação será ilegal, pois o passaporte caduca e se eu tiver nessa altura um passaporte estrangeiro não poderei assinar um telegrama desses, razão porque é Urgente que mandeis depressa a v/ opinião. Eu tinha pensado até aproveitarmos o telegrama p^a pedirmos audiência, p^a melhor esclarecermos os problemas. Mas p^a esse efeito teríamos de fornecer uma morada fixa, e creio que vocês em Paris o não podem fazer e nós estamos sem saber onde estaremos amanhã... Ficará portanto p^a outra ocasião, até porque se eles nos concedessem audiência, o que não creio, não teríamos condições p^a nos deslocarmos...

Creio já vos ter informado que entre outras prisões soubemos concretamente do Mário António e do António Jacinto. Sobre o teu irmão¹ li há tempos uma local que ele realizara a cerimónia religiosa do casamento de uma filha do Presidente da Liga [Nacional Africana] com um tal Barradas [Acácio B.] jornalista, donde concluí que ele continua a respirar a liberdade.

Quanto ao m/ problema e aos problemas com ele relacionados, creio que não será viável ter cá uma solução do Gh[ana] antes de se me acabar o pass. Isso traz algumas chatices grandes, pois terei talvez de pensar em pedir aqui asilo político e nessas condições ficarei impossibilitado de trabalho político. Outra hipótese que pus era ir p^a Túnis; parece-me que p^a lá não há complicações de embarque desde que o passaporte ainda esteja válido, o que por exemplo não acontece com Marrocos que exige um pass válido por três meses, visa e outras chatices. Se me decidir por esta hipótese, embarcarei p^a a semana, talvez de

1. Joaquim Pinto de Andrade.

hoje a oito dias de barco que sai de Génova, mas ainda é caso p^a estudar e aguardo a tua opinião urgente. Quanto ao caso que aí trataste não sei em que pé está. Se ele ainda foi consultar as autoridades p^a me conceder o visa, quando o visa vier (se vier) já eu não tenho pass para embarcar e naturalmente o visa não chega. Quanto a falar com ele aqui não é possível, pois eles estão inacessíveis em Bonn, onde não existe embaixada a que eu me possa dirigir. Além disso só cá estão três dias, partindo depois p^a Berlin, pelo que têm as horas muito tomadas segundo as poucas informações que pude obter. Talvez seja possível ao V. contactar com eles. Escrevo-lhe hoje nesse sentido.

Não sei ainda se o Embaixador do Gh cá me concede visto o que devo saber amanhã ou depois. Se ele conceder, parto já p^a lá e depois se verá. Esperava uma resposta do Gh até ao dia 15 prazo que lhes sugeri, mas não veio nada. CMBADA DE BUROCRATAS...

Que há de concreto quanto ao Marc. [*Marcelino dos Santos*] e ES [*Guilherme Espírito Santo*]? Diz qualquer coisa. Sabes se a P.A. ainda tem Bolsas oferecidas pelos tipos da outra banda? Em caso positivo não seria de tentar também pedir por esse lado uma p^a o Rocha? O moço está algo desanimado por nada saber quanto à s/ pessoa. Poderá o Marc chatear mais uma vez os amigos a saber de alguma coisa? Dada a situação instável dele seria bom que ele deixasse bem encaminhada a questão de modo que o moço soubesse a resposta logo que ela viesse. Será que a resposta ainda vem este ano? Pede ao Marc que responda a tudo isto. Se alguma coisa vier a comunicar ao próprio Rocha escrevam-lhe p^a CARLOS ALBERTO ROCHA bei HERBERT DE BARY – Cretzschmarstr. 14 Francf. Diz qualquer coisa ainda esta semana. Se vier ainda alguma decisão a m/ respeito comunico-te. O V. tem visa até ao dia 30 deste mês, depois... Eu já não estou em casa da família. Era impossível continuarmos lá c/ o Paulinho que não se dava com a outra miúda e com estes dias de inverno em que tínhamos de estar todos numa casa muito pequena. Paciência. Qui vivra, verra... Saudades nossas p^a vós ambos. Um abraço do t/ ass.) L.

[*Acréscitado à mão, na margem:* O facto de eu querer ir aí relacionava-se c/ as possibilidades Túnis ou Marrocos, e ainda c/ a G[uiné]. Responde breve.]

Carta de Mário de Andrade

[*manuscrita*]

Paris, le 16-XI-59

Meu caro Lúcio,

Respondo sucintamente à tua carta de 11. Ainda não tive tempo de passar pela editorial. Escreveste para lá? Aguardo a chegada do Embaixador para tratar do teu assunto. Espero que a decisão tomada pelo Presidente de se deslocar a Moscavide não venha complicar as coisas. Conseguiste a entrevista em Bonn?

Ando aqui a ver se consigo massa, através ligações altamente sérias. Se pudesse ir ao Brasil... Como sabes, o General passará em breve por P.

O Castro [*C. Soromenho*] e o F. Costa [*José Fonseca e C.*] chegaram bem. Este último trouxe-te apenas duas publicações: «Grémio do Milho do Ultramar» (relatório de 1958) e o «Relatório do Banco de Angola» (1958). Estou a compulsá-los, neste momento. Solicita ele, F.C. ajuda nossa que eu não prometo dar. O rapaz não pertence, ao que vejo, às nossas «coisas». Consta em Lisboa (nesse meio de linguarudos lusitanos) que tu necessitas de dinheiro para ir p^a África. E é natural que os gajos comecem a divulgar que temos aqui «agências de viagem» para a G.[uiné]! É uma chatice! Recusome a dar um passo. Não entro nessas provocações. Vem com notícias alarmistas: que várias pessoas fizeram depoimentos na polícia em Luanda, acusando-me de «dirigir» de Paris planos revolucionários, etc...

Vê se «mandas calar a boca» dos nossos rapazes de L. Voltando ao teu assunto, sugiro que escrevas uma nota sobre as tuas capacidades de ensino, nos quadros da G. (teus diplomas c/ menção de disciplinas).¹ Isso facilitaria a minha tarefa, a menos que se encare a possibilidade do direito de asilo político.

Estou descredenciando na acção do Mac. A questão essencial, em meu entender, é a luta em termos concretos: G. e A. [*Angola*]. Daí a urgência da vossa partida. O nosso doutor H. [*Hugo de Menezes*] não diz nada de novo; apenas enviou bilhete para a sua noiva que já abalou.

Marcelo [*Marcelino dos Santos*] foi até Bruxelas. Não sei se já regressou. Logo tratarei do assunto do programa.

Põe-me ao corrente do desenrolar dos acontecimentos em Angola. Viriato comunica-me mais nomes de presos: Mário António e Jacinto. Tens o ABC?

Saudades à Ruth e recomendações da Sarah.

Um abraço do teu

Mário

[*Acréscitado na margem:* Aguardo a encomenda entregue ao tal Vieira.

Rectificação: Tenho de facto um jogo de talheres. Mas como enviar essa coisa para aí? Junto uma carta para o Viriato.]

Carta a Viriato da Cruz

[*dactilografada*]

Frankfurt, 16.11.59

Caro Viriato

Respondo às tuas duas últimas cartas de 13. De acordo com o telegrama. Ele porém não custa 15 pf. por palavra, mas 97. Isso é o menos, atendendo ao interesse que a

1. Pode-se ver, em Anexo nº 24, o certificado passado por Mário Soares, director do Colégio Moderno.

coisa pode ter. Envio-te uma proposta de telegrama, baseada no teu e tendo em conta sobretudo duas questões. A primeira é que o Secretário Geral não tem competência p^a fazer pressão, a segunda é o interesse que pode ter p^a os países que têm defendido a n/ questão que peçamos ao Sec. Geral que ele dê conhecimento do assunto à quarta comissão, que é a que trata dos Territórios sob tutela e não autónomos. Isso poderá provocar discussões interessantes que de qualquer maneira darão ao caso a projecção por nós requerida. Eis pois o que eu proponho:

EM NOME etc até ao primeiro «apelamos» – APELAMOS VOSSOS BONS OFÍCIOS JUNTO GOVERNO PORTUGUÊS FIM SISTEMÁTICAS ATROCIDADES E NEFANDOS ASSASSINATOS CONTRA POVO AFRICANO GUINÉ E ANGOLA LIBERTAÇÃO PRISIONEIRO POLÍTICOS SUSPENSÃO PREPARATIVOS REPRESSÃO ARMADA STOP AGRADECEMOS TRANSMITA ISTO QUARTA COMISSÃO E NOSSO PROTESTO CONTRA POSIÇÃO PORTUGUESA ONU CONTRÁRIA ESPÍRITO CARTA E DECLARAÇÃO UNIVERSAL DIREITOS HOMEM STOP

Seria por outro lado um pouco mais económico. Acresce que penso que deveríamos assinar nomes e apelidos e não só apelidos. Diz algo a este respeito; escrevi p^a Paris mandando os textos e pedindo-lhes que sugiram urgentemente quaisquer modificações ou acrescentos.

Tinha pensado que seria uma óptima ocasião p^a pedirmos p^a sermos ouvidos (o que com certeza não seria concedido, mas levantaria discussão). Sucede porém que nem temos um endereço p^a dar dada a n/ situação instável e ainda que não temos por ora possibilidades materiais de nos deslocarmos no caso hipotético de vir uma resposta afirmativa. Parece-me pois ser de aguardar melhores condições p^a um pedido de audiência que no entanto devemos começar a encarar.

Não sei se já te disse que o Marcel [*Marcelino dos Santos*] tinha recebido ordem da pol. Franc. p^a abandonar até ao dia 13 a França. Ele estava a mexer-se, não sei que resultados conseguiu.

Ciente de que tens visa até 30. E depois? Diz-me concretamente o que projectas. Eu estou praticamente na mesma situação. O Embaixador da Gu. [*Guiné*] em Paris disse que ia comunicar o m/ caso às autoridades do seu país. O Emb. do Gh. [*Ghana*] aqui ainda se não pronunciou sob[re] a cedência de um visa. Há a hipótese de partir p^a Túnis, onde ao que parece, tenho de me informar mais concretamente, não exigem visa e apenas passaporte válido, ao passo que p^a entrar no Marrocos é preciso um pass com 3 meses de validade, além de visa. Em última análise há ainda a hipótese de pedir asilo aqui, cujas informações me vão ser fornecidas pelos B [*Bowier*]. Esse asilo seria apenas p^a ter um pass de estrangeiro que permitisse ter um visto quando fosse possível, pois sem pass não há vistos. Já pensaste nisso?

De qualquer maneira esta semana tenho de tomar decisões definitivas. Se puderes escreve ainda qualquer coisa que julgues oportuno. Escusado será dizer-te que em qualquer das hipóteses estou a pensar em todos e não apenas na m/ pessoa. Escolherei aquela que me parecer mais útil p^a todos nós, Rocha inclusive. Não podemos de modo algum desamparar este moço que novo como é não receu dar o passo que deu.

Com a mudança e encaixotamento dos livros etc. tenho perdido um tempo precioso. Ainda gostava de acabar de ler o teu trabalho. O Rocha já o leu, a Ruth ainda não teve tempo e eu vou em pouco mais de metade, mas é possível que se não houver novidade o acabe hoje ou amanhã, talvez amanhã. Quero mandar-to ainda a tempo de decidires qualquer coisa com esses tipos. Até aqui acho um bom trabalho, que peca por ter sido talvez compilado à pressa, carecendo portanto que o repenses e cortes e acrescentos o que ele necessita p^a adquirir uma unidade contínua (que a m/ ver ainda não possui). Quando acabar de o ler espero dar-te uma opinião definitiva. Está contudo um trabalho importantíssimo que se impunha e que espero continue. Hoje não posso ser mais extenso. Saudades da Ruth. Um abraço do
ass.) L.

PS – Podes continuar a escrever lá p^a casa.

Carta de Viriato da Cruz

[*dactilografada*]

22.11.59

Meu caro

Respondo à tua carta de 16 do corrente.

1 – Estou de acordo com a alteração feita ao meu projecto de telegrama. Como Portugal não é, segundo suponho, cosignatário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, não sei se vale a pena falar nesta no texto do telegrama. Acho que devemos assinar nomes e apelidos. Entre o meu primeiro nome e o apelido, tira o da.

2 – Sobre a questão do programa: Prometi e fiz o que pude. Junto te envio o meu projecto. Acho, porém, que não devemos chamar a esse documento de Programa. Geralmente, um programa dimana de um Congresso de uma organização, tem um carácter sintético, ordenativo, dirige-se essencialmente aos membros da organização, traça a linha de acção e de conduta de uma organização.

Prefiro que a esse documento lhe chamemos Manifesto. Este reveste geralmente a forma de uma declaração tornada pública por uma organização. O Manifesto tem um carácter interno, mas pode também destinar-se a um público estranho à organização. Enfim, um Manifesto pode integrar e ultrapassar os limites de um programa. Além disso, um Manifesto, sem perder autoridade, dimana sempre do organismo directivo de uma organização e não de um Congresso.

Para facilitar o modo de, futuramente, nos referirmos a ele, sou de opinião de que devemos chamar-lhe «Manifesto de Novembro».¹

1. Este documento serve de base ao «Manifesto do MAC», que se encontra em Anexo nº 12.

3 – A minha posição actual (já não digo opinião) sobre a maneira de trabalharmos é, no essencial, esta: Devemos imediatamente, ultrapassar os limites da técnica de trabalho de um clube. Não podemos mais continuar a fazer um trabalho apenas entre nós, entre os membros da organização, ou entre esta e algumas chancelarias e algumas outras organizações. Isto tudo está bem. Mas falta-nos algo importante: temos também de fazer um trabalho público en tant que organização, en tant que MAC. É esta a única maneira de projectarmos o MAC no exterior, de criarmos no exterior a autoridade do MAC. Um dos meios para isso consiste na publicação, em letra de imprensa, tipográfica, de material oficial do MAC. Outro meio consiste na intervenção aberta, junto de instâncias internacionais. Esta intervenção, já que não pode ser pessoal por motivos financeiros e jurídicos até, pode e deve ser feita por telegramas, memorandos, cartas, mensagens, comunicações. Todo o material ou quase todo o material dessa nossa intervenção deverá igualmente ser publicado em letra de imprensa, em letra tipográfica, sob a forma de panfletos, brochuras ou colectâneas.

A todo o nosso material tipografado devemos dar um destino público. Quer dizer: deveremos fazer chegar esse nosso material tipografado aos nossos membros, aos nossos povos, às outras organizações dos nossos países (exemplo: UPA, PAI, etc.) às organizações similares estrangeiras, à imprensa internacional interessada no problema colonial, às chancelarias dos países africanos e asiáticos, às delegações dos países africanos e asiáticos junto da ONU, etc.

Para melhor efeito, grande parte do nosso material deverá ser traduzido ao menos em francês; e essas traduções em francês deverão ser igualmente tipografadas, impressas.

O processo do desenvolvimento de uma organização, que quer cumprir toda a sua missão, necessita de passar pelas fases em que ela se torna conhecida pelo público internacional, em que ela impõe a sua individualidade e a sua personalidade entre o conjunto das organizações políticas conhecidas, em que ela ocupa, efectivamente, um lugar próprio, seu, de direito, no conclave das organizações já bem reconhecidas; e, finalmente, em que ela, utilizando os direitos da sua posição, convoca, incita, convida, num tratamento de igual para igual, as outras organizações similares para apoiarem as suas pretensões.

Se quisermos um exemplo moderno desse processus, bastar-nos-á pensar um pouco no desenvolvimento do movimento argelino. Hoje é governo, reconhecido por altas instâncias internacionais, e ocupando, de direito, um lugar entre muitas delas.

Ora, o que pretendemos nós? Mendigar independência para os nossos povos? Pedi-la, mesmo em termos correctos? Tudo isso seria ingenuidade, incompatível já com a maturidade da nossa condição de homens adultos. Nós queremos criar Estados independentes. Em matéria política este objectivo é o mais sério dentre todos. Mas para isso, como sabemos, temos de conquistar, pela luta, que sabemos já difícil e áspera, mas que terá de ser contínua, inteligente e indomável, temos de conquistar os meios para chegarmos a esse fim. Parte desses meios está na realização por nós mesmos, pelo nosso esforço, daquelas fases de projecção do MAC que apontei acima. Sem isso, jamais sairemos de um círculo vicioso.

Além disso, a nossa projecção internacional, pelos meios que apontei, permitir-nos-á provar publicamente, com ruído, abertamente, provar diante dos nossos povos a nossa luta em defesa dos seus interesses. Os povos só apoiam àqueles que lutam pelos seus interesses. Mas os povos não podem adivinhar quem são os que lutam autenticamente pelos seus interesses. Os nossos povos necessitam também, para esse seu conhecimento, de sinais concretos da nossa acção. Um dos sinais concretos é a documentação oficial tipografada de uma organização.

[*Acrescentado à margem, à mão: Nada do que digo aqui pretende subestimar o que já fizemos até aqui. Falo aqui com os olhos orientados para frente e não para trás.*]

Repito: necessitamos de, urgentemente, ultrapassar a técnica de trabalho de um clube. Temos de crescer; temos de auto-afirmar a nossa natureza; temos de atingir rapidamente os níveis compatíveis com a natureza dos nossos objectivos e da nossa vontade.

4 – Outra questão importante: temos de acabar com o carácter impreciso, sem limites claros, indefiníveis, de alguns aspectos do MAC. Por exemplo: Qual é ou qual foi a posição definitiva de Lxa. diante dos acordos (Estatutos, Programa, Declaração de Princípios e Resoluções) feitos, há dois anos, em Paris?¹ Eu soube que houve discordâncias em Lxa. sobre os mesmos. Soube ainda que na base dessas discordâncias se encontrava um incompreensível aborrecimento pelo facto de eu não ter feito esse trabalho com os nossos amigos de Lxa quando passei por essa cidade. Os amigos de Lxa provaram assim não terem dado a mínima atenção ao facto de, alguns dias depois da minha partida de Lxa, as autoridades lusas terem procurado por mim. Eles não viram que, cumprindo disciplinadamente, o que me fora ordenado na terra, a minha conduta tinha o fundamento que a busca das autoridades lusas provou depois.

Em resumo: Essa preguiça de compreender as coisas com a ajuda de todos os elementos que a realidade nos oferece, essa mistura de sentimentos pessoais com interesses colectivos, e essa falta de preocupação de se chegar sempre a UM ACORDO GERAL, bem definido, diante do qual toda a gente se defina sem equívocos, – tudo isso não pode continuar a existir entre nós.

Nós não formamos um Círculo de beneméritos, um Círculo anarquista ou uma Sociedade de bem-pensantes. Com o nível das nossas capacidades reais e em crescimento, nós somos uma Organização (digo bem Organização) de combate para a conquista da liberdade de povos e para a formação de Estados independentes. As nossas pretensões e o cumprimento das nossas obrigações, levar-nos-ão, fatalmente, a criar, entre nós, os organismos e o espírito próprios de um governo. Não há governo sem órgão central, sem órgãos de periferia, sem força organizada. O espírito desses organismos terá de ser formado pela posição clara das pessoas, pela disciplina, pela autoridade das nossas ideias e pela autoridade pessoal dos nossos dirigentes. Sem o exercício pleno e real desse espírito todos os organismos serão sem vida.

Para vencermos a nossa posição actual precisamos de acabar, energicamente, com o espírito de concorrência pessoal que ainda existe entre nós e com essa posição contraditória das gentes que consiste em estas se suporem integradas numa organização

1. Na realidade todos estes documentos não chegaram completos a Lisboa, por impossibilidade de Amílcar Cabral.

com as nossas características e, ao mesmo tempo, se suporem inteiramente livres para disporem de si mesmas. Considero esta posição como a expressão mais intolerável da indisciplina dos membros de uma organização. Nesta situação, como poderá a nossa organização, como é indispensável, ordenar (digo bem: ordenar) missões aos seus membros? Como poderá a nossa organização pedir, como toda a autoridade, contas pela actividade marcada de cada um dos seus membros? Quem são as pessoas que têm autoridade para pedir essas contas? Em nome de que princípios e leis, com autoridade, poderão essas pessoas pedir contas?

Não estou a levantar problemas académicos, teóricos. As questões que levanto são essenciais e vitais para uma organização como a nossa. Sem definição clara de organismos e pessoas, sem autoridade de uma doutrina, sem autoridade de pessoas responsáveis, sem disciplina, sem limitação da liberdade individualidade [*sic*] diante dos interesses colectivos, sem a liquidação da concorrência pessoalista, sem tudo isto não seria possível mesmo o colonialismo luso, o domínio efectivo luso, a actividade armada e repressiva lusa. Como poderemos nós vencer o FACTO luso sem possuímos nós também, por nossa parte, meios com os mesmos níveis e com níveis superiores aos dos lusos? Sejamos realistas. O inimigo é o nosso melhor mestre – assim pensam os modernos revolucionários chineses, e este princípio é claro na sua evidência.

Espero que penses e faças pensar os outros companheiros nas ideias que exponho nesta carta. Melhor ainda: agradeço não lerdes esta carta como se ela fosse apenas uma carta privada entre dois amigos que discutem, com espírito académico, problemas de que são simples amadores.

Eu falo sério.

5 – Deram-me 15 dias de *séjour*, mas não me disseram que depois desse prazo eu estaria obrigado a deixar o país. Quer dizer que, em caso de necessidade, não está posta de parte a possibilidade de eu pedir uma prorrogação de *séjour*. Dar-ma-ão? Não ma darão? Eis o que ainda não posso responder.

Mas o que pretendo eu? Não pretendo ficar aqui, nem mais um dia, logo que saiba que tenho possibilidades para ir para um país africano livre. Esta é a minha posição fundamental, permanente. Creiam nela e contem sempre com ela. Não estou engajado aqui em nenhum emprego, com nenhum interesse, nem com nenhuma mulher (para fazer rir um bocado!). Tenho-me comportado de maneira a não prejudicar a minha possibilidade de uma mobilidade rápida em favor dos nossos interesses colectivos.

Aqui é-me, evidentemente, impossível tratar algo no sentido de conseguir uma entrada e domicílio em África. Não há aqui organismos qualificados e representativos de países africanos livres, para esse meu fim. Eis por que aguardo uma solução vinda do exterior. Talvez esteja em erro; mas neste caso agradeço um conselho.

6 – Porque é que o Marcelino recebeu ordem de abandonar o país onde está? Qual é a situação actual dele?

No dia 10 do mês corrente, remeti ao Marcelo [*Marcelino dos Santos*], do outro lado da cidade, uma carta por via aérea e registada, contendo as correcções à tradução do meu relatório ao Congresso de Roma. Agradeço que procure saber se ele recebeu essa carta, pois não gostaria que o meu relatório fosse publicado com as incorrecções de ideia que ele apresenta na forma conhecida.

7 – O telegrama para o secretário-geral tem interesse para a nossa causa e é, por outro lado, uma expressão da nossa obrigação moral perante os nossos compatriotas. Se diante dos massacres, das torturas, dos aprisionamentos dos nossos compatriotas nós formos ainda a discutir sobre a utilidade, a oportunidade e o interesse de uma intervenção aberta e firme da nossa parte, pergunto: quando será então que a nossa acção poderá ser útil, oportuna e vitalmente interessada?

Nós conhecemos os nomes das pessoas em prisão, conhecemos mais ou menos o número de assassinados, sabemos que dentre as pessoas aprisionadas estão muitos elementos essenciais, indispensáveis ao nosso combate, sabemos que essas pessoas têm atrás de si um trabalho positivo feito em condições difíceis. Ora estes factos não são bastantes para mobilizar o total da nossa emoção, dos nossos sentimentos e das nossas energias para uma intervenção aberta, firme, com fúria instintiva, em favor dos nossos irmãos? Quando os alicerces mesmos da casa que somos obrigados a habitar começam a ruir, haverá ainda lugar para se discutir, um momento sequer, no perigo das nossas vidas?

Os factos e a situação actuais dos nossos países é o coração da nossa razão de ser e de agir.

8 – Peça-te que não tomes uma só palavra desta minha carta como um ataque contra a tua pessoa. Exprimi-me com um total sentimento construtivo. As críticas que fiz, exprimi-as tendo em vista, na minha consciência, as situações de facto existentes entre nós. Não enderecei, em consciência, nenhuma das minhas apreciações a esta ou àquela pessoa. Isto não quer dizer, porém, que tenha a ilusão de que o amelhoramento [*sic*] das nossas situações de facto possa ser realizado sem uma acção destinada a amelhorar a psicologia, a ideologia, e a conduta das pessoas: da minha e das de muitos dos meus companheiros.

Saibamos aliar uma amizade sem suspeitas à expressão franca de um desejo total de progredirmos na acção rápida.

9 – O trabalho que fiz, e que tendes em mão, não está na verdade completo. A unidade que lhe falta, e a que justamente te referes, precisa de ser conseguida: mas creio ser impossível que ela venha [a] ser total, pois esse trabalho não pretende historiar, com sequência, a colonização lusa, mas sim ressaltar, revelar, criticar e ajustar à nossa óptica alguns aspectos da colonização lusa. Construindo esse trabalho com aspectos de uma realidade, ele terá necessariamente de enfermar de um certo carácter parcelar.

Que um trabalho desse género tem importância para nós é inegável, e afirmo-o sem vaidade. Antes de tudo, eu mesmo aprendi muito ao escrevê-lo. A minha consciência de combatente contra o colonialismo luso ganhou muito em convicção com o trabalho referido.

Uma convicção adquirida sobre a crítica justa de factos actuais, mas assente, por sua vez, sobre uma apreciação falsa ou incompleta dos factos passados – uma convicção assim baseada não é nem pode ser sólida. Sobre o passado do colonialismo luso e sobre a história africana, a imensa maioria dos nossos compatriotas, principalmente os que fizeram estudos em escolas lusas, tem um conhecimento respectivamente falso e nulo.

Cumprimentos a todos os amigos. Beijos ao Paulinho.

ass.) V.

P.S. Por favor, para meu sossego, acusa na volta do correio, a recepção desta carta e dos documentos juntos. Vão duas cópias deste (original e duplicado).

V.

Carta a Viriato da Cruz*[dactilografada]*

22.XI.59

Caro Viriato

Apenas devo resposta a um telegrama teu, ao qual aliás tinha respondido na véspera, ou ante véspera, sem saber. Creio que como de costume deves ter recebido essas notícias, em que eu propunha novas questões a considerar no telegrama, que é de facto no entender de todos importante. Não sei o que entretanto terás decidido acerca disso, mas aguardo as tuas notícias.

Veio uma carta do Committee of African Organisations que me esqueci de referir a última vez que te escrevi. Mostram-se dispostos a realizar as démarches por nós pedidas e interessados numa continuação de contactos. Saiu no New Statesman um artigo do BD [*Basil Davidson*] sobre as prisões em Angola. Logo que possível mandote uma cópia, ou se conseguir, um exemplar. Exceptuando umas alusões ao Henrique Galvão e portugueses de oposição, o artigo tem interesse.

Recebi ontem essa carta do M. [*Mário de Andrade*] para te enviar. Ele nada diz do texto do telegrama, pois segundo me comunicou ainda não foi à direcção de confiança buscar a carta que lhe escrevi sobre o assunto e outras questões importantes do mac. Aliás ele mostra-se descrente das possibilidades actuais do mac. Tenciono escrever-lhe, dando-lhe o meu parecer sobre este assunto. Penso que não há motivo para descremos, antes pelo contrário. O Mac é de fundação recente e, bem sei que devido a auxílios extras, tem já um activo positivo nas tarefas que se impõem. Se mais não se fez, foi porque na nossa ingenuidade política esperávamos obter mais rapidamente um apoio dos nossos irmãos de África, apoio esse que até agora tem sido igual a Zero. Mas isso não é culpa do mac e pode ser que também não seja culpa dos n/ irmãos. Creio que as deficiências inegáveis que existem devem tentar sanar-se, dentro das n/ possibilidades, quer através de uma reforma estrutural, quer pela adopção de métodos mais eficientes que requerem outra situação que não aquela em que nos encontramos.

Dentro do espírito em que temos trabalhado, e na impossibilidade de contactar com o Sékou Touré, quando aqui passou, resolvi enviar-lhe um telegrama em nome do mac em que assinávamos os dois. Eis o texto:

AU NOM DU MOVIMENTO ANTICOLONIALISTA ORGANISATION
NATIFS PAYS AFRICAINS SOUS DOMINATION PORTUGAISE SALUONS
EN LA PERSONNE DE VOTRE EXCELLENCE PAYS ET PEUPLE GUINÉENS
STOP ACCORDONS NOTRE MEILLEUR SOUTIEN VOS EFFORTS FAVEUR
UNITÉ AFRICAINE STOP SOUHAITONS BRILLANT SUCCÈS VOTRE
VOYAGE STOP VIRIATO CRUZ ET LÚCIO LARA¹

1. Tradução: “Em nome do movimento anticolonialista organização nativos países africanos sob dominação portuguesa saudamos na pessoa de vossa excelência país e povo guineenses stop Damos nosso melhor apoio vossos esforços favor unidade africana stop Desejamos brilhante sucesso vossa viagem stop Viriato Cruz e Lúcio Lara

O telegrama foi barato (5 marcos). Pareceu-me que não sendo possível cumprimentá-lo pessoalmente, como fez por exemplo em Londres o C.A.O. [*Committee of African Organisations*] seria significativo que não deixássemos de aparecer mesmo em telegrama. Comunicuei à malta de Paris.

Quanto à minha situação ela complicou-se deveras. A possibilidade remota de um fremdepass¹ torna-se bastante restritiva, na medida em que a minha saída da Alemanha passa a estar condicionada ao Governo alemão e ao Governo do País para onde eu quisesse ir, dado que passa a ser um pass sem entrada livre numa série de países. Na impossibilidade de trocar opiniões com toda a malta, tu e a malta de Paris, e perante o marasmo, ou a aparente indiferença em relação ao que se está a passar com os países nossos amigos, resolvi discutir o problema com a Ruth e com o Rocha para tomarmos decisões que se impõem sejam urgentes. Eis o que mais ou menos está resolvido:

1 – Dado que a resposta de Ghana não veio até ao dia 15, data em que eu anunciava a m/ provável partida para Paris, em busca de solução junto da Guiné, Marrocos ou Tunísia, pareceu-nos não ser de esperar uma resposta breve a tempo de me apanhar ainda com o pass válido. Acresce que eles deixaram caducar o teu pass apesar do telegrama enviado a 7 pedindo uma resposta.

2 – A tentativa de falar c/ o Embaixador do Ghana resultou infrutífera, porquanto ele está em repouso. Conseguiram falar com ele a meu respeito pedindo um visa, mas ele disse não ter poderes p^a o conceder; disse contudo ter pedido esse visa p^a Ghana, o que não deve adiantar grande coisa, pois se chegar, deve chegar com o pass caduco pelo que eu não me poderei deslocar.

3 – Tentei aqui, sem efeito uma démarche p^a falar c/ o Embaixador da Guiné; dados os cuidados de que se revestiu a passagem de Sékou em Francfort, todas essas tentativas resultaram nulas, o que me levou ao recurso do telegrama, no qual por razões que me parecem óbvias, mais não disse...

4 – Embora ele tenha prometido comunicar às autoridades do seu país o m/ caso, nada indica que a resposta esteja cá até ao fim do mês. Ele deve estar em viagem, segundo a carta que recebi ontem do Mário.

5 – O fremdepass, não sendo certo, será uma solução limitativa, porque nessa ocasião ficaremos os dois imobilizados à espera duma milagrosa solução dos países amigos, que, repito, pode bem demorar outros tantos meses.

6 – A nossa situação aqui agravou-se com a saída de casa da família, dada a despesa que somos agora obrigados a fazer. Pensamos tentar a solução de Túnis, para onde o pass português é válido sem visto, não sabendo nós ainda se não é preciso, como no caso do Marrocos, que ele seja válido por 3 meses. Nada nos garante porém que, dada a situação tunisina, com os exilados argelinos, uma situação ilegal seria bem aceite ou não.

7 – Acresce que haveria toda a vantagem em estar já alguém em Túnis, dado que dentro de dois meses se realiza lá a conferência africana. E a termos que esperar por uma resposta da G. [*Guiné*] ou do Gh. [*Ghana*] mais valia esperar lá.

1. Passaporte de estrangeiro.

8 – Dado ainda que estando o pass no fim, tanto faz ele caducar como ser apreendido pelas autoridades portuguesas, e que, se é certo como eu estou de acordo contigo, que nós devemos fazer o possível por negarmos a nacionalidade portuguesa e não nos aproveitarmos das vantagens deles, é também verdade que até hoje sempre temos vivido com o pass português na esperança de o podermos deitar fora logo que possamos obter um outro pass o que infelizmente não aconteceu, não seria de desprezar a hipótese de tentar obter um pass português, que permita pelo menos sairmos da Alemanha para África, tentando logo que possível obter um pass africano.

Em face de tudo isto, resolvi pedir amanhã o pass português; nada garante que eles mo concedam. Porém se concederem, resolvemos que eu e a Ruth partimos dentro de uma ou duas semanas para Túnis, onde de qualquer modo a vida é mais barata do que aqui, pelas informações que colhemos. Lá tentaria contactar aquele tipo que conhecemos no Congresso¹ e fazer as démarches necessárias junto de embaixadas de países africanos, a do comité afro-asiático (se lá tiver delegados) e assim apressar uma solução dos n/ problemas, principalmente o teu caso e também o do Rocha. Entretanto escreveria p^a Accra comunicando a minha nova morada, e para a Guiné, tentando outras soluções para nós. P^a o Rocha não convém a G., por não ter Universidade.

Se me recusarem o pass, estou ainda indeciso se pedirei asilo político aqui, ou aí. À primeira vista a parte de cá oferece-nos particularmente mais vantagens em comunicações. Mas há ainda o aspecto da política alemã muito «amável» p^a com Portugal, o que pode ser causa de sérios embaraços. É certo que há cá muitos argelinos nessas condições. Enfim ainda estou bastante indeciso, sobretudo porque não descortinei ainda nos países a que pedimos auxílio, uma vontade resoluta de fazerem algo. Acresce que a tua futura situação, desconhecida para mim, me faz pensar que tu ainda não encontraste nenhuma solução concreta p^a ela, por falta de um decidido apoio desse lado. Por outro lado aqui há embaixada do Gh. e aí não; e o Sékou creio não estar com vontade de ter relações diplomáticas com esse lado. Por tudo isto, resolvemos optar pela solução que particularmente me repudia, mas que em boa verdade me pareceu depois de discutirmos ser aquela que para já pode ser útil para todos os que aguardamos sair de um impasse. Será uma traição de princípios? Parece-me por um lado, por outro creio sermos levados pelas circunstâncias a adoptar esta atitude que há oito meses pensávamos desnecessária, confiados na compreensão dos n/ camaradas africanos. Há passaportes falsos. Talvez muitas vezes tenhamos de nos servir deles. Concordamos em que este, se for concedido, pertencerá a esta categoria. Comunicar-te-ei breve o resultado das n/ diligências. Irrita-me não podermos estar juntos para melhor discutirmos estas questões.

Tanto estamos a falar em ti que o Paulinho perguntou agora se tu vinhas cá.

Li o teu trabalho. Parabéns. Está uma obra de envergadura que deve prosseguir. Até para isso precisamos de estar juntos, pois entre os meus livros tenho algo que julgo te deverá interessar. Infelizmente está tudo num armazém encaixotado.

1. *Referência ao encontro com Franz Fanon, aquando da Conferência de Escritores e Artistas Negros, em Roma.*

Como creio ter-te dito na última carta, parece-me que o trabalho tem «pontos de descontinuidade», saltos que se devem harmonizar melhor. Creio também que há questões que carecem de maior desenvolvimento, que poderá ser obtido pelo estudo de outras obras. Isso serão questões que tu próprio depois de algum tempo e depois de consultar outros dados verás por uma cuidada leitura. Uma crítica de um ponto de vista histórico não está ao m/ alcance, dada a m/ pouca cultura dessa matéria. Sente-se porém que a obra tem vigor e é quanto a mim muito importante. Impõe-se que a obra continue, para que comece finalmente a publicar-se a «verdadeira» história do nosso povo frente à colonização portuguesa. Sempre que possível anotei pequenas emendas que talvez te tenham passado despercebidas na rapidez c/ que foste obrigado a trabalhar.

Devolvo-te agora, e junto uma cópia do capítulo que trata dos «contratos de Angola» tirada dos Anais, pelo Rocha, a m/ pedido. Espero que te seja útil.

Li há tempos que o Mingas [André M.] tinha sido retirado do serviço, por estar preso às ordens da Pide. Entretanto estavam a preparar um processo disciplinar. Creio que vinha no Jornal do Congo.

Por hoje, nada mais. Escreve e diz o que pensas de tudo isto. Que há quanto ao telegrama? Precisas de mais dinheiro? Um abraço da Ruth.

Abraça-te o

Carta a Viriato da Cruz

[dactilografada]

Frankfurt, 26 de Novembro [de 1959]

Meu caro

Recebi só ontem a tua carta de 22, contendo o Manifesto. Antes que me esqueça, peço-te que me digas se recebeste a Présence [P. Africaine] que foi enviada em teu nome para casa da m/ família e que para aí remeti. Espero que tenhas também recebido a minha carta de 22 em que te dizia que tinha resolvido, depois de uma apreciação da questão com a Ruth e com o Rocha, pedir passaporte ao Consulado português. Estou já de posse do novo passaporte o que me faz pensar que nada consta a meu respeito nos consulados. É muito chato ter de recorrer a uma solução dessas precisamente quando tenciono subscrever um telegrama para o Secretário Geral, mas pareceu-nos ser a única chance para sair da Alemanha, onde agora já nem se põe o problema da economia, por já não estarmos a viver em casa da família. Ao que parece a vida é mais barata na Tunísia, segundo um artigo que lemos numa revista que descreve a viagem de um casal de Turistas. Eles davam o preço dos bons hotéis de lá que é metade do que estamos aqui a pagar numa pensão. Acresce como já te disse que a dar-se a circunstância de termos de esperar mais tempo ainda por uma solução do Ghana ou da Guiné, sempre estamos em País africano, onde ainda por cima se deve começar em breve a preparar a Conferência Africana. Também é possível que lá encontre o fio

que nos leve ao apoio da Solidariedade Afro-Asiática. Deve haver lá encarregados de Negócios ou embaixadores dos países por que nos interessamos e deve ser portanto mais fácil pelo menos falar com eles.

Um aspecto que ajudou a que decidíssemos por esta solução foi também a necessidade de nos desenrascarmos sem a interferência pouco desejável dos B. [Bouvier] que desde que eu aceitei que ele tentasse através do tal seu «amigo» arranjar-me uma entrevista com o embaixador em Bonn ou um visa de 21 dias para o Gh., ficou convencido que eu tinha depositado todo o m/ problema nas suas mãos e que eles é que me iriam arranjar soluções para tudo. Evidentemente pus-me sempre na retranca, para evitar até ter que arranjar pretextos e aldrabices para não os pôr dentro dos meus problemas. Analisando a seco a questão do pass português, creio que de qualquer modo ele vem a ser muito mais útil à nossa luta (na sua fase presente) do que qualquer outra solução que me imobilizaria; a menos que os nossos amigos nos enviassem passes como lhes pedimos, o que a acontecer, é possível que ainda demore.

Em face da nova situação, repito, uma hipótese se me põe cada vez mais insistentemente. Entrar já em África, pela África do Norte. Para fazer o quê?

1 – Em primeiro lugar continuo a achar que devemos aceitar uma possível resposta favorável do Gh. ou da Gu. Aquele parece-me no momento mais conveniente, dada a existência oficial de um Bureau para as questões africanas, coisa que ainda não existe na segunda. Mas a Gu. deve constituir por outro lado uma experiência mais interessante para nós, dadas as condições estruturais quase nulas de que partiu. Não estamos neste momento em condições de escolher, pois tudo depende da aceitação deles. É certo que o Men. [Hugo de Menezes] está lá pois se dirigiu ao S.T. [Sékou Touré] creio que com a interferência do Committee of African Organisations e trabalha num Hospital. Há uma ou duas semanas partiu para lá a noiva dele, vinda de Lisboa. É um precedente favorável, como precedente é a aceitação em Gh. do Ventura [Holden Roberto]. Mas parece-me que nós devemos fazer todos os esforços para irmos para o mesmo local. Temos visto nesta curta fase «experimental» os inconvenientes e os atrasos que resultam de uma forçada correspondência que cada vez necessitará de ser mais cuidadosa frente a possíveis interferências.

O Mário põe-me a questão de eu ir trabalhar p^a a Guiné, como aliás pensava fazer quando abandonei Portugal. Mas essa questão p^a mim só terá sentido se eu souber que tu também estás disposto a ir para lá trabalhar, e que as autoridades lá nos concedem pelo menos grande parte das questões que lhes pusemos no Memo. Pelo que escreves, depreendo que te é indiferente o País p^a onde pretendemos emigrar, desde que ele nos assegure o cumprimento das tarefas impostas pela n/ luta. Eu penso assim, mas devo dizer que prefiro uma solução Gu. ou Gh. a uma solução África do Norte.

2 – Em todo o caso se na Tunísia encontrar possibilidades de trabalho que me facilitem ficar lá até obter uma solução concreta no Sul, estou decidido a aceitar. Na Tunísia CREIO haver boas possibilidades de contacto quer com os organismos panafr., como com os afro-asiát. e mesmo c/ aquele amigo com quem falámos no café romano.¹ Tenciono logo que chegue procurar pôr-me em contacto com os tipos do Sul, através

1. Franz Fanon.

de embaixada, quanto à Gu. e directamente quanto ao Gh. A estes penso que devo escrever (ainda uma vez) para a semana, dizendo que em virtude de não ter recebido qualquer resposta até agora, e não sabendo quanto tempo terei ainda de esperar por uma solução para a n/ questão, vejo-me obrigado por todas as razões a abandonar a Alemanha e ir para a Tunísia e a procurar outras saídas para os nossos affaires. Parece-me ser de lhes dizer que na Tunísia procuraria na Emb. do Gh. saber se eles para lá tinham comunicado qualquer coisa, antes de tentar novas démarches (o que aliás já lhes disse na última carta, embora desse a entender que continuava à espera de uma decisão deles e que portanto o que arranjassem teria um carácter provisório). Insistiria no teu caso que se me afigura complicado por não haver aí representação diplomática deles e tu não te poderes deslocar ao Ocidente. Isso faz-me crer que de duas uma: ou tu consegues que esses tipos te abonem um pass e depois seria apenas uma questão de visa ou então o que se me afigura que tem de ser mesmo, é necessário arranjar um pass africano para ti. É isto que eu penso que devo tentar resolver em Túnis, a obtenção de um pass para ti, seja de quem for. Esta carta p^a o Gh. se estiveres de acordo que se escreva, podes tu fazer. Tens aí cópias das cartas deles e de quase todas que eu escrevi.

Penso por outro lado que é de fazer nova insistência para a G. que nunca se fez. Parece-me que se podia escrever directamente ao «primeiro destinatário», através da Embaixada de Paris, lembrando o mem. e expondo a actual situação.

Por outro lado, na carta do Gh. convém frisar a situação do Rocha, a quem eles já deram autorização p^a entrar, sem concretizar se lhe concediam a bolsa pedida, pondo como condição ele pagar a passagem, mas sem sequer lhe mandarem o visto requerido já que não se pode embarcar sem esse visto. Cada vez que penso naqueles tipos irritome. Ainda não deram uma única resposta CONCRETA a tudo o que se lhes tem perguntado. Afinal para quê os curriculum vitae e as fotos há tanto tempo enviadas?

3 – Em Túnis há por outro lado, como sabes, o aspecto da futura conf. Af. Uma questão se nos põe desde já. Perante a indiferença «aparente» pelo menos, com que o Comité executivo da Conf. de Accra tem recebido as nossas cartas como actuaremos em relação a esta conferência? Creio que tem interesse requerermos a aceitação de delegados nossos. O facto de ela se realizar dentro de dois meses obriga-nos a que não descuremos uma preparação eventualmente necessária. Eu estava a alinhar e continuarei a fazê-lo, dados que servissem para uma Mensagem ou uma intervenção, conforme o carácter que tomasse a n/ representação (oficial ou não). Como sempre, porém, tenho presente que de todos nós tu és o mais verdadeiramente armado do convívio do nosso Povo, necessário para exprimir os seus mais profundos anseios. Se estivéssemos juntos, podíamos de comum acordo e com elementos que os nossos companheiros de Ps. [Paris] e de La. [Lisboa] trabalhar nessa questão. Isso não acontece e a coisa tem que ser feita. Sem querer descarregar para cima de ti mais um trabalho, sugiro que pelo menos ordenes os tópicos que entendes devam figurar em semelhante documento. Eu poderia redigi-lo com os tópicos que teria, enviar-te-ia para Paris para ser corrigido no que fosse preciso e aumentado, e depois enviaríamos o documento. Se por acaso algum de nós lá estivesse e pudesse lê-lo, fá-lo-ia, caso contrário seria junto, creio, aos documentos da conferência.

De qualquer maneira penso que independentemente do que eu puder a tal respeito fazer em Túnis, temos de voltar a comunicar com esse «silencioso» comité executivo para ver como é que eles encaram o aparecimento de uma delegação nossa em Túnis.

É de não esquecer que o Barden na sua última carta diz que nos manda (ainda não chegaram) os documentos últimos da Conf. de Accra p^a os «estudarmos e ficarmos a conhecer o que pensa o Hon. Chairman acerca das questões africanas». A propósito do tratamento do Nk. [*Kwame Nkrumah*] como deves já ter reparado é Rt. Hon. (Right Honourable) e não só Hon. como nós o tratávamos. Bem sei que nós nos dirigíamos ao Chairm. de um partido, mas é possível que os tipos com os seus hábitos «britânicos» se chateiem com estas coisas. Aliás o Barden insiste no Rt.

Mas como ia a dizer, o facto de nos enviarem os documentos das últimas reuniões do Bureau da Conf. pode querer «aparentar» dar uma satisfação ao que lhes temos pedido, mas considero que se assim for essa satisfação não é válida, porque emana de um órgão do governo do Gh. (o B.A.A.) e não da própria Conf.

Creio que, ainda quanto à Conferência, seria de considerar a distribuição do Manifesto, traduzido em francês, ou pelo menos de uma síntese compreendendo os pontos fundamentais desse Manifesto. Sobre ele pronunciar-me-ei noutra ocasião, digo, noutro lugar desta carta.

4 – Ainda quanto a Túnis seria bom, a meu ver, tentar continuar o estabelecimento de pontes que o Abel [*Amílcar Cabral*] tentou noutras paragens. Além de ver as possibilidades de uma mais íntima colaboração com os afro-asiat., seria de encarar uma melhor aproximação e troca de pontos de vista a propósito do café romano, em que inclusivamente se analisaria o problema à luz dos recentes acontecimentos.

Quanto ao telegrama aguardarei ainda até ao fim da semana carta de Paris embora já saiba que eles estão de acordo, pelo menos o Mário, receio que eles proponham quaisquer modificações interessantes, ou sugiram algo mais a considerar. Por outro lado, ainda não se entrou na alínea em que habitualmente se discute a questão portuguesa, embora há três dias o representante da Guiné, Ismael Touré, se tenha referido ao caso portuga. Estamos pois mesmo na boa ocasião de enviar o telegrama. Fá-lo-ei segunda feira à tarde, depois de vir o correio. Se receberes esta no sábado, e ainda quiseres dizer algo a propósito, creio poderes escrever expresso p^a aqui para a pensão. (L. LARA – HOTEL-PENSION SATTLER, BEETHOVENSTR. 46). Creio mesmo ser preferível utilizares esta morada até aviso em contrário, pois eu só vou a casa da família de dois em dois dias buscar o correio e pode ser que haja conveniência em responder logo no mesmo dia.

Continuo na expectativa de te permitirem que continues aí. Hoje junto mais 100 DM. Tenciono ver a possibilidade de trocar o dinheiro em cheques de viagem e enviar-te pelo menos uma parte dele, ou então conservar esses cheques em meu poder para eventualmente te enviar quando fosse necessário. Creio ter-te dito que não penso ser possível recebermos mais massa por estes tempos mais próximos dos n/ amigos, porque sei o que representa para Lx. conseguirem-se 10 contos.

Tenho oportunidade de enviar com certa segurança para Lx. um resumo das nossas actividades e da actual situação. Penso também fazer lá chegar o projecto de Manifesto,

para que na medida do possível eles nos enviassem o seu parecer. Esta chatice das comunicações ainda não está bem resolvida. Vou sugerir que venha um tipo de direcção cá fora aproveitando as férias de Natal, para se assentar em moldes precisos de trabalho, que são difíceis de estabelecer por carta. Quero pedir-lhes também que respondam às proposições formuladas por nós no relatório que lhes enviámos em Setembro, por nós aí redigido em agosto. Tenciono pôr-lhes além de tudo os problemas de tipos nas condições do Horta e da Ruth, sem falar em nomes. Resumir-lhes-ei toda a n/ experiência recente que nos leva a rever determinados pontos em que assentava a organização, nomeadamente a necessidade de um aparecimento mais público, com que estou de acordo, convencido mesmo que só assim o Mac conseguirá ser considerado pelos n/ povos. Pedir-lhes-ei que tentem ajudar-nos a estabelecer com eles contactos profícuos que permitam que tomemos decisões apoiadas no seu acordo, sendo para isso necessário que se estruture o Mac nas melhores condições. Sugerir-lhes-ei o essencial das tuas proposições de há tempos, quanto a organização. Falar-lhes-ei do problema do material impresso, por ti ultimamente exposto. Tentarei saber o que se passou com os subterrâneos, lá.

Estou de acordo contigo na necessidade de haver material impresso. É um problema já por nós discutido aqui, noutros moldes embora. Toda a n/ luta em tentar conseguir uma «base de operações» tem em vista esse problema, entre outros.

Enganas-te ao dizer que houve discordâncias quanto aos «Acordos» de Paris, de 1957, em Lx e que essas discordâncias estavam na base de um incompreensível aborrecimento por tu não o teres feito lá. Isso não é verdade e quem te informou informou-te mal. Esses documentos ficaram sempre em poder de quem os recebeu. Essa pessoa ou por questões de segurança pessoal, ou por impossibilidade (em determinada altura desapareceu de Lisboa) nunca os trouxe ao n/ conhecimento a não ser na primeira reunião em que ficou decidido que eu iria a Paris. Refiro-me claro ao Abel. Essa primeira organização assentava em bases falsas, pelo menos quanto a Lisboa. Dela faziam parte meia dúzia de tipos que na sua maior parte tinham perdido o contacto com a nova geração e que portanto não conseguiram alargar verdadeiramente o Movimento.¹ Isso conseguiu-se apenas com a fusão de que saiu o Mac. Em Lisboa é muito difícil a malta juntar-se, já pela dificuldade de arranjar um local insuspeito, já porque se torna sempre difícil encontrar dias e horas convenientes para todos. Claro que gente disposta a lutar conscientemente não pode deixar-se vencer por tão pequenas dificuldades. Mas tudo isso leva tempo a adquirir e receio bem que ainda se não tenha saído dos moldes antigos de trabalho, que poucos frutos davam. Para te falar com franqueza e sem quaisquer prosápias, creio que uma das tarefas que aos que estamos de fora cabem, particularmente, é precisamente puxar a malta a um trabalho cada vez mais responsável e adulto. O ambiente em Portugal é por si próprio pouco favorável ao «épanouissement» de métodos eficazes de luta. Eu tenho bem a consciência disso. Que os métodos actuais têm de mudar, isso é incontestável, sabemos-lo bem. O que é preciso é que mostremos aos n/ camaradas de L^a a razão por

1. *Infelizmente não me recordo de pormenores que possam esclarecer melhor este assunto.*

que pensamos isso e nos esforcemos por o fazer discutir os n/ pontos de vista, não pelo prazer de discutir, claro, mas no desejo firme de contribuir para o progresso da Luta.

Quanto a todas as outras observações que fazes, deves saber que estou de acordo e que na medida do possível me esforçarei por as levar à prática.

Li já duas vezes o Manifesto. Numa delas fizemos aqui uma leitura conjunta seguida de uma pequena apreciação. Agora tencionamos discutir mais pormenorizadamente. Não te falarei hoje no assunto, pois teria talvez de me alongar e não posso ainda dizer muito de definitivo quanto ao meu parecer.

A m/ primeira impressão (é só uma primeira impressão) é que ele contém tudo o que deverá conter um Manifesto deste género. Talvez interessasse ter em conta, concretizando, algumas das lutas mais conhecidas dos povos africanos sob dominação portuguesa. Refiro-me por ex. ao caso de S. Tomé, ao caso de Catete, etc. Por outro lado parece-me também ser de sistematizar, pondo-os mais em evidência, os objectivos do Mac. Tentarei explicar melhor estas considerações numa próxima carta. Não gosto de fazer apreciações assim de um modo abstracto. Acho em todo o caso que não faço mal em mandar já este projecto p^a Lx. se for possível, para que a malta lá sinta que se trata de um problema importante, cuja solução é necessária em breve.

Nada sei do que se passou c/ o Marcel[ino]. Sei que ele foi à Bélgica e penso que o fez para ter mais três meses quando regressar a França. Tentarei saber se ele recebeu as tuas correcções.

Espero que tenhas recebido o teu trabalho e a cópia do capítulo que te interessava dos ANAIS de ANGOLA.

Consta em Lisboa (imagina a estupidez) que o Governo me teria convidado e a mais três (?) para regressarmos a Portugal. Esta notícia vem-me do Ernesto [E. Lara Filho]. Ele diz-me também que a «coisa em Angola continua dura» e que o Ferreira Mendes (não conheço) voltou a ser preso, estando agora na Casa de Reclusão.

Bem, não me alongo. Escreve logo que possas e diz-me o que pensas sobre a n/ abalada p^a a Tunísia. A não haver desacordo da v/ parte, penso abalar dentro de duas semanas, para dar tempo ainda a tratar do estabelecimento de certas ligações.

Saudades da Ruth. Um grande abraço

Relatório à secção do MAC de Lisboa

[manuscrito por Lúcio Lara, em letra muito pequena]

Amigo - Aproveito uma oportunidade para tentar enviar-vos este projecto de manifesto p^a n/ uma carta. O Mac tem de ser estruturado no sentido de ser + eficiente e de poder realizar as tarefas que a si próprio se impôs. Em Setembro sugerimo-vos a nomeação de um executivo que pudesse actuar com mais liberdade de movimentos, seguro de que tinha a confiança do Movimento. De todos os n/ pedidos apenas recebemos a massa, mas urge que a estrutura do Mac seja definida. Temos presentes as difíceis condições em que se trabalha aí, sobretudo após os acontecimentos de Angola e Moçambique e Guiné, mas precisamos de estar apoiados c/ a vossa assistência, quer em notícias, quer em instruções p^a nos podermos desempenhar eficientemente das n/ tarefas. Vou tentar resumir (o tempo é escassíssimo, pois a oportunidade surgida, vai-se embora amanhã) o n/ trabalho e o n/ pensamento acerca do futuro do movimento. Esta vai por alguém que não sabe o que leva, pois apenas lhe pedi p^a levar uma caixa de bombons p^a pessoa amiga. Esta pessoa amiga receberá uma carta m/ pedindo-lhe que faça o favor de entregar os bombons a um de vós. Este parêntesis tem por fim dar-vos uma ideia de como a coisa seguiu. Tem de se correr algum risco, mas parece-me que o risco não é grande. Oxalá não me engane.

Amigos – Aproveito uma oportunidade para tentar enviar-vos este projecto de manifesto. Da n/ actividade no campo intern.[acional] resultou p^a nós uma certeza: O Mac tem de ser estruturado no sentido de ser + eficiente e de poder realizar as tarefas que a si próprio se impôs. Em Setembro sugerimo-vos a nomeação de um executivo que pudesse actuar com mais liberdade de movimentos, seguro de que tinha a confiança do Movimento. De todos os n/ pedidos apenas recebemos a massa, mas urge que a estrutura do Mac seja definida. Temos presentes as difíceis condições em que se trabalha aí, sobretudo após os acontecimentos de Angola e Moçambique e Guiné, mas precisamos de estar apoiados c/ a vossa assistência, quer em notícias, quer em instruções p^a nos podermos desempenhar eficientemente das n/ tarefas. Vou tentar resumir (o tempo é escassíssimo, pois a oportunidade surgida, vai-se embora amanhã) o n/ trabalho e o n/ pensamento acerca do futuro do movimento. Esta vai por alguém que não sabe o que leva, pois apenas lhe pedi p^a levar uma caixa de bombons p^a pessoa amiga. Esta pessoa amiga receberá uma carta m/ pedindo-lhe que faça o favor de entregar os bombons a um de vós. Este parêntesis tem por fim dar-vos uma ideia de como a coisa seguiu. Tem de se correr algum risco, mas parece-me que o risco não é grande. Oxalá não me engane.

A falta de comunicações bem organizadas obriga-nos a isso, pois é impossível continuarmos a actuar sem o vosso parecer e mesmo as v/ sugestões.

N/ situação actual – A última carta (recebida há um mês de Barden) dizia que o «patrão» se estava a ocupar pessoalmente do n/ caso, que teria uma solução as soon as possible. Porém essa resposta nunca veio. Um de nós está imobilizado sem passaporte, outro conseguiu renová-lo. O que conseguiu renovar, na impossibilidade de continuar na Alemanha, onde passou a ter de viver numa pensão, resolveu partir dentro de 12 dias para a Áfr. do Norte, onde a vida é + barata e onde se realiza em Janeiro de 1955 [sic] a conf. dos povos africanos. Ali pensa alcançar contactos que permitam desenrascar a malta, tendo ou não passaporte. Tenciona ainda, se tiver de aguardar a solução de Barden muito tempo, tentar ser reconhecido como delegado na Conf. Africana, apresentando um relatório sobre a situação actual das col. port. O outro membro está imobilizado em Berlim, mas continua em contacto e agindo a favor da organização.

Actividades – Sobre os acontecimentos da Guiné e Angola, escrevemos cartas à Conf. de Accra, Conf. do Cairo, Committee African Organ. (Londres), Associação Cultural do Negro Brasileiro; saiu um art^o no jornal Belga «La Gauche» de que enviamos 4 exemplares p^a Lx, no jornal inglês (New Statesman nº 1497 de 21 de Novembro de 1959), em jornais da Alemanha Oriental e proximam/ num jornal da Alemanha Ocidental. Ainda estes dias resolvemos enviar em nome do Mac ao Secretário Geral da ONU (Mr. H [Dag Hamarskjold]) um telegrama que será redigido nestes termos: EM NOME MOVIM. ANTI-COLONIAL ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE NATIVOS TODOS PAÍSES AFRICANOS SOB REGIME COLONIAL PORTUGUÊS APELAMOS VOSSOS BONS OFÍCIOS JUNTO GOVERNO PORTUGUÊS FIM SISTEMÁTICAS ATROCIDADES E NEFANDOS ASSASSINATOS CONTRA POVO AFRICANO GUINÉ E ANGOLA LIBERTAÇÃO PRISIONEIRAS POLÍTICAS SUSPENSÃO PREPARATIVOS REPRESSÃO ARMADA STOP AGRADECEMOS TRANSMITA ISTO QUARTA COMISSÃO BEM COMO NOSSO

PROTESTO CONTRA POSIÇÃO PORTUGUESA ONU CONTRÁRIA ESPÍRITO CARTA E DECLARAÇÃO UNIVERSAL DIREITOS DO HOMEM (Ass. L.L. e V.C.). Receamos que discordem desta n/ atitude de enviar o telegrama. A realidade é que é preciso que tomemos atitudes deste género para ganhar a confiança dos n/ irmãos africanos, e que somos os únicos que neste momento podem fazer algo deste tipo em benefício dos que jazem nas masmorras portuguesas e em memória dos que perderam a vida.

Gostaríamos de saber a v/ opinião. Ela pode ser enviada, se escreverem até ao dia 7 daí, para a m/ morada que conhecem aqui. Tenciono partir cerca do dia 12 ou 13 p^a a Áf. do N. O telegrama vai já, pois está-se a entrar na altura da agenda em que virão à baila as colónias port. na ONU, e esse telegrama pode ser um bom argumento p^a os países amigos tentarem condenar a acção portuguesa. Entendemos que só com dinamismo poderemos levar a cabo a n/ missão e conseguir estruturar uma verdadeira luta de libertação colonial. Temos de fazer sacrifícios enormes para não deixar perder o que os n/ irmãos tão duramente já conseguiram.

Quando aqui passou o Sékou Touré enviámos-lhe um telegrama nestes termos: «Em nome do Mac Organização nativos países africanos sob domin. port. saudamos na pessoa de Vossa Excelência país e povo Guineense stop Damos o n/ melhor apoio vossos esforços favor unidade africana stop Desejamos Brilhante sucesso vossa viagem (V.C. e L.L.)» O Committee of African Organisations (de Londres) respondeu-nos dizendo que fariam tudo para dar a conhecer os crimes actuais nas colónias portuguesas. Nas n/ cartas p^a Accra, Cairo e Londres pedíamos que telegrafassem ao Governo português exigindo a libert. dos presos. A Présence Africaine tb vai telegrafar, se é que já não telegrafou. Dois elementos de Paris viram a sua renovação de séjour negada pela Polícia francesa, sob pressão do Governo Português. Tiveram de sair de França e entrar de novo p^a terem os vulgares 3 meses concedidos a turistas. As idas para África ainda não estão bem reguladas, por causa de muita burocracia. Temos esperança de que se regularão, mas não sabemos quando. Pensamos que o n/ amigo¹ que aqui esteve connosco há tempos corre perigo e que deve safar-se o mais cedo possível.

A Conf. Accra não respondeu a nenhuma das cartas que escrevemos sobre filiação. Sabemos que vêm, no entanto, a caminho documentos da última reunião do s/ bureau, quando Nkrumah falou de Angola. O Cairo tem-nos enviado um exemplar dos seus documentos. Já pedimos mais, que tentaremos fazer-vos chegar. Precisamos de moradas. O m/ correio tem-me chegado sempre intacto, o que faz crer que a vigilância dos correios não é grande. Uma das pessoas a quem enviei «A gauche» [sic] acusou a recepção. Falaremos agora de organização.

ORGANIZAÇÃO – A experiência mostra-nos que em certos aspectos o Mac funciona deficientemente. Sobretudo falta de contacto entre os de fora e os de dentro, e falta de coordenação. Se é certo que um movimento não pode ter estatutos, nada nos impede de possuímos duas coisas fundamentais. Uma seria um Regulamento interno que daria uma estrutura ao Mac e apontaria a cada Membro as suas responsabilidades,

1. Amílcar Cabral.

e o limite dessas responsabilidades. Isso permite que cada um saiba o que deve e o que pode fazer, coisa que é muito importante. A outra coisa fundamental é a necessidade de se conhecerem sem margens de dúvidas quais os objectivos do Mac. Necessitam dele os aderentes que pretendam arranjar novos aderentes; necessitam dele os aderentes que pretendam realizar as tarefas internacionais do movimento. Necessita deles o Mac para poder ser levado a sério pelas outras organizações Africanas. Vamos dar a nossa opinião a respeito da estruturação do Mac. O Mac aspira [a] interpretar os anseios dos povos das colónias portuguesas, pode portanto aspirar a ser um dia, logo que possível, um conselho de coordenação das frentes patrióticas que viessem a organizar-se nas colónias. A isto se devia propor o Mac. Ele possui já uma pequena experiência internacional que pode vir a ser útil às referidas frentes patrióticas que se venham a organizar e que esperamos se organizem breve. Não seria mesmo necessário aguardar que essas frentes se formassem em todos os países. Logo que elas estivessem formadas em 2, por ex., Angola e Guiné, o Mac poderia passar a ser o tal Conselho de coordenação da luta dessas frentes, no que elas tivessem de comum. Há tempos recebemos uma carta de Conakry, de um Guineense que não conhecemos, contando-nos os acontecimentos de Bissau e pedindo ao Mac que ajude os guineenses exilados na Rep. da Guiné, a organizarem-se p^a a luta. Se nós soubéssemos de organizações da Guiné sob dom. port. teríamos posto este homem em contacto com essas organizações, pois parece-nos q. a n/ missão é integrar a malta nas lutas dos seus próprios países. Parece-nos, agora quanto a organização, que era necessário haver cá fora pelo menos 2 indivíduos ligados ou pertencentes à direcção, com possibilidade de actuação livre, numa base de confiança. Podia ser por ex. um de p. [Portugal] e outro daqui. Este aspecto é importantíssimo e pedimos solução urgente. (Receberam ou não o relatório enviado em Setembro? Nele falávamos de um executivo. Nada nos disseram sobre isso...) Os Directórios devem ser alargados quanto antes. Um Director e 2 membros com a mesma responsabilidade pelo trabalho do Directório. O Direct. de controle talvez devesse conter + membros. O Dir. das finanças deve inventar maneiras de fabricar massa. Sem massa não se faz nada. Estamos a guardar ciosam/ o dinheiro que recebemos p^a viagens, mas em correios gasta-se uma fortuna... Sugerimos que o comité de propaganda deva também ter delegados cá fora. Estes encarregar-se-iam duma propaganda internacional e traduziriam os artigos dos membros do Mac a publicar na Imp. estrangeira. A este propósito existem cá fora duas pessoas (ambas portuguesas, mas já com um bom trabalho ao n/ lado) que nos parecem ser de integrar no Mac, no Comité de propaganda. Dadas as reservas que inicialm/ fizemos, queremos saber o que pensam vocês a este respeito. Foi aqui integrado um moço que veio por vós recomendado p^a arranjar uma bolsa. (O caso está a ser tratado por várias vias, mas ainda não está resolvido. Os pedidos de bolsa devem ser enviados com a maior antecedência possível. Digamos 6 a 3 meses antes do início do ano lectivo).

Quanto ao Manifesto, achamo-lo como disse mto necessário. Pensamos mesmo imprimi-lo logo que possível, bem como outro material do Mac. Este que aqui vai é um projecto para vocês discutirem. Concordo com toda a introdução histórica, mas acho-o pouco preciso, algo «diluído» quanto ao que trata dos objectivos. Discutam vocês aí a coisa e mandem as emendas que acharem necessárias. DIGAM ALGO A ESTE RESPEITO. Dentro de uma carta dirigida a Erwin Smith, registada e expresso.

Há aí quem tenha a morada deste senhor. Mandem até ao dia 11 cá, se vos for possível. A morada daquele senhor é do v/ conhecimento. Foi onde eu vivi quando vim p^a cá. Receberão em breve outra morada, talvez na Bélgica. Guardem-na ciosamente e só a utilizem quando necessário. Metam o que se destina a nós num envelope onde escrevem apenas Rui. Outro envelope, encerrando aquele, terá então a morada que enviarei. Esta será para depois do dia 11, em que possivelm/ já não estarei aqui.

Voltando ao Manifesto, ele poderá depois ser difundido entre os aderentes e mesmo enviado para os nossos países. Será também dado a conhecer às organizações internacionais n/ amigas, e por isso convinha que já pudesse ser distribuído na próxima Conferência de Túnis.

PARECE-NOS SER DE ABSOLUTA necessidade que um membro da Direcção, pelo menos, saia de Portugal aproveitando as férias do Natal ou antes. Haveria ensejo p^a tratar em Paris ou qualquer outro sítio de uma imensidão de problemas e de ficarmos ao corrente do que se passa aí e vocês do que se passa cá fora. Claro que teria de ser alguém que regressasse. Comecem já a pensar nisso. Nem que seja por uma semana. Convinha era avisarem com antecedência se estão ou não dispostos a isso. É IMPERIOSO, como vocês devem calcular. Como tem andado o Mac aí? Progride ou não? Há que dilatá-lo. É preciso confiar na malta e falar-lhes (aos novos) na s/ existência. Se puderem distribuam por todos (não esqueçam os protestantes) o telegrama às N.U. e ao S.T. [Sékou Touré]. Quando o Manifesto estiver discutido e impresso, convém espalhá-lo. Soubemos aqui haver muita gente nova interessada na luta. Cremos ser necessário mobilizar à grande. Se puderem enviem sempre livros c/ dados estatísticos sobre as n/ terras e outras coisas. Até aqui tenho recebido jornais de Angola, e livros que eu próprio tenho mandado vir. Tudo nos faz falta, até gente. Mandem uma antologia editada pela CEI [*Casa dos Estudantes do Império*].

PRECISAMOS das fotografias dos presos. Isso faz falta para artigos. Sempre que haja algo anormal comuniquem. Temos de aproveitar o tempo favorável à n/ luta. Tentem informar-nos do que se passa nas nossas terras, prisões, etc. Soubemos de tudo por outros que não vós. Isto não é de modo nenhum querermos menosprezar o v/ trabalho que bem sabemos fazer-se em condições árduas. É apenas chamar a atenção para certas deficiências nossas que temos de ultrapassar.

Outra coisa – Qdo saí daí estava para haver um encontro c/ uns tipos.¹ Chegou a haver? Decidiu-se algo? É que amigos desses tipos abordaram amigos nossos, propondo um encontro para discutir sobre uma colaboração futura. A n/ situação é de reserva, até sabermos o que se passou aí. Somos de parecer que um cauteloso contacto é desejável, mas sem quaisquer compromissos. Prefiro guardar este assunto para ser relatado à pessoa que daí vier nas férias do Natal. Encarem isso, por favor. Claro que se quiser vir alguém para ficar, sujeitando-se a todas as primeiras dificuldades a vencer, isso será óptimo. O que se impõe mesmo é SAÍDA DE GENTE CAPAZ E UMA BOA ESTRUTURAÇÃO DO MAC.

1. *Do Partido Comunista Português. Não me recordo de mais pormenores.*

Muita coisa haveria a dizer, mas não só é demasiado perigoso, mas também difícil, pois só agora pensei que podia tentar esta chance de comunicar convosco, pelo que não tenho um relatório convenientem/ preparado. RESPONDAM POR FAVOR. ABRAÇOS. QUE A NOSSA LUTA SE CONCRETIZE E PROGRIDA. Separem as margens escritas.

Carta de Mário de Andrade

[manuscrita]

Paris, le 27.IX.59
[mas deve ser de 27.XI]

Meu caro Lúcio,

Acabo de falar ao Embaixador da G. [Guiné] que me confirmou ter comunicado o teu dossier. Manda mais uma photo da Ruth. Devo voltar a vê-lo no princípio da próxima semana.

Aqui as coisas vão muito mal. O E.S. [Guilherme Espírito Santo] recebeu ordem de deixar o território francês dentro de 4 dias. Informam-me que a polícia de Luanda lançou um mandato de captura contra mim. É necessário, pois, muitas cautelas na correspondência para mim. Envia o correio directamente para o m/ editor e avisa a Sarah em poucas palavras (Ruth). Sobretudo não mandes cartas express ou recomendadas.

Junto umas notas da Alda [A. Espírito Santo] que chegou há dias. De acordo quanto aos termos do telegrama (2^a versão).

O B. Davidson escreveu um artigo sobre as prisões em Angola. «The time of leaflet» (*New Statesman*, de 21 do corrente).

Estou muito chateado e ocupado por uma série de coisas.

Enfim, informa-me rapidamente sobre a tua situação pessoal. Ainda não tivemos ocasião de discutir da estrutura do movimento.

A minha atenção tem incidido agora no problema da defesa da malta angolana.

Um abraço do

Mário.

P.S. A malta pensa em Lisboa que vocês já embarcaram p^a África.

Carta de Viriato da Cruz

[dactilografada]

[Acrescentado à mão, ao alto da página: Acusa a recepção de tudo isto, na volta do correio. e na margem: A pessoa para quem envias as coisas em Wilmersdorf não é Herrn é Frau. O melhor é não escrever nem Herrn nem Frau. Põe só o nome dela.]

29.11.59

Caro Amigo,

Recebi e agradeço as tuas cartas de 22 e 26 do corrente. Agradece ao Rocha por mim pelas notas que teve a bondade de copiar.

1 – Junto remeto algumas correcções e aditamentos ao projecto que te enviei. Isto é, ao projecto do Manifesto. Neste falta algo que é básico: uma palavra-de-ordem para a acção imediata. Sem essa palavra-de-ordem o manifesto seria mais uma peça para a biblioteca do que um impulso para a acção imediata, agora mesmo.

Sou de parecer que as discussões sobre o presente projecto de manifesto não deverão alongar-se por semanas. A razão disto está em que, por um lado, o Manifesto transmite uma palavra-de-ordem para ser passada à acção imediatamente, e, por outro lado, é compreensível que nunca o tempo para a leitura e apreciação do manifesto poderá ser maior do que o que se gastou com a redacção do mesmo. Além disso, se formos a manter o vício vergonhosamente preguiçoso de fazer tudo com demora, seremos sempre ultrapassados pelos acontecimentos. No caso do Manifesto, quando as discussões tivessem acabado, já novos problemas e acontecimentos estariam a exigir de nós uma outra tomada de posição e novas palavras-de-ordem. Acresce ainda que, como li no artigo do Basil Davidson, o Henrique Galvão, dentro em breve, vai definir a posição da oposição portuguesa no que respeita às colónias. Ora, de modo algum poderá convir que a declaração do Galvão seja anterior à publicação e divulgação do nosso Manifesto. Se a anterioridade da posição dos opositoristas se verificar, isso significa que nós seremos empurrados à uma posição de defensiva. Ora, como naturais das colónias, é vergonhoso que não sejamos sempre nós a passar à ofensiva. Em resumo, o MAC precisa de ser uma força que aja sobre a realidade; o MAC precisa de ser, de facto, um movimento, e não um corpo movido, a reboque, pelos acontecimentos.

2 – O que faz o «directorium» em Lxa.? Onde é que já se viu um directorium que não dirige nada? O directorium é a negação de si mesmo. Sou de opinião que se ponha, urgentemente e sem rodeios, aos amigos de Lxa, a seguinte proposição: ou dentro de 20 dias o directorium põe em prática todo um sistema para comunicar-nos as suas ordens, ou o directorium deve sair de Lxa., ou finalmente o directorium não pode estar em Lxa. Das três, uma.

O directorium não pode, de modo algum, ser um peso morto para nós. O directorium tem de ser o organismo mais dinâmico da nossa organização, o que deve dar exemplos de acção rápida, de espírito de sacrifício, de espírito de iniciativa. De outro modo, estaremos a manter mitos e não sei com que utilidade.

3 – No respeitante aos Acordos de Paris, não me deste a resposta que eu pretendia. Não me disseste se esses acordos foram aprovados na sua forma original e se eles estão, por conseguinte, em vigor; não me disseste se se aprovaram novos Acordos. Do que me dizes na tua última carta, fiquei com a impressão de que a fusão que se fez em Lxa baseia-se em acordos verbais. Quer dizer, para bem ou para mal, parece que Lxa não

chegou a fazer um trabalho ao menos com o nível que nós fizéramos em Paris. Enfim, sempre os vícios da porqueira portuguesa envenenando e ditando a nossa acção...

4 – Que andamento já se deu ao problema da nova estruturação do MAC?

5 – Fizeste bem em conseguir a renovação do teu pass. Foi um acto inteligente e revolucionário.

O meu parecer sobre esse problema da renovação de «pass» português é que não devemos admitir a hipótese de renovarmos sempre esses pass. Se admitirmos essa hipótese, nunca faremos esforços sérios para passar a viver fora da sombra da bandeira dos nossos colonizadores. Em dado momento, é preciso que cada um de nós tome a decisão de cortar os cordões umbilicais que nos ligam à «Metrópole» e de procurar outra saída para os seus problemas. Sem essa decisão, jamais se iniciará, ao menos no plano individual, um verdadeiro movimento de emancipação.

6 – Quando escreveres à Ghana, não lhes mostres os nossos planos futuros. Que iremos pedir asilo na Tunísia, em Marrocos ou qualquer outro país é coisa que não nos compete informar à Ghana. Não vejo nenhuma vantagem para nós de especificarmos os países aos quais tencionamos dirigir-nos. Se tivéssemos que dizer alguma coisa sobre as nossas futuras intenções, deveríamos ter dito, vagamente, que iniciariámos démarches junto de outros países.

É preciso que nos desconvençamos, pela nossa conduta, e que, por outro lado, não demos a impressão à Ghana de que nós nos colocamos em situação de sucursal do «bureau» para África desse país.

Em resumo, sobre os nossos planos futuros falemos apenas quando tivermos uma bem estudada conveniência. Em caso contrário, respondamos somente àquilo que nos perguntam e, mesmo assim, não podemos, por vezes, responder a tudo.

7 – Proponho que o Men. [*Hugo de Menezes*] passe a relatar-nos, todos os meses (e, extraordinariamente, quando lhe pedirmos) sobre os seguintes pontos:

- Posição dos organismos oficiais, das individualidades oficiais, das organizações de massa e do povo em geral, na G. [*Guiné*], sobre os problemas dos nossos países;
- Posição concreta em que se encontram as démarches já encetadas;
- Resumo do trabalho no mês dos indígenas das colónias lusas residindo na G.

O que é que o Men. já fez de útil para nós, desde que se encontra na G.?

8 – Em face das nossas experiências no respeitante a irmos para um país da África negra, acho que não devemos perder tempo, hoje, com discutirmos sobre as vantagens e desvantagens de irmos para G. em vez de, por exemplo, para o Egipto. Nós já não somos virgens sobre essas possibilidades. Levantar problemas sobre preferências é continuar a sonhar.

Não, meu amigo, costuma dizer-se que o óptimo é inimigo do bom. Se ir-se para a G. ou Gh. [*Ghana*] seria o óptimo, a verdade é que nós já encontramos, provadamente, dificuldades nesse sentido. Agora, o que nos compete é encontrar outra solução africana. Tunísia ou Marrocos. Ou mesmo Egipto. Neste último país, esteve durante anos a União das Populações do Cameroun, e estão ainda uma série de delegações de países da África Oriental.

9 – Mas sobre a tua ida a Tunísia falaste de tudo, menos porém do que mais interessa para o momento: a saber: É mesmo necessário, ou não é necessário, um visa de entrada? Já tens informação oficial, segura, a este respeito? Quanto custam as passagens? Por que porto já decidiste embarcar? Por Roma? Por Marselha?

10 – A ires para o Norte de África, acho que não tens necessidade de demorar aí na Alemanha mais duas semanas. Ficar aí mais tempo só redonda em perda de dinheiro que vos poderá ser útil para passagens e estadia no Norte de África.

11 – Acho que não deves alimentar a pretensão de viver em pensões e hotéis no Norte de África. Mais económico, penso, seria viverdes em casa particular ou em casa de família.

12 – A ires para o Norte de África sou de parecer que te deves munir de uma credencial passada em nome do MAC, a fim de tratares com organismos oficiais ou não oficiais sobre os nossos problemas.

Da malta que está cá fora quem faz parte do Directorium? Dos que estamos cá fora quem tem competência para assinar essa credencial? Acho que um ou dois amigos de Paris deveriam também assiná-la para evitar reservas futuras no tocante à tua conduta no Norte de África.

13 – Estou disposto a fazer projectos do material que apresentaríamos nas próximas conferências africanas. Mas, sinceramente, não farei mais nada enquanto não se chegar a soluções positivas acerca da nova estruturação do MAC, acerca do Manifesto, e de outras questões sobre as quais já se gastou tempo e trabalho.

Para que serve acumular inutilmente papéis escritos?

14 – Mais uma vez sou contra a tua opinião de que a malta de Lxa não estará apta a enviar, tão cedo, mais dinheiro. ISTO É UM ARGUMENTO INACEITÁVEL. É evidente que, se a malta de Lxa continua a pensar que só os membros da «seita» deverão financiar as nossas necessidades, o teu parecer está certo. Mas se os amigos de Lxa estão convencidos de que eles têm o dever de ir buscar o apoio material do maior número possível de africanos, mesmo dos nossos países, é evidente que há possibilidades permanentes de recebermos esse apoio financeiro. Não te lembras do que disse o Ilídio [I. Machado] ao Abel [Amílcar Cabral]: que a questão de dinheiro não é problema?

Não perco mais tempo a discutir esse problema, porque partes de uma posição radicalmente errada. Se admitirmos, um segundo sequer, que os nossos povos não podem financiar as lutas em seu favor, então está tudo perdido; então o melhor é desistirmos de combates quixotescos.

15 – Acho que deves procurar estar ao corrente do conteúdo dos seguintes livros:

- «Cours de Droit diplomatique», de Pradier-Fodéré.
- «Le droit international théorique et pratique», de Calvo.
- «Manuel des agents diplomatiques et consulaires», de Ernest Lehr.
- «Guide Diplomatique», de Ch. de Martens.

Nesses livros, nem tudo nos interessa para já, mas há questões que são de interesse imediato para as nossas démarches junto de organismos oficiais.

Sem estudarmos as coisas como elas são, jamais estaremos à altura dos nossos objectivos. [Acréscitado à mão: Acabemos com a improvisação muito nos hábitos dos nossos colonizadores lusos.]

16 – Se conseguir visa, aqui dão-me passaporte para sair. Acho que a minha situação está clara no respeitante a sair daqui. Com visa e com dinheiro para a viagem, eu sairei daqui em um ou três dias. Eis tudo.

Cumprimentos a todos, o melhor abraço para ti
ass.) V.

P.S. Não dês importância aos muitos erros que dei nesta carta. Estou com gripe e com uma dose chata de quinino-redoxon.

[Acréscitado à mão, na margem: P.S. Recebi os cem manguços. Obrigado.

Com as tentativas dos B. [Bouvier] de te agarrar o braço puxando o dedo que lhes deste, ficaste a saber por experiência própria em que se funda a minha «negativa» de pôr os B. em «santa e familiar comunhão» com os n/ problemas. Eu conheço-os melhor do que tu e de bem perto. Quem está atrás deles? A quem eles servem? Por que insistem eles, com espantosa continuidade, em furar caminhos pelo lado africano?]

[Escrito à margem, por L. Lara: Devolve-me isto]

Apenso a esta vai um projecto de credencial para ti.¹

Essa credencial deverá ser traduzida em bom francês. Proponho que o Mário, como o que de todos nós é que conhece melhor a língua francesa, a traduza urgentemente para esta língua.

No texto, repito o teu nome duas vezes. Essa repetição é necessária porque o teu nome tem de ser, inequivocamente, citado nos períodos mais importantes. Estes períodos são: aquele em que te apresentamos ao Comité e aquele em que pedimos a este para que faça fé, plena e inteira, em ti. A expressão «fé plena e inteira» é sacramental, faz parte da linguagem diplomática nessa matéria. Não modifiquemos o que não temos interesse em modificar.

Numa credencial é obrigatório também citar a categoria do enviado e especificar o objecto geral da sua missão. Isto tudo está lá.

Não se especifica, pormenorizadamente, o objecto da tua missão porque isto não é obrigatório para uma credencial. A tua missão é expressa por nós em termos gerais. A ti, compete-te, através da negociação cautelosa, habilidosa e inteligente, concretizar com as autoridades competentes do país os nossos interesses pormenorizados.

Desta credencial, dactilografem original e quatro cópias. O trabalho dactilografado deve ser impecável, sem rascunhos, nem letras batidas, quanto mais não seja porque a apresentação é um dos melhores atributos de uma credencial.

O original e as cópias dactilografadas devem ser assinadas da mesma maneira pelas mesmas pessoas.

O original deve ser metido num envelope de linho (é o mais resistente); esse envelope deve ser fechado e lacrado, e sobre ele deve-se escrever o endereço do destinatário.

1. Pode-se ver esta credencial na página 210.

O duplicado da credencial, deverás entregá-lo em envelope aberto, e pessoalmente, ao secretário do Comité tunisiano, pedindo-lhe, ao mesmo tempo, para seres recebido pelas autoridades competentes do Comité. Quando fores recebido por estas autoridades, deverás entregá-las o envelope fechado com o original da credencial.

O triplicado fica para o teu arquivo.

O quadruplicado fica em Paris. E o quintuplicado remete-lo a mim.

Em todas as cópias e no original estampem o carimbo do MAC.

Acho que é suficiente que os amigos de Paris assinem a credencial. Tu não assinas a credencial. Não é necessário que os amigos de Paris escrevam «secção de Paris»; isto é um pormenor da nossa organização que não interessa a ninguém na Tunísia.

Estou convencido que com esta credencial e com a ajuda directa do amigo do «café romano»¹ a tua tarefa será muito facilitada.

Se for necessária uma credencial idêntica para Rabat e Cairo, pede.
ass.) V.

Carta de Mário de Andrade

[*manuscrita*]

Paris, le 30.XI.59

Meu caro Lúcio,

Estranho o teu silêncio. Espero que tenhas recebido a minha última carta, lacónica. Chegou de Lisboa um rapaz que trouxe (da parte da malta) as informações mais recentes e seguras sobre os acontecimentos.

Eis, pois, a lista actual dos «processados». É uma cópia exacta do documento que me foi transmitido.

Diz-me se conseguiste a renovação do passaporte e se, na afirmativa, ainda te encontrarás por aí até ao fim do mês. O rapaz em questão tenciona abalar para a Alemanha de Leste. Ele passaria por Frankfurt.

Tenho necessidade de enviar, por teu intermédio, umas cartas mas responde breve p^a a morada já indicada.

Saudades à Ruth.

Um abraço do teu

Mário

[*dactilografado*]

Encontram-se presos em Luanda dezenas de angolanos, acusados pela Pide de atentarem contra a segurança do Estado e contra a «unidade nacional».

Foram já enviados aos Tribunais três processos em que se pedem pesadíssimas penas e medidas de segurança contra os patriotas angolanos abaixo mencionados, por reivindicarem justamente o direito do povo angolano de dispor de si próprio, de acordo com a Carta das Nações Unidas.

1. Franz Fanon.

O julgamento deve realizar-se em Dezembro próximo.

- 1 - Ilídio Tomé Alves Machado – 2º oficial dos CTT
- 2 - André Franco de Sousa – Guarda-livros
- 3 - Higino Alves de Sousa (Higino Aires Alves de Sousa) – Empregado Comercial
- 4 - Francisco Javier Hernandez – Cubano, marítimo
- 5 - Carlos Aniceto Vieira Dias ou Liceu Vieira Dias – Empº Bancário e principal componente do «Ngola Ritmo» [*sic*]
- 6 - Carlos Alberto Pereira dos Santos Van Dúnem («Beto») – Mecânico
- 7 - Francisco José Pereira Africano – Ajudante de escritório
- 8 - Randolph – Compositor da Imprensa Nacional
- 9 - Amadeu Timóteo Malheiros de Amorim – Electricista
- 10 - Mário António Soares de Campos – Oculista
- 11 - Mário Augusto da Silva – Escriturário do Banco de Angola
- 12 - António Marques Monteiro – Idem
- 13 - Miguel de Oliveira Fernandes – Empregado Bancário
- 14 - Manuel Alves da Cruz – Electricista
- 15 - Matias Miguéis – Empregado de escritório
- 16 - Gabriel Francisco Leitão Pereira – Empregado comercial
- 17 - Eduardo Correia Mendes – Chefe da Secretaria dos CFL
- 18 - Mário Lopes Guerra
- 19 - Hélder Ferreira Neto
- 20 - Engenheiro Calazans Duarte
- 21 - José Graça
- 22 - António Dias Cardoso
- 23 - José Luciano Corte Real Vieira de Meireles
- 24 - António de Matos Veloso – Arquitecto
- 25 - Manuel dos Santos Júnior
- 26 - António José Contreiras da Costa
- 27 - Francisco Arnaldo de Assis Machado
- 28 - Drª Maria Julieta Guimarães Gandra – Médica
- 29 - António Pedro Benge – Funcionário público, aposentado
- 30 - Fernando Pascoal da Costa – Idem
- 31 - Joaquim de Figueiredo – Funcionário dos CTT
- 32 - Sebastião Gaspar Domingos – Empregado Comercial
- 33 - Noé da Silva Saúde
- 34 - Pascoal de Carvalho – Funcionário Público
- 35 - Nobre Ferreira Pereira Dias – Professor Primário
- 36 - André Rodrigues Mingas Júnior – Funcionário Público
- 37 - Belarmino Sabugosa Van Dúnem – Enfermeiro do Quadro de Saúde
- 38 - Agostinho André Mendes de Carvalho – Idem
- 39 - Garcia Lourenço Contreiras
- 40 - João Lopes Teixeira

- 41 - Manuel Bernardo de Sousa
- 42 - Florêncio Gamaliel Gaspar
- 43 - José Diogo Ventura
- 44 - Manuel Baptista de Sousa
- 45 - Armando Ferreira da Conceição Júnior
- 46 - José Manuel Lisboa

A Polícia (Pide) também procura agir contra os seguintes indivíduos:

- 1 - Laurence Holder – Americano, marítimo
- 2 - Karl Dogbe – Ghanês, marítimo
- 3 - Lúcio Lara – Estudante universitário
- 4 - Mário Pinto de Andrade – Escritor
- 5 - Padre Joaquim Pinto de Andrade
- 6 - Ferreira
- 7 - George Bennett [*G. Barnett*]
- 8 - Manuel Tomaz da Costa
- 9 - João Eduardo Pinoca
- 10 - António Jossias
- 11 - António Pedro Bengé
- 12 - António Jacinto do Amaral Martins
- 13 - Deolinda Rodrigues de Almeida – Estudante
- 14 - Inocêncio Van Dúnem dos Santos Martins
- 15 - Jorge Mingas
- 16 - Manuel Joaquim «Manzevo»

Lutemos unidos pela libertação dos nossos irmãos

Carta de Viriato da Cruz

[*manuscrita*]

30.11.59

Caro amigo,

Penso que já está em teu poder a carta que te enviei ontem – domingo, 29 –, «express». Volto hoje a novos assuntos.

Tendo em vista a tua próxima partida para Túnis, é preciso fixar já, de antemão, os pontos fundamentais que deverás resolver naquela cidade.

Acho que deverás esforçar-te por, da maneira mais inteligente, habilidosa e paciente, conseguir:

1 – que as entidades oficiais nos autorizem a abertura de um bureau de informação e trabalho em Túnis.

A meu ver, este deve ser o teu objectivo fundamental.

2 – Em virtude de o comércio bancário estar nas mãos dos portugueses em todas as suas colónias; em virtude de ser quase impossível (para não dizer impossível) transferir dinheiro das colónias para qualquer outro território (sobretudo se esse dinheiro é transferido por indígenas); é-nos impossível manter toda a existência e actividade desse bureau sem uma ajuda de entidades tunisianas.

3 – Isso não quer dizer que nós pedimos tudo às entidades tunisianas. (Nem deverás pedir tudo).

4 – Com que é que as autoridades ou organismos tunisianos nos podem ajudar?

(Para nós, convinha-nos: casa, se possível, com modesto mobiliário de escritório; e uma pequena ajuda financeira).

5 – Esse bureau de informação e trabalho (o primeiro que abríamos em território africano livre) tem interesse para nós para os seguintes fins:

a) Interessa-nos ter uma «sede», um endereço fixo, para o qual se dirigiriam, permanentemente, todas as entidades e organismos com quem mantemos relações, e os quais são já muitos.

b) Interessa-nos concentrar em Túnis alguns africanos dos nossos países que trabalhariam, em conjunto e perto uns dos outros, em tarefas que são urgentes e indispensáveis à nossa actividade. Essas tarefas são, principalmente: direcção da luta política nos nossos países; edição de material informativo sobre os nossos países; relações com organizações africanas, asiáticas, e de todo o mundo que julgemos interessar ao nosso combate contra o colonialismo português.

6 – É possível que, se for vantajoso para a nossa luta e se for possível, abramos novos «bureaux» em outros países africanos mais próximos dos nossos territórios. (Não interessa dizer que tencionamos abrir em Ghana, Guiné ou Congo Belga esses «bureaux». Se as autoridades tunisianas te perguntarem se tencionamos abrir esses «bureaux» em Ghana, Guiné ou Congo Belga, tu deves dizer que, sobre o local, nada temos assente. Tudo dependerá das vantagens que, no momento, advierem para a nossa luta a abertura de um bureau no país A, B, C ou D.)

7 – Acho que não deves pôr ao corrente das autoridades tunisianas as nossas démarches junto de Ghana e Guiné. Isso pode levar as autoridades tunisianas a procurar saber, previamente, junto de Ghana e Guiné o motivo por que estes últimos países não deferiram os nossos pedidos. Ora, como não sabemos os motivos reais do não-deferimento de Ghana e Guiné; como esses motivos podem ser pura sacanice ou de falsas informações a nosso respeito, – acho que devemos evitar que as autoridades tunisianas se ponham em contacto com Ghana e Guiné para saber coisas de nós.

Mas se fores obrigado – com vantagem para nós e não por simples informação – a referires-te às nossas negociações com Ghana e Guiné, não entres em pormenores, não ataques Ghana e Guiné; mostra-te displicente, sóbrio e digno nas referências à conduta dos dirigentes desses dois países em relação a nós. Não te esqueças nunca que como te referires aos outros países africanos é como os tunisianos pensarão que nos referiremos a eles, no caso de eles não satisfizerem todas as n/ vontades.

8 – Não faças pedidos de passaportes tunisianos para nós. Isso é muito complicado, e é levantar problemas fora do tempo. O de que precisamos não é de passaportes tunisianos, mas sim de autorização de entrada e séjour na Tunísia. Com essa autorização (VISA) e com «passaportes para estrangeiros» fornecidos pelos países em que nos encontramos, podemos comprar passagens e viajar. Quando estivermos na Tunísia, veremos, à la place, o que será preciso fazer para legalizar o nosso séjour e o que será preciso fazer para sair da Tunísia para um outro país. Não levantes problemas inúteis, fora do tempo, de um interesse longínquo. Levanta somente problemas de interesse imediato. A melhor maneira de resolver problemas consiste em solucionar os «factos consumados». Ora, os «factos consumados» principais para os nossos interesses são:

- Autorização para abertura de um «bureau» em Túnis
- Autorização para entrada, no país, de alguns de nós.

9 – Tu vais em missão política. A política não se faz com emoções e sentimentos pessoais, nem com escrúpulos à moral corrente. Na política o fundamental é VENCER. A melhor vitória é a que se obtém com o mínimo de compromissos da nossa parte e com o mínimo de informações inúteis sobre a nossa vida organizativa.

Não te esqueças que as autoridades de um país não podem (sobretudo em casos como o nosso) darem um consentimento expresso, claro, de tudo quanto lhes pedirmos. Há coisas que as autoridades de um país autorizam fingindo ignorá-las; mas que não autorizam, se lhes pedimos que no-las autorizem expressamente. É assim a vida. São os truques dos papéis, das burocracias, dos acordos. («Nós não sabíamos». «Nós não autorizamos isso».)

10 – É possível que te peçam os Estatutos do MAC, a fim de se inteirarem do carácter da n/ organização. Não sei se os tens. Não sei se o MAC tem Estatutos. Em todo o caso será chato que a nossa teimosia em trabalhar primitivamente levante dificuldades diante de uma exigência que não terá nada de exagerado.

11 – Acho que, se conseguires o que exprimi atrás, terás obtido uma grande vitória e uma base concreta, nova, para o nosso trabalho.

A – Não penso, nem acho, nem sou de opinião. Como membro do MAC, solicito, energicamente, que APAREÇA CÁ FORA uma direcção do MAC, que realmente dirija, diariamente, a vida do MAC e que esteja devidamente mandatada a agir, em todos os sectores, em nome do MAC.

Quantos são os dirigentes do MAC? Quantos estão cá fora? Tem o MAC um presidente? Tem o MAC um secretário-geral? Quem tem autoridade, no MAC, para assinar credenciais, para assinar acordos com organismos estranhos?

B – Pôr todos os assuntos do MAC a uma discussão prévia de todos os membros do MAC, é um modo de proceder sem exemplo em nenhuma organização combativa deste mundo. Há muitos assuntos que são competência de um Comité directivo. Este pode e deve, na luta de cada dia, tomar resoluções e executar actos que respondam, com oportunidade, aos acontecimentos. Se se for a pôr tudo à discussão prévia de todos os membros de uma organização, raras vezes se poderá ser, como convém, oportuno e rápido.

Onde é que já se viu, uma organização ou um Partido convocar uma Assembleia, um Congresso, ou abrir uma «discussão geral» para cada um dos problemas que quer resolver? Isso seria uma «democracia» lunática. A democracia que convém a um Partido, nas formas de luta do nosso tempo, é o «centralismo democrático». Quer dizer: o «Programa Geral» (nas suas linhas gerais) e os organismos directivos respectivamente, é traçado e são eleitos democraticamente por todos os membros da organização. Mas quem põe, por mil e um meios, o Programa Geral em execução prática e quem dirige a vida diária da organização, no intervalo de dois Congressos, é o organismo directivo da organização. Este organismo tem competência para tomar decisões, fixar missões, publicar manifestos, lançar palavras-de-ordem, assinar acordos, estabelecer negociações, etc.

Lede os Estatutos das organizações políticas sérias do nosso tempo. Encontrareis, em todos eles, isso que te digo.

O MAC tem uma burocracia estúpida, lunática e que não responde, com oportunidade, aos acontecimentos.

É preciso ACERTAR TUDO, e urgentemente.

C – Quando partes daí? Avisa-me com 3 ou 2 dias de antecedência.

D – Obtive hoje autorização de séjour até 30 de Dezembro. O que penso fazer depois disso? Respondo: Eu estou permanentemente à disposição da nossa luta. Não tenho programas individuais. Já estou informado que aqui dão-me passaporte de estrangeiro. Por conseguinte, se tiver visa ou autorização para entrar, por exemplo, em Tunísia, e se retiver dinheiro para as passagens, parto imediatamente. A minha posição é clara; ou ainda não?

Cumprimentos. Beijos ao Paulinho.

O meu melhor abraço.

V.

P.S. – A malta de Lisboa tem o DEVER de fazer tudo (mas tudo mesmo, sem considerações nem respeito às barreiras levantadas pelos colonialistas portugueses) de arranjar SEMPRE fundos para o nosso combate. Não se pode fazer um combate anti-colonialista contando apenas com as subscrições dos Abéis, dos Silvas e dos Santos. Um combate anti-colonialista só pode ter êxito com o apoio financeiro das massas populares interessadas. O dever dos amigos de Lisboa não é de sangrarem para ajudarem o nosso combate apenasmente com o seu dinheiro: eles têm o dever de ir buscar e acumular os fundos de milhares e milhões de pessoas – de todos ou quase todos os que estão interessados em verem-se livres do colonialismo português. É assim que se faz em toda a parte. Porque seremos nós uma excepção?

O que há, na malta de Lisboa (exceptuando uma ou duas pessoas) é a ausência de um predominante espírito de combate anti-colonial (mas não o anti-colonial vago, abstracto): contra o colonialismo português.

O Comité tunisiano é: Comité Tunisiano de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos. Não aparece, no título, a palavra «Conferência».

Tu verás se será vantajoso munires-te de outras credenciais para outros organismos. 5 ou 6 credenciais é coisa que se pode bem dactilografar em 2 dias, o máximo.

Renovo o parecer de que a malta de Paris pode assinar as credenciais pelo MAC.

V.

Carta a Deolinda Rodrigues

[dactilografada]

Frankfurt/Main, 30 de Novembro [de 1959]

Cara amiga,

Permita-me que a trate deste modo. Já há algum tempo a conheço de nome; desde que passou por Lisboa que me falaram de si como uma Angolana consciente da realidade da sua Pátria; creio que estará decidida a dar a sua melhor contribuição à luta que travam os nossos irmãos, agora a contas com o terror policial português. É a propósito disto que lhe escrevo. Em primeiro lugar quero avisá-la de que num processo em que estão envolvidos os nossos irmãos presos e alguns portugueses progressistas consta o seu nome. Consta mesmo que existe um mandato de captura contra si.¹ Não posso afirmar que seja verdade, mas tudo é admissível. Segundo informação de pessoa amiga que veio há dias a estas bandas da Europa, no referido processo entre outras coisas fala-se: de festas realizadas a pretexto de se reunirem; da Deolinda Rodrigues que era tradutora de inglês do grupo, da sua adesão ao movimento, de indivíduos de barcos estrangeiros portadores de revistas e doutros documentos; eu também sou citado no processo. A pessoa que transmitiu estas informações refere-se também a que os n/ irmãos não pretendem defender-se das suas actividades, mas transformar o julgamento numa acusação do colonialismo. Para isso contam com o apoio dos que estão fora, como nós, pelo menos no que diz respeito a divulgar o que se passa em Angola.

Por aqui temos feito o possível e alguma coisa já foi conseguida: assim, no jornal belga «La Gauche» saiu uma página inteira falando das prisões de Angola; também o semanário inglês New Statesman, pela pena de Basil Davidson se referiu largamente ao assunto no dia 21 de Novembro; por outro lado comunicou-se o caso para o jornal do Congo «Présence Congolaise», para o Comité de Solidariedade Afro-Asiática do Cairo, para o Comité Executivo da All African People's Conference e para o Committee of African Organisations de Londres, pedindo-lhes que enviem telegramas de protesto ao governo português. Este último já nos respondeu prometendo fazer tudo o que estiver ao seu alcance. A «Présence Africaine» também vai enviar ou já enviou telegramas ao gov. português. Escreveu-se também para aí para o Brasil a um amigo nosso que é o Presidente da Associação Cultural do Negro, pedindo-lhes uma atitude favorável aos n/ irmãos. Não se recebeu qualquer resposta e como já se lhe

1. A transcrição da informação a que é feita referência encontra-se em Anexo nº 13.

escreveu há muito tempo receamos que a carta se tenha extraviado. Por isso talvez não fosse mau que você, se pudesse, se pusesse em contacto com essa Associação e lhes pedisse uma atitude enérgica. O Presidente chama-se Geraldo Campos de Oliveira (Conselheiro) [Acrecentado à mão, na margem: Conhece-me pessoalmente; estivemos juntos no Congresso de Roma] e mora na rua Álvares Machado 22, 9º S. Paulo; a Associação Cultural do Negro é na rua S. Bento 405 16º andar. Fale com essa gente e exija-lhes uma atitude, quer divulgando aí no Brasil os n/ problemas actuais, quer telegrafando ao Governo Portug. ou escrevendo para protestar contra os crimes que eles estão cometendo em Guiné e Angola.

Vamos agora telegrafar à ONU pedindo os bons ofícios do Secretário Geral a favor dos nossos irmãos e protestando contra a posição portuguesa naquela Organização recusando-se prestar esclarecimentos pedidos, sobre as colónias.

Deve em breve receber os artigos dos jornais a que acima aludi. Se puder fazer chegar o conteúdo desta carta, no que se refere às diligências já feitas, à nossa terra, com segurança, seria bom.

Quanto a si será conveniente informar-se, talvez com o Conselheiro Campos, qual o risco que você corre existindo um mandato de captura contra si; tenho a impressão que o governo Brasileiro não pode entregá-la aos lusos. Seria óptimo que você desenvolvesse aí uma boa campanha contra o colonialismo português. Terá possibilidades de o fazer. Nós ajudá-la-emos com informações, artigos, etc. Será por exemplo possível publicar aí artigos sobre as n/ coisas? Responda-me através do Rocha. As minhas fraternais saudações.

ass.) Lúcio Lara

Carta a Viriato da Cruz

[dactilografada]

Frankfurt, 2 de Dezembro de 1959

Caro Viriato

De posse das tuas duas cartas de 29 e 30 passados, contendo a primeira o projecto de Credencial e as emendas e adendas ao Manifesto.

Quanto àquele estou plenamente de acordo. Fi-lo seguir para Paris, pedindo aos amigos que façam lá a coisa e ta enviem para tu assinares e depois me enviases. Eles devem lutar com certa dificuldade, pois as autoridades francesas não os deixam respirar. Segundo carta do Mário de 27 passado, o Esp. S. [Guilberme Espírito Santo] recebeu ordem para deixar o território francês em 4 dias, o que já deve ter feito, não sabendo eu quais os seus projectos. É natural que o mesmo venha a acontecer ao Marc[elino] e mesmo ao Mário. Este foi informado que a polícia de Luanda lançou um mandato de captura contra ele, não sabendo se isso é absolutamente verdade. Creio que a única coisa que lhe pode fazer a Pol. francesa é mandá-lo também

evacuar o território... Está lá a Alda Esp. Santo, de S. Tomé, e ela enviou um breve memorando cuja cópia te envio. Por ele verás que é possível que os nossos amigos de Angola comecem a ser julgados em breve e que contam que façamos algo por eles. Sei que nos julgamentos do Porto esteve um Jurista estrangeiro, enviado pela Federação Internacional de Juristas, mas não sei onde é que se localiza tal Federação e como contactar com ele. Tenho a vaga impressão que é em Londres. Pedi ao Mário que se informe disso. Aliás pela sua carta ele dava-me a entender que estava a tentar algumas démarches nesse sentido. Este é o aspecto que por ora me parece difícil de pegarmos. Se tivéssemos a certeza de que o julgamento começava a 5, talvez fosse de aconselhar contactar novamente com as organizações a quem comunicámos os acontecimentos, pedindo-lhes para telegrafarem para o Tribunal de Luanda exigindo a absolvição dos incriminados ou negando a autoridade e a competência do tribunal para aquele julgamento sem quaisquer garantias. Quem será o Juiz? Virá gente do Plenário de Lisboa? Não o creio, por pensar que não pode haver imiscuidade de Juizes em Relações que não lhes pertençam. O que é possível é que eles tenham constituído um Tribunal Especial e o caso mudaria de figura. Infelizmente sobre isto não temos quaisquer notícias, mas já é consolador saber que a malta quer transformar o julgamento numa luta anti-colonialista. Esperemos que esta sua decisão seja bem apoiada pelo nosso povo. Finalmente tenho a certeza de que se estivesse em Portugal... estaria em Luanda, como deixa prever o facto de eu ser citado no processo. Não sei quem é o Franco de Sousa. Será um marítimo?

Comuniquei com a Deolinda Rodrigues, que está no Brasil, pondo-a ao corrente do que consta a seu respeito. Ela está disposta a fazer lá qualquer coisa, pois respondeu a uma pergunta que eu lhe fiz nesse sentido através do Rocha que a conhece pessoalmente. Enviei-lhe o art. do Basil D. [Davidson] e o que saiu na Gauche, tendo pedido ao Mário que lhe envie uns 5 exemplares que ela acha possível colocar em Angola. O seu endereço é Deolinda Rodrigues de Almeida, Instituto Metodista, Caixa Postal 12681, Sto. Amaro, São Paulo. Disse-lhe que tentasse comunicar com a Associação Cultural do Negro e nomeadamente com o Campos de Oliveira, a propósito do que aconteceu e está acontecendo nas nossas terras.

A Pide está optimista quanto ao «declínio» em que teriam entrado os movimentos, ou o «grupo» como eles desdenhosamente querem chamar. Estou em crer que o julgamento virá a ser uma incitação à preparação cada vez mais organizada da luta. Este primeiro choque sério com a Polícia deverá constituir uma lição preciosa para a nossa malta, ainda virgem de contactos e julgamentos deste tipo. É certo que se falou muito. Ignoramos quais as circunstâncias, mas não podemos nem um instante duvidar que o «aço sairá temperado».

Enviei ontem o telegrama. Não consegui pô-lo em inglês, que me parecesse decente, mesmo socorrendo-me da tradução que tu tinhas feito. Foi em francês, o que é a mesma coisa. Pus o endereço tal qual mo deras, para ter a certeza que chegaria. Acrescentei a palavra hipócrita que me pareceu necessária, para melhor exprimir os nossos sentimentos. Acrescentei também no fim o respectueusement de acordo com uns telegramas que cá tenho da malta que tem pedido audiências a propósito dos

Camarões e Sudoeste Africano. Parece-me que devemos difundir na medida das nossas possibilidades este telegrama, quer entre a malta de Lisboa, quer mesmo para Angola. Proponho que se façam cópias dele e se ponha mais ou menos isto na folha: SE É BOM PATRIOTA DIVULGA E COMENTA ESTE TELEGRAMA. Creio que seria, ou por outra, que ele corresponde a algo que a malta há muito esperava; isto pelos comentários do Rocha que conhece bem toda a nova geração angolana que está em Lisboa e que segundo ele vibrará quando tiver bem a certeza que a malta passou verdadeiramente para um plano de luta internacional. Por acaso o telegrama foi enviado no dia 1 de Dezembro. «Portugueses celebremos...»

Segundo o Mário me informa o Emb. comunicou o m/ dossier para as autoridades da Gu[iné]. Não me diz porém em que termos é que essa questão foi posta, se simples visa, se pedido de emprego, se asilo político. Aguardemos...

Para Túnis não é preciso visa para uma permanência de dois meses. É impossível sair daqui antes de 11, pois só há barcos de 8 em 8 dias, de Nápoles, que partem todas as segundas feiras à noite. E é preciso marcar lugar com antecedência. Espero conseguir lugar no barco que sai a 14 de Nápoles, tencionando partir daqui no dia 11 à noite. A viagem de barco dura dois dias. Custa cerca de 220 marcos em 3ª classe (incluindo o comboio daqui a Nápoles que são cerca de 100 marcos).

Finalmente sei o que te espera. Fiquei mais descansado, por saber que poderás ter pass para sair.

Existe agora o problema do Rocha. Como sabes pediu-se para a UIE, através da Associação dos Estudantes da África Negra em Paris uma bolsa para ele. Até agora ainda não veio qualquer resposta e o moço está algo preocupado com o que poderá fazer cá. Ele fica na de Bary até 15 e depois tem mais uns dias para viver num appartement que a Becker tem aqui na cidade. Depois disso, lá para o fim do ano, tenciona pedir asilo desse lado, que lhe permita trabalhar enquanto espera por uma bolsa. Não seria de escrever para o Potékhine, para a Associação Soviética para a amizade com os povos de África? O Mário escreveu-lhe em Setembro, creio ter recebido qualquer resposta cujo conteúdo ignoro. Penso que não seria mau entrarmos oficialmente em contacto com eles, podendo mesmo citar a carta do Mário, e pedir-lhes a concessão de bolsas para os nossos estudantes e concretamente para o caso do Rocha. Se ele fosse já poderia começar a estudar a língua. Esse correio a fazer-se poderia ser por teu intermédio já que não convém escrever e receber respostas deste lado. Diz algo a este respeito.

Quando vim de Lisboa expliquei-te que nada se escreveu quanto à fundação do Mac, pois era-se de opinião (falaram os experientes em tais questões) que um movimento não deveria possuir estatutos. Em face disso aprovaram-se os princípios gerais (verbalmente) que regeriam a nossa actuação, pelo menos nos primeiros tempos. Creio que és injusto com a malta de Lisboa. Se ela possui inegavelmente (eu também, claro) os defeitos lusos de trabalho, é porque outros horizontes se não lhe abriram. Trabalhámos sempre com os olhos postos nas nossas terras, apesar de o termos feito muitas vezes em organismos lusos. Neles aprendemos pelo menos a não confiar mais nesses organismos, por muito progressivos que eles nos parecessem. Foi uma lição que levou anos, mas é preciso ver que os movimentos de Angola só

recentemente comunicaram connosco. Até aí deixaram-nos sempre entregues a nós mesmos e aos nossos horizontes metropolitanos. Não culpo ninguém. O colonialismo português é o maior responsável desse aparente divórcio que existia entre a malta a estudar e a malta que lutava no seu próprio meio. Hoje há uma maior aproximação que esperemos se aprofunde com o tempo. Terá sido um erro termos feito acordos verbais? A experiência mostra que não. Nós não podíamos prever a projecção que o Movimento viria a ter, dados os limites de visão que sempre se nos puseram. Tivemos em conta o que se tinha acordado em Paris, pelo menos daquilo que tínhamos tido conhecimento. A isso se deve, por exemplo, o MAC não ser um movimento apenas de angolanos.

Enviei para Lx. uma das cópias do Manifesto. Estou ainda a pensar como hei-de enviar a adenda, que chegou no dia seguinte ao do envio. Falei-lhes na necessidade urgente de haver uma DIRECÇÃO digna desse nome cá fora. O único membro da Direcção provisória que cá está sou eu. Naturalmente vós tendes uma certa liberdade de actuação, como tipos vivendo fora e capazes portanto de abarcar melhor determinados problemas. Isso foi frisado lá. Pu-los a par de todas as deficiências que temos vindo a notar e frisei a necessidade de uma resposta urgente.

Hoje não me é possível ser mais extenso. Recebi a carta ontem, com as instruções sobre T. [Túnis], com que estou de acordo. Evidentemente que se puder arranjar um quarto particular o farei. Aqui não o fiz, por não saber se partia de um momento para outro e só se alugarem quartos pelo menos para dois meses, raramente um mês. Aliás a pensão fez-nos um preço especial, que mesmo assim não é evidentemente barato.

Até breve. Uma coisa ainda. Não mandei ainda o Manifesto para Paris, pois como fiz seguir uma cópia p^a Lx. e estou a tomar apontamentos sobre este, não tenho outro exemplar. Terás tu um exemplar a mais para mandar aos tipos? Não convém escrever directamente para casa do Mário. Ele pede que se faça p^a PIERRE JEAN OSWALD, 13 rue Charles V, Paris 4 e simultaneamente se escreva uma carta simples à Sarah a avisá-la do envio de algo para o editor.

Saudades da Ruth e do Rocha. Um grande abraço
ass.) L.

Pessoas a quem se enviou cópia do telegrama

[rascunho da mão de Lúcio Lara]

SIGNOR	JOSÉ BERNARDINO Av. Roma 97 6º Direito	CORREIO NORMAL 1
SIGNOR	ALBINO MOURA DA COSTA C.P. 1421 LUANDA ANGOLA	AVIÃO 2
SIGNOR	OVÍDIO MARTINS Alameda D. AFONSO HENRIQUES 11 R/C E	CORREIO NORMAL 1

SIGNOR	BENIGNO LOPES Rua da Beneficência 197 1º Dto LISBOA	CORREIO NORMAL
--------	--	----------------

SIGNOR	JOÃO CAETANO R. de Cedofeita 484 3º Esq	C.N. 1
--------	--	--------

SIGNOR	José João Lihuca Rua Antero de Quental 31-1º COIMBRA	CN 1
--------	--	------

SIGNOR	Dottore DIÓGENES BOAVIDA C.P. 2641 LUANDA ANGOLA	Avião 2 // Envº
--------	--	-----------------

	ADRIANO LIMA ARAÚJO B.P. nº 24 CONAKRY REPUBLICUE DE GUINÉE	Avião 2
--	--	---------

Credencial de Lúcio Lara para a Tunísia

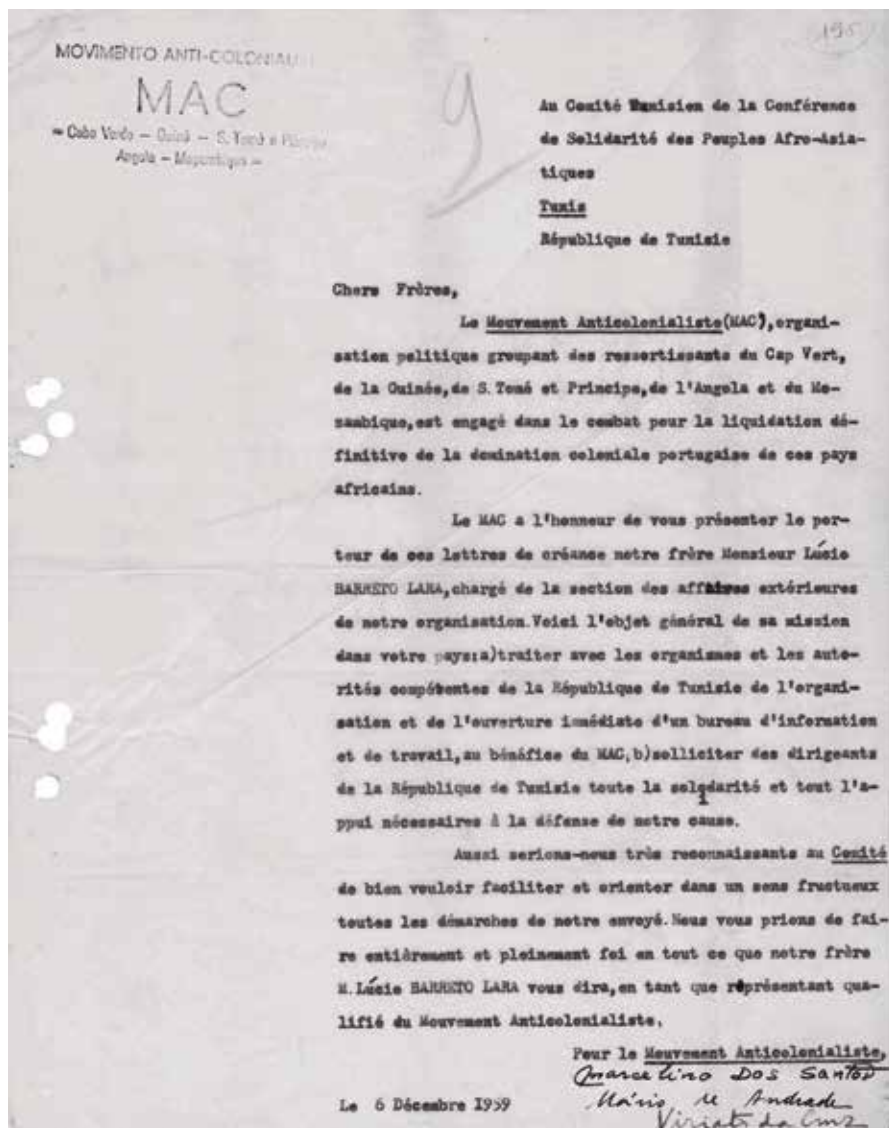
[dactilografada – original em francês]

Ao Comité Tunisino da Conferência de
Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos
Túnis
República da Tunísia

Caros irmãos

O Movimento Anticolonialista (MAC), organização política que agrupa nacionais originários de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, está engajado no combate pela liquidação definitiva da dominação colonial portuguesa destes países africanos.

O MAC tem a honra de vos apresentar o portador desta credencial, o nosso irmão Senhor LÚCIO BARRETÓ LARA, encarregue da secção das relações exteriores da nossa organização. Eis o objectivo geral da sua missão no vosso país: a) tratar com os organismos e as autoridades competentes da República da Tunísia da organização e da abertura imediata dum bureau de informação e de trabalho, em benefício do MAC; b) solicitar aos dirigentes da República da Tunísia toda a solidariedade e apoio necessários à defesa da nossa causa.



Ficáramos portanto muito reconhecidos ao Comité se ele pudesse facilitar e orientar num sentido frutuoso todas as démarches do nosso enviado. Rogamos que façam inteiramente fé em tudo o que vos disser o nosso irmão Sr. LÚCIO BARRETO LARA, como representante qualificado do Movimento Anticolonialista.

Pelo Movimento Anticolonialista
[Assinam:] Marcelino dos Santos
Mário de Andrade
Viriato da Cruz

6 de Dezembro de 1959

Carta de Viriato da Cruz [dactilografada]

6.12.59

Caro Amigo,

De posse da tua carta de 2 do corrente.

Desde que estou ausente de África, nunca me senti tão doloroso e, ao mesmo tempo, tão revoltado contra esta situação de quase impotência que nós mesmos, africanos «portugueses» na Europa, contribuimos para mantê-la até hoje.

Tendo sido o primeiro que abandonou toda a sua vida civil, para se dedicar, sem ajudas patricias, a uma actividade revolucionária no exterior que pudesse apoiar, chegado o momento, a actividade revolucionária do interior dos nossos países, verifico hoje como quase todos os meus esforços foram inutilizados por egoístas e diletantes da política. Aqueles que tudo fizeram para anular a minha luta, em verdade eles não prejudicaram só a mim: eles prepararam a traição aos nossos irmãos africanos!

1 – Dizes que sou injusto para com os amigos de Lxa. Não o sou. Acho que, pelo contrário, continuar a afagar uma atitude «compreensiva» em face das mazelas que os referidos africanos vêm exibindo aqui na Europa, é o mesmo que pretender manter as raízes de muitos dos nossos males. Todos os erros, todas as traições (digo conscientemente traições, porque as houve) e todas as tácticas dilatórias, que se cometeram e se praticaram na actividade política dos africanos «portugueses» na Europa, tudo isso derivou da falta de vigor do sentimento de ser-se Africano, e da falta de total repúdio de ser-se português, de estar-se assimilado ao povo português e de se participar de aspectos da vida portuguesa. A maioria desses africanos nunca negou, de maneira total, o facto português que a colonização criara dentro do seu espírito. A falta desse repúdio subjectivo contra todo e qualquer vestígio de uma alienação pessoal a Portugal é responsável pela falta verificada, até hoje, de um aparelho de luta, aqui no exterior (de África, evidentemente), montado com o propósito claro, total e incondicional de repelir completamente Portugal e a vontade portuguesa dos nossos países e de África. O problema de ser-se súbdito português e o de ser-se Africano raras vezes se apresentou, no espírito da maioria dos referidos africanos, em termos de uma contradição antagónica.

O colonialismo português pode ser responsável pelos diferentes métodos de trabalho adoptados no decurso da nossa actividade política; mas ele não é responsável pela atenuação de um sentimento que não se ensina: o de ser-se africano, e não um português rebelado contra a Mãe-Pátria.

Dizes: «Nós não podíamos prever a projecção que o Movimento viria a ter, dados os limites de visão que sempre se nos puseram».

Se com essa frase pretendes apenas dizer que o meio português não vos possibilitou uma instrução razoável sobre as necessidades e as técnicas de uma luta organizada, estou meio-de-acordo contigo.

Mas se com essa frase pretendes confessar que, ao fundar o Mac, não admitiste que ele podia ser chamado a lutas máximas para a liquidação completa do colonialismo

português em África, não posso deixar de lastimar profundamente esse vosso esquecimento – o qual só confirma o que acabo de dizer atrás.¹

Nesta longa fase histórica de África, em que o homem do nosso continente é vítima do domínio cruel e cem por cento canalha de alguns povos, entre os quais está o povo português, é impossível conciliar a nossa africanidade com a mínima alienação das nossas pessoas, dos nossos interesses e da nossa psicologia ao facto português.

Dentro da situação concreta dos nossos povos, não se pode ser-se meio-português e meio-africano em Portugal. Na nossa situação, só há uma maneira correcta de ser-se africano de uma colónia portuguesa: é ser-se africano contra Portugal. Este é um problema de ser ou não ser. Um problema que não admite meios termos e fases intermediárias. Não há, portanto, dentro dele, lugar para «compreensões» para com possíveis fases intermediárias de comportamento.

Acho que a tua experiência pessoal durante este ano de afastamento do meio português pode ajudar-te a compreender o que digo. Por outro lado, o comportamento da Noémia, por exemplo, (e talvez do Neto) [*sublinhado por L. Lara*] podem servir de contra-prova.

2 – Há que fazer tudo para contactar a «International Association of Democratic Lawyers», da qual é vice-presidente o brasileiro Henrique Fialho (presidente da Associação brasileira de juristas democratas), o qual esteve, ou ainda está, em visita na China.

Vou escrever ao Mário a este respeito. Aqui não posso fazer nada nesse sentido.

Aí está uma das utilidades que poderia ter um Mac com cabeça, tronco e membros. Já houve mais do que tempo para o Mac se ter convertido num instrumento eficaz no plano internacional, das necessidades da luta libertadora de cada país africano sob dominação portuguesa. Mas no espartilho de uma estrutura primitiva, o Mac comporta-se como um corpo quase paralítico.

Toda a gente no mundo sabe que fora de organização, que sem organização, não há viabilidade, nem de vida política consequente, nem de crédito político. Nenhuma organização séria, no mundo, dá importância aos pedidos aflitivos de um indivíduo que não esteja mandatado por uma organização autêntica. Mas a nossa «experiência» (até quando?) só soube aconselhar-nos a constituir organizações desorganizadas, ineficazes, e «movimentos» de uma lentidão mortal.

3 – Acho que deves abandonar o argumento de que «este primeiro choque sério com a Polícia deverá constituir uma lição preciosa para a nossa malta, ainda virgem de contactos e julgamentos deste tipo».

1. *Mais uma vez se fica com a impressão de que Viriato da Cruz transfere para o MAC a responsabilidade de cumprir os objectivos que tinham definido em Angola no Manifesto que nos chegou com os Estatutos do PCA, no início de 1957. Esqueceu que o MAC foi criado por orientação dos «dirigentes» de Luanda, com objectivo principal de denunciar no exterior o carácter e os métodos do colonialismo português. É compreensível que uma vez engajado com o MAC, Viriato da Cruz não se sentisse satisfeito com tais limites e daí as suas reacções, talvez devido ao facto de não ter deixado acabada a ideia que ele e Ildio pretendiam relativamente ao «amplo movimento» referido no Manifesto.*

Não, meu amigo, este teu raciocínio não tem nenhuma utilidade para nós. Não constitui nenhuma lei histórica que a nossa libertação do domínio português devesse passar, obrigatoriamente, pela lição dos choques com a polícia e de julgamentos em tribunais portugueses.

Em Angola, nós tínhamos definido a inutilidade dessas «experiências» de que se vangloriava, estupidamente, o P.C. português. Uma luta é tanto mais frutífera quando ela contorna os obstáculos, e não quando ela se choca contra estes.

Os revolucionários portugueses (ou alguns, como se quiser) foram um dos inventores da teoria errada de que o aço revolucionário teria de ser temperado nas prisões, nos tribunais e nas perseguições desumanas. Isto nem sequer é uma teoria marxista. Lenin dizia que o revolucionário deve «viver para a revolução e não morrer por ela». Um revolucionário na prisão é quase como um corpo morto. Não tem nenhuma utilidade prática. Só se pode fazer uma revolução com homens que tenham liberdade de movimentos. O aço revolucionário tempera-se na acção junto do povo, na acção tendente a mobilizar, organizar e levar o povo a derrubar o seu inimigo mortal. A grande forja revolucionária é a acção revolucionária entre as massas. Vencer a apatia, a ignorância e a resignação das massas – eis o que é trabalhoso, mas isso é também o mais útil. (*) [*A crescentado à mão, na margem: * Porventura as revoluções russa, chinesa, vietnamiana e algeriana (para citar apenas as maiores revoluções populares do nosso século) não foram somente possíveis pela sobrevivência, até à vitória, dos seus dirigentes mais responsáveis? Pode-se fazer uma revolução sem dirigentes? O que é um povo decapitado, se não um rio fora do leito?*]

Que grande tarefa há a executar junto dos polícias, dos juizes e dos carcereiros da opressão? Convertê-los? Ruborizá-los com «umas verdades duras»? E porque é que essas verdades não poderiam ser melhor ditas cá fora, na liberdade, ainda que clandestina? E que farão os empregados do colonialismo das verdades que lhes dissermos?

Não, meu amigo, a verdade só é útil a uma certa categoria de gente: àquela gente que não a teme, mas pelo contrário, só tem tudo a ganhar com ela. Essa gente é o povo oprimido.

Nós dizíamos, em Angola, que um certo comportamento revolucionário luso oscilava entre dois termos de uma ambivalência: a revolta inconsequente contra a opressão – e o masoquismo.

O revolucionário luso, ou atira-se, «valentemente», de modo a partir a cabeça, ou converte os seus fracassos e dores em «actividade revolucionária eficaz». [*A crescentado à mão: Mas, no final de contas, ele nunca vence nada.*]

4 – Quanto ao caso do Rocha, transcrevo a seguinte apreciação insuspeita do Horta, que veio mesmo a propósito: [*À mão: (30.XI.59)*]

«Quando voltei do Festival estava à espera que passasses por aqui... para te falar a esse respeito e afinal creio que nunca cheguei a dizer-te nada. A melhor lição que lá recebi foi a necessidade de uma associação para estudantes ou juventude africana de cultura (ou expressão) portuguesa. A cada passo pude avaliar esta necessidade que me pareceu imperiosa. Todos os jovens africanos vinham em nome de uma ou de outra organização: «Estudantes de Dakar», «Juventude Democrática da Mauritània», «Associação dos Estudantes da Maurícia» (!!) e assim por diante. Todas essas associações beneficiam de bolsas... Da Maurícia creio que cinco estudantes estão nestas condições. Encontrei em

B. [Bucaresté] um estudante da Guiana que tinha recebido uma bolsa por intermédio da “Associação dos Estudantes da Guiana Francesa”... Quanto a Angola e Moçambique e outras colónias portuguesas parece que somos os únicos que vamos ao Festival sem compromissos. Os Camaradas do Comité Preparatório dão-nos facilidades extraordinárias tendo conhecimento das condições difíceis dos nossos países. Mas que diabo, não são essas mesmas condições difíceis que deviam incitar-nos a fazer alguma coisa? Fui a P. [Paris] expor estas ideias ao Marcelino: diz que é impossível, que é preciso esperar... pela morte da bezerra se calhar. Enfim durante as semanas que passei no Festival e na Roménia tudo me gritava a necessidade de uma organização, as vantagens de fazer parte de uma associação, os horizontes que isso podia abrir para a nossa juventude quanto a bolsas de estudo, etc. Vim com uma grande vontade de saber o que se poderia fazer nesse sentido; a minha boa vontade encalhou em casa do Marcelino, que tinha acabado de receber os direitos de autor de uns poemas seus traduzidos em r... Na Roménia tinham-me pago 125 lei por uma página com as minhas impressões e a única coisa que pude fazer foi dividir essa soma com um companheiro Guadalupeano... Em M. a «delegação» das colónias portuguesas recebeu também presentes que não sei que destino teriam levado, a não ser enfeitar os domicílios dos delegados. É todo um estilo de trabalho individualista, errado pela base.»

O Horta, sem ter grandes convívios com a nossa malta (ele nunca fez estudos em Portugal) viu logo e verberou as podridões que existem no nosso meio.

Nos começos de 1958, propus, em Paris, que se criasse uma secção de juventude e que a filiássemos a uma dessas organizações internacionais de jovens e estudantes. Os amigos de Paris (excepto o Mário) sabotaram a minha proposição. Nem sequer, penso, a transmitiram a Lxa, como pedira. É por isso que falo, claramente, na existência de actos traidores, dentro dos esforços que se fizeram, na Europa, para criarmos instrumentos necessários à nossa luta libertadora. Uma das pessoas que mais traiu foi precisamente o senhor Marcelo [Marcelino dos Santos]. E um dos hábitos, que mais contribuiu para que os actos traidores tivessem êxito nos seus manejos, foi o de «ser-se compreensivo».

Não perco mais tempo em discutir esses assuntos. Tu mesmo só te convences da verdade das coisas quando a sentes na tua própria carne. [À mão: (Caso Boveiros, por exemplo)]

5 – A tal «comunicação de pessoa amiga»¹ deve ter sido feita por um português. Dentre as pessoas citadas (oito) só se cita o nome de um africano: o Ilídio. Porquê? Porventura o movimento revolucionário anti-colonial em Angola é obra de portugueses?

Ora, aí está uma atitude desonesta; ou então um interesse orientado no sentido português.

Nós devemos pedir, acima de tudo, os nomes dos africanos presos. A maioria dos presos são africanos. Essa luta é obra e mérito de africanos. Não podemos permitir que os portugueses, mais uma vez, se encham de glória com um esforço que não lhes pertence.

Acho que não tem interesse saber quem é o Juiz. Será, necessariamente, um colonialista.

O Franco de Sousa não é um marítimo, nunca o foi. É possível que o teu nome como o do Mário apareçam citados no processo. De certeza, os nossos compatriotas, num acto inteligente, lançaram sobre as costas da malta que está no estrangeiro

algumas acusações portuguesas. Que mal te virá a ti, a mim ou ao Mário? Em nenhuma parte do mundo civilizado se reconhece o direito de extradição por «crimes» políticos. Portanto, só à força o Mário e a Deolinda poderão ser enviados a Angola, pelas polícias francesa e brasileira, respectivamente.

6 – Espero que partas para o Norte de África no dia 11, como dizes.

Fora da Alemanha poderás, talvez, escrever directamente para mim. Até o dia 19 deste mês permanecerei no seguinte endereço: (Meu nome) bei C. Gottschalk – Berlin, Schöneeweide – An der Wuhlheide, 20.

Depois do dia 19 até ao dia 27 deste mês, estarei em Petzow, no lar [à mão: dos escrit.]. Se achares conveniente, podes ainda escrever para Michelis.

Espero que me ponhas ao corrente do decorrer de todas as démarches na Tun. No caso de ser possível a minha ida a esse país, escreve-me imediatamente, a fim de eu tratar de partir sem demoras inúteis.

7 – A credencial assiná-la-ei. Mas declaro o carácter ilegal desse meu gesto. Faço-o, porém, porque é preciso agir e depressa.

8 – Os 15 dias que se gastaram para se enviar o telegrama ao Secretário-geral são uma demora intolerável. Se foram precisos 15 dias para comunicar Berlim – F. [Frankfurt/Main] – Paris, e para estudar um texto com 80 palavras, então quantos meses serão necessários para estudar um programa, um manifesto, um plano de organização ou mesmo um relatório a um organismo internacional?

O valor do telegrama não pode estar na «vibração» que a malta de Lisboa terá ao lê-lo. Ele está no dever moral de apoiar a luta justa dos nossos irmãos em África e de denunciar a ilegal e selvagem dominação portuguesa.

9 – Os contactos do Mário com o Pothe[k] [ine] e os teus com a Deolinda são bons. Mas é preciso não cair no gosto desses contactos, pois está-se a manter um vício que é preciso EXTIRPAR IMEDIATAMENTE: Nós precisamos de relações de organização para organizações, e não de indivíduos para indivíduos. Que os indivíduos actuem atrás de uma organização. Acabemos com as «personalidades». [À mão: É preciso afirmar uma organização e projectá-la!]

Enfim, cansei-me a escrever muito. Valeu a pena? Estou profundamente desconfiado da utilidade dos meus esforços.

Cumprimentos. O meu melhor abraço.

ass.) V.

Carta a Viriato da Cruz

[dactilografada]

Frankfurt/Main, 8 de Dezembro [de 1959]

Caro Cruz

Acabo de chegar a casa e receber 3 cartas expresso: a tua, uma do Mário e uma do Marcelo [Marcelino dos Santos]. A deste contém um bilhete de apresentação para um tunisino do Neo Destour que ao que parece esteve em Paris e que eles informaram

1. Ver Anexo nº13.

da m/ ida lá sem dizerem com que objectivos, mas tendo dado a entender que eu me encontrava engajado numa luta política. Parece que o senhor está interessado em dar qualquer primeiro apoio que eu necessite; para já sempre é bom ter mais de uma pessoa a quem um tipo se possa dirigir para dar os primeiros passos.

A carta do M. [*Mário de Andrade*]; não era carta e apenas um envelope contendo as credenciais. Não sei porque razão a não mandaram expresso para ti como eu tinha pedido. Assim perde-se um dia e é possível que isso faça com que eu já não a possa levar, e tenha de aguardar lá por ela. Já é tardíssimo para eu ter peneiras que chegue lá amanhã, mas vou tentar. Se te chegar aí amanhã, quarta-feira, podes logo meter expresso no correio que deve estar cá com certeza na quinta feira, ou na pior das hipóteses na 6ª feira de manhã. Como eu ainda cá estou até 6ª feira à noite, está certo. Mas se só puderes enviar isto 5ª feira, não o faças cá para o Hotel, mas para casa da família. Assim não corre o risco de se perder. Claro que se ainda mandares 4ª feira, podes fazê-lo cá para o Hotel.

A tua carta deixou-me um pouco chateado, como deves imaginar e como penso que seria tua intenção. Continuo a pensar que és injusto com a malta de Lx., embora pense que tudo devesse ter acontecido como tu pensas. Mas isso é, perdoa-me que te diga, idealismo. Nós estamos todos (e somos) perante homens e não perante heróis. Tu estás no teu direito de «achares» que se podia ter feito isto ou aquilo. Os amigos que ora sofrem o contacto com os tribunais port. estão também nesse direito. Mas nem tu nem os nossos amigos de Angola sabem o que se passa em Lisboa, em que condições a luta é travada, com que massa a luta é travada. Isso sabemos-lo nós, aqueles que também desde há muito se esforçam por lutar ao lado do seu povo e que na sua melhor boa vontade não hesitaram em experimentar adquirir nos movimentos lusos uma experiência que por circunstâncias várias não podiam adquirir ao lado do mesmo povo a que se quiseram dedicar. A sua luta está pejada de erros, não o nego, mas foi uma luta, é uma luta ainda hoje. Onde estão os frutos dessa luta, perguntarás? Eu não tos posso já apontar, mas é significativo o facto de já se ter discutido em pequenos núcleos de Coimbra, Porto e Lisboa qual a atitude da malta africana perante estes acontecimentos que envolveram os nossos camaradas. É também significativo que pouco a pouco os nossos jovens comecem a abandonar um pouco à aventura as Universidades lisboetas e outras da Lusitânia, pª procurarem fugir exactamente a uma formação profissional e cultural eivada de todos os defeitos lusos. A luta é desorganizada, não o contesto; estamos a todo o instante a senti-lo; mas ela é o começo de uma verdadeira luta, ela envolve pela primeira vez apenas africanos e são sobretudo jovens que a dirigem (o Neto acaba de ter uma festa de despedida, deve ir breve para Angola). Há que ser compreensivo, embora duro a julgar. Nós desde sempre nos sentimos ligados àqueles que lutavam na nossa terra. A nossa luta tinha os olhos postos neles, e desde sempre aguardámos uma palavra de ordem. Esta levou tempo a chegar, mas quando chegou imprimiu-se um novo cunho a toda a nossa actividade. Desde aí considerou-se enfim que era errado o caminho por nós escolhido de lutar ao lado dos portug. Mas era errado a partir daí, antes não tínhamos outra perspectiva que não fosse essa.

Compreendo-te quando falas de traição. Tu já me puseste ao corrente de parte dos factos que te levam a falar assim. Insisto porém que esse juízo é muito duro. Há erros? Há elementos que procuram primeiro resolver os seus problemas antes de se dedicarem às questões que interessam urgentemente à luta? Tudo isso é verdade. Mas esses elementos não são aqueles mesmos em que vós não contáveis? Sempre me disseste que os nossos camaradas de Angola não tinham confiança nos tipos que estavam na Europa. Não seria essa atitude errada? Eu creio que sim. Nunca se devia pôr uma questão de tipos aqui (na terra) e tipos lá (na Europa). A única questão que se devia pôr é que são todos africanos interessados honestamente em lutar pelas suas terras. O resto é uma questão de competências, de capacidades, de carácter, [*acrescentado à mão*: de disciplina.]

Eu digo-te com toda a sinceridade que não vejo bem quais as razões porque tu exiges que tudo se acelere. Concordo plenamente que não devemos dormir, que não devemos desleixar-nos em dar seguimento a todas as questões que se nos põem. Mas tens que ver em que condições estamos a trabalhar. Estamos todos distantes; não temos um núcleo de base bem instalado (no aspecto prático, claro) de modo a dar pleno rendimento, a discutir de um momento para outro qualquer questão urgente que se ponha. A malta de Lx. não está completamente ao corrente do que se passa cá fora (nem pode estar) e se ainda não temos um executivo cá fora também isso deverá ter como causa o facto de nós mesmos ainda não estarmos instalados. Tu afliges-te por ver as coisas caminhar lentamente (eu também) mas repara que os assuntos que nós temos entre mãos caminham com uma lentidão aflitiva e que nós mesmos temos sido impotentes para acelerar essas questões. Tu pões-te na posição de exigir muito da malta de Lª; eu creio que exiges demais. A malta que está em Lª não pode já ter adquirido o mesmo espírito de luta que os nossos irmãos das nossas terras. Isso não quer dizer que eles sejam menos africanos por isso. Eu admito mesmo que haja verdadeiros africanos que nunca se integrarão verdadeiramente numa luta de libertação, embora possam ardentemente desejar-nos a vitória. De resto pª quem conhece a actual situação em Lª, é evidente que o espírito de Luta subiu muito; isso é evidente até para as próprias autoridades.

Eu queria dizer-te talvez outra coisa daquilo que aí vai. Estou cheio de pressa. Tenho imensas coisas a acabar e quero ainda ir à estação meter esta. Não posso ser muito mais extenso. Mas faço disto que te digo agora questão: a primeira oportunidade que tenhamos havemos de discutir o que tu afirmas nestas duas cartas últimas. Eu considero que nelas há muita coisa que tu afirmas sem razão. Ou bem te responderia com tempo, ou bem seria preferível guardar isso para melhor ocasião. Não gosto de escrever atabalhoadamente sobre estas questões. O que interessa neste momento é que nós podemos continuar a luta com aqueles que escaparam da prisão (a este respeito não deixarei de te dizer que considero um pouco idealista a hipótese de travar uma luta contra o dominador luso sem se passar pela prisão).

Como dizia, nós cá estamos, cada vez mais decididos a concretizar a luta que todos os nossos irmãos travam neste momento. Eu admiro em ti um lutador experiente, com uma experiência adquirida à tua própria custa, dos mais honestos, um verdadeiro

patriota. Tens de muitos problemas a visão que nos falta, aos que abandonámos há anos a Pátria. Tens o amadurecimento no seio do povo, que é a melhor escola que pode desejar quem luta por causas como a nossa. Mas não deixarei de te dizer que muitas vezes és parcial na maneira de analisar certos problemas, sobretudo quando eles dizem respeito aos teus irmãos que não se forjaram na mesma FORJA que tu. Isso não quer dizer nada de especial. Isso poderá ser mesmo a razão de um dia nos podermos corrigir melhor uns aos outros, naquilo em que for necessário.

A hipótese do dia 11 continua. Ainda não tenho a certeza de ter bilhete no barco, mas penso partir de qualquer maneira nesta data. Manda pois as credenciais. Os tipos de Paris já ficaram com uma cópia.

Por carta do Marcelo sei que o ES [*Guilherme Espírito Santo*] já abandonou a França, não sabendo ele se para a Suíça se para a Bélgica. Ele, Marc., está em Paris como turista e possivelmente terá a mesma sorte do ES. Ele pede que te diga que tudo foi entregue à Présence Afr.

Afinal nada dizes sobre o que te pedi p^a o Pothekine. Era mesmo um contacto oficial que eu referia. Esse contacto devia ser feito tempos depois de enviáres aquela carta do Mário. Simplesmente eu daqui não o podia fazer e a tua situação aí só agora me pareceu clara, pelo que só agora pensei que tinhas um ENDEREÇO para onde se devia pedir a resposta do Pot. Esta já vai longa. Amanhã escrevo com mais vagar, para mandar aquilo que pensamos poder ser alterado no Manifesto.

Saudades de todos. Um abraço

Carta de Viriato da Cruz

[manuscrita]

B. [Berlim], 9-12-59

Meu Caro Amigo,

Respondo e agradeço à tua carta de 6 do corrente a qual acompanhava a lista dos amigos presos.

1 – Estou de acordo contigo: Poderemos e deveremos enviar um memorandum ao Secretário-Geral expondo mais detalhadamente os factos últimos da política portuguesa nas colónias.

2 – Acho que devemos enviar cópia desse telegrama ao Conselho de Solidariedade, no Cairo, pedindo apoio à nossa solicitação ao Secretário-Geral.

O memorandum que se enviar ao Secretário-Geral deverá, igualmente, ser remetido ao Conselho do Cairo. Ao mesmo tempo que enviarmos cópias desses documentos ao Cairo, deveremos insistir, em termos correctos mas enérgicos na necessidade de o referido Conselho passar a apoiar por factos a luta anticolonial nas colónias portuguesas. O mecanismo de trabalho nesses Conselhos de Solidariedade obedece, fundamentalmente, a interesses que interpreto assim: A Inglaterra, a França e a Bélgica

fazem parte do núcleo mais activo das potências imperialistas que constituem perigo para o campo socialista, para os países neutros e para os países dependentes. Portugal não constitui uma força activamente prejudicial ao campo socialista, às potências neutras, nem mesmo aos países independentes de África. Dessa situação deriva o pouco interesse, de um modo geral, em atacar o colonialismo português.

Além disso, as colónias inglesas e outros países mais ou menos integrados no Commonwealth estão interessados em que a luta individual de cada uma dessas colónias ou desses países prejudique o inimigo comum: a Inglaterra. O mesmo sucede com as colónias e outros países mais ou menos dependentes da França.

Assim sendo, esses dois grupos de colónias e países mais ou menos dependentes da Inglaterra e da França, utilizam os Conselhos de Solidariedade para uma luta quase monopolizada contra a Inglaterra e França.

O nosso mal é que nenhuma organização séria e originária de colónia portuguesa (organização possuindo sobretudo uma consciência elevada da necessidade da luta comum e unida contra o colonialismo português) participa, como membro das organizações internacionais incumbidas de desenvolver acção em favor da solidariedade afro-asiática ou africana.

3 – Recebi, neste momento, a credencial. Esta vai já para o correio. (Hoje é quarta-feira, e são 14 horas)

4 – Tens, na verdade, razão: sou, por vezes, duro nas apreciações ao nosso trabalho. Não o faço, porém, por malvadez. Se se acreditar que o que me move é o desejo de elevarmos rapidamente o nível do nosso combate e o desejo de estreitarmos fortemente um trabalho colectivo e organizado, penso continuar a ser um «tanto» exigente e severo para com as nossas fraquezas capazes de serem corrigidas.

5 – O que me dizes da malta africana, na Lusitânia, alegra-me. Efectivamente, de um modo geral tudo avança.

6 – Estou de acordo em que se deva enviar cópias do nosso telegrama aos nossos compatriotas. Efectivamente ele será um factor de ânimo e mobilização.

7 – Vou preparar aqui alguns relatórios (projecto) para o Cairo, Londres, ONU e outras organizações. A malta de Paris ajudará a traduzi-los.

8 – Cumprimentos. Boa viagem e bom trabalho. Peço contactes sempre comigo, sobretudo durante a viagem. A Ruth deverá ter cópias exactas dos meus endereços, para o caso de ser necessário ela própria usá-los.

9 – Até hoje nada recebi do Pothek. [*Pothekine*]. Estou a zero sobre esta questão. Fala-me detalhadamente nela outra vez.

Adeus. Felicidades e Saúde. E brevemente nos veremos!

V.

[*Acrescentado no início da carta: P.S. – Antes de partires, acusa a recepção desta carta, por favor*]

Carta de Mário de Andrade

[manuscrita]

Paris, le 9.XII.59

Meu Caro Lúcio,

Espero ansiosamente que tenhas recebido o envelope «exprès». Não tenho condições materiais para apresentar melhor um texto de tal importância. Ainda não me acusaste recepção duma lista completa dos presos políticos em Angola, que te enviei na semana passada. [À margem: Oui: recebi a tua carta de 8.]

Passando aos pontos focados na tua última carta, devo dizer-te para começar que o nosso Embaixador da G. [Guiné] é um tipo difícil de ser apanhado em Paris. Tenho recebido vários adiamentos dos rendez-vous marcados, por motivos de viagem urgente da sua parte. Ainda há dias, foi obrigado a deslocar-se. Creio que já voltou. Não deixarei, pois, de lhe comunicar as tuas últimas indicações.

O E.S. [Guilherme Espírito Santo] partiu no último sábado para Genève. Conta trabalhar por lá.

Não temos notícias do H.M. [Hugo de Menezes]. A mulher anunciou apenas o casamento. Manda-me de novo a morada da nossa amiga «brasileira».¹

No que respeita ao processo intentado contra a malta, contactei com o Secretário Geral da Associação dos Juristas que se dispõe a alertar o bureau desse organismo. Simplesmente, necessita duma carta oficial do advogado que tomará a defesa dos presos (trata-se, em princípio do Palma Carlos, assistido por alguns colegas de Luanda), comunicando os termos da acusação. Alguém levou daqui uma carta para Lx^a em que essa questão foi suficientemente elucidada. Sei que o portador chegou bem mas aguardamos resposta. Levanta-se um problema material: o financiamento da viagem do jurista até Luanda. O Secret. Geral propõe que seja um advogado brasileiro que seja designado a assistir ao processo. De qualquer modo, já forneci os dados para uma notícia que deve ser publicada na revista da Associação.

Aguardamos o projecto de manifesto e da regulamentação interna.

Enfim, faço votos por que a tua missão seja bem sucedida. Neste momento, uma parte dos destinos do M. [Movimento] pesa sobre os teus ombros. Eu sei que estarás à altura da tarefa. Adieu, Camarade. Bonne chance! Amitiés à Ruth.

Je t'embrasse

Mário

[Acrescentado na margem: P.S. Os livros seguirão por mão própria, a menos que tenhas necessidade urgente dessas coisas. Vai uma carta p^a Carlos Alberto [Carlos Rocha]]

Da carta do Pothekine, interessa reter isto:

(...) «En ce qui concerne la question de l'aide aux jeunes cadres africains à poursuivre

1. Deolinda Rodrigues

des études en U.S., je suis malheureusement obligé de retarder ma réponse à cette question parce qu'à l'heure actuelle notre Association n'a pas encore la possibilité d'inviter les jeunes cadres africains à faire leurs études en U.S.»¹

O resto refere-se às possibilidades que a Associação fornece para publicação de livros de interesse africano.

Da carta do Eduardo Mondlane² (U.S.A.):

(...) «O Sr. Rui Ventura ou Haldane Roberto (ou Mr. Gilmore) [Holden Roberto] está aqui na cidade de New York junto da delegação da Guiné livre. Ainda não me foi possível falar com ele porque ele tem medo de que os portugueses possam descobri-lo. Não posso dizer por certo o que ele está a fazer, excepto conjecturas que está a fazer pressão junto de algumas delegações amigas da África.»

Carta a Viriato da Cruz

[dactilografada]

Ffm. [Frankfurt/Main], 10 de Dezembro de 1959

Meu caro Cruz

São 4 da manhã e acabei agora de passar à máquina as correcções que nós propomos. Estudei o Projecto em conjunto com a Ruth e com o Rocha pois sempre é melhor podermos ouvir as opiniões de uns e outros, para melhor se fazer uma análise. Lamento não ter tempo de copiar o projecto com as emendas por nós propostas, pois seria mais fácil, mesmo para nós, avaliarmos da justeza dessas emendas. Se pudermos, faremos isso em Túnis. Vou enviar agora, isto é, logo, quando puser esta no correio, o projecto que tu enviaste a mais, para Paris, e junto-lhe além das tuas correcções estas 4 folhas por nós aqui elaboradas sobre o teu trabalho.

Ontem escrevi-te enviando as coisas para assinares. Vamos a ver se a tua resposta ainda me apanha cá.

Peço-te que me respondas concretamente sobre a questão de o MAC entrar em contacto oficial com a Associação de que é Presidente o Pothekine, sobre se achas que

1. Tradução: «No respeitante à questão da ajuda aos jovens quadros africanos para o prosseguimento dos seus estudos na União Soviética, sou infelizmente obrigado a adiar a minha resposta a esta questão porque neste momento a nossa Associação ainda não tem possibilidades para convidar os jovens quadros africanos a fazerem os seus estudos na U.S.»
2. Eduardo Mondlane, nessa altura professor nos Estados Unidos, tinha já contactos em termos de intelectual africano com Mário de Andrade e Marcelino dos Santos. Mais tarde (1965) viria a ser o primeiro Presidente da Frelimo, aquando do seu 1º Congresso, e participou na 2ª Conferência da CONCP.

devemos escrever para a Conferência Pan-Africana acerca da próxima reunião em Túnis e da nossa possível participação. Quanto ao primeiro caso, o Mário quando escreveu ao Pot.[hekine] já fazia prever que nós (o MAC) entraríamos em contacto com eles. Se não se fez foi por não haver uma certeza quanto às nossas residências futuras.

Vieram umas brochuras, as tais há algum tempo anunciadas pelo Barden. Só mandou dois exemplares de cada. Tenciono traduzir aquilo que achar que vale a pena, para fazer chegar a L^a e outros pontos. Vou-te mandar essas coisas. Depois de leres podes mandar para Paris, eu guardarei no arquivo os outros exemplares para quando forem precisos.

Volto hoje a escrever ao Barden a acusar a recepção das coisas dizendo que aguarde meu novo endereço se tiver que mandar já alguma coisa e pedindo esclarecimentos acerca de como eles encaram a questão do Rocha, a quem tinham posto como única condição ter dinheiro para a viagem, mas sem concretizarem se lhe davam a Bolsa ou não.

Acho melhor enviar-te por este processo 400 marcos. Essa massa tentarás aguentá-la para a viagem até à Tunísia, que deve orçar em cerca de 300 marcos em transportes (caminhos de ferro e barco). É preferível assim, pois depois pode haver dificuldades no envio de massa de lá. Eu pensava guardá-la, para o que desse e viesse. Mas penso ser melhor assim. A restante massa da malta utilizo-a na nossa viagem. Fico com uma reserva que o pai da R. [*Ruth Lara*]¹ me «emprestou».

Quanto a comprar cá utensílios, a única coisa que achamos fazer-nos bastante falta foi uma máquina de escrever, que me chegou hoje, pois pedi com teclado AZERTY. A que temos é insuficiente, porquanto a Ruth está a trabalhar nela, eu não posso dar seguimento à correspondência e outras coisas urgentes. É o caso do meu pequeno trabalho da ONU a que só falta pôr as notas e que espera que eu as ponha há um mês. A Mme B. [*Irmgard Bouvier*] quer que eu lho dê para publicar, mas primeiro vou-to enviar, para que dê a tua opinião sobre o que houver a acrescentar.

Dei hoje a t/ carta à Mme, aliás ontem. Ficou algo surpreendida mas como não me demorei (fui à Bibl[ioteca] levá-la) ela não me disse nada.

Ainda sobre a tua última carta, posso afirmar-te que quando sugeri as emendas ao telegrama não pensei na «vibração» da malta de L^a, mas no facto de ele poder obter maior audiência no seio da ONU. Quando te disse que a malta poderia vibrar com ele é porque sei que todos esperam uma verdadeira INTERNACIONALIZAÇÃO dos nossos problemas e que esse facto, galvanizando os nossos conterrâneos, reforçará o MAC e contribuirá para um maior alargamento da nossa luta. Sinceramente, tenho a impressão que escreveste aquela carta sob forte tensão nervosa. Compreendo que as notícias que chegam aos poucos dos nossos irmãos, ao lado dos quais deste os passos mais decisivos na tua dedicação pela nossa causa, te tenham chocado profundamente.

Um dia falaremos destas coisas todas. As cartas pouco dizem.

Esta será a última carta que te escreverei daqui. Que esse facto seja o prelúdio de uma fase decisiva do nosso combate.

[*Acrescentado à mão, na margem: 1 enorme abraço. Saudades da Ruth. O Paulchen continua a falar em ti.*

Lúcio.]

[*Prosegue manuscrita*]

Quinta, às 11 da manhã

Meu caro

A tua carta chegou há pouco mais de uma hora, 10 h da manhã. O correio expresso é sem dúvida uma grande coisa, é pena ser tão caro. Estou pois de posse das credenciais. De acordo quanto às considerações que fazes sobre o Conselho de Solidariedade do Cairo. Evidentemente que o facto de por vezes seres «duro» nas tuas apreciações é levado pelo teu enorme desejo de contribuir de um modo mais decisivo e eficaz para o bem dos nossos povos.

Ótimo que prepares os relatórios ou memórias para a Onu, Cairo, Londres, etc.

A questão do Poth. [*Pothekine*] é o seguinte – Ele escreveu, como deves estar recordado, ao Mário, falando-lhe na criação da «Assoc. soviet. pour l'amitié avec les peuples d'Afrique» – 14, R. Kalinine, Moscou. Nessa carta (circular) de 10/6/59 pedia ao Mário que os pusesse se possível em contacto com homens de cultura, organizações sindicais culturais, de massa, de juventude e outras da terra (do M. [*Movimento*]). O Má. respondeu em 17/IX/59 por teu intermédio, pedindo «pessoalmente indicações acerca do modo como eles encaravam a amizade». Combinou-se que nós seguiríamos (MAC) com uma carta começando um intercâmbio. Isso não foi feito por não termos nenhum adress bom e por o teu estar em vias de desaparecer nessa altura, como te deves lembrar. Convinha que se lhe escrevesse a estabelecer contacto. Envio-te uma folha carimbada e 2 cópias, p^a a caso de o poderes fazer. A nossa referência nesse documento será Ref. E/SA/31. Poderás pô-la nesse ofício que te decidas a escrever, e em que me parece ser de pôr o caso concreto dos estudantes que querem emigrar p^a aquelas bandas. Se houver necessidade ainda escreverei mais qualquer coisa. Um abraço muito grande

t/ L.

Carta de Deolinda Rodrigues

[*manuscrita*]

Santo Amaro, 13/12/59

Prezado Snr. Lúcio Lara,

Estou a orar para que todos estejam com saúde aí e os afazeres corram o melhor possível sob a direcção e cuidado de Deus.

Muitíssimo obrigada pela sua carta. Não tenho palavras para dizer a apreciação pelo seu impulso ótimo a favor de ANGOLA e Guiné e seus encarcerados. Não estou a par do que os portugueses estão a fazer nesta última colónia e gostaria de sabê-lo.

1. Hermann Pflüger.

Vou escrever hoje ao Conselheiro Campos e assim que estabelecer contacto com ele escreverei ao Snr. Todavia, por favor, comece logo a mandar informações, artigos, etc. para começarmos a campanha aqui. Sim, há possibilidades de o fazer. Nem sempre, mas encontrei algumas pessoas fixas aqui, pretos que se queixam de ignorar o que se passa em Angola e algumas raparigas que querem «voltar donde vieram». Assim, há um terreno já um pouco favorável à campanha. A «Cruzada Cultural do Preto Brasileiro» também regozijar-se-á com a publicação de coisas referentes a Angola e Guiné e aos horrores coloniais. Portanto, mande artigos, Snr. Lúcio.

O «Estado de S. Paulo» publicou integralmente o artigo de Davidson. Enviei-o, ingenuamente, ao Snr. Mário de Andrade (espero que não lhe traga obstáculos da parte da Interpol), mas como já está em português eu devia ter enviado a Angola. Desculpem-me, mas por favor, assim que a minha carta ao Snr. Mário chegar (enviei-a em 10/12), procurem enviar-me esse artigo para encaminhá-lo à Pátria; é-me difícil sair deste «convento» para achar outra cópia.

Estou a enviar primeiro o telegrama da ONU e grande parte do conteúdo da sua carta referente às diligências já feitas para serem encaminhados a Angola.

Sem dúvida, resultará algo favorável dessas diligências.

De Angola chegam cartas com perguntas como esta: «Haverá dias melhores?» Parece que a brutalidade da pide está a gerar desalento e resignação maiores. Mas, como meu pai diz, «ngoma ka ivua kiavulu, kutanduka» e... veremos o fim. Uma parte depende da nossa actuação agora e PARA A FRENTE É O CAMINHO mesmo.

Sua sugestão a respeito do que devo fazer quanto ao mandato de captura para mim chegou na hora H e agradeço-lhe imenso. Vou informar-me com o Conselheiro Campos.

Duas semanas antes de receber sua carta, tive a primeira informação desse mandato, mas até agora não recebi nada oficialmente. Estava com o dilema de entregar-me «mansamente» aos lusos ou procurar refugiar-me. Da sua carta, deduzo que seguirei este último caminho. Por causa daquele dilema é que escrevi antecipadamente ao Snr. Mário de Andrade.

A última carta que recebi de Angola (em 11/12, de minha irmã) traz umas iniciais vermelhas no sobrescrito que cheiram a pide, embora estejam meio apagados. Meu irmão (Pedro Sobrinho, Rua do Salitre 155, 4º Dto, Lisboa) deve ir para Angola em Janeiro e, se lhe for possível, agradecerá que o Snr. o informasse que não escreverei aos meus pais e irmãos em Angola, parentes e amigos em Portugal, por enquanto, para evitar que a pide os envolva em suas garras. Que ele explique a meus pais que estou bem e os console o melhor possível. Espero que a mamã o compreenda (embora eu ignore até onde nós ambas aguentaremos a separação forçada). Eles também que não me escrevam. O Snr. poderá transmitir isso ao meu irmão, sem ser pelo correio? Muitíssimo obrigada.

O Snr. é o Lúcio (desculpe a intimidade) que dava explicações a Bebinha (melhor, Maria Ruth) e a Maria Eugénia, em Lisboa? Também já lhe conhecia de nome. Seja como for, muito obrigada pela sua carta. Isolada de ANGOLA, espero que o Snr. tenha a paciência de me aturar.

O Snr. sabe alguma coisa dos Boavidas e do eng. Amílcar Cabral?
Essas diligências são preciosas e exigem dinheiro; aqui vão umas «makuta» [*dinheiro*], é um desejo apenas de atender ao «socorro!» do meu Povo.

Felicidades em tudo.

Fraternalmente

Deolinda Rodrigues.

Mais do que nunca,
que a chama do nosso ideal
brilhe fixa e melhor
a partir deste Natal.

Com votos de Festas felizes
e Ano Novo abençoado.

Carta a Viriato da Cruz

[*manuscrita*]

Nápoles, 14/XII/59

Meu caro

Apenas umas linhas.

Recebi todas as tuas cartas e telegrama. Obrigado pelo teu cuidado.

Do Abel [*Amílcar Cabral*] recebi mesmo à partida uma carta com os seguintes pontos fundamentais:

1 – Receberam relatórios de Setembro e Novembro, bem como Manifesto.

2 – Deram nova estruturação ao Mac.

3 – Ele pensa sair este Natal p^a falar connosco e até me pedia para adiar a partida, o que no momento em que recebi a carta era impossível, dado que tudo estava já comprado (passagens, etc.) e malas despachadas. Telegrafei daqui (Nápoles) em código a dizer que não podia passar o Natal com eles (sugeriam Liège) devido a estar em viagem e escrevo também sugerindo que venham apesar de tudo a Paris e dali comuniquem connosco.

Parto daqui a umas horas e tive de andar para aí a dar voltas. Escrever-te-ei de Túnis, mais calmamente. P^a já de uma carta do Mário informo-te o seguinte:

1 – Ele recebeu uma carta do Poth. [*Pothekine*] em que este diz que a Associação de Amizade ainda não encarou a sério a assistência com bolsas a estudantes africanos (A m/ ver isso não impede que façamos o contacto oficial).

2 – Tem tratado da questão *c/* a Assoc. de Juristas, a qual designou um delegado brasileiro p^a assistir aos julgamentos. Põe-se porém um problema financeiro, p^a fazer face às deslocações.

3 – Um amigo do Már. [*Mário de Andrade*] que trabalha na ONU informou que «o Rui Ventura ou Haldane Roberto (ou Mr. Gilmore)¹ está aqui em Nova York junto da

1. Trata-se de Holden Roberto.

Delegação da Guiné livre. Ainda não me foi possível falar c/ ele, porque ele tem medo que os portugueses possam descobri-lo. Não posso dizer por certo o que ele está a fazer, excepto conjecturar que está a fazer pressão junto de algumas delegações amigas de África».

Isto é da carta do tal amigo de Már, Mondlane.

– O Abel [*Amílcar Cabral*] diz também que se tem trabalhado.

– De Lisboa, informaram-me também que o Secr. Geral UN. Mr. H. [*Dag Hammarskjöld*] ia lá falar c/ o chefe do Governo, mas que os jornais não dizem o motivo. É provável que o n/ telegrama seja abordado.

Não posso escrever mais.

Dar-te-ei notícias de Túnis.

Recebeste os 400 Marcos?

Foram registados.

Vai também uma revista dos Estudos Ultramarinos que tem interesse, pois além de muita coisa fala nos congressos... Traz também um poema teu. Isto é que eles são amigos...

A Ruth envia-te um grande abraço. O Paulchen há tempos viu na Universidade Goethe um Africano de óculos e disse que era o «Viiato». Não te esqueceu.

Abraça-te muito o

L

[*Acrescentado à margem: Vão 5 folhas carimbadas Mac para qualquer necessidade*]

Carta a Viriato da Cruz

[*dactilografada*]

Túnis, 22 de Dezembro de 1959

Meu caro Viriato

Tenho estado sempre à espera de ter algo de interesse para te contar e daí a razão de só hoje, após 6 dias de Túnis, te escrever a primeira carta.

Logo que cá cheguei, a primeira coisa que fiz foi tentar estabelecer os contactos possíveis, a saber o Romano¹ e o que o Marcel [*Marcelino dos Santos*] arranhou. Com o primeiro tive contacto rápido (encontro casual) no primeiro dia e com o segundo, que não mora aqui mas nos arredores, estabeleci contacto por correspondência, que até hoje ainda não deu resultado pois ele não respondeu ainda.

O Romano marcou-me um encontro p^a o dia seguinte e lá fui. Esperava-me uma surpresa: mais dois elementos, um do exército, outro da informação² e os três como que exigiram determinados elementos que eu preferi não lhes fornecer, mesmo depois de me porem questões de confiança, etc., até porque não foi p^a tratar com eles que eu cá vim. Após uma troca de impressões agitada e cansativa, ficámos todos

1. Franz Fanon

2. *Trata-se de Rheda Malek, que esteve muito tempo ligado à informação do GPRA (Governo Provisório Revolucionário da Argélia) e mostrou-se muito compreensivo sobre os nossos problemas.*

bem impressionados uns com os outros. Pediram-me logo ali que tentasse apresentar em dois dias um artigo em que focasse alguns aspectos dos nossos problemas com alguns dados e certas considerações, para o jornal deles. Esse artigo serviria para lançar as nossas questões para o barulho, pois era necessário começarmos desde já a envisager a nossa possível comparência na Conferência, que se afigura difícil, mas não impossível. Esteve cá o Djallo a tratar de assuntos relacionados com ela e ninguém falou em nós. Apenas a UPA devia ser convidada. Prometeram-me que apoiarão a n/ candidatura, logo que o problema se puser, advertindo-nos de que temos que pensar em apresentar bom trabalho. Quanto ao artigo, resolvi servir-me do teu artigo que em tempos enviaste, com muitos dados sobre a nossa terra. Tirei dele muita coisa, alguns parágrafos inteiros, e apresentei um artigo de que eles gostaram.

Uma das coisas sobre que me informei logo no primeiro dia foi que o comité tunis.[ino], para que eu trazia o «ofício» não existe, pelo menos cá. Creio haver um representante (não reconhecido) no Cairo. Todos os assuntos relativos a Conferências, etc. são tratados pelo Bureau Politique do Neo Destour. Em face disso tentei contactar com esta Organização, o que só consegui hoje. Uma primeira conversa de 20 minutos decorreu cordialmente. Fiz uma história resumida de como surgiu o mac, expliquei ao que vinha e falei-lhes no engano havido com o «ofício» o qual a pessoa que falou comigo aceitou como bom. Tal pessoa mostrou-se bastante compreensiva, mas não pudemos tratar de concretizar nada, pois há alguém particularmente encarregado de questões deste tipo que andou em viagem e que deve chegar hoje; previu-se por isso um encontro possível com ele para amanhã. Como porém é possível que falhe por qualquer razão, e p^a não estares sem saber do que se passa, escrevo-te já hoje. O teu caso parece não ser de difícil solução. Também destes amigos poderemos esperar uma ajuda sobre a Conferência. A questão do n/ bureau, a mais melindrosa, e a questão do teu visa, devem ser tratados amanhã.

Também me pediram um artigo sobre a n/ terra. Como o prazo é de uma semana, poderei fazer outro artigo que não seja uma repetição do que dei aos outros.

Sabes algo do Abel [*Amílcar Cabral*]? Sempre veio alguém? Seria importantíssimo contactarmos com eles, pois tendo havido umas modificações na estrutura do mac, convinha-nos estar a par.

Ainda estou num hotel. Temos procurado um appartement, mas é difícil e caro. Vamos a ver se com o fim do mês a coisa se facilita. Este é um hotel bastante modesto onde pagamos cerca de 7,2 marcos. A comida sai aos três a cinco marcos por refeição. Se arranjarmos casa tudo será mais barato. O meu endereço até ao fim do mês é HOTEL BRISTOL, 6, rue St. Vincent de Paul, Túnis. Já pedi uma caixa postal, mas ainda não ma deram. Logo que saiba mais qualquer coisa comunico-te. Abraços

ass.) L.

[*Acrescentado à mão, na margem: Amanhá ou logo que saiba algo escrevo + desenvolvidamente. Bom Natal e que o NOVO ANO seja + um passo em frente, muito grande, na n/ luta.*]

Carta a Viriato da Cruz
[dactilografada]

Túnis, 26 de Dezembro 1959

Meu caro Viriato

Segundo as tuas indicações espero que já não seja possível apanhar-te em Petsow, pelo que te endereço esta carta para Michelis.

Como supunha na carta anterior o encontro importante não se efectuou na primeira altura indicada, mas sim hoje. Fiz bem portanto em te escrever uma primeira carta para te sossegar.

Encontrei-me hoje com os amigos do Neo-Destour para mais concretamente tratarmos dos motivos da minha vinda aqui. As pessoas com quem me encontrei foram Mahmoud Maamouri Secret. Geral das Jeunesses Destouriennes e Ahmed Tlili Sec. Geral da UGTT e encarregado dentro do Neo Destour, das relações com os povos africanos.

Voltámos a focar os motivos que cá me traziam (já os tinha exposto ao Maamouri, como te escrevi). Fizeram-me muitas perguntas no intuito de se inteirarem de «como é» o colonialismo português que eles naturalmente não conhecem. Fiz-lhes uma exposição sumária, focando alguns aspectos mais salientes, referindo-me ao tipo de luta, ao MPLA,¹ à UPA, ao PAI da Guiné e finalmente ao MAC, sua significação como expressão de toda a luta contra o colonialismo português, etc. Frisei, com certa veemência, que nós achávamos que era tempo de acabar o monopólio que os colonizados ou ex-colonizados franceses e ingleses fazem da luta anticolonialista com o que eles concordaram em absoluto. Disse-lhes que considerávamos que desta Conferência PanAfricana devia sair não apenas uma condenação formal do colonialismo português, mas ainda um Programa de Acção contra esse colonialismo. Eles concordaram e disseram-me que terça-feira me enviariam um convite ao MAC para participar da Conferência. É de notar que a UPA está também convidada. O tipo está em Nova York e é possível que venha. É assunto a estudar a forma de colaborarmos com ele.

Sobre o assunto especial que nós pretendemos eles mostraram-se algo (bastante mesmo) reservados. Quando eu diplomaticamente insisti na questão, disseram-me que era um assunto a estudarmos depois ou durante a Conferência. Achei por bem não insistir, pelo menos por enquanto.

Sobre a tua vinda não há oposição. Deves portanto pedir logo que possas o passaporte aí e enviá-lo à Embaixada da Tunísia em Bonn, cujo endereço é o seguinte: TUNESIEN BOTSCHAFT, Bad Godesberg, Koelnerstrs. nº 103. Dir-lhes-ás que pretendes vir à Tunísia assistir à Conf. PanAfricana e que eles receberão instruções ou do M. Ahmed Tlili ou do M. Mahmoud Maamouri a esse respeito. Simultaneamente

1. *No nosso Memorandum ao Neo Destour, de 26 de Dezembro de 1959, falámos no Movimento Popular de Libertação de Angola, em resultado da anterior reivindicação de Mário de Andrade de se identificar a organização angolana que representávamos, para quando fosse preciso divulgar na imprensa internacional a luta do povo angolano.*

escreves-me para eu lhes dizer aqui que já enviaste o Pass a pedir o visa. Creio que terás de mandar 4 fotos e os teus dados biográficos incluindo nome dos pais, situação militar e as questões que costumam ser requeridas para o efeito e que facilmente verás aí em qualquer consulado. Convinha pois começares a tratar disso logo que esta recebas dadas as demoras burocráticas habituais e o curto espaço que nos separa da Conferência.

Outro aspecto importante da tua vinda é saberes que não precisarás de visa para atravessares a Suíça e a Itália, dado o teu pass especial. Isso deve levar algum tempo pelo que em última análise talvez fosse de pensar vires de avião. Não sei se o dinheiro que tens é suficiente, mas talvez te fosse possível arranjar aí um pequeno auxílio. Claro que sempre seria preferível vires de barco (sai um todas as segundas feiras à noite, 9 horas) de Nápoles. Também há barcos de Génova, mas não sei em que dias. Podes informar-te disso numa agência de viagens de Berlin Oc. [identical].

Logo que saibas qualquer coisa informa-me. Aliás tenho de te escrever amanhã ou depois, sobre a questão da m/ caixa postal que só então saberei. Já me deram resposta afirmativa, mas ainda não me enviaram ordem para ir pagar e receber a chave e o nº. Isso deve acontecer dentro de dias e eu escrever-te ei imediatamente a dar-te o nº.

Ficou combinado que eu faria uma nota sobre as nossas pretensões aqui, com umas referências justificativas. Já está feita, mas ainda não passada à máquina. Enviar-te-ei depois a cópia.

Quanto à Conferência Pan Africana que ocupa agora o primeiro plano das preocupações dos políticos locais, penso que foi bom termos um convite especial. Temos que aproveitar a ocasião que se nos oferece para avançarmos concretamente na nossa luta. Se conseguirmos que a Conf. dedique uma atenção especial aos nossos problemas teremos obtido uma grande vitória e granjeado a confiança dos nossos irmãos. Junto aqui um recorte de um jornal local com o «programa» da Conf.. O primeiro ponto deve ser agarrado por nós convincentemente. Não sei se já estás a fazer alguma coisa sobre isso. Eu, após escrever o «memorandum» que só falta passar à máquina e redigir o artigo (não o acabei ainda) que eles me pediram p^a o Neo Destour difundir pelo povo Tunisino, vou começar a coligir os apontamentos que tenho sobre a questão onde pretendo entre outras coisas encarar a forma como deve jogar a «solidariedade africana» que até agora não passou de oratória. Eles ainda não estabeleceram prazo para entrega dos trabalhos. Frisei-lhes que nós queremos uma tribuna e eles estão dispostos a defender essa nossa pretensão. Temos que «os agarrar pelos colarinhos», se tanto for preciso, para que aos nossos problemas passe a ser dedicada a atenção que exigem. Diz-me o que pensas sobre isto.

Há dias apareceu cá uma notícia nos jornais, que a Rádio também referiu, sobre uma «conjuração» em Angola. Envio-te a notícia, que não é mais que a obrigação que os lusos sentem de falar numa questão que tanto quiseram esconder. Aliás falam dela «à portuguesa».

Ainda não encontramos casa. É um problema difícil que nos faz gastar imensa massa. Temos “reservas para 3 meses” aproximadamente. Veremos o que se arranja cá... Em todo o caso temos esperança de arranjar um appartement com dois quartos, pois é impossível trabalhar com os berros do Paulinho como eu estou a fazer agora, e

os cafés são caros... Se arranjassemos dois quartos, teríamos ao mesmo tempo o teu problema resolvido, pois um quarto seria para nós e o Paulinho dormirmos e o quarto onde tu dormirias seria também um quarto de trabalho. Mas como te digo, é muito difícil encontrar qualquer coisa em conta. Veremos.

Sabes algo do Abel [*Amilcar Cabral*]? Anseio saber qualquer coisa e o que se passa com os presos e sobretudo com os «sobreviventes».

Impossível ser mais extenso. Até breve. A Ruth envia-te um abraço. Que tal passaste o Natal? Um grande abraço

ass.) Lara

Memorando ao Neo-Destour

[*dactilografado – original em francês*]

[*No canto superior esquerdo leva o carimbo do MAC*]

Túnis, 26 de Dezembro de 1959

AO
BUREAU POLÍTICO DO NEO-DESTOUR
TUNIS

Caros Irmãos

Encontro-me em Túnis, em representação do, para tratar convosco problemas respeitantes à luta travada pelos povos dos Países africanos ocupados por Portugal, com vista à sua libertação.

1 – O colonialismo português é um dos mais terríveis de entre os que se manifestam em África. Por esta razão, as populações que lhe estão sujeitas encontram enormes dificuldades para porem cobro a esta ocupação despidorada que nunca admitiu sequer o princípio da autodeterminação dos nossos povos.

As leis coloniais portuguesas (sem falar na própria Constituição Portuguesa) são, já por si, uma negação desavergonhada dos mais elementares direitos do Homem. Estas leis, de que o governo e os colonialistas portugueses proclamam o carácter «protector» para com o indígena, não têm por objectivo senão a destruição da personalidade dos Africanos, tornando-os incapazes de tomarem qualquer iniciativa em todos os domínios de actividade.

Assim, todas as questões que digam respeito aos indígenas, quer sejam assuntos tribais ou familiares, quer sejam questões de trabalho, passam obrigatoriamente pela Curadoria dos Negócios Indígenas, nas mãos das autoridades coloniais, que também têm a seu cargo a administração de uma justiça especial para os nativos.

A situação social do indígena é realmente terrível. O trabalho forçado constitui a base da economia colonial e o trabalhador não possui outros meios para a defesa dos seus direitos que a acima mencionada Curadoria, pois não existe nenhuma

organização sindical para os trabalhadores indígenas. Os sindicatos existentes, destinados aos colonos e a um pequeno número de «assimilados», são aliás sindicatos fantoches, controlados pela administração colonialista. As mínimas reivindicações dos trabalhadores são afogadas em sangue. Foi o que se passou, por exemplo, em Fevereiro de 1953, na Ilha de S. Tomé, onde centenas de Africanos, que se opunham a um regime novo que os submetia ao trabalho forçado foram assassinados depois de torturas selvagens. Nesse mesmo ano, a uma reivindicação salarial por parte dos trabalhadores das docas de Bissau (Guiné dita portuguesa) as autoridades ripostaram à metralhadora, matando 51 Guineenses e ferindo e prendendo muitos outros. Tudo isto ocorreu sem que nada tenha transpirado oficialmente.

Nas Organizações internacionais, os Portugueses escondem a verdadeira situação das suas colónias e recusam a menor fiscalização pedida pelos Países Afro-Asiáticos e outros países anti-colonialistas. Receiam que esta fiscalização ponha a nu a mais execrável das políticas coloniais. Na Organização Internacional do Trabalho são os colonos quem representa os interesses dos trabalhadores africanos das colónias portuguesas... Na Assembleia Nacional Portuguesa é também uma meia dúzia de colonos quem, como deputados das «províncias» do ultramar, «defendem» os interesses de mais de 10 milhões de Africanos. Na realidade, eles preocupam-se apenas com os interesses imediatos dos colonos, com um desprezo descarado pelo dos Africanos, quer indígenas quer «assimilados».

Os nossos estudantes, obrigados a assimilar a cultura portuguesa, são compelidos a fazer os seus estudos universitários na Metrópole. Aliás, nos raros liceus existentes nas colónias, somente uma pequena minoria de Africanos pode prosseguir os seus estudos. O ensino primário especial ministrado aos indígenas está totalmente entregue às missões católicas que colaboram com as autoridades na ignóbil tarefa de destruir os fundamentos da cultura tradicional em proveito da aprendizagem da língua portuguesa e da obediência às autoridades portuguesas. As organizações que procuram defender os interesses dos intelectuais africanos ou o desabrochar das culturas africanas são absolutamente proibidas.

Sendo o regime político português ditatorial, não existem, nem na Metrópole nem nas colónias, outras organizações políticas legais para além da União Nacional (o partido governamental), sendo também tolerada uma minoria monárquica. É por essa razão que, nas colónias, os partidos políticos que lutam pela independência são obrigados a fazê-lo na clandestinidade, o que lhes acarreta extremas dificuldades. O carácter especial do colonialismo português acarreta ainda um outro grave prejuízo para as lutas pela independência: conseguiu isolar os Africanos das suas colónias dos contactos com os povos irmãos que, na maioria dos casos, desconhecem as nossas condições de vida e as nossas condições de luta.

Apesar de tudo isso a nossa luta continua e desenvolve-se, com o exclusivo esforço dos nossos povos. Em Angola, desde há 5 anos, que pelo menos duas organizações políticas (a União das Populações de Angola e o Movimento Popular de Libertação de Angola) mobilizam a maioria da parte activa da população para uma luta sem

tréguas contra a ocupação portuguesa. Na Guiné dita portuguesa, o Partido Africano da Independência esforça-se também por liquidar este colonialismo ultrapassado. Em Cabo Verde, nas Ilhas de S. Tomé e Príncipe e em Moçambique, os Africanos preparam-se também para pôr termo aos crimes dos Portugueses e tomar em mãos os seus próprios destinos. O Movimento Anti-Colonialista,¹ que agrupa Africanos de todas as colónias portuguesas de África, ao mesmo tempo que reivindica a independência imediata para as colónias que representa, comporta no seu programa a tarefa de trazer para o plano internacional os problemas relacionados com as lutas dos nossos povos. O isolamento que Portugal deseja ferozmente manter já foi quebrado pelo M.A.C., ao denunciar à O.N.U. e às organizações anti-colonialistas internacionais as atrocidades sistemáticas cometidas pelos Portugueses contra os nativos das suas colónias. Neste preciso momento, os colonialistas portugueses procuram, num processo arbitrário, condenar duramente dezenas de patriotas angolanos e alguns Portugueses progressistas, sob a acusação de «atentado à segurança externa do Estado». Este processo, que está sendo preparado desde Março deste ano, foi revelado apenas esta semana pelas autoridades portuguesas, que já não podiam esconder por mais tempo um facto que o Movimento Anti-Colonialista tinha denunciado ao Secretário Geral da O.N.U., à Conferência dos Povos Africanos, ao Comité de Solidariedade Afro-asiático, à imprensa internacional e a tantas outras organizações.

2 – O Movimento Anti-Colonialista encontra muitas dificuldades para executar as tarefas internacionais do seu programa. Clandestino no território português, apenas os elementos que se encontram no exterior podem, nos limites concedidos pelos Países onde se encontram acidentalmente, procurar estabelecer os contactos indispensáveis ao tipo de luta previsto.

Infelizmente, ainda não tivemos a possibilidade de ter uma sede no exterior que possa eliminar as enormes dificuldades criadas pelas distâncias. A falta dessa sede não nos permite assim relações regulares com o nosso povo, os nossos camaradas de luta que querem abandonar o território português e com as organizações que lutam para atingir o mesmo objectivo que nós.

3 – Nestas condições temos necessidade urgente de uma sede fixa, de um bureau de informação e de trabalho, que nos facilite uma orientação conveniente dos assuntos de que estamos encarregados; um bureau onde possamos receber e transmitir eficazmente toda a espécie de informações respeitantes ao nosso combate e receber os camaradas que vierem para nos ajudar.

Este bureau contribuiria eficazmente para o desenvolvimento da luta dos povos sob dominação portuguesa, oferecendo-lhes a mobilidade e a liberdade de expressão, direito fundamental que o ocupante português sempre lhes negou.

Esta questão coloca contudo um problema delicado: o do apoio económico ao bureau.

Os nossos irmãos sempre deram o melhor do seu esforço para não nos faltarem com o

seu apoio financeiro. Contudo, a atenção crescente das autoridades portuguesas dificulta o envio regular de fundos. Aos indígenas é interdita qualquer operação bancária e os chamados «assimilados» estão submetidos a uma vigilância rigorosa no que diz respeito a todos os aspectos da sua vida. Deste modo acontece ficarmos meses sem qualquer ajuda e somos obrigados a procurar nós mesmos meios para a nossa sobrevivência pessoal e para cobrir algumas despesas relativas à nossa actividade política. Nestas condições, apelamos à vossa solidariedade para uma ajuda no estabelecimento de um modesto bureau. Estamos prontos a trabalhar na medida das nossas capacidades profissionais para vos compensar, na medida do possível, as despesas efectuadas. Pode ser que, caso nos seja permitida a instalação de um bureau, alguns camaradas se juntem a nós para dar a sua contribuição ao desenvolvimento das nossas tarefas políticas. Estas compreendem no essencial:

- a) Orientação da luta política nos nossos Países, tendo em consideração a política internacional;
- b) Resolução dos problemas colocados pelos nossos irmãos que lutam nos nossos Países;
- c) Relações estreitas com os partidos dos Países africanos independentes, os Países que ainda lutam pela sua independência e as organizações anti-colonialistas do mundo inteiro que possam contribuir para a liquidação do colonialismo português;
- d) Difusão internacional dos nossos problemas, com vista a desmascarar o carácter específico do colonialismo português;
- e) Publicação de toda a espécie de documentos destinados aos nossos Países e ao estrangeiro.

Comprometemo-nos a respeitar as vossas leis e conveniências.

Estamos certos que os nossos irmãos tunisinos, que desde os primeiros contactos nos deram provas do seu espírito de solidariedade, saberão considerar com compreensão a nossa situação.

Com as melhores saudações fraternais

Lúcio Lara
(Das Relações Exteriores do M.A.C.)

Excerto da carta de Viriato da Cruz

[manuscrita]

Berlin, 30.12.59

[Acrescentado à mão por L. Lara: R 3/1/60]

Meu Caro,

Recebi ontem a tua carta de 26 do corrente. Ainda não recebi a 1ª carta, pois não cheguei a ir ao lar dos escritores.

1. De notar que, nos nossos primeiros passos internacionais, nunca nos coibimos de falar da UPA no mesmo plano que do MPLA, do MAC e do PAI.

1 – Foi óptimo que nos tivessem prometido convidar para participar da Conferência. Mas já te deram, oficialmente, o convite (cartão escrito, carimbado e assinado)? No convite fazem referência à organização (MAC) ou à tua e à minha pessoas? Espero que me respondas claramente a estas duas perguntas.

2- Quanto à questão de abrir aí bureau ou noutra sítio, a Conferência poderá dar-nos ensejo de contactar delegações de outros países que nos interessem e que estejam dispostas a conceder-nos autorização de abrir bureau. É assunto a definir dentro de dias.

3 – Já entreguei os papéis, aqui, para me darem o pass. Este deve estar pronto lá para o dia 10 ou 12.

4 – Não vejo nenhuma segurança em eu enviar o passe à embaixada, na capital do outro lado. Escuso de entrar em pormenores, porque as várias razões sérias da minha desconfiança podem ser concebidas por ti. Não mando pass por correio e sobretudo um pass daqui e para o país que é o inimigo N^o 1 deste onde estou.

O melhor será que os amigos daí enviem instruções à sua embaixada em Roma ou Nápoles afim de lá me darem, sem demoras, o visa. Quer dizer: desembarcarei, por exemplo, em Roma; irei à embaixada deles; e a embaixada dar-me-á, imediatamente, o visa.

Informa-me, por favor, quais são os documentos que a embaixada te pediu.

É possível que no pass que me darão aqui só venha o meu primeiro e último nomes. Quer dizer: o nome e o apelido sem da. Por com seguinte, aos amigos daí avisa já que no meu pass poderá vir o meu nome completo, ou o meu nome e o meu apelido sem da, o meu nome e o meu apelido com da.

5 – Tenho estado aqui a trabalhar para um organismo que me possibilita contactar com gente de África. Falei com um líder congolês, e com o Phombea, de Londres, amigo do Menezes.

6 – Recebi ontem carta do Mário que me diz: «Acabo de ver novamente o secret. geral da Associação dos Juristas que me pôs ao corrente das démarches que esse organismo vai efectuar proximamente: 1) Publicação dum documento (na base de informações por mim fornecidas) sobre o processo ora intentado contra os «nacionalistas», que será enviado às organizações e à imprensa do mundo inteiro. 2) Estudo das possibilidades de assistência jurídica; presença efectiva de um advogado (brasileiro ou francês) em Luanda. Falta-me, no entanto, uma precisão: a data da abertura do julgamento. Esperamos, como sempre, notícias de Lx^a».

Não compreendo que Lx^a não tenha tido ainda a ideia genial de nos informarem a data da abertura do julgamento. Indecente.

Escrever-te-ei com mais extensão amanhã ou depois. [...]

Cumprimentos à Ruth. Que tal lhe soube a África? Diz-lhe para me escrever umas linhas.

O meu melhor abraço para vocês todos. Ano Novo Feliz e cheio de sucessos. Beijos ao Paulinho.

V.

Excerto da carta a Viriato da Cruz

[*dactilografada*]

Túnis, 31/12/59

Meu caro

Recebi ontem cerca das 4 horas da tarde o teu telegrama. Hoje fui ao N.D. [*Neo Destour*] ver se conseguia falar com os amigos acerca do teu caso, mas nenhum deles estava hoje visível [...]

Tive há dias uma interessante conversa com o Romano¹ que me prometeu uma apresentação em breve aos Gerentes da casa em que trabalha. Ele põe à nossa disposição até 15 os copiografos deles para imprimirmos umas coisas sobre a nossa terra. Estivemos a ver como havíamos de fazer isso. Parece ser de aconselhar que para ser distribuído aos delegados de todos os países logo no início da conf., devemos apresentar em francês e em inglês um «papel» com uma descrição que realce sobretudo a situação política nas nossas terras: forças em presença, situação actual da luta, interesses de cada partido, enfim uma coisa essencialmente política que ponha de parte a descrição histórica, só se referindo a ela no que for importante para realçar as questões focadas. Não terá interesse também pôr muitos números: será um papel para ser lido num repente, e que dê uma ideia de como está a travar-se a luta. As coisas minuciosas ficariam guardadas para outros documentos e para o que disséssemos na Confer. Dado o facto de estar iminente a tua vinda, esperarei até ao dia 8 por notícias tuas, ou por ti. Se até lá nada tiver recebido teu ou a teu respeito, tentarei redigir cá a coisa.

O Mr. H [*Dag Hammarskjöld*] passa aqui a 23 e 24 de janeiro. Vou tentar saber se os amigos nos arranjam maneira de lhe entregarmos pessoalmente um memorandum.

O Abel [*Amílcar Cabral*] deu alguma notícia? A Deolinda escreveu; mandou 100,00 para ajudar. Vai tentar falar com o Campos de Oliveira, e fará chegar a Angola o texto do Telegrama e das outras actividades sobre os presos. Segundo ela há por lá muito desânimo; não sei se ela se refere apenas ao sector protestante, mas acrescenta que «ngoma ka ivua kiavulu, kutanduka» como diz o pai dela (eu não percebo...). Parece-me ser uma óptima colaboradora e vou entrar com ela um pouco mais a sério. Uma das moradas que ela me indica é dum marinheiro americano que segundo a última lista está sendo alvo das atenções da pide.

Não conseguimos arranjar casa até hoje. [...]

Já te apareceram aí os amigos que querem ir estudar p^a a DDR [*Rep. Democ. da Alemanha*]? Um é o Rocha e o outro é um tipo de S. Tomé se não estou em erro (L. Chon [*Fret Lau Chon*]) de quem tinha muito boas informações quando estava em Lisboa. Creio que ele estava em ligação com o mac. Se for possível orienta-os nos primeiros passos. Eles estão decididos...

Não te envio a cópia do artigo, mas envio-te a cópia da exposição. Depois de a leres manda-a p^a Paris. Resolvi não adiantar nada quanto a nomes, pois isso tratar-se-á pessoalmente. O resto verás quando chegares. Seria bom que trouxesses já coisas concretas p^a a Conferência. Vens de avião?

1. Franz Fanon.

É humanamente impossível escrever qualquer coisa com princípio meio e fim com o Paulo a fazer de automóvel aqui ao lado.

Até breve. Um abraço da Ruth. Hoje vamos beber umas coisas à meia noite (os dois) pensando em todos os que lutam...

Teu

ass.) L.

Carta à secção do MAC de Lisboa

[*dactilografada*]¹

[*Apontamento manuscrito: Cópia*]

4/1/1960

Caro Doutor

Espero que tudo vos corra à medida dos vossos desejos, e que o Novo Ano vos traga imensas felicidades...

Tem esta por fim pedir-lhe um grande favor. Aqui há uns tempos conheci um senhor que diz ser seu amigo. Ele é ou diz ser engenheiro e estava interessado num negócio de óleo de palma. Ele deixou-me o cartão que perdi e não consigo recordar-me do seu nome. Tenho a vaga impressão que se chama Abel qualquer coisa, mas não me lembro do apelido. Ele tinha dito que viria cá por esta época de modo que eu tratei de falar com uma sociedade importadora muito importante, com a qual consegui uma reunião para este mês. Tinha muito interesse que este senhor cá estivesse, pois seria uma ocasião única de assentarmos a sério no desenvolvimento do negócio. Acontece que a única referência que tenho dele é a de ser seu amigo (ao que ele diz). Foi mesmo nessa base que nos conhecemos, pois falando de amigos de Portugal ele disse-me que tinha estado em tempos numa festa em sua casa.

O que em suma lhe queria pedir é que se por estes dados conseguisse saber de quem se trata, dissesse com toda a urgência a esse amigo que eu tenho a certeza que o negócio se realizará, e que tanto eu como o meu sócio lhe pedimos encarecidamente que venha se possível na 3ª semana deste mês. A sociedade a que me refiro promete guardar o sigilo indispensável a um tipo de negócios como este, que pode envolver muitos capitais. Seria para mim um grande favor se conseguisse comunicar-lhe isto, com toda a urgência. A menos que não saiba de quem se trata o que seria uma grande maçada.

Espero que sua esposa esteja bem. Apresente-lhe por favor os meus melhores cumprimentos.

Gostava de ter notícias dos amigos que aí deixei. Consta por cá que tem havido prisões em Angola, de comunistas que querem a independência. Até veio há dias uma

1. *Esta carta foi enviada ao Horta, que a enviou para Lisboa. Penso ser dirigida ao Dr. Eduardo dos Santos e é, como se depreende, um apelo urgente do Viriato e meu para Amílcar Cabral vir a tempo de participar na Conferência de Túnis (o que aliás veio a acontecer).*

notícia que estavam a ser julgados. Isso é verdade? Espanta-me muito. Gostava de saber concretamente o que se passa e quando são os julgamentos. Aqui nunca se sabe nada de Portugal e das colónias. Se lhe for possível dizer qualquer coisa sobre esses acontecimentos muito agradeceria.

Perdoe-me o tempo que lhe tomei.

Muito grato lhe ficarei se puder dar uma ajuda na questão a que me refiro. Seria um ótimo negócio. O meu sócio acha mesmo que a presença desse senhor é indispensável para a realização do negócio.

Antecipadamente grato, cria-me amigo atº e obrº.

ass.) Paulo Palma [*Lúcio Lara*]

Excerto de carta a Viriato da Cruz

[*dactilografada*]

Túnis, 4 de Janeiro 1960

Meu caro Viriato

Recebi ontem a tua carta de 30 e anteontem o 2º telegrama ref. Abel [*Amílcar Cabral*]. Espero que já estejas de posse da carta que foi pª Petzow e da que te escrevi em 31.

Só hoje foi possível falar com os amigos, que têm estado muito ocupados não só com a Conf. mas também com problemas internos, o que os levou a faltarem ao encontro combinado para o dia 29 o que causou que eu já tivesse lá ido duas vezes em vão. Hoje finalmente apanhei o Maamouri a quem expus a questão de Roma ou Nápoles. Esta última hipótese não é viável por não existir lá Embaixada, pelo que eles estão a tratar de comunicar para Roma ainda estes dias.¹ [...]

Recebi hoje o convite oficial assinado onde figura o nome do MAC e o meu. Quando lhes falei na hipótese de acrescentarmos mais nomes, informaram-me, como aliás vem no convite, que a n/ delegação tem direito a cinco membros. Não há pois qualquer problema e suponho que ficas claramente informado acerca da questão. Seria interessante que pudéssemos mesmo apresentar os cinco membros, um por cada colónia, mas infelizmente isso não é possível.

Aproveitei a ocasião para falar no Abel, no caso de ser possível a sua vinda. Pedi-lhes que no caso de ser possível a deslocação de alguém que esteja na Lusitânia tomassem aqui medidas para não carimbarem os passes. Ficou assente que eles farão isso pª o que bastará pedirmos a interferência deles no momento oportuno.

Como o Mr. H. [*Dag Hammarskjöld*] vem cá a 23 e a 24, falei-lhes no interesse que nós tínhamos em entregar pessoalmente um memorandum ao senhor, em complemento de um telegrama que lhe tínhamos enviado. Pedi a intervenção deles no sentido de arranjamem um período, curto que fosse, pª nos encontrarmos com H.

1. *Trata-se da obtenção do visto para Viriato poder entrar na Tunísia.*

Responderam que embora isso não dependa deles e sabendo mesmo que H. tem o tempo bastante tomado, tentarão arranjar-nos uma entrevista.

Entreguei-lhes ainda um artigo que me tinham pedido sobre Angola com uma curtíssima introdução histórica e alguns aspectos do ponto de vista social e económico. Lerás, quando cá estiveres, pois não vale a pena mandar-to pelo correio.

A questão do Bureau ficou como te disse p^a depois da Conf., na qual teremos também ensejo de tratar de outras hipóteses.

Quanto ao Abel, tentei fazer chegar-lhe a notícia de que consideramos indispensável a sua presença. Eu também a considero, embora duvide que lhe seja fácil deslocar-se até aqui. Como sabes eu avisei-o telegraficamente da impossibilidade de estar na Bélgica no dia 23. Escrevi ao mesmo tempo a alguém que lhe daria a conhecer que o facto de não se encontrar connosco não queria dizer que não continuássemos a considerar absolutamente necessário que alguém saísse muito em breve (nas férias do Natal, dizia eu). Se até agora ninguém veio é que não deve ter sido possível. Creio que era o próprio Abel que estava para vir, como depreendi da sua carta. Pode ser que ele até esteja a tratar de sair na altura da Conferência. De qualquer maneira, logo que cá cheguei escrevi ao Mário a dizer-lhe que se o Abel lá fosse vissem a possibilidade de ele vir até cá. Eu trataria de pedir aos tunisinos que não lhe carimbassem o pass. Aguardemos...

Não me espanta que em Lx nada saibam do julgamento. Tu deves ter ideia como as comunicações são difíceis e agora ainda mais. Sendo possível que advogados de Lx. estejam a par da questão, é provável que se nada disseram até hoje é porque o julgamento ainda não se efectuou. Recorda-te que ele estava em princípio marcado p^a 5/XII e que a VOZ de 24, a crer naquele recorte que te mandei, dizia «que iam ser proximamente julgados»... Estou convencido de que logo que saibam a data certa Lx comunicará.

Ciente do que te diz o Mário. Ainda não tive notícias dele desde que cá estou. Volto a escrever-lhe hoje, para dar conta do que se tem passado.

Já te apareceram aí os «patrícios»¹ que querem arranjar Bolsa de estudo? Se souberes qualquer coisa deles, informa.

Ainda quanto ao teu pass: na embaixada apenas me pediram 4 fotos. [...]

Ciente dos contactos aí estabelecidos. Deves estar a acompanhar o que se está a passar no Congo e como eles terão em breve a independência. Isso alegra-me bastante, pois pressinto que a nossa luta vai beneficiar. Creio que devemos utilizar a Conf. para darmos um novo impulso, que há muito estamos tentando, à questão de obtenção de postos de informação, rádio, etc. Por isso mesmo urge vires, para estudarmos seriamente a nossa actuação. O Cameroun festeja a independência, mas a UPC e as organizações femininas e de estudantes afins convidaram os amigos a não reconhecerem essa independência. O Monde trazia ontem um extracto de um comunicado do Bureau da UPC em Conakry, que diz em resumo que «a independência actual não corresponde aos objectivos a que se propõe a UPC» pelo que «a revolução continua» pela obtenção de: «1 – Independência real, 2 – Restauração e respeito das liberdades democráticas, 3 – Terra p^a quem a cultiva, 4 – Bem estar dos trabalhadores». Diz depois: «O Povo

dos Cam. não julga os leaders africanos em função das suas declarações de intenções, mas somente dos seus actos positivos em favor da revolução. Este povo não esquece que os leaders como Senghor, têm uma parte da responsabilidade na deterioração da situação no seu país. Cedo ou tarde o povo Camer. dirá a sua última palavra.»

A França, a União Soviética, a China e a Tunísia (que me lembre) já reconheceram o novo estado. Aqui está um problema que de certo modo nos interessa. Falaremos nele quando aqui estiveres. Creio que além de dedicarmos o melhor da nossa atenção aos nossos próprios problemas, temos que estudar os últimos acontecimentos africanos, para estarmos na Conf. com conhecimento de causa e podermos melhor defender os nossos interesses.

Neste momento nada mais me ocorre. Continua a escrever para o hotel. Vê lá se consegues vir depressa. Um abraço

ass.) L.

Carta a Deolinda Rodrigues

[dactilografada]

Túnis, 5 de Janeiro de 1960

Boa amiga

Cá recebi no dia 30 de Dezembro a sua muito simpática carta¹ que é mais uma prova de que nós, angolanos, possuímos a força imensa do nosso patriotismo a opor à vil escravidão a que têm sujeitado os nossos povos. Vejo que seja como for, a libertação do nosso país está próxima, pois aqueles que estão decididos a lutar poderão encontrar em breve a maneira de unir todo o povo, mesmo os indecisos, para exigir a retirada do ocupante.

Agradeço-lhe as makutas. Pudéssemos nós contar com o apoio financeiro que é necessário, que a nossa luta estaria já muito mais avançada. Era bom que todo o povo compreendesse que uma luta pela independência exige inúmeros sacrifícios de todos, que a liberdade nunca nos será oferecida de mão beijada, que muitos de nós ficaremos pelo caminho. Enquanto não alcançarmos essa compreensão, não podemos ter a veleidade de nos atirar contra a «raposa portuguesa». Felizmente ela vai-se alcançando e estou certo que o desânimo aparente em certos sectores do nosso povo, receberão muito em breve um impulso positivo que os levará a uma atitude firme de oposição ao regime esclavagista que nos sujeita.

Antes de prosseguir nos objectivos desta minha carta, deixe-me esclarecer dois pontos que a sua me fazem sugerir:

1) Entre nós, embora a idade seja (julgo) bastante diferente, e embora eu seja já um «papá» respeitável, não há nenhum motivo para existir um tratamento cerimonioso. Já não vou ao ponto de lhe pedir que me trate por «tu», pois prevejo que isso lhe possa fazer alguma confusão. Mas ponha por favor de parte o tratamento de «senhor». Nós

1. Carlos Rocha e Fret Lau Chon.

1. Carta de 13/12/59.

somos camaradas de luta, facto que por si só justifica que não haja barreiras entre nós de espécie alguma. O tratamento por tu fica a seu cuidado...

2) Não posso aceitar a sua «apreciação» pelo «meu» impulso a favor dos nossos irmãos de ANGOLA e GUINÉ. O impulso não é «meu», nem tão pouco «nosso» (dos que têm subscrito cartas e telegramas). O impulso é de todos nós, dos milhões que se pudessem também assinar telegramas e cartas de protesto. Se não houvesse atrás de nós uma força imensa que outra força, por enquanto mais forte, mantém quase paralisada, nós não poderíamos tomar atitudes dessas. De resto nós temos a felicidade de ter escapado às garras da Gestapo lusa; como deve saber eu fugi em março de Portugal, com a minha mulher e filho, pressentindo que em breve eles me viriam procurar. Constatei mais tarde que tinha escapado na hora H. Como tal temos o dever imperioso de lutar até ao limite das nossas forças para que a repressão feroz dos lusos não deite a perder o que com tanto sacrifício se consolidou – a consciência nacional do nosso Povo.

Aqui há uns anos, não muitos, nasceu um movimento, que hoje se denomina Movimento Anti-Colonialista, cujos objectivos essenciais eram a consciencialização das populações africanas das colónias portuguesas acerca dos problemas e das lutas dos seus países e agitação à escala internacional desses problemas, em apoio das lutas travadas em cada país pelas organizações políticas locais. Este Movimento engloba nativos de todas as colónias portuguesas de África, quaisquer que sejam as suas ideias políticas ou credos religiosos, desde que estejam dispostos a lutar dentro das suas possibilidades, pela independência das suas pátrias. O MAC tem aderentes em vários países estrangeiros (infelizmente ainda não muitos) e conta já no seu activo um pequeno mas bom trabalho sobre os fins a que se propõe, entre os quais se inclui também o «procurar obter dos povos africanos e de outros povos anti-colonialistas o apoio moral, material e cultural de que tanto necessitamos». Dado o seu carácter o MAC não faz questão que os seus aderentes pertençam a outras organizações políticas, cujos fins não sejam contraditórios daqueles a que se propõe e que visam sobretudo a INDEPENDÊNCIA nacional dos nossos países.

Nestas condições, surge a pergunta: quer você aderir ao MAC? Em caso afirmativo poderia ficar como que uma delegada no Brasil (facto que necessitaria apenas da concordância da Direcção do Movimento). Após a sua resposta, esclareceria mais alguns pontos fundamentais.

Não sei se sabe que se realiza dentro de dias (de 25 a 29 do corrente) a II Conferência de Todos os Povos Africanos aqui em Túnis. O MAC é convidado oficial, e nós faremos o possível para que a Conferência constitua uma condenação enérgica do colonialismo português, em especial, e que daqui saiam medidas CONCRETAS de apoio MATERIAL e moral à luta dos nossos povos. Logo que possível enviar-lhe-emos toda a documentação que se refira ao assunto. Se puder desde já alertar a nossa gente de que nós cá estaremos e de que tudo faremos para abreviar o seu sofrimento, e incentivar a sua luta, seria muito bom. Por outro lado já se falou com a Associação internacional de juristas que está interessada no julgamento dos nossos irmãos e que se propôs desde já: 1) a publicar um documento sobre o processo contra os nacionalistas angolanos, que será enviado às organizações e à imprensa do mundo inteiro; 2) estudar a possibilidade de assistência jurídica, presença efectiva de um advogado brasileiro ou francês em Luanda.

O único entrave é que não se sabe ao certo a data do julgamento. Em princípio estava marcado para 5 de Dezembro, mas por uma notícia que os jornais difundiram a 24 de Dez., ainda não teria começado; se você souber alguma coisa de certo a respeito da data do julgamento, escreva rapidamente p^a o Mário.

No dia 24 passa aqui o Secretário Geral da ONU e nós vamos tentar entregar-lhe um memorandum sobre a situação política e social das colónias portuguesas. Não temos a certeza de sermos recebidos, pois ao que parece ele tem o tempo cá muito ocupado, com variadíssimas entrevistas e visitas para tratar de problemas da Tunísia. Mas vamos tentar o impossível para lhe entregar pessoalmente um memorandum que seria como que o complemento do telegrama enviado em 1 de dezembro. Creio aliás, por informações recentes, que ele ao passar agora por Portugal deve ter falado com o Presidente do Conselho a respeito disso...

Passando agora ao seu caso, estou convencido que nenhum mal lhe acontecerá. Eles não devem ter poder sobre o governo brasileiro para pedirem a sua extradição, porque se trata de motivos políticos. No entanto é bom que você esteja prevenida, mesmo quanto a um presumível inquérito da Polícia Brasileira, que não deve passar de inquérito. Chegou a falar com o Conselheiro? Diga sempre o que se passar.

Obrigado pelas moradas enviadas. A do Holder é certa? A polícia lusa também procura agir contra ele, como pode verificar por um documento que camaradas nossos nos enviaram há pouco tempo, e que vem completar aquela informação que lhe mandei na outra carta.

Quanto a artigos, em breve lhe mandarei 2, que escrevi para jornais daqui e que você pode utilizar como quiser.

A sua carta encontrou-me em Túnis, para onde ma enviou o amigo a cargo de quem ela vinha. Nestas condições não me foi possível tomar ainda medidas para me pôr em contacto com o seu irmão (não directamente, claro) e dar-lhe os seus recados. Receio mesmo que não chegue a tempo de o apanhar, pois você diz que ele partia este mês. Vou em todo o caso ainda tentar. Acho óptimo que você esteja em contacto com a Cruzada Cultural do N.B. [*Negro Brasileiro*]. Logo que o trabalho em que estamos envolvidos por causa da Conferência abraque um pouco estudaremos uma colaboração estreita e concreta com os nossos irmãos brasileiros.

Um pedido: será você capaz de arranjar fotografias do nosso povo, que mostrem alguns aspectos da sua vida, desde a habitação até às danças, trabalho, etc? Será capaz de se interessar por arranjar isso? Faz-nos muita falta...

Tenho que humildemente confessar que não percebi o «ngoma ka ivua kiavulu, kutanduka». Tenho uma ideia vaga do que quer dizer, mas não sei concretamente. Eu não sei nem umbundu, nem kimbundu. Percebo alguma coisa, muito pouca de umbundu, que é a língua da m/ região (Huambo), mas eu fui sempre educado à europeia, vivi em colégios europeus, e não aprendi a língua do meu povo. Mas ainda vou a tempo...

Bem, querida amiga, esta já vai longa, e o trabalho amontoa-se...

Coragem, para si e para os nossos irmãos que lidam consigo. Sempre que puder comunicar com a Pátria, diga-lhes que cada um de nós redobrar os esforços para substituir no máximo (totalmente não é possível) a falta dos que caíram nas mãos dos carrascos...

As últimas notícias que tive sobre os Boavidas e Cabral (há cerca de um mês), eram boas.

Toda a amizade e encorajamento do camarada e irmão
ass.) Lara

[Acrescentado à mão: P.S. – Sim, eu sou o «Lúcio que dava lições à Ruth e Jeny».]

Carta a Hugo de Menezes

[dactilografada]

Túnis, 5 de Janeiro 1960

Caro Hugo

Aqui me tens, em Túnis, a dar-te algumas notícias. Espero que tenhas recebido a minha carta escrita de Frankf. em 3/XII/59.

Como te disse realiza-se aqui de 25/29 do corrente a II Conferência Pan Africana. O MAC tem convite especial. Estamos mais do que nunca decididos a fazer ouvir a nossa voz e a fazer prevalecer as nossas razões. Vamos tentar o impossível para que esta Conferência não se limitando apenas a condenar especialmente o colonialismo português, trace já algumas medidas concretas de apoio à luta dos nossos povos.

Seria óptimo que pudesse vir alguém da Guiné, dita portuguesa. Tentamos ver se conseguimos que venha o engenheiro,¹ mas deve ser difícil, por razões óbvias. Será interessante que comuniqués aí com os nossos amigos e que estudem esta questão. Se for impossível vir alguém, mandem documentos respeitantes à Guiné dita portuguesa, para que possamos mais concretamente falar nos seus problemas. Não descures este assunto e diz qualquer coisa logo que seja possível.

Junto envio uma lista dos camaradas que vão ser julgados em Luanda.

Ainda não se sabe ao certo se o julgamento já começou ou não. Que notícias me dás daí? Têm trabalhado?

Logo que passe este trabalho grande da Conferência, tentarei enviar-te alguns documentos. Qual será o meio mais seguro?

Chegaste a fazer um relatório sobre a vossa actividade? Como vão as Emissões Radiofónicas? Como é que o PDG aceita colaborar connosco? Chegaste a contactar com o A. Lima Araújo (C.P. nº 24 Conakry)?

Ainda não consegui uma caixa postal. Até ordem em contrário podes-me escrever para Hotel Bristol; 6, rue St. Vincent de Paul; Túnis.

Não posso ser mais extenso. Até breve. Aguardo carta tua. Um abraço do
ass.) Lara

P.S. SOUBE HÁ POUCO QUE CASASTE. PARABÉNS E VOTOS DE FELICIDADES; QUE A VIDA VÓS SEJA FÁCIL.

1. Amílcar Cabral.

Carta de Viriato da Cruz

[dactilografada]

6.1.60

Meu Caro,

Em resposta à tua carta de 31 do mês findo, envio-te a contribuição junta. É para o tal trabalho que aproveitaria a oferta do copiógrafo até o dia 15.

1 – Falar sobre as formas como se está a travar a luta não é assunto fácil e nem sempre prudente. Quer dizer: não se pode dizer tudo, só porque o público quer ser informado. Fiz uma descrição do desenvolvimento, em linhas gerais, da peleja em Angola e na Guiné. Disse o que se fez e se faz do lado indígena e o que fizeram e o que fazem os nossos adversários. Acho que esta maneira de expor o caso é suficiente para dar uma ideia da situação nos ditos países. Não entrei com números, nem creio ter feito trabalho histórico. Falei de alguns factos importantes de há poucos anos atrás, pois penso que não se pode dar uma ideia do sentido do desenvolvimento de uma coisa sem ao menos mostrá-la em duas situações diferentes no tempo. Dizer que há isto, isso e aquilo não é fazer um relatório, mas sim preencher uma ficha para um ficheiro. Além disso, em todos os trabalhos desse género, que fizermos, acho que devemos ter também a preocupação de servir os nossos compatriotas, que estão na retaguarda. Informar o público e, ao mesmo tempo, fazer trabalho de agitação, propaganda e mobilização entre a nossa gente. Com uma cajadada matam-se assim dois coelhos. Quero dizer: esse relatório, como outros, deve poder transmitir uma informação (dentro dos limites das conveniências da nossa luta) ao público estrangeiro, e deve, ao mesmo tempo, poder servir de estímulo, de agitação e de formação para os nossos compatriotas que desconhecem a realidade de muitos dos nossos factos. Esses últimos não podem contentar-se com um estilo, digamos assim, de ficha.

2 – É claro que há lacunas enormes nesse trabalho. Sobre Moçambique estou praticamente a zero, e sobre a Guiné sei pouco. Resolvi fazer à pressa o que aí vai, certo de que é melhor suficiente impresso do que bom na gaveta. Tu certamente farás acrescentos e todas as correcções que achares justo e conveniente. Em todo o caso, se te escrever amanhã ou depois e se tiver algo a dizer ainda a esse respeito, enviar-t'ó-ei.

3 – Desde antes do Natal até anteontem estive empatado, longe daqui, a fazer um trabalho alheio de que era impossível furtar-me. Só desde anteontem estou atarefado a executar o que me compete no nosso trabalho.

4 – A frase da Deolinda é um provérbio que significa, mais ou menos: depois de se ter ouvido muito, corre-se o risco de dizer o que se ouviu. É um conselho de prudência. Dá a entender que os nossos casos são assunto de todas as casas na nossa terra.

5 – Em meados de Dezembro, mandei cópias do nosso telegrama à Lusitânia e a Angola. Duas para este país, e 4 para o primeiro. Mandei igualmente ao amigo de Canárias. Mandei uma cópia ao Soromenho, certo de que ele é um despeja-tudo.

6 – A Deolinda era boa na terra. Ela pode fazer algo de útil, se lhe dermos as tarefas que ela realmente pode executar. Acho que é de se lhe porem problemas oficialmente.

7 – Apareceram aqui os amigos estudantes.¹ Chato: o tal de S. Tomé parece que roubou trinta mil francos ao Mário. Disse-me este. Andei ontem, todo o dia, às voltas com eles. Parece que encontrei solução para o sítio onde estiveste. Antes disso do que nada. Eles podem bem esperar, tanto mais que pretendem estudar e as aulas só recomeçarão em Setembro próximo.

8 – Diz-me o que já está arrumado no respeitante ao visto de Roma.

9 – Espero que o presente trabalho ainda vai a tempo de ser útil.

10 – A exposição que fizeste está muito boa.

Até breve

ass.) V.

[Acrescentado à mão: P.S. – Acabo de saber que os dois jovens, Rocha e outro, já vão dormir hoje aqui. Levantaram-se dificuldades no princípio, porque eles não são membros de nenhuma organização estudantil internacionalmente reconhecida. É a exigência de sempre (com a qual estou de absoluto acordo). É preciso organizar e agir dentro e através de uma organização. A nossa gente continua, no entanto, a persistir, burramente, nos métodos individualistas. Espero que o caso desses dois jovens jamais se repetirá!]

Carta de Viriato da Cruz

[dactilografada]

10.1.60

Caro Amigo

1 – Junto o projecto do trabalho para a tribuna.

2 – Pedi ao Mário que o traduzisse rapidamente. Não sei se ele o fará a tempo. Em face da dúvida, vós podereis talvez, por pura prevenção e prudência, iniciar a tradução do mesmo aí. Se a tradução do Mário vier, ficamos com a tradução dele.

3 – Pensei que um trabalho para esse fim teria que ser curto (pois mais gente querará também falar), denso, e teria que mostrar a posição específica dos nossos problemas com exemplos de todas as colónias, como convém à natureza do mac. Um trabalho destes não pode ter a preocupação de exprimir, enciclopedicamente e de uma só vez, os nossos problemas. Como sempre, escrevo-o, tendo em vista a ignorância das outras delegações, a necessidade de informar à imprensa e opinião mundiais, e o dever de, permanentemente, alimentarmos e impelirmos a mobilização anti-colonialista dos nossos povos. Quer dizer: pelo tom e pela substância, esse trabalho não se dirige a um só tipo de auditor.

1. Carlos Rocha e Fret Lau Chon.



Algumas fotos do massacre de S. Tomé em 1953, entregues ao advogado Palma Carlos e que difundimos na Conferência de Túnis, em 1960.

4 – Interessa tirar, a cópiografo, cópias, em francês, desse trabalho. Depois de lido, ou no caso de não ser lido, ele seria distribuído ao menos aos representantes da imprensa presentes na conferência.

5 – Acho que deveríamos também imprimir umas centenas de postais com pelo menos seis fotos dos acontecimentos de S. Tomé, em 53. Vou tentar (não garanto) conseguir isso aqui. É mais do que claro o valor que tais postais teriam.

6 – O secretário-geral da ONU estará em Lisboa no dia 25. Penso que deveremos enviá-lo, via Lxa, no dia 24, um telegrama com um conteúdo adequado aos nossos problemas permanentes, à situação em Angola e à abertura da Conferência. *[acrescentado à mão, na margem: Ao cuidado talvez, do Ministério dos Negócios Estrangeiros.]*

7 – Para pensar aos ditos postais, deveríamos redigir, passar a cópiografo, uma descrição sumária (50 linhas) dos acontecimentos de S. Tomé. Descrição não puramente histórica, mas dinâmica e com intenções várias.

8 – Como sabes, o verdadeiro trabalho de uma Conferência é feito nas Comissões. Também temos de nos preparar para ele. E nesse sentido, acho que a presença do Abel *[Amílcar Cabral]* seria indispensável, a fim de nós não tomarmos engajamentos e não fazermos propostas parciais.

9 – O Mário devia ter tido ontem audiência com o vice-presidente dos Juristas, o tal brasileiro. Mas ele queixa-se de falta de elementos, e acusa – (e eu apoio) – o silêncio e certo comportamento infantil e histérico de Lxa. Calcula tu que alguém lhe disse ter lido, num jornal de Luanda, uma lista dos amigos que serão julgados. Mas esse alguém não teve a genial e difícil ideia de enviar um recorte desse jornal. Medo da pida? Mas como, se é recorte de um jornal? Alguém teve possibilidades de consultar os processos num cartório de Lxa, mas esse alguém, a conselho dos amigos, partiu para o estrangeiro sem trazer os dados fundamentais e necessários às nossas démarches. Falta de reflexão, histerismo e infantilidade.

10 – Os dois moços¹ já estão em Leipzig. Mas as condições de vinda deles para aqui não deverão mais repetir-se!

11 – Pedi ao Horta que me apresentasse, até o dia 12 deste, um projecto de uma associação de estudantes, que seria organizada e filiada a uma dessas federações mundiais. Única maneira de, mais uma vez, lançarmos para o caixote de lixo as obstruções que, nesse sentido, Paris levantou, com êxito temporário.

12 – Bom. Irei escrevendo-te, talvez dia a dia. Ainda não sei quando parto, pois não recebi ainda o pass que vem sendo tratado. Os organismos oficiais sabem, no entanto, que necessito dele muito antes do dia 25.

13 – Pedi ao Mário, há dias, que enviasse ao Abel um telegrama assim concebido: Sobre análises laboratoriais solos urgente presença A aqui.

14 – Levarei o que a Ruth pede. Cumprimentos.
ass.) V.

Carta de Deolinda Rodrigues

[manuscrita]

Instituto Metodista
12/1/59 *[mas é de 60]*

[à margem: R 18/1/60].

Prezado Lúcio

Obrigada pela tua boa carta.

Já que o permites (obrigada), prefiro tratar-te familiarmente e exijo que me pagues com a mesma moeda, está bem?

Esta vai ser uma «carta-relâmpago» porque estou ocupadíssima. Cerca de 70 pastores e delegados metodistas numa área do Brasil estão alojados aqui para esta semana toda e, como sou a única aluna que passa integralmente as férias no Instituto, tenho de ser um pauzinho para toda a obra, por enquanto. Abusei da saúde e, principalmente a vista está a reclamar demais. Por isso vou ser breve, desta vez.

Sim, quero e devo aderir ao MAC.

Em Luanda, o «julgamento» deve ter começado na primeira semana deste mês. Tenho mais de 30 fotos relativas ao nosso povo (pescadores, contratados, sanzalas, festas, kitanda, etc.) e uns aspectos característicos recortados de livros. Estou a mandar-te estas duas para veres se servem ou é necessário que as mande aumentar e então não tenham nenhuma inscrição. De qualquer modo estou ao dispor e muito obrigada pela oportunidade de servir.

Matias Miguéis (C.P. 17, Loudima, Rep. do Congo) fez-me estas perguntas relativas ao «julgamento» dos nossos em Luanda: «E como se abrirá a via de libertação para essa gente? Ficaremos de braços cruzados?»

Então, por favor, Lúcio, escreve para ele o mais cedo possível e... tratai de USÁ-lo, sim?

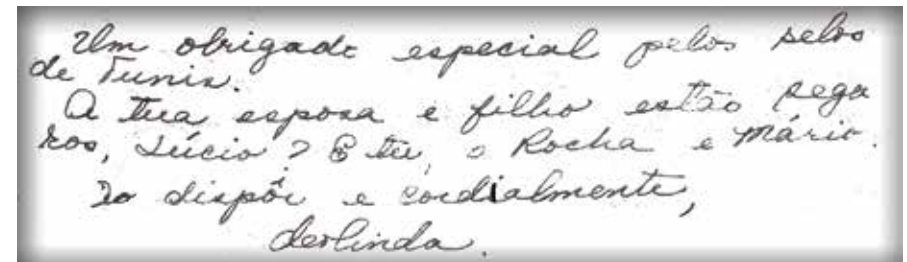
A morada do Larry Holder é certa. Saiu dos States em princípios de Dezembro e disse que me escreveria de Ghana, mas até agora nada. Estou um pouco afrita, embora promettesse não sair do barco em Angola, deve regressar em fins deste. Tem esposa, filhos e idade razoável e não é tão impetuoso e descuidado como o Jorge Barnett que desde Junho está preso em Luanda também.

Um obrigado especial pelos selos de Túnis.

A tua esposa e filho estão seguros, Lúcio? E tu, o Rocha e Mário?

Ao dispor e cordialmente,

deolinda



Um obrigado especial pelos selos de Tunis.
A tua esposa e filho estão seguros, Lúcio? E tu, o Rocha e Mário?
Ao dispor e cordialmente,
deolinda.

1. Carlos Rocha e Fret Lau Chon.

Carta de Hugo de Menezes*[dactilografada]*CONAKRY – REP. DE GUINÉE
B.P. 800

CONAKRY, 13/1/60

Caro Amigo Lúcio

A falta de tempo obriga-me a responder muito sucintamente a algumas das questões por ti postas nas duas cartas que me enviaste, e a deixar em silêncio outras, às quais procurarei responder-te pessoalmente.

Para já, o teu pedido foi rapidamente satisfeito, ou antes, sê-lo-á. Na mesma ocasião tinham colocado um bilhete à minha disposição, o qual me prontifiquei a ceder após a recepção da tua carta. Contudo, os factos correram pelo melhor, pelo que será possível enviar uma delegação mais numerosa.

Creio que esta conferência e certos acontecimentos de que te darei parte pessoalmente vieram precipitar o reconhecimento, por parte da malta de cá, do grupo aqui constituído – reconhecimento que implica um apoio tácito. O MAC é conhecido por parte de certos tipos de cá. Contudo, a condição necessária para um apoio por parte das entidades oficiais ou oficiosas guineenses, é a sua constituição ou existência dentro do País. Assim – e por outras razões, formou-se aqui um grupo congénere.

Temos alguns trabalhos sobre as nossas terras. Seria interessante a sua reprodução, com o fim de serem os mesmos distribuídos às diversas delegações que aí estiverem pressentes.

Eu escrevi um relatório razoável que pretendo apresentar.

Logo que tiver tempo, escrever-te-ei uma carta mais pormenorizada.

Por informações que tive, a via é segura.

Desta vez a nossa voz será ouvida.

Caro amigo, bom trabalho e até breve. Voltarei a escrever-te dentro de breves dias.

Agradeço-te os votos de felicidade que me formulaste. Estás aí só?

ass.) Hugo

Carta de José Carlos Horta*[manuscrita]*

Lg. [Liège], 17.1.1960

Queridos Amigos,

Segue junto o esboço de estatutos.¹ Até hoje não consegui obter nenhuma documentação, apesar de ter insistido junto dos amigos a quem escrevi (Paris e Bruxelas) de que se tratava de assunto muito urgente e sério. Aqui em Liège também não pude consultar nada porque o responsável da Associação Geral dos Estudantes da Universidade tem estado ausente. A demora revelou-se assim inútil e aqui mando um

1. Da UDEAN – Ver os estatutos definitivos em Anexo nº 14.

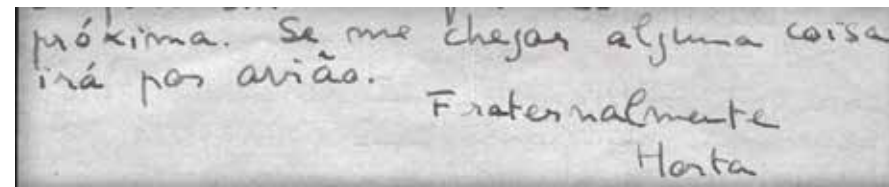
esboço muito mal feito. Espero ainda receber alguma documentação e como guardo aqui uma cópia, logo transmitirei as emendas ou recomendações que me parecerem úteis. Além da falta de documentação, desconheço a situação dos estudantes africanos em Portugal pelo que este esboço estará com certeza mal adaptado aos nossos problemas, especialmente o título IV que peca também pelo meu desconhecimento em matéria de organização.

Se ainda houver tempo gostaria de receber as críticas de vocês os dois para junto com a contribuição dos prováveis documentos que venha a receber, fazer outro projecto mais decente destes estatutos.

Os recortes sobre a economia de Moçambique são a contribuição da minha Mãe para a luta anti-colonialista: eu nem tive tempo de os ler detidamente. Não espero receber mais jornais que lhes poderiam ser úteis ainda para a conferência visto que ela está muito próxima. Se me chegar alguma coisa irá por avião.

Fraternalmente

Horta

**Carta a Mário de Andrade***[dactilografada]*

Túnis, 21 de Janeiro 1960

Caro Mário

Sem notícias tuas, que não seja o artigo que me enviaste há tempos, aqui me tens a enviar-te alguns elementos que espero poderão contribuir p^a a tua intervenção junto dos juristas.

Vou telegrafar-te daqui a pouco, pois por notícias agora recebidas o Abel [Amílcar Cabral] deve estar aí hoje e parece-nos que com tenções de se juntar a nós. Não sabemos com que propósitos é que ele saiu, se tenciona ou não regressar. Pensamos contudo ser de transcendente importância trocarmos impressões com ele, pelo que seria bom que ele fizesse o possível para vir até cá. O V. [Viriato da Cruz] chegou há três dias e estamos a preparar-nos p^a a Conf. Como já te disse, se formos avisados com antecedência da chegada do Abel aqui, poderemos conseguir que não lhe ponham carimbo.

Recebi uma carta do H.M. [Hugo de Menezes], em resposta a uma série de questões que lhe pus antes de sair da Alem. [anha]. A resposta que o tipo me dá é bastante confusa. Sei que vem cá com mais algum ou alguns companheiros da G. [Guiné Conakry] e

participará da Conf., parece-me que não como membro do mac, mas como de uma «organização congénere» segundo palavras textuais dele. Ficamos sem perceber nada do que se passou, mas de qualquer maneira estou convencido que será proveitosa a presença de mais gente da nossa.

Esta carta vai cheia de erros, pois a máquina avariou-se agora mesmo, e só quero acabar esta para ver se a mando consertar.

Notícias vossas? Creio que este prazo que há agora deve permitir a intervenção dos juristas. Não sei se já te disse que a nossa caixa postal é 596. Podes contudo continuar a utilizar o Hotel p^a telegramas ou cartas express. Temos pensado na hipótese de a pessoa que trouxe os primeiros nomes vir até cá. Porém a carta do H.M. (a dar a ideia que urge de facto organizar em termos a sociedade) deixou-nos algo embaraçados, pois não sabemos que «rumo» deu ele às coisas, e se pensa integrar-se a nós, ou vir em nome de outra coisa...

Diz-nos qualquer coisa sobre como vai a questão que tens entre mãos. Enviaste o tal artigo à brasileira?¹ Ela escreveu, enviando um artigo do «P. livre» [*Portugal Livre*], em que os lusíadas tomam mais uma vez certas posições paternalistas com respeito a nós... Enviar-to-ei se ainda não o tiveres lido.

Bem, por hoje nada mais. Cumprimentos para vocês de nós os três. Um abraço do ass.) L.

Memorando de Amílcar Cabral e Mário de Andrade

[*manuscrito por Amílcar*]

[*É de 23 ou 24 de Janeiro de 1960*]

Caros Amigos

Em nome do Executivo, que me outorgou plenos poderes para tratar convosco todos os problemas que neste momento nos preocupam – e depois de prévia discussão com o n/ camarada Ma. [*Mário de Andrade*] apresento-vos o seguinte Memorandum:

1. Conferência de Túnis. Salientamos, entre tudo o que por certo não deixarão de ter em conta, que importa fazer o seguinte:

a) Agir numa frente única representativa dos nossos povos, e não permitir sob nenhum pretexto, que qualquer compatriota (referimo-nos especialmente ao que veio da R. da Guiné) tome qualquer posição separada da vossa ou em contradição com o nosso movimento.

b) Informar a Conferência da existência real do colonialismo nas nossas terras, do seu carácter e da sua atitude negativa perante a libertação dos nossos povos e perante as responsabilidades que lhe são exigidas pela Carta das Nações Unidas.

c) Mostrar que a nossa luta, a luta contra o colonialismo português, é hoje o problema mais importante para a liquidação do colonialismo em África. Que

1. Deolinda Rodrigues.

o panafricanismo e a solidariedade africana não têm sentido, se não se engajarem decidida e positivamente nessa luta.

d) Mostrar que a nossa luta tem de ser e está a ser realizada em dois campos: internamente e externamente. Que, dadas as excepcionais condições de opressão e de repressão em que vivemos, os países africanos – todos os povos africanos – têm de nos ajudar nos dois aspectos da nossa luta, mas principalmente no exterior.

e) Saber concretamente aquilo com que podemos contar desde já, no que se refere a tal auxílio, que tem de ser material e moral.

f) Saber concretamente quais os países africanos, independentes ou em vias de independência completa, que estão dispostos a ajudar-nos.

g) Mostrar que entre os aspectos mais urgentes do auxílio de que necessitamos, constam-se os seguintes: a realização imediata de condições materiais para a fixação de alguns dos nossos «leaders» nesses países, com o fim de organizarem e coordenarem a nossa luta na segurança; a realização imediata de condições materiais para a formação dos nossos quadros (políticos e militares), pois não temos possibilidades legais de fazê-lo nas nossas terras: os países que estão dispostos a ajudar-nos, devem receber e preparar os nossos quadros e devem ajudar-nos a conseguir bolsas de estudo para os nossos compatriotas nos países estrangeiros amigos.

h) Conseguir desde já a integração de um representante nosso no Secretariado Permanente Pan-Africano, saído da Conferência de Accra.

2. Presença na República da Guiné. O camarada que está na Guiné [*Hugo de Menezes*] (encontra-se aí convosco) não tem qualquer experiência política e, por isso, não tem conseguido vencer as dificuldades que enfrenta no seu trabalho. Esteve sem apoio de fora e, segundo as informações que dá, as coisas vão mal. Por isso tudo e porque a atitude dele não é suficientemente clara para estarmos tranquilos, devem fazer o seguinte:

a) Não deixá-lo isolado, enquadrá-lo e obrigá-lo a seguir as vossas resoluções no que se refere a atitudes a adoptar na Conferência e depois dela.

b) Saber dele tudo o que se passa na Guiné e fazer uma ideia o mais concreta possível da realidade.

c) Enquadrar os documentos de que é portador no âmbito dos documentos da nossa frente única na Conferência e exigir que ele faça vir da Guiné um documento importante dos trabalhadores de Angola e que ele deixou ficar.¹

d) Entrar em contacto estreito com Diallo Seidou, Secretário Geral da U.G.T.A.N., que esteve em Angola e daí trouxe documentos e informações de grande valor e que está muito interessado na nossa luta em Angola. Mostrar-lhe que o referido camarada é um elemento novo no Movimento que não foi por este mandado à R. Guiné, mas que temos de aproveitar o melhor possível. Propor-lhe a ida imediata de vocês dois ou de pelo menos um de vocês à Guiné.

e) Os dois – V. [*Viriato da Cruz*] e L. [*Lúcio Lara*] – devem ir imediatamente (depois da Conf.) para a R. Guiné, onde procurarão coordenar a nossa gente, acabar com as confusões e apoiar a organização de nativos da Guiné «P», que não deve ser

1. Trata-se do documento que se pode ler em Anexo n.º 15.

confundida com o nosso Movimento. Se não puderem ir os dois deve ir um, pois isto é vital para nós. Há grandes responsabilidades na Rep. Guiné e o camarada que lá está não se encontra ao nível dessas responsabilidades.

f) No caso de irem os dois, um deve seguir imediatamente para Ghana, onde também há responsabilidades vitais a enfrentar neste momento. O compatriota que lá se encontrava¹ – estará ainda nos E.U.? – está queimado por causa do seu comportamento, tem de ser substituído por gente capaz. Por isso, o que for para Ghana tem de entrar em contacto, custe o que custar, com os compatriotas do Congo (da U.P.A.). [*A crescentado na margem*: Se o camarada está aí, devem enquadrá-lo, controlá-lo e pôr-lhe claramente o problema da sua substituição, embora continue em Ghana a trabalhar na nossa causa.]

g) Em suma: fazer tudo para impedir que, no regresso à Guiné, o camarada H. [*Hugo de Menezes*] volte só. Aproveitar da melhor maneira aquilo que, mesmo com erros, ele conseguiu fazer, não sobrestimar as dificuldades que ele aponta e acabar de vez com questões de carácter pessoal.

3. Caso dos camaradas Ma. [*Mário de Andrade*] e Marc. [*Marcelino dos Santos*] Devem ir para África o mais breve possível. Tem havido grande confusão nestes casos, mais por negligência do que por dificuldades reais. Ma. confirma que está pronto a sair brevemente. No entanto, porque tem a saúde abalada e alguns compromissos, do nosso interesse a cumprir, não pode sair imediatamente. Quanto à saúde, vamos ver do que se trata e como poderá tratar-se com urgência. Quanto aos compromissos, conta satisfazê-los num mês. Vamos ajudá-lo o mais que pudermos, para sair brevemente, tanto mais que está em ordem de captura.

Marc. teve de sair daqui, como sabem, e está na Bélg. Vamos escrever-lhe a propor que saia em Fevereiro. Se não quiser sair, deixaremos de contar com ele para os problemas que temos de resolver já. Não há razões para continuar na Europa. Há que envidar todos os esforços para a saída destes camaradas. Por isso, devem:

- a) Manter permanente contacto com eles, estejam vocês onde estiverem.
- b) Contactar aí, na Conf., Ismael Touré, que se mostrou aqui interessado na ida de Ma. para a Guiné e a quem este vai enviar amanhã um Memorando.
- c) Tanto aí como na Guiné e no Ghana, tratar da entrada dos nossos camaradas e obter respostas concretas.
- d) Ver se alguns países dão passagens para eles (ou alguma organização) e ver concretamente o que o camarada H. pode ajudar materialmente, porque disse que está pronto a ajudar.

e) Contar com a possibilidade, da nossa parte, de arranjar uma parte ou todo o dinheiro necessário para essas saídas, no caso de não se encontrar outra solução.

f) Contar que esses camaradas estarão em África até o mês de Março, o mais tardar.

g) Saber que possibilidades haveria de o Ma. se tratar em África (está com falta de glóbulos vermelhos) no caso de não haver meios para se tratar na Europa, antes de sair.

4. Caso do camarada Abel [*Amílcar Cabral*]. Desgraçadamente, a carta que vos foi enviada «express» ainda não havia chegado às v/ mãos no sábado. Nessa carta ele

explicava as razões da sua não ida imediata para aí, principalmente porque o Comité Executivo não determinou que ele saísse da Europa nesta viagem. O problema fundamental é a segurança, porque tem de voltar a casa.¹ Tem de voltar, por causa da organização interna, do futuro do movimento, das necessidades materiais do movimento, pois é o único que está em condições de ajudar os outros. [*A crescentado na margem*: Abel não pode ir aí, porque tem de voltar a casa e só há um avião na quinta o que dificulta sua segurança. Retenham perspectivas até saída definitiva dele dentro de mês e meio.] Ainda porque tem tudo planeado para sair definitivamente dentro de pouco tempo, como sabem. Aguarda até terça-feira as v/ notícias e depois regressa a casa. Em relação a ele, devem:

- a) Manter o contacto possível com ele, pelos meios que conseguirem realizar.
- b) Evitar, na Guiné, que a sua identidade seja muito conhecida (só identificá-lo em casos de absoluta necessidade), mas preparar terreno para a sua actuação logo que saia.
- c) Aproveitar o melhor possível o que ele fez na R. Guiné (Keita Mfamara, Secretário de Estado), em Ghana (African Affairs) e no Mali (Ministério da Informação).
- d) Contar com a sua presença nos fins de Abril, o mais tardar no mês de Maio.
- e) Fazer o maior barulho, nomeadamente junto dos Países Africanos Independentes e junto da ONU, no caso sempre possível de vir a acontecer-lhe algum percalço.

5. Manifesto.² O camarada H., que chegou aí ontem, levou um exemplar do n/ Manifesto, o texto por vós feito e que alterámos em alguns aspectos. Quanto a este assunto, devem:

- a) Dar, com a brevidade possível, a vossa opinião definitiva sobre o texto.
- b) Enviá-la, com anotações, ao Ma. que, por sua vez, no-la enviará, no caso de ficar decidido que se tem de publicar em casa. Decidir, com o Ma., a forma de enviá-la a nós.
- c) Dar a vossa opinião sobre este problema (local de publicação), sendo certo que o Executivo pensa que deve ser publicado em casa.
- d) Dizer o que pensam sobre a repressão a que o Manifesto dará lugar, depois de publicado, e se acham que a data da publicação deve ser condicionada por questões de segurança de elementos responsáveis do Movimento.

e) Evitar uma publicidade prematura do Manifesto, embora isso não impeça que a sua existência seja conhecida pelos Países Africanos presentes na Conferência.

6. Julgamentos em Angola. Sabem a data provável e conhecem os nomes dos implicados e advogados. Outro advogado, muito conhecido e que costuma advogar «subversivos», defenderá os nossos compatriotas, por procuração passada por colegas. Virá aqui antes da ida a Angola. O camarada Ma. vai escrever artigos sobre o caso. Em casa, temos uma Comissão do julgamento que segue a evolução das coisas de perto, contacta com o referido advogado e recolhe fundos para ajudar nas despesas do julgamento. Em Angola não estão parados e há dias, quando começaram com as primeiras audiências (preliminares), o povo reagiu, alguns europeus foram atacados (pedras, garrafas com areia, etc.) e as audiências tiveram que ser suspensas. Notícias

1. Holden Roberto.

1. Portugal.

2. O Manifesto do MAC, que estava em discussão, e pode ser lido em Anexo nº 12.

recebidas de presos deixam crer um espírito decidido de luta, pelo menos da maioria deles. Vamos fazer o primeiro julgamento público do colonialismo português. Aí na Conf. e depois dela, vocês devem:

a) Contar tudo que se passa com o julgamento e prisões e interessar os outros países no caso, nomeadamente Ghana e Rep. Guiné.

b) Fazer com que Ghana e Cuba enviem advogados para defender os réus Ganiense e Cubano.

c) Tratar deste assunto nos contactos com o camarada Ma, nomeadamente no que se refere à presença do delegado da Assoc. de Juristas Democráticos.

d) Como têm feito, dar a maior publicidade ao assunto, tanto na imprensa como na rádio dos países amigos em todos os continentes.

7. Ida do Secret. Geral da ONU a Casa. Temos de anular toda e qualquer perspectiva de exploração deste caso pelos nossos inimigos. Temos de mostrar ao Sr. H. [*Dag Hammarskjöld*] que estamos a lutar e que não admitiremos quaisquer concessões ao nosso inimigo. Como sabem, não podemos agir à vontade em casa. Dificilmente mesmo podemos fazer alguma coisa, mas vamos tentar tudo o que for possível. Esperam, no entanto, que o vosso espírito de iniciativa e de vigilância tenha tomado uma atitude neste caso. O Executivo está seguro de que não deixaram ou não deixarão de contactar, pelos meios possíveis, o Sr. H. Se ainda não o contactaram, devem:

a) Fazer chegar às mãos dele um documento em que afirmam a nossa posição de consciência da nossa situação e da luta decidida para libertar os nossos povos.

b) Fazer isso, na falta de um contacto verbal, mesmo depois de ele ter ido falar com o nosso inimigo.

c) Contar com ajuda material para isso, para o que indicarão o necessário.

8. Organização. Até Junho temos de ter a organização no exterior em pleno funcionamento. Tem de ser, como resultado do trabalho feito até aqui e pelo que vai ser feito. No interior, apesar das crónicas dificuldades de comunicação que a organização no exterior resolverá de vez, sabem que a nossa gente não parou, que em Angola e na Guiné, nomeadamente, a vida continua, cada [vez] mais esperançosa. No dia seguinte àquele em que a Polícia comunicou que tinha feito abortar o Movimento em Angola, saiu um Panfleto a desmascarar as acções da Polícia e do colonialismo. Os delegados africanos à Conferência da O.I.T.¹ em Angola vieram de lá cientes de que estamos a lutar, como podem saber de alguns deles que aí estão. Na Guiné proliferam as organizações de luta e o problema está em coordená-las e dar o melhor sentido à luta comum. Notícias, embora raras, de Moçambique, indicam que a nossa gente está a organizar-se, nomeadamente no Norte. A presença do camarada Marc. é necessária para tratar disso e procurar contacto, de África, com Moçambique. Em casa, a etapa é agora de alargamento, de multiplicação de células, depois da reestruturação feita. A nossa gente está, na grande maioria, esclarecida. Querem fazer sair mais gente de casa ainda este ano. Vamos colaborar, sem perder o sentido da vigilância, com o P. [*Partido Comunista Português*]. Impomos condições e, nesta base, é uma coisa boa. Não damos mais notícias, porque (vocês conhecem-nas)

1. Ver em Anexo nº 15 o documento distribuído durante essa Conferência.

as condições não permitem e continua de pé o problema das comunicações que só resolveremos com a vossa presença efectiva em África.

Por hoje é tudo. De lamentar não termos podido estar juntos, mas cremos que este momento foi bem aproveitado. O que ficou dito como coisas que devem ser feitas por vós, por certo não será novidade, mas o Executivo tem de dizer isso mesmo. Os melhores parabéns pelo exemplar espírito de iniciativa, de sacrifício e de firme decisão de lutar até a nossa vitória final, de que têm dado provas. Avante na luta unida pela libertação das nossas Pátrias! Viva o MAC, instrumento activo dos nossos povos na luta pela sua libertação do domínio colonial! Viva a África unida e independente!

Pelo Comité Executivo do MAC

ass.) Abel Mário

[*Escrito na margem: Dêem resposta detalhada por vias seguras (Liège, por exemplo).*]

A Conferência de Túnis

A decisão que tomámos de ir para Túnis «abrir as portas africanas» terá sido, sem o sabermos, uma decisão histórica porque realmente abrimos essas portas que, a partir de Frankfurt, com todas as promessas e burocracias de Barden (do African Affairs Centre de Accra) e de embaixadores do Ghana e da Guiné Conakry na Europa, emperravam.

Assim, munido das credenciais possíveis, parti com mulher e filho de comboio para Nápoles, onde apanhámos o barco para Túnis. A minha preocupação era resolver também o problema do Viriato e estabelecer ligação com o FLN (Front de Libération Nationale, da Argélia) para lhes dar a resposta ao problema que Franz Fanon nos tinha posto em Roma, aquando da 2ª Conferência dos Escritores e Artistas Negros, sobre mandar vir de Angola 11 jovens para treinarem guerrilha com o FLN. A resposta ia ser negativa, como Abel [Amílcar Cabral] nos transmitiu após a sua estadia em Luanda, por ter encontrado todos os interlocutores possíveis já presos.

Logo que nos instalámos num hotel, marquei encontros com o Neo-Destour, para lhes apresentar os problemas que ali me levavam, e com o FLN da Argélia.

Quanto aos problemas apresentados no Memorando ao Neo-Destour sobre a nossa instalação ali, sobre a participação na Conferência Panafricana e sobre a vinda do Viriato com passaporte caducado, ficaram de me dar daí a dias a resposta.

Com o FLN encontrei o Director do Moudjahid (órgão do FLN), Rheda Malek, que foi muito acolhedor e que me disse que logo que Fanon chegasse a Túnis marcaria encontro comigo. Ofereceu-nos a possibilidade de poder policopiar documentos, o que já era muito bom. O Neo-Destour desde logo garantiu que o Viriato podia vir com passaporte caducado se eu fosse buscá-lo ao aeroporto e como já estávamos a pensar fazer vir o Amílcar com o seu passaporte português, garantiram que o passaporte não seria carimbado. O Viriato acabou

por vir, depois veio o Hugo com a delegação da Guiné Conakry e, já com a Conferência começada, veio o Amílcar.

A nossa actividade nos dias da Conferência foi muito intensa. Resolvemos alguns problemas relacionados com a Guiné junto do Ministro Ismael Touré (irmão do Presidente Sékou Touré) que facilitou que Viriato pudesse ir de seguida até Conakry, pagando-lhe o bilhete de avião via Accra. Por outro lado, junto de Hugo de Menezes refreámos a acção do tal «Movimento de Libertação das Colónias portuguesas» que ele tinha mais ou menos inspirado e em nome do qual tinha vindo a Túnis (esse movimento era constituído sobretudo por guineenses emigrados para Conakry e, segundo a opinião de Amílcar Cabral o tal «movimento das colónias portuguesas» com a gente de Guiné-Bissau, não enquadrada no interior, iria criar confusão aos outros movimentos das colónias portuguesas que se instalassem em Conakry). Estreitámos ligações com os delegados do African National Congress – ANC (Makiwane), com os da Union des Populations du Cameroun – UPC (Félix Roland Moumié), com os de outros movimentos de libertação nomeadamente do Congo (Léopoldville) que tinham várias delegações, pois estavam a preparar uma Mesa Redonda que ia marcar a data da Independência. Na conversa com os Argelinos e Camaroneses aconselharam-nos a dar um nome com mais conteúdo ao MAC e aí decidimos o nome de Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN) e decidimos aprovar as bases da Frente.

Antes da Conferência, Fanon manifestou-nos um certo desapontamento por não termos conseguido trazer os 11 jovens, como propusera em Roma e disse que assim ia engajar-se mais com os de Léopoldville (UPA). Na realidade nunca soubemos porquê o número de jovens pedidos, 11, e na nossa inexperiência, para não passarmos por ingénuos, explicávamo-nos que era para parecer um grupo desportivo. Mas na realidade nunca soubemos das razões. Aliás, quando Amílcar foi a Angola transmitir o recado e encontrou todos os operacionais presos, também não teve necessidade de justificar o número.

A inoperacionalidade por causa das prisões, que Fanon não compreendeu e em que talvez não tenha acreditado, fez com que nos considerasse «gente da cidade» e logo daí deduzisse que a UPA de Holden é que «estava ligada às massas»... afinal, de Léopoldville.

Sobre estas questões tivemos mais tarde, em Conakry, com Fanon e com o embaixador argelino na Guiné, Omar Ousédik, acesas discussões (o embaixador Ben Sédik compreendia e aceitava os nossos pontos de vista). Aliás nessas discussões não pudemos deixar de perceber que Fanon queria, a todo o custo, mesmo sem estarem criadas as condições mínimas, que rebentasse a luta armada em Angola, para aliviar a grande pressão que o colonialismo francês exercia sobre o FLN, por ser o único movimento armado em África.

No dia da abertura da Conferência, onde eu é que tive de fazer o discurso por ter sido o primeiro a chegar a Túnis e ser considerado chefe da delegação, ficámos surpreendidos por vermos ao nosso lado, o lugar da UPA com Holden Roberto, que se apresentou como José Gilmore. Não esquecer que se tratava de uma Conferência de Povos Africanos e não de Governos representando Estados. Ele veio com a delegação do American Committee on Africa e distribuía pelos delegados, nos cacifos que cada delegação, exemplares de uma

revista Africa Weekly (America's Week-by-week Report on Africa, New York), o que fez alguns delegados pensarem que era um agente americano.

Como o vimos ao nosso lado, metemos conversa com ele, e ele confirmou ter recebido uma carta de Viriato.¹ Aproveitámos prever a necessidade de um encontro para falarmos de uma frente comum logo que o Amílcar chegasse.

No decurso da conferência fomos tendo ecos sobre a Mesa Redonda sobre a independência do Congo (Belga) que se estava a preparar em Bruxelas. Exigia-se a presença de Lumumba que estava preso.²

Além de inúmeros contactos próprios da Conferência, inclusive com os principais países socialistas, provámos que estávamos bem enraizados no interior pois fomos nós quem apresentou à Conferência o que se tinha passado com as prisões de 59 e o que se estava a preparar com os processos em tribunal especial. Apresentámos vários documentos: além do discurso que fiz, um documento de 9 páginas, intitulado «Aspectos da luta contra o colonialismo português»,³ uma folha denunciando «Aspectos do Massacre de São Tomé»⁴ com quatro fotos, Mensagens a pedir a libertação dos presos e a lista dos presos a serem julgados em Luanda, em três processos. Foi também a nossa delegação que apresentou projectos de resolução que, depois de várias discussões, dariam lugar à primeira resolução sobre os territórios dominados por Portugal saída duma conferência africana.



Conferência Panafricana (Túnis, 1960)
Lúcio Lara na intervenção em nome do MAC

1. Trata-se da carta da página 51.
2. Tal Mesa Redonda, que teve lugar em 20 de Janeiro, acabou por ser um sucesso, pois fixou o 30 de Junho para entrega de todos os poderes (Governo e Câmaras) aos congolenses.
3. O meu discurso foi feito a partir de um resumo deste relatório.
4. Ver na página 245.



Hugo de Menezes, Lúcio Lara e Viriato da Cruz na Conferência de Túnis

Depois da chegada de Amílcar e quase no fim da conferência, fizemos uma reunião com Holden, em que assinámos uma Declaração de Compromisso.¹ Holden, apesar das suas reservas quanto ao termo «revolucionário» no nome da FRAIN – tendo-nos dito que os Tunisinos nos consideravam comunistas porque Viriato tinha vindo da República Democrática Alemã – acabou por assinar a declaração (em cujo texto estava claro que a FRAIN englobava o MPLA e o PAI), após o que combinámos novo encontro na próxima Conferência Afro-Asiática em Conakry, prevista para dali a 2 ou 3 meses. Holden esquivou-se a esse encontro...

A Conferência de Túnis foi um sucesso para as colónias portuguesas; Holden foi indicado para o Comité Director da Conferência, por já ter participado na 1ª Conferência Panafricana de Accra, e foram aprovadas, entre outras, uma Resolução sobre a necessidade de uma Carta dos Povos Africanos (que acabou por se concretizar em Maio de 1963, com a fundação da OUA) e uma Resolução sobre os Territórios sob dominação portuguesa.

No fim da Conferência, Viriato da Cruz e Hugo de Menezes partiram para a Guiné Conakry (via Accra), o Amílcar para Paris e Londres, onde esteve com a esposa e filha que regressariam a Portugal enquanto ele ficaria definitivamente no exterior, primeiro em Londres e mais tarde em Conakry, e eu obtive asilo provisório da UMT (Union Marocaine du Travail) com a esposa e o filho, enquanto esperava a autorização de Conakry.

Fomos de barco via Marselha para Casablanca, onde ainda fiquei cerca de mês e meio, mantendo contacto regular com Viriato, Amílcar e Mário.

Em Casablanca tive a notícia do alarme do governo português perante a fuga da cadeia-fortaleza de Peniche do estado maior do Partido Comunista Português.

1. Ver na página 270.

Excerto do Relatório do MAC

[policopiado – original em francês]

RELATÓRIO DO M.A.C. À SEGUNDA CONFERÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS (Túnis, 25-29 de Janeiro de 1960)¹

[...]

O que permitiu que na própria África, mesmo um muro de silêncio tenha abafado a voz dos nossos povos exprimindo a sua oposição ao colonialismo português, não menos nocivo que qualquer outro?

Na nossa opinião, isso deveu-se, em grande parte, ao pouco peso de Portugal, cuja presença na cena política internacional continua despercebida, e à permanente e jesuítica repressão policial no próprio Portugal e nas suas colónias, impossibilitando a expressão das mais elementares liberdades democráticas.

Isso deveu-se também ao facto da Inglaterra e a França ocuparem lugares de relevo na política internacional e de nesses países o exercício das liberdades democráticas nunca ter sofrido o atentado mortal verificado até ao presente em Portugal. Isto tornou possível a agitação dos problemas coloniais franceses e ingleses de parte de correntes que detêm poderosos meios de informação.

Estes últimos factores, de que os movimentos pela emancipação das colónias inglesas e francesas se aproveitaram, deram origem a um monopólio da atenção, da simpatia e do apoio das correntes anticolonialistas do mundo, para com as ditas colónias. Alguns desses movimentos pareciam mesmo dar a impressão que possuíam uma representatividade africana e um poder de acção ultrapassando as fronteiras dos seus países respectivos.

Pensamos que esta questão merece uma grande atenção.

Portugal, como se sabe, inaugurou a expansão imperialista moderna da Europa em África e foi o primeiro a praticar o tráfico sistemático e massivo de homens negros. Após ter ocupado, pela sua acção em África, um lugar de primeiro plano na execução do maior crime de genocídio jamais praticado na história, este país, favorecido pelo acordo imperialista mundial contra os nossos povos e pela ajuda interessada de algumas potências imperialistas, empenhou-se na conquista militar das suas actuais colónias da África continental. Contudo, a ocupação militar destes territórios só pôde terminar por volta de 1920, devido à heróica resistência dos nossos povos.

1. Lido por Lúcio Lara a 25 de Janeiro de 1960, na Conferência. Nas edições anteriores, parte do relatório publicado seguiu a brochura editada na Bélgica, por ocasião da Jornada de 3 de Agosto de 1960.

Uma vez liquidada a quase totalidade dos quadros dirigentes tradicionais das sociedades africanas, Portugal escolheu o método do colonialismo clássico: a dominação directa. Com efeito, as teses fundamentais do colonialismo português foram sempre formuladas nestes termos: o território africano deve ser considerado como “terra sem dono”, a civilização e a cultura ocidentais têm um valor absoluto e único no mundo, o desenvolvimento mental e moral dos povos coloniais da África continental encontra-se ao nível da animalidade. Assim, os dirigentes portugueses orientaram-se para uma política de anexação forçada das colónias, de assimilação espiritual dos povos e de repressão policial, ilimitadas e incontroladas.

É contudo evidente que um país como Portugal, subdesenvolvido, agrícola e atrasado, cujo rendimento nacional por habitante é inferior por exemplo ao Ghana, com mais de 40% de analfabetos, está longe de poder contribuir para o progresso da civilização e da cultura dos povos africanos.

Não é por acaso que os trabalhos mais importantes e mais decisivos da valorização dos territórios africanos sob dominação portuguesa foram realizados com o concurso de capitais não-portugueses: Os Caminhos de Ferro da Beira, de Benguela, o Transzambiano, o porto da Beira. [...]

Não reconhecendo o “direito dos povos” nas suas colónias, Portugal impôs-nos a nacionalidade portuguesa. Mas o facto de ser um Africano “português” não significa forçosamente ser um cidadão português. Através de uma lei de inspiração racista, a Administração colonial estabeleceu que não se poderia reconhecer aos indivíduos de raça negra e aos seus descendentes o direito de cidadania, como se reconhece normalmente aos Portugueses. Então, os colonialistas portugueses fixaram as condições exigidas ao indígena para se tornar cidadão português: ter mais de 18 anos; falar correctamente a língua portuguesa; exercer uma profissão, uma arte ou um ofício de onde ele possa tirar o rendimento necessário à sua própria subsistência e à das pessoas da sua família ou a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim; ter um bom comportamento e ter adquirido a instrução e os hábitos pressupostos para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses; não ter sido dado como refractário ao serviço militar nem ter sido dado como desertor.

Mesmo em teoria, o africano não-cidadão não tem a mínima possibilidade de participação na vida pública e na direcção dos assuntos do seu país, seja directamente, seja por intermédio de representantes livremente escolhidos. Mas os Africanos cidadãos, que constituem uma minoria não ultrapassando 0,3% da população das colónias portuguesas da África continental, também não podem intervir na vida pública ou na direcção dos assuntos dos seus países, tanto mais que Portugal está mergulhado, há mais de 30 anos, num regime de ditadura fascista. [...]

Foram tomadas medidas práticas para proibir aos africanos a propriedade de bens rurais e urbanos. Pode-se afirmar que a quase totalidade dos camponeses africanos

trabalha em terras cujo direito de propriedade não lhes é oficialmente reconhecido. Por um lado, a lei apenas permite aos indígenas que vivem nas organizações tribais o uso e o benefício das terras necessárias à sua instalação e às suas culturas e, por outro lado, proíbe-lhes o direito de posse das propriedades rurais cuja extensão seja inferior a um hectare. [...]

Bastante mais de 70% da produção agrícola de Angola provem directamente da agricultura indígena – onde o trabalho feminino tem um lugar preponderante devido à prática generalizada do trabalho forçado – e o rendimento do camponês de Angola (como aliás o de todos os nossos países) é muito baixo. [...]

Em 1953, mais de 570.000 indígenas de Angola e de Moçambique foram obrigados a produzir algodão, por exemplo, numa extensão de terra ultrapassando 320.000 hectares. As culturas obrigatórias não só esgotam os solos africanos como reduzem ainda mais as culturas de subsistência nos nossos países, já atingidos de subalimentação crónica, elevando excepcionalmente o custo de vida nessas regiões e instalando a mais negra fome entre as massas trabalhadoras.

O trabalho forçado ainda é praticado nas colónias portuguesas. As causas são múltiplas: a redução demográfica das populações, consequência do secular tráfico de escravos praticado pelos portugueses, a procura de mão-de-obra africana barata, a consciente política portuguesa de genocídio, o atraso económico e os défices da balança comercial e de pagamento de Portugal, a procura de divisas para pagar a instalação massiva de colonos brancos. [...]

O sistema do trabalho forçado é acompanhado por métodos herdados da escravatura. Na realidade, os indígenas são vendidos pelas autoridades administrativas (funcionários da administração) aos agricultores e às companhias europeias que desenvolvem entre elas uma dura concorrência na busca de mão-de-obra.

Há alguns anos, o Arcebispo de Luanda, num memorando confidencial dirigido ao Governador de Angola, responsabilizava a prática oficial do trabalho forçado pelo pouco progresso do cristianismo entre as massas angolanas. O Arcebispo revelava nesse documento que as autoridades administrativas vendiam cada trabalhador forçado a um preço que variava entre 1.000 e 1.200 escudos. Segundo o Arcebispo, as autoridades administrativas defendiam-se dessa acusação de venderem os negros, afirmando cinicamente que apenas os alugavam.

Uma tal corrupção não atinge apenas as autoridades portuguesas, mas também, através delas, os chefes de aldeia africanos, impostos pela Administração colonial. [...]

Quanto aos problemas da saúde e do bem-estar dos nossos povos, é de notar que para o ano 1957, se contava em Angola, a colónia mais povoada de colonos portugueses, com um hospital do Estado para 200.000 habitantes, uma enfermaria com menos de 30 camas para cerca de 10.000 habitantes, um médico para cerca de 20 mil habitantes e um enfermeiro para cerca de 10 mil habitantes.

Para o mesmo ano, havia em Cabo Verde um médico para cerca de 10 mil habitantes e uma enfermeira-parteira para toda a população distribuída em doze ilhas. [...]

Em 1958, Portugal exportou para Angola vinhos cujo valor equivale a 10% do total do valor das importações desta colónia, ao passo que durante o mesmo ano, o valor total das importações angolanas em máquinas e em equipamentos industriais e agrícolas, assim como em medicamentos, foi inferior em 80 milhões de escudos, em relação ao valor dos vinhos importados.

Desde há muito que os vinhos ocupam, depois dos tecidos, o segundo lugar entre os produtos de importação de Angola. [...]

Segundo um acordo assinado, há vinte anos, entre Portugal e a Santa Sé, as missões católicas detêm o monopólio do ensino dos indígenas nos nossos países. [...]

Quanto à natureza e à qualidade do ensino ministrado pelas missões católicas, basta reter a seguinte passagem duma recente circular confidencial, dimanada da Administração Civil de Angola, que informa sobre um despacho do Secretário-Geral do Governo da Colónia: «Quem lida com o indígena educado sob a influência das missões protestantes, nota uma diferença flagrante com os que são educados pelas missões católicas: aqueles são mais sociáveis, têm outros hábitos de trabalho, são mais bem educados do ponto de vista cultural e profissional, estão mais preparados para a vida prática; estes são mais místicos, mais acanhados, mais pobres, incontestavelmente mais portugueses»¹ [...]

No entanto, ao lado da miséria extrema imposta por Portugal nos nossos países, acumulam-se riquezas em algumas mãos europeias e, na maior parte dos casos, fora dos nossos territórios. Por exemplo: o lucro líquido da Sociedade de Agricultura Colonial (S. Tomé), do Banco de Angola, da Diamang (Companhia dos Diamantes de Angola), da Congeral, da Purfina, da Companhia Agrícola do Cassequel (Angola), da «Sena Sugar States Ltd» (Moçambique) foi, em 1957, da ordem dos 49% em média em relação ao capital destas empresas. [...]

Na realidade, o plano português consiste em aplicar simultaneamente a tradicional política de genocídio (pelos métodos indirectos do trabalho forçado, duma insuficiente assistência sanitária, pela manutenção dos muito elevados índices de mortalidade infantil, pelo alcoolismo das massas, por salários muito baixos) e a favorecer a instalação duma população branca, com o objectivo de manter a dominação definitiva da população branca sobre a população africana. [...]

1. Da cópia da Circular nº 133 – Confidencial – 2ª Rep., 2ª Secção da Direcção dos Serviços de Administração Civil, de 10 de Março de 1958, assinada pelo Director dos Serviços, Luís de Sousa Vasconcelos, Insp. Administrativo.

Não podendo opor-se abertamente à solidariedade activa internacional que responde aos apelos dos povos africanos ao sul do Equador e percebendo a impossibilidade de interditar esses apelos, o Primeiro-Ministro português não hesitou em cair numa apreciação racista e grosseira, tendo como objectivo apresentar essa solidariedade como uma intervenção vinda do exterior, alheia à vontade e às necessidades dos nossos povos. Este jogo indigno é claro. No entanto, o próprio Portugal recorre à ajuda financeira, técnica e diplomática estrangeiras para manter e reforçar o seu colonialismo; adquire no estrangeiro o material de guerra enviado para as colónias; ele tem técnicos estrangeiros ao seu serviço nas suas academias militares; os seus oficiais fazem estágios nas academias militares estrangeiras; ele utiliza, fora do seu território, tribunas e meios de informação que mentem sobre o seu colonialismo; ele recusa-se a executar escrupulosamente as suas obrigações de país colonial para com a Organização das Nações Unidas. [...]

A nossa luta, travada em condições excepcionalmente difíceis, desprovidos que somos dos direitos e das liberdades fundamentais do Homem e praticamente sem qualquer apoio (não só por parte da opinião mundial), já conseguiu romper o muro de silêncio a respeito do colonialismo fascista de Portugal que se erguia em nossa volta. [...]

Conscientes das possibilidades actuais de resolução dos problemas políticos, somos partidários duma liquidação pacífica do colonialismo português.

Contudo, tendo tido que sofrer a dura experiência deste colonialismo, não deixaremos de nos preparar para responder à agressão já desencadeada por Portugal contra o nosso país.

Lançamos um fervoroso apelo aos Estados independentes de África, aos Povos irmãos deste continente, à humanidade progressista e à O.N.U.: que desenvolvam e conjuguem desde já todos os seus esforços para levar Portugal a cumprir imediata e escrupulosamente os seus deveres de Estado co-signatário da Carta das Nações Unidas.

Em particular,

A) Apelamos aos Estados Independentes de África para que reforcem a sua acção na questão colonial no seio da O.N.U., colaborando também com representantes verdadeiros dos nossos Países, com vista a levar Portugal a respeitar os deveres que lhe são impostos pela Carta das Nações Unidas no respeitante aos nossos povos, nomeadamente o reconhecimento imediato do seu direito à autodeterminação e do seu livre acesso ao exercício efectivo deste direito;

B) Tendo em conta que, com um furor fascista, o estado colonial português persegue os nossos compatriotas por razões políticas e tendo em conta que priva totalmente os nossos povos do direito às liberdades de opinião, de expressão, de reunião e de associação, apelamos aos Estados Independentes de África para que concedam asilo às vítimas destas perseguições e lhes facultem os meios necessários para que possam exprimir e difundir correctamente a justa Causa dos nossos povos e para que, organizados, se batam por ela.

C) Pedimos insistentemente à Conferência dos Povos Africanos que os seus Comitês concedam atenção e ajuda concreta aos problemas dos nossos povos, com a mesma deferência e a mesma solicitude que concedem aos problemas dos outros povos africanos.

D) Pedimos à Conferência dos Povos Africanos que manifeste desde já ao Governo português e aos Governadores de Angola e da Guiné a sua solidariedade para com os patriotas angolanos e guineenses presos e exija a sua libertação imediata.

E) Pedimos à Conferência dos Povos Africanos que adopte oficialmente, durante esta Sessão, uma «Jornada de Solidariedade para com os Povos Africanos sob Dominação Portuguesa».

Propomos que, nesse dia, todas as organizações africanas interessadas em concretizar a sua solidariedade:

1. Organizem *meetings* populares sobre os problemas dos nossos países;
2. Dirijam telegramas, cartas, abaixo-assinados, etc. ao Governo de Portugal e aos Governadores das suas colónias,
 - a) protestando contra a ditadura colonial-fascista que impede totalmente os nossos povos de escolherem uma solução pacífica para os seus problemas;
 - b) exigindo a libertação de todos os patriotas africanos e de todos os simpatizantes da nossa causa, que se encontram presos;
 - c) pedindo a abertura imediata de conversações entre Portugal e as organizações políticas das colónias para que os nossos povos exerçam o direito à autodeterminação.
3. Dirijam telegramas e exposições à O.N.U., pedindo a esta organização que vença a sua injusta posição actual face à anexação forçada dos nossos Países por Portugal.

O M.A.C. engaja-se desde já a disponibilizar a documentação sobre os problemas das colónias portuguesas a todas as organizações africanas interessadas no cumprimento das palavras de ordem que esta Conferência dará sobre a «Jornada de Solidariedade para com os Povos das Colónias Portuguesas».

Desejamos, por fim, em nome dos nossos povos, pleno sucesso a esta Conferência e a aplicação prática e imediata das suas Resoluções.

Resolução da 2ª Conferência dos Povos Africanos

(Túnis, Janeiro de 1960)¹

[*impresa*]

SOBRE AS COLÓNIAS PORTUGUESAS

A II CONFERÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS, reunida em Túnis de 25 a 30 de Janeiro de 1960,

1. Fac-simile da Resolução na página 309.

Depois de proceder ao exame da situação em que se encontram os países africanos sob dominação portuguesa, nos quais impera ainda o regime de trabalhos forçados e as populações indígenas sofrem uma exploração sem limites.

Condena a política colonialista de Portugal e denuncia tanto a repressão sistemática a que os movimentos nacionais desses países estão sujeitos, como os preparativos de guerra do Governo português em Angola.

Reafirma o direito das populações das colónias portuguesas à independência nacional e determina que os Estados Africanos independentes e todos os Povos de África devem dar a essas populações um apoio incondicional.

Exige a liberdade imediata de todos os prisioneiros políticos em Angola, Moçambique, Guiné dita portuguesa, São Tomé e Cabo Verde.

Faz apelo às Organizações membros desta Conferência para que organizem, durante o ano de 1960, uma jornada de solidariedade a favor dos territórios sob dominação portuguesa.

Faz apelo ao Comité Especial das Nações Unidas, encarregado de estudar a questão dos territórios não-autónomos, para que levante o problema da descolonização e da independência dos territórios sob dominação portuguesa.

Apelo do MAC

[*policopiado – original em francês*]

APELO

O regime político português é uma das ditaduras de tipo fascista e nazi que conseguiram sobreviver à II Guerra Mundial.

A polícia política portuguesa (PIDE) e os tribunais políticos inspiram-se nos métodos nazis e inquisitoriais. Os efectivos da PIDE são numerosos para uma população reduzida como a de Portugal e a sua manutenção absorve somas astronómicas.

Contam-se aos milhares os progressistas e democratas portugueses vítimas da tortura, de penas e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, normalmente praticados nas prisões de Portugal.

Nas colónias, à natureza específica do fascismo português associam-se os processos arbitrários característicos do colonialismo. O aparelho repressivo militar e policial foi consideravelmente reforçado durante os últimos anos, para fazer frente às crescentes manifestações de descontentamento do povo africano.

Em Angola, mais de 200 Africanos do Distrito de Cabinda que reivindicaram a independência do País, foram encarcerados e dados como desaparecidos.

Os líderes da União das Populações de Angola, Libório Nefwane e Lello Figueira estão presos desde 1956 no Campo de Concentração do Bié, ao passo que os seus camaradas Júlio Afonso, Isaías Kamutuke, Alfredo Benge, Cunha,

Loureiro Sequeira e Ambrósio Luyanzi desapareceram, depois de terem sido selvaticamente torturados.

O chefe religioso nacionalista Simão Gonçalves Toco há muito que foi deportado para um campo de trabalho forçado do Sul de Angola (Baía dos Tigres).

Desde o mês de Março de 1959 a polícia política fez centenas de detenções em Angola. Prepara-se, com a ajuda de um tribunal colonial-fascista, para julgar os patriotas seguintes, presos na Casa de Reclusão Militar em Luanda:

ILÍDIO MACHADO (Funcionário dos C.T.T.); A. FRANCO DE SOUSA (Contabilista); HIGINO A. DE SOUSA, GABRIEL L. PEREIRA, SEBASTIÃO G. DOMINGOS (Empregados comerciais); CARLOS VIEIRA DIAS (LICEU); ANTÓNIO MARQUES MONTEIRO e MIGUEL OLIVEIRA FERNANDES (Empregados bancários); CARLOS VANDUNEM, JOSÉ M. LISBOA e JOÃO LOPES TEIXEIRA (Mecânicos); FRANCISCO AFRICANO (Empregado de escritório); LUÍS RAFAEL e BELARMINO DE SOUSA (Tipógrafos); AMADEU AMORIM (Electricista); MÁRIO ANTÓNIO CAMPOS (Óculista); MÁRIO AUGUSTO SILVA; ANTÓNIO P. BENJE; F. PASCOAL DA COSTA; JOAQUIM FIGUEIREDO; ANDRÉ MINGAS JR. e PASCOAL G. DE CARVALHO (Funcionários); A. MENDES DE CARVALHO; G. LOURENÇO CONTREIRAS; BELARMINO VANDUNEM; FLORÊNCIO GASPAS; DIOGO VENTURA; ADÃO DOMINGOS MARTINS e BERNARDO DE SOUSA (Enfermeiros); ARMANDO DA CONCEIÇÃO JR. (Funcionário Consular); NOBRE P. DIAS (Professor primário) e NOÉ DA SILVA SAÚDE (Estudante).

Os Portugueses ANTÓNIO CALAZANS DUARTE (Engenheiro electrotécnico); JOSÉ L. MEIRELES (Contabilista); ANTÓNIO MATOS VELOSO (Arquitecto); MANUEL DOS SANTOS JR. (Electricista); MARIA JULIETA GÂNDARA [*J. Gandra*] (Médica) e HELDER NETO (Estudante) acusados de apoiar as reivindicações dos patriotas angolanos também estão presos e incluídos no mesmo processo, assim como os Angolanos seguintes, que se encontram no estrangeiro: MATIAS MIGUÉIS, MANUEL COSTA, FERREIRA, JOÃO EDUARDO PINOK [*E. Pinock*], ANTÓNIO JOSIA [*A. Josias*], MANUEL NECACA, RUY VENTURA [*Holden Roberto*], ANTÓNIO JACINTO, DEOLINDA RODRIGUES, INOCÊNCIO MARTINS, MÁRIO PINTO DE ANDRADE, VIRIATO CRUZ, LÚCIO LARA e JORGE MINGAS (Marítimo).

A vida dos prisioneiros corre perigo. As autoridades colonialistas preparam-se para anunciar o seu «suicídio» ou o seu «desaparecimento», como é seu costume.

Contudo o povo angolano exigirá oportunamente contas às autoridades portuguesas no respeitante à vida de todos os patriotas vítimas da tirania colonial.

O MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA lança um veemente apelo aos povos irmãos de África, aos partidos políticos africanos, às organizações e aos homens do mundo inteiro que lutam pelo respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. convidando-os a enviarem telegramas,

cartas e abaixo-assinados, exigindo a liberdade imediata de todos os prisioneiros políticos no respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, para as moradas seguintes:

MINISTRO DO ULTRAMAR GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA
Terreiro do Paço e
LISBOA – PORTUGAL LUANDA – ANGOLA

Túnis, Janeiro de 1960
o MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA

Memorando da FRAIN

[*dactilografado – original em inglês possivelmente incompleto*]

MEMORANDO

1 – A nossa organização, que tinha o nome de MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA, adoptou, ao sexto dia da II Conferência Panafricana [*30 de Janeiro de 1960*] o nome de FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS – F.R.A.I.N.

Actualmente a nossa Frente é formada pelo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA e pelo PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA da Guiné dita portuguesa.

2 – Os objectivos e metas fundamentais da F.R.A.I.N. são:

- a) Lutar contra o colonialismo português e pela independência total dos nossos países.
- b) Promover a unidade e a solidariedade entre os povos das colónias acima citadas, na sua luta comum contra o colonialismo português.
- c) Apoiar as acções anti-colonialistas de todas as organizações nacionais africanas dos nossos países.
- d) Desmascarar o colonialismo português perante a opinião mundial.
- e) Promover a cooperação amigável entre os povos africanos e apoiar a luta pela unidade dos povos e países de África.

3 – Permitam que vos informemos que, até esta data, nenhum dos pedidos que fizemos ao Ghana ainda foi atendido.

4 – Acreditamos contudo que a solidariedade do Ghana também nos é extensiva. Deste modo, aproveitamos a presença em Túnis de S. Ex^a Ministro para os Assuntos Africanos para lhe exprimirmos o seguinte:

- a) Estamos interessados na entrada no Ghana de alguns dos nossos combatentes africanos.
- b) Gostaríamos de obter autorização para abrir em Accra um bureau de informação.

c) Estamos interessados em utilizar as vossas estações de rádio para emissões periódicas de programas e mensagens especialmente destinadas às colónias africanas de Portugal.

d) Já que, até esta data, todas as actividades em países estrangeiros das organizações políticas representadas pela Frente se têm desenvolvido praticamente apenas com os rendimentos do nosso trabalho particular (ou seja, sem ajuda dos nossos compatriotas que vivem em África) – tomamos a liberdade de pedir ao Ghana que nos conceda uma ajuda material apenas temporária. Esta ajuda poderá ser devolvida.

e) Estamos interessados na ida urgente para o Ghana de um dos nossos camaradas, porque consideramos serem muito urgentes os problemas da luta contra o colonialismo português nos nossos países.¹

Carta da FRAIN

[policopiado]

CARTA

da

FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDÊNCIA
NACIONAL DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS
(F.R.A.I.N.)

BASE I

A FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS, OU FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL (F.R.A.I.N.) é a aliança de partidos políticos e de organizações de massas de países africanos sob dominação colonial portuguesa que lutam pela independência nacional dos seus respectivos países e pela liquidação do colonialismo português, e que aspiram a uma promoção dos Povos Africanos desses países.

A F.R.A.I.N. sucede, por evolução, ao MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA (M.A.C.), fundado em 1957 pelo Partido Africano da Independência da Guiné dita portuguesa (P.A.I.) e pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (M.P.L.A.), com a participação de Africanos das colónias portuguesas então residentes na Europa.

No presente, a F.R.A.I.N. é formada, estruturalmente, pelo P.A.I. e pelo M.P.L.A., com a adesão de Africanos sem partido, nativos das colónias portuguesas e residentes no exterior dos seus países.

A F.R.A.I.N. está aberta a todas as organizações de massas e a todos os partidos políticos dos países africanos sob dominação portuguesa, que exprimam a vontade de fazer parte dela e que concordem expressamente com os princípios desta Carta.

1. É possível que falte uma ou mais páginas.

A F.R.A.I.N. suscita, desenvolve e coordena a unidade de todos os Africanos na acção concreta contra o colonialismo português, e apoia-se em movimentos patrióticos formados por Africanos dos países em causa.

BASE II

O objectivo da F.R.A.I.N. é a conquista imediata da Independência Nacional dos países africanos sob dominação colonial portuguesa e a liquidação total do colonialismo português em África.

Para conquistar a Independência Nacional e realizar a libertação dos Povos das colónias portuguesas, a F.R.A.I.N. utilizará meios pacíficos de não-violência e de desobediência civil, mas fará recurso a represálias contra a violência, se a isso for obrigada pelo colonialismo português.

BASE III

Toda a organização membro da F.R.A.I.N. deve militar, no seu próprio País, pela realização prática do Programa e dos Acordos da Frente, ajudar materialmente a sua manutenção e submeter-se aos princípios da presente Carta e aos Regulamentos da Frente.

A F.R.A.I.N. funciona de acordo com métodos democráticos. Regulamentos e Acordos especiais, elaborados por organismos ou instâncias competentes e de acordo com o espírito desta Carta, regularão a vida da Frente.

BASE IV

Os organismos da F.R.A.I.N. são os seguintes:

1. O Comité Director, eleito pelo Secretariado Político, responsável pela actividade diária da Frente;
2. As Comissões Especiais, criadas pelo Secretariado Político;
3. Os Comités de Acção destinados a dar execução, em escala local ou regional, às directivas do Comité Director.

BASE V

As instâncias superiores da F.R.A.I.N. são as seguintes:

1. O Congresso – constituído por representantes das organizações e dos partidos políticos que formam a Frente – que define a linha política e o Programa da Frente e elege o Secretariado Político.
2. O Secretariado Político – reunião de representantes eleitos pelo Congresso – que estuda e define as normas de aplicação prática do Programa e da linha política da Frente.
3. A Assembleia – formada de representantes dos Comités de Acção – que estuda os processos de execução, em escala local e regional, das decisões do Comité Director.

BASE VI

Os fundos da F.R.A.I.N. provêm de cotizações, donativos, subscrições e de rendimentos próprios.

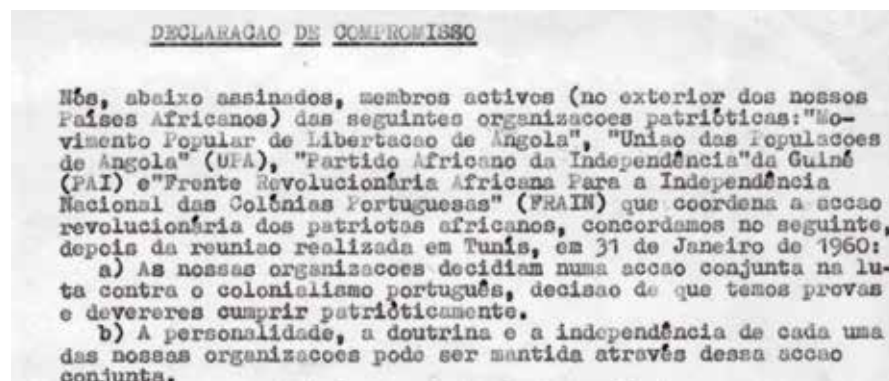
BASE VII

A F.R.A.I.N. pode ser dissolvida depois de ter realizado o seu objectivo.

Túnis, 28 de Janeiro de 1960

Declaração conjunta assinada em Túnis

[dactilografado]



DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Nós, abaixo assinados, membros activos (no exterior dos nossos Países Africanos) das seguintes organizações patrióticas: «Movimento Popular de Libertação de Angola», «União das Populações de Angola» (UPA), «Partido Africano da Independência» da Guiné (PAI) e «Frente Revolucionária Africana Para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas» (FRAIN) que coordena a acção revolucionária dos patriotas africanos, concordamos no seguinte, depois da reunião realizada em Túnis, em 31 de Janeiro de 1960:

- a) As nossas organizações decidiram numa acção conjunta na luta contra o colonialismo português, decisão de que temos provas e devemos cumprir patrioticamente.
- b) A personalidade, a doutrina e a independência de cada uma das nossas organizações pode ser mantida através dessa acção conjunta.
- c) Impõe-se estabelecer o mais cedo possível um programa concreto de acção para 1960 e que conduza os nossos povos à independência no mais breve espaço de tempo.
- d) Representando a UPA, integra-se na Frente Revolucionária Africana para a

Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN) o camarada Guilmor, também conhecido por Rui Ventura e Roberto Haldane [*Holden Roberto*], o qual, juntamente com os restantes signatários, todos pertencentes àquela Frente, e quaisquer outros elementos representantes de outras organizações patrióticas, deverão proceder ao planeamento, coordenação e incremento da actividade revolucionária da nossa luta comum anticolonialista, e de maneira a desencadear o mais breve possível uma acção concreta nos nossos países contra o colonialismo português.

e) Prometemos maior e mais completo sigilo conspirativo em relação a este documento e às decisões secretas por nós tomadas ou que venham a ser tomadas, e, bem assim, não tomar individualmente qualquer atitude ou compromisso que possa ter consequências significativas na nossa luta comum contra o inimigo comum, o colonialismo português.

f) Concordamos em que a nossa próxima reunião, na qual deverão comparecer todos os signatários, deverá realizar-se em Conakry, capital da República da Guiné, em data a fixar posteriormente, mas que não deve ir além do mês de Março de 1960.

Nós declaramos que às organizações patrióticas a que pertencemos fica reservado o direito de, em qualquer altura, reconsiderarmos sobre esta declaração de compromisso e alterá-la, digo, propor a sua alteração ou considerá-la de efeito nulo para o que, no entanto, os outros membros terão o direito de exigir credenciais autênticas determinantes dessas ou dessa resolução.

Abel Djassi [*Amlcar Cabral*]: (PAI e FRAIN)

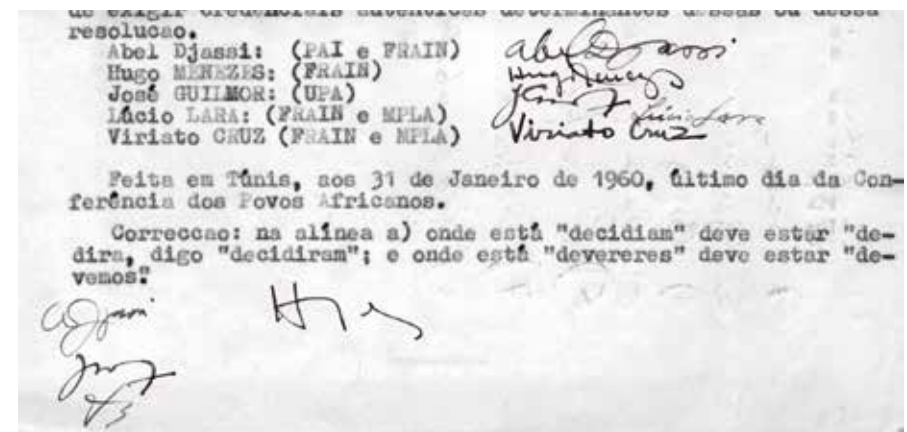
Hugo MENEZES: (FRAIN)

José GUILMOR [*Holden Roberto*]: (UPA)

Lúcio LARA: (FRAIN e MPLA)

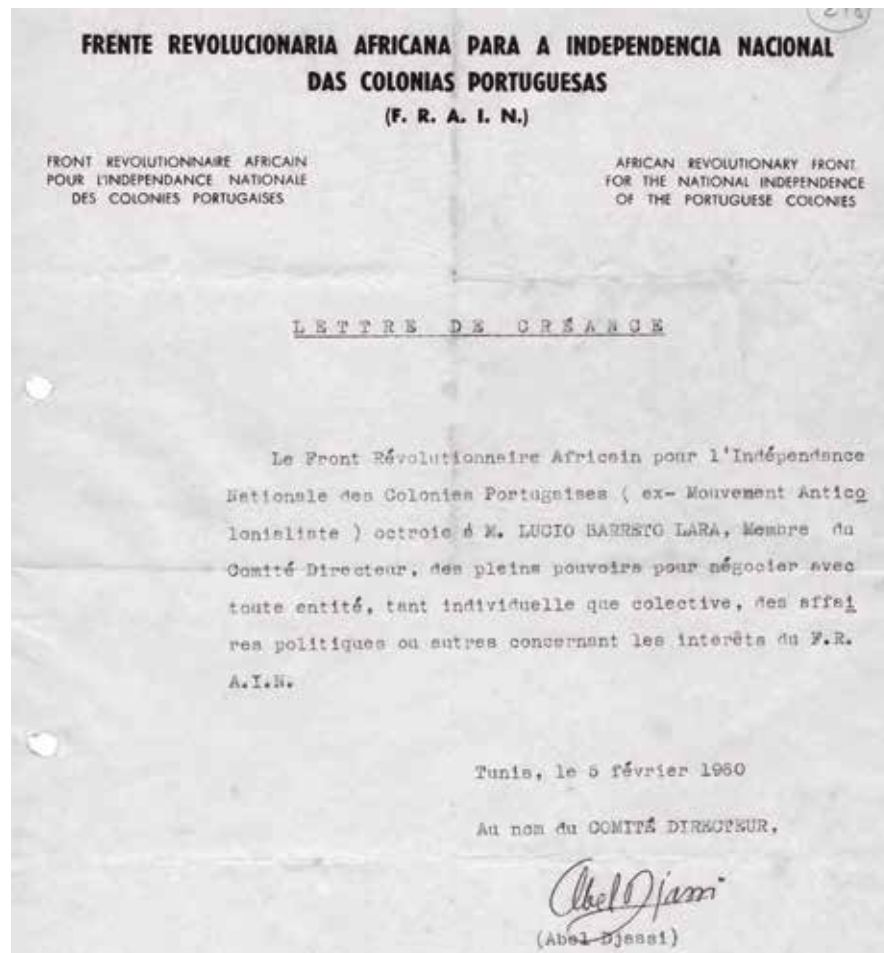
Viriato CRUZ: (FRAIN e MPLA)¹

Feita em Túnis, aos 31 de Janeiro de 1960, último dia da Conferência dos Povos Africanos.



1. Seguem-se as assinaturas.

Credencial passada por Amílcar Cabral a Lúcio Lara
[dactilografada, em francês]



Carta a José Carlos Horta
[dactilografada]

Túnis, 6 de Fevereiro 1960

Meu caro Horta

De novo só em Túnis e a preparar-me para abalar para mais uma etapa desconhecida, apresso-me a escrever-te.

Recebi hoje uma carta tua, que afinal era destinada ao V [Viriato da Cruz]; que lhe enviarei logo que possa. Ainda não sei onde ele está. Como estava sem passaporte válido

e como houvesse uma oportunidade de ele descer até Ghana ou Guiné, ele aproveitou essa oportunidade. Não sabemos porém se se fixou por uns tempos no primeiro daqueles países ou no segundo. Decerto logo que ele tenha oportunidade escrever-te-á ele mesmo.

De facto a imprensa europeia sabotou um pouco a Conferência e é por isso natural que não tenhas recebido notícias detalhadas sobre o que se passou e em particular sobre as colónias port.

É difícil dar-te pormenores. Vou-te enviar um jornal com a maior parte das Resoluções, onde encontrarás uma resolução sobre as colónias portuguesas que, para sair com as falhas que saiu, nos deu água pela barba, pois como deves calcular é muito difícil vencer não só o desconhecimento escandaloso que reina em África sobre os nossos problemas, mas ainda a atenção geral que estagna sobre o problema da Argélia, mais próximo, mais conhecido, e por ora, mais premente. Mesmo assim conseguimos fazer prevalecer a tese de que devia sair uma Resolução sobre as colónias portuguesas, tese essa que aproveitou a outros países que queriam também apresentar resoluções particulares.

A delegação do MAC teve 4 delegados, e havia também a delegação da União das Populações de Angola com um Delegado. Um certo nº de factores não permitiu que houvesse uma boa colaboração entre as duas Delegações, mas mesmo assim não foi mau.

Falou-se bastante nas colónias portuguesas, principalmente em Angola e Guiné. Mesmo assim não descurámos o caso de Moçambique e é possível que em breve possamos estabelecer contactos frutuozos com os teus patrícios.

Eu parto p^a Marrocos, onde esperarei novas ordens. De lá te escreverei a dar-te a morada, para fazeres o favor de continuar a enviar-me a correspondência que for p^a aí.

Houve uma nova estruturação do nosso Movimento que em face das condições actuais se passou a denominar FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS, ou abreviadamente, FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL (F.R.A.I.N.).

Pelo Marcel [*Marcelino dos Santos*] conhecerás alguns pormenores.

Quanto à Associação dos n/ estudantes, vai-se tratar disso o mais rapidamente possível. Os teus estatutos servirão de base. É já algo de concreto sobre que a malta poderá trabalhar. Nenhum de nós concordou com o nome que tu sugerias. Mas isso é o menos e espero que em breve te darão notícias acerca desse assunto.

Por correio ordinário envio-vos o material que cá publicámos. Foi pouco, mas nós não podíamos apresentar mais. Fez-se uma razoável política de contactos, trabalhou-se nas Comissões e marcou-se sobretudo presença, que se fazia notar imenso e que precisamos de acentuar cada vez mais.

Continua a dar as tuas notícias, logo que recebas o m/ endereço em Casablanca, para onde devo partir dia 9 do corrente.

Obrigado por tudo e até breve. Vou escrever ao Marcel.

Um bom abraço do

ass.) L.

Excerto da carta a Mário de Andrade e Amílcar Cabral*[dactilografada]*

Marseille, le 12 février [1960]

Bons amigos

Só hoje tenho oportunidade para vos escrever a carta que anunciei no telegrama que vos enviei, pois desde então foi-me absolutamente impossível escrever, dado que uma avaria no barco que nos devia trazer a Marseille nos fez andar um dia inteiro na rua, por termos largado o hotel às 7 da manhã (hora a que devíamos partir) e só termos partido no dia seguinte às 7 da noite. Tudo se complicou pois e não foi possível escrever-vos como tencionava, para tentar acalmar a Lena [*Helena Cabral*] que devia estar bastante aborrecida por não ter conseguido contactar com o Abel [*Amílcar Cabral*]. [...]

Nós partimos dia 15 para Casablanca, conforme foi estabelecido entre todos. O V. [*Viriato da Cruz*], dadas as condições «passeportais» em que se encontrava aproveitou uma oportunidade de ir directamente de avião até Accra tentar resolver os muitos problemas que há por resolver. A nossa ida p^a Casa[blanca] visa aproveitar uma hospedagem que nos foi prometida enquanto Conakry ou Accra se não manifestam. Infelizmente não há barcos directos e temos de aguardar aqui em Marseille a ligação marítima que é só no dia 15, às 17 horas. [...]

Como estás tu, M.? Pelo Abel soube que estás doente. É bom que tentes recuperar. E a Sarah? Saudades nossas para todos vós. Abraços do
ass.) L.

[Escrito à mão: Me. [Marselha] 12/2/60]

Caro Mário

Já depois de ter escrito a carta junta, lembrei-me que durante a Conferência nos foi oferecida a possibilidade de publicar no Comité Afro-Asiático do Cairo uma brochura¹ sobre as colónias portuguesas. A imensidão de problemas com que nos temos debatido desde que a Conf. acabou, não permitiu que dedicássemos a este assunto a atenção que ele merecia. Apenas com o Abel combinei que ele escreveria algo sobre Cabo Verde e Guiné. Eu tenho algumas coisas sobre Angola. A brochura não obedece a nenhum plano especial, seria antes uma colectânea de artigos e talvez de documentos. Eles deram-nos um prazo muito curto para entrega dos originais: até ao dia 28 deste mês.

Pensei que talvez fosse possível escreveres algo, por exemplo sobre problemas culturais, ou outro assunto que tenha interesse. Penso ser possível incluir elementos económicos e políticos, na base do que apresentámos na Conf. Se estivesses acessível ter-te-íamos entregue a compilação do caderno, mas dadas as dificuldades actuais creio que tal não é possível. Se contudo puderes preparar algo fá-lo já. Eu logo que chegue a Casa e tenha um endereço comunicar-to-ei e tu enviar-me-ias essa colaboração. Claro que isto não dá

massa mas é uma oportunidade que interessa aproveitar. A coisa tinha interesse sair já, por causa das Conferências que se aproximam. Seria publicada em 3 línguas (fr. ing. e árabe). Pensa muito a sério nisto e se puderes depois manda-me. Se não conseguirmos juntar nada que valha a pena será mais uma oportunidade perdida.

Dadas as tuas condições físicas talvez fosse mesmo de aproveitar alguns dos teus trabalhos já publicados ou pelo menos prontos para evitar que te esforces.

Nada mais por hoje. Um forte abraço
ass.) L.

[Acrescentado à mão: P.S. Não sei se sabes q. o mac passou a chamar-se «frente revolucionária africana p^a a independência nacional das colón. Port.» (FRAIN). Em breve receberás as bases.

Se por acaso o m/ primo Ernesto [*E. Lara Filho*] estiver aí diz-lhe que eu estou aqui até 2^a feira. Ele tencionava vir p^a Paris estudar jornalismo em princípios de Fevereiro e ia procurar-te. Abraços.]

Carta de Amílcar Cabral*[manuscrita]*

Paris, 17/Fev/60

Meu caro Lúcio

Saúde para ti e para a Ruth e para o vosso grande e inigualável tesouro – Paul. Obrigado pelo telegrama que mandaste à Lena e que muito a acalmou. O telegrama para Londres deu-me o aviso e meti-me no avião para Paris, no dia imediato ao da minha chegada, pois havia ficado o domingo em Roma. Devem ter recebido o meu telegrama de ontem. A Lena e a miúda voltam para Lester [*Lisboa*], onde estão melhor do que em qualquer outro lado, até que eu arrume as coisas. Gosto da calma e das soluções plenas de esperança. Nada de precipitação. Ela saiu com licença de um 1 mês para me ver, pois eu estou doente. Volta, deixando-me melhor. Arranjará as nossas coisas, tratará de tudo e, então, resolveremos o assunto de vez.

Creio que não há motivos para preocupação. É preciso crer sempre e lutar. Outra coisa não tenho feito.

Espero que em Casa[blanca] as coisas marchem o melhor possível. Conto com as tuas notícias em Londres. Vou trabalhar o máximo e aguardo ansioso notícias do V. [*Viriato da Cruz*]. Escrevi ao Hugo [*H. de Menezes*]. Escreverei de Londres com mais vagar, mas desde já te digo que há belas perspectivas. Saudades à Ruth e beijos ao Paulshen. Saudades da Lena [*Helena Cabral*] e de todos. O Mário escreveu-te. Abraça-te o

Abel

1. *Este projecto do Comité Afro-Asiático não passou de projecto.*

Carta a Amílcar Cabral*[dactilografada]*Casablanca, 21 de fevereiro *[de 1960]*

Caro Abel

Cá vim encontrar a tua carta que tal como o telegrama enviado para Marselha me sossegaram quanto ao problema da t/ esposa. Junto envio a carta que ela tinha escrito para Túnis e que só agora encontrei entre a papelada, razão por que ta não envie há mais tempo. Espero que tenhas decidido tudo que vos diz respeito da melhor maneira. Suponho que não deve haver perigo iminente que ela volte p^a casa, mas convém tomar o máximo de precauções.

Os amigos daqui deram-nos a hospitalidade prometida e estamos muito bem instalados na Casa da União Marroquina do Trabalho. Dado que se vivem aqui horas bastante trabalhosas, com o caso da bomba francesa,¹ ainda não tive oportunidade de conversar a sério com os dirigentes da U.M.T. a fim de estabelecer um pequeno programa que me permita aproveitar da melhor maneira para a nossa luta o tempo que cá estiver.

Vejo certas possibilidades de deixar bem vincadas todas as formas de ajuda que carecemos e creio que teremos um apoio concreto dos sindicalistas daqui que são de facto gente de acção que não perde muito tempo com coisas vagas à maneira de certas organizações políticas nossas conhecidas. Logo que possa dar-te-ei pormenores do que for fazendo.

Por um amigo de cá que chegou de Conakry soube que o V. *[Viriato da Cruz]* está lá e que até estava a participar num Seminário sobre problemas sindicais que acaba a 23, sendo mesmo possível que vá depois a Dakar a uma outra reunião de sindicatos. Isto é muito bom, pois mostra que o n/ amigo já está vivendo uma vida de acção que muito contribuirá para o reforço da nossa luta. Este amigo que veio de Conakry não me soube dizer nada sobre o que teria acontecido ao V. em Ghana, mas o facto de ele estar em Con. pode significar que as coisas no Gh. não correram p^a já muito bem. Aguardemos porém notícias. Eu vou-lhe escrever hoje e se souber algo comunico-te, pedindo-te que faças o mesmo, pois temos necessidade de saber sempre o que se passa connosco para melhor estabelecermos os nossos planos de acção.

Acaba hoje uma Semana Internacional p^a a defesa das Liberdades Democráticas e Sindicais. Só ontem tive conhecimento desse facto e até há pouco ainda estive indeciso sobre se devia telegrafar ao BIT de Genève pedindo que intercedessem junto do Governo Português no sentido de respeitar os acordos internacionais respeitantes àqueles direitos e liberdades. Pensando melhor, porém, resolvi não o fazer. Em nome de quem? Do n/ Front seria algo descabido, pelo menos assim me pareceu à priori. Assinar o telegrama com os nossos nomes também não é para já significativo. Resolvi pois não o fazer e apenas tomar nota de mais esta ausência nossa e ver como será possível repará-la. Dado que muito em breve (Maio), se realiza a Conferência dos Sindicatos Africanos, nós,

1. *Trata-se do ensaio da bomba atômica francesa no Saara, contra o qual se levantaram todos os Africanos.*

embora não tendo sindicatos a representar, podemos enviar ou bem um observador, ou bem propor uma resolução concreta, que me parece dever consistir num pedido a todas as organizações sindicais representadas para fazerem por um lado pressão directa sobre o Gov. Port. e por outro lado pedirem a intervenção das Organizações internacionais no sentido de obrigar o Gov. P. a cumprir os seus deveres quer no que respeita aos Sindicatos, quer no que respeita às outras liberdades democráticas. Se o problema de nos juntarmos se resolver dentro em breve teremos ocasião de falar sobre este assunto. Devemos mesmo todos começar a preparar uma agenda sobre as questões que devemos tratar naquilo que deverá ser como que um Congresso ou uma reunião Magna da Frente.

Diz-me se aproveitaste comunicar para Lx. *[Lisboa]* todas as modificações, CARTA inclusive, havidas na Organização. Tenho esperança que sim.

Aqui ofereceram-me a possibilidade de passar ao copiógrafo o que fosse necessário. Penso que seria de aproveitar fazer umas 200 cópias da CARTA em francês. Tu aí tratarias como ficou combinado da impressão da Carta em português e da sua tradução em inglês. Creio que terias possibilidade de a fazer copiar em inglês. Trataríamos depois de legalizar ou registar a FRAIN na ONU. Nada sei de concreto sobre o julgamento dos nossos amigos. O M. *[Mário de Andrade]* apenas me disse na carta que me escreveu que estava à espera de um advogado de Lx, mas nada mais. Será que sempre irá lá um advogado da Ass. Int. de Juristas *[Associação Internacional de J.]*? Que pensas da hipótese de se tentar que algumas organizações sindicais ou políticas telegrafem ao Juiz Dr. JORGE HENRIQUE DA CRUZ PINTO FURTADO que é quem vai presidir ao julg. de 7/3 mostrando-lhe a sua preocupação quanto ao destino dos nossos camaradas? Diz-me logo que possas o que pensas do assunto.

Fizeste algo para a tal brochura afro-as. *[afro-asiática]*? Eu vou começar hoje a trabalhar nisso. Receio bem que fiquemos um pouco atrasados, mas dadas as circunstâncias da nossa vida era difícil ter já tudo pronto. Eu só amanhã terei em meu poder a mala onde tenho a maior parte da documentação. Essa mala esteve sempre fora do meu alcance desde 7 que foi quando a preparámos para a viagem. Quero ver se em todo o caso não perdemos esta oportunidade, por isso te peço que me envies logo que possas o que tiveres feito sobre Gu. e C.V. *[Guiné e Cabo Verde]*. Esta já vai longa. No fundo destinava-se apenas a dar-te o m/ endereço aqui que é o seguinte: L. Lara – Maison de l'U.M.T. – rue de la Marine – Casablanca.

Se fores a casa dos nossos amigos comunica-lhes. Aliás a Ruth deve-lhes escrever breve a esse respeito. Não te esqueças de tentar um contacto com a Goan League.¹

1. *O Goan League foi fundado em 20 de Agosto de 1954 por goeses residentes em Inglaterra, interessados na libertação da mãe-pátria do jugo colonial português. Em 1954 foram libertados Dadrá e Nagar Aveli. Em 1961 a Índia organizou um seminário com a participação de movimentos de libertação das colónias portuguesas o que encorajou a Índia, estimulada pelos movimentos satyagraha (resistência passiva), e fez com que Nehru, em Dezembro de 1961, reintegrasse os três enclaves de Goa, Damão e Diu à Índia independente. Antes disso os goeses de Londres, nomeadamente João Cabral e H. C. Dennis, em nome de Goan Political Convention, foram porta-vozes do MPLA em Londres.*

Creio que isso tem o maior interesse, na previsão de determinadas acções concertadas que venham a ser possíveis.

Bem, meu caro. Bom trabalho e até breve. Espero as tuas notícias. Saudades da Ruth. O Paulchen cá vai andando, cada vez mais confuso com tudo o que se passa à sua volta. A Lena ainda está contigo? Como reagiu a Iva [*I. Cabral*] a essas viagens imprevistas? Se ambas aí estiverem dá-lhes saudades nossas.

Um bom abraço do

Excerto da carta a Viriato da Cruz e Hugo de Menezes

[*dactilografada*]

Casablanca, 21 de Fevereiro de 1960

Meus caros Cruz e Menezes

Cá estou em Casablanca desde 19. Tivemos uma tempestade que atrasou um pouco o barco e por isso à nossa chegada não estava ninguém à nossa espera, mas lá conseguimos desembrulhar-nos.

No dia seguinte fui visitar os amigos que imediatamente se ocuparam da nossa instalação. Estamos instalados na Casa da União Marroq. do Trabalho e temos sido tratados duma maneira bastante afável. [...]

Creio ser conveniente começarmos a preparar-nos para o encontro previsto para Março ou Abril por essas bandas, em que devemos tratar muito a sério de tudo o que ficou por resolver e de que depende em grande parte a n/ acção futura. Espero que dada a evolução aparente das nossas coisas esse encontro seja possível e venha a ser bastante frutuoso. Seria bom começarmos já a preparar cada um de per si uma agenda de trabalhos, que depois concertaríamos. Isto, claro, na hipótese de ser viável juntarmo-nos todos. O M. [*Mário de Andrade*] conta também estar presente e insistirá com o Marcel [*Marcelino dos Santos*] para que se junte a nós imediatamente.

O Abel [*Amílcar Cabral*] e eu ainda conseguimos mandar imprimir em Túnis papel para o n/ movimento. Se achares necessário enviar-te-ei um maço dele por avião. Não o faço já por não ter a certeza que és tu que estás aí, visto o amigo não saber o teu nome e saber apenas que havia um camarada de Angola de óculos e ter-te reconhecido numa foto antiga tua que tenho em meu poder. Mas como o Gilmore [*Holden Roberto*] também usa óculos e a foto não é muito recente, prefiro que vocês me confirmem esta questão. A propósito do Gilmore, que fizeram com ele? Concertaram alguma coisa? Tenho aqui um esboço da Acta da reunião conjunta que tivemos. O esboço está necessariamente incompleto, mas sempre é qualquer coisa. Acham que vos devo mandar para procurarem que ele assine? Vai essa carta do Miguéis que o Abel ainda leu. É algo lacónica mas devia ser devido à doença. Creio que deves pô-lo ao corrente da tua nova situação; pela carta dele dá a impressão que tem havido dificuldade de contactos com o n/ país. É possível que ele de futuro te dê informações mais concretas; diz-me para que endereços de Angola pensas que pode ser enviada alguma documentação da Conferência. É só p^a Angola que falta enviar (e Moç., claro). Creio que vocês terão

visto possibilidades de a enviar p^a a Guiné, ou pelo menos de dar conhecimento de algumas coisas, através dos camaradas da Guiné que aí se encontram. Bem, por ora não me ocorre mais nada. O meu endereço aqui é L. Lara – Maison de l'U.M.T. – rue de la Marine – CASABLANCA. Não será conveniente enviar telegramas ao Juiz Dr. JORGE PINTO FURTADO no dia do julgamento? Penso que se conseguíssemos que algumas organizações políticas ou sindicais o fizessem, mostraríamos mais uma vez aos lusitanos que mais do que nunca têm que contar com a nossa vontade de os pôr a andar. Não se esqueçam de dizer algo a este respeito logo que escrevam.

Como vai a tua mulher, Menezes? Continua a passar mal? Saudades nossas p^a ela. P^a o Abel podem escrever ao cuidado do [*Committee of African Organisations*].

Espero notícias vossas. Saudades da Ruth p^a todos vós. Um abraço do v/
ass.) L.

Carta a Aquino de Bragança¹

[*dactilografada*]

Casablanca, 22/2/60

Prezado Aquino

Há já bastante tempo que o conheço de tradição, sobretudo nos tempos em que estive em Paris e fazia parte do grupo de gente das colónias portuguesas a que pertenciam nomeadamente o Mário, o Marcelino e o E. Santo [*Guilherme Espírito S.*].

Em qualquer das vezes que estive em Paris, porém, não tive oportunidade de o conhecer, até porque você veio p^a o Marrocos.

Eu estou aqui de passagem, talvez umas semanas, hóspede da U.M.T., em cuja casa habito. O Mário pediu-me que me pusesse em contacto consigo o que eu aliás faria de qualquer maneira.

Não tem interesse estar-lhe a contar por carta pormenores da nossa luta, pelo que esta tem apenas o fim de lhe pedir que se vier a Casa[blanca] me avise para termos um encontro e podermos trocar impressões ou mesmo até, estudarmos o processo de uma possível colaboração na luta contra o colonialismo português.

Acabo de chegar de Túnis onde participámos na Conferência Pan-Africana.

Estou cá com minha mulher e m/ filho.

Espero, pois, que logo que surja uma oportunidade de se deslocar a Casa possamos contactar. Se isso não lhe for possível por estes tempos mais próximos, agradeço que me diga, pois por certo terei possibilidade de dar eu aí uma saltada num dia em que lhe convenha.

Cumprimentos amigos do

ass.) Lúcio Lara

1. *Patriota goês que se juntou a Mário Pinto de Andrade e Marcelino dos Santos em Paris, analista e escritor que muito apoiou a luta das colónias portuguesas, identificando-se com os patriotas de Angola e de Moçambique. Trabalhou junto dos movimentos de Goa e Índia através da Goan League e foi muito útil para a fundação da CONCP. Nesta altura estava como professor no Marrocos.*

Carta de Mário de Andrade*[dactilografada]*

Paris, le 24 Février 1960

Meu caro Lúcio,

Acabo de receber a tua carta de 22 à qual passo a responder.

Aí tens os papéis que consegui reunir no curto espaço de tempo de que disponho: – notas sobre uma mitologia da «colonização portuguesa»; «massacres em S. Tomé» e um texto aparecido no «Journal des Poètes». Espero que isso sirva para alguma coisa. *Les Temps Modernes* preparam um número geral sobre a África Negra para o qual fui convidado a colaborar. Farei certamente um longo artigo, no decurso do próximo mês, sobre os fundamentos reais da ideologia colonial portuguesa. É um assunto ainda em discussão.

Leste os artigos de Suzanne Luzignan¹ no «Monde» de 10 e 11 de Fevereiro sobre Angola?

Recebi parte dos autos de acusação (processo da nossa gente). Não percebo como pessoas responsáveis conseguiram «confessar» (o termo é empregue) tanta coisa. Não faço mais comentários, para te deixar a surpresa de ler essa prosa.

Parto no fim da próxima semana e logo te darei pormenores sobre o meu programa de viagens.

Manda para PATRICK DUNCAN – P.O. BOX 1979, Cape Town (South Africa), toda a documentação que tiveres disponível sobre os nossos problemas. É director de «Contact», uma revista sul-africana. Escreveu-me, sob recomendação do Basil [*B. Davidson*], a pedir informações sobre Angola. Fala, é claro, na nossa correspondência, ele espera justamente receber algo da África.

Como vai a Ruth? Saudações nossas para ambos. A gente do teatro não gosta de falar nas suas démarches. Só esperamos dinheiro, para levar à cena «Gouverneurs de la Rosée» cuja adaptação está pronta.

Vê se me acusas recepção desta. Um abraço do teu,

ass.) M.

P.S. – Aguardo que as autoridades da Guiné concedam o direito de asilo. Fala nisso ao V. [*Viriato da Cruz*] (insistir junto do Ismael T. [*Touré*]) logo que recebas notícias.

[*Acrescentado à mão:* Não descures as medidas de precaução, na correspondência para mim.]

1. *Suzanne Lusignan era jornalista do Le Monde, onde denunciou a situação criada em Angola com as prisões. Em Luanda tinha estado com Joaquim Pinto de Andrade e terá sido portadora das fotos que se publicaram no «Procès des 50». Ver as fotos na página 314.*

Carta de Viriato da Cruz*[dactilografada]*

Conakry, 24 de Fevereiro 1960

Caros Amigos,

Na minha última carta, informei-vos de que havia entregue, pessoalmente, no dia 12 do corrente, a creden.[cial] ao secretário-geral do bureau a que ela se destinava. O dito sec.-geral disse-me que ele e os seus amigos discutiriam comigo, dentro de alguns dias, sobre as n/ pretensões. No dia 13 – com o conhecimento do referido sec.-geral e dos seus amigos – parti para o interior para participar de um curso de formação sindical. Achei oportuno e útil, e resolvi não perder a ocasião. Terminado o curso, voltei a esta cidade ontem à noite.

Na minha ausência, incumbi o H.M. [*Hugo de Menezes*] de acelerar uma solução favorável ao caso do Mário (doença). O H.M., ao tratar, ao cimo, o caso do Mário, foi convidado a fazer uma pequena exposição escrita. Ele a fez no dia 18 do corrente. E ao mesmo tempo que ele pedia a solução urgente para a vinda do Mário, pediu-a também para vocês os dois (Abel e L.) [*Amílcar Cabral e Lúcio Lara*] e para o Marcelo [*Marcelino dos Santos*].

Até este momento nada foi respondido.

Resolvi pedir amanhã audiência ao alto, a fim de conseguir resposta concreta e sem equívoco da esfinge africana, verdadeiro símbolo da solidariedade africana.

Espero, a todo o momento, sugestões e notícias da vossa parte.

O meu melhor abraço.

ass.) Viriato

P.S. Amanhã voltarei a escrever-vos.

Cópias para Abel e L.

Excerto da carta de Marcelino dos Santos*[manuscrita]*

Quinta feira
25 de Fevereiro 60

Caro Lúcio

Recebemos as tuas cartas datadas ainda de Túnis (com a CARTA), assim como a de Marseille, e agora, a de Casa[blanca]. Também recebemos os documentos da Conferência.

Segue já a tradução da CARTA feita por ambos. [...]

Antes de ir mais longe quero informar-te que em SETTAT vive o Aquino [de] Bragança. Já o conheces sem dúvida de nome pelo menos, pois muitas vezes falamos dele. Infelizmente ultimamente os contactos têm sido fracós. Ele é goês, professor de inglês e está casado com uma goesa que veio da terra.

É um grande amigo e companheiro. Sem dúvida ele poderá ser-te útil. Mete-te em contacto com ele porque também se poderá ver em que medida não estaria disposto a colaborar connosco. Quando lhe escreveres, o Aquino (ele prefere a ortografia AKWINO – é menos portuguesa) estará já ao corrente da tua presença em Casa. [...]

Passemos agora à questão do dia.

O Mário dentro de 4 ou 5 dias passará por aqui com o Almeida [Luiz de A.] e a mulher deste, rumo à Alemanha, pois como deves já saber, o 1º encontra-se basto anémico. Precisa de repouso e de «suralimentation». Eis porque vai para a Alemanha onde ficará todo o mês de Março.

Como de volta da Conferência, o Abel [Amilcar Cabral] esteve em Paris, espero que o encontro com o Mário clarificará muitos pontos que a nova situação criada com a CARTA levantou.

A medida que foi tomada de se comunicar ao mundo a transformação do MAC em FRAIN leva-me a pensar que já não é possível, agora, operar modificações na CARTA. Em efeito tenho a impressão que a redacção actual da CARTA é definitiva e não constitui apenas um projecto.

Eu teria muitas objecções a fazer. Mas como disse já o Mário vem aí e talvez algo possa ser já aclarado.

No entanto permitir-me-ei fazer desde já certas considerações, de ordem técnica umas, outras de ordem política. Desde já te digo que após a conversa com o Mário, algo de mais completo te será enviado.

Considerações técnicas

BASE IV 1 – Onde está ORGANISMOS penso que deveria ser ÓRGÃOS

2 – alíneas b) e c) – penso que a especificação deve ser feita no singular e não no plural. Assim foi feito na tradução. Fica pois:

- b) A Comissão especial
- c) O Comité de Acção

3 – alínea b) – Penso ser necessário especificar as competências da Comissão especial como aliás se fez para os outros órgãos.

BASE VI Que significa: Rendimentos próprios?

Considerações políticas

Admito que razões importantes tenham determinado a transformação do movimento, razões que em parte são talvez de ordem internacional. Nada sei no entanto, e espero que uma «exposição de motivos» me seja comunicada.

Que deverei pensar, por exemplo, da formulação do 2º parágrafo da BASE I. Le Mac fundado pelo Pai e pelo Mpla, e outros africanos individualmente.

Alguns de nós pertencem a essas organizações. Mas enfim, foi individualmente que se apresentaram. Não seria mais justo dizer «sob a impulsão etc, etc, etc...»?

Agora, o FRAIN sendo constituído por organizações, qual a situação daqueles que como eu não pertencem a nenhuma das organizações em questão?

Estas duas questões de ordem interna são importantes para mim.

Creio que estarás de acordo comigo se te disser que, em face dos elementos de informação que possuo actualmente, estou em direito de pensar que princípios e métodos democráticos de trabalho foram postos em causa e que é pelo menos, necessário explicar e clarificar.

Entre nós se estabeleceram laços de amizade, fecundados precisamente na acção comum. Mas creio que no próprio interesse superior dos povos a que pertencemos, essa amizade não deve permitir que os princípios democráticos possam não ser respeitados. Antes pelo contrário.

Dentro em breve, após o entretien com a malta de Paris, voltarei a escrever-te.

Saudades ao miúdo e à Ruth.

Abraça-te o amigo

Marce.

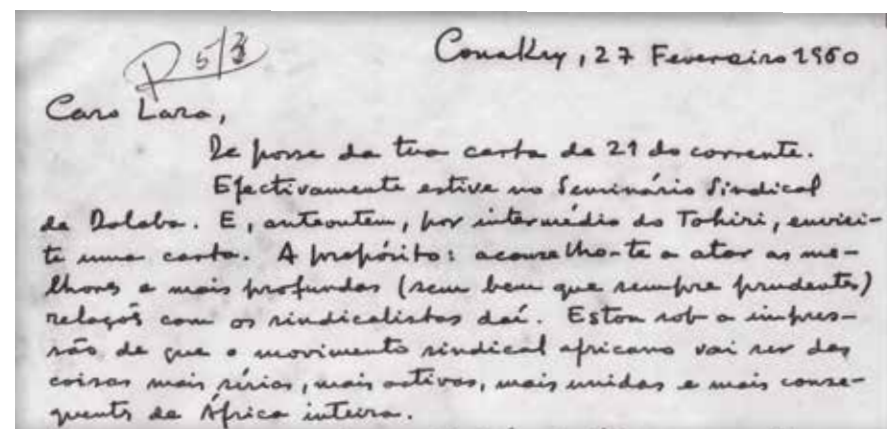
P.S. Mesmo que haja déficit, enquanto cá estiver nos arranjaremos.

Sossego pois por esse lado.

A CARTA, bem como os documentos da conferência, foram já transmitidos ao GUIDO [Guilherme Espírito Santo]. Ele encontra-se em Genève. [...]

Carta de Viriato da Cruz

[manuscrita]



Conakry, 27 Fevereiro 1960

[Acrescentado à mão por Lúcio Lara: R 5/3]

Caro Lara,

De posse da tua carta de 21 do corrente.

Efectivamente estive no Seminário Sindical de Dalaba. E, anteontem, por intermédio do Tohiri, enviei-te uma carta. A propósito: aconselho-te a atar as melhores e mais profundas (se bem que sempre prudentes) relações com os sindicalistas daí. Estou sob a impressão de que o movimento sindical africano vai ser das coisas mais sérias, mais activas, mais unidas e mais consequentes de África inteira.

O Seminário de Dalaba destinou-se a dar uma formação sindical mais elevada a quadros dirigentes do sindicalismo africano. Esse Seminário foi realizado com ajuda da Federação Sindical Mundial e sob direcção da UGTAN. Eu fui, nele, a única pessoa sem nenhuma responsabilidade sindical. Felizmente a minha formação política e económica (e mesmo de teoria sindical) contribuiu para que a matéria do Seminário não tivesse sido completa novidade para mim. A minha participação no Seminário confere-me, hoje, diante do sindicalismo africano, uma certa autoridade que estou pondo imediatamente ao serviço dos nossos interesses específicos.

Possivelmente participei de outras Conferências Sindicais. Proximamente em Dakar (a partir de 11 de Março) e em Casablanca (Maio). A Conferência de Dakar versará sobre o «Seguro Social» dos trabalhadores. Na expectativa de eu participar dessa conferência, agradecia que me enviasses, na volta do correio, o material que tenhas aí sobre a legislação do trabalho, sobre Seguro Social e sobre problemas gerais dos trabalhadores em Angola (principalmente) e em outras colónias portuguesas. Se te for possível pedir a Lx^a [Lisboa] material (legislação sobretudo) sobre o Seguro Social dos trabalhadores nas colónias, seria uma ótima coisa. Mas que tudo chegue a tempo de me permitir preparar algo para a Conferência de Dakar.

2 – Podes enviar material da Conferência de Túnis para os seguintes endereços: (ANGOLA)

- Dr. Eugénio Ferreira. C.P. 535, Luanda.
- Dr. Diógenes Boavida, C.P. 2641, Luanda.
- Monsenhor Manuel das Neves – Paço Episcopal – Luanda.
- Liga Nacional Africana – Luanda.
- Associação Regional dos Naturais de Angola – Luanda.
- Associação Africana do Sul de Angola – N. Lx^a [Nova Lisboa]
- Jornal «A Província de Angola» – Luanda.
- Jornal «O Apostolado» – Paço Episcopal – Luanda
- S.E. Revma. o Arcebispo de Angola – Luanda
- «Jornal de Benguela» – Benguela
- Dr. Amílcar Barca – Benguela
- Governador Geral de Angola – Luanda.

Acho que devemos começar a fazer chegar às autoridades dos Governos civis dos nossos países cópias do nosso material político. Eis porque incluo na lista o Governador Geral. Deves estar de acordo que a melhor maneira de oficializar a nossa

política é pôr os governadores, os Ministros e Salazar a falar (mesmo mal) mas a falar, nos seus discursos, da nossa actividade política anti-colonialista.

3 – Junto te remeto cinco dinars (dinheiro tunisino).

4 – O que fazes aí? Tens estado em contacto com Lx^a? Leste a reportagem sobre Angola, publicada no «Le Monde» de 10 e 11 de fevereiro corrente? Na última reportagem fala-se do M.P.L.A.¹ As duas reportagens são muito boas.

5 – Cumprimentos à Ruth. Beijos ao Paulinho. Saúde!

O meu melhor abraço

V.

P.S. – Já fiz e vou expedir, neste momento, uma nova exposição (pedida) para o Ministro dos Negócios Africanos de Ghana.

Carta de Viriato da Cruz

[dactilografada]²

Conakry, 28/2/1960

Caros Amigos,³

1 – Remeti ontem a Accra, sob registo postal, as notas que me haviam pedido lá antes do meu embarque. [À margem: Voltamos ao princípio...] Esclareci, concisa e claramente, mas com as conveniências necessárias, os seguintes pontos escolhidos por mim: Natureza da F [FRAIM]; Objectivo da F; Composição política da F; Composição étnica da F; Direcção da F; Sedes da F; Formas de luta; Alianças e forças de apoio da F; e Acção no exterior.

2 – Os amigos daqui ainda não se dignaram convocar-me para uma conversa larga e aprofundada, conforme me haviam prometido. [À margem: Estamos na mesma...] Talvez que a causa desse atraso esteja no facto de que os «sobas» estão, desde há dias, em reunião longe daqui. Parece que voltarão amanhã. Em todo o caso, o problema da necessidade da vinda imediata para aqui do Abel [Amílcar Cabral], L. [Lúcio Lara], Mário [M. de Andrade] e Marcelo [Marcelino dos Santos] já foi exposto, a viva voz e por escrito, pelo H.M. [Hugo de Menezes], quando estive ausente da capital. Foi exposto ao «cimo».

1. S. Luzignan escreve, no artigo de 11/02/60: «Formaram-se pequenos grupos que publicam panfletos ou tentam corresponder-se com o estrangeiro. A eles se juntaram pessoas vindas de Portugal porque o regime a isso as compelia. Diversos movimentos, muitas vezes esporádicos, organizaram-se num Movimento de libertação de Angola. O seu centro é em Luanda mas assinalam-se ramificações suas em grandes centros como Benguela e Nova Lisboa».

2. Todos os apontamentos na margem são de Lúcio Lara.

3. Lúcio Lara, Amílcar Cabral...

3 – Continuo banzo diante da retenção, de mais de três meses, do Manifesto¹ nas pastas de trabalho de meia dúzia de pessoas (incluindo eu, evidentemente). Julgo ser imperiosa a publicação urgente dele. Ou fora ou dentro. Tenho a impressão de que o rascunho do manifesto já está a ter o aspecto de «livro de família», para registo privado de acontecimentos.

4 – O aspecto político que seguramente a África terá dentro, não digo de um ano, mas de poucos meses (independência do Mali, da Nigéria, do Togo, do Congo, etc.), bem assim como a abertura lenta, mas progressiva, que o problema das colónias portuguesas está a ter no plano internacional – tudo isso está a exigir um pouco mais do que se tem feito e até mesmo talvez mais do que se pensa fazer no imediato.

Precisamos ainda de mais gente a trabalhar. [*À margem: em quê? aonde?*] Precisamos igualmente de usar os nossos nomes verdadeiros durante o combate. O prestígio dos nomes pode talvez ajudar a acelerar a mobilização das gentes. Caso Abel.

5 – Penso que devemos tomar a decisão de concentrar principalmente sobre uma das colónias o fogo da nossa acção. Creio que o sistema colonial port. não cairá todo ao mesmo tempo, mas por partes. Se assim for, talvez seja conveniente que concentremos, no presente, o fogo da nossa luta sobre Angola (porque aqui a crise está mais madura) e sobre a Guiné [*À margem: De acordo, é o que temos feito*] (porque, nesta colónia, uma série de condições objectivas, mas ainda não exploradas, podem permitir a instalação nela, em breve espaço de tempo, de uma crise política). Mas o caso da Guiné (port.) não está, neste momento, no mesmo plano em que está o caso de Angola. Por isto, o interesse da nossa luta pelos problemas actuais de Angola tem de ser um pouco maior e vivo do que o interesse que devemos pôr nos problemas actuais da Guiné. [*À margem: Análise que depende de factores que não conhecemos*] Julgo que há uma vantagem para todos os africanos sob dominação lusa que a crise de Angola se aprofunde rapidamente e continuamente até ao seu éclatement. Não devemos deixar perder a ocasião favorável que o problema de Angola nos oferece neste momento.

6 – Logo que haja condições favoráveis, acho que o Abel deve vir para aqui. O tal grupo daqui está muito atrasado. Está-se a fazer nele uma política não só pouco madura no aspecto doutrinário e de métodos de luta, mas ainda sanzaleira, mesquinha. [*À margem: Mas afinal o que faremos du Bureau?*] Há, neste momento, divisões internas inquietantes. No entanto, o grupo daqui tem já condições de trabalho (oferecidas) como os interesses de Angola estão longe de possuir no plano externo. À Guiné (Port.) está a faltar uma direcção esclarecida, enérgica e prestigiada que utilize bem as grandes vantagens que lhe são já oferecidas, efectivamente, neste momento.

7 – Acredito absolutamente que os responsáveis daqui acabarão (não sei quando) por admitir que todos os nossos correligionários venham para aqui. Mas estou também convencido de que a burocracia e as fraquezas de um país com fracos recursos como este não darão uma satisfação rápida e imediata aos nossos pedidos. Estou a ser apenas realista. [*À margem: Que fazer então? Será de armarmos em saltimbancos ou*

organizar melhor o problema?] É certo, por outro lado, que, até aqui, todos os que têm feito militância fazem-na por iniciativa própria e com a consciência de que cada um está disposto a suportar quase sozinho as más consequências dessa militância. Tudo me leva a crer que esta espécie de «pioneirismo arriscado e por conta própria» ainda se prolongará por mais alguns meses. Ora, dentro dessa tradição [*À margem: tradição*], acho que, se o Abel ou qualquer outro estiverem muito ansiosos por vir aqui, eles poderão cometer a audácia de aparecer aqui sem qualquer oferta garantida dos responsáveis do país. Será uma espécie de política por «facto consumado». Mas esta política, se pode ser um processo eficaz de fazer andar as coisas à força [*À margem: Fará andar?*], aviso já que ela não reserva comodidades para ninguém. Esta é a situação real que acho conveniente não esconder mas sim revelá-la.

8 – Tive novos contactos com responsáveis do Congo [Léopoldville], e com o presidente do partido que havia conhecido em Berlim. Como sempre, vou insistindo com eles na necessidade de nos darem uma ajuda concreta e à la place, logo que eles sejam senhores do seu país. As respostas têm sido positivas. Aguardemos portanto os factos.

9 – O Gilmor [*Holden Roberto*] ainda não apareceu aqui. Nem sei se aparece antes da conferência afro-asiática. [*À margem: Quando*]

10 – Se puderem, enviem-me (falo ao L.) umas 50 folhas (a quantidade é suficiente) do papel timbrado em Túnis.

11 – Já escrevi mais duas cartas ao Miguéis, a última das quais em resposta à carta dele que o L. me reenviou. Amigos congolezes informaram-me da existência de angolanos que se esforçam por trabalhar positivamente na Ponta Negra. Insistirei amanhã com o Miguéis para me informar ao certo o que há nessa cidade.

12 – No dia 8 de Março próximo realiza-se em quase todo o mundo a já tradicional jornada internacional das mulheres. [*À margem: ?*] Acho que cada um de nós poderá tentar, junto das organizações das mulheres dos países em que nos encontramos, que elas (as organizações) enviem telegramas ao Tribunal de Luanda. Neste aspecto, já me informaram de que aqui ainda não há uma organização das mulheres.

Pensei há muito em publicar uma carta aberta ao Tribunal de Luanda. Mas ainda não escrevi nada, porque tenho receio de que essa minha atitude venha a ser considerada como pessoalista.

13 – Sou de parecer que devemos (nomeadamente o Mário e o Abel) pedir à Associação de Juristas que tome, para nosso governo, e até o dia 2 ou 3 de Março, uma decisão clara afirmando se ela enviará de certeza ou se ela não enviará o tal observador jurídico. [*À margem: ?*]

14 – Que faz o Abel em Londres? Como marcham as coisas na Lusitânia? O L. tem mantido ainda os seus contactos com os n/ amigos de Lxa.? Qual foi a reacção dos nossos amigos de Lxa em face do material que apresentámos em Túnis? Que sugerem eles? Que dizem eles de um modo geral? [*À margem: As coisas ainda lá não chegaram*] – Exceptuando o esforço que venho fazendo junto do Miguéis para abrir uma porta lá

4. Trata-se do Manifesto do MAC.

em baixo, estou mais do que nunca isolado das nossas realidades presentes. Agradeço, portanto, que me dêem as informações que julgarem necessárias e convenientes.

15 – De tudo quanto tenho visto e ouvido na África negra que já conheço, posso fazer o seguinte resumo:

a) A nossa luta é justa; tanto quanto foi e é a luta dos restantes povos do continente.
 b) A vitória da nossa luta não pode deixar de exigir que, pelo menos por enquanto, contemos quase totalmente com os nossos próprios esforços, com os nossos próprios sacrifícios e com o nosso próprio interesse. [*À margem:* Como e onde os aplicar] Mas – dentro do método do «pioneirismo arriscado e por conta própria» – é urgente e indispensável que mais amigos façam militância e se sacrifiquem pelos nossos interesses. Refiro-me à militância que faz da actividade revolucionária quase uma profissão. Não a militância nas horas vagas; mas a militância nas horas que normalmente são dedicadas pelos homens ao trabalho para ganhar para o ménage e para a família. Duro. Inumano talvez, – mas não vejo outra maneira de sairmos da presente etapa.

c) A nossa luta tem cada vez mais condições interiores (nos n/ países) e exteriores para obter êxito. Já não sou eu apenas que digo isso: os próprios colonialistas port. estão cada vez mais convencidos do aprofundamento das desvantagens das suas posições.

d) A solidariedade africana está ainda muito longe de responder concretamente às necessidades da luta anti-colonial no continente. Essa solidariedade, se tem produzido alguns frutos, tem sido através de uma espécie de choque psicológico sobre as forças colonialistas e imperialistas. Com franqueza: da Europa teme-se e respeita-se muito mais a solidariedade africana do que ela nos impressiona aqui. O facto realmente mais digno de respeito e de atenção na evolução do continente é a rapidez inesperada como o colonialismo está a recuar no continente. O resto é fraco: o colonialismo deixou, na verdade, nos africanos, sérios estigmas de divisões, de egoísmo, de desconfianças, e – o que é mais importante! – uma concepção empírica e petulante da maneira de fazer progredir os novos Estados e as grandes massas populares. Essa concepção, que se diz «especificamente africana» à maneira de présence africaine, está pouco interessada em assimilar e adaptar rapidamente aos novos países os processos novos que permitem o fortalecimento e o progresso vertiginoso de alguns outros Estados, em outros continentes. Ainda não vi, na África que já conheço, algo que me faça prever, para breve, uma avalanche de progresso comparável, guardadas as devidas proporções, ao que vi na China, por exemplo.

Eis o que tenho a dizer-vos, neste momento, sem a preocupação de criar artificialmente, em vós, entusiasmos cegos ou desânimos suicidas. Tal me parece ser a realidade. Ajamos em consequência dela e em atenção a ela.

Cumprimentos. O meu melhor abraço.

ass.) V.

Cópias para Abel e L.

Carta de Marcelino dos Santos e Carlos Horta

[*manuscrita*]

[*sem data – início de Março de 60*]

Lúcio

Aí vai o trabalho. Pedimos desculpas pelo atraso, mas verdadeiramente foi-nos impossível fazê-lo antes. A malta não sabe, em particular, escrever à máquina, de modo que até isso levou basto tempo.

Utiliza o trabalho como for melhor. Integralmente, ou em parte, tu decidirás segundo as necessidades do conjunto da brochura.

Como verás, o trabalho não vai assinado. Não sabíamos se a brochura é um conjunto de artigos assinados ou não. Porém no caso de os artigos deverem ser assinados, eis como assinamos (nós dois):

YUSSUF MUKANGANA et K. MAFALALA

Na carta anterior esquecemo-nos de dizer que nada pudemos fazer no que respeita à UIE, porque nem sequer sabíamos de que reunião se tratava – sobretudo em virtude de os estudantes tunisianos não serem membros da UIE. Por outro lado devemos dizer-te que temos contactos com a UIE, actualmente ainda.

Diz-nos até quando, mais ou menos, aí ficas, e se já entraste em contacto com o Aquino. Escrevemos-te já uma carta; de Lisboa passou uma, do Mário outra, dois pacotes de jornais. Esperamos que tenhas recebido tudo.

O Mário, rumo à Alemanha, afinal só deve passar amanhã ou depois.

Um Chi-coração ao miúdo.

Saudades, muitas saudades à Ruth. Vocês têm coragem... Boa sorte.

Abraça-vos o

Marcel

Comunicado da FRAIN

[*policopiado – original em francês*]

FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDÊNCIA
 NACIONAL DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS
 (F.R.A.I.N.)

INFORMAÇÃO

O PRIMEIRO JULGAMENTO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

11 milhões de Africanos, numa superfície de 2 milhões de quilómetros quadrados, encontram-se ainda sob dominação colonial de Portugal, o País mais atrasado da Europa.

Eis uma das realidades mais trágicas da vida africana e da Humanidade: na zona de silêncio de África, 11 milhões de seres humanos vivem como servos nos seus próprios Países, condenados a uma vida ainda pior que aquela a que o nazismo quis impor aos europeus, privados dos mais elementares Direitos do Homem. Em nome da Civilização cristã e após cinco séculos de presença em África, o colonialismo português – o último no respeitante às realizações materiais e ao desenvolvimento social e político – mantém os Africanos na mais vil miséria, na ignorância e submetidos ao trabalho forçado; explora e hipoteca, ao desbarato, as vidas humanas e as riquezas naturais das colónias; não permite sequer a acção do Cristianismo no que concerne a dignificação da pessoa humana; considera, ele próprio, como não-civilizados 99,7% dos Africanos que domina; esconde por todos os meios, os resultados da sua acção «civilizadora»; reprime e massacra os patriotas africanos; empreende preparativos para o desencadeamento de novas guerras coloniais.

Para esconder o seu crime e para justificar a sua «presença», o colonialismo português só tem falsos argumentos: «direitos históricos», enterrados pela Conferência de Berlim de 1885; o milagre de uma «acção civilizadora», efectuada por um País subdesenvolvido, em que a maioria do povo é analfabeta; uma pseudo-teoria colonial dita de «assimilação», de base racista, cuja prática, ao cabo de 500 anos, assimilou apenas 0,3% das populações africanas; o mito duma «sociedade multi-racial», com uma base legal de Apartheid, o Estatuto dos Indígenas; o artifício constitucional de «unidade nacional» com as colónias, forjado para fugir às responsabilidades decorrentes da Carta das Nações Unidas; uma «paz» política e social nas colónias que, sob um regime colonial-fascista, são cemitérios das liberdades fundamentais.

Apesar de tudo, os Africanos organizam-se e lutam, forçosamente na clandestinidade, contra o colonialismo português. Alguns partidos e organizações de massas encontram-se na vanguarda desta luta, travada nas mais difíceis condições: «Movimento Popular de Libertação de Angola», «Partido Africano da Independência da Guiné dita Portuguesa (PAI)», «União das Populações de Angola (UPA)», «Movimento de Libertação dos Territórios Africanos sob Dominação Colonial Portuguesa», «Movimento Anti-Colonialista (MAC)». Este último, como organização de coordenação e de desenvolvimento da luta anticolonialista e compreendendo partidos e Africanos sem partido das diversas colónias, deu lugar à criação da «Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN)», aquando da II Conferência dos Povos Africanos (Túnis, Janeiro de 1960), na qual estiveram presentes cinco delegados das colónias portuguesas. Apesar da cortina de silêncio e das mistificações de que se serve, o colonialismo português foi desmascarado diante da opinião pública mundial. Este desmascaramento, realizado pela acção dos Africanos patriotas e de alguns escritores e homens de imprensa que conseguiram iludir a vigilância colonial portuguesa, teve um aspecto dramático por ocasião da última sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Devido à luta de libertação dos Africanos e do desmascaramento de que foi objecto, o colonialismo português, para além dos preparativos para a guerra colonial, desencadeou de há uns anos para cá, uma violenta repressão contra os Africanos e as suas organizações de luta. Eis alguns resultados desta repressão, praticada pela gestapo colonial, o exército, a administração e os colonos portugueses:

Africanos presos e dados como desaparecidos: 200 no Distrito de Cabinda (Angola) e os membros da UPA Júlio Afonso, Isaías Katmutuke, Alfredo Benge, Cunha, Loureiro Sequeira e Ambrósio Luyanzi.

Líderes africanos presos em Angola e deportados para campos de concentração ou de trabalhos forçados: Libório Nefwane, Lello Figueira e o chefe religioso nacionalista Simão Toco.

Africanos presos na Guiné, Moçambique, S. Tomé e Angola (desde Março de 1959): mais de 100, entre os quais Ilídio Machado, Vieira Dias, Gabriel Leitão, Francisco Africano, André Mingas, Mendes [de] Carvalho, Noé Saúde e tantos outros.

Africanos no exílio e procurados pela polícia colonial de Angola: 14, entre os quais Viriato [da] Cruz, Lúcio Lara, Mário [de] Andrade, Matias Miguéis, Manuel Costa, João Pinock, Manuel Necaca, Onofre Osusana, Jorge Mingas.

Europeus presos e acusados de dar apoio aos Africanos: 6, entre os quais a médica Julieta Gândra e o engenheiro Calazans Duarte.

Africanos mortos (massacres): mais de 1.000 (S. Tomé, Fevereiro de 1953) e mais de 50 (Bissau, Guiné, Agosto de 1959).

Um tribunal colonial-fascista, presidido por um colono, está prestes a «julgar» em Luanda (Angola), no próximo dia 7 de Março, dezenas de Africanos acusados de pertencerem ao «Movimento Popular de Libertação de Angola» e de atentado contra a segurança exterior do Estado português e contra a unidade nacional portuguesa. A mesma acusação é formulada contra os Europeus presos. A lei prevê penas podendo atingir os 25 anos de cadeia. Os Africanos sabem, por trágica experiência, o que são as «leis» do colonialismo fascista português.

É PRECISO ALERTAR A OPINIÃO PÚBLICA MUNDIAL SOBRE ESTE JULGAMENTO

Quem deverá ser julgado pelos tribunais de Luanda não serão os patriotas africanos que lutam pelo direito de viver como Homens, nem os Europeus honestos e amigos dos Povos Africanos: este acto deve ser o primeiro julgamento público do colonialismo português.

A opinião pública mundial, os Povos e as organizações democráticas que amam a Paz e a Liberdade, os órgãos de informação, os responsáveis e os homens honestos de todos os Países não deixarão de prestar a melhor atenção a este julgamento. Devem estar presentes, ao lado dos Africanos.

Pois, na realidade, trata-se do julgamento de um litígio entre o colonialismo português e a Humanidade, em que PORTUGAL É O VERDADEIRO ACUSADO, cujo crime é a exploração, a delapidação, a humilhação e a tentativa, em certa medida conseguida, da destruição de 11 milhões de seres humanos.

3 de Março de 1960 – Em nome do Comité Director da FRAIN, Abel Djassi
[Amilcar Cabral]

ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE OS PROCESSOS

Foram instaurados três processos, 2 respeitantes aos Africanos e a alguns acusados de origem africana, e o outro dizendo respeito aos acusados Europeus. Um jornal colonialista de Luanda, o diário «A Província de Angola», de 21 de Dezembro de 1959, inseria a seguinte notícia:

IMPORTANTE JULGAMENTO FIXADO PARA 7 DE MARÇO. Foi marcado para o próximo dia 7 de Março, no Tribunal Judicial desta Comarca, o julgamento de 32 indivíduos que foram pronunciados, na 2ª Vara, a 7 de Dezembro último, como sendo autores de crime contra a segurança de Estado – previsto e punível pelo nº 1 do Artigo 141 do Código Penal português, que implica a aplicação do Artigo 151, nº 1 e 2 do mesmo Código e cujos nomes já publicámos. De entre os 32 acusados, 11 serão julgados à revelia. O julgamento, cujas audiências serão públicas, é presidido pelo juiz Dr. Jorge Henrique da Cruz Pinto Furtado, estando a defesa a cargo dos advogados Drs. Eugénio Ferreira, Santana Godinho, Maria do Carmo Medina, Augusto Saias, Joaquim Mendes, Augusto Penha, Custódio dos Santos e Afonso Quadros Camarinha Aragão.

OS NOMES DOS ACUSADOS

Africanos

Processo 1: JOSÉ LISBOA, ANTÓNIO BENGE, PASCOAL DA COSTA, AGOSTINHO CARVALHO, SEBASTIÃO DOMINGOS, GARCIA CONTREIRAS, JOÃO TEIXEIRA, BELARMINO VANDÚNEM, JOAQUIM FIGUEIREDO, ANDRÉ MINGAS, PASCOAL CARVALHO, ARMANDO CONCEIÇÃO, NOBRE DIAS, NOÉ SAÚDE, FLORÊNCIO GASPAS, JOSÉ VENTURA, ADÃO MARTINS, JOÃO COSTA, MANUEL SOUSA, FERREIRA, MANUEL BAPTISTA, MANUEL COSTA, JOÃO PINOK, ANTÓNIO JOSIAS, ONOFRE OSUSANA¹, BARROS NECACA, ANTÓNIO JACINTO, DEOLINDA RODRIGUES, INOCÊNCIO VANDÚNEM, JORGE MINGAS, MÁRIO ANDRADE, VIRIATO CRUZ, GEORGE BARNETT.

Processo 2: ILÍDIO MACHADO, ANDRÉ SOUSA, HIGINO AIRES, FRANCISCO XAVIER, CARLOS VIEIRA DIAS, CARLOS VANDÚNEM, FRANCISCO AFRICANO, LUIZ RAFAEL, AMADEU AMORIM, MÁRIO CAMPOS, MÁRIO SILVA, ANTÓNIO MONTEIRO, MIGUEL FERNANDES, MANUEL CRUZ, MATIAS MIGUÉIS, GABRIEL LEITÃO, LAURENCE HOLDER, KARL DOGBE.

Europeus

Processo 3: ANTÓNIO CALAZANS DUARTE, JOSÉ MEIRELLES, ANTÓNIO VELOSO, MANUEL DOS SANTOS, ANTÓNIO CONTREIRAS, JULIETA GANDRA, HELDER NETO.

1. Trata-se de Holden Roberto.

Endereço na Europa: 200, Gower street - London NW1 (Committee of African Organizations)

Foram-nos chegando às mãos diversos panfletos e manifestos, uns directamente do interior, como este «Apelo do MINA», outros posteriormente por vias indirectas. Em Anexos 6 a 10 poderão ler-se o «Manifesto do Comité Secreto da Independência», o «Manifesto do MIA», um Panfleto do MLN, o «Manifesto do MLNA» e um Panfleto do MLNA.

Apelo do MINA

[dactilografado]

À COMISSÃO AFRO-ASIÁTICA

UM APELO DO POVO EM ANGOLA

SAVE OUR SOULS

LUTANDO PELA LIBERDADE

[Apontamento de Viriato: Recebido 2/5/60]

Encontrando-se actualmente o povo de Angola – África Ocidental – em luta pela sua libertação, para se livrar do jugo português, que dura há quase 500 anos de massacre, este povo vem mui respeitosamente depositar nas vossas mãos a causa: pedimos atenção e depositamos confiança.

Os brancos portugueses não são nossos amigos; querem ver o nosso fim e por isso teimam em escravizar-nos. Mas nós estamos dispostos a lutar pela libertação, custa o que custar. Contamos, para isso, com auxílio dos irmãos vizinhos, para isso vai esta mensagem de confiança.

Nós trabalhamos pela nossa libertação porque estamos em circunstâncias miserandas. Certamente já sabem do que passa connosco, dizemos connosco. Mas tomamos a liberdade de repetir a mesma frase, pedimos desculpa da sem-cerimónia com que o fazemos. Repetimos a mesma, dizemos, Repetimos: As atrocidades aumentam cada vez mais, porque os portugueses têm receio de perder este território rico, a que não têm direito nenhum, pois são usurpadores que a título de amizade, se apossaram dos nossos bens. Como sabem que o estado de ignorância e atraso é a melhor defesa dos colonizadores, que estão pouco mais adiantados do que nós, fazem com propósito dirigido, retardar a instrução, combater a natalidade indígena, prejudicar o nativo nas suas empresas, escravizar o negro em proveito dos negócios deles, por meio de contrato de serviço forçado que dura um ano ou mais, embora o Artigo 33º do Decreto Nº 39.666 da sua legislação [Estatuto dos Indígenas] diga: «Os indígenas podem livremente escolher o trabalho que desejam efectuar, quer de conta própria, quer da conta alheia, ou nas suas terras ou, nas que, para esse efeito lhes forem destinadas». Mas disto nada se cumpre.

Como se vê, os portugueses destinam terras de trabalho obrigatório para os negros Angolanos, que vão contra vontade, engajados pelo Chefe do posto Administrativo e outros europeus, (e recebem um miserável salário) para tais negros trabalharem só para europeus e recebendo um miserável salário.

RETARDAMENTO DA INSTRUÇÃO – A instrução é deficiente; limita-se a simples leitura e contas (no ensino primário); salvo raras exceções; e no ensino secundário, pago a grandes somas de dinheiro, de sorte que só os ricos podem ser instruídos... Mas em Angola [*acrescentado à mão*: não há nenhum nativo rico. Por outro lado só há quatro liceus para] 4.000.000 de Angolanos. E quando um nativo deseja mais estudos, eles põem dificuldades que só se vencem com muito dinheiro.

COMBATE À NATALIDADE INDÍGENA – O aumento demográfico da raça negra, é assunto que preocupa pouco os portugueses. Nas Maternidades chamadas «indígena», há mais afluência de brancas que negras, dando estas à luz em circunstâncias precárias de higiene; muitas vezes as indígenas têm fugido das maternidades em razão da fraca assistência que aí é prestada. Assim se explica que a população de Angola continua a ter 4.000.000 de habitantes hoje como há 30 anos. Para este caso, pedimos vossa valiosa intervenção para que ponha termos ao infanticídio contínuo que se constata nesta terra.

PREJUÍZO PARA O NEGRO NAS SUAS EMPRESAS – Não obstante ser o negro dono da terra e lutar muito para a sua conservação, o Governo não o protege contra a usurpação do colono que, sem consciência nem carácter pretende-se enriquecer, sem atender à legalidade e legitimidade dos meios. Assim, expropriam casas de nativos a favor de brancos sem indemnização alguma capaz de compensar os danos provocados.

Os chefes de posto no interior de Angola, abastecem-se de gado recebido por meio de extorsões exercidas sobre os nativos que não sentem coragem de se opôr, pois receiam como menor mal a cadeia ou contrato de trabalho forçado. A injustiça neste ponto, é norma das autoridades Administrativas portuguesas.

Se um negro abre uma loja, um bar, um armazém, haverá para ele o máximo de exigência, ilegal e far-se-lhe-á uma campanha no meio social e comercial, de modo que tem de encerrar o estabelecimento. Os Agricultores e plantadores negros são perseguidos e despossosados das suas plantações, quando a ganância das autoridades Administrativas assim o entender, a ponto de prendê-los e deportá-los para bem longe.

As leis que os portugueses escrevem e dizem ser de protecção ao negro, são apenas letra morta em papel morto sem execução prática; e é para poderem desculpar-se no estrangeiro e, em especial, na Assembleia das Nações Unidas. No campo de beneficência cristã, os orfanatos (Asilo D. Pedro V, Asilo República), os internatos (Casa dos Rapazes, de Luanda, Casa [do] Gaiato em Nova Lisboa, Abrigo dos pequeninos, em Luanda), etc., são destinados primeiramente aos brancos. Se por acaso se encontrar um negro, é porque houve interferência de um branco que resolveu o assunto mediante o seu interesse. De resto, todo o órfão negro vive sem amparo.

ESCRavidÃO PELO TRABALHO FORÇADO (CONTRATO): – Para o indígena não assimilado, não há liberdade de trabalho. É tomado como um instrumento às ordens do patrão (branco), sem vencimento nem remuneração, com direito apenas à alimentação e vestuário (deficiente). Acontece muitas vezes na mesma

família serem arrancados quatro membros (pessoas), que possivelmente nunca mais se encontram, porque vão trabalhar em plantações diversas e bastante afastadas do seu lar; e o tempo do trabalho forçado é indeterminado. Para isso não há idade fixa: há crianças de 15 anos a 16, a servir em Roças e Plantações, por contrato obrigatório, e velhos de 50 e 60 anos a servirem ao agricultor branco forçosamente. O tratamento dado a eles é o mais rudimentar. Resume-se:

1. – **COMIDA** – A ração diária compõe-se de 300 gramas de fuba de mandioca ou de milho, 200 gramas de peixe seco salgado e 10 gramas de óleo de palma.

2. – **VESTUÁRIO** – Um calção simples e uma camisa de pano rude azul, sem camisola nem cueca, duas vezes por ano, um cobertor de um quarto de 1/4 £ de peso.

3. – **DORMIDA** – A cama é o artigo mais rudimentar possível, que é um catre pousado no chão, com esteira ou luando para adereço. O quarto (bedroom) não tem mobília nenhuma nem sequer uma candeia para alumiar de noite. Os trabalhadores são obrigados a acender fogueiras no chão do quarto, onde dormem, para alumiar e aquecer no tempo do frio. O fumo que a lenha faz frequentes vezes lhes intoxica e prejudica a saúde.

4. – **DOENÇA** – Há o sistema de atender aos doentes só quando estes não podem mais levantar-se da cama. Mas nisto, interessa mais ao patrão a doença do escravo, por causa do tempo que fica sem trabalhar, do que o estado de saúde do mesmo. O médico chamado para consulta, faz esta a correr, sem cuidado algum, fazendo a receita sem ter auscultado o doente. Se o serviçal morre, os poucos haveres que possuía constitui ainda receita do Estado. O negro ainda é espoliado pelo Governo, mesmo depois de morto, o que acontece no pagamento do imposto anual.

CONVÍVIO COM BRANCO: – O branco, quer europeu quer africano vive junto do negro para satisfazer os seus interesses particulares, e daí tirar partido para o seu proveito económico. C'est le système classique...

Uma vez ricos e bem apresentados, já não querem saber dos negros, antes pelo contrário, desprezam-nos. Para eles o racismo depende do interesse económico e não de ideologias...

FALTA DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO: – Não é permitido falar ou escrever contra certos abusos cometidos pelos brancos, sob pena de se ficar preso e deportado. O mesmo acontece, quando um Angolano fala com um negro estrangeiro, com o receio de que o estrangeiro dê instruções aos angolanos.

O angolano não tem nenhum modo de vida capaz de lhe fornecer os recursos para a sua manutenção e sobrevivência. Todo o género de ocupação, de trabalho produtivo e remunerador está tomado pelo branco português. Acresce a circunstância de que o Governo português, não podendo manter os seus filhos (brancos) na sua metrópole, envia todos os meses para África, designadamente Angola, uma média de mil e quinhentos homens, sem incluir neste número, a grande quantidade de soldados europeus, que estão sendo enviados para Luanda, cujo montante deve ultrapassar cinco mil. Não obstante isso, já está em vias de construção uma base aérea militar, com o fim de não permitir de que Angola venha a pertencer a seus donos – OS ANGOLANOS. Nesta quadra em que isto escrevemos, é de tal ordem a preocupação dos portugueses que a ouvirem a

palavra INDEPENDÊNCIA, estremece dos pés à cabeça. E isto bem se traduz de um discurso, numa conferência de imprensa, na presença de Henri Cornellis, Governador do Congo Belga, do último Governador Geral de Angola que disse: «Estamos aqui há quinhentos anos, sentimo-nos tão bem para mais 500 anos aqui permanecermos». É este o pensamento de todo o português que faz a apologia das palavras do 1º Ministro, Salazar, que disse: «Os portugueses têm de manter à força o seu domínio em Angola, para que o negro seja absorvido no branco». É contra esta absorção que pedimos a vossa intervenção.

Temos determinada confiança na força e compreensão das Nações Unidas; mas a nossa maior «Esperança» está depositada em vós, Irmãos Negros e Asiáticos, chefes das Nações Africanas e Asiáticas, já libertadas do jugo colonialista. Vós vedes melhor do que nós, como resolver o problema de Angola. Sentimo-nos já saturados de suportar este jugo de opressão e tirania que dura há cinco séculos. A miséria das populações Angolanas é assustadora; a falta de instrução é vergonhosa; a matança sumária dos negros, feita pelos brancos e as constantes prisões efectuadas todos os dias pela «Gestapo» portuguesa, faz-nos tremer de manhã até noite. Não há nenhum nativo Africano em Angola com alguma situação estável. E em resumo, vedes, ó nossos irmãos, as perguntas que se seguem, que podem ser feitas ao Governo português se obterão respostas afirmativas:

1º – Qual é a actual representação dos africanos de Angola no Governo deste território e sua com participação na Assembleia Nacional, Câmara Corporativa e Ministério das Colónias?

2º – Qual é a liberdade de imprensa e de reunião; quais os meios ao alcance dos Africanos, mormente quando de alguma forma se tornam réus, para expressar seus pensamentos, anseios e reivindicações?

3º – Qual é o efectivo acesso dos Angolanos na vida política portuguesa no momento actual? Que representação têm os elementos africanos nas autarquias locais e altos postos de Administração de Angola?

4º – Há, cá em Angola algum Administrador, algum Intendente, algum Sargento, algum Bispo, algum Guarda da Polícia, algum oficial da Marinha, negros? Será falta de competência? Por falta de preparação? Então que estão fazendo aqui há quinhentos anos?

5º – No processo histórico e de estabelecimento das relações políticas e comerciais, entre os portugueses e os reinos africanos, que hoje formam a chamada «Província de Angola» houve estabelecimento recíproco de respeito pela soberania? Se houve, em que medidas?

6º – Como eles olham para a evolução histórica dos países, objecto de colonização? E como os outros povos mais civilizados olham para o povo africano que deve ser ajudado na sua elevação para o progresso? E como o Portugal avalia esta medida? Não atribui tudo ao comunismo?

7º – A comparação dos caracteres racionais, culturais, geográficos e económicos justificam a designação de que Angola é uma Província de Portugal em África? Qual é o tratamento dado aos naturais de Angola e aos naturais de Portugal, S. Tomé e Cabo Verde?

8º – Qual é a razão porque uma questão particular com autoridades Administrativas provoca a deportação do nativo, para muitos anos, bem longe da terra e da sua família, prejudicando-o assim em tudo?

9º – Não é desconhecido o mal-estar económico, social e político dos angolanos no momento presente? Como são eles ajudados no comércio e na agricultura? São acaso desconhecidas as extorsões, barbaridades, crimes e abusos cometidos por particulares portugueses e mesmo pelas autoridades Administrativas que pretendem se enriquecer à força, sacrificando nativos e roubando descaradamente?

10º – Como é feito o contrato de trabalho dos indígenas, que à força bruta, sem atender à idade deles, são transportados como animais, duma terra para outra, sem poderem fazer valer o seu Direito, como se fossem escravos? E depois dum ano de trabalho não recebem apenas 360 escudos?

11º – Como são tratados os nativos no trabalho livre?

12º – E nas escolas?... Não sabem?

Onde está a irmandade e igualdade, irmãos, por Portugal propagandeadas e que clamam bem alto ao mundo inteiro?

Mais estes:

1 – Em Quilombo dos Dembos (Golungo-Alto), um branco chefe do posto daquela área, espancou barbaramente uma negra, a ponto de despi-la em público, queimar-lhe os panos e praticando mais injúrias (raspou-lhe o cabelo do segredo da mulher) cujo caso encontra-se no Tribunal da Comarca de Salazar com sua respectiva fotografia.

2 – Nos fins de Fevereiro à hora do almoço, precisamente, um branco português tendo encontrado uns pobres operários negros a almoçarem na obra, ampliação da direcção da Alfândega onde prestavam serviços, pôs-se a zombar deles e da comida, maltratando-lhes ainda de que «vós negros sois muito porcos»; um destes negros, opondo-se, perguntou-lhe se de quem era a culpa. O sr. branco vexado com a pergunta do nocivo negro, estampilhou-lhe com uma bofetada; esse em sua legítima defesa, redarguiu-lhe. Pouco depois surgiram outros brancos, como é de hábito, que se atiraram ao pobre preto; seus companheiros de serviço (negros) tentaram intrometer-se, mas como era junto do comando da Polícia, não tardou a intervenção de uma esquadra armada de baionetas e metralhadoras pronta a dizimar os negros. Prenderam os negros, corda na «mbunda», inclusive o mais atrevido, como o chamavam, que já jazia no chão com dores banhado de sangue, e acusados de comunistas.

Até hoje não sabemos o paradeiro deles. Não se pode perguntar...

Da parte dos brancos não ficou nenhum ferido e nenhum deles foi preso.

3 – Em S. Salvador do Congo, nos meados de Novembro, certos negros, entre eles velhos, foram palmatoados no rabo, nas mãos e nos pés e deportados para a colónia penal de S. Tomé, com o título de comunistas, por terem resistido em prestar serviços na limpeza de estrada sem vencimento.

4 – Em Golungo-Alto, um negro chamado João Alves Pinto, alfaiate e agricultor daquela área, foi bastonado pelas autoridades Administrativas daí, a pontos de lhe defeituarem a vista; cognominando-o comunista, encarceraram-no ainda no calabouço da casa de reclusão de Luanda por tentar defender a sua roça de um branco que à força quis que lhe fosse reconhecido o direito – dono – de uma parte da referida roça.

5 – Na semana do carnaval deste ano, em Luanda, foi ferido mortalmente, a tiro de uma pistola, um negro, natural de Catete por um branco; ambos foram metidos na

prisão e meia hora depois soltaram o branco; decorridos três dias faleceu o negro. Seu irmão pretendendo saber a finalidade do caso junto da P.S.P., disseram-no que já nada havia. «O preto morreu, morreu também o caso». Esse abominado, prometendo vingarse da morte do irmão, deteram-no como comunista. Para a casa do branco fizeram deslocar uma esquadra armada para o guardarem. Aí permaneceu durante duas noites.

6 – Em Janeiro do ano em curso, dava-se uma revolta em Catete que também foi abafada pela repressão de um exército bem armado em virtude de um negro ter espezinhado um vinho que suspeitava conter veneno. Ficaram feridos muitos nativos e ainda feridos foram presos e deportados para Damba como comunistas. – Em Angola tudo é comunismo; Até falarmos a língua nativa, não dizemos já a defesa do próprio direito.

Gritamos bem alto e chorando com a dor do sofrimento:

– Não somos comunistas, por enquanto, não, somos Democratas Nacionalistas, saturados com o «professor» português que pretendemos pôr fim ao Imperialismo e restabelecer a nossa soberania. Visto que os 500 anos do ensino português são bastante e julgamo-nos aptos para governarmos a nossa terra – Angola.

Mais estes ainda:

a) Somos consequentes vezes, às noites, vistoriados os bolsos pela polícia quando nos encontram nos nossos imundos bairros e obrigados a nos irmos deitar; Nossas casas também são vistoriadas em pleno dia até sem encontrar os chefes de família.

b) Nossos irmãos que se encontram detidos, há um ano, pela causa da liberdade sem data fixa do julgamento e sem direito a vencimentos nos seus ofícios, sofreram em Fevereiro, mesmo na cadeia uma busca pela P.I.D.E., armados de metralhadora, com suspeitas de que eram esses que agitavam o povo cá fora. Aprenderam livros, jornais locais e as cópias dos seus processos dadas por cada um dos seus advogados defensores com o fim de estudarem qual a atitude a tomarem perante o Tribunal.

Por estas poucas palavras, certamente já vós avaliastes o grande peso do nosso sofrimento. O branco português, segundo está farto de afirmar, não sairá daqui senão com derramamento de sangue.

Nós estamos prontos a dar o nosso sangue para redimir o nosso património, porquanto é o meio que achamos mais prático e viável para pôr termo à acção colonialista portuguesa em Angola.

De longe, com fracas notícias temos acompanhado os vossos ataques ao delegado português na O.N.U., por causa dos territórios de África por eles ocupados: duma maneira geral o tal delegado tem procurado responder com evasivas sem explicar concretamente, qual o nível de vida do negro em Angola e nos demais territórios de África ocupados ou colonizados pelos portugueses

Nossos queridos Irmãos, sabemos que a África tem de ser dos africanos; mas nós, presentemente, estamos em circunstâncias difíceis, das piores circunstâncias de qualquer outro povo colonizado. E isto, especialmente, por não termos ainda auxílio do exterior.

Permitam-nos, com vossa licença, que façamos estas perguntas:

Estão dispostos, para já, prestar-nos auxílio, com o fim de expulsarmos, desta nossa terra o elemento português?

Podemos ter a certeza que isto se fará em breve ou ainda levará muito tempo, digo anos? Vós o sabeis.

De resto, nós estamos sendo liquidados por todos os processos dum colonizador atrasado e sem prestígio na Europa e no resto do mundo desenvolvido.

Eis um dos processos: – envenenamento nos géneros alimentícios para venda aos negros.

a) Um branco chamado Costa, em Janeiro, em Luanda, vendeu fuba envenenada cuja consequência foi a morte de oito membros de uma família daquela área.

b) Alguns dias depois foi encontrado outro branco a vender carne de porco, também envenenada ao preço de 1\$50 o quilo, em Luanda, facto que provocou suspeitas, e, segundo nos constou tal tipo esteve um dia detido. Se esteve... foi para nos fecharem os olhos ou calarem-nos a boca.

c) Outro branco na Maianga (Luanda) envenenou um saco com açúcar para vender aos negros; fê-lo de noite, sem avisar a criada negra; pela manhã, como o branco ainda estivesse deitado e pedira um café. Sentiu-se mal, o malfeitor, após ter ingerido o café e, já à beira da morte confessou que recebera 15.000\$00 escudos do Governo, para eliminar um bom número de negros.

d) No dia oito de Janeiro, um branco deu pão a uma criança chamada Ana Maria de cinco anos de idade, que vive com sua mãe em Luanda e como alguém vira o gesto do tal branco, desconfiado, aproximou-se para apreciar tal acto generoso, o que espantou o branco, que logo tomou rumo a correr. Verificado o pão continha D.D.T.

e) Um outro branco miserável, no mercado dos nativos em Luanda, pretendeu dar a uma criança negra, uma garrafa contendo um certo líquido envenenado e logo que as Kitadeiras procuraram saber o que era, o bicho apressou-se em parti-la. Surrado pelas referidas mulheres, confessou que tinha sido o homem que faz os caixões que lhe incumbira tal missão.

f) Dia 19 de Dezembro, em Luanda, um preto (infelizmente preto...) querendo ajudar o Governo, nas suas acções abomináveis, fez-se vendedor de comidas envenenadas, no muceque Lixeira, cuja consequência foi uma revolta que foi abafada pela polícia com pistolas. Foram incendiadas duas motorizadas de brancos e feridos mortalmente um bom número de negros que ainda receberam como tratamento pena de prisão e deportamento para muito longe de Luanda.

Já vistes irmãos nossos defensores a que extremos chegamos. Daqui o nosso retrocesso será o pior se não vos apressardes em acudir-nos, esperando somente na resolução da O.N.U. Apesar disto repetimos, não temos grande esperança nela, senão no vosso auxílio e prontos a darmos o nosso sangue em resgate do nosso património segundo as afirmações dos Salazaristas «que jamais largarão as parcelas por eles ocupadas, ainda que tenham de lutar até ao último suspiro, porque são partes integrantes de Portugal». E até porque quanto mais os apertais, mais pressão – adoptando métodos jamais conhecidos na história – sofremos. Não basta já as calamidades porque passamos por causa da escravidão, mas sim querem exterminar-nos totalmente e fazer de Angola uma parte da Europa.

Façam ouvir este documento, ocultando os nossos nomes dado a situação do território, ao mundo inteiro, aos que se interessam por quem sofre, aos defensores de

Portugal Salazarista que até desconhecem o nosso mínimo mal-estar e defendem-no inocuamente e ao próprio dr. António O. Salazar, se acharem conveniente, pois que a ele documento de espécie alguma podemos enviá-lo porque, ou é violado nos correios ou chega e recebemos como resposta penas de prisões perpétuas.

Apelamos para as vossas boas consciências de povos nossos Irmãos, para que não durmam, mas sim tomem a peito esta nossa necessidade que deve, desde já, figurar em primeiro plano, nos vossos projectos para **LIBERTAÇÃO TOTAL DE ÁFRICA**. E sabemos que vós o fareis, pois que já tivemos um sinal evidente da vossa boa vontade.

Esperamos que «O CRIADOR DA HUMANIDADE» vos faculte os meios necessários para solucionar o nosso problema, o mais breve possível, conquanto ansiamos por formar os futuros ESTADOS UNIDOS DE ÁFRICA.

Senhores DR. N'KRUMAH e SEKOU-TOURE, em especial para vós:

Tenham conhecimento directo, que em Angola, já estamos acordados do sono do colonialismo. Já rejeitamos a política de Assimilação. Já estamos fazendo actividades em diversas zonas de Angola, acordando o nosso povo. Mas qual foi o nosso espanto?

Estamos verificando que todo o angolano, do mais atrasado ao mais civilizado, já tem consciência de que é este o tempo de aniquilar o colonialismo. Em conclusão:

Angola inteira eleva um grito, pedindo socorro dos Irmãos negros já livres, para a expulsão do elemento português.

E quando vós entenderdes que o momento decisivo será este ou aquele, nós responderemos «PRESENTE!» para colaborarmos na actuação da já referida expulsão do branco português. Estamos mortos em que tal momento chegue já.

O CRIADOR esteja convosco nesta grande missão.

Queiram aceitar as respeitosas e afectuosas saudações do povo angolano por intermédio do MOVIMENTO DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL DE ANGOLA.

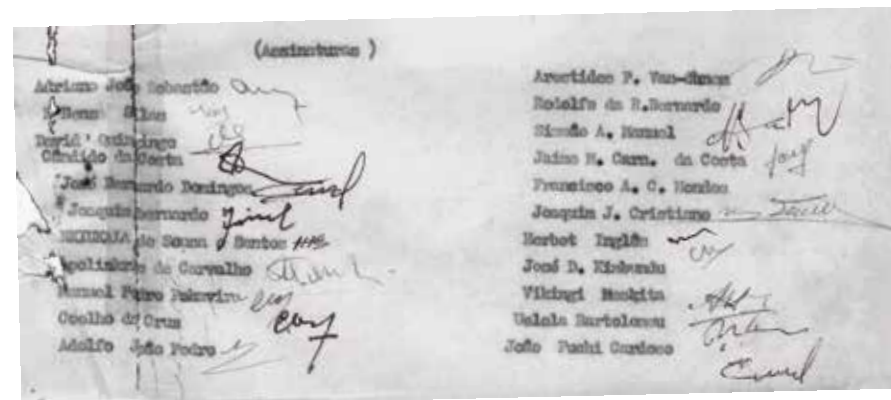
Luanda, 3 de Março de 1960

(PS) Apelamos ainda, para que protestem a posição hipócrita portuguesa e exigindo a libertação imediata dos presos políticos.

(Assinaturas) [seguidas de rubricas ilegíveis]

Adriano João Sebastião
M'Benza Silas
David Quinginge
Cândido da Costa
José Bernardo Domingos
Joaquim Bernardo
NKIUKALA de Sousa e Santos
Apolinário de Carvalho
Manuel Pedro Pakavira
Coelho da Cruz
Adolfo João Pedro

Aristides P. Van-Dúnem
Rodolfo da R. Bernardo
Simeão A. Manuel
Jaime M. Carn. da Costa
Francisco A. C. Mendes
Joaquim J. Cristiano
Herbert Inglês
José D. Kimbundu
Vikingi Meskita
Uelela Bartolomeu
João Fuchi Cardoso



Carta de Viriato da Cruz

[dactilografada]

Conakry, 4 Março de 1960

Caros Amigos,¹

1 – Até hoje, o bureau, a que era destinada a credencial, ainda não me ouviu, está sem saber o que me trouxe aqui, apesar de todas as diligências que venho fazendo para esse fim. [Acrescentado à mão, na margem: Tive entrevista hoje, dia 5. Relato-a a f.3 e 4 desta carta] Ontem fui à sede do organismo com intenção de falar com o secretário-geral. Estava lá, mas não me atendeu. Que estava muito ocupado. Mandou no entanto, um outro camarada dele iniciar conversações comigo. Esse último, depois de ouvir o início da minha exposição, disse que não tinha competência para resolver algo comigo, porque só há dois responsáveis competentes para resolver assuntos de relações exteriores. Comunicou-me que haveria de informar imediatamente ao secretário-geral sobre a natureza das negociações; e marcou-me entrevista para amanhã à tarde na sede do organismo.

Abstenho-me, neste momento, de fazer comentários sobre todas essas relações de corda bamba.

2 – O L. [Lúcio Lara] sugeriu que começássemos a preparar o n/ trabalho para a conf. afro-asiática. Concordo. Proponho que o próprio L., com base no n/ trabalho em Túnis – e tendo em atenção principalmente todas as lacunas, deficiências e carências verificadas no n/ trabalho no decurso da conf. de Túnis – apresente, em uma semana, um projecto de programa para a n/ delegação à conf. afro-asiática. Esse projecto poderia entre outros pontos, tratar de: composição (número e nomes) dos delegados; enumeração dos principais relatórios que deverão ser preparados e impressos com antecedência; em que deverá consistir o nosso trabalho de propaganda e agitação durante a conf.; quais as delegações estrangeiras que deveremos contactar necessariamente; discriminação da

1. Lúcio Lara e Amílcar Cabral.

matéria a tratar com cada uma das delegações propostas; qual o material que deveremos preparar com antecedência e destinado à imprensa; quais os principais pontos, respeitantes aos nossos países, e que deveremos esforçar-nos por fazer sair nas Resoluções finais (isso, para facilitar o necessário trabalho de corredor); qual deverá ser o responsável pelo trabalho de propaganda e agitação no decurso da conf.; qual de nós deverá encarregar-se de marcar entrevistas e de preparar e fazer o correio para a imprensa no estrangeiro, para organismos e individualidades no estrangeiro e para a nossa gente responsável em Portug. e outros países; como começar já a adquirir finanças para a Conf.; qual de nós estará encarregado de redigir um breve relatório político sobre a conf. e logo depois do fecho dela.

O L. deverá ainda apresentar um breve Regulamento para a delegação (questões de disciplina; normas sobre as relações dos delegados com gente estranha, etc).

[À margem:¹ De acordo. Estes próximos dias vos enviarei o projecto de programa. A única forma que vejo p^a finanças é o K. Não sei que possibilidades imediatas haverá de pedir p^a Lx.]

3 – Acho indispensável escrevermos já, urgentemente, ao Secretariado da Conf. afro-asiática, dizendo: que durante a conf. de Túnis contactáramos com a sua delegação; que das conversas, então havidas, ficámos com a impressão de que o Secretariado nos convidaria a participar da próxima conf.; que efectivamente estamos interessados em participar dela; que o nosso movimento, que participou da conf. de Túnis c/ o nome de MAC, adoptou durante a conf. de Túnis o nome de FRAIN, conforme aviso publicado no n^o7, de 30 de Janeiro, do jornal da 2^a Conferência dos Povos Africanos; que, finalmente, aguardamos que o Secretariado nos informe com bastante antecedência se a FRAIN será convidada à Conf., a fim de começarmos a preparar-nos para ela.

Penso que essa carta para o Secretariado deverá ser escrita já em papel timbrado.

[À margem: vou escrever em p.t.]

4 – Estou sem saber que démarches vocês vêm fazendo nos países em que vos encontrais ou em outros países. Acho que seria conveniente que nos fôssemos pondo uns aos outros ao corrente, com regularidade possível, das démarches de cada um.

[À margem: Aqui além de despachar o correio e tentar contactar c/ gente nossa nada mais posso fazer. Vou dia sim dia não ao Bourse.² Ainda ñ falei c/ Akwino [Aquino de Bragança].]

5 – Ciente de que o Abel [Amílcar Cabral] encarregou o Mário de redigir o Estatuto para a Associação dos Estudantes. E o que foi feito do projecto de Estatutos, apresentado pelo Horta, a meu pedido? Penso que o trabalho do Mário deveria ter base também no que o Horta já fez. Se não é esse o caso, acho que estamos a incorrer num método condenável pelo que ele representa de esbanjamento de energias e de falta de aproveitamento de boas-vontades.

[À margem: Dei ao Abel os Est. do Horta e por carta do Horta penso que eles vão tentar melhorá-los]

Não sei também se o facto de o Horta ser branco teve influência na nova orientação dada à criação da Associação de estudantes. Mas discordo absolutamente que as considerações de cor e de raça sejam erigidas em princípios da nossa política

(mesmo nacionalista) e do nosso trabalho. Não considero a chamada África negra como reserva rigorosamente só para negros, e muito menos admito que na luta organizada e popular pela libertação dos nossos países só haja lugar para negros. (Serei eu um negro? Com favor de quem?). Acho que, nessa matéria, o nosso princípio deve ser: Todos os Africanos (de todas as cores) provavelmente anti-colonialistas são bem-vindos nas fileiras da luta pela liquidação do colonialismo nos nossos países. O mérito da participação nessa luta deve provir das qualidades de cada Africano, considerado individualmente, sem considerações de cor da pele ou de árvore genealógica. A aplicação rigorosa desse princípio pelo método selectivo é que deverá decidir da composição étnica das nossas fileiras. Essa maneira de proceder é a única que me parece justa, que mais pode beneficiar a nossa luta, e que permite também liquidar pela base possíveis acusações de estarmos a fazer uma política racista – intolerável hoje em qualquer parte do mundo. Acho que as comunidades negras (predominantes, de longe, em número) podem libertar-se completamente de todas as sujeições e podem progredir, sem necessidade de fazer uma política baseada em princípios racistas (velados ou expressos). Aliás, nem outras foram as teses da 1^a conferência dos povos africanos em Accra.

[À margem: Estou em absoluto de acordo que devemos excluir das n/ fileiras todas as tendências ráticas ou tribais. Impõe-se mesmo que em [?] trabalhos próximos batamos essa tecla. Há que contudo vencer cautelosamente todas as reservas dos nossos compatriotas, mesmo das n/ fileiras. Realm/ a situação actual de África não permite que o povo negro monopolize o epíteto de Africano. Há brancos e mestiços cuja «africanidade» é também indiscutível. De acordo em que há que seleccionar rigorosam/ todos os elementos, atendendo sobretudo à posição anti-col. à participação na luta pela libertação q. cada um assuma]

6 – Recebi, no dia 1, carta do Miguéis.

Ele pede que o considerem militante do FRAIN. «Ponho-me desde já – acrescenta ele – à disposição da Frente e aceito encarregar-me de todo o trabalho da Frente nestas regiões.» Informa que o MPLA não chegou a aliciar aderentes nos Congos «por o plano, então em preparação, da sua expansão nos dois Congos, haver sido prejudicado com a prisão dos nossos companheiros».

Ele informa ainda: «... por cá, os efeitos do colonialismo, agravados com o acentuado espírito tribalista que domina as gentes destas terras, têm influenciado bastante na divisão que se verifica entre os nossos compatriotas. Os cabindas não se consideram angolanos; os santomenses são só santomenses e os caboverdianos unicamente caboverdianos... Existe até uma associação legal de cabindas, bastante discriminatória no tocante a originários de outras partes das colónias portuguesas. Assisti à sua fundação e tudo fiz por sabotar a sua orientação, por intermédio de alguns estudantes liceais, actualmente em França, filhos de cabindas cá residentes. Actualmente, a acção de tal associação se encontra praticamente paralisada. Uma parte da sua massa associativa começa a aperceber-se da nocividade do seu carácter separatista.»

Ele acha que os naturais das colónias portuguesas, residentes nos Congos, deveriam «ser directamente integrados na FRAIN». Segundo o Miguéis, aparecer lá, pelos Congos com um M.P. de Libertação de Angola (sublinhado pelo Miguéis) seria «acordar» o separatismo que ele diz existir por lá.

1. A partir daqui todos os apontamentos feitos à margem são manuscritos e da autoria de Lúcio Lara.

2. Trata-se da Bourse du Travail, sede da UGTAN.

[À margem: A carta do Miguéis a que o V. se refere dá-me pessoalmente um novo alento, pela s/ decisão de unir os seus esforços aos nl. Pena que o MPLA não tenha ali mais gente. Gravíssimas essas questões tribalistas... Prevejo dificuldades extremas. De acordo que seria de os integrar na FRAIN. Mas nós não definimos ainda bem como se processará a integração de indivíduos. Focámo-lo em conjunto, mas não a especificámos na Carta, a qual prevê apenas concretam/ a integração de organizações.]

Ele informa que, depois das prisões, a sua ligação com o interior foi interrompida. «Entretanto – acrescenta – tenho possibilidades de restabelecê-la, mas utilizando via muito morosa, única, de momento, possível, porque desde Janeiro do ano findo, a pide controla e dificulta com brutal rigor todas as deslocções de pessoas de e para as povoações.»

Informa ainda que, a partir de 15 de Março próximo, irá fixar-se em Ponta Negra, onde se dedicará «exclusivamente ao trabalho de organização da nossa gente.» [À margem: Sabes a direcção dele em Ponta Negra?]

Diz que todas as missões que lhe haviam sido incumbidas até à altura em que teve ligação com o interior foram por ele cumpridas.

De um modo geral, a carta do Miguéis é animadora.

Claro que ele pede que se lhe diga, «na volta do correio», as obrigações e deveres que a sua militância na FRAIN implica.

Sobre este pedido, não sei o que dizer, porque a FRAIN não tem ainda um Regulamento interno...

Em carta que lhe escrevi antes de ter recebido a dele, de que vos estou dando notícia, pedi-lhe que encarasse a possibilidade de ele dar um salto até aqui. Ele viria bem informado sobre os pontos de vista dos nossos compatriotas do Congo, viria por alguns dias, e regressaria com planos e programas traçados aqui por comum acordo. Sucede que devo responder à sua última carta, o que não poderei fazer sem ouvir o vosso parecer sobre as questões que relatei atrás. Fico aguardando, pois, o v/ urgente parecer.

7 – Creio que vocês se esqueceram de avisar os correios em Túnis para reenviar para aqui os meus pacotes com livros que despachara em Berlim. Resultado: esses pacotes foram devolvidos à procedência. Chato, porque penso que as nações, as pátrias, constroem-se com homens e com livros, e não com uma ciência infusa ou improvisada.

[À margem: Erro lamentável dos correios, pois até um aviso que chegou na véspera do ml embarque p^a ir levantar os livros à Alfândega, o q. já não era possível, eu devolvi aos CTT cl pedido expresso de reexp. p^a aí.]

Dia 5 de Março

8 – A entrevista a que me refiro atrás sempre se realizou, ontem, depois das 17 horas. Recebeu-me o secretário-geral do organismo.¹ Estavam presentes também o ministro que esteve em Túnis² e o H.M. [Hugo de Menezes].

1. Diallo Sayfoulaye.

2. Ismael Touré.

Para essa entrevista preparei-me previamente (e com a assistência do H.M.) da seguinte maneira:

a) Fiz uma pequena nota com os pontos que eu deveria desenvolver oralmente. Esses pontos são: Eu vinha como emissário. Queria saber se a credencial foi aceite e se o bureau estava na disposição de entabular negociações comigo. Expor negociações anteriores: o memorandum que enviáramos por mão própria em Maio de 59. A transformação do MAC para FRAIN. Definir o FRAIN. Informações sobre o FRAIN (dadas por minha iniciativa e a pedido). = O que pretende aqui o FRAIN: abertura bureau; autorização para imprimir e publicar material aqui; utilização Rádio; questão perseguidos políticos; asilo e problemas dele decorrentes. = Fontes do sustento material da actividade e da delegação do FRAIN aqui: Contribuição vinda dos nossos países ou de compatriotas nossos; trabalho pessoal e remunerado de cada um dos delegados habitando aqui; donativos da solidariedade internacional. = Perspectivas próximas da situação da delegação do FRAIN aqui: com a independência do Congo será provável que os angolanos partam para este país.

b) Dactilografei, antes da entrevista, um memorandum com os pontos principais da minha exposição, o qual deixaria em poder de quem me entrevistara, depois de concluído o encontro.

No começo da entrevista, o meu interlocutor mostrou não estar disposto a ouvir exposição oral minha, pois iniciou o diálogo pedindo-me que escrevesse uma nota do que eu pretendia e que lhe levasse essa nota na próxima segunda-feira, dia 7. Foi então que lancei mão do memorandum que havia dactilografado e a que me refiro na alínea b). Ele leu o memorandum. Passou em silêncio sobre os pontos em que eu explicava o que era o FRAIN e em que eu expunha os princípios fundamentais da Frente. Ele atacou, no entanto, os pontos em que eu discriminava as pretensões da Frente. O meu interlocutor disse-me então que os princípios do seu partido, diante de casos como o nosso, eram: os partidos que não estavam suficientemente organizados deveriam trabalhar à la place, nos seus respectivos países, até se organizarem bem. No entanto, perante o caso de haver militantes de um partido aqui refugiados, o seu partido (dele, secretário) permite que os tais refugiados se organizem aqui; mas a manutenção do bureau e dos membros da organização aqui constituída corria a expensas dos interessados. O partido do meu interlocutor ajuda materialmente a outras organizações, no seguinte: impressão de jornais e panfletos; correio (despesas de); utilização da rádio.

Sobre o trabalho individual de refugiados ou militantes de organizações estrangeiras: Eles estão interessados em dar emprego a técnicos (agrónomos, electrotécnicos...). Relutam porém em dar emprego a indivíduos portadores de uma especialidade técnica «floue» (indefinida, indistinct, ill-defined) (o termo «floue» foi o utilizado pelo meu interlocutor). Em uma palavra: não dão emprego a quem não tenha uma especialidade técnica de interesse imediato para o país.

Estão de acordo em que os angolanos partam para o Congo, depois da independência deste país.

O caso do Mário, com a agravante da doença, foi apoiado pelo ministro que estava presente, como eu disse atrás. Aceitam que o Mário venha quando ele quiser. Aham que o Mário, dado o seu longo trabalho na Présence Africaine, poderá

trabalhar aqui no jornalismo e na rádio. Avisámos, no entanto, que o Mário não tinha meios para a viagem. O meu interlocutor não disse que o seu país não podia subsidiar a viagem do Mário [O sublinhado é de Lúcio Lara]. Deu a impressão de que haveriam mesmo de ver a possibilidade de lhe subsidiar a viagem. Porém, ele nada disse de concreto e de definitivo a respeito desse subsídio de viagem.

Em face de tudo quanto ouvi, faço o seguinte resumo:

- 1 – Está estabelecido pelo secretário-geral que o bureau pode ser aberto.
- 2 – O bureau será mantido pelo FRAIN, bem assim como a subsistência dos delegados do FRAIN aqui residindo.
- 3 – Eles ajudam no respeitante à impressão de material, despesas de correio e utilização da rádio.
- 4 – Quem quiser vir pode vir nas condições da alínea 2).

5 – O Mário pode vir já, e tem possibilidades de ser ajudado logo após a sua chegada.

A entrevista durou cerca de 10 minutos. Notei falta de uma esperada e justificável atenção e solicitude em relação aos nossos problemas. Fiquei com a impressão de que eles deram mais atenção ao facto de poderem aproveitar-se de técnicos do que ao nosso facto político, isto é, os problemas dos nossos países, do nosso movimento, da nossa luta e dos nossos militantes na qualidade de combatentes políticos e não apenas de técnicos.

(O H.M. e eu também ficámos ainda com a impressão de que houve até uma insuficiente deferência para com o emissário do FRAIN isto é, para comigo. Digo isto entre parêntesis, porque efectivamente não tem o valor dos outros casos que expus atrás e que são de interesse colectivo).

No entanto, a pedido do meu interlocutor, deverei ainda falar com ele na próxima segunda-feira, dia 7. Talvez para me transmitir a confirmação oficial do que ele me disse; se bem que ele tem autoridade suficiente para tomar decisões relativas a casos como o nosso.

Eis o que tenho a comunicar-vos sobre a entrevista de ontem. Fiz um relato objectivo, sem carregar nas cores e sem adoçar ângulos, pois não quero que façais cálculos, arquitecteis esperanças e aumenteis desesposos que ultrapassem ou estejam aquém dos limites da realidade real.

Talvez não se tenha conseguido tudo quanto muitos de nós esperavam. Mas, efectivamente, alguma coisa se conseguiu, em matéria de permissão e de promessas. (Não digo isto para dar a minha opinião pessoal. Falo objectivamente).

Que pensais de tudo quanto expus? Que decidis concretamente em face desse resultado?

Espero me respondais imediatamente após a recepção desta carta. Essa urgência é imposta por muitas razões, entre as quais o já não ter justificação a minha estadia aqui, em virtude de estar quase finda a missão de que fui incumbido pelo FRAIN. Preciso, portanto, de tomar as minhas decisões.

[À margem: Mais um passo em frente. Temos de nos habituar a mta coisa chata. Há mto que nos parecia que os camaradas interessam-se + por gentes que os sirvam directam!, do que em atender aos problemas difíceis de organizações como a n!, que se apresenta modestamente a pedir apoio. Não há maneira de nos curarmos de uma certa dose de idealismo, que a cada passo nos

faz sentir desilusões. Mas o facto é que esse idealismo que ainda nos mantém. Há muitíssimo de positivo no que ficou resolvido (esperemos que concretam!).

Permanece porém o problema económico. Já que eles nem ao menos nos garantem trabalho, é esse problema que temos de atacar. P^a já ao que parece podem permanecer o H.M. ou M. e o Abel. P^a já resta o probl. V. [Viriato da Cruz] que ainda não sei como está mesmo neste momento (talvez não tivesse interesse) e do AC. [Amílcar Cabral] (cujos planos ainda ignoro) e o meu (acresc. de mulher e filho).

Em princípio penso que o bureau pode funcionar c/ a presença e ajuda económica dos que obtiverem trabalho. Funcionará deficientemente, pois é difícil satisfazer simplesmente os deveres do trabalho e da luta. Mas haverá um bureau pela 1^a vez. Isso acho ser positivo. Creio que em face dos resultados tb. não haverá inconveniente em que o Abel se instale com a família logo que possível em Conakry.

O Mário e o H.M. poderão encarregar-se de ajudar os três.

Quanto ao V não sei se ele pode ficar ou não. A s/ profissão podia garantir-lhe um emprego aí, mas será que...

Quanto a mim, possuidor de facto de uma técnica flouie não sei o que pensar.

Dois caminhos se me apresentam: Tentarmos um novo empréstimo para nos pormos todos aí e fazermos face à questão do bureau in loco. Qto a mim seria a melhor solução, mas neste assunto tenho que actuar com o pensamento na mulher e miúdo. Há um ano que andamos nestas andanças. Se a levasse para a Guiné seria com uma certeza aproximada de que ela poderia permanecer lá sem ter que depois ir p^a o Gh., ou regressar à Europa, enfim, andar a saltar c/ o miúdo dum lado para outro.

Nós confiávamos no direito de asilo político. Não sei se o direito de asilo confere direito ao trabalho...

Até aqui tenho agido sempre tendo sobretudo em conta os n/ interesses políticos. Em face de uma série sucessiva de «échechs» creio ser altura de pensar mto a sério na m/ família (cujos sacrifícios pela n/ causa são iguais aos meus) antes de me meter em novas aventuras, sobretudo porque não há uma urgência imediata em eu partir para aí, havendo pelo contrário uma grande urgência em eu definir a situação face à U.M.T. que nos alberga e que não sei se estará disposta a albergar-nos por + tempo. Peço pois que me dêem tempo de reflectir e que me transmitam a vossa opinião.

Quanto ao V. não percebo bem a tua situação. Eu entendo que se te fosse possível continuavas aí, pelo menos até haver possibilidade de se discutir in loco as decisões futuras. Apesar de tudo acho preferível arranjar um emprego c/ todo o prejuízo que isso acarreta para a luta e aguardar que as ligações se estabeleçam e que possamos efectivamente lutar, sem nos preocuparmos c/ mais nada. Lamento que a solidariedade se manifeste em geral tão comezinha, mas já não espero mais. Contemos connosco e reajamos em face das perspectivas.

Empreguemo-nos pois, se ao menos isso for possível, já que não podemos esperar + nada. O que se impunha agora era reunirmo-nos p^a deliberar, mas eu nem tenho já dinheiro para ir daqui ao porto + próximo, nem é viável uma reunião aqui.

Em resumo

1) Parece-me ser de repetir um empréstimo para ao menos nos reunirmos e iniciar as démarches que se impõem.

2) Parece-me de aproveitar a oport. que se oferece ao Abel e família e Mário, e abrir um bureau modesto.

3) Ignoro se o V. pode ficar a trabalhar. Em caso afirmat. deve ficar.

4) Nada posso adiantar quanto a M.

5) Necessito procurar uma solução p^a a família antes de a meter em novas aventuras. Arranjada uma solução juntar-me-ei a vós com...]

9 – Acho que devemos fazer chegar também ao p.c. lusitano [*Partido Comunista Português*] cópias do nosso material à conf. de Túnis, bem assim como da resolução por esta adoptada em relação às colónias port. Talvez eles publiquem algo a respeito disso. Se fosse possível pedir-lhes essa ajuda de propaganda, seria mesmo bom, a meu ver.

10 – Acho que devemos tirar a copiôgrafo ou mesmo imprimir, alguns milhares de exemplares da tradução em português da resolução da conf. de Túnis relativa às colónias port. Seria conveniente imprimir isso em caracter miúdo, sobre papel de pequenas dimensões e leve (papel de avião). É claro que, nestas condições, a difusão da resolução por Port. e colónias será mais fácil e custará menos despesas de correio.

11 – Penso ser conveniente mandar imprimir cartões de membro do FRAIN, os quais seriam dados aos membros da Frente residindo no exterior. Os cartões devem ter, entre o mais, um espaço em branco diante de um «Nº.» no qual se carimbaria, com numerador, o seu número respectivo. A numeração dos cartões tem, entre o mais, valor estatístico: permitir-nos-á conhecer rapidamente os efectivos da Frente, ao menos em determinados países ou sectores.

Também não sei que importância a nossa opinião geral confere a coisas usadas em todo o mundo (mesmo no super-civilizado), tais como o emblema, a bandeira e o hino. Se efectivamente se presta entre nós a devida consideração por estas coisas é tempo de se começar a tratar imediatamente disso.

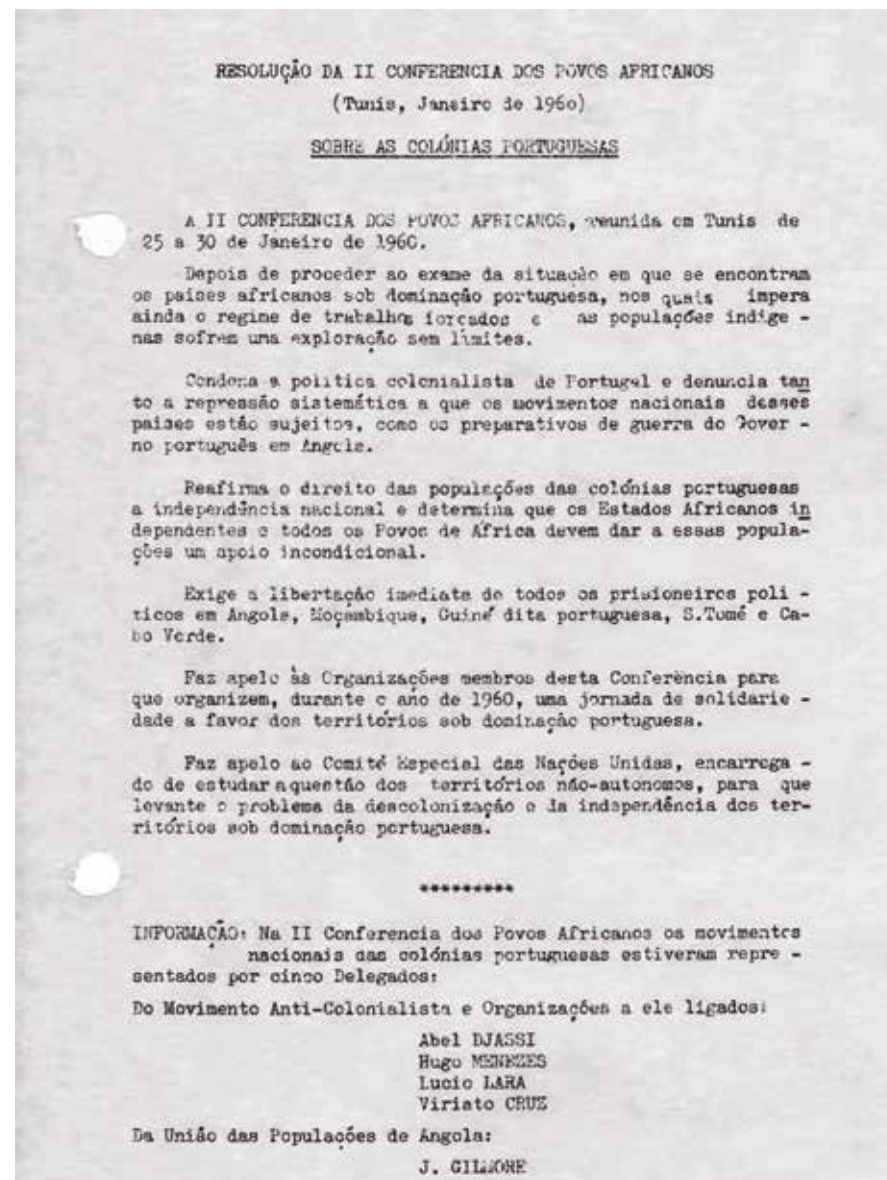
12 – Impõe-se ainda que se estabeleça, urgentemente, um processo de controle de cobrança de quotizações (por talões? Por selos? Por recibos?), cobrança quer no interior dos nossos países quer no exterior.

13 – O sec.-geral da UGTAN prometeu-me fazer um protesto contra o julgamento em Luanda. Hoje tenciono pedir às organizações estrangeiras aqui instaladas que publiquem igualmente protestos (sob a forma de telegramas, comunicados, etc.) contra tal julgamento. Mas o grande interesse desses protestos está na difusão entre os nossos povos do conteúdo deles. Tais protestos podem significar uma grande contribuição moral ou psicológica ao ânimo de luta dos nossos povos. Por isso, talvez seja conveniente imprimir esses protestos logo depois de termos uma pequena colecção deles.

Cumprimentos. O meu melhor abraço

ass.) V.

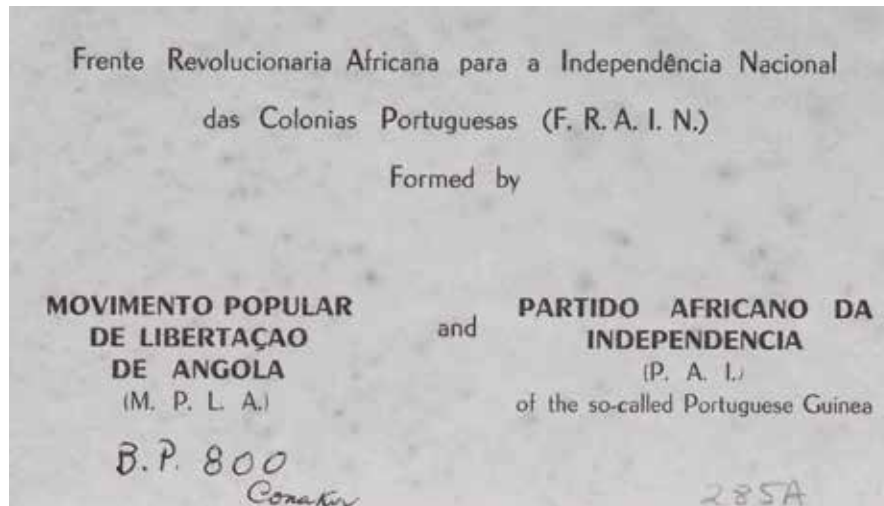
Cópias para L. e Abel



Esta resolução foi a primeira resolução sobre as colónias portuguesas saída numa conferência internacional. Foi impressa em papel bíblia, para melhor distribuição como panfleto¹

1. Texto transcrito nas páginas 264-265. Já por volta de 1955/1956 se publicara e distribuira como panfleto o poema *Criar de Agostinho Neto*, no mesmo formato e papel.

Cartão da FRAIN



Carta de Amílcar Cabral

[dactilografada]

[Acrescentado à mão: Data do correio 5/3/60]

CAROS AMIGOS¹

O meu silêncio de alguns dias significa que estou a trabalhar e não tenho tido tempo para escrever cartas. Tenho trabalhado e não estou em Londres para outra coisa. Suspendo agora para responder em particular à carta do V. [Viriato da Cruz] que acabo de receber e que me parece carecer de resposta urgente. Não poderei alongar-me tanto quanto desejo, porque tenho amanhã uma conferência de imprensa em que exporei o caso do julgamento e o essencial sobre a nossa luta. Aproveito também para responder ao L. [Lúcio Lara] cuja família espero esteja bem e, como sempre, disposta a sacrifícios ao lado dele.

Acho que V. fez muito bem ao aproveitar o tempo com o seminário. Concorde com os temas da nota enviada à gente do Barden. Os amigos de aí, embora demorem, estou certo de que resolverão tudo a bem, embora não acalente entusiasmos cegos. Confio e espero, sem deixar de fazer tudo quanto possível para o progresso da n/ luta.

Creio firmemente que a n/ luta não é por conta própria, porque estamos identificados em absoluto com as aspirações dos nossos Povos e, afinal, porque estamos engajados em organizações, com deficiências – é certo – mas que, de forma alguma, são coisa familiar. Temos, aliás, consciência clara das causas-base dessas deficiências.

Temos de fazer mais e precisamos de mais gente a trabalhar. Concluímos isso em Túnis, estamos em démarches para ter mais gente a trabalhar, e sabemos das dificuldades de

fazer sair mais gente das nossas terras, pelo menos até termos uma base. Acho que os sacrifícios que todos decidimos enfrentar só devem ter um limite: não devemos fazer sacrifícios inúteis. Não aceito que haja vantagens significativas, neste momento, em usar o m/ nome. Os nossos companheiros sabem que estou fora e sabem quem eu sou. Todo o prestígio de que possamos e devamos lançar mão, tem de vir do nosso trabalho, das nossas organizações e, não, de indivíduos. Usar o meu nome, neste momento, seria criar riscos para companheiros mais chegados a mim (em primeiro lugar) e para a m/ família que as próprias exigências da luta e a necessidade de agir sem embaraços, obrigam a estar afastada de mim, na certeza porém de que seria sacrifício inútil obrigá-la, neste momento, a enfrentar a falta de tudo.

Estou em Londres – todos nós sabemos-lo – para cumprir o que decidimos em Túnis e para arrumar alguns assuntos da m/ vida que tive de abandonar inesperadamente. Para estabelecer novos contactos num meio nunca explorado por nós, maduro na questão colonial, e onde estão presentes quase todos os n/ amigos potenciais. Para alertar a opinião mundial acerca da n/ luta e sobre o julgamento. Para pôr os nossos a par do que fizemos em Túnis, tentar publicar o Manifesto, cuja retenção não me pôe banzo, porque sei que não temos dinheiro e o dinheiro vale bem mais que os apoios verbais, e porque sei que esteve a ser estudado e alterado por vários amigos. Para tentar aguentar a possibilidade de ter mais dinheiro, precisamente para o Manifesto e para as viagens de outros amigos. Isso tudo tenho feito e havemos de ver os resultados. Dentro dessa linha vou seguir as vossas sugestões, algumas, aliás, já resoluções.

O grupo da Gui. port. prova que não vale. Não é o único e tenho boas notícias do m/ País. Temos de fazer cada coisa a seu tempo.

Deixo para viva voz discutir a questão da concentração da n/ luta. Decidiremos na base da análise concreta da situação de cada País e de todos. Para já, não concordo c/ os argumentos enunciados.

Os amigos de dentro ainda não disseram nada. Vou remeter mais documentos. Iniciei os artigos para a tal Revista, mas tive de dar prioridade ao julgamento. De qualquer modo, vou acabá-los. Que a nossa pressa, justa, não nos destrua. Temos de marchar, serenos, pa. a vitória.

Acentos, vírgulas, tis e cedilhas¹ e a melhor camaradagem do vosso
ass.) Abel

3/mar.

[Acrescentado na margem, à máquina: Caro L.: Que o Paulshen esteja OK e que a Pfluger [Ruth Lara] tenha engordado no recato da MT. Espero que me digas se ainda os artigos poderão ser publicados aí. Gostaria que sim. Que azar o de AGADIR!²

A família bem. Rijo abraço do teu

Abel

Tens passado por musulman?]

1. Lúcio Lara e Viriato da Cruz.

1. O texto original não tem acentuação nenhuma nem cedilhas (teclado inglês).
2. Houve um terrível terramoto em Agadir, Noroeste do Marrocos.

Excerto da carta de Viriato da Cruz*[dactilografada]*

Conakry, 7 de Março de 1960

Caros Amigos,¹

Depois das vossas últimas cartas, datadas ambas de 21 de Fevereiro, nunca mais recebi notícias vossas. Acho estranho o vosso silêncio de 15 dias. Penso que uma vez por semana, pelo menos, nos devemos escrever (salvo no caso de dificuldades financeiras), quer para nos informarmos das nossas dificuldades e dos nossos fracassos, quer para relatarmos os nossos êxitos.

1 – Enviei, há dias, ao Abel, para o endereço habitual, um telegrama nos seguintes termos: «Publiez urgemment manifesto.» Não sei o que pensais a esse respeito. Tê-lo-iam já publicado?

2 – Escrevi-vos, anteontem, uma carta extensa, na qual, entre outras questões, vos relatava a minha entrevista com o sec-geral do organismo a que era destinada a minha credencial. [...]

3 – Na minha penúltima carta, expus-vos, à pressa, o que eu pensava sobre o nosso comportamento, neste momento, face ao problema da Guiné (port.) e de Angola. Reconheço que o assunto é muito melindroso. Volto, por isto, a dar explicações suplementares. O «atraso», que atribuí ao caso da Guiné (port.), é, evidentemente, relativo e não absoluto. Acho o caso da Guiné (port.) atrasado em relação às condições exteriores e às facilidades reais, que poderiam já ter colocado em nível mais alto o problema da Guiné, mas que me parecem insuficientemente aproveitadas. Penso mais: que, se essas condições e facilidades forem melhor aproveitadas, o problema da Guiné (port.) poderá, talvez, em breve espaço de tempo, ser o mais avançado de todas as colónias port.² Com esta apreciação não pretendo depreciar nada, mas apenas chamar, construtivamente, a vossa atenção para factos que podem ser melhor aproveitados.

Os principais, (ou o principal) dirigentes do grupo daqui praticam o nacionalismo estreito e o racismo, segundo venho concluindo das conversas que tenho tido.

Admito, no entanto, que é muito possível dar uma orientação nova a esse grupo, porque há massas naturalmente capazes de apoiar uma orientação nova. Mas isto exigiria uma «interferência» directa e ostensiva na actividade do grupo. O H.M. [*Hugo de Menezes*] não está à altura de proceder assim, neste momento, porque se afastou do grupo, depois de ter recebido uma convocatória ameaçadora. Neste ambiente, algumas das minhas características pessoais militam também em meu desfavor. Assim, acho que, neste momento, a única melhor maneira de fazer andar a coisa para frente estaria na difusão, por entre as massas, do nosso manifesto. Por entre as massas caboverdianas e guineenses aqui residentes. O manifesto teria a vantagem de falar por nós de maneira indirecta e igual,

1. Lúcio Lara e Amílcar Cabral.

2. *Esta previsão de Viriato da Cruz chegou a verificar-se já depois da luta armada se ter instalado em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.*

e teria a vantagem de poder chegar ali aonde é quase impossível ir-se em pessoa, neste momento. Eis, em parte, por que remeti o telegrama a que me refiro acima.

4 – Hoje deve começar o julgamento de Luanda. E não sabemos o que fez, efectivamente, a Associação dos Juristas...

A U.P. dos Camarões ficou de enviar, hoje, ao tribunal, um telegrama de protesto. E vou agora ver o que fez a UGTAN.

5 – Por favor, dêem-me notícias dos nossos amigos em Port. e nas colónias. O que se passa? O que se pede? O que se espera? Disse-me, há dias, alguém aqui ter ouvido a rádio Brazzaville anunciar a prisão, em Angola, de um doutor. Quem será? Neto? Boavidas?

Cumprimentos a todos os amigos. Até breve. O meu melhor abraço
ass.) V.

[Acrescentado à mão: Cópia para Abel]

Carta de Mário de Andrade*[manuscrita]*

Monschau, le 7-III-60

Meu caro Lúcio,

Creio que ainda me não acusaste recepção do envelope (contendo artigos) que te mandei há 15 dias.

Encontro-me na Alemanha desde ontem. Passei por Liège onde contactei com os camaradas M^o [*Marcelino dos Santos*] e H. [*José Carlos Horta*]. Tenciono demorar-me por estas bandas durante duas semanas. Repouso e comida!

Escreve-me (sob envelope fechado) para:

KARIN SPIESS

BIRKESDORF/DÜREN (RHLD)

DÜRENER STRASSE, 119

Deutschland

Será pois em Birkesdorf que procurarei organizar o meu programa de vida. Devo ir a Londres e a Roma.

Junto uma «nota» que mandei publicar na «Gauche». Suponho que podes comunicá-la aos jornais de Marrocos. Aliás, segue um bilhete ao Aquino B. [*A. Bragança*] nesse sentido (ci-joint).

O Abel [*Amílcar Cabral*] falou-me numa quantia que tiveste a gentileza de pôr à minha disposição. Se esse dinheiro ainda está depositado em Frankfurt, manda-me dizer. A Madame B. [*Bouvier*] poderá encarregar-se da sua transferência. Não vale a pena complicar a questão, enviando para o Abel.

Não tenho notícias do V. [*Viriato da Cruz*]. Quid novi?

Suzanne de Luzignan,¹ correspondente do «Monde» em Brazzaville escreveu-me; através dela, recebi as fotografias da maior parte dos presos políticos da nossa terra

1. Ver nota página 280.

que o meu irmão padre¹ lhe entregara em Luanda. Procuo reunir tudo num único «documento fotográfico» e logo te enviarei a película.

Aguardo carta tua.

Saudações à Ruth. Abraça-te o teu

Mário



Fotos dos presos do «Processo dos 50»
tal como foram publicadas na brochura

1. Joaquim Pinto de Andrade.

Excerto da carta a Amílcar Cabral e Viriato da Cruz

[dactilografada]

Casa[blanca], 7 de Fevereiro 1960

[Emendado à mão por L. Lara: Março]

Caros amigos

De posse das vossas cartas. As do V. [Viriato da Cruz] têm chegado c/ uma irregularidade espantosa. [...] Receio pois que esta já não chegue a tempo da Conf. de Dakar e que os apontamentos que aqui junto sobre o Seguro Social já não venham a ser necessários, mas mais não podia fazer.

Ciente das vossas actividades, que espero continuem frutíferas. Sobre o Manifesto creio que temos feito o n/ melhor e se ainda se não publicou, isso deve-se às dificuldades de toda a ordem com que temos sempre lutado.

Já tenho em meu poder a tradução francesa da CARTA feita pelos amigos da Bélgica. O Mc. [Marcelino dos Santos] põe certas objecções de carácter técnico e político, que aqui junto em cópia separada. Quanto às de carácter técnico espero a vossa opinião. Quanto às de carácter político tenciono responder-lhe informando-o mais completamente das razões que nos levaram a proceder sem o consultar, que são afinal razões de carácter técnico. Da n/ gente de Lx. nada sei. É possível que também tenham quaisquer objecções a levantar, mas isso deve ser dirigido ao Abel [Amílcar Cabral] que deve ter estabelecido novas vias de contacto. Aliás a via que eu tinha p^a a «direcção» não respondeu à última carta que lhe escrevi ainda da Alemanha, pelo que não sei se ainda é válida.

Como ficou combinado enviei uma série de documentação p^a as três principais cidades lusas. Claro que o fiz através da Alem. e da Bél. pelo que só há muito pouco tempo deve ter começado a ser recebida, não dando ainda tempo a que transpire nenhuma opinião. Enviei também a jornais portugueses e ao Cônsul em Túnis, dentro do que tínhamos combinado. P^a Ang. já foi qualquer coisa, e vou mandar p^a os novos endereços recebidos. Mandarei também p^a o Gov. da Guiné.

O jornal da UMT [Union Marocaine du Travail], l'Avant Garde, publicou o extracto do n/ rapport que tenho enviado directamente daqui a amigos portugueses que sei que farão chegar aos nossos amigos. O mesmo extracto está publicado em árabe e vou pedir alguns exemplares para caso de necessidade. Eles não dizem que é o extracto, mas eu escrevo sempre por cima.

Hoje começou o julgamento da nossa malta (em princípio, pelo menos). Ignoro como decorre a questão da Comissão Internacional de Juristas. O M. [Mário de Andrade] diz que recebeu parte dos autos de acusação. Espero que nos envie. Ótimo que tenhas feito, Abel, uma conf. de imprensa. Sempre é algo mais de positivo que fica feito. Aqui há tempos amigos daqui sugeriram essa hipótese, mas eu não avancei muito sobre a questão pois gostava de ter a vossa opinião e sobretudo preferia fazê-lo sem estar só. Além de que a coisa aqui seria algo dispendiosa. Não é porém de pôr totalmente de lado essa hipótese.

Ainda quanto ao julgamento, parece-me que nós devemos tomar face às autoridades portuguesas uma posição, em tant que FRAIN. Não discordo da carta aberta de que o V. fala, mas além disso seria nosso dever tomar uma posição clara e firme face aos ocupantes. Não creio que isso prejudicasse mais ainda os nossos camaradas, pois parece que não esconderam nada à polícia das suas actividades pessoais.

Não li os tais artigos da Suzanne Luzignan no Monde, pois estava em viagem quando esses Mondes saíram. Já os pedi porém p^a Paris.

O Má. na sua última carta pede que se insista na sua questão de direito de asilo. Sei que isso está a ser feito.

Recebi carta dos amigos da Alemanha Oriental.¹ Têm-se portado optimamente e são bastante considerados por colegas e professores. Foram eleitos respectivamente Secretário e Subsecretário do seu grupo. Receberam os documentos de Túnis e estão contentes por verem as coisas a marchar. Um deles fez uma palestra no dia 28 de Fev. (convencido que o nosso projecto de resol. tinha sido aprovado) sobre os nossos problemas e ambos estão escrevendo artigos. Pedem que não os deixemos isolados. Concordam com as bases da FRAIN. Dizem que a gente do Congo que lá está não deixa de pensar que Angola também é deles. Enfim, os moços estão satisfeitos e aguardam que se forme depressa a n/ Assoc. de Estudantes, para permitir que vá p^a lá mais gente nossa. A propósito, Abel, comunicaste algo sobre isto p^a Lx.? Sei que os amigos da Bélg. estão novamente debruçados sobre a questão.

Sobre a questão de Gh. [*Ghana*], não sei que pensar dessa gente. Nem sei quais foram os passos que deste de «viva voce» quando lá passaste. Recebi há dias a carta cuja cópia junto, que pretende ser uma resposta a uma carta muito concreta que lhes escrevemos em Agosto. Essa carta, do Min. do Interior, não deve ser do conhecimento do Barden & Ca. Essa carta merece uma resposta, mas como quem está agora em contacto com o Gh. é o V., endosso-lhe essa tarefa. É muito chato termos que ser diplomáticos porque de contrário era de lhes dizer algo de muito duro. Eles ignoram completamente tudo quanto lhes dissemos e contentam-se 6 meses após em dizerem que «there will be no objection»... Creio que de qualquer maneira é de dar conhecimento a Barden & Ca. em futuras démarches dessa carta, aqui recebida em 4/3. [...]

De acordo com o V. de que é preciso mais gente a trabalhar cá fora, mas não no estilo em que temos trabalhado até aqui. Consolidemos a nossa posição no exterior de um ou de outro modo. Preparemos as tarefas que caberão a cada elemento que venha cá para fora e então acho que vale a pena fazer sair o maior número possível. Muita gente cá fora nas nossas condições não poderá a meu ver realizar trabalho revolucionário, dado que não temos sequer dinheiro para comer e que as perspectivas de uma solidariedade activa continuam a ser muito remotas e realmente condicionadas a factores de toda a ordem. Nós não estamos entre a nossa gente onde seria possível encontrar sempre um poiso. Até agora o único problema que se resolveu quanto a uma «instalação» foi o dos dois estudantes, e esse mesmo in extremis. Isto é evidentemente o esboço da minha opinião sobre o assunto.

1. Carlos Rocha e Fret Lau Chon.

Parece-me que em face da situação actual, o problema mais agudo e que requer solução urgente é o do contacto efectivo com os nossos povos, o qual até aqui tem deixado muito a desejar, pelo menos no que respeita a Angola. Sou por isso de opinião que, além das démarches p^a a projectada instalação de um Bureau, devemos aprofundar as possibilidades de novos meios de contacto com o interior dos n/ países. Creio que o Miguéis será uma boa chave, mas não deve ser a única. Que cada um de nós tente descobrir novos endereços de gente nossa no Congo b. e fr. [*belga e francês*].

A questão de haver gente em Ponta Negra não é novidade. Já tínhamos falado disso várias vezes e essa gente estava em contacto com Ang. sendo de esperar que ainda esteja. É realmente por ela que devemos tentar começar um outro tipo de luta diferente do que temos tido até aqui.

Angola atravessa uma crise económica gravíssima. As notícias mais recentes não escondem o desânimo e o descontentamento que lavram nos meios coloniais. Devíamos explorar esse facto. Não digo que concentremos os nossos esforços em Angola. Essa questão merece de facto ser bem estudada e de preferência numa reunião ampla. Mas não devemos perder a ocasião de atacar. Claro que a crise não acaba amanhã, devendo até agravar-se. Quando falo em atacar não me refiro evidentemente a arranjarmos à pressa um exército... Penso que o ataque deve começar por pretender mostrar à nossa gente que as prisões não representaram de modo algum um afrouxar da luta. Quando digo nossa gente refiro-me ao povo e não aos que continuam na primeira linha. É que pelas notícias que tenho o povo está desalentado e incrédulo quanto à possibilidade de nos libertarmos. A nossa acção no plano internacional será sem dúvida um incentivo, mas creio que será um contacto nosso com os nossos povos que melhor poderá incentivar a predisposição para a luta.

P^a efectivarmos o nosso ataque temos que começar por fazer um balanço das nossas possibilidades. À primeira vista esse balanço parece revelar-se um «saldo» negativo, sobretudo no que se refere a um apoio (entenda-se ligação) das massas. Esta é afinal a questão crucial. Todas as dificuldades que temos sentido derivam desse facto. Não me parece, repito, que seja possível continuarmos a trabalhar sem a preocupação de estarmos efectivamente ligados aos nossos povos, ligados de maneira a estarmos a par do seu dia-a-dia. Eis a questão que necessita de reflexão aturada. É de notar que ainda não nos debruçámos em conjunto e calmamente sobre os nossos problemas de futuro. Demos seguimento às coisas mais urgentes, mas não ESTUDAMOS a maneira de prosseguirmos a luta. Estamos à espera que tenhamos um Bureau p^a o fazermos, mas temos que admitir a hipótese que não o teremos tão breve quanto desejamos. A nossa situação provisória corre o perigo de se tornar definitivamente provisória e os anos vão passando... É certo que já podemos apresentar um somatório positivo do trabalho de cada um. Mas tem sido um trabalho que não tem encarado as nossas próprias perspectivas e tem vivido da esperança de encontrarmos apoio neste ou naquele sítio. Corremos o risco de nos dispersarmos e de nos afastarmos das tarefas mais urgentes. Há problemas graves de que temos que tomar consciência. Eu já não volto a pôr a hipótese de enviar alguém lá abaixo p^a estabelecer uma nova rede de contactos, pois não temos dinheiro para o fazer, mas insisto que procuremos antes de mais nada e por todos os meios estabelecer essa rede. Proponho que qualquer de

vocês, que conhece líderes do Congo, lhes escreva pedindo endereços de gente nossa de confiança. Eu tentarei fazer o mesmo. Exponhamos a situação a essa gente e procuremos obter o seu apoio e o de todos os compatriotas. Preparemo-nos para ir ao Congo logo que possível e estruturaremos cá fora as bases seguras de penetração, ou de recepção. Começemos a jogar em função da nossa gente, isto é do apoio que nos pode dar a nossa gente. Um ano de experiências com estrangeiros levam-me a meditar se não seria e será mais indicado procurar antes de mais nada contactar o nosso povo. É difícil explicar isto tudo por carta sobretudo porque tenho de comer muitas coisas que queria dizer.

Em suma, p^a não ir muito longe, proponho que comecemos a pensar em soluções p^a os diferentes aspectos que poderemos ser obrigados a encarar face a esta ou àquela resolução dos amigos a que pedimos apoio.

Na hipótese de ser possível ainda te encontrares em Londres na Páscoa, A., não seria de sugerir a um dos amigos de Lx. que viesse à Europa fazer umas férias? Poder-se-iam assim esclarecer determinados problemas que é possível que não estejam esclarecidos.

Não sei a data da Conf. Afro-Asiát. Creio porém estar marcada p^a Abril. Creio que a nossa representação estará assegurada pela presença em Conakry do V. e do HM [Hugo de Menezes]. Seria contudo de começar a ver o que é que há a fazer.

A documentação p^a essa Conf. era em princípio p^a ser a tal brochura que o Comité Afr.-As. se propunha editar. [...]

Em 28 de Março realiza-se a reunião do Comité Director da CPA [Conferência Panafricana] e ao que me parece temos de contactar o Gilmore [Holden Roberto] sobre a concretização das Resoluções tomadas quanto aos nossos problemas, nomeadamente a marcação de um dia para a comemoração da Jornada de Solidariedade, que a meu ver devia ser em fins de Abril, talvez 30/4.

Realiza-se no Cairo em 30/4 a primeira Conf. Afro-As. da mulher. Não sei se alguma das nossas amigas poderá estar presente. O Comité preparatório fala apenas em convidar os delegados que assegurem as despesas de ida e volta... Será de contactar a Alda [Alda Espírito Santo]? Creio que a Deol. [Deolinda Rodrigues] não poderá de modo algum deslocar-se. Será bom em todo o caso que ao menos estejamos presentes com uma mensagem que as nossas moças poderiam redigir. Talvez até por isso fosse bom que o dia de solidariedade p^a c/ os nossos povos calhasse nessa altura, pois ali era comemorado com certeza. Aguardo v/ opinião sobre este assunto.

Qual a posição do HM face ao grupo da?

Sobre a criação de uma Assoc. de Estud. chegaste a dizer algo p^a Lx., Abel?

E se fomentássemos a criação de uma União dos Trabalhadores Africanos nos nossos países? Mesmo ilegal, creio que ela seria reconhecida internacionalmente, como o é a da Argélia. Pelo menos sê-lo-ia pela futura Sindical Panafricana.

Tenho tentado aproveitar o tempo o melhor possível. Além dos contactos que estabeleci aqui na sede da Bourse com várias Federações de sindicatos, aproveitei um convite p^a ir ao interior do País onde contactei 3 uniões locais, tendo com todas elas discutido não só os n/ problemas (como de costume bastante ignorados, mesmo no aspecto geográfico), mas também os problemas locais ante e post independência que são igualmente absorventes. A falta de quadros é aqui um dos mais graves handicaps.

Nos fosfatos por exemplo, os quadros são ainda na quase totalidade franceses. Outra questão que deve começar a merecer a n/ atenção.

Tive também oportunidade de contactar aqui um jornalista do Iraque com quem tive uma larga conversa que ele publicará num dos jornais de Bagdad.

De resto tomo notas diversas e escrevo.

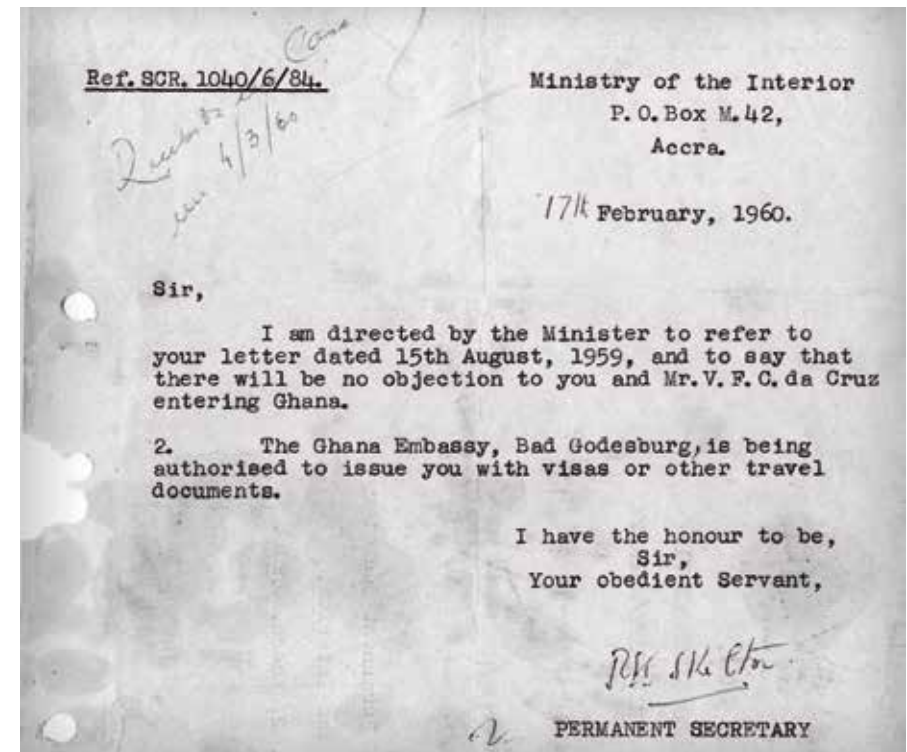
Quanto à catástrofe de Agadir exprimi em nome da FRAIN as condolências à UMT extensivas ao povo marroquino.

Não tenho cá nada de interesse que te possa enviar, V., p^a a Conf. de Dakar. Dum livro que tinha pedido emprestado na Bourse sobre «Les problemes du Travail en Afrique» extraí esses apontamentos sobre «Sécurité Sociale» que te envio. Sempre é alguma coisa, embora na maior parte dos casos se não refira às col. port. e quando isso acontece, raramente se refere aos Africanos. Sempre é uma base de trabalho. Se puderes consultar aí, aconselho-te que o faças. Vou ver aliás se consigo adquiri-lo, se for a Rabat, pois aqui não há.

Bem, amigos, chega por hoje. Aguardo as vossas notícias.

Cumprimentos da Ruth. Um bom abraço do v/
ass.) Lara

CÓPIA p^a A. e V. [...]



Carta do Ghana a que se refere Lúcio Lara na carta anterior

Excerto da carta a Deolinda Rodrigues*[dactilografada]*

Casablanca, 8 de Março de 1960

Boa amiga

Afinal só hoje me é possível escrever-te. Estou em Casablanca há 15 dias, mas assuntos de ordem vária fizeram com que só hoje pudesse enviar-te a CARTA da F.R.A.I.N. e algumas palavras a acompanhá-la. É curioso que já aqui em Casablanca recebi uma carta tua de 24/XII passado, que me chegou por intermédio do Rocha.

Nessa carta pedias-me que enviasses por teu intermédio umas palavras para os nossos, presos ou não, para lhes dar ânimo. Creio que face aos acontecimentos destes últimos tempos isso já não vale a pena, mas se achares que ainda vale, com muito gosto o farei. É possível que ainda não estejas de posse dos documentos que te enviei de Túnis, pois foram por correio ordinário. Se puder ainda te envio a página de um jornal daqui em que saiu um extracto do *n/ rapport* à conferência. Tu poderias fazê-lo chegar à *n/* terra.

Um assunto importante: nós precisamos em absoluto de entrar em contacto com a nossa gente lá de dentro. Com as prisões, os contactos que tínhamos amorteceram um pouco e isso cria-nos certas dificuldades, pois precisamos de estar a par do que se passa dia-a-dia na nossa terra. Serás tu capaz de nos encontrar esses contactos, com pessoas que saibas que estejam integradas na nossa luta? Se o souberes ou se fores capaz de servir de intermediária, avisa urgentemente. É muito importante. As coisas da Conferência por exemplo, têm sido enviadas para Angola para pessoas insuspeitas e até mesmo para o Governador Geral. Mas não as enviamos para os amigos que conhecemos porque não os podemos comprometer. As nossas comunicações dificultaram-se pois alguns portadores foram presos, como sabes. Temos que remediar urgentemente esta questão e p^a isso peço o teu concurso. Diz-me pois a quem e como podemos enviar e pedir informações. Com o Miguéis já estamos em contacto, mas ao que ele deu a entender, está há mais de um ano sem notícias da terra. Ora o que é preciso é estarmos em contacto com alguém que esteja lá dentro e nos possa manter a par de tudo e possa servir de elo de comunicação.

Espero a tua colaboração neste problema.

Recebi carta do Rocha que está entusiasmado com os seus estudos.

O amigo que se juntou a nós e que tu conheces está em Londres.

Outros nossos amigos estão em Conakry e é possível que todos nos juntemos proximamente ou aí ou em Accra. A nossa luta continua, firme como sempre, embora um bocado aos tropeços com as inúmeras dificuldades que encontramos. Não temos o apoio que necessitamos do nosso povo, em virtude das dificuldades de comunicação. Esse é um entrave muito grande do ponto de vista moral e material. Precisamos quanto antes de vencer a barreira que nos separa das nossas gentes. É preciso que eles saibam que nos últimos tempos o problema colonial português tem sido atacado a fundo graças às démarches que todos vimos fazendo. Muitas organizações africanas têm enviado telegramas de protesto ao Governo português e ao Governador Geral por causa dos presos. Variadíssimos jornais, do Irak, Marrocos, Tunísia, URSS, China, Alemanhas, Bélgica, Ghana, América e até ultimamente o Monde (que sobre

as colónias port. guardava sempre um silêncio de morte) têm publicado artigos condenatórios do colonialismo português e referindo-se não só aos presos mas ainda aos Movimentos de Libertação. Se puderes grita isso para os nossos amigos. É preciso que eles saibam que os não abandonamos, mas é preciso também que nos ajudem com o seu apoio. Eles terão que vencer o muro que os cerca e pôr-se em contacto conosco. Eles que nos digam o que devemos fazer p^a estarmos sempre em contacto. Diz p^a lá isto. É urgente, é importantíssimo. Se puderes manda-lhes uma cópia da CARTA. Em breve publicaremos o MANIFESTO. Como fazer chegar lá essas coisas? Sabes já que o Agostinho Neto tem consultório em Luanda? Com ele, como médico, é fácil contactar. Vê se resolves esse problema. Será uma contribuição preciosa p^a a luta. Não se pedem sacrifícios inúteis, mas é preciso que a nossa gente não se deixe vencer pelo desânimo e trate de encontrar novas saídas para substituir as que se fecharam.

Em 30 de Abril realiza-se no Cairo a Conferência Afro-Asiát. da Mulher. Lamento não termos dinheiro para te fazer deslocar até lá.

Infelizmente o Comité Preparatório não se responsabiliza (como é de hábito, afinal) pelas despesas de deslocação. Como gostaria que lá aparecesse uma delegação de raparigas das nossas terras... Acho contudo que deves estar presentes ao menos com uma mensagem. Algo de breve, mas significativo e que faça referência à opressão dos *n/* povos em geral e da mulher em particular, pelo colonialismo português. Vais pensar nisso? [...]

Toda a camaradagem do

ass.) Lara

Carta de Viriato da Cruz*[dactilografada]*

Conakry, 8 de março de 1960

Caros Amigos L. [*Lúcio Lara*] e Abel [*Amílcar Cabral*],

1 – Antes de tudo quero felicitar ao Abel pela conf. de imprensa que ele deu no dia 4, em Londres. A edição de ontem da «Agence Guinéenne de Presse» (diário oficial) refere-se ao acontecimento nos seguintes termos: «L'Afrique sous domination portugaise entre dans la danse. Selon une dépêche de l'Agence France Presse, au cours d'une conférence de presse tenue vendredi dernier à Londres, M. Abel DJASSI membre du Comité-directeur du Front Révolutionnaire Africain pour l'Indépendance des Colonies Portugaises, a déclaré qu'une série de procès en haute trahison va s'ouvrir lundi en Angola. Et il lance à cette occasion un appel à l'opinion mondiale».¹

1. *Tradução:* «A África sob dominação portuguesa entra na dança. Segundo uma informação da Agência France Presse, o Sr. Abel DJASSI, membro do Comité Director da Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas, declarou no decurso de uma conferência de imprensa realizada 6^a feira passada em Londres, que vai iniciar-se em Angola na 2^a feira, uma série de processos por alta traição. Lançou nessa altura um apelo à opinião mundial».

Depois deste parágrafo, a referida Agência guineana comenta sarcasticamente a atitude geral dos colonialistas portugueses perante o movimento de libertação africano. Os comentários estendem-se por umas 50 linhas. Vou mandar ao L. esse recorte, a fim de ele, se possível, transmiti-lo aos amigos de Port.

2 – Acho que se impõe que, em Port., os nossos camaradas entrem em contacto c/ o p.c. [PCP], a fim de este, por intermédio da sua imprensa, dar larga difusão, no seio do povo portug., à actividade exterior da Frente e aos comentários da imprensa mundial acerca do caso colonial port.

3 – Aqui, pedimos ao UPC, à UGTAN e ao Comité Nacional de Libertação da Costa do Marfim para enviarem telegramas de protesto ao Governador de Angola. Eles acederam. Porém, apesar dos passos que dei, não sei se chegaram a cumprir o que prometeram.

4 – Acabo de receber uma carta do Abel, que foi posta no correio em 5 deste. Acho muito bem que cada um de nós faça o máximo que pode; mas também é indispensável que, como membros de uma organização, ponhamos os outros camaradas, igualmente responsáveis, ao corrente do que formos fazendo. Precisamos de nos aconselharmos uns aos outros, de nos estimularmos com as vitórias de uns, de aprendermos com as experiências de outros, de retomarmos, dentro das n/ condições particulares, o trabalho que outros, ainda, não puderam concluir. Enfim, trabalho organizado, disciplinado; emulação; e «presença» de camaradas. Se aceitarmos que quem trabalha está desobrigado ou desculpado de informar sobre o decorrer dos seus trabalhos, eu e o Zé Silva, se quisermos ser mais malandros, podemos deixar de escrever a todos os camaradas só para dar a impressão de que estamos trabalhando. Não concordo que cada um se assente sobre os seus ovos para chocá-los, calado, durante semanas.

Estou a dizer isso com um bocado de laracha; mas o conteúdo do que digo não podia deixar de o dizer, se falasse c/ a maior seriedade possível.

5 – No caso de terdes dificuldades de publicar o manifesto em Londres (prefiro Londres), enviem-nos uma cópia do manifesto definitivo para nós tentarmos publicar aqui, pois, como já vos informei, o sec.-geral da organização daqui disse que nos ajudaria no respeitante à impressão.

6 – Recebi hoje carta do «Indian Council for Africa», que teve um grupo de observadores na conf. de Túnis. A carta é oficial. Pedem-nos: relações frequentes e estreitas; que lhes informemos das n/ actividades; literatura e documentação sobre os n/ países. Que pensais disso?

A propósito, acho que o Abel não devia sair daí sem tentar contactar o Goan League. Sinto que é inadiavelmente necessário que, dentro de meses ou de menos tempo ainda, realizemos um Congresso ou uma Conferência de todas as organizações do maior número possível de colónias portuguesas (incluindo as asiáticas), a fim de estabelecermos um plano de coordenação da actividade geral contra o inimigo comum.¹

O acontecimento, em si mesmo, seria de grande efeito. E a realização prática de algumas resoluções adoptadas nesse Congresso ou Conf. teria um apreciável valor

1. *É a ideia a surgir do que acabará por realizar-se em Casablanca, em Abril de 1961: a CONCP.*

transformador sobre o colonialismo português. Se concertarmos, desde já, uma Conf. dessas com o Goan League, poderemos, com mais trabalho é certo, concertar o mesmo com organizações de Macau e Timor, seguindo vias colaterais (China e Indonésia). E talvez organizações (oficiais ou não) da Índia, da China e da Indonésia aceitem ajudar financeiramente essa Conf.

7 – Pergunto ao L. se ele recebeu os 5 dinars que lhe enviei o mês passado, por carta registada. O que se passa com o L.? Estará doente? Estará em Agadir? – Também estou por receber o papel timbrado.

Cumprimentos. Abraço a todos.

ass.) V.

Excerto da carta a Viriato da Cruz e Amílcar Cabral

[*dactilografada*]

Casablanca, 10 de Março de 1960

Caros Amigos

Acabo de receber duas cartas de V. [*Viriato da Cruz*] (de 4 e 7/3) a que me apresso a responder.

Faz hoje precisamente um ano que abandonei a Lusitânia, e se de um ponto de vista pessoal e familiar tenho de reconhecer que a situação se encontra cada vez mais confusa e sem perspectivas algumas, de um ponto de vista da nossa luta regozijo-me em constatar que muito se tem feito, e de positivo, apesar de uma certa improvisação contra a qual temos de lutar, e apesar das dificuldades que nunca pensamos encontrar da parte de quem tanto apregoa chavões que só servem para enganar os incautos. Perdoem-me o sentimentalismo em invocar esta data, que não é mais do que um pretexto para afirmar a m/ confiança nos resultados da n/ luta que pela primeira vez vai poder contar com um bureau, cuja falta tanto a tem prejudicado.

Aceito trabalhar no projecto de programa que dentro de uma semana o mais tardar vos enviarei. [...]

Logo que esta [carta] despache, vou escrever ao Secretariado da Conf. Afro-Asiat. focando os pontos citados por V., com que concordo. [...]

Aqui não tenho feito démarches especiais além das que vos dei notícia. [...]

Não tenho notícias nenhuma de Lx. a não ser de m/ primo e dum amigo, que dizem que os jornais portug. nada publicaram sobre a Conf. Aliás não espero ter notícias de malta nossa, pelas razões que expus na última carta.

Penso que o Abel não pôs de parte os Estatutos projectados pelo Horta, e que eu lhe dei antes de nos separarmos, pois por uma carta do referido H., ele diz que após terem recebido instruções de Paris, vão atacar de novo o problema dos Estatutos.

Estou em absoluto acordo com o princípio de que devemos excluir das n/ fileiras todas as tendências racistas ou tribalistas. Impõe-se mesmo que em trabalhos

11/3/60

próximos batamos essa tecla. Há contudo que vencer cautelosamente todas as reservas dos nossos compatriotas, mesmo dos que estão nas n/ fileiras e isso poderá fazer-se acentuando que a única questão a ter em consideração na selecção rigorosa a que deve proceder-se é a posição intelectual, e a participação efectiva na luta pela libertação dos nossos povos dos candidatos africanos à integração no combate.

A carta do Miguéis a que o V. se refere, dá-me pessoalmente um novo alento, pela sua decisão firme de unir os seus esforços aos n/. Creio que afinal todos nos regozijamos. Eu estou de acordo que ele ganhe as nossas fileiras, até porque não há problema nenhum de ordem orgânica, visto ele ser um elemento do M.P.L.A. Lamento que o n/ MPLA não tenha gente no Congo; mas compreendo as dificuldades encontradas e acredito, como sugere o Miguéis, que a FRAIN possa obter maior audiência se trabalharmos para isso.

Gravíssimas as questões tribalistas. Prevejo dificuldades imensas...

De acordo que será de integrar a malta na FRAIN, mas não definimos bem na carta como integrar indivíduos e parece-me que é o que propõe o Miguéis. A não ser que sugeríssemos que essa malta se organizasse em núcleos de resistência, de acordo com as suas origens. Não será isso porém mais difícil do que integrá-los directamente na FRAIN? De resto o problema subsiste quanto à posição dos indivíduos que pertenciam ao MAC e que não pertenciam a qualquer organização. Ignoro que instruções terá dado o Abel p^a Lx. a esse respeito. É possível que lá venham a surgir as mesmas dúvidas levantadas pelo Mc. [Marcelino dos Santos], como devem ter lido na carta que vos transcrevi.

Sabes a direcção do Miguéis em Ponta Negra, V.? [...]

Ainda acerca de Correios, não nos esquecemos de avisar em Túnis p^a reenviarem p^a aí os teus pacotes. [...]

Enviarei em breve p^a alguém em Paris, material n/ que lhe pedirei p^a fazer chegar ao pc. [PCP] Já tinha pensado nisso, mas como muitas outras coisas ainda estava no domínio da intenção.

De acordo com a impressão da tradução da Resolução. Discordo apenas dos milhares. Acho que um milhar já é suficiente. Quem se encarrega disso? Idem quanto aos cartões. Vou ver se vejo aqui um modelo, que depois vos envio. Materialmente não posso fazer face a essa despesa.

Quanto ao hino, acho que é de esperar não só por um compositor como por um maior apoio. Quanto ao emblema e bandeira é de começarmos de facto em minha opinião, a pensar no assunto.

Quanto a outros problemas como os de cobrança, etc. acho que nada de especial podemos fazer p^a já, assim desunidos como estamos. Creio que neste momento só através do Abel será possível auscultar o problema com Lx. Mas isso ainda leva o seu tempo. O processo de controle a m/ ver não pode ser feito por recibos nem talões. Ou bem selos ou qualquer publicação. Mas o controle é muito difícil. Teremos de fazer confiança em responsáveis de grupo. Porque não? É falível, mas ainda é o melhor processo.

Recebi hoje os Mondes com o artigo sobre Angola. Não está nada mau, para ser escrito no Monde.

Veio também carta do Horta, que diz que se vai publicar lá «uma brochura com os documentos de Túnis relativos às colónias portuguesas, assim como o apelo com as fotos dos acusados e informações relativas ao processo de Luanda. Deverá sair no fim deste mês ou princípios do próximo».¹

O Mário tb. escreveu. Está na Alemanha desde 6/3 e conta lá ficar duas semanas. [...] Veio também uma lacónica carta da Deolinda, pedindo artigos nossos que tem possibilidade de publicar lá. Já teve contacto pessoal com gente da Associação Cultural.

Deixei para o fim a questão da entrevista com o Sec. Geral.

Sem dúvida nenhuma podemos ter a certeza de que continuamos a marchar em frente. O que nos é concedido já é muito positivo, embora também não represente uma manifestação muito «concreta» de solidariedade. Temos que nos habituar a não esperar muito e até mesmo a não esperar nos nossos amigos africanos. Já em Túnis tínhamos a impressão que eles procuravam antes de mais atender aos seus problemas, querendo dar o ar de que nos estavam a auxiliar. Mas sem dúvida há muito de positivo, se o que ficou resolvido for levado à prática...

O problema económico subsiste, uma vez que eles não nos garantem trabalho ao menos, nem mostram vontade de ajudar as deslocações. [...]

Sempre confiei no “asilo político” e pensava que tal asilo dava direito a trabalho. Até aqui tenho agido sempre tendo sobretudo em conta as necessidades da n/ luta e pondo bastante de lado os problemas familiares. Em face de uma série sucessiva de échecs, creio ser altura de pensar muito a sério na m/ família que tenho sacrificado aos n/ interesses sempre no intuito de encontrar soluções necessárias ao desenvolvimento da luta. Não sei, tenho de me informar, quanto tempo os amigos daqui estarão dispostos a albergar-nos. Tenho além disso de reflectir em conjunto com a Ruth algumas hipóteses que me têm surgido ao espírito, nomeadamente um possível retorno à Europa... Tudo isso necessita de madura reflexão. Basta de decisões a contar com isto e com aquilo. Ignoro também em que medida é que essa gente nos aceitará (falo do conjunto familiar) como refugiados políticos. Será possível informar-te disso, V.? Creio aliás que tal te será difícil, dada a pouca deferência e o pouco tempo que te dedicaram (que nos dedicaram). Se tivesses porém a oportunidade de pôr o problema de novo ao IT, que em Túnis afirmou não ser de difícil solução, seria bom. Sempre serão mais uns dados com que eu posso jogar nas m/ “reflexões”.

Em resumo, creio que é de auscultarmos as possibilidades de “asilo político”, por um lado; creio que por outro lado, devemos encarar a hipótese imediata de um novo e substancial empréstimo e agir em consequência. Escusado será dizer-vos que eu estou pessoalmente disposto a qualquer sacrifício. Reservo porém a m/ questão familiar para uma decisão de acordo com o v/ parecer e com novos elementos que apareçam.

1. Trata-se da brochura «Le Procès des 50». (Introdução no Anexo n° 17).

No penúltimo Monde veio uma notícia sobre uma conf. de presse que dois tipos do American Committee on Africa (Frank Montero e William Scheinman) deram em N. York em 9/3, dizendo que tinham chegado de uma visita a Angola onde havia um levantamento nacionalista no norte e no sul, perto do Sudoeste Africano. Falavam de operações armadas e diziam ter estado em contacto com grupos nacionalistas angolanos. No último Monde dizia-se que toda a imprensa portuguesa e um comunicado oficial do G.P. [*Governo Português*] desmentiam indignados tais boatos...

Não há fumo sem fogo e é possível que algo tenha havido. É apenas chato que essa gente do ACA¹ esteja a meter tão descaradamente o nariz em Angola. Precisamos de nos pôr o mais possível a resguardo de uma eventual «direcção» americana na luta de libertação de Angola. Infelizmente creio ter motivos suficientes p^a adiantar que há uma deliberada tentativa de dirigir as «operações» em Angola, da parte desses senhores. Que foram lá fazer esses senhores? Pelo telegrama do jornal dá a impressão que eles, disfarçados de turistas, foram lá procurar contactos. Creio que o n/ «amigo» G. [*Holden Roberto*] não será alheio a tais manobras, não creio, tenho a certeza. Espero que tenhas oportunidade, V. de lhe pôr o problema de que falei na última carta, acerca da Jornada de Solidariedade.

Ainda a propósito da «penetração» americana, um dos últimos jornais traz também uma declaração convite do Abbé Youlou a capitalistas americanos para investirem no Congo...

Sobre a n/ questão do Gh. continuo a manter a mais profunda reserva. Pode ser porém que ainda venha a ser uma hipótese, mas é claro que agora não nos podemos dar ao luxo de esperar seis meses...

Hoje não se me oferece dizer-vos mais nada. Saudades da R. [*Ruth Lara*] Cumprimentos ao HM.

Abraça-vos o
ass.) Lara

Excerto da carta a Marcelino dos Santos e José Carlos Horta

[*dactilografada*]

Casa[blanca], 13 de Março de 1960

Meus caros Horta e Marcel

Perdoem-me o relativamente longo silêncio. Como devem calcular ele foi motivado por afazeres mais urgentes.

Agradeço em particular ao H. [*José Carlos Horta*] a sua preciosa colaboração à qual a nossa luta tanto deve. Ela é tanto mais notável quanto representa uma posição pessoal que, ao que eu saiba, não está ainda «oficialmente» integrada em nenhuma organização política. Espero que não te chateie esta apreciação simples da tua colaboração, mas penso que seria injusto não a fazer.

1. *Recorde-se que aquando da Conferência de Tunis notámos que a presença de Gilmore (Holden Roberto) tinha sido apoiada por esse American Committee on Africa, o que nos causou estranheza e mesmo desconfiança.*

O vosso trabalho está óptimo. Com efeito chegou atrasado, mas não foi o último, pois ainda não chegou nada sobre a Guiné e C. Verde. Escrevi por isso ao amigo do Cairo a pedir-lhe uma prorrogação do prazo. Mesmo que já não seja possível publicar a coisa a tempo para a Conf. Afro-Asiática, publica-se para distribuição ulterior a organizações diversas e a malta nossa. Só em face de todos os trabalhos escritos será possível fazer uma coordenação para evitar repetições.

Quando a brochura for publicada, faremos uma distribuição por todos os que vejam possibilidade de a difundir.

De acordo em que substituas, H., o que aí tens para enviar pela brochura, no caso de ela sair nas datas que prevês. Não convém porém deixar atrasar muito, para que o material não perca actualidade. A imprensa portuguesa silenciou em absoluto a Conf., o que não é de estranhar. Não há dúvida porém que a actividade política portuguesa está a aumentar no que respeita à internacionalização dos problemas coloniais, é índice desse facto o vaivém contínuo do ministro dos N. Estrangeiros, Marcello Mathias, que esteve em Espanha, Londres e ultimamente em França com o intuito declarado de acertar as agulhas da sua política colonial com a dos partenaires. Não sei como isso será possível, mas é de esperar uma breve alteração da política colonial portuguesa.

Quanto ao n/ próximo futuro ainda não sabemos nada ao certo. [...]

Quanto ao Tennyson Makiwane tivemos um certo contacto com ele, mas ele não nos chegou a referir os seus conhecimentos em Moç. Ele partiu aliás p^a a África do Sul, se não estou em erro. Se pudermos vocês porem-se em contacto c/ ele através da sua morada em Londres, não deixem de o fazer. É urgente encontrar ligações com Moç. Quando eu estava em Port. tinha notícias que algo se estava a preparar em Moç. Com a dificuldade porém de comunicações nunca mais foi possível adiantar nada. [...] Ainda não contactei pessoalmente com o Aquino [*A. de Bragança*]. Não sei que bicho lhe mordeu. Ele marcou-me uma vez um encontro, mas eu não recebi essa comunicação a tempo, pois estive três dias ausente no Sul do país. Voltei a escrever-lhe, mas não vieram mais notícias. Aguardemos.

Caro Marcel: não sei se a passagem aí do Mário te terá esclarecido alguns dos problemas que levantaste na tua carta de 25/2. São problemas difíceis de explicar por carta. As tuas considerações de ordem técnica ou política são igualmente válidas. Quanto às primeiras elas foram apresentadas já à malta e serão discutidas logo que possível. O mesmo quanto às segundas, sobre as quais desde já me permito pessoalmente dizer-te que não tens razão em admitir que foram postos em causa princípios e métodos democráticos. Há situações em que havendo uma necessidade urgente de tomar decisões importantes, não podemos estar a preocupar-nos em reunir a opinião de todos os camaradas, o que como sabes levaria muitos meses. A CARTA, sendo em princípio o que vigora, não é um documento definitivo em absoluto e é susceptível de emendas reconhecidamente necessárias. Os problemas que levantaste foram bastante discutidos e é possível que o voltem a ser. Peço-te portanto que faças uma análise detalhada de todos os pontos com que não estás de acordo, para que sobre eles te sejam dadas as devidas explicações ou, para que de acordo com eles [se] modifique o que for possível na CARTA. As considerações que já fizeste (e que dizias serem resultado de uma análise por alto), já foram transmitidas p^a Londres e Conakry, mas interessa que faças tudo de uma vez. Que diz o Guido [*Guilherme Espírito Santo*]? Que faz ele?

Tens tido notícias da Andréé? Escrevi-lhe há dias um postal p^a a posta restante. Não sei se ela o recebeu. Quem está da malta africana em Paris?

Caro Horta – já recebi três jornais. Ao que parece a malta corre o risco de ser julgada em Tribunal Militar. Temos andado a ver se conseguimos que organismos políticos e sindicais telegrafem ao Governador Geral de Angola a protestar contra o julgamento e a solidarizar-se com a malta presa. Até agora creio já terem telegrafado a UGTAN, a U.P.C. e aqui a U.M.T. Será possível que aí algum sindicato ou Associação de estudantes faça o mesmo? É de notar que há dois estudantes no processo: HÉLDER FERREIRA NETO e NOÉ DA SILVA SAÚDE, sem contar com a DEOLINDA RODRIGUES que por estar a estudar no Brasil será julgada à revelia.

Quanto aos jornais extraviados que chegarão atrasados, paciência. [...]

Em breve escreverei a relatar as últimas decisões.

Como vai o trabalho dos estatutos? Convinha depois fazer chegar a coisa a Lx. se houver essa possibilidade. Era de tentar a oficialização o mais depressa possível, para que em breve a n/ malta possa usufruir das regalias que a UIE costuma dar no que respeita a Bolsas.

Os dois moços que foram p^a a Alemanha Or. [A. Oriental],¹ estão satisfeitos. [...]

Cumprimentos da Ruth. Um bom abraço p^a ambos do v/
ass.) Lara

Carta de Amílcar Cabral

[dactilografada]

14 Março 1960

[Acrescentado à mão por L. Lara: R. 18.3]

CAROS AMIGOS:²

Deixo o Manif. cujo texto actual estou a dactilografar para poder apresentá-lo a estranhos, e vou referir-me a alguns dos milhentos problemas que têm sido postos nas vossas sempre bem-vindas cartas. Creiam que gosto disto: estamos decididos a dar o máximo, a pôr e resolver todos os problemas. Mas, desculpem o lugar comum, devagar, porque temos pressa. Meus amigos, nós não estamos a correr, estamos a marchar para a libertação dos nossos povos, depois de cinco séculos de sujeição ao pior dos colonialismos. Temos tempo para lutar e para vencer – e venceremos.

1. Bureau. Corresponde à nossa confiança no Governo da Rep. da Guiné e no seu glorioso PDG, a autorização para instalarmos o B. Por ora não teremos conseguido tudo, mas isto representa muito, e estou certo de que vamos ter (e merecemos) dos nossos irmãos da Rep. da Guiné, o melhor apoio, a mais eficaz ajuda. Quanto a mim, é

questão de tempo e do desenvolvimento da nossa luta, do trabalho que formos capazes de realizar a partir desta primeira etapa. O Ma [Mário de Andrade] irá em Abril e espero que teremos ajuda para a deslocação dele. Eu conto sair daqui dentro de 15-20 dias e estarei em Con.[akry] por todo o mês de Abril. O V. [Viriato da Cruz] não deve sair daí até à m/ chegada, após a qual julgo será possível a ida do L. [Lúcio Lara] e família. Desde que alguns de nós tenham trabalho garantido, não haverá problema para a instalação de uns tantos, tanto mais que aí não negarão trabalho a quem o pode realizar, mesmo sem o diploma de técnico-não-floué. Com a m/ profissão que estive e continua ao serviço da nossa luta, creio ter direito a um lugar decente, ao menos ao nível do que tinha e me era garantido por não-africanos, na base de uma experiência provada e que pode ser útil de verdade à evolução, indispensável, dessa terra da Guiné, que é a minha. Quanto a mim, portanto, o mais tardar em Maio estaremos todos aí, para resolvermos os nossos problemas e prepararmos novas etapas de luta (Congo, ONU, Tangan[ica] etc.)

2. Julgamento. Sei agora que foi adiado, quando estava tudo preparado para realizá-lo. Não sei para quando, mas vamos sabê-lo. Estou certo de que o adiamento resultou da nossa luta, da posição adoptada pelos nossos presos, da chuva de protestos que o G.P. [Governo Português] terá recebido. Se interpreto bem o que me dizem disfarçadamente, o I. Mach. [Ilídio Machado] fez declarações sensacionais. A entrevista de Imprensa (conferência), que não teve grande reflexo público aqui, teve-o lá fora. Segundo as Ag. Intern. [Agências Internacionais], no Puto [Portugal] ficaram alarmados e, pode ser coincidência, mas dois dias depois estava aqui o Ministro dos Estrangeiros para conversa sobre África. Claro que me acusam de «comunista» publicamente, mas as démarches que encetei continuam e eu creio que devo relatar-vos tudo na n/ reunião. Agora, com o adiamento, vamos poder fazer muito mais pelos nossos, pela causa. Não descurei qualquer oportunidade séria que tenhamos (e temos) neste meio. Avante, pois.

3. Assuntos internos. Embora tenhamos pressa e haja assuntos urgentes, acho que só de viva voz devemos tratar deles. Isso de lavar as nossas roupas em cartas (roupa limpa ou não) pode ser pernicioso. Decerto que me compreendem e, apesar das angústias e sacrifícios, creio que a vossa paciência não se esgotou nem se esgotará. Resolveremos tudo – de viva voz.

4. Caso Miguéis. Muito animador e corresponde à primeira das novas etapas que temos de vencer na vizinhança de Ngola. De fixar o entusiasmo e a confiança dele, que correspondem à da n/ gente em Ngola. Acho portanto que devemos prosseguir, apertar o contacto e, não sejamos muito exigentes, sempre é possível dar-lhe indicações concretas sobre o que deve continuar e começar a fazer. O V. é muito capaz de fazer isso – e faz.

5. Finanças. Fundos que temos de obter da n/ gente, contribuição dos que tiverem trabalho remunerado – devem ser a base da manutenção do Bureau. Tenho esperança de que teremos ajuda dos Africanos. Nesta base, a obtenção de um empréstimo substancial é hipótese a estudar, e eu poderia ocupar-me de tentá-lo, se me derem o v/ agrément, antes do m/ regresso. Assunto melindroso que carece de ponderação. Só aceitável em extrema falta.

1. Carlos Rocha e Fret Lau Chon.

2. Lúcio Lara e Viriato da Cruz.

6. Lxa [Lisboa]. Ainda não tive notícias directas, seguras. Pus imensa cautela no contacto que tentei, e vou tentar outro que me parece melhor e que sabem qual é. Espero ter êxito. Sei no entanto que a vida continua em Lxa. Sabemos todos das dificuldades de ligação que se não vencem numa vezada.

7. Manifesto. Seis a sete contos a impressão. Quase inviável, mas não desisti. Tive de ordená-lo mais e de comprimir um pouco. Estou a dactilografá-lo, como disse, para tentar encontrar a melhor e mais barata publicação. Mesmo que seja em foto-impressão, em tamanho reduzido, mas legível. Vai reter-me aqui mais uns dias. Penso que deve ser do Mac, porque o é, porque o nome de Frain pode mudar, porque temos de respeitar a nossa própria história. Incluiríamos, no fim, uma nota sobre a criação da Frente, e sairia com a data de Dezembro de 1959.¹ Seria uma satisfação para os de Lxa.

8. Goan League e outros contactos. Estão estabelecidos os laços iniciais com os goeses. Actuo agora aqui de colaboração com um dos leaders da libertação goesa e com o Com. Afr. Org. [Committee of African Organisations]. A melhor boa vontade, a melhor intenção de colaboração estreita e frutífera. Grandes perspectivas de colaboração no futuro, que vos relatarei oportunamente. A ideia do V. que havia sido sugerida por aquele leader, é muito boa. Por intermédio dele, do Com. e de outros amigos, tenho estabelecido e vou estabelecer novos contactos. Espero que destas demarches resultarão benefícios reais para a nossa luta. Necessitam de nós e nós necessitamos deles.

8. Afro-asiática. Concordo com o sugerido por V. e aceite por L. Mãos à obra, pois, e que V. indique a data certa. Se não pudermos estar todos presentes, alguns estarão e receberão de todos os documentos necessários. Temos de preparar tudo com antecedência. L. fará o regulamento, mas é preciso esclarecer o que quer dizer «estranhos» («relações dos delegados com gente estranha»). Para a Afro-asiática da Mulher, julgo que, salvo a possibilidade de conseguir uma delegada da Guiné e dinheiro para as deslocações, só poderemos estar presentes com uma Mensagem. A Al. [Alda Espírito Santo] já regressou a casa e não temos outra parceira cá fora. Se No. [Noémia de Sousa] saísse...

9. Com. Dir. CPA [Comité Director da Conferência Panafricana]. Julgo que V. está mais perto e, por isso, deve tratar com o Gilmor [Holden Roberto] e o Secretariado dos nossos problemas. Não podemos deixar a coisa arrefecer e temos o direito de ser ouvidos e atendidos.

10. União dos Estudantes. Eu e Ma fizemos o Projecto de Estatutos que já passei a ciclostilo e envio-vos agora.

Vou espalhá-lo o mais possível, para base de discussão que espero não seja muito longa, pois urge criar a Associação. Claro que partimos do que já tinha sido feito. A propósito, acho que só devemos criticar na base de ouvir previamente o criticado. Porque havemos de supor que os outros cometem erros? Penso que a ideia do L. sobre

a União de trabalhadores é de levar avante. Estudaremos o problema, e eu, em Dakar, colherei elementos para o caso da Guiné.

11. Carta da Frain. Tenho-a ciclostilada em português e em francês, de que vou enviar-vos exemplares. Tenho a tradução em inglês, feita pelo amigo B. Dav. [Basil Davidson], e que vou ciclostilar. Não enviarei muitos exemplares por causa do porte. Calculem que para o Apelo e para a Nota à Imprensa que distribuí para todos os Continentes, gastei mais de 600 esc. em selos. Creio que o texto da Carta não será o definitivo, pois há algumas lacunas e, além disso, o problema do nome da F. voltou a pôr-se com agudeza. Digam alguma coisa acerca disso na volta do correio. Temos de decidir de vez.

12. Respeito aos métodos democráticos. Julgo que somos todos democratas. Respeitamos a opinião dos outros e ouvimo-la, quando possível, para decidir. Vivemos na anormalidade, cada um para o seu lado, numa espécie de guerrilha de palavras contra o nosso inimigo. Sacrificamo-nos para uma reunião (Túnis, por exemplo) e os que não fizeram esse sacrifício, porque não quiseram ou porque não tentaram, clamam pelo respeito etc. Estou em crer que ainda estaríamos em Túnis à espera de opiniões dos nossos, se não tivéssemos tido a coragem de decidir para que a luta progreda. Não, meus amigos, quando estivermos todos juntos, a dar tudo, ninguém falará de respeito, etc., porque só sabemos agir nessa base. Mas não somos jacobinos, e ou confiamos em que, nesta anormalidade, cada um interpreta a vontade de todos e não prejudica a luta, ou seremos veros democratas inactivos.

13. Tradução das Resol. e relações com Pc puto [PCP]. Vou traduzir e ciclostilar as Resol. Não farei milhares, porque não há dinheiro para papel, etc (que falta de memória é essa, amigo?), mas farei o possível e indispensável. Mandarei para Puto e para as n/ terras, na medida em que for viável. Acho que toda a documentação deve ser remetida ao Pc, para publicidade. Elaborei um panfleto que vai ser publicado pelo Committee, e que tentarei mandar também, se ficar pronto antes da minha partida. Factos do col. port. e a nossa luta.¹ Todos têm gostado e o BDav está a revê-lo.

14. Hino, bandeiras, etc. No Bureau resolveremos isso. Por meu lado, há muito que desenho bandeiras e penso na letra do hino. Mas temos tempo, e isso é problema sério que nos vai levar umas boas horas. E por hoje não posso mais, sou mau dactilógrafo e, diabo, hei de encontrar-vos.

V: brincando ou a sério, tens razão – não devemos chocar os ovos, pelo simples facto de que não são nossos; são dos nossos povos. Rima e é verdade. Mas não podemos perder tempo com diários, quando há muito que fazer, temos de fazer, e vamos relatar tudo o que fizemos. Claro que somos honestos bastante, para não armarmos ovos em bunda vazia. E os ovos são coisas palpáveis.

L: tens sacrificado o Paul e a Ruth. Se não fores capaz de pensar nos teus, como pensarás nos outros? Lutamos, sacrificamos todos, porque somos humanos. Esta – uma

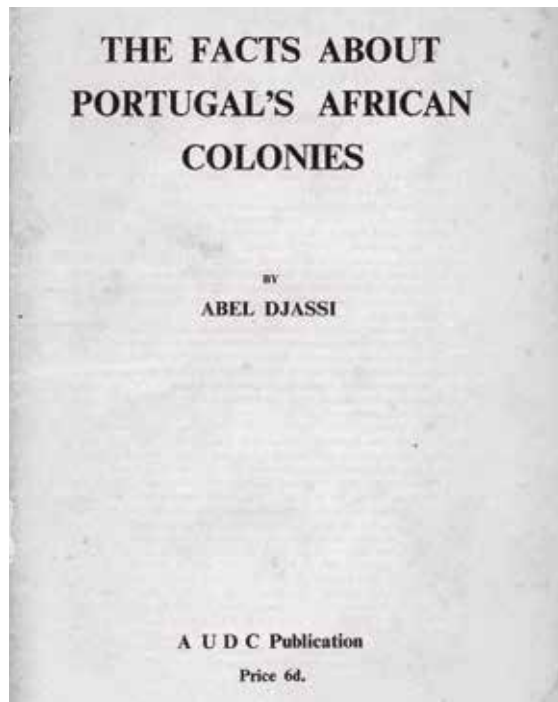
1. Ver Manifesto do MAC em Anexo nº 12. Infelizmente falta-nos parte desta nota.

1. Saiu em brochura, em inglês, Facts about Portugal's African Colonies, (Londres, Junho 1960) com uma interessante introdução de Basil Davidson. Foi também traduzida em português e circulou pelas embaixadas em Portugal.

base indestrutível. Acho que nesta fase, tu deves decidir em re[lação] à tua família, que será a boa decisão. E marcharemos juntos para a vit[ória].

O melhor abraço de camaradagem do vosso

Abel



Carta de Viriato da Cruz

[dactilografada]

Conakry, 14 de Março de 1960

[Acrescentado à mão por L. Lara: R 18.3]

Caros Amigos L. [Lúcio Lara] e Abel [Amílcar Cabral],

Cá me têm outra vez com uma carta. Também é certo que gosto de escrever. E creio ter sido Marx quem disse que a velha sociedade não pode resistir longo tempo à aliança da humanidade sofrente que pensa e da humanidade pensante e oprimida. Em suma: a aliança entre trabalhadores e intelectuais pode ser útil.

2 – Os jornais «Le Monde» e «Paris-Dakar» (edições de 10 e 11) anunciaram «levantamentos nacionalistas» em Angola; uma conferência de presse, dada na USA por dois membros do American Committee for Africa, que estiveram há pouco em Angola; e indignação de toda a imprensa portuguesa em face dessa campanha de «calúnias».

3 – Há cerca de vinte dias que não sei nada do Lara. Estará ele em contacto com

gente nossa conhecida? Se não, será que o seu silêncio não inquieta a ninguém? A mim inquieta-me, por muitos motivos.

4 – Há dias, a Emissora Nacional, na sua emissão para o Ultramar, exortou a todos os portugueses a unirem-se, sejam quais forem as suas divergências, «nesta hora crucial da História de Portugal». Penso que a FRAIN poderia e deveria criar ainda mais dificuldades à pedida união de todos os portugueses. Entre o muito que nesse aspecto a FRAIN poderia fazer, aponto uma possibilidade: Enviar-se um telegrama ao, por exemplo, general Delgado, mais ou menos nestes termos: FRAIN que luta pela liquidação do colonialismo português apoia luta povo português pela liquidação fascismo em Portugal e saúda todos Portugueses defensores progresso real de Portugal na base liberdade igualdade e coexistência pacífica todos povos¹ – Talvez fosse possível enviar-se um telegrama desses dentro de dias. Mas se se procurar um propósito próximo, acho que a data da subida de Salazar ao poder* [Acrescentado, à mão, na margem: *Creio que em 26 de Abril] poderá pretextar o envio de um telegrama no espírito que sugiro.

5 – Estou contra o método com que vem trabalhando o Comité Director da FRAIN. Nada de trabalho de equipa e não vejo que o Comité venha dirigindo a actividade geral da organização. Ora, no passado opus-me ao facto de a direcção de Lisboa não fazer sentir a sua orientação nas organizações exteriores do MAC. Mas devo ser coerente: não posso aceitar, igualmente, o método de trabalho da direcção da FRAIN. A continuarem as coisas assim, a minha consciência obriga-me a pedir demissão do Comité Director da FRAIN.

6 – Recebi uns números do jornal ABC para o L. Para este amigo recebi ainda uma carta de Casablanca, do jornal marroquino «L'Avant-Garde», pedindo colaboração para o referido jornal, que está na disposição de acompanhar, nas suas colunas, o movimento político em África.

Logo que tenha possibilidades, enviarei ao L. os jornais e a carta.

7 – Tive aqui contactos com uma delegação oficial cubana. Os contactos foram frutuozos. Dada a natureza dos resultados, acho conveniente não vos comunicar nada por carta. Mas se quiserdes mesmo saber o que resultou desses contactos, dir-vo-lo-ei no próximo correio, a vosso pedido.

8 – Insisto na necessidade de uma conferência entre todas as organizações políticas (e sindicais também, ainda que clandestinas) de todas as colónias portuguesas da Ásia e da África. Como o Abel é o que está mais perto de uma organização asiática, a Goan League, acho que ele deveria encetar negociações nesse sentido com a Goan League.

9 – A UPC [Union des Populations du Cameroun] e o Comité de Libertação da Costa do Marfim enviaram telegramas ao Tribunal de Luanda. Junto cópias.

10 – Estou ainda por dar uma resposta oficial ao Miguéis, porque não sei o que pensais acerca do que ele me escreveu e eu vos comuniquei numa das minhas últimas cartas.


Quanto ao endereço do general Delgado, a Goan League deve sabê-lo.

ass.) V.

[Acrescentado à mão, na margem: P.S. – Já terias escrito ao Aquino Bragança, que deve estar em Rabat?]

1. O sublinhado deve ter sido feito por Lúcio Lara.

Carta de Aquino de Bragança


 Letat. 16. III. 60

Meu Caro Lara,

Estarei em Casablanca

na próxima sexta-feira. Reunião com
 a Redacção de AVANT-GARDE à
 10 1/2 horas (manhã).

Exemplo de zelo que tenho o
 mesmo ideal e solidariedade em tal sentido
 nessa tua luta contra o fascismo português.

Salutatis, patrioilly
Aquino

P.S.: Responde ao teu amigo...

Não podes ir na sexta-feira por
 ter a mulher incomodada.

Carta de Mário de Andrade

[manuscrita]

Düren, le 16.III.60

Meu caro Lúcio,

Acabo de receber a tua carta de 12.

Tenho várias coisas em mente que passo a relatar duma maneira desordenada. O meu estado de saúde continua mais ou menos precário, com altos e baixos. Tudo depende do clima. Vivo em casa dos sogros do L.A. [Luiz de Almeida] que são duma extrema gentileza. Não posso abusar, porém, da hospitalidade.

Tenciono passar em Liège novamente (a partir de 21, próxima segunda-feira) a fim de pôr em ordem os textos para a brochura. Trata-se, como te disse, não só de condensar os relatórios da conferência de Túnis mas também de escrever alguns comentários (acentuando a sua importância) ao processo de Angola. Os camaradas de Liège não estão habilitados a redigir correctamente algo de concreto sobre o essencial do julgamento em curso.

Mandei-te o nº da «Gauche»? Já não me lembro. Saiu também uma notícia no «Drapeau Rouge», baseada na informação vinda de Londres (conf. de imprensa do Abel). Escrevi-lhe, admirado por ele não me ter pedido a minha colaboração, ao menos para a redacção formal desse documento que considero desordenado e sobretudo mal escrito. Acho que não podemos negligenciar a questão da forma.

Os autos estão comigo. Não seguem ainda, por enquanto; necessito de extrair todos os elementos úteis para o «papier» que tenho entre mãos, destinado à brochura. aguardo a 2ª parte. Quanto às photos, espero poder mandar uma película na próxima semana. Fui expressamente a Frankfurt para isso. O Bouvier está a reunir os positivos num cliché único.¹ Que fizeram vocês à Irmgard [I. Bouvier]? Está assanhada – o que é ótimo para a defesa da nossa causa. Acaba de criar, dentro do «ARBEITSKREIS DER FREUNDE GHANAS», um «ANGOLA-AUSSCHUSS» e a esse título enviou um protesto ao Governador da Colónia, exigindo a «liberdade imediata» (sic) dos prisioneiros políticos. Traduziu e publicou no último número da Geopolitik esse papel vindo directamente de Luanda (tenho comigo o original).² Dispõe-se enfim a editar na Alemanha a brochura que preparamos em Liège. Uma actividade louvável! [Acrescentado na margem: falou ao Embaixador do Ghana em Bonn no nosso caso. Às autoridades alemãs, etc.]

O Secretário da Associação dos Juristas, em Paris, prometeu-me publicar um documento sobre o processo. Entretanto, falei longamente com o Dr. Henrique Fialho, Vice-Presidente do mesmo organismo e pessoa muito influente nos meios brasileiros. Levou para o Rio uma série de elementos que lhe forneci. É ele (de acordo com o Secret. Geral da Assoc. Juristas) que ficou encarregado de desencadear uma campanha internacional.

A propósito: Leste as duas pequenas notícias que apareceram no «Monde» sobre a nossa terra? Estive com o Frank MONTERO uma noite, em Paris. Deu-me notícias

1. Ver página 314.

2. Trata-se do «Apelo do MINA», publicado em página 293.

do meu irmão padre¹ que a polícia procura agarrar, pois é considerado nesses meios como um dos mais perigosos agitadores (ele é muito citado nos autos).

Interessa bombardear com documentos nossos as seguintes pessoas:

FRANK C. MONTERO. 411 Madison Avenue, N.Y. 22, New York

Dr. HENRIQUE FIALHO – Rua Ramon Franco, 91 (Urca). RIO DE JANEIRO

Patrick Duncan – Edit. of «Contact» (direcção já enviada)

Pedi-me coisas, novamente. Vai publicar artigo/processo.

SUZANNE DE LUZIGNAN (Madame) – B.P. 20.19 Brazzaville. Rép. du Congo

Estou cada vez mais convencido que há hoje possibilidades imensas de agitar as nossas questões no plano mundial. Pensei que seria útil constituir um Comité internacional de amigos de Angola para começar. É uma ideia que me levará certamente a Londres onde penso concretizá-la com o Basil D. [B. Davidson]. Ele insiste comigo que me instale uns dias em sua casa. Prometi-lhe uma visita há já um ano. E os meios do Vaticano também necessitam de estar ao corrente das pressões policiais de que o Cónego Neves (Vigário Geral da Arquidiocese, angolano) e o m/ irmão Padre estão a ser vítimas neste momento, em Luanda.

Passarei certamente por Roma antes de regressar a Paris, pois organizei uma antologia geral de poesia negra para os «Editori Riuniti». E tenho dinheiro a receber desses amigos romanos.

Estes últimos tempos tenho sido assaltado com pedidos de informações e artigos sobre Angola. Até o «Portugal Democrático» (por intermédio de João A. das Neves, jornalista que conheci em Lisboa) acordou e talvez já acredite na nossa capacidade de pensar o problema nacional.

Voltando à brochura: pedi ao V. [Viriato da Cruz] duas páginas sobre o significado político da participação de representantes dos movimentos angolanos na conf. de Túnis. * [Acrescentado na margem: * urgente. Se pudeses, escreve-lhe com urgência a lembrar o meu pedido. Aguardo até 24, dernier délai.] Um parêntesis: esse tal Gilmore [Holden Roberto] é um admirável «habilleur» de artigos que nunca escreveu.

O repouso absoluto é impossível, meu Caro.

Quanto às démarches feitas pelo V. na R.G. [República da Guiné] considero-as de grande importância. Um grande passo em frente. Entretanto, ponho reservas no que respeita a nossa utilização como «funcionários» da República. Ajudar, sim; mas nunca ficar absorvidos. Visto que eles entendem que eu posso ser útil ao país, que me mandem o bilhete/viagem. Urge conseguir os meios materiais para a nossa autosubsistência.

Aguardo mais notícias sobre o assunto.

Diz-me: que fez o Aquino para arrancar os 20.000 frs. que a direcção da «Avant Garde» me deve? Fala-lhe nisso, por favor. Esse dinheiro é para ti.

Envia, pois, os 100 M. (na volta do correio, se possível) para a morada do H. [José Carlos Horta], em Liège. Abandono Düren no fim da semana.

Acabo aqui a carta, porque o correio vai fechar.

Saudações à Ruth e beijinhos ao Paulo.

Responde com urgência.

Um abraço do teu,

Mário

Carta de Viriato da Cruz

[dactilografada]

Conakry, 17.3.60

[Acrescentado à mão por L. Lara: R 24/3]

Caros amigos,

Respondo às do Abel [Amílcar Cabral] e L. [Lúcio Lara], de, respectivamente, 10 e 14. Não recebi a carta do L. anterior a esta última, e na qual ele transcrevia trechos da carta do Mc. [Marcelino dos Santos]. Importante saber porquê. [Acrescentado à mão: Já recebi essa carta. Hoje].

1 – A Conferência afro-asiática começará, aqui, na segunda semana de Abril.

2 – A UGTAN enviou também telegrama de protesto. O adiamento do julgamento foi um incontestável êxito da luta dos n/ povos, na qual se inclui o n/ trabalho exterior. Já temos a força para fazer recuar os n/ «donos». Informaram-me que na data do julgamento o ambiente de Luanda estava tenso e que houve mesmo tentativa ou intenção de o povo libertar os presos!

3 – Satisfeito por saber que o M. [Marcelino dos Santos] estava a colaborar c/ o H. [José Carlos Horta] no trabalho dos Estatutos para os estudantes.

4 – O M. [Mário de Andrade] informou-me s/ a brochura. A seu pedido, escrevi a introdução, de que vos mando cópia.¹ A brochura será boa lenha a impedir, como convém, que o fogo do interesse acusador contra o colonialismo port. não se apague no plano internacional.

5 – Apareceu ontem aqui o José [Gilmore, ou Holden Roberto]. Disse-nos que, depois da conf. de presse do Abel, veio de Angola a Léo um agente pidista. Este foi à casa da família do José G. e perguntou à mulher por ele. Quis saber se ele estava em Londres. Em face do sucedido, a família de J.G. mudou-se para Brazza. A conf. do Abel foi mundialmente difundida pelas agências noticiosas. Nos Congos e Nigéria saiu também notícia. Em suma: o caso alarmou os cães dos lusos.

Do actual comportamento e atitudes do J.G. para connosco ressalta nitidamente que os seus companheiros – com os quais ele conferenciou nos Congos – ordenaram-no a colaborar connosco. Veio para discutir problemas práticos

1. Joaquim Pinto de Andrade.

1. Ver introdução à brochura do «Processo dos 50» em Anexo nº 17.

conosco. Ele ainda esconde, por conta própria, muita coisa. Disse-me, por ex., ter falado nos Congos com compatriotas que me conhecem pessoalmente. Mas só me disse o nome do Miguéis e não me quis dizer os nomes dos outros. Ele sabe agora que nós podemos contorná-lo, e isto influiu na s/ atitude. – Deduzi ainda das conversas que os n/ compatriotas que estão lá em baixo (só em Léo há cerca de cem mil) desejam que nós partamos para o sul logo depois da independ. do Congo. Em suma: temos os primeiros indícios concretos de que estamos perto da ocasião de trabalharmos c/ as massas.

O J.G. sente necessidade premente (leia-se imposta) de discutir problemas práticos conosco, e c/ Abel e L. também presentes.

O J.G. tem de estar no dia 28 em Accra, à reunião do Comité Director.¹

6 – No dia 14, o secr.-geral disse-nos que no dia 15 daria ordens ao s/ embaix. em Paris para tratar da vinda imediata do M. e do Abel e mulher. Não quis que o Abel tratasse disso c/ o embaix. de Londres. Peço, portanto, ao Abel que se ponha imediatamente em contacto c/ o M. para apressarem a burocracia em Paris. Os 3 já têm emprego prometido. Mas aqui compreendem bem, no entanto, que 2 deles precisam de tempo livre.

7 – Quanto à questão do L. e família, o problema não envolve insolução. O I. [Ismael Touré] (ministro que esteve em Túnis) disse-me há dias que eu poderia trabalhar na Rádio. Disse isso sem que eu tivesse feito nenhum pedido nesse sentido. Ora, penso que o L. poderia trabalhar, em meu lugar, na Rádio. Eu posso trabalhar rendosamente em casa, tanto mais que recebi oferta da Alemanha para publicar o livro que estive a escrever. Preciso, portanto, de acabar o manuscrito, cuja publicação me dará dinheiro. – O regresso do L. e família para a Europa é hipótese que deve ser absolutamente rejeitada. Tanto mais que há perspectiva frutuosa de irmos para o Congo depois de Junho. Contactos que tive aqui c/ o presidente, que já conhecia, e c/ abaquistas [da ABAKO] reforçaram mais essa possibilidade. – O H.M. [Hugo de Menezes] diz que vai escrever ao L. para informá-lo de que aqui em casa há espaço para L. e família e que estes podem vir quando quiserem.

8 – De acordo c/ o L.: impõe-se reunião de todos, incluindo Abel. Vou mais longe: precisamos de estar sempre juntos. Um indivíduo só é incapaz de resolver satisfatoriamente os problemas agudos que se vão amontoando dia a dia em progressão geométrica. Que nos reunamos pois o mais breve possível.

9 – O problema negro-branco não se põe aqui nos meios responsáveis do país. A Constituição proíbe mesmo, textualmente, o racismo. Tenho a impressão até de que, na cidade, o número (grande) de brancos é muito maior ao de mestiços. Brancos trabalham mesmo em organismos oficiais. Certo: encontram-se grãos de racismo à la nègre numa pequena parcela móvel do zé-povo. Este racismo, porém, não é ofensivo: manifesta-se por certa desconfiança. Não foi em vão que o colonialismo europeu (acidentalmente branco) dominou aqui longo tempo! De modo geral, as relações humanas aqui são incomparavelmente melhores do que, por ex., em Angola.

10 – Novo posto emissor que cobrirá toda a África entrará aqui em funcionamento no fim deste mês. Ótimo para nós.

11 – Insisto na necessidade de todos nós, mas com o Abel à frente, trabalharmos no caso da Guiné port. As condições exteriores estão maduras. Sei que, interiormente, várias organizações trabalham. Mas penso ser já tempo de se dar início a uma acção ininterrupta que aglutine essas organizações, que as ponha a marchar, unidas, para novas etapas, que aproveite, inteligentemente e no máximo, as condições exteriores, e que insira, com clareza, a luta do povo irmão da Guiné na luta geral contra o inimigo comum: o colon. luso. A Guiné tem todas as possibilidades de elevar a luta anticolonial no império luso a um nível novo. Chateia-me o estado do grupo daqui. Por intermédio do H.M. pretendi influir na orientação do grupo. O m/ plano visava, para já, fazer algumas conferências s/: o colonialismo em geral e a natureza do colonialismo luso; organização política e trabalho conspirativo; trabalho de propaganda e agitação; o papel dos trabalhadores na revol. anticolonial; posição teórica e trabalho prático necessário à classe trabalhadora; sindicalismo. Essas conferências não teriam ar académico, mas prático e revolucionário; e nelas o auditório colaboraria intimamente por meio de discussões colectivas. Estender-se-iam por um período de seis-sete dias. Mas, como disse, o H.M. afastou-se do grupo, e o tal plano ficou no papel. Mais tentativas fiz, junto de guineenses e caboverdianos, mas nada deu ainda frutos.

12 – Ótimo sobre o acordo do Goan League para a conf. de organizações políticas e sindicais de todas as colónias africanas e asiáticas de Port. Ela impõe-se o mais urgentemente possível. Penso que o Abel pode já fazer avançar a coisa, apresentando ao Goan um projecto do tema da conferência. Sugiro: «A) Estudo, estabelecimento e organização dos meios práticos da luta unida dos povos de todas as colónias africanas e asiáticas de Portugal, com o fim de: (1) Impor a Port. a liquidação pacífica do s/ colonialismo; (2) Impor, por todos os meios, a descolonização imediata dos referidos países sob dominação portuguesa.

B) Criação de organismos encarregados do funcionamento permanente e eficaz da Frente dos povos afro-asiáticos contra o colonialismo português.»

Podemos propor já os seguintes lugares, a escolher um, para a conf.: Indonésia, China, União indiana ou Cairo.

Encetar já negociações junto de representantes destes países, com o fim de: um deles nos convidar, correndo às suas expensas os gastos do séjour (três dias) e de viagem dos delegados à conferência.

Em caso de fracasso dessas démarches, pedir a ajuda do Conselho afro-asiático. Data da conferência: primeira semana de Maio próximo. A data deve ser sempre proposta, porque o ritmo de trabalho de preparação de qualquer coisa depende sempre do tempo que se tem em frente.

13 – Acho que podemos e devemos abrir mais uma frente para atacar Portugal na ONU. Levantar, junto da Comissão dos Direitos do Homem, o problema das centenas de milhares de angolanos, moçambicanos, guineenses e goeses que vivem fora dos seus países por causa das condições desumanas que Portugal criou nos

1. *Comité Director da Conferência Panafricana, para que Holden foi eleito em Túnis.*

respectivos países. Este ataque podia começar c/ uma moção feita pela projectada conferência dos povos afro-asiáticos sob dominação portuguesa.

Lembremo-nos que, apesar de a questão dos árabes da Palestina se apresentar não exactamente como a nossa, a ONU, por intermédio da Comissão dos Direitos do Homem, condenou, neste ponto, Israel.

Seja como for, o que nos interessa não é o resultado dos votos da ONU, mas sim a necessidade de atacarmos Port., atormentá-lo constantemente, arrancá-lo da escuridão em que ele se vem escondendo proveitosamente para si. Os relatórios de Galvão, do governador do Bié, e os depoimentos de uma parte dos que emigraram compelidos pelas condições desumanas (que o são!) poderão servir de apoio da nossa acusação.

14 – O FRAIN poderá mudar de nome – com pretexto plausível – na altura da nossa conf. afro-asiática. O Secretariado ou Conselho Permanente que saísse dessa conf. poderá, muito logicamente, substituir a FRAIN. Em vez desta, passaria a existir uma Frente afro-asiática.

15 – O Manifesto (coitado!) poderá ser apresentado e assinado pelo PAI e pelo MPLA, em vez do MAC, que já morreu oficialmente e com estardalhaço, ou em vez da FRAIN. A ser publicado em nome do MAC, teria de sair com data anterior à Conf. de Túnis. É admissível que o PAI e o MPLA possam fazer a crítica do colon. luso em todas as colónias africanas e possam exortar os povos de Cabo Verde, S. Tomé e Moçambique à luta. Sou pela primeira solução.

16 – Bem, caros amigos, muito há que discutir tête-à-tête e profundamente. Espero, portanto, que o mais brevemente, dentro de poucos dias, estejamos todos aqui, em volta desta mesa.

17 – Ao L.: Pensamos que a nota publicada no «Avant-garde» de 28 de Fev. merece uma mise au point. Sugiro a seguinte: Felicitar sinceramente ao jornal pela simpatia activa que ele manifesta pelos problemas dos povos africanos sob dominação lusa; dizer, no entanto, que o centro da actividade actual da FRAIN não é uma preparação para a luta armada, mas sim a utilização de todos os meios pacíficos para a liquidação da dominação colonial port.; dizer que não nos consta que haja políticos angolanos na Guiné. – Compreendeis, amigos, acho que mesmo quando estivermos a dar tiros deveremos dizer sempre sempre sempre que desejamos uma solução pacífica, e que a busca desta solução ocupa o centro do n/ interesse.

(No entanto, aqui entre parêntesis, a nota do jornal não é de todo nociva: no mínimo, permite-nos essa mise au point). Se estiverem de acordo, o L. deverá redigir essa carta ao jornal. Mas acho que o L. deverá assinar com um outro nome, em vez do seu.

18 – Finalmente, aconselho o Abel a ter muito cuidado com a sua segurança física. (Recordar démarche pidista em Léó). Melhor solução vir rapidamente para aqui.

19 – Retiro a hipótese de pedir demissão do Comité Director.

Saúde para todos
ass.) V.

[Acrescentado à mão, na margem da 1ª página: P.S. – Espero que dê a tua opinião ao Abel sobre o nome sob o qual deve sair o Manifesto. MAC? FRAIN? Ou só PAI e MPLA? Aceitarei o que vocês finalmente decidirem. E na margem da 3ª página: P.S. – Ao L.: Aconselho-te a estudar, desde aí, atentamente e em função dos n/ problemas, o 2º tomo das obras «choisies» de Mao-Tse-Tung. Esse segundo tomo trata (como um verdadeiro tratado) dos problemas da guerra revolucionária.]

Carta de Hugo de Menezes

[dactilografada]

Conakry, 17/3/60

Caros amigos¹

Penso ser desnecessário reafirmar a minha inteira adesão ao FRAIN. Esta atitude exige, no caso de ser por vós tomada em consideração, que eu funcione como uma peça – ainda que minúscula – que deve entrar em funções quando o andamento da máquina o exigir. Em consequência, e não só pelas leis da «mecânica» a que estaria sujeito, como também pelo prazer pessoal que nisto ponho, penso ser desnecessário acentuar que estou inteiramente ao dispor do L. [Lúcio Lara] e da família, na hipótese da sua vinda para cá. A minha mulher e eu fazemos esta proposta absolutamente descontraídos, e esperamos que seja aceite do mesmo modo. [Acrescentado à mão: Venham, pois, quando quiserem, imediatamente se vos agradecer.]

Quanto à missão de que fui encarregado junto do PDG: após longas caminhadas e démarches em número incontável, obtive ante-ontem, do Secretário Político deste Partido, a resposta verbal às questões que, oralmente, e depois por escrito, dentro da linha por vós definida em Túnis, lhe apresentei logo após a minha chegada a Conakry. Ficou, pois, decidido:

1 – Que por ora, e imediatamente, virão o Abel [Amílcar Cabral], a mulher e o Ma [Mário de Andrade], e imediatamente.

2 – Que as passagens serão por conta do Estado.

3 – Que o Abel e o Ma virão como «técnicos».

Convém, por outro lado, que o Abel se ponha em contacto directo com [o] embaixador, em Paris, mais precisamente, deverá deslocar-se a Paris.

O nosso pedido, se bem que razoavelmente satisfeito, não o foi como desejávamos, não só pelo carácter «técnico» com que se apresenta a vinda de uns, como também pela exclusão, pelo menos temporária – tal como foi dito – de outros.

Já devem ter sido enviados para Paris os meios necessários para a realização prática daquelas decisões.

1. Lúcio Lara, Amílcar Cabral e Mário de Andrade.

Quanto ao Movimento de cá: não tenho procurado contactos desde a minha chegada. Prefiro afastar-me temporariamente, aguardando que a situação se esclareça um pouco. Creio que ela tende para tal, e que a vinda do Abel concorrerá muito para isso.

Estou inteiramente de acordo com o L., quanto ao critério que deva presidir à adopção de alguns (todos) princípios fundamentais do nosso Movimento. Deveremos escrevê-los à luz mais brilhante do século, e não à luz das queimadas ou das candeias de azeite. As reservas de alguns, as obstinações de outros, as dificuldades transitórias que a adopção dos mesmos nos possa acarretar, certas adaptações cómodas ou questões chamadas «táticas», seja qual for a intenção que as dite, seja qual for o benefício imediato que aparentemente destas poderá advir, só devem ser encaradas quando de acordo com os mesmos princípios-base. Porque adaptações e mimetismos... deixemo-los aos camaleões.

O V. [*Viriato da Cruz*] está óptimo – assim o creio – e dando-se inteiramente ao trabalho. As suas reservas de ânimo, quase esgotadas há alguns dias, pelo silêncio longo do Abel e do La, foram rapidamente refeitas.

Por hoje, nada mais que cumprimentos da minha mulher para vós e para as vossas, e um abraço do
ass.) HM

Excerto da carta a Viriato da Cruz e Amílcar Cabral

[*dactilografada*]

Casa[blanca], 18/3/1960

Meus caros A. [*Amílcar Cabral*] e V. [*Viriato da Cruz*]

Recebi hoje as vossas cartas (2 do V. de 8/3 e 14/3 (!) e uma do Abel de 14/3) bem como dois pacotes (um com os Monde – merci – e outro com a documentação em ciclostilo). Os correios c/ a Guiné funcionam mal.

Hurrah pelo resultado da entrevista do Abel, digo conf. de presse. Já se passaram cópias da notícia dada pela Agência Guin. que vou mandar directamente p^a Lx. e Ang. e p^a Rádio Brazzaville, a quem vou também mandar um dos poucos envelopes que ainda tenho com os doc. de Túnis. Sobre a actuação do Comité Director creio que de facto devemos aperfeiçoar o n/ método de trabalho (um simples exemplo de uma coisa que seria bronca se eu tivesse feito sem vos dizer nada, é que tenho também uma tradução em fr. da CARTA (sem as emendas) que como vos disse tencionava fazer ciclostilar aqui e distribuir, por não saber que havia emendas). Evidentemente que todos os passos que dermos em frente sem que vejamos que pode haver sobreposição, são de dar, e nesse aspecto muitos passos se têm dado em Londres... Avante pois.

A vinda cá do Aquino vai-me proporcionar uns contactos (já me proporcionou um) que podem vir a ser muito úteis. Creio não valer a pena relatar estas questões

por esta via. Uma coisa quero porém dizer (que não vos disse na última carta) é que garantem-me as viagens por barco até Gu. [*Guiné Conakry*]. A propósito, urge que nos mandem, a todos os que pretendem ir p^a Gu. autorização de entrada e visto, sem o qual temos de depositar uma caução «violenta» na Companhia... Vê pois isso V.

Pensando no assunto, achamos que uma vez que as passagens são facilitadas, não há motivo p^a que não nos desloquemos até lá e tentemos in loco ver qualquer coisa. De facto porque hão de nos negar trabalho?

Vou apalpar aqui terreno quanto a uma possível ajuda inicial à instalação do que poderá ser um Bureau. Pergunta se as casas aí são caras? E não há falta de habitação? Aliás amanhã reúne-se aqui a Sindical Panafricana (comité preparatório) pelo que vou tentar saber pormenores pelo homem das barbas.

O Ma. [*Mário de Andrade*] escreveu-me. [...]

Penso que V. deve pôr ao Miguéis o problema da União dos trabalhadores independentemente do que o Abel vá tentando em Dakar. Conviria talvez também ter um projecto de estat[utos] p^a breve.

União dos est[udantes] – Como vai ser feita a discussão? P^a já não me parece conveniente a sede em Leipzig, pelo menos nos estat., bem como me pareceu não ser de pôr à cabeça um Bureau provisório sem uma consulta prévia mínima, nomeadamente com os escolhidos.

Discordo em absoluto de nova alteração de nome. Não sei o que terá levado o Abel a insistir na questão. Mas receio que uma nova mudança neste momento pelo menos, sem que um motivo verdadeiramente significativo o origine, provoque um descrédito muito perigoso para a organização. A menos que os nossos camaradas sejam unânimes em rejeitar o nome... Com todas as dificuldades que ele nos criará, e não serão muitas se o conseguirmos justificar, vale mais aguentarmo-lo que passarmos por uma organização improvisada, sem qualquer base sólida que não seja um «aventurismo» político.

De acordo c/ o telegrama ao Delgado. Quem o manda? Eu desconheço o endereço. De acordo c/ envio de documentos a pc [*Partido Comunista Português*]. A quem os dirigir? Pedi duas moradas em Paris... De acordo que Manifesto saia nome do MAC com uma nota. De acordo em que evitemos tratar muita coisa nas cartas.

Sobre o programa Abel quanto à instalação na Gu. penso que se tiver possibilidade mínima de partir a 4/9,¹ partirei. Peço pois ao V. que me responda concretamente ao que perguntei na última carta sobre asilo etc.

Óptimo que julgamento tenha sido adiado. Os tipos aqui ainda não mandaram telegrama. Dizem que ainda não reuniram... Não lhes disse que a coisa foi adiada. Espero mais uns dias a ver se mandam.

Creio estarmos todos de acordo com uma conferência entre organizações políticas e sindicais das CP. [*colónias portuguesas*], sendo necessário começar a dar os primeiros passos.

Conservo no arquivo um pequeno panfleto do Indian Council e creio ter-vos dito que o Moumié me falara deles como sendo muito boa gente. Aquino informou-me

1. Quería dizer 9/4...

hoje que o Vice-Presid. não é de muita confiança, e que a Smt. Aruna Asaf Ali é pessoa muito interessante. De qualquer modo creio ser de estreitar laços.

Bom o contacto cubano. Creio não valer a pena dares pormenores.

Creio V. que deves ter paciência e não falar em demissão. Isso não conduz a nada e pode estragar o pouco mas concreto que está feito. Os camaradas com que cimentaste os primeiros passos da libertação do n/ País, aguardam de ti (que conhecem mais de perto) e de todos nós uma actuação séria, sem dúvida, mas que eles sabem não poder estar isenta de defeitos. Será que nós não temos corrigido muitos defeitos? Eu penso que sim, que os temos eliminado na medida do possível. A n/ situação actual é muito chata: grandes distâncias, más ligações, mas o contacto c/ o Miguéis não te diz nada? Afinal todos estamos impacientes, porque esta situação é muito chata para um Comité Director que trabalha desligado, e que por esta razão tem que ser cauteloso. Confiemos que em breve a coisa tome outro aspecto.

Vai o projecto de programa. Eu vou começar a trabalhar na coisa de Angola e no resto. Espero ter tudo pronto dentro de uma semana. Vou apesar de tudo ver se aqui há possibilidade de imprimir alguma brochura ou boletim. Nada quanto a tradutores. O Aquino lembra a Violeta do Goan League. O Abel que diga algo. Entretanto iam-se imprimindo ou compondo as coisas em francês, enquanto uma cópia seguia para a tradução em inglês. Temos que ser rápidos. Como sempre já estamos atrasados.

Meus caros, são 4 horas. Hoje, com o Aquino, passei o dia a ouvi-lo e depois em casa do tal tipo que ele me apresentou.

Até breve. Um bom abraço. V. tens alguma foto do Congresso? Convinha fazer uma fotografatura, para o caso de sair o Boletim.

ass.) Lara

[Acrescentado à mão, na margem: 19/3 Por carta agora recebida da m/ Mãe, a malta em Luanda sabe que nós estivemos em Túnis, pois um Dr. teria dito à Mira Godinho (sogra do Meireles) que sabia que eu estava lá.]

Carta de Viriato da Cruz a Mário de Andrade

[dactilografada]

Conak[ry], 18.3.60

Caro Mário,

Os meus ardentes votos pelo restabelecimento da tua saúde.

Regozijo-me imenso com o passo em frente concreto que foi a criação da UDEAN.¹ A União já não morrerá. Poderá vir a sofrer de doenças. Mas o facto inegável de que ela se baseia nas tremendas dificuldades dos n/ estudantes, na miséria do ensino nos

n/ países, e no entusiasmo generoso da juventude – esse facto é a garantia da sua perenidade e desenvolvimento.

Com espírito construtivo e ainda bem contente c/ o acontecimento, tenho a dizer o seguinte: Acho a palavra «Negra», no nome da União, a mais e contraproducente. Tenho centenas de argumentos contra a inclusão dessa palavra. Exprimo-te apenas o seguinte: Estamos na época irreversível da «Independência e unidade», do Panafricanismo, da «África para africanos», do «um homem um voto» (futura divisa mesmo da República do Ghana), da proibição constitucional do racismo em novos Estados Independentes de África, da solidariedade afro-asiática. Porquê, ainda, África de negros e África de árabes, na altura em que a bomba atómica explode na fronteira entre as «duas» Áfricas? A explosão dessa bomba não mostra porventura, concretamente, como um símbolo terrível, que hoje mais do [que] nunca é indispensável a unidade de acção em toda a África para se vencerem forças reais que ultrapassam as do «mundo árabe» e do «mundo negro» tomados isoladamente? A unidade do trabalho de todos os Africanos será igualmente indispensável para criarmos neste continente sociedades, onde o mais importante não pode ser o cuidado de manter e fomentar os factos que diferenciam o negro das outras raças, mas sim onde o homem «negro por acidente natural» goze efectivamente da liberdade, da felicidade e da paz a que aspira o homem de qualquer raça. Evidentemente que as comunidades negras – que, aliás, já não podem nem poderão, em parte nenhuma de África, preencher totalmente e exclusivamente a área de uma nação – as comunidades negras têm e terão o direito de desenvolver as suas peculiaridades históricas e culturais. Mas, hoje, mesmo em África, a luta concreta e eficaz pela liberdade só tem e só poderá ter êxito com base no facto nacional, e não nos factos racial ou tribal.

Não são negros (como eu, e, creio, tu mesmo) muitos dos nossos companheiros que neste momento estão lutando e sofrendo para que amanhã possam trabalhar, neste continente, para a concretização dos desejos universais de abundância, inteligência cultivada e racional, liberdade e fraternidade entre todos os homens. A fuga oportunista para o branco foi um mal humilhante de que sofreram e sofrem os não-brancos, nas colónias. Que amanhã, na África libertada do colonialismo, Deus e os homens livrem os não-negros do mal humilhante da fuga oportunista para o negro.

De resto, lembro-vos o caso de Cabo Verde: maioria mestiça, africana sim, mas não rigorosamente negra. Por mim, quero ser o que sou por natureza! Quero viver ali onde me aceitem tal qual sou por natureza! Não posso portanto condescender, um segundo sequer, com algo que possa levar ao mesmo mal ao avesso.

2 – Escrevi ao Rocha e ao Frett para saberem, junto das autoridades da Alemanha, se se pode declarar explicitamente, nos Estatutos, que o organismo director da União está instalado em Leipzig. Creio que a resposta será positiva. Mas acho conveniente avisar disso as autoridades de lá.

3 – Informo-te já que na revista do «Trud» – «Temps Nouveaux» -, deste mês, vem a notícia de que o Conselho de ministros da URSS tomou, em 24 de Fevereiro, a

1. União dos Estudantes da África Negra sob Dominação Colonial Portuguesa.

decisão de abrir em Moscovo «une Université d’Amitié des peuples pour aider les pays d’Asie, d’Afrique et d’Amérique latine à former leurs propres cadres de spécialistes dans tous les secteurs.»¹

4 – A criação da União terá uma enorme influência favorável sobre a n/ luta contra o colonialismo port.. Pois me parece evidente que, a partir de agora, das duas uma: ou estabelece-se uma emulação, de ajuda aos n/ estudantes, entre Port. e outros países; ou Port. aumenta, estupidamente, entre os n/ estudantes, o ódio contra o seu colonialismo, reforçando as medidas de supressão e de controle.

5 – Estou bem de acordo com o restante dos Estatutos da União. A redacção destes encerra até um efeito, aceitável, de mobilização revolucionária contra o colonialismo. Viva a União dos Estudantes!

Cumprimentos a todos os n/ amigos e amigas.

P.S. A tua doença não será feitiço do Diop ou do macumbeiro do Gilberto Freire? Logo que chegues, temos de ir aqui a uns «mestres». Ah, sim, culturalmente sou também negro...

Carta de Viriato da Cruz

[dactilografada]

Conakry, 18.3.60

[Acrescentado à mão por L. Lara: carimbo 21]

Caros Amigos,²

Escrevi-te há poucas horas e já volto a fazê-lo outra vez, por necessidade. Os problemas amontoam-se. Por outro lado, os atrasos do correio, a impossibilidade de se fazerem despesas de correio sempre que se queira e a impossibilidade de discutirmos frutuamente por meio de cartas – tudo isso está a exigir que os responsáveis da FRAIN se reunam urgentemente. Por exemplo: Já há aqui uma colónia port., cercada por países livres, mas a FRAIN, em tant que FRAIN, não está concreta e diariamente ligada às massas interiores dessa colónia.

1 – De acordo: A FRAIN já pode tomar posição aberta contra as autoridades port.. Os documentos que publicámos e difundimos, a conf. de presse, as muitas notícias da imprensa mundial, citando todas as n/ organizações, já liquidaram definitivamente o jogo de esconde-esconde que prudentemente vínhamos a fazer. Agora, arranquemos a máscara porque já somos conhecidos. Por outro lado, no pé em

que as coisas estão, impõe-se mesmo um novo problema: que comecemos a preparar e a impor os interlocutores africanos que, mais tempo menos tempo, mas fatalmente, deverão negociar c/ Port. os novos Estatutos para os n/ países. Refiro-me aos Estatutos dos n/ países como países,¹ e não a Estatutos de aspectos humanos ou materiais dos n/ países. ESTAMOS NUMA NOVA ETAPA.

2 – Sintoma importante: Depois da nomeação do Silva Tavares (que se diz ser descendente de indianos e nascido em Cabo Verde) para governador de Angola, fala-se agora na próxima nomeação do Pinto Bull para governador da Guiné. Porquê só Angola e Guiné? Por muitos motivos certamente; mas acho também que para dividir a Frente PAI e MPLA. Os port. conhecem-na. Este facto, entre as muitas decisões novas que está a pedir, exige a criação ou proclamação da Frente das colónias afro-asiáticas de Port. Por amor de Deus e do diabo: rogo-vos que penseis com muito interesse nas consequências importantíssimas da proclamação (ao menos proclamação dessa Frente afro-asiática). Vejo nela mesmo a única via pela qual se poderá, talvez, impor a Port. a predominância do método pacífico na liquidação do s/ colonialismo. Solução pacífica não quer dizer sem nenhuma morte de africanos ou asiáticos. O problema do Congo foi resolvido pacificamente; mas houve e tem havido ainda mortes. Solução pacífica quer dizer sem guerras coloniais.

3 – Os jornais em árabe também devem ser remetidos a alguns bons propagandistas por hábito (tipo Soromenho) e mesmo às autoridades portug. O essencial é que se escreva por cima dos artigos: extractos do relatório do MAC. Isso faz parte da muito importante guerra psicológica.

4 – A reunião do Comité Director² em Accra não terá valor prático importante para nós. O Gilmore [Holden Roberto] mostrou-nos a ordem-do-dia. Muita palha e pouco grão.

5 – Marcámos a jornada de solidariedade para 3 de Agosto. Não se esqueçam de que temos de fornecer a todas as organizações africanas importantes documentos sobre os n/ países. Esses documentos ou material (em francês e inglês) tem de lhes ser fornecido com antecedência.

Podemos ter duas jornadas este ano. A outra seria, penso, marcada pela Conf. afro-asiática.

6 – Quanto à falta de quadros post-independência, justo o que diz o L. [Lúcio Lara]. Mas isso é já tarefa da União de Estudantes.

7 – As malas ou caixotes do L. já chegaram. Mas estão ainda na Alfândega.

8 – União dos Trabalhadores. De acordo. Mas é assunto que requer estudo cuidadoso. Só com reuniões colectivas podemos resolver esse problema.

9 – Recebi carta do Miguéis. Transcrevo partes dela: «Quanto ao n/ encontro: torna-se, efectivamente, indispensável e urgente. No caso de possibilidades, eu sou de opinião, te desloques tu até cá – mesmo para 4 ou 5 dias. Haveria vantagem nisso.

1. Tradução: «Uma Universidade de Amizade dos Povos para ajudar os países da Ásia, de África e da América Latina a formarem os seus próprios quadros de especialistas em todos os sectores.»

2. Lúcio Lara e Amílcar Cabral.

1. O sublinhado pode não ser do Viriato.

2. Da Conferência Panafricana.

Eu faria coincidir a tua chegada com a do membro principal – com quem tenho leves contactos – da organização de Maiombe¹ referido na minha correspondência anterior. No tocante à UPA: soube da sua existência por notícia da rádio Brazzaville. Creio que tenha sede em Léo[poldville]. Não conheço qualquer membro dela. Compreende-se; é que, por cá se têm verificado casos de espionagem conduzida pela PIDE, o que já provocou certas medidas do Ministério do Interior cá da República».

Como sabeis já, pedi ao Miguéis que viesse, por umas semanas, até cá. Espero que ele venha. Ele deverá voltar depois para dar início à realização do que decidirmos aqui. Acho que só em face de possíveis sérias dificuldades que ele venha a ter depois de iniciada a sua actividade lá, é que um de nós poderá ir ajudá-lo, antes da independ. do Congo. Pois, depois do Congo ser independ. não há dúvidas de que deveremos imediatamente ir para lá. Além disso, penso que o Miguéis não deveria vir aqui para voltar apenas c/ planos. Eu preciso de lhe transmitir também conhecimentos s/ política, sindicalismo e situação da política exterior (baseado na n/ experiência pessoal na Europa e Ásia). Nós não precisamos apenas de combatentes; nós necessitamos também de quadros-militantes.

Peço ao L que mande ao Miguéis material que apresentámos à conf. de Túnis, pois ele diz não ter ainda recebido nada.

Na expectativa de que dentro de dias ponhamos fim aos dispendiosos e imperfeitos contactos por cartas, abraço-vos cordialmente.

ass.) V.

P.S. Proponho por iniciativa do H.M. [*Hugo de Menezes*] que a jornada de solidariedade, que poderá ser aceite pela Con. afro-asiática de Conakry, seja para a data da libertação de Dadrá (Agosto também). Mas nessa altura só as organizações asiáticas estariam obrigadas a efectuar essa jornada. Para as organizações de África a jornada seria facultativa (para evitar sobrecarregá-las). Há que acentuar o facto, que tem passado despercebido, mas que é importante, tanto para os n/ povos como para a opinião mundial, que o império port. já não está intacto. O caso de Dadrá e Nagar-Aveli é um exemplo edificante que merece o máximo de realce. O Abel [*Amilcar Cabral*] que exponha já aos amigos do Goan League essa nossa disposição. Eu sou contra o puritanismo político. A FRAIN (melhor ainda, o PAI e o MPLA) precisam de capitalizar prestígio e nome. A luta pela independência nacional está a ser feita na base partidária. A independência é um meio, uma base, um ponto de partida. E para mim, não é nada indiferente que, depois da indep. dos n/ países, tomem as rédeas do poder organizações c/ princípios opostos ao que nós consideramos mais de acordo c/ os interesses populares, e das classes trabalhadoras e camponesas em particular. Com franqueza: eu gostaria de ver o PAI e o MPLA tomarem papel principal na reconstrução das n/ pátrias. De resto, a UPA está a fazer um jogo individualista. Só fala de si mesma. Nunca fala da existência de outras organizações. (Cf., por exemplo,

artigo «Angola bastion of colonialism», publicado há dias no «Ghana Times», no qual se tem o desplante de afirmar que todos os presos políticos em Angola são membros da UPA!). Não sejamos, pois, de um idealismo de catecismo, ingénuo. Não devemos certamente queimar os outros sem razão; mas precisamos de cuidar vigorosamente dos n/ interesses: do n/ prestígio e da expansão dos nomes do PAI e do MPLA. Não falemos só de FRAIN. Sejam realistas e políticos!

EM TEMPO: pensei mais longamente e conluo, não com convicção total, que deve ser mais conveniente e conciliante imprimir o Manifesto com o nome do MAC e com data anterior a Janeiro. A impressão de um documento não significa que é a primeira vez que ele surge, tanto no interior da organização respeitante, como no exterior desta. Muitas vezes, até, imprime-se um documento muito tempo depois de ele ter servido à organização respeitante e apenas com o fim de trazê-lo ao conhecimento do público em geral. Exactamente como os livros «branco» ou «azul»: documentos de um Estado, os quais circularam secretamente apenas pelas chancelarias, documentos que fizeram época e que hoje se trazem ao conhecimento do público.

Então, se tudo pode ser exteriormente explicado assim, proponho o seguinte: Para dar um ar mais natural à coisa, talvez seja conveniente mesmo escrever sobre a capa, num dos cantos desta, «Colecção de documentos do MAC». Como se a publicação impressa do Manifesto fosse ditada pelo simples interesse de difundir, pelo público em geral, documentos internos do MAC (organização declarada e sabidamente clandestina).

Com o que digo atrás, tento apenas encontrar justificação plausível e remendo que pegue para a úlcera renitente (não digo incurável).

Permitam-me a vaidade: Vejo que, exprimindo embora sem compostura, tive razão. Há coisas que efectivamente se podem guardar; mas documentos políticos, quanto mais tempo os retermos na mão, mais eles nos queimam, porque, com o passar e o mudar dos acontecimentos até vai faltando base que os sustente.

A propósito: Pergunte-se já aos amigos de Lxa e ao Mc [*Marcelino dos Santos*] que sugiram dois ou três nomes para se dar ao futuro substituto do condenado FRAIN.

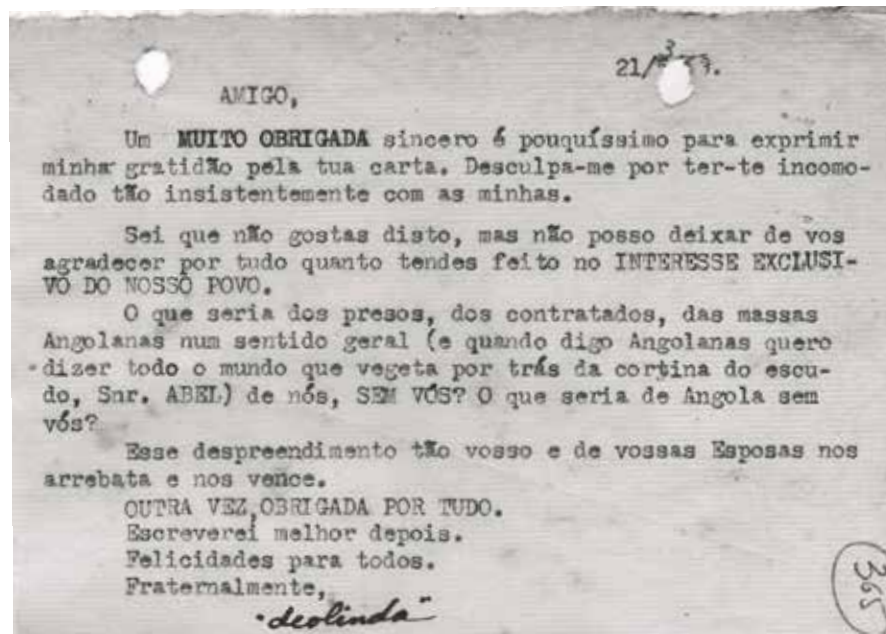
Estou totalmente convicto de que o acontecimento que melhor poderá justificar a morte do FRAIN será a projectada conf. das colónias afro-asiáticas do Puto. Fora disso, a mudança de nome poderá ter o ar de brincadeira de garotos.

Ainda a propósito: Na introdução à brochura, que enviei ao M. [*Mário de Andrade*], escrevi o seguinte: «Outro importante acontecimento, êxito do MAC, foi a constituição da FRAIN, formada pelo PAI e pelo MPLA, e em cujo seio o MAC se dissolveu. A FRAIN está aberta a todas as organizações das colónias port. que lutem activamente pela liquidação do colonialismo de Port.» – Transcrevo esta passagem para evitar que na nota que acompanhar o texto do Manifesto não haja algo que entre em contradição com o que escrevi; ou vice-versa: para que vocês tenham tempo de propor ao M. a redacção que acharem mais conveniente àquela passagem da introdução.

Desculpem-me: não vos enviarei hoje o texto da referida introdução, porque esta carta pesaria muito. Questão de «massa».

1. Cabinda

Carta de Deolinda Rodrigues



Carta de Viriato da Cruz

[dactilografada]

Conakry, 23 de Março de 1960
[Acrescentado à mão por L. Lara: R 26/3]

Caros Amigos,¹

Respondo às cartas de 18 e 20, do L. [Lúcio Lara], recebidas hoje.

1 – De acordo com o programa. Não lhe tiro nem lhe ponho uma vírgula, como se diz. Está completo.

2 – Não acredito que, como seria para desejar, se possa realizar inteiramente esse programa. Não há tempo. A dispersão das gentes torna o trabalho pouco rendoso e pouco seguro. Sim, porque temos de nos convencer que a extensão e a agudeza dos n/ problemas políticos não podem convencer a ninguém que eles possam ser formulados e resolvidos (e bem!) sem um debruçamento e um trabalho colectivos.

1. Lúcio Lara e Amílcar Cabral.

3 – Outro facto: para a Conf. de Túnis, o L., mulher e eu partimos de condições melhores do que para esta Conf.. Todos nós estávamos rodeados dos n/ instrumentos de trabalho. Eu não tenho aqui estatísticas nem outros elementos necessários. Que quereis que se faça? Efectivamente, estou totalmente chateado c/ as condições em que me encontro actualmente. Piorei em todos os sentidos! Estou farto de ser a bola de bilhar que deve rodar para gáudio da assistência. (A assistência não são vocês, hein).

4 – Todos estamos de acordo que há coisas que se não podem expor nem tratar por cartas. Cada um de nós já tem um bom número dessas tais «coisas». Mas sucede que essas «coisas» constituem, talvez, elementos essenciais do n/ trabalho futuro. Vede pois, o círculo vicioso a que estamos presos!

5 – Espero que o L tenha exposto ao Seydou [Diallo S.] o problema do visa. Em todo o caso vou hoje tratar disso. Estes tipos dificilmente me concedem um pouco de atenção. Acho que aqui deve andar jogo de bastidores. Frequentemente se esquecem que eu é que sou o representante da FRAIN aqui; e saltam por cima de mim.

6 – Uma União de Trabalhadores tem de se basear em sindicatos ao menos de empresa e ao menos clandestinos. É admissível que se proclame, por exemplo, um partido político sem primeiro ter obtido o apoio das massas; mas é inadmissível criarem-se sindicatos e uniões sindicais sem que os trabalhadores tenham efectivamente criado qualquer coisa nas empresas em que trabalham. Escrevi ao Miguéis para vir até cá, somente por alguns dias. Insisti com força nessa necessidade com a qual ele está aliás de acordo. Aguardemos.

7 – Agradeço à Ruth, Paulinho e L. pelos parabéns que me enviaram. Efectivamente começo a sentir a velhice... Deixai o Paulinho gozar fartamente a sua infância! Ele deve estar um grande mestre na gaita.

Que Allah, Maomé e todos os santos marabús queiram que não voltemos a gastar mais dinheiro com selos para o correio! Inch'Allah!

Saúde para todos.

ass.) V.

[Acrescentado à mão, na margem: P.S. Endereço do Miguéis: B. Postale 558 Pointe Noire République du Congo]

Carta a Ernesto Lara Filho

[dactilografada]

Casablanca 24 de Março 1960

Meu caro Ernesto

Compreendo perfeitamente como te deves sentir nessa tempestade que nesta altura ainda deve assolar o teu espírito. Lamento realmente que não nos tenha sido

possível encontrarmo-nos aí [Paris]. Embora não te pudesse servir de Guia, pelo pouco que conheço de Paris apesar de já lá ter estado algumas vezes, podia pelo menos servir de para-choques (passe o termo) contra as inúmeras preocupações que assaltam o teu espírito. O regime educacional português deixa marcas profundas e de facto não é impunemente que se passam duas dezenas de anos fora do contacto de todas as correntes do pensamento moderno, de que a Portugal apenas chegam uns leves e deformados ecos. Cuidado, porém, que nem tudo o que sentes faltar-te se transforme em complexo de inferioridade. Os tipos com quem lidas aí tiveram a felicidade de poderem desenvolver-se num ambiente de livre crítica, tiveram a possibilidade de escolha facilitada por uma informação vasta, de todas as correntes, tiveram a “Resistence”, p^a não falar na Revolução, e apesar disso ei-los à beira de um cataclismo que eles não têm sido capazes de resolver. O povo francês actualmente é um povo que vive dos rendimentos acumulados durante muitos anos de bom trabalho mas, talvez por essa mesma razão, perdeu-se num labirinto de ideias de que ele já não sabe mais servir-se para arrumar a sua casa. A França, porém, continua a ser ainda o País ideal para se procurar um caminho; para isso é preciso viver lá algum tempo, o que pressupõe que um indivíduo seja rico ou não se importe de passar FOME. Mas é evidente que se pode muito bem passar sem a França, no que respeita a escolher um rumo a dar à vida. Aliás, quando digo França, quero referir-me a Paris, pois só em Paris é que existe todo esse frenesim capaz de inspirar as grandes realizações.

De resto tenho a certeza que tu próprio encontrarás o teu caminho, depois de digerires (com uns ‘Vidagos’ a ajudar) todo esse banquete. Qualquer das hipóteses que pões (jornalismo, Direito ou regresso) são de considerar. Tu poderás muito em breve escolher sozinho uma destas soluções. É necessário que te não deixes dominar pelas primeiras impressões. Pesa tudo e tenta discutir as tuas novas ideias com este e aquele parceiro. Nunca te ponhas num ponto de vista afirmativo. Põe-te sempre na posição de que estás interessado em saber a opinião dos outros para melhor formares a tua.

O Philippe Decraene é correspondente do Monde p^a assuntos africanos. A leitura do seu livro deve ajudar-te um pouco, mas não te deve convencer. É um francês a escrever sobre africanos, incapaz portanto de ser realmente objectivo, uma vez que não quer abdicar da sua posição francesa. Tenta ler os discursos do Touré [Sékou T.], lê o Discours sur le Colonialisme do Césaire [Aimé C.] e tenta sempre ir às origens p^a formares a tua opinião. Não quer dizer que deixes de ler o Decraene e outros como ele, pois essas leituras têm a vantagem de te darem uma larga informação. Para FORMAÇÃO, porém, tenta sempre ir às origens, isto é, tenta ler autores africanos. A Sarah [Maldoror] pode-te emprestar um ou outro livro da Présence Africaine que tu escolherás de acordo com o assunto que mais te interessa. Evidentemente não penses que as leituras bastam, mas já não é mau que se tenha uma ideia séria do problema. Só depois se pode tentar atacá-lo a fundo. Como jornalista, atribuo-te porém responsabilidades que deves tentar, que estou certo que tentarás, cumprir. Deves agora ter uma ideia do que é o jornalismo português. A censura fez com que o jornalismo em Portugal e nas colónias fosse de uma pobreza assustadora. Naturalmente

isso reflecte-se no leitor, que passa a acostumar-se àquele tipo de jornal e deixe de ser exigente engolindo tudo o que lhe impingem. Conheço alguns jornalistas em Lisboa que estão conscientes deste estado de coisas e que tentam c/ as poucas armas que têm ao seu dispor, modificar o panorama. E isso não será p^a já e depende de imensos factores, um dos quais, a queda do actual regime português. Mas é preciso que se esteja preparado, para quando o ambiente mudar e isso carece de estudo e dedicação.

A tua carta é um documento que eu conservarei ciosamente. Ela põe problemas de uma actualidade flagrante e a tua “abertura” é útil porque ela fará com que se pense no problema das inúmeras pessoas como tu. Faz-te impressão veres os negros abraçados às loiras parisiennes. Nada mais natural. Isso é afinal uma demonstração concreta de que colonialismo português (que se defende de ser RACISTA e que muitos como tu acreditam que não o seja) é tão racista como o da União Sul-Africana, apenas se manifestando por outros meios. Tu lá tinhas o bichinho, tu que desde sempre te deste com africanos, que tens africanos na família e que tens tomado posições favoráveis ao povo africano. Lembro-me dos meus tempos de Coimbra, quando em cavaqueio c/ a malta do ACE ali na Pr. da República. Havia muito coimbrão que gostava de falar com a malta africana e que condenava categoricamente todas as manifestações de racismo. O Eduardo [dos] Santos (lembras-te?) só ouvia. Quando a discussão estava muito acesa e quando finalmente o orador estava convencido de que tinha convencido a assistência de que nele não havia uma parcela de preconceito racial, o Santos perguntava à amiga da onça: “Se tivesses uma irmã gostarias que ela casasse com um negro?”. Evidentemente a resposta era em geral “que a irmã podia casar com quem muito bem lhe apetecesse”, mas o orador ficava sempre suficientemente engasgado para que nós pudéssemos avaliar até onde é que ia tanto idealismo... Não sei se percebes o que quero dizer. Tu tiveste a honestidade de declarar que isso ainda te impressionava e isso é um passo muito sério. Tenho a certeza que partindo dessa posição tu saberás refazer-te noutras bases, tomando em consideração outros valores. Naturalmente que o ambiente colonial português, sobretudo em Angola, é muito mau para que um indivíduo como tu se consiga libertar dele. Eu próprio, malgré as minhas raízes africanas, tinha nos meus tempos de liceu um certo número de preconceitos originados pelo meio ambiente em que fui criado. Mas libertei-me facilmente deles, já porque quando comecei a perceber o mundo notei que havia muita coisa errada em todos os meus alicerces, já porque tive a felicidade de poder desde cedo estar em contacto com alguns dos inúmeros problemas de tipo social que preocupam todos os tipos com uma ninharia de consciência.

Naturalmente não se te pode exigir que tomes posições de franco-atirador, num meio como o da Angola actual, em que os colonos só agora começam a compreender que afinal existe um povo de quatro milhões e picos de almas que não pode ser sempre tido à l'écarter e que no fim de contas é o verdadeiro dono da terra, ele que a cultiva, ele que a trabalha com as suas mãos, ele que foi espoliado sem a mínima comisseração. Não, não é de aconselhar que armes em franco-atirador. O combate vai ser duro para todos. Se há Europeus que souberam compreender que estavam em terra alheia, a maioria,

a maioria esmagadora está-se absolutamente nas tintas p^a o que pensa o Africano. O Zé Augusto uma vez em conversa comigo (estava ele a curar o seu desastre do ano passado) falou-me do que se estava a passar no Congo dito Belga nestes termos: “Aquilo lá está tramado: imagina que as pretas já querem o tratamento de Madame e os pretos o de Monsieur”. Eu não fiz comentários, porque há certas coisas com que não vale a pena perder tempo. O Zé é um bom rapaz, mas vive numas condições sociais em que não se pode dar conta do que devem ser as relações humanas e do que se está processando no mundo nesse sentido. O Zé Augusto não é um caso único e infelizmente a maioria esmagadora dos rapazes europeus ou descendentes de europeus pensa como ele, e agirá como qualquer “afrikander”, quando se puser o problema da emancipação do povo africano de Angola. É muito para nos entusiasmos quando tipos como tu tomam consciência do passo em falso que se preparavam para dar e tentam pôr-se na posição mais justa, mesmo que essa posição acarrete apenas um observar pacífico dos acontecimentos. Claro que esta hipótese é, apesar de inofensiva, pouco desejável, sobretudo pouco consciente. Mas isso era o mínimo que se podia desejar dos Europeus em Angola. Qual afinal o caminho que deves seguir? A ser-te franco, meu caro, não sei indicar-to. Tu começas a ter consciência da gravidade dos problemas que pretendemos enfrentar e que são latentes tanto em Angola, como em qualquer parte onde se tenha imposto um regime colonial. Esse é afinal o primeiro passo, um passo indispensável. Será o épanouissement (passe o francesismo - um ano fora do contacto da língua portuguesa, fazem-nos esquecer os termos) da tua consciencialização que te indicará o caminho a seguirem, que pode afinal ser connosco e que também pode ser contra nós (não acredito nesta hipótese, mas admito-a no campo da possibilidade). E pode vir a ser contra nós porque tu podes encontrar outros caminhos que parecendo que conduzam ao mesmo fim, divirjam essencialmente e sejam antagónicos dos fins a que nos propomos. Não é para espantar que eu te fale neste aspecto. Dois exemplos serão suficientes para veres que isso é possível: - o primeiro é o caso de eu conhecer em Portugal muito aderente do partido comunista que não é comunista, e que pensa que o é, porque não existe outro partido político que satisfaça as suas necessidades. Se um dia Port[ugal] tiver um regime democrático, tais “comunistas” entrarão em conflito com o partido comunista, porque se darão conta que o que lhes parecia preencher as suas necessidades políticas exige deles muito mais do que eles pensavam; é que na clandestinidade o partido comunista não tem condições para seleccionar e preparar os seus aderentes. O segundo é o do que se passa por exemplo aqui no Marrocos: hoje o Marrocos é à face do mundo um país independente. Durante a ocupação francesa uma série de tipos uniram os seus esforços numa causa comum - a expulsão do colonialismo francês. Nesses tipos havia gente de várias tendências, algumas das quais vulneráveis à acção dos agentes do colonialismo e do imperialismo internacionais. Conquistada a independência, vê-se que se trava um combate de vida ou de morte entre duas facções. De um lado estão os que ao lutarem pela independência o faziam com um programa bem definido p^a a melhoria das condições sociais; de outro lado os que sempre estiveram ligados aos interesses franceses e precisamente aqueles

que durante as lutas pela independência o fizeram sem um conteúdo revolucionário e que hoje são manobrados por uma série de forças que pretende prolongar a situação colonial, atrás de uma fachada de independência.

Eis pois alguns dos escolhos que se te porão. Claro que a estes exemplos não juntei os que dizem respeito aos valores que se entrecrocavam durante as próprias lutas pela independência. Tens exemplo disso na oposição existente entre o FLN e o MNA que leva uns e outros a tentarem eliminar-se, por se dizerem cada um o verdadeiro representante do povo argelino, posição que hoje ninguém pode contestar ao FLN. Mas ainda mais concretamente não quero deixar de te citar o que aconteceu por exemplo nas Rodésias, onde os colonos querem a independência para serem eles a explorar directamente o povo africano e as suas riquezas. É afinal o que por várias vezes se esboçou em Angola. Evidentemente, omito aqui muitos aspectos detalhados dos diversos antagonismos de interesses que podem opor-se durante ou post uma luta de libertação nacional. Apenas me refiro a eles para que medites.

Seria a tua ocasião de perguntar, como o fazes aliás, o que queremos nós. A tua pergunta não é aliás directa e exprime-se pelos receios que manifestas quanto ao teu lugar numa futura sociedade angolana, e mesmo quanto à utilização possível dos teus esforços numa luta de libertação.

Eis um problema chato para ser enunciado por carta. Tentarei esboçá-lo em linhas genéricas. É isso porque ninguém adivinha o futuro.

Não posso pois dizer-te qual será o teu lugar na futura sociedade angolana. O que nós desejamos, sobre este assunto, é que todo aquele que, sentindo-se angolano, souber respeitar os seus deveres de cidadão, tem direito a considerar-se na sua pátria. O Angolano do futuro não será necessariamente negro, nem na Angola do futuro haverá, legalmente, preconceitos raciais. Esse é o princípio por nós adoptado. Não quero com isso dizer que não existam organizações em que se pretenda fazer uma certa discriminação racial ou tribal, mas nós lutamos e lutaremos contra isso, e sobre esta questão acreditamos sinceramente que, à semelhança da política já seguida noutros países africanos independentes, os futuros responsáveis de uma Angola livre saberão encontrar as bases indicadas para o desenvolvimento harmonioso da terra e das suas gentes, independentemente de quaisquer diferenças raciais ou sociais.

Quanto à utilização dos teus esforços na presente luta de libertação, não tenhas a mínima dúvida de que eles serão aceites logo que haja condições para o serem. Tudo depende afinal de uma disciplina a que nós temos e devemos submeter-nos. Neste momento a tua colaboração é possível nos moldes em que a tens prestado até aqui. Não te consideramos “engajado”, nem nos consideramos engajados contigo. A tua colaboração é bem-vinda. Poderás dar-lhe se tiveres possibilidades um cunho mais concreto, recebendo e difundindo “entre gente séria” a papelada que porventura receberes da nossa parte. Para tua segurança pessoal, creio ser de evitares um certo tipo de conversas com gente do tipo do Margarido, cujas inconfidências podem ser desastrosas. A que título te teria ele dito por ex. que nós íamos ser “convidados” a regressar? O que pensará ele que tu sabes de nós? A atitude de alguém que pretende lutar por uma causa como a nossa tem de ser “revolucionária”. Não pode ser de modo

algum idealista. O idealismo numa luta de libertação é uma pecha fatal. E olha que é muito difícil curarmo-nos dessa doença que é o idealismo. Nestes tempos tenho sofrido muitas desilusões exactamente porque ainda sou muito idealista. É diferente lutarmos por um ideal e sermos idealistas. Creio que estás de acordo. O idealismo faz com que tombemos facilmente nos inúmeros escolhos que se nos deparam. O ideal é afinal aquilo que mantém viva a nossa vontade de lutar contra todos esses obstáculos.

É certo que a evolução de um tipo sozinho é difícil. Nem é esse o quadro em que se deve procurar evoluir. Se estiveres em Lx. [Lisboa] podes procurar um convívio mais frequente com estudantes angolanos, tentar discutir com eles cuidadosamente um certo nº de problemas, expores com franqueza (ainda que com certa reserva) a tua maneira de ver, procurando exactamente confrontar as posições recíprocas. Se falares com estudantes africanos, verás quais são os pontos em que as tuas ideias lhes não interessam e qual a razão. Poderás enfim fazer um esforço de compreensão de problemas que até aqui nunca te surgiram. É natural que a princípio também sejam reservados contigo, mas se se certificarem que és honesto nas tuas intenções poderás contar com o seu apoio e poderás também dar-lhes o teu apoio.

É de notar que quando se fala em naturais de Angola (o termo é ambíguo) há que esclarecer se é um natural Angolano ou Português. A Associação dos Naturais de Angola é actualmente uma organização que serve os interesses dos Portugueses em detrimento dos Angolanos. Espero que não tenhas dúvidas sobre isso.

28/3

Esta carta sofreu uma interrupção forçada de alguns dias. Continuo hoje a ver se ainda ta mando a tempo de me responderes antes de eu abandonar o Marrocos. Devo partir no próximo dia 4/4 para Conakry, onde é possível que me fixe por algum tempo, pelo menos até o Congo ser independente. Claro que não tem interesse espalhar isto lá pelos Portugais. Podes dizer à malta africana que me conheça, mas não interessa fazer muito espalhafato com isso. Quando os meus vierem a férias podes também dizer-lhes. Agradeço-te mesmo que lhes escrevas para lá (de Lx.) e lhes digas que vou trabalhar na Guiné, e que podem continuar a escrever-me pela mesma via utilizada até aqui. Quanto a ti idem, utilizas a via Liège. Como já te disse uma vez, não é conveniente podes o meu nome no envelope. Basta podes Mouradian Z. Place etc... Quanto tempo tencionas demorar-te ainda aí? Claro que de Paris podes escrever-me directamente para aqui toda esta semana, ou para Conakry depois desta semana. A m/ C.P. em Conakry é provisoriamente nº 800. É evidente que de Portugal ou de territórios portugueses não deves utilizar essa caixa postal. Escreve nesse caso pª Liège, para onde agradeço que continues a mandar os jornais, até eu ver se consigo outra maneira de os obter. Espero que me continues sempre a escrever dando-me notícias de todos e de tudo o que julgues poder interessar-me, pondo-me também a par das tuas actividades e dos teus furos jornalísticos. Depois deste introito continuarei a tentar responder à tua carta.

Manda-me essa tua carta que saiu no Carnaval e que saiu “à rasquinha”. Se não quiseres mandar o recorte, manda-me uma cópia.

Como creio dizer atrás a tua ajuda, honesta e desinteressada é bem-vinda. Sem compromissos por ora. De ambas as partes. Eu não te darei a carta de condução como nos tempos da Aurora [Fazenda Aurora], pelo simples facto que eu próprio não sou um condutor. É a condição infame a que estão sujeitos os povos africanos das colónias portuguesas que faz com que tenhamos de ser nós, os seus intérpretes cá fora. Os verdadeiros condutores estão no País, alguns malhando com os ossos na cadeia. Esses são os legítimos condutores, porque eles viveram o seu dia-a-dia com o povo e sabem portanto interpretar melhor do que eu os verdadeiros anseios. Neste momento porém cabe-me uma parte dessa responsabilidade. Mas isso é acidentalmente. Não vejas portanto em mim outra coisa que um elemento de base da luta pela libertação de Angola, que tendo a sorte de escapar à PIDE se esforça com outros companheiros de luta, por dar a conhecer ao mundo a verdade sobre o sistema colonial português. E vamos lá que muito se tem feito. Não há dúvida que os governantes portugueses vão ter de decuplicar os seus esforços para tentarem, em vão, apagar o que deles já se conhece quanto a métodos coloniais. E ei-los que se apressam a fortificar as zonas inquietas (Angola e Guiné), ao mesmo tempo que dizem que tudo está tranquilo. Em vez de acertarem o passo com o momento histórico, os colonialistas portugueses preparam-se para abafar em sangue o legítimo desejo dos povos africanos sob seu domínio a autogovernarem-se. Em vez de desde já fazerem um plano coerente de emancipação, eles gastam dinheiro com tropas e material de guerra, sem se lembrarem que a França, país potencialmente superior, teve de ceder a Indochina apesar dos seus Generais e que com mais de meio milhão de homens na Argélia e com a ajuda da NATO não vencerá nunca o povo argelino. Mas os governantes portugueses e os interesses que eles defendem não vêem isso. Estafam-se a apregoar uma unidade da Pátria portuguesa, que só existe no papel, repetem-se na ONU com meia dúzia de argumentos ridículos e anacrónicos, apelam pª todos os seus heróis de outrora e não reconhecem sequer que a sua colonização em nada melhorou o nível de vida das populações e em quase nada beneficiou o futuro da terra. Também por lá em nada mais se fala do que nas obras. E são as obras pª aqui, e são as obras para ali. Mas pergunta-se: Que obras? Ah, as casas? Ah, as pontes (poucas, aliás), as estradas (muito berazinhas, valhanosnossosenhorjesuscristo), as barragens (quantas?) Sempre é alguma coisa. Mas a quem servem essas obras de que tanto se fala? A quem vai beneficiar o II plano de fomento? À população nativa? Não, que ideia. Vai beneficiar sim os capitalistas, os industriais, os Bancos, e meia dúzia de trutas. O povo africano? Esse é a mão-de-obra, que é tão escassazinha, benza-nosdeus. De resto lá estão os senhores missionários para cuidar deles. E olhem que até fazem grandes sacrifícios, coitadinhos, sempre com a barba por fazer (para impor respeito, que o “preto” é uma criança que acredita que só os tipos que têm barba é que são homens). Mas... e escolas? Será que os missionários terão um mínimo de preparação pedagógica? Será que mesmo essas escolas das Missões são em número suficiente? Claro que não, também era o que faltava. Essa coisa das escolas só serve para criar embaraços. Essa gente depois começa a ler isto e aquilo, começam a perceber que estão a ser levados, e depois quem é que os aguenta? E a Assistência? Ah, essa é muito boa, sim senhor. Até há brigadas para combater a

doença do sono (tripanossomiase). É que sabe, essa coisa da doença do sono é uma catástrofe. O “preto” já de si é tão preguiçoso, se depois ainda lhe dá a doença do sono o tipo fica doente, não trabalha, acaba por morrer, e lá estamos outra vez enrascados com a mão-de-obra. O Governo nisso nem actua como devia ser. Sabe, é que morre muita gente, diz-se mesmo que a mortalidade cá em Angola é das maiores de todo o Mundo. Imagine o que isso representa para quem aplica aqui o seu rico dinheirinho... Claro que não se sabe qual é o índice de mortalidade. Eu cá também sou fraco em Estatísticas, mas o governo também não a publica porque isso seria uma maçada. Saltavam-nos em cima esses doutores da Organização Mundial de Saúde, que agora andam todos com a mania de salvar a África e isso seria muito mau p^a Portugal. Essas Sociedades internacionais, até já fizeram com que agora seja proibido bater nos “pretos”. Há tempos o meu cozinheiro apareceu-me bêbado, dei-lhe uns sopapos e o “estapor” foi-se queixar à Curadoria [*dos Indígenas*]. O que me valeu é que o Secretário é conhecido duns parentes de minha mulher e lá me avisou que tivesse cuidado, pois até podia ir parar à cadeia. Se já se viu. E isto para não falar nos contratados, que é cada vez mais difícil arranjar e que saem por um dinheirão. Quando para cá vim, até tive escravos, escravos, simsenhor. Agora é isto que se está vendo. Dois contos de réis, para os ter uns mesinhos, que quando eles sabem fazer o serviço, vão-se embora. Uma desgraça. É por essas e por outras que eu estou a pensar juntar os meus patacos e ir morrer p^a a minha aldeia.

Bem, deixemos este fraseado tão nosso conhecido e que não responde aos problemas que puseste na tua carta.

Angola não será nunca um 2º Brasil, pelo menos do ponto de vista sociológico. Isso são fantasias do Gilberto Freire que está convencido (estará?) de que descobriu o luso-tropicalismo. O Brasil fez-se no século passado. A mestiçagem deu-se por necessidade. As mulheres brancas escasseavam e não se metiam em aventuras e vai daí porque não dormir com uma negra ou com uma índia? Claro [que] os filhos mulatos apareceram à centenas, até porque os colonos não se deitavam com as mulheres só uma vez. O que se passou depois é o que se sabe. Havia muito mulato e muita mulatchinha. E o povo foi-se misturando, e como havia muita gente, uma grande maioria do povo brasileiro veio mestiço. Hoje as coisas já não se passam tanto assim. Até porque em geral o povo negro do Brasil é o mais pobre. Mas deixemos o Brasil que é apesar de tudo um caso complexo, dado que o problema colonial se desenvolveu segundo coordenadas muito específicas. Vamos até Angola, nem vale a pena falar em Moçambique...

Os nossos Pais quando lá chegaram só encontraram a mulher do tio Gouveia, como único exemplar de fêmea branca. E que feia que ela era... E apesar disso, se não estou em erro, ouvi falar de ciúmes da parte do tio Gouveia em relação aos sobrinhos. Mas eles eram rapazes. E tinham que ter mulher. Lá se juntaram às mulheres negras. Uns mais tempo, outros menos, até que vieram a Portugal casar. Pois bem, essas primeiras ligações juvenis deram filhos. Como os nossos Pais houve centenas nas mesmas condições. Daí veio uma população mestiça acentuada nas primeiras décadas deste século. Será isso suficiente para falar numa fácil miscigenação do português nos trópicos? Vamos ver a questão de dois ângulos:

Houve de facto uma miscigenação acentuada no princípio do século. Ela explicou-se pela falta de mulheres europeias. Hoje a população mestiça está em franca decadência e muito raramente um branco se junta a uma mestiça ou a uma negra, dado que a mulher europeia abunda muito mais. Começa portanto a desfazer-se o equívoco que consistia numa afirmação de fácil cruzamento de raças.

Por outro lado, e em segundo lugar, na maior parte dos casos os filhos desses “erros de juventude” não foram reconhecidos pelos Pais, sendo as Mães quem deles cuidou até os lançar na vida. Isto é um facto comprovadíssimo, e desfaz o equívoco da tendência do português para constituir família “tropical”, dado que o simples facto de semear uns tipos por aqui e por aqui não constitui razão para se chamar a esse fenómeno estabelecimento de família.

Ao que parece, sobre isso não tenho dados presentemente, há noutros países de África (ao que parece Rodésias) uma maior percentagem de mestiços do que em qualquer outra colónia portuguesa.

Isto tudo para te dizer que não acredito que Angola venha a ser um futuro Brasil, no que toca ao aspecto sociológico. Economicamente, o potencial de Angola será comparável (em proporção, claro) ao Brasil.

Ainda bem que lês o Monde. É de facto um jornal muito bem feito, e que pretende (não o consegue) ser objectivo. Não te deixes portanto enganar. Há certos problemas que o Monde não consegue suportar objectivamente, nomeadamente tudo o que se relaciona com a Guiné. Não, nisso o Monde é demasiado francês (cheio daquela Grandeur Gaulliste) e não suportou nunca que a Guiné tivesse batido o pé ao De Gaulle. P^a já não falar na Argélia. Mas em suma é um jornal tecnicamente bem feito e o que melhor informa sobre o que se passa em África, sobretudo África de expressão francesa. Quanto ao artigo da Suzanne Luzignan, se achas que podes fazer uma coisa mais objectiva faz que talvez consigamos publicar.

A tua carta acaba num tom pessimista que não te fica bem. “Sentes-te como despedido do trabalho... posto à margem... um indesejável”. Que idiotice é essa? Creio ter-te feito compreender que de modo algum estás posto à margem. Em gíria futebolística direi antes que estás “nas reservas”. Tens que trabalhar muito a bola.

Dizes que és pela “assimilação”. Isso é muito confuso. Assimilação de quem a quem, de quê a quê? O colonialismo português joga precisamente com essa bola. Lá estão os “assimilados” que eles apregoam. “Assimilado” é o que fala português, o que veste à portuguesa, etc. etc. Nós somos pelo respeito da personalidade dos africanos, pelo respeito das suas tradições, pelo respeito da sua dignidade. Que haja uma interpenetração de culturas, isso não é problema. Em todo o mundo, em todos os tempos, a cultura de cada povo edificou-se à custa dos diferentes “apports” que outras culturas diferentes lhe trouxeram. É aliás esse o processo único de enriquecimento, de evolução de uma cultura. Daí a magnífica cultura do povo brasileiro... Cultura no seu sentido lato, claro.

Receias lutar só. Espero que não o faças, pois como tu mesmo o dizes isso seria funesto, mais tarde ou mais cedo. Certifica-te primeiro de que é esse o teu desejo, lutar pela independência de Angola - que não é um fim em si, pois afinal o que interessa é o estabelecimento de bases sólidas que permitam ao povo aproveitar os bens que a terra lhe oferece, mediante um trabalho consciencioso. E para que todo o povo possa fazê-lo,

só liberto de todas as escravaturas, só num regime verdadeiramente democrático que se baseie realmente na vontade do povo. Depois de estares verdadeiramente certo de que as tuas aspirações coincidem, na sua generalidade e em certos pontos fundamentais, com as nossas, prepara-te para a luta. Em mim terás sempre o primo, o amigo de todos os tempos, mesmo daqueles em que não contactamos, quando te meteste pelo Mato de Moçambique. Infelizmente o nosso contacto só pode ser feito por correspondência e por isso limitado. Saberás porém pôr sempre cautelosamente os teus problemas. Tem muito cuidado com o que escreves nas cartas. É bem possível que elas venham a ser controladas. Nunca fales em nomes que possas comprometer. Não te comprometas a ti mesmo. Se tratares de uma questão mais melindrosa, o que só deves fazer em última análise e por meias palavras, não assines nem ponhas remetente. Evita conversas de café sobre coisas sérias. Habitua-te a ser cuidadoso com o que dizes, a quem dizes e de quem dizes. Não sei se já te aconselhei que em Lisboa procurasses o Veiga Pereira. Ele não está metido nas nossas coisas, mas é um jornalista consciencioso (embora desordenado), é um tipo politicamente bem formado, cujo contacto te será muito útil. Podes pô-lo a par das dificuldades que temos discutido e das tuas ilusões e desilusões. Do que pensas, das tuas deficiências, do que gostarias de fazer. Não te entusiasmes. Pensa no que dizes e pesa bem as palavras. Diz ao Veiga tudo o que falámos (espero que não leves estas cartas, o que te seria bastante prejudicial e se as enviases pelo correio destrói todos os nomes que ela contenha (são poucos aliás) com uma tesoura; não as leves contigo). Estou certo de que ele poderá ser para ti um bom companheiro se ficares em Lisboa. Através dele é possível que venhas a conhecer gente interessante. Procura conhecer o Castro Soromenho. Lê os seus livros, nomeadamente Viragem e Terra Morta. Verás um Europeu que compreende e se esforça sempre por compreender o povo africano. Procura falar com ele. É um homem simpático e é um ótimo camarada. E dá-lhe um grande abraço meu. E à mulher também. E diz-lhe que não me esquecerei que o Valdemar, o catraio dele de quem sou uma espécie de padrinho, pois testemunhei o registo dele, faz anos a treze de Maio e que lamento não poder enviar-lhe nada. E vai-me escrevendo. Manda os teus artigos e fala-me dos teus problemas, na medida do possível, claro. Podes contar comigo para tudo o que me for possível. Não é muito, claro. Até que ponto? É difícil responder, dado que isso é função do que tu necessitares de mim. Que valho eu? Há um ano que luto para encontrar possibilidade de vir p^a África. Julgas que isso é fácil? Julgas que pelo simples facto de um tipo se mostrar interessado em combater pela Independência e pela Unidade africana se lhe abrem todas as portas? A realidade é bem diferente, meu caro e não calculas os momentos de desalento que por vezes me assaltam. Ainda por cima com mulher e filho... que valha a verdade ainda têm sido o meu melhor apoio. Estás pois a ver que no mundo em que eu vivo, na situação em que eu vivo de foragido político e combatente por uma causa, de pouco te posso valer. Mas esse pouco podes dispor dele.

E por hoje, basta. Se tiver tempo ainda te escreverei antes de partir, mas é possível que não tenha. Escreve-me a dizer se ficas, se regressas e quais os teus planos. O Mário [M. de Andrade] já regressou?

Junto aqui uma folha à parte com umas coisas que agradeço que me envies, se puderes. Claro que agradeço que peças à tia Queca a massa.

[Acréscitado à mão na margem: A Ruth manda-te um grande abraço. Dá saudades nossas à Aldita e aos teus. Sempre recebeste a carta p^a a m/ mãe? Devolve-me depois aquela cópia.]

Carta a Viriato da Cruz e Amílcar Cabral

[dactilografada]

Casablanca, 27 de Março 1960

Meus caros

De posse das cartas do V. [Viriato da Cruz] de 17, 18 e 23 do corrente. As duas primeiras tinham-me dado bastante satisfação por encontrar o V. de novo animado e na «forma antiga». A última porém mostra-me que ainda não está tudo bem, no que respeita ao seu ânimo. Tenho a certeza que uma vez todos juntos, apesar das dificuldades que sem dúvida encontraremos seja do «exterior», seja no «interior», conseguiremos estabelecer a nossa luta em bases sólidas que não mais permitam momentos como os que temos atravessado no ponto de vista de «vazio».

A decisão dos amigos de solucionarem já o problema Abel [Amílcar Cabral] e mulher e M. [Mário de Andrade] é afinal já melhor do que esperávamos. Das conversações muito breves (não foi possível conversar calmamente) com o D.S. [Diallo Seydou] fiquei também com a impressão que não haveria dificuldade em encontrar um trabalho qualquer p^a mim e mulher; em princípio até viu-se a possibilidade de trabalhar como economista na Universidade, a partir de junho. Não faço ideia o que é isso, mas dado que é preciso agarrarmo-nos a coisas concretas, não descuro essa possibilidade se outra não surgir. A verdade é que temos de subsistir, e por enquanto não vejo outra forma de regularmos a n/ situação. A conversa com o responsável daqui não teve lugar. Faltou a dois rendez-vous e depois teve de partir. Não sei se ainda haverá possibilidade de o ver antes de me ir embora, dado que ele conta demorar-se bastante tempo. Em face disso não foi possível tratar de nada, e vamos a ver se os que cá estão serão capazes de me resolver o problema da deslocação, o que já não seria mau. Eles prometeram-me ontem que iam fazer o possível nesse sentido. Quando eu falei numa solução europeia, referia-me apenas à R. [Ruth Lara] e m/ filho. Eu estaria sempre convosco. Pusemos porém essa solução de parte, pelo menos por ora, dado que achamos ser de tentar ela ficar o mais perto de mim possível. Tentaremos por isso arranjar na Gu. [Guiné] uma solução mais ou menos estável p^a ela. Se tal não for possível, veremos outras soluções a partir de dados concretos.

Espero que em face da actual situação nada obste a que nos encontremos em Abril.

Concordo com a reunião para breve (maio, em princípio) da conferência afro-asiática das col. lusas. Em Timor houve no ano passado sublevações, que a imprensa clandestina lusa noticiou. Veremos se é possível contactá-los através da deleg. da Indonésia à Conf. Afro-Asiat.

Igualmente concordo com a apresentação à Comissão dos Direitos do Homem dos problemas dos originários das colónias lusas que vivem fora dos seus países. Essa

Comissão esteve reunida há dias; temos de nos informar quando se voltará a reunir.

Enviei alguns documentos p^a o Miguéis, já p^a P. Noire. Não seria possível arranjaras aí possibilidade de ires mesmo tu ter uma entrevista com ele? Bem sei que há a questão do pass, mas esse assunto não poderá ser desde já envisagé pelos amigos daí? Certamente terás de te deslocar (estou a falar ao V., claro) mais vezes e o problema do pass é importante.

Espero, como disse, poder estar em Con.[akry] a 9/4. Telegrafarei no entanto a confirmar. Não vale a pena discutir por este meio mais problemas. Também escrevi ao Rocha e Frét, justamente por causa do mesmo problema que V. lhes escreveu.

Bem, meus caros. Espero que o Abel em breve diga qualquer coisa. Convinha não sair de Londres sem ter assegurado contacto com Lx.

Abraça-vos o L.

[*Acrescentado à mão, na margem: Até agora sem tradutor. Contacto do Aquino sem interesse.*]

Carta a Ernesto Lara Filho

[*dactilografada*]

Casa[blanca], 28 de Março [1960]

Meu caríssimo Ernesto

Ainda não tinha fechado a máquina, depois de te escrever, quando me chegaram dois envelopes teus, um com recortes e outro com a t/ carta.

Tens razão quando te firmas na posição de repórter que tem que agarrar a notícia do momento para a transmitir aos seus leitores, sem poder ter a preocupação de ser profundo. De facto é um aspecto importante a ter em conta para analisar o trabalho de um repórter, e eu menosprezei um pouco esse pormenor. Nota porém que é a formação do repórter que lhe pode dar este ou aquele cunho ao transmitir uma notícia. Decerto é muito diferente a maneira de informar dum repórter do Diário de Notícias (para já não falar do D. da Manhã) e a dum repórter do Diário de Lisboa (para não falar na República). Cada jornal defende a sua capelinha e o repórter tanto como outro redactor, tem que respeitar essa capelinha. Isto para transportar o problema ao aspecto local da imprensa portuguesa.

Cabe exactamente referir aqui a tua 2^a carta, a do Carnaval, da qual com razão te podes orgulhar, pois está bem feita, directa e contundente, sem perder um ar poético que lhe dá um tom agradável. Aí tens como mais facilmente podes ser apreciado pelos Angolanos, é falando directamente dos seus problemas. Há uma distância grande, enorme, entre esta 2^a carta e a 1^a,¹ para melhor claro. Sem dúvida o Luandense gostou

1. A segunda Carta Aberta de Ernesto Lara Filho ao Governador-Geral foi publicada no Carnaval de 1960 no jornal *ABC* (Luanda) com o título “Minha Angola com e sem Carnaval”.

muito mais dessa carta, que, pelo contrário deve ter desagradado em muito maior grau aos tipos de mentalidade colonialista. Daí o facto de o jornal, muito sorratamente, lavar daí as suas mãos. E isso muito justamente porque tu desta vez estás muito mais próximo dos Muceques do que das cervejarias da Baixa. Parabéns, pois, e continua. Abstenho-me de comentar um ou outro “aportuguesamento” que a carta encerra, por já termos trocado impressões sobre o problema e admitir que sejam essas coisinhas que permitem que outras de mais interesse passem. Insisto porém em dizer que há certas coisas que se devem evitar escrever.

Dizes que vais tentar o 7^o ano. Desejo-te um bom trabalho. Quer dizer que é possível que sigas Direito? Em Coimbra toma cuidado com os falatórios. O meio é muito pequeno e tudo se sabe. Ainda lá está o Sachetti [*chefe da PIDE*], concerteza... Não me agrada muito escrever-te ao cuidado seja de quem for, a não ser para te dizer que estou bom. Mas não para trocar impressões sobre isto e sobre aquilo. Aliás Pensão Jardim é muito vago. Não arranjarás tu um endereço mais seguro? Bem sabes o que é uma pensão. E o teu endereço de Lisboa? O American Lit[eracy] Ag[ency] era muito cómodo para pôr no envelope, em vez do teu nome. Diz algo acerca deste problema. Como te disse na carta anterior tu podes escrever sempre para Liège, se voltares por estes tempos mais próximos à Europa, escreve-me p^a a C.P. 800 Conakry. Isto se não receberes aviso em contrário.

Recebi os recortes, estes e os da carta anterior. Quanto ao do D. de Lisboa (transcrito da Voz) não há quase nada a dizer. Apenas que a reacção à opinião pública internacional começa em Portugal. Os senhores estão aflitos, porque se começa a falar deles, o que até agora era muito raro e lhes permitia fazer a sua politicazinha à vontade. Não sei se sabes que o julgamento de 7/3 foi adiado, não sei ainda para quando. Se tu souberes mandame logo dizer. A esse adiamento não deve ser estranho o facto de dezenas de organizações de todo o mundo terem enviado telegramas de protesto para Angola e para o Terreiro do Paço. Isso assusta-os. Não quer dizer que eles não façam o julgamento, não. Fá-lo-ão e tentarão ser mais severos ainda. Mas isso obriga-os a actuar com muito mais cautela e ao fim e ao cabo a desmascaram-se. A verdade é que não tinha saído nenhuma notícia na Metrópole, falando tão desenvolvidamente dos julgamentos. E dos réus. Agora são obrigados a fazê-lo e a informarem de facto a opinião pública portuguesa. Já Salazar no seu discurso de Maio passado tentava atribuir a um complot internacional a origem de determinados acontecimentos nas colónias portuguesas. Isso é uma conhecida manha daquela gente, pois afirmando que a origem dos movimentos de emancipação vem de fora e não do interior eles pretendem fazer crer que no interior não há tipos capazes de pensarem em emancipações, o que justificaria ainda mais a sua presença. Nota como eles acentuam que os Angolanos estão há muito fora de Angola, o que como tu sabes não é verdade, pois aqueles precisamente que eles citam, à excepção de dois ou três, deixaram Angola há muito pouco tempo, no máximo há dois anos, e já lá lutavam pela libertação. Vê também como eles acentuam a presença de estrangeiros. Todos eles eram marítimos que se limitavam a ser portadores de cartas que se esquivavam à censura apertadíssima imposta pelas autoridades coloniais. Mas os tipos tendem a todo o custo fazer crer que

eles estariam implicados em questões de direcção. Isto é muito para meditar, meu caro.

Na tua carta há uma passagem que eu não quero deixar de comentar por a considerar de certa importância. Tu negas o direito à independência imediata. Isto é um ponto fundamental de desacordo. Tu dás a entender que o problema deve resolver-se mais ou menos do seguinte modo: primeiro o Branco deve educar o Negro, para que este saia do seu “estado quase bárbaro” para poder conviver pacificamente com o Branco, quando tiver independência política. Mas ó Ernesto, quando pensas tu que o Branco quererá dar educação ao Negro para que ele obtenha a sua independência? Isso é ainda ingenuidade da tua parte. E uma ingenuidade perigosa, na medida em que ela pode formar opiniões. Debruça-te um pouco sobre a história de África. Nunca o europeu se preocupou em educar honestamente o africano; a educação que porventura se deu foi sempre função da necessidade de uma mão-de-obra especializada, e de se pretender por outro lado dar a aparência de missão civilizadora que justificasse a presença europeia em África. É certo que há uns tempos para cá apareceu a UNESCO com as suas missões culturais e campanhas de educação de adultos, etc. Isso corresponde a uma época histórica nova, o após guerra, de que não interessa prolongar-me aqui muito. Mas no meio do quadro miserável que é a África, ressalta a miséria mais insólita das colónias portuguesas. Tu podes dizer que a França, a Inglaterra... etc. Mas não, não foi o colonialismo francês que educou os Africanos. Foram as instituições liberais da França e da Inglaterra que permitiram que alguns Africanos aproveitassem os benefícios da educação e se preparassem melhor para gerir os destinos das suas terras. Com Portugal a coisa é diferente. Nós suportamos um regime colonial e fascista o que é de facto grave. É certo que uma vez adquirida a independência se porão os problemas de quadros, mas a verdade é que SÓ A INDEPENDÊNCIA PERMITIRÁ AOS NOSSOS POVOS GUINDAREM-SE A UMA SITUAÇÃO SOCIAL MAIS PRÓSPERA. ENQUANTO VIVERMOS SOB REGIME COLONIAL, ESTE, POR DEFINIÇÃO TUDO FARÁ PARA MANTER A POPULAÇÃO NUM ESTADO DE ATRASO SOCIAL. É essa a razão por que somos pela INDEPENDÊNCIA IMEDIATA. Este imediata entende-se por uma independência dentro dos mais curtos prazos. A menos que o Governo português pretenda um dia, arrastado pela força dos acontecimentos, negociar o processo dessa independência. Não te disse tudo. Fica para outra vez. Mas peço-te que peses as nossas razões. Que vejas que é um erro pensar que é preciso educar primeiro o povo... Isso não será possível sob a pata colonialista. E nada mais por hoje. Um bom abraço. Ainda podes escrever p^a aqui até ao dia 1 de março [*quereria dizer Abril*], pois eu parto em princípio, a 4. Saudades à Aldita [*Alda Lara*] de todos nós. Um bom abraço do teu

Lara

CUIDADO COM A FRONTEIRA PORTUGUESA.

Carta de Hugo de Menezes

[*dactilografada*]

HUGO MENEZES
CONAKRY/REP. DE GUINEE
B.P. 800

Conakry, 29/3/60

Caros Amigos¹

Espero que tenham recebido a minha carta datada de 17/3.

1 – Aguardo informações acerca da vinda do L. [*Lúcio Lara*] e família. Segundo creio, a Conferência de Casa[blanca], a realizar-se em Maio, surge como um elemento novo, que não sei em que medida pesa nas decisões tomadas ou a tomar pelos mesmos. Seja como for, a necessidade de se reunirem, sem mais delongas, os responsáveis da FRAIN, é, a meu ver, outro elemento importante a ter em conta.

2 – Estão em curso negociações, para uma conferência, em Dakar, a realizar-se por alturas de 10 de Abril, entre o Mov. de cá, e as Organiz. guineenses e caboverdeanas do Senegal. Um dos objectivos, é, segundo creio, a fusão. Estará o Abel [*Amílcar Cabral*] a par desta questão? Não estará a FRAIN a ser ultrapassada por certos acontecimentos? Penso que se impõe a presença da FRAIN na conferência, e que cabe ao Abel, através das suas conexões com Dakar, tomar as medidas urgentes e adaptadas para a resolução do caso.

3 – A presença do Abel em Conakry continua, e cada vez mais, a fazer-se sentir.

4 – Está para breve, a Conferência Afro-Asiática. Como estará representada a Guiné? Não seria útil que um guineense fizesse parte da delegação da FRAIN? No caso de o Mov. de cá ser convidado para a conferência, eu proponho que um elemento guineense do PAI de Dakar faça parte da nossa delegação; no caso contrário, proponho que seja um membro do Mov. de cá.

4 [5] – Penso que a FRAIN ou os Partidos nela representados, deva tornar clara a sua posição a respeito de pretensas «reconstituições» territoriais, mais ou menos históricas, mesmo que tal gesto possa acarretar o afastamento de certas mãos caridosas. É aos povos que cabe o direito de decidir; nunca é demais lembrá-lo.

Por cá todos mais ou menos bem. Recebi notícias do Ma [*Mário de Andrade*], Marc. [*Marcelino dos Santos*], L. A. [*Luís de Almeida*] e dos estudantes da Alemanha.

Por hoje, nada mais do que um abraço do

ass.) H

P.S. – Recebi o aviso da chegada de um caixote ou caixotes do L. Irei buscá-los tal como ficou combinado.

1. Lúcio Lara e Amílcar Cabral.

Excerto da carta a Viriato da Cruz e Hugo Menezes*[dactilografada]*

Casablanca, 30/3/60

Meus caros

Esta é apenas p^a enviar o anexo junto, que contém uns extractos que fiz do Boletim Afro-Asiático de Dezembro-Janeiro que por acaso li na Redacção do Avant-Garde.

Pela primeira vez, pois, vejo a ordem do dia da Conferência. É provável que o V. [*Viriato da Cruz*] tenha já tido a possibilidade de o saber, uma vez que o Comité Preparatório da Conferência já se deve ter deslocado p^a Conakry.

Como poderão ler, eles prevêem apenas um ou dois delegados de cada País. Não sei se já responderam às cartas que lhes escrevi, pedindo que dessem a resposta p^a o V.

Estou aborrecidíssimo porque há mais de dez dias que tento em vão estabelecer o meu programa de partida, sem conseguir falar com as pessoas de quem ela depende. [...]

Quanto à nota p^a o Avant-Garde a coisa vai ser rectificada numa espécie de artigo.

Penso que se o Abel [*Amílcar Cabral*] ainda não mandou imprimir a Resolução sobre as colónias portuguesas, não valerá a pena fazê-lo já, pois aproveitava-se fazer depois da Conf. de Conakry uma folha em que se imprimissem as resoluções das duas conferências, essa carta aberta ao Primeiro Ministro português e um apanhado da acção exterior em favor das Colónias portuguesas.

Realiza-se de 7 a 9 de Abril a Conferência dos Estados Independentes Africanos em Accra, com o objectivo principal de tratar de um plano «activo» contra as explosões atómicas. Deve-se-lhes enviar um telegrama, a meu ver, para que nas suas resoluções tratem do problema das colónias portuguesas. Em minha opinião esses países deviam eles próprios estudar os meios eficazes de apoiar a n/ luta e p^a isso é preciso que nós lho lembremos. Creio que o V. e o HM [*Hugo de Menezes*] podiam tratar desta questão.

Estranho falta de notícias do Abel. Certo de que está a desenvolver os seus maiores esforços, parece-me porém que eles poderiam ser melhor coordenados se fossem do n/ conhecimento.

Quanto à minha ida, o melhor é o V. esperar pelo telegrama que por certo mandarei antes de aí chegar.

Recebi hoje carta da «brasileira»¹ que mandou 150 ang. [*angolares*] p^a as despesas. Ainda não recebeu os documentos que lhe enviei de Túnis. Pode fazer seguir documentos à terra, embora com dificuldade.

Um abraço p^a ambos.

1. Deolinda Rodrigues.

Carta de Mário de Andrade*[manuscrita]*

Basil Davidson
7, Woodlands Road
Barner Common
London SW 13

Londres, le 31-III-60

Meu caro Lúcio,

Deux mots seulement.

Agradeço a tua última carta e o envio dos 100 M. [*Marcos*]. Estive aqui com o Abel [*Amílcar Cabral*] que deve chegar a Conakry brevemente. Quanto a mim, espero voltar «au pays natal» logo que me entreguem o bilhete.

Regresso a Paris na 2^a feira.

Vivo em casa do Basil.

Um abraço do teu

Mário

P.S. Vai pelo mundo uma «conspiração internacional» contra a Lusitânia, não é verdade?

**Intervenção de Viriato da Cruz
na 2^a Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos
Conakry, 11-15 de Abril de 1960**

[policopiado – original em francês]

INTERVENÇÃO DE V. DA CRUZ, EM NOME DA
DELEGAÇÃO DE ANGOLA

Senhor Presidente,
Caros Camaradas delegados,

A liberdade conquista-se pela luta.

Esta foi sempre a convicção profunda dos patriotas angolanos.

Uma parte importante da opinião mundial está convencida que em Angola o povo trava uma luta encarniçada (embora mal conhecida nos seus detalhes) contra o colonialismo português.

O Secretariado Permanente de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos declara, no seu Relatório, que sem sombra de dúvidas rebentaram insurreições em Angola, mas estas revoltas geraram na verdade massacres e um total segredo rodeou as atrocidades que aí foram perpetradas. Sim; é preciso afirmá-lo. Em várias regiões de Angola

(nomeadamente em Luanda e em Catete) houve insurreições que o exército português reprimiu selvaticamente num banho de sangue.

Desde há um certo tempo para cá que o colonialismo português utiliza uma arma ignóbil e inédita na repressão colonial moderna: o envenenamento das populações africanas. Nas localidades de Angola onde a oposição contra a dominação é muito intensa, agentes ou aliados do colonialismo português vendem às populações africanas alimentos envenenados.

Parece-nos que isto basta para ficarem com uma ideia do carácter bárbaro do colonialismo português.

Sabem sem dúvida que em todas as colónias portuguesas reina a ditadura fascista. Na prática, isto significa calcar e violar os direitos e as liberdades fundamentais do homem. Não há partidos políticos legais! Não há sindicatos para os trabalhadores africanos! Não existe liberdade de informação e de imprensa!

Isto significa também que a luta pelo progresso e a liberdade do nosso povo não pode ser senão uma luta rigorosamente clandestina. Tivemos mesmo que criar escolas clandestinas apenas para ensinar a ler aos analfabetos. A isto o retrógrado colonialismo português responde com uma política obscurantista de perseguição e de encerramento de centenas destas escolas, por toda Angola.

Patriotas angolanos são constantemente presos, arrastados para Tribunais militares e acusados de «crime de alta traição» que leva a penas que vão até 25 anos de prisão. Muitos de entre eles são torturados ou assassinados, quando não são deportados para locais de onde nunca mais regressam.

O que acabámos de dizer não o fazemos para nos queixarmos. Lamentar-se não serve de nada.

O nosso povo dá-se muito bem conta que nada nem ninguém deverá nem poderá substituí-lo na luta de vanguarda que está travando.

Mas, Caros Camaradas, a maioria do nosso povo está convencida que a natureza do colonialismo português é de tal ordem que não [se] pode admitir apenas a via pacífica que gostaríamos de seguir para obter a nossa independência. Seria condenarmo-nos a uma dominação sem esperança de libertação.

O ódio do nosso povo ao colonialismo português pode rebentar dum momento para o outro. A resposta directa do nosso povo à dominação colonial poderá então transformar-se de esporádica em sistemática. Seria a guerra; uma guerra imposta pela bárbara tirania de Portugal.

Diz-se – e nós acreditamos – que a liberdade dos povos dum continente e a dos povos do mundo é indivisível.

Estamos perante a Conferência de Solidariedade dos Povos de Ásia e de África. Poderia perguntar-se: O que é que os povos africanos e asiáticos poderão fazer, por seu lado, de um modo concreto e eficaz, a favor do justo combate do nosso povo – um combate conduzido em condições sem igual em toda a África?

Esperamos, confiantes,

– Que os povos de Ásia e de África aumentem a sua vigilância perante a acção do colonialismo português;

– Que os povos Afro-asiáticos dêem uma ajuda concreta e incondicional à luta do povo de Angola contra o colonialismo português;

– Que os povos Afro-asiáticos levem os seus respectivos governos a tomarem certas medidas diplomáticas contra Portugal, medidas essas que poderiam ir até à ruptura de relações diplomáticas e comerciais;

– Que Portugal, em virtude da sua política colonial, seja declarado inimigo de todo o Mundo afro-asiático;

– Que esta Conferência, de acordo com o Relatório do Secretariado Permanente, preste uma atenção especial à questão do colonialismo português e desencadeie uma campanha especial a seu respeito, a fim de estes tiranos serem desalojados dos territórios que usurparam e que os povos destes países recuperem os seus legítimos direitos.

LUTAR para a liberdade do povo – LUTAR de modo a merecer a solidariedade dos povos irmãos – Colocar a solidariedade ao serviço do desenvolvimento da LUTA popular, – eis algumas das palavras de ordem da organização que representamos aqui: o Movimento Popular de Libertação de Angola.

VIVA A SOLIDARIEDADE AFRO-ASIÁTICA ACTUANTE!

VIVA A LIBERDADE E A PAZ!

ABAIXO O COLONIALISMO E O IMPERIALISMO!

Projecto de Resolução sobre Angola

[policopiado – original em francês]

PROJECTO DE RESOLUÇÃO SOBRE ANGOLA¹

A SEGUNDA CONFERÊNCIA DOS POVOS AFRO-ASIÁTICOS, DEPOIS DE SE INTEIRAR DA SITUAÇÃO EM ANGOLA:

SOLIDARIZA-SE com o povo de Angola em luta pela independência;

INDIGNA-SE com as atrocidades infligidas pelo colonialismo português ao povo Angolano;

EXIGE a anulação dos processos de alta traição tentados contra os patriotas angolanos e para o facto chama a atenção da Comissão Internacional dos Direitos do Homem;

EXIGE a libertação imediata do líder angolano ILÍDIO MACHADO e de todos os prisioneiros políticos;

EXPRIME a sua confiança à Comissão especial das Nações Unidas encarregada de inquirir sobre os territórios abrangidos pelo art. 73 da Carta das Nações Unidas e

1. *Como delegados de Angola estiveram presentes L. Lara, V. Cruz, H. Menezes.*

PEDE que o problema das colónias portuguesas seja inscrito na ordem de trabalhos da próxima reunião da Assembleia Geral;

APELA para os povos afro-asiáticos para que incitem os seus governos respectivos a considerar medidas diplomáticas contra Portugal;

ADOPTA a instituição de uma jornada de solidariedade afro-asiática para com os povos das colónias portuguesas.

Apresentado pelo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

Encontro em Brazzaville com enviado de Neto (Manuel Pedro Pacavira)¹

Agostinho Neto (como membro do Directório do MAC, em Lisboa), ao saber das nossas movimentações e dificuldades no exterior, entendeu regressar o mais depressa possível a Angola, o que fez em Dezembro de 1959, já ciente da nossa vontade de irmos a todo o custo para África e dos empecilhos burocráticos que encontrávamos com o Ghana e a Guiné para essa instalação.

Da acção do MPLA apenas o jornal La Gauche, pela pena do Mário Pinto de Andrade, em finais de 59^o e, mais tarde o jornal Le Monde fazem menção ao Movimento de Libertação de Angola, que Viriato identifica com o MPLA (carta de 27.02.60).

Neto parte pois para Luanda com o propósito de acelerar a organização da luta e encontra várias organizações que pretende a todo o custo coordenar, hesitando no entanto quanto à forma de o fazer. Apesar do clima de tensão que se vivia desde as numerosas prisões de 1959, todos os patriotas minimamente engajados e ainda em liberdade acorriam ao encontro de Neto, que entretanto tinha aberto um consultório no Bairro Operário e tentava animar as diversas organizações que procuravam avidamente as suas orientações. Embora o consultório fosse um pretexto para as visitas, Neto encontrava os mais engajados em sítios discretos, ao abrigo de qualquer controlo.

Nessa altura pelo menos quatro movimentos estavam em acção, nomeadamente o Movimento de Independência Nacional de Angola (MINA), o Movimento de Libertação Nacional (MLN) e o Movimento de Libertação de Angola (MLA) e uma UPA que

1. Manuel Pedro Pacavira, nascido no Golungo Alto em 1939. Desde 1955 inicia as primeiras actividades políticas com alguns jovens seus contemporâneos, nomeadamente Aristides Van Dúnem, Noé Saúde, Guilherme Tonet, Simão Adão Manuel (Kafuxi), Jaime Madaleno, Adolfo João Pedro. Desde 1957 activista do Movimento da Independência [Nacional] de Angola. No fim dos anos 1957 está ligado a Bernardo Domingos Kiosa, ao Cônego Manuel Joaquim Mendes das Neves e de entre outros Adriano Sebastião, Fernando Coelho da Cruz e estabeleceu ligações com Amílcar Cabral. Em 1958/1959 tem uma ampla actividade clandestina ligada ao Cônego Manuel das Neves, Padre Joaquim Pinto de Andrade, à juventude do Botafogo do então Bairro Indígena. Em Janeiro de 1960, acreditado por Agostinho Neto, desloca-se a Brazzaville para estabelecer contactos com os que desenvolviam actividades a partir de Conakry. Pouco depois do seu regresso em Julho de 1960 é preso juntamente com Agostinho Neto e Padre Pinto de Andrade. Andou por várias cadeias, no Bié, no Missombo. Em 1965 é solto por seis meses e volta a ser preso e deportado para Cabo Verde até ao 25 de Abril de 1974.

2. Ver artigo em Anexo nº 11.

nada tinha da UPA de Léopoldville, (esta saída da UPNA), como referiu Pacavira no encontro que tivemos em Brazzaville. Realmente mais tarde terá havido contactos e troca de informações com os da UPA de Léopoldville.

Sabendo das nossas movimentações no exterior e ansioso por unificar a acção patriótica, Agostinho Neto enviou ao Congo Manuel Pedro Pacavira para estabelecer o imprescindível contacto com os de Conakry. Pacavira utilizou cautelosamente a via de Cabinda para chegar a Ponta Negra, onde encontrou Matias Miguéis que nos telegrafou para Conakry a anunciar a presença de um emissário de Neto e a pedir que fizéssemos o possível para vir ao seu encontro. Tínhamos acabado de participar na II Conferência dos Povos Afro-Asiáticos em Conakry, onde esperámos em vão pelo encontro antes combinado com Holden Roberto que se manteve em Accra, sem dar andamento a nenhum assunto que combináramos e que deveria activar no seio do Comité Director da Conferência Panafricana. Foi nessa Conferência que os soviéticos anunciaram a criação da Universidade para os estudantes afro-asiáticos, que veio a chamar-se Universidade Patrice Lumumba e que nos anos seguintes deveria formar muitos quadros dos países afro-asiáticos, e também angolanos.

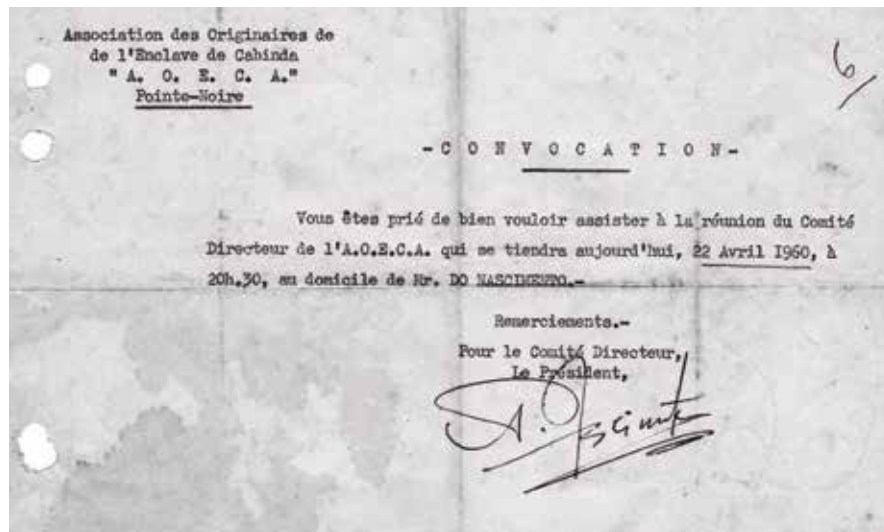


**Na loja de Eduardo Gualdino em Ponta Negra (Congo-Brazzaville)
(da esquerda para a direita: Matias Miguéis, Lúcio Lara, a esposa de Gualdino e Gualdino)**

Era o início da nossa actividade em Conakry e não tínhamos meios nem sequer para equacionar uma viagem até ao Congo. Depois das desilusões com o Ghana e com a Guiné Conakry na Europa, sentimos enfim a solidariedade africana que veio da União das Populações dos Camarões – UPC, cujos líderes eram Félix Roland Moumié e Um Niobé.

A UPC pagou-nos o bilhete de avião e emprestou-nos o dinheiro que nos permitiu ir até ao Congo encontrar Pacavira. Nesse momento já havia uma boa cooperação com a UPC, que tinha diversos escritórios em África (Conakry, Accra, Cairo, etc); a amizade e a identificação ideológica que nos unia à UPC e a Moumié desde Túnis facilitaram portanto que eles nos oferecessem essa solidariedade. Foi decidido que eu partisse no primeiro avião para Brazzaville (Abril 1960).¹ Quando o avião chegou a Ponta Negra tentei ver se havia alguém que se parecesse com Matias Miguéis, a quem tinha avisado por telegrama do aeroporto de Libreville da minha eventual passagem em Ponta Negra para Brazzaville. Realmente descortinei um grupo que me pareceu de angolanos e dirigi-me a eles, identificando-se o Matias Miguéis e o Eduardo Gualdino.

Nessa noite fiquei em Ponta Negra e aproveitei para participar numa reunião da «Amicale des Originaires de l'Enclave de Cabinda» (A.O.E.C.A.).



Fac-simile da convocatória da AOECA

Fiquei confundido com o que ouvi nessa reunião. Os participantes originários de Cabinda sabiam que além do Matias Miguéis e do Gualdino estava lá eu, enviado de Conakry, e então alguns deles manifestaram que Cabinda não tinha nada que ver com Angola e que os Angolanos tinham a presunção de que Angola e Cabinda eram a mesma coisa e eles achavam que não deviam juntar os seus destinos ao dos Angolanos. Algumas

1. Nessa altura a Air France fazia uns voos que passavam em várias capitais africanas, e por isso tive de fazer as escalas de Abidjan, Douala, Libreville e Ponta Negra. Nesses aeroportos constatei que os serviços de emigração eram dirigidos por polícias franceses, que desconfiavam dos africanos que se deslocavam e nos incomodaram.

opiniões eram bastante anárquicas, pois enquanto uns diziam que deviam juntar o seu futuro ao Congo-Brazzaville, outros diziam que deviam fazê-lo com o Congo-Léopoldville e um ou outro falava de autonomia de Cabinda ou da sua ligação com o futuro de Portugal. Também foi evidente que a minha presença contribuiu para algumas afirmações nitidamente «provocatórias».

Devo confessar que em todo o tempo que já estava envolvido no início da luta de libertação de Angola NUNCA tivera qualquer indício da existência de qualquer problema deste tipo, nem de Cabinda nem de qualquer outra parte do território angolano, pois sempre considerámos Angola como um todo, onde as diferenças étnicas e culturais, perante a dureza da dominação colonial e a contradição colonizado-colono, não tinham tido ocasião de afirmar as respectivas identidades que a luta de libertação iria ultrapassar, ao forjar perante o inimigo comum uma consciência nacional própria, diferente, capaz de resistir à utilização feita pelos colonizadores desde a sua chegada para nos dividirem. Não posso deixar de considerar que esse alerta que recolhi em Ponta Negra na reunião da AOECA foi útil para o MPLA, que estava a iniciar a sua acção internacional.

No dia seguinte parti com Matias Miguéis para Brazzaville, onde graças ao apoio de um angolano residente (Rodolfo Morais) localizámos Pacavira.

Ainda respeitando normas conspirativas, tivemos um primeiro encontro em 24 de Abril de 1960 num jardim de Brazzaville, onde Pacavira expôs a situação daquele momento em Angola (como vem no documento da página 375).

Os pontos em que insisti para serem transmitidos e analisados pela Direcção do Interior, que já estava encabeçada por Agostinho Neto, eram:

- Congregar todas as organizações possíveis no MPLA, visto que era o que, com a FRAIN, se lançava já nos contactos internacionais;
- Dentro do necessário segredo e espírito conspirativo, eleger um Comité Director que devia desde logo ligar-se connosco e enviar-nos todos os panfletos e informações pelas vias possíveis, sem descurar os marítimos;
- Explicar bem a diferença que havia entre a UPA de que falava Pacavira e a UPA do Gilmore [Holden Roberto]. Víamos com reservas o apoio do American Committee on Africa a Holden; continuaríamos a tentar a unidade com base no compromisso de Túnis;
- Utilizar o trabalho por células e intensificar o trabalho nas aldeias com os camponeses;
- Não cessar de mandar panfletos denunciando os propósitos portugueses e os planos militares, para nós, para os Chefes de Estado Africanos e sobretudo do Ghana, do Marrocos, do Egipto, da Guiné e da Tunísia;
- Quanto aos «mil indivíduos prontos para entrar na luta», de que falava Pacavira, a orientação foi de não fazer desde já actos que provocassem a intervenção da Pide ou do Exército com sacrifício de vidas, porque por enquanto Portugal ainda não era condenado quanto ao tratamento dos povos das colónias. Deixar amadurecer mais a opinião internacional acerca das colónias portuguesas e nós daríamos o sinal por meios que chegassem ao seu conhecimento;

- Difundir que a FRAIN em Túnis obtivera sucessos importantes no sentido de esclarecer a opinião pública sobre o colonialismo português. Difundir o panfleto da FRAIN, que foi entregue a Pacavira.

Analísamos depois das conversações o modo como Pacavira iria regressar via Ponta Negra e Cabinda e combinámos que ele deveria fazer apelo à sua memória para decorar o conteúdo das palavras de ordem e documentos que lhe forneci. Não deveria levar quaisquer papéis para não ser apanhado pela Polícia portuguesa.

Acabado o encontro, a Air France disse-me que não podia embarcar para a Guiné por o meu passaporte não ter visto do Congo-Brazzaville, o que passara despercebido por eu ter desembarcado em Ponta Negra. Como ainda pensava atravessar o rio Congo para ir a Léopoldville tentar encontrar Holden e Kasavubu (este último já contactado por Pacavira, segundo ele me informou), fomos até à Segurança de Brazzaville com o meu passaporte. Pacavira devia ir depois para Ponta Negra e regressar a Angola. À entrada notámos uma presença de alguém que nos pareceu ser um português. Enquanto esperava ser recebido, Pacavira veio até à sala de espera para se despedir de mim. Fui finalmente atendido por um francês (a segurança congoleza ainda era feita por franceses) que, enquanto me fez um vasto interrogatório, tive oportunidade de ver que se guiava por uma folha escrita em português e deduzi que lhe devia ter sido dada pelo tal português que tínhamos visto lá fora. Entre outras coisas o francês perguntou-me quem era o senhor que me tinha vindo ver à sala e que tinha uma mancha de cabelos brancos. Fiquei a saber que estava a ser vigiado e disse-lhe, para o enganar, que se tratava dum senhor Morais que era um angolano de Brazzaville. Depois o polícia francês disse-me que me aconselhava a não ir a Léopoldville porque a polícia belga estava advertida pelos portugueses da minha presença ali e que eram capazes de me incomodar. Finalmente acabou por me dar o visto de que eu necessitava. Quando saí dali enviei um telegrama para Ponta Negra a Matias Miguéis para avisar Pacavira que disfarçasse os cabelos brancos, já que a Polícia francesa e talvez a Pide os tivessem detectado para o identificar.

Soube posteriormente, quando Matias foi a Conakry, que Pacavira tinha conseguido entrar com os documentos que eu lhe dera e que não fora incomodado pela Pide.

Resolvido o problema do visto, tratei da minha viagem de regresso e em 29 de Abril enviei para Conakry o seguinte telegrama: «Não havendo dificuldades visto chegarei segunda oito e meia Lara». Em virtude do aviso da segurança congoleza abandonei a ideia de atravessar o rio para ir a Léopoldville.

Regresso portanto a Conakry a reunir-me a Viriato da Cruz, Mário de Andrade, Amílcar Cabral e também a minha mulher e filho, entretanto chegados por barco de Casablanca, todos alojados provisoriamente em casa do Hugo de Menezes que, como médico, tinha direito a uma casa ligada ao Hospital Donka. Foi nessa conjuntura que iniciámos o trabalho político já sem pôr tanto acento na FRAIN, mas referindo sobretudo o MPLA e o PAI, que passara a denominar-se PAIGC, para se distinguir do PAI do Senegal, de orientação comunista, cujo líder era Mahjemoud Diop. Começámos a preparar os documentos para uma conferência das colónias portuguesas de África e Ásia.

Segundo Humberto Machado, depois do regresso de Pacavira a Luanda e transmitidas a Agostinho Neto as orientações que tínhamos acordado, fez-se uma reunião em Maio em casa do falecido Fernando Coelho da Cruz em que Neto esteve presente com Pacavira, David Eça de Queiroz (Kinjinji), Bernardo Joaquim Silas, Cândido da Costa. Neto insiste na palavra de ordem de se convidarem os diferentes movimentos a unirem-se sob a designação de Movimento Popular de Libertação de Angola. Explica-se também o que é a FRAIN,

distribuem-se os militantes em diferentes grupos. Nessa reunião fala-se na necessidade de trazer para este Movimento o padre Pinto de Andrade, que acaba por aceitar.

Então numa reunião decidem escrever-nos uma carta, a primeira assinada pela Direcção do MPLA, cujo núcleo dirigente é constituído por Neto (Kimbanda), Coelho da Cruz, David Queiroz, Bernardo Silas e Pacavira. O portador dessa carta é Kinjinji que cai preso e a carta vai parar às mãos da Pide. Em Junho, Agostinho Neto foi preso.

Sumário das conversas tidas em Brazzaville entre Lúcio Lara e Manuel Pedro Pacavira

[dactilografado por Lúcio Lara]

SUMÁRIO DAS CONVERSACÕES DE BRAZZAVILLE - Abril 1960

Sobre a ORGANIZAÇÃO

Informou o enviado ter conhecido antes das prisões três organizações que lutavam pela independência de Angola:

- 1 – Movimento de Independência Nacional de Angola (MINA)
- 2 – Movimento de Libertação Nacional (MLN)
- 3 – Movimento de Libertação de Angola (MLA)

O 1º movimento que teria tido por líder José Bernardo Domingos continua hoje sob a direcção de Agostinho Neto.

O 2º movimento, cujo líder teria sido o eng. Calazans Duarte ter-se-ia fundido com o MLA de que faziam parte Ilídio Machado, Gabriel Leitão, Liceu V. Dias e Higino Aires. A actividade actual do movimento que teria nascido dessa fusão parece ser nula. Estes três movimentos constituiriam a União das Populações de Angola. O MLN seria constituído na sua maioria por europeus conhecendo-se nele a presença de 4 africanos que depois aderiram ao MINA. Segundo a opinião dos africanos de Luanda os dois movimentos que se fundiram teriam uma orientação comunista. O MINA separou-se desse movimento. O MINA data pelo menos de 1957, pois o relator lembra-se de que nessa altura teriam mandado fazer um cofre especial para guardar documentos. Ao MINA pertenciam PASCOAL, BENJE, CARVALHO, S.G. DOMINGOS, JOSÉ LISBOA, JOAQUIM FIGUEIREDO, LOURENÇO CONTREIRAS, BELARMINO VANDUNEM, DIOGO VENTURA, ARMANDO DA CONCEIÇÃO JR. (que teria sido o presidente de uma associação patriótica em Léopoldville e que foi preso durante uma reunião nessa mesma cidade e entregue às autoridades portuguesas), NOÉ DA SILVA SAÚDE, etc.

Ao MLA, além dos quatro elementos supracitados, pertenciam FRANCO DE SOUSA, CARLOS VANDUNEM, FRANCISCO AFRICANO, BELARMINO DE SOUSA, LUÍS RAFAEL, AMADEU AMORIM (apanharam-lhe uma máquina duplicadora), MÁRIO A. CAMPOS, etc.

Ao MLN pertenciam como já se disse os europeus presos assim como alguns africanos, entre os quais, PACAVIRA, SILAS e MANUEL DA COSTA.

O MINA parece ser o único que continua a desenvolver grande actividade nomeadamente publicando panfletos. Tem em vista criar «postos» no interior. No Uíje já estaria funcionando um desses postos sob a direcção de ADRIANO SEBASTIÃO, elemento sobre o qual o Miguéis põe grandes reservas, pois teria em tempos ameaçado de denunciar uma série de actividades a propósito de uma questão pessoal que teria tido com elementos revolucionários. O Abel saberia da história. É casado com uma senhora de nome Hermengarda.

A direcção do MINA seria constituída por AGOSTINHO NETO (presidente), JOAQUIM BERNARDO (de Malange, professor), J. DOMINGOS, CÂNDIDO DA COSTA, COELHO DA CRUZ, HERBERT INGLÊS (chauffeur). A Comissão de propaganda seria formada por SILAS, PACA, SEMIÃO ADÃO MANUEL, MADALENO e RUDOLFO (irmão de Silas). Uma comissão de Resistência seria formada por DAVID QUEIROZ (irmão do Silas) e ARISTIDES VANDUNEM. Ao que diriam estes elementos, têm em Luanda cerca de mil indivíduos prontos (?) a entrar na luta...

Em Fevereiro teria vindo uma Delegação de Malange estabelecer contacto com Silas. (CRISTIANO dirigiria essa delegação).

Outras informações

No Kessua (Malange) consta estar a aparecer um movimento só de protestantes. O padre Andrade está em contacto com o Neto. O cónego Manuel das Neves também está em contacto com os patriotas. O Padre Nascimento é bom mas não dá nada, seg. o cónego Manuel.

Ilídio, Higino, Liceu, Capicua, Costa, Lisboa estão na prisão dos Muceques. Podem ser visitados por amigos...

Nobre, Noé, Bengé, Gaspar e Mingas estão na prisão do Cemitério e também têm visitas.

Os da Casa de Reclusão não podem ser visitados.

A Direcção do MINA trabalha de acordo com os presos.

Sabe-se que há 4 soldados angolanos que fugiram de Macau p^a a China.

Cândido Costa é um pouco medroso... Há muitas buscas. Depois das 8 horas não se pode circular. Pedem desculpa e revistam as pessoas.

1º TUMULTO DE CATETE – Um tal Alfredo (mestiço do Caminho de Ferro) provocou um negro. Os brancos intervieram contra o negro e outros negros retorquiram. Imediatamente vieram forças do Exército (do paiol) e depois a polícia. Morreu um rapaz. Houve alguns feridos e prisões...

2º TUMULTO DE CATETE – Um negro foi com três amigos comprar vinho e desconfiou que estava envenenado. Discutiu com o vendedor. Este chamou o administrador que por sua vez telefonou p^a o paiol (entre Catete e Luanda). Veio porém a polícia de Luanda que se atacou aos que já estavam juntos. O soba UALA interferiu com a sua gente contra a polícia. Um polícia (AIRES) chegou a ser atingido por um chuchó (instrumento de pesca). O soba foi preso e desterrado. Os comboios e os carros de Catete a Luanda eram controlados.

KASAVUBU pretende logo após a independência reunir num meeting os Angolanos residentes no Kongo a quem incitará a apoiar as organizações patrióticas. Os documentos são em geral redigidos pelo Silas (os panfletos).

PONTOS EM QUE INSISTI PARA SEREM TRANSMITIDOS E ESTUDADOS¹

ORGANIZAÇÃO: Alargamento; Criação de «Comités locais de acção»; criação de secções especiais entregues a gente responsável; problema da clandestinidade e funcionários; fundos; denominação; problema da UPA e Gilmore [*Holden Roberto*]; a organização no exterior (dificuldades e vitórias); Credenciais (carta credencial p^a todos os efeitos inclusive ONU)

LUTA IMEDIATA E FUTURA:

Desde já uma secção de informação e documentação sobre questões militares; preparação imediata de gente p^a sair (estudantes e outros); preparação imediata in loco de agitadores e estudo e aplicação imediata de possibilidades de sabotagem e resistência passiva; boicote económico; estudo de códigos a empregar; encontro dentro de dois meses e normalização das ligações; sugeriu-se a criação de um corpo de estafetas «profissionais» a quem ficaria confiada a missão de comunicações internas e externas; problema das primeiras armas; criação de pontos de apoio junto das fronteiras e outros locais para facilitar saída e entrada de gente; procurar desde já agitação nos bairros, aldeias e pontos afastados de cidades; problema dos sindicatos e uniões de estudantes; bolsas de estudo – resposta através do Brasil; os problemas da propaganda (mostraram necessitar de copiográficos); a mensagem dos presos à Comissão Internacional dos Direitos do Homem.

Nossa actuação:

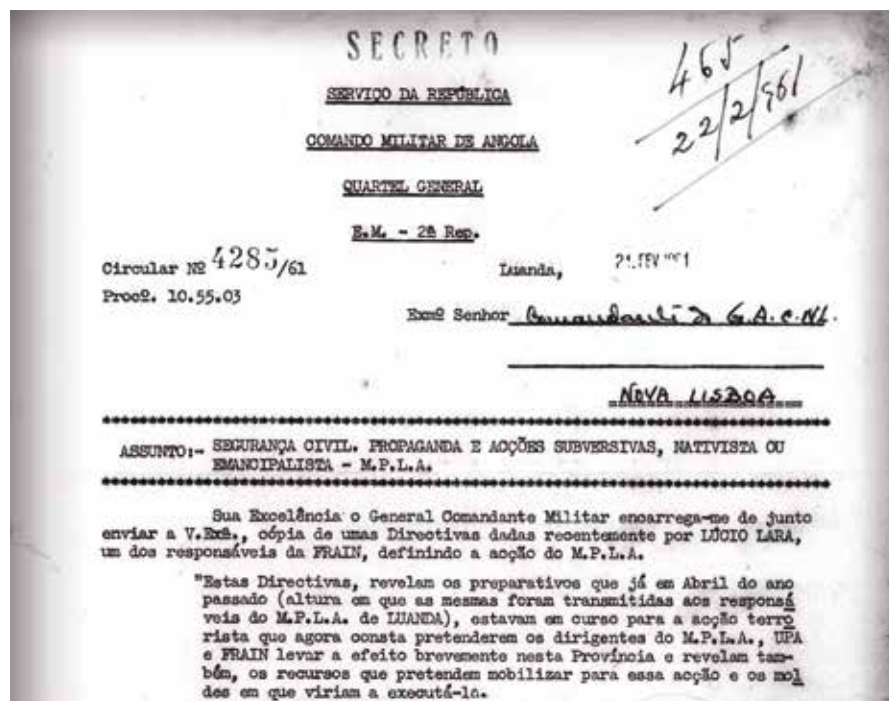
Actividade; sacrifícios; a «ajuda» exterior; problema da ONU; apoio das organizações patrióticas do interior. A FRAIN; os nossos planos de futuro e seu condicionamento.

1. *Estas notas sintéticas figuram no relatório que levei para Conakry resumindo o encontro com Pacavira. Aqui está expresso o «alargamento» do MPLA e recordo-me de ter também transmitido a necessidade de se fixarem na denominação MPLA por já estar divulgada internacionalmente e por figurar no Manifesto de 1956.*

Já em Luanda, depois da chegada da delegação do MPLA em Novembro de 1974, alguém me ofereceu alguns documentos, entre os quais um interessantíssimo Relatório do Comando Militar de Angola, cuja primeira folha se transcreve a seguir, encontrando-se o restante texto em anexo. Essa parte é assinada pelo Chefe do Estado Maior Manuel Pimenta de Almeida Beja Camões Godinho, Coronel do C.E.M. O resto do documento, que se publica em anexo, é um relatório de Fevereiro de 1961, assinado pelo sinistro General António Miguel Monteiro Libório e refere-se aos assaltos de 3/4 de Fevereiro, de 10 e 11 de Fevereiro, de 17 a 19 de Fevereiro, à sublevação da Baixa de Cassange, à chamada «guerra de Maria» (que identificam com a rainha Nguriakama) e a outros aspectos das actividades dos patriotas. Deixam perceber que houve bombardeamentos (cujos efeitos assassinos seriam mais tarde publicitados pelo major aviador Ervedosa, que chegou a estar em Argel com a oposição portuguesa). Infelizmente não conseguí esse relatório sobre o criminoso massacre de Cassange. Mas talvez apareça um dia...

Relatório do Comando Militar de Angola¹

[dactilografado]



1. Ver em Anexos nº 18 e 19 os documentos do Comando Militar de Angola «Directivas dadas por Lúcio Lara...» e o «Boletim de Informação» que se refere ao 4 de Fevereiro e a outras actividades.

SERVIÇO DA REPÚBLICA
COMANDO MILITAR DE ANGOLA
QUARTEL GENERAL
E.M. - 2ª Rep.

[Rubricado e com carimbo dizendo: SECRETO]

Luanda, 21.FEV 1961

Circular Nº 4285/61
Proc.º 10.55.03

Exmº Senhor Comandante da G.A.C.N.L.
Nova Lisboa

ASSUNTO: SEGURANÇA CIVIL, PROPAGANDA E ACÇÕES SUBVERSIVAS,
NATIVISTA OU EMANCIPALISTA - M.P.L.A.

Sua Excelência o General Comandante Militar encarrega-me de junto enviar a V.Excª, cópia de umas Directivas dadas recentemente por LÚCIO LARA, um dos responsáveis da FRAIN, definindo a acção do M.P.L.A.

«Estas Directivas, revelam os preparativos que já em Abril do ano passado (altura em que as mesmas foram transmitidas aos responsáveis do M.P.L.A. de LUANDA), estavam em curso para a acção terrorista que agora consta pretenderem os dirigentes do M.P.L.A., UPA e FRAIN levar a efeito brevemente nesta Província e revelam também, os recursos que pretendem mobilizar para essa acção e os moldes em que viriam a executá-la.

A U.P.A., agora em perfeito entendimento com a F.R.A.I.N., ALIAZO e M.P.L.A., vem pelo que nos consta, a cumprir em certa medida aquelas Directivas. E de facto, só a U.P.A., se encontra de momento em condições de as cumprir, pondo em prática os ensinamentos tácticos de ordem subversiva que recebe dos dirigentes da F.R.A.I.N. e do M.P.L.A. LÚCIO LARA, MÁRIO PINTO DE ANDRADE, etc., elementos que ao serviço do comunismo internacional, estão bem doutrinados e decididos para a luta que proclamaram já através da imprensa internacional e nos muitos panfletos que têm publicado.»

Mais informo V.Exª, que a U.P.A. determinou o dia 30MAR61 para o começo da luta pela «INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA».

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR
Manuel Pimenta de Almeida Beja Camões Godinho
Coronel do C.E.M.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR
Manuel Pimenta de Almeida Beja Camões Godinho
Manuel Pimenta de Almeida Beja Camões Godinho
Coronel do C.E.M.

Carta do Comité Director da FRAIN a Holden Roberto¹*[dactilografada]*

Conakry, 12 de maio de 1960

Exmo. Senhor
 JOSÉ GILMORE
 P.O.Box M. 24
ACCRA GHANA

Prezado Compatriota

Como certamente se recorda, durante a sua estadia em Conakry ficou resolvido que, como representante de Angola, proporia na reunião tida recentemente em Accra pelo Comité Director da Conferência dos Povos Africanos a data de 3 de Agosto para comemoração da Jornada de Solidariedade para com os povos das Colónias portuguesas decidida em Túnis.

Ignoramos quais tenham sido as decisões tomadas a esse respeito durante a referida reunião do Comité Director, pelo que agradecemos que nos informe sobre o assunto na volta do correio, se possível.

Como mostrou interesse em contactar connosco, aproveitamos esta oportunidade para o informar da presença entre nós dos nossos camaradas Abel Djassi e Mário de Andrade.

As nossas cordiais saudações

Lúcio Lara
 (Membro do Comité Director)

Boîte Postale 800
 CONAKRY REPUBLIQUE DE GUINEE

Carta de Castro Soromenho*[manuscrita]*

Paris – Junho – 9 [1960]

Meu caro Lara: Foi uma surpresa muito agradável receber a sua carta. De si e dos nossos companheiros, ia tendo notícias pelo Mário [*M. de Andrade*] e, mais recentemente, pelo Luís [*L. de Almeida*], com quem estou diariamente neste Paris onde luto por um buraco onde me possa acoitar com a família. É tarefa muito difícil para quem não possa dispor de dinheiros largos... Dentro de dias, saberei se poderei ou não contar com um

1. Holden Roberto, enquanto membro do Comité Director da Conferência Panafricana, não nos respondeu a estas preocupações.

pequeno apartamento nos arredores da cidade. É a última esperança... Depois se verá o rumo a dar à vida, cada vez mais afastado de Portugal – mais afastado e mais desinteressado. Homem de África, ali nascido e medrado até aos 27 anos, fui sempre um estrangeiro em Portugal. Para os portugueses, até a minha literatura sempre lhes pareceu estrangeira! Em verdade, eles têm as suas razões, porque nunca sentiram a humanidade africana. Mais, só agora começam a acreditar que ela existe...

Pelos recortes dos jornais que o Luís vai me mandando, vs. sabem o que tem sido o movimento de tropas e polícia de Portugal para a fronteira de Angola com o Congo Belga. Uma manifestação de força como prova de segurança, de fidelidade dos angolenses a Portugal... Ou a loucura da preparação de uma guerra colonial! Como é que o ditador classificaria essa guerra? Guerra ultramarina? Certamente revolta de maus português[es] inspirados por comunistas contra a maioria dos bons portugueses de todas as cores das províncias ultramarinas portuguesas... Isto, está claro, com mais tempero e muitas tabuletas patrióticas.

Pouco ou nada sei do que vocês fazem aí. Além do folheto impresso e de um apelo não li mais nada, depois do Amílcar e Mário terem abalado. É pouco.

Por uma carta do Jorge Sena, residente no Brasil, ao José Augusto França, que vive em Paris, constatei que os anti-situacionistas estão sem saber nada do que os africanos das ditas colónias portuguesas pensam sobre o próximo futuro. Estes anti-situacionistas são do grupo oposto a Delgado-Galvão, que é colonialista.¹

No meu modo de ver, o ponto fundamental a focar pela oposição (imprensa dos portugueses no Brasil e Venezuela) é demonstrar que Portugal tem condições de vida próprias sem viver da economia colonial. A região mais importante é o Alentejo. Ora, o Amílcar tem um trabalho sobre essa região, do qual me falou; pedi-lhe cópia, e por V. insisto no pedido. Importaria de, à base desse estudo, escrever uns artigos para o Brasil. O português da oposição tem medo da perda das colónias, porque o país mergulharia na miséria total... Esta tecla é fortemente tocada pelos situacionistas. Além desse relatório, o Amílcar pode indicar-me trabalhos que me habilitem a uma série de esclarecimentos. Ele conhece muito bem o problema da terra. Daqui, eu partiria para a demonstração dos «verdadeiros interesses» dos «verdadeiros interessados» na exploração colonial; e deste último ponto para a afirmação que esses «interesses» foram e são contrários aos dos colonos, e que o destino destes só é ruinoso na medida em que eles são os filhos bastardos da mãe pátria. E os filhos destes «filhos bastardos», nascidos e medrados em Angola, numas poucas gerações, por alguma razão bem «colonialista» foram considerados «portugueses de segunda categoria».

*

O Waldemar lembra-se muito bem de si. Agradeço-lhe, e a Mercedes também, os parabéns que lhe mandou, na carta que me escreveu e no recado dado pelo Vasco.

A Mercedes, que se recomenda à Ruth e a V., está em Paris a estudar comigo as condições de aqui podermos viver. Regressará a Lisboa para a semana, e até fins de

1. Veja-se a advertência de Castro Soromenho...

Agosto a nossa vida terá novo rumo. Qual? O ramo do Brasil será o último a trilhar, por razões que V. pode avaliar.

Quando tiver tempo e vagares, dê-me notícias. Abraços ao Amílcar, Viriato e Mário. Um beijo para o seu miúdo, recomendações para a Ruth e um grande abraço para si do seu amigo

Castro Soromenho

Primeiro Apelo à Unidade¹

[policopiado]

APELO À UNIDADE

O colonialismo – dominação estrangeira em África, está nos seus últimos dias.

Desde a 2ª Conferência dos Povos Africanos, realizada em Túnis em Janeiro de 1960, até hoje, sabemos já que, dentro do ano corrente, o Congo, o Mali (Senegal e Sudão), a Nigéria, a Costa das Somálias e Madagáscar serão Estados independentes.

O Togo acaba de aceder à independência. Já estão marcadas as datas em que a Serra Leoa e o Tanganika obterão a sua independência. O direito do Kénia à independência já foi reconhecido.²

A luta crescente contra o racismo na União Sul Africana e a condenação pelo Conselho de Segurança da ONU da política de segregação e discriminação raciais são sinais do próximo fim do domínio das forças que, na África do Sul, vêm ajudando o colonialismo em África e no mundo.

Os colonialistas portugueses, opressores do povo angolano, estão cada vez mais isolados. Dentro de pouco tempo, os colonialistas portugueses terão de constatar que o apoio que eles esperam obter dos imperialistas dos países vizinhos de Angola está já ultrapassado pelo apoio que os povos desses mesmos países dão ao povo angolano em luta pela sua liberdade.

No plano internacional, os colonialistas portugueses vêm perdendo rapidamente terreno. Por meio de conferências e comunicados à imprensa mundial, por meio de artigos, relatórios e diversas publicações de patriotas, o colonialismo português vem sendo sistematicamente desmascarado no mundo inteiro. À acção desses patriotas de todas as colónias portuguesas junta-se, hoje, a actividade crescente de inúmeros amantes da liberdade para todos os povos e simpatizantes da justa causa do povo de Angola.

1. *Este documento, que aparece depois da «Declaração de Compromisso» com Gilmore (Holden Roberto) é o primeiro de uma acção permanente pela Unidade do nacionalismo angolano, que se manteve até 1972, apesar das atitudes hostis da UPA, com assassinatos, prisões, etc...*

2. Ver mapas das independências em Anexo nº 2.

Em representação de organizações anti-colonialistas de Angola, patriotas angolanos vêm fazendo ouvir a voz do nosso povo em conferências e congressos europeus, africanos e afro-asiáticos.

Em virtude da participação activa de patriotas de Angola, da Guiné dita portuguesa, de São Tomé e Moçambique, a Conferência dos Povos Africanos (Túnis, Janeiro de 1960) adoptou uma resolução especial sobre as colónias portuguesas.

A 2ª Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos (Conakry, Abril de 1960) esteve unanimemente de acordo com a proposta do MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) em adoptar uma resolução especial sobre Angola.

Mais de metade da humanidade já reconheceu solenemente, por intermédio dos seus representantes qualificados, o direito do povo angolano à independência e declarou apoiar a luta do nosso povo nesse sentido.

O vento de transformação que sopra em África e no mundo inteiro, corre a favor da revolução libertadora do povo angolano.

Com a criação há três anos do MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA (MAC) os Africanos vivendo fora das suas pátrias respectivas – Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, Angola e Moçambique – deram início a uma luta unida e organizada contra o inimigo comum: o colonialismo português.

A união combativa entre os diferentes partidos e movimentos patrióticos de todos os países sob dominação portuguesa possui já uma base concreta sobre a qual ela se desenvolverá. Desde Janeiro de 1960 que o MPLA e o PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA da Guiné dita Portuguesa (PAI) criaram a FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL das Colónias portuguesas (FRAIN). A FRAIN está aberta a todas as organizações patrióticas de todos os países africanos ainda sob o jugo colonial de Portugal.

COMPATRIOTAS

Constitui uma vitória exaltante o facto de que, tanto no interior de cada país sob dominação colonial portuguesa, como entre os diversos países sob essa dominação, as forças patrióticas venham desenvolvendo uma actividade persistente e progressiva para opor ao colonialismo português uma Frente revolucionária anti-colonial. O aumento da extensão e do poderio dessa frente criará as condições óptimas para a liquidação rápida do colonialismo português e para que cada país sob dominação colonial portuguesa conquiste uma independência real e incondicional.

A actividade corajosa das massas que formam o MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA), o PARTIDO DA LUTA UNIDA DOS AFRICANOS DE ANGOLA (PLUA), o MOVIMENTO DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL DE ANGOLA (MINA) e a UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA (UPA) engajaram definitivamente o povo angolano na luta pela sua própria libertação do colonialismo português.

Nenhuma força, em Angola e no mundo, pode fazer recuar o nosso povo e retirar-lhe as vitórias que ele já conquistou.

Com as prisões em massa, as deportações, os assassinatos, as torturas, as espectaculares demonstrações de força e o anunciado julgamento de dezenas de patriotas angolanos,

o colonialismo português só se desmascara e se afunda cada vez mais e revela a força indomável do nosso povo e do vento de transformação que sopra em África.

O MPLA, o PLUA, o MINA, a UPA e as restantes organizações patrióticas de Angola vêm cumprindo plenamente, até hoje, a sua missão histórica.

Mas a situação, elevada e positiva, criada pela actividade dessas organizações, exige, neste momento, novas formas de organização, a fim de que a luta do povo angolano possa entrar com sucesso numa fase nova e decisiva que termine, rapidamente, pela liquidação do colonialismo português em Angola.

COMPATRIOTAS!

ANGOLANOS DE TODAS AS CAMADAS SOCIAIS!

CATÓLICOS, PROTESTANTES, IRMÃOS DE TODAS AS CRENÇAS!

HOMENS, MULHERES E JOVENS!

Até hoje, a nossa luta demonstrou concretamente que a revolução libertadora não pode ser obra de um homem, mas sim do combate unido e organizado de patriotas.

Os resultados da luta patriótica que se vem travando durante anos no interior de Angola fazem entrar neste momento essa luta numa nova fase.

A nova fase de luta, na qual a Angola combatente está a entrar, exige, a nosso ver, que se crie urgentemente uma frente unida dos diferentes partidos, movimentos e organizações de massa em Angola.

É certo que se vem verificando desde há muito tempo, no interior de Angola, uma unidade de acção, uma estreita colaboração na acção entre os diferentes partidos, movimentos e organizações de massa de Angola. Essa unidade de acção significou um grande passo em frente na luta popular de libertação. Essa unidade de acção nunca deverá ser abandonada; pelo contrário, ela deve ser reforçada e desenvolvida.

A Frente unida a que nos referimos acima, será uma unidade orgânica dos partidos, movimentos e organizações de massa de Angola. A unidade de acção, que se vem verificando até hoje no interior de Angola, deverá ser permanentemente organizada. A unidade de acção deverá ser reforçada e materializada pela unidade orgânica.

COMPATRIOTAS!

RESPONSÁVEIS POLÍTICOS, RELIGIOSOS, SINDICAIS E DE ASSOCIAÇÕES RECREATIVAS E DE BENEFICÊNCIA DE ANGOLA!

Uni estreitamente, numa base democrática, todas as forças patrióticas angolanas num só bloco contra o colonialismo português!

Nós lançamos um solene apelo às diferentes formações políticas e às diferentes organizações de massa angolanas para que se unam, para lá de todas as opções e divergências ideológicas, numa única Frente para a Independência de Angola.

A Frente deverá encarnar e realizar uma só vontade: a do povo angolano. A Frente deverá ter um só objectivo: a independência imediata e incondicional de Angola. A Frente deverá ter uma só direcção. A Frente deverá criar, no plano internacional, uma só representação a ela inteiramente subordinada, a fim de que o vento de transformação que sopra em África e no mundo inteiro beneficie no máximo a luta

unida do nosso povo, e a fim de que as forças estranhas a Angola não possam intervir, directa ou indirectamente, no exercício efectivo da autodeterminação – a que o nosso povo tem direito e que vai conquistar – e não possam prejudicar ou trair os soberanos interesses do povo angolano. A Frente deverá estar vigilante para que, em Angola, ao colonialismo português não se substituam novos colonialismos sob novas formas.

A luta patriótica no exterior deverá reflectir a unidade da luta no interior de Angola.

O processo da criação da Frente deve ser uma actividade paralela à actividade normal de cada formação política angolana. Enquanto a Frente não for criada, nenhuma formação política deve cessar ou diminuir a sua actividade. Pelo contrário, a actividade de cada formação política deve ser mantida e aumentada constantemente. A manutenção e o aumento da actividade de cada formação política farão sentir cada vez mais a necessidade da Frente.

A luta patriótica contra o colonialismo português não deve nunca parar nem recuar, mas sim avançar sempre. A Frente não será mais do que um novo instrumento de organização destinado a alargar o campo e a aumentar o nível de luta pela independência do povo angolano.

COMPATRIOTAS!

A luta diária de cada angolano e de cada formação política, por mais pequena que esta seja, é o elemento mais precioso do movimento libertador do povo angolano.

Estamos certos do êxito total dos esforços que os nossos compatriotas vêm fazendo para levar a palavra-de-ordem – INDEPENDÊNCIA! – a cada camponês, aos matos, às sanzalas, a todo o interior de Angola.

COMPATRIOTAS!

É este o apelo que vos lançamos, nós que, como angolanos inteiramente entregues ao dever patriótico, temos vindo com outros irmãos nossos, lutando permanentemente, ao lado do nosso povo e no plano internacional, pela libertação e independência da pátria angolana.

GLÓRIA A TODOS OS NOSSOS IRMÃOS JÁ TOMBADOS NA LUTA PELA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA!

VIVA A FRENTE PARA A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA!

VIVA A UNIDADE COMBATIVA DE TODAS AS ORGANIZAÇÕES ANGOLANAS PARA A INDEPENDÊNCIA IMEDIATA E INCONDICIONAL DE ANGOLA!

ABAIXO O COLONIALISMO PORTUGUÊS!

a) ABEL DJASSI [*Amilcar Cabral*]

HUGO MENEZES

LÚCIO LARA

MÁRIO DE ANDRADE

MATIAS MIGUÊIS

VIRIATO CRUZ

(Milítantes do MPLA e membros da FRAIN)

África, Maio de 1960

Excerto da carta a Deolinda Rodrigues*[dactilografada]*

Conakry, [4?] de Junho de 1960

Querida Irmã

Continuo a receber os teus simpáticos «bilhetinhos» escritos no intervalo das aulas, bem como os recortes e as fotos que mandaste na última carta. A tua colaboração revela-se excelente, e pena é que a nossa actividade ainda não tenha chegado a ponto de podermos desde já dar-te tarefas mais concretas e trazer-te a um trabalho mais de acordo com as tuas possibilidades. Esperemos que em futuro próximo isso seja possível.

O teu recorte sobre a questão do Ruy Ventura¹ é excelente, pois mostra bem o estilo de trabalho que esse indivíduo tem feito para abusar do apoio que certas organizações dão ao nosso povo e que certos indivíduos sem grandes escrúpulos têm aproveitado para utilização pessoalista. Esse senhor Ruy Ventura ou Gilmore nunca estudou em Paris, (o que não é desonra nenhuma). Também em Accra não representou «outros territórios africanos» e quanto ao ter representado Angola, ainda estamos p^a averiguar de onde é que lhe veio procuração para isso, dado que ele desde miúdo que foi educado no Congo Belga e apenas esteve em Angola por uns meses de férias, segundo ele próprio nos declarou em Túnis. Enfim, no seu trabalho tem havido muita coisa de que a nossa luta tem aproveitado e nós temos esse facto em consideração, mas a verdade é que ele anda por outro lado a fazer certas campanhas contra nós no ambiente internacional, que longe de nos prejudicarem pessoalmente, podem embaraçar certos apoios ao nosso povo, enquanto não conseguirmos esclarecer convenientemente a opinião internacional a ponto de ele se sentir desmascarado. Nós temos evitado neste caso uma atitude radical sempre com vista a não dar a ideia ao mundo de que há divisão nos nossos irmãos, o que afinal é verdade, pois dentro de Angola todas as organizações estão a colaborar na luta contra o inimigo comum, o colonialismo português. Seria triste que nós alimentássemos, como o faz o Gilmore, a ideia de que o MPLA e a UPA são incompatíveis. A verdade é que nós temos procuração da própria UPA vinda recentemente de Angola, e o povo fala sempre em nós e nunca falou em nenhum dos nomes do próprio Gilmore. Mas deixemos este caso, que, à distância te deve fazer uma certa confusão.

Nós cá estamos dedicados valentemente à tarefa que temos sobre os ombros. Agora estamos em melhores condições, pois já fomos reconhecidos pelas autoridades locais. Já fomos mesmo apresentar cumprimentos ao Presidente Sékou Touré, que foi bastante simpático connosco.

Cientes da urgência de uma ida aí de um de nós. A verdade é que não temos mãos a medir e não chegamos p^a as encomendas. Mas impõe-se que regulemos uma série de questões interessando a nossa luta, antes de viajarmos. Entre essas questões está

1. Holden Roberto. Trata-se de um recorte de *Cruzada Cultural* Ano VII, nº 25, São Paulo 1959 – talvez de Janeiro.

naturalmente o problema dos fundos. Temos em vista uma campanha de propaganda por toda a América Latina, mas precisamos primeiro de saber até que ponto podemos contar com o apoio financeiro de certas organizações da América Latina. Poderás quanto a isto tentar saber algo aí no Brasil?

Vi a notícia que mandaste sobre a intervenção do Campos de Oliveira. Pensei que ele já tinha morrido, pois nunca respondeu às cartas que lhe escrevemos; se tiveres oportunidade de falar com ele diz-lhe isso.

Estou tão envergonhado contigo por ainda te não ter mandado nenhum artigo dos que te prometi, que antes de começar a escrever esta estive a traduzir um que há pouco escrevi em francês. Utiliza-o como quiseres. Receio que o tom seja duro para o meio brasileiro, mas hoje é-nos difícil escrever noutros termos.

Todos os artigos que tenho estão em francês e vão perdendo a actualidade, pois escrevo-os à medida que vai acontecendo qualquer coisa. [...] Reconheço que p^a a opinião brasileira faz falta uma informação periódica sobre os nossos problemas. A verdade é que nós andamos assoberbados de trabalho e não podemos dar conta de tudo. Precisamos de mais gente cá fora a trabalhar connosco. Já nos lembrámos do Miguéis, mas desde que eu estive com ele que nunca mais escreveu e até me faz estar em cuidado, pois soube que houve lá agora uma série de prisões em que estavam implicados alguns estrangeiros. Se receberes aí alguns curriculum vitae de gente a pedir bolsas (da nossa terra) manda-nos por favor.

No dia 3 de Agosto, de acordo com a conferência de Túnis, vai-se celebrar a Jornada de Solidariedade para com os povos das colónias portuguesas (dos países sob dominação colonial portuguesa). Temos que nos esforçar todos para que nesse dia, em todo o Mundo se faça ouvir a nossa voz de combatentes e que os portugueses sintam como já temos um apoio moral extraordinário. Depois te enviaremos material acerca desse assunto. Interessa que vás no entanto contactando as gentes aí, para marcarem desde já meetings, redigirem telegramas de protesto e irem mesmo à embaixada protestarem.

Afinal a Conferência Afro-asiática da mulher está marcada para 15 de Setembro no Cairo. A conferência encarrega-se das despesas de deslocação de uma delegação assim como da instalação; o problema é que em geral exigem que as delegadas venham dos seus países respectivos. Diz-me porém se achas viável a tua deslocação para que possamos iniciar as démarches com vista à tua ida como delegada por Angola. Não terias em princípio que apresentar um rapport mas terias oportunidade de entrar em discussão nas Comissões e fazeres conhecer o problema da mulher na nossa terra e o problema do nosso povo em geral. Além disso aprenderias muito, como nós temos aprendido nestes contactos internacionais. Diz qualquer coisa a este respeito.

O artigo leva data de Léopoldville para despistar. Canganza Hoji é o meu nome para o jornal. Por sinal é nome da minha família que é da região da serra de Canganza.

Ao que consta no Times,¹ os nossos estão a ser julgados secretamente. O Times tem lá um correspondente que é nosso conhecido. Há dias publicaram a fotografia do Simão Toco em 1/8 de página, p^a mostrar que ele estava com residência fixa no farol da Baía dos

1. Artigo de 27/05/60.

Tigres, coisa que os lusos tinham desmentido há tempos. Têm publicado ótimos artigos. Logo que haja possibilidade mando-tos ou cópias deles. Entretanto mando esse do B.D. [Basil Davidson]. Vai esse apelo, para fazeres chegar traduzido aos jornais portugueses aí e às associações dispostas a apoiar-nos. Se elas enviarem telegramas convém que nos (te) dêem a cópia, pois pretendemos fazer uma brochura com isso. Ainda não me é possível enviar-te brochuras sobre o processo. Fá-lo-ei logo que possível. Junto folhas em branco da FRAIN para que tu faças a tradução portuguesa e envies às gentes aí. Diz-me: ser-nos-á possível editar aí uma brochura em Português, isto é, encontraremos aí facilidades para o efeito? Sabes que a propaganda é uma cartada que é fundamental numa luta como a nossa, e por isso devemos começar a publicar muito. Só isso faz tremer os portugueses.

Quanto à oposição portuguesa, em breve publicaremos a NOSSA POSIÇÃO em relação a ela. Depois ta mandaremos.

Todos te enviam saudações e te desejam êxito nos teus trabalhos. A Ruth [final ilegível na 2ª via]

Carta de Deolinda Rodrigues

[dactilografada]

11 de Junho de 1960

Meu AMIGO,

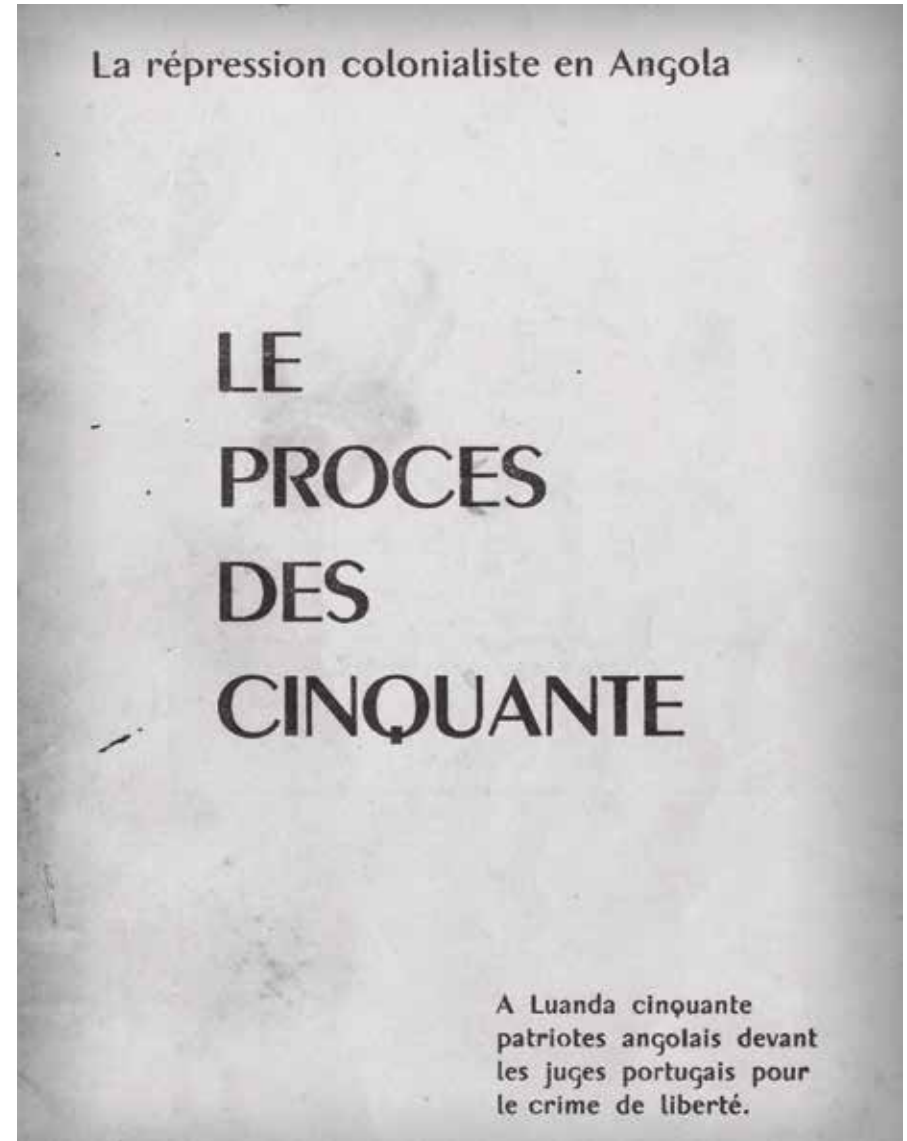
Recebi tua última carta com o apelo e os papéis em branco, assim como o teu artigo e o de B.D. [Basil Davidson]. Faremos tudo.

Estou já indagando sobre o apoio do Brasil no caso da campanha, sobre a publicação da brochura e já estou fazendo pressão para participar da Conferência no Cairo; neste ponto a coisa é um pouco demorada porque tenho de entrar em entendimento com a «Board of Missions» em Nova Iorque que é responsável pela minha estadia aqui. Por mim, estou prontíssima.

Sinto muito não poder explicar tudo melhor e escrever com mais vagar. Já passa das dez horas e as luzes dos dormitórios já estão apagadas; estou na sala das máquinas e daqui a pouco a professora que está de serviço vai me mandar para a cama. Estes regulamentos é que acabam com a gente...

Felicidades,

ass.) «Deolinda»



Capa da brochura do «Processo dos 50»¹

1. Ver em Anexo nº17 a tradução do texto introdutório desta brochura. Esta brochura inclui a intervenção de Viriato da Cruz à 2ª Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos, um texto de Mário de Andrade sobre o processo dos nacionalistas angolanos, a lista dos acusados nos três processos, a Resolução sobre as Colónias portuguesas aprovada pela Conferência de Túnis, um Apelo da FRAIN e as fotos dos presos.

Carta de Deolinda Rodrigues*[dactilografada]*¹

18 de Junho de 1960

Meu AMIGO,

Espero que estais todos bem aí e avançando sempre em tudo.

Estive com uma pessoa da Junta a que pertence a American Committee on Africa. Essa Junta mantém missões protestantes no sul de Angola e por várias razões de interesse pela situação dos Africanos, já tem tido choques com o colonialismo português.

Ela disse que os dois homens do American Committee on Africa contactaram também com um padre Angolano e como resultado das revelações que publicaram nos Estados Unidos, o secretário geral da Aliança Evangélica de Angola, em Luanda, (um missionário inglês) foi preso pelos portugueses e mais tarde solto. Então foi chamado para Lisboa pela Liga Evangélica, com sede em Lisboa, e mandado para a terra natal.

A pessoa com quem estive, disse que a Junta quer saber como e o que pode fazer para ajudar os Africanos. Ela quis saber se vale a pena publicar a verdade toda que eles sabem sobre a situação em Angola e depois deixar que os Angolanos sofram sozinhos as atrocidades do colonialismo português e as demais consequências que isso implicaria, ou continuar calada...

Também essa pessoa gostaria de saber até que ponto os movimentos de libertação confiariam naquela Junta e aceitariam a sua cooperação em sigilo. Dei-lhe o endereço da FRAIN e acho que vai entrar em contacto convosco. O endereço dela é:

FLOYD HONEY
Board of Overseas Missions
United Church of Canada
85 St. Clair Ave. E.,
Toronto 7, Ont., Canadá.

Outra coisa: surgiu agora a possibilidade de estar nos Estados Unidos em 27 de Agosto próximo para frequentar a Illinois Wesleyan University em Setembro.

Desde já te asseguro que aqui há um elemento nosso que continuaria em contacto convosco e então eu passaria a actuar lá. Não sei o que achas nem até onde isso poderá beneficiar a FRAIN e a nossa luta. Por favor, escreve logo logo dando a tua opinião.

Acabou de dar o sinal para uma aula extra sobre jornalismo. Adeus.

ass.) «deolinda»

[Apontamentos manuscritos de Viriato da Cruz:]

= Depressa, antes da Assembleia das Nações Unidas.

= Depoimento irrefutável.

= Que contem com a nossa solidariedade.

= O povo e a simpatia.

= Enumerar a espécie das colaborações.

= Nós respeitamos os sentimentos do povo.

Instituto Metodista Cx P. 12681
Santo Amaro
São Paulo
Brasil

Em Maio de 1960 fizemos sair o Primeiro «Apelo à Unidade» e, em Junho, a «Declaração» e a «Mensagem ao Povo Português». Os dois últimos foram enviados ainda em francês ao governo português e a outras personalidades. Tornámos assim impossível ao governo salazarista ignorar pelo silêncio a nossa acção internacional, pelo que lhe restou o único argumento ao seu alcance: chamar-nos «traidores comunistas» em dois artigos de fundo, no Diário da Manhã, jornal fascista da União Nacional: «O que eles não entendem», de 19 de Junho de 1960 e mais tarde, em 2 de Setembro de 1960, «Quem são eles?». Tais artigos eram para nós sinal de que estávamos a atingir o alvo...¹

Declaração do MPLA ao Governo Português*[policopiado]*DECLARAÇÃO AO GOVERNO PORTUGUÊS
FEITA PELO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) declara solenemente, perante a opinião mundial, que a política que o governo português vem praticando em Angola, é uma política de preparação febril de uma guerra colonial.

Desde há vinte anos, o governo português vem negando e reprimindo, com violência crescente, a expressão das reivindicações políticas, económicas, sociais e culturais do povo angolano.

Personalidades responsáveis do governo português deixam ver nitidamente, através de frequentes declarações, que a recusa dos direitos fundamentais do homem ao povo angolano, assim como os intensos e sistemáticos preparativos militares e o recrudescimento da repressão contra os patriotas angolanos têm em vista criar condições que sirvam de pretexto ao governo português para desencadear, dentro de pouco tempo, uma «guerra preventiva» contra o povo de Angola.

A dominação colonial sobre o povo angolano é a causa de uma série de condições e de medidas opressivas que poderão, em breve, provocar uma situação em que correrá o sangue inocente do nosso povo.

Desde já, o MPLA denuncia todas as tentativas de extermínio do povo angolano pelas forças colonialistas, e declara que, de acordo com os princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas, se oporá energicamente a tudo quanto leve à prática de tal crime.

O MPLA, encarnação da vontade do povo angolano, afirma a sua determinação de liquidar, urgentemente e por meios pacíficos e democráticos, o domínio colonial português em Angola.

É porém evidente que a solução pacífica do problema colonial em Angola, de cuja agravação constante é unicamente responsável o governo português, dependerá das acções concretas desse governo em relação ao dito problema.

1. Os sublinhados são de Viriato da Cruz.

1. Ver estes artigos em Anexos nº 20 e 21.

O MPLA, como porta-voz do povo angolano, declara que consideraria como primeiro sinal da rejeição da via armada por parte do governo português, a realização urgente e efectiva, pelo governo em causa, das seguintes posições:

– Reconhecimento solene e imediato do direito do povo angolano à autodeterminação;

– Amnistia total e incondicional e libertação imediata de todos os prisioneiros políticos;

– Estabelecimento das liberdades públicas, nomeadamente a de formação legal de partidos políticos, e garantias concretas para o exercício efectivo dessas liberdades;

– Retirada imediata das forças armadas portuguesas e liquidação imediata das bases militares existentes no território angolano;

– Convocação, até ao fim do ano de 1960, de uma Mesa Redonda constituída por representantes de todos os partidos políticos angolanos e por representantes do governo português, para a solução pacífica do problema colonial em Angola, no interesse das partes em presença.

No interesse do povo angolano e, acreditamos, no interesse também do povo português, reafirmamos o nosso desejo de liquidar a dominação colonial portuguesa em Angola por meios pacíficos e democráticos, através da negociação.

Em virtude do que precede, o povo angolano e o MPLA responsabilizarão o governo português de todos os acontecimentos sangrentos que venham a dar-se em Angola.

Impõe-se-nos o dever de advertir a opinião mundial.

Feita em Conakry, em 13 de Junho de 1960

Pelo Comité Director do
Movimento Popular de Libertação de Angola
VIRIATO CRUZ – MÁRIO DE ANDRADE – LÚCIO LARA

Mensagem do MPLA ao Povo Português *[policopiada]*

MENSAGEM AO POVO PORTUGUÊS

O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) endereça esta mensagem ao povo Português, num espírito de amor à liberdade, à fraternidade e à paz universais.

O MPLA, organização patriótica e africana, luta indomavelmente pela liquidação urgente da dominação colonial portuguesa em Angola e pela liberdade e o progresso do povo angolano.

Evocando abusivamente o nome e os interesses do povo de Portugal, os colonialistas portugueses dizimaram, no passado, os povos africanos de Angola, quer através de séculos de escravatura e de tráfico de populações negras, quer por guerras de conquista, quer ainda por imposição de condições de vida aniquiladoras.

Na época contemporânea, os colonialistas portugueses, sob a capa de princípios elevados e humanitários e com base na ocupação militar, montaram todo um aparelho administrativo ao serviço de uma minoria de opressores e exploradores e dirigido impiedosamente contra os interesses do povo africano de Angola.

Os colonialistas portugueses nunca consentiram, até hoje, que o povo africano de Angola participasse na direcção e no controlo da vida pública, por intermédio de representantes por ele livremente eleitos.

Mesmo os direitos e as liberdades, avaramente inscritos na Constituição política portuguesa, são negados ao nosso povo.

Desposuídos – pela violência e pela fraude – das suas terras e dos meios essenciais de vida, milhões de africanos de Angola vêm sendo submetidos ao trabalho forçado, sujeitos a salários de fome, à miséria e a tratamentos cruéis e degradantes.

As finanças públicas, alimentadas pelo trabalho produtivo dos africanos de Angola e pelos impostos pagos por eles, beneficiam, na realidade, uma minoria de exploradores e são aplicadas na colonização europeia em massa, em preparativos de guerra e, enfim, em obras tendentes a reforçar o domínio colonial português.

POVO PORTUGUÊS!

Eis alguns dos factos – criados e mantidos pelos colonialistas portugueses no interior de Angola – que levam o povo angolano e o MPLA a lutar pela liquidação urgente do intolerável domínio dos colonialistas portugueses e pelo triunfo do direito do povo angolano à autodeterminação – direito proclamado pela Carta das Nações Unidas, da qual Portugal é um dos signatários.

É o povo angolano que deve ser soberano em Angola, como o povo português é soberano em Portugal.

É ao povo angolano, e só a ele, que compete determinar livremente o seu destino e escolher a direcção do seu desenvolvimento.

POVO PORTUGUÊS!

A hora é grave.

Mais uma vez, os colonialistas portugueses se preparam, de maneira criminosa, para fazer correr ingloriamente, dentro em breve e sobre o solo de Angola, o sangue do nosso povo e o sangue dos vossos filhos.

É o momento de esclarecer posições e de fixar responsabilidades.

O povo angolano e o MPLA não pretendem combater Portugal. O respeito pela sobrevivência, pela liberdade e pela aspiração ao progresso de Portugal é um dos fundamentos da sobrevivência, da liberdade e do progresso que o povo angolano e o MPLA reivindicam para Angola.

O povo angolano e o MPLA não pretendem combater o povo português. Não acreditamos que este povo que, ao longo da sua história e em face de invasores e opressores, deu exemplos de luta por amor à liberdade, queira no presente, sancionar guerras e massacres que levarão os seus filhos à morte para benefício exclusivo de um punhado de exploradores.

O povo angolano e o MPLA combatem, sim, e combaterão até à vitória final, os colonialistas portugueses. Todavia, a história e a experiência da luta contemporânea entre os colonialistas e os povos colonizados ensinam que, ante o combate libertador

dos povos oprimidos, os colonialistas de um determinado país não costumam sempre manifestar a mesma disposição, adoptar a mesma atitude e sancionar, unanimemente, as mesmas formas de tratar o problema colonial.

Sob a pressão irresistível da luta dos povos colonizados, no grupo colonialista de um país costumam manifestar-se ao menos duas tendências: a dos colonialistas obstinados e a dos colonialistas partidários da negociação.

São colonialistas obstinados todos os que teimarem em manter o povo angolano oprimido e teimarem em não reconhecer-lhe efectivamente o direito universal à autodeterminação. É evidente que os colonialistas portugueses obstinados só deixarão de exercer a sua acção maléfica sobre o povo angolano quando for liquidada totalmente a dominação colonial portuguesa em Angola.

Não é impossível que no seio do grupo colonialista português venha a revelar-se claramente a corrente dos colonialistas partidários da negociação, prontos a aceitar e a garantir imediatamente o direito do povo angolano à autodeterminação, desejosos de estabelecer com o nosso povo – num total respeito pela liberdade e a soberania deste – relações leais e mutuamente vantajosas. Esses colonialistas partidários da negociação, colonialistas de senso e realismo, partiriam, sem dúvida, da velha verdade de que a base e a garantia de um comércio seguro e próspero não estão no saque, na rapina, no esbulho e na exploração consentidos pela injusta lei colonial, mas na negociação lícita e leal.

É claro que um povo e uma organização patriótica, que lutam pela liquidação completa do sistema e das relações coloniais, não poderão deixar de assumir atitudes diferentes em face das duas tendências, à medida porém que essas tendências se forem afirmando e individualizando por tomadas de posição claras e por actos concretos.

A luta do povo angolano e do MPLA é determinada, antes de tudo, pelas condições internas de Angola. Mas essa luta inscreve-se também no irresistível movimento de libertação nacional e de independência económica que vem sendo levado avante, de sucesso em sucesso, pelos povos de África, da Ásia, da América Latina e pelas camadas sociais economicamente exploradas do resto do mundo.

A nossa luta, apoiada pela solidariedade activa de mais de metade da humanidade, marcha no sentido da história.

Estamos certos da nossa vitória sobre os colonialistas portugueses.

POVO PORTUGUÊS!

No nosso tempo, nenhum país colonizador ganhou uma guerra colonial. Jamais um país colonizador sairá vencedor de uma tal guerra.

A guerra colonial, além de criminosa na sua origem, na sua natureza e nos seus objectivos, constitui hoje um anacronismo.

Ora, Portugal, país colonizador com menos recursos humanos e materiais, não poderá alimentar uma guerra colonial sem levar o seu povo à miséria extrema e sem hipotecar a sua liberdade a poderosos interesses estrangeiros.

O povo angolano e o MPLA propõem a liquidação do colonialismo português por meios pacíficos e democráticos, pela via da negociação. A prova evidente está nas seguintes proposições da declaração do MPLA ao Governo português, feita perante a opinião mundial, em 13 de Junho de 1960:

«O MPLA, como porta-voz do povo angolano, declara que consideraria como primeiro sinal da rejeição da via armada por parte do governo português, a realização urgente e efectiva pelo governo em causa, das seguintes proposições:

– Reconhecimento solene e imediato do direito do povo angolano à autodeterminação;

– Amnistia total e incondicional e libertação imediata de todos os prisioneiros políticos;

– Estabelecimento das liberdades públicas, nomeadamente a de formação legal de partidos políticos, e garantias concretas para o exercício efectivo dessas liberdades;

– Retirada imediata das forças armadas portuguesas e liquidação imediata das bases militares existentes no território angolano;

– Convocação, até ao fim do ano de 1960, de uma Mesa Redonda constituída por representantes de todos os partidos políticos angolanos e por representantes do governo português, para a solução pacífica do problema colonial em Angola, no interesse das partes em presença.»

CAMPONESES, OPERÁRIOS, TRABALHADORES, INTELLECTUAIS, ESTUDANTES E SOLDADOS PORTUGUESES!

HOMENS, MULHERES E JOVENS DE TODAS AS CAMADAS SOCIAIS DE PORTUGAL!

Compete-vos a vós demonstrar, clara e concretamente, perante a opinião mundial, que o patriotismo português não é sinónimo de opressão e exploração de outros povos, de fanatismo pelas glórias passadas e de cegueira em face do curso irreversível da história.

Compete-vos a vós examinar e concluir se a pilhagem, o saque e a exploração que durante séculos vêm praticando os colonialistas portugueses nas nossas terras e sobre a riqueza e o trabalho de gerações de milhões de africanos, só vos poderia ter dado o que tendes: dos mais baixos níveis de vida e de cultura da Europa.

Compete-vos a vós afirmar vigorosamente, perante a opinião mundial, se continuais dispostos a consentir que os vossos filhos, irmãos, maridos e noivos sirvam de mercenários dos colonialistas portugueses, em troca de uma falsa glória e de migalhas das riquezas roubadas a outros povos.

Compete-vos a vós concluir definitivamente se os colonialistas portugueses não constituem afinal a vanguarda e o suporte daqueles que, por um lado, sujeitam o povo angolano à exploração e à opressão nacional e social, e, por outro lado, se opõem às aspirações e ao progresso social das grandes massas populares portuguesas.

A análise honesta da situação em Portugal e nas suas colónias não pode deixar de levar à conclusão certa de que o colonialismo português é um inimigo provado dos povos coloniais e do próprio povo português.

Um povo que oprime outro povo não pode efectivamente ser livre.

O povo angolano – cuja vontade o MPLA encarna e realiza por meio de um combate imposto pelo colonialismo português – luta pela conquista da sua soberania total em Angola.

O povo angolano está decidido a vencer o isolamento retrogradador e a situação de irresponsabilidade em que o mantém o colonialismo português, e aspira a estabelecer com todos os povos do mundo (incluindo o povo português) e com base nos princípios da Carta das Nações Unidas, todas as relações indispensáveis ao progresso pacífico de qualquer povo.

O colonialismo português opõe-se, pela sua natureza, à realização dessa única forma sã e possível de relações entre os povos. Eis porque acreditamos que o povo português – que deseja certamente desempenhar-se com honra das suas responsabilidades perante a paz e a cooperação mundiais – não deverá deixar de definir a sua posição em relação ao colonialismo português em termos de condenação e de repulsa activa.

O colonialismo é nosso inimigo comum.

O povo angolano e o MPLA não lutam, por conseguinte, para que seja renovado o Império ou o Ultramar português, mas sim pela liquidação completa do sistema colonial em Angola e pela conquista do exercício efectivo do direito à autodeterminação.

POVO PORTUGUÊS!

O MPLA luta pela liberdade, pela dignidade e pelo progresso do povo angolano, que é formado por homens de diferentes origens raciais.

Propondo-se extirpar radicalmente do corpo de Angola o colonialismo, o MPLA visa impedir que não volte a verificar-se, na pátria angolana, qualquer manifestação do colonialismo. Portanto, o MPLA não é nem pode ser um movimento racista, porque o racismo é uma manifestação inerente ao colonialismo. Com a mesma energia com que combate o colonialismo, o MPLA opõe-se, em Angola, à opressão e à subjugação, sob quaisquer formas ou pretextos, de qualquer grupo racial sobre os outros grupos raciais.

«Uma pessoa – um voto». Este é um dos princípios que queremos ver realizado na sociedade livre e democrática, por cuja instauração em Angola nos batemos.

CAMPONESES, TRABALHADORES, OPERÁRIOS, INTELLECTUAIS, ESTUDANTES E SOLDADOS PORTUGUESES!

HOMENS, MULHERES E JOVENS DE TODAS AS CAMADAS SOCIAIS DE PORTUGAL!

Eis definido o essencial da posição do MPLA perante vós, perante a vossa pátria e perante o colonialismo português.

A vós, agora, a palavra e a acção.

Certos da justeza da sua causa, o povo angolano e o MPLA prosseguirão implacavelmente a sua luta até à liquidação completa do colonialismo português em Angola.

ABAIXO O COLONIALISMO PORTUGUÊS!

VIVA A LUTA DO POVO ANGOLANO PELA SUA LIBERDADE!

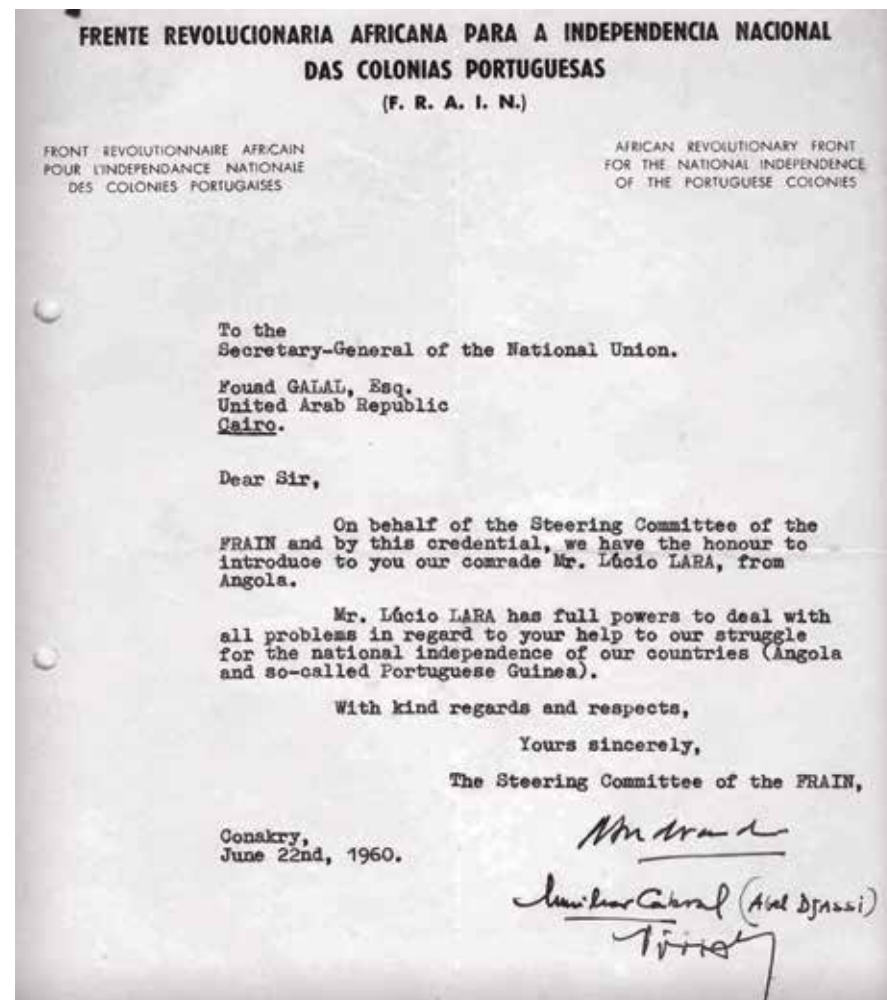
RECONHECIMENTO IMEDIATO AO POVO ANGOLANO DO DIREITO DE DISPOR DE SI MESMO!

REGRESSO IMEDIATO A PORTUGAL DE TODOS OS SOLDADOS PORTUGUESES OBRIGADOS A PARTICIPAR BREVEMENTE NUMA GUERRA INJUSTA!

VIVAM A PAZ E A AMIZADE ENTRE OS POVOS!

África, 30 de Junho de 1960

Pelo Comité Director do
MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
VIRIATO CRUZ – MÁRIO DE ANDRADE – LÚCIO LARA



Credencial de Lúcio Lara para Fouad Galal
assinada por Mário de Andrade, Amílcar Cabral e Viriato da Cruz

Estadia em Accra

Em Julho de 1960 tomámos conhecimento da prisão de Agostinho Neto e de mais patriotas, entre os quais o padre Joaquim Pinto de Andrade que não escapou a esta nova vaga de prisões.

Isto leva-nos a acelerar a publicação dos Estatutos, Programa e Regulamento Interno do MPLA¹ e a criar um primeiro Comité Director que me é anunciado para Accra onde

1. Ver Anexo nº 22.

me encontrava desde 24 de Junho a tentar obter o contacto com o egípcio Fouad Galal da Assembleia Nacional egípcia e membro do Secretariado Afro-asiático, a quem ia pedir apoio concreto para a realização da Conferência das Colónias Portuguesas de África e Ásia.

A minha missão em Accra destinava-se também a conseguir apoio do secretário Addison do African Affairs Bureau para o funcionamento do nosso escritório em Conakry, concretamente com a publicação de documentos, brochuras, postais, que tínhamos necessidade de produzir com grande frequência.

Voltámos à irritante experiência de contactos com estas embaixadas, que nos tinham feito perder meses na Alemanha sem resultado e que em Accra me fizeram perder mais de um mês à espera de uma resposta que nunca veio. E isso justamente quando a situação do Congo [Léopoldville] estava em ebulição. A independência deu-se em 30 de Junho de 1960; Tschombé, instigado pela poderosa Union Minière, começa a preparar a secessão do Katanga, desejada pelos britânicos e pelos outros imperialistas; Lumumba, quase desesperado passa por Accra a caminho das Nações Unidas, cuja intervenção começa a desenhar-se.

Tudo isso explica que foi sábia e oportuna a decisão de criar o Comité Director provisório em Conakry, anunciado na carta de Viriato de 11.07.60, na certeza de que as últimas prisões de Luanda iriam decapitar a direcção do interior e que era preciso que a embalagem que se estava a tomar não parasse, mesmo com as hesitações dos países de quem se esperava uma solidariedade activa, que não aconteceu.

Carta de Viriato da Cruz

[dactilografada]

Conakry, dia 1 do ano 1 do Congo
[1 de Julho de 1960]

Caro Lara,

Encarregam-me os nossos camaradas de te escrever.

1 – A Ruth teve a bondade de nos dizer o que na tua carta para ela tinha interesse para nós.

2 – Todos nós fazemos sinceros votos por que te restabeleças o mais depressa possível. Seria bom que nos pusesses ao corrente da marcha da tua doença, a fim de tentarmos encontrar prontamente os meios que, em caso de necessidade, te possam ser indispensáveis.

3 – Evidentemente que a continuação da tua viagem está, antes de tudo, dependente da marcha da tua doença. E neste particular, toda a iniciativa é tua.

Em todo o caso, os problemas, que aceitaste resolver no término da tua viagem, continuam a ter interesse para nós.

4 – Esperamos que o teu encontro com o Barden e com o Duodu te possam trazer algumas facilidades aí [Accra].

5 – Carta ontem recebida dos amigos que estão em Rosa traz-nos a notícia da prisão, a 8 de Junho, do Agostinho Neto e de mais cinquenta compatriotas. Os nossos amigos acrescentam que foram informados de fonte segura.

6 – Estamos a tentar conseguir dinheiro para mandar telegramas ao Congo.

7 – Estou a passar a ciclostilo a mensagem ao povo luso.

8 – Em reunião legal, ontem realizada, mais de setenta indivíduos de guinalá [Guiné dita portuguesa] declararam extinto o tal movimento dos territórios sob... e proclamaram a fundação do novo movimento. Foi um golpe adulto e com nível. Uma vitória.

Cumprimenta por mim ao Duodu.

Todos te desejamos rápidas melhoras, coragem e optimismo. Escreve!

O meu melhor abraço.

ass.) V.

[Acrescentado à mão: P.S. – Se estiverem aí, vê se falas aos n/ amigos camaruneses. Talvez te possam ser úteis. Está aí o presidente mesmo.

A Ruth escreveu-te ao cuidado do Duodu.

V.]



No African Affairs Center, em Accra, com camaradas da UPC (Camarões)
(da esquerda para a direita: Michel, Isaac Tshumba,¹ Lara, Emock Elang Thomas “António Costa” e ?)

1. Isaac Tshumba foi depor na ONU pela UPC.

Carta aos camaradas em Conakry
[dactilografada em papel timbrado da FRAIN]

Accra, 2 de Julho de 1960

Caros Amigos

Fez ontem uma semana que aqui cheguei e lamento ter de vos dizer que está absolutamente tudo na mesma, isto é que não sei ainda se vou e quando vou. Acabo de telefonar ao amigo do Zito¹ que me disse laconicamente que este ainda não voltou a casa, e acrescentou que é possível que ele não volte antes de 15 do corrente. Esta segunda informação ainda não me tinha sido dada, pois da última vez que falei c/ o tipo ele disse-me que era natural que a questão levasse entre 10 a 15 dias. Agora já está a aumentar e eu não sei que pense. O meu primeiro impulso foi de pegar nas malas e regressar para aí, mas preferi falar antes com o homem a ver se há possibilidade de abreviar a conversa. Sucede que com as festas da República há quatro dias feriado, que abrangem a próxima segunda-feira, pelo que só poderei falar com o homem na terça, data em que havia avião para aí. Quer dizer que em todo o caso talvez tenha de secar cá mais uma semana, mesmo abandonando a ideia de ir visitar o Zito, como aliás me aconselhou o seu amigo. Põem-se uma série de problemas: em primeiro lugar como conhecer a resposta do Zito na hipótese de eu regressar? Em segundo lugar, sendo a resposta afirmativa, como voltar aqui? Era sobretudo sobre estas duas questões que eu queria falar com o amigo do Zito antes de tomar qualquer resolução.

Acontece por outro lado que eu se regressar dentro de dez dias, também podia a resposta vir nos três dias seguintes, pelo que não teria valido a pena regressar. Todas estas hipóteses, acrescidas do facto de que estou doente, me aborrecem extraordinariamente. A massa que trouxe ardeu. Já tive que trocar um conto de reis meu. Estou desde há dois dias instalado no African Affairs Centre, o que representa uma boa economia. Nem vou à Baixa, pois cada ida representa um montão de massa em transportes, pois nem sempre se encontra autocarro para o regresso.

Já passei a tradução inglesa do documento, que pedi ao Cameron Duodu para corrigir. Enviei-a para todas as embaixadas aqui (arranjei um livrinho com os seus endereços) e mandei para a lista que junto. Vou enviar-vos alguns para mandarem para mais umas pessoas. Ando a ver se é possível publicar isso num dos jornais de cá. Esta época é muito chata para se fazer seja o que for, pois as festas ocupam toda a gente. Tivemos pouca sorte na época que escolhemos para esta viagem, já pelo que se passa aqui, já pelo que se passa lá por fora, em que as independências em série trazem as pessoas ausentes de casa...

A propósito, telegrafaram para o Congo [*Léopoldville*]? Tenho a certeza que não deixaram de o fazer, pois é muito importante não esquecer os nossos vizinhos. Pensei mesmo que além do telegrama, seria bom enviar uma mensagem ao novo governo do Congo, em que exprimamos a nossa satisfação pela sua independência

e a certeza de que ela muito contribuirá para a libertação da nossa terra. Ao que me informaram o Lumumba fez uma declaração, dizendo que a sua política externa seria baseada entre outras coisas na libertação de Angola, ao que alguém do governo portuga teria respondido agressivamente que o Sr. Lumumba devia preocupar-se com os problemas do seu país e não meter a foice em seara alheia. Aqui foi a rádio que se referiu a isso. Ninguém sabe nada do tal artigo de Salazar. Conto ir ainda hoje à Reuter, último sítio em que tentarei encontrar algo.

Hoje quando estava no aeroporto a expedir o correio, vi que chegava de terras longínquas o doente do Hugo. Já tinha estado com o seu camarada, mas não sabia que ele regressava hoje. Tenciono ir vê-lo amanhã.

É uma chatice estar sem notícias vossas. No entanto se receberem esta durante a próxima semana, creio que me poderão escrever aqui para o Centro. Mas não vale a pena se não houver nada de importante, até porque a carta pode não me encontrar.

Em suma, terça-feira em conversa com o fulano decidirei se vale a pena ficar cá, ou se regresso para esperar aí qualquer coisa.

Peço ao Mário que não se esqueça de falar com o Director do Gabinete do Ministro que me interessa.

Como vai o pai? E a declaração ao povo português?

Bem, até à vista. Abraça-vos o

ass.) Lara

PS – Acabo de ouvir Radio Brazzaville. Além de distúrbios no Congo, anunciou uma Conferência de Imprensa que alguém cujo nome não percebi deu em Londres em nome da FRAIN. A notícia foi desenvolvida. ANUNCIOU ALÉM DISSO NOVAS PRISÕES EM ANGOLA ENTRE AS QUAIS SÓ DEU O NOME DE AGOSTINHO NETO. É possível que também saibam alguma coisa disto. Será que o Abel [*Amílcar Cabral*] foi a Londres? Mas não era o nome do Abel. Talvez o Marcel [*Marcelino dos Santos*] c/ um pseudónimo. Estou a pensar que esta paragem forçada aqui está a emperrar aquilo que eu pretendia fazer quanto à Jornada. Queria aproveitar contactar alguém aqui, mas as festas estragam tudo. Consegui copiar a lista das organizações africanas. Sugiro que se passe já ao stencil um panfleto explicativo da coisa e que se envie (se possível c/ a brochura) às organizações pedindo que façam meetings em que aprovelem resoluções a comunicar por telegrama ou por carta ao governo português e a nós. Não sei que passos já deram aí nesse sentido mas cá fica a sugestão. Creio que nestas condições é impossível contar com a brochura da Solidariedade, tanto mais que o tipo com quem estávamos a tratar está no Congo nas FESTAS, e só deve regressar p^a a semana. Parece-me ser de editar à mesma qualquer coisa mesmo que apareça mais tarde. Escrevam-me através do Cameron Duodu. Ele ficou de me aparecer hoje, mas não o fez... Veio alguma notícia do Congo? É uma chatice estar sem saber nada do que se passa com as n/ coisas. E o ouvir as notícias hoje foi um acaso, porque sabia que tinha havido chatices no Congo e fui ao pavilhão duns tipos ouvir Brazzav. Em boa hora, pois apanhei assim aquelas notícias; sobre o Front disse umas coisas a respeito da organização... BYE...

1. O «amigo de Zito» é o Embaixador do Egipto no Ghana, visto «Zito» ser Fouad Galal.

Carta de Matias Miguéis*[dactilografada]*

Matias MIGUEIS
B.P. Nº 558
POINTE NOIRE

5 de Julho de 1960

Meu caro Lara,

Vai um dos dois artigos que te prometi enviar, publicados no jornal NOTRE KONGO.

Como a coisa já me parece sem oportunidade, julgo desnecessário perder-se mais tempo com ela. Daí a razão por que não te envio a tradução para substituir a que deixei extraviar sem saber como e aonde!

Dos amigos do Kongo aos quais fiz carta ainda não recebi quaisquer notícias, até esta data. Eu penso que alguém deslocar-se só após resposta deles seria perder tempo. E de resto, – (me tem parecido) – por cá esta gente liga muito pouco às cartas.

Do material anteriormente recebido tirei 500 exemplares que distribuí de forma a atingir-se, o mais possível, o fim em vista. Vai um exemplar.

A necessidade de tal tiragem serviu-me de pretexto para sondar até onde a nossa gente, cá, nos poderia apoiar, sobretudo, os do Amicale do Enclave. Não tive qualquer dificuldade.¹ Eis o resultado em folha anexa. Pessoalmente, sou de opinião que vocês daí escrevam para cada um deles, agradecendo pela ajuda dada.

Minha situação: novamente tentar logo que regresse o Ministro do Interior, de momento ausente, parece-me, em Brazzaville. Entretanto, se nada conseguir, partirei, imediatamente, até LEO[POLDVILLE].

Quanto à correspondência: também a Deolinda queixou-se-me do mesmo mal que, julgo, podíamos remediar, servindo-nos dum código. Vejam pois o assunto que me parece vital.

Com a independência do Kongo criou-se na nossa gente uma certa psicose que está pedindo uma actuação especial. Talvez não fosse descabido se quem for a LEO passasse por cá mesmo para um ou dois dias para se analisar o procedimento a seguir.

Fale ao Mário [*M. de Andrade*] sobre a massa dos livros que o Renato cá deixou. Como te disse, a coisa parou porque, se o Renato, para a massa me indicou um destino, apareceu-me terceira pessoa indicando-me outro!

Ainda sobre o Barbudo: não tivemos mais notícias dele.

Mas agora uma pergunta: porque teria ele tido a atitude que teve, mentindo, no tocante à papelada! Enfim...

Cumprimentos a todos e para ti do Gualdino e Esposa. Já receberam o Bebê que esperavam. É rapazito.

Um abraço do
ass.) Matias

[Em folha anexa:]

Segismundo da Mata	CP. 190	com	300,- frs.
Manuel de A. Diogo	558	«	350,
Possidónio Diogo	327	«	250,
José Pitra Pena	141	«	500,
Jorge Maria Pango	565	«	150,
José Francisco Wolf	565	«	100,
Joaquim Diogo	327	«	150,
			<u>1.800,</u>

Despendi:

Por duas resmas de papel	640,-	
Gratificação pela impressão	200,-	
Correio e diversos	960,-	<u>1.800,-</u>

José da Cruz – Cx.P. 565 – normalmente empresta a máquina de escrever. Outras despesas além daquelas foram suportadas pelo Gualdino. O Dieudonné Dackam ofereceu 5 stencils.

le 5/7/960

*ass.) Matias***Carta de Viriato da Cruz***[dactilografada]*

Conakry, 11.7.60

Caro Lara,

Acabo de receber o teu telegrama datado de hoje, no qual dizes ficar aí para aguardar viagem.

A razão do nosso telegrama de 9 do corrente é a seguinte: Recebemos no dia 8 o tal postal que havíamos dado ao Zito [*Fouad Galal*]. O postal foi enviado por avião, de Lausanne (Suíça), e o carimbo dos correios da origem é de 2 do corrente. O texto do bilhete do Zito é o seguinte: «I am now in Geneva I hope to come back very soon. Best regards.»

Achamos muito aceitável que de Rua tenham informado ao Zito a tua presença aí, com o propósito que aí expuseste. Fosse como fosse, a verdade porém é que, se ele regressa very soon, e já que esperaste aí tanto tempo, podes aguardar mais uma semana ou dez dias nessa capital. Não te parece que essa atitude é a mais aconselhável?

Antes da tua partida (um ou dois dias antes, ou mesmo na altura da partida) se puderes, avisa-nos do facto, pelo meio que te for possível e mais rápido.

1. Os sublinhados não são do autor da carta.

2 – Devo informar-te do seguinte: Foi decidido dar uma estruturação provisória ao MPLA. A estruturação definitiva será feita brevemente em reunião alargada, possivelmente em Leo, onde grande número de nós deverá estar dentro de pouco.

Foi criado o Presidium de honra do MPLA. O presidente do presidium é o Neto [Agostinho N.]; vice-presidente: Ilídio [I. Machado]. Dezasseis angolanos, que se encontram presos, são simples membros do presidium. Resumindo: o presidium de honra é formado por 18 pessoas.

O presidente em exercício do MPLA é o Mário [M. de Andrade]. Vice-Presidentes: Neto e Ilídio.

Foram criados cinco bureaux (ou departamentos): 1) Assuntos interiores; 2) Assuntos exteriores; 3) Defesa e segurança; 4) Assuntos sociais e económicos; 5) Informação e cultura. Os responsáveis do primeiro bureau são: V. Cruz, Matias [M. Miguéis] e Azevedo [Luiz de A. Júnior]. Responsável do segundo bureau: Mário; adjuntos: Boavida [Américo B.], Almeida [Luiz de A.] e Hugo [H. Menezes]. Responsável do terceiro bureau: Lara; adjuntos: E. Santos [Eduardo dos Santos], V. Cruz e Azevedo. Responsável do quarto bureau: E. Santos; adjuntos: Lara e Matias. Responsável do quinto bureau: Hugo; adjuntos: Mário, Azevedo e Ivo [I. Loio].

Todos os responsáveis dos cinco bureaux formam o Comité Director do MPLA que é, portanto, assim constituído: Mário, V. Cruz, Matias, Azevedo, E. Santos, Hugo e Lara.

Secretário-geral do MPLA: V. Cruz.

Conselheiros políticos do MPLA: Amílcar [A. Cabral], Marcelino [M. dos Santos], Deolinda [D. Rodrigues], Pestana, Vieira Lopes [João V.L.], Gentil Viana, Telmo, Edmundo Rocha, [Acrescentado à mão por Lúcio Lara: Horta], Medeiros, U.[Humberto] Machado, Graça [G. Tavares] e João Gomes. [Acrescentado à mão por Lúcio Lara: João Cabral]

3 – A estruturação acima referida foi feita e considerada como válida pelos quatro que estamos aqui. Ela entra imediatamente em vigor. E como o critério que seguimos te parecerá certamente largo, souple e de união de patriotas de boa vontade, estamos certos de que te considerarás imediatamente investido dos cargos acima indicados. Para efeitos de informação, onde quer que achares útil e prudente falar da nossa estrutura interna, podes fazer uso do quadro acima exposto.

4 – O E. Santos, que nos escreveu há dias, saiu da Lusitânia «definitivamente» e quer vir juntar-se a nós. Portanto, já não vai à terra. O Boavida (médico) fugiu da terra, na altura da vaga, e tem o «propósito firme» de juntar-se a nós. Está com o Santos ali onde vive o Alioune [Paris], amigo do Mário.

5 – O padre Pinto de Andrade foi preso em 26 de Julho, em Luanda.

6 – Na capital que será o términus da tua viagem[Cairo], poderás certamente fazer démarches junto da afro-asiática para que esta tome uma posição dura em face das últimas prisões e da intensificação dos preparativos bélicos em Angola.

[Acrescentado à mão, na margem:

P.S.: Não dê publicidade nenhuma ao nome do Boavida; melhor: não fales dele, nem digas onde ele se encontra. Disse-nos o E. Santos que aquele amigo pediu que se agisse assim para evitar sanções sobre a família que ficou na terra. Até esclarecimento do caso e até que o interessado tome uma nova atitude, nós faremos como ele quer. Viriato/

Primeiro Comité Director do MPLA

[folha dactilografada, tendo escrito à mão, por Lúcio Lara:
1º Comité Director formado em Conakry em 9/7/60]

DEPARTAMENTO ASSUNTOS INTERIORES:

Direcção-geral: Miguéis, Azevedo, Cruz

DEPARTAMENTO ASSUNTOS EXTERIORES:

Director-Geral: Andrade

Adjuntos: Boavida, Almeida, Menezes

DEPARTAMENTO DEFESA E SEGURANÇA:

Director-geral: Lara

Adjuntos: Santos, Cruz e Miguéis

DEPARTAMENTO ASSUNTOS SOCIAIS E ECONÓMICOS:

Director-geral: Santos

Adjuntos: Lara e Azevedo

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA:

Director-geral: Menezes

Adjuntos: Andrade, Azevedo e Loio

COMITÉ DIRECTOR (em exercício)

Andrade, Santos, Lara, Menezes, Miguéis, Azevedo e Cruz

—
Presidente: Andrade

Vice-Presidentes: Neto e Machado

PRESIDIUM DE HONRA

- 1 – Carlos Van-Dúnem
- 2 – Manuel dos Santos Júnior
- 3 – João Lopes Teixeira
- 4 – Vieira Dias (Liceu)
- 5 – Gabriel Leitão Pereira
- 6 – Noé da Silva Saúde
- 7 – Higinio Aires
- 8 – Nobre Dias
- 9 – Pascoal da Costa
- 10 – Gaspar Domingos
- 11 – Joaquim Figueiredo
- 12 – Florêncio Gaspar

- 13 – Belarmino Van-Dúnem
- 14 – Francisco Africano
- 15 – Garcia Contreiras
- 16 – Pedro Bengé

Presidente do Presidium de Honra
A. Neto

Vice-Presidente do Presidium de Honra
I. Machado

Excerto da carta aos camaradas em Conakry *[dactilografada]*

Accra, 11 Julho 1960

Caros amigos

Escrevo-vos à pressa na esperança de apanhar o avião de amanhã. Aqui com os correios nunca se sabe. O vosso telegrama chegou-me às mãos com dois dias de atraso e por acaso enviei-vos ontem um a dizer que regressava quarta-feira, pois face às imprecisões do amigo do Zito tinha resolvido regressar. [...]

Entretanto seria bom que me enviassem algumas precisões, pois não sei quando é que o fulano aqui receberá a resposta, e devo dizer que este é muito diferente do Londoniano (mais chato...) [...]

Enviem o mais rapidamente possível a maquete do postal para o senhor C.A. ADDISON, Administrative Secretary, A.-A.P.C. P.O.Box M 52 Accra. Este tipo é um Ganeano, com quem falei, na ausência do Secretário Geral, sobre a Jornada. Os tipos estavam a Leste de tudo. Limitaram-se a enviar o Memorando p^a Addis-Abeba pedindo aos E.A.I. [*Estados Africanos Independentes*] que tomassem em consideração as decisões do Comité Director que vocês aí têm. Sugeri que fizessem algo de espectacular e em princípio ficou assente que quando o Sec. Geral regressasse faria uma conferência de imprensa sobre a questão e tentariam conseguir com o CPP [*Convention People's Party*] e TUC um meeting. Além disso o tipo prontificou-se a fazer imprimir aqui o postal e a enviar-vos depois os exemplares. Escrevam-lhe pois enviando o original e indicando o n^o de exemplares que desejam, tendo em conta que eles pretendem ficar com alguns. Se ainda aí apanharem o Sec. Geral, que ao que parece deve regressar esta semana, abordem-no sobre a questão. O Makiwane, que chegou há três dias de Londres (vai montar aqui um bureau), prometeu interessar-se pelo assunto como Membro do Comité Director, já que o n/ patrício [*Holden Roberto*] não se interessou pelo caso. Este aliás disse a alguém aqui do Centro que partia esta semana p^a Leo[poldville]. Não sei quando.

A situação lá em baixo deve ser conhecida por vós. Segundo as notícias de ontem o Tshombé do Katanga proclamou-se independente da República do Congo. A Rádio

em geral dá conta de uma situação extremamente grave, forçando a nota com apelos das famílias refugiadas. De facto, se há aspectos positivos em toda a questão, como a posição dos soldados face aos oficiais belgas e a dos funcionários face aos superiores belgas, há aspectos delicados que a meu ver podem dar lugar a uma situação indesejável. Nota-se em tudo isto a coalizão de todos os países colonialistas. Ao que parece prevê-se a actuação de tropas inglesas no Katanga, a pedido do referido Tshombé. Os paraquedistas belgas já se começaram a espalhar do Katanga p^a o Cassai e creio que Matadi (onde incendiaram e saquearam a residência do Cônsul português). Franceses e Lusos «tomam as suas precauções». Esperemos que os governantes do Congo consigam fazer frente à situação que é realmente grave para toda a África. Estou em crer que os Estados Africanos Independentes devem tomar uma posição qualquer se tal vier a ser necessário, isto é, se as ameaças dos colonialistas se acentuarem.

Não sei que vos diga mais. Não recebi a carta do V. [*Viriato da Cruz*] [...]

O Pothiekine [*sic*] não veio na Delegação. Perguntei por ele e informaram-me que tinha ido para outro país.

Fui visitar o substituto do Wolbeck,¹ apresentando cumprimentos e lembrando o n/ «contencioso» com o Bureau. O tipo recebeu-me maravilhosamente e aproveitou a ocasião para me expor um plano seu que vai ser posto em execução, ao que parece, para libertar o que falta de África em três tempos. Tudo isso em frente de um grande mapa de África. Posso dar-vos a boa notícia que nós não temos mais nada a fazer nesse aspecto. Eles, os daqui, vão-se encarregar de tudo. «Nada mais simples». Apenas é de lamentar que nesse plano a libertação dos nossos países figure em último lugar... Quanto ao «contencioso»... bem, adiante... Já não deve ser preciso...²

O presidente Sékou [*S. Touré*], no discurso que fez aqui durante a coroação do Presidente Nkrumah falou expressamente em que não deviam esquecer «nos frères de l'Angola et de la dite Guinée Portugaise», o que me parece muito significativo. Os tipos daqui apenas falam na África do Sul; é mais rendoso.

Há dias fui ouvir uma palestra do velhote DU BOIS. O senhor tem umas ideias muito simpáticas. Acabou a sua palestra dizendo que o Ghana não se devia fiar nos USA e parceiros, mas sim voltar-se para a URSS e China, se queria realmente caminhar para um progresso verdadeiro.

Bem, até à próxima. Fico pois aguardando precisões, na certeza porém de que não esperarei aqui até Setembro, ou mesmo Agosto. Mandem-me pois dizer o que há de concreto. De resto economicamente isto vai pessimamente.

ABRAÇOS PARA TODOS

ass.) Lúcio

1. *Funcionário superior do African Affairs Center.*
2. *Curiosamente, a ideia do Ghana e de Nkrumah era de libertar a África do Sul e as Rodésias e só depois é que nos calhava a vez «de eles nos libertarem». Mais tarde, na Conferência de Wineba, iríamos ouvir o próprio Nkrumah advogar esta ideia!... Estávamos, o Mário e eu, pelo MPLA, o Ngwambe por Moçambique (ainda não havia Frelimo), o Nkomo pela Rodésia, o Makiwane pela África do Sul e o Sam Nujoma pelo Sudoeste Africano. Para Nkrumah, a libertação da África do Sul era prioritária, pois condicionava a libertação dos outros países. Era uma ideia que nos divertia...*

P.S. Há aqui um tipo de expressão portuguesa que diz ser de São Tomé e chamar-se Joaquim Aragão. Quando eu cheguei começou por me dizer que era de Fernão Pó; não depois, como eu notasse que ele falava correctamente o Port. e como ele descaiu que não falava espanhol, disse-me ser de Moçambique; mas por outro lado disse à malta aqui, inclusive Bureau, que era de São Tomé. Deixei de lhe ligar grande importância, por me ter aldrabado bastante. Dá-me a impressão que ele tem qualquer ligação com o «patrício», pois este mandou-lhe há tempos um recado. Chateia-me que ele aldrabe tanto, pois gostava de falar mais com ele. Ele está bem informado de algumas coisas de Angola e isso é que me fez estranhar que ele fosse de Moç. Mas não tem interesse escrever muito sobre isto. BYE.

Excerto da carta aos camaradas em Conakry

[*dactilografada*]

Accra, 23 de Julho de 1960

Caros Amigos

Faz amanhã exactamente um mês que vos deixei, na impressão que vos encontraria de novo dentro de um mês o mais tardar. Afinal eis-me exactamente na mesma situação em que cá cheguei, isto é, o problema que cá me trouxe continua por resolver e sem uma resposta de qualquer tipo. [...]

Quanto ao Dia das colónias portuguesas, receio bem que estes tipos aqui não façam absolutamente nada. [...]

Como disse no bilhete que escrevi na passada semana, fiquei ciente da estruturação provisória que deram ao MPLA. Concordo, na certeza de que me explicarão determinados pormenores que não compreendo. De resto dado o seu carácter provisório e dado que foi uma decisão tomada, não tem interesse eu pronunciar-me sobre ela.

Não sei se chegaram a mandar a gravura p^a o postal ao Addison que é o tal que partiu p^a Leo[poldville]. [...]

Esteve cá hoje de passagem o P. Lumumba mas não havia possibilidade para nós de contactar com ele. Chegou ontem e foi directamente p^a casa do Nkrumah, onde conferenciou com ele, e partiu hoje de manhã para os Estados Unidos. Ao que parece o Milton Ventura [*Holden Roberto*] & companhia ainda cá se encontra. De facto a situação do Congo não é propícia às suas actividades. É no entanto possível que ele parta breve, ao que me informaram.

O telegrama do V. [*Viriato da Cruz*] mostra que com efeito os correios devem ter sofrido um grande atraso com os acontecimentos lá de baixo. [...]

Como deixei perceber não tenho grande esperança de me desempenhar da missão que me incumbia, pelo que é possível que dentro de uns dez dias esteja entre vós. Não tivemos sorte com a data escolhida para esta viagem, dada a ausência do Zito e os acontecimentos do Congo [*Léopoldville*], que vieram tirar a possibilidade de aproveitar mesmo aqui em Accra alguma coisa. Os eternos imponderáveis.

Cumprimentos para todos.

ass.) Lara

Excerto da carta aos camaradas em Conakry

[*dactilografada*]

Accra, 28.7.60

Amigos

Esta será necessariamente curta, dadas as condições em que vou tentar enviá-la. [...]

Encontrei por acaso um empregado superior do amigo do Zito¹ que me disse que o seu chefe me queria falar. [...]

[...] Infelizmente nada vos posso dizer de positivo, pois só amanhã às 9h estarei com o senhor e só na próxima semana haverá avião. Escrevi-vos pelo último correio e numa carta expresso enviei-vos a notícia do impedimento que a PIDE fez ao Palma Carlos quando no Aeroporto se preparava para ir para Luanda defender os réus do julgamento que começou no princípio da semana. O jornal referia também as declarações do Advog. que visitou recentemente Angola (Jones se não me engano). Espero que mais tarde ou mais cedo recebam esse recorte.

Obrigado, V. [*Viriato da Cruz*], pelo tabaco. [...]

Cumprimentos e abraços para todos.

ass.) L.

Carta aos camaradas em Conakry

[*dactilografada*]

Accra, 1 de Agosto de 1960

Meus caros

Estupidamente enviei-vos um telegrama há dias, talvez pela ânsia em que estava de vos dizer algo de concreto. A verdade é que foi a primeira vez que falei com o amigo do Zito² directamente, pois o seu conselheiro fazia sempre cera. Ao que constatei ele só tinha sido informado da minha exposição duas semanas antes, o que confirmou as minhas apreensões quanto à actuação do conselheiro. Tivemos uma grande conversa em que veio muito à baila a questão do nosso compatriota [*Holden Roberto*] que reside aqui. Fiz o possível por pôr os pontos nos ii sem contudo fazer quaisquer afirmações no ar. Informou-me finalmente que tudo indicava que eu devia partir breve, devendo eu telefonar para lá amanhã para saber de alguma coisa. Mostrei-lhe que não estava disposto a estar a secar aqui mais uma semana que fosse na expectativa de partir e mostrei-lhe que tinha tido bilhete marcado para partir esse dia e que o tinha desmarcado em face da conversa tida com o cons.[elheiro], a quem ele aliás atribuiu todas as culpas desta espera toda... É de notar que tendo encontro marcado, como vos disse na última carta para as 9 h 30 só cheguei às falas com o sujeito às 13... É preciso ter estômago... e fome...

O Lumumba passa cá creio que amanhã e ao que consta demorar-se-á 2 dias. Deve ser muito difícil contactar com ele; no entanto vou tentar o impossível, para de viva voz tentar

1. O «amigo de Zito» é o Embaixador do Egipto no Ghana, visto «Zito» ser Fouad Galal.
2. Trata-se do Embaixador do Egipto no Ghana.

saber algo das suas intenções a n/ respeito; vou aproveitar ao mesmo tempo falar-lhe nos médicos que poderiam ser-lhes úteis neste momento (refiro-me claro aos n/ amigos que estão na Europa). Mas como vos disse deve ser muito difícil contactar com ele.

Chegou hoje aqui o amigo da Côte d'Ivoire que pediu p^a traduzirmos aquele artigo italiano. Vem radioso... Espero que tenham recebido a carta que foi por mão própria (por um primo (?) do v/ vizinho Dr. Ba).

Como vos disse logo que parta (se partir) telegrafarei.

Infelizmente nada mais posso adiantar quanto à m/ viagem.

Falei há dias com o Secretário Geral da AAPC. Diz que pessoalmente, como Sec. Geral não pode enviar telegramas de protesto contra as prisões recentes e as outras arbitrariedades com a defesa dos réus, mas apenas protestar contra a presença dos lusos em África. Terá razão em parte, mas a verdade é que tenho a impressão que se não fosse ser chateado nem isso faria. De resto limitaram-se a mandar a circular junta após a minha conversa com o secretário administrativo. O Sec. Geral diz que está convencido que o CPP [*Convention People's Party*] e o TUC [*Trade Union Congress*] farão meeting; vamos a ver. Ele disse-me também que esteve com alguns de vós aí. Quando lhe perguntei se tinham trocado quaisquer impressões, disse-me que não, mas que vocês lhe tinham entregue um «papel» (sic), que pelos vistos nem leu. Reclamei quanto ao facto de não estarem em contacto connosco, ao que todos eles prometeram tomar medidas para que isso não se volte a verificar.

Ontem aqui no campo fizemos uma espécie de levantamento do rancho. Deramos durante o almoço e o jantar, os eternos pescoços de galináceo, mas desta vez «podre» de cheirar mal. Foi uma bronca. O responsável, que por sinal é uma excelente pessoa (é das Índias Ocidentais) ficou fulo connosco, mas quando foi à Frigidaire buscar o resto que tinha sobrado, para nos certificar da qualidade dos ditos pescoços de galináceo, veio de lá um fedor que ele mesmo não podia suportar. A verdade é que aqui se passa fome, o que é de lamentar. Enfim, étapes da revolução...

Até à próxima. Abraça-vos o

A independência do Congo (Belga)

O Primeiro Ministro Patrice Lumumba surge como o ponto de acumulação de inúmeros problemas que o Congo «Belga» vive vertiginosamente desde as eleições municipais de Dezembro de 1957.

Kasavubu, em Abril de 1958, denuncia o carácter tardio das reformas que os belgas, assustados, se propunham fazer e exige «eleições gerais e autonomia». O «plano de trinta anos para a emancipação da África belga» do professor Van Bilsen é aprovado pelo «Manifesto da Consciência Africana» mas logo o Contra Manifesto da Abako (Associação dos Bakongo) pede a emancipação imediata e, após o discurso de De Gaulle em Brazzaville, em Agosto de 1958, prometendo a independência à África francesa, a Abako exige a independência imediata e total, reafirmada em Outubro do mesmo ano. É quando Lumumba funda o MNC, num âmbito nacional. Em Dezembro participa na conferência de Accra e no seu regresso afirma que «a independência não é uma dádiva belga mas um

direito do povo congolês». Os belgas proibem outros comícios e desencadeiam-se os motins de 4 e 7 de Janeiro de 1959, onde há inúmeros mortos congolezes.

Esta repressão brutal criou a ruptura entre os belgas e os congolezes.

Os interesses financeiros belgas sofrem uma queda importante, acentuam-se as transferências e estabelece-se o pânico e, pela primeira vez, os belgas admitem a independência que apenas virá no ano seguinte, e anunciam eleições de Conselhos de territórios e de Conselhos comunais. O Baixo Congo, Katanga e Kasai agitam-se e vislumbam-se secessões.

Em Novembro de 1959 os belgas preparam um plano de emancipação política de quatro anos, mas em face do agravamento da situação convocam uma Mesa Redonda em Bruxelas (de 20 de Janeiro a 20 de Fevereiro de 1960). Aí se toma a decisão de que o Governo e as Câmaras congolezas terão todos os poderes em 30 de Junho de 1960.

Ao mesmo tempo realiza-se uma Conferência económica que vai proceder a todas as manobras necessárias para que as grandes companhias detentoras de riquezas do Congo (Société Générale, Tanganyika Concession, Companhia do Katanga, Union Minière du Haut Katanga, Compagnie des Chemins de Fer des Grands Lacs) passem a ser sociedades de direito belga e transferiram as suas sedes para Bruxelas.

Entretanto é votada a Lei Fundamental que aprova um estado unitário, de estrutura para-federal, que permitiria aos interesses belgas manipular as decisões. Por isso, depois da independência, ocorreram as intenções registadas de secessão, de desentendimentos entre as formações políticas de que as mais importantes eram a Abako e o MNC.

Os interesses imperialistas logo prepararam o que veio a acontecer: a desestabilização do Congo.¹

De tudo isto resultou que o nosso encontro com Lumumba – em Conakry, no palácio presidencial, pouco depois da independência do Congo – não pudesse ser realizado com a calma necessária. Embora lhe explicássemos que, apesar do nosso desejo de unidade com a UPA, não encontrávamos da outra parte essa vontade, ele não pareceu dar mostras de preocupação. Aliás, pessoas que frequentavam o seu bureau, antes da sua prisão, dir-nos-iam que se preparava um documento em que se subordinariam todas as organizações angolanas em Léopoldville à UPA de Holden Roberto, com vista a «acelerar a unidade».

1. *Lumumba veio a ser, apesar de todas as oposições, o Primeiro Ministro do Congo (ex-belga), mas o seu governo dependia do apoio parlamentar, de políticos de ideias muito diferentes. O exército ainda era comandado por belgas, até que os soldados se amotinaram. Rebutaram as lutas étnicas. A província do Katanga, controlada por uma maquiavélica aliança entre os interesses mineiros belgas e políticos africanos locais conduzidos pelo fantoche Moïse Tschombé, declarou a sua independência.*

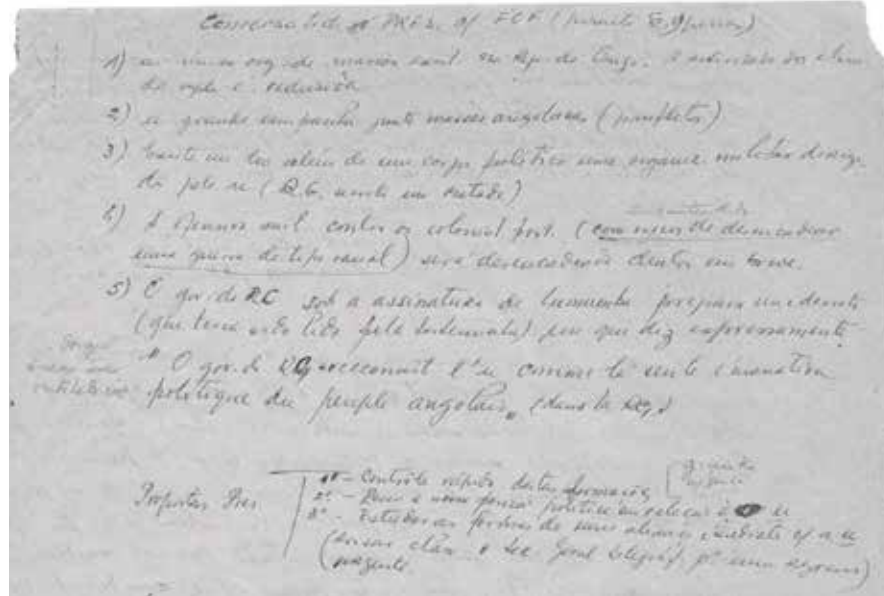
No caos que se seguiu, a pretexto de protegerem os cidadãos belgas e europeus, a Bélgica utilizou a força. No início, os Estados independentes africanos conseguiram que soldados africanos da ONU restaurassem a ordem. O Ghana, a Guiné e o Egipto defenderam a linha de que o governo de Lumumba era o único legítimo mas, após o assassinato de Lumumba no Katanga, outros Estados como a Tunísia, a Nigéria e o Sudão defenderam uma coligação das várias facções congolezas que opunham uma resistência armada a qualquer poder. Kasavubu utiliza a tática de chamar Tschombé para Primeiro Ministro. Os interessados nas riquezas do Congo conseguem uma paz aparente, mas nem Kasavubu nem Tschombé ganham a confiança dos Estados africanos.

Entretanto em Conakry ainda vivíamos na expectativa de que Holden Roberto se encontraria connosco quando viesse participar na Conferência Afro-Asiática em Conakry, o que não aconteceu.

Franz Fanon por seu lado, pressionado pelo objectivo de abrir uma nova frente de luta armada, mantinha contactos intensos connosco para nos convencer a encontrar um compromisso com a UPA, mesmo que isso passasse pela dissolução do MPLA, reconhecendo embora que o grupo dos intelectuais do MPLA poderia significar uma importante contribuição para a organização da luta. A nossa posição de não aceitar essa hipótese provocou grandes e difíceis discussões com Fanon na Embaixada da Argélia em Conakry, na presença do embaixador Omar Ousedik, que se mostrava mais compreensivo com a nossa posição, enquanto Fanon passou a agir junto de Lumumba para impedir outras organizações angolanas de agirem em Léopoldville.

Relato da conversa entre Franz Fanon e Lumumba

[manuscrito por Lúcio Lara, sem data]



Conversa tida PRES. [Lumumba] c/ FOF [Franz Omar Fanon] (perante S. apenas)

- 1) u [upa] única org. de massas exist. na Rep. do Congo. A actividade dos elem. do mpla é reduzida.
- 2) u. grande campanha junto massas angolanas (panfletos).
- 3) Existe em leo[poldville] além de um corpo político uma organiz. militar dirigida pela u. (Q.G. secreto em Matadi).
- 4) A ofensiva mil. contra os colonial. port. (com riscos de desencadear uma guerra de tipo racial) [acrescentado a vermelho: Subentendido] será desencadeada dentro em breve.

- 5) O governo da RC sob a assinatura de Lumumba prepara um decreto (que teria sido lido pela testemunha) em que diz expressamente: «O governo da RC reconnait l'u comme la seule émanation politique du peuple angolais»¹ (dans la RC.) [a vermelho: Porquê? Quem teria ventilado isso?]

1º – Controle rápido destas formações [a vermelho: Gisenka [Antoine Gisenka], n/ gente]

- Propostas Pres.
- 2º – Rever a nossa posição política em relação à u
 - 3º – Estudar as formas de uma aliança imediata c/ a u (Avisar clan. o Sec. Geral telegraf. p^a um regresso urgente)

No decurso da discussão em torno do problema o Pres. acrescentou mais os seguintes pontos:

- a) FOF teria referido uma conversa do membro n/ c/ um Embaix. em A. que teria após chamado o G. [Holden Roberto] p^a lhe relatar os pormenores dessa conv. Como esta era desf. ao ref. G. da confiança evidente do Emb., poder-se-ia inferir causas de insucesso da n/ démarche.

H - Desnecessário o controle dos pontos 1, 2 e 3 pela evidência. De acordo quanto controle do ponto 5.

L² - Necessidade de um controle absoluto. Opinião de que FOF continua jogando s/ força cartada fln [Front National de Libération], tentando abrir + frentes luta armada, sem que L. perceba concretamente que vant. pode ter fln nisso. Recorda coincidência relação ponto 5 da comunicação (alargada mesmo a todos os Est. Afr.) c/ entretien dos 5 membros presentes em Cky [Conakry] em Junho c/ o mesmo FOF e o seu colega de Cky em que se fazia alusão a essa possibilidade. Liga essa coincidência a uma utilização de uma influência pessoal que o mesmo FOF tem sobre certos líderes afr., nomeadamente Lum.[umba] [a vermelho: A acrescentar, não percebo porque razão o Pres. levou 3 dias p^a comunicar caso tão urgente...]

Acrescenta que entende que lhe parecendo que atrás de G. estarão forças poderosas como Am[érica] e fln, devemos aconselharmo-nos com alguma entidade tb., forte e experiente a q. pudéssemos expor francam/ a questão (sugeriu mesmo Ch[ina] US. [União Soviética] ou Vie[tnam]), admitindo mesmo que na recente viagem dos n/ represent. à Ch. possa ter sido discutida a questão. [A vermelho: (Sugere pois que prop. do Pres. seja acrescent. como 2º ponto conselho)]

Chama a atenção p^a o facto de pela 2ª vez FOF levantar o problema da rivalidade tipo fln-mna,³ aliás relacionado com o 5º ponto.

1. Tradução: «O governo da República do Congo reconhece a UPA como única emanação política do povo angolano. (na RC)».
2. H e L aqui devem indicar as opiniões de Hugo e Lúcio
3. O Front de Libération Nationale e o Mouvement National Algérien, da Argélia.

Na generalidade constata-se que há novos elementos permitindo uma abordagem da questão (o facto de G. se dizer agora Pres., a sua actuação política de incontestável valor). Tendo o presid. focado a dificult. de rel. entre G. e 2 Membros do mpla (um deles branco) e a maior aceitação declarada da s/ pessoa pelo ref. G. Mostra-se disposto encontrar o tipo seja onde for. O Pres. refere uma citada posição neutralista (Lumumbista) de G., em contradição c/ o ambiente criado ainda há pouco (de tipo partidário é certo) pelo mesmo G. em Leo. e Am. Fala-se na posição racista adoptada por G. pendant Tunis (de q. pelo menos H. [*Hugo de Menezes*] teria sido intérprete).

Quando, em Dezembro de 1960, iniciámos a nossa instalação em Léopoldville, Lumumba tinha sido cruelmente assassinado.

Tivemos que utilizar a via do Presidente Kasavubu, de Adoula (novo Primeiro Ministro) e de Justin Bomboko (Ministro dos Negócios Estrangeiros) e obter autorizações provisórias para abrir um Bureau em Léopoldville. Aproveitámos também a possibilidade de abrir uma delegação do CVAAR (Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados).

Comunicado do MPLA

[policopiado – original em francês]

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
(M.P.L.A.)

COMUNICADO

A recente ascensão do Congo à independência, integrada no processo geral de descolonização do continente africano, levou os colonialistas portugueses ao desespero.

Os fascistas, responsáveis pela política colonial portuguesa, não cessam de afirmar que pretendem ficar para sempre donos das suas «províncias do ultramar»...

Para fazer face às reivindicações nacionalistas expressas pelos movimentos clandestinos de Angola, e em particular pelo M.P.L.A., o governo português mobilizou todo um aparelho militar e repressivo.

No âmbito de uma «acção militar preventiva», os portugueses multiplicam as patrulhas e a instalação da força aérea para proteger as fronteiras congo-angolana e rodesiana.

Os postos fronteiriços importantes, como Teixeira de Sousa, Noqui, Maquela do Zombo e Macolo são fortificados com os mais modernos aeródromos militares.

As autoridades militares elevarão em breve o efectivo dos soldados portugueses em Angola para 60.000 homens. Torna-se evidente que o colonialismo português prepara cuidadosamente o extermínio do povo angolano.

Já chamámos a atenção da opinião mundial para as medidas criminosas que estão em vigor no nosso país: envenenamento sistemático dos alimentos de consumo,

detenção arbitrária das populações negras, intensificação da prática do trabalho forçado, deportação para os campos de concentração.

Ultimamente – as agências de imprensa assinalaram-no a 6 de Julho – as tropas portuguesas efectuaram novas expedições nos bairros de Luanda (capital de Angola) e nos arredores. Entregaram-se a sevícias e exações contra a população, incendiaram casas e torturaram mulheres e crianças. Com a crueldade que os caracteriza, os soldados portugueses chegam a quebrar com raiva os aparelhos de rádio que pertençam a pessoas suspeitas de ouvirem as emissões da República do Congo.

Durante a primeira quinzena do mês de Junho, as autoridades coloniais efectuaram 52 detenções em Luanda, Lobito, Malange, Dalatando, nomeadamente entre os funcionários do Caminho-de-Ferro de Benguela.

Um líder do M.P.L.A., Agostinho Neto, médico e poeta, foi preso nessa ocasião pelo próprio Director da Gestapo de Luanda (P.I.D.E.).

O nosso camarada Agostinho Neto já fora preso durante dois anos em Lisboa e fora condenado pelos tribunais portugueses em 1956, sob a acusação de actividades subversivas contra o regime fascista de Salazar.

Mais tarde, a 26 de Junho, o Padre Pinto de Andrade, doutor em teologia, Chanceler do Arcebispado de Luanda, membro do Conselho Executivo da Sociedade Africana de Cultura (S.A.C.), personalidade bem conhecida em Angola pelas suas tomadas de posição anti-colonialistas, também foi detido; chegou a Lisboa onde foi encarcerado na prisão do Aljube.

É evidente que a polícia pretende levar estes dois nacionalistas angolanos a tribunal, como foi o caso de 50 outros que estão sendo julgados actualmente, à porta fechada, pelo tribunal militar de Luanda.¹

Eis a resposta que um colonialismo acochado dá à declaração que o M.P.L.A. acaba de dirigir ao governo português. Aqui está como Portugal, país colonialista e retrógrado por excelência, o mais atrasado da Europa, visa criar em Angola o clima de uma nova Argélia.

Conakry, aos 12 de Julho de 1960

Pelo Comité Director do
Movimento Popular de Libertação de Angola
Viriato Cruz
Mário de Andrade

Endereço: Caixa Postal 800 – Conakry – República da Guiné

1. Na nova versão dada a este comunicado, a 3 de Agosto, este parágrafo é substituído por: «A 25 de Julho começou em Luanda, diante do Tribunal Militar, o processo de oito nacionalistas que formam o primeiro grupo de pessoas acusadas de 'atentado contra a segurança externa do Estado e a unidade da Nação'. Enfim, a Gestapo acaba de proibir que o advogado português, Sr. Palma Carlos, tome a defesa destes nacionalistas».

Instalação do MPLA em Conakry

A actividade do Bureau de Conakry permitiu um avanço considerável nas actividades dos nacionalistas das colónias portuguesas, em especial da Guiné e de Angola. Pela primeira vez tais actividades agiam sem quaisquer dos entraves que receávamos nos países europeus (com ou sem colónias africanas).



Deposição de uma coroa de flores na Jornada de Solidariedade com os povos das colónias portuguesas no dia 3 de Agosto de 1960, em Conakry (à esquerda pode ver-se Mário de Andrade)

Logo à partida pudemos dispor da casa do Dr. Hugo de Menezes, onde vivemos simultaneamente Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Amílcar Cabral, eu, minha mulher e o nosso filho. Depois fomos arranjando casas de acordo com os empregos que nos foram proporcionados: Mário de Andrade, como especialista dum centro de pesquisas culturais, arranhou uma casa onde vivia também Viriato da Cruz, mais tarde com sua mulher Eugénia. Amílcar Cabral, como engenheiro agrónomo, viu atribuir-se-lhe uma vivenda no bairro da Minière, Ruth e eu fomos alojados como professores e o Dr. Eduardo dos Santos, como médico, e sua esposa Judith Santos, também arranjaram alojamento. O Bureau do MPLA em Conakry (situado em casa do Mário) permitiu que para ali convergissem muitos quadros e que estivéssemos mais directamente em contacto com outras organizações, não só pelos correios mas também através de embaixadas. Ali puderam chegar o Dr. Américo Boavida e a sua esposa

Maria da Conceição; ali chegou também Miguel Trovoada e esposa, Gentil Viana, José Araújo com respectivas famílias, assim como Luíz de Azevedo Júnior e Matias Miguéis.



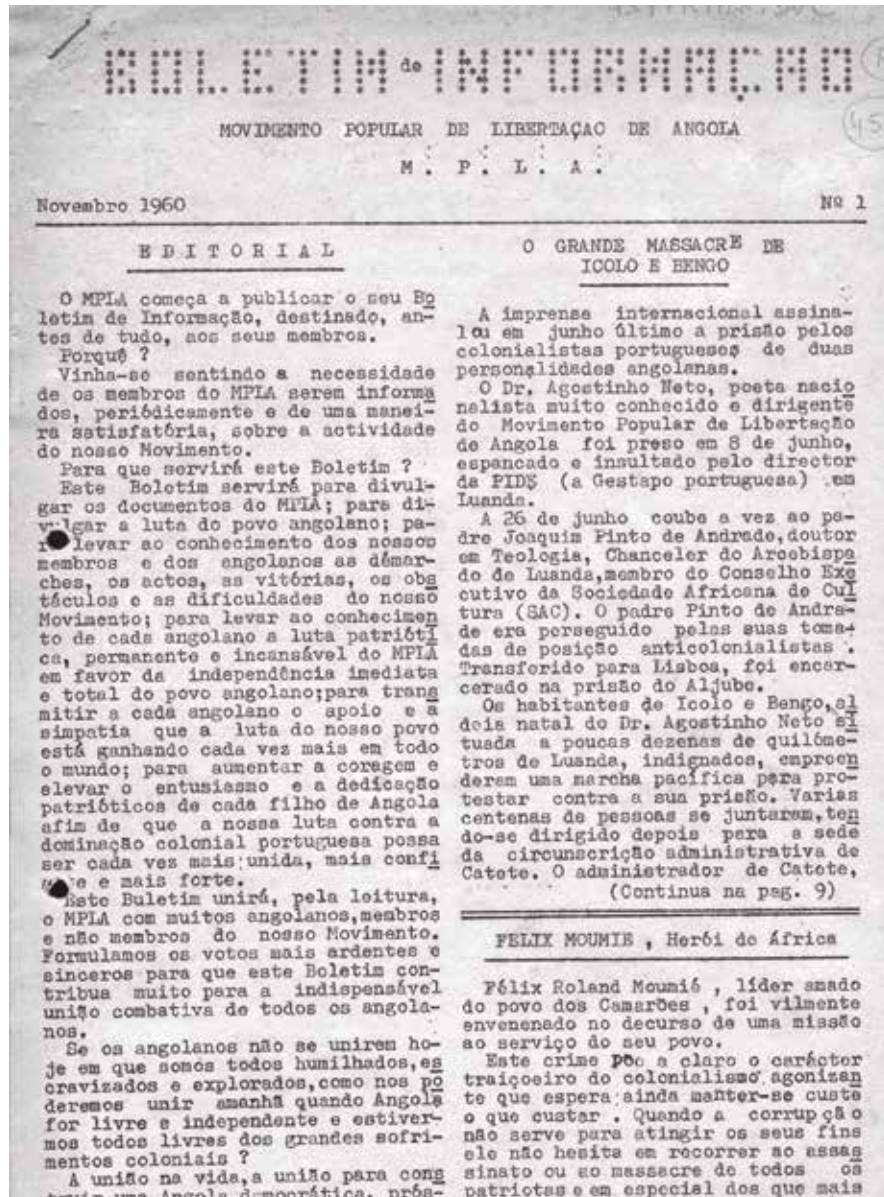
Amílcar, Viriato, Hugo e Lúcio em casa de Amílcar (1960)

Mais tarde e tendo em vista os nossos preparativos para a organização da Conferência afro-asiática das colónias portuguesas, sugeriu-se a Miguel Trovoada criar um Comité de Libertação para São Tomé e Príncipe, o que foi feito. Ali recebemos os primeiros emissários de Lumumba, antes da visita que ele fez a Conakry.



Conakry, Abril de 1960 (da esquerda para a direita: Viriato, Amílcar, um enviado de Patrice Lumumba, Lúcio e Mário)

Para a luta da Guiné dita Portuguesa puderam-se instalar as bases mais importantes do PAIGC, que ali deixou de ser PAI para não se confundir com o Partido PAI do Senegal, liderado por Mahjémoud Diop. Aliás o PAIGC e Amílcar Cabral beneficiaram imenso com a nossa instalação em Conakry. No princípio, nas nossas relações internacionais, o PAIGC acompanhava-nos também. Assim se passou com as primeiras deslocações que fizemos aos países europeus socialistas e à China.



A necessidade que tivemos de publicar os Estatutos, o Programa e o Regulamento Interno do MPLA¹ inspiraram a direcção do PAIGC a publicar também os seus documentos fundamentais.

A actividade do PAIGC cresceu extraordinariamente, as bases reforçaram-se e, em certa medida, a acção militar do PAIGC passou a ser uma preocupação real dos portugueses.

As dificuldades próprias de um país recém independente como a Guiné Conakry impunham-nos uma atitude de austeridade, até mesmo nos nossos modestos «escritórios». Ainda ali lançámos os dois primeiros números do Boletim de Informação, que contém material histórico precioso.

Visita de Viriato da Cruz à China

Em Conakry, o MPLA mantinha muito boas relações com a Embaixada da República Popular da China. É assim que, em Agosto de 1960, recebemos um convite do Comité de Solidariedade Afro-Asiático, para o MPLA e o PAI efectuarem uma visita de estudo e amizade à China.

Cada organização constituiu a sua delegação, tendo ido pelo MPLA Viriato da Cruz como Secretário Geral e o Dr. Eduardo dos Santos.



Visita à China

(3º a contar da esquerda: Viriato da Cruz;

2º a contar da direita: Eduardo dos Santos, depois Amílcar Cabral)

Foto gentilmente cedida pelo Dr. Eduardo dos Santos.

1. Ver em Anexo nº 22.

Carta de Ernesto Lara Filho*[dactilografada]*

Ernesto Lara Filho
Rua Antero do Quental 61
COIMBRA

Coimbra, aos 17 de Agosto de 1960

MEU CARO LÚCIO

São duas horas da manhã e no meu quarto que fica aqui na Rua Antero do Quental, em Coimbra, a cerca de 500 metros do teu antigo quarto onde dormi e que ficava situado na Praça da República, eis-me a tentar obter ligação contigo o que considero muito difícil em face de todas as transformações que a tua vida deve estar a sofrer. Sabes bem ao que me refiro. Nunca necessitei tanto como agora de ti, da tua palavra amiga, dos teus conselhos, do teu amparo. Mas andas longe, pairas em tais esferas que sinto dificuldade em contactar contigo. Escrevo-te esta carta por indeclinável dever: morreu antontem o tio Hernâni e é uma obrigação o comunicar-to até porque era muito teu amigo e me perguntou por ti dias antes de morrer, quando eu o visitei em Lisboa já na casa de saúde. Tua Mãe [*Clementina Lara*] acompanhou-o até ao fim. A Zita e o Viriato [*V. Santos*] estiveram presentes. Só eu e a Alda [*A. Lara*], ambos em Coimbra, não pudémos enterrar o último da família.

Li na Imprensa de Lisboa que estiveram em Moscovo Joseph Turpin, Luciano Nadao e Bernardo Cruz, conferenciando com o Encarregado de Assuntos Africanos da Rússia sobre a Independência das Colónias Africanas. Deduzi que fossem o Viriato [*V. da Cruz*], o Mário [*M. de Andrade*] e tu. Aliás, com esses nomes outros dois surgiram: Eduardo Santos e Amílcar Cabral. Claro, a Imprensa lisboeta bateu forte e feio. É a única coisa que sabe fazer: Bater em fantasmas... Claro que não tendo contactado contigo há tanto tempo, não posso de maneira nenhuma saber de ti, saber de vós, saber algo. Tenho aqui o Anuário para te mandar. Mas como nunca mais acusaste recepção dos relatórios do Banco de Angola e do Pancada e Morais, fiquei na dúvida se terias recebido essas coisas. E, como pode ter havido alguma interferência, suspendo o correio para ti. Esta carta será a última se não me disseres que tens recebido jornais e a minha correspondência, além do relatório do Banco e do Pancada e Morais. Arranjei portanto tudo o que tu pedias. Com algum trabalho é certo, mas com a melhor das boas vontades como podes verificar. Quanto à tua família cá está em Lisboa. Chegou a tua Mãe, Irmã, cunhado e sobrinho. No dia seguinte à chegada morreu a tia Marta. Antontem o tio Hernâni. Mas não há nada de novo sobre a terra. A vida continua...

Quanto aos acontecimentos do Congo já sabes o que se passa melhor do que eu. O que é de lamentar é que os “velhotes” não se apercebam que o mundo caminhou e que coisas daquelas são naturais. E não entendem que a Independência de Angola está à porta que é questão de minutos, de meses, de dias... Uma coisa mais do que lamentável... Precisava de saber de ti, de receber cartas tuas. Estou agora aqui na Rua

Antero do Quental e podes escrever para aqui. Cá vou estudando em Coimbra e como te disse já e tu já deves saber por carta anterior, tirei 12 a Literatura do sétimo e vou tentar este ano Latim, Filosofia, Alemão e História.

Aguardo carta tua. Basta uma indicação, um bilhete, dizendo que recebeste os meus recortes, as minhas cartas. Vão mais uns recortes que reuní. aguardo carta tua. Preciso de carta tua! Ou então “cavo” para o Brasil, antes que me aconteça algo de desagradável. Percebes? Um grande e dedicado abraço do primo muito e muito amigo.

Ernesto Lara Filho

*[Acrescentado à mão: P.S. Seguem recortes do julgamento de Luanda!!! São do ABC!]***Carta a Ernesto Lara Filho***[dactilografada]*6-8-60 [*aliás Setembro, pela resposta às cartas de Ernesto*]

Meu caro Ernesto

Acabo de receber mais uma remessa de jornais a acrescentar à imensidão de coisas que daí tenho tido. Tudo o que foi enviado foi recebido, e anseio receber também o Anuário. O facto de ter estado algum tempo sem escrever foi devido por um lado a ter estado ausente, e depois aos ataques de paludismo de que volta e meia fui vítima. Estive ausente mas não onde tu pensas. Os nomes são verdadeiros, salvo um em que houve um engano com certeza da agência noticiosa. Já cá recebi algumas impressões da imprensa que acho ridículas como de costume. O facto de se ir àquelas bandas não significa necessariamente um acordo ideológico, e mesmo que tal significasse, nunca significaria que se iria pedir aos outros para virem dar uma ajudazita. Trata-se de uma viagem de estudo necessária a quem como nós tão pouco deve aos lusitanos em matéria de educação política. Essas viagens de estudo fazem-se de acordo não só com os nossos interesses, mas também em função da atenção que este ou aquele país dedica aos nossos problemas. É evidente que uma viagem dessas seria impensável à Espanha ou à França... A nossa vida cá vai indo com as situações instáveis que tu podes calcular. No que respeita à família, é possível que a situação se estabilize, mas quanto a mim, é o que terá de ser.

Fiquei algo apreensivo com a tua ideia de regressares; pena é que o tenhas de fazer por motivos económicos. Já estava disposto a animar-te, face ao teu resultado em Literatura quando a tua segunda carta com a perspectiva de regresso chegou. Diz-me se é essa a decisão definitiva.

Sinto por outro lado que em Coimbra te tem sido difícil dar vazão ao potencial de que te enche com a viagem pela Europa, nomeadamente com a estadia em Paris. Coimbra deve continuar a ser a aldeia com eléctricos, que era quando eu aí

estava. Meia dúzia de intelectuais, na maior parte das vezes mais senhores de si do que realmente seria lógico, é o pouco que esse ambiente oferece a quem tem preocupações como as que eu pressinto que tenhas. Como as realizar porém, se afinal por toda a parte onde se estende o poderio do Primeiro Ministro português se respira com a mesma dificuldade? Pelos jornais e alguns recortes recebidos vê-se que a nossa actuação no exterior tem causado certo embaraço aos governantes lusos, que até agora mais não conseguem dizer do que são estrangeiros (certo) pagos pelo estrangeiro (falso) quem conduz a campanha contra o colonialismo português. A verdade é que nós conseguimos mais audição do que o Governo Português. As nossas conferências de imprensa têm sempre grande repercussão, e o mesmo acontece a artigos escritos por nós ou por amigos nossos em toda a casta de jornais. O próprio Times tem sido uma das nossas melhores tribunas e uma das que mais tem irritado o “Tonecas” [António Salazar]. O certo é que a meia dúzia de jornalecos comprados pelo governo português para nos ripostar, não são lidos por ninguém, salvo pelos interessados lusos, que se apressam a publicar na sua imprensa a opinião que uma folha de couve ignota faz acerca dos métodos da colonização portuguesa. Tudo isto seria para rir se os responsáveis lusos não estivessem preparando friamente uma guerra colonial. Como pensarão eles que nós reagiremos? Pacificamente? Com certeza não, e é por isso que os “Caçadores Especiais” continuam a ser preparados aceleradamente para o extermínio dos nossos povos. Oh, pobres pacóvios, que nem se dão ao trabalho de tomar em consideração a realidade presente. É do Brasil, pela pena do Jorge de Sena, que vem afinal um primeiro passo para uma transformação: o projecto de uma Comunidade Luso-Africana publicado no Portugal Democrático. Mas mesmo esse projecto é já tão inoportuno, e simultaneamente tão oportunista...

Estou a escrever-te e a pensar que se regressares irás encontrar possivelmente uma série de dificuldades para retomar a tua vida normal. E daí talvez não, dado que és muito popular e estimado. Aliás gostei de uma Roda Gigante¹ que cá chegou hoje em que falas do tempo do “canhé”.

Já devolvi o ABC onde vinha a entrevista com o Embaixador do Brasil [Negrão de Lima].

Não há dúvida que tens queda para esse tipo de entrevista. Os teus escritos ainda acusam, como não pode deixar de ser, uma certa visão “portuguesa” dos problemas. Creio aliás que terá de ser fatalmente assim, dado que todas as tuas experiências se têm desenrolado quase exclusivamente no quadro “lusitano”. O que afinal é necessário é que os problemas do povo africano sejam compreendidos na sua essência, e não se afirme gratuitamente que os povos africanos são incapazes (pelo exemplo congolês) de se governarem. Vivo num país [Guiné Conakry] que posso afirmar é dos mais verdadeiramente independentes de África, dado que não há aqui o colonialismo instalado sob um manto de “protecção” ou auxílio. Sem dúvida este país atravessa dificuldades extremas, exactamente por querer viver independente; mas sem sombra de dúvida, apesar dos diversos complots armados de que tem sido vítima e de que tem sabido valorosamente defender-se, nota-se que progride a passos gigantescos em relação ao progresso do tempo francês. O que acontece com o Congo é o resultado,

por um lado, da política de mesquinha exploração que a Bélgica praticou e, por outro, das inúmeras maquinações que continuam a desenhar-se contra a vontade de uma real independência do Congo. Neste momento mesmo há um desentendimento perigoso entre Kasavubu e Lumumba. Este não cede e a meu ver é ele quem tem razão, pois ele apesar de “caloiro” em política é o único (entre os líderes) que tem o verdadeiro sentido das realidades. Muitos erros terá cometido, muitos irá cometer, mas no balanço final, será o povo congolês quem terá beneficiado desta luta que mais não é afinal do que o princípio da revolução congoleza. Sem dúvida a independência do Congo foi concedida facilmente demais pelos Belgas para que não se pudesse desconfiar de que por detrás dessa independência se estavam tramando planos de continuação de uma exploração sob outros moldes mas da mesma eficacidade dos tempos em que o Congo era colónia. A solidariedade africana sobretudo teve uma grande influência para desmascarar as reais intenções belgas e é assim que a imprensa mais objectiva, mesmo a do estilo do Express ou do Monde não deixaram de pôr a nu as maquiavélicas intenções belgas, que felizmente se goraram. Que isso venha a custar a vida de muita gente é um fenómeno natural das transformações que a humanidade costuma sofrer. Quanto às ditas atrocidades dos Congolezes face aos belgas, isso mais não é do que a expressão de um ódio acumulado durante tantos anos de escravidão. Seria sem dúvida preferível que as coisas se passassem de outro modo, mas o que aconteceu reflecte bem todas “as virtudes” da pretensa civilização que os belgas levaram àquelas paragens.

Como sempre, terei de te dizer que não é por carta que se fala destes assuntos. Eles são demasiado complexos^p que em meia dúzia de linhas se consiga falar neles com a profundidade que merecem. Espero que um dia nos venhas entrevistar como enviado do ABC e então conversaremos longamente. Continua sempre que possível a mandar jornais e se fores para Angola gostava de saber. Manda também o Anuário. Se precisares de algum lombongo [dinheiro] pede à m/ Mãe [Clementina Lara]. Eu encontro-me numa situação em que to não posso enviar.

Obrigado pelo teu cuidado em me comunicares a morte do tio Hernani. Era sem dúvida um grande amigo meu; ele compreendia-me perfeitamente. Adorei-o quando era garoto, estimava-o como um irmão mais velho nos últimos tempos. Pena que tenha desaparecido tão cedo, sem ver tombar o edifício fascista que tanto desprezava.

Agradeço-te também o teres feito de guia à Zita e Viriato [V. Santos] e mostrado a República onde vivi. A verdade é que poucas recordações tenho de Coimbra. Se ainda trabalhar a Alice na Coimbra Editora (era a Caixa) dá-lhe cumprimentos meus. Podes-lhe contar por alto o que se passa comigo. Creio que tenho um pequeno “cão” [dívida] na Coimbra Editora de que me esqueço com agrado; no fundo o “Tonecas” tem interesses na Livraria... Tenho aí malta amiga, mas mesmo assim não tenho saudades. É certo que ainda gosto de ouvir uma guitarrada de Coimbra. Ouvi há dias na Rádio o conjunto do [António] Portugal. Diz-me uma coisa: que faz o Tonecas meu primo? Bem, até à próxima. Um grande abraço à Aldita [Alda Lara] e outro para ti do

1. Título das crónicas de Ernesto Lara Filho no *Jornal de Angola* (Luanda)

Apelo aos Estados membros da ONU

[policopiado – publicado em francês e inglês]

APELO AOS ESTADOS MEMBROS DA O.N.U.

É hoje banal afirmar-se que o despertar político de África empenhou as potências europeias num processo de descolonização na África negra.

Eis-nos numa época em que se assiste ao abandono do espírito de dominação de um povo sobre outro.

Os factos aí estão, irrefutáveis.

As forças nacionais da África negra fizeram inflectir as posições dos poderes coloniais, obrigados a procurar uma solução para os conflitos e tensões inter-raciais numa discussão com os representantes dos interesses dos povos africanos.

Admite-se no geral que o vento de mudança que tomou conta do continente africano constitui em si mesmo uma fonte de novos equilíbrios no nosso mundo; o único risco de conflito violento pode apenas provir duma oposição anacrónica às legítimas aspirações dos povos africanos, aspirações essas que vão ao encontro do espírito da Carta das Nações Unidas.

Contudo, os actuais dirigentes de Portugal só sentem desprezo por estes Ingleses, Franceses ou Belgas, que consideram renegados e vendilhões de Impérios... É que eles entendem ficar para sempre donos daquilo a que, há uma dezena de anos para cá, dão o nome de «províncias do ultramar».

Com efeito, foi apenas através da nova Constituição de 11 de Junho de 1951 que Portugal integrou por uma decisão unilateral as suas próprias colónias, como se chamavam até essa data.

Embora o início do artigo 133 estipule que:

«É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de colonizar as terras dos Descobrimentos sob sua soberania...», o artigo 135 da dita Constituição proclama:

«As províncias ultramarinas, como parte integrante do Estado Português, são solidárias entre si e com a metrópole.»

Não é sem espanto que se notará que esta decisão, que interveio apenas alguns anos antes da admissão de Portugal na ONU, foi oficialmente justificada pela necessidade de «não ferir o ouvido de uma opinião internacional cada vez mais anticolonialista».

É praticamente inimaginável que um país retardatário e, em certos aspectos, em regressão como é Portugal, onde a taxa de analfabetismo se eleva a 44%, pretenda ainda por cima empreender uma «missão civilizadora» em África e conteste aos povos de Cabo Verde, da Guiné dita portuguesa, de S. Tomé e Príncipe, de Angola e de Moçambique o direito a disporem livremente de si próprios.

Ainda mais inimaginável é que os representantes portugueses na Organização internacional, por instrução do seu governo, se empenhem desde 1956 a subtrair Portugal às obrigações do artigo 73 da Carta da ONU, por meio do artifício jurídico acima citado.

Permitam-nos evocar aqui o preâmbulo, assim como a primeira alínea desse artigo:

«Os membros das Nações Unidas que têm ou assumem a responsabilidade de

administrar territórios cujas populações ainda não se administram completamente a si próprias, reconhecem o princípio da primazia dos interesses dos habitantes desses territórios. Aceitam como uma missão sagrada a obrigação de favorecer, na medida plena das suas possibilidades, a sua prosperidade, no âmbito do sistema de paz e de segurança internacionais estabelecido pela presente Carta e, nesse sentido:

«a) assegurar, no respeito pela cultura das populações em questão, o seu progresso político, económico e social, assim como o desenvolvimento da sua instrução, de as tratar com equidade e de as proteger contra os abusos;...»

Comparemos porém este texto com a realidade.

Eis alguns factos incontestáveis das chamadas «províncias» da Guiné dita portuguesa, de Angola e de Moçambique que submetemos à apreciação dos Estados Membros da ONU, já que o governo português não lhes comunica qualquer informação a este respeito.

Leis especiais, como o Estatuto dos Indígenas, que diz respeito a cerca de 99% da população destes países e o Código do Trabalho dos Indígenas introduzem, logo pelo seu título, uma discriminação racial entre as populações ditas da «metrópole» e as ditas do «ultramar».

Segundo a definição oficial, os indígenas são juridicamente «os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente na Guiné, Angola e Moçambique, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.» (Do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, artigo 2).

Aos indígenas que vivem no quadro da organização tribal, a lei portuguesa permite apenas o usufruto das terras estritamente necessárias para a sua instalação e as suas culturas.

Um sistema de trabalho forçado, acompanhado de métodos herdados da escravatura, continua a ser aplicado em detrimento das populações indígenas vendidas pelas autoridades administrativas aos agricultores e às companhias europeias. O preço de cada trabalhador forçado variava, há uns anos atrás, entre 1.000 e 1.200 escudos.

Depois das revelações de Basil Davidson sobre o trabalho forçado em Angola, as de John Gunther não são menos conclusivas:

«A meu ver, a coisa pior que existe na África portuguesa é o trabalho forçado. As autoridades portuguesas não só não o escondem como o consideram mesmo necessário e dizem que ‘faz bem’ aos que o praticam.

«Dão-lhe o nome de ‘trabalho dirigido’. Este sistema torna-se numa forma de escravatura; o homem é rebaixado ao nível do gado. Eis como: um fazendeiro informa o governo de que precisa de tantos homens, e o Chefe de Posto local fica encarregue de lhos fornecer. Recrutadores indígenas vão para as aldeias e reúnem o número de homens exigido.

«Mas para ter a certeza de receber o pessoal recrutado, o fazendeiro deve indemnizar o Chefe de Posto; este é muitas vezes uma pessoa venal: as ‘luvas’ representam, no geral, dez vezes o salário previsto no contrato do trabalhador por um período de seis meses. E difícil imaginar algo de mais imoral.» (In «L'autre Afrique», edição Gallimard, 1958).

Os indígenas apenas têm direito a um ensino dito rudimentar. Baseando-se no Acordo Missionário assinado entre Portugal e a Santa Sé a 7 de Maio de 1940, o ensino destinado aos indígenas foi inteiramente confiado às missões católicas. Contudo, o governo português impôs, pelo mesmo acordo, que o «ensino obedeça à orientação doutrinária estabelecida pela Constituição política portuguesa» e que fosse «regulado pelos planos e programas adoptados pelos governos das colónias»; que estes «planos e programas terão como objectivo a nacionalização (no sentido de portugalização, entenda-se) e a moralização perfeita dos indígenas», que «cabe ao governo, por meio dos serviços de instrução da respectiva colónia, indicar quais os conhecimentos técnicos que devem, em cada região, ser ministrados de preferência aos indígenas»; que «nas escolas, o ensino e a utilização da língua portuguesa sejam obrigatórios».

A taxa de analfabetismo nestes países ultrapassa os 99%.

Enfim, não surpreenderá certamente o facto de os indígenas não possuírem, nem mesmo teoricamente, direitos de participação na vida pública e na direcção dos assuntos dos seus respectivos países.

E mesmo os progressos da assimilação, de que tanto se gabam as autoridades portuguesas, são irrisórios:

Após cinco séculos de «missão civilizadora», o número de negros considerados cidadãos portugueses e oficialmente denominados civilizados não chega a ultrapassar os 0,3%.

O exemplo de Moçambique, segundo dados oficiais do último recenseamento geral, é suficientemente comprovador:

	Total da população	Pop. civilizada ou evoluída	Pop. não-civilizada ou não-evoluída
Branco	48.213	48.213	0
Amarelos	1.613	1.613	0
Indianos	12.630	12.630	0
Mestiços	25.149	25.149	0
Negros	5.651.306	4.349	5.646.957
TOTAL	5.738.911	91.954	5.646.957

Está estabelecido pela administração colonial portuguesa que todo o indivíduo branco é forçosamente civilizado, enquanto que todo o indivíduo não-branco, que não se reja pelo modo de vida e hábitos europeus, não é um «civilizado». «Civilizado» é o branco analfabeto, mas o Guineense de cultura islâmica, saído da escola corânica é «não-civilizado».

A percentagem de negros civilizados na Guiné dita portuguesa era, aquando do último recenseamento geral, da ordem dos 0,29%: 1.478 numa população de 503.935 habitantes.

Acrescentemos que entre os 2.263 brancos civilizados da Guiné dita portuguesa, 541 eram analfabetos, ao passo que todos os 1.478 negros sabiam ler e escrever.

As populações destes países não é reconhecido qualquer direito de eleger os seus próprios órgãos de administração local.

É evidente que as chamadas «províncias portuguesas do ultramar», e singularmente a Guiné dita portuguesa, Angola e Moçambique, correspondem aos critérios que definem uma colónia, por maioria de razão territórios não-autónomos.

É por isso que a consciência dos colonizadores portugueses fica perturbada com a obrigação a que estão sujeitos os Estados Membros da ONU, pela alínea e) do artigo 73 da Carta, de «comunicar regularmente, ao Secretariado Geral, a título informativo, sob reserva das exigências da segurança e de considerações de ordem constitucional, informações estatísticas e outras de natureza técnica relativas às condições económicas, sociais e de instrução nos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis, que não aqueles a que se aplicam os Capítulos XII e XIII.» E entrincheiram-se abusivamente por detrás da frase desta alínea: «sob reserva das exigências de segurança e considerações de ordem constitucional», para não comunicarem nenhuma informação.

Mostrámos que os factos desmentem a tese dos delegados portugueses na ONU, segundo a qual «o estatuto constitucional das províncias ultramarinas é absolutamente o mesmo que o das províncias da Metrópole». É o que vamos ver!

Portugal opõe às verdades coloniais uma mística, às realidades um dogma constitucional. Trata-se de casuística medieval...

Que Portugal seja um Estado politicamente unitário, independentemente da situação geográfica das suas «províncias» e que «todas as partes do seu território são independentes com a independência da Nação» – são afirmações que vão contra todas as interpretações conhecidas do conceito de «nação». Só os cegos, gente interessada e de má-fé poderiam provar uma identidade nacional (a não ser nos artigos da Constituição portuguesa) entre os habitantes das províncias de Portugal e os Bantos de Angola.

Aliás, o Movimento Popular de Libertação de Angola já chamou a atenção da opinião internacional para os preparativos de guerra do governo português em Angola.

Por conseguinte, o MPLA considera:

1º) Que, a coberto das leis constitucionais, os actuais dirigentes de Portugal violam o espírito da Carta das Nações Unidas e ferem a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Não reconhecem, de facto, a primazia dos interesses das populações autóctones de África sobre os da minoria portuguesa.

2º) Que, para manter privilégios políticos e socio-económicos, estes dirigentes não hesitariam em recorrer a métodos de extermínio massivo contra populações que reivindicam apenas os seus direitos naturais e imprescritíveis. É bem evidente que uma tal atitude pode ter consequências graves e de natureza a pôr em perigo a paz e a segurança internacionais. Este perigo é particularmente sério em Angola.

Temos o dever de chamar a atenção da Organização internacional para as repercussões que acontecimentos sangrentos em Angola não poderiam deixar de ter

nesta região de África, onde a paz já está ameaçada pelo apartheid da União, para já não falar nos acontecimentos do Congo. Parece-nos que as complicações que surgiram no Congo deveriam incitar, enquanto ainda é tempo, a prevenir dramas talvez mais graves em Angola.

Entendemos com isto que, na presença do despertar nacional do povo angolano, que se concretiza por uma actividade política clandestina, devido às circunstâncias, é desde já que convém convidar Portugal a reconhecer o direito à autodeterminação do povo angolano, assim como o de todos os povos actualmente sob dominação portuguesa.

Com a preocupação que nos anima de ver resolver pacificamente os conflitos que opõem as populações africanas à administração colonial portuguesa, o MPLA apela aos Estados membros da ONU para que:

1º) considerem as «províncias ultramarinas portuguesas» como territórios não-autónomos e obriguem assim Portugal a satisfazer todas as exigências do artigo 73;

e que

2º) dado o perigo de guerra que pesa em particular sobre Angola, a questão dos territórios sob dominação portuguesa seja inscrita na ordem de trabalhos da XV sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Guiados pelos princípios da solidariedade afro-asiática, lançamos um apelo urgente e particular aos Estados Afro-Asiáticos membros da ONU para que envidem todos os seus esforços neste sentido. Devido à sua situação colonial, os países africanos sob dominação portuguesa não poderão contribuir para o processo de unidade africana.

Pensamos que a causa da paz, da liberdade e da compreensão entre os povos ganhará com isso.

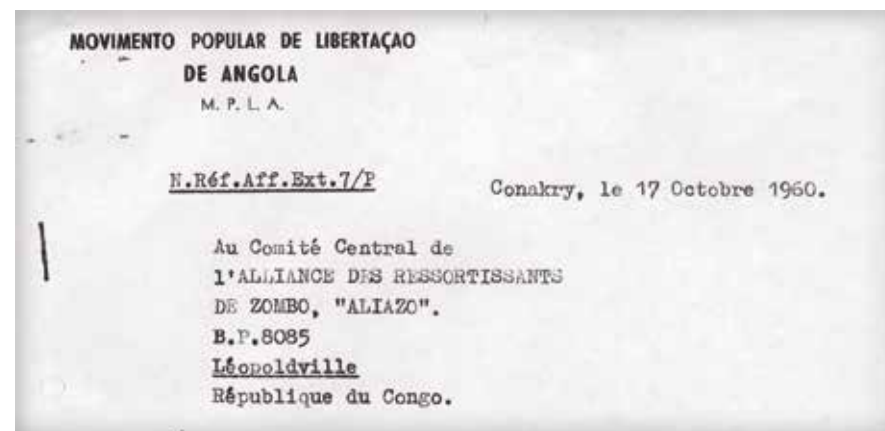
Pelo Comité Director do
Movimento Popular de Libertação de Angola
MÁRIO DE ANDRADE, Presidente
VIRIATO CRUZ, Secretário Geral

Conakry, aos 13 de Setembro de 1960

Morada: Movimento Popular de Libertação de Angola
Boite Postale 800
Conakry ./ República da Guiné

Carta do MPLA à ALIAZO

[dactilografada, em papel timbrado do MPLA – original em francês]



Conakry, 17 de Outubro de 1960

Ao Comité Central da
ALIANÇA DOS ORIGINÁRIOS
DE ZOMBO «ALIAZO»
B.P. 8085
Léopoldville
República do Congo

Caros Compatriotas,

Acabámos de tomar conhecimento dos estatutos assim como do programa preliminar do vosso movimento.

Estamos de acordo quanto ao essencial das ideias que exprimiram no vosso programa, nomeadamente no que diz respeito à unidade africana e à necessidade de uma Frente comum ao serviço da libertação da nossa pátria, Angola, e dirigida contra o inimigo comum – o colonialismo português.

O MPLA sempre se bateu e não cessará de se bater pela unidade de todos os povos e todas as organizações patrióticas de Angola. O nosso «Apelo à Unidade», de que vos enviamos um exemplar, é disso testemunha.

Eis a razão porque o nosso movimento está disposto a entabular negociações com a ALIAZO com vista ao estabelecimento de uma unidade entre as nossas duas organizações.

Visto a unidade das organizações patrióticas angolanas ser indispensável à libertação de Angola e estando o MPLA firmemente disposto a tudo fazer para a realização desta unidade, propomo-vos:

1.– Um próximo encontro entre as delegações dos dirigentes da ALIAZO e do MPLA a fim de discutir e pôr em prática os seguintes pontos da ordem de trabalho:

- a) Problemas referentes à libertação de Angola;
- b) Definição da unidade entre a ALIAZO e o MPLA;
- c) Assinatura dos acordos de unidade entre a ALIAZO e o MPLA na base dum programa mínimo e comum.

2.– O MPLA engaja-se a começar, a partir deste momento, as negociações com a ALIAZO. Esperamos contudo que o Comité Central da ALIAZO nos fixe, logo que possível, uma data.

3.– Quanto ao local de encontro, propomo-vos Conakry, Accra ou Lagos (Nigéria), mas preferiríamos ou Conakry, ou Accra.

É evidente que estão livres de escolher outro local que estimem mais favorável para um trabalho calmo e frutuoso.

4.– As nossas duas delegações deverão ir para este encontro munidas de plenos poderes para assinarem os acordos acima propostos, na alínea c) 1.

Estamos certos que acolherão com simpatia e confiança esta proposta.

Assim esperamos que o Comité Central da ALIAZO nos venha a honrar com uma resposta urgente e construtiva.

Queiram aceitar, Caros Compatriotas, as nossas fraternais saudações.

Pelo Comité Director do MPLA
Mário Pinto de Andrade
Presidente do MPLA

Declaração do MPLA *[policopiado – original em francês]*

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

DECLARAÇÃO

No nosso «Apelo aos Estados Membros da ONU» de 13 de Setembro passado, submetemos à apreciação dos delegados da organização internacional alguns factos que provam que as ditas «províncias ultramarinas» portuguesas são colónias e por maioria de razão territórios não-autónomos. Foi por essa razão que pedíamos aos Estados membros da ONU para que exigissem que Portugal satisfizesse todas as exigências do artigo 73 da Carta e que a questão dos territórios sob dominação portuguesa fosse inscrita na agenda da presente 15ª sessão.

Desde a sua fundação em 1956 que o MPLA não cessou de revelar à opinião internacional a verdade sobre os crimes do colonialismo português. Ninguém pode pretender ignorar estes métodos de exploração, herdados da escravatura, que os actuais

dirigentes de Portugal continuam a praticar nas suas colónias. Ninguém pode também ignorar que a política destes últimos anos do governo fascista de Salazar significa a preparação de uma guerra colonial preventiva, muito especialmente em Angola.

A quem ainda duvide da realidade destes planos de extermínio do povo angolano, lembramos antes de mais que em várias declarações de responsáveis militares portugueses estes planos foram confessados publicamente. Mas eis um facto recente que queremos acrescentar ao dossier: o massacre de Icolo e Bengo, aldeia situada a uns trinta quilómetros de Luanda, capital de Angola.

Icolo e Bengo é a aldeia natal do líder do MPLA, o poeta e médico AGOSTINHO NETO, preso no início do mês de Junho último. Foi ao saber desta medida arbitrária que um milhar de manifestantes (homens, mulheres e crianças) se dirigiram à sede administrativa de Catete para pedir a libertação do seu conterrâneo. Eles concentraram-se diante do edifício da administração. Mas as autoridades coloniais, avisadas desta manifestação pacífica duma população sem armas, pediram reforços militares. Duas companhias de soldados portugueses encontravam-se no local, disparando à queima-roupa sobre os manifestantes. Balanço: 30 Angolanos mortos e 200 feridos.

No dia que se seguiu a estes acontecimentos sangrentos, os mesmos soldados foram encaminhados para Icolo e Bengo. A aldeia mártir foi pilhada, incendiada e arrasada enquanto que boa parte da população foi detida. Esta região ficou interdita durante muito tempo.

Este exemplo concreto de genocídio, a manutenção em estado de detenção arbitrária de milhares de patriotas, o processo intentado contra 50 nacionalistas acusados de «atentado contra a segurança externa do Estado e a integridade da Nação» (ler: Portugal), todos estes factos mostram a amplitude da repressão em Angola.

A estes factos e a outros análogos que denunciámos anteriormente, nunca pôde ser oposto um desmentido, mesmo oficial.

Tais são os métodos empregues por um governo co-signatário da Carta das Nações Unidas e cuja doutrina se reclama de Cristo e do Ocidente... Enquanto que as boas consciências ocidentais, segundo as quais o colonialismo já estaria enterrado, calam estas realidades e protegem assim o governo português, o MPLA sente-se feliz por poder saudar as intervenções dos chefes de Estado que, na tribuna da ONU, aquando do debate geral, insistiram na opressão que os nossos povos sofrem e no anacronismo da política colonial portuguesa.

O MPLA alegra-se com a solidariedade manifestada para com os nossos povos pelos presidentes Khrouchtchev, Sékou Touré, Nkrumah, pelo Vice-Presidente do Conselho da República do Congo (capital Brazzaville), Sr. Tchitchelle e por outras personalidades.

Como é do conhecimento geral, a Assembleia Geral da ONU inscreveu na sua ordem de trabalhos, por um voto unânime e após a notável intervenção do Presidente Sékou Touré, a discussão da «declaração sobre a outorga da independência aos países e povos coloniais» apresentada pela URSS.¹

1. Ver texto em Anexo nº 23.

Na perspectiva destes debates, o MPLA declara solenemente:

1) Nenhuma argúcia jurídica deveria permitir que a delegação portuguesa se esquivasse das suas próprias responsabilidades. O debate sobre o direito à independência dos povos colonizados diz também respeito aos povos sob dominação portuguesa;

2) Os países afro-asiáticos representados na ONU, tanto em virtude da sua experiência e do seu passado de luta contra a opressão colonial, como devido à esperança que os povos das colónias portuguesas neles depositam, têm o dever de contribuir com todas as suas forças para fazer condenar sem equívocos o colonialismo português;

3) Caso alguém se considere ainda insuficientemente informado sobre o colonialismo português, temos à sua disposição todos os documentos úteis;

4) Perante a negação sistemática do direito do povo angolano à autodeterminação por parte do governo português e diante da sua atitude hostil quanto a uma solução pacífica da questão colonial, as organizações políticas de Angola só poderão apoiar sem reservas, e seja qual for a forma que possa vir a tomar no futuro, o combate do povo angolano pela sua independência;

5) O governo português seria por conseguinte o único responsável pelo conflito sangrento que esta situação poderia provocar.

Feito em Conakry, aos 25 de Outubro de 1960

Pelo Comité Director do
Movimento Popular de Libertação de Angola
MÁRIO DE ANDRADE, Presidente
VIRIATO DA CRUZ, Secretário Geral

MORADA: MPLA – B.P. 800 – Conakry – República da Guiné

* * *

Visita de Viriato da Cruz à Checoslováquia e à RDA

De 20 a 29 de Janeiro de 1961 Viriato da Cruz faz uma visita à Checoslováquia, a convite da Associação Checoslovaca de Relações Internacionais. É a primeira visita do MPLA a um país socialista com o objectivo de conseguirmos os apoios de que necessitávamos e que compreendiam a formação de quadros, apoio material e militar. Aí foram feitos os primeiros emblemas do MPLA.

Viriato teve encontros com o Conselho Central das Cooperativas Checoslovacas (agrícolas, de venda e de produção), com a Central Sindical, com a União Checoslovaca da Juventude e com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros. Desses encontros resultou o ensino de alguns meios de segurança, a oferta de bolsas de estudo (inclusive para quadros da segurança) e a oferta das primeiras pistolas para protecção pessoal dos dirigentes.

Viriato partiu para a visita à República Democrática Alemã a convite do Comité de Solidariedade Afro-asiático, onde se encontrou com a Direcção do Instituto de Ciências

Económicas e com a Central Sindical. É na escola dessa central sindical em Bernau que encontra os então estudantes e membros da UNTA, Bernard Dombe e Pascal Luvualu,¹ no dia 4 de Fevereiro. Mantém encontro com os dirigentes da FDGB (Federação Sindical Mundial). É-nos prometido apoio para imprensa e propaganda.

Carta de B. Dombe e P. Luvualu a Viriato da Cruz

[dactilografada, em papel timbrado da UNTA – original em francês]

[Acrescentado à mão por Viriato: Rec. 16.10.60

Respond.21.10.60]

Leipzig, 10 de Outubro de 1960

N/ Ref: 123/60

Camarada VIRIATO CRUZ
Secretário Geral do
MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO
DE ANGOLA «M.P.L.A.»
B.P. 800
C O N A K R Y (Guiné)

Caro Camarada,

Recordamos-lhe a conversa que tivemos aquando da sua passagem por Leipzig (República Democrática Alemã).

Os problemas de Angola tornam-se cada vez mais árduos. Como pode constatar, a nossa organização deseja ardentemente colaborar com todos os Partidos a fim de libertar o povo do jugo colonialista.

Como ficou combinado, encarregamo-lo, em nome da nossa organização Sindical «UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES ANGOLANOS», de lançar um apelo solene a todos os partidos políticos e sindicatos residindo no exílio, de Angola, da Guiné dita Portuguesa, de São Tomé, de Cabo Verde e de Moçambique para que constituam uma FRENTE NACIONAL a fim de bem conduzir a luta contra os imperialistas portugueses.

1. *Pascal Luvualu nasceu em 1933 em Maquela do Zombo. No Congo fez a Escola Normal e o curso superior de Sindicalismo na República Democrática Alemã, onde conheceu Viriato da Cruz e começou a trabalhar em colaboração com o MPLA, tendo participado na primeira reunião da CONCP. Em 1962 integrou o MPLA na Frente Leste. Em 1968 é eleito membro do Comité Director e faz muitas missões do MPLA no exterior.*

Para além disso pedimos-lhe bolsas de estudo para a juventude. Possuímos uma Juventude estudantil, mas faltam-nos as possibilidades de satisfazer as suas necessidades: prosseguir os seus Estudos em todos os domínios.

Esperando voltar a lê-los, Caros Camaradas de luta, apresentamo-vos as nossas saudações fraternas.

Bernard DOMBELE
ass.)

Pascal LUVUALU
ass.)

N.B. Pedimos que nos enviem documentos políticos e outros documentos necessários que nos possam ser úteis. Eis a nossa morada:

Bernard DOMBELE
THORERSTR. 12-14
LEIPZIG W 35
República Democrática Alemã

cc.: Dombe François Presidente da U.N.T.A.
em Léopoldville.

Carta de Pascal Luvualu a Viriato da Cruz

[manuscrita – original em francês]

Leipzig, 20-10-60

Senhor Da Cruz,

Queira encontrar junto a cópia da carta que enviei ao Sr. Diallo Seydou, secretário-geral da U.G.T.A.N.

Espero que concorde e que tentará pôr-me ao corrente de tudo o que possa fazer por mim no imediato.

Muito obrigado. Cordialmente seu
ass.) Pascal Luvualu

Merci beaucoup.
Cordialement votre.
Pascal Luvualu

Carta de Pascal Luvualu a Diallo Seydou

[dactilografada – original em francês]

[Acrescentado à mão por Viriato: Rec: 26.10.60]

Pascal LUVUALU
LEIPZIG W 35
THORERSTR.12-14
República Democrática
Alemã

Leipzig, 20 de Outubro de 1960

Senhor Diallo Seydou
Secretário Geral da UGTAN
em CONAKRY
República da Guiné

Senhor Secretário Geral,

Envio-lhe a presente carta para o informar sobre os seguintes factos:

Empregado como monitor no Exército de Salvação em Léo[poldville], de 1952 a 1960, entreguei a minha demissão para entrar na carreira sindical, a fim de ajudar a classe operária do meu país.

Penso que não ignora o problema angolano que nos preocupa actualmente.

Dada a tomada de posição que me levou a renunciar ao meu emprego, à minha família:

Pedir-lhe-ia que me incluisse no próximo contingente de Estudantes africanos para a Universidade Sindical da Guiné, de Moscovo ou de Paris na C.G.T., a fim de adquirir uma formação aprofundada.

Conto com a sua amabilidade e espírito de compreensão para com este problema, que é também o seu.

Apresento-lhe as nossas saudações fraternas.

Pascal LUVUALU
Secretário Nacional da U.N.T.A.
«UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES ANGOLANOS»

cc.: DA CRUZ, Secretário Geral do M.P.L.A., em Conakry
cc.: DOMBE François, Presidente da U.N.T.A., em Léopoldville (Congo)

Carta de Viriato da Cruz a Dombele e Luvualu

[dactilografada – original em francês]

Ref. 1/AI/60

Conakry, 21 de Outubro de 1960

Camaradas Bernard DOMBELE e Pascal LUVUALU
Vice-presidente e Secretário da
UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES ANGOLANOS
Leipzig W 35
Thorerstrasse 12-14

Caros Camaradas,

Agradecemos a vossa carta de 10 do corrente assim como a confiança que em nós depositam.

Temos em boa consideração todas as vossas propostas.

Antes do mais devemos dizer que aceitamos lançar, uma vez mais, um apelo à unidade de todas as organizações africanas anti-colonialistas dos países sob dominação portuguesa.

Mas permitam-me que vos exponha um método:

1 – Na nossa opinião, os Angolanos devem, antes de tudo, desenvolver todos os seus esforços para agrupar numa ampla Frente nacional todos os partidos políticos, todas as organizações sindicais e populares, todas as personalidades patrióticas, todas as organizações religiosas africanas, todas as nacionalidades (ou etnias), todas as camadas sociais africanas de Angola e todos os Angolanos residentes no estrangeiro.

Precisamos, antes de tudo, de uma Frente unida angolana.

2 – Pensamos que a acção prática é mais decisiva e convincente que dois ou três apelos cujos resultados são sempre problemáticos. É por essa razão que somos de opinião que as organizações angolanas pró-unidade (como a UNTA e o MPLA) devem, desde já, entabular conversações com o objectivo de se assinar um pacto de unidade de acção na base de um programa mínimo e comum, visando unir todo o povo na luta pela libertação de Angola.

A Frente formada pela UNTA e pelo MPLA estaria aberta a todas as organizações angolanas que quisessem aderir a ela.

Todas as organizações membros da Frente teriam o direito de manter intacta a sua estrutura.

Estamos certos que este acto positivo da UNTA e do MPLA contribuiria para liquidar o isolamento das organizações angolanas e para criar a ideia justa e imperativa de unidade de acção, da Frente nacional angolana.

A unidade entre a UNTA e o MPLA será um bom exemplo de entendimento e de patriotismo, acima das ambições partidárias. O campesinato e a classe dos trabalhadores angolanos ganhariam imenso com isso.

3 – Estamos convictos que a unidade entre as nossas duas organizações seria um acto absolutamente natural, tanto mais que o programa e a actividade do MPLA se baseiam

nas reivindicações do campesinato e da classe dos trabalhadores de Angola, as duas classes sociais angolanas que englobam quase a totalidade da população africana do nosso país.

4 – Chamamos a vossa atenção para o facto, que certamente é do vosso conhecimento, de que, na nossa época, nenhum povo colonizado levou a cabo com sucesso a resistência anti-colonialista e conquistou a independência total (a independência para a imensa maioria dos camponeses e dos trabalhadores e não apenas a independência que aproveita a uma minoria africana associada ao neo-colonialismo) sem uma Frente nacional unida, sem o concurso primordial da aliança organizada do campesinato e da classe dos trabalhadores, e sem encarar a resistência armada da nação inteira, agindo como um só homem.

5 – Caso estejam de acordo com a abertura das conversações entre as nossas duas organizações, propomo-vos que as nossas negociações sejam publicamente conhecidas apenas após a sua conclusão.

A – Enviámo-vos ontem, por avião, cópias dos últimos documentos do MPLA. Far-vos-emos chegar outros regularmente.

B – Dois dias depois da conversa que tivemos, pedi bolsas sindicais às autoridades competentes. Parece-me certo que o pedido venha a ser satisfeito.

Outros países prometeram-nos, para o próximo ano escolar, bolsas para várias especialidades.

Estaremos sempre à vossa disposição.

Creiam, Caros Camaradas, nos nossos mais fraternos sentimentos.

Carta de Pascal Luvualu a Viriato da Cruz

[dactilografada – original em francês]

[Acréscitado à mão por Viriato: Receb. 9.XI.60]

Leipzig, 30 de Outubro de 1960

Pascal LUVUALU
Thorerstrasse 12-14
LEIPZIG W35
(R.D.A.)

Camarada VIRIATO da CRUZ
Secretário Geral do M.P.L.A.
CONAKRY
(República da Guiné)

Caro Camarada,

Pela presente tomo a liberdade de lhe perguntar se a cópia da carta que dirigi ao camarada DIALLO Seydou chegou às suas mãos. Peço desculpa por não lhe pedir informações a este respeito antes de lhe escrever a ele.

Na carta que nos enviou, falava-nos de bolsas de estudo que vos foram prometidas para o ano que vem. Não seria possível outorgar-me uma para que eu possa, depois dos meus estudos sindicais, prosseguir os meus estudos na agricultura? Sabe melhor do que eu que a economia de um país depende da sua riqueza agrícola e que para tal são precisos homens formados para prepararem esta base.

Fiquei satisfeito com o conteúdo da sua carta, sobretudo com o programa do M.P.L.A. que visa a aliança da classe operária e do campesinato. Certos partidos políticos estão desprovidos de um programa. Os seus dirigentes dão grande importância à política em geral e ignoram o que virá a ser a vida dos trabalhadores e dos camponeses do país, por falta de formação. Estes burgueses nacionais, assim que acedem ao poder, trabalham para os seus próprios interesses e os dos seus parentes e esquecem automaticamente aqueles que ontem gritavam, sofriam, lutavam e constituíam a força motriz do bloco revolucionário.

Posso pois dizer que a U.N.T.A. e a sua vanguarda M.P.L.A. são duas organizações que têm a mesma ideologia para o futuro de Angola. É por isso que devemos acelerar a formação de uma frente nacional angolana e colocar todos os nossos esforços à prova para a luta decisiva contra o imperialismo, o colonialismo português, e assim o nosso povo tomará consciência de que é necessária uma revolução de massas para a libertação de Angola.

Esperando que um seguimento mais ou menos rápido seja reservado a esta minha carta, permita-me que lhe apresente as minhas saudações fraternas e lhe deseje ao mesmo tempo coragem e sucesso nas suas lutas.

P. LUVUALU
ass.)

Carta de B. Dombele e P. Luvualu a Viriato da Cruz
[dactilografada, em papel timbrado da UNTA – original em francês]

[Acréscitado à mão por Viriato: Receb.7.XI.60]

N/Ref.: 126/60

Leipzig, 30 de Outubro de 1960

V/Ref.: 1/AI/60

Camarada VIRIATO CRUZ
Secretário Geral do
MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO
DE ANGOLA «M.P.L.A.»
B.P. 800
C O N A K R Y (Guiné)

Caros Camaradas,

Recebemos a vossa carta registada de 21 de Outubro de 1960 e o documento do apelo que fizeram aos países membros da O.N.U. e muito vos agradecemos.

No respeitante ao conteúdo da vossa carta, a U.N.T.A., pela via do seu Vice-Presidente e do seu Secretário marca o seu acordo sobre os pontos seguintes:

1 – Formação de uma Frente Nacional UNIDA de todos os partidos políticos e de todas as organizações sindicais a fim de eliminar o perigoso inimigo, o tribalismo ou o separatismo.

2 – Convocação de um Congresso popular que terá por objectivo a assinatura de um pacto de unidade de acção e traçar a política a seguir para o futuro de Angola.

3 – Quanto ao programa do M.P.L.A., a U.N.T.A. congratula-se e aprova a sua linha de conduta e está pronta a formar a unidade U.N.T.A.-M.P.L.A., a fim de tornar mais eficaz a luta do povo angolano. Esta unidade de duas organizações cujo programa se baseia no bem-estar dos trabalhadores e dos camponeses, facilitará a criação de uma «aliança» destas duas camadas da massa laboriosa.

Quanto às negociações entre os representantes da UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES ANGOLANOS e do MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, pedimo-vos que nos proponham uma solução: como?, quando? e qual o local?

Caros Camaradas, cremos ser do nosso interesse que o M.P.L.A. instale as suas secções num país limítrofe (no Congo ex-Belga para Angola e no Congo ex-Francês para Kabinda) a fim de poder empreender bem a sua acção. Porque um povo só fica consciente a respeito de tal ou tal movimento quando é moldado, trabalhado politicamente por ele.

No respeitante às bolsas de estudo, assim que as tiverem em mãos, não se esqueçam de nos escrever e de nos conceder algumas.

Para além disso, felicitamo-vos pelo apelo que lançaram aos Estados membros da O.N.U. e estamos convictos que a nossa luta encontrará o seu desfecho e que os nossos esforços não serão em vão.

Boa coragem na luta.

Apresentamo-vos, Caros Camaradas, as nossas fraternas saudações.

Bernard DOMBELE
Vice-Presidente
ass.)

Pascal LUVUALU
Secretário Nacional
ass.)

[Acréscitado à mão por Dombele: A nossa morada em Leipzig:

Bernard DOMBELE
THORERSTRS. 12-14
LEIPZIG W 35
República Democrática
Alemã]

Carta de Viriato da Cruz a B. Dombele e P. Luvualu

[dactilografada em papel timbrado do MPLA – original em francês]

Ref. 2/AI/60

Conakry, 12 de Novembro 1960

Camaradas Bernard DOMBELE e Pascal LUVUALU
Vice-Presidente e Secretário Nacional da
UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES ANGOLANOS (UNTA)
Leipzig W35
Thorerstrasse 12-14

Caros Camaradas,

Recebemos a vossa carta de 30 de Outubro cujo conteúdo nos regozijou muito.

1 – Para que possamos propor o local e a data do encontro dos representantes das nossas organizações a fim de discutir e assinar os acordos de unidade de acção, precisamos de saber antes do mais o seguinte: Quem negociará connosco? Serão os camaradas B. DOMBELE e P. LUVUALU ou serão os camaradas da UNTA que estão no Congo?

2 – Será apenas depois da resposta a esta pergunta que vos poderemos dizer

a) se poderemos ir a Leipzig ou a Praga (caso sejam vocês os negociadores); ou
b) se os camaradas da UNTA residindo no Congo poderão vir a Conakry, a Accra ou a uma outra cidade africana (caso sejam eles os negociadores).

3 – Assim que for fixado o local do encontro será fácil fixar a sua data.

A chave do problema parece-nos ser de saber se as nossas duas organizações poderão fazer viajar os seus negociadores e até que cidade de África ou da Europa.

4 – O organismo dirigente da UNTA já está ao corrente das nossas conversações?

5 – Acabamos de redigir o Apelo à unidade de todas as organizações angolanas. Enviar-vos-emos em breve um exemplar.

Aceitem, Caros Camaradas, as nossas mais fraternas saudações.

Carta de Viriato da Cruz a Pascal Luvualu

[dactilografada – original em francês]

Conakry, 12 de Novembro de 1960

Caro Camarada Pascal LUVUALU,

Acuso recepção da cópia da sua carta ao camarada DIALLO Seydou e da carta de 30 de Outubro a mim dirigida. Só recebi esta última no dia 10 do corrente mês.

1 – O camarada DIALLO esteve muito tempo ausente daqui. Mas recebeu a sua carta.

2 – Falei-lhe no seu pedido, não aconselha que abandone os estudos que está a fazer para seguir outros. Contudo, ele promete possibilitar-lhe um estágio sindical prático aqui, assim que termine os seus estudos actuais.

3 – O camarada DIALLO disse-me que lhe escreveria sobre o assunto.

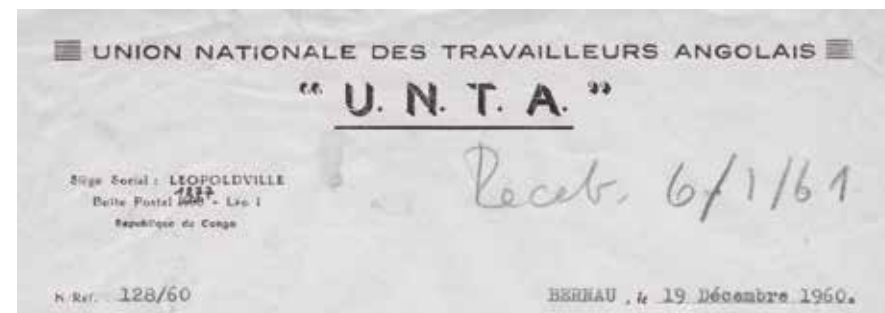
4 – Quanto a uma bolsa para estudos em Agricultura, parece-nos ser possível obtê-la para o próximo ano escolar.

Aceite, Caro Camarada, as minhas mais fraternas saudações.

(Viriato Cruz)

Carta de B. Dombele e P. Luvualu a Viriato da Cruz

[dactilografada – original em francês]



[Acrescentado à mão por Viriato: Receb. 6/1/61]
Bernau, 19 de Dezembro de 1960

N/ Ref: 128/60

Camarada VIRIATO CRUZ
Secretário Geral do «M.P.L.A.»
B.P. 800
CONAKRY (Guiné)

Caros Camaradas,

Recebemos o programa e a conferência que fizeste em Londres e muito te agradecemos.

Estamos admirados por ver no jornal alemão as resoluções tomadas pelos líderes políticos dos Territórios sob dominação portuguesa.

Queremos saber se ali estavas para representar o M.P.L.A. Além disso queremos saber em que nos favorecem as resoluções da sessão plenária da XV sessão da ONU sobre a abolição do regime colonial. *[Nota de Viriato da Cruz à margem: Mandar recorte «Temps Nouveaux»]*

Quanto ao congresso previsto para a criação de uma frente unida angolana, até aqui não temos qualquer seguimento.

Esperamos a decisão do comité, sobretudo do presidente.

Esperando ler-vos em breve, pedimo-vos, caros Camaradas, que recebam as nossas fraternais saudações.

Bernard DOMBELE
Vice-Presidente
ass.)

Pascal LUVUALU
Secretário Nacional
ass.)

P.S. É favor enviar-nos o programa em francês. Fazemo-vos notar que já não estamos em Leipzig. Eis a nossa nova morada:

HOCHSCHULE der DEUTSCHEN GEWERKSCHAFTEN
«Fritz Heckert»
BERNAU bei BERLIN (Rep. Democrática Alemã)

Sobre a Frente Comum dos Partidos Políticos de Angola

Em Léopoldville, antes da chegada de qualquer representante do MPLA, já havia um núcleo muito activo de simpatizantes do nosso Movimento, animado pelo camarada José Bernardo Domingos, que tinha pertencido aos grupos organizados em Luanda por Agostinho Neto. Ao chegar a Léopoldville, José Bernardo Domingos ainda se inscreveu na UPA, que logo abandonou e com outros simpatizantes do MPLA (Jordão [J. Aguiar], Josias [António J.], Jorge Manteia Freitas e Sebastião [Gaspar S.]) desencadeou actividades diversas, aguardando que lhe enviassem mais instruções. Esse grupo contactou simpatizantes da UPA e da ALIAZO, e sem terem autorização da direcção da UPA, nem da do MPLA, enviaram em nome da Frente Comum, em 31 de Outubro de 1960, uma carta ao Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas. Como a UPA manifestasse a sua discordância por esse acto, o referido grupo voltou a contactar a ALIAZO, a AREC e mesmo alguns simpatizantes da UPA e enviaram, já no espírito do 1º Apelo à Unidade do MPLA, uma nova carta ao Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas. De qualquer modo, o envio de tais cartas de Léopoldville ajudava a colocar a situação nas colónias portuguesas, e particularmente em Angola, na mira das atenções da opinião internacional pelo que se estava a passar com a recente independência do Congo.¹

1. Ver sobre este assunto o relatório assinado Kassule (Luiz de Azevedo Júnior), na página 447.

Carta da Frente Comum à ONU

[policopiada – original em francês]

FRENTE COMUM DOS PARTIDOS
POLÍTICOS DE ANGOLA
CAIXA POSTAL N° 8085
LÉOPOLDVILLE
(REPÚBLICA DO CONGO)

Léopoldville, 31 de Outubro de 1960

Senhor Presidente da Assembleia
Geral da Organização das
Nações Unidas «ONU»
NOVA IORQUE

Senhor Presidente

Os principais partidos políticos angolanos cujos nomes seguem, que têm as suas raízes em Angola mas operam mais livremente nos territórios dos países independentes, tomam respeitosamente a liberdade de, pela presente, virem acrescentar mais alguma informação às numerosas informações que já possui sobre a sorte de Angola e do seu povo.

Trata-se pois dos partidos: Movimento Popular de Libertação de Angola «M.P.L.A.», União das Populações de Angola «U.P.A.», Aliança dos Originários do Zombo «ALIAZO», agrupando a maioria dos originários de Angola, residentes tanto em Angola como no estrangeiro.

Estes partidos possuem bureaux pelo mundo fora, nomeadamente: na Europa (França: Paris – Inglaterra: Londres – Bélgica: Liège – Alemanha Federal: Hamburgo e Düren); na América (Estados Unidos: Illinois – Brasil: Rio de Janeiro e São Paulo); em África (Tunísia: Túnis – Guiné: Conakry – e enfim nas duas Repúblicas do Congo, em toda a sua extensão).

É pois em nome destes partidos que tomamos a liberdade de lhe dirigir a presente carta.

A este título queremos antes de mais testemunhar-vos a nossa viva gratidão pela resolução votada por unanimidade pela Assembleia das Nações Unidas de que tendes a presidência, resolução pela qual os povos amantes da liberdade e que têm os seus representantes na ONU tomaram desta vez posição no sentido de os territórios não-autónomos se fazerem representar nas sessões da ONU para defenderem eles próprios os seus próprios interesses.¹

Ao ouvirmos esta notícia – que foi recebida com consternação em Portugal – os nossos corações quase que sangraram de emoção e ficámos um pouco aliviados ao pensar que a partir de agora o véu que sempre encobriu a miséria mais inaudita dos angolanos, fruto da obra colonizadora de «cinco séculos» de Portugueses em Angola, será enfim retirado para que se manifeste a verdade sobre as reais intenções de Portugal quanto às colónias sob sua dominação, que cinicamente se empenha em apelidar de províncias ultramarinas.

1. Ver texto desta declaração em Anexo nº 23.

Contudo o nosso alívio teria sido total se não soubéssemos nessa altura que, devido à força das circunstâncias, Portugal acabará por ceder e fará representar os nossos territórios no seio da ONU, mas infelizmente fá-lo-á através dos seus apaniguados, homens já corrompidos, que não querem saber dos massacres que continuamente se abatem sobre milhares de angolanos cujo único crime é reclamarem um tratamento com o mínimo de humanidade possível.

Pretendendo antecipar-se a esta manobra, os signatários da presente carta, dirigiram-lhe, ao mesmo tempo que os seus vivos agradecimentos pela adopção desta resolução, a sua petição onde pediam que esta medida fosse aplicada de forma total e concludente, aceitando apenas representantes oriundos dos partidos políticos desses países, que são quem representa legitimamente os povos oprimidos, e não representantes escolhidos a dedo pelos colonialistas, cuja única intenção é de abafar a causa dos oprimidos em proveito dos seus mesquinhos interesses.

Ora as nossas apreensões tinham fundamento, pois não se passaram sequer dois dias e vínhamos a saber que Portugal tinha organizado manifestações em Moçambique, uma das «províncias portuguesas», para opor os nativos do país, sob a ameaça das armas, a esta resolução que prejudica Portugal, ao dar aos colonizados o direito de se fazerem representar por homens da sua confiança.

No momento em que vos escrevemos, manobras semelhantes estão em vias de preparação em toda a extensão de Angola, com o mesmo intuito de opor, sempre sob a ameaça das armas, o povo angolano a esta resolução que lhe confere um primeiro direito de se fazer ouvir. Não quisemos esperar a realização destas manifestações forçadas que enganam a opinião mundial. Por isso nos apressamos em o avisar, Sr. Presidente, através do nosso telegrama deste dia, cujo texto segue:

«POPULAÇÕES ANGOLANAS OPRIMIDAS PROTTESTAM CONTRA MANOBRAS DISSIMULADAS DOS COLONIALISTAS PORTUGUESES OBRIGANDO A MANIFESTAR EM BREVE SOB AMEAÇA ARMAS CONTRA DECISÃO COMISSÃO TUTELA ONU STOP ESTAS MANIFESTAÇÕES NÃO TRADUZEM DE MODO ALGUM OPINIÃO POVO ANGOLANO FULLSTOP SEGUE CARTA»

Como dizíamos acima, os portugueses, ao se darem conta da importância da decisão do Conselho de Tutela, e conhecendo o peso dos povos membros que a votaram, já se puseram em campo para detectar, entre os Angolanos, os homens que defendem os seus interesses. Não duvidamos contudo da boa fé dos nossos irmãos que os Portugueses vão preparar para defender a causa de Portugal, pois assim que lhes couber essa sorte fatal se verão diante dum dilema cruel: trair o povo angolano e prolongar assim a sua escravidão em proveito de um colonizador desumano – ou, em vez disso, desvendar a verdade que envergonharia Portugal e aceitar então a morte, seja qual for a forma que os portugueses lhe derem, pois com efeito os civilizadores lusitanos possuem vários meios para matar os seus súbditos, que seria supérfluo pormenorizar.

Sabe agora, Senhor Presidente, que a delegação que seria preparada e composta por Portugal e enviada por ele para defesa dos interesses de Angola ou de qualquer outra colónia portuguesa, não seria em nada diferente das precedentes que sempre defenderam a causa de Portugal e justificaram por todos os meios a exploração dos povos colonizados.

Para preparar e formar esta delegação, Portugal parece fixar, neste preciso momento, a sua escolha nas pessoas que passamos a indicar:

– Sr. Manuel Pereira do Nascimento, contabilista de empresas e presidente da Liga Nacional Africana e membro da gestapo portuguesa «P.I.D.E.» (Policia Internacional de Defesa do Estado);

– Agnelo de Castro Paiva, antigo funcionário das Finanças e actualmente ligado ao Fundo de Publicações Oficiais do Estado;

– Alfredo Furtado Antas, antigo secretário administrativo, actualmente sem trabalho.

Por outro lado, estamos de antemão convencidos que esta delegação não terá qualquer direito de abordar os membros das delegações estrangeiras com assento na ONU e muito em particular os delegados dos países africanos, pois os Portugueses não autorizariam nunca tal contacto dos seus delegados com os de outras delegações, receando que venham a ser dissuadidos pelos seus irmãos africanos.

Como o Sr. Presidente pode notar pelo conteúdo desta carta, estamos perfeitamente ao corrente da evolução da situação em Angola, de onde se evadem continuamente muitos dos nossos irmãos que vêm engrossar as nossas fileiras no exterior do país.

Para terminar, reiteramos o desejo do povo angolano, que temos o dever de representar: «apenas podem ser considerados interlocutores válidos junto da O.N.U. os delegados da Frente Comum dos Partidos Políticos dos territórios sob dominação portuguesa».

Ousamos esperar que a nossa petição venha a ser objecto da sua melhor atenção e mereça o seu apoio a favor da causa dos oprimidos que nós somos e, agradecendo de antemão, pedimos-lhe que aceite, Senhor Presidente, a expressão dos nossos emocionados sentimentos.

A FRENTE COMUM DOS PARTIDOS POLÍTICOS DE ANGOLA

– ALIANÇA DOS ORIGINÁRIOS DE ZOMBO «A L I A Z O»

– UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA «U. P. A.»

– MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA «M. P. L. A.»

Excerto da segunda carta da Frente Comum à ONU

[dactilografada – original em francês]

FRENTE COMUM DOS PARTIDOS

POLÍTICOS DE ANGOLA

Caixa Postal 8085

LÉOPOLDVILLE

Léopoldville, 13 de Dezembro de 1960

Senhor Presidente da Assembleia Geral

da Organização das Nações Unidas

NOVA IORQUE

Senhor Presidente,

Por ocasião da próxima sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, que entre outras questões examinará a questão relativa aos territórios não autónomos, o povo angolano aproveita de novo a oportunidade para vir, através da sua «FRENTE COMUM», submeter-lhe, por meio desta carta, algumas precisões

sobre os recentes acontecimentos que tiveram lugar em Angola em consequência das últimas resoluções da ONU que exigem às potências coloniais, não só o fornecimento de informações sobre a administração das suas colónias, mas também permitir a estas últimas estarem representadas no seio da dita Organização.

Pela nossa carta de 31 de Outubro último havíamos já informado o Sr. Presidente da desorientação que estas resoluções suscitaram tanto em Portugal como nos outros meios portugueses que as interpretaram como ataques dirigidos contra Portugal. É assim que, para se defender, esse mesmo Portugal organizou em todo o seu «império» manifestações populares de protesto contra a ONU e para simular diante do mundo que os seus povos colonizados, pela sua participação nestas manifestações, se reconheciam como partes integrantes da nação portuguesa. [...]

Eis como Portugal apresenta ao mundo a sua política de fachada para fazer crer o contrário daquilo que aplica nas suas colónias de exploração e de povoamento onde estabeleceu, como não podia deixar de ser, cinco categorias de homens, que são: 1º – os Europeus nascidos em Portugal; 2º – os Europeus nascidos em África; 3º – os Assimilados mestiços; 4º – os Assimilados negros; e 5º – os Indígenas (que são quem constitui a grande maioria da população). A necessidade da manutenção destas categorias foi confirmada em tempos pelo decreto nº 39.666 de 20/5/1954. Poderia então perguntar-se se o mesmo decreto também é aplicável em Portugal, onde os portugueses são eles próprios «indígenas», com aliás uma percentagem de analfabetos de mais de 40%, número mais eloquente para um povo civilizado de 9 milhões de pessoas que se estende por uma superfície de cerca de 90.000 km² e que se outorgou no entanto a missão sagrada de civilizar e cristianizar 20 milhões de Africanos e Asiáticos em territórios de cerca de 2.500.000 km². [...]

Quanto à sua [*de Salazar*] declaração, segundo a qual «os territórios portugueses do ultramar estão há muito emancipados», o menos que podemos dizer é que as argúcias do Sr. Salazar, longe de servirem a sua causa, constituem antes uma armadilha para Portugal.

Com efeito, sabemos que uma colonização fica justificada desde que um povo primitivo, não encontrando em si próprio as forças necessárias para sustentar a sua vida, precise da ajuda do civilizado. Mas mal esteja capaz de explorar ele próprio as riquezas do seu solo, assim que encontrar em si mesmo, nos seus filhos e nos seus meios económicos e políticos com que prover as suas necessidades, atingiu a idade adulta, ou seja da emancipação e tem pois o direito de escolher a forma de governo que lhe agrada. Sabemos igualmente que estar emancipado quer dizer posto fora da tutela, fora do poder paternal ou de qualquer outra pessoa, enfim, estar liberto.

Ora o Sr. Salazar, ao apresentar hoje os nossos territórios como «emancipados», não pode contudo negar que os indígenas, incluindo os assimilados desses territórios, não gozam de nenhum dos direitos mais elementares consignados na Declaração dos Direitos do Homem, que Portugal subscreveu como membro das Nações Unidas. [...]

E por fim, quanto às suas críticas às Nações Unidas que, segundo ele, «se afastaram do espírito dos seus fundadores», os profanos poderiam perguntar-se se no momento em que Portugal teve de aceitar a assinatura da Carta e dos Estatutos das Nações

Unidas, já existia ou não o artigo 73. Em caso afirmativo, por que se sente tão perturbado de cada vez que os outros membros «tocam» nesse artigo?

Aqui a resposta pode ser adivinhada: é que Portugal aplica nas suas colónias aquilo que está diametralmente oposto ao que é recomendado neste artigo, que é erroneamente tratado de criminoso por todos os lusitanos.

É assim que nas colónias portuguesas a preocupação de Portugal não é a primazia dos interesses dos habitantes, como o recomenda a Carta. Pelo contrário [...]

Temos contudo a convicção de que Portugal não ignora que o tempo dos impérios já passou e que ele não é aliás o único a estar suficientemente armado para fazer face a qualquer eventualidade. Por isso, para não ser causa de uma guerra mundial, ele tem todo o interesse em conquistar a nossa amizade, reconhecendo o direito dos povos sob sua dominação a disporem deles próprios e emancipando-os verdadeiramente. Tendo-nos declarado já emancipados e portanto com o direito de gozar de todos os nossos direitos e liberdades, ele ganhará mais prestígio se coroar com uma verdadeira independência a obra de civilização e de cristianismo que empreendeu nas nossas terras há cinco séculos.

Não queremos mais que Angola – como as outras colónias aliás – continue a ser a lixeira dos excedentes de Portugal. Exigimos pois a nossa independência imediata e incondicional.

Para provar a sua boa fé, pedimos a Portugal que organize um referendo sob a supervisão da ONU.[...]

Relatório das actividades de Luiz de Azevedo Júnior em Léopoldville *[dactilografado]*

RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES EM LÉOPOLDVILLE

Chegado em Léopoldville no dia 15 de Dezembro, contactei com os camaradas Jordão [*J. Aguiar*], Josias [*António J.*], Freitas [*Jorge Manteia F.*], Sebastião [*Gaspar S.*] e José Bernardo Domingos.

As actividades desenvolvidas pelos camaradas citados são bastante satisfatórias, tornando o M.P.L.A., em Léopoldville e em quase todo o Congo, conhecido.

O M.P.L.A., goza no Congo de inúmeras simpatias, tanto da parte do público, como das entidades oficiais.

A minha viagem que foi bem acolhida tanto da parte dos nossos militantes, assim como de algumas entidades ligadas a administração local, acentuou a simpatia do nosso Movimento, e dos contactos tidos, muitos benefícios podemos esperar.

Na ausência do Presidente Kasavubu, troquei impressões com os seus dois secretários particulares que me afirmaram que o problema da libertação de Angola, está inscrito nos

problemas mais importantes do Congo, e, acrescentando diziam: – se ainda não nos foi dado qualquer auxílio, o facto só se justifica pela situação política actual do país.

O número dos nossos militantes em Léopoldville é já bastante considerável, entre os quais muitos deles, antigos militantes da U.P.A. que me manifestaram o seu descontentamento, reprovando a organização do aludido partido.

O camarada José Bernardo Domingos, membro do M.P.L.A. em Angola que logo após a sua chegada ignorava a existência de nossos representantes no Congo, contactou com o Bureau Político da U.P.A., onde trabalhou cerca de três semanas e discordando em absoluto com a política do partido afastou-se, transformando-se no mais eficiente propagandista do M.P.L.A., cujos resultados já alcançados são dignos de louvor.

Foi o mesmo camarada que teve a ideia de uma «Frente Comum», formada pela ALIAZO (Associação dos Filhos do Zombo), pela AREC (Associação dos Filhos do Enclave de Cabinda), anteriormente instituições de caridade e ultimamente transformadas em partidos nacionalistas.

Esta «Frente Comum» é por conseguinte formada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola, Aliazo e a Arec, porquanto os nossos amigos Upistas nunca concordaram em se aderirem aos outros movimentos nacionalistas.

É de salientar que estas instituições sempre manifestaram o desejo de colaborarem com o M.P.L.A. – O seu afastamento foi motivado pelo atraso da chegada dos nossos estatutos.

A «Frente Comum», enviou em 13 de Dezembro um apelo ao Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, cuja cópia junto.¹

Do contacto que tive com os representantes da Aliazo, nomeadamente com o vice-presidente, na ausência do presidente, manifestou este o desejo de uma estreita colaboração com o M.P.L.A., garantindo-nos a sua fidelidade.

Foi depositada a esta instituição uma cópia dos nossos estatutos.

É de absoluta necessidade que se estabeleça contacto directo com a Aliazo e que nas futuras viagens para o exterior, seja convidado um dos seus membros.

Quanto à Arec, aguardemos que os camaradas Jordão, etc., nos forneçam o relatório final das démarches por mim iniciadas, que, estou certo, será satisfatório.

Por iniciativa e espírito nacionalista do camarada José Bernardo Domingos, tem já o M.P.L.A. um escritório em formação, cujo prédio nos foi oferecido gentilmente por um dos nossos militantes.

O montante das cotizações até a data do meu embarque, oscilava já em cerca de 25 mil francos.

Com a chegada dos Estatutos, desenvolveram-se muito mais as nossas actividades e cresce que, dado a posição que os Upistas tomaram relativamente à prisão do ex-Ministro Lumumba, o Governo local que teve conhecimento que o Sr. Gilmore [*Holden Roberto*], anda a fazer apelos às Repúblicas de Ghana, Guiné, Rússia, etc etc, e aos Lumumbistas locais, mandou fechar todos os escritórios políticos do partido, tais como o de Matadi, Ponta Negra, etc., ficando aberto provisoriamente até 31 de Dezembro o de Léopoldville.

Esta situação desfavorável aos Upistas, tem contribuído imenso para a nossa introdução no meio congolês, porquanto a nossa posição na política interna tem sido neutra.

Durante o meu séjour em Léopoldville, contactei com um dos representantes Upistas que me manifestou o desejo de trabalhar para o M.P.L.A.

Reside o mesmo numa área onde vivem muitos angolanos a 80 quilómetros de Léopoldville.

DAS NECESSIDADES DO M.P.L.A.:

a) Subsídio de Mil Dollars (65 mil francos congolezes), destinados a subsidiar os refugiados e outras necessidades de carácter interno do Movimento.

b) Um copiador no valor de Duzentos Dollars.

c) Três mil cartões e emblemas.

DOS REFUGIADOS:

Encontram-se em Matadi cerca de 35 soldados refugiados de Angola, militantes do MPLA.

É desesperadora a situação destes camaradas por falta de apoio. Muitos deles viram-se obrigados a regressar para Angola sendo seis dos quais entregues às autoridades locais pelos nossos amigos Upistas por manifestarem a sua fidelidade ao MPLA e depois de serem submetidos a castigos corporais foram expulsos do país e entregues às autoridades portuguesas.

Ordenei ao camarada Jordão que enviasse para lá algum dinheiro a fim de remediar esta situação.

Em Léopoldville encontram-se cerca de nove refugiados na sua totalidade ex-estudantes liceais actualmente subsidiados pelo MPLA em algumas das suas necessidades.

Logo após a chegada destes e porque as condições económicas do camarada Jordão não permitiam subsidiá-los integralmente, foram amparados pela UPA que lhes estabeleceu um subsídio semanal de 1.500 francos e o pagamento da renda de casa no valor de 500 frs. mensais.

O camarada Jordão foi de opinião que esta situação se mantivesse embora nós contribuamos com um subsídio de reforço, em virtude das nossas economias serem fracas e porque também não se tem verificado da parte dos subsidiados qualquer prejuízo para o nosso movimento, considerando que estes militantes continuam a ser fiéis e é de acentuar que são os que estão indicados para serem enviados para o exterior depois de obtidos os passaportes, assunto que está sendo tratado em Léopoldville com o Chefe da Sûreté com quem já tive contacto.

DOS SUBSÍDIOS:

Foram estabelecidos os seguintes subsídios:

a) José Bernardo Domingos, 3.300 francos mensais enquanto a sua situação económica permitir.

b) Subsídio aos nove ex-estudantes liceais, conforme as suas necessidades.

1. Ver excertos desta carta na página 445. A primeira carta da Frente à ONU, de 31 de Outubro de 1960, encontra-se na página 443.

c) Subsídio aos refugiados em Matadi e Ponta Negra conforme necessidades.

d) Subsídio único de 4.000 francos, importância que constitui 50% da nossa participação nas despesas funerárias do camarada José Nascimento (irmão do Padre Nascimento), nosso antigo militante falecido por acidente numa das piscinas de Léopoldville. Os restantes 50% das despesas foram subsidiadas pela UPA, que numa atitude mais vaidosa do que patriótica quis monopolizar o acto. Só depois da minha intervenção, dos camaradas Jordão e Freitas, conseguimos convencer o Sr. Rosário Neto,¹ Director Político do Partido, que a nossa contribuição tornava-se indispensável não somente pelo sentimento patriótico, mas também porque o falecido era militante do nosso movimento.

DOS PASSAPORTES:

Os camaradas Jordão, Freitas e Josias, foram de opinião que este assunto fosse tratado em Léopoldville e embora com algum dispêndio de dinheiro estavam certos [que] não encontrariam dificuldades. O Comissário Geral da Sûreté é amigo pessoal deles. Sobre este assunto temos ainda que contar com o precioso apoio dos nossos amigos da Abako, dispostos a darem-nos a mais eficiente colaboração. Para tanto o nosso camarada José Bernardo Domingos, já está reconhecido oficialmente como refugiado político, pelo que lhe foi concedido já um séjour definitivo no Congo e o respectivo passaporte para possíveis deslocações.

DOS CONTACTOS:

Aproveitando a conferência dos Chefes de Estado de expressão francesa em Brazzaville, acompanhado do camarada Freitas, no dia 17 de Dezembro estivemos até lá onde permanecemos algumas horas. Apesar das démarches feitas no sentido de contactar com alguns elementos angolanos, os resultados não foram satisfatórios, vista a maneira dispersa em que vivem os angolanos em Brazzaville, independentemente do espírito tribal. Estivemos em casa dum angolano do Zombo onde havia uma reunião que só tratava de assuntos da independência do Zombo e de Cabinda. Foi o camarada Freitas de opinião que não me identificasse.

DO REPRESENTANTE DA NIGÉRIA:

Testemunhada a nossa gratidão pela posição tomada na ONU pela delegação da Nigéria, no que se refere aos nossos problemas, levámos ao conhecimento do Representante da Nigéria as nossas necessidades quer financeiras, asilo político, passaportes, etc., salientando que a nossa presença na República da Guiné justificava-se por ser o Presidente Sékou Touré o único entre todos os presidentes dos países afro-asiáticos que nos reconheceu o direito de asilo político. Fizemos-lhe uma exposição detalhada dos nossos problemas. Prometeu-nos não só transmitir o nosso pedido ao Governo Central como também

1. *Segundo informações recebidas então de Luanda e de Léopoldville, Rosário Neto teria sido enviado de Luanda com documentos para o MPLA, mas não conhecendo ninguém do MPLA no Congo deixou-se seduzir pela UPA que sem qualquer militante na altura que viesse do País o tornou logo dirigente, ali continuando até à sua morte.*

estava certo que o governo do seu país, compreendendo a hora actual da nossa luta estaria disposto a ajudar-nos. Quanto aos passaportes e o reconhecimento de asilo político está ele certo ser-nos-á acordado imediatamente.¹ Quanto ao auxílio económico, como nessa ocasião encontrava-se em Léopoldville o Representante Permanente da Nigéria na ONU presidindo a delegação de conciliação junto do Governo congolês, foi o Representante da Nigéria de opinião que o entrevistássemos. Dado os múltiplos afazeres do mesmo, apesar de nos ter marcado uma entrevista no dia 22 de Dezembro, não lhe foi possível receber-nos. Na véspera da minha partida informou-me o Rep. da Nigéria em Léopoldville ser seu desejo convidar o camarada Freitas a um jantar na sua residência, a fim de aproveitar a oportunidade de falar ao Rep. Permanente na ONU.

EMBAIXADA DA TUNÍSIA:

Por insistência dos mesmos camaradas fizemos uma visita de cortesia ao Embaixador da Tunísia, a quem manifestámos a nossa gratidão pela posição tomada pela delegação do seu governo na ONU, relativamente ao problema da independência das colónias portuguesas. Focadas as nossas necessidades, disse-nos o Embaixador da Tunísia que o Presidente Bourguiba está disposto a subsidiar todos os Movimentos Nacionalistas quer financeiramente, quer em material de guerra, asilo político, etc. Relativamente ao MPLA, disse-nos o Embaixador não compreender a razão da nossa oposição para com a UPA que há longos anos vem-nos pedindo insistentemente para trabalharmos em colaboração, formando uma Frente Comum. Salientando as qualidades intelectuais e honestas do seu informador, Sr. Gilmore [*Holden Roberto*], informou-nos que o Presidente Bourguiba não nos recusaria auxílio desde que estivéssemos dispostos a colaborar com o Sr. Gilmore.

Uma larga explicação foi dada ao Embaixador e revelada a falsidade do Sr. Gilmore que sempre se opôs a colaborar connosco apregoando aos quatro ventos de que somos comunistas. Não podendo esclarecer totalmente o assunto numa breve entrevista concedida de 15 minutos e tomando em consideração as informações detalhadas que lhe apresentámos, historiando a origem da UPA, designação do nosso antigo partido que depois passou a chamar-se MINA e ultimamente por força de circunstâncias e para melhor compreensão MPLA, pediu o Embaixador que os camaradas Jordão e José Domingos que me acompanhavam, o procurassem novamente no dia 27 de Dezembro, pois gostaria [de] ficar melhor esclarecido a respeito do Sr. Gilmore.

EMBAIXADA AMERICANA:

Por opinião dos camaradas fiz uma visita de cortesia a esta Embaixada, manifestando ao Embaixador o nosso descontentamento, relativamente à atitude que a América vem tomando quer na ONU quer com o nosso movimento. Salientei ser do nosso conhecimento que a América subsidia a UPA, enquanto que o MPLA não recebe deste país qualquer ajuda. O Embaixador tomou nota sobre o assunto e prometeu entrar em contacto connosco brevemente.

1. *Isso nunca aconteceu da parte da Nigéria.*

DO RECONHECIMENTO OFICIAL DO MPLA:

Em virtude da reacção do Governo do Congo concernente à atitude da UPA que pretende sustentar a posição do ex-primeiro ministro e tendo ainda em consideração de que o Governo mandou fechar já alguns escritórios deste partido, funcionando, ao que me parece, o de Léo até 31 de Dezembro, fomos de opinião que o pedido de reconhecimento oficial do nosso movimento, embora apoiado pelos secretários particulares do Presidente Kasavubu, deveria ser formulado depois desta data.

Durante o meu séjour, não pude contactar com os Comissários Gerais dos Negócios Estrangeiros e o da Sûreté, em virtude de nesta altura encontrarem-se ausentes em visita oficial. Fiz, entretanto, uma visita de cortesia ao Conselheiro do Comissário Geral dos Negócios Estrangeiros, Sr. Cordy Colory, em companhia de José Domingos. Focámos-lhe o problema da necessidade que nos assiste na hora presente de nos instalarmos no Congo. Como sempre conhecidos como comunistas, situação que devemos ao Sr. Gilmore, começou por nos falar da nossa oposição para com a UPA. Depois de esclarecida a nossa posição, das démarches feitas junto da UPA no desejo de uma formação de Frente Comum, sempre repudiados pelos Upistas e relatando a recente história da oposição do mesmo partido em relação à ALIAZO e à AREC que manifestaram desejo de uma Frente Comum, explicando como nasceu a UPA, a atitude deste partido em relação aos restantes movimentos nacionalistas, ficou o Sr. Colory suficientemente esclarecido da desonestidade do nosso amigo Gilmore.

Prometeu-nos o Sr. Colory todas as facilidades junto do seu Ministério e será intérprete da nossa mensagem ao Comissário Geral.

O mesmo Sr. Colory é actualmente representante particular da Bélgica em Léopoldville. Manifestamos-lhe o nosso descontentamento ante a atitude do seu país para com os nossos nacionalistas, salientando o recente caso do Dr. Ivo [I. Loio].

CONSIDERAÇÕES GERAIS

1 – Sou da opinião que para melhor firmarmos a nossa posição no Congo devemos escrever uma carta à UPA, manifestando o desejo de uma Frente Comum.

2 – Cópia desta carta deve ser enviada ao Governo do Congo e a todas as Embaixadas.

3 – Publicação da carta em todos os jornais congolezes.

4 – Dado o ambiente favorável para o MPLA, devemos pedir ao Governo do Congo não somente o reconhecimento oficial do nosso movimento, mas também o direito de asilo político.

5 – É de necessidade absoluta que os Drs. Américo Boavida e Eduardo [dos] Santos entrem imediatamente no Congo a fim de nos preparar melhor o ambiente.

6 – O Dr. Eduardo [dos] Santos já tem a sua entrada autorizada.

Dakar, 31 de Dezembro de 1960

ass.) Kassule [Luiz de Azevedo Júnior]

Segundo Apelo do MPLA à Unidade¹

[policopiado]

SEGUNDO APELO À UNIDADE

Depois do «Apelo à Unidade», lançado em Maio de 1960, o MPLA lança, mais uma vez, este premente apelo à unidade de todos os partidos, organizações e personalidades patrióticas de Angola.

Porquê a unidade?

A unidade de todos os partidos, organizações e personalidades patrióticas do país, na luta comum contra o colonialismo e o imperialismo, é a única garantia para que a dominação estrangeira não se substitua a dominação de uma minoria nacional sobre a maioria do povo, e para que a luta popular pela independência seja levada até ao fim, até a independência total, política e económica.

A unidade dos partidos, organizações e personalidades patrióticas de Angola será também a mais sólida barreira contra um neo-colonialismo que se prepara para intervir oportunamente no nosso país.

A experiência da luta contemporânea dos povos colonizados mostra que só foi possível ganhar a batalha pela independência total,

1 – Ali onde a luta anti-colonialista e anti-imperialista foi travada por uma larga Frente nacional;

2 – Ali onde as massas populares mais oprimidas e mais exploradas do país (a quase totalidade da população) estavam organizadas e unidas e tomaram parte na direcção da luta pela independência nacional;

3 – Ali onde a eventualidade de uma resposta eficaz por parte do povo colonizado à agressão armada dos colonialistas estava garantida pela união orgânica do povo através da Frente nacional.

O MPLA está convencido de que o povo angolano só poderá libertar-se completamente do colonialismo português, conquistar uma independência total e liquidar todas as tentativas de neo-colonialismo, se ele conseguir reunir os três factores acima apontados e tirados da lição da história.

O MPLA está convencido de que é absolutamente possível ao povo angolano reunir, dentro de pouco tempo, os três factores citados.

O MPLA saúda vivamente a ALLIANCE DES RESSORTISSANTS DE ZOMBO (ALIAZO) que defende, nos seus Estatutos e no seu Programa Preliminar, as teses da independência total, da unidade africana e da Frente comum angolana, e que sustenta que a «unidade dos povos como das tribos deve tornar-se firme para que a Unidade Africana, sonho de todos nós, seja forte e estável...».

1. Esta insistência na Unidade era função do comportamento anti-unidade da UPA de Holden Roberto, contrária aos próprios apelos à Unidade que por várias vezes nos chegavam de Angola.

O MPLA saúda vivamente o desejo de uma colaboração estreita entre todos os partidos e organizações de Angola, desejo manifestado por dirigentes de organizações angolanas, nomeadamente da UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES ANGOLANOS (UNTA) e da MLEC e por militantes da UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA (UPA).

QUEM SÃO OS ADVERSÁRIOS DA UNIDADE?

A experiência da acção política do povo angolano demonstra que os adversários da unidade têm sido

- a) todos aqueles que alimentam a ilusão ou a ambição de que a independência de Angola possa ser conquistada por um só partido;
- b) todos aqueles que têm medo da marcha do povo unido;
- c) todos aqueles que, dizendo-se neutros, optaram, na verdade, por uma posição ou por uma tendência que os leva à prática da intolerância; ou todos aqueles que, dizendo-se democratas, provocam, na realidade, a divisão do povo, explorando as diferenças ideológicas entre indivíduos de uma mesma pátria.

O MPLA tem evitado e evitará entrar nessa competição insensata e prejudicial aos sagrados interesses do povo angolano.

Tudo quanto une os angolanos deverá ser sempre colocado acima de tudo quanto os separa.

O MPLA denuncia como política de leilão e sem nenhum interesse patriótico a atitude daqueles dirigentes angolanos que procuram aumentar o número de aderentes das suas organizações declarando falsamente que estas são as únicas que têm repercussão no exterior. A repercussão, a aceitação e o prestígio que o MPLA tem no plano internacional são incontestáveis. Mas o MPLA declara abertamente que todas as organizações angolanas, que têm tido possibilidades para agir no plano internacional, têm feito trabalho útil. O MPLA garante a todas as organizações angolanas que, se elas tiverem oportunidade de chegar ao plano internacional, serão bem aceites pelas forças que se solidarizam com a luta do povo de Angola. O MPLA declara-se disposto a facilitar a projecção internacional de todas as organizações patrióticas angolanas que queiram utilizar os seus serviços.

Mas a que pode levar a corrida pela projecção particular de cada organização patriótica de Angola no plano internacional?

Uma projecção dessa espécie só leva à dispersão do apoio da solidariedade internacional ao povo angolano; só torna possível que certas correntes estrangeiras, que se dizem anticolonialistas mas que não estão na realidade interessadas na independência total de Angola, intriguem as organizações angolanas e dificultem a nossa unidade necessária e imperativa.

Aquela espécie de projecção contém ainda o perigo de tornar algumas organizações contentes de si mesmas e cegas perante as suas próprias fraquezas. Esta atitude não pode conduzir à unidade nacional, à colaboração nacional, e é a mãe da arrogância.

COMPATRIOTAS!

A unidade de todas as organizações patrióticas angolanas é, por conseguinte, o único caminho sensato e que pode levar o nosso povo à independência imediata e total.

COMO CONSTRUIR A FRENTE ANGOLANA?

Movido pela única preocupação de fazer avançar o movimento de opinião angolano que deseja a unidade dos partidos e das organizações e personalidades patrióticas de Angola, o MPLA torna públicas as seguintes proposições:

1) A Frente angolana deverá ser uma larga união de todos os partidos políticos, de todas as organizações sindicais e populares, de todas as personalidades patrióticas do país, de todas as organizações religiosas, de todas as etnias, de todas as camadas sociais africanas, de todos os angolanos residentes no estrangeiro, sem discriminação de tendências políticas, de crenças religiosas, de condições de fortuna, de sexo e de idade.

Todos os partidos e organizações membros da Frente terão o direito de manter intacta a sua estrutura.

A Frente não poderá intervir nos assuntos internos dos partidos e das organizações membros.

A Frente deverá possuir Estatutos, Programa e organização.

2) Nenhum motivo de ordem ideológica deverá ser invocado para não admitir na Frente ou excluir dela qualquer organização ou personalidade patriótica de Angola. A Frente deverá perfiar e respeitar o espírito dos Artigos 18º e 19º da «Declaração Universal dos Direitos do Homem», que declaram respectivamente:

- «Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião;...»
- «Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão...»

A intolerância por motivos ideológicos é contrária às tradições africanas. Além disso, todos os angolanos sabem, por dolorosa experiência, que é também por intolerância ideológica que a PIDE vem prendendo, torturando, deportando e matando os nossos compatriotas. Ninguém ignora, por exemplo, que, acusando os patriotas angolanos de seguirem esta ou aquela ideologia, a PIDE acha-se com o dever moral de encarcerar, humilhar e assassinar os nossos irmãos.

O MPLA, certo de estar de acordo com as tradições democráticas e humanistas dos povos africanos e com os princípios da «Declaração Universal dos Direitos do Homem», denuncia vigorosamente essa intolerância como uma grosseira imitação da ditadura fascista portuguesa. É evidente que o povo angolano, que vem sofrendo na carne e no espírito os males do fascismo português, não deseja instaurar em Angola um regime fascista ou fascizante, mas sim uma democracia onde todos os cidadãos angolanos, seja qual for a sua ideologia, crença ou convicção, poderão dar o seu trabalho e o seu saber ao engrandecimento de Angola.

Angola deverá ser a pátria benévola de todos os seus filhos e não apenas de minorias intolerantes que se comportem como donas dos destinos da nossa terra e do nosso povo.

3) O MPLA propõe uma Conferência de todos os partidos e de todas as organizações patrióticas de Angola.

Objectivos da Conferência:

a) Estudo construtivo dos problemas referentes à unidade do povo angolano na sua luta pela independência imediata e total; e

b) Constituição solene de uma Frente angolana de libertação.

Lugar da Conferência: Um país africano independente.

Data da Conferência: Segunda quinzena do mês de Fevereiro de 1961.

Meios materiais para a realização da Conferência: As organizações patrióticas angolanas deverão apresentar propostas e sugestões sobre esse assunto. Um comité preparatório da Conferência estudará todas as propostas e sugestões e decidirá sobre os meios materiais para a realização da Conferência.

Démarches imediatas: O Bureau do MPLA em Conakry (République de Guinée, Boite Postal 800) aceita encarregar-se de pôr imediatamente em marcha todas as propostas e sugestões que os partidos, as organizações e as personalidades de Angola apresentarem desde já. Na base das propostas e sugestões que lhe forem apresentadas, o mesmo Bureau encarrega-se de fazer todas as consultas e de dar todos os passos necessários à constituição urgente do comité preparatório da Conferência.

COMPATRIOTAS!

Unamo-nos!

Coloquemos a necessidade de libertação urgente e total do povo angolano acima de ambições, vaidades ou rivalidades partidárias, que não são mais, afinal, do que o insulto da indiferença ou do egoísmo perante os sofrimentos por que vem passando, dia a dia, o nosso povo.

No presente, a tarefa imediata e sagrada de cada angolano e de todos os partidos e organizações patrióticos é tornar Angola livre e independente. Só na liberdade e na independência poderá o povo angolano escolher o regime político e social em que ele quer viver. É essa escolha só deverá ser feita pelo povo e por meios democráticos.

COMPATRIOTAS!

O MPLA apela a todos os angolanos para que façam tudo para aumentar o movimento de opinião popular que exige, com razão, a unidade combativa de todos os partidos e organizações patrióticos de Angola.

VIVA A LUTA UNIDA DO POVO ANGOLANO!

O COMITÉ DIRECTOR DO
MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

Conakry, 5 de Novembro de 1960

Conferência de Londres

Em Dezembro de 1960, o parlamentar e Presidente do Comité Executivo do Partido Trabalhista inglês, James Callaghan, convidara uma delegação das colónias portuguesas para uma visita de amizade. O então nosso representante em Londres, João Cabral, que também pertencia à Convenção Política de Goa e ao Goan League, apoiado pelos parlamentares Wedgwood Benn e pelo dinâmico Fenner Brockway (que já organizara o V Congresso Panafricano de Manchester) prepararam uma Conferência de Imprensa dos líderes das colónias portuguesas na Câmara dos Comuns para o dia 6 de Dezembro.

As colónias portuguesas estavam na ordem do dia de toda a acção anti-colonialista e a 4ª Comissão das Nações Unidas tinha aprovado em 12 de Novembro uma resolução obrigando Portugal a dar as informações que recusava sobre os territórios ultramarinos.

Os nossos amigos ingleses convenceram-nos a não referirmos as palavras luta armada, que não seriam bem compreendidas pela opinião pública britânica, e por isso o texto da conferência de imprensa, ao denunciar a preparação pelos portugueses da guerra colonial, refere a alternativa da acção directa e o plano organizado de auto-defesa. Este seria o sinal prometido a Manuel Pedro Pacavira para iniciarem as acções armadas.

Conferência na Câmara dos Comuns em Londres¹

CONFERÊNCIA DOS LÍDERES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS
PORTUGUESAS

COMUNICADO À IMPRENSA

Londres, 6 de Dezembro de 1960

A 12 de Novembro, a IVª Comissão das Nações Unidas adoptou uma resolução obrigando Portugal a fornecer imediatamente informações sobre os seus 9 territórios ultramarinos, de acordo com o artigo 73 (e) da Carta. A Assembleia Geral, esperamos, sancionará em breve esta resolução e findará com o mito das «provincias ultramarinas» criado pelo governo português em 1951, com o fim de escapar às suas obrigações para com as Nações Unidas.

Esta resolução constitui uma vitória moral para os povos e as organizações patrióticas das colónias portuguesas, assim como para as forças liberais do mundo que sempre lutaram contra esse mito. Mas esta resolução não satisfaz as principais aspirações dos povos das colónias portuguesas. Ela não reconhece desde já o seu

1. A versão integral que temos está em inglês, e há alguns excertos no «Boletim de Informação» nº 2, de Dezembro de 1960, em português. O que não vem no Boletim foi traduzido por nós, e está entre parênteses rectos.

direito à autodeterminação e à independência. Ela não prevê nenhum dispositivo para evitar futuras brutalidades praticadas pelo governo português nestes territórios. Não obriga Portugal a garantir-lhes o gozo dos direitos fundamentais do homem, de modo a que eles possam criar as suas próprias instituições políticas e sociais que abram caminho a uma independência pacífica.

Desde 1957, a Gestapo portuguesa, a PIDE, vem aumentando a repressão sistemática e brutal contra o povo. Portugal tomou uma série de medidas para aterrorizar o povo de Angola: bases aéreas, exercícios militares com bombas de napalm, movimento constante de tropas com as suas armas, 20.000 soldados espalhados por vários campos de Angola, prisões indiscriminadas e mesmo massacres, assim como o de Icolo e Bengo em Junho passado. Alguns líderes do MPLA estão presos, assim como muitos chefes africanos que se negaram a exprimir a sua lealdade para com Portugal. Centenas de africanos estão nas prisões ou nos campos de concentração do Bié e da Baía dos Tigres. Nem um só africano foi julgado e muitos foram assassinados.

Um clima de terror idêntico existe na Guiné. Depois do massacre de Pijiguiti, em 3 de Agosto de 1959, muitos membros do Partido Africano da Independência da Guiné (PAI) foram presos e encontram-se agora no campo de concentração de Galinhas.

Para Goa, depois do satyagraha popular de 1946, Portugal começou a enviar tropas e polícia política. Entre 1946 e 1957, 13 líderes goeses foram deportados para Angola, Ilhas de Cabo Verde e Portugal, mais de 2000 nacionalistas foram presos, houve mais de 300 sentenças superiores a 28 anos de prisão e 87 presos foram fuzilados ou torturados até à morte... 600 goeses pagaram este preço tremendo por terem tentado alcançar a sua liberdade de um modo pacífico. E isto não se poderá repetir: é uma loucura criminosa iniciar uma luta pacífica sob um regime colonial fascista.

Estes e outros factos foram trazidos à luz das Nações Unidas por vários delegados, nomeadamente por delegados dos países afro-asiáticos. E ainda nenhum comité foi criado para os investigar *in loco*. As organizações nacionalistas e os povos das colónias portuguesas esperam que um tal Comité seja criado imediatamente pelas Nações Unidas esperando que ele detenha os colonialistas portugueses na continuação da sua política de repressão brutal.

[A Unesco e outras agências das Nações Unidas publicaram estatísticas e outros factos que mostram claramente que 99 por cento da população de Angola, Guiné e Moçambique não têm quaisquer direitos políticos. Os partidos políticos, os movimentos juvenis, os sindicatos e outras organizações democráticas são proibidos nas colónias. Portugal rejeita a ideia de os interesses dos habitantes das colónias serem priorizados, como exige o Artigo 73 da Carta. Contudo,] a resolução das Nações Unidas não condena a política colonial portuguesa nem obriga Portugal a conceder imediatamente aos povos das colónias portuguesas direitos democráticos para criarem as suas próprias instituições políticas e sociais que conduziriam a uma independência pacífica.

Tudo o que esta resolução pede são informações sobre os nove territórios ultramarinos portugueses a serem fornecidas pelo governo português. Mesmo que estas informações unilaterais sejam dadas, isso não alterará a actual situação nas colónias.

Nós lamentamos que mesmo esta inofensiva resolução não tenha tido o apoio de certos países. Nós lamentamos igualmente que um certo sector da imprensa mundial não dê ao problema colonial português a atenção que ele merece.

Nestas circunstâncias, poderão os povos das colónias portuguesas ter alguma esperança que as Nações Unidas lhes darão uma assistência efectiva no seu caminho para a independência pacífica? Não parece. Só uma resolução imediata das Nações Unidas declarando que os povos das colónias portuguesas têm direito à autodeterminação, seguida de atitudes imediatas e activas para garantir o exercício desse direito, pode dar algumas esperanças a estes povos esquecidos. De outro modo eles ficarão à mercê do Governo fascista português que lhes oferece a escolha entre a paz dos cemitérios e uma repressão implacável e a guerra.

[Os povos das colónias portuguesas sabem que o colonialismo português significa escravatura, na forma de exploração selvagem. Não podem aceitá-lo por mais tempo, quando em 1960 viram os seus irmãos além fronteira livres de uma tal exploração. Rejeitaram o colonialismo português e o Governo português foi obrigado a recorrer à repressão implacável e à guerra. Até mesmo a fraca resolução das Nações Unidas foi utilizada pelo Governo português a fim de criar uma histeria de guerra em Portugal e nas colónias portuguesas, por meio de manifestações espectaculares e outros métodos fascistas. Depois destas manifestações, o Primeiro Ministro português disse na semana passada que «o espírito (da Nação) deve estar preparado para a nova tarefa [que] exigirá de nós grandes sacrifícios, a mais absoluta dedicação e, se necessário, também o sangue das nossas veias (...)].

É óbvio que Portugal está determinado a sustentar uma guerra contra os povos das colónias portuguesas que desejam viver em paz e liberdade. Nós não temos dúvidas de que o governo português não se deixará dissuadir por quaisquer princípios morais ou humanitários: ele usará de todas as armas imagináveis ao seu alcance.

[No seu discurso de 12 de Abril de 1954, o Primeiro Ministro português não hesitou em invocar a Aliança do Atlântico Norte para defender Goa. Ele disse «A definição da Zona Atlântica constante do artigo 6º tem talvez feito a alguns cair desprevenidamente na suposição de que o Tratado do Atlântico Norte nada tem que ver com territórios situados fora da zona referida, quando a verdade é que o artigo 4º contempla quaisquer ameaças à integridade territorial de um dos Estados membros. A declaração peremptória feita no Parlamento da União (Indiana) de que estes Tratados nada têm que ver com Goa não pode, pois, ser tida por fundamentada.» Até agora nenhuma potência da NATO repudiou publicamente esta interpretação do Tratado. Pelo contrário, a 2 de Dezembro de 1955 o Sr. Dulles e o Sr. Cunha, este último Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, emitiram uma declaração que diz: «Entre outros assuntos foram discutidas questões de defesa dentro do âmbito da NATO. Foi também posta em relevo a interdependência da África e do mundo ocidental».

Poderá ser que a política americana tenha mudado desde então. Se assim for, esperamos que o Governo dos Estados Unidos e outras potências da NATO repudiem publicamente uma tal declaração. Até que isto seja feito e as armas da NATO sejam

retiradas ao controlo do Governo português, o Dr. Salazar não verá qualquer razão para não as utilizar na sua guerra colonial. Afinal ele não criaria um precedente ao utilizar tais armas numa guerra colonial. Nestas circunstâncias, como iremos nós obter a nossa independência?]

Portugal, pela sua recusa obstinada em reconhecer as nossas aspirações nacionais, só nos deixa uma alternativa. Portugal, pela sua repressão brutal e a sua preparação para uma guerra colonial leva-nos a utilizar esta alternativa: a acção directa. Desde há muito tempo que a acção directa tem sido exigida pelos nossos povos. Mas as organizações nacionalistas procuravam uma solução pacífica. Algumas vezes os povos reagiram contra as brutalidades portuguesas e foram massacrados. Os povos insistem agora, com a maior urgência, num plano organizado de auto-defesa.

O MPLA e três outras organizações nacionalistas angolanas, o PAI e duas outras organizações nacionalistas da Guiné e a Convenção Política de Goa, que é o órgão coordenador de várias organizações nacionalistas goesas, estão concertando as suas actividades.

Todas as organizações nacionalistas das oito colónias portuguesas vão em breve realizar uma conferência e criar uma comissão permanente de coordenação.

Esta é a nossa posição actual, que nos é imposta pela obstinação portuguesa.

Pode parecer estranho que uma tal política seja anunciada nesta augusta casa da democracia. Mas a democracia não é um dom dos céus: tem de ser conquistada com sangue, suor e lágrimas. Estamos enfrentando um regime que despreza a democracia e que assassina os nossos compatriotas que acreditam nela. Ficareis vós impassíveis perante uma tal situação?

A alternativa que a nossa presente atitude deixa ao governo português é a de aceitar imediatamente as propostas que já repetidas vezes lhe foram apresentadas e que são:

1 – Reconhecimento solene do direito à autodeterminação dos povos das colónias portuguesas.

2 – Amnistia incondicional para todos os presos políticos.

3 – Restauração de todas as liberdades civis, nomeadamente do direito legal de formar partidos políticos e de estabelecer garantias sólidas para o seu exercício efectivo.

4 – Retirada de todas as forças armadas portuguesas e de todos os agentes portugueses da PIDE das colónias portuguesas.

Neste momento, em que todas as formas de colonialismo estão sendo liquidadas, será possível que o mundo tolere uma cruzada portuguesa para se manter ele próprio como potência colonial?

O conjunto de cartas trocadas entre Savimbi, o MPLA e a UPA que a seguir se publica, ultrapassa cronologicamente o âmbito deste primeiro volume, que, em princípio, termina com os acontecimentos do 4 de Fevereiro, mas achou-se por bem mantê-las juntas, para melhor compreensão dos leitores.

Carta de Jonas Savimbi ao MPLA

[dactilografada]

12/12/60

Prezados irmãos e camaradas

Faço em primeiro lugar uma auto-apresentação, pois creio que poucos ouviram falar de mim.

Jonas Malheiro Savimbi, do Andulo-Bié, ANGOLA. Cheguei em Lisboa em Setembro de 1958 para terminar o 7º ano pois fiz o 6º em Sá da Bandeira. Matriculei-me no Liceu de Passos Manuel, onde em Março de 1959, por ocasião da semana do ultramar, fui pedido pelo Reitor a fazer um discurso sobre «a obra civilizadora de Portugal» tema escolhido pelo Governo. A princípio, pediram-me para fazer um discurso só para os meus colegas por iniciativa do meu professor de Filosofia Dr. Joel Serrão. Mas quando este se apercebeu que na sugestão tinha intervindo a mão escura do Governo, retirou o seu convite e passou para o meu lado apresentando uma recusa baseada na pouca experiência que eu tinha dos assuntos políticos. O Governo escolheu como lugar de apresentação do discurso, a Sociedade de Geografia. Conjurado o perigo com a ajuda sem limites do meu professor de Filosofia, passei a enfrentar sozinho a acção coerciva da polícia internacional (PIDE). Para os camaradas que estão na Guiné, podem ao menos falar com o Eng. Amílcar Cabral que nas horas mais difíceis me deu alento com as suas palavras simples mas sinceras. Passei por momentos difíceis, de dúvida e de desânimo. Perdi dois anos para completar o 7º ano que em circunstâncias normais faria em um ano sem pretensão de ser esperto. Os dois anos passaram com a luta umas vezes mais acentuada outras mais apagada mas o 7º ano não se conseguiu fazer até a data presente. O desfecho do exame oral de Fis. em Setembro deste ano, foi a mais nefasta manifestação de falta de carácter que assisti até hoje. Na prova prática deram-me 5 valores e na prova escrita 19. Fui à oral com 12. Chumbaram-me sem a menor desculpa que justificasse a derrota. Quem quisesse se debruçar sobre o problema diria por fim que tinha sido pouca sorte! Saí de Portugal em circunstâncias difíceis, mas amigos do (P.C. Português) deram-me a maior colaboração possível mas isso não evitou que me obrigassem a assinar uma declaração segundo a qual regressaria a Portugal depois de 90 dias e colaboraria finalmente com a PIDE. Receberam-me o Bilhete de Identidade que afinal não me faz falta alguma cá. O consulado Português em Lausanne tem tentado por todas as vias entrar em contacto comigo. Depois de 2 anos é certíssimo como vão se recusar a renovar-me o passaporte. Fiz um exame complementar de Físico-Químicas e Francês para poder entrar na Faculdade. Como em Lausanne ou Genève não há lugares, vim para cá onde sou obrigado a aprender o Alemão pois as aulas são em Alemão apesar de ser uma vila bi-langue. Farei o exame em Francês o que não diminui de forma alguma o peso do trabalho. Mas estou decidido uma vez por todas a enfrentar os perigos e as dificuldades que isto tudo acarreta e não me falta o optimismo para prosseguir. Tenho uma Bolsa das Missões Evangélicas. Conheceis muito bem a política humilhante dos missionários sejam eles católicos ou protestantes. Mas até ao presente não me faltou nada. A bolsa é restrita e muito mais dada a carestia da vida cá

na Suíça. Contudo enquanto se luta para um determinado fim não importam necessidades ou carências. Os missionários suíços já começaram com a língua de eu ser comunista. Os americanos têm um tal medo do termo comunista que um dia chegado aos seus ouvidos não sei se hesitarão em me cortar a bolsa. Mas isso ainda não aconteceu. Como sabeis, a Suíça é um dos países mais capitalistas deste podre Ocidente. E não permitem aos estrangeiros fazerem política dentro da Suíça. Teoricamente! Desde que se tomem as devidas precauções sem ofender directamente as autoridades locais levamos a cabo a nossa missão sem que se apercebam que militamos no seio suíço. O P.C. suíço apesar de ser muito diminuto tem uma força razoável. Proximamente enviar-vos-ei um boletim de informação anti-colonialista editado pelo M.D.E. (movimento democrático de estudantes).

Se a política para os povos oprimidos é uma necessidade e uma manifestação espontânea, ela não deixa de carecer de uma orientação sabida porque é uma arte. Se aprendemos muito mais com os nossos próprios erros, que com a dialéctica de um catedrático monótono e rotineiro, não deixa de ter importância capital a experiência. Estou confiante que com a vossa colaboração, prontos a indicar-me erros praticados por falta de experiência, poderei ser útil à nossa causa para a qual labutais há já bastantes anos. Venho por meio desta oferecer os meus fracos préstimos na edificação dum ideal e na reconquista do nosso Património que há 500 anos se encontra na mão do Usurpador. Gostaria de estar ao corrente do que se passa em Angola, dos Movimentos Militantes dos filhos da Pátria querida que nunca conheceu a alegria dos seus entes queridos. Se há um Fundo para o qual devemos contribuir cada um segundo as suas possibilidades, terei uma alegria louca de dar a minha quota-parte. Se há Boletins Informativos ou Revistas quer específicos de Angola ou Africanos em geral, estou pronto a pagar assinaturas.

Quando me puderem escrever, em carácter político utilizai este end[ereço]:

Jonas Malheiro Savimbi, Case Postal 395 FRIBURG 1 SUISSE

Se for de carácter puramente amigável:

27 Av. Weck-Reynold FRIBURG SUISSE

A todos desejo sinceramente um Natal Alegre e um Novo-Ano decisivo.

Abraço fraternal deste vosso servo,

ass.) Savimbi

Carta do MPLA a Jonas Savimbi

[dactilografada]

Conakry, 28 de Dezembro de 1960

Caro irmão SAVIMBI,

Acusamos a recepção da tua carta de 12.12.60.

Estamos informados da tua questão com a Pide e confessamos ter na maior consideração as tuas qualidades de carácter.

É evidente que urge que desenvolvias, em relação à luta actual do nosso povo, uma actividade à altura das tuas capacidades e das tuas possibilidades. Aliás reconhecemos bem que foi a tua lúcida consciência patriótica que te levou a escrever-nos afirmando a tua vontade de contribuir para a luta comum.

Para avaliares o Movimento Popular de Libertação de Angola, enviamos-te os documentos juntos. Tu estudá-los-ás certamente.

No caso de concluíres que o M.P.L.A. é digno dos teus ideais e dos teus esforços, nós estaremos absolutamente dispostos a tomar na maior consideração o teu pedido de filiação no nosso Movimento, como membro militante.

Estamos convencidos de que dentro de pouco tempo adquirirás a experiência suficiente para prestares, nos limites das tuas possibilidades, relevantes serviços à libertação (que se dará!) do nosso povo.

Pensamos sinceramente que todos não somos muitos para o grande e nobre combate que deveremos travar.

Certos de que teremos a alegria de te ouvir brevemente, recebe, caro irmão, as nossas saudações fraternais.

(Viriato Cruz)

secretário-geral

Carta do MPLA a Jonas Savimbi

[dactilografada]

Conakry, 11 de Janeiro de 1961

Caro compatriota SAVIMBI,

Julgamos teres já recebido a nossa carta de 28 de Dezembro último.

Estamos convencidos de que o teu pedido de filiação no MPLA é coisa certa. Por isso, permitimo-nos, hoje, ir mais longe nas nossas proposições para o teu engajamento na luta pela libertação nacional.

Estarias disposto a dedicar-te, por algum tempo, unicamente à actividade revolucionária?

Avançamos para ti o seguinte plano provisório: virias imediatamente para esta cidade, com passagens pagas por nós. Estarias nesta cidade cerca de um mês, a fim de te inteirares de alguns conhecimentos indispensáveis à actividade futura. Depois de esse breve séjourn aqui, irias para o Congo trabalhar (por seis meses, em princípio) junto das massas angolanas lá residentes. É claro que o MPLA se encarregaria de te custear as despesas durante esse teu período de militância.

Caro compatriota: como já deves ter notado, a fase unicamente de denúncia, no plano internacional, do colonialismo português já terminou. A resolução do Conselho de Tutela respeitante a Portugal e a declaração da Assembleia da ONU sobre a liquidação do colonialismo foram, no que nos toca, o coroamento da nossa longa luta no plano

internacional. A imensa maioria da opinião pública e a quase totalidade dos Estados membros da ONU não apoiam o colonialismo português, ao menos na sua forma actual. O Portugal colonialista está isolado. Agora, compete-nos a nós desembaraçar-nos do jugo colonial no plano interno, em Angola mesmo. Começou a fase em que se impõe a nossa acção directa sobre todo o aparelho colonial em Angola. Essa acção só poderá ser levada a cabo pela militância total dos melhores filhos do povo angolano.

Aguardando notícias tuas, aceita, caro compatriota, as nossas saudações fraternais.

Carta de Jonas Savimbi à UPA

[dactilografada]

Suíça, 9 de Fevereiro 1960

[mas é de 1961]

Caros amigos e compatriotas da «UPA»

Antes de mais nada peço-vos desculpas pela demora em responder em definitivo à visita que o Sr. Holden [H. Roberto] me fez. Como sabem, não regatearei esforços para a reconstrução de uma nova e autêntica ANGOLA. E para todos os verdadeiros filhos da Pátria o sacrifício não conta. Estou certo que estais fazendo o que podeis para levar além esta luta que nos impacienta e arrasa os nervos mais fortes.

Antes de responder à vossa amável proposta de seguir para Nova-York dirigir o escritório encarregado dos assuntos da UPA, podendo continuar os meus estudos numa Universidade americana, proposta esta que se situa no âmbito político da evolução dos acontecimentos em Angola, reflecti não quanto às possibilidades dos estudos pois estes serão interrompidos quando os altos deveres da Pátria se levantarem, mas no alcance político do meu esforço. Por natureza gosto de me dedicar ou afanosamente ou não. Nunca aceitei encetar carreiras sem convicção pessoal. Como o Sr. Holden se deve recordar mostrei-me bastante chocado ao saber que existem diferendos, entre a UPA e o MPLA. Continuo a protestar contra este princípio. Seja qual for a origem das dissidências, ela é inferior quanto ao objectivo a atingir. Seja qual for a diferença de meios a empregar, ela é nada em relação à Pátria a salvar. Se as divergências existentes têm por base a ideologia de cada um dos membros (não falo de ideologia de Partidos porque estes têm princípios para atingir fins) lamento verificar logo de princípio que as bases de democracia são violadas. Acrescento ainda, que seja qual for a ideologia que rege cada um dos Partidos ela não é africana. Foi importada das culturas de que somos detentores e somos obrigados a adaptá-la à nossa cultura e civilização se quisermos realmente contribuir com algo de sólido para a nossa terra. Não haja ilusões: o governo de Portugal não dará a independência a nenhum dos partidos seja qual for a sua moderação. A independência será conquistada. Para tal o concurso de todas as forças e todas as capacidades será imperioso. Só uma união de todos os angolanos sem distinção de credos ou ideologias políticas tornará possível esta realidade

que diminui dia a dia o nosso sofrimento porque tendemos para a vitória. As divergências entre esposos não devem nunca sair fora do lar. Estou pronto a dar o meu concurso a qualquer movimento para a conquista da Pátria sob a base da UNIÃO. Em secessões, prefiro continuar na sombra pois não quero assumir a responsabilidade de um caos ou derrota. Espero que tereis em consideração as minhas palavras ditas com todo o fervor de patriota. Escrevo para Conakry em termos idênticos e se possível for encontrar uma solução mesmo temporária todos angolanos estarão em redor dessa União.

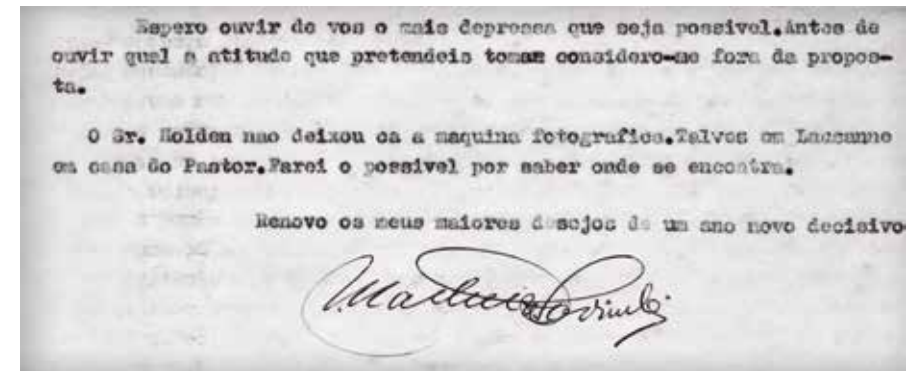
Em princípio sugiro que se tenha em vista um encontro entre os representantes dos dois grandes Movimentos da nossa querida Pátria. Discutir-se-á o alcance e o valor que essa União pode trazer à nossa causa comum. Um esforço coordenado tem maiores possibilidades de triunfar que um partido único por mais forte que ele seja. Não é tempo de chamar para cada um de nós a exclusividade de representar o povo de Angola. Representamos todos essa Angola escravizada e cansada de tanto sofrer. Não devemos rejeitar o auxílio de seja quem for para atingirmos o fim, contudo devemos examinar em comum o emprego desse auxílio e o compromisso a assumir. Seja sob que pretexto for, não está compreendido nas possibilidades humanas um auxílio desinteressado porque ele não existe. Como angolano e homem assumo a responsabilidade desta frase. Por isso todo o auxílio actual impõe compromissos no futuro. Porquê desprezar um e aceitar outro se for risco corre-se na mesma? O partidarismo deve ter fim para dar lugar a uma luta comum. Na Juventude africana uma política de separatismo não tem mais adeptos e se ela consegue adeptos é duma maneira passageira porque quando a verdade soar todo o homem com faculdades normais tenderá para ela.

Espero ouvir de vós o mais depressa que seja possível. Antes de ouvir qual a atitude que pretendeis tomar considero-me fora da proposta.

O Sr. Holden não deixou cá a máquina fotográfica. Talvez em Lausanne em casa do Pastor. Farei o possível por saber onde se encontra.

Renovo os meus maiores desejos de um ano novo decisivo

ass.) Malheiro Savimbi



Carta de Jonas Savimbi ao MPLA*[dactilografada]*

10/2/61

[Acrescentado à mão por Viriato: Respondido em 22.2.61]

Chers compatriotes

Recebi a vossa carta que tenho em maior consideração. Como vos informei na minha carta de Janeiro *[Comentário de V. Cruz, à margem: não recebida]*, estive cá o Robert Holden da UPA para me convencer a partir para Nova-York e dirigir o escritório de informação que a UPA tenciona abrir lá. Junto-vos a cópia da carta que mandei em resposta. Se algo não estiver de acordo com os altos princípios que regem o nosso MPLA estarei sempre pronto a reconsiderar. Quem meteu na cabeça dos dirigentes da UPA que eu poderia lhes prestar relevantes serviços foi um missionário que também veio cá sondar as minhas intenções. Disse aos dois que reflectiria e responderia por escrito pois exigiram-me tomar compromisso. Mesmo com a PIDE à porta não me comprometo fora do meu raciocínio calmo e equilibrado. O que lhes engana é que não acreditam que deixei há muito tempo de pertencer às comunidades cristãs que nos oferecem salvadores mortos enquanto o povo é massacrado. Não tem cabimento no meu peito a ideia hipócrita de salvar a alma (e nunca acreditei que ela se perdia) enquanto o corpo sofre. Temos por todos os meios [de] chamar os dirigentes da UPA à colaboração mesmo que nesse acordo tenhamos em princípio que ceder pontos. O nosso Partido, é o mais forte e não teremos dificuldade alguma em eliminá-los um a um. Se tiverem um plano em vista de nos encontrarmos com os dirigentes da UPA seria ideal. Apareceu cá um artigo que respondi imediatamente que acusava o MPLA como sendo uma organização comun[ista]. Sabeis que todo o Ocidente complota atrás do «rideau» se ouvirem este nome. Perdem a razão apesar de saberem o valor dessa ideologia e os passos gigantes que têm dado ultimamente. Desconfio que o artigo tenha vindo de Léopoldville. O jornalista que o publicou recusa-se a revelar-me o autor do artigo.

Podemos levar além o trabalho que já comecei cá de informar a massa suíça. Eles ignoram tudo que se passa em Angola e a maioria nem sabe onde se situa ANGOLA. Tive várias conferências e tenho escrito para vários jornais mas temos necessidade de um trabalho mais coordenado e incisivo. Em todas as entrevistas que tive pediram-me um documento que me identificasse como falando em nome do MPLA. Vejam se podem dar solução a este assunto que é urgente. Já escrevi para o Luís *[L. de Almeida]* para lhe pedir algo. Se o governo me expulsar por ter praticado política, será uma expulsão honrosa e não conto que isso aconteça. Tenho de estar mais fornecido em dados para montar aqui mesmo uma representação do MPLA. Há gente que no intuito de fazer face ao comun.[ismo] se esforça por me fazer propostas de ajuda à nossa causa. Os ocidentais têm de ser comidos pela mesma panela que nos comeram a nós: Cinismo. Não haverá inconveniente nenhum da minha parte de levar mais longe esta propaganda. Aguardo notícias. Presto homenagem aos heróis que acabam de cair no campo da batalha. Vosso todo ele,

ass.) Savimbi

Carta do MPLA a Jonas Savimbi*[dactilografada, incompleta]*

B.P. 800 – Conakry – Guiné

22/2/961¹

Ref. 203/18/61

Caro compatriota SAVIMBI,

Recebemos e agradecemos a tua carta de 10 do corrente, bem assim como a cópia da que endereçaste à UPA.

1 – Não recebemos a tua carta de Janeiro em que nos informavas da presença do Holden *[H. Roberto]* na Suíça.

2 – Retivemos a tua sugestão de colaboração com a UPA.

O MPLA nunca praticou uma política de isolamento. Mais: O MPLA é a única organização política angolana que já fez apelos escritos à unidade de todas as organizações patrióticas angolanas.

Aquando da Conferência de Túnis (Janeiro de 1960) membros da nossa organização procuraram o Sr. Holden e propuseram-lhe colaboração. Mas o Sr. Holden, que apareceu em Túnis com amigos americanos e que se importava mais com distribuir a revista da «American Committee on Africa», do que com a unidade angolana, nunca manifestou um desejo sincero de colaboração. Pelo contrário: O Sr. Holden, não se sentindo mais sozinho na arena política, começou a desenvolver contra nós uma campanha de calúnias, acusando o MPLA, ora de uma organização comunista, ora de um instrumento do colonialismo português.

Aliás, a colaboração (mais ainda: o Front) é uma exigência de princípio da política do MPLA. No nosso programa maior declaramos: «Luta em comum com todas as forças patrióticas angolanas, um amplo movimento de massas populares, a fim de que o povo angolano conquiste o poder...». No nosso programa mínimo tornamos a declarar: «Criação urgente de uma sólida Frente angolana de libertação, que agrupe numa larga união, todos os partidos políticos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas, todas as nacionalidades ou etnias de Angola, todas as classes sociais africanas, todos os angolanos residentes no estrangeiro, sem distinção de tendências políticas, de condições de fortuna, de sexo, de idade...».

Poder-se-á falar mais claro quanto à política de unidade do MPLA? Poder-se-á exigir um Programa mais aberto à união?

3 – O MPLA não é uma organização comunista. A doutrina do MPLA não é o marxismo. A doutrina do MPLA é sempre o produto da discussão colectiva e do acordo colectivo dos organismos dirigentes e dos membros do MPLA em face dos problemas concretos de Angola.

1. Ou 23 de Fevereiro. Ver apontamentos de Viriato da Cruz na carta anterior e na seguinte.

O MPLA não é igualmente uma organização que pratica, no seu seio, a intolerância ideológica. Exceptuando os que defendam o colonialismo e o fascismo, todos os angolanos de todas as outras tendências políticas, filosóficas ou religiosas podem ser membros do MPLA. Há no seio do MPLA, católicos, protestantes, fetichistas, indivíduos sem opção religiosa, democratas, democratas-cristãos, socialistas, simpatizantes das várias experiências políticas e sociais feitas neste ou naquele país, comunistas, etc.

De acordo com os princípios do nosso tempo e com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, nós consideramos direitos sagrados de cada pessoa: pensar livremente, ter opinião, ter ideias e convicções próprias. Nós pensamos que o reconhecimento a cada pessoa desses direitos não significa que cada pessoa angolana vá, amanhã, impor ao conjunto da população angolana as ideias que cada um defende. No respeitante às decisões supremas sobre os destinos de um povo, nós somos:

- pela discussão livre e pacífica, de todos os cidadãos, sobre os problemas nacionais;
- pelo pronunciamento de cada cidadão, sobre os problemas essenciais do país, através do sufrágio universal, igual, directo e secreto;
- pela submissão da minoria à maioria nacional.

Estamos convencidos que isto é democracia praticável e justa. Só assim se poderá preservar a união do povo angolano, só assim poderá reinar a paz entre todas as pessoas angolanas.

A não ser que um Congresso do MPLA venha a decidir o contrário, nós estamos firmemente dispostos a seguir essa linha política, sem medo de qualquer potência estrangeira e sem abdições que ofendam a nossa dignidade de combatentes pela independência do povo angolano.

Nós estamos convencidos de que aqueles que, hoje, numa Angola ainda escravizada, não têm a coragem de lutar pela união do nosso povo na base do patriotismo e da tolerância ideológica; aqueles que, com medo da América ou das Missões, já praticam a intolerância e uma política de guerra fria entre angolanos; esses, amanhã, numa Angola liberta, semearão o terror inquisitorial em Angola e comportar-se-ão como donos do nosso povo e do nosso país.

Mas não sejamos ingénuos. A África está cheia de lições. Atrás dessa atitude intolerante (que leva até a uma triste e bárbara guerra fratricida) costumam estar sempre os imperialistas. Vê o caso do Congo. Quem está atrás da tragédia congolosa? Quem é que explora, por ano, 70 quilos de rádio puro e vende o grama de rádio por 120 mil dollars? Quem é que tem interesse em manter posições no Congo? Quem explora os diamantes, o petróleo, o manganês, o ferro... de Angola? Quem é que terá interesse, amanhã, em manter as suas posições económicas em Angola? Quem são os países que terão interesse, amanhã, em investir em Angola? Como poderão, amanhã, esses interesses não-angolanos manter as suas posições económicas, a não ser por meio de Tchombés intolerantes e ambiciosos?

4 – Tens razão quando dizes que não há ajudas desinteressadas. Toda a ajuda é dada a uma determinada força em luta. Toda a ajuda inscreve-se, pois, numa luta determinada,

associa-se intimamente a essa luta bem determinada. Por conseguinte, o que toda pessoa honesta e inteligente deve fazer é procurar responder a esta pergunta premente: Das forças que oferecem ajuda no plano internacional, quais são aquelas que estão dispostas a ajudar, consequentemente, a realização das aspirações das grandes massas populares do nosso país? Serão os banqueiros de Wall Street e da City? Serão, por exemplo, os camponeses chineses?

Não se faz política só com desejos ou sonhos, nem com ânimos abatidos. A política só pode ser concretamente realizada com os factos e os homens reais que existem sobre a Terra. Nós não perfilhamos esse pessimismo dos que afirmam que o homem é um inimigo imutável de outro homem. O progresso humano, desenvolvendo-se embora aos zig-zags, desmente essa visão pessimista e nihilista da humanidade. É possível melhorar, progressivamente, a vida e as relações humanas. Se não acreditássemos nessa possibilidade, não estaríamos, hoje, a lutar por uma Angola onde o homem possa vir a ter mais pão, liberdade, cultura e viver pacífico e decente.

Sendo assim, é nosso dever responder à pergunta: Sobre o plano internacional, quais são as forças que estão realmente interessadas na libertação das grandes massas oprimidas e exploradas de todos os países?

5 – O MPLA não teve nem tem a pretensão de ser o único partido angolano, nem rejeita a colaboração com todas as forças que lutam pela liberdade. O MPLA colabora com o Partido Africano da Independência da Guiné dita portuguesa, com a Alliance des Ressorissants de Zombo (partido angolano em Léo[poldville]), com a Associação des Ressorissants de l'Enclave de Cabinda, com a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos, com a Goan League, com a Goan Political Convention, com a Mozambique African National Union.

Neste momento, o MPLA é um dos partidos que está a gastar energias e dinheiro para realizar uma conferência dos partidos nacionalistas de todas as colónias portuguesas de África e da Ásia.

Podemos fazer ainda mais? Sim, podê-lo-emos, no futuro. Mas o que temos feito é o que se tem podido fazer com nossos fracos meios materiais, e com um número reduzido de angolanos que se vêm consentindo sacrifícios. É só com a acção humana concreta que se pode fazer avançar uma causa. Os votos e expressões verbais de simpatia são uma inegável ajuda moral, mas não fazem, directamente, andar uma causa.

6 – Eis, caro compatriota, a nossa posição. Mas Angola é pátria de milhões de pessoas. Nós só nos exultaríamos se esses milhões de pessoas tomassem em suas mãos os destinos da sua pátria comum. Que cada um se pronuncie sobre os problemas do país e que cada um lute na unidade!

7 – Mandámos-te o nosso programa, mas ainda não nos deste a tua opinião sobre ele. O que pensas francamente dele?

[Deve faltar pelo menos uma folha]

Carta do MPLA a Jonas Savimbi*[dactilografada]*

Conakry, 2 de março de 1961

Ref. 222/11/61

Caro Compatriota Savimbi,

Saúde!

1 – Confirmamos a nossa carta ref. 203/18/61, de 23 de Fevereiro findo, a qual acompanhava o teu cartão de membro. Agradecemos que, oportunamente, acuses recepção do cartão.

2 – A título informativo e muito particular, junto te remetemos um exemplar do convite prévio para a Conferência de partidos nacionalistas das colónias afro-asiáticas de Portugal. Remetemos-te esse exemplar só para veres que o MPLA faz, efectivamente, dia a dia, uma política para a unidade de todas as forças que lutam contra o colonialismo português. O MPLA já enviou esse convite a 5 organizações angolanas, incluindo a UPA.

3 – Em contrapartida, recebemos, há dias, de Léo, carta de um militante do MPLA, na qual vem a seguinte passagem: «Convidei o Gilmore [Holden Roberto] a vir a minha casa para estudarmos uma forma de trabalho em comum. Respondeu ao meu convite mas... foi sempre o mesmo. Conclusão: Gilmore diz que não pode trabalhar com ninguém (nem com os que se encontram em Léo ou fora de Léo) por serem todos uma banda de mentirosos e ambiciosos. Até hoje ainda não encontrou ninguém com quem ele pode trabalhar. Gilmore é um segundo Diógenes.»

4 – Porque o MPLA luta para que o povo angolano inteiro, seja o soberano dos destinos de Angola; porque o MPLA acredita que só a unidade de um povo (sobretudo de um povo sem ainda grande poder como é o angolano) pode impedir que a soberania do país passe, realmente ou virtualmente, para as mãos de monopólios, trusts e interesses estrangeiros, – eis porque não nos fatigaremos de combater pela unidade política do povo angolano em luta contra a dominação colonial.

Nós pensamos que só ousam falar de “luta pela independência” e ao mesmo tempo, desprezar a união combativa do povo aqueles que pensam conquistar a independência de Angola não com o povo angolano unido, mas com ajudas exteriores. A consentir-se esse jogo, teríamos, amanhã, em Angola, uma associação de angolanos e estrangeiros exploradores a dominar o povo e a pilhar as riquezas do país. Há, portanto, razão para desconfiarmos daqueles partidos que se isolam. Mas, no caso da UPA, não deve ser já segredo para um angolano suficientemente informado que ela recebe auxílios da América. Qual América? Não a América do povo trabalhador e desejoso da liberdade e do progresso de todos os povos; mas a América pilhadora de riquezas de outros povos, inimiga da liberdade e do progresso de outros povos, a América que exporta algemas para o espírito sob a forma de Missões, a América que se alia sempre ao que há de mais reaccionário e mesquinho em cada país.

Será com essa aliança que o povo angolano deverá conquistar a sua independência? Angolanos sede vigilantes! – eis o que o MPLA não se cansa de recomendar a todos os patriotas de Angola.

Saudações cordiais

Carta de Jonas Savimbi ao MPLA*[dactilografada]*

Suíça, 3/3/61

[Acrescentado à mão por Viriato: Rec 7.3.61]

Caros compatriotas

Acuso a recepção da vossa carta de Fevereiro que agradeço e passo a responder:

Na carta que enviei à UPA cuja cópia vos fiz parvenir, não tive a menor intenção de criticar seja quem for. Em segundo lugar, a carta se dirige especificamente aos dirigentes da UPA com os quais tive discussão acalorada quando da visita do Sr. Holden aqui. O meu objectivo é simples: Creio que está explicitamente contido na cópia que vos mandei. Como a UPA me propôs a ida para os EUA para dirigir um escritório de informação da situação em Angola no quadro da UPA, podendo continuar os meus estudos numa Universidade de Nova-York, achei necessário aproveitar a ocasião para indagar sobre rumores que me chegaram quando em Portugal, de divergências existentes entre a UPA e o MPLA. Efectivamente a conversa tomou rumo desejado e confirmei o sentimento anti-MPLA que se enraíza cada vez mais nos espíritos dos dirigentes dessa organização. Antes da vinda do Sr. Holden, a UPA enviou-me um missionário americano que conheci muito bem em Angola para fazer pressão sobre mim para no caso da UPA me fazer uma proposta aceitar sem demora. Como deveis saber, os missionários utilizam o mesmo cinismo dos «trusts» americanos. Ele não foi explícito, mas depois da vinda do Sr. Holden compreendi muito bem quais eram as intenções que animavam o «bom» do missionário. A vossa carta numa certa medida reflecte uma resposta às «acusações indirectas» que creio pensais que eu teria formulado contra o MPLA. Sinceramente este facto se não for a minha observação que me traiu choca o meu espírito. Conheceis-me muito pouco. As cartas não podem de maneira nenhuma dar a conhecer o fundo dum ser humano embora através delas possamos fazer ideia do pensamento de quem escreve. A MINHA CARTA DIRIGE-SE EXCLUSIVAMENTE À UPA. E não creio ter formulado qualquer acusação mesmo contra a UPA. Não tenho, nunca tive a menor pretensão de aconselhar seja quem for. As minhas sugestões foram e serão sempre postas numa maneira vaga. Quando assim for não significa falta de convicção, mas

certeza da maturidade de quem as recebe. E creio que se eu tivesse precisado a minha posição quanto à UPA eles teriam toda a razão em pensar que eu pretendo anexar a UPA como filial do MPLA. Certamente o que vai no meu espírito é isso mesmo. Não pode haver alguma dúvida que a UPA dará na maior escala possível os Kalondjis, Tchombés e mesmo Kasavubus de Angola. Homens sem personalidade, homens ambiciosos, homens sem critério. O tempo trabalha a nosso favor e temos que tomar medidas para que sem dar a conhecer as nossas verdadeiras intenções, termos quase na mão os dirigentes da UPA. Amanhã dar-se-lhes-á o destino devido. Se não posso, por desconhecimento intrínseco do problema do Congo, criticar o grande africano que foi LUMUMBA cujo espírito e convicção deixam para a África uma dádiva infinita, permito-me dizer que ele contemporizou com os seus maiores adversários. Não creio que a política de confiança deve ser praticada antes de se ter a certeza da ocupação dos pontos estratégicos e vitais da política interna por homens convictos. Nunca pus em dúvida as boas intenções do MPLA de procurar um entendimento com as demais organizações. Só uma organização sem programa determinado pretende chamar para si uma missão que requer a força conjunta. A UPA fez uma propaganda suja aqui na Suíça por intermédio de um jornal mais reaccionário e o resultado é que estou empenhado em demonstrar a falta de fundamento de tais afirmações. A primeira pessoa a ser colocada como comunista fui eu. O sr. Holden chegou em minha casa na minha ausência pois concentro as minhas actividades em Lausanne onde há maior liberdade de acção pois Fribourg é a vila mais católica que conheci.

Chegou no meu quarto e viu fotografias de Njomo Kenyatta para quem tenho uma devoção cega, um cartão editado em Bruxelas pelo MPLA em que se vê três pretos que preparam as suas armas para o «abaixo o colonialismo português». Ele mostrou o seu cartão de membro da Igreja e toda a família fanaticamente cristã, acreditou nele quando ele disse que eu era comunista. A notícia espalhou-se como fogo favorecido pelo vento. As consequências serão incalculáveis pois a Universidade cá é anti-comunista



como poucas cá na Suíça. E do outro lado a Suíça, país capitalista por excelência tem mais medo do comunismo que a própria América. Se vissem os convites que recebo para visitar Caux onde está situado o movimento do rearmamento moral, se vissem convites para jantar com sua Exa. conselheiro do Estado, etc, etc. Eu pessoalmente não tenho medo de nomes, sejam eles comunista, animista ou ateu. O que é verdade é que para mim o cristianismo não é mais que o companheiro fiel do colonialismo. Se luto contra o segundo pronto a dar a minha vida para essa luta, não posso desculpar o primeiro. Tenho uma bolsa de estudos de missionários americanos. Em Portugal tive sempre atritos quanta à minha fé cristã. E quando foi [da] minha saída toda cheia de mistério, os missionários foram unânimes em não me deixar partir mas na hora H nada souberam e alguns paternalistas que compreenderam a força que me anima em cortar pela raiz o mito religioso que complotou com o colonialismo seja através de concordatas com a Santa Sé, seja em tratados de paz com a América ou mais precisamente através da NATO, quiseram-me manter dentro da esfera missionária. Sei que não é fácil arranjar uma bolsa e por isso tenho suportado esse auxílio humilhante e insuficiente para se viver cá na Suíça. Mas precisei a minha posição quanto à religião e afirmei-lhes que podiam me retirar a bolsa se por não professar a fé dum cristo que falhou no plano de filantropia consideraram-me fora das suas normas. A verdade é que a reacção imediata foi de me propor através de organizações duvidosas a minha partida para a América para me reeducarem «sur place». No plano económico nada pode nos negar a eficácia do marxismo. E a liberdade de um povo depende só e só da liberdade económica. Não compreendo porquê que me expuseram com sublinhado, o MPLA não ser comunista. Sei que não é, sei que há membros de todas as tendências, sei que há uma base de democracia. É por isso que trabalho para ele porque sei que assim estarei ao lado das figuras eminentes do país e servirei realmente o nosso povo. O sr. Holden quando veio cá, chegou no BUFFET da gare e sem conhecer as pessoas estabeleceu uma conversa política estúpida. Publiquei certos artigos nos boletins de informação: resultado, ou escreveram que o MPLA é das esquerdas ou não precisaram as minhas palavras quanta às organizações políticas existentes em Angola. Pensaram em ser mais ou menos de acordo com os artigos já publicados. É duro trabalhar com jornalistas. São na sua maioria mentirosos. Atribuem-nos por vezes declarações que nunca na nossa vida nos passou pela cabeça. O último artigo que escrevi e que vos mando o original, deve ser publicado este mês e espero que será reproduzido com exactidão. Há outro artigo sobre a CEI que está inserido numa brochura do MDE (mouvement démocratique des étudiants) enviá-lo-ei quando o receber de Lausanne.

Na minha luta por uma Angola livre, tenho multiplicado contactos e como resultado obtive uma bolsa de estudos para um angolano numa Universidade da Suíça. Pensei em fazer sair indivíduos de Angola mas é difícil. Há rapazes que contactam comigo por vias já conhecidas nas nossas condições. Eles estão animados a partir. Mas sabeis muito bem qual a diferença que vai entre o VOULOIR ET POUVOIR. Apresento-vos esta bolsa e se houver um estudante capaz de a preencher está à sua disposição a partir de 20 de Abril altura em que reabrem as Universidades. Há também no mesmo quadro 5 bolsas para os colégios suíços para indivíduos que ainda não têm o Bac. Este mês terei mais contactos pois

há os que se interessam mesmo em nos dar certas dádivas para o Movimento. Espero que estudareis estas propostas e dir-me-ão alguma coisa. Estou interessado em ir à Alemanha para falar com o Luís de Almeida. Ele ainda não me deu resposta e não sei se está ausente.

Quanto ao meu caso pessoal, recebo cada mês 300 francos suíços para pagar 260 de pensão, roupa tratada e quarto. Fico com os miseráveis 40 francos que é escusado dizer que não me chegam. Podia pedir uma bolsa para mim cá. Mas como sabem isto seria menos sério se começasse por pedir uma bolsa pessoal. Não tenciono fazê-lo. E mesmo não é indicado proceder dessa maneira. Envio-vos um pedido urgente: não vos peço uma bolsa por enquanto até que em definitivo os missionários rompam comigo. Só queria ter uma ajuda mensal que me permita viajar todos os fins de semana para fazer a minha propaganda que tem tido certo acolhimento e para estar à altura de me desempenhar da minha função. Espero a vossa resposta.

Quanto ao programa que enviaram do MPLA escusado será dizer que estou plenamente de acordo. Não mais falei nisso porque achei desnecessário.

Pelo MPLA e pela UNIÃO de ANGOLA! Agradeço o cartão que me fazia uma falta doida.

Abraços do sempre ao dispor,
ass) Malheiro Savimbi

[A acrescentado a mão: P.S. Mando-vos mais uma foto que pode ser necessária.]



Carta de Holden Roberto a Jonas Savimbi [dactilografada]¹

[Em papel timbrado com os seguintes dizeres: UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA – B.P. 1320 – LÉOPOLDVILLE]

New York, 24 de Abril de 1961

Caro irmão,

Depois de ter falado consigo recebi uma comunicação de Chipenda [José Belo Ch.]. Dei-lhe conhecimento do seu recado, ele prometeu-me passar cá na terça-feira e talvez vamos lhe telefonar junto com ele.

Envio-lhe algumas folhas do papel quimbrado da Organização e alguns “Insignes”. Informe os amigos em Léopoldville que o nosso querido compatriota SAVIMBI passa a

1. Transcreveu-se o texto tal qual o original.

ser a partir de hoje o nosso representante oficial na Europa, de forma que já podes tomar as suas responsabilidades, quer dizer falar em nome do partido e tudo. Logo que chego a Léopoldville, vamos já tratar de lhe enviar ajuda. Se pudes arranjar algumas bolsas dos estudos para alunos fazia favor de nos comunicar assim agente faça o necessário para que o alunos seguem imediatamente. Tais alunos podem também colaborar consigo para o escritório de Lausanne ou Genebra.

Envio-lhe também alguns cartões de membro.
Coragem e que o nosso Senhor lhe abençoe.
Seu irmão e amigo certo
ass.) Holden Roberto

P.S. O cartão custa 100 Frs. Congoles.–

[A acrescentado à mão: Sigo já para Léopoldville via Túnis e Accra]

Carta do MPLA a Jonas Savimbi [dactilografada]

Ref. 257/11/61

Conakry, 27 de Abril de 1961

Caro SAVIMBI,

Recebemos, no dia 24, um telegrama teu no seguinte teor: «Pronto trabalhar Gilmor [Holden Roberto] sabeis causa decisão encontro evitar boatos tomar linha acção bilhete visto para Guiné antes 10/5».

Aproveitamos o facto de um de nós passar pela Suíça para deixar no correio esta carta. Assim, poderás enviar-nos uma carta, antes do dia 6 de Maio, na qual nos explicarás, por favor, o plano da tua viagem até Guiné. Devemos dizer que estamos de acordo, em princípio, que venhas até cá. Mas gostaríamos de saber o teu plano.

Aguardando a tua carta, recebe, estimado compatriota, as nossas saudações cordiais.

ass.) Viriato

O caso do «Santa Maria»

Em 21 de Janeiro de 1961, o paquete português «Santa Maria» saiu de Curaçao nas Antilhas com destino a Port Everglades na Florida.

No dia 22 de Janeiro, vinte e quatro rebeldes portugueses e espanhóis, sob o comando

de Henrique Galvão, apoderaram-se do paquete.

Uma fragata inglesa, dois destroyers americanos e oito aviões seguiam o paquete e, a 24, Galvão informa que se tratava de um acto revolucionário contra o regime de Salazar e que o destino seria Angola, mas a 28 de Janeiro muda de rumo e aproxima-se das águas brasileiras, perto do Recife. O presidente brasileiro Jânio Quadros mostrou-se favorável em conceder asilo político a Galvão e seus seguidores, pelo que em 3 de Fevereiro Galvão se rende.

Este facto tinha provocado a convergência para Luanda de muitos jornalistas, o que terá influenciado na escolha da data para a conclusão do plano de passagem à acção armada. Grupos de patriotas, entre os quais o Cônego Manuel das Neves, terão decidido assaltar as cadeias militares e civis de Luanda para libertar os presos políticos.

A direcção do MPLA em Conakry, ao ter conhecimento dos acontecimentos do 4 de Fevereiro, relaciona-os com a reacção à Conferência de Imprensa de 6 de Dezembro em Londres, em que se fala da acção directa, como sinal prometido a Manuel Pedro Pacavira, e publica um comunicado a 5 de Fevereiro.

Comunicado do MPLA

[policopiado – original em francês]

O CASO DO «SANTA MARIA»

Comunicado

A 27 de Janeiro do corrente ano, o Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (M.P.L.A.) deu uma conferência de imprensa em Conakry durante a qual leu a seguinte declaração:

«Seguimos com vivo interesse o desenrolar da operação Santa Maria conduzida pelo capitão Henrique Galvão.

«É preciso afirmar sem equívoco que não se trata de modo algum de um acto de pirataria, como o governo de Salazar o desejaria fazer crer à opinião internacional.

«Trata-se efectivamente dum primeiro passo, prelúdio de uma série de acções levadas a cabo contra a ditadura que, desde há mais de trinta anos, reina em Portugal.

«Pensamos com efeito que a operação Santa Maria se integra no quadro de um plano insurreccional concebido pelo capitão Galvão e pelo General Delgado.

«Só podemos desejar pleno sucesso a todas as medidas dos democratas portugueses que têm como objectivo derrubar o regime de ditadura fascista – o nosso inimigo comum.

«Mas quanto a um eventual desembarque em Angola do paquete Santa Maria, aguardamos que tal aconteça e que o capitão Galvão defina a sua posição face ao movimento de libertação de Angola e ao direito à autodeterminação dos povos colonizados por Portugal, para que possamos então assumir as nossas próprias responsabilidades.»

Assistiram a esta conferência nomeadamente o Director da Radio-Guinée, os

correspondentes da A.F.P., da U.P.I., da Agência Tass, o encarregado de imprensa da presidência da República do Mali, etc...

Tendo certos órgãos feito referência a informações, fantasistas umas e tendenciosas outras, segundo as quais o M.P.L.A. teria dirigido mensagens ao Santa Maria e aconselhado o capitão Galvão a dirigir-se para Conakry, fazemos questão de precisar o seguinte:

1º – O desenvolvimento da luta travada pelo M.P.L.A. para a liquidação do colonialismo português é independente do plano das operações insurreccionais do general Delgado e do capitão Galvão tendentes ao derrube da ditadura de Salazar.

2º – Uma vez mais o nosso movimento deseja ardentemente o sucesso de uma operação desta envergadura, assim como de qualquer outra tentativa que vise a instalação de um regime democrático em Portugal.

3º – A 27 de Janeiro o M.P.L.A. não podia de modo algum «aconselhar ao capitão Galvão o porto de Conakry», o que significaria uma grosseira imiscuição nos assuntos internos da República da Guiné.

Conakry, aos 29 de Janeiro de 1961

Pelo Comité Director do M.P.L.A.
Mário de Andrade, Presidente

Comunicado do MPLA

[policopiado – original em francês]

OS INCIDENTES DE LUANDA

COMUNICADO¹

Segundo diversas fontes de informação, na madrugada do dia 4 de Fevereiro corrente, grupos de nacionalistas angolanos atacaram à mão armada cadeias militares e civis de Luanda, entre as quais a tristemente célebre «Casa de Reclusão».

Travaram um duro combate contra as forças de repressão coloniais, tentando conquistar os locais de detenção de centenas de prisioneiros políticos.

O comunicado do Governo Geral de Angola assinala 7 mortos por parte das forças coloniais e 9 por parte dos nacionalistas, assim como vários feridos e numerosas prisões.

Durante o dia 5 de Fevereiro, aquando de manifestações organizadas pela administração

1. *As agências de imprensa noticiaram os incidentes do 4 de Fevereiro e a partir do comunicado da France Presse fizemos, com toda a prudência, este comunicado, pois pensámos que era a reacção de Luanda à Conferência de Imprensa em Londres, de início de Dezembro.*

fascista por ocasião das exéquias dos 7 soldados, ter-se-iam produzido novos confrontos entre patriotas angolanos e o exército colonialistas. Há a lamentar 4 mortos.

Naturalmente que os números oficiais das nossas vítimas tombadas nesta luta encarniçada contra o aparelho policial instalado em Luanda pela ditadura de Salazar não traduzem de modo algum a realidade dos factos. Muito em breve tornaremos público o relatório circunstanciado destes acontecimentos.

Mas desde já o Comité Director do M.P.L.A. quer chamar a atenção da opinião mundial para o significado que, a seu ver, revestem os incidentes de 4 e 5 de Fevereiro.

Desde há algum tempo que a população de Luanda, indignada pelos métodos repressivos da Gestapo portuguesa (a P.I.D.E. – Polícia Internacional de Defesa do Estado), tinha encarado a possibilidade de libertar os líderes do M.P.L.A. e outros nacionalistas detidos nas cadeias da capital.

Esta polícia não hesita diante de nenhum meio de extermínio em massa – desde o envenenamento dos alimentos servidos aos prisioneiros até à execução sumária de 25 de entre eles, em Novembro de 1960.

Nunca cessámos de repetir que as massas populares de Angola, impossibilitadas de exprimir as suas legítimas reivindicações, reclamam com insistência junto dos responsáveis dos movimentos nacionalistas os meios necessários para poderem passar à acção directa, a fim de liquidarem definitivamente o colonialismo português.

Estes acontecimentos são a prova de como o governo português, apesar das propostas apresentadas pelo M.P.L.A. com vista a uma resolução pacífica da questão colonial, se obstina em manter a sua dominação clássica e o seu sistema de opressão.

Nestas circunstâncias, o M.P.L.A. responsabiliza o governo português por qualquer conflito sangrento generalizado que a situação actual possa provocar.

Renovamos o nosso apelo à consciência internacional e aos países afro-asiáticos para que ajam de modo eficaz a favor do direito do povo angolano a dispor de si próprio e para que apoiem, por todos os meios, a luta travada pelo nosso povo pela sua independência.

Conakry, aos 5 de Fevereiro de 1961

O Comité Director do M.P.L.A.



Foto tirada em Luanda em Fevereiro de 1961
publicada nomeadamente no *Time* de 17 Fev. e no *Portugal Democrático* de Março

Comunicado do MPLA em Londres

[policopiado – original em inglês]

ANGOLA

Massacre Racial!

Mais de 56 Africanos foram mortos a tiro, centenas feridos e mais de 300 presos em Luanda e nos seus subúrbios depois da violência de 4 e 5 de Fevereiro, informa uma testemunha ocular que chegou terça-feira, dia 7 de Fevereiro a Lisboa, vinda de Luanda.

Apenas 7 Africanos tinham sido mortos durante o ataque à prisão e ao posto de polícia. Depois do ataque, a polícia e tropa com armas Sten, e portugueses brancos com bastões de ferro começaram a bater e a disparar indiscriminadamente nos Africanos que se encontravam nos muceques de Luanda. No domingo, dia 6 de Fevereiro, quando a testemunha ocular deixou Luanda, já tinham sido contados 49 corpos de Africanos mortos, centenas de feridos e mais de 300 presos.

A situação está tensa em Angola. A polícia e o exército controlam os movimentos dos Africanos nas encruzilhadas das estradas e nos caminhos-de-ferro.

As informações recebidas da Guiné portuguesa indicam que cerca de 20 Africanos foram presos a 21 de Janeiro.

10 de Fevereiro de 1961

JOÃO CABRAL

Representante do

Movimento Popular de Libertação de Angola em Londres

374 Grays Inn Road, London, W.C.1.

Tel: TERminus 1078

CLUBE MARITIMO AFRICANO
DESPORTO • RECREIO • CULTURA

MOIO N.º 12

BOLETIM DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERACAO DE ANGOLA

UNION NATIONALE DES TRAVAILLEURS ANGOLAIS
"U.N.T.A."

ANEXOS

luta. Porém, o colonialismo português não carrega
este mundo, só há um caminho para o povo
angolano se libertar: o da luta revolucionária. Feste
luta, no entanto, só alcançará a vitória através de
uma frente única de todos os forças anti-imperialis-
tas de Angola, sem ligar às cores políticas, a situa-
ção social dos indivíduos, às crenças religiosas e às
tendências filosóficas dos indivíduos, através por-
tugal. Este movimento, porém,

to do mais amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERACAO DE ANGOLA. Este movimento, porém,

I shall be grateful if you could contribute for our strug-
gling to be honoured, soon, with your news, we express
By the MOVIMENTO ANTI COLONIALISTA
Yours faithfully
LINO LIMA
(from the Fed's Foreign Relations)

Tenho de admitir -
Se não até aos dias para Portugal das
últimas Gerações de Portugal (1960), a cultura portuguesa foi
a cultura da guerra (1960).
Pelo Comité Superior
Lino Lima

FRENTE REVOLUCIONARIA AFRICANA PARA A INDEPENDENCIA
DAS COLONIAS PORTUGUESAS
(F. R. A. I. N.)

ANEXO 1

ARTIGO 73º DA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS

CAPÍTULO XI

DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS NÃO-AUTÓNOMOS

ARTIGO 73º

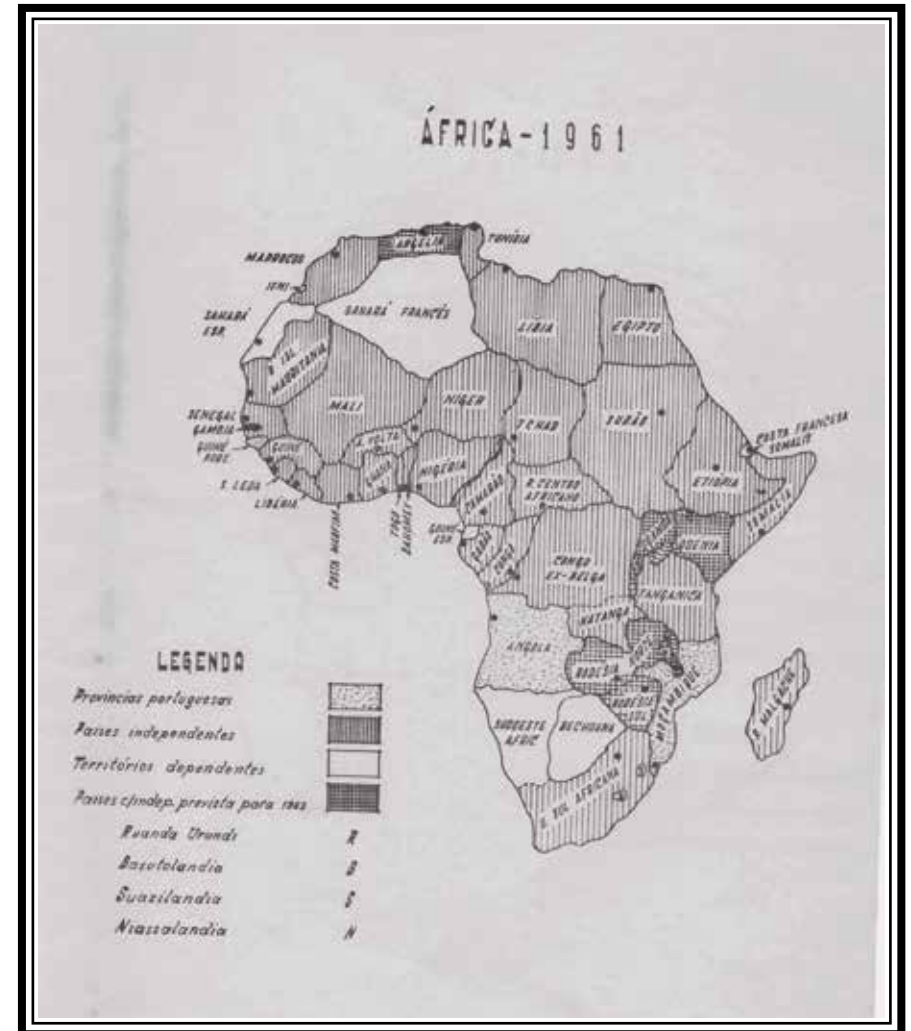
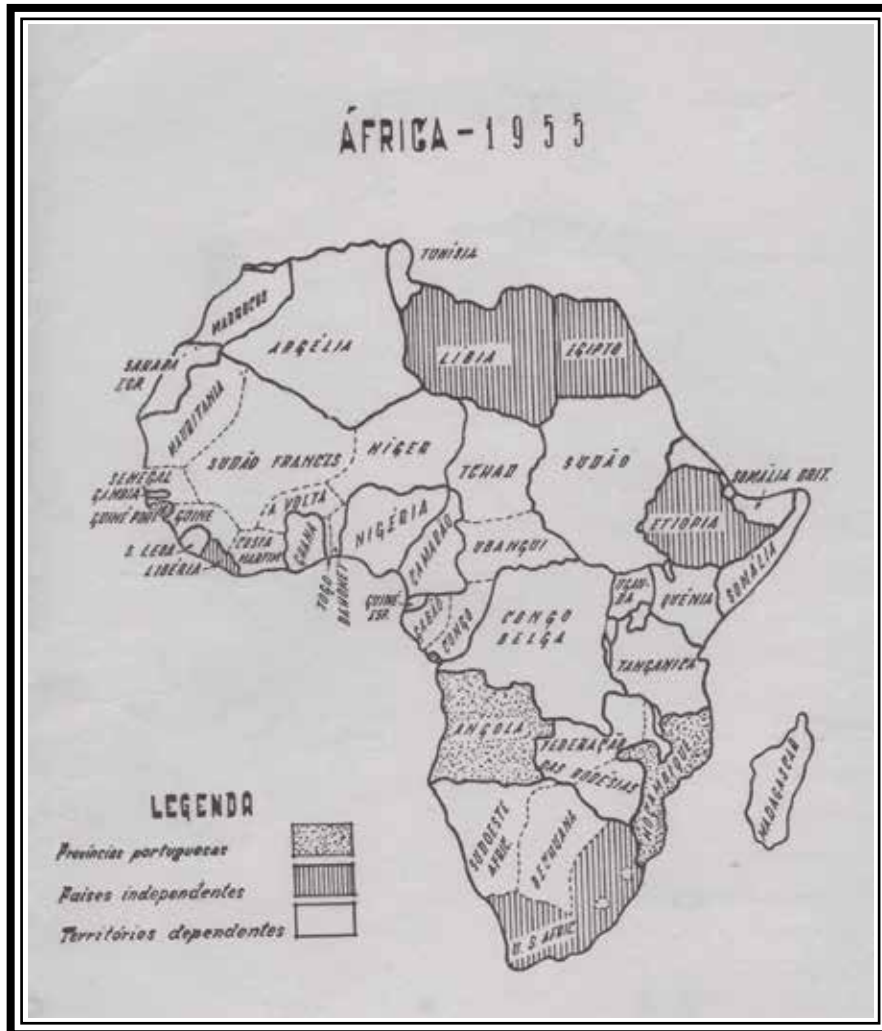
Os Membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim:

- a) Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra qualquer abuso;
- b) Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento;
- c) Consolidar a paz e a segurança internacionais;
- d) Favorecer medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar entre si e, quando e onde for o caso, com organizações internacionais especializadas, tendo em vista a realização prática dos objectivos de ordem social, económica e científica enumerados neste artigo;
- e) Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os capítulos XII e XIII.

ANEXO 2

Mapas de África

(de "Aspectos Políticos da África Actual"
de Hélio Felgas – Lisboa 1962)



ANEXO 3

Carta de Higinio Aires a Agostinho Neto

[dactilografada - fotocópia]¹

Luanda, 22 de Setembro de 1951

Amigo Agostinho Neto

Você talvez me não conheça. Nunca tivemos ocasião de tratar um com o outro. Não sei também se o meu tio Humberto [*H. Machado*], ou o Viriato [*V. da Cruz*] lhe falaram alguma vez de mim. Mas isso não importa que me dirija a si para trocar consigo algumas opiniões acerca do nosso ambiente social e político, em especial dos nossos meios de REALIZAÇÃO, e finalmente solicitar-lhe a sua colaboração, caso a queira ou concorde prestá-la.

Penso que já tenha conhecimento que faço parte dos corpos gerentes da Liga Nacional Africana, que me sirvo da literatura para transmitir ao nosso Povo os resultados dos meus estudos sobre os problemas que nos tocam, e que pretendo contribuir com o meu esforço para a resolução dos mesmos. – É por estes factos que lhe escrevo a presente.

Como particular amigo que sou do Viriato, tive ocasião de ler a sua carta de há um mês aproximadamente, onde tratava da Delegação da Liga aí em Lisboa, dos desejos que vocês empreendem aí para se realizarem, da independência que querem manter quanto ao pensamento, serões culturais, etc. Notei a sua opinião sobre a Liga, e com a maior sinceridade e independência que me dá a minha idade de 25 anos, e a minha formação tão liberal quanto a própria liberdade, peço-lhe que me escute, e veja se por aquilo que penso, será possível conjugarmos os nossos esforços de mãos dadas, como é necessário que se faça, mas que infelizmente continua por fazer entre todos nós que afinal desejamos a mesma coisa.

Cheguei à conclusão, de que os africanos, ou os angolanos no nosso caso, desejam no fundo a mesma coisa, isto é viverem uma vida melhor, pacificamente dentro do seu território, democraticamente, e que essa vida seja desfrutada por todos os indivíduos que constituem a população de África. A nossa discordância tem constado praticamente na consecução deste objectivo, quer dizer: na realização.

Até hoje, o mal tem residido na falta de capacidade para a condução da nossa gente para este caminho da felicidade, falta de capacidade dos chamados mentores, que ou se ficaram nos ataques polémico-jornalísticos, ou nas lamúrias eternas e velhas da falta de união, ou no exibicionismo espantoso de grandes realizações sociais, fundadas entretanto em completa vacuidade e sem consistência alguma, porque tais realizações sociais não se dirigiram para a massa geral, mas apenas para um número circunscrito de burgueses do nosso meio. Tudo isto, como certamente é do seu conhecimento, produto da evolução normal da nossa sociedade.

Porém, o que vejo com temor, é que nós, os chamados jovens de hoje, nos estamos mantendo também no «estudo» e não passamos de peito aberto e mãos nervosas e possantes para a prática das conclusões a que chegamos. Isto é o que vislumbro, pois ainda é cedo para o afirmar categoricamente.

Foi por ter chegado a esta conclusão que me meti na Direcção da Liga e conto manter-me lá até perder a confiança na minha capacidade, o que desejo não suceder. E ponho esta estimativa adiante de mim, não devido aos obstáculos e dificuldades, com as quais já conto há muito, mas apenas devido à falta de indivíduos africanos capazes a quem possa juntar os meus esforços. Esta falta de pessoas sãs e capazes é o que me atemoriza, porque ainda não consegui encontrá-las.

É voz corrente por cá atacar-se os Vandunens, os Fernandes Torres, e os Sosas, que são os que mais se têm apegado à existência da Liga, por capricho, por brio, por vaidade, ou até mesmo por inconsciência, não interessa por agora, mas a verdade que eu constato, é que esses pseudo-revoltados não passam do falatório. Ainda não os vi organizarem-se e irem para a Liga derrubar aqueles. É muito cómodo e mais cómodo «conversar» sobre as asneiras e patifarias dos outros, mas deixar-se ficar quieto. É o que essa gente tem feito.

Eles vêm ainda com mais uma desculpa: Dizem que quando se pretende desalojar os tais Vandunens & Companhia, estes vão arranjar uma carrada de parentes para votarem neles. Não discuto que não tenha sucedido isso nos anos passados. – De resto é legítimo eles defenderem-se, e o Nascimento [*Manuel Pereira do Nascimento*] também foi dono daquilo durante muitos anos – mas esses tais revoltados, se se organizassem, se acompanhassem o cumprimento dos estatutos, se tivessem realmente interesse em vencer, podiam fazê-lo, porque eu agora constato que os tais Vandunens não são nenhuns grandes conhecedores de assuntos sociais que possam fazer frente a quem saiba um bocado disso. E o caso é que eu não tenho aprendido nada de fundamental com eles. Finalmente a última prova de que esses lamurientos não querem é maçar-se, é o facto de eu estar na Direcção da Liga, não sendo da panelinha deles Vandunens. Quer dizer que assim como eu lá estou, estariam outros também que o quisessem.

Antes de me resolver a trabalhar dentro da Liga, examinei bem as coisas; nesse tempo estava ainda cá o Viriato, e chegámos a conclusão de que devíamos meter ombros naquilo. Entretanto o Viriato não conseguiu isso porque foi transferido. Do que se tem feito, garanto que redundará positivamente na realização da grande obra por que se anseia:

As atenções têm sido dirigidas para o povo humilde, a grande massa que é preciso preparar, para num futuro próximo haver muita gente a pensar por si. As escolas que se pretende pôr a funcionar para o próximo ano; a clínica médica; a cooperativa de consumo, e que será a base para outras cooperativas; o refeitório para os alunos da escola, que não possam ir almoçar a grandes distâncias, ou não tenham grandes recursos de alimentação, tentar-se-á fornecer-lhes ali as refeições por preços ínfimos; o colégio que comportará os mais variados sectores de ensino que seja possível organizar-se, como aulas práticas de dactilografia, de línguas, de labores, de higiene, de artes e ofícios e até de agricultura, criação de aves domésticas etc., tudo isto a eles é destinado essencialmente. Por isso que se está lançando as bases da constituição de carteiras profissionais, a fim de congregar como sócios da Liga todos os artífices, os clubes de

1. Carta existente nos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa.

beneficência conhecidos pelos «Órfãos», «Kuria N'gó» e outros, e ainda os folclóricos, enfim toda a nossa gente que tem sido posta à margem embora se fale dela com pena. Este pensamento de auto-estimação, e de aproximação com os nossos irmãos, está já assente entre os presentes dirigentes (e os Vandunens terão pelo menos este mérito) e é neste campo que se tem procurado trabalhar. Tenho notado que a massa não tem correspondido esfuziantemente a este desejo, mas isso é uma desconfiança absolutamente legítima e natural dado os antecedentes, mas que se vence facilmente.

Ora, chegamos à altura de nós os dois nos entendermos.

Como já disse, li a sua carta para o Viriato, na qual manifestava o seu inconformismo em participar da delegação da Liga aí, por causa das directrizes que a mesma teria de seguir, directrizes que o Neto chama de passivas, e calculo que nisto estará uma certa discordância com a colaboração que a Liga vem dando ao Governo.

Eu estou certo que é exactamente aqui que presentemente reside o desacordo entre nós os jovens. E é preciso que nos entendamos com urgência.

Eu afirmo que é impossível os negros portugueses lançarem-se numa actividade manifesta, em prol dos seus irmãos mais atrasados demonstrando-se ao mesmo tempo desavindos com o governo. Isto é impossível porque seria uma demonstração evidente de que estávamos a lutar contra os interesses de Portugal em África, ou Angola. Haja em vista que os próprios brancos, que pretendem dedicar-se ao reajustamento das virtudes portuguesas, e levar a Nação por um caminho direito, os homens da chamada Oposição, esses mesmos não conseguem vencer. E entretanto são brancos como os outros. Claro está que uma actividade nossa, de negros, destinada a elevar a mentalidade dos negros, é tão mal vista pelos maus do Estado Novo, como pelos tais democratas da oposição. Creio não haver dúvidas da sua parte, que num caso destes, teremos que aguentar tanto o embate dos Estado-Novistas, como o dos Henriques Galvões, Quintões Meireles, Nortons de Matos & Companhia ilimitada.

Quer dizer: Nós temos ainda mais dificuldades que a oposição que não consegue levar a melhor. E teremos mais dificuldades, não só porque todos eles virão contra nós, até mesmo estes da Oposição que nessa altura nos negarão os tais direitos democráticos que hoje reivindicam para eles, mas ainda, e principalmente afinal, porque não estamos organizados, não temos um programa, não temos multidão suficiente em quem nos apoiarmos, e não temos multidão porque entre nós campeia a ignorância, a falta de brio e outros predicados que contribuem para a falta de cultura; temos ainda a traição como meio normal e corrente, a intriga, etc.

Por tudo isto se conclui, que os negros não estão em condições de se colocarem no campo oposto ao Governo, e RECLAMAR, PROTESTAR, E REIVINDICAR. Não estão em condições, porque a massa não está capaz de compreender e APOIAR os líderes, por isso que os líderes ainda não apareceram a conduzir o Povo, e por isso que a escassez de homens cultos entre nós é uma realidade. Para o Conselho do Governo, para a Câmara Municipal, para a deputação à Assembleia Nacional e outros lugares, temos que recorrer a pessoas que já sabemos inqualificadas para esses lugares, quando não recorremos a próprios brancos. Diga-me pois, amigo Neto: Com uma inferioridade destas, pode-se eficientemente collocarmo-nos, os poucos que somos e

sem massa a quem nos apoiarmos, situarmo-nos numa oposição ao Governo? Eu acho que não. E não, porque o Governo não tem mãos a medir, faz tudo que lhe apetece e não tem que dar contas a ninguém. Não, porque não há uma massa capaz de fazer uma greve, de desfilar em silêncio e em multidão em frente ao palácio do Governo, em sinal de protesto. Quer dizer que pode ser muito bonito da nossa parte armarmo-nos em revolucionários, em polemistas; podemos ficar com o nome na história, podemos ser muito admirados, e muito depressa registados como «comunistas», mas o que é mais certo, é que com a maior simplicidade desta vida, seríamos desterrados, com a desvantagem de deixarmos o Povo no mesmo estado de ignorância e de miséria.

Sendo assim, eu penso que o trabalho a executar neste momento deve ser de elucidação, e de preparação da nossa gente, para se tornarem capazes de compreenderem e acompanharem o futuro líder. É neste campo que se está encaminhando a Liga, é por isso que quero não a deixar, até entrar bem neste caminho.

Há que criar o espírito de cultura, a higiene, a noção dos direitos que nos assistem, e a forma de os fazermos vingar, despertar o amor ao lar, à honestidade, ao cumprimento do dever perante os semelhantes, acabar com a criação de «classes» mais importantes e menos importantes entre nós, o combate ao analfabetismo, enfim, juntarmo-nos aos chamados indígenas e ao boçal até, olharmos para os aprendizes de carpinteiros que bem conhecemos, aos contratados das fazendas, aos criados, às lavadeiras, e despertar neles a confiança, para que se deixem conduzir à próxima batalha das reivindicações. E isto num futuro que devemos tornar mais perto tanto quanto possível, mas sem pressas.

Ora o Neto está a ver que para isto tudo, são precisas campanhas, escolas, postos de ensino, postos clínicos, associações pequenas de folclore ou qualquer outra coisa para disfarçar, internatos etc. etc., organizações estas que o Estado deve autorizar, porque senão nada feito. E para eles irem nisso, temos que aparecer como «colaboradores» da obra civilizadora de Portugal. Embora o fim seja outro, muito nosso, temos que aparecer sempre a corresponder às pancadas nas costas. É isto o que a Liga tem feito, pelo menos agora (não recuso que antes bajulasse, mentisse, e se emporcalhasse indignamente e com o que eu também não concordo) e é por isso que penso que nós os jovens devemos meter as mãos naquilo, para não deixarmos que ela volte ao nojo anterior.

Bem entendido que pelo facto de correspondermos às tais pancadinhas nas costas, não devemos negar que nos batem, que nos matam, que nos injuriam, que nos roubam e espoliam, que nos deportam e que nos vendem, e tudo o mais que sofremos. Não. A diferença entre hoje e ontem reside bastante em que começaremos a dizer claro que sofremos, e continuando a apresentar os nossos protestos e reclamações, mas não como revoltados, embora nos apeteça tal, mas sim como desejosos de harmonia (harmonia que não pode existir entre interesses de brancos colonizadores, e desejos de justiça de mais fracos).

Desejosos de harmonia dentro da Pátria Portuguesa, e outros lugares comuns balofos e nojentos que se conhecem. Isto para que eles nos não tomem de ponta, e não nos neguem as autorizações de que necessitamos. Não será assim, amigo Neto? Eu penso que só assim é possível prepararmos o nosso Povo. Mais tarde, então a torrente correrá por si. A Liga, pois, é para mim um meio e não um fim. Por agora ela é precisa,

mas daqui a um tempo já não interessa que o Governo a mande fechar, porque então já nem ela própria conterà tamanha força. Porque o Povo nessa altura saberá reunir-se mesmo na rua. Mais tarde a Liga terá forçosamente que desaparecer, para dar lugar a um partido político, ou terrorista. É sobre isto que eu agradeço que o meu amigo medite e examine, respondendo-me no todo ou em parte, com alguma brevidade.

Dentro daquele princípio de acção que lhe expus atrás, a Liga pretende montar aí uma Delegação, visto que teremos de nos dirigir algumas vezes aos Poderes Constituídos daí, quem sabe até se em desavença com o Governador Geral. Uma das coisas que tenho notado não agradar, é a função de serem obrigados em qualquer altura de ir apresentar cumprimentos, por exemplo a qualquer dos Ministros ou entidade do Estado Novo. Eu porém penso que o facto é em si, tão digno (quando feito com dignidade) como voltar-se lá uns dias depois, a apresentar um protesto contra qualquer medida governamental. É claro, desde que os cumprimentos, ou felicitações, ou o que quer que seja, sejam feitos com a necessária ponderação, sobriedade e dignidade; mas isso já não é da culpa da Liga, e sim de quem o faz. Por outro lado, depois de tal atitude, até nós mesmos nos sentimos mais à vontade, e mais seguros, quando lá voltarmos a reclamar qualquer medida de justiça. Não será assim?

Eu já escrevi sobre estes factos ao meu tio Humberto Machado, e ao Mário Pinto de Andrade, há já algum tempo e ainda não logrei obter resposta sobre assunto tão importante. Quando atrás me refiro que vejo com temor que nós os jovens não passamos do «estudo», é que exactamente não vejo a colaboração destes, com aquela presteza que o momento aconselha e que eu indico até nas cartas que escrevo. E isso para quem como eu dirige, e pretende dirigir bem, chega a revoltar. Gostava que o meu amigo falasse com eles, e assentassem no que acharem melhor, para eu saber com quem posso contar e como me devo conduzir. Se não concordarem, que mo digam com a mesma brevidade, com que o devem dizer se concordarem, porque da vossa atitude, que são as pessoas em quem confio, e com quem desejo trabalhar, depende bastante a directriz daquilo em que me meter. Directriz, no sentido de processo ou meio de realização.

Outro ponto que desejo abordar consigo, é a existência da Delegação da Liga aí. Desejo que veja o que acima exponho sobre directrizes da Liga, e que fale também com o Humberto e Mário Andrade, e me diga se aceita fazer parte da Comissão organizadora daquela Delegação. Quero explicar porque lhe faço este pedido:

A ideia da Delegação aí vem do ano passado, Direcção cessante, portanto, que a estava a entregar ao seu parente (parente dos Vandunens e Torres) Joaquim Inácio dos Santos Torres. Havia já correspondência sobre isso, mas só se concretizou mais ou menos o assunto este ano. Desviei logo a chave do negócio das mãos do Joaquim Inácio, por me parecer que não era pessoa capaz. Depois o Mário confirmou-me isso. Entretanto ele Joaq. Inac. continua a desejar ter mão naquilo. Apareceu uma carta assinada pelo Agílio de Sousa e Andrade, Óscar Azancot de Menezes e Mário Pinto de Andrade, propondo-se constituírem a comissão organizadora dessa Delegação. Isto veio ao encontro dos meus desejos no sentido de afastar o Joaq. Inácio. Foi deste modo aceite essa comissão, composta de três, estando a Direcção aqui, a dirigir a correspondência para o Agílio, que foi quem assinou em primeiro lugar, não tendo nomeado nem presidentes nem quaisquer outros cargos. Parece que aí também o

não fizeram. Convém frisar que, pessoalmente, não conhecemos nem o Agílio, nem o Azancot de Menezes. Não sabemos qual o seu grau de patriotismo, e qual a sua mentalidade sobre africanos. Como já disse ao Mário, eles foram aceites porque se faziam, por assim dizer, apresentar pelo Mário.

Sucede que agora o Mário se escusa de continuar a participar da Comissão organizadora entre outras razões, por estar fichado como inconveniente ao Governo. Assim sendo, e porque com a nossa maneira de ser pessoal, não devemos prejudicar o trabalho em prol do bem geral, concordo que o Mário não faça parte da Comissão, embora não concorde, evidentemente, em deixar de aceitar toda a sua colaboração.

Desta forma, e para que os parentes do Joaq. Inácio não me obriguem a aceitar a presença deste aí, e mesmo dado o facto de não sabermos até que ponto vão os sentimentos e capacidade do Agílio e Óscar Azancot, convém-me ter entre estes, pessoa de confiança, pois agora que a Delegação está no início, é que convém dar-lhe um caminho seguro, para depois não haver «bodega». Penso que o meu amigo está em número um para dar o seu trabalho em prol de uma obra que será de todos nós. Bastará eu propor o seu nome em reunião da Direcção, para o meu amigo ser aceite. Posso contar com a sua colaboração? Sinceramente não vejo pessoa mais indicada aí. Isso ainda está muito em embrião. Só agora nos informa o Agílio, que vai pedir as necessárias autorizações ao Governo Civil, e ao Ministério da Educação, para o lado cultural da Delegação. Julgo entretanto que a comunicação deve ser feita pela Direcção daqui, e indicando os nomes dos que compõem a Comissão Organizadora. Isso, portanto, só poderá ser feito depois do meu amigo dar-me a sua concordância. O Mário e o Humberto lhe mostrarão o que penso sobre a mesma Delegação, e que lhes tenho dito em cartas. Entretanto penso que também isso aí não tem girado por gonzos afinados, que é conveniente estabelecer já desde o princípio. Calculo que não têm reunido os três indivíduos, ou os dois, e portanto as directrizes não têm sido traçadas por todos e sim pelo Agílio. Isto não me agrada, e quero acabar com isso. O Agílio pede também agora um subsídio para a instalação da Delegação. Penso que é de se despendar tal verba, embora apenas de início, porque para o futuro tem que contar apenas com os vossos próprios recursos, a não ser em casos muito acidentais. Porém não creio que o Agílio vá por exemplo alugar uma casa de exibicionismos. Nem vou nisso. Ele não diz de quanto é o subsídio. Acho que por agora interessa apenas um quarto ou appartement, barato, onde quem quiser saber da Liga vá encontrar notícias, e destinado a reuniões e secretaria; e também isto só é de aceitar, se já estiver elaborado um plano para que a Delegação se forme. Quer dizer: gastar esta massa, para depois não haver continuidade que nos dignifique, ou chegar-se à conclusão de que não vale a pena ou não é possível, isto não é de aceitar.

Pus-lhe assim ao corrente dos assuntos mais importantes da Delegação, para o meu amigo poder responder-me com consciência.

Cá fico, pois, à espera da sua resposta.

Dentro ainda daquele pensamento, de nos apossarmos da maior soma de meios de acção, foi-me entregue a redacção, e posso dizer que duma maneira geral, a Revista Angola. Estou a tirar o número relativo ao 1º semestre, e já avisei disso o Mário e outros, mas até agora não recebi qualquer produção. Dou, como não podia deixar de

ser, uma nova feição à Revista, mas entretanto, com a vossa presença ser-me-ia muito mais fácil e eficiente. Agradeço também o seu interesse sobre este assunto, e oxalá que desta vez tenha batido uma porta compreensiva. Volto a dizer-lhe o que já lhes disse a eles: Pode falar e tratar do que julgar conveniente para a Revista como se fosse eu próprio. Desejo que o meu amigo interesse a Alda Lara no assunto, e que lhe comunique que para o próximo número desejava publicar o seu belo trabalho «Acerca da Poesia de Angola» e portanto que me autorize a tal, e que veja se não tem qualquer rectificação ou acrescento a introduzir-lhe. Agradeço que interesse ainda Alexandre Dáskalos e todos aqueles seus amigos que sejam capazes de aceitarem ser meus amigos também.

Em boa verdade, não tenho tempo suficiente para dirigir a Revista, e participar da Direcção da Liga. Mas não há aqui pessoa a quem entregar confiadamente a Revista. Desejo assim mantê-la comigo até a poder entregar em mãos seguras.

É isto o que tinha para lhe dizer, e que ocupou tanto papel. Não sei escrever cartas pequenas.

Que é feito do Geraldo Bessa Victor? Não vem para cá?

Uma das secções que mais falta nos está fazendo é a de contencioso.

Sentimos a necessidade urgente de um advogado nosso que defenda com coragem os pobres irmãos nossos, que vêm sofrendo todas as tropelias que se podem imaginar, por parte dos chefes de posto e dos administradores, incluindo os de Luanda. Dão-se coisas constantemente, as mais diversas, que temos ponderado que só judicialmente é possível exigir responsabilidades, visto que o próprio Governador é quem possibilita tais violações.

E esta lacuna ainda está por cobrir.

Um caso interessante que lhe vou contar:

Numa das rusgas que se efectuaram, com a presença do Administrador do Concelho de Luanda, aspirantes etc. etc., e numa das muitas casas em que entraram para puxarem de lá os negros, o administrador enganou-se e foi dar com um tipo, possuidor de Bilhete de Identidade, que lhe atestou uns socos, e lhe varou uma trolitada na cabeça. Vieram os auxiliares munidos de pistolas e o raio, ele foi-os despachando, até que teve que se render, pela malta enorme que lhe invadiu o domicílio. Obrigaram-no a engolir o bilhete de identidade rasgado em pedacitos, e ele não teve outro remédio senão mastigá-lo e engoli-lo. De tanta sova que lhe deram tiveram que o mandar para o hospital. O Administrador ia lá todos os dias pedir de joelhos aos médicos, que curassem o homem e que lho entregassem, ainda mesmo que essa cura custasse 100 contos. Que lho entregassem com vida. O homem melhorou, mas enquanto estava no hospital desejou constituir advogado. Pois não encontrou quem lhe aceitasse a questão. Já porque não tinha dinheiro, já porque era um caso contra as autoridades, nenhum dos bons homens da chamada oposição ao governo, os tais Simões Raposos, Álvares de Carvalho, Eugénios Ferreiras etc. etc, nenhum desses teve coragem democrática suficiente para enfrentar a batalha...

Já não falo do Thomé das Neves, que este, incluindo a mãe e tudo, é um grande e refinado filho da puta. E o pobre patricio que foi arrancado de sua casa, lá foi deportado ou vendido para qualquer parte.

Conclusão: Para os Negros não interessa a democracia proclamada pelos democratas que se conhecem.

Os comunistas são os únicos capazes de nos ajudarem sem interesse particular. De resto já o disse Richard Wraith... [sic]

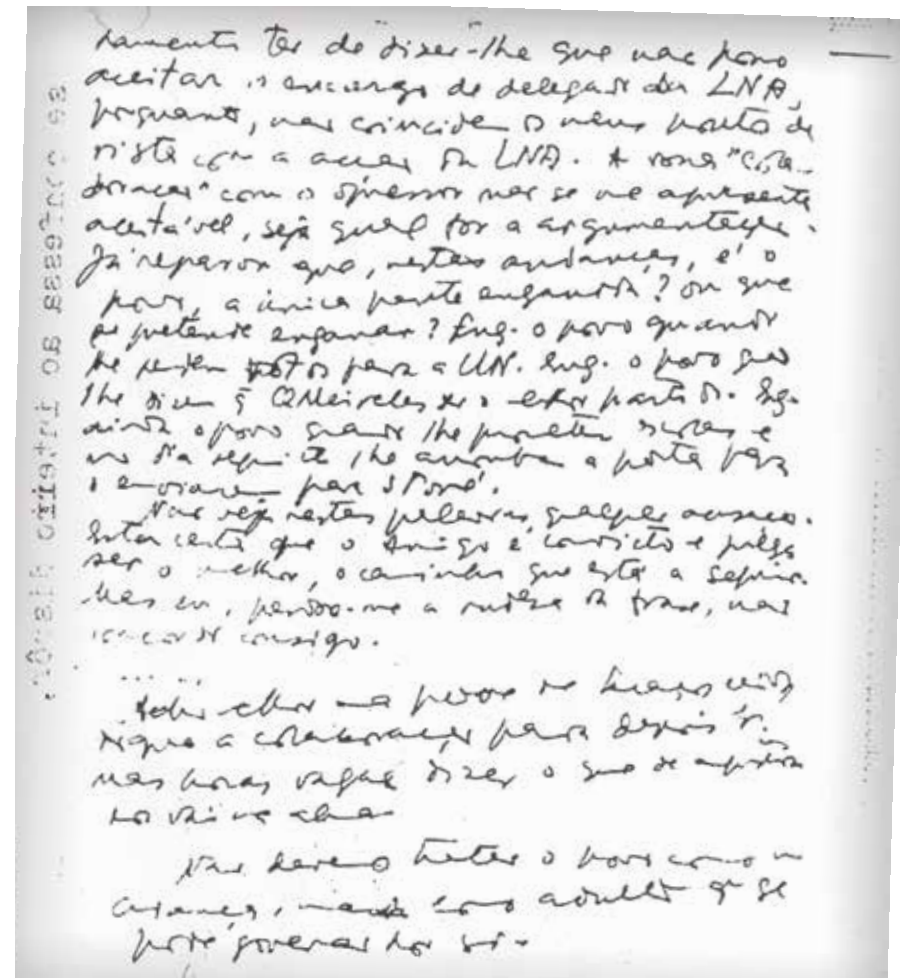
Acabo de reler o que escrevi. Por hoje é tudo o que tenho para lhe dizer.

Aceite um abraço e a amizade do que se confessa ao inteiro dispor.

ass.) Higinio Aires
apartado 1381
Luanda

Comentário de Agostinho Neto à carta de Higinio Aires

[manuscrito no verso da fotocópia da carta de Higinio Aires, sem data]



Lamento ter de dizer-lhe que não posso aceitar o encargo de delegado da LNA, porquanto, não coincidem os meus pontos de vista com a acção da LNA. A vossa «colaboração» com o opressor não se me apresenta aceitável, seja qual for a argumentação. Já reparou que, nestas andanças, é o povo a única parte enganada? ou que se pretende enganar? Eng.[anam] o povo quando lhe pedem votos para a UN. [*União Nacional*] Eng. o povo qd. lhe dizem q. Q.[*Quintão*] Meireles ser o melhor partido. Eng. ainda o povo quando lhe prometem escolas e no dia seguinte lhe arrombam a porta para o enviarem para S. Tomé.

Não veja nestas palavras qualquer acusação. Estou certo que o Amigo é convicto e julga ser o melhor, o caminho que está a seguir. Mas eu, perdoe-me a rudeza da frase, não concordo consigo.

Acho melhor [?] do que a colaboração para depois ir nas horas vagas dizer o que de angústia nos vai na alma.

Não devemos tratar o povo como uma criança, mas como adulto que se pode governar por si.

Carta de António Jacinto a Agostinho Neto

[*dactilografada - fotocópia*]¹

Luanda, 23 de Dezembro de 1951

Meu Caro Neto,

Respondo à tua carta de 13 deste mês agradecendo e retribuindo os teus votos de Boas Festas e de Bom Ano Novo.

Deves saber que esta quadra é bastante afanosa para um modesto empregado de escritório. Logo que esteja livre de balanços e outras complicações que não deixarão de surgir compilarei os versos da Ermelinda que quero incluir no caderno e depois tos enviarei.

Sim senhor, assim mesmo, sempre que estejas apertado não hesites em recorrer à minha pessoa que estou incondicionalmente ao teu inteiro dispor.

Mensagem, a despeito do que escreveu o «Comércio», suponho que pelo arauto do imperialismo senhor Reis Ventura, manterá ousadamente a característica de uma «voz dos naturais de Angola» não se importando com que queiram ou não «contrariar esta tendência». O próximo número, não sei se já te falei nele, acompanhará o primeiro e será uma continuação da firmeza da nossa consciência presente. Tentamos reunir o maior número de colaboradores possível. Publicará todos os trabalhos premiados no nosso concurso literário e mais poemas de Antero Abreu, Ermelinda, Viriato da Cruz, Alda Lara, António Neto, Agostinho Neto, Orlando Távora [*António Jacinto*], Bandeira Duarte, na secção de «intercâmbio», Augusto dos Santos Abranches, Noémia

de Sousa, na secção de «antologia», Ciro da Costa (brasileiro) e David Diop (francês) e na secção das «iniciações» A. Cardoso [*António C.*], Manuel do Nascimento Ferreira e Tomaz Jorge que podem vir a ser valores objectivos do futuro se não lhes retirarmos o apoio encorajador. Em prosa publicaremos uma crítica ao livro «Engrenagem» feita pelo José Mensurado, uma crítica à exposição do Pedro Cruz feita pelo Orlando Távora, o teu conto «Náusea», notas sobre a nossa campanha de alfabetização, Mário Pinto de Andrade, Rocha Martins na secção de Antologia. Ilustrará a revista o Castelbranco: ele é mais caricaturista que ilustrador, mas não temos outro. Certamente incluiremos um desenho do Pomar [*Júlio P.*], ou do moçambicano João Elias ou do Augusto dos Santos Abranches ou possivelmente uma reprodução de Picasso.

Nós esperamos muito da vossa colaboração, pois não há duvidas que vocês aí estão mais em contacto com as directrizes modernas que convém implantar entre nós.

Saiu mais um número da «Angola». Igual ao anterior, salvo um bom poema da Alda Lara. Higino Aires parece-me bom rapaz, o que não basta. Vou procurar contactar mais profundamente com ele, a sós sem a interferência de importunos, para melhor poder avaliar das suas qualidades e defeitos. Dizem-me entretanto que ele é um pequeno ditador. Francamente conheço-o mal.

Tenho assistido às últimas Assembleias Gerais da Liga. Há uma série de elementos que vão para ali só para falar, sem dizer nada. Discutem bravamente por insignificâncias que para nada servem. Entretanto creio que muito se pode fazer ali desde que apareçam dirigentes de pulso e bem intencionados. A massa associativa está é mal habituada que no fundo ela não é má. Carece é de ser orientada, principalmente orientada para longe da função de trampolim eleitoral a que a têm reduzido.

Entretanto há à volta da Liga um movimento de rapazes novos, muitos estudantes, que têm sido arrastados por nós e que são pelo menos boas vontades. Um dia em que a infiltração seja mais completa creio que poderemos arrastar connosco os elementos reaccionários que por lá existem de molde a vincarmos uma posição definitiva de reivindicação.

Infelizmente hoje a Liga não é mais que um capacho colaboracionista do governo a todos os títulos opressor. Mas o que nos caracteriza é precisamente a esperança fundamentada nas nossas reservas de trabalho e nas qualidades do nosso povo.

A última Assembleia Geral da Anangola elegeu-me para um modesto cargo directivo. Como principal programa de realizações hei-de propor o estudo de uma série de realizações que nos ponham em condições de dispensar financeiramente a «esmola» que nos dá o Governo. Só isto será já uma grande realização. Também proporei a intensificação efectiva da campanha de alfabetização com montagem de escolas e edição e distribuição gratuita do método Laubach, já redigi também uma proposta para a criação de subsídios escolares para a instrução primária, ensino liceal, comercial e industrial e também a criação de uma bolsa de estudos de 1.500,00 mensais que continuaria a ser atribuída ao Mário de Andrade e também penso na organização duma cooperativa para

1. Carta existente nos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa.

a construção de bairros sociais principalmente para os muceques onde o nosso povo vive em casas de chapa sem água nem as mínimas condições higiénicas exigidas para uma estrebaria quanto mais para casas de pessoas humanas como nós.

Eu sei o que isto vai custar de luta, discussão, cálculos para arranjar dinheiro, etc, etc. E embora nada se faça eu acho da maior utilidade pelo menos fazer a proposta e discuti-la. E alguma coisa se há-de fazer de efectivo. Pode não ser com a pressa que o caso impõe e nós desejamos, mas lá iremos. São três problemas fundamentais: desagravamento da condição de «esmoler», difusão de instrução, e habitação condigna e higiénica com a nossa condição humana.

Creio que não devemos resumir a nossa função ao escrever versos e a sentir os problemas apenas pelo bico da pena. Devemos caminhar activamente para as realizações objectivas.

A Anangola teve agora uma intervenção interessante a respeito do caso dos Bilhetes de Identidade. O Governador Geral recusa-se a receber tanto a Anangola como a Liga. Fizemos uma exposição ao Governo Geral tendo enviado cópia para o Ministro das Colónias e para a Liga e Associação Africana do Sul de Angola para ver se conseguimos despertar estes organismos e se o Ministro dá uma rabecada ao Governador.

Muitas crianças vão ficar este ano sem os seus exames e sem poder frequentar o liceu. Calcula que caíram num círculo vicioso. Na polícia não passam o bilhete de identidade sem o atestado da assimilação da administração. Na Administração não passam o atestado de assimilação sem a apresentação do bilhete de identidade. Que nome dar a este estado de coisas? Como proceder, calmamente com exposições e petições, ou sacrificando meia dúzia de nós entrarmos de rijo, impulsivamente e com a violência necessária para darmos a conhecer a eles e a nós próprios a nossa força? Creio que cedo ou tarde haverá sacrificados e vítimas. E se se tem de cumprir tal determinismo que seja já, mesmo imprudentemente, porque dos nossos actos de reivindicação alguma coisa há-de ficar, talvez mais violências e arbitrariedades, mas talvez também um exemplo firme no mais recôndito do coração do povo.

No fundo, no fundo o pior não é só a censura. O pior é o medo que os jornais e revistas têm da censura.

Alguém escreve para o Rádio Clube uma revista de recortes e notícias diversas. Outro dia, em conversa, falámos-lhe na oportunidade de noticiar haver Jorge Amado ganho o prémio Staline da Paz. Que não, que os serviços de produção não consentiam.

Envio a «Tribuna», onde saiu o artigo do António Neto. Em tempos, e em resposta aos teus reparos ao mesmo caderno, expliquei as razões de alguns erros do caderno de «Antologia». Não vou agora repetir o que então disse nem vou fazer contra-crítica pois que não há lugar a tal, uma vez que concordo em muito com o crítico e só discordo dos pontos em que ele se mostra ignorante do que se passou nos bastidores. E, afinal o público e os críticos nada têm de saber do que se passa nos bastidores das obras, mesmo dos erros e enganos do desenhador que desenhou a capa, o que no fundo são apenas atenuante e nada mais.

Quanto ao mais, os erros das primeiras realizações não podem admirar alguém. Uma coisa é certa, o caderno atingiu os seus fins de divulgação e marca como o primeiro passo para uma realização que se nos afigura será vultuosa.

Não, no nosso Liceu não há decadência. Ressurgiu a Mocidade, os pequenos fascistas andam orgulhosos das suas camisas verdes e a educação é essencialmente retrógrada. Lembra-te de que esta geração aprende agora a ler as primeiras letras sobre um compêndio repleto de padres nossos e de relatos milagrosos de fátima e o mais que todo sabemos. A Mocidade está adormecida simplesmente, mas aqueles com quem tenho falado e aqueles que tenho conseguido despertar são bons agentes de trabalho. O principal redactor de «O Estudante» é extremamente religioso e daí o facto de ter dado guarida a tudo quanto rime com as suas ideias. Não devemos desesperar. Aquele meu poema foi intencionalmente para o «Estudante». Bem sei que formalmente não me satisfaz, mas ele serviu para mostrar aos miúdos que certos temas podem e devem ser trazidos para a poesia e que a nossa voz se deve sempre erguer na reclamação dos nossos direitos e na enunciação dos nossos anseios e aspirações.

Só a educação conventual e jesuítica deve responder por isto, que os miúdos, nesses confio Eu, desde que sejam bem encaminhados e iniciados. Por vezes vêm alguns estudantes a minha casa, aspirantes a poetas, mostrar os seus versos. Apareceram-me duas promissoras esperanças. A todos encorajo e a todos tenho lido versos teus, do Antero, da malta, leio-lhes poemas do Torga, do Armindo Rodrigues, Mário Dionísio, Muralha, Carlos Oliveira. Mostro-lhes quadros do Picasso; do Rouault, Dufy, Léger, Gris, Lam, desenhos do Pomar, do João Ayres, Abranches, leio-lhes as tentativas de poesia regionalista angolana do Viriato e minhas e vejo neles todos um interesse pela cultura que desejariam ter ao seu alcance (e infelizmente nos falta a todos por aqui) noto neles um quê de deslumbramento pela «novidade» que desconheciam em absoluto. E alguns sobem formidavelmente, tal o caso do Mário António [*M. A. Fernandes de Oliveira*], o último vencedor dos Concursos Literários do Departamento Cultural que quando me apareceu pela primeira vez trazia uns versos ao Paulo Dias de Novais e mais não sei quê. Agora está lançado.

Eu conto muito com os exemplos, com os ensinamentos e com as críticas sãs que nos possam vir do exterior, principalmente de quantos de nós vivem em ambientes mais elevados e em mais amplo contacto com os grandes movimentos e os grandes artistas.

O Lagrifa que é metropolitano não pode contar para a nossa geração pois a poesia dele não pode nem deve fazer carreira entre nós. Remeteu-se a um silêncio profundo que esperamos seja o mais longo possível.

O Salvador Figueiredo apesar da sua habilidade não quer acompanhar o nosso movimento. Pretende ficar retrogradamente a fazer vilancetes à namorada, sonetos ao imbondeiro e o mais. Não pode ou não quer rasgar novos e mais humanos horizontes. E é pena efectivamente.

O Armando de Figueiredo era moço de valor. É metropolitano e para aí está vai para dois ou três anos.

O Leston Martins continua e bem. É dirigente do «Movimento» e anda a correr os principais postos emissores da Colónia realizando programas culturais com o n/ patrocínio. Está presentemente em Moçâmedes onde mantém no cartaz o programa «Movimento Poético». No primeiro programa que lá fez leu os teus poemas «Poema para todos» e «Adeus à hora da largada».

A razão principal por que não publicamos livros deve ser a monetária. No meu caso pessoal, que tenho possibilidades de resolver este último problema, encaro sempre com um outro. Várias vezes tenho tentado organizar os meus versos para um livro. Nunca levo a intenção a bom termo porque escolho sempre os melhores poemas que tenho e afinal, estes nunca me satisfazem. Também seria asneira reunir tudo num só volume porque não há entre os meus trabalhos uma unidade que desejaria imprimir a um livro meu. Os outros certamente é pelo mesmo motivo que não publicam coisa alguma, por não os satisfazer completamente a obra realizada.

Ermelinda manifestou-me o desejo de publicar um livro. Por isso fica novamente suspensa a edição do caderno pois se ela se resolver pelo livro prefiro editar o livro a editar o caderno.

Gostaria que nas tuas próximas cartas me fosses expondo francamente questões que aches de interesse vital para o movimento em que todos andamos empenhados, mas em que nós, os que aqui estamos, andamos mais directamente envolvidos, sujeitos a erros, inexperiências, e paixões. Sugestões, conselhos, rumos a indicar, problemas a enfrentar e tudo o mais, gostaria que mo expusesses sempre.

Agradeço o envio dos dois trabalhos da exposição de arte missionária que já conhecia. A esse respeito li uma interessante crítica de Júlio Pomar da que aproveitarei algumas passagens para uma futura nota para a Mensagem.

Como sabes entrei em contacto com o Abranches com vistas a um intercâmbio com Moçambique. O Abranches, autor de «Poemas de Hoje» e «Tufão», editou José Marmelo e Silva, Cochofel, Namora, Políbio Gomes dos Santos, pertenceu à direcção do «Novo Cancioneiro» e antes de vir para Moçambique formou o grupo que lançaria mais tarde a revista «Vértice». Mandei-lhe outro dia poemas da rapaziada de cá. A todos distinguiu com a sua atenção e manifestou-se encantado com o nosso trabalho: «No conjunto, os poemas enviados foram uma surpresa agradável, imensamente agradável, marcando uma posição de conjunto que me surpreendeu. Individualmente, tem que se cuidar dela, e parece-me que ao dizer isto a estou procurando valorizar ainda mais».

Eis o que diz dos teus poemas que lhe enviei: «Poema para todos» é muito fraco; o início é anti-eufónico, com os seus «Para quê» e «porque» ensurdecendo os versos. Repare nisto: «porque esperanças», e veja como bate nos nossos ouvidos sem qualquer suavidade. O quarto e o quinto verso: «Para quê querer uma ilusão/ para apagar uma mentira» pode racionalmente estar muito certo que como poesia é que não se salva. Nem parece o mesmo poeta vivo, natural, de «Quitandeira» mesmo tendo «que», e «com» ou «como» a mais. Uma sugestão: em vez de «A quitandeira/ que vende fruta/

vende-se» não seria preferível «A quitandeira /vendendo fruta / vende-se»? O «que» é sempre um estorvo. Destino este poema para os «Cadernos de Poesia».

Do António Neto diz: «Sem nada de excepcional, «Programa» satisfaz. Contudo, o verso «não cante a voz» eu o escreveria: «Nem cante a voz», pois tenho horror a palavras repetidas, especialmente, e às terminadas em *ão*, particularmente... Penso em dedicar o número 6 ou 7 do *Átrio* a Miguel Torga, e publicá-lo-ei então.

Do Viriato da Cruz diz: Digam o que disserem, temos poeta nosso. «Sô Santo» possui, além do tema, a técnica de uma poesia africana (nem negra nem colonial: africana apenas). Manuel Bandeira e alguns cabo-verdianos podem fazer-se sentir no jogo formalista, mas isso que importa? Tem personalidade, naturalidade e humanidade para resistir a mais que fosse!

Bem, eu não [vou] continuar a transcrever tudo o que ele disse de nós. Também hoje já estamos a 7 de Janeiro e esta carta ainda não seguiu.

Eu vou terminar aqui deixando o resto para outra vez.

Ano Novo Próspero é o que deseja o amigo que te abraça e é o

[assinatura de António Jacinto]

Ajam.

ANEXO 4

Extractos da Carta-Relatório de Henrique Galvão

22 de Janeiro de 1947¹

[...] o sistema produziu o aumento da produção de algodão, mas falhou inteiramente como instrumento precioso da política indígena que, certamente, também pretendia ser. A Administração parece despercebida dessa falha gravíssima. Mais adiante, referindo-se o mesmo preâmbulo às críticas mais frequentes e importantes feitas ao regime das zonas de influência, cita os casos criticados e responde assim à crítica que incide sobre o facto de o risco de exploração caber exclusivamente ao cultivador indígena:

«Vê-se que o indígena cultivador de algodão não corre mais riscos – bem ao contrário – do que o cultivador do milho ou de qualquer outro produto e se encontra em relação ao concessionário, em melhores condições do que o produtor, de trigo, por exemplo, em relação ao moageiro, ou ao produtor americano de algodão em relação ao industrial encarregado do descaroçamento e prensagem do algodão.» Também se lê e não se acredita. É preciso realmente que o Terreiro do Paço se encontre a uma distância astronómica das colónias para que se refira tal conceito acerca das condições em que trabalha o cultivador indígena das zonas de influência e se compare este com o produtor de algodão americano. E, contudo, não se ignora certamente que este produtor indígena é violentamente compelido a plantar algodão – e tem sido compelido a plantá-lo, em condições económicas inconcebíveis, até em terrenos onde os cardos não vingariam. [...]

[...] Da Intendência do Algodão (Cotonang) compraram-se aos indígenas quantidades de algodão no valor de 17.000 contos (números redondos). A importância dos impostos pagos pelos indígenas desta região andou por 7000 contos. Arrecadaram-se por consequência cerca de 10.000 contos.

E com estes números se tecem louvores e se tocam trombetas de regozijo.

Mas se sairmos dos números para as realidades, o que se apura é o seguinte: os indígenas da Baixa do Cassange continuam a arrastar a mesma vida miserável que arrastavam; os seus bens não cresceram, andam andrajosos e doentes como andavam; alguns (a maioria), para cultivarem o algodão na “Baixa” são compelidos a deslocar-se do Planalto durante meses e a viverem aí em cubatas improvisadas, sem as suas

mulheres, ainda em piores condições do que aqueles que são compelidos ao trabalho por conta alheia; para venderem o seu algodão têm de fazer marchas de 30, 40 e 50 km até ao mercado mais próximo, transportando à cabeça cargas de 30 kg e fazendo naturalmente tantas viagens quantas vezes 30 quilos é a sua produção; alguns alugam outros para este serviço, reduzindo assim metade dos seus lucros; outros queimam o algodão só para não o transportarem; no mercado encontra o preto, ao lado do concessionário que lhe paga o algodão ao preço da tabela, a autoridade administrativa que aproveita a ocasião para cobrar o imposto e, alguns metros mais além, o comerciante que lhe fica com o resto do dinheiro, vendendo-lhe mercadorias e vinho medidos a quilos de oitocentos gramas, metros de oitenta centímetros etc. Os 10.000 contos de algodão passavam assim, imediatamente para as mãos do comerciante do mato, por sua vez escravo do comerciante do litoral – e o preto serviu apenas de tubo condutor. Volta à sua terra e não leva consigo senão a lembrança dos meses duros que viveu e que imediatamente se renovam com a obrigação de arrancar o algodão e preparar as terras para as novas lavras.

É esta a verdade – a verdade que os números não dizem e que não chega a V. Exa. [...]

Há concessões algodoeiras onde os indígenas, ao cabo de um ano de trabalho, não conseguem realizar o bastante para pagar o imposto – quer dizer: os seus rendimentos são inferiores à importância do imposto. E, como em geral, descuram nessas mesmas zonas o cultivo de mantimentos – e até porque as distâncias entre as leivas de algodão e as suas sanzalas são consideráveis – V. Exa avaliará o panorama. [...]

Deve dizer-se de passagem, que os indígenas desta zona não se queixam do facto. O seu pavor de serem recrutados para os trabalhos da conta alheia (para o contrato, como eles dizem) é tal que preferem a miséria a que os reduz o trabalho no algodão nestas condições – mas que os isenta de serem contratados (!) – a serem “arrebanhados” pela autoridade administrativa para trabalhos fora. Quer dizer: entre duas escravidões preferem a que lhes parece mais suave, por não os afastar das suas terras. [...]

[...] São factos correntes dos embaraços trazidos ao problema de mão-de-obra pela acção dos patrões, contra ou ao abrigo das disposições oficiais, iludindo a fiscalização umas vezes e subornando outras, aproveitando a brandura ou a falta de meios da autoridade protectora, jogando influência e poderes, entre outros, os seguintes:

- 1º – A resistência por todas as formas a uma política de salários justos, económica e socialmente justos;
- 2º – O mau tratamento dado aos trabalhadores – os castigos corporais e violências físicas são ainda correntes em Moçambique; as obrigações de vestuário, alimentação e assistência sanitária iludem-se na generalidade dos casos; a ideia de que o preto é simples besta de carga perdura; a indiferença pela saúde física e moral do trabalhador, pela sua morte ou invalidez é manifesta. Uma classificação de patrões conforme o tratamento concedido aos seus serviços conduz a uma percentagem pavorosa de maus patrões;

1. Parte destes extractos provêm de uma edição do Partido Comunista Português, impressa, e outra de uma cópia dactilografada de outros extractos da mesma carta-relatório.

É curioso que alguns dos factos relatados nestes extractos e aproveitados por algum deputado da União Nacional para tentar denunciar os crimes que se cometiam nas colónias relativamente aos negros e sobretudo aos indígenas, nos serviram de libelo acusatório só depois que Basil Davidson os denunciou pormenorizadamente no livro African Awakening.

- 3º – Os desperdícios de mão-de-obra. Esta utiliza-se como se fosse abundantíssima. Tudo se faz a braço de negro – desde a tracção de vagonetas até ao enxugamento de pântanos;
- 4º – A qualidade e o carácter dos angariadores de mão-de-obra;
- 5º – Os deslocamentos de trabalhadores sem atenção às mudanças bruscas de clima – em especial os sacrifícios a que são submetidas as levas deslocadas do interior para o litoral;
- 6º – As extorsões praticadas pelos comerciantes sobre os indígenas;
- 7º – O desprezo pelas condições de habitação;
- 8º – As últimas sobrevivências do espírito de extermínio verificado no fim do século passado e princípios do século actual.

Esta é, a traços muito breves, mas de cujos pormenores o Governo está informado, a situação actual da questão indígena de mão-de-obra. É certo que se tem escrito em diplomas oficiais que o problema é difícil. E não pode negar-se que seja. Hoje mais difícil do que ontem; amanhã mais difícil do que hoje. Mas é certo também de que isto se conhece de há 10 anos e que não surgiu nestes 10 anos uma única providência de ataque frontal à questão. Na verdade não se tem tratado de assuntos senão por meio de fórmulas e providências muito limitadas, cujo espírito é visivelmente o de empatar a doença na esperança de que o acaso a cure. [...]

[...] E a isto se chegou, Snr. Ministro – a isto que não se via desde os tempos áureos da escravatura: É o Estado o recrutador, o corretor das actividades da colónia que reclamam [mão-]de-obra. E uma vez que o Estado aceitou essa missão de fornecer pretos aos particulares, contra requisição, como se fornece uma mercadoria, é agora muito difícil arrear caminho, sem que se tome a reforma de processos, como violência, insuportável, para o que pomposamente se chamam os interesses económicos da Colónia. [...]

Mais factos alinhados à pressa:

Os pretos destinados ao contrato são concentrados na circunscrição, para inspecção médica (feita a maior parte das vezes por um enfermeiro) e enquanto esperam o transporte que os conduz ao seu destino. Este tempo de concentração dura por vezes mais de um mês. Durante este mês são empregados em trabalhos na granja da circunscrição, sem salários, só pela alimentação. No regresso mais um mês de concentração e trabalho. Um contrato de nove meses dura assim, praticamente, onze. Quando chegam às terras não têm de comer, porque não as cultivaram nem colheram mantimentos – e o pouco que juntaram (36,00 Ags. [*Angolares*] por mês), foi para o imposto.

A questão assumiu tal aspecto e tem sido, digamos, tão inconscientemente avaliada por quantos se habituaram a ela, como quem se habitua a um estupefaciente, que um missionário protestante americano que vive há 30 anos em Angola e ao qual se atribui a façanha de ter fornecido os elementos que serviram de base ao Relatório Ross, se atreveu a enviar uma circular às entidades administrativas, referindo a situação em termos desprestijosos para a nossa administração: trata-se do missionário Turk [*John Tucker*]. [...]

Julga-se ter moralizado um pouco o sistema, concedendo a cada homem 'contratado' que regresse à sua terra o direito de 'descansar' pelo menos um ano – quer dizer, garantindo-lhe o direito de não ser recontratado, durante um ano. Mas a verdade é que nem essa regra se respeita pois eu próprio já tenho encontrado indígenas com 2 ou 3 'contratos' seguidos.

Nas sanzalas por onde passo e que outrora vi fortemente povoadas, só encontro hoje mulheres e crianças. Os homens, dizem-me estas, andam no contrato. E protestam porque, dizem, 'não tem homem para ter filhos' (sic).

Todos os indígenas com quem falo, encaram o contrato como uma calamidade e falam dele com o mesmo pavor com que outrora se referiam a S. Tomé. [...]

Em 1937, correram em Lisboa, boatos acerca dos sentimentos separatistas manifestados por gente de Angola – boatos que se V. Exa. bem se recorda, deram origem ao exílio de Paiva Couceiro. [...] Pois hoje Snr. Ministro, já não poderia desmentir boatos idênticos com o mesmo vigor. No Sul da colónia se não há sentimentos separatistas profundos, não falta quem às claras namore a hipótese de uma anexação à África do Sul. [...]

ANEXO 5

Carta de Alda Espírito Santo sobre os massacres de São Tomé*[dactilografada, sem data – de 1953]*

Caros Amigos:

Há muito tempo já lhes devia ter escrito, pois desde Janeiro (9) me encontro em S. Tomé, a agradecer-vos as provas de boa e franca amizade que me demonstraram.

Contudo nunca deixei de pensar em vos escrever, mas concerteza que pelos jornais tiveram conhecimento de uma falsa rebelião em S. Tomé, que não passou de uma provocação do Governo local para semear milhares de vítimas, dizimar toda uma população.

Pois caros amigos, eu vivi aqui momentos como não espero tornar a viver em toda a minha vida. Para que façais ideia até onde pode chegar o sadismo selvático dos tiranos eu vou ver se vos exponho detalhadamente com toda a clareza o que se passou em S. Tomé, nesta pequena ilha. Confesso-vos que se eu não estivesse cá a viver, a ver e a sentir a exterminação total a que pretendiam reduzir os nativos, eu julgaria que em tudo isto houve uma boa parte de exagero. Eu desejo fazer uma exposição puramente baseada em dados concretos para que façais sentir aí todo o estendal de crimes que se passou aqui, porque é impossível que fique no silêncio toda esta tragédia que estamos vivendo e que em Portugal se continue a julgar que foi uma rebelião de nativos, quando tudo o que se passou não foi mais do que uma matança em série, uma loucura colectiva da parte da quase totalidade da população branca às ordens do governador e seus acólitos.

Desde há muito tempo o povo de S. TOMÉ vem sendo oprimido pelo Governador, quer por meio de rusgas, prendendo pela noite, levando indivíduos para as obras do Estado, para as brigadas de trabalho, sofrendo castigos corporais, com remuneração nula, ou mal remunerados, esbulhando-os das suas casas de habitação sob pretexto de construção de novas casas de habitação, perseguindo aqueles que se não curvavam ao seu despotismo; no entanto ainda não se tinha chegado ao ponto culminante.

Vieram então as provocações mais acintosas.

Primeiramente apareceu no semanário local um artigo da autoria do Curador-Inspector Franco Rodrigues sobre o contrato, fazendo entrever que a população nativa deveria passar a ser controlada pela Curadoria dos Indígenas, ficando a trabalhar sob o regime de dependentes das roças – um regime de escravidão mascarada.

O referido artigo descontentou o povo.

É necessário frisar que entre os elementos nativos sempre mais causticados pelos tiranos tem sido sempre a população da vila da Trindade.

Apareceu nas paredes uma afixação (sei que apareceu também à porta dum estabelecimento comercial 'Pereira Duarte') que era uma ameaça do Governador dizendo que seria liquidado quem pensasse em contratá-los. Presume-se também que essa ameaça seria apenas já uma provocação da parte deles (tiranos).

Começaram surgindo os editais mais pavorosos que imaginar se possa. Surgiu um dizendo que indivíduo mal intencionado propalava boatos falsos que não representavam a vontade do governo, atirando para a frente com o chavão 'comunismo'.

A certa altura novo edital promete cinco contos de gratificação a quem desmascarar o autor da famosa ameaça (enfim, aventuras do Far West).

No entanto na região de Caxão Grande, uma povoação vizinha da Trindade, nas noites de 1 e 2 de Fevereiro realizam-se rusgas comandadas por 'Zé Mulato', um criminoso que devia estar no Forte Roçadas por morte de homem, mas que é pessoa de confiança do Governador para castigar os indivíduos nas brigadas e dirigir as operações de sua confiança.

Um indivíduo da povoação consegue ferir um soldado indígena e desaparece.

Na noite de 3 de Fevereiro, o referido 'Zé Mulato', o tenente Fernando Ferreira, policiais, um jeep guiado por um cabo de nome Casaca vão fazer provocações na vila da Trindade, matando um homem que atravessava a Vila, conhecido por Pontes. O indivíduo é apanhado de costas. A população limitou-se a fugir para o mato e os tiros prosseguem por parte dos provocantes.

Só no dia 4 começam as prisões em massa, os tiroteios, as mortes de homens indefesos inventando que a população nativa queria marchar para a cidade com os machins (umas facas grandes com cabos compridos, instrumentos de trabalho no mato) e que pretendiam vir matar o Governador e todos os brancos, tomando para si as mulheres brancas, nomeando como governantes indivíduos desafectos ao Governador que ele sempre perseguira: Engenheiro Salustino Graça (preto), Virgílio Lima e Carlos Soares (europeus) e muito outros para vários cargos.

Enfim, engendraram células comunistas e tudo quanto quiseram para pôr à solta os seus instintos canibalescos.

Começou então a mobilização em série da população branca que desenfreadamente e sem procurar pensar na veracidade de tais acusações começou a cometer atrocidades. Na manhã do dia 4 o Alferes Jorge Amaral, destacado para essas perseguições aos nativos aventurou-se para o mato porque andava na fúria de chacinar os pretos. A certa altura falta-lhe uma bala na carabina; é apanhado de surpresa por um indivíduo com um machim que lhe tira a vida.

A partir dessa altura redobram as violências porque morreu na "refrega" um europeu e ainda um soldado indígena. Morto o alferes começa o êxodo. Onde não encontraram homens queimaram casas. A população foge desatinadamente e eles prosseguem na caça aos macacos. A ambulância e camionetas não cessam de passar para a Cidade com mortos, feridos e principalmente presos. Quarenta e sete indivíduos são metidos numa sala cuja cubagem não permite a respiração normal desses homens, tendo apenas uma janelita insuficiente para se poder respirar eficientemente. Os homens gritam, pedem água, imploram, mas perto de 30 indivíduos morrem asfixiados. Os sobreviventes são unânimes em se referirem ao facto e nomes deles surgem.

Os homens da Vila da Trindade morrem então nessa câmara de asfixia e são enterrados em vala comum, não constando suas mortes nos registos de óbitos. Isto passou-se na tarde de quinta-feira, dia 5 até a noite e madrugada de 6 (sexta-feira).

As casas são queimadas em série, povoações como Folha Fedi, Cangá, enfim todos os arredores da Trindade são pura e simplesmente destruídos. A febre continua. Os homens morrem. Corre sangue à toa. Fazem-se prisões em massa. A grande maioria dos funcionários públicos negros são presos, vão para a Brigada de Fernão Dias onde são acorrentados com correntes de duas voltas ao pescoço, à cintura e nas pernas. Sustentam ainda grandes tinas na cabeça, são metidos no mar até ao pescoço, enchem as tinas e vão esvaziá-las nas estradas: o descanso desses homens é apanhar pancada pelo Zé Mulato e seus acólitos.

Todos estes padecimentos têm por mira levá-los a fazer declarações falsas, engendradas já e planeadas pelos inquiridores. Os que se não submetem morrem: José Ribeiro, 2º Oficial da Fazenda; Venâncio Vera Cruz, comerciante; Francisco Aragão, proprietário, de 65 anos de idade; Tiny, funcionário da Câmara, e muitos outros foram vítimas dessas torturas em Fernão Dias. Homens mortos são aí lançados ao mar ou feitos desaparecer de forma inexplicável.

Em Santo Amaro, uma povoação cujos estabelecimentos foram encerrados, o grosso da população veio à cidade numa camioneta com bandeiras brancas a implorar a paz, a conselho do Regedor. Os homens são todos presos e enviados para Fernão Dias. Três deles morrem em presença dos seus companheiros: Júlio Boriças, «Inglês», «Haja Vida», são vítimas desse furor. E os outros são espancados e trabalham todos sem remuneração qualquer que não sejam os castigos. Dormem no chão à chuva, passam fome, a alimentação é incapaz.

Dá-se ordem a que os Administradores das roças açulem os serviçais para que saqueiem as casas, as roubem, queimem; mulheres e raparigas são violentadas, e os Administradores das Roças Hilagusa e Java - "Pirito" ordenam os roubos em série.

A 12 de Fevereiro há uma manifestação aos heróis. São condecorados o assassino José Mulato, fardado de militar, e o seu lugar-tenente Mortel e todos os que se salientaram nessas chacinas.

A 10 de Fevereiro é presa a minha Mãe e lá se encontra ainda.

Os indivíduos que eles entendiam ser os cabecilhas são enviados para a Ilha do Príncipe.

Chovem as acusações. Os jeeps acorrem à cidade desenfreadamente de ponta a ponta, divertindo-se em organizar listas, acicatados por questões pessoais e prendem-se os indivíduos, espancam-se, espalha-se o terror. Os nativos não podem andar na rua a partir das 21 horas. Toda a gente passa a esperar a hora da prisão. Minha Irmã esteve presa 20 dias, uma moça que conosco vive, igualmente (Sofia Cármen). Eu escapei porque chegou alguém destemido, que mostrou aos tiranos que as atrocidades se não podiam fazer à toa, que acima disso tudo estavam AS LEIS; e o aspecto de S. Tomé começou a modificar-se. As acusações começam a mudar de carácter, as mulheres atemorizadas ganham confiança, as prisões cessam e caminha-se até ao ponto em que

os três principais responsáveis pelos crimes que aqui se cometeram foram chamados pelo Governo Central.

No entanto, indivíduos da pandilha governamental pedem o regresso do Governador, conseguindo assinaturas de adesão com ameaças e falsidades de toda a ordem.

E agora estamos no ponto culminante.

O Tirano não pode voltar e é justo que se reconheça a inocência do povo, que haja uma reparação por todos os males que se fizeram.

120 indivíduos são enviados para o Príncipe quando se vêem aflitos com processos disparatados, arranjando então uma série de processos administrativos, e aqui na cadeia do Corpo de Polícia estão mais de 80 indivíduos aguardando julgamento. Fizeram-se as mais idiotas acusações. Usaram um processo de Cadeira Eléctrica para fazer falar os indivíduos; para que fizessem as declarações que exigiam, só não fizeram o que a imaginação desses tiranos não pôde conceber. Não se podia comunicar com ninguém. Tudo eram impedimentos. Idas a bordo, transmissões telegráficas canceladas, cartas violadas, tudo se fez, tudo foi permitido. E o que descrevi foi uma sùmula geral. Não descí a particularidades ainda de interesse, mas o que digo já julgo suficiente para se verificar no que consistiu a tal rebelião que os jornais e emissoras de rádio anunciaram.

Já vêem portanto como nada vos poderia dizer nem dar notícias.

Não tenho tempo para escrever mais. Só me escrevam quando houver portador de confiança. Pelo correio só a falar no tempo, na saúde e mais nada. Eu estou convencida que procedereis no sentido de fazer ver aí o que se passou por cá.

Para vós toda a amizade da

ANEXO 6

Manifesto do Comité Secreto da Independência*[dactilografado]***ANGOLANOS**

Este manifesto é distribuído e destinado aos naturais de Angola e é redigido pelo Comité Secreto da Independência, no pleno uso dos direitos que lhe são conferidos pelo longo período de preparação, sob duras perseguições e violências, exercidas pelos tradicionais métodos dos escravagistas de Portugal.

A Independência absoluta de Angola é uma fatalidade no ciclo histórico dos povos. E, sendo assim, é inabalável e inflexível o nosso desideratum de levar a bom termo a liberdade de acção de um território riquíssimo e que se mantém num estado atrasado, mercê do criminoso propósito dos escravagistas de Portugal.

Não estamos sós !

Algumas das mais poderosas nações do mundo advogam a nossa causa. Mesmo no Continente africano, temos a ajuda de nações florescentes e novas.

Fixai, patriotas, que a nossa vida já não nos pertence; – ela é destinada à defesa da Independência da nossa Pátria, da nossa Angola Livre e Eterna.

Consta que, em breve, vem a Angola o ministro de defesa de Portugal. Ele, não só para nós como inclusivamente para milhões de patrícios seus, é o símbolo do despotismo. – Aos olhos deste Comité esse ministro é, não só um déspota, mas analisando-o melhor, um polichinelo. – Nos corredores da Otan, em Paris, quando esse palhaço fardado passa, há sorrisos e cochichos significativos.

Certamente as nossas guerrilhas motorizadas lembram a esse palhaço que ele não é Napoleão como enfatuadamente se apelida junto do seu concubino Salazar.

E, posto isto, eis o programa que vamos executar, inflexivelmente, mesmo que para tanto as nossas chanas e as nossas montanhas tenham de ficar encharcadas de sangue:

– Constituição do Governo Provisório, que fará a Declaração da Independência como País Soberano e República Presidencialista.

– Constituição da Assembleia Legislativa por eleições livres, dos Ministérios e do Corpo Diplomático.

– Abolição do trabalho compelido.

– Autorizar e intensificar a imigração de elementos estrangeiros.

– Toda a actividade agrícola, comercial e industrial será dividida em pequenas empresas, para melhor distribuição das riquezas.

– Criação da moeda no âmbito esterlino.

– Criação do Banco Nacional de Angola.

– Autorização para a instalação de casas bancárias estrangeiras.

– Construção definitiva das estradas rodoviárias e ferroviárias.

– Imediata autorização para a livre exploração mineira do território.

– Criação de uma Universidade Geral.

– Criação do Departamento nuclear.

– Revisão das fronteiras com os países limítrofes.

– Liberdade de Culto.

– Nomeação de uma Comissão para a elaboração do Dicionário Nacional.

Na hora prevista e previamente marcada, o choque inicial com as forças escravagistas será rude, – mas o nosso objectivo é sagrado e temos a ajuda dos povos civilizados que preparam a Paz do mundo. E a paz do mundo só se consegue quando acabarem as violências dos escravagistas, como no caso dos escravagistas de Portugal, que, propositadamente, dificultam o progresso da nossa Terra.

Não haja ilusões !

Os tais escravagistas vão procurar estabelecer a confusão, com as suas habituais palavras de intriga.

Mas esta é a verdade: -

Nós queremos ser livres.

Nós queremos ter boas relações com todos os países do mundo.

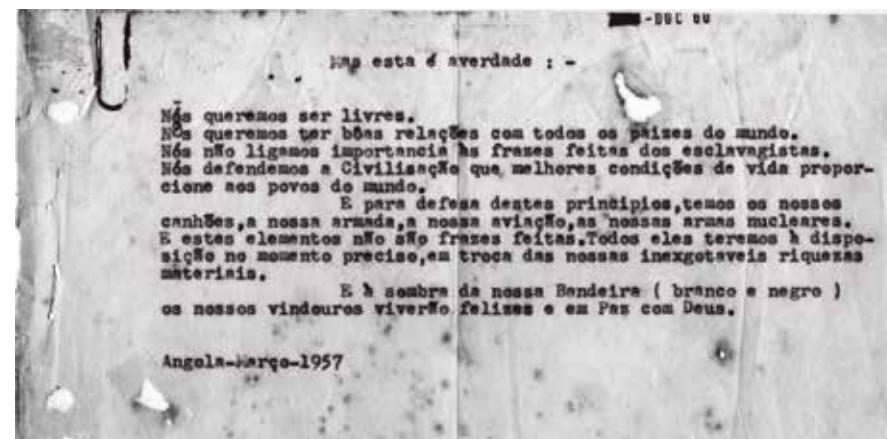
Nós não ligamos importância às frases feitas dos escravagistas.

Nós defendemos a Civilização que melhores condições de vida proporcione aos povos do mundo.

E para defesa destes princípios, temos os nossos canhões, a nossa armada, a nossa aviação, as nossas armas nucleares. E estes elementos não são frases feitas. Todos eles teremos à disposição no momento preciso, em troca das nossas inesgotáveis riquezas materiais.

E à sombra da nossa Bandeira (branco e negro) os nossos vindouros viverão felizes e em Paz com Deus.

Angola – Março 1957



ANEXO 7

Manifesto do Movimento da Independência de Angola*[policopiado – sem data]*¹

AOS ANGOLANOS

=====

Povos de África uni-vos!

Nada temos a perder senão as correntes da escravatura!

George Padmore

Conselheiro de Nkrumah para os assuntos africanos

A África entrou **DECISIVAMENTE** no caminho da **LIBERTAÇÃO!**

Diversos territórios africanos que se encontravam debaixo da exploração dos europeus (roças como a nossa Angola), estão alcançando a sua independência, como Ghana e a Guiné, já totalmente livres, a Nigéria, os Camarões e o Togo cuja independência será proclamada em 1960, quer dizer daqui a 12 meses.

Por outro lado, as colónias que formam a África Ocidental e a África Equatorial Francesas, e que são a Mauritânia, Senegal, Tchad, Dahomei, Costa do Marfim, Médio Congo, Gabão, Níger, Sudão, etc., e ainda Madagáscar, avançaram mais um passo no caminho da autodeterminação e independência.

Devemos pensar o que significa para os Povos Negros a Independência.

Quando dizemos Liberdade e Independência, queremos dizer: – que os destinos daquelas terras são orientados pelos próprios Negros, como em França, na Inglaterra ou em Portugal são orientados pelos próprios brancos!

Nos territórios livres, os Comandantes Militares, os Juizes dos Tribunais, os Comandantes da Polícia, os directores de Serviços Públicos como Fazenda, Saúde, Instrução, Administração Civil, etc., todos eles são africanos, filhos da terra!!!

Quando dizemos Liberdade e Independência queremos dizer: – que não há mais dificuldades para conseguir um simples bilhete de identidade; os empregos são primeiramente para os negros e não principalmente para os brancos como aqui em Angola, onde chegam aos montes, em todos os vapores, para tomarem os nossos bens e direitos, para usurparem as nossas terras, como sucede e sucedeu na Lunda, Amboim, Congo, no Vale do Bengo, na Cela, no Cunene, melhor dizendo em toda a Angola; lá os professores não terão a preocupação de ensinar só aos alunos brancos, e perseguir os negros, dando a estes notas baixas, chamando-lhes “seus pretos” e outras coisas.

Quando dizemos Liberdade e Independência queremos dizer que os Negros já não serão presos apenas por vontade do polícia branco, ou por acusações falsas, nem deportados para campos de concentração como os da Baía dos Tigres, Moçâmedes, Damba, S. Tomé e outros.

Quando dizemos Liberdade e Independência, queremos dizer que os negros não são excluídos do Governo da sua terra como em Angola!!! Não! Nos territórios

independentes, o governo que é para Negros, é constituído por Negros, e as leis são feitas para atender aos interesses dos Negros, e não como em Angola onde os brancos são os únicos beneficiados.

É esta a nossa situação, que todos bem conhecemos, em que hoje estamos na rua mas amanhã podemos estar na cadeia sem saber porquê. Nesta mudança de vida é que consiste a Independência. Independência que nós temos de conseguir também por dever de Homens, para com os nossos filhos e para com a nossa Terra, lutando como lutam os argelinos e outros. Reforcemos portanto a nossa organização, aumentando as nossas possibilidades económicas com o pagamento pontual das nossas quotas para o Movimento da Independência de Angola. Por pouco que seja, esse dinheiro torna-se muito logo que se junte ao de outros!!! Faça circular este manifesto pelos seus amigos certos, ainda que ele esteja no interior, porque a nossa luta tem que abranger Angola inteira! **OS NOSSOS INIMIGOS NÃO DEVEM VER ESTE PAPEL! ESTE MANIFESTO É SÓ PARA NÓS!**

Intensifiquemos a luta pela nossa libertação no ano que corre, **COM CAUTELA, MAS SEM MEDO! NÃO TENHAMOS MEDO DE MORRER POR ANGOLA! NEGRO DE ANGOLA** (preto ou mestiço) forma o teu grupo de patriotas com mais 2 ou 3 amigos (nunca aceites grupos grandes) um de vós irá formando outro grupo com mais dois, e assim por diante, até cobrirmos Angola inteira lutando pela liberdade do nosso POVO! Sigamos o exemplo da nossa Mãe Rainha NJINGA! Honremos a memória do nosso Rei NGOLA KILUANJI!¹ Lutemos por **LIBERDADE – FRATERNIDADE – PROSPERIDADE.**

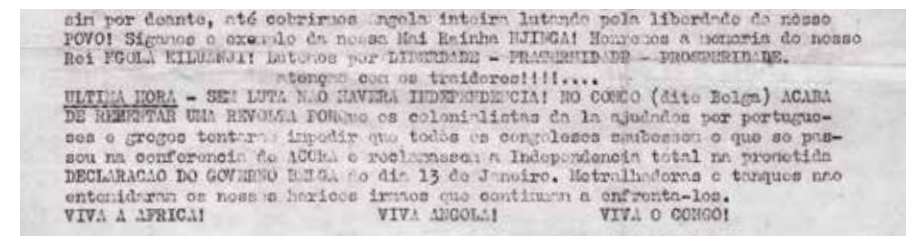
Atenção com os traidores!!!!...

ÚLTIMA HORA – SEM LUTA NÃO HAVERÁ INDEPENDÊNCIA! NO CONGO (dito Belga) **ACABA DE REBENTAR UMA REVOLTA** porque os colonialistas de lá, ajudados por portugueses e gregos tentaram impedir que todos os congolezes soubessem o que se passou na conferência de ACCRA e reclamassem a Independência total na prometida **DECLARAÇÃO DO GOVERNO BELGA** do dia 13 de Janeiro. Metralhadoras e tanques não intimidaram os nossos heróicos irmãos que continuam a enfrentá-los.

VIVA A ÁFRICA!

VIVA ANGOLA!

VIVA O CONGO!



1. As referências à Rainha Njinga e ao Ngola Kiluanji mostram a composição principal de pessoas de etnia Kimbundu...

ANEXO 8

Panfleto do Movimento de Libertação Nacional*[dactilografado – sem data]*¹LUTEMOS PELA LIBERDADE

AFRICANOS!

Uma onda de perseguições e prisões arbitrárias foi lançada pela PIDE com o propósito de sustar o movimento de independência e liberdade levado a cabo pelas populações de Angola, supondo-se assim possível fazer silenciar a luta dum povo pela sua libertação.

A Polícia, usando os métodos habituais de terrorismo e intimidação, deteve na madrugada do dia 24, domingo, por volta das quatro horas, em suas casas, FERNANDO PASCOAL, BENGÉ – primeiro oficial dos Serviços de Saúde aposentado, cujo irmão, ex-funcionário dos Correios, preso há tempos no Lobito, se encontra inutilizado por via dos maus tratos a que foi submetido – SEBASTIÃO GASPAS, CONTREIRAS, enfermeiro preso nos serviços onde trabalha, CARVALHO, enfermeiro, e LUCRÉCIO MANGUEIRA, funcionário da DTA, pessoas honradas e indefesas, supondo ter, assim, impedido que tal movimento de libertação prosseguisse nos seus justos e inabaláveis objectivos.

A todos eles foram efectuadas buscas em suas casas, levando a Polícia consigo livros e outros objectos.

Pretendeu-se ao mesmo tempo fazer crer que os responsáveis por todo um conjunto de documentos que de dia para dia surgem de todos os cantos do nosso muceque, são as pessoas agora detidas.

Engana-se a Polícia e o Governo que a faz intervir pelos processos desumanos e arbitrários, a luta do nosso povo não pode nem deve parar, porque ela representa luta pela liberdade, luta por um dia de trabalho, luta pelo direito a uma vida sem fome, sem escravidão, sem contrato, sem o chicote, sem brutalidade e opressão.

É preciso, Jovem angolano! Povo de Angola, que onde quer que estejais luteis pela libertação imediata de FERNANDO PASCOAL, BENGÉ, SEBASTIÃO GASPAS, CONTREIRAS, CARVALHO e LUCRÉCIO MANGUEIRA!

É preciso que em todos os locais de trabalho se organizem subscrições para auxílio à família dos presos.

É preciso protestar junto das autoridades e do arquiépiscopado.

É preciso que tais prisões não fiquem no silêncio e esquecimento porque isso significaria que a PIDE ficaria à vontade para efectuar novas e arbitrárias prisões.

É preciso apontar ao nosso povo todos os traidores, todos os denunciantes, todos os polícias. Dia e noite a Polícia vigia a área dos Muceques para espiar os nossos movimentos.

LUTEMOS sem perda de ânimo porque a nossa luta trará a vitória e a liberdade ao nosso povo.

AVANTE por um vasto movimento de solidariedade em nome e em defesa dos nossos irmãos detidos!

AVANTE para o desmascaramento sistemático e firme de todas as arbitrariedades da PIDE!

AVANTE para um movimento de unidade com todos aqueles, que independentemente da cor e da raça, desejem participar activamente na libertação do nosso povo!

PROTESTEMOS contra os maus-tratos a que foi submetido, já, o nosso irmão BENGÉ, o qual foi levado pela Polícia banhado em sangue!

ABAIXO A PIDE!

ABAIXO A OPRESSÃO!

ABAIXO A TIRANIA!

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

1. Documento existente nos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa. Estava anexo aos autos dos processos da PIDE contra os patriotas angolanos. É muito provavelmente de fins de Abril de 1959.

ANEXO 9

Manifesto do Movimento de Libertação Nacional de Angola*[dactilografado – sem data]*¹

AMEAÇA PSICOLÓGICA

AO POVO DE ANGOLA :

A conjuntura do levantamento dos povos africanos, que mais do que nunca estão decididos a lutar pela sua libertação é um acontecimento histórico tão real que os colonialistas portugueses se apercebem deste facto e estão bem certos de que as colónias portuguesas, não são rosários intocáveis, como eles propalam para esconder o fundo do medo, pois os colonialistas sabem perfeitamente que a fúnebre “integração” está à beira do abismo e tem os seus dias contados.

Isto está bem claro, que podemos ver nas iniciativas que tomam: Inauguração da carreira de tiros; visitas de aviões dos comparsas colonialistas; fixação de elementos de guerra no nosso território e muitas outras manobras que vêm levando a cabo principalmente nos últimos tempos.

“CATORZE POTENTES AVIÕES MILITARES”

É com este título sugestivamente ameaçador, que aparece nas páginas dos jornais, anunciando a presença de instrumentos de guerra que estão prevenidos contra nós Africanos de ANGOLA, e fazendo ao mesmo tempo a proclamação da demonstração de força que terá lugar no próximo domingo dia 26 do corrente.

AFRICANOS: Essa exibição de aviões de guerra, tem por objectivo intimidar o povo de ANGOLA, pensando os colonialistas que essas outras artimanhas fazem recuar ao povo de Angola da sua firmeza de lutar pela independência do território que os colonialistas conquistaram aos nossos antepassados pela força das armas.

Os colonialistas portugueses pretendem fechar os olhos à realidade quando sabem que o canto das sereias, à “Integração”, essa enxertia infeliz de elementos que não combinam, tão absurda, que só a hipocrisia e política das aves de rapina podia conceber um tal decreto, considerando as colónias “províncias ultramarinas”, que conservam no fundo o secular colonialismo imperialista. Mas, no entanto, essa teoria cai pela base porque uma casa dividida não se pode manter de pé.

Nós, africanos de ANGOLA, seguimos essas tácticas, compreendemos bem todas as manobras, por muito disfarçadas que elas sejam apresentadas e assim, como os meios justificam os fins poderemos chegar à conclusão de que os colonialistas querem a guerra e a estão a animar de dia para dia.

O vasto território de ANGOLA, que é catorze vezes e meia maior que Portugal salazarista, e maior ainda que Portugal, Espanha e a França juntos, não é nenhuma parcela de terra dentro da extensão de terra que vai do Minho ao Algarve. O território de Angola pertence aos seus legítimos donos e não aos conquistadores traficantes de escravos com todo o seu cortejo de crimes seculares, que todos os portugueses democratas, conscientes, devem procurar redimir os crimes dos seus entes, e que em caso contrário terão que pagar caro, com juros de custa e de moras o sangue angolano que tem derramado.

O povo de ANGOLA, luta pela sua independência incondicional, a toma de todos os meios ao seu alcance para conseguir a independência total, embora saiba de antemão que a cínica América, aliada interesseira, a Inglaterra, a ama-seca, fornecem armas aos colonialistas portugueses, para fazerem uso dessas armas contra os povos oprimidos, porque esses países, a América e a Inglaterra, os principais, além de outros interesses, impingem o material que acham desactualizado aos seus protegidos. Mas um dia talvez nos seja dado ver o território português hipotecado aos aliados.

Os Africanos de Angola, têm que varrer o jugo colonialista português, pois isso significa acabar com a guerra de extermínio ao nosso povo, acabar com o contrato, a “ESCRAVATURA DO SÉCULO XX”, acabar com as prisões onde os pretos são alimentados com um punhado de farinha com açúcar, acabar com as catorze horas consecutivas de trabalhos forçados nas roças, brigadas, etc., acabar com o tributo imposto, cujos rendimentos são convertidos na compra de armas prevenidas contra nós e manter a guerra da Índia onde os nossos irmãos, os soldados indígenas, são guardas fronteiriços para melhor serem dizimados como lhes convém, porque facilita o plano da “superpopulação”. Essa luta dos goeses, justíssima, e que é também a nossa luta, luta pela independência, luta do bem estar dos povos.

É preciso acabar com a miséria, a crise do desemprego, a mortalidade infantil assustadora, lutar pela defesa das nossas casas que estão marcadas com números pelos muceques onde os colonialistas querem abrir estradas para fins estratégicos, acabar com os chauffeurs que matam pretos com os carros, mesmo de propósito, acabar com os crimes nos hospitais onde os pretos morrem à porta do Banco sem assistência médica depois de longas horas de sofrimento, acabar com todo o pessoal racista dos hospitais, porque a medicina, essa nobre profissão, é uma arte de curar e não um conluio de assassinos, acabar com os chefes de posto que dão clister de gindungo aos pretos – Estanislau Matos da Fonseca, recentemente transferido do posto da Quiçama, acabar com outro da mesma categoria – Esteves “Posto de Viana” que atirou com todos os pretos daquela área na cadeia para não fazerem plantações, enquanto chove, isto para morrerem mais depressa, acabar com os horrores encabeçados pelo quadro administrativo em toda a ANGOLA, acabar com todas as entidades que dão e mandam dar palmatoadas aos pretos, a ponto de rebentar com a palma das mãos, inchar as nádegas e deixar numa miséria a planta dos pés e o corpo. Acabar com a exploração do vinho, essa infâmia, porque prende-se o consumidor preto e protege-se o vinho fonte de economia colonialista. Acabar com os empregadores, que negam nos serviços os africanos e dizem que dar empregos a estes é alimentar o exército inimigo, e outros ditos. Acabar com as distinções do preto indígena, preto assimilado, mulatos e brancos de segunda classe, porque essas qualificações são ardis dos colonialistas

1. Documento existente nos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa. Estava anexo aos autos dos processos da PIDE contra os patriotas angolanos. Deve ser de Abril de 1959, visto o Festival Aéreo, a que faz referência, ter sido a 26 de Abril.

para nos atirarem uns contra os outros, porque eles sabem que essa união apressa o momento da retirada dos colonialistas. Sejam prudentes e vigilantes não permitindo que o opressor estabeleça a confusão entre nós, como querem. Acabar com a tirania da PIDE com a perseguição policial onde quer que ela se apresente e sob qualquer forma. Lutar contra o envio dos presos para a metrópole, para aonde vão esconder os massacres e a exterminação dos nossos concidadãos. Dar todo o apoio e protecção a todo o perseguido por exercerem actividades justas que só desagradam aos colonialistas salazaristas.

Tudo isto irmãos só se pode conseguir com a luta da independência do nosso povo e da nossa terra. E só os Africanos de carácter estragado, assalariados do governo salazarista, individualistas, patriotas da barriga, que dizem calúnias para apresentar trabalhos aos seus patrões sedentos do sangue dos justos, essa minoria é que não quer compreender a razão dessa luta porque para eles está o interesse acima de tudo.

Um dia mostraremos aos cínicos do Corifeu do governo escravagista opressor e a toda a sua corte que as ameaças em lugar de intimidar, estimulam cada vez mais a continuação da luta, porque a declaração de guerra do governador sá viana rebelo está presente na consciência dos africanos, assim como a prevenção, cujos sintomas são a presença desses aviões de guerra que vêm fazer demonstrações de paraquedistas, treinados com ensinamentos da França, esse país que está a braços com os nossos irmãos na Argélia, cuja luta constitui um exemplo para todos.

Portanto, se homem prevenido vale por dois como sejam nós Africanos de Angola, e os outros que nos querem ajudar, foi com esse tom que sá viana rebelo lançou a declaração de guerra. Os Africanos põem-lhe na boca uma frase de grande reflexão: “Quem semeia ventos colhe tempestades”.

O movimento de libertação, apela para uma frente unida a dirigir a força num sentido, contra o inimigo comum o colonialismo português.

LUTEMOS pela liberdade de Sebastião Gaspar, cobrador da casa Lemos & Figueiredo, João Lopes Teixeira, electricista da aeronáutica, Armando Ferreira, empregado consular em Léopoldville, Lucrécio Manguera, funcionário da DTA o seu sogro residente no Congo-Léo, Bengé [António Pedro B.], funcionário dos Serviços de Saúde e Belarmino Vandunem do mesmo quadro, Fernando Pascoal da Costa, funcionário aposentado dos Caminhos de Ferro, André Mingas, funcionário dos Serviços de Fazenda, Pascoal de Carvalho, Contreiras [António José C. da Costa], e outros mais; Lutemos pela liberdade dos trinta e cinco indivíduos de Malange detidos na Casa de Reclusão há mais de seis meses, e outros que foram recentemente presos em Malange, Benguela e Moçâmedes. Lutemos pela liberdade de Muxinda Kindamba, soba de Bula Atumba, e Kimbi Gunga, ambos da região dos Dembos. Manifestemos a nossa solidariedade a um patriota indiano entregue à PIDE.

Protestemos junto das autoridades consulares, protestemos contra as prisões que estão previstas de muitos angolanos.

ATENÇÃO AFRICANOS – Em virtude da fusão do Movimento de Libertação de Angola com o Movimento de Libertação Nacional, o movimento passa a ter a denominação de “MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE ANGOLA”.¹

1. Este documento anuncia a fusão do MIA com o MLN e a consequente criação do Movimento de Libertação Nacional de Angola.

POVO DE ANGOLA:

A presença de uma força aérea armada em Angola é feita no sentido do extermínio do nosso povo, da nossa terra, dos nossos bens.

Domingo, dia 26, não compareças no festival do Aeroporto, porque isso significa que participarás no festival que se pretende transformar no massacre do teu povo.

Angolanos! Democratas! Protestemos contra as arbitrariedades da Pide e contra as manobras de intimidação a que sujeitam o nosso povo.

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE ANGOLA apela para todos no sentido de uma luta aberta e decisiva para a LIBERTAÇÃO DE ANGOLA.

Fora com a força aérea armada!

Fora com os colonialistas!

Fora com a PIDE e as suas odiosas perseguições!

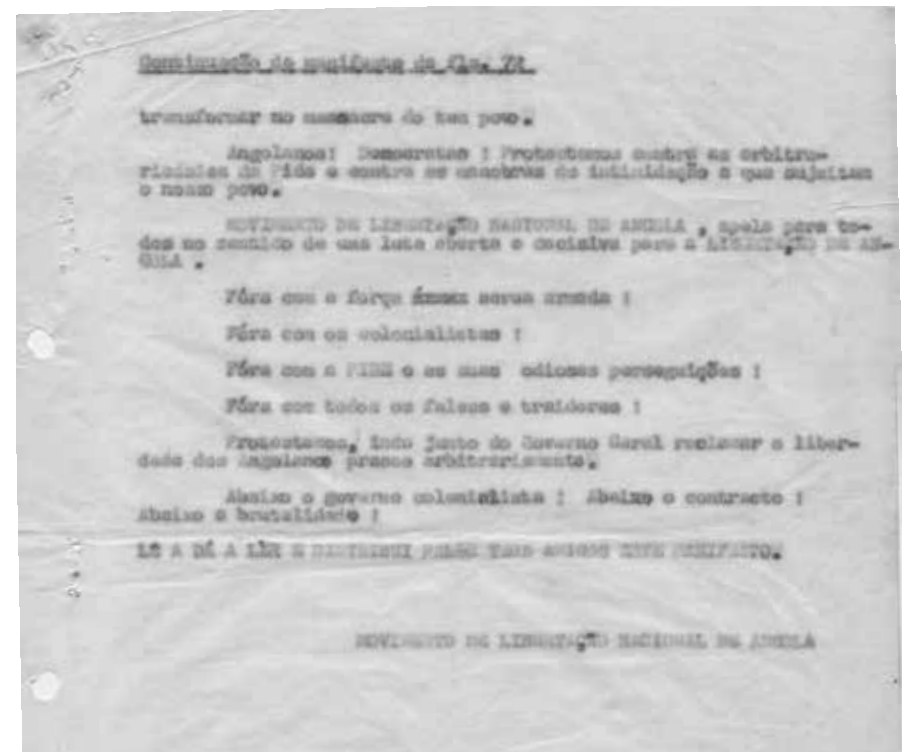
Fora com todos os falsos e traidores!

Protestemos, indo junto do Governo Geral reclamar a liberdade dos Angolanos presos arbitrariamente.

Abaixo o governo colonialista! Abaixo o contrato! Abaixo a brutalidade!

LÊ E DÁ A LER E DISTRIBUI PELOS TEUS AMIGOS ESTE MANIFESTO.

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE ANGOLA



ANEXO 10

Panfleto de Movimento de Libertação Nacional de Angola*[dactilografado – sem data]*¹

NENHUM PRESO POLÍTICO DE ANGOLA DEVE SAIR DE ANGOLA

A insólita e extraordinária atitude do governo português quanto às prisões de elementos africanos de Angola, representa mais uma farsa da tão apregoada “integração” e pretende mostrar aos olhos dos estrangeiros a razão de ser das atitudes e palavreado de intenção bélica do zelador armamentista Sá Viana Rebelo.

Preso ilegalmente pela odiosa PIDE sem qualquer culpa formada e sem direito de cidadãos livres assegurado a qualquer homem pela Carta das Nações Unidas, encontram-se os nossos irmãos africanos encarcerados, demonstrando-se assim o fingimento da constituição política do governo opressor colonialista, cuja realidade diz não passar ela de papel como letra morta.

Os criminosos do governo opressor colonialista português têm toda a má-fé de fazer prevalecer as citações dos falsos relatórios, aldrabices engendradas pela PIDE e que são atribuídas como revelações dos próprios presos.

Não podendo portanto o povo de Angola ficar indiferente perante tais actos e arbitrariedades a que estão sujeitos todo e qualquer africano, e que ainda vem agravar mais as péssimas e indignas condições de vida em que vive o Povo negro, torna-se importante que por todos os meios ao nosso alcance exija do governo opressor salazarista a libertação de todos os presos políticos ilegalmente detidos.

Constando que o governo opressor colonialista tem a intenção de os transferir para as prisões metropolitanas para poderem exercer sobre eles toda a espécie de brutalidades sem nome, sem que o Povo de Angola tenha conhecimento disso e sem levar a que a opinião pública em geral tenha conhecimento de tais processos, torna-se necessário que todos nós pugnemos para que nenhum preso saia de Angola.

Passamos, por isso, a enumerar alguns factos que levam o governo opressor colonialista a transferir os presos políticos de Angola para a Metrópole e ali efectuar o seu arbitrário e ilegal julgamento.

1) O governo colonialista de Salazar pela sua hipocrisia não pensa resolver judiciosamente a questão dos presos políticos em Angola porque na matéria criminal não acha elemento suficiente que justifiquem as penas arbitrárias que querem aplicar ferozmente contra os presos;

2) Sabendo o governo português que se procedesse a julgamentos à porta fechada a primeira reprovação seria ditada pelos próprios portugueses residentes em Angola,

e talvez alguns se pronunciassem publicamente contra essa vergonhosa atitude e desumanidade;

3) As entidades consulares fixadas em Angola não dariam apoio a tais julgamentos, o que seria caricato perante os seus próprios aliados;

4) Quererem os colonialistas ocultar o mais possível tais arbitrariedades para que o caso não seja do domínio público nem atravessasse fronteiras;

5) O governo colonialista salazarista sabe de antemão que caso esses arbitrários julgamentos fossem efectuados em Angola, o alarme seria tão grande fora e dentro do país, que abalava seriamente a política da apregoada “integração” que os colonialistas pretendem manter a todo o custo;

6) Com a transferência dos presos políticos para a Metrópole, o governo português tem a intenção de anular o contacto e dificultar a defesa dos presos mesmo por vias legais;

7) O governo tirano salazarista desafoga-se melhor da responsabilidade dessas vidas humanas no caso de se exigir esclarecimentos quanto ao paradeiro dos presos, porque bastará responder que estão cumprindo pena quando já estiverem, de facto, mortos.

O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE ANGOLA pronuncia-se terminantemente no sentido de os presos políticos de Angola não saírem de Angola, seja para o que for, porque essa resolução ocasional do governo português tem um fundo malicioso para abafar a questão, esconder os crimes e torturas para arrancar “CONFISSÕES” e fazer desaparecer centenas de vidas humanas como é hábito. Esses homens são cidadãos angolanos e portanto é sangue angolano que vai ser derramado.

Presos ilegalmente para serem julgados em tribunais de pro-forma onde “os lobos uivam” em função do governo opressor e não de lei nem dos factos. Querem julgar fora do próprio território de Angola cidadãos angolanos, apodados segundo a miserável acusação da PIDE de elementos subversivos, para serem atirados nas masmorras das fúnebres cadeias onde encontram a morte, embora se diga não estar prevista na constituição cínica portuguesa a pena da morte, mas no entanto mata-se e fazem-se desaparecer sorrateiramente os cadáveres.

O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE ANGOLA lança um apelo a todo o Povo de Angola, inclusive europeus, no sentido de exigirmos a libertação imediata de todos os presos.

O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE ANGOLA lança o seu apelo a todas as consciências e instituições humanas sem excepção, ao Povo português metropolitano, para que desde já denuncie a intenção repressiva do governo salazarista sobre os presos de Angola, envidando esforços e lutando contra a falada decisão do governo de enviar os presos políticos de Angola para a Metrópole e impedir a perpetração dos crimes.

AO POVO DE ANGOLA! AOS AFRICANOS! Sejam presentes a todos os acontecimentos pela causa nobre e justa, a sagrada aspiração do Povo de Angola: A INDEPENDÊNCIA TOTAL!

LIBERDADE PARA TODOS OS PRESOS POLÍTICOS!

QUE NENHUM PRESO SEJA LEVADO PARA FORA DE ANGOLA!

1. Documento existente nos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa. Estava anexo aos autos dos processos da PIDE contra os patriotas angolanos. Parece ser também de Abril de 1959.

ABAIXO O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DO BIÉ!
QUE NENHUM PRESO POLÍTICO DE ANGOLA OU DA METRÓPOLE
SEJA LEVADO PARA O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DO BIÉ!
DENUNCIEMOS AS ARBITRARIEDADES DA PIDE!
LIBERDADE! LIBERDADE! LIBERDADE! LIBERDADE!
LUTEMOS INDEPENDENTEMENTE DA COR E DA RAÇA PELA
LIBERTAÇÃO DE ANGOLA!

O MLNA passará daqui para diante a dar notícias de todos os provocadores, informadores e agentes da PIDE, referindo-os pelos seus nomes, profissões e locais onde actuam.

ATENÇÃO AFRICANOS!
É PRECISO ESTAR VIGILANTE!

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE ANGOLA

ANEXO 11

Artigo de Mário de Andrade em “La Gauche”

[dactilografado – sem data]¹

POR DETRÁS DA CORTINA DA MENTIRA E DO MEDO INQUIETAÇÕES E VAGAS DE TERROR EM ANGOLA

O maior slogan da política interna e externa de Portugal é sem dúvida o da tranquilidade e satisfação paradisíacas que reinam nas chamadas “províncias portuguesas” (sic) do Ultramar.

Todos os dias os jornais portugueses, mormente os das colónias, num gesto evidente de quem nos quer lançar poeira aos olhos, publicam extensos artigos em que nos são contadas e cantadas as delícias da “pax lusitana”, e que nos põem em guarda contra os agitadores de fora e contra os “ventos que sopram do Leste”.

Frequentemente surge no estrangeiro quem, com uma inconsciência de arrepiar, ou com evidente espírito mercantil, presta ouvidos complacentes a estas despudoradas mentiras, e aparecem na imprensa estrangeira artigos exaltando a incomparável obra dos colonialistas portugueses, o seu espírito de fraternidade cristã, o surto de progresso que estão imprimindo às suas possessões, a tranquilidade e a paz que reinam naqueles bocados de céu “pelo mundo em pedaços repartido”, como cantou um dos seus poetas.

Ainda não há muitos dias, apareceu no jornal “O Mundo Português” do Brasil um artigo intitulado “Consciência do Dever” em que se escrevia, entre outras muitas baboseiras, o seguinte:

“A unidade da Nação lusa é indiscutível e indiscutida. É certo que surgem, de quando em quando, boateiros preconizando dissensões e proclamando existirem inquietações nas Províncias do Ultramar.

“Todavia nada de sério existe, senão na vontade dos poucos inimigos do actual governo de Portugal.

Ultimamente os palradores procuram referir-se à situação nas Províncias ultramarinas. E falam de incidentes, de recalques, de anseios de liberdade...

Em nenhuma dessas Províncias há inquietação. Não há em qualquer desses pontos do todo lusitano conflitos, nem, tão pouco, vozes que se ergam contra o governo central.

Angola e Moçambique, para citar apenas as duas maiores Províncias ultramarinas de Portugal, são forjas de trabalho e de paz. Seus naturais laboram, realizam, criam, esforçam-se ao lado dos europeus, identificados com o ideal comum que é a grandeza nacional (o sublinhado é nosso).

1. Este artigo foi escrito entre Agosto e Setembro e foi publicado no “La gauche” (jornal belga) em Outubro de 1959, com o título «Terreur policière en Angola». Não se conseguiu localizar o artigo.

É possível que haja algum perigo. Mas este é de ordem externa, de estrangeiros que invejam a evolução, o avanço extraordinário que se processa em todas as terras do Ultramar português...

Se os inimigos existem, pois, são eles do exterior. São agentes imperialistas que se não conformam com o clima de ordem, de paz e de trabalho que impera em todos os pontos onde tremula o pavilhão da Lusitânia”.

Isto é um pano de amostra das inúmeras mentiras que todos os dias aparecem na imprensa e na rádio, quer portuguesas, quer estrangeiras.

Todavia, se os africanos tivessem a palavra...

Mas não! Em Portugal e nas suas colónias, a ditadura de Salazar matou toda a liberdade de pensamento e de associação. Nenhum jornal pode ser publicado sem ser “visado pela comissão de censura”. Partidos políticos, só um – a “União Nacional” de Salazar. Sindicatos, só os controlados pelo Governo. Nas colónias, então, nem sequer se pode pensar em publicar jornais ou fundar sindicatos dos africanos e para os africanos.

A bota da ditadura e do colonialismo esmaga toda a cabeça que pretenda levantar-se, imobiliza todo o braço que queira agir, faz emudecer toda a língua que ouse reclamar. Para isso tem o Sr. Salazar uma polícia hábil e activa – a terrível P.I.D.E. (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) – que não fica nada a dever à Gestapo de Hitler.

Para esses “rebeldes”, “indesejáveis”, “comunistas”, “perturbadores da ordem”, existem as prisões e os campos de concentração.

Senão, vejamos:

Numa tarde de domingo, no dia doze de Outubro de 1958, 24 negros foram presos num campo de futebol dos arredores de Luanda (capital de Angola), e depois de maltratados na prisão, onde permaneceram longo tempo incomunicáveis, sem culpa formada e sem a mais rudimentar defesa, foram finalmente deportados para os campos de concentração do sul de Angola (Moçâmedes, Baía dos Tigres, Porto Alexandre, etc.). Entre esses deportados contava-se uma mulher, de nome Filipa Manuel, com uma criança de colo.

O crime destes desgraçados foi terem enfrentado, em legítima defesa, alguns “colonos” que alvejaram a tiro alguns negros indefesos, em consequência duma dessas vulgares zaragatas que se costumam armar nos campos de futebol. Claro está que os beneméritos “colonos” nem sequer foram incomodados pela Polícia.

Factos destes sucedem a cada passo, sem que seja possível lançar o mais apagado grito de revolta ou protesto. E os jornais, todos eles colonialistas “à outrance”, guardam, claro está, sobre estes factos, o prudente silêncio de Conrado.

Mas há mais.

Na manhã de Páscoa deste ano corrente (dia 29 de Março), a terrível P.I.D.E. desencadeou sobre a pacífica população negra de Luanda uma autêntica operação de terror. Foram então presos (aguardando ainda julgamento), Lucrécio Mangureira, António Pedro Benge, Fernando Pascoal da Costa, Sebastião Gaspar Domingos, Agostinho [de] Carvalho, Contreiras [*António José C. da Costa*], Joaquim de Figueiredo, Belarmino Van-Dúnem, André Mingas, Pascoal de Carvalho, João Lopes Teixeira, Armando Ferreira da Conceição, Muxinda Kindamba, Kimbi Gunga e muitos outros.

Decorrido algum tempo, novas operações de terror e novas prisões em massa.

A população de Luanda, que a princípio seguia com atenção e o coração apertado as incursões da P.I.D.E. nos domicílios, nos escritórios e nas repartições públicas, acabou por ficar desorientada e perdeu o número dos presos.

Retenhamos todavia alguns nomes, entre os mais conhecidos: Ilídio Machado (preso em Lisboa, enquanto se encontrava em férias, e dali trazido a Luanda), Higinio Aires, André Franco de Sousa, Gabriel Leitão Pereira, Carlos Aniceto Vieira Dias (mais conhecido por Liceu), Manuel dos Santos (conhecido por Capicua), Mário Guerra, António Rebelo de Macedo, Dias Nobre, Noé Saúde, Luís Rafael, Mendes, Mário Augusto da Silva, Carlos Alberto dos Santos Van-Dúnem (Beto), Francisco José Africano, Amadeu Amorim, o poeta Mário António de Oliveira, Mário António Soares de Campos, Manuel Alves da Cruz, Abílio Rodrigues da Costa, o cidadão norte-americano Francisco Javier Hernandez, natural de Cuba.

Miguel Fernandes (Catuto), preso enquanto fazia escala por Funchal a caminho de Lisboa, e António Monteiro ficaram doidos em consequência dos maus tratos sofridos nos calabouços, e foram por isso internados na Psiquiatria de Luanda. Já meses antes, uma outra vítima da P.I.D.E. (um dos irmãos Benge) ficou até agora paralisado e mudo, em consequência dos maus tratos recebidos.

Serão também julgados, apesar de se terem escapado às malhas da P.I.D.E., Matias Miguéis, angolano residente actualmente na República do Congo, e dois cidadãos estrangeiros – Laurence Holder, negro-americano, e Karl Dogbe, natural de Ghana – ambos residentes em parte incerta.

Tem larga e profunda significação humana o facto de que os presos pertencem aos mais diversos credos políticos e religiosos, aos mais variados níveis de cultura. Há entre eles católicos e marxistas, protestantes e indiferentes, funcionários do Estado e humildes operários, sobas (autoridades tradicionais) e simples cobradores.

Nem faltam mesmo alguns brancos, que, havendo cometido o “crime” de se solidarizarem com as reivindicações dos negros, foram também dar com os ossos na prisão. São bem conhecidos em Luanda os nomes do Engenheiro Calazans Duarte, Arquitecto Veloso, Doutora Julieta Gândra (médica), José Meireles, Helder Neto, José Graça, José Cardoso, Adolfo Maria e o poeta António Jacinto.

A lista está simplesmente no princípio. Muito mais prisões foram feitas, e aguardam-se ainda muitas outras.

A espada de Dámocles está agora suspensa sobre dois sacerdotes católicos nativos: o Cónego Manuel das Neves e o Padre Pinto de Andrade.

São duas das personalidades eclesiásticas mais em evidência em toda Angola. O Cónego Neves, Prelado Doméstico de Sua Santidade, é pároco da Sé de Luanda, Deão do Cabido Metropolitano e Vigário Geral da Arquidiocese de Luanda. O Padre Pinto de Andrade, Licenciado em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma, é Professor do Seminário Menor e Maior de Luanda e Chanceler da Arquidiocese. Note-se de passagem que os cargos de Vigário Geral e de Chanceler são os dois lugares mais importantes a seguir ao Bispo diocesano.

Contra estes dois Padres lançou o Tribunal um despacho de pronúncia, propondo que ambos sejam interrogados pela Gestapo de Salazar (a terrível P.I.D.E.), a fim de averiguar até que ponto vai a responsabilidade deles na maturação da consciência africana e a sua participação na luta clandestina do Movimento de Libertação de Angola.

Acabarão eles também por serem presos? A população de Luanda (é de notar o grande prestígio de que estes dois sacerdotes africanos gozam, quer entre os negros, quer entre os brancos) não alimenta ilusões a esse respeito. Eles sabem muito bem que a ditadura de Salazar e o colonialismo português riem-se da opinião pública (seja esta nacional ou internacional) e não temem o poder moral da Igreja. E apontam dois exemplos recentes e desanimadores:

O General Humberto Delgado, candidato da Oposição nas eleições presidenciais de Portugal o ano passado, teve que pedir asilo político na embaixada do Brasil e exilar-se para aquele país. E contudo tratava-se de uma das personalidades mais prestigiosas e sem dúvida a mais popular de Portugal. O Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, por ter ousado criticar, numa carta aberta, a política de Salazar, que reputou contrária à doutrina social da Igreja, viu-se obrigado a exilar-se em França.

Contudo a P.I.D.E. continua hesitante no que diz respeito à prisão dos dois padres africanos acima referidos. Temem, de qualquer modo, a reacção do povo (pois que estes padres são duas espécies de símbolos para os negros de Angola), e receiam entrar em conflito com a Igreja e perder assim o apoio desta na colónia. Ninguém, com efeito, ignora, que as Missões foram as precursoras do colonialismo português e continuam sendo o seu baluarte mais eficaz.

Quais os crimes de que são acusadas todas estas vítimas da Gestapo de Salazar?

O seu grande crime é o de lutarem pela liberdade. Não alimentam outra ambição senão a de romperem as correntes da escravatura.

Para isso se organizaram os angolanos em grupos clandestinos de 2 e 3 e se lançaram num largo Movimento de Libertação de Angola. Foram distribuídos clandestinamente numerosos panfletos passados a ciclostil, nos quais se gizavam programas de acção, se faziam proclamações de luta anticolonialista, se denunciavam as injustiças, as violências, os propósitos imperialistas e as mentiras dos “patrões” portugueses.

Antes do Movimento de Libertação de Angola,¹ já outros movimentos se tinham organizado: PLUA (Partido para a Luta Unida de Angola), ELA (das iniciais dos pseudónimos dos principais iniciadores do movimento), Movimento de Libertação Nacional, etc.

Infelizmente, a P.I.D.E. trabalha com uma rede de espionagem bem montada, contando com inúmeros informadores entre a população negra, aos quais remunera generosamente. Em virtude de inconfidências, denúncias e uma certa inexperiência neste género de luta, a Gestapo do Sr. Salazar acabou por descobrir muitos centros de irradiação da luta antiesclavagista, e mais de uma centena de abnegados combatentes da liberdade foram parar às masmorras.

Os maus tratos sofridos nas prisões da P.I.D.E. já se tornaram proverbiais. Todos ou quase todos passaram pela “clássica” tortura da “estátua”, a qual consiste em obrigarem o preso a manter-se dias e noites seguidos em pé, sem poder sequer encostar-se nem muito menos dormir, até “confessar” os “crimes” de que é acusado ou denunciar pessoas que a P.I.D.E. persegue. Muitos sofrem injúrias, bofetões, ameaças de toda a ordem...

Agora, terminada a instrução dos processos, foram estes entregues ao Tribunal de Luanda. Dentro de um ou dois meses (não se sabe ao certo quando) começam os julgamentos.

Qual será a atitude dos juízes e quais as penas que cairão sobre os presos?

Eles são acusados de haverem incorrido no crime de que fala o artigo 151 do Código Penal Português, ou seja de crime contra a segurança interna e externa do Estado. As penas previstas vão de um mínimo de dois anos até um máximo de 24 anos. Trata-se do crime mais grave do Código Penal Português.

Haverá no mundo chamado livre democratas corajosos e lógicos, que se resolvam a desencadear uma campanha através da imprensa, da rádio, das organizações sindicais, políticas e culturais, das instâncias internacionais, a fim de evitar que estes batalhadores da liberdade, na maioria jovens, vão apodrecer nas masmorras da P.I.D.E., talvez deportados para a Ilha do Sal (no Arquipélago de Cabo Verde)? Que fazem a ONU e a sua Comissão das Curadorias? Para que existe a OTAN? Para que é que foi escrita a Proclamação dos Direitos do Homem?

Se não se abre uma veemente campanha de imprensa no campo internacional, os fascistas portugueses não hesitarão em condená-los a pesadas penas. Para eles não conta a reacção (praticamente nula) dos cinco milhões de negros de Angola. Aliás, se estes ousassem levantar a cabeça, lá estariam as metralhadoras para os reduzir ao silêncio e à imobilidade.

Os ditadores e os fascistas sempre se apoiaram no direito da força. E os colonialistas de Salazar mais do que ninguém.

Ainda há poucos dias, os Altos Comandos Militares Portugueses decidiram fixar nas colónias de África a maior parte dos seus efectivos militares. E o General Gomes de Araújo, Director do Instituto de Altos Estudos Militares, no discurso com que inaugurou o ano lectivo daquele Instituto, em 3 de Novembro corrente, não teve pejo em afirmar que “a soberania nasce com as forças armadas e morre quando elas desaparecem”.

A afirmação não poderia ser mais categórica. A luva foi atirada. Quem a levantará? Uma grave ameaça pesa, não somente sobre as populações de Angola, mas sobre a concepção mesma de democracia e de liberdade. Haverá no mundo chamado livre democratas suficientemente honestos e coerentes para não deixarem a ameaça sem resposta?

1. *Aqui não se fala em «Popular», mas a partir de agora passa a fazer parte da sigla.*

ANEXO 12

MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA
(M.A.C.)MANIFESTO ANTI-COLONIALISTA
AOS
POVOS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS DE ÁFRICA(Da Colecção “Documentos do M.A.C.”)
Janeiro 1960

AFRICANOS: LEIAM, ESTUDEM, EXPLIQUEM, DISCUTAM E DIVULGUEM ESTE MANIFESTO! ELE DEVE SER CONHECIDO POR TODOS OS HOMENS, MULHERES E JOVENS DOS NOSSOS POVOS OPRIMIDOS PELO COLONIALISMO PORTUGUÊS!¹

I. OS POVOS AFRICANOS E A DOMINAÇÃO ESTRANGEIRA

1. Uma tradição de luta contra o colonialismo

O exame da História dos Povos Africanos demonstra, inequivocamente, que nunca esses povos deixaram de lutar até o limite das suas forças contra a dominação estrangeira. A luta pela liberdade e contra o domínio estrangeiro, é um facto concreto e permanente de tradição histórica dos povos do Continente Africano e, realizada sob várias formas, atesta a sua inalienável vocação para determinarem eles próprios os seus destinos – livres e independentes de imposições estrangeiras.

O direito à autodeterminação e à independência é, pois, a expressão da tradicional e sempre manifestada vontade combativa dos povos Africanos contra a dominação estrangeira.

Em verdade, a dominação, a pilhagem e a exploração dos Africanos e de África pelas potências colonialistas, só puderam assumir grandes proporções, quando os países imperialistas, sob inspiração e direcção de potências europeias, puseram em prática uma Frente imperialista mundial contra os povos Africanos.

1. No documento original, este Apelo encontra-se depois do Índice.

A Conferência de Berlim de 1885 foi uma etapa decisiva da subjugação de África pelo imperialismo. Mas, apesar da superioridade técnica dos países imperialistas, alicerçada, aliás, no monopólio europeu dos valores criados por civilizações milenares da África e da Ásia, a dominação estrangeira nunca chegou a ser completa.

Os povos Africanos nunca deixaram de manifestar, sob várias formas, um ódio activo ao domínio estrangeiro. Esta é a honrosa tradição dos povos de África em face da dominação estrangeira.

Nós, os Africanos de hoje, devemos conservar e exaltar essa tradição com dignidade.

2. A luta vitoriosa dos Africanos contra o colonialismo

A resistência dos Africanos ao colonialismo entrou numa fase mais enérgica e irreversível com a participação dos Estados independentes de África na Conferência de Bandung (1955) e com a adesão activa dos povos Africanos aos princípios por ela expressos.

A Conferência de Bandung condenou o colonialismo sob todas as formas e considerou-o como “um mal que deve ser rapidamente liquidado”; proclamou que “a sujeição dos povos ao jugo, à dominação e à exploração estrangeiras, constitui uma negação dos Direitos Fundamentais do Homem, é contrária à Carta das Nações Unidas e é um impedimento à promoção da paz e da cooperação mundiais”; declarou sustentar a causa da liberdade e da independência para todos os povos; fez apelo às potências coloniais para concederem a liberdade e a independência aos povos dependentes; proclamou o princípio da ajuda mútua dos povos da Ásia e da África na luta pela liberdade, pela independência e pelo progresso.

A Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (Cairo, 1957), realizada depois da libertação de mais povos do domínio estrangeiro, foi uma prova de que as massas populares organizadas da África e da Ásia tinham transformado o “espírito de Bandung” numa força invencível, para a luta contra o colonialismo. Essa Conferência afirmou que os “princípios de Bandung” “devem constituir a base das relações internacionais”; votou que “o direito à completa independência de todas as colónias e de todos os protectorados seja reconhecido, e que seja reconhecido imediatamente pelas potências em causa”.

A Conferência dos Povos Africanos (Accra, 1958) reafirmou os princípios das Conferências de Bandung e do Cairo, e veio avivar no coração de África a chama da luta pela liquidação do imperialismo e do colonialismo; proclamou que essa luta é a missão mais urgente e mais importante para todos os Africanos, e que a libertação de África da dominação estrangeira será obra dos próprios Africanos; estabeleceu que a África terá de ser completamente libertada ainda na presente geração.

A prática quotidiana da luta contra o colonialismo está a forjar um futuro digno, imediato, para os povos Africanos.

A luta dos povos do Quénia, da Niassalândia e da África do Sul, longe de terem sido liquidadas, desenvolveram-se mais e melhor.

A luta heróica do povo da Argélia está a provar que qualquer povo Africano oprimido é capaz de resistir e de lutar vitoriosamente contra os opressores colonialistas – e é um exemplo e uma fonte de inspiração para os movimentos de libertação nacional em África e no mundo inteiro.

No Congo, no Ruanda-Urundi e no Tanganyika, a luta do povo Africano marcha para a vitória, e os povos da Nigéria, Somália, Camarões, Togo e Federação do Mali (Senegal e Sudão) reconquistarão a independência dentro de pouco tempo.

Em menos de dez anos milhões de Africanos, entre os quais os povos do Ghana e da República da Guiné, reconquistaram a independência nacional. Em 1960 a maior parte do Continente Africano ficará livre do domínio político colonial.

Hoje, em toda a África, sob diversas formas e graus, os povos estão empenhados numa luta vitoriosa contra o colonialismo.

Este é, na realidade, o aspecto mais dinâmico do contexto histórico actual. Nele está integrada a nossa luta – a luta dos povos Africanos das colónias portuguesas contra o colonialismo português.

II. SOBRE O COLONIALISMO PORTUGUÊS

1. Razões de sobrevivência do colonialismo português

O colonialismo português conseguiu sobreviver à partilha de África promovida por potências imperialistas poderosas no final do sec. XIX, porque a Inglaterra apoiou as ambições de Portugal que, sobretudo depois do Tratado de Methuen (1703), se convertera numa semi-colónia inglesa.

A Inglaterra tinha interesse em se servir das colónias de Portugal, não só para explorar os seus recursos económicos, mas também para usá-las como bases de apoio na rota para o Oriente e manter, assim, um domínio absoluto no Oceano Índico. Para contrariar a cobiça das outras potências e defender os seus interesses em relação às colónias portuguesas, a Inglaterra encontrou a melhor solução: defendeu os “direitos” da sua semi-colónia. É por isso que, por exemplo, Portugal concedeu a uma empresa privada, em que dominavam interesses ingleses, direitos soberanos sobre uma extensão correspondente a 17% do território de Moçambique. É por isso que, antes da segunda Guerra Mundial, o total de investimentos ingleses nas colónias portuguesas era avaliado em mais de vinte e cinco milhões de libras.

A prostituição dos países Africanos que domina, tem sido uma prática corrente da política colonial de Portugal em face dos interesses imperialistas. Só com o apoio desses interesses o colonialismo português tem conseguido sobreviver em África.

Por outro lado, a ganância dos colonialistas portugueses chegou ao ponto de terem sido depositados na Câmara dos Deputados de Portugal (1888 e 1891) projectos de lei para autorizar a venda da Guiné e Moçambique, das colónias indianas, de Macau e de Timor, por um milhão duzentos e cinquenta mil contos. O duque de Palmela chegou a oferecer Lourenço Marques à Inglaterra, em troca de auxílio à causa do liberalismo português.

Portugal pouco mais tem sido que o despenseiro, por vezes ganancioso, dos recursos humanos e materiais dos nossos países, ao serviço do imperialismo mundial. Esta é a verdadeira razão por que o colonialismo português tem conseguido sobreviver em África.

2. Conquista armada e anexação de países Africanos

Na Guiné, Angola e Moçambique, o domínio português impôs-se pela conquista armada. Com as chamadas “guerras de pacificação e de ocupação”, Portugal, na verdade, conquistou e ocupou esses países. Trata-se de uma ocupação de guerra, e de guerra injusta, de territórios habitados e governados por povos Africanos antes da conquista portuguesa. E a ocupação de guerra é e foi sempre considerada ilícita em Direito Internacional.

Portugal, ao considerar essas colónias (territórios e povos não-autónomos, dominados, administrados e explorados pelo colonialismo português) como fazendo parte da “Nação” portuguesa, procedeu a uma anexação pela força. E a anexação pela força está proibida pelo Direito Internacional.

Mesmo que se tivesse verificado a assimilação total dos territórios e dos povos dessas colónias a Portugal, tal assimilação careceria de fundamento jurídico válido, se ela não fosse realizada sobre a base do prévio consentimento livre dos povos em causa.

Em S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde, populações Africanas transportadas para esses arquipélagos como escravos, conquistaram, em séculos de trabalho explorado pelo colonialismo português, o direito à posse desses territórios e o direito de disporem livremente dos seus destinos. A situação dessas colónias é idêntica à de Angola, Moçambique e Guiné, porque a quase totalidade das suas populações é distinta do povo português, porque a ocupação portuguesa é mantida pela força e porque a sua inclusão na “Nação” portuguesa não se baseou no prévio consentimento livre dos povos em causa.

O desrespeito do Governo português pelas normas de Direito Internacional e pelos deveres que lhe impõe a Carta das Nações Unidas, mostra que a política e a cultura de Portugal são atrasadas.

Na verdade, o Governo português teima em continuar a manter, pela força e mesmo desesperadamente, o domínio colonial nos nossos países. Portugal, na segunda metade do sec. XX, continua a encarar o problema colonial com o espírito imperialista das épocas anteriores à Conferência de Berlim, quando imperavam a lei do mais forte, o tráfico negreiro, a pirataria e a conquista baseada na guerra injusta. Para disfarçar esta verdade – a violenta exploração a que os nossos povos estão sujeitos – os colonialistas portugueses invocam “princípios” e inventam “argumentos”.

3. Princípios ultrapassados e argumentos falsos

Estão ultrapassados os princípios jurídicos invocados por Portugal, para defender o seu domínio colonial sobre povos Africanos.

O “direito histórico”, o direito às colónias com base na descoberta e na primeira ocupação, foi negado e destruído pela Conferência de Berlim de 1885.

A “ocupação efectiva”, nova base jurídica do direito às colónias, erigida pela referida Conferência de Berlim, foi negada e destruída pelo Pacto da Sociedade das Nações.

A “exigência do progresso, do desenvolvimento material e moral das colónias e das suas populações” – nova base jurídica do direito às colónias, estabelecida pelo referido Pacto da Sociedade das Nações – foi negada e destruída pela Carta das Nações Unidas.

A Carta das Nações Unidas consagra o direito dos povos a disporem de si mesmos e afirma como desejável a restauração dos direitos soberanos e do governo próprio para os povos que deles foram privados pela força (Art. 1º e 55º). Todos os princípios jurídicos do direito às colónias estão, pois, negados e destruídos. Aliás os nossos povos nunca deram o seu prévio consentimento livre a esses princípios.

São falsos os argumentos inventados por Portugal para fugir às obrigações que lhe são impostas pela Carta das Nações Unidas.

A chamada “política de assimilação” dos povos Africanos, além de ser falsa do ponto de vista científico, é desumana, oportunista, imoral. Baseia-se, na realidade, na tese racista da indignidade e da incapacidade da raça negra e, conseqüentemente, no desprezo total dos valores da cultura e da civilização negro-africanas; pretende impedir que o génio dos povos Africanos, na sua autenticidade original, contribua para o enriquecimento da cultura e da civilização humanas; fomenta o desprezo, o desrespeito e a dessolidariedade de minorias ditas “assimiladas” para com as grandes comunidades Africanas a que realmente pertencem.

Mas a falsidade da “política de assimilação” é provada na prática pelos próprios resultados e condições da sua aplicação. Ao cabo de cerca de quinhentos anos, o número de Africanos ditos “assimilados” não chega a 0,3% da população total das colónias. Além disso, é evidente que, se a teoria da assimilação fosse verdadeira e praticável, poderia conduzir, embora ao fim de uns milhares de anos, à destruição da exploração colonial pelas populações assimiladas. Em face desta perspectiva, os colonialistas portugueses são os primeiros a contrariar na prática a aplicação da sua “teoria”: exigem aos Africanos, para poderem ser considerados “assimilados”, a satisfação, rigorosamente provada, de condições económicas, sociais e culturais que, por exemplo, a grande maioria do próprio povo português não possui. Para maior segurança o facto de um Africano conservar ou não a condição de “assimilado” depende unicamente da autoridade administrativa, que pode retirá-la em qualquer momento ou, muito simplesmente, não tomá-la em consideração, para os efeitos práticos da política de exploração colonial.

Com base na “política de assimilação”, Portugal tem vindo a praticar a destruição sistemática dos valores da cultura Africana nos nossos países. Nós, os Africanos das colónias portuguesas, conhecemos as mentiras, as perversidades e as hipocrisias contidas nessa política que tem tentado dividir-nos para nos explorar mais e melhor. Sabemos quanto custa obter um “bilhete de identidade” (prova de assimilação), para fugirmos à desgraça de ser considerado “indígena” e, ao fim e ao cabo, continuarmos humilhados e explorados nas nossas próprias terras, depois de sermos obrigados a negar a nossa condição de Africanos.

A “unidade nacional” é outro argumento falso. Para criar esse mito, os colonialistas portugueses deram às suas colónias o nome de “províncias ultramarinas” e passaram a considerá-las como parte de Portugal. Trata-se de um acto unilateral, em manifesta oposição ao princípio de autodeterminação dos povos, estabelecido pela Carta das Nações Unidas de que Portugal é signatário.

Mas a “transformação” das colónias portuguesas em “províncias ultramarinas” é, de facto, uma ficção jurídica a que Portugal recorreu para tentar iludir as responsabilidades que lhe são exigidas pela Carta das Nações Unidas. Na verdade e especialmente em relação aos povos nativos da Guiné, Angola e Moçambique, a aplicação das leis, regulamentos e princípios que regem a vida do povo português, nunca se verificou até hoje, e esses povos continuam sujeitos a particularismos jurídicos (o Estatuto Indígena, por exemplo) que lhes são impostos pelo colonialismo português.

Nós, os Africanos das colónias portuguesas, sabemos que, com o mito da “unidade nacional”, o que o colonialismo português pretende é povoar as nossas terras com europeus e transformar os nossos povos em minorias nacionais nos nossos países. Sabemos que os nossos povos – balanta ou bailundo, são-tomense ou maconde, por exemplo – são distintos do povo português, seja ele minhoto ou alentejano, algarvio ou transmontano. Sabemos que os nossos países nunca foram, não são e nunca serão terra portuguesa.

Outro argumento falso é a apregoada “acção civilizadora” de Portugal. Mesmo que se admitisse hoje uma moral internacional velha e menos exigente do que a actual – por exemplo, o direito às colónias estabelecido pelo Pacto da Sociedade das Nações – é evidente que Portugal não possui, em si mesmo, os factores humanos e materiais capazes de promoverem o bem-estar e o desenvolvimento dos povos nativos das colónias de acordo com as exigências e as possibilidades do presente. Portugal é o país europeu que conta mais analfabetos (40,4% da população, segundo as estatísticas oficiais – 1950) e é justamente classificado como um país agrícola atrasado.

O próprio povo português não está satisfeito com o baixo nível da cultura e da civilização no seu país. Não é lógico nem justo admitir que essa cultura e civilização sejam, com as deficiências e monstruosidades próprias, impostos pela força a outros povos. Continuar, pois, a confiar ao domínio português a “missão sagrada de civilização” nas colónias, seria condenar, criminosamente, onze milhões de Africanos, legítimos donos de países com recursos, a viver na retaguarda de uma nação atrasada.

Depois de cerca de quinhentos anos, nós, os Africanos das colónias portuguesas, somos na quase totalidade (99,7%) considerados “não civilizados” pelo próprio colonialismo português. Conhecemos o grau de “civilização” dos colonos portugueses – muitos deles analfabetos – quando chegam às nossas terras. Conhecemos, por amarga experiência, os crimes praticados pelo colonialismo português, em nome da civilização e do Cristianismo.

Os governantes portugueses invocam frequentemente a “superpopulação de Portugal” como uma razão moral para possuir colónias. Trata-se de outro argumento falso. A aparente superpopulação de Portugal, se ela existe, é causada pelo atraso económico do próprio Portugal. Aliás, a superpopulação de qualquer país não confere nem pode conferir a esse país o direito de possuir colónias, de dominar e explorar outros povos.

Mesmo que a superpopulação de Portugal fosse um problema real, não competiria aos nossos povos consentir sacrifícios para o resolver. Nós, os Africanos das colónias portuguesas, não exigimos nem nunca exigiríamos qualquer sacrifício ou sujeição, ao povo português, para resolvermos, por exemplo, o problema da superpopulação da região de Mansoa (Guiné) ou de Cabo Verde, onde o povo morre de fome, porque o pão não chega para todas as bocas.

Há ainda um outro argumento falso invocado pela propaganda portuguesa, para manter o domínio colonial português: o chamado “prestígio internacional” de Portugal e o facto de esse país “ter as suas contas em dia”. Por um lado, Portugal, apesar de dispor de extensos e ricos territórios coloniais, é unanimemente considerado um país atrasado que não tem sido capaz de resolver os problemas basilares da sua economia; por outro lado, a “honorabilidade” das contas de Portugal é feita à custa dos bens, do trabalho e da miséria dos povos das colónias. Assim é que, enquanto a balança portuguesa de pagamentos apresenta em geral saldos negativos, o aumento das reservas em ouro e em dólares, proveniente das exportações de mercadorias coloniais produzidas pelos Africanos e da exportação de trabalhadores forçados, tem contribuído para que a balança geral de pagamentos da zona escudo apresente saldos positivos.

Nas próprias colónias a posição de Portugal é desprestigante. Os interesses não-portugueses sempre têm predominado nos países Africanos sob dominação de Portugal, principalmente no que se refere ao total de capitais investidos, ao comércio exterior e aos meios de transporte. Em 1958, por exemplo, Portugal adquiriu apenas 18% do valor das produções de Angola e forneceu 46% do total das importações desta colónia, dos quais 10% em vinhos.

Fora da máquina de propaganda do Governo português, o nome de Portugal é invocado apenas como um dos raros países do mundo onde ainda impera uma ditadura nazi-fascista. Nós, os Africanos das colónias portuguesas, podemos justamente atribuir uma parte das dificuldades da nossa luta de libertação, à falta de prestígio internacional do país que nos domina.

4. O colonialismo e a discriminação racial

Os colonialistas portugueses têm procurado demonstrar a “inexistência” do colonialismo português. Pretendem criar a impressão de que o colonialismo é o mesmo que discriminação racial, e fingem não saber que pode haver discriminação racial sem os sinais visíveis que a denunciam.

O colonialismo português existe, porque, nos nossos países, a administração – económica, política, social, cultural, religiosa, militar – é ditada, exercida e controlada pelo Estado português. Nenhum povo Africano das colónias portuguesas é soberano no seu próprio país. O que existe nos nossos países é uma declarada “soberania portuguesa” – imposta e mantida pela força.

Existe, de facto, uma discriminação racial nas colónias portuguesas, a qual faz uso principalmente de armas económicas. Baseia-se no controle cerrado da economia dos indivíduos e das comunidades Africanas, exercido pela administração colonial. Esse controle económico impossibilita a mobilidade social das comunidades e dificulta a dos poucos indivíduos Africanos que vivem fora dessas comunidades. Dispensa, por isso, a Administração colonial portuguesa de utilizar no campo social os habituais sinais visíveis de discriminação racial.

O Estatuto Indígena, a que estão sujeitos unicamente os Africanos de ascendência africana, é uma base legal de discriminação racial que atinge 99,7% das populações

nativas das colónias. Além disso, é eloquente o facto de que nas maiores colónias – Angola, Moçambique e Guiné – o número de mestiços não chega a atingir 1% da população, e os mestiços da primeira geração, na quase totalidade, são ilegítimos. Este último facto mostra o carácter sujo da falsa “política portuguesa de mestiçagem”.

Nós, os Africanos das colónias portuguesas, sabemos que os colonialistas portugueses mandam nos nossos países, e cada um de nós tem as suas provas pessoais de discriminação racial, muitas vezes hipócrita, por eles praticada.

5. Alguns factos do processo colonial português

Depois de ter praticado, desde o sec. XV até uma época adiantada do sec. XX, um comércio de escravos negros de que foram vítimas mais de dez milhões de Africanos de Angola, milhões de Africanos do Congo, da Guiné e de Moçambique, Portugal passou a praticar esta nova forma de escravatura que é o trabalho forçado e a exportação de trabalhadores forçados. Portugal chegou ao ponto de assinar, em pleno sec. XX, acordos com a União Sul-Africana para a exportação anual, para este país, de dezenas de milhares de trabalhadores moçambicanos. Este tráfico negreiro tem dado receitas imensas ao Estado português e tem vindo a causar prejuízos irreparáveis às populações Africanas de Moçambique.

A prática do trabalho forçado, a par da mais sórdida exploração do trabalho do Africano, é a causa da desagregação de milhões de famílias Africanas. A destruição da economia familiar, a prostituição de uma parte do elemento feminino das famílias desorganizadas, o aumento das doenças venéreas, o decréscimo da natalidade, o aumento da mortalidade infantil, o encurtamento da vida útil do trabalhador Africano, a liquidação da actividade independente de milhões de camponeses Africanos, o roubo crescente, praticado por colonos, da terra e da propriedade dos nativos – são algumas das consequências mais evidentes do trabalho forçado.

Portugal utilizou e utiliza ainda os processos mais humilhantes, mais cínicos e brutais, para forçar os Africanos ao pagamento de impostos injustos que beneficiam a colonização portuguesa, e à exploração – como trabalhadores forçados ou como trabalhadores “livres” – por parte dos colonos, das empresas privadas e do próprio Estado colonial.

Nós, os Africanos, fomos e continuamos a ser tratados pela colonização portuguesa e pelos colonos sem o mínimo respeito pela nossa dignidade humana. As rusgas, o chicote, a palmatória, as humilhações físicas e morais, os frequentes aprisionamentos, as deportações que causam a morte de muitos Africanos, o trabalho forçado, o trabalho não remunerado ou muito mal remunerado, os assassinios praticados nos edifícios das administrações coloniais e nos locais de trabalho – são alguns dos mais indignos processos da prática colonial portuguesa, integrados numa verdadeira política de genocídio contra os nossos povos.

Em todos os países Africanos sob dominação portuguesa, a produção africana é a base da economia, e os vários impostos pagos pelos Africanos constituem as maiores receitas do Estado colonial. No entanto, as riquezas produzidas pelos Africanos são utilizadas, principalmente, em obras destinadas a beneficiar os colonos e as empresas privadas, e para reforçar a posição do Estado colonial, contra os Africanos.

Uma política racista e de roubo tem sido praticada através de uma série de medida “legais”. Os Africanos vêm sendo expulsos das melhores terras e das regiões de melhor clima.

Só no colonato da Cela, em Angola, mais de quatro mil famílias de camponeses Africanos já foram expulsas das suas terras, para dar lugar aos colonos europeus. Considerando apenas as terras mais férteis – as aluviões – que estão a ser ou serão ocupadas brevemente por colonatos europeus (Limpopo, Zambeze, Cunene, Quanza), pode ser estimado em cerca de vinte mil o número de famílias de camponeses africanos que serão privadas do usufruto das terras que sempre ocuparam e das quais são ou serão expulsas para passarem a ocupar as chamadas “reservas indígenas”, zonas de terrenos pobres e sem condições para a agricultura.

Em S. Tomé e Príncipe, a grande maioria das propriedades passaram das mãos de Africanos para as de Europeus por meio do roubo, do esbulho e do assassinato praticados pela conjura entre colonos e a própria Administração colonial.

A produção de S. Tomé assentou sempre sobre o trabalho dos Africanos – escravo ou trabalhador forçado. As riquezas estão inteiramente nas mãos de companhias privadas portuguesas, e não servem o povo do Arquipélago. Em 1957, por exemplo, o Estado colonial gastou com a instrução e a saúde públicas um total correspondente a apenas 44% dos lucros líquidos de quatro das companhias privadas de S. Tomé e Príncipe.

A tragédia em que vive o povo de Cabo Verde é uma prova flagrante de que Portugal é incapaz de melhorar as condições de vida dos povos que domina. Neste Arquipélago, que serviu durante séculos de armazém de escravos negros dos escravagistas portugueses, o Estado colonial português não conseguiu até hoje – nem nunca conseguiria – resolver o problema das crises agrícolas que assolam periodicamente as ilhas e que, em certa medida, resultaram do mau aproveitamento dos recursos naturais pelo próprio colonialismo português.

Desde os fins do séc. XVIII ao presente, as várias e cada vez mais frequentes crises de fome causaram a morte de um número de Africanos maior do que a população actual do Arquipélago (140.000 habitantes), a qual, entre 1940 e 1950, sofreu uma baixa de 40.000 pessoas. Povoações inteiras foram dizimadas e o número de vítimas é sempre tão grande, que os cadáveres são enterrados aos montões, em valas comuns e sem qualquer identificação.

Os chamados “colonatos indígenas”, com os quais o colonialismo português pretende iludir o ódio dos povos Africanos à política de criação de dispendiosos “colonatos brancos” – têm em vista, na realidade, uma “redistribuição” das populações nativas favorável ao domínio colonial. Têm em vista aumentar, à perfeição, o controlo colonialista sobre a economia dos Africanos e realizar o enquadramento das populações nativas dentro dos planos estratégicos da defesa militar do colonialismo português. Têm em vista transformar, com urgência, os povos Africanos em minorias nacionais rigorosamente controladas nos seus próprios países.

Se, por um lado, Portugal tenta monopolizar o mercado interno das colónias e pratica uma discriminação que impede os investimentos que de algum modo poderiam beneficiar as populações Africanas, por outro, fomenta a pilhagem e a exploração cruel

do trabalho dos Africanos. Em troca de empréstimos e contribuições que lhe permitem acelerar o enraizamento do seu domínio colonial, Portugal vem hipotecando as riquezas dos nossos países e o futuro dos nossos povos.

Portugal pretende transformar as suas colónias ao sul do Saara em “Estados brancos”, à semelhança da União Sul-Africana. É por isso que a política colonial portuguesa assenta cada vez mais em compromissos e acordos – revelados uns, secretos outros – com a União Sul-Africana. É por isso que na O.N.U. a delegação portuguesa vota sempre a favor do racismo e da dominação colonial.

O Estado colonial português mantém os nossos países muito abaixo do subdesenvolvimento de Portugal; realiza com eles um comércio de artigos improdutivos e a preços injustos – entre os quais os vinhos e tecidos ocupam o primeiro lugar; pratica uma política de salários de fome, de empobrecimento contínuo das massas africanas e de um mínimo de atenção à assistência médica e à instrução. Com este procedimento secular, o colonialismo português não prejudica apenas os nossos povos, cujas possibilidades de vida está a destruir. Portugal impede o progresso económico e social das suas colónias, reduz a capacidade produtiva e a capacidade de compra dos nossos povos, reduz o volume e o valor do comércio internacional – causou e continua a causar sérios prejuízos à Humanidade.

6. O povo português e o colonialismo

Os nossos povos conhecem desde longa data e por dura experiência própria o povo português, e sabem que ele está intoxicado pelo colonialismo de Portugal.

Os sentimentos, os apetites e o gesto de traficante de escravos, de raptador de homens, mulheres e crianças africanas, para os converter em “peças” de comércio; do sôfrego de riquezas e de bem-estar, adquiridos através do roubo, do assassinato, da mentira e da lisonja; a sede de poder e de mando do pobre-diabo, para compensar as humilhações e opressões sofridas na terra natal; o racismo, o cinismo e a hipocrisia ao serviço da dominação; a sobrestimação interessada, arrogante e impositiva da maneira de viver do seu país; a crença de que é um agente de Deus, especialmente favorecido – tudo isto, que encheu séculos da História de Portugal, subsiste sob várias formas e graus na consciência do povo português. Nem outra coisa vem fartamente demonstrando em África o comportamento da quase totalidade dos colonos saídos do seio do povo português.

As classes cultas portuguesas, quando não são declaradamente racistas e colonialistas, adoptam uma atitude irresponsável perante a secular empresa colonial do seu país, estão convencidas da sua auto-suficiência e de que Portugal é um exemplo em matéria colonial, exibem, em relação aos Africanos, um paternalismo que ninguém lhes encomendou. Tudo isto não é apenas o produto de três séculos de Inquisição e de dezenas de anos de fascismo: é também a prova da sobrevivência, na consciência dessas classes, da ideologia escravagista e colonialista.

Não é por acaso que, dentre todas as potências coloniais e apesar de Portugal ter inaugurado a expansão ultramarina dos povos europeus, esse país é o que apresenta menos obras humanistas, científicas e progressistas em relação aos povos Africanos.

7. A reacção de Portugal perante o nacionalismo Africano

Portugal teima em não reconhecer a mais evidente e significativa realidade da História do nosso tempo – o fim do colonialismo. Enquanto potências coloniais poderosas, como a Inglaterra e a França, estão a reconhecer o direito de os povos Africanos disporem dos seus próprios destinos, livres e independentes, Portugal pretende manter para sempre o seu domínio sobre os nossos povos. Intensifica a prostituição das colónias perante os interesses imperialistas mundiais; reforça a exploração do trabalho dos Africanos; desencadeia uma violenta repressão policial contra os movimentos nacionalistas dos nossos povos, e recorre, inclusive, à tortura de patriotas Africanos e ao massacre de populações indefesas; prepara-se para desencadear novas guerras coloniais; tenta, por todos os meios, dividir os Africanos.

Em Maio de 1959, o Presidente do Conselho do Governo português definiu “a posição portuguesa em face da Europa, da América e da África” e procurou, na base dessa posição, interessar nomeadamente o Brasil, os Estados Unidos da América do Norte, a União Sul-Africana, a Federação da África Central e os Países da Europa Ocidental, na empresa colonial portuguesa.

O Governo português está disposto a compartilhar as vantagens económicas, políticas e militares oferecidas pelas suas colónias, com todos os países que o ajudarem a manter o seu império colonial. Esse aprofundamento da prostituição das colónias revela mais uma vez a falta de escrúpulos, a imoralidade, o espírito de traficância do colonialismo português em relação aos povos e territórios que domina; mostra que Portugal não tem, em si mesmo, recursos suficientes para realizar as suas ambições; denuncia, mais uma vez, o papel de despenseiro desempenhado por Portugal em relação aos recursos humanos e materiais das colónias; e pretende alienar ainda mais os bens, o trabalho, a dignidade e a vida dos nossos povos.

Essa “nova partilha” de territórios africanos, por iniciativa abusiva de Portugal e sob o aspecto de chantagem, é ilícita. Portugal não pode dispor daquilo que não lhe pertence, daquilo que, legitimamente, pertence aos nossos povos.

Desde 1956 o colonialismo português desencadeou uma violenta repressão contra os patriotas Africanos e contra os movimentos e organizações nacionalistas. Perseguições, prisões, deportações, torturas e até massacres de populações indefesas – são actualmente práticas quotidianas do colonialismo português.

A polícia política colonial-fascista – a P.I.D.E. colonial – assentou arraiais nos nossos países e controla todas as actividades, inclusive a da Administração colonial. As cadeias existentes já não chegam para conter os nacionalistas que lutam contra o colonialismo e entre os quais se contam vários Europeus que se solidarizam com as massas Africanas. Multiplicam-se os campos de concentração e de trabalhos forçados, e constroem-se novas cadeias. Em Bissau (Agosto, 1959) o massacre de 50 Africanos indefesos, veio juntar-se ao que as autoridades e os colonos tinham realizado em S. Tomé (Fevereiro, 1953), no qual foram mortos cerca de mil Africanos.

Por iniciativa do seu espírito agressivo e por sua inteira responsabilidade, o Governo português está a preparar-se para novos massacres das nossas populações e

para desencadear novas guerras coloniais. Portugal, país essencialmente agrícola e sem indústria bélica de valor, conta, para as guerras coloniais que está a planear, com o sacrifício anormalmente duro, e consentido, do povo Português, para o que a Imprensa portuguesa está a desenvolver, diariamente, uma intensa campanha de mentiras e de aliciamento. Portugal conta ainda com a intensificação do saque e da exploração dos nossos povos, na base do apoio, largamente compensado, dos interesses imperialistas e colonialistas mundiais.

Com receio da união de todos os Africanos, os colonialistas portugueses – através dos meios de informação, de organizações missionárias, de vários agentes da colónia e da intriga – têm procurado e procuram, hoje mais do que nunca, explorar as diferenças secundárias que possam existir no seio dos nossos povos e entre os nossos povos. Criam e fomentam suspeitas entre nós, procuram dividir-nos, alimentam e aprofundam os nossos pontos fracos, lançam-nos uns contra os outros. Com tudo isso, o colonialismo português tem só um objectivo: manter e reforçar a sua odiosa dominação sobre os nossos povos.

Essa tática não é, porém, nova. Já no passado, Portugal, para submeter os nossos povos e subjugar os nossos países, criou e alimentou intrigas entre nós e chegou, inclusive, a utilizar, em guerras coloniais, Africanos cristãos contra Africanos não-cristãos. No presente, para manter e reforçar o seu domínio, o colonialismo português tenta opor Africanos “indígenas” a Africanos “assimilados”, assim como caboverdianos e saotomenses (que não estão sujeitos ao Estatuto Indígena) a guineenses, angolanos e moçambicanos (que estão sujeitos a esse Estatuto). Além disso, tenta, por meio do suborno e de largas recompensas materiais, aliciar os Africanos a traírem os movimentos de libertação dos nossos povos e a servirem a propaganda portuguesa diante da opinião pública mundial.

Nós, os Africanos das colónias portuguesas, sabemos que só uma razão nos pode dividir – a nossa posição em relação ao colonialismo português, que domina e explora desumanamente os nossos povos. Sabemos que não há nem pode haver recompensas, de qualquer natureza, que possam justificar que um Africano traia, nos nossos países ou no campo internacional, a causa da liberdade, da dignidade e da independência nacional dos nossos povos.

III. A NOSSA LUTA CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS

1. O direito dos nossos povos à insurreição

Os povos Africanos que se encontram sob dominação colonial portuguesa, têm direito a viver livres e na dignidade, nos seus países. Esse direito fundamental é inerente a todos os seres humanos.

O direito à insurreição contra a injusta privação da liberdade é um direito inerente a todos os seres humanos, a todos os povos. O direito à insurreição contra a opressão colonial é um direito inerente a todos os povos que a sofrem, e está reconhecido pelo Direito Internacional.

Os povos das colónias portuguesas não se identificam com o povo Português, quer pelos territórios que habitam, e que lhes pertencem, quer pela língua, pela herança histórica e social e pela cultura, quer ainda pelo seu sentimento de oposição ao comportamento de Portugal em África. Os nossos povos não podem aceitar a identidade histórica com Portugal, até porque não assumem a responsabilidade das monstruosidades históricas deste país, tais como os três séculos da Inquisição portuguesa, os trinta anos de fascismo e, principalmente, os crimes cometidos contra os próprios povos Africanos – escravatura, tráfico negro, guerras coloniais e a mais violenta exploração colonial.

Mas mesmo que os nossos povos se identificassem com o povo português, eles teriam o direito de reivindicar e assumir as nacionalidades caboverdiana, guineense, saotomense, angolana e moçambicana; teriam o direito de serem povos livres e soberanos nos seus países; teriam o direito à autodeterminação e à independência.

2. Luta unida e organizada de todos os Africanos

Os povos de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola, Guiné e Moçambique – têm o direito de construir o seu futuro em liberdade, na independência, na dignidade e na paz, e através, principalmente, da colaboração e da unidade com os restantes povos de África.

O único caminho para a realização de um futuro digno para os povos Africanos das colónias portuguesas – é a luta contra o colonialismo português, com base no nosso direito à insurreição contra a opressão colonial. A primeira condição – é a liquidação total do colonialismo português nos nossos países, que devem ser partes integrantes de uma nova África, livre, unida e independente.

É certo que as condições gerais da política mundial, como resultado da luta anticolonialista, são favoráveis à vitória dos povos coloniais sobre o colonialismo e, no nosso caso particular, sobre o colonialismo português. Mas, como o sabem os nossos povos, seria erro esperar que essas condições gerais obtenham, por si mesmas, a liberdade e a independência dos nossos países.

Só podemos obter a liberdade, conquistando-a: pela luta unida e organizada de todos os patriotas Africanos – homens, mulheres e jovens.

O espírito de sacrifício de todos os Africanos é necessário, mas não é bastante. A nossa vitória será obtida mais rapidamente e com menores sacrifícios, como convém, se a nossa luta for sempre organizada, ampla e meticulosamente preparada e coordenada, inteligentemente dirigida e realizada com elevada disciplina.

A união sólida de todos os patriotas Africanos e de todas as organizações e forças patrióticas – é uma condição indispensável e básica para a vitória da nossa luta.

3. O desenvolvimento da luta contra o colonialismo português

Apesar das destruições e da repressão a que têm estado sujeitos, os nossos povos nunca perderam o seu tradicional espírito de resistência à dominação colonial portuguesa. Com base nessa honrosa tradição, sem qualquer ajuda estranha e defrontando as

maiores dificuldades criadas pelo Estado colonial-fascista português, os Africanos das colónias portuguesas iniciaram, desde o primeiro momento do “despertar” de África para a independência, a organização de movimentos clandestinos de resistência e de luta contra o colonialismo português.

Apesar da violenta vigilância do colonialismo português, os Africanos foram capazes de formar partidos políticos e organizações de massas nas diversas colónias portuguesas. Angolanos, caboverdianos, guineenses, moçambicanos e saotomenses, dentro ou fora dos seus países, coordenaram e coordenam esforços na luta comum contra o colonialismo português. Nos países Africanos vizinhos dos nossos ou na Europa, os Africanos originários das colónias portuguesas organizaram-se e estão a organizar-se cada vez melhor para a luta de liquidação do colonialismo português.

Dessa luta forçadamente clandestina, os Africanos obtiveram já resultados concretos: a tomada de consciência política de uma parte considerável das massas Africanas; o desmascaramento do colonialismo português perante a opinião mundial, principalmente na última sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas; a desmoralização de uma parte importante dos ocupantes dos nossos países; o aumento dos receios do Governo colonial português, reflectido no reforço das suas posições militares nos nossos países, o que acarreta despesas que Portugal não pode comportar; o incremento da repressão policial que, com a prisão de centenas de patriotas Africanos, deu ao mundo uma prova da nossa luta contra o colonialismo português.

Mas o resultado mais significativo da fase em que se encontra a nossa luta, é o que está a ser obtido no campo da nossa unidade, da união de todas as forças patrióticas dos nossos povos, contra o colonialismo português. Esta união tem de ser e está a ser realizada tanto internamente (entre as várias organizações de luta em cada um dos nossos países) como externamente (entre as organizações ou frentes unidas das diversas colónias portuguesas).

Dentro desse espírito e para satisfazer uma necessidade fundamental da nossa luta, foi criado, em 1957, o MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA PARA A LIBERTAÇÃO NACIONAL DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS (M.A.C.).

4. O que é o Movimento Anti-Colonialista (M.A.C.)

O M.A.C. é uma organização política clandestina, de luta anti-colonialista, de que fazem parte nativos de Cabo Verde, Guiné, Angola, S. Tomé e Príncipe e Moçambique. Foi fundado pelo Partido Africano da Independência da Guiné dita Portuguesa (P.A.I.) e pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (M.P.L.A.) que formam a estrutura basilar do M.A.C.

O M.A.C. está aberto a todas as organizações de massas e partidos políticos dos países Africanos sob dominação de Portugal e que lutam pela liquidação do colonialismo português. A acção fundamental do M.A.C. consiste em suscitar, desenvolver e coordenar a unidade dos Africanos na luta contra o colonialismo português.

O M.A.C. tem por objectivo a conquista imediata da independência nacional dos países Africanos sob dominação colonial portuguesa e a liquidação total do colonialismo português em África.

O M.A.C., em relação aos problemas fundamentais do presente e do futuro imediato dos povos das colónias portuguesas de África, declara adoptar sempre uma posição justa, de acordo com os interesses, a liberdade, a dignidade e o progresso desses povos. Algumas dessas posições são a seguir definidas.

a. Em relação aos interesses criados nos nossos países

O M.A.C. faz distinção entre o colonialismo português e os interesses que adquiriram concessões e privilégios nos nossos países através da Administração colonial portuguesa. Tais concessões e privilégios – outorgados na ausência da vontade dos nossos povos – serão seguramente encarados pelos Governos dos nossos países. Entretanto, o M.A.C. não pode deixar de, com rigorosa justiça, tratar como inimigos do legítimo desejo de liberdade dos nossos povos, todos os interesses e organismos privados – portugueses ou não-portugueses – que, agindo nos nossos países, ajudem de qualquer forma o colonialismo português.

As trocas comerciais e as operações financeiras em escala internacional, são uma lei imperativa da nossa época. Mas para a indispensável segurança das operações comerciais e financeiras, é necessária uma base lícita durável, uma garantia de estabilidade social. Ora, nas condições actuais do mundo, nas condições particulares do desenvolvimento contemporâneo de África e em face da luta dos nossos povos contra o colonialismo português, Portugal não oferece essa base lícita nem garantias sérias de estabilidade social nas suas colónias. Os nossos povos estão irreversivelmente engajados na luta pela liquidação do colonialismo português.

Os povos das colónias portuguesas, depois de terem conquistado a independência, terão necessariamente de estabelecer e desenvolver, quer com interesses privados quer com países estrangeiros, o seu comércio e as suas operações financeiras, dentro do princípio da igualdade de vantagens, de benefícios mútuos e da não imposição de condições políticas.

Nesta perspectiva certa, pode haver lugar, numa base justa e frutífera, para os interesses privados e nacionais – portugueses ou não-portugueses – aos quais Portugal pede actualmente ajuda para manter a sua escravidão colonial.

Por isso o M.A.C., sem alimentar ilusões, está confiante em que nenhum interesse privado ou país se arriscará a incorrer na inimizade dos povos das actuais colónias africanas de Portugal e dos povos de África, amarrando parte do seu destino ao colonialismo português. O M.A.C. considera indigno e sem qualquer justificação válida, que certos círculos de alguns países, em especial o Brasil, continuem a apoiar o mito da comunidade entre os povos das colónias portuguesas e Portugal, continuem a dar uma ajuda moral e material ao colonialismo português.

No caso particular do Brasil, o M.A.C., fiel às aspirações dos nossos povos, espera, vigilante, que a lembrança do seu passado colonial e o repensamento da História mostrem ao povo e dirigentes brasileiros que o progresso e a grandeza – que ardentemente desejamos ao Brasil – não podem nem devem ser construídos na cumplicidade com esta

nova forma de escravatura que é o saque e a exploração do trabalho dos povos negros de África dominados pelo colonialismo português.

O M.A.C., afirmando a confiança dos nossos povos, está seguro de que o povo do Brasil, em especial os brasileiros de origem Africana cujos ascendentes conheceram os horrores do escravagismo português, e, ainda, os democratas e progressistas brasileiros – não permitirão que a nódoa da escravidão, outrora introduzida por Portugal no seu país, reapareça na face do Brasil sob uma forma nova, mas com a mesma essência e o mesmo sentido.

b. Em relação ao povo Português

A situação objectiva das grandes massas trabalhadoras de Portugal, ditatorialmente oprimidas e exploradas pelas classes dirigentes do seu país, não pode deixar de lhes fazer compreender as grandes vantagens que para elas advirão da vitória dos povos Africanos sobre o colonialismo português.

Às classes cultas de Portugal, em especial aos democratas-progressistas, compete ajudar o seu povo a vencer os vestígios virulentos da ideologia escravagista e colonialista que nele sobrevivem e que determinam, de um modo geral, o seu comportamento negativo diante das lutas justas dos povos Africanos sob dominação portuguesa. Mas essas classes cultas teriam, para isso, de vencer também a sua mentalidade colonialista, feita de preconceitos e de desprezos sem fundamento em relação ao valor e às criações dos povos Africanos.

Os democratas-progressistas portugueses estarão efectivamente impossibilitados de compreender as justas reivindicações dos nossos povos, enquanto não se convencerem de que é falsa a tese da “imaturidade para a autodeterminação” e enquanto não se convencerem de que a opressão não é nem pode ser uma escola de virtudes e aptidões para qualquer povo.

As destruições de toda a ordem causadas pela prática colonialista, por um lado, e, por outro, os progressos concretos realizados por vários povos Asiáticos e Africanos, em menos de dez anos de exercício de liberdade – são a pedra de toque que desmente a tese da “imaturidade para a autodeterminação”. Que todos os povos podem, devem e têm o direito de dispor de si mesmos – este é o princípio confirmado por toda a História humana e hoje consagrado pela Carta das Nações Unidas.

Nesta base – e só nesta base – os nossos povos estão dispostos a colaborar com o povo Português.

c. Em relação à situação política de Portugal

A tese de que a liberdade e o progresso dos nossos povos estão dependentes de uma prévia revolução político-social progressista em Portugal – não é mais do que a teoria da assimilação colonial revestida de um vocabulário que se pretende revolucionário. Esta tese consagra a pretensão de que Portugal deverá constituir sempre ou por enquanto uma nação modelo para os povos que domina.

O “salazarismo”, variante portuguesa do fascismo, não é o nosso inimigo principal. O “salazarismo” é um instrumento virulento, mas naturalmente transitório, do velho e odioso colonialismo português. Os colonialistas portugueses e a exploração colonial estão, concreta e provadamente, na base da formação e do reforçamento de um “salazarismo” de trinta anos de triste história.

As determinantes remotas da vida dos nossos povos, as condições empíricas específicas das nossas comunidades, o conteúdo concreto da situação actual dos nossos povos, a necessidade de mobilização de todos os Africanos para a luta anti-colonialista, as perspectivas de desenvolvimento do nosso combate libertador e progressista – tudo isso não deve permitir a assimilação dos Africanos aos movimentos político-sociais portugueses. A “desportugalização” dos interesses e das preocupações (muitas vezes egoístas), da acção e da psicologia de uma pequena minoria de Africanos, pode e deve ser útil ao “processus” de desalienação dos nossos povos, à nossa luta contra o colonialismo português.

Os nossos povos e o povo português realizarão destinos independentes, que pretendemos na paz, na amizade, na cooperação e na igualdade de direitos e deveres. Somos povos Africanos – e é à África que os nossos destinos têm estado e estarão sempre ligados.

Mas ao lutar contra o colonialismo português, os nossos povos estão a dar ao povo de Portugal a melhor contribuição na sua luta contra o fascismo. Porque enquanto perdurar a estrutura colonial portuguesa, é certo que o povo português correrá o risco de ser vítima de ditaduras fascistas. Por isso, a Oposição portuguesa que luta pela libertação do povo português do regime fascista, pode, numa aliança eficaz com os nossos movimentos de libertação nacional, para formarem uma frente unida contra o fascismo e o colonialismo, dar uma prova concreta de que defendem os interesses fundamentais do povo português e de que, na verdade, respeitam os Direitos Fundamentais do Homem.

O M.A.C., interpretando os sentimentos dos nossos povos, que desejam uma colaboração franca e leal com o povo português, na base do respeito mútuo e do direito à autodeterminação e à independência – está apto para, em qualquer altura que a Oposição portuguesa se disponha a fazê-lo, realizar uma aliança eficaz com as forças democráticas e progressistas de Portugal, para a luta comum de liquidação do colonialismo e do fascismo portugueses.

d. Em relação às guerras coloniais contra os nossos povos

Actualmente as guerras coloniais não são nem podem ser feitas no quadro do domínio absoluto da frente imperialista mundial. Tendo sido liquidado o domínio absoluto dessa frente, hoje o maior peso está do lado da frente anti-imperialista que luta pela independência, pelo progresso e pela coexistência pacífica na liberdade e dignidade de todos os povos.

A necessidade de se definirem, desde já, responsabilidades e de apelar ao povo Português para uma acção enérgica, de acordo com o bom senso e oposta às guerras coloniais que Portugal prepara, leva o M.A.C. a lembrar aos portugueses algumas realidades.

O exército português está naturalmente limitado a uma mobilização total de cerca de setecentos mil homens. A força aérea de Portugal, enquadrada na O.T.A.N. mais para operações de reconhecimento e de socorro do que para combate, não pode cobrir operações de guerra que se estenderão forçosamente por territórios vastos e distantes. A armada portuguesa tem mais um valor simbólico do que real e está tecnicamente a mais de dez pontos abaixo de um nível de eficiência moderna.

As forças de uma nação em guerra, principalmente quando ela é agressora, não devem ser avaliadas pelo seu valor absoluto. Devem ser avaliadas em comparação com as forças do adversário e com as possibilidades que este tem e terá para aumentar e desenvolver a sua capacidade de luta em todas as frentes e, ao mesmo tempo, enfraquecer as forças do agressor.

Uma guerra não se faz somente com armas: muito importante – e indispensável – é a certeza de que nos batemos por uma causa justa. Uma guerra não pode ser ganha apenas com o fanatismo pelas chamadas “glórias do passado”: mais forte do que esse sentimento é o repúdio activo pela injustiça a liquidar. Uma guerra não pode ser ganha pela convicção mística de chefes aventureiros que para ela empurram o seu povo: mais forte do que isso é a vontade activa de todo um povo que, na sua própria terra, luta por aquilo que lhe falta porque lho usurparam: o lar e a família, a posse da terra e o pão, a liberdade e a dignidade, o direito de afirmar e desenvolver a sua personalidade e o seu génio, o direito de tratar e colaborar livremente com os restantes povos do mundo.

O M.A.C., incarnando os sentimentos de paz dos nossos povos, é partidário de uma liquidação pacífica, leal, justa, rápida, incondicional e sem imposições de etapas, do colonialismo português.

O M.A.C., na certeza de que os nossos povos liquidarão o colonialismo português, responsabiliza desde já o povo português e os seus governantes, pelas guerras coloniais que Portugal desencadeou.

Na expectativa e no caso de guerras coloniais impostas aos nossos povos, todas as nossas organizações de luta, todos os nossos povos, em legítima defesa, saberão responder devida e oportunamente e, se necessário, procurarão obter de todos os povos que querem a liberdade e a dignidade humanas, o apoio e a ajuda possíveis, para a vitória certa da nossa causa.

e. Em relação às tentativas de divisão dos Africanos

Quaisquer diferenças que possam existir no seio dos nossos povos, na maioria resultantes da acção nefasta do colonialismo português são, na realidade, secundárias. Nós, os Africanos, estamos firmemente unidos na luta pela liquidação do colonialismo português; temos a consciência, cada dia mais clara, da contradição principal, irreconciliável, da nossa vida – a contradição entre os interesses dos nossos povos e o colonialismo português. Essa contradição será resolvida por nós, pelos nossos povos, organizadamente unidos, numa luta decidida até à vitória completa contra o nosso inimigo comum – com energia, com acção concreta, com força e, por necessidade de auto-defesa, respondendo com a violência a todas as violências empregadas contra os nossos povos.

Como tem acontecido na História de outros povos, pode haver entre nós alguns traidores, um reduzido número de Africanos que, na defesa de interesses pessoais imediatos, servem o nosso inimigo e traem os interesses fundamentais dos seus povos oprimidos. São seres desprezíveis manejados como fantoches pela propaganda do colonialismo português. Os nossos povos, por intermédio das suas organizações de luta, saberão, na altura devida e em cada um dos nossos países, julgar e castigar esses miseráveis traidores, já hoje repudiados por todos os Africanos honestos.

f. Em relação ao futuro dos colonos nos nossos países

Os portugueses invadiram, em massa, os nossos países, roubaram e ocuparam as nossas terras, exploraram e exploram o nosso trabalho, desprezam e maltratam os nossos povos, e habituaram-se, na quase totalidade, à condição de seres privilegiados e de senhores absolutos do nosso destino.

Evidentemente, a reconquista da nossa dignidade e da independência dos nossos países, acabará – de vez e para sempre – com esta situação injusta. Os Governos dos nossos países hão de encarar e resolver, com segurança e rigorosa justiça, todos os problemas da presença de estrangeiros – portugueses ou não-portugueses – nos nossos países independentes. No entanto, é importante afirmar desde já que, se é certo que os nossos povos estão decididos a não alienar mesmo o mais elementar dos seus direitos de legítimos donos dos nossos países, também é certo que eles não são exclusivistas e, portanto, nesses países haverá lugar para estrangeiros de todas as origens, que neles queiram viver à custa do seu próprio trabalho e respeitando integralmente os direitos dos nossos povos.

Os descendentes de colonos, aqueles que nasceram e vivem nos nossos países, estão numa situação especial. Podem identificar-se com as aspirações dos nossos povos e assumir a nacionalidade do país Africano em que nasceram. Mas a dignidade, a liberdade e a independência nacional são bens que se conquistam. Devem, portanto, solidarizar-se com a nossa luta e lutar ao nosso lado, para liquidarmos o colonialismo português e para construirmos, na igualdade de direitos e deveres, na fraternidade e com o trabalho de todos, o progresso e a felicidade dos povos dos nossos países.

Estamos certos de que o futuro dos colonos dos nossos países depende principalmente da atitude que esses mesmos colonos, como seres humanos responsáveis, adoptarem em relação à nossa luta pela liquidação do colonialismo português que, como todos os outros colonialismos, está condenado a desaparecer.

g. Em relação ao futuro dos nossos povos

O M.A.C., consciente da sua missão na presente etapa da História dos nossos povos, abstém-se de sugerir a forma ou formas de governo em que viverão os povos das actuais colónias Africanas de Portugal, depois de conquistarem a independência. Somente esses povos terão o direito de escolher, em plena liberdade, o regime político em que viverão.

No entanto, o M.A.C. está seguro de que os nossos povos querem criar Estados independentes modernos, nos quais haverá lugar para o reatamento com todo o património histórico e cultural africano, para o repensamento desse património e para o aproveitamento dos elementos positivos das culturas e civilizações africanas; nos quais haverá lugar, igual e necessariamente, para o estudo, o debate e a assimilação dos valores da cultura moderna humana, que não despersonalize os nossos povos.

Os nossos povos querem criar Estados democráticos, concebidos dinamicamente pelo seu génio e mantidos pela sua livre e soberana vontade.

Os sofrimentos, as mutilações irreparáveis, as frustrações e as humilhações de uma profundidade sem paralelo, de que os nossos povos têm vindo a ser vítimas durante séculos – informam efectivamente o renascimento enérgico dos nossos povos e determinarão o carácter das condições sociais em que eles realizarão o seu rápido progresso.

O passado doloroso de África jamais se repetirá na História dos nossos povos. E a condição básica para isso, sabemos estar numa autêntica política de promoção popular, de concessão efectiva de condições e oportunidades para o aproveitamento e desenvolvimento máximos de todas as potencialidades humanas e materiais de África. A experiência colonial servir-nos-á para nos persuadir daquilo que não devemos fazer.

Os nossos povos estão sujeitos a uma dupla opressão: nacional e social. Somente na ausência da opressão nacional, as grandes massas exploradas e oprimidas dos nossos povos – que herdarão a sua condição social do regime colonial português – poderão e deverão fazer reais e rápidos progressos sociais.

Por isso, o M.A.C. entende que, no presente, embora sem esquecer os problemas sociais da vida dos nossos povos, o fogo da nossa luta deve ser principalmente dirigido contra a opressão nacional, contra a estrutura do colonialismo português.

h. Em relação aos aspectos e formas da nossa luta

A nossa luta deve negar e destruir o colonialismo português e, ao mesmo tempo, afirmar e construir, sempre e onde for possível, as condições de liberdade em que querem viver os nossos povos. O nosso combate libertador deve continuar a realizar-se, pois, sob dois aspectos simultâneos e concretos: um, de construção tanto das estruturas basilares da nossa luta como das condições de liberdade em que queremos viver; outro, de destruição da estrutura e das forças do colonialismo português.

Para continuarmos a construir as bases da nossa luta e para prepararmos as condições de liberdade em que havemos de viver, devemos:

1º. Agir sempre colectivamente, organizadamente, em obediência a uma forte disciplina e a rigorosas normas conspirativas.

2º. Em todas as condições e em qualquer lugar, esclarecer e educar os Africanos no espírito de activo repúdio do colonialismo português.

3º. Elevar o amor próprio e os sentimentos de dignidade pessoal, familiar, nacional, continental, racial e humana, de todos os Africanos, e apontar com vigor e clareza todos os insultos, humilhações, ofensas, torturas e crimes cometidos pelas autoridades coloniais e pelos colonos, contra os Africanos, contra os nossos país, as nossas mães,

os nossos irmãos, os nossos filhos, contra a raça negra, contra os povos do Continente Africano e contra os Direitos Fundamentais do Homem.

4º. Dar o melhor apoio moral e ajudar, por todos os meios, qualquer Africano honesto, de maneira a que, mesmo sujeito a pressões das autoridades portuguesas, ele possa ter coragem para se negar a servir o colonialismo português.

5º. Desenvolver em todos os locais e da melhor maneira o tradicional espírito de fraternidade e de ajuda mútua dos Africanos, criar associações de socorros mútuos e de assistência material, médica e jurídica, para os nossos companheiros presos e para as suas famílias, bem como para qualquer Africano que necessite de ajuda.

6º. Utilizar todos os postos, cargos, missões e serviços, na Administração colonial portuguesa ou em qualquer empresa privada colonialista, para realizar uma actividade em benefício da nossa luta de libertação nacional.

7º. Tomar parte activa na luta contra o colonialismo português, inscrever-se nos Movimentos de luta e nas organizações revolucionárias existentes nos nossos países; criar organizações de luta anticolonialista, colaborar activamente com todos os patriotas e afirmar sempre a qualidade de patriota Africano, interessado na libertação do seu país e de todos os países Africanos sob dominação colonial portuguesa.

8º. Conduzir as massas populares a um incessante movimento de luta contra o colonialismo português, elevar o seu tradicional espírito de luta e dar-lhes consciência da sua força.

9º. Organizar associações para a salvação do povo, associações de auto-defesa, grupos de acção revolucionária (de camponeses, de operários, de estudantes, de mulheres e de jovens), grupos de defesa das nossas crianças e velhos e, em escala mais ampla, organizar grupos locais de libertação, de luta contra o colonialismo português.

10º. Criar e desenvolver organizações nativas, mesmo transitórias, de carácter administrativo, político e militar, com vista a tornar possível a realização de reivindicações populares em larga escala, a familiarizar o povo de cada localidade ou região com o governo próprio, com a autodeterminação (d direcção por ele mesmo do seu próprio destino) e com o sufrágio universal; de modo a permitir ao povo liquidar inteiramente as opressões a que longa e barbaramente o submeteu o colonialismo português, ganhar progressivamente poder ao inimigo e paralisar por completo a máquina administrativa do colonialismo português.

11º. Dar, tanto nos aspectos principais como nos secundários, uma prévia e profunda atenção à iniciativa das massas populares, no que respeita à condução da nossa luta.

12º. Dar, da melhor maneira, o maior desenvolvimento a uma justa propaganda de desmoralização do colonialismo português no seio do povo de Portugal e das forças armadas portuguesas agressivamente instaladas nos nossos países.

13º. Vencer, por todos os meios, o isolamento em que sempre nos tem mantido o colonialismo português, e dar o maior desenvolvimento a uma justa campanha para tornar bem conhecidos, em todo o mundo, os nossos países, os nossos povos, as nossas culturas e sentimentos e a nossa luta contra o colonialismo português.

14º. Reforçar cada vez mais a amizade e a solidariedade dos nossos povos com os restantes povos de África, da Ásia e do mundo inteiro.

15º. Conquistar para a nossa causa a simpatia e o apoio do maior número possível de aliados de todas as origens, e convencer todos aqueles que, por qualquer razão, não querem ou não podem ser nossos aliados, a adoptar uma atitude de neutralidade positiva em relação à nossa luta contra o colonialismo português.

As formas que devemos empregar para destruir a estrutura e as forças do colonialismo português dependem da atitude que Portugal adoptar diante do desenvolvimento da nossa luta. Os meios de destruição do colonialismo português, como de qualquer outro, podem ser pacíficos e violentos.

Para continuar e reforçar a nossa luta por meios pacíficos, devemos:

1º. Resistir por todos os meios ao trabalho forçado e recusar qualquer trabalho a que não corresponda um salário justo.

2º. Organizar greves nas cidades e no campo e paralisar a produção de culturas agrícolas obrigatórias.

3º. Não vender produtos agrícolas aos colonos por preços vis e tabelados pelo Estado colonial.

4º. Não satisfazer as requisições de géneros agrícolas feitas pelas autoridades colonialistas.

5º. Resistir a todas as tentativas do colonialismo para concentrar os Africanos em aldeias sob a designação de colonatos ou com qualquer outra designação.

6º. Resistir à exportação de trabalhadores Africanos para as outras colónias ou para qualquer país.

7º. Não pagar impostos à Administração colonial.

8º. Resistir à mobilização forçada e ao alistamento militar.

9º. Desmascarar os Africanos traidores que, de qualquer maneira, em qualquer lugar ou em quaisquer funções, ajudem o colonialismo português.

10º. Desmascarar, por todos os meios, a actividade dos indivíduos e das organizações que, nos nossos países, utilizam a religião, o nome de Deus e a chamada “obra de civilização” para servir o colonialismo português.

11º. Impedir que qualquer agente, serviço ou organismo português ou a serviço de Portugal, obtenha informações, mesmo parciais, acerca dos patriotas Africanos ou dos nossos Movimentos de luta de libertação nacional.

12º. Desmascarar cada vez mais e por todos os meios, perante a opinião pública mundial e perante a O.N.U., todas as acções criminosas, factos e planos do colonialismo português, e reduzir ao mínimo qualquer apoio, de qualquer origem, que possa ser dado ao colonialismo português.

Para destruir por meios violentos a estrutura e as forças do colonialismo português – o que os nossos povos farão, se a atitude de Portugal a tanto os obrigar – devemos:

1º. Julgar, castigar e liquidar oportunamente os Africanos traidores e todos os indivíduos ou organizações que, de qualquer forma, servem o colonialismo português.

2º. Sabotar e paralisar os meios de transporte – terrestres, marítimos, fluviais e aéreos – que servem a Administração colonial e as empresas privadas colonialistas.

3º. Paralisar, por todos os meios, todas as actividades económicas e produtivas que sustentam o colonialismo português, em especial nas áreas de culturas obrigatórias, como o algodão, e de culturas ricas, como o café e o cacau.

4º. Inutilizar, por todos os meios, as obras coloniais, tais como os colonatos para europeus e todas as obras destinadas a enraizar o colonialismo nos nossos países.

5º. Destruir, pelo fogo ou por qualquer outro meio, as bases de vida dos colonos, em especial no mato – edifícios administrativos, lojas, armazéns, gado e plantações.

6º. Danificar e destruir as fábricas, as plantações e os edifícios das companhias agrícolas, os produtos comprados pelos colonos e, se necessário, as próprias culturas cujos produtos são normalmente vendidos aos colonos.

7º. Desencadear, sob as formas mais convenientes, a luta armada contra o colonialismo português, numa guerra justa de libertação nacional, em resposta à guerra colonial, injusta, imposta pelos colonialistas portugueses.

Estes aspectos, formas e meios de acção da nossa luta, têm de ser utilizados judiciousa e oportunamente, com segurança que garanta o êxito de cada iniciativa, com inteligência que tire as maiores vantagens da nossa situação de povos que lutam pelo direito de viver livremente nas suas próprias terras e com bom senso que reduza ao mínimo os sacrifícios que os nossos povos estão decididos a fazer, para liquidar, de vez e para sempre, o colonialismo português.

IV. PROCLAMAÇÃO DO MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA

IRMÃOS, Africanos nativos de Cabo Verde, Guiné, Angola, S. Tomé e Príncipe e Moçambique!

Homens, Mulheres e Jovens

Trabalhadores manuais e intelectuais

Trabalhadores do campo e das cidades

Camponeses, Operários, Estudantes e Soldados obrigados a servir no exército colonial
Proprietários, Comerciantes e Artesãos!

O MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA

Apoiado na luta que os nossos povos sempre travaram contra a dominação estrangeira e baseado nos sempre afirmados e indestrutíveis sentimentos de liberdade e de dignidade dos nossos povos;

Consciente do grandioso esforço libertador das organizações de luta anti-colonialista actualmente existentes nos nossos países;

Consciente das dificuldades que o colonialismo fascista português impõe às nossas organizações de luta no próprio aspecto de uma expressão internacional, o que faz com que seja quase nulo o apoio de uma opinião pública mundial;

Unicamente inspirado pelos princípios da Carta das Nações Unidas, pela Declaração dos Direitos do Homem, pelos princípios de Bandung, pelas Resoluções da Conferência

de Solidariedade Afro-asiática do Cairo, pelas Resoluções da Conferência dos Países Independentes Africanos e pelas Resoluções da Conferência dos Povos Africanos de Accra;

Activamente integrado no invencível e glorioso movimento geral dos povos Africanos pela liquidação completa do colonialismo e do imperialismo;

Considerando que só uma luta unida, verdadeiramente disciplinada e inteligentemente dirigida é capaz de liquidar o colonialismo português;

Considerando que a participação de todos os Africanos das colónias portuguesas nessa luta acelerará o processo de decomposição e liquidação total do colonialismo português:

1. Proclama inequivocamente o direito dos nossos povos – os povos de Cabo Verde, Guiné, Angola, S. Tomé e Príncipe e Moçambique – à autodeterminação e à independência imediata.

2. Propõe-se colaborar activamente com todos os Movimentos dos nossos países verdadeiramente interessados na libertação nacional, e a utilizar todos os meios ao seu alcance para dar uma expressão internacional à nossa luta: denunciar os crimes dos colonialistas portugueses, exaltar as nossas vitórias e procurar conseguir um apoio eficaz junto dos outros povos, em especial dos povos anti-colonialistas.

3. Propõe-se lutar pelo cumprimento de todas as convenções internacionais que tenham justamente tomado em consideração a situação dos nossos povos.

4. Propõe-se contribuir, com todas as suas forças e em colaboração com os povos irmãos, para a liquidação total do colonialismo e do imperialismo no Continente Africano.

5. Apoiará activamente todas as iniciativas das organizações políticas Africanas que visem o estabelecimento de frentes unidas de luta pela libertação de cada um dos nossos países, e propõe-se a coordenar a formação dessas frentes e a luta comum a desenvolver por todos os nossos povos contra o colonialismo português.

6. Não poupará esforços para conseguir a adesão de todos os Africanos às organizações políticas Africanas, verdadeiras intérpretes dos interesses dos nossos povos na sua luta contra o colonialismo português.

7. Apela e incita todas as organizações de luta de libertação nacional dos nossos países e todos os Africanos das colónias portuguesas para que, numa frente unida e invencível, prossigam sem desfalecimentos a luta contra o colonialismo português, na qual devemos usar, em escala cada vez maior e mais organizadamente, todos os meios pacíficos de destruição do colonialismo.

8. Denuncia e condena a repressão brutal a que os patriotas Africanos estão sujeitos, assim como os preparativos a que Portugal está a proceder para a guerra colonial contra os nossos povos, e alerta todas as organizações patrióticas e todos os Africanos das colónias portuguesas, para que, numa frente unida e invencível, iniciem desde já a preparação, a estruturação e o desenvolvimento das bases e dos meios que permitirão aos nossos povos responder com a violência a todas as violências do colonialismo português.

IRMÃOS, Africanos nativos de Cabo Verde, Guiné, Angola, S. Tomé e Príncipe e Moçambique!

Definida, uma vez mais, a posição dos nossos povos perante o colonialismo português, diante da consciência mundial e em face de si mesmos;

Conscientes da justiça da nossa causa e das nossas responsabilidades nesta etapa decisiva da História dos Povos Africanos, e na certeza de que sairemos vitoriosos da nossa luta:

Avante na LUTA DECIDIDA E CORAJOSA PELA LIQUIDAÇÃO URGENTE DO COLONIALISMO PORTUGUÊS !

Avante na CONQUISTA DA LIBERDADE PARA A CONSTRUÇÃO RÁPIDA DE UM FUTURO DIGNO, PRÓSPERO E FELIZ PARA OS NOSSOS POVOS !

Avante na FORMAÇÃO E REFORÇO DE UMA FRENTE UNIDA E COMBATIVA CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS !

Viva a SOLIDARIEDADE ACTIVA DOS POVOS AFRICANOS SOB DOMINAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA !

Viva a UNIDADE DA ÁFRICA NA BASE DA INDEPENDÊNCIA E DA LIBERDADE DA PÁTRIA AFRICANA !

Viva a SOLIDARIEDADE ACTIVA DE TODOS OS POVOS AFRICANOS !

Viva a SOLIDARIEDADE ACTIVA DE TODOS OS POVOS AFRO-ASIÁTICOS !

Viva a COEXISTÊNCIA PACÍFICA E A COLABORAÇÃO ENTRE TODOS OS POVOS DA TERRA, NA BASE DA LIBERDADE, DA IGUALDADE DE DIREITOS E DA DIGNIDADE DE TODOS OS POVOS !

Viva a LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DOS POVOS DE TODAS AS COLÓNIAS PORTUGUESAS !

Viva o MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA !

1 de Janeiro de 1960

O COMITÉ EXECUTIVO
DO
MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA
(M.A.C.)

[Segue-se uma nota, talvez incompleta]

NOTA: Dificuldades próprias do regime de terror em que se vive em Portugal e nas colónias portuguesas, retardaram a impressão e a plena circulação deste Manifesto. No entanto, o seu texto já é conhecido por muitos Africanos e por algumas organizações de luta de libertação nacional dos nossos países.

Depois da elaboração deste Manifesto, tiveram lugar alguns acontecimentos que, pelo seu significado e consequências, merecem ser referidos nesta Nota:

1. A criação, com base na estrutura e nos objectivos do M.A.C., de uma aliança de partidos políticos e organizações de massas das diversas colónias portuguesas de África – a FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS (F.R.A.I.N.) –. O Comité Director da F.R.A.I.N., instalado em África, dá o seu pleno acordo a este Manifesto.

2. No campo das vitórias da luta pela liquidação do colonialismo em África: proclamação da independência dos Camarões; luta entre os colonialistas da Argélia, desorientados com a resistência e as vitórias do povo Argelino; êxito internacional da II Conferência dos Povos Africanos (Túnis), na qual tomaram parte cinco Delegados das colónias portuguesas e cujas resoluções condenaram o colonialismo português e exigiram a independência dos nossos povos; profunda modificação da política colonial britânica, favorável à luta dos povos Africanos; marcação da data da proclamação da independência do Congo; intensificação dos movimentos de resistência e de protesto dos nossos povos, em especial em Angola e na Guiné.

3. Por outro lado, Portugal intensificou os seus preparativos para a repressão armada contra os nossos povos. Por isso, com todas as apreensões que nos causa a fatalidade do recurso à violência, temos de nos preparar cada vez mais e melhor para defender, mesmo com os maiores sacrifícios, até a vitória final contra o colonialismo português, os direitos fundamentais dos nossos povos.

ANEXO 13

Informação sobre os processos
[manuscrito – sem data e sem assinatura]

[Acrescentado posteriormente: Nov. 59]

Encontram-se no tribunal de Luanda os processos de 42 indivíduos, acusados de atentarem contra a segurança externa do Estado.

Figuram nessa lista dentre outros os seguintes nomes: Ilídio Machado, Calazans Duarte, Arquitecto Veloso, Julieta Gândara, Contreiras da Costa, Nobre Dias, José Luciano Meireles e uma série de nomes que se não fixaram. Dos processos cuja cópia foi feita no tribunal, pelas conclusões tiradas chega-se à conclusão que os indivíduos acusados nada omitiram das actividades em que tomaram parte, de tal modo que a Polícia nos relatórios apresentados no tribunal chega à conclusão de que o movimento existente, na altura das prisões entrou na sua fase de declínio por se encontrarem presos todos os indivíduos de que (tomaram) se compunha o grupo.

Após os depoimentos de cada indivíduo segue uma biografia de cada um, feita pela polícia, através dos depoimentos que obtiveram.

Fala-se dos vários movimentos que se formaram, tendo-se afirmado que Ilídio Machado fundou o P.C. em data determinada mas que esse movimento fracassou. Depois surge o movimento de Libertação dos povos de Angola. Não estou certa se é essa a denominação, dada a consulta rápida desses processos.

Um dos indivíduos refere-se às reuniões realizadas em Casa da Julieta Gândara, da hipótese sugerida por ela de envio de indivíduos para Gana para se formarem e estarem aptos a entrar em Angola quando fosse oportuno; fala-se de festas realizadas a pretexto de se reunirem; das deliberações tomadas, nesses encontros; da Deolinda Rodrigues que era tradutora de inglês do grupo, da sua adesão ao movimento, de indivíduos de barcos estrangeiros portadores de revistas e doutros documentos, alguns dos quais se encontram presos.

Mário António foi preso e solto depois. Lúcio Lara também é citado no processo, julgo que por troca de quaisquer documentos, salvo erro com Franco de Sousa. Parece que existe um mandado de captura contra Deolinda Rodrigues.

Ao que parece o Julgamento deve ter lugar em Dezembro – em princípio a 5.

Os indivíduos presos não pretendem defender-se das suas actividades, mas transformar o julgamento numa acusação do colonialismo.

Pensa-se na escolha dum (indivíduo) advogado de Lisboa que defenda a causa delas. Creio que nesta altura já devem ter acertado nas démarches nesse sentido. Pretendem que seja o Palma Carlos segundo o desejo expresso dos indivíduos de Angola. A única dificuldade serão as possibilidades monetárias para fazer face aos encargos.

Pensa-se também que a intervenção de juristas estrangeiros nesse processo seria ideal e que tudo que os indivíduos que estão fora pudessem fazer nesse sentido seria óptimo. Prevê-se ainda que esses mesmos indivíduos façam tudo o que puderem na divulgação do que se passa em Angola.

ANEXO 14

**ESTATUTOS
 DA
 UNIÃO DOS ESTUDANTES DA ÁFRICA NEGRA SOB DOMINAÇÃO
 COLONIAL PORTUGUESA
 (U.D.E.A.N.)**

I – Da designação e objectivos

Art. 1 – Os estudantes africanos das colónias portuguesas decidem formar uma associação com a seguinte designação: União dos Estudantes da África Negra sob Dominação Colonial Portuguesa (U.D.E.A.N.). Em razão das condições políticas ora vigentes em Portugal e nos Países Africanos sob dominação portuguesa (fascismo, colonialismo e repressão policial), o organismo director da U.D.E.A.N. é instalado em Leipzig.

Art. 2 – A U.D.E.A.N. tem por objectivos:

- a. Defender os interesses dos estudantes membros, em especial no que se refere a meios materiais para a realização dos seus estudos.
- b. Contribuir para o estudo e a divulgação dos valores das culturas e da civilização negro-africanas entre os seus membros.
- c. Contribuir para a compreensão mútua, e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre os estudantes das várias colónias portuguesas.
- d. Fomentar entre os seus membros a adesão à causa anti-colonialista, em conformidade com o direito dos Povos à autodeterminação, consagrado pela Carta das Nações Unidas.
- e. Suscitar nos seus membros o respeito e a adesão ao espírito da Paz e da Amizade entre os Povos, particularmente entre as juventudes do mundo inteiro.

II – Da composição

Art. 3 – A U.D.E.A.N. é composta de membros efectivos, honorários e benfeitores. São membros efectivos todos os estudantes dos ensinos superior e secundário, originários das colónias portuguesas de África que, independentemente do país onde prossigam os seus estudos, desejem fazer parte da U.D.E.A.N. e se comprometam a respeitar os presentes Estatutos. Pagam uma cotização mensal de 10\$00.

São membros honorários todos os indivíduos que, estando de acordo com os objectivos da U.D.E.A.N. paguem uma cotização global de 1.000\$00.

São membros benfeitores todos os indivíduos que exprimam o seu acordo com os objectivos da U.D.E.A.N. e paguem uma cotização global de 2.500\$00.

Art. 4 – Nenhuma discriminação de carácter confessional ou ideológico pode constituir critério no recrutamento dos membros efectivos da U.D.E.A.N.

Art. 5 – A qualidade de membro efectivo perde-se:
Por demissão devidamente fundamentada.
Por expulsão determinada pelo Bureau Central.

III – Da organização

Art. 6 – A U.D.E.A.N. é constituída por Secções, correspondentes a países, grupos de países e regiões, dirigidas por Delegados e Sub-delegados por elas eleitos.

Art. 7 – O organismo director e principal responsável da U.D.E.A.N. é o Bureau Central, formado por cinco membros – presidente, secretário, tesoureiro e dois vogais.
O Bureau Central é eleito pelo órgão soberano da U.D.E.A.N.: a Assembleia de Representantes das Secções.

Art. 8 – Até à primeira Assembleia de Representantes, que reunirá logo que as circunstâncias políticas vigentes em Portugal e nas colónias portuguesas o permitam, a U.D.E.A.N. é dirigida por um Bureau Central Provisório, composto dos seguintes membros:

Presidente – José Fret Lauchong
Secretário – José Rocha [*aliás Carlos Rocha*]
Tesoureiro – Luís José de Almeida

Art. 9 – Cada Secção goza de autonomia interna e é responsável perante o Bureau Central, com o qual deve manter contacto permanente.

Art.10 – Um Regulamento Interno, elaborado pelo Bureau Central e a ratificar pela Assembleia de Representantes das Secções, assegura o funcionamento da U.D.E.A.N.

IV – Dos meios e formas de acção

Art.11 – Os meios e formas de acção da U.D.E.A.N. são os seguintes:
Apoio incondicional das reivindicações justas dos estudantes ou de organizações de estudantes em Portugal e nas colónias portuguesas.
Reivindicação dos direitos dos estudantes africanos.
Instituição e obtenção de bolsas de estudo em estabelecimentos de

ensino na Europa, América, Ásia e Países Independentes de África.
Organização de actividades culturais (conferências, concertos, centros de estudo, exposições, etc.)

Criação de um órgão de informação e de debate de problemas de interesse para a formação dos estudantes africanos.

Organização de actividades desportivas e recreativas.

Colaboração com organizações, nacionais ou internacionais, que prossigam objectivos similares.

Art.12 – A U.D.E.A.N. reserva-se o direito de se filiar em organizações panafricanas e internacionais, de carácter estudantil ou juvenil.

V – Dos fundos

Art. 13 – Os fundos da U.D.E.A.N. provêm de cotizações, donativos, subsídios e rendimentos próprios.

VI – Da dissolução

Art.14 – A Assembleia de Representantes das Secções decidirá da dissolução da U.D.E.A.N. logo que a situação dos países africanos sob dominação colonial portuguesa permitir o estabelecimento de novas formas de organização dos estudantes africanos.

28 de Fevereiro de 1960

ANEXO 15

**Documento distribuído em Luanda em 1959
aquando da Conferência da OIT**

[Documento policopiado, em francês, distribuído em Luanda em Dezembro de 1959, aos delegados dos países africanos independentes aquando da Conferência da OIT, nesta cidade. Trazido por Diallo Seydou, delegado da Guiné Conakry e Secretário-Geral da Union Générale des Travailleurs Africains, um exemplar deste documento chegou a Conakry, onde foi visto por Hugo de Menezes, chegando depois às mãos da delegação do MAC em Túnis. Posteriormente foi distribuído, na Conferência Panafricana de Túnis, com algumas alterações feitas por Mário de Andrade e passou à história com o nome “Faites attention, Messieurs les délégués!”.]

ATENÇÃO!

**Aos Senhores Delegados Africanos à Conferência da Comissão Africana da
Organização Internacional do Trabalho (Dezembro de 1959)**

Senhores,

Por altura da realização em Luanda desta sessão da OIT, os trabalhadores de Angola sentem-se no dever de chamar a vossa atenção para a sua situação e de vos apresentar um panorama resumido das reais condições económicas e sociais em que se encontram.

Nós, Trabalhadores de Angola, estamos certos que a Delegação Portuguesa, cuidadosamente escolhida pelo Governo, se empenhará em vos esconder as vergonhosas condições de trabalho a que estão submetidos todos os Trabalhadores, brancos e negros; e em desviar a vossa atenção por meio da organização de visitas demagógicas, de passeios, banquetes, homenagens, etc.

Lamentamos que os nossos verdadeiros representantes, escolhidos por nós e depositários da nossa confiança, não possam estar sentados a vosso lado. Infelizmente ainda estamos submetidos a um regime fascista e a um colonialismo estreito, onde, desde há muito, foram suprimidas todas as liberdades, mesmo as sindicais.

Somos forçados a dirigir-vos este apelo sob um rigoroso anonimato e estamos certos da vossa compreensão.

Trazemos ao vosso conhecimento os factos seguintes:

1º – Existe em Angola uma nítida discriminação nas tarefas, trabalhos e salários entre um trabalhador negro e um trabalhador branco.

2º – A população de Angola é de cerca de 4.500.000 habitantes, dos quais:

137.000	BRANCOS
31.000	MISTIÇOS
32.000	NEGROS “CIVILIZADOS”
4.300.000	NEGROS “NÃO CIVILIZADOS”

- A população branca é composta por: funcionários, empregados, operários, comerciantes e industriais, proprietários de fazendas, alguns pequenos cultivadores entre os quais os colonos.
- A população mestiça é composta por alguns funcionários, alguns comerciantes, alguns proprietários de fazendas, operários e empregados.
- A população negra “não civilizada” forma a grande massa dos trabalhadores nas fazendas, empresas industriais, estaleiros de obras públicas e os camponeses das aldeias indígenas deixados como reserva de mão-de-obra.

Esta população está submetida ao “Estatuto dos Indígenas” e não goza dos direitos de Cidadão.

3º – Para o território de Angola existem apenas dois sindicatos governamentais com sede em Luanda e com delegações nas cidades capitais de distrito.

Esses sindicatos são:

- Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria.
- Sindicato Nacional dos Ferroviários, Metalúrgicos e Motoristas.

4º – Apenas os trabalhadores brancos, mestiços e negros “civilizados” têm o direito de se inscrever nos sindicatos (existem delegações distritais que não permitem a filiação dos trabalhadores negros “civilizados”).

5º – Todos os trabalhadores negros “não civilizados” estão excluídos de qualquer organização sindical ou de defesa profissional. O recrutamento (contrato) destes trabalhadores para as fazendas, fábricas, pescarias, estaleiros de obras públicas, etc.... é feito por intermédio dos chefes de posto ou dos administradores, perante uma autorização de recrutamento fornecida pela administração civil aos “angariadores” em título.

É inútil dizer-vos que na quase totalidade dos casos o contrato é forçado; o recrutamento voluntário é muito raro.

O salário por um dia de trabalho é de 3\$30 (três escudos e trinta centavos) em média, para os trabalhadores negros “contratados”.

Em 1958 foram pagos 340.818.000\$00 a 330.053 trabalhadores “contratados”, por 26 dias de trabalho por mês. A este salário em dinheiro devemos acrescentar o valor da alimentação do trabalhador, que raramente ultrapassa os 2\$50 a 3\$00 por dia.

Esta alimentação é sempre má do ponto de vista alimentar (farinha de mandioca ou milho, e por vezes um pouco de peixe seco e feijão).

Do seu salário em dinheiro, o trabalhador negro ainda tem que retirar o imposto, que é de 245\$00 por ano, ou seja cerca de 25% do seu salário anual.¹

Não existe qualquer dúvida sobre a existência de trabalho forçado.

- 7º – Também existe em Angola o trabalho forçado para as mulheres e as crianças, sobretudo para a conservação das estradas do interior, sem qualquer salário nem alimentação.
- 8º – No respeitante aos dois sindicatos governamentais dos trabalhadores brancos e negros “civilizados” basta assinalar que o Presidente do Conselho Geral e o Presidente da Direcção, os dois órgãos que dirigem os sindicatos, são nomeados pelo Governador Geral e pelo Ministro do Ultramar, e não eleitos pelos trabalhadores.
- 9º – Não existem contratos colectivos de trabalho, nem segurança social, nem subsídio de família, nem subsídio de desemprego, nem pensões de velhice ou invalidez.
- 10º – Para a mesma categoria profissional, o trabalhador mestiço e negro “civilizado” ganha cerca de metade do salário do seu camarada branco.

Eis os factos sobre os quais os representantes do Governo guardarão o mais completo silêncio, ou, na impossibilidade de o fazerem, conversarão “paternalisticamente”, como é seu hábito em todas as assembleias onde a sua presença se faz sentir.

Mas a realidade é bem diferente: ela é a face mais cruel e mais desumana da exploração do homem pelo homem.

- 1º – Peçam à delegação portuguesa elementos completos sobre as condições de trabalho dos trabalhadores negros, propondo-lhe que traga:
 - a) Um exemplar do “Estatuto dos Indígenas”.
 - b) Os impressos publicados pelos serviços de Administração Civil utilizados como registo dos trabalhadores contratados à força para irem trabalhar nas fazendas, fábricas, estaleiros, etc.... Estes registos são preenchidos pelos chefes de posto ou pelos Administradores, e neles são especificados os homens, mulheres e crianças deslocados. Nestes registos as mulheres e crianças figuram sempre como família dos homens contratados.

1.	1.000 fr CFA	=	120\$00
	3\$30	=	27,5 fr CFA
	380.818.000\$00	=	2.840.150.000 fr CFA
	2\$50	=	20,83 fr CFA
	3\$00	=	24,99 fr CFA
	245\$00	=	2.029,85 fr CFA

- c) Um exemplar das licenças de contrato emitidas pela autoridade administrativa em que vem especificado o número dos trabalhadores negros que cada fazendeiro ou empresário tem o direito de empregar nas diferentes regiões do território. Estas regiões são previamente designadas pelo Governador Geral, exactamente aquelas em que a população negra é mais numerosa. Esta população é assim arrancada às suas aldeias, às suas famílias, às suas lavras, por períodos nunca inferiores a 8 meses.
 - d) Um exemplar das folhas de salários pagos aos trabalhadores “contratados”. Essas folhas também são fornecidas pela autoridade administrativa.
 - e) Um exemplar do anuário estatístico de Angola. Já existe o de 1958.
- 2º – Peçam à delegação portuguesa para que vos dê a possibilidade de fazerem visitas surpresa às fazendas, pescarias, fábricas, estaleiros, etc.... Por exemplo às fazendas de café e de sisal, às plantações de cana-de-açúcar (tem a fazenda “Tentativa” a menos de 60 km de Luanda e a do “Bom Jesus” mais ou menos à mesma distância), às pescarias dos arredores de Luanda, aos estaleiros do Caminho-de-Ferro do Congo, às minas da companhia de diamantes de Angola ou da companhia do manganês, aos estaleiros da barragem de Cambambe, a 200 km de Luanda. Observem no local as condições de alojamento, de vestuário, de alimentação, os procedimentos de trabalho, o esforço físico exigido aos trabalhadores e o seu desgaste. Perguntem sobre os salários que são pagos.
 - 3º – Peçam à delegação portuguesa:
 - a) Um exemplar dos estatutos dos sindicatos governamentais, pelos quais poderão verificar que os sindicatos se transformaram mais em “mutualidades” e que as suas actividades praticamente se limitam à assistência médica. Os sindicatos não possuem um carácter de organizações de massas como nos outros países.
 - b) Informações detalhadas sobre os salários dos operários e empregados brancos, mestiços e negros “civilizados” e os índices do custo de vida em Angola.
 - c) A última tabela dos salários mínimos (que se aplica unicamente aos trabalhadores brancos) publicada em Agosto último pelo Governo Geral. Desde 1947 não tinha havido aumento do salário mínimo.
 - d) Uma nota detalhada com os valores médios das rendas de casa, dos preços dos bens de consumo alimentar, do vestuário, do calçado, dos medicamentos. Constatarão a insuficiência dos salários e a situação difícil em que se encontram também os trabalhadores brancos. A sub-alimentação torna-se uma regra para a classe operária. O alojamento reduz-se muitas vezes às garagens sub-alugadas ou às pequenas casas construídas clandestinamente nos bairros negros da periferia, muitas vezes sem água, sem electricidade, sem as mais elementares condições de higiene e de defesa contra o clima.

Peçam para consultar os números sobre a assistência médica dos sindicatos – enormes – que vos mostrarão nitidamente a que ponto a doença existe entre os trabalhadores brancos.

4º – Peçam à delegação portuguesa que vos forneça os eloquentes dados sobre o ensino nas escolas públicas; constatarão que 98% da população angolana é iletrada.

Existem cerca de 750.000 crianças em idade escolar, o número de crianças matriculadas nas escolas públicas e privadas é de cerca de 20.000; nas escolas das missões religiosas contam-se cerca de 38.000 crianças negras. Há pois 692.000 crianças que nunca frequentarão uma escola.

5º – Peçam à delegação portuguesa que vos forneça dados sobre o desemprego. Não existem estatísticas oficiais.

O jornal “A Província de Angola” de 27 de Outubro último assinalava cerca de 29.000 desempregados, brancos, mestiços e negros “civilizados”. A população “civilizada” compreende cerca de 200.000 indivíduos (funcionários, comerciantes, fazendeiros, industriais, os colonos, as profissões liberais) e assim se compreende imediatamente que estes 29.000 desempregados representam uma percentagem muito elevada em relação à classe trabalhadora.

Evidentemente que não existe nem subsídio de desemprego nem centro de desemprego.

Permitimos sugerir-vos o seguinte:

Pelo que acabámos de assinalar, facilmente se pode entender o elevado grau de exploração a que estão sujeitos os trabalhadores de Angola e a indignidade da sua situação.

Um regime colonial sem escrúpulos permitiu à classe patronal benefícios fabulosos na agricultura, na indústria e no comércio. Mas a crise económica e financeira que decorre das condições do mercado internacional e da política colonial de miséria do Governo, começa a rebentar com todas as estruturas do território. As consequências mais pesadas desta crise cairão fatalmente e sobretudo sobre os ombros dos trabalhadores, negros e brancos.

Contudo o Governo abafa os protestos, esconde a realidade, defende o seu poder absoluto por meio de uma censura severa à imprensa, pressões administrativas e repressão policial.

Nenhuma liberdade é permitida ao povo de Angola e os trabalhadores, quer sejam negros ou brancos, são particularmente vítimas da violência governamental.

– Considerando que a Declaração de Filadélfia afirma que todo o ser humano, seja qual for a sua raça, a sua crença ou o seu sexo tem direito ao progresso material e ao desenvolvimento espiritual, na liberdade e na dignidade, com segurança económica e oportunidades iguais.

– Considerando por outro lado que a discriminação representa uma violação dos direitos enunciados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Todo o conteúdo do artigo primeiro e suas alíneas e do artigo sexto da Convenção não são respeitados pelo Governo português.

Senhores Delegados,

Os autores desta exposição, trabalhadores de Angola, estão legitimamente inquietos acerca do seu futuro, da sua dignidade profissional, dos seus direitos como homens.

Para a esmagadora maioria dos trabalhadores, nomeadamente para os trabalhadores negros, as condições de trabalho, os muito baixos níveis dos salários, a subida anual do custo de vida, os sinais evidentes da crise, levam-nos a considerar como necessidade urgente:

a) Desmascarar perante esta assembleia da OIT a nefasta política de miséria do Governo português.

b) Reclamar a vossa intervenção para a abolição efectiva do trabalho forçado, o aumento dos salários dos trabalhadores negros, o respeito pelo princípio “a trabalho igual, salário igual”.

c) Reclamar a vossa intervenção para que sejam restabelecidas imediatamente as liberdades cívicas e sindicais.

Confiamos aos Senhores Delegados a nossa intervenção para que forcem o Governo Português a respeitar escrupulosamente a convenção da OIT, como os vossos Países se esforçam por o fazer.

E obrigá-lo a declarar-se indigno de pertencer a esta organização.

OS TRABALHADORES DE ANGOLA¹

1. *Diallo Seydou ficou muito impressionado com o movimento clandestino em Luanda, que conseguiu contactá-lo, apesar da vigilância portuguesa.*
Num outro exemplar deste documento, existe um “P.S. Verificámos com o Camarada Hugo, médico angolano trabalhando no hospital; estas indicações são rigorosamente exactas. DS”.

ANEXO 16

Memorando da FRAIN ao Governo da Guiné

*[dactilografado – original em francês]*MEMORANDO:

1 – A “Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas” (F.R.A.I.N.) é formada por duas organizações políticas: “Movimento Popular de Libertação de Angola” e “Partido Africano de Independência” da Guiné dita portuguesa.

(No respeitante ao “Movimento Popular de Libertação de Angola”, Cf. por exemplo a reportagem publicada no jornal “Le Monde”, de 11 de Fevereiro passado: “Província Portuguesa para além do Equador. Angola sente os primeiros sintomas da febre nacionalista africana”)¹

2 – Princípios fundamentais da F.R.A.I.N.

- = Luta intransigente contra o colonialismo português e contra o imperialismo sob todas as suas formas.
- = Luta para que os povos Africanos sob dominação colonial portuguesa possam gozar imediatamente e efectivamente do direito à autodeterminação.
- = Unidade africana.
- = Coexistência pacífica.

3 – A F.R.A.I.N. pede à República da Guiné:

- = Autorização para abrir um bureau em Conakry e facilidades para o trabalho desse bureau.
- = Autorização para imprimir e publicar na Guiné materiais respeitantes à sua actividade.
- = Asilo para os militantes da F.R.A.I.N. perseguidos devido às suas actividades patrióticas.
- = Autorização para utilizar os postos emissores da República da Guiné para transmitir programas periódicos destinados aos países africanos sob dominação colonial portuguesa.

4 – Fontes de apoio material às actividades da F.R.A.I.N. na Guiné:

- = Contribuição material dos povos das colónias portuguesas.
- = Trabalho pessoal e remunerado, na República da Guiné e para ela, por parte dos militantes da F.R.A.I.N.
- = Solidariedade internacional e concreta com os nossos povos.

5 – Prevemos que depois da independência do Congo dito Belga os militantes angolanos da F.R.A.I.N., que estejam nesse momento talvez na Guiné, partirão para o Congo independente.

[Apontamento de Viriato: 3.3.60. Entregue em 4.3.960 ao Sec.-geral]²

1. *Refere-se aos artigos de Suzanne de Luzignan.*

2. *Foi entregue por Viriato da Cruz.*

ANEXO 17

Introdução à Brochura do Processo dos 50¹*[impresso – original em francês]*

Em Portugal, muita gente, sobretudo nos meios dirigentes, louva as argúcias dos legisladores portugueses, como se fossem um título de glória.

No culminar da crise de Goa, os colonialistas portugueses, entre os quais o Engenheiro Cunha Leal, por exemplo, propuseram resolver esta crise por meio duma legislação elaborada por peritos em chicana jurídica.

No referente à questão colonial, o espírito de chicana português consistiu em declarar, em leis de fachada como a Constituição política, que os Africanos e os Asiáticos das colónias portuguesas eram Portugueses do mesmo modo que os indígenas de Portugal, sugerindo assim que os povos coloniais gozavam dos direitos e liberdades constitucionais tal como o povo português, sem qualquer discriminação. Mas este espírito de chicana foi mais longe: estabeleceu-se toda uma série de discriminações políticas, económicas, raciais etc, por meio de Leis secundárias. Através da acção administrativa diária abriu-se o ilimitado campo dos privilégios às empresas portuguesas e não-portuguesas e a uma minoria de colonos, enquanto se recusavam totalmente aos povos coloniais as liberdades fundamentais, mergulhando-os no inferno do trabalho forçado e no obscurantismo medieval.

A ascensão dos nacionalismos afro-asiáticos e a pressão da opinião internacional forçou os legisladores portugueses a camuflar a realidade colonial, transformando as colónias em “províncias”.

Ao exibirem publicamente as leis fundamentais e as “províncias” artificiais, os colonialistas portugueses negam cinicamente a existência de uma política colonial portuguesa em África e na Ásia: “Portugal não possui nenhuma colónia” – repetem por toda a parte.

Para prevenir a rebelião popular contra a opressão e a exploração, existe a “ordem fascista”, velha de trinta anos: a ditadura sinistra de um punhado de exploradores, a polícia secreta e omnipresente cujos efectivos, recrutados ao abrigo da miséria imposta ao povo português, são dezenas de vezes superiores aos dos professores, médicos e enfermeiros de todos os territórios sob dominação portuguesa.

Os colonialistas portugueses deram o nome de “paz lusitana” ao silêncio enganador da luta popular clandestina, à prudência determinada por uma polícia feroz e pelo terror permanente.

Assim nasceu o mito, em que apenas os colonialistas portugueses fingem acreditar, segundo o qual “tudo iria pelo melhor no melhor dos mundos portugueses”.

Contudo, apesar das condições impostas nos nossos países, os nossos povos desde sempre lutaram contra a opressão e a exploração. Por um lado, as ínfimas minorias

1. Pode ver-se a capa da brochura na página 389. Foi publicada por ocasião da “Jornada de Solidariedade com os Povos e Patriotas das colónias portuguesas” a 3 de Agosto de 1960.

africanas que gozam teoricamente dos direitos e liberdades constitucionais travaram durante dezenas de anos uma luta reformista em associações regionais controladas pela administração colonial. Por outro lado, as grandes massas africanas, às quais era recusado e ainda o é, o exercício destes direitos e liberdades, explodiam em revoltas frequentes, de imediato abafadas por massacres e pelo muro de silêncio com que Portugal havia rodeado as suas colónias.

O agravamento da opressão colonial veio definitivamente dissipar as esperanças de sucesso da luta reformista no interior do quadro colonial e sem fundamentos nas massas populares. A esta luta, que tinha um carácter oportunista, sucedeu irrevogavelmente a luta revolucionária, visando directamente a *liquidação completa do colonialismo português, a substituição imediata e incondicional dos nossos países da soberania portuguesa pela soberania dos nossos povos.*

É com esse objectivo que foram criados o PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA (PAI) da Guiné dita portuguesa, o MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) e também a UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA (UPA).

Há anos que o MPLA e o PAI se engajaram numa luta com um carácter nacional popular, em que participam milhares de Africanos, sem distinção de estatuto político e civil, de origens étnicas, tribais ou religiosas. As reivindicações das grandes massas camponesas e trabalhadoras (a quase totalidade da população dos nossos países) foram e continuarão a ser o principal objectivo do PAI e do MPLA.

As condições muito duras impostas pelo colonialismo fascista português rapidamente mostraram que era preciso reforçar a acção no interior dos nossos países, apoiando-se na acção no exterior. Era urgente denunciar o colonialismo português, fazer com que sobre cada um dos seus crimes tombasse pelo menos uma sanção da opinião pública mundial. Foi assim que, sob o impulso do PAI e do MPLA, uma parte importante dos Africanos residentes no estrangeiro constituíram o MOVIMENTO ANTICOLONIALISTA (MAC) cujos objectivos principais eram os seguintes: estudar os problemas levantados pela luta travada pelas organizações patrióticas dos nossos países; contribuir para uma orientação mais lúcida desta luta, tendo em conta a evolução concreta da política internacional; trabalhar para a unidade de acção dos movimentos de libertação das colónias portuguesas; constituir para as forças que actuam no interior dos nossos países reservas revolucionárias inesgotáveis, a fim de retirar ao colonialismo português qualquer possibilidade de subjugar a luta libertadora dos nossos povos. Durante os dois anos da sua existência, o MAC fez ouvir a voz dos nossos povos por ocasião de diversos encontros africanos e afro-asiáticos e contribuiu para destruir as mentiras fomentadas pelo colonialismo português.

O MAC participou na 2ª Conferência dos Povos Africanos, como representante dos seus membros activos, o PAI e o MPLA. Esta participação foi um sucesso para a luta dos povos africanos sob dominação portuguesa. As forças revolucionárias de toda a África e grande parte da opinião internacional foram suficientemente informadas sobre os crimes do colonialismo português e a luta que se desenrola por detrás da

cortina de silêncio. O isolamento a que por muito tempo Portugal tinha condenado os nossos povos foi definitivamente rompido. Na presença dos interessados, a Conferência definiu a solidariedade africana em relação à nossa luta libertadora. Adoptou pela primeira vez uma resolução especial e clara sobre as colónias portuguesas.

Um outro acontecimento importante, sucesso do MAC, foi a constituição da FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS (FRAIN) formada pelo PAI e pelo MPLA, no seio da qual o MAC se dissolveu. A FRAIN está aberta a todas as organizações das colónias portuguesas que lutam activamente pela liquidação do colonialismo.

Para o bem dos nossos povos, da causa da paz mundial e do próprio povo português, as nossas organizações concedem uma grande importância à liquidação pacífica do colonialismo português.

É certo que os colonialistas portugueses teimam em caminhar contra o sentido da história e se preparam para desencadear guerras coloniais. Mas é ainda mais certo que os nossos povos alcançarão uma vitória total sobre o colonialismo português.

Os nossos povos e as suas organizações políticas não se erguem contra o povo português. Erguem-se contra a dominação colonial portuguesa.

Os nossos povos e as suas organizações patrióticas lutam pela conquista do direito à autodeterminação e pelo exercício efectivo e urgente desse direito. São os povos de Angola, de Cabo Verde, da Guiné dita portuguesa, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe que devem decidir eles próprios do seu destino e escolher a direcção do seu desenvolvimento, em total liberdade e sem ingerência de Portugal ou de qualquer outro país.

É certo que também chamámos a atenção da opinião pública para o sub-desenvolvimento de Portugal que leva este país a prostituir as suas colónias em benefício dos interesses que o ajudam a manter o seu império. Isto sublinha o carácter imoral da dominação de Portugal sobre territórios ricos e tão extensos quanto metade da Europa até às fronteiras orientais da Polónia. Mas ao mencionar o sub-desenvolvimento flagrante deste país, que ousa justificar a posse de um Império com uma pretensa “missão civilizadora”, não pretendemos fazer supor que os nossos povos aceitarão a substituição do colonialismo português pelo de um outro país, seja por intervenção directa, seja agindo por intermédio de Africanos ou organizações africanas.

Proclamamos uma vez mais e categoricamente que lutamos pela soberania inalienável dos nossos povos nos seus próprios países e pelo controle total das suas riquezas, no quadro do processo geral e democrático para a unidade africana.

Os nossos povos lutam por uma independência real.

Fiéis ao espírito da Carta da ONU e das resoluções das conferências de Bandung, do Cairo, de Accra e de Túnis, os nossos povos e as suas organizações patrióticas prosseguirão e intensificarão a sua luta pelo desaparecimento completo do colonialismo português, pelo exercício efectivo e urgente do direito à autodeterminação, pela independência imediata e incondicional.

O Comité Executivo da FRAIN

ANEXO 18

Documento distribuído pelo Comando Militar de Angola

[21 de Fevereiro de 1961]

[Carimbo ao alto e fundo de cada página: SECRETO]

DIRECTIVAS DADAS POR LÚCIO LARA, UM DOS RESPONSÁVEIS DA FRAIN, APREENDIDAS A UM DOS DIRIGENTES DO M.P.L.A., DEFININDO A ACCÇÃO DESTA ORGANIZAÇÃO

«ORGANIZAÇÃO: – Necessidade de alargamento até às aldeias onde actuarão comités locais de acção dirigidos por pessoas que só tenham que pensar nisso (acabar com o amadorismo). Discussão urgente.

Pensar seriamente em passar imediatamente para a luta clandestina, isto é, os patriotas devem sair da sua vida legal mesmo à custa de muitos sacrifícios. Acabar com a rotina: não esperar de pés atados que a polícia chegue. Um homem livre mesmo na clandestinidade vale por centenas de presos.

É necessário compartimentar todas as tarefas. Assim, ampliem-se secções de propaganda e infiltração; secção de discussão política e coordenativa; secção militar e secção de recrutamento.

A direcção orientará todas as secções. É necessário reservar os nomes dos responsáveis e dos aderentes quer usando pseudónimos quer limitando conhecimentos de cada membro. É incompreensível que o enviado conheça os nomes de toda a direcção e outras secções. Os perigos que isso representa são muito fáceis de se avaliar.

O problema das ligações é outro problema imediato. As grandes possibilidades de ajuda exterior que estarão em breve ao nosso alcance só se poderão concretizar com uma boa rede de ligações. Sugere-se a criação dum corpo de estafetas (profissional). Lembra-se o aproveitamento da camionagem, da aviação, dos caminhos de ferro e da via marítima.

SECÇÃO DE PROPAGANDA: – Os manifestos devem ser combativos, não dramatizando a vida do povo mas pelo contrário transformando o sentimento em canção¹ e luta.

Deve criar-se um núcleo de agitadores conhecedores da língua e convincentes, que acordem o povo para a luta. Considerar dois aspectos de agitadores.

Deve utilizar guerra psicológica, não só para esmorecer o inimigo como para elevar o ânimo do povo.

SECÇÃO MILITAR: – Deve fazer um ficheiro que dê conta de toda a organização militar de ANGOLA (número e situação dos quartéis, compartimento de tropas

e quartelamento, situação dos paióis, depósitos de armas, guarda ao quartel, potência militar, manobras e relatórios secretos). Necessidade de cartas topográficas, nomeadamente das regiões montanhosas e de florestas. Situação e número de pontes e sua importância, etc.

SECÇÃO DE RECRUTAMENTO: – É encarregado de ampliar o número de quadros e aderentes. Não esquecer o papel importante que os jovens podem desempenhar numa luta dessas.

Ninguém deve sair sem uma credencial devidamente reconhecida. Denominação do movimento: M.P.L.A.

PROBLEMA DA UPA: – o nosso RUY VENTURA – (é pseudónimo de HOLDEN ROBERTO), fez bom trabalho. Os trabalhos que a malta lhe enviava fê-lo [chegar] ao Delegado da Guiné e este à O.N.U.

Por outro lado está comprometido com os americanos. A AMÉRICA tem interesses muito chatos como aliás tem em toda a ÁFRICA.

Se possível enviar uma credencial.

ASPECTOS DE LUTA: – Preparação imediata para gente para sair (agitadores, etc.) Sabão activado (significa sabotagem activa).

Boicote económico (pouco rendimento no trabalho, redução do consumo dos artigos portugueses, cigarros, vinho, arroz, batata, etc.).

Código para a correspondência.

Ver a possibilidade de enviar mensal ou bi-mensal um correio cá fora.

Estudo da falsificação de documentos (passaportes).

Problema do 1º armeiro; em todos os combates as primeiras armas são as nossas, javites, e zagaias e depois conquistar as dos inimigos.

Enviar gente para o Sul.

Necessidade de um sindicato clandestino, dar auxílio material não só ao povo como ao anti-colonialismo.

Estudar o hino do movimento. A bandeira do movimento.

Problema racial: – A admissão dos negros,¹ para já não há utilidade, pode ser mais tarde, na albergação de malta e na compra de certas coisas. Não os distinguiremos nem connosco existir [sic] distinção. Não repudiar a colaboração de brancos em comparação à da guerra da ARGÉLIA.

TERRORISMO: – Deve ser feito com a maior segurança. Não fazê-lo por enquanto, porque pode o indivíduo ser condenado como assassino, ao passo que com uma luta já aberta é condenado como patriota.»

1. Deverá querer dizer «acção»...

1. Deverá querer dizer «dos brancos»...

ANEXO 19

Boletim de Informações do Comando Chefe das Forças Armadas de Angola
[policopiado]

[Ao alto e no fundo de cada página leva uma rubrica e um carimbo dizendo:
SECRETO]

Q.G./COM.MIL.ANG.
LUANDA
FEV.61

BOLETIM DE INFORMAÇÕES REFERIDO A 28FEV61I – SITUAÇÃO GERAL

No exterior da Província de Angola continuam a trabalhar, activamente, os chefes de vários partidos emancipalistas, de carácter nativista uns, de feição internacional outros, mas, todos eles com ligações mais ou menos estreitas ao comunismo internacional.

Estes partidos dispõem, no interior da Província, duma rede de agitadores e propagandistas, seus elementos avançados, que procedem a cotizações e angariamentos de fundos indispensáveis à sua acção, incitam a rebelião, preparam incidentes e acompanham os assaltos nos seus primeiros passos.

Esta rede de agitadores acaba de revelar-se nos assaltos em LUANDA e na subversão que alimentam na BAIXA DE CASSANGE, parecendo seguir as directivas do MPLA, difundidas por LÚCIO LARA já em Junho de 1960.

A escolha destes locais confirma o apuro técnico, no aspecto da Guerra de Subversão, que se atribuía aos mesmos partidos e, consequentemente, a sua ligação a outros mais evoluídos:

- a escolha de LUANDA com uma finalidade psicológica, de desgaste nervoso, de intranquilidade e insegurança; o facto de ser a capital onde existe a maior concentração de forças e onde estão localizados o Governo e o Comando das Forças Armadas da Província, elegem-na como um dos objectivos mais rendosos pela repercussão que podem vir a ter noutros centros populacionais importantes e no resto da Província, quaisquer incidentes de alteração da ordem que aqui tenham lugar.
- a escolha da BAIXA DE CASSANGE para conduzir as populações a uma rebelião maciça, aproveitando um ambiente próprio de que alguns problemas sociais são a determinante. Esta escolha visaria ainda, possivelmente, um desvio da atenção e de esforços para esta região o que permitiria uma maior liberdade de acção, noutros locais. libertar presos políticos.

II – ACTIVIDADES DO INIMIGO1. ASSALTOS DE LUANDA

Estes assaltos, além da sua finalidade psicológica, procuravam alcançar dois objectivos:

- libertar presos políticos.
- apoderar-se de armas, não só das sentinelas, como de outras existentes nos estabelecimentos assaltados ou a assaltar.

Os grupos assaltantes, constituídos principalmente por indígenas vindos de fora e da região de CATETE, são orientados por agitadores (feiticeiros) vindos também de fora na sua grande maioria.

Os indígenas que constituíam os diferentes grupos de assalto vestiam calça ou calção de ganga, camisa solta, boina preta, uns de alpercatas outros descalços e traziam os corpos untados.

Actuaram sob acção duma droga, que lhes dava grande combatividade. Lançavam-se, cegamente, sobre os estabelecimentos a assaltar, de peito aberto aos projecteis das armas dos que os defendiam.

Estes indígenas estavam convencidos, pelos seus feiticeiros, de nada sofrerem visto que as armas dos brancos só deitavam água.

Além disso ainda eram portadores de diversos objectos, servindo de amuletos, que lhes conferiam completa imunidade.

Entre esses objectos podem referir-se: cabacinhas, pauzinhos ou um cordão atado à cintura.

Dentre os assaltantes feridos e capturados, foi referenciado um branco, pelo menos, com o corpo todo pintado de preto.

a. 3/4 DE FEVEREIRO

- a. 1. Em 032200 houve uma reunião de indígenas, no Muqueque CAZENGA, próximo da casa duma indígena de nome TEODORA. Pelas 2300 ouviram-se tiros – supõe-se de pistola – numa cubata daquele Muqueque. Até às 2400 não foram notados, na cidade, outros movimentos ou reuniões de indígenas.
- a. 2. Em 040230 grupos de indígenas – cerca de 60 em cada um – armados de catanas e uma ou outra pistola atacaram, quase simultaneamente e de surpresa:
 - 1º Grupo – a Esquadra da Polícia de Segurança Pública Móvel
 - 2º Grupo – a cadeia e Administração de S. PAULO
 - 3º Grupo – a Casa de Reclusão
 O 3º destes grupos quando se dirigia para o assalto à Casa de Reclusão caiu, inesperadamente, sobre uma patrulha de 4 guardas da Polícia de Segurança Pública Móvel, que encontrou a socorrer um indivíduo

- prostrado no solo, matando-os a todos, a violentos golpes de catana, e destruindo o carro rádio patrulha em que os referidos guardas seguiam.
- a. 3. Não conseguiram, os grupos assaltantes, atingir os seus objectivos porque em todos os estabelecimentos assaltados encontraram firme resistência.
Não libertaram nenhum preso político e apenas se apoderaram das armas de duas sentinelas e dos guardas, mortos, da Brigada Móvel. Este armamento já foi recuperado na sua totalidade.
- a. 4. Baixas
Verificaram-se, nos assaltos deste dia, as seguintes baixas:
Mortos:
FORÇAS DA ORDEM: – 5 guardas e 1 cipaio
EXÉRCITO: – 1 Cabo, da Guarda da Casa de Reclusão.
ASSALTANTES: – 9 indígenas.
Prisioneiros
Entre os assaltantes foram detidos cerca de 50 indígenas.
- b. 10/11 DE FEVEREIRO
- b. 1. Pelas 2100 foram assinalados grupos de indígenas, armados de catanas, que passaram na picada do ONGA (entre a estrada de CATETE e a picada para a Estrada da Fábrica de Curtumes).
Caminhavam para o Muceque CAZENGA, em direcção às Oficinas Gerais do Caminho de Ferro de LUANDA.
Em seguida, entre as 22 e as 23, atravessaram a linha do Caminho de Ferro para o Muceque RANGEL, em grandes grupos onde um indivíduo ainda novo e bem vestido, falou em francês, ou inglês, a um grupo reduzido – cerca de 20.
Este grupo de 20 devia ser constituído pelos orientadores do assalto que teriam recebido as últimas instruções, traduzidas por intérprete preto, daquele estrangeiro.
A este grupo de 20 juntaram-se os restantes, totalizando cerca de 90, dirigindo-se então do Muceque RANGEL para os Eucaliptos fronteiros à cadeia de S. PAULO.
Parece ter havido desacordo no seio deste grupo. Uns queriam atacar a cadeia outros pretendiam dirigir-se para o Aeroporto Velho (área dos quartéis).
- b. 2. Decidiram-se pela cadeia e Administração de S. PAULO.
O assalto foi feito, apenas, por metade do grupo – cerca de 40 – ficando, no Eucaliptal atrás referido, os restantes que fugiram quando ouviram os primeiros tiros.
Os assaltantes não conseguiram entrar nem na cadeia nem na Administração de S. PAULO onde deixaram 22 mortos.

O plano de assaltos para aquela noite compreendia ainda:

- ataque à parte baixa da cidade
- ataque ao bairro da Praia do Bispo.

Do mesmo plano constaria também um assalto a um Muceque (desconhecido), feito por um dos grupos, para atrair ali as forças de Polícia. Outros grupos atacariam então os outros objectivos previstos – a parte Baixa da Cidade e Praia do Bispo.

Não foi porém posto em prática este plano.

- b. 3. Para os assaltos referidos em b.2. seriam utilizadas as seguintes zonas de reunião:
- Eucaliptal entre a Fábrica da Borracha e o Bairro Indígena.
 - Perímetro florestal atrás do Colégio de S. José de Cluny.
 - Morro da SAMBA.
- b. 4. Informações de fonte autorizada localizam em LUANDA muitos pretos, de fora de ANGOLA, que fazem parte dos grupos assaltantes mas desaparecem logo que o assalto tem início.
Este facto começa a ser notado pelos indígenas de LUANDA.
- c. 17 e 19 DE FEVEREIRO
- c. 1. Estiveram projectados, para os dias 17 e 19, outros assaltos que não se realizaram por dificuldades havidas em recrutar um número suficiente de assaltantes.
Foi, todavia, localizado no Muceque SAMBIZANGA um grupo de cerca de 25 indígenas. Considerando insuficiente este número nem chegaram a deslocar-se para a Zona de Reunião junto às Oficinas Gerais do Caminho de Ferro.
- c. 2. Os objectivos visados para estes dias continuariam a ser a cadeia e Administração de S. PAULO, a Polícia de Segurança Pública Móvel e a Casa de Reclusão de ANGOLA e ainda a parte baixa da cidade e Praia do Bispo.
Há notícias de que um dos grupos teriam ainda como objectivo o Paiol do Grafanil.
- c. 3. O plano destes incidentes seria semelhante ao referido em b.2.
- c. 4. As zonas de Reunião para os grupos assaltantes seriam as mesmas já referidas em b.3.
- c. 5. As ordens e últimas recomendações para todos os assaltantes têm sido dadas nos locais de concentração.
- d. Fazendo parte dos planos de incidentes em LUANDA há um ataque relâmpago a realizar com a finalidade de libertar presos. Aguardam indicações de data, dos seus Chefes e instruções especiais para a sua realização. Segundo fonte acreditada poderá ser decidido repentinamente para evitar quebras de segredo.

- e. Convém assinalar que as datas marcadas pelos indígenas para estes incidentes referem-se sempre ao dia da concentração. Os assaltos serão realizados já na madrugada do dia seguinte.
- f. Segundo fonte digna do maior crédito os indígenas que tomarão parte nos assaltos são mandados de dia, em grupos de 3, estudar os locais onde, de noite, farão os assaltos.
Não andam fardados nem usam qualquer sinal especial.
Vestem vulgarmente e seguem o seu caminho como se fossem ou viessem, dos seus empregos.
Em 16FEV alguns pretos dirigiram-se a vários prédios da Baixa, especialmente aos maiores, procurando emprego e oferecendo-se como criados. Parece ser absolutamente certo que o fizeram com a finalidade de estudar, ou reconhecer, esses prédios.

2. ASSALTOS NOOUTRAS POVOAÇÕES

Há notícias, carecidas de confirmação, que os revoltosos vão actuar em CATETE e SENZA [ZENZA] DO ITOMBE.

O facto de a repressão exercida pelas Autoridades Administrativas e Policiais ter provocado a fuga, de LUANDA, de alguns dos agitadores e assaltantes confere certa verosimilhança à notícia de assaltos noutras povoações.

3. SUBLEVAÇÃO NA BAIXA DO CASSANGE¹

a. O P.S.A. – SUAS INFLUÊNCIAS NOS POVOS NACIONAIS DA REGIÃO FRONTEIRIÇA

- a. 1. Entre os vários partidos da República do CONGO existe, como se sabe, o P.S.A. (PARTIDO SÓLIDÁRIO AFRICANO), orientado por comunistas como GIZENGA, que tem por Zona de influência a metade Oriental da Província de LÉOPOLDVILLE, entre os Rios CUANGO e CUILO.

1. *Pode inferir-se que a sublevação da Baixa de Cassanje, que vinha tomando forma desde Dezembro de 1960, se intensificou a partir de 12 de Janeiro de 1961 e se prolongou para além dos acontecimentos de Fevereiro e Março. Uma investigação cuidada pode esclarecer o muito que não está claro desde a ideia que havia sobre a guerra de Maria e a influência da Rainha Nguriakama, a influência do Congo ex-belga e dos seus partidos, sobretudo o Parti de la Solidarité Africaine, a fuga de muitos sublevados para o país vizinho, os bombardeamentos denunciados pelo Major aviador Ervedosa que, revoltado com a criminosa acção, abandonou a força aérea portuguesa para Alger, onde denunciou os crimes da Cotonang e do colonialismo português.*

- a. 2. Como os limites geográficos de ANGOLA e do CONGO não coincidem com os seus limites étnicos, o P.S.A., aproveitando habilmente este facto, conseguiu infiltrar-se em território nacional com a finalidade política da subversão e expulsão dos europeus tal como aconteceu no CONGO EX-BELGA.
Entre os grupos étnicos nas condições referidas, o dos MAHOLOS, foi aquele que mais sofreu as influências do P.S.A.
Esta circunstância deve-se ao facto de o soba maior dos MAHOLOS, que goza de grande prestígio e ascendente entre os seus povos, viver na República do CONGO na zona de influência daquele Partido.
- a. 3. A influência do P.S.A. sendo mais forte, como se disse, entre os MAHOLOS atingiu também outros povos especialmente os LUNDAS, da região de CAMAXILO, BÂNGALAS e alguns MARIMBAS.

b. FASES DA INFILTRAÇÃO DO P.S.A. NO TERRITÓRIO NACIONAL

- b. 1. Infiltração de agentes do Partido, conhecidos por Peças entre os indígenas (das letras iniciais da designação do Partido), através da fronteira do RIO CUANGO e do seu afluente TUNGUILA.
- b. 2. Estes agentes recrutam e formam emissários entre os indígenas, mandando-os temporariamente para junto das populações nativas a preparar a recepção aos Peças.
Esta preparação consiste fundamentalmente:
- matança da criação especialmente gado vacum;
 - dispêndio de todo o dinheiro que possuem;
 - recusa e abandono de trabalho excepto o cultivo duma pequena lavra de mandioca;
 - desobediência total às autoridades e às leis;
 - recusa do pagamento da taxa anual pessoal.
- b. 3. Os emissários dos Peças voltam às sanzalas para verificar se as suas instruções foram cumpridas.
- b. 4. Chegam os Peças que são recebidos com grande festa.
Os Peças, com grande aparato, propagam as suas doutrinas, tomam juramento aos indígenas, que bebem água, ficando presos à sua causa e considerando-se obrigados ao cumprimento das suas normas.
Em troca desta adesão prometem-lhes a “boa vida”:
- não precisarão de dinheiro. Esfregando numa perna terão tudo o que necessitam;
 - não trabalharão para o Governo nem pagarão a taxa anual;
 - os filhos nascerão, já, a falar e a andar;
 - não precisarão de criação. Basta que façam, no chão, uma cruz para que ela apareça;

- não necessitarão de comer. Bastará pensar que vão comer para ficarem fartos;
- não precisarão de ter medo aos Brancos. As suas armas apenas esguicham água;
- os brancos irão embora, porque o seu tempo acabou, e os pretos ficarão com as suas casas e haveres.

Tem-se verificado que os pretos aderentes a estas ideias ficam perfeitamente fanatizados. Muitos indígenas, não voltaram a beber vinho depois do juramento que prestaram, possivelmente com o fim de boicotar a importação do vinho Metropolitano. Perdem não só o respeito aos europeus como o medo às suas armas, inclusive das Forças Militares.

- b. 5. Após o juramento os indígenas tentam obrigar os europeus a sair por meio de insultos e intimidações, mas sem agressão. Realizam mesmo algumas destruições de pontões, para corte de estradas, de alguns armazéns e casas.
- b. 6. A última fase será a expulsão violenta dos europeus ou mesmo a agressão, fazendo-os abandonar a região, como começou a verificar-se em MARIMBA, TEMBO ALUMA e MERCADO LEMBO.

c. INCIDENTES OCORRIDOS

- c. 1. Em meados de Dezembro, os indígenas das regiões mais próximas da fronteira com o CONGO EX-BELGA, junto ao CUANGO, começaram a matar todo o gado das suas terras o que se atribui à acção desenvolvida por elementos infiltrados do exterior e pertencentes ao P.S.A. (PARTIDO SOLIDÁRIO AFRICANO).
Julga-se que a finalidade destas medidas seria lançar na miséria e fome as populações indígenas tornando-as desta forma, permeáveis às instigações de rebelião que lhes eram dirigidas.
- c. 2. Em 12 de Janeiro, em MILANDO, surgiram os primeiros sintomas de sublevação de indígenas que, abandonando os seus trabalhos habituais, se recusavam a retomá-los e a pagar a taxa de imposto pessoal, em obediência às directivas dos elementos agitadores.
Cerca de 300 indígenas sublevados negaram obediência às Autoridades Administrativas e declararam à patrulha militar, para ali destacada, que apenas obedeceriam a KASAVUBU e a MARIA considerando-se, portanto, desligados das suas obrigações para com o Estado.
- c. 3. Por informações colhidas na região, supõe-se que MARIA seja a rainha N'GURIAKAMA que se intitula rainha dos MUSSOLOS e tem grande ascendente sobre os indígenas do território nacional e os vizinhos do CONGO EX-BELGA.
Foi baptizada com o nome de MARIA e passa longas temporadas no CONGO EX-BELGA.

Supõe-se, porém, que esteja em ANGOLA, presentemente.
Os indígenas da região falam na MARIA DO CASSULO (às vezes MARIA apenas; outras MARIA SANTA) como sendo quem lhes transmite as ordens de KASAVUBU. Porém uma carta encontrada no bolso do agitador, morto no CASSANGE, falando com insistência na NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, na sua bênção à terra Africana e a sua maldição à EUROPA parece trazer uma nova interpretação a esta figura de MARIA.

- c. 4. A patrulha após o contacto com os nativos sublevados retirou para MILANDO, dizendo que voltaria. Pouco depois chegou o Administrador, a quem expuseram a situação.
Este mandou convocar os sobas ao Posto apresentando os nativos uma recusa formal à convocação.
Em face desta atitude e da notícia, que depois chegou ao Posto, de que tinha sido morto um capataz mestiço da COTONANG foi decidido voltar para tentar a captura dos criminosos. Na manhã seguinte saiu a patrulha para esta acção tendo a operação caído no vácuo pois as sanzalas estavam completamente abandonadas e pela sua aparência viu-se que não se tratava de um abandono precipitado, porque os nativos tinham levado todos os seus haveres, e deixado as cubatas fechadas.
- c. 5. Depois de um pequeno período de relativa acalmia fenómenos semelhantes começaram a aparecer em TEMBO ALUMA, CUNDA RIA BAZA, QUELA, MARIMBA, IONGO, XAMUTEBA.
Em pouco tempo a sublevação estendeu-se a toda a BAIXA DO CASSANGE com a adesão de alguns povos MARIMBAS e BÂNGALAS além dos MAHOLOS.

d. REACÇÕES DOS INDÍGENAS

Em face do agravamento súbito da situação foi destacada para a BAIXA DO CASSANGE a 4ª Companhia de Caçadores Especiais.

Os indígenas sublevados, fanatizados e convictos da sua invulnerabilidade por efeito da propaganda dos agentes do P.S.A., reagem às tentativas de apaziguamento feitas pela força militar, com cânticos guerreiros e pejorativos.

Queimaram sementes de algodão que espalharam pelas estradas, rasgaram cadernetas militares e do imposto pessoal que espetavam em paus, destruíram algumas pontes e jangadas.

As demonstrações do efeito do fogo das nossas armas perante grandes concentrações de indígenas armados, mais aumentaram a intensidade dos cânticos e as manifestações de hostilidade. Estas demonstrações resultaram sempre ineficazes e contraproducentes.

Mas quando o fogo teve de ser dirigido directamente para a massa dos nativos, a fim de impor a ordem, e se verificaram as primeiras baixas, foram tomados de pânico e debandaram quase na sua totalidade, ficando

principalmente mulheres e crianças. A partir de então, os indígenas sempre que sofriam baixas dispersavam e fugiam.

As baixas sofridas e a acção de pacificação levada a efeito pelo Comandante da 4ª Companhia de Caçadores Especiais, fizeram-nos reconsiderar, aparecendo muitos sobas e sobetas a submeter-se e a entregar as suas armas.

O armamento utilizado pelos nativos era bastante rudimentar e constituído quase exclusivamente por canhangulos, catanas, azagaias e flechas.

Nos recontros com concentrações indígenas mais numerosas verificou-se aparecerem quase sempre dois grupos, um dos quais, escondido na vegetação, procurava cair sobre a retaguarda das nossas tropas.

- e. A 4ª CCEsp. recebendo a mais íntima cooperação da 2ª Região Aérea, dentro das possibilidades materiais desta, por meio de acções de fogo e lançamento de reabastecimentos, correio e panfletos, foi actuando ao longo do itinerário QUELA, CUNDA, SUNGINGE, CAMBO, CAHOMBO, BANGEANGOLA, MARIMBA, TEMBO ALUMA e MARIMBA ANGUENGO, localidades estas onde se verificaram grandes concentrações e na maioria das quais teve de entrar em acção.

Duma maneira geral estas regiões foram-se normalizando e muitos sobas entregaram-se com armas.

Contudo, algumas concentrações indígenas de revoltosos fugindo à acção da Companhia, acabaram por atravessar o Rio CUANGO em MARIMBA ANGUENGO, refugiando-se do CONGO EX-BELGA.

No momento presente pode considerar-se quase pacificada esta parte da vasta BAIXA DO CASSANGE, persistindo somente pequenos focos na BAIXA-LESTE da zona algodoeira da COTONANG.

- f. Há que frisar a actuação dos GINGAS que resistiram à coacção dos MAHOLOS para que aderissem à sublevação, para o que muito contribuiu a acção de repressão da 4ª Companhia de Caçadores Especiais, ao actuar ao longo da linha de separação entre MAHOLOS e GINGAS.

Se não fosse esta acção pronta e imediata é natural que os grupos tivessem aderido ao movimento como de resto já haviam anunciado, se não actuássemos contra os MAHOLOS.

- g. Em toda a acção houve as seguintes baixas:

1 – do lado indígena, aproximadamente:

– Mortos	243
– Feridos	96
– Prisioneiros – grande número sendo quase todos postos em liberdade depois da conveniente preparação psicológica.	

2 – da 4ª Companhia de Caçadores Especiais:

– Mortos	2
– Feridos, sem gravidade	4

III – POSSIBILIDADES DO INIMIGO

1. Consideram-se, neste momento, as seguintes possibilidades do inimigo:
 - a. Realizar novos assaltos na cidade de LUANDA dirigidos aos estabelecimentos já visados ou procurando novos objectivos. Entre estes podem citar-se:
 - Paiol do GRAFANIL
 - Área dos Quartéis especialmente a antiga Companhia Indígena, actual Regimento de Infantaria de LUANDA
 - Casas comerciais ou civis situadas na área dos Muceques ou mesmo na parte Baixa da Cidade
 - Armazéns ou fábricas.
 - b. Fazer eclodir noutros pontos da Província, de preferência centros urbanos de maior valor, incidentes semelhantes aos de LUANDA. Entre aqueles Centros podem citar-se:
 - NOVA LISBOA
 - BENGUELA
 - LOBITO
 - SÁ DA BANDEIRA
 - SALAZAR
 - CARMONA
 - c. Provocar incidentes, com elementos vindos do exterior, sobretudo nas regiões de CABINDA, NOQUI e S. SALVADOR.
 - d. Fomentar greves em Portos e Caminhos-de-ferro.
 - e. Provocar incidentes semelhantes aos da BAIXA DO CASSANGE noutras regiões da Província, especialmente:
 - na zona da concessão da Companhia dos Diamantes
 - nas grandes Empresas Mineiras ou Agrícolas, do Norte e Centro da Província.
 - f. Provocar novos incidentes na Baixa do Cassange, agora quase pacificada, se não forem resolvidos os seus problemas sociais mais importantes.
2. Considera-se que, durante o mês de Março, é mais elevado o grau de probabilidade de adopção, destas possibilidades, em virtude de excitação provocada pelo debate, de assuntos relativos ao Ultramar Português, na Assembleia Geral da ONU, que parece terem lugar a partir de 7MAR.
3. Considera-se ainda possível que, dentro de curto prazo de tempo, o Inimigo possa utilizar armas de fogo (pistolas, pistolas-metralhadoras e até granadas de mão) sobretudo em incidentes que tenham lugar nos Centros Urbanos.

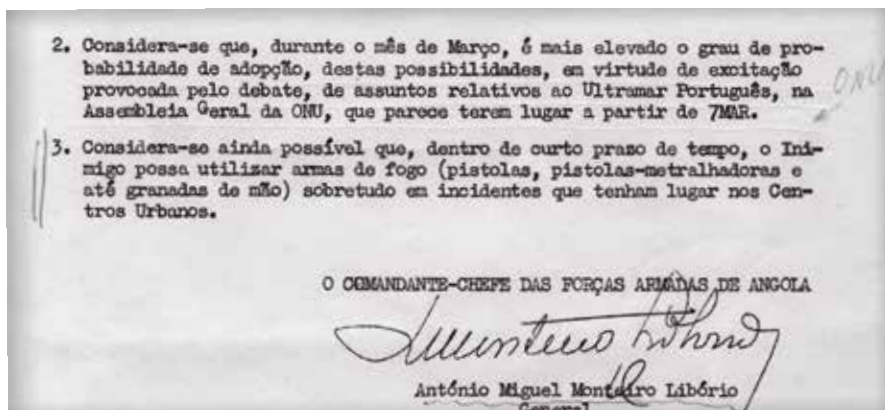
O COMANDANTE-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DE ANGOLA

(*ass.*)
António Miguel Monteiro Libório¹
General

DISTRIBUIÇÃO:

Anexo 1²

Autenticação
(*ass.*)
Manuel dos Santos Moreira
Major do C.E.M.
Chefe da 2ª Repartição



ANEXO 20

Editorial do “Diário da Manhã”¹

“ O que eles não entendem”

[cópia do editorial do Diário da Manhã, Ano XXX, nº 10 407, de 19 de Junho de 1960]

Recebemos de Conakry um papel onde certo pretenso “Comité Directeur du Mouvement Populaire de Libération de l’Angola” pede ao Governo de Lisboa, em francês, que faça o favor de conceder todas as exigências já nossas conhecidas através das várias formas de agitação comunista, que está hoje por trás de quanto se refere a “emancipação” da África.

São essas exigências: a autodeterminação (claro!), a amnistia dos presos políticos, o estabelecimento de partidos políticos, a retirada de forças militares e a convocação duma Conferência de Mesa Redonda para discutir a solução pacífica do problema de Angola.

O papel não é melhor nem pior do que outros que por aí têm andado; ou do que as emissões da Rádio-Moscovo. Afinam pelo mesmo tom. O interesse só está em servir de documento no processo dos nossos inimigos – no processo dos que pretendem vir ocupar as terras que são portuguesas há séculos. Documento, aliás, revelador de fraca maleabilidade de entendimento, na medida em que mede pela mesma bitola as províncias de uma Nação integradora de terras, homens e de culturas, com a simples ocupação colonial que foi a atitude de outros povos.

É claro que, na sua fúria rasoirante, estupidamente rasoirante, o comunismo não vê que uma província de estado unitário não sente autodeterminações e que a proposta de uma Conferência de Mesa Redonda, poderia entender-se para uma partida de “bridge”, mas não tem sentido quando se trata de discutir soluções de problemas inexistentes. Essa fúria rasoirante tem sido o maior defeito do comunismo ocidental. Dele provem o desprestígio que conseguiu entre as camadas da juventude de toda a Europa, desde a Polónia até à França e à Itália.

Um amigo nosso teve possibilidade, há bastantes anos quando a Espanha se debatia na guerra civil, de conhecer em Inglaterra um dos altos trunfos do comunismo internacional. E, naturalmente perguntou-lhe o que pensavam os dirigentes supremos do partido acerca do futuro duma revolução portuguesa se esta fosse possível.

E o outro respondeu: – Isso lá na Península é com o Dr. Negrin. Quer dizer: Portugal era atirado para a situação de simples parcela peninsular, sem quaisquer respetos de outra ordem. A tal fúria rasoirante.

1. O general Monteiro Libório, aqui Comandante-chefe das Forças Armadas de Angola, já se tinha notabilizado pelos seus métodos ferozes na Índia, de onde foi colocado em Angola depois do desastre português naquele país.

2. Este Anexo indica que foram distribuídos 50 exemplares entre diversas unidades militares de Angola.

1. O recorte deste artigo nos nossos arquivos ficou ilegível. Assim este texto foi-nos copiado à mão na Biblioteca Nacional de Lisboa (cota J. 4127), mas não tivemos infelizmente oportunidade de o conferir.

Há dias o Sr. Nehru reconheceu que na ofensiva contra a África portuguesa seriam necessárias unidades especiais porque, dizia, “a capacidade dos portugueses para compreenderem qualquer coisa era limitada”. Tem razão o Pandita. Há coisas que os Portugueses não conseguem compreender nunca. Por exemplo, o que é incompreensível. E entre o que é incompreensível está a procura de soluções para problemas que não existem. Problemas de autodeterminação sobre mesas redondas, quadradas ou de pé de galo...

Em compensação, quando em Mueda, na circunscrição de Macandas, em Moçambique, alguns desordeiros vindos de Tanganica apedrejaram o edifício da administração do Concelho e tentaram perturbar a feira popular (banja) que estava a decorrer; e quando a população portuguesa, de pretos, os agrediu indignadamente, enquanto não interveio a força pública – sucedia um facto que o Sr. Nehru, e os seus amigos comunistas, decididamente, não entendem.

E nem por isso ele deixa de corresponder a uma das mais belas, saudáveis e profundas realidades da unidade portuguesa.

ANEXO 21

Artigo no “Diário da Manhã”¹

QUEM SÃO ELES?

[cópia dum artigo do Diário da Manhã de 2 de Setembro de 1960]

Não se trata agora de pessoas que têm concepções diferentes das nossas sobre o sistema político que mais convém à vida da Nação. Não são homens que preferem o sistema monárquico ou o sistema republicano; ou que defendem as vantagens de uma organização económica de tipo mais socialista ou de tipo mais liberal; ou que discordam, em nome de qualquer delas, da organização corporativa em que se estrutura a Nação; ou que persistem aferrados a um sonho de liberdade impossível ou de autoridade além da necessária. Nem sequer são os que, algum dia, tresloucadamente, se levantaram numa tentativa de forçar, em benefício dos ideais aceites em cegueira, a ordem estabelecida e só ela susceptível de, numa conquista de progressos, alcançar resultados úteis. Em todos estes pode haver – e tem havido – acima dos desvarios partidaristas, o amor da Nação e da sua integridade, que sobre todas as coisas se respeita, se ama e se defende.

Não é destes homens que se trata, adversários em alguns pontos, mas no essencial portugueses como nós. Trata-se dos que se bandeiam com os inimigos da integridade da Nação, dos que jogam na liquidação nacional – por ódio contra o existente ou por desejo de favorecer as forças de decomposição moral que neste momento actuam em tanta parte contra este Ocidente que é, nas suas linhas mestras, o nosso meio natural.

Alguns deles, quiçá, acreditarão nos “grandes ventos da História”, de consequências sempre fatais. É um erro em que laboram. O Papa S. Leão não acreditou nesses ventos e Átila, deixando-se morrer em Budapeste, não voltou a ameaçar Roma. Carlos Martel não acreditou nesses ventos e, quando a onda parecia invencível, foi detida em Poitiers. Os cristãos de Quinhentos não acreditaram também nesses ventos, nem os Portugueses de Setecentos, e os turcos foram detidos em Lepanto e vencidos em Matapan.

O essencial para os homens é ter fé – e agir em conformidade com a sua fé. Não tardará que a História disperse os seus “grandes ventos” e a vontade dos homens volte de novo a encontrar-se com os desígnios da Providência.

1. *Este artigo de fundo do Diário da Manhã, que era o porta-voz do pensamento fascista muito próximo de Salazar, apareceu como uma resposta à «Declaração ao Governo Português», publicada em Conakry em 13 de Junho de 1960 (pág. 391), e a «Mensagem ao Povo Português», publicada em Conakry em 30 de Junho de 1960 (pág. 392). Ambos os documentos foram enviados directamente ao governo português e a outras personalidades em Portugal. Tornou-se difícil ao governo português ignorar pelo silêncio a nossa acção internacional e tentou com este artigo de fundo no Diário da Manhã assimilar-nos a comunistas traidores...*

Seja, porém, qual for a causa que os levou para os campos da derrota, é indispensável que amarremos ao pelourinho da traição os que no estrangeiro se constituíram agentes – inglórios agentes! – do fim da sua Pátria. Inglórios agentes dum causa que não vingará – e cujas consequências serão só deixá-los chumbados à sua vergonha.

Referimo-nos ontem a alguns, que viviam em Paris. Desde 1957, são assinalados naquela capital, em manobras contra a integridade das províncias portuguesas de África, alguns comunistas entre os quais:

a) Mário Coelho Pinto de Andrade, nascido em 1928 em Golungo Alto, Angola. Vive em Paris desde Julho 1954, amancebado com uma portuguesa que figura em teatros parisienses. Presidente do Teatro Popular Africano. Participante de congressos de escritores, tanto em Paris como em Taskent, na Rússia; bem como do Festival Mundial da Juventude de Varsóvia;

b) Marcelino dos Santos, nascido em Maio de 1929, em Lourenço Marques. Entrado em França em Outubro de 1951 e considerado o principal animador do partido comunista português em França;

c) Viriato Francisco Clemente da Cruz, nascido em Março de 1928, no Quanza Sul. Depois de ter feito, em Luanda, parte do grupo antinacional “Novos Intelectuais de Angola”, veio para Lisboa e, poucos dias depois (Setembro de 1957) foi juntar-se em Paris aos outros comunistas;

d) Lúcio Rodrigues [*sic*] Leite Barreto de Lara, natural de Lourenço Marques, estudou em Lisboa, no Instituto Superior Técnico, e casou-se com uma jovem alemã. Referenciado pela Polícia como comunista activo, foi viver com a mulher para Francfort, na Alemanha Ocidental. Tem-se distinguido ultimamente nas actividades antiportuguesas do partido;

e) Amílcar Cabral, que também usa o pseudónimo de Abel Djassi, engenheiro-agrónomo, comunista, antigo empregado da Companhia Agrícola de Angola (C.A.D.A.), donde saiu dizendo-se doente, para desaparecer em seguida, e só voltar a manifestar-se no estrangeiro.

A indicação destes nomes não é novidade para ninguém e muito menos para as autoridades policiais, que os conhecem desde há muito. É apenas a confirmação, com factos, com nomes, de que há traidores, gente repugnante no seu ódio à Pátria, que não podemos confundir com os adversários merecedores da nossa camaradagem na defesa da Nação. Não podemos confundi-los.

ANEXO 22

ESTATUTOS DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (M.P.L.A.)¹

Denominação. Sede. Definição. Objectivos.

Art. 1º – **Denominação:** MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (M.P.L.A.).

Art. 2º – **Sede:** Angola.

Art. 3º – **Definição:** O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (M.P.L.A.) é uma organização política formada por africanos naturais de Angola, sem discriminação de sexo, de idade, de origem étnica, de crença religiosa e de lugar de domicílio.

Art. 4º – O M.P.L.A. tem como objectivos:

Lutar juntamente com outras organizações patrióticas angolanas, na mais larga união popular, pela liquidação, em Angola, do domínio colonial português e de todas as relações colonialistas e imperialistas, e pela conquista da independência imediata e completa de Angola;

Defender e realizar as reivindicações das camadas sociais angolanas mais oprimidas e mais exploradas pelo regime colonial, nomeadamente as reivindicações das massas camponesas e trabalhadoras, que constituem a quase totalidade da população de Angola.

Da adesão ao M.P.L.A.

Art. 5º – Serão admitidos no M.P.L.A. todos os africanos de Angola que aprovelem o Programa e os Estatutos e que se comprometam a executar, pela actividade prática diária, a política do M.P.L.A.

Art. 6º – Cada pessoa angolana adere a um Grupo, sob proposta de dois membros desse Grupo e depois da aprovação da Assembleia do Grupo, sancionada pelo Comité de Acção do escalão imediatamente superior ao Grupo.

Da organização

Art. 7º – O Grupo é a organização de base do M.P.L.A.

Art. 8º – A estrutura do M.P.L.A. tem os seguintes escalões: Nação, Zona, Distrito e Lugar.

Art. 9º – O escalão nacional tem um Comité Director.

Os escalões Zona, Distrito e Lugar terão, cada um deles, o seu Comité de Acção.

Art. 10º – O Congresso é o órgão supremo do M.P.L.A.

1. Documento impresso na «Columbia Printers», London, W.C. 1, sem data.

Art. 11º – O Comité Director é eleito pelo Congresso do M.P.L.A.

Os Comités de Acção das Zonas, Distritos e Lugares são eleitos, respectivamente, pelas Conferências dos delegados das Zonas, dos Distritos e dos Lugares.

Art. 12º – O Comité Director e os Comités de Acção são responsáveis, perante os respectivos órgãos superiores, da execução, na sua esfera de acção, das resoluções dos órgãos superiores e da aplicação prática da linha política do M.P.L.A.

Da duração do mandato dos Comités dos diferentes escalões

Art. 13º – O Congresso do M.P.L.A. define, de acordo com as circunstâncias do momento, a duração do mandato dos Comités dos diferentes escalões.

Do método de trabalho

Art. 14º – O método de trabalho do M.P.L.A. baseia-se nos seguintes princípios:

- (a) Espírito democrático;
- (b) Unidade de acção;
- (c) Espírito de responsabilidade;
- (d) Crítica e autocrítica;
- (e) Ajuda mútua.

Das finanças

Art. 15º – As finanças do M.P.L.A. são constituídas, principalmente, pelas quotizações dos membros e também por donativos.

Das omissões dos Estatutos

Art. 16º – As omissões dos presentes Estatutos são resolvidas, por ordem de competência,

- (a) Pelo Regulamento Geral interno do M.P.L.A.; e
- (b) Pelas deliberações do Comité Director.

Art. 17º – O Regulamento Geral interno do M.P.L.A. é elaborado pelo Comité Director e sancionado pelo Congresso.

Da modificação dos Estatutos

Art. 18º – Só o Congresso do M.P.L.A. tem competência para modificar os presentes Estatutos.

Da dissolução

Art. 19º – Em todas as fases do desenvolvimento da história de Angola, o M.P.L.A. propõe-se desenvolver uma acção, patriótica e positiva, da qual deverá resultar sempre o progresso de Angola, a defesa dos direitos e do trabalho pacífico dos camponeses e dos trabalhadores angolanos e o bem-estar e a felicidade do povo angolano.

A Conferência Nacional não tem competência para dissolver o M.P.L.A. Só a maioria absoluta de 4/5 dos delegados de um Congresso poderá decidir a dissolução do M.P.L.A. e o destino a dar aos seus bens e valores.

PROGRAMA MAIOR DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (M.P.L.A.)

Na hora actual, o inimigo concreto e imediato do povo angolano são os colonialistas portugueses e os seus agentes, os quais vêm utilizando todos os meios – a violência, o assassinato, o maquiavelismo e o subterfúgio; a força militar, o poder político e económico, e o obscurantismo cultural – para manter a soberania portuguesa em Angola e continuar a oprimir e a explorar o povo angolano.

O M.P.L.A. luta pelo seguinte programa maior:

1. – INDEPENDÊNCIA IMEDIATA E COMPLETA

– Liquidação, em Angola, **e por todos os meios**, do domínio colonial português e de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas.

– Luta em comum com todas as forças patrióticas angolanas num amplo movimento de massas populares, a fim de que o povo angolano conquiste o poder e instaure, em Angola, um regime republicano e democrático, na base da independência total.

– Abolição de todos os privilégios que o regime colonial concedeu aos portugueses e aos restantes estrangeiros.

– A soberania do Estado angolano deverá pertencer inteira e unicamente ao povo angolano, sem distinções de etnia, de classe, de sexo, de idade, de tendências políticas, de crenças religiosas e de convicções filosóficas.

– A nação angolana terá o direito sagrado e inviolável de dispor de si mesma, quer no plano político, económico, diplomático, militar e cultural, quer em qualquer outro plano.

– Revisão da posição de Angola em todos os tratados, acordos e alianças em que Portugal engajou o país sem o livre consentimento do povo angolano.

– União da vontade popular com o fim de liquidar qualquer tentativa de agressão imperialista e todos os actos e manobras que visem lesar a independência, a soberania, a unidade e a integridade territorial de Angola.

– Estabelecimento da paz em Angola, na base da instauração de um regime de justiça social, e na base do reconhecimento, por outros países, da independência, da soberania, da unidade e da integridade territorial de Angola.

2. – UNIDADE DA NAÇÃO

– Garantir a igualdade de todas as etnias de Angola e reforçar a união e a ajuda fraterna entre elas.

– Interdição absoluta de todas as tentativas de divisão do povo angolano.

– Criação de condições para que regressem a Angola e tenham nela uma vida decente às centenas de milhares de angolanos que foram cruelmente obrigados pelo regime colonial a sair do país.

– Poderão ser autónomas as regiões onde as minorias nacionais vivam em agrupamentos densos e possuam carácter individualizado.

– Cada nacionalidade ou etnia terá direito de utilizar e desenvolver a sua língua, de criar escrita própria e de conservar ou renovar o seu património cultural.

– No interesse de toda a nação angolana, suscitar e desenvolver a solidariedade económica e social, bem assim como relações normais – nos planos económico, social e cultural – entre todas as regiões autónomas e todas as nacionalidades ou etnias de Angola.

– Liberdade de circulação de todos os cidadãos angolanos através do território nacional.

3. – UNIDADE AFRICANA

– Solidariedade total para com todos os povos africanos que lutem pela sua independência completa contra o colonialismo e o imperialismo, e em particular para com os povos e movimentos políticos que lutem contra o colonialismo português.

– Trabalhar pela unidade de todos os povos do continente africano, na base do respeito à liberdade, à dignidade e ao direito ao progresso político, económico e social desses povos.

– União dos povos africanos na base da vontade popular expressa livremente e por meios democráticos e pacíficos.

– Oposição a toda a tentativa de anexação ou de pressão de um povo sobre outro povo.

– No processus para a unidade de ou dos povos africanos, defesa das conquistas políticas, económicas, sociais e culturais das classes trabalhadoras e do campesinato de cada país.

4. – REGIME DEMOCRÁTICO

– Regime republicano, democrático e laico para Angola.

– Garantir a liberdade de expressão, de consciência, de culto; a liberdade de imprensa, de reunião, de associação, de residência, de correspondência, etc., para todo o povo angolano.

– Todo o cidadão angolano – sem distinção de nacionalidade ou etnia, de sexo, de categoria social, de nível cultural, de profissão, de condições de fortuna, de crença religiosa ou de convicção filosófica – gozará do direito de eleger a partir dos dezoito anos de idade e do direito de ser eleito a partir dos vinte e um anos de idade.

– Regime eleitoral baseado no sufrágio universal, igual, directo e secreto.

– A Assembleia do povo de Angola será o órgão supremo do poder legislativo do Estado.

– A Assembleia do povo de Angola sairá de eleições gerais livres. Nas eleições gerais livres, os partidos políticos legais poderão apresentar os seus candidatos em lista comum ou separadamente.

– A Assembleia do povo de Angola elaborará a primeira constituição política da república de Angola.

– Todos os membros da Assembleia do povo de Angola gozarão, efectivamente, de imunidades parlamentares.

– A Assembleia do povo de Angola designará um **Governo de coalizão** que possa e deva reforçar, efectivamente, a união entre as nacionalidades ou etnias, as diferentes regiões do país, as diferentes camadas sociais e os diferentes partidos políticos, e que exprima realmente a vontade da nação em favor da liberdade e do progresso do país e em desfavor da alienação política, económica, territorial ou cultural de Angola a interesses estrangeiros.

– O Governo da república de Angola será o órgão supremo do poder executivo do Estado.

– O Governo da república de Angola receberá o seu poder da Assembleia do povo de Angola e responderá pela sua política perante essa Assembleia.

– Cada região autónoma terá o direito de adoptar disposições regionais adaptadas às suas particularidades, mas que não contradigam a legislação geral de Angola.

– Africanização dos quadros de todo o aparelho administrativo do país.

– Garantias de protecção, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, à pessoa de todos os estrangeiros que respeitem as leis em vigor no país.

5. – RECONSTRUÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

– Desenvolvimento por fases e planificação da economia de Angola.

– Transformação de Angola num país economicamente independente, industrial, moderno, próspero e forte.

– Desenvolvimento da agricultura, com vistas, principalmente, à liquidação da monocultura, ao aumento progressivo da produtividade agrícola e à mecanização progressiva do trabalho no campo.

– Criação e desenvolvimento progressivo de empresas comerciais e industriais do Estado, de cooperativas de compra e venda, e de cooperativas de produção. Criação progressiva de indústrias pesadas e de indústrias para a produção de artigos de consumo diário do povo.

– Exploração pelo Estado dos recursos energéticos do país.

– Restauração e desenvolvimento das indústrias tradicionais africanas.

– Abolição dos privilégios atribuídos pelo regime colonial às empresas económicas portuguesas e às restantes empresas estrangeiras.

– Desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte.

– Protecção da indústria e do comércio privados.

– Encorajamento da indústria e do comércio privados que sejam úteis à economia do Estado e à vida do povo.

– As empresas económicas exploradas por estrangeiros deverão conformar-se com as novas leis em vigor em Angola.

– Protecção às empresas económicas exploradas por estrangeiros e que sejam úteis à vida, ao progresso e ao reforçamento da independência real do povo angolano.

– Desenvolver e activar fortemente as relações económicas entre as cidades e o campo, no sentido de melhorar progressivamente as condições de vida no campo e o nível de vida das populações camponesas.

- Aplicação efectiva de uma política que considere, ao mesmo tempo, os interesses dos empregados e dos empregadores.
- Criação do Banco do Estado e de moeda nacional. Evitar a inflação e estabilizar a moeda nacional.
- Controle pelo Estado, no interesse do povo inteiro, do comércio externo de Angola.
- Revisão da chamada dívida de Angola para com Portugal. Combate ao défice da balança comercial de Angola. Equilíbrio das receitas e das despesas do país.
- Abolição do sistema fiscal instituído pelos colonialistas portugueses e criação de um novo sistema fiscal justo, racional e simples.
- Ajustamento e estabilização dos preços.
- Luta contra a especulação com o fim de a liquidar.

6. – REFORMA AGRÁRIA

- Aplicar uma Reforma agrária que liquide as injustiças existentes em relação à propriedade rural, que liquide o monopólio particular privado da produção de géneros agrícolas, que contrarie a desnacionalização do solo angolano e que realize o princípio: a terra àqueles que a lavram.
- Nacionalização das terras dos adversários do movimento popular pela independência imediata e completa de Angola, dos traidores e dos inimigos provados do Estado angolano independente e democrático.
- Definição dos limites da extensão da propriedade privada rural, tendo em conta a situação agrária de cada localidade.
- Após revisão dos títulos de posse das terras, compra pelo Estado, por preço justo, das terras que ultrapassem os limites estabelecidos pela lei.
- Terra para os camponeses sem terra e para os que a não possuam suficientemente.
- Os beneficiários das terras legalmente repartidas nada terão a pagar aos expropriados e ao Estado.
- Salvaguarda dos direitos conquistados pelos camponeses no decurso da luta popular pela independência de Angola.

7. – POLÍTICA SOCIAL DE JUSTIÇA E DE PROGRESSO

- O Estado deverá proteger os direitos dos trabalhadores e dos camponeses, e de todas as camadas sociais que defenderem activamente a independência de Angola, a soberania e a unidade do povo angolano e a integridade territorial do país.
- Abolição imediata do regime de trabalho forçado.
- Respeito à independência efectiva dos sindicatos e das organizações legais dos trabalhadores.
- Jornada de trabalho de oito horas e aplicação progressiva de novas leis sobre a protecção do trabalho.
- O Estado fixará o salário mínimo dos trabalhadores e velará pela aplicação rigorosa do princípio: “Salário igual para igual trabalho”, sem discriminação de sexo, de idade e de origem étnica dos trabalhadores.

- Protecção das igrejas, dos lugares e dos objectos de culto e das instituições religiosas legais.
- Em todos os planos – político, económico, social e cultural – a mulher terá os mesmos direitos que o homem. As mulheres e os homens serão efectivamente iguais perante a lei.
- Assistência do Estado às parturientes e à infância.
- Aplicação da assistência social. Assistência a todos os cidadãos angolanos desprovidos de meios e vitimados pela doença, ou em situação de desemprego involuntário, ou atingidos pela velhice ou pela invalidez.
- Liquidação progressiva do desemprego. Assegurar trabalho aos operários, empregados, funcionários e aos jovens que completem os seus estudos.
- Assistência privilegiada a todos os cidadãos em situação de invalidez pela sua participação activa no combate pela independência de Angola. Assistência à família dos que tenham morrido pela libertação da pátria angolana.

8. – DESENVOLVIMENTO DA INSTRUÇÃO, DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO

- Liquidação da cultura e da educação colonialistas e imperialistas. Reforma do ensino em vigor. Desenvolvimento da instrução, da cultura e da educação ao serviço da liberdade e do progresso pacífico do povo angolano.
- Combate vigoroso e rápido do analfabetismo em todo o país.
- A instrução pública relevará da competência do Estado e estará sob a sua direcção directa.
- Tornar efectiva, progressivamente, a instrução primária obrigatória e gratuita.
- Desenvolver o ensino secundário e o ensino técnico-profissional, e criar o ensino superior.
- Estabelecimento de relações culturais com países estrangeiros. Formação e aperfeiçoamento dos quadros técnicos necessários à construção do país.
- Impulso e desenvolvimento das ciências, das técnicas, das letras e das artes.
- Instituição, no campo, de meios eficazes e suficientes para a assistência médica e sanitária das populações camponesas. Desenvolvimento equilibrado, à escala nacional, dos serviços de assistência médica e sanitária.
- Liquidação da prostituição e do alcoolismo.
- Estímulo e apoio às actividades progressivas da juventude.
- Fomento e protecção, em todo o país, da cultura física.

9. – DEFESA NACIONAL

- Criação de um exército de defesa nacional, com efectivos suficientes, intimamente ligado ao povo, e comandado inteiramente por cidadãos angolanos.
- Armar, equipar e treinar imediata e devidamente o exército. Instaurar nova instrução militar e política para o exército e unificar essa instrução. Estabelecer relações democráticas entre os oficiais e os soldados. Consolidar a disciplina. No seio

do exército, desenvolver e fortalecer uma consciência nacional, e combater todas as tendências ao regionalismo.

- Interdição de bases militares estrangeiras no território nacional.

10. – POLÍTICA EXTERIOR INDEPENDENTE E PACÍFICA

– Estabelecer e manter relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base dos seguintes princípios: respeito mútuo da soberania nacional e da integridade territorial, não-agressão, não ingerência nos negócios interiores, igualdade e reciprocidade de vantagens, coexistência pacífica.

- Respeito dos princípios da Carta das Nações Unidas.
- Não adesão a qualquer bloco militar.
- Relações especiais de boa vizinhança e de colaboração com as nações limítrofes de Angola.
- Protecção dos angolanos residentes no estrangeiro.

PROGRAMA MÍNIMO DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTARTAÇÃO DE ANGOLA (M.P.L.A.)

Na hora actual, o inimigo concreto e imediato do povo angolano são os colonialistas portugueses e os seus agentes, os quais vêm utilizando todos os meios – a violência, o assassinato, o maquiavelismo e o subterfúgio; a força militar, o poder político e económico, e o obscurantismo cultural – para manter a soberania portuguesa em Angola e continuar a oprimir e a explorar o povo angolano.

O M.P.L.A. luta pelo seguinte programa mínimo:

(a) Criação urgente de uma sólida Frente angolana de libertação, que agrupe numa larga união, todos os partidos políticos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas, todas as nacionalidades ou etnias de Angola, todas as classes sociais africanas, todos os angolanos residentes no estrangeiro, sem distinção de tendências políticas, de condições de fortuna, de sexo, de idade, com o fim de prosseguir a

(b) Luta, **por todos os meios**, pela liquidação, em Angola, do domínio colonial português e de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas, e pela independência imediata e completa da pátria angolana.

(c) Defesa constante, e em primeiro lugar, dos interesses das massas camponesas e trabalhadoras, os dois grupos mais importantes do país e que constituem, no conjunto, a quase totalidade da população de Angola.

(d) Aliança com todas as forças progressistas do mundo, e conquista da simpatia e do apoio de todos os povos à causa da libertação do povo angolano.

REGULAMENTO GERAL INTERNO DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (M.P.L.A.)

Art. 1º – O presente Regulamento Geral interno do M.P.L.A. é o complemento inseparável e obrigatório dos Estatutos do M.P.L.A. e tem força de lei para todos os membros do M.P.L.A.

Dos Deveres e dos Direitos dos membros do M.P.L.A.

Art. 2º – São deveres dos militantes do M.P.L.A.:

- (a) Conhecer o Programa, os Estatutos e o Regulamento Geral interno do Movimento.
- (b) Lutar incansavelmente para a realização dos objectivos e das palavras-de-ordem do Movimento.
- (c) Cumprir a disciplina do Movimento e as directivas dos órgãos superiores.
- (d) Dar provas de uma grande actividade positiva.
- (e) Dar provas de senso de responsabilidade, de iniciativa criadora e de incessante progresso ideológico e intelectual.
- (f) Usar a autocrítica.
- (g) Criticar os erros e as insuficiências que se revelem em todos os escalões da organização do Movimento.
- (h) Manter materialmente a actividade do Movimento.

Art. 3º – São direitos dos militantes do M.P.L.A.:

- (a) Eleger e ser eleito para todos os postos do Movimento.
- (b) Controlar positivamente a actividade geral da organização do Movimento.
- (c) Fazer chegar aos órgãos superiores do Movimento sugestões, informações e críticas.
- (d) Depor livremente, junto dos órgãos competentes, todas as suas razões em litígios em que a sua pessoa esteja em causa.
- (e) Propor a entrada de novos membros para o Movimento, de acordo com o princípio: Transformar o M.P.L.A. numa grande organização de massas, mas não permitir a entrada no Movimento de pessoas indesejáveis.

Da Democracia Interna

Art. 4º – (a) O princípio director da actividade do M.P.L.A. é o centralismo democrático, que significa:

- (1) Livre discussão no interior das organizações;
- (2) Observação rigorosa de todas as decisões tomadas por maioria de votos;
- (3) Eleição dos responsáveis para todos os postos;
- (4) Subordinação dos órgãos inferiores aos órgãos superiores;
- (5) Autoridade central do Comité Director eleito pelo Congresso, o qual assegura a orientação da actividade do M.P.L.A. no quadro das decisões do Congresso.

(b) A democracia interna deve servir para:

- (1) Reforçar a disciplina do Movimento e elevar a combatividade dele;
- (2) Assegurar a coesão ideológica do Movimento;
- (3) Assegurar, no tempo e no espaço, uma política sem quebras;
- (4) Assegurar a homogeneidade completa da acção exterior do Movimento;
- (5) Não permitir que os órgãos superiores e inferiores do M.P.L.A. se tornem autónomos; mas garantir a ligação estreita entre todos os órgãos do M.P.L.A., colocados hierarquicamente, de acordo com uma escolha democrática dos quadros.

Das Decisões

Art. 5º – As decisões, dentro do M.P.L.A., são, de um modo geral, tomadas após discussão e votação democráticas.

O voto é pessoal e directo. Não é permitido o voto secreto, nem a representação proporcional.

As decisões da maioria dos membros de qualquer órgão ou organização são imediatamente executórias mesmo para as minorias discordantes.

Da Disciplina

Art. 6º – A disciplina, a que estão sujeitos todos os membros do M.P.L.A. sem excepção, significa:

- (a) Submissão do membro à sua respectiva organização;
- (b) Submissão da minoria à maioria;
- (c) Submissão das instâncias inferiores às instâncias superiores;
- (d) Submissão de toda a organização do Movimento ao Comité Director;
- (e) Guarda rigorosa dos segredos da vida do Movimento.

Do Congresso

Art. 7º – O Congresso do M.P.L.A. é constituído por delegados eleitos pelas Conferências de Zona de toda a organização do M.P.L.A.

O Congresso reúne-se, ordinariamente, todos os anos, por convocação do Comité Director.

Ordinariamente, compete ao Congresso:

- (a) Discutir, emendar e aprovar os relatórios do Comité Director e da Comissão de Revisão;
- (b) Rever, modificar e estabelecer o Programa, os Estatutos e a linha política do M.P.L.A.;
- (c) Eleger o Comité Director e os candidatos a membros do Comité Director. A eleição do Comité Director é feita na base da designação pelo Congresso do responsável ou dos principais responsáveis de cada um dos cinco Departamentos do M.P.L.A., devendo, por conseguinte, o Comité Director ser formado por todos esses responsáveis designados pelo Congresso;
- (d) Eleger a Comissão de Revisão.

Art. 8º – Por iniciativa do Comité Director ou a pedido de um número de organizações do M.P.L.A. cujos efectivos representem, pelo menos, dois terços do total dos membros do M.P.L.A., podem realizar-se Congressos extraordinários.

Da Conferência Nacional

Art. 9º – (a) Em casos excepcionais de dificuldades materiais e de condições de luta, que impeçam ou desaconselhem a reunião do Congresso, pode-se convocar a Conferência Nacional.

(b) A Conferência Nacional é constituída por delegados eleitos nas Conferências de Zona, segundo as normas que o Comité Director estabelecer.

(c) As decisões tomadas pela Conferência Nacional, convocada nas condições das alíneas anteriores, são tão válidas como se fossem do Congresso.

Das Conferências de Zona

Art. 10º – (a) As Conferências de Zona são formadas por delegados eleitos nas Conferências de Distrito ou nas Conferências de Lugar directamente subordinadas ao Comité de Zona.

(b) O Comité Director estabelece as normas de convocação e de constituição das Conferências de Zona.

(c) À Conferência de Zona compete:

- (1) Eleger o Comité de Acção da Zona;
- (2) Estudar e estabelecer a aplicação da linha política do Movimento na Zona respectiva.

Das Conferências de Distrito

Art. 11º – (a) As Conferências de Distrito são formadas por delegados eleitos nas Conferências de Lugar ou nas Assembleias dos Grupos directamente subordinadas ao Comité de Acção de Distrito.

(b) O Comité Director estabelece as normas de convocação e de constituição das Conferências de Distrito.

(c) À Conferência de Distrito compete:

- (1) Eleger o Comité do Distrito;
- (2) Estudar e estabelecer a aplicação da linha política do Movimento no distrito respectivo.

Das Conferências de Lugar

Art. 12º – (a) As Conferências de Lugar são formadas por delegados eleitos nas Assembleias dos Grupos directamente subordinados ao Comité de Acção do Lugar.

(b) O Comité Director estabelece as normas de convocação e de constituição das Conferências de Lugar.

(c) À Conferência de Lugar compete:

- (1) Eleger o Comité de Acção do lugar;
- (2) Estudar e estabelecer a aplicação da linha política do Movimento no lugar respectivo.

Do Comité Director

Art. 13º – (a) O Comité Director é o órgão executivo supremo do M.P.L.A.

(b) O Comité Director assegura a orientação da actividade do Movimento no quadro das decisões do Congresso do M.P.L.A.

(c) Qualquer membro do Comité Director pode ser afastado das suas funções, mas não expulso do M.P.L.A., por decisão fundamentada e democrática da maioria absoluta de 2/3 dos membros do Comité Director.

(d) Em qualquer órgão do M.P.L.A., o direito de participação, de discussão, de opinião e de voto de um membro do Comité Director é pessoal e intransmissível.

(e) Todos os membros do Comité Director, mesmo em caso de ausência, são solidários das decisões tomadas pelo Comité Director. Um membro do Comité Director, que tenha estado ausente de uma reunião do Comité por motivo oficial devidamente fundamentado, pode trazer de novo à discussão, na reunião imediata do Comité, a matéria das decisões tomadas na sua ausência e que ele julga não estarem de acordo ou com o Programa, ou com os Estatutos, ou com o Regulamento Geral interno ou com a linha política do M.P.L.A.

(f) O Comité Director nomeia e organiza uma Comissão de Finanças do M.P.L.A. e designa, no seio dessa Comissão, o Tesoureiro-geral do M.P.L.A.

(g) O Comité Director pode designar dois membros do M.P.L.A. para assessores do Secretário-geral no trabalho de secretaria-geral do M.P.L.A.

(h) O Comité Director tem competência para criar as comissões ou as secções que julgar necessárias ao trabalho de direcção do Movimento, nomear os membros dessas comissões ou secções, dirigir e controlar o trabalho dessas comissões ou secções e dissolver as comissões ou secções por ele criadas.

(i) Toda a vaga aberta no Comité Director deverá ser preenchida. Todas as vagas abertas no Comité Director serão preenchidas pelos candidatos a membros do Comité Director, eleitos pelo Congresso. Compete ao Comité Director decidir qual candidato a membro deverá preencher a vaga aberta no seu seio.

(j) Os candidatos a membros do Comité Director participam das reuniões ordinárias deste. Por convocação prévia do Comité Director, os candidatos a membros deverão participar também das suas reuniões extraordinárias. Em qualquer dos casos, os candidatos a membros participam das reuniões com direito a discussão e a opinião, sem voto.

Da Presidência

Art. 14º – (a) O Presidente do M.P.L.A. é um membro do Comité Director, eleito no seio deste.

(b) O Presidente do M.P.L.A.:

(1) Representa o M.P.L.A. nos planos político e jurídico nacional e internacional;
 (2) Faz observar, na actividade geral do Movimento, o cumprimento das leis, dos princípios e das resoluções do M.P.L.A.;

(3) Preside, ordinariamente, às reuniões do Comité Director;

(4) Tem direito a voto de desempate na tomada de decisões do Comité Director.

Art. 15º – (a) O Comité Director elege, no seu seio, um ou dois vice-presidentes do M.P.L.A.

(b) Um vice-presidente do M.P.L.A. substitui, por decisão prévia do Comité Director, o Presidente do M.P.L.A., em casos de ausência ou de impedimento deste.

Do Secretário-Geral

Art. 16º – (a) O Secretário-geral do M.P.L.A. é um membro do Comité Director, eleito no seio deste.

(b) O Secretário-geral do M.P.L.A.:

(1) Assegura a coordenação das funções de todos os Departamentos e órgãos do Movimento;

(2) Guarda os arquivos centrais do Movimento;

(3) Propõe a reunião do Comité Director sempre que as exigências da actividade do Movimento assim o aconselharem;

(4) Pode convocar a reunião da comissão directiva de um Departamento, de uma Comissão ou de uma Secção e participar activamente dos trabalhos dessa reunião;

(5) É o porta-voz ordinário do M.P.L.A. e o representante natural do Comité Director;

(6) É o responsável pela centralização e pela distribuição no interior e para o exterior da organização do Movimento de toda a correspondência de ou para o Movimento;

(7) Pode ter os auxiliares administrativos que ele propuser e o Comité Director sancionar.

§ Único. – No que respeita ao nº 5 da alínea b) deste capítulo, o Comité Director pode, sempre que entender, nomear representantes e porta-vozes extraordinários para tarefas especificadas.

Da Comissão de Revisão

Art. 17º – À Comissão de Revisão compete:

(a) Controlar e rever todo o trabalho de finanças do M.P.L.A.;

(b) Apresentar, de seis em seis meses, ao Comité Director, relatórios, críticas e planos sobre a situação financeira do M.P.L.A.

Art. 18º – As decisões da Comissão de Revisão só serão válidas se forem confirmadas pelo Comité Director.

Da Comissão de Finanças

Art. 19º – À Comissão de Finanças compete:

(a) Coordenar todo o trabalho de finanças do M.P.L.A.;

(b) Apresentar, de três em três meses, ao Comité Director e à Comissão de Revisão relatórios e balanços da actividade financeira geral do M.P.L.A.;

(c) Estudar as possibilidades financeiras da população angolana de cada Distrito ou de cada Zona da organização do M.P.L.A., a fim de propor ao Comité Director um plano de fixação de quotas dos membros de cada Distrito ou Zona.

Dos Comités de Acção

Art. 20º – Todos os Comités de Acção da organização geral do M.P.L.A. são constituídos por cinco membros: 1 secretário político, 1 secretário político adjunto, 1 secretário para as finanças, 1 secretário para a propaganda e agitação e 1 secretário adjunto para a propaganda e agitação.

Da Duração do Mandato dos Comités dos Diferentes Escalões

Art. 21º – A duração do mandato dos comités dos diferentes escalões, a que se refere o Art. 13º dos Estatutos, é, presentemente, como segue:

Os Comités Director, de Zona, de Distrito e de Lugar são eleitos por um ano.

Do Funcionamento dos Órgãos do M.P.L.A.

Art. 22º – (a) O Comité Director reúne-se ordinariamente uma vez em cada período de seis meses.

(b) O Comité de Zona reúne-se ordinariamente uma vez em cada período de três meses.

(c) O Comité de Distrito reúne-se ordinariamente uma vez em cada período de três meses.

(d) O Comité de Lugar reúne-se ordinariamente uma vez por mês.

Art. 23º – Os Comités de Zona, de Distrito e de Lugar deverão reunir-se extraordinariamente:

(a) Por deliberação do Comité Director;

(b) Por deliberação de 2/3 dos membros de cada Comité de Zona;

(c) Por deliberação da maioria simples dos membros dos Comités de Distrito ou de Lugar.

Dos Departamentos

Art. 24º – (a) O responsável principal de cada Departamento é o seu director-geral.

(b) Os cinco Departamentos do M.P.L.A. são: Assuntos interiores; Assuntos exteriores; Defesa e Segurança; Assuntos sociais e económicos; Propaganda e Cultura.

(c) Cada um dos cinco Departamentos do M.P.L.A. terá o seu regulamento interno, cujo projecto é elaborado pela sua comissão directiva e aprovado e transformado em lei pelo Comité Director.

(d) Cada Departamento deverá ter uma contabilidade legível e baseada em documentos devidamente ordenados e arquivados.

(e) Os militantes encarregados das relações com o exterior, dos arquivos e das caixas devem ser previamente propostos ao Comité Director pelos responsáveis dos respectivos Departamentos. O Comité Director autoriza ou não a designação desses militantes para os cargos propostos.

Do Presidium de Honra

Art. 25º – O Comité Director pode criar um Presidium de Honra do M.P.L.A., formado por militantes do Movimento detidos nas prisões ou nos campos de concentração colonialistas.

O Presidium de Honra não exerce quaisquer funções directivas, representativas ou executivas em relação ao M.P.L.A.

A criação e a apresentação pública do Presidium de Honra visam a elevar o moral e a combatividade das massas populares angolanas.

Nas suas condições de detenção, os membros do Presidium de Honra deverão ter um comportamento excepcionalmente valoroso, quer em face do inimigo, quer junto de todos os patriotas angolanos em contacto com eles.

Dos Grupos

Art. 26º – (a) Cada Grupo é formado por um número de militantes que o Comité de Acção do Lugar achar conveniente. Um Grupo nunca poderá ser formado por menos de três membros.

(b) Cada Grupo elege, em Assembleia de todos os seus militantes, um Secretário que dirigirá a actividade diária do Grupo e que responderá pela actividade deste junto dos órgãos superiores do M.P.L.A.

Quando o Grupo for formado por mais de sete membros e menos de doze, a Assembleia do Grupo deverá eleger, no seu seio, um Secretário e um Secretário-adjunto.

Quando o Grupo for formado por doze ou mais membros, a Assembleia do Grupo deverá eleger, no seu seio, um Secretariado de três membros que dirigirá colegialmente o Grupo.

A Assembleia geral do Grupo tem poderes para destituir, em qualquer momento, um Secretário, vários Secretários ou todo um Secretariado e para substituir, imediatamente, os membros destituídos, por outros membros pertencentes ao mesmo Grupo.

(c) Cada Grupo executa, dentro da disciplina do M.P.L.A., toda a política deste, nomeadamente as seguintes tarefas:

(1) Fazer trabalho de agitação e de propaganda junto das massas populares angolanas. Organizar as massas populares angolanas. Levar as massas populares angolanas à luta activa pela independência imediata e total de Angola. Ganhar as massas populares para os pontos de vista do M.P.L.A. e para a realização prática das palavras-de-ordem e das tarefas indicadas nas resoluções dos órgãos superiores do M.P.L.A.;

(2) Recrutar novos membros, controlar a actuação dos membros do M.P.L.A., e reforçar a disciplina do M.P.L.A. entre todos os seus membros;

(3) Interessar-se pela vida política, económica, social e cultural dos camponeses, dos trabalhadores e do povo de Angola e ajudá-los na resolução dos seus próprios problemas;

(4) Desenvolver a crítica e a autocritica entre todos os militantes do M.P.L.A., a fim de favorecer o progresso individual e colectivo.

Dos Conselheiros Políticos

Art. 27º – (a) O Comité Director pode escolher e designar um número conveniente de Conselheiros políticos do M.P.L.A., os quais devem ser naturais das colónias portuguesas.

(b) Aos Conselheiros políticos compete apresentar ao Comité Director, por livre iniciativa ou a pedido deste, sugestões, críticas e planos sobre a actividade política do M.P.L.A.

(c) O Comité Director pode designar aos Conselheiros políticos missões definidas, limitadas e temporárias.

(d) O Comité Director é o único órgão do M.P.L.A. com o qual os Conselheiros políticos terão relações.

(e) Os Conselheiros políticos não têm direito de eleger e de ser eleitos para postos ou cargos do M.P.L.A.

Da Natureza Privada ou Oficial dos Actos, dos Bens e dos Objectos dos Militantes do M.P.L.A.

Art. 28º – (a) As responsabilidades, as regalias e os direitos, dentro do M.P.L.A., têm um carácter estritamente pessoal.

(b) Todos os objectos e bens obtidos por um militante do M.P.L.A., através da utilização do nome do Movimento ou em atenção à sua qualidade de membro ou responsável do M.P.L.A., são propriedade do Movimento.

(c) A guarda pessoal dos bens e dos objectos do M.P.L.A. só pode ser autorizada pelo Comité Director.

(d) Nenhum membro responsável do M.P.L.A. pode fazer declarações públicas, ou a individualidades oficiais ligadas à opinião pública, sobre a política geral do M.P.L.A. sem que este se tenha pronunciado anteriormente através dos seus órgãos superiores.

(e) Nenhum membro do M.P.L.A. pode contratar seja o que for, com terceiras pessoas e em nome do Movimento, sem estar superiormente autorizado a executar tal acção.

(f) As viagens, as ausências prejudiciais ou os compromissos pessoais que possam afectar a personalidade jurídica de um membro responsável do M.P.L.A. deverão ser previamente levados ao conhecimento do Comité Director, a fim de este tomar decisão.

Das Sanções

Art. 29º – As sanções devem ser aplicadas com um espírito de fraternidade, objectivo e de rigorosa justiça. As sanções devem ter em vista, antes de tudo, o desenvolvimento ou a recuperação das boas qualidades do militante.

As sanções utilizáveis dentro da organização do Movimento são:

- (a) Admoestação;
- (b) Censura pessoal;
- (c) Censura pública, para instrução de todo o Movimento;
- (d) Afastamento temporário do militante das suas funções;
- (e) Baixa de posto ou de escalão;
- (f) Expulsão.

Art. 30º – O Comité Director pode expulsar do Movimento qualquer militante das instâncias inferiores ao dito Comité. O acto de expulsão deverá obedecer, rigorosamente, a todos os requisitos indispensáveis ao cumprimento escrupuloso do princípio: Liberdade de defesa para a parte acusada.

Só o Congresso pode expulsar do Movimento um membro do Comité Director.

Das Finanças

Art. 31º – (a) As quotizações dos membros do M.P.L.A. são estabelecidas, em princípio, em atenção às possibilidades financeiras da população angolana de cada Distrito ou de cada Zona da organização do Movimento, de acordo com a alínea c) do capítulo “Da Comissão de Finanças.”

(b) Na falta de plano especial de quotizações para um determinado Distrito ou Zona, a regra geral e obrigatória para a cobrança de quotizações é a seguinte:

(1) Pagamento mensal das quotizações;

(2) O montante da quotização depende das receitas mensais de cada membro;

(3) Cada membro com uma receita mensal até mil escudos (ou equivalente em moeda estrangeira) paga um por cento da sua receita mensal. De mil e um escudos até dois mil, um e meio por cento. De dois mil e um escudos até três mil, dois por cento. De três mil e um escudos até cinco mil, dois e meio por cento. De mais de cinco mil escudos, três por cento.

(c) O Comité Director, coadjuvado pela Comissão de Finanças, estuda e estabelece a forma de repartir as contribuições por todos os escalões da organização, desde os Grupos até ao Comité Director.

(d) Em caso de doença ou de desemprego, qualquer membro do M.P.L.A. poderá ser isento do pagamento da sua quotização pela Assembleia geral do seu Grupo e com aprovação do Comité de Acção do Lugar respectivo. O Comité de Acção do Lugar deverá sancionar o tempo de isenção de pagamento das quotizações do membro em causa.

Das Omissões

Art. 32º – Todas as omissões do presente Regulamento Geral interno do M.P.L.A. serão resolvidas pelo Comité Director.

ANEXO 23

**Declaração das Nações Unidas
sobre a outorga da independência aos países e povos coloniais¹**

[tirado dum jornal português de 29.11.60, que cita a France-Press]

A Assembleia Geral, consciente de que os povos do Mundo, na Carta das Nações Unidas, se declararam resolvidos a proclamar de novo a sua fé “nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas”, e a “favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida com uma liberdade maior”;

Consciente da necessidade de criar condições de estabilidade e de bem-estar e relações pacíficas e amigáveis, assentes no respeito pelos princípios da igualdade de direitos e da livre determinação de todos os povos, e de assegurar o respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, de sexo, de língua ou de religião;

Reconhecendo o desejo ardente de liberdade de todos os povos dependentes e o papel decisivo destes povos no seu acesso à independência;

Consciente dos conflitos crescentes que acarreta o facto de se recusar a liberdade a esses povos ou de se lhe levantarem obstáculos, o que constitui uma grave ameaça para a paz mundial;

Considerando o papel importante da Organização das Nações Unidas como meio de auxiliar o movimento para a independência nos territórios tutelados e nos territórios não-autónomos;

Reconhecendo que a Humanidade deseja ardentemente o fim do colonialismo em todas as suas manifestações;

Convencida de que a manutenção do colonialismo impede o desenvolvimento da cooperação económica internacional, entrava o desenvolvimento social, cultural e económico dos povos dependentes e contraria o ideal de paz universal das Nações Unidas;

Afirmando que os povos podem para os seus próprios fins, dispor livremente das suas riquezas e dos seus recursos naturais sem lesarem as obrigações que decorram da cooperação económica internacional, assente no princípio da vantagem mútua e do direito internacional;

Persuadida de que o processo de libertação é irresistível e irreversível e que, para evitar crises graves, há que pôr termo ao colonialismo e a todas as práticas de segregação e de discriminação que lhe estão associadas;

Congratulando-se com a circunstância de um grande número de territórios dependentes terem acedido à liberdade e à independência nestes últimos anos,

e reconhecendo as tendências sempre mais fortes no sentido da liberdade que se manifestam nos territórios que ainda não acederam à independência;

Convencida de que todos os povos têm um direito inalienável à liberdade, ao exercício da sua soberania e à integridade do seu território nacional:

Proclama solenemente a necessidade de se pôr rápida e incondicionalmente fim ao colonialismo sob todas as suas formas e em todas as suas manifestações.

E, com este fim, declara o que se segue:

1º – A sujeição dos povos a uma subjugação, a uma dominação e a uma exploração estrangeiras constitui uma negação dos direitos fundamentais do homem, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundiais.

2º – Todos os povos têm o direito de livre determinação; em virtude desse direito, determinam livremente o seu estatuto político e prosseguem livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural.

3º – A falta de preparação nos planos político, económico e social, ou no do ensino, nunca deverá ser invocada como pretexto para demorar a independência.

4º – Será posto fim a toda a acção armada e a todas as disposições de repressão, seja de que natureza forem, dirigidas contra os povos dependentes, a fim de permitir que estes exerçam pacífica e livremente o seu direito à completa independência, e assegurar que a integridade do seu território nacional será respeitada.

5º – Serão tomadas disposições imediatas, nos territórios tutelados, nos territórios não-autónomos e em todos os outros territórios que ainda não acederam à independência, para a transferência de todos os poderes aos povos dos mesmos territórios, sem qualquer condição nem reserva, em conformidade com a sua vontade e os seus votos livremente expressos, sem qualquer distinção de raça, de crença e de cor, a fim de lhes permitir usufruírem de uma independência e uma liberdade completas.

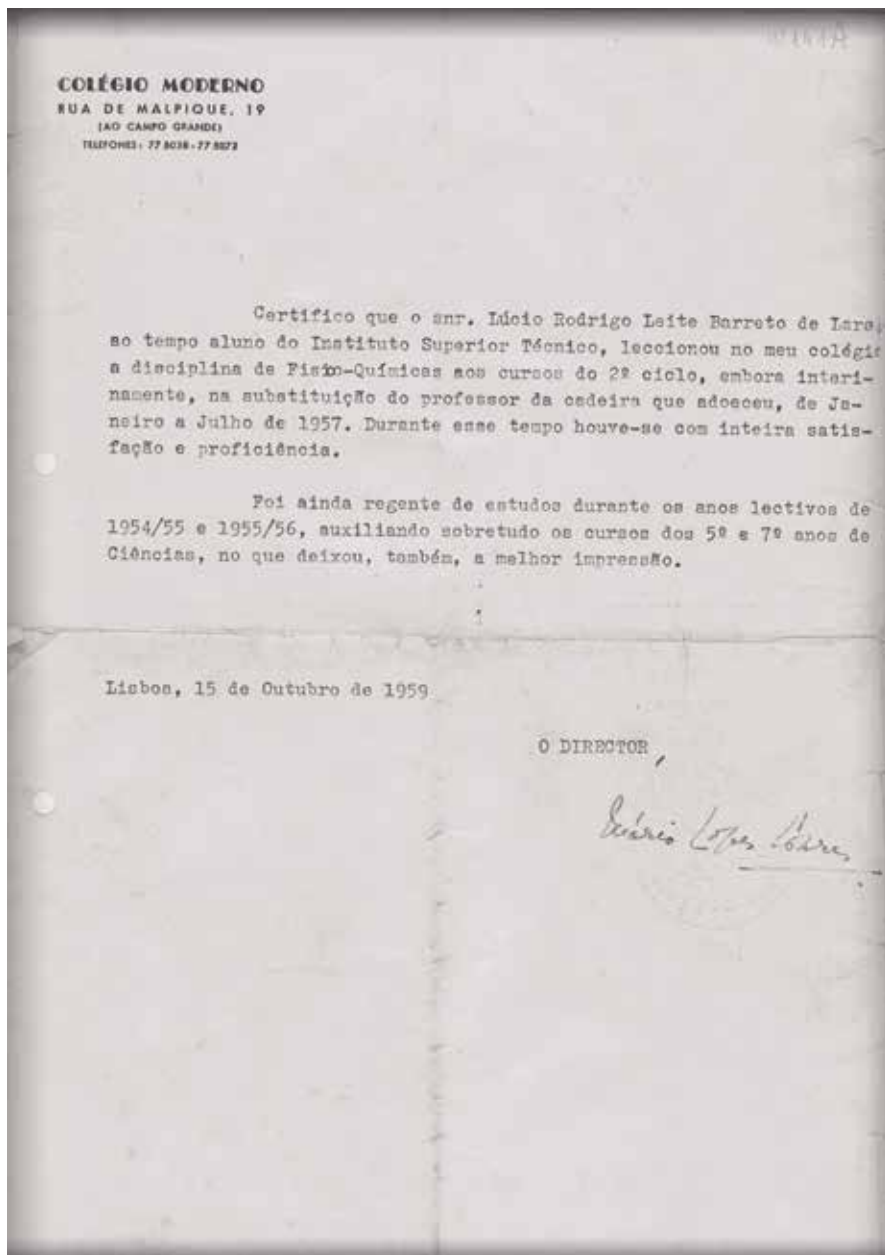
6º – Toda a tentativa destinada a destruir parcial ou totalmente a unidade nacional e a integridade territorial de um país é incompatível com os objectivos e os princípios da Carta das Nações Unidas.

7º – Todos os Estados devem observar fiel e estritamente as disposições da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da presente declaração, quanto à igualdade, à não ingerência nos negócios internos dos Estados e ao respeito pelos direitos soberanos e integridade territorial de todos os povos.

1. *A proposta desta Declaração foi apresentada pela União Soviética depois de consulta com os países africanos e asiáticos e com os povos em luta.*

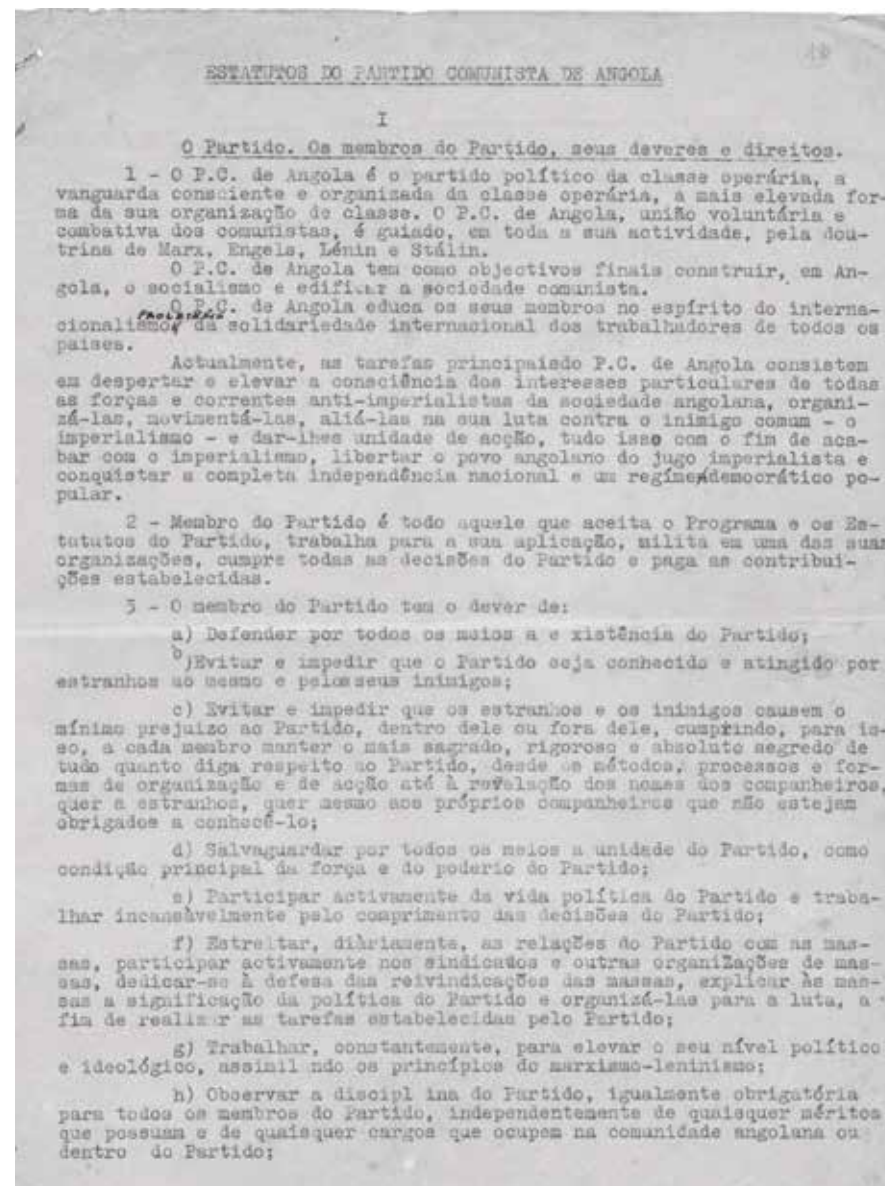
ANEXO 24

Certificado do Colégio Moderno a Lúcio Lara



ANEXO 25

Estatutos do Partido Comunista de Angola¹



1. Os Estatutos são dactilografados e têm 11 páginas. Esta é a primeira página.

CLUBE MARITIMO AFRICANO
DESPORTO • RECREIO • CULTURA

BOLETIM DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTACAO DE ANGOLA
N.º 1. 1.

UNION NATIONALE DES TRAVAILLEURS ANGOLAIS

ÍNDICE REMISSIVO

luta. Porém, o colonialismo português não carrega
este modo, só há um caminho para o povo
angolano se libertar: o da luta revolucionária. Esta
luta, no entanto, só alcançará a vitória através de
uma frente única de toda a força anti-imperialista
de Angola, sem fazer as cores políticas, a situa-
ção social dos indivíduos, as crenças religiosas e as
tendências filosóficas dos indivíduos, através por-
tando de um amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTACAO
DE ANGOLA. Este movimento, porém,

shall be grateful if you could contribute for our strug-
gling to be achieved, soon, if a you news, we express

BY THE MOVIMENTA O AZEI VOLUNTARISTA
Yours faithfully
LITO LARA
(From the FRA's Foreign Relations)

Seu nome está bem para Portugal e para
o povo angolano. O povo angolano espera
a vossa luta e a vossa luta é a luta
pelo povo angolano.
Lito Lara

FRENTE REVOLUCIONARIA AFRICANA PARA A INDEPENDENCIA
DAS COLONIAS PORTUGUESAS
(F. R. A. I. N.)

Índice Remissivo

A

- A-APC – All-African People’s Conference. *ver* Conferência Panafricana
- ABAKO – Association des Bakongo 338, 410, 411, 450
- Abdoulaye, Diallo 141
- Abdul, Ba 67, 71
- Abel. *ver* Cabral, Amílcar
- Abrahams, Peter 3
- Abranches, Augusto dos Santos 494-5, 497-8
- Abreu, Antero [de] 494, 497
- ACE – Associação Cristã de Estudantes (protestante) 353
- Addison, C. A. 398, 406, 408
- Adoula, [Cyrille] 414
- Afonso, Júlio 11, 265, 291
- África do Sul 7, 68, 382, **407**, 503
União Sul-Africana **6**, 140, 353, 391, 428, 533, 535
- African Affairs Bureau *ver* Bureau of African Affairs (BAA)
- African Affairs Centre 255, 399, 400, **407**
- Africano, Francisco J. Pereira 199, 266, 291-2, 375, 406, 523
- Aguíar, Jordão 442, 447-451
- Aires, Higinio. *ver* Sousa, Higinio Alves Aires de
- Albuquerque, Orlando de 16, 34
- Alcântara, Amadeu de 146
- Aldita. *ver* Lara, Alda
- Aleixo, Américo 147
- Ali, Aruna Asaf 344
- ALIAZO – Alliance des Ressortissants de Zombo 11, 379, 442-3, 448, 452-3
Carta do MPLA 429
- All-African People’s Conference. *ver* Conferência Panafricana
- Alliance des Ressortissants de Zombo. *ver* ALIAZO
- ALLIAZO. *ver* ALIAZO
- Almeida, Deolinda Rodrigues de. *ver* Rodrigues, Deolinda
- Almeida, Higinio Viana de 87, 96
- Almeida, Luís J. de 90, 282, 335, 365, 380, 404-5, 466, 474, 554
- Almeida, Luiz de. *ver* Almeida, Luís J. de Almeida, Viana de. *ver* Almeida, Higinio Viana de
- Amado, Jorge 34, 496
- Amaral, Jorge 505
- American Committee on Africa 70, 73, 115, 256, 326, 332, 373, 390, 467
- Amicale do Enclave. *ver* AOECA
- Amílcar. *ver* Cabral, Amílcar
- Amorim, Amadeu T. Malheiros 199, 266, 292, 375, 523
- ANANGOLA – Associação dos Naturais de Angola 12, 13, **19**, **33**, 284, 356, 495-6
- ANC – African National Congress 8, 256
- Andrade (Padre). *ver* Andrade, Joaquim Pinto de
- Andrade, Agílio de Sousa e 490, 491
- Andrade, [Fernando] Costa 16
- Andrade, Joaquim Pinto de 40, 46, **171**, 200, **280**, **314**, **336**, **370**, 375-6, 397, 404-5, 415, 523
- Andrade, Mário Coelho Pinto. *ver* Andrade, Mário Pinto de
- Andrade, Mário de. *ver* Andrade, Mário Pinto de
- Andrade, Mário Pinto de v, 4, 10, **13**, 15, **16**, 17, 18, 36, 38, 40-3, 45-6, 48-50, 60, 68, 73, 75, 77-8, **82**, 84, 90-1, 101, 103, 105, 108, 110, 120, 122-4, 127, 142, 144, **145**, 147, 150-2, 157, 159, 162-5, 180-1, 184, 186, 197, 200, 205-8, 210, 212, 214-6, 218, **221**, 222-5, **228**, 234, 238, 241, 244, 246-7, 252, 258, 266, 275, 277-9, 281-2, 285, 287, 289, 291-2, 302, 305-8, 315-6, 325, 327, 329, 337, 341, 343,

- 349, 360-1, 365, 370, 374, 379-82, 385, **389**, 392, 396-7, 401-2, 404-5, **407**, 415-7, 420, 428, 430, 432, 477, 490-1, 495, 556, 582
- Artigo 521-5
- Carta a Lúcio Lara 49, 81, 88, 89, 116, 121, 145, 172, 193 198, 220, 280, 313, 335, 367
- Carta a Viriato da Cruz 81
- Carta de Hugo de Menezes 341
- Carta de Lúcio Lara 83, 101, 113, 129, 168, 249, 274
- Carta de Viriato da Cruz 344
- Memorando 250-5
- Andrade, Joaquim. *ver* Andrade, Joaquim Pinto de
- Andrée 48, 50, 61, 85, 328
- Antas, Alfredo Furtado 445
- António, Mário. *ver* Oliveira, Mário António de
- AOECA – Amicale des Originaires de l'Enclave de Cabinda 372-3, 402
- Convocatória 372
- Aquino. *ver* Bragança, Aquino de
- Aragão, Afonso Quadros Camarinha 292
- Aragão, Francisco 506
- Aragão, Joaquim 408
- Araújo, Adriano Lima 127, 130-1, 138, 146, 152, 209, 242
- Araújo, Gomes de (General) 525
- Araújo, José 417
- AREC – Association des Ressortissants de l'Enclave de Cabinda 442, 448, 469
- Assis Júnior, António **3**
- Associação Académica de Coimbra 36
- Associação Académica do Huambo 12
- Associação Africana do Sul de Angola 19, 284, 496
- Associação Brasileira de Juristas Democratas. *ver* Brasil
- Associação Cultural do Negro Brasileiro. *ver* Brasil
- Associação de/dos Juristas. *ver* Associação Internacional dos Juristas Democratas
- Associação des Ressortissants de l'Enclave de Cabinda. *ver* AREC
- Associação do Negro Brasileiro. *ver* Brasil (Associação Cultural do Negro Brasileiro)
- Associação dos Estudantes da África Negra 207
- Associação dos Naturais de Angola. *ver* ANANGOLA
- Associação internacional de juristas. *ver* Associação Internacional dos Juristas Democratas
- Associação Internacional dos Juristas Democratas 206, 212, 220, 225, 234, 240, 287, 313, 315, 335
- Associação Regional dos Naturais de Angola. *ver* ANANGOLA
- Associação Soviética para a amizade com os povos 207, 221, 223, 225
- ASSOMIZO – Association Mutuelle des Ressortissants de Zombo 11
- Augusto, Constantino 12
- Awolowo, Obafemi 3
- Ayres, João 497
- Azevedo Júnior, Luiz de 404-5, 417, **442**
- Relatório de 447-452
- Azevedo, Custódio Bento de **3**
- Azevedo. *ver* Azevedo Júnior, Luiz de
- Azikiwe, Nzamdi 1
- B**
- Ba, Hampaté 46, 410
- Baixa de Cassanje 378, 500, 568, 572, 575-7
- Balsemão 34
- Banda, Hastings 3, 8
- Bandeira, Manuel 499
- Bandung. *ver* Conferência Afro-Asiática
- Baptista, Manuel. *ver* Sousa, Manuel Baptista de
- Barbusse, Henri 8
- Barca, Amílcar 133, 284
- Barden, Aloysius K. 107, 111, 115, 125-6, 129, 164, 186, 189, 222, 255, 310, 316, 398
- Carta a Lúcio Lara 111, 153
- Barnett, George 200, 247, 292
- Barradas, Acácio 171
- Barradas, José Manuel *iv*
- Bartolomeu, Ueleta 300
- Bary, Herbert de 172
- Bary, Mme de **75**, 103, 128, 152, 165, 207
- Beavogui, Lansana 97
- Becker 207
- Béhanzin, Louis Sénainon **38**, 78, 86, 110
- Belo. *ver* Fernandes, Belo Catuto
- Benge, Alfredo 265, 291
- Benge, António Pedro 96, 163, 167, 199, 200, 266, 292, 375-6, 406, 512-3, 516, 522
- Benge, irmãos 87, 96, 523
- Benn, Anthony Wedgwood 105, 457
- Bernardino, José 208
- Bernardo, Joaquim 300, 376
- Bernardo, Rodolfo da R. 300
- BIT – Bureau International du Travail 276
- Boavida, Américo 96, 102-3, 225, 313, 404-5, 416, 452
- Boavida, Diógenes **36**, 209, 225, 284, 313
- Bomboko, Justin 414
- Botafogo 45, **370**
- Botsio, K. 96
- Boumendjel, Ahmed 97
- Bourguiba, [Habib] 451
- Bouvier, Irmgard (e família) 74-5, 92, 98, 103-4, 114, 128, 152, 165, 174, 184, 197, 222, 313, 335
- Bragança, Aquino de 144, 146-7, 150, 281, 289, 302, 313, 327, 333, 336, 342-4, 362
- Carta a Lúcio Lara 334
- Carta de Lúcio Lara 279
- Brasil 10, 14, **19**, 64, 102, 165, 240, 358, 381, 422, 521, 536, 540
- Associação Brasileira de Juristas Democratas 212
- Associação Cultural do Negro Brasileiro 46, 95, 189, 204-6
- PC Brasileiro [Partido Comunista Brasileiro] 43
- British Committee for Algeria 105, 109
- Brockway, Fenner 457
- Bull, Pinto 347
- Bureau of African Affairs (BAA) 153, 186, 398, 416
- C**
- Cabinda 265, 291, **348**, 371-4, 439, 450, 577
- Cabo Verde 38, 139, 167, 209, 232, 262, 265, 274, 277, 296, 340, 345, 347, **370**, 383, 424, 433, 458, 525, 529, 531, 534, 538-9, 548-9, 565
- Cabral, Amílcar *v*, 16, **19**, **36**, 41-2, **45**, 47-8, 50, **53**, **59**, 60-1, **66**, **86**, 94, 110-1, **113**, 119, 121, 124, 126-9, 132-3, 138, **145**, 169, **177**, 186-7, **190**, 196, 225-7, 230, 235-8, 242, 246, 249, 252, 255-8, 271-2, 278-9, 281-2, 285-7, 291, 309, 313, 350, 366-7, **370**, 374, 376, 380-2, 385, 397, 401, 404, 416-20, 461, 582
- Carta a Lúcio Lara 65, 112, 115, 275, 310, 328
- Carta a Ruth Lara 79
- Carta a Viriato da Cruz 310, 328
- Carta de Hugo de Menezes 341, 365
- Carta de Lúcio Lara 274, 276, 315, 323, 342, 361
- Carta de Viriato da Cruz 301, 312, 321, 332, 337, 346, 350
- Conferência de Imprensa 315, 321, 329, 335, 337, 342
- Memorando 128, 169, 250-5
- Relatório 105-7, 133
- Cabral, Helena 274-5, 278
- Cabral, Iva 278
- Cabral, João **277**, 404, 457, 479
- Cabral, Vasco 16
- Caetano, João 209
- Caetano, Marcelo 15
- Callaghan, James 457
- Campino, Joana 19
- Campos, (Conselheiro). *ver* Oliveira, Geraldo Campos de

- Campos, Costa 19, 34
 Campos, Mário A. Soares de 199, 266, 292, 375, 523
 CAO. *ver* Committee of African Organisations (CAO)
 Capicua. *ver* Santos, Manuel dos
 Caraça, Bento Jesus 14
 Cardoso, António Dias 199, 495
 Cardoso, João Fuchi 300
 Cardoso, José 523
 Carlos, João da Palma 18, 220, 245, 409, **415**, 552
 Carlos, Palma. *ver* Carlos, João da Palma
 Carreira, Iko [Henrique Teles] 41
 Carvalho, Agostinho André Mendes de 199, 266, 291-2, 375, 512, 522
 Carvalho, Álvares 492
 Carvalho, Apolinário de 300
 Carvalho, Fernão 69
 Carvalho, [José] Mendes de (Henda) **16**
 Carvalho, Mendes de. *ver* Carvalho, Agostinho André Mendes de
 Carvalho, Pascoal G. de 199, 266, 292, 516, 522
 Carvalho, Rogério de 146
 Casa dos Estudantes de Angola 15
 Casa dos Estudantes do Império. *ver* CEI
 Cassanje. *ver* Baixa de Cassanje
 CEI – Casa dos Estudantes do Império 15, **16**, 17-8, 34, **36**, 41, **53**, 71, **90**, 192
 Centro de Estudos Africanos **15**, **16**, 17, 41
 Césaire, Aimé 9, 38, 46, 89, 110, 352
 Chang-Kai-Chek [Chiang Kai-shek] 6
 Chipembere 8
 Chipenda, José Belo 474
 Chiume, Kanyama 70, 73
 Chu En Lai 7
 Churchill, Winston 1, 5
 Clube Marítimo Africano **14**, 17, 18, 41
 Coelho, Sebastião 19
 Colory, Cordy 452
 Comando Militar de Angola 566, 568
 Relatório 378-9
 Comissão dos Direitos do Homem. *ver* Comissão Internacional dos Direitos do Homem
 Comissão Internacional de Juristas. *ver* Associação Internacional de Juristas Democráticos
 Comissão Internacional dos Direitos do Homem 105, 339, 361, 369, 377
 Comité Afro-asiático 182, 274, 318
 Comité de Libertação da Costa do Marfim. *ver* Comité Nacional de Libertação da Costa do Marfim
 Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe [CLSTP] 417
 Comité Nacional de Libertação da Costa do Marfim 322, 333
 Comité Secreto da Independência [de Angola] 34, 45, 293
 Manifesto 508-9
 Committee of African Organisations (CAO) 53, 57, 71, 104, 109, 165, 180-1, 184, 190, 204, 279, 293, 330
 Conceição, Armando F. da. *ver* Conceição Júnior, Armando F. da
 Conceição Júnior, Armando F. da 200, 266, 292, 375, 522
 CONCP – Conferência das organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas **221**, **279**, **322**, **433**
 Conferência Afro-Asiática 10, 94, 258, 274, 287, 301-2, 318, 327, 330, 337, 348, 361, 365, 369, 371, 383, **389**, 412, 417, 527
 da Mulher 318, 321, 330, 387
 de Bandung 6, 10, 24, 39, 41, 527, 565
 Discurso e resolução sobre Angola 367-9
 Conferência afro-asiática de Bandoeng. *ver* Conferência Afro-Asiática de Bandung
 Conferência da OIT em Luanda 254, 556
 Conferência das organizações das colónias portuguesas 322-3, 333, 339, 347, 398, 469-70
 Conferência de Accra. *ver* Conferência Panafricana.
 Conferência de Bandung. *ver* Conferência Afro-Asiática de Bandung
 Conferência de Berlim 1, 290, 527, 529
 Conferência de Londres 457-60
 Conferência de São Francisco 1, 5
 Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos. *ver* Conferência Afro-Asiática
 Conferência de Solidariedade dos Povos de Ásia e de África. *ver* Conferência Afro-Asiática
 Conferência de Todos os Povos Africanos. *ver* Conferência Panafricana
 Conferência dos Escritores e Artistas Negros. *ver* Congresso de Escritores e Artistas Negros
 Conferência dos Povos Africanos. *ver* Conferência Panafricana
 Conferência dos Povos Afro-asiáticos. *ver* Conferência Afro-Asiática
 Conferência Panafricana (CPA) **1**, 2, 3, 8, **60**, 61, 63, 76, 88, 92-3, 96-7, 104, 109, 127, 141, 154, 183, 185-6, 189, 232, 251, 258, 264, 271, 302-3, 318, 330, **338**, **347**, 380, 382-3, **389**, 406, 410, 457, 527, 549, 564
 de Túnis 18, **19**, **53**, 141, 162, 181, 185-6, 192, 228-9, 235, **236**, 240, 242, 250-2, 255-9, 267, 271, 284, 290, 301, **326**, 335, **338**, 340, 351, 387, **389**, 467, 551, 556, 565
 Carta do MAC 96
 Relatório do MAC 259-64
 Resolução sobre as colónias portuguesas 264-5
 Congo [Brazzaville] 8, 50, 68, 107, 317, 370-5
 Congo [Léopoldville] 11, 68, 103, 107, 124, 201, 257, 286-7, 304-5, 317, 338, 347-8, 354, 356, 373, 386, 398, 400-2, 404, 410-4, 420, 422, 428, 447-53, 468, 511, 551, 562, **572**, 573-4
 Congo Belga. *ver* Congo [Léopoldville]
 Congo Francês. *ver* Congo [Brazzaville]
 Congresso de Escritores e Artistas Negros **15**, 40-1, 45-7, **61**, 93, **145**, **182**, 255
 Congresso Panafricano. *ver* Conferência Panafricana
 Conselho de solidariedade afro-asiática (CSAA) 162-3, 166, 218, 223
 Conselho de solidariedade. *ver* Conselho de solidariedade afro-asiática (CSAA)
 Conselho de solidariedade dos povos afro-asiáticos. *ver* Conselho de solidariedade afro-asiática (CSAA)
 Contreiras, António. *ver* Costa, António José Contreiras da
 Contreiras, Garcia Lourenço 199, 266, 292, 375, 406, 512
 Contreiras, Lourenço. *ver* Contreiras, Garcia Lourenço
 Convenção Política de Goa. *ver* Goan Political Convention
 Convention People's Party. *ver* CPP
 Cornellis, Henri 296
 Cornevin, Marianne **8**
 Costa, Abílio Rodrigues da 523
 Costa, Albino Moura da 208
 Costa, António José Contreiras da 199, 292, 376, 516, 522, 552
 Costa, António Rodrigues 23, 41
 Costa, Cândido da 300, 374, 376
 Costa, Ciro da 495
 Costa, Contreiras da. *ver* Costa, António José Contreiras da
 Costa, Fernando Pascoal da 199, 266, 292, 375, 405, 512, 516, 522
 Costa, Jaime M. Carneiro 300
 Costa, João 292
 Costa, José Fonseca e 173
 Costa, Manuel. *ver* Costa, Manuel Tomaz da
 Costa, Manuel Tomaz da 200, 266, 291-2, 376
 Costa, Pascoal. *ver* Costa, Fernando Pascoal da
 Costa, Sócrates da 147
 Couceiro, [Henrique] Paiva 503
 CPP - Convention People's Party 80, 88, 94, 126, 406, 410

- Cristiano, Joaquim J. 300, 376
 Cruz, Bernardo 420
 Cruz, Coelho da. *ver* Cruz, Fernando Coelho da
 Cruz, Fernando Coelho da 300, **370**, 374-6
 Cruz, José da 403
 Cruz, Manuel Alves da 199, 292, 523
 Cruz, Pedro 495
 Cruz, Venâncio Vera 506
 Cruz, Viriato [Clemente Francisco] da v. **13**, **15**, **16**, 17, 19, **23**, 33-4, 36, 38, 42-7, 50, 61, **75**, 79, 80, 83, 88-9, 93, 102, 111, 129, **145**, 146, **159**, 166, 169-70, 210, **212**, **236-7**, 249, 251, 255-8, 266, 271-2, 274-6, 280, 291-2, 309, **312**, 313, 336, 342, **369**, 370, 374, 382, 385, **389**, 392, 396-8, 404-5, 407-9, 415-7, 419-20, 428, 432, **433**, 435, 463, 475, 486-8, 494, 497, 499, **562**, 582
 Carta a Amílcar Cabral 301, 312, 321, 332, 337, 346, 350
 Carta a B. Dombele e/ou P. Luvualu 436, 440
 Carta a Holden Roberto 51
 Carta a Lúcio Lara 61, 74, 77, 79, 91, 97, 119, 122, 131, 141, 143, 147, 154, 166, 167, 175, 193, 200, 211, 218, 233, 243, 244, 281, 283, 285, 301, 312, 321, 332, 337, 346, 350, 398, 403
 Carta a Mário de Andrade 344
 Carta à secção do MAC de Paris 85
 Carta de Amílcar Cabral 310, 328
 Carta de B. Dombele e/ou P. Luvualu 433, 434, 437, 438, 441
 Carta de Lúcio Lara 102, 107, 114, 125, 149, 164, 173, 180, 183, 205, 215, 221, 225, 226, 228, 235, 237, 278, 315, 323, 342, 361, 366
 Carta de Mário de Andrade 81
 Intervenção 367
 Viagens 419, 432
 Cuba 5, 254
 Cunha 265, 291
 Cunha, Alves da 12
 CVAAR – Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados 414
- D**
- Dackam, Dieudonné 403
 Damas, Léon 9
 Dáskalos, Alexandre 492
 Davidson, Basil 22, 40, 105, 109, 117, 121, 129, 146-7, 163, 180, 193-4, 204, 206, 224, 280, 331, 336, 367, 388, 425, **500**
 De Gaulle, [Charles] 1, 359, 410
 Decraene, Philippe 352
 Delafosse, Maurice 9
 Delgado (General). *ver* Delgado, Humberto
 Delgado, Humberto 333, 343, 381, 476-7, 524
 Delgado, Ralph 74
 Dennis, H.C. **277**
 Deolinda. *ver* Rodrigues, Deolinda
 Depestre, René **9**, 46
 Diagne, Blaise 2
 Dias, Nobre Ferreira Pereira 199, 266, 292, 376, 405, 523, 552
 Dilolwa. *ver* Oliveira, Carlos Alberto da Rocha
 Diogo, Joaquim 403
 Diogo, Manuel de A. 403
 Diogo, Possidónio 403
 Dionísio, Mário 497
 Diop 346
 Diop, Alioune 10, **15**, **41**, 46, 82, 146
 Diop, Cheikh Anta 10, 46
 Diop, David 108, 495
 Diop, Mahjemoud 374, 418
 Djassi, Abel. *ver* Cabral, Amílcar
 Dogbe, Karl 200, 292, 523
 Dombe, François 434, 435
 Dombele, Bernard 433
 Carta a Viriato da Cruz 433, 438, 441
 Carta de Viriato da Cruz 436, 440
 Domingos, Gaspar. *ver* Domingos, Sebastião Gaspar
 Domingos, José Bernardo (Kiosa) 300, **370**, 375-6, 442, 447-52
 Domingos, Sebastião Gaspar 199, 266, 292, 375-6, 405, 512, 516, 522
 Domingues, António 36, 38
 Du Bois, William Burghardt 1-4, 407
 Duarte, António Calazans 199, 266, 291-2, 375, 523, 552
 Duarte, Bandeira 494
 Duarte, Calazans. *ver* Duarte, António Calazans
 Duarte, Porto 146
 Duffy, James 147, 497
 Duncan, Patrick 280, 336
 Duodu, Cameron 51, 398-9, 400-1
- E**
- Einstein, Albert 8
 ELA – Exército de Libertação de Angola 45, 524
 Elias, João 495
 Ermelinda 494, 498
 Ervedosa, Carlos 16, 378, **572**
 Espírito Santo, Alda 18, 38, 193, 206, 318, 330
 Carta 504-7
 Espírito Santo, Andreza **16**
 Espírito Santo, Guilherme **16**, **41**, 77, 81, 85, 88, 101, 108, 114-5, 117, 120-1, 128, 131, 143, 150, 172, 193, 205, 218, 220, 279, 283, 327
 Carta a Lúcio Lara 100, 111
 Evaristo, Vítor 16
 Exército de Libertação de Angola. *ver* ELA
- F**
- Fanon, Franz 9, 34, 46, 47, **145**, 152, **182**, **184**, **198**, **226**, **235**, 255-6, 412-3
 Faria, Forte 34
 FDGB (Federação Sindical Mundial) 284, 433
 FEANF - Fédération des Etudiants d'Afrique Noire en France 71-3, 82, 109
 Federação Internacional de Juristas. *ver* Associação Internacional de Juristas Democratas
 Federação Sindical Mundial. *ver* FDGB
 Fernandes, Belo Catuto 79, 87, 96
 Fernandes, Miguel (Catuto) 523
 Fernandes, Miguel de Oliveira 199, 266, 292
 Ferreira 200, 266, 292
 Ferreira, Armando 516
 Ferreira, Arménio 16, **36**
 Ferreira, Eugénio 133, 284, 292, 492
 Ferreira, Eugénio Monteiro **3**, **12**
 Ferreira, Fernando 505
 Ferreira Júnior, Jorge Antunes **44**
 Ferreira, Manuel do Nascimento 495
 Fialho, Henrique 212, 335-6
 Figueira, Lello 265, 291
 Figueiredo, António de 54
 Figueiredo, Armando de 498
 Figueiredo, Joaquim de 199, 266, 292, 375, 405, 522
 Figueiredo, Salvador 497
 FLN – Front de Libération Nationale (da Argélia) 47, **145**, 255-6, 355, 413
 Fodéba, Keita 36, 108, 121-2, 127
 Fonseca, Estanislau Matos da 515
 FRAIN – Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional 256, 258, 273, 275, 277, 282-3, 285, 302-6, 308, 310, 316, 319-21, 324, 330-1, 333, 340-1, 346, 348-9, 351, 365, 373-4, 377, 379, 383, 385, 388, **389**, 390, 400-1, 550, 565-6
 Carta a Holden Roberto 380
 Carta da 268
 Carta do Comité Director 380
 Comunicado da 289-93
 Credencial 272
 Declaração de compromisso 270-1
 Memorando 267-8, 562
 França, José Augusto 381
 Franco, Francisco 48
 Freitas, Jorge Manteia 442, 447, 450-1
 Freitas, Lima de 131

- Frente das colónias afro-asiáticas de Portugal. *ver* Conferência das organizações das colónias portuguesas
- FRELIMO [Frente de Libertação de Moçambique] **16, 221, 407**
- Frente Comum (dos Partidos Políticos de Angola) 442, 448, 451-3
Cartas à ONU 443-5, 445-7
- Frett. *ver* Lau Chon, José Fret
- Froebenius, Léo 9
- Front Révolutionnaire Africain pour l'Indépendance des Colonies Portugaises. *ver* FRAIN
- Furtado, Jorge H. da Cruz Pinto 277, 279, 292
- G**
- Galal, Fouad 397-8, 400, 403, 406, 408-9
- Galvão, Henrique 14, 22, 180, 194, 340, 381, 476-7, 488
Carta-Relatório 500-3
- Gândara, Julieta. *ver* Gandra, Julieta
- Gandhi, Mahatma 6, 7, 99 Gandra, Maria Julieta Guimarães. *ver* Gandra, Julieta
- Gandra, Julieta 199, 266, 291-2, 523, 552
- Garvey, Marcus 2
- Gaspar, Florêncio Gamaliel 200, 266, 292, 405
- Gaspar, Sebastião. *ver* Domingos, Sebastião Gaspar
- Ghana 3, 6, 56, 58, 74, 79, 80, 83, 86-7, 94-5, 101-2, 106, 108, 111, 125, 147, 150, 153, 181, 183-4, 195, 201, 247, 252-4, 260, 267-8, 273, 276, 316, 319-20, 335, 345, 370-1, 373, 380, 400, 407, 409, 411, 448
- Gilmore, José. *ver* Roberto, Holden
- Gizenga, Antoine 413, 572
- Glinne, Ernest 82, 89, 117, 129
- Glissant, Edouard 10
- Goan League 109, 123, 277, **279**, 322-3, 323, 330, 333, 339, 344, 348, 457, 469
- Goan Political Convention **277**, 457, 460, 469
- Godinho, Manuel de A. B. Camões 378-9
- Godinho, Mira 87, 344
- Godinho, Santana 292
- Godinho, Vitorino Magalhães 75
- Gomes, António Ferreira 524
- Gomes, Germano 34
- Gomes, Jean 112
- Gomes, João 404
- Gomes, Manuel Soares **23**, 41, **43**
- Gomes, Paulo 118
- Gomes, Rui Luiz 14
- Gonçalves, José 146
- Gouveia, Fernando 146, 358
- GPRA (Governo Provisório Revolucionário da Argélia) 47, **97, 145, 226**
- Graça, José (Luandino Vieira) **15**, 17, 96, 199, 523
- Graça, Salustino 505
- Grémio Africano 12
- Gualdino, Eduardo 371-2, 402
- Guerra, irmãos 96
- Guerra, Mário Lopes 199, 523
- Guillén, Nicolas 38
- Guiné [Bissau] 68, 85-6, 95-7, 104, 117, 122, 127, 135, 138-9, 167-8, 170-1, 189, 209, 223, 232, 242-3, 264-5, 277, 286, 291, 311-2, 339, 347, 383, 399, 416, 418, 424-5, 427, 433, 458, 528-9, 533, 538-9, 548-9, 565
ver também Massacre de Pijiguiti
- Guiné [Conakry] 58, 94, 106, 117, 122, 146, 181, 184, 195, 201, 251, 254, 271, 315, 336, 343
- Gunga, Kimbi 516, 522
- Gunther, John 425
- H**
- Haldane. *ver* Roberto, Holden
- Hammarskjöld, Dag 167-8, 171, 189, 226, 232, 235, 237, 241, 246, 254
- Henda. *ver* Carvalho, [José] Mendes de
- Hernandez, Francisco Javier 199, 523
- Higino. *ver* Sousa, Higino Alves Aires de
- Hitler, [Adolf] 522
- Ho Chi Minh 8
- Hoénou, Marc Kodjo 8
- Holder, Larry. *ver* Holder, Laurence
- Holder, Laurence 200, 241, 247, 292, 523
- Honey, Floyd 390
- Horta, José Carlos 78, 136-7, 151, 159-60, 169, 187, 213-4, **236**, 246, 302, 313, 323, 325, 328, 336-7, 404
Carta a Lúcio Lara 248, 289
Carta de Lúcio Lara 272, 326
- Houser, George M. 70, 73-4, 115
Carta a Hugo de Menezes 73
- Huggins 7
- Hugo. *ver* Menezes, Hugo Azancot de
- Hugues, Langston 9, 38
- I**
- Iléo, Joseph 110
- Ilídio. *ver* Machado, Ilídio
- Indian Council [for Africa] 322, 343
- Inglês, Herbert 300, 376
- International Association of Democratic Lawyers. *ver* Associação Internacional dos Juristas Democratas
- J**
- Jacinto, António **13, 15, 19**, 33, 38, 166, 171, 173, 200, 266, 292, 523
Carta a Agostinho Neto 494
- Joaquim, Manuel "Manzevo" 200
- Johnson, Wallace 3
- Jordão. *ver* Aguiar, Jordão
- Jorge, Tomaz 495
- Jornada de Solidariedade (com as colónias portuguesas) 264-5, 318, 326, 347-8, 370, 380, 387, 416, **563**
- Josias, António 200, 266, 292, 442, 447, 450
- Jossias, António. *ver* Josias, António
- Julgamento. *ver* Processo "dos 50"
- K**
- Kasavubu, [Joseph] 374, 377, 410, **411**, 414, 423, 447, 452, 472, 574-5
- Kassule. *ver* Azevedo Júnior, Luiz de
- Katmutuke, Isaías 265, 291
- Kaunda, [Kenneth] 8
- Keita, Modibo 109, **126**
- Kenyatta, Jomo **1**, 3, 472
- Kimbandu, José D. 300
- Kindamba, Muxinda 516, 522
- Kinjinji. *ver* Queiroz, David Eça de
- Kiosa. *ver* Domingos, José Bernardo
- Kizerbo, Joseph 10
- Kouyaté, Timeko 8, 9
- Khrouchtchev, [Nikita] 431
- L**
- Labery, Henry 112
- Lara Filho, Ernesto 152, 166, 188, 275
Carta a Lúcio Lara 420
Carta de Lúcio Lara 351, 362, 421
- Lara, Alda 16, 361, 364, 420, 423, 492, 494-5
- Lara, Clementina 420, 423
- Lara, Lúcio iii, iv, 19, 34, 36, 41-2, 46, 79, 80, 84, **86**, 97, **145**, 188, 200, 208, 233, 251, 257-8, **259**, 266, 271, 291, 309, 319, **369**, 371, 374, **378**, 379-80, 385, 392, 396, 399, 404-5, 412, **413**, 417, 552, 566, 568, 582
Carta a Amílcar Cabral 274, 276, 315, 323, 342, 361
Carta a Aquino de Bragança 279
Carta a Deolinda Rodrigues 204, 239, 320, 386
Carta a Ernesto Lara Filho 351, 362, 421
Carta a Hugo de Menezes 53, 54, 62, 242, 278, 366
Carta a José Carlos Horta 272, 326
Carta a Marcelino dos Santos 48, 50, 85, 326

- Carta a Mário de Andrade 83, 101, 113, 129, 168, 249, 274
- Carta à secção do MAC de Lisboa 59, 236
- Carta à secção do MAC de Paris 85
- Carta a Viriato da Cruz 102, 107, 114, 125, 149, 164, 173, 180, 183, 205, 215, 221, 225, 226, 228, 235, 237, 278, 315, 323, 342, 361, 366
- Carta aos camaradas em Conakry 400, 406, 408, 409
- Carta da secção do MAC de Lisboa 52
- Carta de Amílcar Cabral 65, 112, 115, 275, 310, 328
- Carta de A. K. Barden 111, 153
- Carta de Aquino de Bragança 334
- Carta de Castro Soromenho 66, 380
- Carta de Deolinda Rodrigues 223, 247, 350, 388, 390
- Carta de Ernesto Lara Filho 420
- Carta de Fernando Mourão 90
- Carta de Guilherme Espírito Santo 100, 111
- Carta de Hugo de Menezes 53, 57, 58, 67, 69, 72, 248, 341, 365
- Carta de José Carlos Horta 248, 289
- Carta de Marcelino dos Santos 60, 142, 281, 289
- Carta de Mário de Andrade 49, 81, 88, 89, 116, 121, 145, 172, 193, 198, 220, 280, 313, 335, 367
- Carta de Matias Miguéis 402
- Carta de Viriato da Cruz 61, 74, 77, 79, 91, 97, 119, 122, 131, 141, 143, 147, 154, 166, 167, 175, 193, 200, 211, 218, 233, 243, 244, 281, 283, 285, 301, 312, 321, 332, 337, 346, 350, 398, 403
- Certificado 602
- Credencial 209, 272, 397
- Encontro com Manuel Pedro Pacavira 370-8
- Lara, Paulo iv, v, 61-2, 75, 79, 92, 100, 105, 120, 140, 145, 148-9, 153, 163, 167, 172, 179, 182, 203, 229-30, 234, 236, 275, 285, 311, 337, 351
- Lara, Ruth iv, v, 48-9, 50, 53, 61-2, 74-5, 78, 83, 85, 89, 92, 100, 102, 105, 111, 113, 117, 120-1, 126-7, 136, 143-4, 147-8, 151, 159, 164, 169, 173, 175, 181-3, 187-8, 193, 198, 208, 219-23, 226, 230, 234, 236, 246, 275, 277-80, 283, 285, 289, 311, 314, 319, 325-6, 328, 331, 337, 351, 361, 381-2, 388, 398-9, 416
- Carta de Amílcar Cabral 79
- Lau Chon, José Fret 235, **238**, **244**, **246**, **316**, **328**, 345, 362, 554
- Lauchong, José Fret. *ver* Lau Chon, José Fret
- Leal, Cunha 563
- Léger, [Fernand] 497
- Lei Quadro 38
- Lemos, Alberto 74
- Lena. *ver* Cabral, Helena
- Lenine, [Vladimir I.] 7
- Leitão, Gabriel Pereira 87, 96, 199, 266, 291-2, 375, 405, 523
- Liahuca, José João 209
- Libório, António Miguel Monteiro 378, 578
- Liceu. *ver* Vieira Dias, Carlos Aniceto
- Liga Africana 3
- Liga Nacional Africana 12, **33**, 284, 445, 486-90, 492, 494
- Liga Nacional para a Defesa da Raça Negra 8
- Lima, Manuel 40
- Lima, Negrão de 422
- Lima, Virgílio 505
- Lisboa, José Manuel 200, 266, 292, 375-6
- Lissner 126, 166
- LNA. *ver* Liga Nacional Africana
- Loio, Ivo **36**, 404-5, 452
- Lopes, Benigno [Vieira] 209
- Lopes, João Vieira 404
- Lopo, Castro 133
- Lumumba, Patrice 8, 46, 110, 257, 371, 398, 401, 408-14, 417, 423, 448, 472
- Luvualu, Pascal 433
- Carta a Viriato da Cruz 433, 434, 437, 438, 441
- Carta a Diallo Seydou 435
- Carta de Viriato da Cruz 436, 440
- Luyanzi, Ambrósio 266, 291
- Luzignan, Suzanne de 280, **285**, 313, 316, 336, 359, **562**
- M**
- Maamouri, Mahmoud 228, 237
- MAC – Movimento Anti-colonialista **16**, **36**, 41-3, 45, **53**, **59**, 63, 79, 86-7, **91**, 103-5, 108-9, 117-9, 122, 126-8, 133-40, 151, 166, 169-70, 173, 176-7, 180, 194, 198, 202-4, 208, 212, 221-3, 226-8, 232-3, 235, 237, 240, 242, 244, 247-8, 250, **253**, 255-6, 267-8, 273, 275, 282, **286**, 290, 302, 305, 324, 330, 333, 340-1, 343, 347, 349, 383, 539, 548, 550, 556, 564-5
- Apelo 265-7
- Cartas 80, 96, 163
- Credencial 196-8, 205, 209-10, 215
- Directório/Organização **36**, 42, 191, 370
- Estrutura 134-5, 137, 139, 150, 159, 168-9, 180, 189-93, 195-6, 212, 225, 227, 254, 273, 539, 550
- Fundação 180, 207, 211
- Manifesto 151, 175, 183, 186, 188, 191-2, 194, 205, 208, 220, 253, 286, 311-2, 315, 321-2, 330, 340, 349, 526-51
- Memorando 230-3
- Relatórios 93-5, 188-93, 259-64
- Secção da Alemanha 76, 87, 94-5, 128, 135
- Secção de Lisboa 52, 59, 93, 135, 188, 236
- Secção de Paris 76, 85, 87-8, 94-5, 101, 103, 121, 124, 128, 131, 135, 137, 198
- Telegramas 166-8, 170-1, 173-5, 179-80, 183, 186, 189-92, 206-8, 215, 218-9, 222, 224-6, 235
- Macedo, António Rebelo de 523
- Machado, Francisco A. de Assis 199
- Machado, Humberto 33, 36, 41, 374, 404, 486, 490-1
- Machado, Ilídio Tomé Alves **19**, 33, **34**, 36, **41**, 42-3, 45, 79, 87, 96, 104, 106, 110, 196, 199, **212**, 214, 266, 291-2, 329, 369, 375-6, 404-6, 523, 552
- Machado, Vieira 15
- Madaleno, Jaime **370**, 376
- Madiana, Paul 107
- Makiwane, Tennyson 256, 327, 406, **407**
- Makoso, Gabriel 115
- Maldoror, Sarah 50, 85, 89, 102, 113-4, 117, 121, 173, 193, 208, 274, 352
- Malek, Rheda **226**, 255
- Mangueira, Lucrecio 512, 516, 522
- Manifesto Africano 63
- Manifesto do MPLA. *ver* MPLA
- Manuel, Simeão Adão 300, **370**, 376
- Manzevo. *ver* Joaquim, Manuel
- Mao Tse Tung 6, 341
- Marcelino. *ver* Santos, Marcelino dos
- Marcelo. *ver* Santos, Marcelino dos
- Marcum, John **22**
- Margarido, Alfredo 16, 355
- Maria (Rainha Nguriakama) 378, **572**, 574-5
- Maria, Adolfo 523
- Mário. *ver* Andrade, Mário Pinto de
- Mars, Jean Price 9, 46
- Martins, Adão Domingos 266, 292
- Martins, António Jacinto do Amaral. *ver* Jacinto, António
- Martins, Inocêncio Van-Dúnem dos S. 200, 266, 292
- Martins, Leston 498
- Martins, Ovídio 208
- Martins, Rocha 495
- Marx, [Karl] 332
- Massacre de Icolo e Bengo 431, 458
- de Pijiguiti (de Bissau) 112, **118**, 291, 458, 536

- de São Tomé 18, 245, 257, 280, 291, 504, 536
- Mata, Segismundo da 403
- Mathias, Marcello. *ver* Matias, Marcello
- Matias, Marcello 147, 327
- Matos, Norton de 12, 488
- Mboya, Tom 70, 73
- MDE – Movimento Democrático de Estudantes 462, 473
- Medeiros, [Tomás] 404
- Medina 103-4
- Medina, Maria do Carmo 292
- Meireles, José Luciano C. R. Vieira de 87, 199, 266, 292, 344, 523, 552
- Meireles, Quintão 488, 494
- Mendes, Eduardo Correia 199, 523
- Mendes, Ferreira 188
- Mendes, Francisco A. C. 300
- Mendes, Joaquim 292, **370**
- Mendonça, Zuzarte de 106
- Menezes. *ver* Menezes, Hugo Azancot de
- Menezes, Aida Ramos Azancot de **53**
- Menezes, Aires do Sacramento **53**
- Menezes, Hugo Azancot de 70, 75, 77, 81, 85, 87, 100, 108, 114, 116-7, 121, 127-8, 130, 137, 144, 146, 151-2, 173, 184, 195, 220, 234, 249, 251-2, 256, 258, 271, 275, 281, 285, 304, 306-7, 309, 312, 318, 326, 338-9, 348, **369**, 374, 385, 401, 404-5, **413**, 414, 416, 556, **561**
- Carta a Amílcar Cabral 341, 365
- Carta a Lúcio Lara 53, 57, 58, 67, 69, 72, 248, 341, 365
- Carta a Mário de Andrade 341
- Carta à secção do MAC de Paris 117
- Carta da secção do MAC de Paris 121
- Carta de Lúcio Lara 53, 54, 62, 242, 278, 366
- Menezes, Óscar Azancot de 490-1
- Ménil, René 9
- Menon, Krishna 147
- Mensurado, José 495
- Mercedes 66-7, 381
- Meskita, Vikingi 300
- Mfamara, Keita 253
- MIA – Movimento da Independência de Angola **23**, 34, 45, 293, **516**
- Manifesto 510-1
- Miguéis, Matias 34, 199, 247, 266, 278, 287, 291-2, 303-4, 317, 320, 324, 329, 333, 338, 343-4, 347-8, 351, 362, 371-4, 376, 385, 387, 404-5, 417, 523
- Carta a Lúcio Lara 402
- MINA – Movimento de Independência Nacional de Angola **23**, 34, 293, 300, 370, 375-6, 383-4, 451
- Apelo 293-301
- Mingas, André. *ver* Mingas Júnior, André R.
- Mingas Júnior, André R. 96, 124, 183, 199, 266, 291-2, 376, 516, 522
- Mingas, Jorge 200, 266, 291-2
- MLA – Movimento de Libertação de Angola **82**, 370, 375, 476, 516, 524
- MLEC – Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda 454
- MLN – Movimento de Libertação Nacional **23**, 293, 370, 375-6, **516**, 524
- Panfleto 512-3
- MLNA – Movimento de Libertação Nacional de Angola **23**, 293
- Manifesto 514-7
- Panfleto 518-20
- MNA – Mouvement National Algérien 355, 413
- MNC – Mouvement National Congolais 410-1
- Moçambique 17, 34, 38, 48, 50, 54-5, 68-9, 73, 85, 93, 143-4, 147, 167, 189, 209, 214, 232, 243, 249, 254, 261-2, 265, 273, **279**, 291, **312**, 340, 358, 360, 383, **407**, 408, 424-7, 433, 444, 458, 498, 501, 521, 528-9, 531, 533, 538-9, 548-9, 565, 580
- Mondlane, Eduardo 221, 226
- Monroe, [James] 7
- Monteiro, António Marques 199, 266, 292, 523
- Monteiro, Mário de Alcântara 19
- Plano de trabalho 19-22
- Montero, Frank 326, 335-6
- Morais, Rodolfo 373-4
- Moumié, Félix Roland 256, 343, 371-2
- Mouradian, Dicram 78, 92, 111, 114, 356
- Mourão, Fernando 16, **90**
- Carta a Lúcio Lara 90
- Mouvement National Congolais. *ver* MNC
- Movimento Anti-Colonialista. *ver* MAC
- Movimento da Independência de Angola. *ver* MIA
- Movimento de Libertação de Angola. *ver* MLA
- Movimento de Independência Nacional de Angola. *ver* MINA
- Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda. *ver* MLEC
- Movimento de Libertação Nacional. *ver* MLN
- Movimento de Libertação Nacional de Angola. *ver* MLNA
- Movimento Democrático das Colónias Portuguesas 36, 41
- Movimento Popular de Libertação de Angola. *ver* MPLA
- Mozambique African National Union 469
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola iii, **15**, **19**, **36**, **44**, 45, **53**, 228, 231, **232**, 258, 267-8, 270-1, **277**, 282, 285, 290-1, 303-4, 324, 340-1, 347-9, 369-70, 373-5, **377**, 378-9, 383-4, 385-6, 404, **407**, 408, 412, 414, 416, 418-9, 427-8, 432-43, 447-9, **450**, 451-2, 458, 460, 463-4, 539, 562, 564-8, 579
- Apelos 382-5, 424-8, 429-30, 442, 453-6
- Carta à ALIAZO 429
- Carta a Savimbi 462, 463, 467, 470, 475
- Carta de Savimbi 461, 466, 471
- Comunicado 414-5, 476-7, 477-8, 479
- Declaração 391-2, 430-2
- Direcção 404-6, 476
- Estatutos, Programa e Regulamento 397, 419, 583-99
- Manifesto **19**, 23, 33, 41, 43, 45, 160, **212**, **377**
- Mensagem ao Povo Português 392-6
- Mpolo, Maurice 107
- MUD-Juvenil – Movimento de Unidade Democrática Juvenil 14, 34, 40
- Mulato, José 505-6
- Mulato, Zé. *ver* Mulato, José
- N**
- NAACP – National Association for the Advancement of Coloured People 3
- Nações Unidas. *ver* ONU
- Nadao, Luciano 420
- Namora, [Fernando] 498
- Nascimento, [Alexandre do] (Padre) 376, 450
- Nascimento, José 450
- Nascimento, Manuel Pereira do 445, 487
- Nasser, David **34**
- Nasser, Gamal Abdel 6-8
- Necaca, Manuel Barros 266, 291-2
- Nefwane, Libório 265, 291
- Nehru, Jawaharlal 7, 8, 15, **277**, 580
- Nekrassova, Lydia **76**
- Neo-Destour 215, 227-9, 235, 255
- Memorando do MAC 230
- Neto, Agostinho v, 3, **12**, 13, 15, 18, 34, 36, 38, 40-2, **45**, **59**, 75, 82, 84, 103-4, 212, 216, **309**, 313, 321, 370-1, 373-6, 397, 399, 401, 404-6, 415, 431, 442, 494
- Carta de António Jacinto 494
- Carta de Higinio Aires 486
- Comentário à carta de Higinio Aires 493
- Neto, António 494, 496, 499
- Neto, António Agostinho. *ver* Neto, Agostinho
- Neto, Helder Ferreira 199, 266, 292, 328, 523
- Neto, Rosário 450
- Neto, São [Maria da Conceição] iv
- Neves, João A. da 336
- Neves, José Maria 65, **66**
- Neves, Manuel das 133, 284, 336, **370**, 376, 476, 523
- Neves, Thomé das 492

- Ngola Ritmos 13, 45, 199
 Ngongo 45
 Nguriakama. *ver* Maria
 Ngwambe 407
 Niobé, Um 371
 Nkomo, [Joshua] 407
 Nkrumah, Kwame 1, 3, 46, 64, 79, 94,
 132, 153-4, 186, 190, 300, 407-8,
 431, 510
 Carta do MAC 80
 Nkumbula, [Harry] 8
 Nobre. *ver* Dias, Nobre Ferreira
 Noémia. *ver* Sousa, Noémia de
 Novais, Paulo Dias 497
 Nujoma, Sam 407
 Nyasaland African Congress (NAC) 8
 Nyasaland National Congress 70
- O**
- OAS [Organization Armée Secrète] 47
 OIT – Organização Internacional do
 Trabalho 231, 561
ver também Conferência da OIT
 Oliveira, Campos de. *ver* Oliveira, Geral-
 do Campos de
 Oliveira, Carlos 497
 Oliveira, Carlos Alberto da Rocha (Di-
 lolwa) v, 84, 103-4, 109, 112, 114-5,
 120, 126, 129, 131, 142, 150, 160,
 165-6, 172, 174-5, 181-3, 185, 194,
 205-8, 213, 220-2, 235, 238, 244, 246,
 247, 316, 320, 328, 345, 362, 554
 Oliveira, Geraldo Campos de 46, 205-6,
 235, 387
 Oliveira, Mário António 19, 33-4, 75,
 76, 166, 171, 173, 497, 523, 552
 Oliveira, Rocha. *ver* Oliveira, Carlos
 Alberto da Rocha
 OMS – Organização Mundial de Saúde
 57, 358
 ONU – Organização das Nações Unidas
 1, 5, 6, 7, 22, 40-1, 48, 50, 54-5, 58,
 60, 65, 70-1, 73, 104-7, 110, 113,
 115, 127, 147, 152, 160, 168, 170-1,
 174, 176, 190, 198, 205, 219, 222-5,
 232, 250, 253, 263-4, 277, 290, 294,
 296, 298-9, 329, 339-40, 357, 369,
 377, 382, 390-1, 393, 395, 398, 399,
 411, 430-2, 439, 441-2, 448, 450-1,
 457-9, 463-4, 518, 525, 527, 529-31,
 535, 539, 541, 547-8, 553, 565, 567,
 577, 590
 Apelo do MPLA 424-8
 Artigo 73º 483
 Carta da Frente Comum 443-5,
 445-7
 Declaração 443, 463, 600-1
 Portugal nas 5, 6, 22, 40, 48, 55,
 70, 147, 339, 457-8
 Telegrama do MAC 166-8, 170-1,
 174-5, 179, 183, 189-90, 192,
 206-8, 215, 218-9, 222, 224
ver também Hammarskjöld,
 Dag (Secretário-geral da ONU)
- Oposição portuguesa 58, 64, 66, 180,
 194, 378, 381, 488, 524, 542
 Organização Cultural de Angola 11
 Organização Mundial de Saúde. *ver* OMS
 Organização Socialista de Angola 12
 Osusana, Onofre. *ver* Roberto, Holden
 Oswald, Pierre Jean 208
 Ousedik, Omar 412
 Ousmane, Sembène 47
- P**
- Pacavira, Manuel Pedro 34, 300, 375-6,
 457, 476
 Encontro com Lúcio Lara 370-8
 Padmore, George 3, 8, 83, 86, 89,
 104, 109, 111-2, 114, 120, 125,
 129, 153, 510
 PAI – Partido Africano da Independência
 da Guiné [Bissau] 53, 138, 176, 228,
 232, 258, 267-8, 270-1, 290,
 340-1, 347-9, 374, 383, 418-9,
 458, 460, 469, 539, 562, 564-5
 de Dakar (Senegal) 72, 365, 374, 418
 PAIGC [Partido Africano para a Inde-
 pendência da Guiné e de Cabo Verde]
 374, 418-9
- Paiva, Agnelo de Castro 445
 Pango, Jorge Maria 403
 Partido Africano da Independência. *ver* PAI
 Partido Comunista Angolano. *ver* PCA
 Partido Comunista Português. *ver* PCP
 Partido da Luta Unida dos Africanos de
 Angola. *ver* PLUAA
 Partido Democrático da Guiné. *ver* PDG
 Partido Solidário Africano. *ver* PSA
 Pascoal. *ver* Costa, Fernando Pascoal da
 Pascoal, Fernando. *ver* Costa, Fernando
 Pascoal da
 Paulshen. *ver* Lara, Paulo
 Paulinho. *ver* Lara, Paulo
 PCA – Partido Comunista de Angola
 19, 33-4, 43-5, 552
 Estatutos 22, 41-3, 212, 603
 PC Brasileiro. *ver* Brasil
 PCP – Partido Comunista Português 14,
 43, 45, 64, 146, 154, 192, 213, 254,
 258, 308, 322, 324, 331, 343, 461,
 500, 582
 Congresso do PCP 42-3, 45, 64
 PC Suíço [Partido Comunista Suíço] 462
 PDG – Parti Démocratique de Guinée
 53, 102, 108, 110, 116, 118, 122,
 129, 242, 328, 341
 Pedro, Adolfo João 300, 370
 Pena, José Pitra 403
 Penha, Augusto 292
 Pereira, Carlos Veiga 12, 16, 103, 360
 Pereira, Gabriel F. Leitão. *ver* Leitão,
 Gabriel Pereira
 Pereira, Leitão. *ver* Leitão, Gabriel Pereira
 Pestana, [Carlos] 404
 Pflüger, Hermann 222
 Pflüger, Lotte 91, 102
 Phombea, Dennis 54, 234
 Picasso, [Pablo] 495, 497
 PIDE [Polícia Internacional e de Defesa
 do Estado] 15, 17-8, 19, 34, 36, 42,
 45, 47, 87, 98, 104, 124, 133, 146, 162,
 183, 198, 200, 206, 224, 235, 246, 265,
 298, 304, 348, 357, 363, 373-5, 409,
 415, 445, 455, 458, 460-2, 466, 478,
 512-3, 514, 516-20, 522-5, 536
- Pinoca, João Eduardo. *ver* Pinock, João
 Eduardo
 Pinock, João Eduardo 200, 266, 291-2
 Pinok, João *ver* Pinock, João Eduardo
 Pinto, Francisco 146
 Pinto, João Alves 297
 Pires, Cardoso 81
 PLUAA – Partido da Luta Unida dos
 Africanos de Angola 19, 33, 41, 44,
 45, 383-4, 524
 Pomar, Júlio 495, 497-8
 Portugal, António 423
 Pothekine 207, 215, 218-21, 223, 225, 407
 Powell, Clayton 73
 Présence Africaine 10, 15, 38, 40, 41,
 42, 183, 190, 204, 218, 288, 305, 352
 Processo "dos 50" 192, 198-9, 204-6,
 214, 225, 234, 237-8, 240, 242, 247,
 253-4, 257, 277, 279-80, 289, 291-2,
 298, 308, 310, 313-15, 328-9, 335,
 337, 343, 387, 409, 415, 552
 Brochura 314, 389, 563-5
 PSA – Parti Solidaire Africain 572-5
- Q**
- Quadros, Jânio 476
 Queiroz, David Eça de (Kinjinji) 300,
 374-6
 Queiroz, Raquel 34
 Questão racial 6, 38, 137, 160-1, 169,
 214, 302, 323, 338, 345, 358
 Quinginge, David. *ver* Queiroz, David
 Eça de
- R**
- Rabemananjara, Jacques 10, 46
 Rafael, Luiz (Luís) 199, 266, 292, 375, 523
 Randolph, Philip 73, 199
 Rebelo, Sá Viana 516, 518
 Reis, Óscar 146
 Rezende, Sebastião Soares 48
 Ribas, Óscar 81
 Ribeiro, Curado 19

Ribeiro, José 506
 Roberto, Holden 8, 51, **63**, 73, **106**,
 110, **113**, 116, 131, 184, 221, **225**,
252, 256, 258, 266, 271, 278, 287,
 291, **292**, 309, 318, 326, 330, 336-7,
338, 347, 371, 373-4, 377, **380**, **382**,
386, 406, 408-9, 411-3, 448, 451-2,
453, 464-7, 470-3, 475, 567
 Carta a Savimbi 474
 Carta da FRAIN 380
 Carta de Viriato da Cruz 51
 Declaração de Compromisso 270-1
 Rocha. *ver* Oliveira, Carlos Alberto da
 Rocha
 Rocha, Carlos. *ver* Oliveira, Carlos Al-
 berto da Rocha
 Rocha, Edmundo 56, 404
 Rodrigues, António. *ver* Costa, Rodrigues
 António
 Rodrigues, Armindo 497
 Rodrigues, Deolinda v, **16**, 165, 200,
 206, 215, **220**, 235, 243-4, **250**, 266,
 292, 318, 325, 328, **366**, 402, 404, 552
 Carta a Lúcio Lara 223, 247, 350,
 388, 390
 Carta de Lúcio Lara 204, 239,
 320, 386
 Rodrigues, Franco 504
 Roosevelt, Eleanor 73
 Roosevelt, [Franklin] 1, 5
 Rosenberg, Ruth. *ver* Lara, Ruth
 Ross, E. A. **22**
 Rouault, [Georges] 497
 Rudolfo 376
 Ruth. *ver* Lara, Ruth

S

SAC – Société Africaine de Culture 81-2,
 109, 146, 415
 Sachetti 363
 Saias, Augusto 292
 Salazar, António Oliveira 15, 64, 143-4,
 152, 285, 296, 300, 333, 363, 401,

415, 422, 431, 446, 460, 476-8, 508,
 518, 522, 524-5, **581**
 Santos Júnior, Manuel dos 199, 266, 405
 Santos, Custódio dos 292
 Santos, Eduardo (Macedo) dos 36, 41-2,
236, 353, 404-5, 416, 419-20, 452
 Santos, Manuel dos 292
 Santos, Manuel dos (Capicua) **44**, 376, 523
 Santos, Marcelino dos 16, **36**, 41, 45-6,
 62, **76**, 77, 81, 88, 101-2, 108, 120,
 131, 146, 159, 172-4, 178, 188, 205,
 210, 214-5, 218, **221**, 226, 252, 273,
 278-9, 281, 285, 313, 315, 324, 337,
 349, 365, 401, 404, 582
 Carta a Lúcio Lara 60, 142, 281, 289
 Carta de Lúcio Lara 48, 50, 85, 326
 Santos, Nkiukala de Sousa e 300
 Santos, Políbio Gomes dos 498
 Santos, Viriato 420, 423
 São Tomé e Príncipe 3, 17, 18, 57, 68, 120,
 123, 167, 188, 209, 231-2, 246, 265,
 291, 296-7, 340, 383, 424, 433, 494,
 503-4, 510, 529, 534, 538-9, 548-9, 565
ver também Massacre
 Sarah. *ver* Maldoror, Sarah
 Saúde, Noé da Silva **44**, 199, 266, 291-2,
 328, **370**, 375-6, 405, 523
 Savimbi, Jonas Malheiro 460
 Carta à UPA 464
 Carta ao MPLA 461, 466, 471
 Carta de Holden Roberto 474
 Carta do MPLA 462, 463, 467,
 470, 475
 Sayfoulaye, Diallo **304**
 Schaul, Hans 104
 Scheinman, William 326
 Schultz, Arnaldo 146
 Sebastião, Gaspar 442, 447
 Sebastião, Adriano João 300, **370**, 376
 Seidou, Diallo. *ver* Seydou, Diallo
 Sena, Jorge (de) 381, 422
 Senghor, Leopold Sedar 7, 9, 38-9, 46,
 121, **126**, 128, 131, 239
 Mensagem 39
 Sequeira, Loureiro 266, 291

Sérgio, António 66
 Seydou, Diallo 251, 351, 361, 434, 437,
 440-1, 556, **561**
 Carta de Pascal Luvualu 435
 Silas, Bernardo Joaquim 374-6
 Silas, M'Benza 300, 376-7
 Silva, Abel. *ver* Cabral, Amílcar
 Silva, António Burity da 19
 Silva, José Marmelo e 498
 Silva, Mário Augusto da 124, 199, 266,
 292, 523
 Slim, Taieb 97
 Smith, Erwin 191
 Smith, Ian 8
 Soares, Carlos 505
 Soares, Mário **173**
 Sobrinho, Pedro 224
 Sociedade Africana de Cultura. *ver* SAC
 Sociedade Baptista Missionária 11
 Sociedade Cultural de Angola 13
 Sociedade das Nações 2, 3, **5**, **22**, 124,
 529-31
 Société Africaine de Culture. *ver* SAC
 Soromenho, Castro 123, 173, 243, 347,
 360, **381**
 Carta a Lúcio Lara 66, 380
 Sousa, André Franco de 34, 199, 206,
 214, 266, 292, 375, 523, 552
 Sousa, Belarmino de 266, 375
 Sousa, Bernardo de. *ver* Sousa, Manuel
 Bernardo de
 Sousa, Franco de. *ver* Sousa, André Franco de
 Sousa, Higinio Alves Aires de **12**, 34, 199,
 266, 292, 375-6, 405, 493, 495, 523
 Carta a Agostinho Neto 486
 Sousa, Manuel Baptista de 200, 292
 Sousa, Manuel Bernardo de 200, 266 292
 Sousa, Noémia de 16, **36**, 38, 41-2, 47,
 74, 82, 91, 102, 104, 107, **114**, 117,
 120, 212, 330, 494
 Spaak, Paul Henri 8
 Stalin, [Josef] 5
 Sukarno, Ahmed 6
 Sun Yat-Sen 8

T

Tavares, Graça da Silva 404
 Tavares, Silva (Governador de Angola) 347
 Távora, Orlando. *ver* Jacinto, António
 Tchitchelle, [Stéphane] 431
 Teixeira, Gaspar **43**
 Teixeira, João Lopes 199, 266, 292, 405,
 516, 522,
 Telmo 404
 Tenreiro, Francisco José **15**, 17, 38
 Tenreiro, Henrique 10
 Thomas, Emock Elang 399
 Tito, [Josip Broz] 7
 Tlili, Ahmed 228
 Toco, Simão Gonçalves 11, 266, 291, 387
 Tonet, Guilherme **370**
 Torga, Miguel 497, 499
 Torres, Joaquim Inácio dos Santos 490
 Touré, Ismael 146, 186, 252, 256, 280,
305, 338
 Touré, Sékou 46, **53**, 72, 89, 110, 152,
 164, 180-2, 184, 190, 192, 256, 300,
 352, 386, 407, 431, 450
 Trovoada, Miguel 417
 Tschombé, Moïse 398, 406-7, **411**
 Tshombé. *ver* Tschombé, Moïse
 Tshumba, Isaac 399
 TUC – Trade Union Congress 406, 410
 Tucker, John 502
 Turpin, Joseph 420

U

UDEAN – União dos Estudantes da
 África Negra sob Dominação Portu-
 guesa **248**, 344
 Estatutos 553-5
 UGTAN – Union Générale des Travail-
 leurs d'Afrique Noire 251, 284, **302**,
 308, 313, 322, 328, 337, 434-5
 UIE – União Internacional de Estudantes
 109, 124, 142, 150, 207, 289, 328
 UMT – Union Marocaine du Travail
 258, 276-9, 307, 315, 319, 328

União das Populações de Angola. *ver* UPA
União das Populações do Cameroun. *ver* UPC
União Geral dos Trabalhadores Tunisinos **97**
União Marroquina do Trabalho. *ver* UMT
União Nacional (Portugal) 19, 231, 391, 494, **500**, 522
União Nacional dos Trabalhadores Angolanos. *ver* UNTA
União Sul-Africana. *ver* África do Sul
UNIP [United National Independence Party (da Zâmbia)] 8
United Federal Party 8
UNTA – União Nacional dos Trabalhadores Angolanos 433-6, 438-40, 454, 469
UPA – União das Populações de Angola 45, 60, 63, 65, 106, 134, 141, 176, 227-8, 231, **232**, 252, 256, 265, 270-1, 273, 290-1, 348-9, 370-1, 373, 375, 377, 379, **382**, 383-4, 386, 411-2, 442-3, 445, 448-52, **453**, 454, 460, 466-7, 470-2, 474, 564, 567
Carta de Savimbi 464
UPC – Union des Populations du Cameroun 195, 238, 256, 322, 328, 333, 371-2, 399
UPNA [União das Populações do Norte de Angola] 371

V

V. Dias, Liceu. *ver* Vieira Dias, Carlos Aniceto
Van Bilsen 410
Van Dúnem, António Octávio (Zito) **18**, **23**, 36, 41
Van Dúnem, Aristides 34, 44, 300, **370**, 376
Van Dúnem, Belarmino Sabugosa 199, 266, 292, 375, 406, 516, 522
Van Dúnem, Carlos Alberto 199, 266, 292, 375, 405, 523
Van Dúnem, Manuel **3**
Van Dúnem, Zito. *ver* Van Dúnem, António Octávio
Vandúnem. *ver* Van Dúnem

Van-Dúnem. *ver* Van Dúnem
Vandúnem, Inocêncio. *ver* Martins, Inocêncio Van-Dúnem dos S.
Vasconcelos, Luís de Sousa **262**
Veloso, António de Matos 199, 266, 292, 523, 552
Ventura, Diogo. *ver* Ventura, José Diogo
Ventura, José Diogo 200, 266, 292, 375
Ventura, Milton. *ver* Roberto, Holden
Ventura, Reis 494
Ventura, Ruy (Rui). *ver* Roberto, Holden
Viana, Gentil 41, 404, 417
Victor, Geraldo Bessa 492
Vieira Dias, Carlos Aniceto (Liceu) 87, 96, 199, 266, 291-2, 375-6, 405, 523
Vieira, Luandino. *ver* Graça, José
Viriato. *ver* Cruz, Viriato da

W

Welensky, Roy 7, 8
Wolf, José Francisco 403

X

Xavier, Francisco 292

Y

Youlou, [Fulbert] 326
Yudish Territorial Organization 2

Z

Zambia African National Congress 8
Zita [Santos, Marcelina Lara] 420, 423
Zito *ver* Galal, Fouad 406, 408-9

reluciu a este documento e às decisões secretas
ou que venha a ser tomadas, e, bem assim, não t
mente qualquer atitude ou compromisso que possa
cias significativas na nossa luta comum contra
o colonialismo português.

f) Concluímos em que a nossa próxima reunião
pao comparecer todos os signatários deverá reali
ckry, capital da República da Guiné, em data a f
mento, mas que não deve ir além do mês de Março.

Não declaramos que a no, digo, a organização
a que pertencemos fica reservado o direito de, a
ra, reconsiderarmos sobre esta declaração de co
ter-la, digo, propor a sua alteração ou conside
nulo para o que, no entanto, os outros membros
de exigir credenciais e, digo, os outros membros
de exigir credenciais substanciais determinantes d
resolucao.

Abel Djansi: (FAL e FRIN)
Hugo MINZIS: (FRIN)
José GUIMOR: (UPA)
Lúcio LANA: (FRIN e UPFA)
Viriato GOMES: (FRIN e UPFA)

Abel
Hugo
José
Viriato Cruz

31 de Janeiro de 1960, 11

Auretides P. Van-dunne
Rodolfo da R. Bernardo
Sicário A. Mural
Jaime N. Carr. da Costa
Francisco A. G. Mendon
Joaquim J. Cristiano
Herbet Inglês
José D. Kibuzudu
Vikingsi Mankita
Uelala Bartolomeu
Joko Pashi

Um obrigado especial
de Tuenin.
A tua esposa e filha
koo, Múcio? E tu, o Ros
se despois e cordial
destinda.

L - Movimento
LL - Pondo de
H - Pondo de
GE - dinheiro antigo
H - (organizar) pto de
D - política ou politicomu
E - Committee of African Organ
200 yover Str. N. 1
Journal de...
Manuete
P - política...
colaboração
os para!
Povo angolano
Povo negro de Ang
cia! Pela soberania
nabitá que vem ressur
Honora. Mulheres
vossa liberdade! Por
progressos para todos
Fundo pela criança, pelo futuro
multiplicar por toda a Angola de

ISBN 9789899896819



9 789899 896819



ASSOCIAÇÃO TCHIVEKA DE DOCUMENTAÇÃO

MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA
MAC

Angola - Luanda
Angola - Luanda

TO THE P...
1730-4913
69, Abde
KANTAL

Viva o movimento
LIBERACÃO DE ANGOLA